REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "B" AO Nº 115 TERÇA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (22,28)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,37)
Benedito de Lira (16,18,44)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Telmário Mota (4,38,42)
Regina Sousa (41)
.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (22,28)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (32)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Lindbergh Farias (30)
Fátima Bezerra (34)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (3,37)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,38,42)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (16,18,44)

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21

.....

Líder do PMDB - 17

Líder do PSD - 4
Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17

Líder
Alvaro Dias - PSDB (20)

Vice-Líderes
Ataídes Oliveira (33)
Wilder Morais (46)
Antonio Anastasia (47)
.....

Líder do PSDB - 12
Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23)
Aloysio Nunes Ferreira (40)

Líder do DEM - 5
Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (11,25)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,29)
Vanessa Grazziotin (21,26)
Randolfe Rodrigues (24,27)
.....

Líder do PSB - 6
João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (45)

Líder do PPS - 1
José Medeiros (15,19,29)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (24,27)

Líder do PCdoB - 1
Vanessa Grazziotin (21,26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)
.....

Líder do PTB - 3
Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4
Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (2,7)

Governo

Líder
Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES
1.1.1 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ
Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de julho de 2015 004
Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de julho de 2015 031
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 063
1.1.2 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de junho de 2015 067
Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de junho de 2015 083
1.1.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2015 103
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2015 125
1.1.3.1 – Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas
Ata da 1ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2015 127
1.1.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2015 129
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2015 153
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de maiode 2015 203
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2015 225
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2015 261
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2015 268
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de maio de 2015 295
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2015 316
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2015 356
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de junho de 2015 393
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2015 410
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2015 432
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2015 460
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de junho de 2015 493
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2015 511
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2015 544
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de junho de 2015 573
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2015 595
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2015 618
1.1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE
Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de julho de 2015 641
Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de julho de 2015 670

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2015.

Às dez horas e dezessete minutos, do dia primeiro de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel (Vice-Presidente da CCJ), com a presença dos Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Maranhão, José Agripino, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Walter Pinheiro, Omar Aziz, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Douglas Cintra, Blairo Maggi, Elmano Férrer e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ronaldo Caiado, José Serra, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), Antônio César Bochenek; Juiz Federal e Esposo da Indicada, Sra. Daldice Maria Santana de Almeida, Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Junior; Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Reynaldo Soares da Fonseca; Vice-Presidente da AJUFE – 1ª Região, Candice Lavocat Galvão Jobim; Vice-Presidente da AJUFE – 5ª Região, André Luís Maia Tobias Granja; Desembargadores Federais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas, Cândido Moraes Pinto Filho e Selene Maria de Almeida; e Juiz Federal da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Fernando Cesar Baptista de Mattos. O Senhor Presidente registra também a presença de Suas Senhorias: Advogada e Esposa do Indicado, Sr. José Norberto Lopes Campelo, Nathalie Cancela Cronemberger Campelo; Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Claudio Pacheco Prates Lamachia; e Professor e candidato independente à Presidência da República Portuguesa, Paulo de Morais. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: ITEM 1) OFICIO "S" Nº 65, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, o nome da Juíza DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, escolhida pelo Plenário do STJ para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2015-2017. Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Juíza DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, indicada para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 22 votos favoráveis e 2 votos contrários. ITEM 2) OFICIO "S" Nº 67, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do advogado JOSÉ NOBERTO LOPES CAMPELO, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do advogado JOSÉ NOBERTO LOPES CAMPELO, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 23 votos favoráveis e 1 voto contrário. EXTRAPAUTA: ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8, de 2015. Requeiro, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ selecione, para avaliação, o impacto das leis e atividades de combate à corrupção. Autoria: Senador José Maranhão. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador José Pimentel passa a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador Walter Pinheiro. O Senhor Senador Walter Pinheiro devolve a Presidência ao Senador José Maranhão. Havendo quórum regimental, a Presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e trinta e cinco minutos do dia primeiro de julho de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: 2ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2015; ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009; ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2014; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2012; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2013; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 562, de 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente (Senador José Pimentel) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel,** Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em duas partes: a primeira parte destina-se à deliberação dos Ofícios nºs 65 e 67, de 2015, e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens de 1 a 15.

ITEM 1
OFICIO "S" Nº 65, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, o nome da Juíza DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, escolhida pelo Plenário do STJ para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2015-2017
Autoria: Superior Tribunal de Justiça
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatoria ad hoc: Senador Antonio Anastasia
Observações:
– Na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 17/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 2
OFICIO "S" Nº 67, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do advogado JOSÉ NORBERTO LOPES CAMPELO, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Observações:
– Na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 10/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligar para o número 0800 61 22 11.

Convido o Senador Benedito de Lira, o que tem mais juventude acumulada entre nós, para conduzir a Srª Daldice Maria Santana de Almeida e o Sr. José Norberto Lopes ao recinto da reunião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Walter, não tenha dúvida, porque o nosso Criador nos oferece duas oportunidades: uma é chegar à terceira idade; a outra não é nada boa, é deixar este mundo mais cedo. Portanto, Benedito de Lira é um felizardo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sim. (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone*.) – Ou Deus não o quer lá em cima, ou resolveu ser generoso deixando-o aqui em baixo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quero registrar que o Senador Benedito de Lira ou eu formamos, aqui, uma dupla, porque, nas instalações das Comissões, sempre designam aqueles que têm mais juventude acumulada; assim, quando não sou eu, ele tem o privilégio.

Quero registrar a presença de autoridades e familiares: Sr. Antônio César, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe); Srª Nathalie Cancela Campelo, Advogada e esposa do indicado, Sr. José Norberto Lopes Campelo; Sr. Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Júnior, Juiz Federal e esposo da indicada, Srª Daldice Maria Santana de Almeida.

Concedo a palavra à Srª Daldice Maria Santana de Almeida para a sua exposição, por até 20 minutos.

E aqui, nossa Ministra, a gente tem até uma certa tolerância. Fique à vontade.

A SRª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA – Obrigada. Bom dia a todos!

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, José Pimentel, a quem agradeço imensamente pela presteza na condução deste processo de arguição, sobretudo pela simplicidade ora demonstrada, o que nos deixa à vontade nesta Casa, e também na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores que compõem esta Comissão.

Eu agradeço e também saúdo o Senador Walter Pinheiro, Relator do meu processo, Senador pela Bahia, meu Estado natal, e também ao Senador Anastasia, que é mineiro, e a minha cidade, Senador, fica a 150km da primeira cidade de Minas, Espinosa. Então, eu estou mais próxima do Estado de Minas do que da própria capital, que está a 832km. S. Exª também leu o meu relatório, na antepenúltima reunião desta Comissão.

Ainda que eu não tenha podido estar com todos os Senadores desta Casa, em razão mesmo das atividades judicantes, das quais nós não podemos nos afastar, porque, afinal de contas, a carga diária de distribuição, a média mensal em São Paulo são de 500 processos e, infelizmente, a gente não pode se afastar por tanto tempo. Por isso, eu não pude estar com todos, apresentar-me fisicamente a todos os Senadores. Então, eu peço desculpas àqueles com que eu não estive com essas justificativas, não por falta de deferência, mas por falta de tempo mesmo e também pela agenda apertada dos Srs. Senadores.

Eu cumprimento aqui o Desembargador da 1ª Região, Cândido Moraes, da Bahia, colega de muito tempo. Agradeço pela presença, até porque hoje é o primeiro dia de férias coletivas e V. Exª está aqui para prestigiar a colega baiana.

Eu agradeço, também, a presença aqui, e da forte defesa da Magistratura Federal, do Presidente da Ajufe, o Juiz Federal Bochenek.

Todo passo na vida que nós tomamos a gente depende de um respaldo familiar, e aqui eu agradeço, imensamente, o meu marido por me dar esse suporte para enfrentar essa nova etapa da vida. Sem esse apoio, seguramente, eu não teria e nem poderia estar aqui, afinal de contas, nós temos dois filhos lindos, que estão em uma idade perigosa de adolescência, e a ausência de um dos pais, ainda que momentânea, tem que ser compensada pelo outro. Então, ele vai trabalhar em dobro.

Eu não poderia, também, deixar de agradecer todo esse aparato, em todos os gabinetes, eu fui muito bem recebida pelos servidores desta Casa. O que nos deixa muito à vontade. Então, eu agradeço aos servidores, agradeço aqui a todos os colegas magistrados, Ministério Público, colega Fernando, a Assessoria Parlamentar do Senado, todos que, nessa caminhada, estiveram junto comigo.

Senhores e senhoras, normalmente as pessoas agraciadas com a indicação para compor os mais dignos órgãos do Poder Judiciário tiveram a oportunidade de conhecer, desde tenra infância, em sua casa, por um pai juiz, ou por uma pessoa próxima, um tio, ou um promotor, como funciona a Justiça. Muitos, dessa proximidade, tiraram motivação para seguir a carreira jurídica. Não foi o meu caso.

Nasci em Riacho de Santana, cidade do Sertão baiano, onde a presença do Estado era quase nula. Sem estradas, sem hospitais, ensino precário e para poucos, existente apenas na zona urbana para profissionalização em Magistério, sem segurança pública e, obviamente, sem o Poder Judiciário.

A maioria das pessoas dedicava-se às lides do campo, visando a mera subsistência. Esse o cenário. Assim, em ambiente carente de Justiça formal, ministrada pelos órgãos do Poder Judiciário, o que me teria incitado a integrar esse Poder? Certamente, não haveria em quem me espelhar.

Havia sim o efeito inafastável que surge diante da relação dialética estabelecida entre os opostos, a completa ausência de justiça social, material e a convicção em meu ser dos problemas dali resultantes para a vida das pessoas. Disso veio a síntese correspondente à vontade de contribuir com algo a respeito, motivo pelo qual vim a integrar essa carreira jurídica. Desse modo, foi a injustiça social que me levou a conhecer os mecanismos da Justiça.

E aqui estou. Filha de um vaqueiro, título que o meu pai ostenta, com muito orgulho, tanto que é conhecido como José Vaqueiro, opositor de um grupo político que se revezava no poder havia 40 anos, um homem bom, que nunca teve tempo para brincar com os filhos, só trabalhar; sete filhos.

A minha mãe, dona de casa, na realidade, dona da casa. Fui testemunha da expulsão de muitas pessoas simples de sua porção de terra, comprada de boa-fé, com base apenas na palavra, ou, quando não dessa forma, comprada de boa-fé, objeto de uma escritura deficiente, lavrada sem a perfeita delimitação de área, ou seja, o

pedaço de terra do lugar determinado y, situação fértil para o desonesto. Essa grilagem de terras levou muitos a se mudarem para os grandes centros urbanos e a viverem em condições degradantes, escravas de um prato de comida. Vejam, senhores, que, se o Estado estivesse presente, considerado o tempo em que possuíram a terra como sua, eles jamais teriam perdido aquilo que haviam comprado e que lhes era valioso.

Um grileiro, certa vez, em visita a meu pai, soube que estudávamos e indagou o que eu pretendia ser. Respondi: "Advogada, depois juíza". Ele passou a mão na minha cabeça e disse: "Corajosa, essa menina!" Fui para a escola desde cedo, junto com a minha irmã mais velha, ela na idade certa, e eu não por convicção dos meus pais, mas por impertinência minha. Segundo a minha mãe, eu apenas frequentava a escola, sem conseguir aprender. Não entrava na minha cabeça o á-bê-cê ou o bê-á-bá, bê-e-bé, bê-i-bi. De repente, porque me deixaram de lado, eu passei a ter melhores resultados que minha irmã e concluímos o curso no mesmo ano.

Em Salvador, para onde fui com 18 anos fazer pré-vestibular, eu cursei a Faculdade de Direito da UFBA, embora tenha passado também na Católica, as duas existentes. Durante o curso, eu fiz estágios no Patronato, no Serviço de Assistência Judiciária Gratuita, na Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia e, com a firme convicção de que o concurso é um dos instrumentos mais democráticos de uma sociedade, desde o segundo ano de Direito, me preparei para a função pública. Assim, quando concluí o Curso de Direito, em 1986, já havia sido aprovada no concurso da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, onde iniciei a minha trajetória profissional – saúdo o Senador Humberto Costa –, na função de Analista Administrativo, depois de Analista Financeiro e, em seguida, Auditor Fiscal. Essas funções, contudo, estavam muito distantes do meu propósito de fazer justiça. Assim, para me aproximar da carreira jurídica, submeti-me ao concurso de Procurador do Município de Salvador, Procurador do Banco Central, sem, contudo, entrar em exercício.

Somente em 1991 comecei a atuar na área jurídica na função de Procuradora da Fazenda do Estado da Bahia, lá permanecendo até 1993. Nesse mesmo ano, ingressei na Magistratura Federal na 3ª Região. Fui a quarta colocada, dentre os quatorze aprovados, dos quais apenas duas eram mulheres. Atuo, na realidade, há 22 anos na Justiça Federal de São Paulo. Exerci o cargo de Juiz Federal até 2010, quando fui promovida, por merecimento, para o cargo de Desembargadora Federal. Como Juíza, exerci a função de Diretora das Subseções Judiciárias de Bauru e de Santos. Como Diretora do Fórum de Santos, fui Gestora da Qualidade Total, responsável pela implantação das normas ISO 9000 e da certificação do Fórum, no período de 2001 a 2003.

Em 2004, fui convidada para integrar a Comissão Temporária para Estudo de Viabilização e Implantação de Projeto Piloto de Conciliação no âmbito da 3ª Região nos processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação. Esse convite decorreu do trabalho que comecei em 1996, pertinente a essas audiências de tentativa de conciliação no SFH.

A quantidade de processos, senhores, sobre a matéria era assustadora e, a princípio, desanimadora. Vencê-la só com muita criatividade e muito empenho. Não por outra razão, buscamos a experiência do Juiz Federal Erivaldo Ribeiro dos Santos, hoje Secretário-Geral do CJF, e a disposição do presidente da Emgea à época, empresa pública que se mostrou símbolo de eficiência e de foco em suas finalidades institucionais. Aliás, eu costumo dizer que ela é o sucesso do fracasso. Sim, Excelências, pois, como todos sabem, o SFH, criado basicamente para eliminar favelas e favorecer a construção de habitações populares, depois de sucessivos planos fracassados, quebrou na década de 1980.

A principal razão econômica – inflação, perda da capacidade de pagamento, estagnação econômica, descompasso entre o valor emprestado e o recuperado – só se agravou, quando o Judiciário foi chamado a resolver juridicamente os conflitos daí decorrentes. Isso, porque o pouco que os mutuários puderam pagar ficou depositado judicialmente, fora do Sistema, sem movimentar a economia, portanto, sem gerar novas habitações, sendo a construção civil um dos pilares do desenvolvimento econômico do País. Nessas condições, o que se verificou é que a sentença, mesmo que contemplasse todas as teses dos mutuários, não solucionaria o conflito sociológico – descasamento, empobrecimento da população, favelização do empreendimento, saldo devedor muito superior ao valor do imóvel. A solução mais adequada só podia ser a conciliação, cujos pressupostos são o diálogo e a autonomia da vontade das partes. De fato, a mediação e a conciliação têm esse alcance, transpõem os limites da jurisdição e do pedido, uma vez que o Juiz não decide, apenas favorece o diálogo entre as partes.

Isso não coloca a conciliação ou a mediação como os melhores meios. A sentença não é melhor do que o acordo ou vice-versa. Cabe verificar qual o tratamento mais adequado a cada situação. Da mesma forma que na Medicina nem todo mal conduz a cirurgia, pois pode haver tratamento médico mais adequado, também no Direito nem todas as questões são adequadamente resolvidas pelas sentenças. Por vezes, o melhor remédio é a solução não adversarial, é o acordo.

O projeto bem-sucedido e os métodos consensuais de solução de conflitos, sintetizados na palavra conciliação, passaram a ser adotados na 3ª Região com a implantação de um programa, deixou de ser piloto para programa, do qual foi Coordenadora em duas oportunidades: de 2005 a 2009, então designada pela Presiden-

te Ana Maria Pimentel, e, depois, pelos Coordenadores Marli Ferreira e André Nabarrete em seus respectivos mandatos; e o segundo mandato, de 2012 a 2014, indicada pelo Presidente Newton de Lucca.

No primeiro período, ainda como Juíza, foram realizados inúmeros mutirões na área do SFH. Na segunda gestão, já no cargo de Desembargadora, o programa de conciliação foi largamente ampliado para moldar-se à Resolução nº 125 do CNJ, a qual elevou a conciliação ao *status* de política e estabeleceu as diretrizes para o desenvolvimento eficaz dessa política.

Durante os dois anos de minha segunda gestão, foram instaladas 16 centrais de conciliação em São Paulo e uma em Mato Grosso do Sul, sendo, essa última, instalada em *campus* universitário – uma inovação para o Poder Judiciário. Sob esse aspecto, eminentes Senadores, o TRF 3 – da 3ª Região – com 20 centros está preparado para receber o Novo Código. A consolidação do programa trouxe avanços também no rol das matérias que passaram a ser submetidas à conciliação, ou seja, além da questão habitacional, além da previdenciária, passaram a ser contempladas as ações coletivas, as ações de indenização e as execuções de conselhos.

(Soa a campainha.)

A SRª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA – Nessa gestão, dois projetos merecem destaque especial: a implantação da conciliação pré-processual totalmente virtual a custos mínimos e a parceria firmada com o TJ para a realização de conciliação nos processos da competência delegada.

À frente do programa de conciliação, organizei cursos de capacitação para conciliadores e para instrutores. Ainda sob a minha coordenação, a 3ª Região concorreu ao prêmio "Conciliar é Legal", promovido pelo CNJ, em duas oportunidades: a primeira, em 2012, quando conquistamos o 3º prêmio "Conciliar é Legal", na categoria Justiça Federal, com duas práticas; a segunda, em 2013, quando conquistamos o 4º prêmio "Conciliar é Legal" em duas categorias.

Nesse mesmo ano, em 2013, a conciliação da 3ª Região recebeu menção honrosa na categoria instrutores de mediação e conciliação. Pela implantação do projeto da competência delegada, também tive a honra de receber congratulações, moções, das Câmaras Municipais de Palmital e de Americana. Encerrei minha gestão com publicação do Manual da Conciliação na 3ª Região.

Nesse particular, Srs. Senadores, destaco que, a despeito da acumulação dessa atividade com a de julgamento em caráter total, no primeiro período a Vara se manteve zerada. No segundo período, como Desembargadora – em que recebeu 13 mil processos –, conseguimos uma diminuição, e hoje eu tenho cerca de 4.000 processos. Ou seja, a despeito da coordenação da conciliação, nós estamos mantendo um viés de baixa de processos.

Além dessas funções, eu também fui professora de direito tributário em curso preparatório para cargo de Juiz Federal e outras carreiras jurídicas em São Paulo, no período de 1994 e 2012. Sou graduada pela UFBA, como já disse, e tenho especializações em Direito Constitucional Aplicado, em Direito Público, pela PUC, em Direito Administrativo, pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia, e em Direito Processual Civil pela Universidade Federal da Bahia. Também escrevi alguns artigos em periódicos.

Enfim, eu quero, aqui, registrar, antes de encerrar a minha fala, após tanto ter falado em conciliação, nos prestigia o Ministro Reynaldo da Fonseca, amigo e parceiro da conciliação. Foram várias mensagens de Whatsapp para falar de projetos, para falar de dificuldades. Hoje nós temos um Código para entrar em vigor. Hoje nós temos a conciliação como princípio. Não é, Ministro?

O SR. REYNALDO FONSECA (*Fora do microfone*.) – Sim.

A SRª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA – Na época em que iniciamos, nós não tínhamos nem mesa. Nós pegávamos as mesas nos depósitos. As mesas desiguais, as cadeiras desiguais, os computadores descartados. E nós pegamos para montar a Conciliação. Eu me lembro que as mesas eram tão ruins que nós passávamos fita adesiva embaixo para não estragar nossas roupas. Já descartadas, evidentemente. Então, eu não posso, realmente, deixar de registrar e me sentir honrada com a presença do Ministro aqui nesta sabatina.

Registro também a presença da Desembargadora Gilda, outra parceira – Gilda Sigmaringa Seixas – na Conciliação, que sabe também das dificuldades; da Candice, que também é Juíza Federal; enfim, e os demais aqui presentes, porque eu, talvez, não esteja vendo todas as pessoas aqui que vieram prestigiar.

Mas na conclusão disso tudo, Excelência, todo esse conhecimento, toda essa boa vontade com a abertura pelo STJ, que inovou no seu procedimento de escolha das indicações, eu me habilitei, me candidatei à indicação pelo STJ. E isso eu fiz porque eu acredito firmemente na relevância do papel do CNJ na condução das políticas pertinentes ao Poder Judiciário e na busca de solução para questões que lhe são submetidas, sobretudo quando se avizinha um novo Código.

Evidentemente que o Conselho é composto de vários segmentos, tanto da sociedade, como de várias áreas do Poder Judiciário. Cada um trazendo a sua colaboração, uns mais outros menos. Eu digo que talvez eu

tenha menos, porém, eu quero dizer que é um time que não é constituído só de craques, de atacantes. Então, pode ter um zagueiro e até mesmo o gandula.

Eu quero me colocar à disposição do País para servir, para ser instrumento de realização de Justiça mais justa, mais adequada, mais contemporânea. Hoje essa juventude que está aí no Whatsapp, na internet, não vai ter paciência para um Judiciário moroso. Então, é bom que nós nos apressemos.

Com esse propósito, então, Excelências, eu me coloco perante V. Exªs para servir ao País.

Mais uma vez, muito obrigada a todos.

E é isso que eu tenho a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em prosseguimento, passo a palavra ao Sr. José Norberto Lopes Campelo para sua exposição, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. JOSÉ NORBERTO LOPES CAMPELO – Exmº Sr. Senador José Maranhão, Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça; Exmºs Senadores que compõem esta Comissão; Exmªs Senadoras. Peço vênia para saudá-los nas pessoas dos Senadores Benedito de Lira, Relator do meu processo, e dos Senadores pelo Estado do Piauí, o meu Estado natal, Senador Ciro Nogueira, Senador Elmano Férrer. Gostaria de saudar ainda o Conselheiro do CNJ presente a esta sabatina, Conselheiro Paulo Teixeira; o Vice-Presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia; gostaria de saudar ainda o colega Conselheiro Federal da OAB, pelo meu Estado, Sigifroi Moreno Filho; saudar a minha família, na pessoa da minha esposa, Nathalie Campelo, sempre presente nos momentos mais importantes da minha vida a me apoiar; Exmªs Senadoras; Exmºs Senadores; autoridades aqui presentes; senhoras e senhores,.

Sem dúvida nenhuma, este é o momento mais importante da minha vida profissional. Nem nos meus sonhos mais ousados, eu poderia imaginar um dia estar sentado nesta cadeira perante esta Comissão tão importante do Senado da República para ser sabatinado por V. Exªs.

Sou José Norberto Lopes Campelo, nascido na cidade de Teresina, Estado do Piauí. Tenho 49 anos de idade. Iniciei a minha vida estudantil numa escola beneficente mantida pela igreja batista. Tenho uma dívida de gratidão muito grande por aquelas pessoas que nos deram escola de qualidade sem sequer nos conhecer, o que foi muito importante na minha vida. É uma escola realmente de que guardo maravilhosas lembranças.

Depois, através de teste seletivo, consegui uma bolsa de estudos para estudar no Colégio Pedro II, um colégio também com brilhantes professores, com uma disciplina muito rígida, e que foram muito úteis na minha formação pessoal e moral.

Ingressei na Universidade Federal do Piauí, no ano de 1983, com apenas 18 anos de idade, no curso de Ciências Econômicas. Nessa mesma Universidade Federal do Piauí, passei, ainda cursando Ciências Econômicas, no vestibular de Direito, no ano de 1987.

Ingressei no Banco do Brasil nesse mesmo ano, antes iniciando já a minha vida profissional. Fui estagiário, através de teste seletivo, na Caixa Econômica Federal. Portanto, tenho na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil também maravilhosas lembranças, porque foi um momento muito importante da minha vida. São duas verdadeiras escolas por que passei e que, sem dúvida nenhuma, foram um diferencial, inclusive para a advocacia, que passei a exercer a partir de 1994.

Deixei o Banco do Brasil em meados de 1996, no seu primeiro plano de desligamento voluntário, numa decisão, naquela época, muito difícil para mim, porque eu já tinha família, com três filhos. Mas decidi ser exclusivamente advogado, com o inestimável apoio dos meus pais, que foram muito importantes na tomada dessa decisão.

Fiz duas especializações – uma em Direito Público; outra em Direito Empresarial. E desde que ingressei nos quadros da Ordem, já comecei a auxiliar aquela instituição, na seccional do Piauí, onde militei na Comissão de Segurança Pública e, posteriormente, na Comissão de Exame de Ordem, inclusive atuando. Naquela época, o Exame de Ordem ficava a cargo das seccionais e eu pude inclusive trabalhar na elaboração de provas, que foi também um momento bastante enriquecedor na minha vida.

Posteriormente, eu me candidatei à presidência da seccional do Piauí. E, em 2007, assumi o cargo de presidente, no triênio 2007/2009, numa experiência também muito importante. Eu sempre desejei retribuir à sociedade aquilo que havia recebido, já que a minha formação estudantil foi por ela custeada. Os meus pais, muito humildes, não tinham condição de pagar escola para os cinco filhos, apesar da dedicação extrema que tiveram para conosco, muito importante na nossa formação. Era um acompanhamento permanente. Estudamos em escola pública, mas fazíamos os testes seletivos, muito incentivados por nossos pais, para estudarmos em escola de melhor qualidade.

Então, eu tinha um desejo imenso de retribuir à sociedade. A melhor forma que encontrei foi servir à Ordem dos Advogados do Brasil, que presta relevantíssimos serviços não só à classe dos advogados, mas a

toda a sociedade. E como Presidente da Seccional do Piauí durante três anos, dediquei-me muito a essa tarefa. Aliás, foi nesse momento que pude ver a importância do Conselho Nacional de Justiça, uma das maiores criações do Judiciário brasileiro. Este foi um grande presente que o Senado da República deu não só à sociedade brasileira, mas ao próprio Poder Judiciário – num primeiro momento, não tão bem compreendida pelos membros do Judiciário, que acreditavam que esse controle externo não era pertinente, mas o que se vê hoje é que os resultados obtidos a partir do Conselho Nacional de Justiça são, sem dúvida nenhuma, extraordinários.

Posteriormente, fui eleito Conselheiro Federal da OAB no triênio 2010-2012 e, com a experiência de ex-presidente de seccional, com um contato muito próximo com os problemas vivenciados pela advocacia e a angústia da sociedade em virtude dos problemas da morosidade, em especial do Poder Judiciário, passei a ter um contato com a realidade nacional e pude ver que os problemas vividos no Poder Judiciário não eram exclusividade do meu Estado do Piauí – embora, infelizmente, ainda hoje o Judiciário do Piauí apresente os piores indicadores. A gente está sempre entre os Estados que apresentam os piores indicadores do País, o que não é, realmente, motivo de alegria para nós.

Nesse período de 2010 a 2012 presidi uma comissão nacional, a Comissão de Relações Institucionais do Conselho Federal, uma comissão que normalmente era presidida por um ex-presidente do Conselho Federal, mas que tive a honra de presidir. Recebi essa confiança da diretoria de então e nesse momento também pude ter um contato muito forte com o Conselho Nacional de Justiça, porque coincidiu com o período em que os poderes do CNJ se apresentaram extremamente ameaçados, inclusive com muitas decisões do Supremo Tribunal Federal, em sede de liminar, suspendendo as punições impostas pelo CNJ aos magistrados que, eventualmente, cometeram infrações ético-disciplinares.

Como presidente dessa comissão no Conselho Federal, coube a mim o encargo de organizar um movimento de cunho nacional em defesa do CNJ. Naquela época, pude ter vários contatos com a Corregedora Eliana Calmon, que inclusive nos apoiou nessa empreitada que culminou – além de vários eventos com a presença de alguns Senadores no Conselho Federal – com uma passeata da sede do Conselho Federal até a sede do Supremo Tribunal Federal, portando faixas e cartazes pedindo, clamando ao Supremo Tribunal Federal que não permitisse esse retrocesso no País, porque a existência do CNJ, conforme preconizado pelo Senado da República, era fundamental para que a Justiça brasileira pudesse ser alçada ao patamar que a sociedade brasileira tanto desejava e merecia.

Fui reeleito Conselheiro Federal no ano de 2013, cargo que ocupo até os dias atuais, e desta feita presidindo a Comissão Especial de Direito Eleitoral – mas sempre participando, dentro do Conselho Federal, de todas as discussões dos temas mais relevantes para a advocacia brasileira e para a sociedade brasileira. Nesses quase seis anos de Conselho Federal, atuei na Segunda Câmara, que é a câmara que julga os recursos em processos disciplinares de advogados que, para mim, também foi uma experiência muito importante. O desafio é muito grande, de julgar colegas, e penso eu que, por essa atuação como Presidente da Seccional do Piauí, posteriormente com dois mandados de Conselheiro Federal e como membro da Segunda Câmara, é que acabei viabilizando o meu nome num difícil processo de escolha, num processo de escolha, num processo interno do Conselho Federal, numa disputa acirrada, mas tive a honra de merecer a confiança dos Conselheiros Federais, sendo, inclusive, o candidato mais votado.

Eu tenho aproximadamente 21 anos de advocacia e, coincidentemente, 10 deles antes da existência do Conselho Nacional de Justiça, e 10 deles após a existência do Conselho Nacional de Justiça. E posso afirmar a V. Exªs que a criação do Conselho Nacional de Justiça foi um divisor de águas na Justiça brasileira. Um órgão de extrema importância que ainda não alcançou completamente, não tenho dúvida de afirmar isso também, os seus ideais, mas é um órgão jovem, com apenas dez anos. Dez anos para a história significa muito pouco, mas, certamente, nesses dez anos, podemos comemorar inúmeras conquistas.

Hoje, nós vemos, inclusive, que a própria Magistratura brasileira já começa a compreender melhor o Conselho Nacional de Justiça e, inclusive, a perceber que é através deste órgão que nós poderemos efetivamente ter a Justiça que a sociedade brasileira tanto espera. Um órgão, aliás, que começou a fazer isso com muito sucesso, de introduzir a prática do planejamento no Poder Judiciário, que era uma coisa que não ocorria. Os juízes tinham uma preparação exclusivamente para julgar, para decidir, não se preparavam para assumir os postos de comando nos tribunais. E as gestões se sucediam sem nenhum tipo de planejamento. O País também não conhecia o Poder Judiciário. Era um Poder hermeticamente fechado, um Poder muito conservador. E os tribunais eram verdadeiras ilhas de poder impenetráveis, e o Conselho Nacional de Justiça tem conseguido a proeza de dar mais transparência ao Poder Judiciário brasileiro. Isso sem dúvida nenhuma é fundamental para a melhoria dos serviços.

Penso também que essa visão de CNJ como algoz da Magistratura é uma visão equivocada. Tendo em vista que o CNJ é, ao contrário, um suporte para a Magistratura brasileira porque, com a introdução de novas

práticas, de novos modelos de gestão, simplesmente os próprios magistrados vêm hoje no CNJ, como disse anteriormente, um ponto de apoio e, hoje, buscam, através do CNJ, apresentando boas ideias, boas sugestões, promover as transformações necessárias para aquele Poder.

Quero dizer a V. Exªs, mais uma vez, que me sinto muito honrado de estar aqui neste momento, um simples advogado do Estado do Piauí, mas que tem procurado ao longo da vida ser útil à sociedade dentro da atividade que exerce. E neste momento peço a V. Exªs esse voto de confiança, da mesma forma como recebi no Conselho Federal, para que, após responder às indagações formuladas por V. Exªs, eu possa continuar nesta jornada e, posteriormente, possa merecer também o voto no plenário desta Casa para dar a contribuição de advogado, mostrando a visão de advogado que conhece as mazelas que afetam o Poder Judiciário e a visão também de dirigente de Ordem, de membro do Conselho Federal, para que possa dar a minha singela contribuição a este órgão tão importante para a Nação brasileira.

Fico, portanto, à disposição de V. Exªs para as indagações que formularem.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Peço a V. Exª se puder abrir o painel de votação, porque hoje é um dia atípico. Vamos ter a sessão do Congresso a partir das 11 horas. E eu pediria aos nossos pares que permitissem abrir a votação sem caracterizar um precedente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferido o pedido de V. Exª.

Determino aos funcionários encarregados que abram o painel para que os Senadores presentes possam exercer o direito de voto.

Eu quero registrar a presença de autoridades aqui nesta reunião: Ministro Reinaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça; Srª Candice Lavocat Galvão Jobim, Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe-1ª Região); Sr. André Luís Maia Tobias Granja, Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe-5ª Região); Srª Gilda Carneiro Sigmaringa Seixas, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Sr. Cândido Moraes, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Srª Selene Almeida, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Sr. Fernando César Baptista de Mattos, Juiz Federal da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Sr. Cláudio Pacheco Prates Larmachia, Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em prosseguimento, passamos agora à fase de arguição.

Cada Senador terá o tempo de dez minutos para formular sua arguição, e o interpelado terá o mesmo tempo para responder, havendo tréplica e réplica, sendo que ambas terão o prazo de cinco minutos.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, primeiro inscrito para esta sabatina.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente José Maranhão.

Cumprimento a Srª Daldice Maria Santana de Almeida e também o Sr. José Norberto Lopes Campelo, que são os nossos sabatinados de hoje.

Presidente, só uma questão: as perguntas serão para os dois?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço vênia a V. Exª para interrompê-lo. Darei um aviso que é oportuno. Neste primeiro momento, votarão apenas os titulares. Após os titulares esgotarem o seu direito de votar, naturalmente chamaremos os suplentes presentes à reunião.

V. Exª pode prosseguir.

Obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, eu sou suplente. Então, após ler as minhas perguntas, eu vou me retirar. Vou ser convocado no final para voltar para votar?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Porque talvez eu não esteja aqui mais na Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Porque, veja bem, o sistema foi montado para quando o suplente se antecipa na votação cancelar o voto.

Eu não sei se seria o caso de V. Exª esperar mais um pouco.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não. Eu acho que eu deveria votar. Depois, se cancelar, cancelou. Não há problema nenhum. Acho que é mais justo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Se V. Exª tem certeza de que o titular não estará presente, eu posso convocar V. Exª para votar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não. Eu não posso dar certeza. Ele pode chegar a qualquer hora. Está bem, Presidente, vamos lá.

Vou fazer a primeira pergunta, então, à Drª Daldice. A atividade que vem sendo desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça, como órgão de coordenação e planejamento administrativo do Poder Judiciário, tem se revelado fundamental para o aperfeiçoamento do sistema judiciário brasileiro. A senhora concorda com essa afirmativa? E quais as observações que poderiam ser feitas a esse respeito?

A segunda pergunta. Entre os problemas que se refletem a uma má prestação jurisdicional ao cidadão estão as dificuldades de acesso ao Poder Judiciário e os parcos sistemas eletrônicos existentes. Em sua opinião, esses são os principais problemas do Judiciário brasileiro, ou para justificar a sua morosidade?

A senhora poderia também apontar outros problemas desse sistema?

As minhas duas perguntas ao Dr. José Norberto são as seguintes: antes da existência do Conselho, as Corregedorias pouco ou nada faziam para julgar magistrados com conduta ilícita. O que mudou no Judiciário brasileiro, com os poderes do CNJ de julgar magistrados?

E a segunda: o profissional que assume a função de conselheiro e passa a ter a possibilidade de realizar o julgamento de um magistrado deve estar preparado para essa função. Sendo advogado, o senhor teria alguma dificuldade em julgar juízes nessa situação?

São as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ao interpelado, concedo a palavra, para atender às formulações que foram feitas pelo Senador Blairo Maggi.

O SR. JOSÉ NORBERTO LOPES CAMPELO – Eminente Senador Blairo Maggi, agradeço a V. Exª a oportunidade de discorrer sobre dois temas tão relevantes para a sociedade brasileira e, especialmente, para a advocacia brasileira.

Na verdade, sendo muito franco, Senador, as Corregedorias dos Tribunais não funcionavam praticamente. O funcionamento era muito ruim, era sofrível, e nós advogados vivíamos uma angústia muito grande com relação a isso, porque, normalmente, as representações que formulávamos mais serviam para desprestígio do advogado e prejuízo inclusive de seus clientes. E os resultados eram muito difíceis de ocorrer, ainda que as representações fossem nitidamente procedentes.

Com a criação do CNJ, essa situação mudou, porque o CNJ inclusive tem a atribuição de acompanhar os processos, não só nas Corregedorias dos Tribunais, mas inclusive quando tramitam nos plenários dos tribunais. Cada ato, cada passo, cada decisão têm, necessariamente, pela Resolução nº 135 do CNJ, que ser informados àquele órgão. Então, isso também foi um divisor de águas.

Hoje nós temos Corregedorias que funcionam mais adequadamente – claro que podem melhorar, devem melhorar –, mas funcionam muito melhor do que antes da criação do CNJ. Houve o encorajamento maior, não só para a classe dos advogados formularem as representações pertinentes, mas à própria sociedade, uma vez que o CNJ abriu a oportunidade de qualquer cidadão brasileiro formular a reclamação que julgar pertinente, conveniente, contra qualquer membro do Poder Judiciário. Então, isso deu mais transparência também à atuação das Corregedorias, que passaram a prestar contas das suas atividades.

Portanto, o Conselho Nacional de Justiça, no aspecto disciplinar, foi também um grande divisor de águas para o Judiciário brasileiro. Inclusive hoje nós temos uma situação em que o próprio Conselho Nacional de Justiça, muitas vezes, devolve as representações que recebe, para que sejam encaminhadas, no próprio tribunal de origem, pelas próprias Corregedorias de origem, não só em um ato de confiança que se dá a essas Corregedorias, mas por saber que os procedimentos têm tido um melhor tratamento a partir da sua existência.

O segundo questionamento de V. Exª, também muito pertinente, é um tema muito caro à advocacia brasileira, porque remete também à questão do quinto constitucional. Nós entendemos que os advogados têm muito a contribuir com os tribunais e, obviamente, também com o Conselho Nacional de Justiça. Aliás, nós temos excelentes exemplos. Um deles é o Conselheiro Paulo Teixeira, aqui presente, que está encerrando, agora em agosto, o seu mandato de Conselheiro, indicado pelo Conselho Federal da OAB, e que tem tido uma atuação brilhante, e outros exemplos mais, como o Conselheiro Jorge Hélio e tantos outros, como Paulo Lôbo – grandes contribuições foram dadas.

Com relação ao advogado julgar Juiz, V. Exª também me remete a outro tema muito importante que é a Lei da Organização da Magistratura, que está sendo gestada, no Supremo Tribunal Federal, e que, em breve, deverá chegar a esta Casa.

Na nova Loman, existem muitas proposições que dizem respeito exclusivamente ao Conselho Nacional de Justiça. Aí, já entendo que há um vício de formalidade, porque a Loman não pode, penso eu, pelo menos numa análise rápida, adentrar em questões que digam respeito ao CNJ, porque fere o princípio da reserva legal. É o Congresso Nacional que pode ter a iniciativa de projeto de lei nesse sentido. Lá consta uma proposição

que impede os advogados, membros do CNJ, não só os advogados, mas, inclusive, os juízes, de atuarem em procedimentos disciplinares contra desembargadores, criando escalonamentos de conselheiros, enfraquecendo obviamente os poderes daquele órgão. Então, nós, advogados, sendo indicados para a composição desse órgão, entendo eu que estaremos investidos dos poderes necessários para julgar os magistrados, que, pela Constituição Federal, se submetem aos poderes do CNJ. Pessoalmente, como eu disse na minha apresentação, já tenho uma boa experiência em relação a isso, que são seis anos julgando processos disciplinares de advogados. Então, se o advogado é capaz de julgar a si mesmo, certamente não terá maiores dificuldades para participar de julgamentos de magistrados.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª deseja exercer o direito de réplica?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gostaria de ouvir a Drª Daldice, depois eu faço um comentário no final.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Drª Daldice Maria Santana, para responder às interpelações formuladas pelo Senador Blairo Maggi.

A SRª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA – Senador Blairo, agradeço pela indagação e pela oportunidade de fazer alguns esclarecimentos. Antes, porém, eu gostaria de registrar e agradecer a presença da Desembargadora baiana também, da 1ª Região, a Drª Selene de Almeida. Fico lisonjeada por V. Exª estar aqui neste momento. Também agradeço a presença do André, Diretor da Ajufe, aqui conosco. Quero também registrar a sua presença, Presidente, e fazer o meu agradecimento neste momento.

Senadores, diferentemente do que ocorreu na França, onde os juízes não gozavam da independência necessária para julgar, eles estavam vinculados ora ao Executivo ora ao Legislativo, aqui o nosso Poder Judiciário gozava – bom dia, Senadora Gleisi –, já naquela época, de todas as garantias necessárias ao julgamento. Um juiz com medo de perder o cargo ou um juiz com medo de ser removido para outra subseção por conta de um julgamento não é garantia de um julgamento justo, não é garantia de realização de justiça. As prerrogativas da Magistratura não são dadas em razão da pessoa, de quem ocupa; elas são dadas em razão da função que exercem, para julgar bem, para julgar com justiça. Se o Judiciário já tinha todas essas garantias, ou seja, na França foi criado o conselho, que é a origem da ideia de conselho, foi gestado na França, mas para reforçar, para fortalecer o Judiciário. Aqui não foi para fortalecer, porque já era forte. Então, por que surgiu o Judiciário aqui?

Surgiu pela morosidade, mas a morosidade excessiva, porque, no mundo inteiro, se fala em morosidade. Mas lá, quando se pergunta qual é a morosidade, eles dizem: "Um ano, dois anos."

Quando nós estivemos, nos Estados Unidos, em um curso de administração judiciária, um Juiz do tribunal de lá, que sempre está aqui, o Peter, fala português e tal, ele nos recebeu. Ele disse que tinha um circuito, uma região lá que tinha um atraso substancial de processos. Então, eles se reuniram e foram lá para identificar as causas e traçar estratégia para superar aqueles problemas. E uma lição ele nos passou: para superar os problemas do Judiciário, ele tem de contar com todas as pessoas envolvidas. O Judiciário, sozinho, não pode resolver a morosidade. Ele tem de contar com uma advocacia e tem de contar com os poderes públicos. Por que eu falo que com os poderes públicos – e falando da Justiça Federal, particularmente? Porque nosso maior litigante, nosso litigante habitual, é o Poder Público. Então, como é que eu vou falar de morosidade se eu não penso nessas pessoas e se eu não atuo com essas pessoas?

Só para ilustrar o problema lá nos Estados Unidos, ele combinou com os advogados, uma das causas era adiamento das audiências, e disse o seguinte: "Quando houver adiamento das audiências, nós vamos fazê-las a qualquer custo... Desculpem, não haverá adiamento. Quando houver alguma coisa, mande alguém. Se morrer a mãe, mande o representante ao velório da mãe, mas o advogado comparece." Isso aí é força de expressão para dar a conotação de que o que estava sendo criado ali, aquele ambiente de gestão que estava sendo criado ali era para ser cumprido. Então, morosidade há, mas o que é morosidade? A Corte europeia não quis fixar um prazo porque, por exemplo, lá também se fala em morosidade. Ela não quis fixar um prazo para terminar, ou seja, a duração razoável de um processo. Ela deixou alguns critérios em aberto, porque, às vezes, se a gente coloca um prazo, matam-se as garantias de um processo, ou seja, eu não vou esperar prazo de contestação, não vou esperar prazo de recurso, eu não vou deferir essa prova, porque vai atrasar o processo. Então, há um risco.

Também, colocar um prazo muito longo... Há processo que, pela natureza, é curto. Então, o que vai acontecer? Pode todo o mundo se acomodar com aquele tempo que é dado. Então, o que a Corte europeia coloca como parâmetro para isso? Verificar a complexidade do caso, verificar o comportamento dos advogados: se eles estão pedindo medidas protelatórias, se eles comparecem às audiências, se eles pedem conversão do processo em diligência. Então, qual é o comportamento dos advogados – para nós – aqui no Poder Público? Qual é o comportamento da União, qual é o comportamento dos poderes públicos perante o Judiciário? E também

comportamento dos juízes da localidade. Se eu tenho um fórum com 10 juízes, e da mesma matéria, eu vou ver o comportamento de todos para poder identificar a lentidão de um.

Então, este foi o foco maior da criação do papel do CNJ: combater a morosidade. Agora, combater como? O colega já adiantou e facilitou para mim: planejamento estratégico, uniformidade de gestão. Não se pode ter ilhas. O Poder Judiciário é uno e é dividido em federal e estadual por uma questão de eficiência, para especialização. Mas, para o jurisdicionado, ele não quer saber se é Justiça Federal, se é Justiça do Trabalho, se é Justiça do Estado. Ele quer saber que é a Justiça. Então, alguém tem de dar uniformidade. Essa uniformidade, hoje, o CNJ exerce.

Um outro aspecto é muito do dia a dia de quem viaja, um dos exemplos de uniformidade é a autorização para viajar para o exterior desacompanhado. Antigamente, na Polícia Federal, as crianças, às vezes, não podiam viajar porque cada juiz dava um padrão para se viajar, cada juiz tinha a sua redação, cada juiz tinha os seus requisitos. Hoje, para quem quer mandar os filhos – eu tenho filhos e os mandei –, há um formulário padrão, e todo cartório diz que precisa só reconhecer firma, não precisa autenticidade, porque ora a Polícia Federal queria por autenticidade, ora só por semelhança. Então, este é o papel do Judiciário: onde está havendo essa desinformação, que ele dê essa orientação.

Outro aspecto, que o colega já facilitou aqui para mim, é a questão dos desvios de condutas, com segurança, efetivamente. Não havia correição para os tribunais. Não havia quem corrigisse os desembargadores. Havia, sim, corregedorias locais para o primeiro grau, mas, em alguns casos, pouco eficazes. Então, ter o papel com esse poder é garantia de segurança para o jurisdicionado e para o próprio Poder Judiciário.

Então, pessoalmente, como eu olho o CNJ? Eu vejo até uma semelhança com quem tem filho. Às vezes, quando não queremos nos indispor com os filhos, dizemos: seu pai está chegando, e eu vou contar. Então, para os funcionários, dizemos assim: nós teremos correição este ano. Eu quero relatório minucioso. Por quê? Porque é uma forma de os funcionários também se sentirem, digamos assim, dentro do contexto de que ninguém está solto, nada na vida é solto, todo mundo tem uma referência. E essa nossa referência, primeiro, é o cidadão que precisa. Depois, formalmente, é o CNJ, que representa a sociedade.

Então, o que o CNJ fez para combater a morosidade? Metas: meta de julgamento de processos mais antigos; meta de julgamento de julgar mais do que entra; meta para julgar as ações de probidade. Há outras metas que são específicas. Ou seja, há meta de informatização, uma série de metas que estão convergindo para a melhoria do Judiciário.

Nós temos também a questão dos mutirões carcerários, de onde surgiu não só uma política carcerária, mas também a questão de como aqueles presos estavam cumprindo a pena. Ou seja, virou uma matéria de direitos humanos – a superlotação, a falta de higiene, a falta de trabalho, a falta de educação. Parece-me que só 4% estudam e só 14% trabalham. Quer dizer, isso favorece o quê? O poder paralelo dentro dos presídios.

Então, o CNJ, ao eleger o sistema carcerário como uma política, também está colaborando. Afinal de contas, a pessoa só pode ser considerada, digamos, culpada depois do trânsito em julgado. Se o Judiciário é moroso, ele fica como preso provisório.

Por fim, só um detalhe mais importante para esclarecer, porque é a minha área de atuação e eu apliquei bastante, que foi a conciliação e a mediação como meios adequados de solução de conflitos.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, para exercer o seu direito de tréplica .

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Presidente. Não será uma tréplica, apenas uma comentário sobre o posicionamento.

Eu penso que o CNJ tem que exercer o papel que está sendo descrito aqui pelos sabatinados. Mas o que eu tenho visto na prática – é para isso que eu gostaria de chamar a atenção – é de que muitos advogados, em muitas causas que são perdidas lá nos tribunais iniciais, e que desagradam àquele que perde, ele acaba arrumando um jeito de reclamar ao CNJ do posicionamento do juiz, buscando alguma coisa. Então, o que eu gostaria de deixar claro a vocês dois que estão sendo sabatinados é que o CNJ deve ter essa preocupação: de não se transformar em um tribunal recursal daqueles que perdem, porque o juiz não pode perder a sua autonomia, não pode perder a sua consciência e a sua maneira de julgar, a sua independência, tanto é que ele tem que seguir a lei, mas também tem que seguir os padrões que estão lá colocados de ética, moral e coisa parecida, e não só a letra fria da lei.

Então, apenas nesse sentido para dizer que, quando chegam ao CNJ reclamações contra juízes, ou coisa parecida, não dá para fazer como Ministério Público faz contra os políticos ou contra a maioria das pessoas, ou seja, apenas por ter ouvido falar já se abre um processo, ouviu falar, faz isso. Tem que haver um filtro, bom senso sobre as coisas também para a vida seguir, porque se for tudo, tudo, depois da vírgula, três casas decimais

para frente, o País não vai andar, as pessoas, no caso os juízes, terão medo de tomar decisões, postergarão as suas decisões, e não é isso que nós desejamos, não é isso que queremos.

De minha parte, não há mais nenhuma pergunta.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Presidente, eu interrompo um pouco a reunião para anunciar a ilustre visita do Prof. Paulo de Morais, que é professor universitário em Portugal, e é perito do Conselho Europeu para Questões de Boa Governança Anticorrupção e Branqueamento de Capitais – a nossa lavagem de dinheiro. Portanto, está presente o Prof. Paulo de Morais que também é, no sistema português, candidato independente à Presidência da República.

Então, as nossas boas-vindas ao Prof. Paulo de Morais, que será sempre bem acolhido, não só porque vindo de Portugal, um país irmão, mas, sobretudo, por ser referência europeia no combate à corrupção.

Os nossos cumprimentos ao Prof. Paulo de Morais e as boas-vindas do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência recebe e acolhe o anúncio que acabou de ser feito da presença honrosa do Prof. Paulo de Morais nesta Comissão, também candidato independente ao governo de Portugal, que ocupa funções importantes, eu diria até oportuna visita nessa hora pela situação que atravessamos.

É um prazer muito grande receber o professor aqui, para que o senhor possa conhecer melhor o funcionamento desta Comissão, que tem papel institucional da maior relevância na Federação brasileira.

Dando prosseguimento, concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para fazer a sua interpelação.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador José Maranhão, a quem saúdo e cumprimento.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminentes juristas aqui indicados; Desembargadora Daldice Maria Santana de Almeida; eminente Dr. José Norberto Lopes Camelo. Queria saudar também o Prof. Morais, eminente autoridade lusitana que nos honra com sua visita. Seja sempre muito bem-vindo ao Brasil!

Sr. Presidente, eu gostaria, de maneira muito objetiva, apresentar uma questão a cada qual.

Em primeiro lugar, eminente Desembargadora Daldice, queria cumprimentá-la pela sua história de vida, que aqui relatou, inclusive em tom emocionado, e da sua origem humilde no interior da Bahia, até galgar a composição do Tribunal Regional Federal do Estado de São Paulo, Estado líder da nossa Federação em termos econômicos. Queria cumprimentá-la por sua dedicação e a proximidade que tem o Relator com a cidade de Espinosa, terra, aliás, da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, Ministra do Supremo Tribunal Federal, mineira, que é da cidade de Espinosa, no norte de Minas.

Eu fiquei muito feliz ao observar na leitura, na semana passada, do relatório de V. Exª, da sua inclinação, dedicação, trabalho e empenho na questão relativa à conciliação. Tenho feito aqui, nas diversas sabatinas, tenho tido a oportunidade de apresentar aos indicados uma observação que, hoje, é um sentimento geral da sociedade brasileira. A justiça é, de fato, é morosa, ela é lenta...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu pediria a cooperação das pessoas presentes, inclusive do nosso Plenário também, no sentido de guardarem o necessário silêncio a fim de que todos possam ouvir, tanto os interpelantes, como os interpelados.

Esta reunião é importante, porque está decidindo sobre a composição de um conselho que tem um papel preponderante na administração da justiça em nosso País.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Voltando, Desembargadora Daldice, o sentimento da sociedade brasileira, como eu tenho dito ao longo do tempo, e é generalizado, e V. Exª conhece muito bem, é de uma cultura de litígio, de conflito. E nós estabelecemos esse hábito, lamentavelmente, entre nós, e o resultado é a existência de milhões de processos.

A solução não é única, ela é uma solução complexa, mas, indubitavelmente, ela passa pelo prestígio da autocomposição, da conciliação, da arbitragem, das formas de negociação e conciliação que, hoje, a justiça prestigia.

V. Exª disse bem, no passado esse tipo de atividade era considerada periférica. A senhora remete bem à ideia de mesa quebrada que usava. Hoje, felizmente, inclusive o Congresso acaba de aprovar leis robustas que tentam, cada vez mais, prestigiar e dar instrumentos aos magistrados. Mas ainda há uma resistência do próprio magistrado, da nossa sociedade, dos advogados.

Então, mais do que uma pergunta, eu estou lançando a V. Exª um apelo para que, no CNJ, que é o órgão nuclear estratégico da justiça brasileira, V. Exª continue empenhada nessa tarefa mais do que nobre no sentido de prestigiar a conciliação, a arbitragem, a autocomposição e todos os instrumentos jurídicos e processuais

inerentes a esse tipo de procedimento. Porque, do contrário, nós só teremos mais processos e não teremos condições, o Brasil, de suportar o aumento da máquina e do aparato judicial: juízes, estrutura burocrática, especialização da justiça. Então, está aí um ponto nevrálgico e temos que nos empenhar muito sobre esse aspecto.

Menos uma pergunta e mais uma observação a V. Exª.

Eminente Sr. José Norberto, queria também cumprimentá-lo pela sua carreira, liderança entre seus pares advogados do Estado do Piauí, ocupou diversas funções, inclusive a Presidência da Seção e o cargo de Conselheiro Federal e sua indicação para o Conselho Nacional de Justiça, como o mais votado para representar a Ordem, da qual, orgulhosamente, eu também sou parte.

Dentro do que eu falava há pouco à Desembargadora Daldice, eminente Dr. José Norberto, o que nós temos aqui, nesta nossa cultura, é a própria função do advogado, onde também nos incluímos, que acaba levando à indagação que é recorrente: temos recursos demais no Brasil? O novo Código de Processo Civil melhora ou para alguns piora em matéria recursal, levando a um excesso de recursos? O Senador Blairo Maggi acaba de lembrar um que nem é previsto: um recurso levado como se fosse uma queixa ou uma representação ao CNJ em relação à ação do magistrado.

Então, indago do eminente Dr. José Norberto qual é o seu sentimento: se nós podemos continuar estimulando a conciliação, diminuindo os recursos, talvez até numa jurisprudência estimulada para que os processos – é claro, garantido sempre o duplo grau de defesa e todos os cânones constitucionais – sejam mais céleres, porque tão ruim quanto a injustiça, nós sabemos, é a justiça tardia e falha.

Muito obrigado a ambos. Parabéns pelo desempenho na sabatina e pelas respectivas carreiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. José Norberto Lopes Campelo, acho que foi essa a ordem da interpelação, para responder às colocações do Senador Anastasia.

O SR. JOSÉ NORBERTO LOPES CAMPELO – Exmo Sr. Senador Anastasia, V. Exª levanta um tema que realmente atormenta a sociedade brasileira e todos partícipes desse processo que é relacionado à morosidade e ao que fazer para resolver esta problemática.

A nossa posição, Senador, é que não são efetivamente os recursos que levam à morosidade da Justiça. Os números bem demonstram essa realidade, tendo em vista que o grande gargalo que observamos é na primeira instância. A maioria esmagadora do processo em trâmite no Judiciário brasileiro está na primeira instância.

Efetivamente, sabemos que algo precisa ser feito, porque a nossa cultura é de litigiosidade. É assim que aprendemos na faculdade de Direito, a faculdade que forma advogados e magistrados. Então, não temos realmente a cultura da conciliação, inclusive, apesar de haver uma previsão no Código de Processo Civil das audiências prévias de conciliação, o que observamos é que elas acontecem apenas para o cumprimento de mera formalidade. No mais das vezes, o juiz sequer conhece o objeto da ação para a qual ele vai tentar fazer uma composição entre as partes, o que torna sua tarefa praticamente impossível.

Então, o que entendemos é que devemos realmente primar por uma nova cultura, aliás uma cultura que já está se instalando no Brasil, principalmente através da atuação do CNJ, que já vem, há alguns anos, tentando colocar para os tribunais a importância da conciliação, inclusive fazendo mutirões, procurando nessa ação transformadora de comportamento – e nesse ponto precisamos também fazer a mea-culpa – dos advogados, dos magistrados...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Mais uma vez, peço aos presentes que guardem o necessário silêncio para que possamos ouvir os interpelados e os interpelantes. As pessoas que tiverem algum assunto para falar com mais ênfase e com mais potência na voz poderão fazê-lo na sala vizinha. Não é justo que, em uma reunião da maior importância como esta, a pessoa venha aqui para fazer conversas paralelas nos corredores, tornando inaudível o que está falando o interpelado e o interpelante. Estou recebendo reclamação dos próprios Senadores que constituem os membros da Comissão sobre esse assunto.

Se for necessário, para dar mais tempo aos senhores e às senhoras que estão conversando paralelamente, posso suspender a reunião, inclusive para, se os senhores quiserem, usar até o microfone, porque estão falando em voz tão alta que torna impossível ouvir as pessoas que estão respondendo às interpelações da maior importância, que são feitas aqui.

O SR. JOSÉ NORBERTO LOPES CAMPELO – Muito obrigado.

Como eu estava falando, eminente Senador, essa é uma questão cultural que precisa ser trabalhada e, como questão cultural, demanda certo tempo para que haja essa transformação. Não penso que sejam os recursos que emperrem o Poder Judiciário. Nós, advogados inclusive, cumprimos os nossos prazos, sob pena de causar graves prejuízos aos nossos constituintes. Temos inclusive prazos recursais de 24 horas, de 3 dias, 10 dias, 15 dias, e os cumprimos, mas, infelizmente, o que a gente observa é que, muitas vezes, o Poder Judiciário

leva anos, até décadas, para conseguir resolver o problema, que poderia, sim, ser resolvido no seu nascedouro, ou até mesmo antes de se chegar ao Poder Judiciário, através da conciliação.

É preciso observar também quem são os principais clientes do Poder Judiciário, um outro problema sério, que pode, inclusive, ser trabalhado pelo CNJ. Litigar no Brasil é muito barato. E muitas empresas, sobretudo as maiores, acabam utilizando o Poder Judiciário como forma de se defender do cumprimento dos seus objetivos, sobretudo – a gente sabe disso – concessionárias públicas, o que emperra o Poder Judiciário. A maioria das ações, inclusive, são dessa natureza.

O próprio Poder Executivo é um dos principais litigantes do País. Observamos, inclusive, que alguns agentes públicos transferem as suas responsabilidades para o Poder Judiciário. Elas tem o poder de decidir e não decidem com medo de, posteriormente, serem questionadas pelas decisões que tomaram e transferem essa responsabilidade para o juiz. E, obviamente, tudo isso acaba levando a essa situação insuportável que temos hoje, que é a morosidade da Justiça.

Então, penso, como V. Exª bem mencionou, que temos que estimular a conciliação. Os advogados devem ter um papel fundamental nesse processo, devem reaprender a forma de atuação, como os magistrados também. Assim, podermos ter, sem dúvida, uma maior celeridade.

Em relação ao novo CPC, eu penso que ele melhora, inclusive foi uma inovação no Direito brasileiro, uma forma nova de se aprovar um novo código de procedimentos, com inúmeras audiências públicas, pela primeira vez com uma participação muito forte da sociedade brasileira, dos órgãos de classe. Os órgãos da magistratura tiveram uma participação ativa. A Ordem dos Advogados do Brasil teve uma participação ativa. A sociedade de um modo geral. Então, ele foi muito discutido e penso que ele traz importantes inovações, inclusive primando, também, pela conciliação.

O que nós esperamos é que outras medidas sejam tomadas, inclusive de caráter administrativo, para que essa triste realidade atual do Judiciário brasileiro possa ser revertida o mais rápido possível, porque, seguramente, nem os advogados nem os magistrados nem a própria sociedade aguentam mais conviver com uma condução tão lenta dos processos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª deseja fazer alguma réplica. (*Pausa.*)

Vamos ouvir, agora, a palavra da Srª Daldice, para responder às interpelações que lhe foram feitas.

A SRª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA – Senador Anastasia, eu agradeço mais uma vez pela oportunidade que me dá de talvez até esclarecer um pouco mais.

Quando a gente fala, hoje, da cultura da sentença e de retomar a cultura do acordo, a gente fala em retomar porque conciliação é uma coisa muito antiga, desde a Lei das Doze Tábuas, desde a Judeia, desde os rabinos, desde as assembleias tribais na África. E a gente se perdeu no caminho. As ordenações manuelinas traziam como condição de procedibilidade: "Primeiro, tente o acordo; depois, entre com ação, se não der."

A Constituição de 1891 também tinha isso como condição de procedibilidade: "Primeiro, o acordo; tente o acordo, tente o entendimento." O que foi feito muito com o juiz de paz e foi se perdendo, se diluindo.

Então, na realidade, a gente ouve... O Direito tem um fenômeno cultural e, de repente, esse valor do entendimento, se perdeu, não era tão importante. E aí, positivou.

Nós aprendemos – ainda foi da minha época – como redigir uma petição inicial: nome das partes, endereço, e assim nós reproduzimos.

Imaginem que eu cheguei em São Paulo em 1993. Saí da Bahia, decidi em oito meses ir para São Paulo, porque eu não iria assumir o cargo de magistratura em São Paulo.

Eu estava acostumada a não assumir, eu fazia o concurso, mas não assumia, e eu não ia assumir. Realmente houve uma pressão, e eu fui. Já em 1996, quando eu fiz uma audiência em que a parte de SFH, após o acordo, redigido e tudo, falou assim: "Hoje eu posso dormir na minha casa e amanhã eu posso morrer, porque eu vou deixar o teto para a minha família." Então, aquilo me tocou muito, porque o juiz tem a possibilidade de mudar a vida das pessoas, para pior ou para melhor, muito grande. Para melhor, quando ele é rápido, quando ele atende, porque dizer que a Justiça tarda, mas não falha... Falha. Porque um pai que morre hoje, deixa seu filho com dois anos, e a pensão só vem daqui a oito anos, me desculpe, já veio muito tarde. Falhou.

Há vários tipos de pessoas: aquelas a quem você dá uma incumbência, e elas se livram da incumbência; e outras se dedicam, e a dedicação vai além do instrumento que elas têm na mão.

Então, o que eu sugiro que nós devemos trabalhar no CNJ? O juiz de gabinete, aquele formalista, aquele que prestigia a contestação, que prestigia a briga, e decide segundo o seu valor, sem se preocupar se aquela sentença é efetiva, se aquela sentença é tempestiva, nós devemos mudar desse juiz para o juiz que seja facilitador da Justiça do caso, o juiz criativo, o juiz que vê o processo como um meio, e não um fim. Ou seja, por que as pessoas têm desentendimentos? Elas querem chegar a um entendimento. Elas querem uma decisão.

Porque elas foram incapazes de decidir. Então como é que o juiz vai fazer? Vai resgatar esse diálogo, primeiro para que as próprias partes decidam os seus direitos. Eu sempre digo que é muito mais fácil a pessoa falar, por exemplo, em matéria de dinheiro: "Eu tenho uma dívida, que era a dívida do SFH, o credor tem outra dívida; quanto eu posso pagar e quanto eu preciso receber." "Ah, é dez e tal." "Não, mas eu tenho isso." Então as partes se ajustam. É melhor do que a minha decisão de dizer: "Você vai pagar y, porque eu não sei se ele pode, eu não sei se ele tem condições de receber."

Então quando falam de conciliação comigo, eu vejo com muito potencial a conciliação. Eu cheguei a ter mesas em que os advogados da Caixa começaram a chorar junto com o mutuário. Não há quem seja insensível. Agora a sentença é fria. Eu dou, eu não sei, não sei como foi recebida; mas o acordo, por incrível que pareça, as pessoas às vezes colocam como de segunda categoria, mas é de primeira, em termos de sentimento, em termos de valor, em termos de resgate de diálogo.

Eu vi pessoas, inclusive funcionário do próprio tribunal, para quem eu fiz audiência de conciliação do SFH, e aí eu encontro: "Tudo bem? Está pagando direitinho?" "Doutora, já estou em outro financiamento." Isso significa o quê? Que foi tão bom, que ele voltou a tomar um outro empréstimo, ou seja, ele restabeleceu uma relação com aquele que ele antes julgava como opressor, como, digamos, aquele que não entende a vida do mutuário. Quer dizer, é um campo em que se pode trabalhar.

Hoje a Caixa Econômica Federal, eu digo pela Justiça Federal, a cultura da Caixa mudou tanto, que antes todo mundo tinha que recorrer, todos os advogados da Caixa tinham que recorrer obrigatoriamente.

Para não recorrer, eles tinham que pedir autorização. Hoje, ela mudou a cultura, que é a diminuição do grau de litigiosidade. Hoje, para recorrer, o advogado tem que pedir autorização.

E o que nós estamos querendo com o INSS? E aí eu quero, se me derem a permissão de estar no CNJ, trabalhar para que o INSS diminua os focos de litigiosidade. Como? Identificando aquelas agências, por exemplo, em que há muito indeferimento de benefício previdenciário. Por quê? Por que as pessoas não têm direito? Não sei. Por que está sendo indeferida a perícia sem muito cuidado? Por que o funcionário não está preparado? Qual é a razão? Então, além de cuidar dos processos já existentes, cuidar da prevenção. Prevenção sem processo, prevenção na origem.

Então, o Judiciário precisa falar consigo mesmo, com seus órgãos e falar com aqueles que usam o Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anastasia, quer usar o seu direito de tréplica?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Não, eu estou muito satisfeito. Eu queria só fazer uma menção que acaba de chegar aqui, juntamente com o Senador Aécio, o Deputado Arthur Maia, que é colega de V. Exª na Universidade Federal da Bahia. Ele acaba de nos relatar, além do currículo, que sabíamos, a percepção não só das suas notas elevadíssimas em toda a sua carreira, como também a sua dedicação, laureada, premiada. Então, de fato, V. Exª é um orgulho para a Justiça brasileira, assemelhando-se a todos e a Norberto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra ...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Apenas, Senador Maranhão...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... o Senador Walter Pinheiro, previamente inscrito.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – ... fazer apenas um registro.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – O Deputado Arthur Maia fez questão de ir ao meu gabinete – nós estávamos lá em uma outra reunião – e disse: "Na verdade o senhor tem que dar o seu voto a ela, que certamente será um destaque nessa nova função que vai alcançar, pela sua história de vida extremamente honrada e, como vemos agora, extremamente honrada e, como vemos agora, extremamente qualificada."

Parabéns à Srª Daldice.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O painel já está previamente aberto. De forma que V. Exª poderá exercer o seu direito de voto.

Pois não, com a palavra.

A SRª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA – Eu fico extremamente – como eu posso dizer? – emocionada por ver um colega de classe, mas de classe mesmo, aquele do primeiro ano de faculdade até a formatura, e próximo, que é o Deputado Arthur Maia... Eu fico realmente muito emocionada, principalmente por dar esse depoimento escolar. A vida, a história da gente se emenda. A dedicação começa desde o berço ou pelo menos a ideia da dedicação. A gente tenta superar as dificuldades.

Então, eu agradeço a V.Exª, Senador Aécio Neves, por acreditar na história dele e por estar aqui e dar esse depoimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu creio que esse processo de sabatina, particularmente essa forma adotada pela própria estruturação do CNJ, permite a gente inclusive ter certo nível de contato com os indicados, de maneira até a gente possa ir além do que são as atribuições de cada órgão desses. Às vezes, as pessoas acham estranho que, numa sabatina, os atributos individuais ou os traços da formação e principalmente os traços que vêm de berço possam compor o contexto de uma indicação de alguém para um órgão.

Agora há pouco o Dr. José Norberto disse que se sentia extremamente laureado por chegar a esse cargo. Mas a estatura do cargo não pode inibir, por exemplo, as dificuldades iniciais e, muito menos, subtrair a formação da filha de um vaqueiro e de um advogado, que teve oportunidade de estudar em uma escola que surgiu muito da vontade, da entrega e da contribuição à sociedade.

As escolas batistas, Dr. Norberto, são as experiências talvez mais exitosas, junto com as escolas presbiterianas, adventistas, em todo o mundo. Então, V. Exª deve ter tido a oportunidade de estudar em uma escola que franqueou o espaço, que, aliás, esse era o debate, inclusive, do passado, as igrejas costumavam abrir o seu espaço ocioso, durante a semana, não apenas aos filhos dos membros das igrejas, mas principalmente aos membros da comunidade.

É importante frisar isso quando duas pessoas chegam ao Senado para um processo de sabatina. Vale o currículo para essa hora, efetivamente, mas vale muito mais a experiência de vida consolidada.

O CNJ, Drª Daldice, para mim, é exatamente o local onde a gente passa a ter oportunidade da antecipação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, eu vou continuar, só estava permitindo que...

O CNJ, na minha opinião, Drª Daldice, tem uma tarefa de se antecipar, e não um fórum de julgamento. Fórum de julgamento é outro, não é o CNJ. Ainda que, como corregedor em determinas tarefas, possa promover, mas o melhor é que se antecipe para não precisar fazer nenhum tipo de correção. A antecipação é, exatamente, o instrumento mais importante do CNJ, não só na atribuição, mas a antecipação, por exemplo, na função.

O planejamento é uma antecipação. O planejamento é um método de antever ou aproximar, cada vez mais, os próximos atos da realidade atual. Então, é uma espécie de, não de adivinhação do futuro, mas de preparação do caminho para o futuro. Essa é uma das atribuições mais importantes do CNJ.

Às vezes, fico perplexo, porque, em um período mais recente, e se não me falha a memória, inclusive o ano de 2008 e 2009 foram anos muito conturbados para a Justiça brasileira, com questionamento, a história da transparência, a história da abertura. Então, se jogou muito sobre o CNJ uma responsabilidade de permitir... Até depois, acho que em um passo seguinte, o próprio CNJ criou o Programa Justiça Aberta, para interagir.

Agora, a Justiça não foi feita só para juízes, a Justiça não foi feita para quem pode, a Justiça, desde o seu nascedouro, é algo inclusive para os que mais precisam, os que menos podem e os que precisam de maior acesso.

Por isso, quando o Senador Anastasia colocou uma das questões mais importantes aqui, a questão da conciliação, ela é uma eliminação de etapa para resolução e, ao mesmo tempo, para facilitar a vida daqueles que menos podem.

Porque à medida que os que vão precisar de recursos – e aí eu falo recursos nas duas formas, tanto materiais quanto o grau de recurso –, essas etapas quando processadas em que os que menos podem terminam, às vezes, até abdicando no meio do caminho, porque eles não têm como chegar.

Então, se a conciliação antecipa, resolve, soluciona-se o problema e, ao mesmo tempo, dá a essa pessoa a possibilidade da chegada da solução. Essa é uma das coisas que eu acho mais importantes.

Lembro de que, numa determinada época, nós discutimos a indicação, Senador Anastasia, de uma pessoa para o Supremo Tribunal Federal. No caminho de volta, foi-nos dito – e não quero citar o nome das pessoas para não criar problema nem de um lado nem de outro, prefiro contar a história sem dizer o nome dos seus atores –, que a pessoa que a gente estava indicando não tinha nem doutorado. Eu disse que concordava ser importante a especialização. A Drª Daldice passou aqui, como já informado, com boas notas na faculdade, fez especialização, fundamental para o enriquecimento. Eu perguntava a uma das pessoas, na época do Palácio do Planalto: a pessoa, para chegar ao Supremo Tribunal Federal, não seria importante que, além do banco escolar ou até do doutorado fora do país, que era um comparativo que faziam na época – fulano tem doutorado fora do país e beltrano não tem. Eu falei: sabe por quê? Porque beltrano passou dez anos cuidando das causas, vivendo a experiência, fazendo o doutorado naquilo em que ele vai se especializar no Supremo, que é julgar isso todo dia.

Então, eu acho que esse doutorado, e essa é uma das coisas importantes: chegar ao CNJ com a bagagem, com o processo, com o caminho de ter enfrentado diversas causas, de ter atuado em determinadas situações, de ter enfrentado o volume de processos que a senhora relatou no início da jornada, e até de viver a experiência de onde a senhora e o senhor saíram, isso é importante, não para utilizar à margem do Direito, mas para utilizar, inclusive, à luz do Direito, para entender por que tem de ter celeridade, por que tem de haver conciliação, por que precisamos eliminar etapas para chegar à solução.

O outro debate que a gente faz muito nesta Casa, e acho que o CNJ pode nos ajudar sobremaneira, principalmente no planejamento estratégico da capilarização da justiça, é a oportunidade de você estabelecer em todos os cantos de um país continental, como o nosso, a presença da justiça.

A experiência de Riacho de Santana, da Bahia, em que a gente tanta labuta para que tenha um espaço para que as pessoas... Da época da senhora para a época de hoje, há uma diferença muito grande. Mas, mesmo assim, diversas pessoas nos distritos, na zona rural de Riacho de Santana, ou naquele velho oeste baiano, cujas distâncias são imensas... Precisamos deixar de ter aquela lógica de que Barreiras tem de ser uma espécie de concentrador ou até um polo para essas questões.

Essa é uma coisa com que o CNJ tem de se preocupar – talvez seja essa mesma experiência do Piauí, onde Teresina, efetivamente, é a meca. O sujeito, se quiser justiça, tem de ir para Teresina.

Essa é uma das batalhas que a gente trava aqui dentro. Às vezes, num orçamento Drª Daldice, a gente coloca uma emenda aqui, outra ali, para poder abrir uma vara no interior, abrir uma porta da justiça, criar um ambiente favorável para que um juiz, um promotor, tenham condições de trabalho em cada canto deste País.

Eu enxergo muito isso. Mais até do que a preocupação com a correição, é exatamente o funcionamento da justiça, o comportamento dos seus membros, juízes, servidores – é importante lembrar isso, porque a acha que o CNJ é somente para os juízes, mas o CNJ é responsável pela justiça, pelo funcionamento da justiça. Mas, principalmente de como isso chega na vida das pessoas. Essa composição heterogênea, digamos assim, do CNJ com diversas frentes...

Uma das reclamações que eu faço é que, para as duas vagas dos chamados representantes da sociedade e do notório saber, às vezes, nós poderíamos tentar garimpar um pouquinho mais, para ver se a gente conseguia botar gente que vive em condições bem adversas, para que elas possam contribuir.

Então, eu acho que essa é uma das coisas que me chamam a atenção. E em relação aos dois, a expectativa que preenche talvez a minha lacuna aqui é que, pelo fato das origens, a tendência natural é que os dois possam contribuir decisivamente para a gente ir aprimorando esse aspecto do CNJ.

Às vezes, para alguns, a filha de um vaqueiro teria que passar por diversos processos para poder chegar a um Conselho como esse, mas é importante lembrar que, exatamente, as dificuldades enfrentadas desde a sua tenra idade até o processo de formação, a sua história... Por exemplo, para a senhora cursar Direito, a senhora teve que ir para a cidade da Bahia, como dizem os baianos do oeste. Muitas vezes não falavam nem Salvador, falavam a cidade da Bahia. Então, para quem está nos ouvindo aqui, Drª Daldice, sair de Riacho de Santana para Salvador é uma viagem. Hoje, é uma viagem, imaginem ontem.

Então, o mesmo episódio vale para o Piauí, cuja experiência nós acompanhamos de perto, e eu me lembro que, a primeira vez nós criamos a primeira Universidade Federal do País em três Estados, que é a Universidade do Vale do São Francisco, o Piauí entrou com a ousadia de São Raimundo Nonato. E, na época em que eu defendi isso aqui no Plenário, um Deputado me disse assim: "Você está doido? Não existe universidade criada em três Estados e você ainda quer colocar uma universidade no interior?" Eu disse: isso, no interior". Não existe em três Estados? Nós vamos alterar a lei. Se só podia ser num Estado, agora nós estamos aqui para fazer a lei. E foi assim que nós criamos a Universidade do Vale do São Francisco, que começou, exatamente, no Piauí, na Bahia e em Pernambuco.

Então, mais do que uma indagação, eu acho que é cobrar de todos dois um pouco dessa experiência. Essa emoção de vocês estarem aqui, a emoção de chegar aonde estão chegando, mas cobrar mesmo que, pela dureza da vida de vocês, pelas trajetórias, vocês possam contribuir para que o CNJ possa suavizar e resolver os problemas, ainda, da dureza, porque milhões e milhões de brasileiros ainda enfrentam, com processos, as suas pequenas cidades.

É isso que eu espero de vocês, a partir desse currículo, mas, principalmente, esse nível de compromisso que vocês podem assumir, exatamente, para que mais do que a satisfação do ego – que eu acho que é importante, para todos nós, coroa, preenche – acho que o maior tributo e talvez o maior orgulho – eu nem gosto muito de usar essa palavra – que vocês possam levar será, no período em que estiverem no CNJ, puderem contabilizar o que fizeram de transformação para que as pessoas mais carentes deste País possam chegar e dizer assim: "A partir de agora, o CNJ, efetivamente, contribui para que a Justiça chegue à vida da gente".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Drª Daldice, para responder às considerações do Senador Walter Pinheiro.

A SRª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA – Senador, V. Exª, mais do que ninguém, refletiu efetivamente o que é o oeste Baiano e o que é Salvador.

Quando eu falo que eu sou baiana, dizem: "Ah, como Salvador é linda". Salvador, para nós, é uma cultura própria, é algo diferente, parece que não se insere no baiano depois de Feira de Santana. É muito diferente. A cultura é diferente, o jeito é diferente, e as carências também. Muitas! Quando eu fui para Salvador, não havia asfalto. Hoje, tem. Quer dizer, para chegar a Salvador levava 24 horas. Hoje, se chega em 16 horas, 12 horas.

Então, longe do centro e longe, também, do atendimento das necessidades.

Para se ter ideia, quando eu falo que o curso profissionalizante era o magistério, eu sou professora de primeira a quarta série, é o que tinha! Mas lá ainda há muito problema, muita carência. E o juiz que está lá é espetacular, porque ele está fazendo de tudo para supri-las. Mas morre um servidor, não se repõe. Ele responde por duas vagas.

Então, o que V. Exª vê aí, eu vejo toda vez que eu vou a Riacho. Melhorou, mas pela disposição do juiz, não por atendimento, coisas básicas, como, por exemplo, dar um instrumento. Há uma comarca em que havia só dois servidores e ele respondia por duas comarcas, sozinho. Ou ele cuida de réu preso, ou ele cuida de ação de alimentos, ou ele cuida das outras partes que são criminais. Há uma dificuldade sim e eu posso dizer a V. Exª que, se eu passar por essa arguição, sempre me comprometo com aquilo que eu me proponho a fazer. E mais ainda com a abrangência do papel do CNJ, que, como diz V. Exª, não se restringe a corrigir, mas antecipar planejando, planejando suas ações e suas reações também. Como eu vou planejar, criar uma vara, o que eu espero dessa vara? Como eu vou implementar a política e o que eu espero dessa política?

É isso, não sei se atende.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. José Norberto Lopes Campelo para suas respostas à interpelação.

O SR. JOSÉ NORBERTO LOPES CAMPELO – Eminente Senador Walter Pinheiro, eu nasci em 1965 na periferia de Teresina e meus pais, realmente, muito humildes, mas elegeram como sua principal missão – meu pai já falecido e minha mãe, graças a Deus, ainda entre nós – a educação dos cinco filhos. Quando eu fui eleito Presidente da minha Seccional, cargo que me honrou muito, foi realmente uma conquista inestimável para mim, eu lembro que mencionei, na minha posse, que a verdadeira comemoração não era na chegada, mas na saída. Era poder, depois de três anos, olhar para trás e ter a sensação do dever cumprido.

E foi com essa consciência que eu atuei durante três anos como Presidente da Seccional. E, da mesma forma, se vier a merecer a oportunidade por esta Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, do Plenário desta Casa, é com esse mesmo sentimento de saber que efetivamente as vitórias só podem ser medidas na saída. E o meu compromisso – primeiro. comigo mesmo, depois com a minha classe, com a sociedade e com V. Exªs – é o de me dedicar, se eventualmente assumir esse elevado posto, de corpo e alma a esta tarefa durante dois anos, com muito zelo e sempre observando esses primados que V. Exªs aqui colocaram, especialmente o de buscar a efetividade da Justiça com as novas práticas, os novos métodos, com a introdução de novas formas de solução de conflitos, práticas de administração, otimização dos recursos que são disponibilizados.

Para V. Exª ter uma ideia da situação que vive hoje o Piauí, ainda nos dias atuais, nós temos 30% de nossas comarcas desprovidos de magistrado. Esse é um quadro inaceitável, que precisa ser revisto! E, sem dúvida nenhuma, o CNJ tem um papel preponderante na busca de solução pra essas situações, já que os tribunais, sozinhos, não têm sido capazes de chegar à solução desses graves problemas que afligem a advocacia – que é o elo entre o cidadão e o Poder Judiciário –, mas que afligem, principalmente, a sociedade, que é a destinatária desse importante serviço, que é o de distribuir justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Presidente, poderia me inscrever? (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente Senador José Maranhão, Drª Daldice Maria Santana, Dr. José Norberto Lopes, ambos indicados para compor o CNJ, a primeira indagação se refere à maioridade penal.

A sociedade, de um modo geral, em face da violência que ocorre em todos os Estados brasileiros, sem exceção, inclusive com a participação de menores, tem exigido, de forma emocional, um tratamento igualitário para um menor de 16 anos infrator ao de um adulto que pratica crime igual ou semelhante. Essa comoção nacional provocada pela violência, pela criminalidade motivou o surgimento de diversas propostas no Legislativo, não só aqui no Senado, como na Câmara dos Deputados.

Nesta madrugada, por cinco votos, a Câmara dos Deputados rejeitou a proposta de queda da maioridade penal. Ou seja, de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Partidos políticos, entidades ligadas a direitos humanos, a meios estudantis, à OAB, à Igreja Católica, condenaram este projeto, sob alegação de que não adianta a redução da idade. Para o combate ao crime e o deslocamento do jovem para atividades produtivas, é preciso que, no nascedouro, ou seja, na idade de formação de jovem, o Estado brasileiro garanta uma educação condizente e que, nas casas de recuperação dos jovens, se conceda uma educação profissionalizante para a sua ressocialização, o seu retorno à família e à sociedade.

E, de fato, o ECA, que prevê essa condição para os menores infratores, e uma educação condizente, não tem sido cumprido religiosamente. E à falta disso, esses jovens mergulham novamente, quando saem da internação, na criminalidade.

Então, hoje no Senado, o Presidente Renan agendou a votação de um projeto da autoria do Senador José Serra. o Senador José Pimentel é o Relator, um grande Relator, que fez alterações que humanizaram substancialmente a proposta, aperfeiçoando-a no sentido de aumentar o prazo de internação de três para oito anos e para que o Estado forneça a educação compatível para a recuperação do jovem infrator.

Então, esta é a primeira pergunta: qual é a proposta preferencial da Drª Daldice e do José Norberto? Qual é a preferencial? A da Câmara, que foi rejeitada e que criminalizava já o menor de 16? Ou a proposta que está em andamento e que será possivelmente votada na sessão de hoje, no Senado Federal, de autoria do Senador José Serra, que tem como Relator o nobre Senador do Ceará, do Partido dos Trabalhadores, José Pimentel?

A segunda pergunta refere-se à delação premiada. A delação premiada, como os senhores sabem, entrou em nosso ordenamento jurídico em 1990. Em 1990, eu estava aqui no Senado Federal. Ela foi criada para dar apoio à investigação relacionada com os crimes hediondos. É a Lei nº 8.072, de 1990, que trata dos crimes hediondos, e foi adotado no sistema jurídico brasileiro o instituto da delação premiada, cujo objetivo é possibilitar, segundo a lei de 1990, a desarticulação de quadrilhas, bandos e organizações criminosas, facilitando a investigação criminal e evitando a prática de novos crimes por tais grupos.

Outros diplomas legais reintroduziram no ordenamento jurídico brasileiro a delação premiada. São vários. No Código Penal, os arts. 159, §4º, e 288; a Lei do Crime Organizado, de 2005.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – A Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro; a Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária e Econômica, e, afinal, a Lei nº 11.343, que é a nova lei sobre drogas, de 2006.

Segundo o Prof. – já estou encerrando, Presidente – Nucci, que é da PUC, a delação premiada o que significa, segundo o pensar dele? Significa a possibilidade de se reduzir a pena do criminoso que entregar os comparsas.

Segundo ele:

É o dedurismo oficializado, que, apesar de moralmente criticável, deve ser incentivado em face do aumento contínuo do crime organizado. É um mal necessário, pois se trata da forma mais eficaz de se quebrar a espinha dorsal das quadrilhas, permitindo que um dos seus membros possa se arrepender, entregando a atividade dos demais e proporcionando ao Estado resultados positivos no combate à criminalidade.

O instituto da delação premiada ocorre, portanto, quando o indiciado ou acusado imputa a autoria do crime a um terceiro, coautor ou partícipe. Também é possível a sua ocorrência quando o sujeito investigado ou processado, de maneira voluntária, fornece às autoridades informações a respeito das práticas delituosas promovidas pelo grupo criminoso, permitindo a localização da vítima ou a recuperação do produto resultante do crime.

Essa última expressão "voluntária" é da Drª Marcella Sanguinetti Soares Mendes, professora da Paraíba, terra do nosso Presidente José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – Muito bem, com muita honra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – O senhor a conhecia? (*Pausa.*)

Então, o que eu quero dizer a V. Exªs é que vários Senadores já se manifestaram, inclusive nesta Comissão de Justiça – e eu me lembro de um pronunciamento muito forte do Senador Jader Barbalho, do PMDB – no sentido de que as prisões podem resultar em uma pressão psicológica para a delação premiada.

Ora, nós aprovamos aqui a delação premiada, várias e várias vezes, mas, em virtude dos últimos acontecimentos relacionados com a Operação Lava Jato, há juristas se pronunciando, uns a favor, outros contra. Eu votei favoravelmente e, inclusive no projeto de combate aos crimes financeiros, eu introduzi, como autor, a delação premiada, e eu sou favorável.

Mas eu pergunto a V. Exªs se a aplicação dessa lei – porque quem aplica é o Ministério Público, é a Justiça; não é o Senado, nem a Câmara dos Deputados –, a aplicação pura e simples dessa lei pode resultar em grandes benefícios para a sociedade, como em muitos casos tem acontecido. E pode acontecer algum cerceamento na condição daquele preso que venha a fazer uma delação premiada para se livrar da prisão? O espírito da lei é o da voluntariedade, de que o denunciante deve apresentar-se à Justiça de forma espontânea: "Olha, eu quero colaborar com a descoberta desse crime. Eu quero colaborar com a investigação".

Era isso o que eu queria saber da Drª Daldice e do Dr. José Norberto.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra à Drª Daldice, pela ordem do próprio interpelante, para responder aos seus questionamentos.

A SRª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA – Obrigada, Senador Antonio Carlos Valadares, pela até pertinente indagação diante do que aconteceu ontem à noite, evidentemente.

A primeira indagação é com relação à menoridade penal. Senador, a ideia de criança não havia na Idade Média. Então, criança era um pequeno adulto. Trabalhava nas minas, e nem roupa apropriada tinha. Pode-se verificar um filme de época, que reflete essa imagem de criança como um pequeno adulto. Depois, evoluímos. Não sei se na primeira ou na segunda Constituição, talvez em 1891, a menoridade era nove anos. Todo esse debate foi ganhando corpo, com os especialistas da área, para chegar à ideia de maturidade psicológica, o amadurecimento da criança para entendimento da conduta delituosa.

Acho extremamente legítimo, porque as pessoas estão vivendo uma situação de delinquência juvenil muito grande. É legítimo demandar a quem pode fazer alguma coisa. Estou falando em termos de demandar, de lançar a luz para um problema: se eu tenho um problema, eu quero uma solução. O problema da sociedade é que ela está identificando os crimes, a delinquência juvenil e a impunidade. Então, ela reclama de impunidade. A solução vai ser dada, e, evidentemente, V. Exªs estão trabalhando para dar uma resposta para a sociedade. Como eu disse antes, o direito é um fenômeno social, que muda com o tempo. É uma questão a ser colocada.

Agora, eu volto aqui, em termos de Brasil, para o adulto e a questão da carceragem. Como está o sistema de carceragem? A gente tem uma lei boa; a lei de execução criminal é boa. O problema está na execução, que não está recuperando.

Se pegarmos o livro de Basileu Garcia, que traz referências de Beccaria, Howard e do Bentham, vamos perceber que o que ele descreve lá é o que está acontecendo hoje em termos de encarceramento. Por que a gente se reporta a isso? Porque a prisão era utilizada, ela surgiu, antes do século XVIII, só para evitar a fuga. Era como uma prisão preventiva. A pena mesmo era de morte, de exílio, de galés, de trabalhos forçados. Depois é que veio pena à semelhança do monastério: os monastérios tinham uma cela para cumprir penitência. Aí, veio a ideia de penitenciária para restringir a liberdade. Restringiu-se a liberdade, criaram-se penitenciárias, no século XVIII, e o que aconteceu? Muita promiscuidade, muita fome, muito desconforto. Isso foi relatado por Beccaria lá atrás. O que temos hoje? Superlotação. O que eles recomendavam lá? Trabalho, higiene e uma diminuição... Tudo o que está acontecendo hoje é o que se coloca.

O embate hoje é: vamos tratar esses menores como adultos e encarcerá-los, ainda que separados, mas já com uma carga de criminoso, porque ele vai ter antecedente. Então, eu penso que a premissa tem de passar primeiro. Se eu tivesse um sistema carcerário eficiente, que realmente recuperasse, a gente poderia até pensar numa diminuição da idade. Do jeito que está, não está sendo saudável nem para o adulto; o que dirá para o menor? Ainda que separado.

Se eu tiver a mesma visão de encarceramento que tenho hoje, seja para o adulto, seja para o menor, ele é danoso e, se não recupera, só, digamos, proporciona mais criminalidade.

Respondendo, objetivamente, à pergunta, Excelência, evidentemente, eu estou na segunda opção. Se tiver de mudar... Por que eu digo isso e, ainda, com certa reticência? Porque, olhando por São Paulo, de onde estou mais perto e onde há a Fundação Casa, nem os três anos completos se cumprem. Por quê? Porque não tem vaga.

Acho que seria necessário, primeiro, trabalhar as condições de encarceramento. Então, se estivesse só pesando entre uma e outra, na segunda, que é o aumento da...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Isto é, melhorar a estrutura das casas de internação.

A SRª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA – É. Eu tenho certeza de que o resultado vai ser melhor, porque Beccaria já falava: tem que trabalhar, tem que dar ocupação. Não é Beccaria. Na realidade, são todos eles no mesmo momento. Eu falei aqui que fiz estágio no patronato. Ele já propugnava o patronato: acolhimento, amparo e ajuda aos ofendidos. Eu tive essa experiência do patronato.

Sobre a questão da delação premiada, V. Exª declinou toda a legislação que a trouxe e até mudou para colaboração, tirando o estigma que dava uma espécie de, como posso dizer, traição do delinquente. Então, V. Exªs colocaram como colaboração premiada. Ela é um meio de prova, que não se exaure nela mesma. Ela tem que prosseguir. Ela deve prosseguir.. É como a interceptação telefônica, como a quebra do sigilo bancário, como a pessoa infiltrada. Então, ele fala, depõe, mas tem que ser algo efetivo. Ele tem que propiciar o resgate da vítima – a vítima tem que ser recuperada –, o resgate do dinheiro da corrupção, que tem que voltar, e também o desmantelamento da quadrilha.

Então, não é só ele falar. Tem que provar. Então, não basta só e tão somente ele dizer que cometeram crime, sob pena de ele selecionar os inimigos. Então, vou botar no meio de alguns um pouquinho. Esse é o cuidado que se deve ter. É um instrumento eficaz.

(Soa a campainha.)

A SRª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA – Aliás, no mundo inteiro, há isso, até fundado em tratados da ONU.

E detalhe: a questão da pressão. Rapidamente. A questão da pressão é que esse meio de prova vem de uma teoria chamada "teoria dos jogos", que utilizamos para o dilema do conciliador e dilema do prisioneiro, que nasceu nos Estados Unidos. Só que, no dilema do negociador, ele tem uma negociação sequenciada. É como um jogo de xadrez: eu jogo, jogo e vou vendo a estratégia do outro. Então, tenho um tempo de maturação para ver a reação de um e de outro e dou o xeque-mate. No dilema do prisioneiro, é instantâneo: ele é flagrado, preso e não sabe se pegou o seu comparsa. O que ele faz? Ele fica com medo. A pressão é do próprio jogo. Ele fica com medo. "Se ele dedurar, eu perco o benefício. Então, eu vou correr na frente." E ele não sabe.

Se eles tivessem tempo de combinar: "Você não fala, eu não falo". Eles poderiam ganhar e poderiam perder. Perder tudo ou ganhar tudo. Como ele não sabe, aí ele fala: "Vou partir para o desespero, vou pegar a senha". Ele pode até ser perdoado! Dependendo do grau, ele pode ser perdoado. Então, ele parte na frente e abre – digamos assim – o jogo. E é isso.

Então, a pressão é do jogo, O. k.?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tem a palavra o Dr. José Norberto.

O SR. JOSÉ NORBERTO LOPES CAMPELO – Eminente Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª apresenta dois temas extremamente atuais e relevantes e de enorme complexidade. O primeiro deles, em relação à maioridade penal, eu não tenho nenhuma dúvida de que o melhor projeto é o do Senado da República.

É um tema muito difícil, porque todos nós, brasileiros, estamos vivendo às voltas com a violência em nossas portas, em nossas casas. A situação é muito grave, mas penso que esta Casa tem todas as condições pelas experiências de vida de V. Exªs. Pelo preparo intelectual, certamente aprovarão uma nova regra que possa minorar o problema, porque a solução não reside, infelizmente, na lei. Nós precisamos realmente cumprir, em primeiro lugar, o Estatuto da Criança e do Adolescente como forma de evitar que as crianças brasileiras sejam cooptadas pelo crime. Mas algo, efetivamente, tem de ser feito, porque, lamentavelmente, a leitura que se faz hoje do Estatuto da Criança é a de que seja um escudo protetivo para o ingresso do jovem, do menor de idade, no mundo do crime. Essa é a leitura, infelizmente, que se faz do estatuto, e, obviamente, isso exige do Poder Legislativo brasileiro uma resposta para evitar que essa situação perdure.

Mas o nosso sistema prisional é terrível e não educa ninguém. Inclusive, as casas, os abrigos para menores estão contaminados com o mesmo problema. O índice de reincidência é elevadíssimo, um dos maiores do mundo, porque o sistema brasileiro está completamente falido. O sistema prisional brasileiro está em uma situação dificílima: não educa ninguém, não é capaz de retirar alguém do mundo do crime; muito pelo contrário, funciona como uma escola do crime. Muitas vezes, por um pequeno delito, alguém é obrigado a passar por esse sistema, e, normalmente, na sua reincidência, o crime cometido é mais grave. As quadrilhas estabelecidas, os grupos criminosos, estabelecidos no País, se utilizam daquelas pessoas que ingressam no sistema para, ao saírem, participar de suas composições. Então, é uma situação muito grave.

Eu penso que a primeira solução – que está no Poder Executivo – é imediatamente instalar no País um novo modelo de prisão, instalar no País um novo modelo de abrigo para menores, possibilitando...Aliás, aqui temos a presença de um Senador, que foi Governador em seu Estado, que tem uma experiência muito interessante, o Senador Anastasia, de humanização do sistema prisional. Mas, infelizmente, a própria sociedade não vê com bons olhos esse tipo de investimento, porque querem que, efetivamente, o sistema prisional sirva como um instrumento de vingança. Então, quanto pior a situação a que são submetidos os presos, infelizmente, maior será a satisfação, pelo menos, para a opinião pública. E esse é um grave equívoco, porque no Brasil não existe prisão perpétua. Então, fatalmente, aquele que ingressa no sistema prisional, um dia vai sair. Seria

interessante, para a própria sociedade, que ele saísse um cidadão melhorado e não um cidadão brutalizado, como ocorre no modelo atual.

Então, penso que o primeiro ponto a ser observado pela Nação brasileira é a imediata instalação de um novo modelo que, inclusive, pode ser até simultâneo ao já existente, porque nós sabemos também que demanda muitos recursos de que, talvez, o País nem disponha. Mas há experiências em outros países bem-sucedidas de modelos paralelos. A partir daquele momento, vai-se abrindo mão daquele modelo antigo, perverso que brutaliza as pessoas e vai instalando no país um sistema que humaniza o cárcere.

Então, esse é o primeiro ponto. Também concordo que é preciso que se faça algo. Um projeto do Senador José Serra, de relatoria do Senador Pimentel, é um alento nessa problemática grave. Não podemos negar que o problema já está instalado. Nós temos uma legião de jovens que já se envolveram com o crime. Algo precisa ser feito. Eles não podem retornar para a rua da maneira como está acontecendo, porque isso está ampliando a violência no País. Indiscutivelmente, os jovens estão sendo cada vez mais utilizados, e a tendência, sem dúvida nenhuma, é de que essa utilização se amplie. As consequências são muito graves. Então, para evitar que o jovem ingresse no crime, em primeiro lugar, é preciso dar-lhe mais dignidade, mais oportunidade, para que essas pessoas encontrem outro caminho na vida que não o da criminalidade.

Em relação ao segundo ponto que V. Exª aborda, a delação premiada, eu compreendo como uma importante ferramenta de investigação. Isso é indiscutível, mas penso que a responsabilidade do magistrado que utiliza essa ferramenta é muito grande. Ela não pode ser utilizada de qualquer forma, indiscutivelmente. É preciso que ela seja utilizada exatamente nos limites estabelecidos por V. Exªs, conforme a lei aprovada. É preciso que se respeite estritamente o que consta na lei, para que não seja desvirtuado de nenhuma forma. Ainda que eventualmente possa trazer bons resultados na investigação, é preciso que se respeite o devido processo legal. É um pressuposto de qualquer país civilizado e democrático que o devido processo legal seja respeitado em sua plenitude.

Portanto, a lei existe, foi disponibilizada ao Poder Judiciário, é uma ferramenta importante, mas repito que amplia enormemente a responsabilidade dos magistrados que têm a oportunidade de utilizá-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tem a palavra o Senador José Pimentel, segundo a ordem da inscrição.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador José Maranhão, Drª Daldice e Dr. José Norberto, começo registrando que o Estado nacional não tem condições de continuar convivendo com mais de 90 milhões de processos, por mais varas que venhamos a constituir, por mais juízes que venhamos a ter. Nós precisamos trazer outra cultura, a cultura da mediação e a da arbitragem como forma de dar solução à boa parte dessas demandas que hoje vão para o Poder Judiciário.

Eu fico muito preocupado quando assisto a duas pessoas que moram no mesmo prédio, no mesmo condomínio. Se, na saída, há uma batida de carro, em vez de se comporem, um ou os dois vão ao Poder Judiciário e passam cinco, seis anos litigando. Ao término, um vai ser derrotado, e nunca mais esses vizinhos conseguem conviver na harmonia que tinham antes.

Portanto, as decisões judiciais são importantes. Mas, em determinadas situações, elas não dão conta da gravidade do problema. Assistimos a isso também nas separações judiciais, nos divórcios, no conjunto de ações de alimentos em que nós precisamos, nossos próximos membros do Conselho Nacional de Justiça, desenvolver outra cultura: a cultura da convivência, da tolerância e, consequentemente, da superação do litígio pelo litígio.

E trabalhamos para modificar a Lei da Arbitragem, que aprovamos em definitivo aqui no Senado Federal já em 2015. Foi à sanção, e dois itens foram vetados, mas o arcabouço geral, que era trazer também a arbitragem para a administração direta, autárquica e fundacional, foi mantido.

Portanto, eu acredito que ali nós construímos, depois de quase 12 anos da antiga Lei de Arbitragem, um aperfeiçoamento razoável. Fizemos um debate, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, entre 2011 e 2014, sobre a Lei da Mediação. Aprovamos um conjunto de medidas. A matéria foi à Câmara Federal, voltou ao Senado, onde fizemos alguns ajustes, e foi sancionada, nesta semana, sem nenhum veto.

Sou daqueles que entendem que precisamos agora de um grande esforço nacional. E acredito que o Conselho Nacional de Justiça pode ser um grande instrumento para levar às escolas da magistratura o debate sobre essa mudança de cultura dos nossos magistrados e a introdução da figura mais intensa da mediação e da arbitragem. Também sou daqueles que compreendem que é preciso haver uma ação direta em nossas faculdades de Direito, que traga, talvez, também a obrigatoriedade de uma disciplina específica sobre esse mundo, como forma de mudar a mentalidade dos nossos professores e dos nossos alunos para essa nova realidade.

O País tem quase 900 mil advogados. Isso é muito importante. Aproximadamente 200 mil são bacharéis, mas ainda não conseguiram se inscrever na Ordem dos Advogados do Brasil e têm uma atuação periférica, já

que o Estatuto proíbe a sua advocacia. Se nós não tivermos o cuidado de fazer essas modificações, eu acredito que essa será mais uma lei que pode ter um determinado resultado. No entanto, para que possamos efetivamente atender os anseios da sociedade, eu pergunto à nossa Juíza Daldice Maria e ao nosso advogado: como vocês entendem que nós podemos intensificar mais isso e o papel do CNJ nesse debate?

Quero também dizer que todos nós conhecemos o nosso ECA. Ele completou 25 anos. Surtiu muitos efeitos, mas hoje há uma demanda presente. A sociedade entende que o encarceramento significa segurança, mas os números, por si só, demonstram que isso não é verdade.

Nós somos a quarta nação do mundo com o maior número de pessoas presas. Só em 2014, matamos mais de 10 mil jovens com menos de 18 anos de idade. O País está envelhecendo e precisa de mais mão de obra para continuar se desenvolvendo. Já estamos importando trabalhadores de outros países para dar conta da nossa economia. Em vários setores da economia já assistimos a esse processo. E a Nação, que passa por isso, resolve destruir, eliminar e matar a sua juventude. Se continuar nessa linha, o País não tem futuro.

E foi exatamente por isso que os nossos pares aqui fizeram, durante os últimos quatro anos, um grande debate sobre a atualização do Código Penal. Dois grandes grupos realizaram essa discussão. Um núcleo entendia que o ECA deveria ser incorporado ao Código Penal e, ao mesmo tempo, que deveria ser aprovada uma emenda à Constituição no sentido de reduzir a maioridade penal. Outro núcleo entendia que o ECA cumpriu um papel, mas ainda está longe de completar esse ciclo; por isso deveria continuar como lei especial, e que a Constituição é uma cláusula pétrea, em que não cabe mexer.

Em 2014, levamos a voto, aqui na CCJ, a emenda à Constituição, e também a derrotamos, por dez a oito votos.

O nosso Senador Antonio Carlos Valadares, sem prejuízo... O Senador Antonio Anastasia já chegou em 2015. Em 2011, chegamos aqui eu e o Walter.

Ali, nós derrotamos a emenda constitucional, e a mesma coisa a Câmara fez nessa madrugada, no mesmo ritmo. A diferença é que lá foi a minoria; aqui, foi a maioria. E, a partir dali, construímos um substitutivo nesse diálogo, que não é de um partido, nem de um governo, mas que é resultado de uma grande reflexão. O Senador José Serra apresentou um projeto de lei, fruto do grande debate de 2014 por parte dos vários candidatos a governador, a presidente da República, e da discussão por parte de toda a sociedade.

Esse projeto tem quatro grandes eixos. O primeiro visa a dobrar a pena do adulto que, em qualquer circunstância, utilizar o menor para a consumação de um crime, alterando o Código Penal. O segundo item torna obrigatório o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino profissionalizante, para que esse jovem, ao sair do sistema socioeducativo, tenha uma profissão e não fique mais nas mãos das organizações criminosas. E, para viabilizar isso, estamos vinculando isso ao PNE (Plano Nacional de Educação) e estamos discutindo, nos 5.594 Municípios do Brasil, a criação do PME (Plano Municipal de Educação), que está muito adiantando, envolvendo os 27 governadores.

Portanto, é um processo de construção que não está dissociado da realidade municipal, da realidade estadual e do papel do Governo Federal como provedor de recursos nessa política pública nacional. É preciso que o Estado nacional contribua mais nesse processo.

Temos clareza de que, nesse sistema envolvendo os três entes do Pacto Federativo, nesse sistema de acompanhamento socioeducativo, estão nossos profissionais, a sociedade, o juiz, o promotor, a Defensoria, que participam da avaliação semestral desse processo, para que não haja distorções.

Temos o olhar de que a criança deve ficar próxima da sua família.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É por isso que estamos propondo a criação de uma ala específica nos sistemas locais, para que os menores de 18 anos que praticam crime hediondo contra a vida tenham um tratamento diferenciado. Temos visto, nossos convidados, que hoje esse menor que pratica um crime hediondo contra a vida, que sequestra, que estupra e que mata fica, em seguida, no mesmo espaço dos outros menores, como por exemplo, de um menor de 12 anos que furtou um tênis ou uma bolsa de marca. Isso é inerente à tentativa de aumento de consumo, em que as novelas vendem outras facilidades. E ali ele volta a praticar a mesma coisa.

Então, para evitar isso, entendemos que eles precisam de um regime socioeducativo diferenciado e que, naqueles grandes centros, temos de construir um espaço reservado exclusivamente para eles, em face da quantidade de crianças que necessitam disso, mas nunca separando isso do ECA, para que o acompanhamento e a avaliação se mantenham.

Estamos também determinando que eles possam trabalhar dentro dos critérios que hoje a Constituição determina, com a autorização do Ministério Público, da Defensoria, do juiz do feito e desse grupo que os acompanha.

Portanto, é um conjunto de ações que não é resultado de um momento, mas de um acúmulo feito pela sociedade, que tem sido apresentado pelas entidades que tratam dessa área. É resultado de um conjunto de audiências públicas que fizemos nesta sala da Comissão de Constituição e Justiça.

Por isso, estamos discutindo. Nada é perfeito. O que o homem faz nunca é perfeito. Mas há esse olhar, para que a gente possa criar um ambiente em que a gente proteja a nossa juventude e permita a sua recuperação, para ela não ir para o sistema carcerário, como alguns propõem, ou tampouco continue sendo vítima das organizações criminosas que, lamentavelmente, existem e que a gente precisa enfrentar.

Seria isso, nosso Senador Walter Pinheiro, que aqui preside nossos trabalhos, e nosso Presidente José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O Presidente está ali, observando-nos a distância.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – Estou aqui na retaguarda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Vamos passar a palavra para a Drª Daldice e, depois, para o Dr. José Norberto. Na sequência, creio que nosso Presidente aqui e acho que todos já aguardam a apuração desse processo, Senador Pimentel, para concluirmos a sabatina na manhã de hoje.

Tem a palavra a Drª Daldice.

A SRª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA – O Senador José Pimentel colocando, sempre, questões bem palpitantes e que têm potencial para transformar, efetivamente, a sociedade brasileira.

Estamos num momento em que estão confluindo vários instrumentos, várias ferramentas para os 90 milhões de processos, o que pode ser reforçado com a questão das execuções fiscais. As execuções fiscais, para nós, têm dado a cara do Judiciário como um grande arquivo morto, porque vêm, não saem, e aí uma vara se transforma em 40 mil processos, sendo que 20 mil estão no arquivo morto. Então, dá a impressão de que ela é pesada, aí outra vara, outra vara...

É aquilo que eu falei: o Poder Público é um dos principais clientes. Aliás, pela estatística do CNJ, desses 90 milhões, 51% são demanda de órgão público. Então, há alguma coisa errada aí. Não adianta só o juiz falar com ele mesmo "vamos dar conta" se ele não partir para essa ação.

Evidentemente, a arbitragem veio contemplando uma parte da situação – uma parte, ela é pouca. A mediação ou a conciliação são dois instrumentos que, utilizados, são equivalentes, mas, nesse caso que V. Exª citou, cabe mediação. Por quê? Porque eu tenho que trabalhar essas pessoas, eu tenho que auxiliar a entender e compreender o ponto de vista de cada um, para que, daí, elas reconstruam o vínculo. Elas são vizinhas e vão conviver a vida inteira. Primeiro vem essa etapa. O acordo é meio secundário aí. Primeiro, eu tenho de restabelecer esse relacionamento com essas pessoas. Restabelecido isso, elas automaticamente vão fechar um acordo.

Se fosse uma briga de trânsito sem esse envolvimento emocional, seria conciliação, porque está envolvida ali só a reparação do dano. No outro caso, nesse que V. Exª mencionou, são duas relações, a relação de vizinhança e a relação monetária de reparação.

Então, temos a mediação, agora, inclusive com definição legal no próprio CPC, incorporada da doutrina. A doutrina é que dava esse instrumental. Em São Paulo, há vários órgãos, e um deles é a Fiesp, que podem ajudar muito o Poder Judiciário, até nesse entendimento, na medida em que eles fizeram um pacto pela mediação e tal, do instrumento, para os advogados todos compreenderem ou pelo menos começarem a falar. Porque a lei tem esse aspecto de movimentação social.

Nas separações também cabe um tipo de mediação que vai, primeiro, transformar a pessoa, transformar aquela animosidade em algo compreensível, em algo com que eles possam conviver. Afinal de contas, eles têm filhos, precisam conviver e, perante os filhos, eles são pais; eles não são inimigos. Então, esse é outro ponto.

Enfim, temos tudo para mudar a cultura. Concordo com V. Exª, que diz que poderia passar a ser obrigatório, disciplina obrigatória, já que estamos mudando. Quer dizer, queremos mudar o próprio Código de Processo Civil e introduzir isso como princípio. Então, o advogado ou o estudante já tem que conviver com isso.

Na minha fala, até que foi premiada, nós introduzimos isso numa universidade. Foi maravilhoso! Estudantes e professores. Às vezes, você está examinando um processo: "Está vendo aqui a contestação? Está vendo aqui um meio de prova? Aqui é um despacho saneador." Eles ficaram empolgadíssimos, os próprios alunos.

Acho que trazer a disciplina e a prática... Ainda falo para os advogados que o dinheiro mais fácil para ganhar é o do acordo, porque é imediato. Ele ganha hoje. Ele ganha menos, mas ganha mais e com qualidade, porque o cliente diz: "Vai lá, aquele advogado é muito bom; ele tem jeito para resolver".

Então, concordo com V. Exª. Acho que o papel, realmente, do CNJ será importante nisso aí. Ele já tem uma estrada. A estrada era uma resolução, e agora nós temos leis, um feixe de leis.

A questão do encarceramento, se é ou não cláusula pétrea, parece-me que o próprio art. 5º já fala das garantias individuais, e o §2º do art. 5º já remete para os decorrentes desse daqui. Esse é um ponto que não depende de onde está; depende se decorre ou não, se é corolário ou se não é corolário – a questão de ser ou não cláusula pétrea.

Com relação aos outros desdobramentos, os eixos que V. Exª apontou aqui... V. Exª elege, dá essa qualidade, mas, se conseguirmos aplicar isso aqui, é o sonho dourado de um Estado ter essa profissionalização, escola; profissionalização, escola e trabalho, que ocupa. Ler, estudar, ele viaja! Ainda que 2% não gostem ou não queiram, tenho certeza de que muita gente nem viu isso.

Eu até me reporto ao caso de um menino do Norte ou do Nordeste, cuja mãe era muito pobre: ela catava lixo na rua e levava para o menino ler, para a criança ler. E ele passou no vestibular em posição ótima.

Ela não tinha. Ela conquistou isso de forma muito simples. Ela teve essa preocupação. Então, o empenho em casa, o trabalho dessas mães, esse acompanhamento nesses eixos; se eu fosse implementar esses eixos, eu faria um trabalho com essas famílias, de assistência social. Isso aí nem depende de lei, pela filosofia que foi trazida aqui, mas, se eu fosse implementar, a base é a família. Eu tenho de trabalhar com essa família. Não adianta o encarcerado, o adolescente em internação ter toda uma formação, se ele retorna para aquele ambiente que o desestruturou. Portanto, é preciso esse acompanhamento, até psicológico, seja da família, seja da criança. Isso ao longo da internação. Basta um agendamento.

Excelência, eu acho que esses eixos, se implementados, farão com que efetivamente tenhamos excelentes resultados. E é animador até!

É isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parece que agora chegamos ao final da nossa missão hoje, mas queremos ouvir ainda o Dr. José Norberto, que está aqui ansioso... (*Risos.*)

...para oferecer as suas luzes sobre as questões que foram suscitadas aqui pela intervenção inteligente do Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ NORBERTO LOPES CAMPELO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eminente Senador Pimentel, realmente são dois temas muito relevantes, e agradeço a oportunidade que V. Exª me dá de, novamente, falar um pouco sobre a problemática da morosidade da Justiça.

Quero dizer a V. Exª que penso esse é um problema que tem de ser tratado, necessariamente, em várias frentes. Além dessas novas práticas de solução de conflitos através da mediação, da arbitragem, penso que nós precisamos também otimizar as forças existentes hoje dentro do Poder Judiciário brasileiro.

Posso citar alguns exemplos: no meu Estado, o Poder Judiciário estadual só funciona um expediente, e nós entendemos que isso, sem dúvida alguma, é um dos fatores que levam a essa morosidade. Nós precisamos dos dois expedientes, como de sorte praticamente todas as repartições públicas funcionam. É preciso dar mais acesso e ampliar o tempo que os servidores públicos laboram no Poder Judiciário, e a própria magistratura.

Inclusive, o CNJ tomou a decisão de uniformizar o funcionamento do Poder Judiciário estadual em todo o País. O Ministro Luiz Fux suspendeu essa decisão. Ainda é uma medida liminar, e o Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu o seu mérito, mas a advocacia brasileira e, penso, a sociedade brasileira esperam ansiosas que isso seja resolvido o mais rápido possível, e o Poder Judiciário possa funcionar nos dois turnos em todo o País.

Entendemos também que os próprios recursos... Hoje, anualmente, o Orçamento da Justiça brasileira beira os R$62 bilhões. Eu penso que esses recursos... Talvez precisássemos de mais, mas o País tem dificuldades financeiras; então, esses recursos têm que ser mais bem aplicados. A primeira instância, como sabemos, é a que tem maior volume de processos, precisa de mais investimentos. Isso também é um ponto a ser observado.

Entendo também que os principais litigantes, sobretudo o Poder Público e suas concessionárias, precisam ser chamados, como bem colocou a Drª Daldice, para a mesa de diálogo, de discussão, para procurarem outros meios de solucionar os seus conflitos, porque são os principais destinatários dos serviços do Poder Judiciário. E assim, certamente, com essas medidas e outras que podem ser implementadas, penso que o Brasil pode, sim, vencer esse desafio e, mais adiante, contar com uma Justiça mais efetiva e mais célere.

Em relação às afirmações de V. Exª sobre o sistema carcerário brasileiro e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, eu concordo com todas as afirmações formuladas por V. Exª. Realmente, o País tem que agir muito rapidamente nesse campo, porque nós não podemos permitir que nossos jovens, nossas crianças continuem perdendo seu futuro, ingressando tão cedo na criminalidade e passando por um sistema perverso, que acaba fazendo com que eles se tornem brutalizados e percam, inclusive, os sentimentos naturais da pessoa humana. Nós precisamos realmente debelar essa situação o mais rápido possível.

Em relação a ser cláusula pétrea, apesar de existirem opiniões doutrinárias divergentes, penso que não é. Eu acho que o Congresso brasileiro poderia, sim, fazer essa alteração, embora eu não concorde com ela. Acho que é preferível uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas penso que seria possível, sim, ao Congresso Nacional alterar a Constituição Federal nesse particular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais interpelantes inscritos, está encerrada a discussão da matéria.

Vamos pedir ao setor técnico para acionar o resultado do painel, para conhecermos. Está aí. Apagou.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está aí o resultado:

Votaram SIM 22 Srs. Senadores; e NÃO, 2, em relação à Srª Daldice.

Em relação ao Dr. José Campelo, votaram SIM 23 Srs. Senadores; e NÃO, apenas um.

Confirmados os dois.

A matéria será remetida à Mesa do Senado...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito urgência no processo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferido o pedido de V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Tive aqui um diálogo com os demais Líderes, particularmente os da oposição, de que nós iríamos até a sabatina. Por isso, eles saíram todos. Portanto, se V. Exª entender nossos pares, a ideia é de não se realizar hoje a segunda parte, por conta dessa solicitação, particularmente do Anastasia, que saiu para outra agenda importantíssima.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem razão. Eu pediria vênia apenas para lhe dizer que há um requerimento na mesa que é absolutamente pacífico. O requerimento que vou submeter à discussão e votação tem o seguinte teor:

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ selecione, para avaliação, o impacto das leis e atividades de combate à corrupção.

Autoria: Senador José Maranhão

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Há uma justificativa longa, mas tenho a impressão de que o próprio tema "combate à corrupção" se impõe por si próprio, dispensando maior adjetivação. De forma que o submeto à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo oradores interessados, em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, o requerimento está aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu queria fazer um apelo a V. Exª, não para esta reunião de hoje. Eu sou Relator, aqui na Comissão, de um dos projetos que reputo como um dos mais importantes que esta Casa tem oportunidade de votar. É um texto do Senador Antonio Carlos Valadares, que trata da audiência de custódia, que trata da apresentação do preso 24 horas, no máximo, depois do flagrante delito. Isso tem uma percussão enorme, gigantesca no que diz respeito a toda essa situação do sistema prisional, à preservação dos direitos humanos, à preservação da integridade física e psicológica do preso, enfim.

Nós conseguimos construir um texto ao longo desse período, do ano passado para cá, em que não havia praticamente nenhuma unidade. E, com a participação do Poder Judiciário, Ministério Público, delegados de Polícia Civil, Polícia Federal, temos hoje um texto de consenso.

Então, queria pedir a V. Exª – eu sei que ele está no item 9 da pauta de hoje –, se possível, na semana que vem, que dê prioridade para o votarmos antes do recesso, porque daria à Câmara a possibilidade de votar ainda neste ano este projeto, que inclusive está sendo superado pelos fatos. Tanto São Paulo quanto Maranhão já estão aplicando com absoluto sucesso essa orientação. O CNJ também já abraçou isso.

Então, eu queria fazer este apelo a V. Exª, se poderíamos priorizá-lo na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concordo inteiramente com V. Exª sobre a importância dessa matéria. Inclusive, sugiro que façamos uma inversão de pauta. Muitas vezes, começamos com um bom quórum e, ao final, acontece o que está acontecendo hoje aqui: apenas alguns heróis presentes até o final da reunião.

Penso que esse assunto é manso e pacífico, no entendimento de todos os Senadores.

Quero encerrar, parabenizando os indicados, os sabatinados, dizendo que esta sabatina não se restringiu apenas aos seus aspectos formais, mas terminou sendo, apesar do curto espaço de tempo, uma difusão de conhecimentos e práticas judiciais, que, certamente, vão enriquecer o entendimento de todos os Senadores aqui presentes e, através da TV Senado, também dos telespectadores que, em seus lares, tiveram a oportunidade de acompanhar esse debate.

Sinto-me feliz, sem soberba alguma, e orgulhoso de que a nossa Comissão de Constituição e Justiça, neste aspecto das sabatinas, tenha sido um fórum de debates os mais importantes neste momento que estamos vivendo.

Aqui, tivemos uma sabatina especialmente importante: a do hoje Ministro Fachin. Criou-se, numa certa imprensa, uma série de tabus, uma onda de boatos, e a presença do Dr. Fachin aqui constituiu-se numa recolocação de fatos importantes, para que não só a Comissão, mas o Brasil inteiro conhecesse.

A indicação do Dr. Fachin podia corresponder, como realmente está acontecendo, à expectativa de todo o povo brasileiro. A Comissão de Constituição e Justiça se portou de forma muito altiva, mas independente e clara.

Ele terminou arrebatando aqui 24 votos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Acho que foram 20 de 27, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em 27. Foram 24 de 27. Esse foi o vestibular para a sua apresentação posterior à deliberação do Plenário do Senado, que refletiu a forma como Senadores, mesmo fiéis aos seus compromissos programáticos, como partidos, agremiações e com tendências da vida nacional, sabem agir com isenção, equilíbrio e espírito de justiça quando se trata de missões importantes e sérias como essas.

Então, felicito aos dois sabatinados pela forma segura com que trouxeram à discussão dos Senadores assuntos da maior relevância. Eu estava aqui, como Presidente, sem querer interferir nas discussões, mas estou sentindo a vontade de externar uma preocupação: essa questão da maioridade penal.

Estamos diante de um desafio para o poder no Brasil, para o Governo no Brasil. O Governo somos todos nós, em todas as esferas. Estamos diante de um fato da maior gravidade e da maior relevância: a delinquência infantil.

É uma verdade. O que está acontecendo para que exista tanta delinquência infantil?

Sabemos que esse tema é complexo. Sabemos que isso não se exaure apenas nas normas penais. Não é apenas punindo que vamos ter respostas. Trata-se de um problema, acima de tudo, arraigadamente, social.

Conversava, no intervalo, com a Drª Daldice que é importante conhecermos países, com sistemas semelhantes ao nossos, outros, com sistemas diametralmente opostos ao nosso, e as suas estatísticas num e noutro caso.

O Brasil precisa encontrar um caminho. Não podemos ficar de braços abertos, aferrados a questões puramente ideológicas, humanitárias – atenho-me muito a isso. Acho isso fundamental. Não podemos pegar um menor de 16 anos, transformá-lo numa pessoa penalmente responsável e, depois, arrasar com uma vida que poderia ser recuperada se outra fosse a administração dada à delinquência infantil.

É um fato que, na argúcia dos Senadores presentes, vieram os questionamentos. Seria bom que, nesta Casa, continuássemos também, entre nós, questionando, para que a decisão tomada fosse justa, humana e eficaz, pois somos encarregados de elaborar as leis.

Da mesma forma que temos dificuldade com relação aos apenados adultos, vamos ter muito mais dificuldades com a recuperação dos menores se simplesmente, de uma forma simplória, olharmos de lado e acharmos que não temos nada com isso.

Esse é um problema merece a compreensão e a solidariedade de toda a sociedade brasileira: dos ricos, dos pobres e até dos miseráveis. O Brasil precisa encontrar uma solução para isso. Fico animado quando vejo essa disposição entre os meus companheiros de Senado e os dois interpelantes aqui, que se revelaram profundamente conhecedores dessa questão.

Tenho certeza de que não é o Conselho Nacional de Justiça que vai resolver isso, até porque não é a finalidade do mesmo. Está muito mais sob a nossa responsabilidade encontrar a equação eficaz para resolver um problema dessa natureza.

O certo é que todos os brasileiros, sejam os membros do Conselho Nacional de Justiça, sejamos nós os Senadores, seja o cidadão comum, têm a ver com essa história. Ficar simplesmente na acusação ou na lamen-

tação de que temos uma delinquência infantil muito alta não é a solução que o espírito de justiça e a praticidade de uma solução podem buscar. Temos de nos debruçar sobre essa questão.

Quando vejo uma reunião como esta, pontilhada de depoimentos, os mais judiciosos possíveis, fico feliz porque entendo que o povo brasileiro está querendo chamar a si a solução dos seus problemas.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Está encerrada a reunião.

Já vamos remeter à Mesa do Senado o resultado que acabamos de obter na sabatina, que foi, como disse, pontilhada de depoimentos os mais valiosos para o nosso País.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 2015.

Às dez horas e sete minutos, do dia oito de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel (Vice-Presidente da CCJ), com a presença dos Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, José Maranhão, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Omar Aziz, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Medeiros, Douglas Cintra, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Ana Amélia, Rose de Freitas, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira e Jader Barbalho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos; Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (AMATRA-1), Paulo Guilherme S. Périssé; e Membros da Comissão Legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), Maurício Marchetti e Andrea Presas Rocha, representando o Presidente da ANAMATRA, Germano Silveira de Siqueira. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: ITEM 1) OFICIO "S" Nº 68, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do advogado LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do advogado LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 21 votos favoráveis e 1 voto contrário. ITEM 2) OFICIO "S" Nº 69, de 2015 – Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VIII e IX e § 2º, da Constituição Federal, o nome do Desembargador GUSTAVO TADEU ALKMIM, escolhido pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Desembargador GUSTAVO TADEU ALKMIM, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 21 votos favoráveis e 1 voto contrário. 2ª PARTE: ITEM 1) OFICIO "S" Nº 74, de 2015 – Não Terminativo. Encaminha documentação exigida pela Resolução 7/2005, do Senado Federal e pelo Ato 1/2007, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, bem como o nome do Procurador de Justiça ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JÚNIOR, do Ministério Público do Estado de São Paulo, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Conselho Nacional de Justiça. Relatoria: Senador José Serra (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011 – Terminativo. Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, acatando integralmente as Emendas nº 4 e 5, parcialmente, a Emenda nº 1-CDH-CAE (Substitutivo) e a Emenda nº 6, pela rejeição da Emenda nº 2, e pela prejudicialidade das Emendas nº 7, 8 e 9. Resultado: Conce-

dida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011 – Complementar – Não Terminativo. Altera o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para incluir vedação ao uso de dispositivos que autorizem o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do destinatário da autorização. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2014 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o "Código de Trânsito Brasileiro", permitindo a doação de veículos e a venda de sucata abandonados, e revoga a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978. Autoria: Deputado Laercio Oliveira. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3– CCJ, de redação. Aprovado Requerimento nº 10, de 2015-CCJ de urgência para a matéria. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2012 – Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 – Terminativo. Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa. Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta para atender requerimento de tramitação em conjunto. EXTRAPAUTA: ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2015 – Não Terminativo. Cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público; altera a Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006; revoga dispositivo da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011; e dá outras providências. Autoria: Ministério Público da União. Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento nº 9, de 2015-CCJ de urgência para a matéria. ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, de 2015 – Não Terminativo. Altera o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para isentar da cobrança de laudêmio, foro e taxa de ocupação os imóveis enfitêuticos da União situados em perímetro urbano. Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 9, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 53, de 2015. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. ITEM 21) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 24, de 2014. Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador José Pimentel passa a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às treze horas e dezessete minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2015; ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2013; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 562, de 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Maranhão,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira parte destina-se à deliberação dos Ofícios S nºs 68 e 69, de 2015. A segunda parte destina-se à deliberação dos itens de 1 a 17.

ITEM 1
OFICIO "S" Nº 68, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, o nome do advogado LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND, escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
– Na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 03/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 2
OFICIO "S" Nº 69, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VIII e IX e § 2º, da Constituição Federal, o nome do Desembargador GUSTAVO TADEU ALKMIM, escolhido pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
– Na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 24/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

No caso do item 2, o Relator *ad hoc* é o Senador Randolfe Rodrigues.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800 612211.

Eu peço ao Senador Ricardo Ferraço para conduzir os Srs. Luiz Cláudio Silva Allemand e Gustavo Tadeu Alkmin ao recinto da reunião, por gentileza. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Cláudio Silva Allemand, para sua exposição, por até 20 minutos.

Por gentileza.

O SR. LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND – Obrigado, Senador.

Exmo Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal em exercício, Sr. Senador José Pimentel; Exma Srª Senadora Rose de Freitas, Relatora do meu processo nesta Comissão; Exmo Sr. Senador Magno Malta; Exmo Sr. Senador Ricardo Ferraço – a advocacia capixaba o saúda –; Exmos Srs. Senadores, Exmas Srª Senadoras, demais autoridades presentes, meus queridos amigos, familiares amados, servidores desta Casa, senhores e senhoras, meu cordial bom-dia e meu agradecimento por estar, hoje, na presença de todos.

Após ter submetido meu nome para concorrer a uma das vagas destinadas à OAB no Conselho Nacional de Justiça e sendo um dos escolhidos, hoje me apresento a V. Exªs de forma humilde, com muita honra, para me submeter à sabatina nesta Comissão.

Sou filho de um bancário aposentado, com curso técnico em contabilidade, e de uma dona de casa com segundo grau completo, nascido na cidade de Muqui, interior do Espírito Santo, com aproximadamente 15 mil habitantes, tendo passado minha juventude na cidade de Vila Velha, famosa pelo Convento da Penha, construção iniciada em 1558 pelo Frei Pedro Palácios, e hoje residindo na cidade de Vitória.

Na juventude, trabalhei como *office boy* no Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), sendo que, no início da minha graduação em Direito, no curso noturno, trabalhei como encarregado em armazéns gerais de café, estagiei na Defensoria Pública do Espírito Santo e trabalhei em empregos temporários, no final do ano, em lojas de roupas da capital do Estado.

Concluí o curso de Direito no ano de 1993, com o título de Mestre em Direito no ano de 2009 pela Universidade Cândido Mendes, na cidade do Rio de Janeiro, também com pós-graduação em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário, pós-graduação em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e Direito Processual pela Faculdade de Direito de Vitória. No ano de 1990, iniciei estágio em escritório de Direito Tributário, tornei-me sócio desse mesmo escritório no ano de 1994, no qual permaneço até hoje, exercendo a profissão que sempre desejei ao longo de 25 anos.

Registro ainda minha felicidade e honra de poder informar que aqui, nesta Casa, já estive, no ano de 2010, quando ainda estava presidindo a Comissão Especial de Direito Tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para tratar da penhora administrativa em audiência pública.

Meu retorno ao Senado Federal se dá em momento muito importante da minha caminhada. Nos meus mais auspiciosos sonhos, jamais imaginei que um dia poderia estar diante de V. Exªs para me apresentar e poder contar um pouco da minha história.

É com esse espírito republicano e democrático, caso seja aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e no Pleno do Senado Federal, que almejo continuar um trabalho que foi iniciado no ano de 2013 à frente da Comissão Especial de Direito de Tecnologia da Informação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Diante da mudança de paradigma do processo de papel para o meio digital.

Estando na presidência da Comissão de TI do Conselho Federal, assumi também uma vaga no Comitê Gestor Nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o chamado Processo Judicial Eletrônico, o mais conhecido PJe, que tem por objetivo melhorar a prestação jurisdicional e a redução dos custos operacionais com o papel, um projeto ousado de um dos órgãos da República para a Nação brasileira e que conta com o total apoio da Ordem dos Advogados do Brasil. Entretanto, naquele ano de 2013, me deparei com um projeto de informatização com problemas estruturais, de segurança e banco de dados, inclusive com implantações que não levaram em consideração as dimensões continentais do Brasil e as realidades de infraestrutura da internet nos Estados, em especial, do Norte e Nordeste.

Também me deparei com problemas de usabilidade do sistema, ou seja, facilidade de utilização de um sistema de informática, que vem causando sérios problemas para os mais 140 mil advogados idosos, em detrimento do que determina o Estatuto do Idoso, como também de acessibilidade, o que praticamente excluiu da advocacia, praticamente, 1.149 advogados deficientes visuais, contrariando o Decreto nº 6.949, de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, assinado pelo Brasil na cidade Nova York, em 30 de março de 2007, agora uma norma constitucional brasileira, e o novel Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Por fim, também me deparei com um problema que afeta diretamente os 280 mil jovens advogados com menos de cinco anos de inscrição, pois a Lei nº 11.419 proíbe o peticionamento em papel, em detrimento ao princípio do amplo acesso ao Poder Judiciário e com um custo enorme para quem está começando a carreira.

Na lição de Rui Barbosa, fui buscar coragem para me afastar da advocacia por um período de dois anos e submeter meu nome para um das vagas destinadas à OAB no Conselho Nacional de Justiça. Abre aspas: "Quando um direito constitucional desaparece, nenhum dos outros se deve presumir seguro."

Da forma como o sistema se encontra atualmente, os advogados idosos, deficientes visuais e jovens estarão excluídos. O Brasil tem hoje 850 mil advogados inscritos e o número de deficientes jovens e idosos representa praticamente a metade. Hoje, aproximadamente 80% dos advogados brasileiros exercem a profissão sozinhos, não tendo ninguém para auxiliá-los. Entretanto, uma luz no fim do túnel foi acesa, pois o Conselho Nacional de Justiça reconheceu os problemas do sistema, tendo iniciado um trabalho para a construção de um portal digital e da versão 2.0 do atual sistema, em atenção a todos os requerimentos que foram formulados pela OAB.

Essa é a bandeira que pretendo levar ao Conselho Nacional de Justiça, caso seja aprovado por V. Exªs, nesta Comissão, e no Plenário do Senado, sem me descuidar também os objetivos daquele Colegiado, que, ao longo de seus dez anos, vem aperfeiçoando o sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual.

Iniciei meu trabalho na Ordem dos Advogados do Brasil, na Seccional do Estado do Espírito Santo, como defensor dativo nos processos éticos disciplinares, no ano de 1998, e já caminho para concluir meu terceiro federal como Conselheiro Federal, aqui em Brasília, sempre integrando a Câmara Ética, que julga os processos éticos disciplinares.

Com experiência de plenário, adquirida no Conselho Federal da OAB, acredito no diálogo franco e aberto, democrático e republicano. E, caso venha a ser aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, espero poder colaborar e ajudar na resolução dos problemas carcerários, nos projetos de mediação, arbitragem e conciliação, de maior importância para resolver o cúmulo de projetos no Brasil, como é a proposta atual da Corregedoria do CNJ, de criar Varas de Mediação e Arbitragem, que conta com o apoio da OAB.

Espero, ainda, poder colaborar nos trabalhos desenvolvidos no CNJ para melhorar a administração e a gestão dos tribunais brasileiros, que já compromete aproximadamente 90% dos seus orçamentos para pagamento de sua folha de vencimento, o que inviabiliza qualquer tentativa de investimentos, seja na área de informática ou para qualquer inovação que possa desafogar o acúmulo de processo na primeira instância, que já conta com mais de 43 milhões.

Por fim, entendo ser importante o projeto do CNJ de implementação de audiências de custódia em todos os Estados da Federação, bem como pretendo manter uma defesa dos poderes constitucionais do CNJ, para que não ocorra retrocesso nesse órgão, que já demonstrou ser importante para a sociedade brasileira.

Finalizo a minha apresentação, reafirmando meus compromissos cristãos e meus princípios familiares e profissionais, bem como minha fé inabalável na independência entre os Poderes, princípio fundamental de uma democracia que, nas palavras novamente de Rui Barbosa, representa, abre aspas, "o governo do povo pelo povo", o que não é outra coisa senão o império da opinião cercada e servida pelos órgãos de sua soberania.

E, assim, com muito honra, agradeço a enorme atenção de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Registro a presença da Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região do Rio de Janeiro.

Registro também a presença do Sr. Paulo Guilherme Perissé, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra-1).

Concedo a palavra ao Sr. Gustavo Tadeu Alkmim, para a sua exposição, por um período de até 20 minutos.

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – Cumprimento V. Exª, cumprimento os Srs. Senadores, as Srªs Senadoras, aqui presentes. Agradeço desde já, Presidente, em especial aos Senador Marcelo Crivella, que foi Relator do meu processo, e também ao Senador Randolfe Rodrigues, que funcionou como Relator *ad hoc*, na reunião em que foi lido o relatório.

Devo também registrar, Presidente, o meu especial agradecimento à Presidente do meu Tribunal, já mencionada aqui por V. Exª, a Desembargadora Maria das Graças Paranhos, que muito me honra aqui com a sua presença, ouvindo-me, assim como o Presidente da minha Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, Dr. Paulo Guilherme Perissé. Fico muito feliz em vê-los aqui, prestigiando um colega, acima de tudo, lá do Rio de Janeiro.

Então, neste momento, Sr. Presidente, antes de tudo, devo registrar a minha imensa satisfação, a minha honra, por estar aqui agora nesta Casa, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, um lugar em que se respira democracia, no sentido mais amplo da palavra, e num rito absolutamente republicano, que é a indicação para a composição do Conselho Nacional de Justiça. É uma indicação que passa pelos três Poderes: indicado pelo Poder Judiciário, com a aprovação ou não do Congresso Nacional, do Senado Federal, e, finalmente, com a nomeação pelo Poder Executivo. Fui indicado, para compor o Conselho, pelo Tribunal Superior do Trabalho, numa aprovação que foi por unanimidade, o que também me faz registrar meu especial agradecimento a todos os Ministros daquela Corte, que optaram pelo meu nome, e agradeço, particularmente, também a todos os Srªs e Srs. Senadores, que, pacientemente, aqui me ouvem.

Diz o protocolo que devo dizer um pouco do meu perfil, da minha história, hipótese que, com um pouco de descuido, pode incorrer em imperdoável trilhar de tecer loas a si mesmo, o que conduziria a um inevitável constrangimento, já que é grande a possibilidade de soar cabotino. Prefiro, então, desviar-me deste caminho e, simplesmente, contar um pouco da trajetória que forjou meus valores, minhas crenças e meus princípios, até nos dias de hoje.

Atuando no Rio de Janeiro, já há alguns anos, sou filho de Três Lagoas, cidade de Mato Grosso do Sul, divisa com o Estado de São Paulo; cidade, aliás, de um ilustre Parlamentar que fez história nesta Casa, particularmente no Senado Federal, e de saudosa memória, que foi o Senador Ramez Tebet; é a cidade em que ainda está presente o meu coração evidentemente – em que residem minha mãe, minha tia, irmãos, primos. Mas saí de lá, já pelos meus 16 anos, para ir para o Rio morar, para ir para o Rio estudar, levado pelas mãos do pai, com apenas uma saudade, uma mala de couro, porque tudo era muito modesto, tudo era muito de poucos valores financeiros na ocasião. Tinha apenas uma enorme vontade de vencer naquilo que chamavam de cidade grande, em que, felizmente, tive a felicidade de ser acolhido por tios protetores que estavam por ali.

Atualmente, sou Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, desde julho de 2013. Antes fui titular, sempre lá no Rio de Janeiro, e aprovado em concurso público em 1989. Ou seja, são 26 anos de Magistratura do Trabalho.

Antes disso, advoguei durante uns poucos anos, quatro mais ou menos, pois fui graduado pela UERJ. Aliás, um dado interessante, Presidente, que são sinais dos tempos talvez: toda a minha formação até a graduação foi em escola pública, e hoje é quase uma exceção depararmo-nos com essa situação. Mas eu tive a felicidade de, desde o primário até a graduação, ter tido toda a formação pelo ensino público, o que talvez seja sinal de que um bom ensino público, um ensino público decente para o nosso País é possível, como já foi um dia.

Como estudante, eu fui um estudante típico da minha geração: fiz movimento estudantil, ainda sob a escuridão da ditadura militar, embora, àquela altura, já com uma promessa de uma claridade lenta e gradual.

Também como advogado, sempre fui preocupado com as questões sociais, o que me conduziu, quase que naturalmente, às portas da Justiça do Trabalho, talvez a mais social das Justiças, lá advogando e lá fazendo concurso.

Talvez por conta exatamente dessa minha trajetória, não por acaso, na Magistratura, logo fui fazer movimento associativo. Tive intensa atuação associativa: fui Presidente da Associação dos Magistrados da 1ª Região, no Rio de Janeiro (Amatra 1); fui também Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); e Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Não posso negar às senhoras e aos senhores que tenho particular orgulho por ter atuado tão excessivamente, nesse período, no movimento associativo, na Magistratura nacional, até porque, apesar de serem evidentes as reivindicações corporativas, como há em toda associação de classe – é natural que elas ocorram –, tive também, nessas ocasiões, oportunidade de empunhar algumas bandeiras que considero da maior importância, não só para o Judiciário como um todo, mas, consequentemente, para a nossa sociedade brasileira.

Falo de bandeiras como, na ocasião, a extinção da representação classista na Justiça do Trabalho, a ampliação da competência da Justiça do Trabalho – hoje, a Justiça do Trabalho, por conta da Emenda nº 45, é uma Justiça que deu visibilidade ao problema dos acidentes de trabalho que ocorrem no nosso País, e isso veio muito à tona em razão dessa mudança legislativa que transferiu, para a Justiça do Trabalho, a competência para decidir casos de indenização por dano moral envolvendo acidentes de trabalho.

Também empunhei a bandeira da valorização da Magistratura e do Poder Judiciário. O juiz é um incompreendido por todas as circunstâncias. É igual ao político, não é, Senador? É quase que lugar comum criticarem-se juízes e políticos, pela própria incompreensão. E o juiz tem uma particularidade que eu sempre gosto de mencionar: a tendência do juiz é não agradar ninguém. Às vezes, quando duas partes vão ao Judiciário procurar a Justiça, é muito possível que os dois saiam em desagrado com alguma coisa com relação ao juiz. Então, a tendência do juiz é não ser uma figura de grande simpatia, quando é feita uma análise muito emotiva. Evidentemente, quando as coisas são colocadas no plano racional, no plano da razão, percebe-se, é possível todos nós percebermos, é possível o cidadão perceber a importância da figura de um juiz independente, um juiz probo, um juiz imparcial e a importância de um Judiciário independente.

Igualmente, Presidente, muito me orgulho de ter empunhado bandeiras como aquela contra o nepotismo, que, aliás, acabou sendo abraçada pelo Conselho Nacional de Justiça. Essa era uma mácula terrível que havia no Poder Judiciário e que hoje praticamente inexiste, por conta de bandeiras travadas pelas próprias associações de magistrados, por lutas intensas e que, felizmente, veio a ser consagrada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Outra questão que também esteve muito presente na minha luta foi contra o trabalho escravo, que ainda é uma chaga que ocorre em nosso País; o problema da precarização dos direitos de trabalhadores, que é tema corrente, está sempre na pauta, vira e mexe, e aí independe do Governo. É sempre muito mais fácil economizar por meio de redução e de precarização de direitos trabalhistas. Também no movimento associativo – e aí vem o outro lado da moeda – eu tive oportunidade de conhecer por dentro, eu diria, o Poder Judiciário. E foi exatamente por perceber a necessidade de correções, as mazelas que nós temos, e que são inegáveis, isso me mostrou a necessidade da existência de um tipo de controle externo ou ainda semiexterno, como veio a ser o Conselho Nacional de Justiça, um instrumento que desse visibilidade às qualidades que o Poder Judiciário tem e também, por outro lado, que fosse capaz de exigir uma maior transparência, uma maior celeridade na administração daquele Poder, cobrando e exigindo quando fosse o caso. Por isso, desde a primeira hora, eu sempre fui um árduo defensor da criação do CNJ, que agora está completando 10 anos.

Também na minha trajetória, tive a honra de ser o primeiro Ouvidor da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, lá pelos idos de 2005 a 2007. E eu faço questão de fazer essa menção, porque entendo que a Ouvidoria é muito pouco explorada dentro do próprio Poder Judiciário. A Ouvidoria acaba sendo um instrumento, um órgão que tem o Poder Judiciário para permitir que o cidadão se dirija diretamente a esse Poder, fazendo as

suas reclamações, expondo as suas dúvidas, até sem intermediários. Nem do advogado o cidadão precisa para se dirigir ao Judiciário por meio da Ouvidoria. Esse talvez seja o único canal efetivamente viável.

Devo registrar ainda que sou partidário de que o magistrado tenha uma formação multidisciplinar. Por conta disso, especializei-me em Letras e Literatura, com mestrado e doutorado na PUC do Rio, onde me aprofundei nos estudos culturais contemporâneos, buscando um diálogo entre Literatura e Direito, tanto que, não por acaso, a tese que desenvolvi foi sobre o tema do trabalhador migrante e como a literatura contemporânea lida com isso, um tema tão presente hoje quando falamos em crise de emprego. O problema do imigrante trabalhador, que era muito mais comum na Europa, por conta de toda a história daquele continente, hoje nós vemos que se torna um problema comum, com várias denúncias de exploração de trabalho quase escravo envolvendo imigrantes no nosso País.

Por tudo isso, pela minha trajetória, devo dizer a V. Exªs que creio no Poder Judiciário. Creio, evidentemente com os pés no chão e com todas as ressalvas e críticas que possamos fazer ao Poder Judiciário, mas creio na Justiça, embora sabedor, por experiência própria, que justiça nem sempre se faz no Judiciário. No ato de julgar, que eu tive ao longo desses 26 anos, não foram poucas as vezes em que me deparei com situações em que eu percebia que nem sempre era possível fazer justiça, pelo menos dentro do que a minha subjetividade considerava justiça. Em algumas poucas ocasiões...

Pois não, Presidente José Maranhão. (*Fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – Obrigado, Presidente, mas eu estou colocando aqui, Presidente, a minha crença na Justiça como sendo um dos motivadores para ter buscado a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Creio que é possível a existência de uma Justiça presente, de uma Justiça viva; não de uma Justiça ausente ou mesmo de uma Justiça morta. Muitos conhecem aquela passagem do sineiro, personagem do escritor José Saramago, que menciona a morte da Justiça, porque ele almejava uma Justiça que simplesmente fizesse justiça. E não a encontrou em sua aldeia. E diz ele – e é no que eu acredito:

Não quero a justiça que se envolve em túnicas de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista, não a que permitiu que lhe vendassem os olhos e viciassem os pesos da balança, não a da espada que sempre corta mais para um lado do que para o outro, mas uma justiça pedestre, uma justiça companheira quotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais exato e rigoroso sinônimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida é o alimento do corpo.

E é nessa Justiça que eu creio, que é possível, e é essa a Justiça a que o cidadão brasileiro tem direito.

Daí a relevância do papel de um juiz na nossa sociedade brasileira, até porque as decisões judiciais, em regra, vão muito mais, ou podem ir muito além dos limites formais de um processo judicial, pois os efeitos das várias decisões judiciais, de uma jurisprudência, podem contribuir para a construção da própria democracia, para a construção de uma sociedade abrangente, plural, tolerante, menos desigual, menos injusta.

Daí a necessidade absoluta de um Poder Judiciário e de uma Magistratura independentes, imparciais, probos e ponderados.

Tais condições não se confundem com uma postura meramente corporativa e distorcida, pois, para o alcance desse estágio de independência e autonomia, impõe-se uma necessária reflexão do próprio Poder Judiciário, com atitudes concretas, incluindo as inegáveis mazelas que o cercam e valorizando, por outro lado, sua atuação junto ao cidadão e ao jurisdicionado.

Hoje em dia, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, nada mais justifica que o juiz fique colocado numa espécie de olimpo, acima de tudo e de todos. Se essa imagem se sobrepôs durante certo tempo, até na nossa história, hoje nada mais a justifica. O juiz é um servidor público. Ele tem o *status* de ser o próprio órgão, o próprio Poder Judiciário, mas ele é, antes de mais nada, um servidor público, e que tem direitos, e que tem deveres. E, como tal, ele é simplesmente um cidadão. E, como tal, ele é um ser humano.

E aí entra o Conselho Nacional de Justiça, cuja função essencial, nesse contexto, é perceber, por um lado, a necessidade dos números, a necessidade das metas, a necessidade de objetivos, a necessidade de planejamento; mas também, por outro lado, sem esquecer que, por trás desses números e dessas metas e desse planejamento há seres humanos. Seres humanos que têm todas as complexidades e todas as contradições de qualquer ser humano. E será percebendo essa quase obviedade que o CNJ cumprirá a finalidade para a qual foi criado, e que não se restringe à função correcional e disciplinar, embora ele seja importante, relevante e fundamental; mas também será se preocupando com os números sem perder de vista a saúde e o ambiente de trabalho dos magistrados, por exemplo, e também dos servidores do Judiciário, todos cidadãos que são, seres humanos que são.

Não adianta – isso eu posso garantir às senhoras e aos senhores – simplesmente se exigir cumprimentos de metas, cumprimentos de números se houver uma carga de juízes adoecendo. O equilíbrio entre alcançar o

ideal e exigirem-se as metas e os números, mas dar condições para que elas sejam efetivamente alcançadas, não à custa da saúde de magistrados e servidores; não à custa da qualidade da entrega da prestação jurisdicional.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – Nós não podemos nos colocar como algo absolutamente impositivo, uma necessidade vital de celeridade no andamento processual, sem nos esquecermos da necessidade absoluta, também, da qualidade da entrega da prestação jurisdicional.

Eu não quero simplesmente um Judiciário que entregue rápido e de qualquer jeito. É necessidade que tenhamos um Judiciário que entregue rápido e de forma muito benfeita. Será então zelando pela autonomia do judiciário e pela independência dos juízes e repudiando, veementemente, abusos de direito e sintomas de desonestidade, repudiando e agindo, principalmente, quando o Poder Judiciário, por um ou outro motivo, tiver pruridos de cortar a própria carne. Aí, sim, entra o papel do Poder Judiciário. Será, enfim, cobrando um comportamento ético; será propiciando um Judiciário transparente e acessível. É preciso que o cidadão lide com os seus direitos, com as questões do Judiciário de forma íntima, é preciso que o cidadão brasileiro tenha facilidade para procurar valer os seus direitos na esfera judiciária.

Por outro lado – tem sempre um outro lado da moeda –, é preciso, também, criar mecanismos para evitar o excesso de litigiosidade, porque se nós tivermos um Judiciário que funcione muito bem e que é muito demandado, automaticamente o Judiciário vai ficar sobrecarregado e a tendência da qualidade do trabalho pode ser deficiente. Então é preciso criar mecanismos para se evitar a litigiosidade e estimular a conciliação, estimular a mediação, como forma de não levar ao Judiciário também questões que, às vezes, podem ser resolvidas no âmbito extrajudicial.

E transparência. Transparência é o que a sociedade brasileira mais quer e mais exige. Isso abrange todo o serviço público, abrange o Congresso Nacional, abrange o Poder Executivo e, evidentemente, o Poder Judiciário. No caso do Judiciário, talvez o CNJ seja hoje o principal instrumento para ali se alcançar a necessária transparência administrativa.

Deste papel – e aí eu sou muito incisivo neste aspecto –, o CNJ não pode abrir mão, não tem o direito de abrir mão. É exigência constitucional, sem, evidentemente, avançar na esfera judicial e sem ferir o contraditório e outros pilares do Estado democrático de direito, mas que o faça com parcimônia, prudência e sem transigir quanto aos seus objetivos constitucionais.

Já me encaminhando para encerrar, dentro dessa tônica de necessidade de prudência, parcimônia, mas necessidade de agir, lembrei-me, por exemplo, do nosso maior escritor, Machado de Assis, que disse que "as revoluções servem aos vencedores, mas um terremoto não serve a ninguém".

Este Congresso Nacional, quando da Emenda nº 45, fez uma verdadeira revolução no Judiciário brasileiro com a criação do CNJ. A hora, agora, não é para posturas iconoclastas que visam colocar tudo abaixo na Justiça brasileira como se nada servisse, como se tudo fosse ruim. Decididamente, terremotos dessa ordem acabam por colocar abaixo o próprio CNJ, não servem para ninguém. Não é hora, portanto, de minimizar o papel do CNJ a ponto de, na prática, colocá-lo abaixo. Precisamos, sim, reforçar o Conselho Nacional de Justiça dando ênfase ao seu papel republicano, que lhe foi atribuído por este Congresso, fiscalizando, vigiando e propiciando meios que conduzam a uma maior valorização do Poder Judiciário para, quem sabe, alcançar a tão sonhada justiça pedestre a que se referiu o sineiro Saramago, uma Justiça que seja a emanação espontânea de sua própria sociedade em ação. Uma Justiça, enfim, essencialmente social, humana e próxima do cidadão.

É, pois, com esse espírito, Presidente, que, caso aprovado por esta Casa, almejo atuar no próximo biênio do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse passo, agradeço a atenção e fico à disposição de V. Exªs para os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Registramos a presença dos Srs. Maurício Marchetti e Andréa Presas Rocha, membros da Comissão Legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), representando o Presidente da Anamatra, Sr. Germano Silveira de Siqueira.

Passamos agora à fase de arguição dos candidatos. Cada Senador terá o tempo de dez minutos para as suas colocações e igual tempo o interpelado também dispõe.

Havendo réplica e tréplica, terão o tempo de cinco minutos.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, previamente inscrito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores; Dr. Gustavo Alkmim; Dr. Luiz Cláudio Silva Allemand; Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, em relação ao Dr. Allemand, eu quero trazer aqui o meu testemunho, o testemunho de capixaba, o testemunho do Espírito Santo, considerando a exitosa e meritória trajetória do Dr. Allemand, como advogado probo, íntegro, de elevada repercussão no Estado do Espírito Santo, repercussão na socieda-

de, de elevada reputação também na Academia, assim como na Ordem dos Advogados do Brasil, na Seccional Espírito Santo, e até mesmo o exercício que o Dr. Allemand faz no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Não é sem outra razão que a Ordem dos Advogados do Brasil está designando o Dr. Allemand como seu representante junto ao Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, dou aqui o meu testemunho, modesto, é verdade, mas, sincero, de quem estará e já está participando desta sabatina e, de igual forma, exercerá o seu voto com extraordinário prazer e convicção de que o Espírito Santo estará, Senador Anastasia, entregando ao CNJ, no período em que o Dr. Allemand exercer o seu mandato, um quadro da melhor qualidade técnica, com elevado conhecimento do tema. Portanto, as expectativas são muito grandes.

Ao cumprimentar o Dr. Allemand, dirijo-me ao Dr. Allemand a respeito de duas questões. Uma questão que me parece mais diretamente relacionada ao exercício do Conselho Nacional de Justiça, que está fazendo 11 anos de sua criação, parte de um esforço extraordinário que todos temos feito, para que a nossa Justiça possa, efetivamente, produzir os resultados que a sociedade necessita. Não apenas a criação do CNJ, mas ao longo dos últimos anos, a reforma do Código de Processo Civil, o marco legal para arbitragem e a mediação. Sendo a mediação, inclusive, projeto de minha autoria, que, durante três anos, nós discutimos aqui no Congresso brasileiro, no Senado e na Câmara, mediação que já existia, mas que faltava um marco legal, nacional, para que nós pudéssemos incorporar à Justiça brasileira a cultura da mediação. Até porque a cultura do litígio está presente na Academia e na cultura brasileira, no nosso dia a dia. E, a meu juízo, para que nós possamos, com qualidade, mas com velocidade atacar o congestionamento permanente e histórico da Justiça brasileira.

Nós temos contabilizados hoje, na Justiça brasileira, alguma coisa muito próxima de 1001 milhões de processos. E entre 75% e 80% desses processos nas Justiças dos nossos Estados, enfim, dos Estados federados, e 25% a 30% nos tribunais superiores. Ou seja, os esforços – na direção de melhorar a atividade meio, a contratação de recursos humanos e profissionais, ou mesmo de reforçar o orçamento da Justiça brasileira – não têm sido capazes de produzir um resultado compatível com aquilo que a sociedade deseja. Nós estamos vendo os orçamentos se ampliarem, mas por maior que sejam os esforços da Magistratura brasileira, e é preciso reconhecer esses esforços, os resultados sempre estão aquém. É como se nós estivéssemos sempre correndo atrás do prejuízo. Por isso o esforço para que nós possamos encontrar meios e condições alternativos à arbitragem, à mediação.

Aqui mesmo, na Comissão de Justiça, nós estamos aguardando avidamente para que possamos aprovar um projeto de autoria do Senador Valadares, que trata de criar um marco nacional, por exemplo, para as audiências de custódia, que, no Espírito Santo, já revelam um excepcional resultado. Em outros Estados eu não sei, em Minas, por exemplo, eu não sei como está, mas em São Paulo com certeza, em meu Estado tem sido uma iniciativa muito interessante, na direção inclusive de contribuir para o problema da população prisional brasileira.

Enfim, eu estou me referindo a essas alternativas como forma de nós produzirmos uma Justiça mais célere, para não ficarmos aqui naquela velha máxima do Rui Barbosa, de que Justiça que tarda não é senão injustiça declarada – o Dr. Alkmim pôde fazer aqui, ou o Dr. Luiz Cláudio, alguma referência ao nosso grande sempre professor Rui Barbosa.

Eu gostaria de ouvir de V. Sªs a visão que trazem para o CNJ relacionada à necessidade de nós incorporarmos novos caminhos alternativos, modelos e gestão que possam, de fato, fazer da Justiça brasileira, com qualidade e com justiça, mas uma Justiça mais célere, que é uma das grandes reivindicações da população brasileira. Entendo eu ser essa uma tarefa também do CNJ à medida que no art. 103-B, que define as prerrogativas do CNJ, nos incisos VI e VII, falam da elaboração das estatísticas que o CNJ tem apresentado, e quero crer que essas estatísticas só fazem sentido se forem acompanhadas de providências. Então, o CNJ tem um papel relevante, estratégico e cada vez mais precisa ser reforçado, e as presenças de V. Sªs no CNJ renovam essas expectativas.

Então, eu queria ouvir a abordagem de V. Sªs a respeito dos desafios da Justiça brasileira, mas, de modo especial, eu gostaria de fazer uma pergunta também ao Dr. Allemand, como advogado, relacionada à Emenda nº 46, de 2005. Essa emenda, aprovada pelo Congresso brasileiro, define uma nova redação para o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal:

Art. 20. São bens da União:

IV as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005)

Ou seja, de acordo com essa definição, sede de Município de ilha costeira passa a não ser terreno de Marinha. Mas nós continuamos convivendo, no Espírito Santo, com essa tragédia e com essa perversidade por parte da Secretaria do Patrimônio da União.

Sr. Presidente, na capital do Espírito Santo, Vitória, onde o Dr. Allemand milita, dos nossos 67 bairros, 58 são terrenos de marinha. Mais de dois terços da cidade são terrenos de Marinha, o que faz da União a maior corretora imobiliária da nossa capital.

São pelo menos 100 mil capixabas que são alcançados por esse instituto carcomido e perverso da realidade brasileira. Os portugueses trouxeram para cá esse instituto feudal, lá em Portugal não existe mais, mas a União insiste em manter o instituto enfitêutico de terrenos de Marinha, inclusive com regras absurdas. Há, por exemplo, a questão do laudêmio, segundo o qual a União não apenas cobra sobre o domínio do terreno, mas também sobre as benfeitorias, numa apropriação indébita.

E estamos debatendo esse assunto aqui no Congresso, porque, depois de um longo debate, a Presidente da República encaminhou a esta Casa uma proposta, alvo de debate, o Congresso a aprovou, e a Presidente contraditoriamente rejeitou uma proposta que ela própria encaminhou ao Congresso Nacional, num ato bizarro e surreal de tantos outros que estamos vendo se repetindo na República brasileira.

Gostaria de merecer do Dr. Luiz Cláudio Allemand uma avaliação sobre essa questão, reconhecendo aqui a militância que V. Sª tem feito no Espírito Santo. Nós sabemos que figuras importantes, como o Dr. Mazzoco, Procurador da República, têm atuado, mas ainda assim a Secretaria do Patrimônio da União continua atuando de maneira perversa com capixabas de Vitória e, enfim, de todo o Estado.

Esse não é apenas um problema do Espírito Santo. Esse é um problema que está presente em muitos Estados brasileiros. E eu gostaria de merecer uma avaliação de V. Sª a respeito desses temas que encaminho aqui, mas desde já o cumprimentando pelo encaminhamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Dr. Luiz Cláudio Silva Allemand.

O SR. LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Senador Ricardo Ferraço, V. Exª me honra muito com essas perguntas. Eu gostaria de lhe responder, fazendo um sequencial: a primeira pergunta, que trata do CNJ, dos seus 11 anos, da arbitragem, do que se pode fazer para colaborar, o que nós, que estamos almejando lá chegar, poderíamos fazer; e a segunda, que trata do problema do terreno de Marinha.

Então, dessa forma, vou seguir pela primeira pergunta.

O CNJ, com seus 11 anos, já se demonstrou extremamente importante para a sociedade brasileira. É um órgão novo, mas já muito caminhou. E caminhou abraçado com a advocacia, abraçado com os juízes, abraçado com os servidores, abraçado com a sociedade.

Realmente, os números que as estatísticas do CNJ apontam são estarrecedores. Números da primeira instância: já estamos com quase 46 milhões de processos agarrados na primeira instância. Esses números impressionam, porque – o Senador mesmo colocou – são mais de 100 milhões de processos. E o que fazer? Como fazer para resolver esse problema do gargalo dos processos em tramitação no Poder Judiciário?

Realmente, não adianta contratar mais. São 16 mil juízes, mais de cento e tantos mil servidores, mais de 412 mil servidores, perdão, e a contratação está levando o CNJ – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir permissão para cumprimentar o meu Vice-Presidente, o Dr. Cláudio Lamachia, que aqui se encontra, vindo direto lá dos Pampas, das geladas terras dos Pampas; muito obrigado, meu querido Cláudio Lamachia, muito obrigado pela sua presença –, então, com esses números, não adianta contratar, porque a contratação já está batendo num problema que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

E, dessa forma, temos que inovar. Inovação como? O CNJ já apontou um caminho, que é o processo judicial eletrônico, que reduzirá custos, reduzirá papel e poderá aumentar a agilidade. Precisa de alguns ajustes. O CNJ vem fazendo também ajustes em outras áreas: mediação e arbitragem. Hoje, nessa área de mediação, conciliação e arbitragem, o CNJ tem um protagonismo fundamental, porque o Novo Código de Processo Civil está baseado praticamente nesse tripé: conciliação, arbitragem e mediação. Vamos ter que quebrar alguns paradigmas, quebrar alguns tabus, porque juiz ainda não está, vamos dizer, preparado para essa mediação, arbitragem e conciliação inclusive ao longo do processo. Eles precisam colocar isso na consciência de que isso é importante para o sistema, que não comporta mais esse acúmulo de serviço.

Os advogados idem, porque as Academias formam profissionais baseado no Código de Processo Civil, ou seja, tiram o que é uma atividade-meio e transformam-na como se fosse uma atividade-fim. E nós advogados saímos das faculdades como verdadeiros processualistas e não observamos as regras das conciliações e, sim, do contencioso. Todo mundo quer ser advogado réu.

Há também a necessidade de se quebrar outro paradigma: confiar em quem? Porque para um conciliador, para uma arbitragem, uma mediação, dependendo de aonde você for, você vai ter que confiar em alguém, principalmente na arbitragem, porque alguém vai ser um árbitro. E confiar em quem? Então, temos que quebrar

esses três paradigmas, esses três tabus para poder caminhar. Eu acredito que o Conselho Nacional de Justiça junto a OAB e as academias, obviamente, terão um trabalho fundamental para se ajustarem a esse Novo Código de Processo Civil, que é uma tentativa realmente do CNJ, um inovação em que se pode caminhar.

Dessa forma, Senador, eu fico nessa primeira parte. Vamos para a segunda, que é a Emenda nº 46, de 2005. Realmente, com a Emenda nº 46, de 2005 e, aqui, voltando um pouquinho, no Código Civil, a enfiteuse acabou no Brasil, não existe isso. E a Emenda nº 46, aprovada pelo Congresso, permitiu que o proprietário de um terreno numa ilha em capital de Estado, como é o caso de Vitória, São Luís do Maranhão e Florianópolis, não precisasse pagar o chamado laudêmio ou a taxa de Marinha. Ocorre que, por uma decisão judicial e por uma interpretação própria da Secretaria do Patrimônio da União, se estipulou que somente os terrenos que estivessem em interior de ilhas – e nós sabemos que, no passado, tanto as capitais de Florianópolis, do Maranhão, e do Espírito Santo sofreram acrescidos; elas foram sendo aumentadas em função de aterros.

Na minha humilde opinião, o acessório segue o principal. Infelizmente o Poder Judiciário, decidindo contrário, na segunda instância, no Tribunal da 2ª Região, afastou a posição do Congresso Nacional, desta Casa, a posição da doutrina, e decidiu de forma contrária, dizendo que, salvo melhor juízo, não existe coisa julgada, eu não me recordo, mas a decisão em si foi contrária, o que gerou um recurso extraordinário por parte do Ministério Público Federal, encaminhando o processo, que hoje está no regime de repercussão geral, no Supremo Tribunal Federal.

Realmente é um problema para essas capitais, é um problema para a população, uma vez que a Secretaria do patrimônio da União não é – como é que posso informar? – um órgão financeiramente superavitário. O que se arrecada na Secretaria do Patrimônio da União, com esses terrenos de Marinha, com essas taxas de Marinha, não justifica a sua própria existência. Sofrem aí todos os Estados que são margeados, que são banhados por ilhas, que são banhados por rios, lagoas e margeados pelo mar.

Dessa forma, Sr. Senador, eu espero ter atendido a sua pergunta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos ouvir o...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consulto o Senador Ferraço se deseja fazer réplica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu gostaria de ouvir o Dr. Gustavo, para que, em seguida, pudesse fazer a réplica unificada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão pela ordem a fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sem querer me intrometer na questão, mas está prevista, para às 11 horas, uma sessão do Congresso Nacional, que, portanto, deverá ter início até às 11h30. Eu queria sugerir a V. Exª e ao Plenário, se não houver óbice, que nós pudéssemos iniciar a votação. Porque, iniciando-se a votação, ela terá que ser concluída, mesmo que se inicie a sessão do Congresso Nacional – daqui a pouco, eu vou ter que abrir a sessão do Congresso. Então, se iniciarmos a votação agora, em tese, mesmo havendo sessão do Congresso, teríamos que concluir o processo, o que não prejudicaria a eleição dos dois membros que estão sendo sabatinados brilhantemente aqui, Sr. Presidente.

Era a sugestão que eu queria fazer a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quero me associar à manifestação do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós já temos precedentes aqui que funcionaram muito bem e permitiram, na realidade, que houvesse essa possibilidade de não prejudicar a sabatina com a intercorrência da sessão do Congresso Nacional.

Dessa forma, nós vamos abrir a votação, sem prejuízo da interpelação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Os Senadores que desejarem votam, aqueles que não desejarem aguardem a sabatina, mas está correta o encaminhamento do Senador Romero Jucá, Presidente. Parabéns!

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – No sentido de apoiar também essa solicitação e pedir, se possível, Sr. Presidente, após a sabatina dos indicados, colocar em pauta – extrapauta, porque não está ainda pautado – o PLC nº 53, porque nós vamos entrar em recesso no final de semana que vem e esse é um projeto que não tem problema de orçamento, não tem problema financeiro, que é também do Conselho Nacional do Ministério Público.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – Tentando responder a V. Exª, na verdade, quanto ao quadro que se apresenta hoje do Poder Judiciário que envolve o debate em torno de conciliação, arbitragem e mediação, nós estamos falando do funcionamento do Poder Judiciário. Essa é a grande questão que se coloca. Já foi dito aqui, já foi repetido, nós estamos falando de um Poder Judiciário hoje que tem uma carga de 100 milhões de processos.

Então, é preciso criar mecanismos que contornem essa situação de forma a que se entregue uma Justiça de uma forma rápida, de uma forma eficaz e de uma forma qualitativa. Caso contrário, nós vamos ser produtores de sentenças e decisões judiciais em série, sem atentar para a necessária qualidade da entrega da prestação jurisdicional. E, aí entra o tema da conciliação, da arbitragem e da própria mediação. É uma das saídas, é uma das válvulas escape? Sem dúvida de que é. No tema da conciliação, particularmente não é estranho para os juízes do Trabalho. Os juízes do Trabalho lidam com o tema da conciliação desde que a Justiça do Trabalho foi criada, e só agora, recentemente, é que isso passou a ser uma necessidade inclusive na legislação processual comum.

Então, o estímulo à conciliação, o estímulo a mecanismos de arbitragem, mecanismos de mediação, inclusive por iniciativa de lei, são absolutamente necessários, como também outros mecanismos de forma a abrandar esse quadro, que é, como já foi citado, o próprio processo judicial eletrônico, que é a necessidade absoluta de legislação que reduza ou que tenha a eficácia contra recursos protelatórios.

Não podemos é continuar trabalhando com um processo, com a quantidade de recursos que se apresenta e que faz com que um processo se eternize na Justiça, sem a necessária resposta para os jurisdicionados.

Portanto, mecanismos legislativos que abrandem esse quadro e que coloquem o Judiciário funcionando de uma forma qualitativa e de uma forma célere são absolutamente necessários. E, sem dúvida alguma, uma iniciativa legislativa envolvendo a arbitragem e a negociação, como mecanismos extrajudiciais que evitem a quantidade, o ingresso de ações judiciais no número que temos hoje, ou se faz isso ou estaremos aqui, daqui a 10 anos, discutindo o mesmo tema e correndo atrás – sabe o cachorro correndo atrás do próprio rabo? Vamos ficar assim. Ou se criam mecanismos que abrandem isso, ou estaremos sempre reclamando temos Judiciário moroso e que não atende aos anseios da população.

A iniciativa legislativa me parece absolutamente necessária. E o CNJ entra aí, sim – como já está entrando –, como um instrumento de estímulo a que esses instrumentos sejam efetivamente utilizados por todo o Judiciário, pelos magistrados em geral.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para réplica, Sr. Presidente.

Quero agradecer a atenção dos nossos sabatinados indicados.

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acho que precisamos elevar um pouco o tom. Precisamos ir um pouco além. Os esforços do CNJ são reconhecidos, mas precisamos ir além.

Os nossos tribunais, de forma geral, estão muito próximos dos chamados limites prudenciais para serem alcançados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E não há saída que não mecanismos alternativos ousados e criativos que não impliquem ampliação da atividade-meio de recursos humanos, recursos materiais. O contribuinte brasileiro não suporta mais isso! Estamos muito próximos de uma carga tributária da ordem de 40% do nosso Produto Interno Bruto.

Portanto, o CNJ, que tem cumprido um papel relevante, pode, a meu juízo, esticar um pouco mais essa corda na linha de criar, realmente, metas, padrões, protocolos que possam oferecer esse resultado à sociedade brasileira. Para além disso, penso também que o CNJ poderia refletir – e V. Sªs que, seguramente, estarão representando a sociedade brasileira no CNJ –, porque e V. Sªs, no CNJ, são olhos e ouvidos da sociedade, daqueles que precisam da Justiça célere, e também trabalhar para que a cultura do litígio possa ser modificada na Academia. Porque o advogado e o magistrado, que um dia foi estudante, bacharel etc., a cultura da Academia brasileira é uma cultura que trabalha na direção do conflito e não da conciliação. Esse é um trabalho que envolve uma mudança cultural, julgo eu uma mudança revolucionária para nos ajudar na evolução desses temas que estamos tratando. Ou seja, a solicitação que estamos fazendo, para que V. Sªs possam avaliar, é para que trabalho possa chegar à Academia e que os nossos advogados possam sair da Academia focados nessa direção e não na direção da vocação para o conflito.

De modo que agradeço, Sr. Presidente, e manifesto aqui a minha confiança nos nossos dois indicados de que eles, chegando ao CNJ, vão imprimir um ritmo dinâmico para nos ajudar e ajudar a Magistratura brasileira, a sociedade, que demanda maior velocidade da nossa Justiça.

Muito obrigado a V. Sªs.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Rose de Freitas, previamente inscrita.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Aliás, como Relatora, eu teria o direito de perguntar em primeiro lugar, mas agradeço. Estou aqui aguardando porque temos sessão do Congresso e me interessa muito participar.

Nós temos aqui um representante do Estado do Espírito Santo, que, eu gostaria de registrar, foi um inovador de ideias ao longo da sua atividade, com livros escritos, com propostas novas, como organizar o processo judicial eletrônico, sobre a questão tributária, essa tabela do Imposto de Renda, e V. Sª soube tão bem dissertar sobre o assunto, então, eu queria parabenizá-lo e dizer que V. Sª vem aqui com o apoio não só da nossa Bancada, mas, como bem colocou, com apoio do Conselho Federal da OAB, e unanimemente aprovado, isso é muito bom, por que respaldado pela sua categoria.

Ouvi V. Sª falar...

Presidente, eu gostaria de que o senhor colocasse ordem no salão. (*Pausa.*)

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Sª falou sobre o portal digital e sobre quebrar o isolamento do advogado. Por certo, eu não vou entender essa linguagem, mas entendo, nas consequências do trabalho realizado, que há, sim, uma grande distância – V. Sª que vai para o Conselho, se Deus quiser –, pois sabe que o Conselho Nacional de Justiça é muito pouco entendido pela sociedade, nem o advogado, do qual V. Sª se referiu, que isoladamente trabalha, não sei se um portal digital pode dar acesso às informações necessárias para que ele possa executar o seu trabalho bem. Mas eu gostaria de dizer que, ainda assim, o Conselho Nacional é muito distante da sociedade e muito distante da vida do advogado.

Nós falamos de acúmulo de trabalho, nós falamos da questão da celeridade, enfim, todos falam a mesma coisa. Todos que estiveram aqui falam que a Justiça tem que ser célere, que nós precisamos que a Justiça esteja mais ao alcance da sociedade, mas até agora, objetivamente, nós não vimos nenhuma proposta que, realmente, possamos dizer que ela vai modificar. É preciso que um escopo de novas ideias faça com que o Conselho seja conhecido na sociedade como organismo importante, e que ele possa, realmente, ter um papel importante na vida do advogado. Não só para acessar uma vaga posteriormente, mas para que ele possa servir melhor à categoria. Eu também queria dizer, e aí estou falando da importância que ela para nós que entendemos, mas para a sociedade, eu não vejo a sociedade conhecê-la como organismo importante.

Eu também queria perguntar como o senhor vê a questão da maioridade penal. Se o senhor interpreta como cláusula pétrea – que há divergência sobre isso, portanto, sendo assim, é inconstitucional –, e se o senhor acha, entendendo ou não da cláusula, se é possível então reduzir a idade penal?

Faça a indagação a cada um ou a ambos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica a critério de V. Exª.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu perguntarei posteriormente ao Dr. Gustavo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como achar mais prático.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigada, Presidente.

O SR. LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND – Senadora Rose de Freitas, V. Exª me honra muito com essas perguntas, e me honra mais porque é a Relatora do meu processo aqui na CCJ.

Muito obrigado pelas perguntas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está sem som.

O SR. LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND – Melhorou?

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Melhorou.

O SR. LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND – O ponto principal da pergunta formulada por V. Exª é realmente como transformar o CNJ em algo mais próximo da sociedade. Realmente a sociedade só vê o CNJ como aquele órgão que cassa juiz. Essa é a percepção da sociedade com relação a esse órgão tão importante.

Mas o CNJ, depois que busquei entender melhor o CNJ, verifiquei que existem trabalhos que podem ser desenvolvidos ou que devem ter continuidade ou até que se possa buscar mais inovação.

Acredito muito que o CNJ tenha instrumentos e tenha capacidade para se aproximar da sociedade.

Realmente, a Senadora pontuou um problema que é um tormento para a advocacia, que é o processo judicial eletrônico. E não é só para a advocacia, mas também para os magistrados, que estão adoecendo, Dr. Gustavo, para os servidores também que estão com problemas. E o que se pensa em fazer é resolver esses impasses dentro do sistema, para que melhore a qualidade de vida dos servidores, dos magistrados. E também que os advogados, que já têm uma vida muito difícil, tenham uma qualidade de vida melhor nessa profissão.

E o portal digital surgiu com uma ideia de se tentar de forma imediata unificar os 46 sistemas que existem no Brasil. São 46 sistemas, Senadora, 46 sistemas e, para cada sistema desse tem que ter um equipamento formatado, porque eles são incompatíveis. Dependendo do sistema, do tribunal ou da empresa que desenvolveu. O CNJ tentou de uma forma ou de outra ou está tentando unificar.

Mas o sistema PJe está com problemas. E o CNJ reconhece esse problema e está fazendo o PJe 2.0 – Processo Digital Eletrônico 2.0 –, e também, agora, criando e desenvolvendo o portal. O portal nada mais é o que uma entrada, em que o advogado pode optar por um desses 46 sistemas ou ele pode ir diretamente ao portal. Esse portal foi especificado por um grupo de advogados e está sendo testado por um grupo de advogados e ele vai ser homologado também por um grupo de advogados. Diferente do passado, quando nós, em momento algum, fomos chamados para participar.

Com isso, nós pensamos que temos uma luz no fim do túnel e que nós poderemos trazer qualidade de vida para os advogados e, em especial, os 140 mil advogados idosos, que deram a vida pelo Direito, e que, se o sistema não for corrigido, eles estarão excluídos; e os deficientes visuais, que, certamente, do jeito que está, estão excluídos. O portal digital, chamado escritório digital corrige isso, porque observa as melhores técnicas de desenvolvimento de *software*, observa o consórcio W3C, que trata dos parâmetros por um melhor desenvolvimento de *software,* e abre diálogo com a Ordem dos Advogados. Então, nós temos esperança de que isso se resolva.

Com relação à questão da maioridade, realmente é um tema hoje palpitante. É um tema que está sendo debatido na sociedade brasileira. Correntes favoráveis, correntes contrárias. E afastando as paixões, os discursos de problemas carcerários, os discursos de falta de educação, eu afasto esses temas e trago aqui como uma singela opinião, como uma humilde opinião os dois pontos que estão sendo debatidos: favorável e contra a redução dessa maioridade penal.

As questões que são contrárias à redução da maioridade penal estão baseadas no art. 228 da Constituição, que impede a redução da maioridade penal. Isso está, de uma forma ou de outra, gravado com o inciso IV do §4º do art. 60, que seria uma cláusula pétrea.

Àqueles que trazem a bandeira de que é possível, chamam a atenção para um ponto: que a partir do momento em que você não altera o comando do art. 228, ou seja, que você não "reduz" a maioridade – e aqui chamo a atenção para um projeto desta Casa, que não se reduz a maioridade penal, aumenta-se o tempo de internação, o tempo de prisão para aqueles que se valem dos jovens –, neste caso, não estaria ofendendo a cláusula pétrea.

Eu gostaria de trazer alguns números que são importantes para um país como o nosso, um país em desenvolvimento, porque, em uma nação desenvolvida, não se abre do potencial dos seus jovens. Aqui no Brasil temos um país com 20 milhões de adolescentes, mas apenas 20 mil adolescentes são infratores e, desses 20 mil, apenas seis mil estão cumprindo medidas de internação. Dessa forma, eu acredito muito que esta Casa, a Casa da Federação, quando for chamada para se manifestar, saberá lidar com esse assunto.

Na minha opinião, eu ainda prefiro continuar tentando defender essa juventude que, como disse, são poucos, porque, de 20 mil infratores, seis mil estão cumprindo medidas de internação e 14 ainda não praticaram atos de periculosidade, de um total de 20 milhões de adolescentes. Então, eu acredito muito que nós temos que salvar essa geração, temos que dar apoio a essa geração, dar-lhes uma chance. Acredito que o melhor projeto é o que está nesta Casa, o Senado brasileiro.

Agradeço, Presidente.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigada.

Antes de mais nada, eu queria dizer, Dr. Gustavo, que gostei muito da sua exposição, assim como a do Dr. Allemand, por haver abordado, por questão de militância até no exercício da sua função, as questões sociais. Eu sou autora da PEC nº 209. Então, tratar da celeridade dos processos, ver o que acontece no STJ, por exemplo, o acúmulo de processos é um absurdo. Nunca será possível fazer um arrazoado de ideias e pareceres com essa quantidade de processos, inclusive da forma como se processa a vida desses processos até chegarem à instância final.

Queria fazer uma pergunta muito simples. Por tudo o que senhor disse, vi a pessoa que o senhor é, ainda se referiu a um colega, cuja história prezo muito, que é Ramez Tebet. Como o senhor acha possível que a PEC nº 209 – estou brigando para aprová-la e ela empaca aqui e ali; no Brasil, as coisas são difíceis, porque não se tem pressa; esta Casa também não tem pressa –, então, o que o senhor acha que é possível ser feito para evitar esse acúmulo de processos? Porque até agora não se tem feito nada!

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – Estão aqui Maurício Manguette e Juíza Andrea, aqui representando o Presidente Germano nesta reunião da CCJ.

Senadora, é difícil dizer qual é a solução para esse problema, até porque eu acho que não há uma única solução. O que eu posso garantir a V. Exª é que, na quantidade de processos que temos para julgar – digo nós referindo-me ao Poder Judiciário como um todo, desde os Ministros dos Tribunais Superiores até os Juízes de primeira instância –, é impossível proferir uma decisão de qualidade.

O juiz hoje que quer se debruçar por mais tempo em um ou outro processo, que exija dele mais tempo, ele não vai dar conta. Isso é fato.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com relação a esses processos, rinha de galo vir parar no STJ é brincadeira!

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – É verdade. O que nós precisamos é criar mecanismos – uma das saídas – na própria legislação processual que impeçam ou que evitem essa quantidade absurda de processos, que, para aquele que deve, que é devedor, às vezes, é bom um processo que demore. Talvez aí, Senadora, esteja uma das explicações. Interessa a muita gente uma Justiça morosa. Interessa a muita gente. Para a sociedade brasileira como um todo não interessa.

Mas as mudanças são difíceis de serem feitas. Um mecanismo desse de criar uma forma de classificação, de se punir efetivamente quem recorre forma protelatória, desnecessária, quando você já tem jurisprudência firmada sobre o tema, quando você já tem decisões reiteradas...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Uma cultura de recursos. Porque, na verdade, Dr. Gustavo...

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – Pois não.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...o que acontece é que o advogado – e aí existe a questão de explorar o seu cliente um pouco mais – não dá muita importância às instâncias, não faz os recursos, vamos dizer, mais acauteladamente, e aí ele diz: "No STJ, nós resolvemos." E aí o cliente paga mais e fica muito moroso. Há processo que demora 15, 19, 20 e anos!

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – É exatamente isso que estou tentando dizer a V. Exª. São muitos interesses. E não estou falando de interesses corporativos não. Hoje, o grande devedor, para ele interessa mais dever com o processo em andamento, porque ele vai pagar muito menos depois, do que resolver o problema de uma forma antecipada, de uma forma preventiva.

Nós não temos o hábito de estabelecer uma política preventiva, inclusive no nosso cotidiano. Espera-se sempre o litígio para se acionar toda a máquina judiciária; e aciona-se a máquina judiciária da mesma maneira para um processo que envolve milhões e para um processo que envolve rinha de galo.

O dado torturante para o juiz nesse quadro, Senadora, é que, para efeitos estatísticos, para efeito de números, o processo de milhões conta da mesma maneira que o processo da rinha de galo. Não que um seja mais ou menos importante que o outro. Evidentemente que para aqueles envolvidos ambos são importantes. Evidentemente.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, mas é mais importante.

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – Só que um terá um nível de complexidade provavelmente muito maior do que o outro. Um vai exigir que talvez várias instâncias se manifestem sobre ele, e o outro pode ser resolvido, às vezes, de uma forma antecipada, antes de o problema acontecer. Mas, para efeito de números, é a mesma coisa. Então, nós lidamos com essas dificuldades.

O que me diz que os números não são importantes? Evidentemente, é claro, e o CNJ demonstrou isso, que os números e as estatísticas são importantes, mas é preciso também nós enxergarmos a questão da qualidade, senão estaremos dando volta no mesmo lugar, não vamos sair do lugar.

Agora, esta Casa tem evidentemente um dever com essas questões. São muitas questões que passam pelo enfoque legislativo. E evidentemente há muitas questões que passam até pelo enfoque cultural, dentro do Poder Judiciário. Aí entra o CNJ. Infelizmente o CNJ não tem o poder de atuar de forma legiferante, muito menos judicialmente. Mas ele pode atuar na cultura que os tribunais desenvolveram durante anos e anos e anos, em que se encara com uma certa naturalidade a quantidade de processos absurdos, processos que levam 20 anos. Não pode. Um processo não pode levar 20 anos para ser decidido em hipótese alguma. Um processo não pode levar 20 anos. Mas a gente lida com isso com tanta frequência que parece que é comum; e não é.

Então, Senadora, eu acho que uma PEC, como a senhora fez referência, é um mecanismo a ser aproveitado, sim, agora, vamos estudar outros, inclusive a questão da mediação, de que gente já falou, a questão da arbitragem. Enfim, acho que são várias frentes, várias frentes, em que entra o Legislativo, entra o Executivo, na condição do "cliente" – estou colocando entre aspas o "cliente" – mais conhecido do Poder Judiciário, é o Poder Executivo hoje. Se nós fizermos um apanhado do número de demandas que envolvem os entes públicos, certamente são em número muito maior.

Então é preciso que todos nós nos mobilizemos, seja para atuar preventivamente, seja na legislação, e internamente dentro Judiciário, e aí entra o papel do CNJ, a meu ver.

Obrigado.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tem a palavra o Senador Anastasia para formular a sua interpelação.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador José Maranhão.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminentes indicados ao Conselho Nacional de Justiça, primeiro os meus cumprimentos por ambas as exposições, e eu serei o mais objetivo possível.

Em ambos os casos – e as perguntas formuladas por meus pares Senadores já sinalizaram nesse sentido – nós observamos, Presidente José Maranhão, que o grande drama da Justiça é o volume avassalador de processos. E nós sabemos que o Brasil não tem condições financeiras de aumentar, na necessidade hoje imperiosa, o número de juízes e a estrutura para termos um número maior de Varas, Juizados etc. Então nós temos só uma alternativa, que é reduzir o número de processos, ou dar a eles uma agilidade suficiente para que nessa agilidade haja uma redução no seu fluxo.

Tendo em vista essa constatação, esse diagnóstico, que é praticamente universal, e todos corroboram, inclusive a posição de ambos aqui sabatinados caminha no mesmo sentido, eu queria fazer duas indagações.

Nessa tentativa de identificar novos instrumentos – e me dirijo primeiro ao Dr. Luiz Cláudio Allemand, a quem cumprimento pela exposição, pelo currículo, pelo endosso de seus colegas capixabas, vizinhos de meu Estado, Minas Gerais –, e o senhor, pela sua formação de grande tributarista, conhece bem a figura do contencioso administrativo, que, aliás, em França, por exemplo, é responsável pela maioria dos julgamentos que cuidam da administração pública. No Brasil o contencioso administrativo – sendo até inclusive objeto agora de uma grande averiguação, num caso específico – acaba sendo pouco utilizado, tendo em vista que ele só obriga ao Poder Público. Qual seria a visão do senhor – claro que isso demandaria ainda mudança em nossa cultura, reforma constitucional, mas imaginando que tudo no Brasil também, a gente quer reformar agora, mas temos de pensar mais para frente, num planejamento a médio prazo – sobre a adoção de um contencioso administrativo, por exemplo nas áreas tributária e previdenciária? Mas o contencioso pleno, de tal modo que obrigue as partes, inclusive a particular, e não só o Poder Público, o que desafogaria certamente o Poder Judiciário. Então essa é a indagação que faço ao Dr. Luiz Cláudio Allemand.

Ao eminente magistrado, Dr. Gustavo Alkmim, com suas raízes no Mato Grosso, mas me parece também, talvez, com origem mineira, pelo seu sobrenome, eu gostaria de saudá-lo, cumprimentá-lo pelo seu doutoramento em Literatura, o que demonstra já, com certeza, uma inclinação cultural muito aguçada, e indagar a V. Sª o seguinte: V. Sª falou muito bem, respondendo ao Senador Ferraço, como também à Senadora Rose, sobre os novos instrumentos, da conciliação, da mediação, da arbitragem, que, aliás, são institutos também típicos da Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho nasceu com base na tentativa de uma composição inicial, mas que lamentavelmente nós sabemos que ela ainda é pouco efetiva. O Congresso acabou de elaborar uma nova lei sobre arbitragem. Foi encaminhada à sanção presidencial, e a Presidente vetou, exatamente, um dispositivo que permitiria um avanço da arbitragem na área das relações trabalhistas. Estamos para analisar esse veto nos próximos dias.

Indago a V. Sª da sua posição pessoal, sabendo que muitos especialistas na área da Justiça do Trabalho resistem à figura da arbitragem, não falo conciliação ou de autocomposição, mas da arbitragem propriamente dita em relações do trabalho. Se o senhor acha que seria viável? Pois seria uma forma adequada para reduzir o número excessivo de ações que temos no âmbito da Justiça do trabalho.

Parabenizo a ambos pelas exposições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Luiz Cláudio Silva Allemand, para responder às colocações feitas pelo interpelante, Senador Anastasia.

O SR. LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND – Senador Antonio Anastasia, V. Exª me honra também com essas perguntas; fico muito honrado também com a manifestação a meu respeito.

Realmente, com o volume de processos no Brasil, é praticamente impossível zerar, se não buscarmos mecanismos de inovar, porque realmente da forma como está o Poder Judiciário não consegue sequer mais contratar pessoal. A Lei de Responsabilidade Fiscal já chegou ao nível que – ouvi de presidente de Tribunal de Justiça – dificilmente conseguirá fazer um sucessor, porque com a arrecadação em queda dos Estados, certamente quem assumir já vai entrar na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque os 6% da receita corrente líquida já o atingiu. Então, temos até um problema para saber quem vai assumir as próximas gestões.

O contencioso administrativo, Senador, poderia, realmente, efetivamente, ser um dos instrumentos para desafogar. Mas, infelizmente, da forma como o contencioso administrativo, em especial fiscal e previdenciário estão montados, e digo fiscal tanto nas esferas Municipal, Estadual e Federal, e previdenciário na esfera Federal, ele está montado mais para dar continuidade àquilo que foi feito na autuação.

Os índices de reforma desses processos administrativos são muito pequenos. O contribuinte já tem na consciência de que "vamos entrar ali para cumprir tabela". Tentou-se até, vamos dizer, suprir essa instância e ir direto ao Poder Judiciário, que já disse, em algumas teses também, que não pode, tem que cumprir a fase administrativa, e isso vai gerando mais insegurança, uma insegurança jurídica muito grande para o contribuinte brasileira, seja ele pessoa física ou pessoa jurídica.

Acredito muito que o processo administrativo, Senador, poderia ser realmente, se bem trabalhado, se garantindo a ampla defesa, o contraditório e a independência do julgador, acredito muito que poderíamos colaborar. Mas hoje, da forma como está, dificilmente a Receita autua; joga para a frente, ninguém quer assumir a responsabilidade; joga para a frente, e vai cair no colo do Poder Judiciário, e as execuções são as maiores que existem aí, ou seja, é o maior contingenciamento.

Dessa forma, eu espero ter respondido à sua pergunta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Gustavo Tadeu Alkmin.

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – É um tema polêmico, dentro da Justiça do Trabalho, polêmico entre os estudiosos e atores das relações de trabalho, mas eu acho que a gente tem que lidar com ele de forma muito equilibrada. Por que digo equilibrada? Porque se formou, durante muito tempo da nossa cultura e na cultura da Justiça do Trabalho, por motivos que acho até de forma bastante justificável, mas de formou por muito tempo uma cultura de que o trabalhador, necessariamente, precisa de um grande pai, que esse grande pai será o Estado e, às vezes, ele é visto de forma essencialmente paternalista.

Volto a dizer, isso pode ter tido e talvez tenha tido justificativa durante algum tempo. Hoje essa visão deve ser mais flexível, o que não quer dizer, em contrapartida, que podemos e devemos colocar o trabalhador para discutir numa condição de igualdade com os grandes empresários, com o grande patrão, e que também a desigualdade social e econômica que facilita o Estado em uma possível coação econômica naquela relação também é fato, também é presente. Então, o equilíbrio entre as duas situações precisa ser encontrado.

Durante muito tempo se tentou, enfim, quando o trabalhador fosse demitido e desse quitação, que ele desse quitação de tudo. E exatamente porque esses dois pratos da balança estão desequilibrados se formou uma jurisprudência sólida hoje de que isso não é possível. Assim, se dá quitação apenas sobre aquilo que ele recebeu e ele pode reclamar suas diferenças, sem nenhum problema. Isso é um fato.

Agora, nós estamos, hoje, diante de um quadro, e a Justiça do Trabalho é reflexo de tudo isso que nós estamos falando, avassalador em termos de quantidade de processos. Hoje se judicializa, no âmbito trabalhista, por muito pouco, por muito pouco, a todo o momento, e são ações, ações, ações, ações, ações, ações. E eu volto a dizer, processos são demorados e processos não são entregues de forma qualitativa.

O mecanismo da arbitragem deve ser visto com preconceito nesse quadro? Parece-me que não, parece-me que não. É preciso se estudar como fazer isso.

Eu confesso que não conheço o texto que está submetido à Chefe do Poder Executivo, que foi aprovado. Não tive conhecimento, então não posso falar sobre ele, mas falando, em tese, sobre a possibilidade de arbitragem e aí considerando a atuação coletiva em termos de participação dos sindicatos ou até do próprio Ministério Público, interferindo nisso como interessado nas lides coletivas e na forma de se evitar que elas cheguem com maior voracidade ao judiciário, eu acho que é perfeitamente legítimo e deve ser, sim, avaliado.

Senador, vou falar a V. Exª, como disse aqui, que eu tenho 26 anos de magistratura, ou seja, entrei na magistratura há 26 anos. E desde o primeiro dia em que estou lá – já conhecia essa realidade como advogado –, nós temos demandas absolutamente repetidas, absolutamente iguais, envolvendo os mesmos interessados, envolvendo a mesma natureza de demandas que poderiam ser, efetivamente, equacionadas preventivamente, talvez, quiçá, por uma ação mais efetiva de fiscalização, uma forma preventiva de fiscalização punitiva até. Mas hoje eu julgo, passados os 26 anos, os mesmos processos que eu julgava quando eu entrei para a magistratura.

Então, quer dizer, são questões que vão refletir diretamente onde? Na quantidade de processos que se têm na Justiça. E por vários motivos. Às vezes é muito barato deixar que o processo fique na Justiça, fique demorando. Se colocarmos na ponta do lápis, é mais fácil, às vezes, descumprir a legislação, é mais barato, aritmeticamente falando é mais barato.

Então, volto a repetir, esse problema é complexo e ele admite várias frentes que precisam ser atacadas. Eu me referi agora a uma delas. E uma outra parece-me que é, sim, a arbitragem. Isso não pode ser visto com preconceito. Eu acho que isso deve ser visto, sim, como uma forma de se paternalizar menos e enxergar mais

a realidade, considerando a desigualdade social existente e ponderando sobre as circunstâncias que cercam o caso. Aí me parece que a atuação sindical e, quiçá, até a do Ministério Público, seriam fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, senhores sabatinados, meus caros colegas, eu estava em meu gabinete acompanhando o desenrolar da sabatina. E eu quero, em primeiro lugar, cumprimentá-los pelo desempenho perante a Comissão de Constituição e Justiça, que os credencia, na minha opinião, amplamente a ocuparem os cargos que pleiteiam e para os quais foram indicados.

A minha pergunta, que eu dirigiria a ambos, diz respeito a competências do CNJ e à finalidade para qual o CNJ foi instituído. Eu fui, no meu tempo de Deputado Federal, durante um determinado momento, Relator da proposta de emenda à Constituição que resultou na chamada reforma do Judiciário. E pela primeira vez, figurou na proposta de emenda à Constituição o Conselho Nacional de Justiça, por minha iniciativa. Eu sempre dou o direito ao autor: o autor da iniciativa, da ideia, foi o Ministro Carlos Velloso. Eu me lembro de ter lido um artigo do Ministro Carlos Velloso na bela revista da Universidade Federal de Minas Gerais, em que ele propunha um órgão que não seria o almejado controle externo pleiteado por muita gente, inclusive pela OAB, mas seria um órgão, digamos, de inteligência, de planejamento e de atuação disciplinar do próprio Poder Judiciário, composto por integrantes do Poder Judiciário indicados pelas mais diferentes instâncias e ramos do Poder Judiciário brasileiro. Houve muita resistência à proposta tal como ela foi formulada, especialmente de Parlamentares e juristas que pleiteavam a inclusão no conselho de elementos estranhos às corporações do Poder Judiciário – advogados, procuradores indicados pelo Congresso –, exatamente para evitar que essas decisões ficassem muito adstritas aos interesses corporativos dos integrantes do Poder Judiciário. Muito Bem. E assim foi, assim está constituído o CNJ, a partir dessa síntese, que eu considero muito positiva.

As decisões do CNJ são, obviamente, sujeitas ao controle jurisdicional. Agora, está havendo hoje uma tendência na jurisprudência do Supremo que eu considero inquietante. O Supremo Tribunal Federal tem entendido que ele só pode conhecer e julgar ações que contestem decisões do CNJ baseadas diretamente na Constituição, como o mandado de segurança, por exemplo, o *habeas data*, o mandado de injunção, além, evidentemente, das demais ações em que se pleiteia o controle constitucional concentrado, que, por um mandamento constitucional, são julgadas pelo Supremo.

Acontece que as demais contestações a decisões do CNJ, por exemplo, decisões de natureza disciplinar, decisões que estabelecem metas cogentes a serem cumpridas por órgãos do Poder, estão sendo remetidas para a primeira instância da Justiça Federal. Eu penso que essa tendência nos leva ao risco do esvaziamento das competências previstas pelo constituinte derivado para o Conselho Nacional de Justiça. Por exemplo, a instituição do processo judicial eletrônico, a priorização da Justiça de primeiro grau, metas do Poder Judiciário, medidas disciplinares poderiam ser cassadas por um juiz de primeira instância. Quer dizer, um juiz de primeiro grau examinaria, por exemplo, uma sanção disciplinar imposta a um colega seu, evidentemente com os embaraços que a criação do Conselho Nacional de Justiça quis evitar.

Então, essa é uma questão que eu coloco a ambos os nossos sabatinados, porque me parece uma questão importante, sobre a qual nós devemos meditar e ver que soluções se poderia encontrar para esta questão, não sei se soluções no âmbito legislativo ou mesmo constitucional. Enfim, eu coloco o problema para os nossos convidados, os nossos sabatinados, para ouvir deles a impressão que têm a respeito desta questão que eu suscito.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Gustavo Tadeu Alkmim.

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – Senador, acho extremamente oportuna a colocação de V. Exª, porque isso é também minha preocupação. Eu historicamente convivi um pouco, durante o período a que V. Exª se referiu, porque na ocasião era Presidente da Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho... Inclusive eu lembro bem quando V. Exª foi relator da PEC original, que depois veio a desembocar na reforma da Justiça do Trabalho. E já, desde aquela ocasião, V. Exª tem toda a razão, o tema do chamado controle externo estava na pauta. E posso garantir a V. Exª que era controvertido, inclusive no âmbito da magistratura, muito controvertido. Estava longe de ser – e creio que está longe de ser – uma unanimidade. Mas eu disse aqui, na minha fala, que o Congresso fez uma verdadeira revolução instituindo o Conselho Nacional de Justiça.

E, quando eu me candidato ao conselho Nacional de Justiça, não é para, durante dois anos, ostentar um cargo de Conselheiro. É porque eu efetivamente acredito nesses propósitos que deram origem ao Conselho Nacional de Justiça. Por que, Sr. Senador? Porque eu vivi isso. Eu vivi isso vendo e convivendo com situações, dentro do Poder Judiciário, que necessitavam de uma atuação mais incisiva, envolvendo, inclusive, denúncias pesadas em que nós, juízes – o "grosso" dos juízes, porque esse quadro é sempre excepcional, é sempre uma exceção –, ficávamos dependendo de uma CPI, como foi o caso da CPI do Judiciário. Foi a CPI do Judiciário que trouxe à tona denúncias que nós todos sabíamos que existiam. Pouco daquilo que veio na CPI do Judi-

ciário – V. Exª conviveu muito com isso naquela época, era atuante nessa época –, pouco daquilo que veio à tona, aqui no Congresso Nacional, era de desconhecimento nosso. Mas nós tínhamos as mãos absolutamente atadas, porque não tínhamos mecanismos eficazes para levar a cabo tudo aquilo que era denunciado. Com a criação do Conselho Nacional de Justiça, isso se tornou possível. Isso se tornou possível. Basta ver o resultado e os números que o Conselho Nacional de Justiça apresenta até hoje.

Agora, eu tenho certeza de que muita gente não fica satisfeita com isso. Eu tenho certeza. Eu não tenho dúvida sobre isso. Por isso é que eu sempre fui um árduo defensor do Conselho Nacional de Justiça. Agora, um Conselho Nacional de Justiça eficaz. E aí eu vejo com a mesma inquietação a preocupação de V. Exª com respeito a quem é o competente para decidir sobre as decisões do Conselho – eu fico muito preocupado –, especialmente as disciplinares. Porque senão eu vou voltar a um quadro que eu tinha há dez anos, há quinze anos, em que eu estava de mãos atadas, porque não tinha a quem recorrer.

Eu tenho conhecimento desse quadro a que V. Exª se referiu. Eu não tenho a menor condição de tecer nenhum tipo de crítica nem mesmo juízo de valor sobre, eventualmente, algumas decisões do Supremo Tribunal Federal nesse sentido, mas vejo com inquietação. Vejo com inquietação. E aí a minha inquietação é política e é institucional, não necessariamente judicial ou jurisdicional, com as decisões que eventualmente o Supremo tem adotado. Mas, do ponto de vista político e institucional, é hora de reforçarmos o papel do CNJ, não o contrário. Não o contrário. E aí eu seria radical. Eu acho que as decisões do CNJ devem estar sob o jugo ou sob a competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal. Todas. Todas. Porque senão todo o arcabouço que este Congresso construiu de inserir o CNJ como uma instância de órgão externo ou semiexterno vai ficar evidentemente prejudicada. Então, por conta disso, Senador, também participo da mesma inquietação.

Cumprimento V. Exª por ter levantado esse tema, porque é um tema com o qual vamos nos deparar caso venhamos a ser aprovados, evidentemente, para o novo Conselho Nacional de Justiça, mas acho que estamos diante de uma situação de necessidade absoluta de reforçar, e não minimizar, e não subtrair competência do CNJ. Evidentemente, essas competências são aquelas que estão lá, de ordem administrativa, de ordem fiscal, e, em nenhum momento, de ordem judicial, jurisdicional. Não é assim, não é o caso. Então, se eventualmente o CNJ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO TADEU ALKMIM – Sim, exatamente. Exatamente.

Então, é isso. Espero ter respondido à pergunta.

O SR. LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND – Senador Aloysio Nunes, V. Exª toca num ponto que é muito caro para a advocacia brasileira. Poderia lhe responder, mas, numa situação muito rápida, posso lhe dizer que o Dr. Norberto Campelo, que está aqui presente, que foi sabatinado na reunião passada, e eu, que somos os indicados da ordem para compor o Conselho, temos o compromisso de não admitir retrocesso. Temos que caminhar é para frente. Não há como retroceder no CNJ, como aqui já foi dito, um órgão de extrema importância para a sociedade brasileira. O senhor tem total razão. Não soa até bem: como é que o juiz de primeira instância vai decidir matérias que foram decididas pelo Pleno do Conselho Nacional de Justiça? O órgão competente para decidir matéria do Conselho Nacional de Justiça é o Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, posso lhe dizer que, no Conselho Nacional de Justiça, nessa composição com os membros da Ordem, teremos um compromisso, firmamos um compromisso com a sociedade, com os advogados brasileiros de que vamos lutar para manter o Conselho Nacional de Justiça da forma como ele está para a frente, jamais no retrocesso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Facultada a palavra aos Senadores presentes para, se quiserem, fazer suas interpelações. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, vamos dar início ao processo de votação, que, aliás, já foi iniciado e está praticamente concluído.

Pergunto se ainda, entre os presentes, há alguém que não tenha exercitado o direito de voto.

O Senador Aloysio Nunes vai exercitar o seu direito de voto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Fico sempre em *sursis,* porque, como sou suplente, minha carruagem pode se transformar numa abóbora de um momento para o outro, mas creio que posso votar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O sistema está programado para rejeitar se, porventura, o titular já exerceu o direito de voto.

Consulto se há alguém dos Senadores presentes que não exerceu ainda o seu direito de voto. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

No painel, verifica-se o seguinte resultado: Gustavo Alkmim, 21 votos SIM; 01 voto NÃO. Luiz Allemand, 21 votos SIM; 01 voto NÃO.

Se fosse um concurso, estaria difícil estabelecer quem seria o primeiro lugar, porque houve rigorosamente um empate tanto dos votos positivos quanto dos votos negativos.

Os nomes estão aprovados.

Vamos remeter o projeto à Mesa do Senado, para que seja submetido a votos no plenário do Senado.

Para fazer a leitura do Projeto nº 53...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, só uma recomendação de urgência, que é tradicional da Comissão, aos dois aprovados...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não. V. Exª está com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Faço a recomendação de urgência da Comissão, em função de ambos os aprovados, ao plenário.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós subscrevemos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação o requerimento de urgência.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu sou Relator, já há um bom tempo, de um projeto que, creio, é um projeto de resolução, o item 4, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O item 4 da pauta de hoje?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso. Se V. Exª pudesse me permitir que relatasse, porque penso que é uma matéria relativamente tranquila do ponto de vista...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª proclamou o resultado?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, já divulgou o resultado?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já proclamei o resultado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu queria, na verdade, fazer um pedido de inversão da pauta, conforme, na semana passada, eu solicitei. Seria a colocação do item 3 como próximo ponto, que é um projeto do Senador Valadares, de que sou Relator, que trata de audiência de custódia. Se houvesse concordância dos Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu queria esclarecer ao Senador que o projeto a que se referiu é terminativo, e nós estamos com um quórum muito baixo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Provavelmente haverá pedido de vista, alguma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O quórum presencialmente é baixo, embora o painel registre um número apreciável de Senadores. Nós estamos aí com a concorrência do plenário do Senado. Muitos Senadores votaram e se retiraram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, se me permite.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Presidente, pode ser feita a leitura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª está com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Na mesma linha, eu queira pedir, se possível, a do PLC 50, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – PLC 50.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não daria para a gente fazer a leitura?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O item 1, que não foi ainda lido, mas já foi anunciado, vai ser lido agora pelo Senador Randolfe.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Só uma correção, pedindo permissão ao Senador Randolfe, é PLC 24.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não entendi.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Eu havia falado PLC 50, mas é para o PLC 24 que eu pedi inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, vou ser breve.

Na verdade, estou aqui com dois pareceres para os quais V. Exª me designou *ad hoc*. O primeiro cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público. E o segundo, que me foi solicitado pelo Senador José Serra, de designação do Sr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior, do Ministério Público do Estado de São Paulo, para compor o CNJ.

V. Exª está me designando para fazer a leitura...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Do Ofício S nº 74.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito. É a indicação do Sr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior, do Ministério Público do Estado de São Paulo. É este?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu pediria vênia a V. Exª...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – É claro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... para deixar os sabatinados à vontade, pois já foi concluída a sabatina deles, para, se desejarem, se retirarem do recinto, já que podem ter outras atividades fora da Comissão.

Agradecemos a ambos pela presença aqui e dizemos que, mais uma vez, a Comissão de Constituição e Justiça processou esses atos com o maior espírito público, sobretudo levando em consideração os atributos que foram aqui amplamente confirmados pelos Senadores que integram esta Comissão.

V. Exª continua com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, segundo o dispositivo constitucional acima referido, o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandatos de 2 (dois) anos.

Nesse contexto, cabe a esta Comissão, de acordo com o citado Ato nº 1, de 2007 – CCJ, e com a Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina do indicado.

Em observância aos ditames legais supracitados, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*.

Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior ocupa o cargo de Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, tendo 28 anos de carreira.

Já integrou a Assessoria do Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Rodrigo César Rebello Pinho, e do Procurador-Geral de Justiça, Fernando Grella Vieira. Ademais, foi membro eleito do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça para o biênio 2010-2011, mesmo período em que foi Secretário-Adjunto da Secretaria de Segurança Pública em São Paulo. De 2012 a 2015 foi Subprocurador-Geral de Justiça de Relações Externas, na gestão do Procurador-Geral de Justiça Marcio Fernando Elias Rosa.

No âmbito acadêmico, é Bacharel em Direito e Especialista em Direito Penal pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), do Estado de São Paulo. Desde 2001 é professor em Direito Penal pela mesma faculdade.

Ressaltem-se, ainda, as inúmeras publicações do Procurador que constam no relatório.

Finalmente, cabe registrar que o indicado apresentou todas as declarações exigidas pela já citada Resolução nº 7, de 2005. Ademais, no tocante às exigências constantes do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, o indicado apresentou as declarações exigidas, informando a inexistência de cônjuge, companheiro ou parente no exercício de atividades vinculadas a sua atividade profissional. Declarou, ainda, que não participa, como sócio, cotista ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; que não figura como réu em ações judiciais; e que se encontra em dia com as obrigações fiscais, nos âmbitos federal e distrital, conforme a respectiva documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para a sabatina do indicado.

Lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª foi indicado como Relator *ad hoc* de um outro processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª está com a palavra e pode fazer a leitura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Agradeço.

Trata-se, Sr. Presidente, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 53, do Procurador Geral da República, que cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público e que vem à análise desta Comissão.

De autoria do Procurador-Geral da República, em nome do Ministério Público da União, a proposição tem por objeto, como declarado na ementa, a criação de 90 cargos de Auditor Nacional de Controle, 30 cargos de Técnico Nacional de Controle, 26 Funções de Confiança nível FC-3 e 42 cargos em comissão na estrutura administrativa do Conselho Nacional do Ministério Público.

Igualmente, são extintas 14 funções de confiança.

Com ampla justificação, a proposição chega a esta Casa após apreciação pela Câmara dos Deputados.

Vou direto à análise.

Preliminarmente, e dentro do campo temático que incumbe a esta Comissão, deve-se assinalar a completa suficiência da técnica legislativa e a inexistência de injuridicidades a serem combatidas.

Sob o aspecto constitucional, igualmente, nada há a opor, uma vez que a autoria extraparlamentar da proposição em exame sustenta-se em expressa previsão existente no art. 127, §2º, combinado com o art. 130-A, I, da Constituição Federal, há a vinculação do provimento das vagas criadas a expressa previsão na Lei Orçamentária e resta demonstrada a necessidade dos cargos cuja criação se pretende. Nesse cenário, portanto, tem-se irretocável constitucionalidade formal e material.

No mérito, como já referido, as razões elencadas pela detalhada justificação são satisfatórias e suficientes.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2015, nesta Comissão, Sr. Presidente.

Lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Do Ofício S nº 74, de 2001, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem. Senador Roberto Rocha.

Eu gostaria de solicitar a V. Exª a inclusão extrapauta do Projeto nº 342, do Senador José Serra cujo Relator sou eu, porque estou com o relatório pronto para apresentar a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós vamos submeter o pedido formulado por V. Exª logo após o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2015, não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2015
– Não terminativo –

Cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público; altera a Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006; revoga dispositivo da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011; e dá outras providências.
Autoria: Ministério Público da União
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:

O Senador Raupp foi substituído pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, DE 2011
– Não terminativo –

Altera o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para incluir vedação ao uso de dispositivos que autorizem o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do destinatário da autorização.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a proposição da Senadora Gleisi Hoffmann, com cuja relatoria V. Exª me honra, visa acrescentar um aperfeiçoamento à Lei Complementar nº 95, de 1998.

Essa lei se originou da iniciativa, a Lei Complementar nº 95, de 1998, do ex-Deputado Koyu Iha, de São Paulo, e o propósito desta lei complementar é disciplinar o processo de elaboração das leis pelo Congresso Nacional.

Essa lei tem sido, aliás, muito desrespeitada, especialmente nas medidas provisórias, que recebem emendas que nada têm a ver com a matéria que originou a iniciativa do Executivo, são os chamados penduricalhos, que, aos poucos, nós vamos restringindo.

A iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann visa acrescentar a esta lei um dispositivo que, já na Câmara, é objeto de uma jurisprudência da Comissão de Constituição e Justiça. Na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, já há muito tempo, são sempre fulminadas como inconstitucionais proposições que visam simplesmente autorizar o Poder Executivo ou o Poder Judiciário a tomar providências que já são da sua competência constitucional. São leis que simplesmente chovem no molhado, que geram a expectativa de se estar legislando, quando, na verdade, se produzem leis absolutamente inócuas, porque são, na verdade, leis injurídicas, porque não têm nenhum poder cogente, nem nenhum poder estruturante sobre a organização do Estado.

A Senadora Gleisi Hoffmann procura introduzir nessa Lei Complementar nº 95 um dispositivo que, na verdade, explicita aquilo que a Câmara dos Deputados já tornou jurisprudência corrente: a não admissão de proposições que tenham caráter meramente autorizativo e que se destinam a órgãos de outros Poderes que já têm competência para fazê-lo.

A emenda que apresento, Sr. Presidente, é para deixar claro que essa mesma restrição se aplica às medidas provisórias editadas por Presidente da República e constitui elemento para análise da juridicidade dessas medidas provisórias, porque, frequentemente – volto a dizer –, as medidas provisórias são objeto de emendas que incorrem nesse mesmo vício.

Esse é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ.

A matéria vai ao plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

Votamos já o PLC 53, só que eu queria acrescentar a recomendação de urgência ao plenário, que foi já foi votado, já foi lido por mim e votado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação, o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 9, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 53, de 2015.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria:

Relatório:
Observações:)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, DE 2011

– Terminativo –

Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, acatando integralmente as Emendas nº 4 e 5, parcialmente, a Emenda nº 1-CDH-CAE (Substitutivo) e a Emenda nº 6, pela rejeição da Emenda nº 2, e pela prejudicialidade das Emendas nº 7, 8 e 9.

Observações:

– A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Econômicos;

– Em 25/06/2014, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Francisco Dornelles;

– Em 29/06/2015, foram apresentadas as Emendas nº 4, 5 e 6, de autoria do Senador Ivo Cassol;

– Em 30/06/2015, foram apresentadas as Emendas nº 7, 8 e 9, de autoria do Senador Benedito de Lira;

– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

– Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para proferir o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, desculpe Excelência, a minha insistência em ler este projeto, mas é porque o reputo como, talvez, o projeto mais importante.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esse é um direito inalienável de V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E nós louvamos seu zelo pelo seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pois não.

Eu o reputo como, talvez, o mais importante ou um dos mais importantes que vamos ter oportunidade de votar ao longo deste ano.

Ao mesmo tempo em que faço aqui as minhas referências elogiosas ao Senador Antonio Carlos Valadares, que é, sem dúvida, um dos Senadores que, em termos de produção legislativa, mais tem gerado qualidade em termos das leis... Ele é autor do projeto que se transformou na lei sobre o crime organizado, tem um relatório de altíssima qualidade sobre a revisão da lei sobre drogas e traz este projeto que, sem dúvida, é uma contribuição muito importante para a promoção dos direitos humanos e melhoria do funcionamento do Poder Judiciário, inclusive em relação à questão da política prisional.

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, que propõe alteração no §1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal – CPP), para determinar que a apresentação do preso à autoridade judicial, depois de efetivada a prisão em flagrante, deverá ocorrer no prazo máximo de 24 horas.

O autor, ao justificar sua proposta, afirma que o item 3 do art. 9º do Pacto de Direitos Civis e Políticos, promulgado pelo Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992, estabelece que qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade.

Ressalta, ainda, que o Brasil é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), promulgado pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, que traz a mesma determinação no item 5 do seu art. 7º.

Em sua conclusão, o autor afirma que o projeto foi objeto de discussão com organizações de direitos humanos da sociedade civil e órgãos governamentais, como o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde recebeu parecer favorável.

A cláusula de vigência da proposição estabelece que a norma entre em vigor no ato de sua publicação.

A proposição recebeu, nesta Comissão, oito emendas.

A Emenda nº 2, do Senador Francisco Dornelles, prevê a possibilidade da realização da audiência de custódia pelo sistema de videoconferência.

O Senador Ivo Cassol apresentou as Emendas nº 3, 4 e 5 na CCJ.

A Emenda nº 3 foi retirada pelo autor e, portanto, não será objeto de análise.

A Emenda nº 4 – CCJ acrescenta os parágrafos 4º, 5º e 6º ao art. 304 do Código de Processo Penal, para prever que o preso terá o direito de ser assistido por defensor, público ou particular, durante o interrogatório policial; que o preso será submetido a exame de corpo de delito cautelar; e que, após a lavratura do auto de prisão, o preso não poderá permanecer na delegacia de polícia.

A Emenda nº 5 altera o art. 322 do Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de o delegado de polícia conceder fiança nos casos de infração penal cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a seis anos, salvo os casos em que se verifique a presença dos requisitos da prisão preventiva.

A Emenda nº 6 altera o art. 350 do Decreto-Lei, para permitir ao delegado de polícia que, nos casos em que couber fiança e comprovada a hipossuficiência econômica do detido, dispense o valor arbitrado e estabeleça as obrigações constantes nos incisos I, II, III e IV do art. 319 do Código de Processo Penal.

O Senador Benedito de Lira apresentou as Emendas nº 7, 8 e 9, as quais possuem conteúdo similar às emendas apresentadas pelo Senador Ivo Cassol.

Análise.

Nos termos dos arts. 22, I, 8, *caput*, e 61, *caput*, da Constituição Federal, a matéria circunscreve-se à competência privativa da União para legislar sobre Direito Processual Penal, sendo de livre iniciativa de qualquer membro do Congresso Nacional.

Quanto à técnica legislativa, não se observam quaisquer vícios de natureza regimental, de antijuridicidade ou de inconstitucionalidade na proposição em exame.

Quanto ao mérito, entende-se que o projeto é conveniente e oportuno.

O Pacto de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelecem que o preso deverá ser apresentado ao juiz sem demora. Na legislação nacional, o CPP determina o envio do auto de prisão em flagrante dentro de 24 horas após efetivada a prisão. Dessa forma, mostra-se oportuna a proposta ora em análise, para que dessa forma possa ser corrigida a omissão tanto dos tratados internacionais quanto do arcabouço legal brasileiro.

Não obstante a redação proposta pelo ilustre autor da matéria, Senador Antonio Carlos Valadares, julgam-se necessárias algumas alterações no texto do projeto.

Tem-se, aqui, por imprescindível que, na oportunidade de apresentação do preso à autoridade judiciária, esta verifique se foram respeitados os direitos fundamentais da pessoa apreendida. Durante a oitiva, o preso deverá estar acompanhado de seu advogado ou defensor público.

Em adição às cautelas legais propostas na matéria, mostra-se salutar que sejam tomadas providências assecuratórias de produção de provas a partir do primeiro momento que se constate a suposta violação aos direitos fundamentais do cidadão, devendo a autoridade responsável pela lavratura da peça flagrancial determinar de pronto a abertura de inquérito policial para apurar o fato, requisitar perícia para que se produza uma prova material e indelével a respeito da integridade física e psíquica do preso e demandar a produção de quaisquer outros elementos que auxiliem no futuro a apuração da violação aos direitos do cidadão.

Essas garantias permitirão ao magistrado dispor de um conjunto probatório a fim de realizar o julgamento futuro da suposta violação de direitos fundamentais da pessoa humana, haja vista que somente a prova verbalizada pela vítima, muitas vezes, não se constituirá suficiente. Por outro lado, ao alicerçar essa prova com outros elementos, dentre os quais as perícias e outras testemunhas oculares da violação descobertas no curso do inquérito policial, servirão para elucidação e realização de um julgamento justo, evitando-se a impunidade.

Ademais, é importante mencionar que a Justiça Federal e a Polícia Federal possuem peculiaridades pouco distintas das esferas estaduais, uma vez que o processo de interiorização desses órgãos ainda está em fase de implementação em diversos estados, razão pela qual se adotou a possibilidade de apresentação do preso para a realização da audiência de custódia no Juízo de Direito local onde não houver Vara Federal instalada, de modo a tornar exequível a referida audiência.

No que se refere à emenda apresentada pelo ilustre Senador Francisco Dornelles, entendemos que a possibilidade de realizar a audiência de custódia pelo sistema de videoconferência, mesmo que a presença virtual do acusado seja considerada real, não trará as garantias necessárias para a realização de um julgamento eficaz

pela autoridade judiciária, além de não assegurar de forma plena a preservação dos direitos fundamentais da pessoa humana, objeto principal dessa proposição. Por essa razão, a emenda não será acatada.

A Emenda nº 4, apresentada pelo Senador Ivo Cassol, objetiva garantir ao preso o direito de ser assistido por um defensor, público ou particular, durante o seu interrogatório policial, além de determinar que todo preso deverá ser submetido a exame de corpo de delito cautelar e não poderá permanecer nas delegacias após a lavratura do auto de prisão.

As propostas apresentadas nesta emenda aumentam as garantias previstas na redação da proposição, reforçando a proteção aos direitos fundamentais da pessoa presa, seja garantindo a presença de um defensor durante o processo interrogatório seja deixar o detido à disposição da autoridade judiciária em estabelecimento apropriado previsto em Lei.

Neste sentido, entendemos que a emenda deva prosperar.

A Emenda nº 5, também do ilustre Parlamentar, prevê alteração no art. 322 do Código de Processo Penal para conceder fiança nos casos de infração penal cuja pena de liberdade máxima não seja superior a 6 (seis) anos, salvo se houver a presença de requisitos da prisão preventiva, facultando ao delegado de polícia a possibilidade de aplicar algumas das medidas cautelares previstas no art. 319 do mesmo código.

É importante ressaltar que as garantias da pessoa presa vão além da audiência de custódia: a reclusão em massa é uma grave situação vivenciada nos presídios brasileiros e, ao aumentar de quatro para seis anos a possibilidade de concessão de fiança, teremos resultados expressivos no que diz respeito ao processo de desencarceramento, garantindo a manutenção dos direitos fundamentais da pessoa presa, respeitando, assim, o objetivo central desta proposição.

No entanto, é salutar determinar que, após o recolhimento do valor, o afiançado mantenha o seu compromisso com o processo e, dessa forma, entende-se imprescindível que o delegado possa arbitrar medidas cautelares previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 319 deste Código.

Neste sentido, consideramos oportuna esta emenda.

A Emenda nº 6, ainda de autoria do Senador Ivo Cassol, prevê a dispensa do recolhimento da fiança observada a situação econômica da pessoa detida.

Entendemos ser, acima de tudo, importante a garantia do restabelecimento da liberdade daqueles que não deveriam estar presos. Por isso, considerando a realidade de nosso País, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista carcerário, é grave pensar que os autuados por crimes afiançáveis tenham de permanecer presos porque não tiveram condições de recolher o valor da fiança.

Atualmente, a liberação do detido que comprove sua hipossuficiência financeira é possível mediante ordem judicial, com a concessão de liberdade provisória. No entanto, mesmo sob tal ordem, o preso tem de aguardar longo período para ser solto. A apresentação desta emenda permitirá que a soltura possa ser imediata, desde que a pessoa presa submeta-se às obrigações constantes nos arts. 327 e 328 do Código de Processo Penal e a outras medidas cautelares se for o caso.

Não obstante a proposta apresentada pelo Senador Ivo Cassol, consideramos que algumas questões de técnica legislativa deverão ser observadas, com o objetivo de evitar quaisquer ambiguidades no texto da lei.

Propomos, então, que as medida cautelares, as quais poderão ser arbitradas pelo delegado de polícia, estejam devidamente estabelecidas, para que dessa forma sejam respeitadas as competências de cada autoridade participante do processo. Além disso, do ponto de vista semântico, entende-se relevante que a expressão "verificando a situação econômica do preso" seja substituída por "verificando a hipossuficiência econômica do preso", pois dessa forma fica clara que a dispensa do recolhimento da fiança acontecerá somente se a pessoa conduzida conseguir comprovar que não possui recursos para o pagamento do valor arbitrado.

Dessa forma, essa emenda será acatada parcialmente.

Quanto às emendas apresentadas pelo Senador Benedito de Lira, julgamos que deverão ser consideradas prejudicadas, considerando que são similares às propostas pelo Senador Ivo Cassol.

Por fim, cabe ressaltar que acatamos parcialmente o Substitutivo apresentado pelo Senador João Capiberibe, aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e pelo Senador Randolfe Rodrigues, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. As demais contribuições ora apresentadas estão contempladas no texto que oferecemos nesta oportunidade.

Voto.

Pelo exposto, somos pela rejeição da Emenda nº 2 – CCJ, pela prejudicialidade das Emendas nºs 7, 8 e 9 – CCJ, e, acatando integralmente as Emendas nºs 4 e 5 – CCJ, e parcialmente o substitutivo já aprovado pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Assuntos Econômicos e a Emenda nº 6

– CCJ, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 554, de 2011, na forma do substitutivo que apresentamos a seguir.

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, DE 2011

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 304 do Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.304.....

.....

§4º O preso tem o direito de ser assistido por defensor, público ou particular, durante o seu interrogatório policial, podendo lhe ser nomeado defensor dativo pelo delegado de polícia que presidir o ato.

§5º Todo preso será submetido a exame de corpo de delito cautelar, realizado por perito-médico oficial, onde houver, ou médico nomeado pelo delegado de polícia, preferencialmente da rede pública de saúde.

§6º Após a lavratura do auto de prisão em flagrante pelo delegado de polícia, proceder-se-á na forma do art. 306, ficando o preso à disposição do juiz competente, em estabelecimento prisional previsto na Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984." (NR)

Art. 2º O art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente pelo delegado de polícia responsável pela lavratura do auto de prisão em flagrante ao juiz competente, ao Ministério Público e à Defensoria Pública quando não houver advogado habilitado nos autos, bem como à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

§1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado pelo delegado de polícia ao juiz competente e ao Ministério Público o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública respectiva.

§2º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pelo delegado de polícia, com o motivo da prisão, capitulação jurídica, o nome do condutor e os das testemunhas.

§3º Imediatamente após a lavratura do auto de prisão em flagrante, diante da ocorrência de suposta violação aos direitos fundamentais da pessoa presa, o delegado de polícia em despacho fundamentado determinará a adoção das medidas cabíveis para a preservação da integridade do preso, além de determinar a apuração das violações apontadas, instaurando de imediato inquérito policial para apuração dos fatos, requisitando a realização de perícias, exames complementares, também determinando a busca de outros meios de prova cabíveis.

Queria só chamar a atenção, Sr. Presidente, que estamos aqui acabando com esse mecanismo chamado... Como chama?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, não. É aquele alegado pelos policiais, o auto de resistência. Estamos acabando com o auto de resistência. Não mais poderá ser alegada a resistência do preso para que não haja abertura do referido inquérito policial. Qualquer situação agora terá abertura do inquérito policial.

§4º No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a prisão em flagrante, o preso será conduzido à presença do juiz para ser ouvido, com vistas às medidas previstas no art. 310 e para que se verifique se estão sendo respeitados seus direitos fundamentais, devendo a autoridade judiciária tomar as medidas cabíveis para preservá-los e para apurar eventual violação.

§5º Na audiência de custódia de que trata o parágrafo quarto, o juiz ouvirá o Ministério Público, que poderá, caso entenda necessária, requerer a prisão preventiva ou outra medida cautelar alternativa à prisão, em seguida, ouvirá o preso e, após manifestação da defesa técnica, decidirá fundamentadamente, nos termos do art. 310.

§6º A oitiva a que se refere o parágrafo anterior será registrada em autos apartados, não poderá ser utilizada como meio de prova contra o depoente e versará, exclusivamente, sobre a legalidade e necessidade da prisão; a prevenção da ocorrência de tortura ou de maus-tratos; e os direitos assegurados ao preso e ao acusado.

§7º A oitiva do preso em juízo sempre se dará na presença de seu advogado, ou, se não tiver ou não o indicar, na de Defensor Público, e na do membro do Ministério Público, que poderão inquirir o preso sobre os temas previstos no parágrafo sexto, bem como se manifestar previamente à decisão judicial de que trata o art. 310.

§8º Na impossibilidade, devidamente certificada e comprovada, da autoridade judiciária realizar a inquirição do preso quando da sua apresentação, a autoridade custodiante ou o delegado de polícia, por meio de seus agentes, tomará recibo do serventuário judiciário responsável, determinando a juntada nos autos neste último caso, retornando com o preso e comunicando o fato de imediato ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Conselho Nacional de Justiça.

§9º Nos casos de crimes de competência da Polícia Federal, quando o município do local da lavratura do flagrante delito não coincidir com sede da Justiça Federal, a autoridade custodiante ou o delegado de polícia federal deverá determinar a seus agentes que conduza o preso ao Juízo de Direito do local da lavratura da peça flagrancial no prazo máximo de vinte e quatro horas, ocasião em que deverá ser apresentado o auto de prisão em flagrante acompanhado de todas as oitivas colhidas e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública." (NR)

Art. 3º O art. 322 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 322. O delegado de polícia concederá fiança nos casos de infração penal cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 6 (seis) anos, salvo se verificar a presença dos requisitos da prisão preventiva.
> §1º.....
> §2ª Nas hipóteses do caput, o delegado de polícia poderá aplicar, em decisão fundamentada, isolada ou cumulativamente, as medidas previstas nos incisos I, II, III e IV, do art. 319, deste Código, comunicando o juiz competente no prazo de 24 horas." (NR)

Art. 4º O art. 350 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 350. Nos casos em que couber fiança, a autoridade que a arbitrar, verificando a hipossuficiência econômica do preso, poderá dispensar o recolhimento do valor arbitrado, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 e às medidas cautelares previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 319, ambos deste Código." (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, peço a palavra.

Sr. Presidente, eu queria primeiro fazer dois cumprimentos inevitáveis: ao autor da matéria, Senador Antonio Carlos Valadares, e ao Relator da matéria nesta Comissão, Senador Humberto Costa, que em seu relatório acatou e sistematizou as contribuições oriundas de outras Comissões.

É de espantar, Presidente e colegas Senadores, que no Brasil não tenhamos ainda esse instituto, que tenhamos demorado tanto para construí-lo. O sistema hoje, à luz do Código do Processo Penal, é contrário inclusive às declarações de direitos humanos existentes. Esse instituto, vejam, vem e é inspirado no Pacto de São José da Costa Rica, de que, há pelo menos trinta anos, o Brasil é signatário. Além do mais, a vinda desse instituto para o Direito brasileiro trará uma contribuição enorme à redução da população carcerária no País. Estima-se hoje que existam pelo menos 42% de presos aguardando julgamento, ou seja, podem ser condenados ou não, mas estão à espera de julgamento, vácuo e problema material que, no meu entender, esta iniciativa legislativa, este projeto de lei vem contornar, vem resolver, contribuindo para reduzir a população carcerária no País.

Entretanto, Sr. Presidente, tenho uma dúvida em relação ao §8º do art. 2º do projeto de lei, que diz o seguinte:

§8º Na impossibilidade, devidamente certificada e comprovada, da autoridade judiciária realizar a inquirição do preso quando da sua apresentação, a autoridade custodiante ou o delegado de polícia, por meio de seus agentes, tomará recibo do serventuário judiciário responsável, determinando a juntada nos autos neste último caso, retornando com o preso e comunicando o fato de imediato ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Conselho Nacional de Justiça.

O meu receio, Presidente, é que esta exceção que se encontra expressa no §8º acabe sendo tomada... Não é a intenção de nenhum dos legisladores aqui, muito menos do autor, muito menos do relatores – inclusive, eu fui Relator em uma das Comissões, na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas nós sabemos como é quando existem brechas ou exceções na lei. O receio, e aqui justifico o fundamento, é de que a exceção possa

se tornar regra, mesmo porque a minha interpretação é a de que esse dispositivo cria uma autorização muito genérica para a dispensa da audiência de custódia. Repito: a minha preocupação é a de que isso crie uma fissura na obrigatoriedade da audiência de custódia e em todo o trabalho que foi feito desde a autoria do projeto até a relatoria aqui encontrada.

Nesse sentido, eu apresentei uma emenda de supressão do §8º. Outro Senador, o Senador Aloysio, acha que também precisa de uma retificação ou alteração na redação. Em princípio, a minha proposta e a minha emenda apresentada é de supressão.

Eu queria ou a apreciação dessa emenda ou, se possível, um ajuste na redação §8º, o que, no meu entender, evitaria qualquer brecha para o importante e avançado instituto que nós estamos trazendo para o Direito brasileiro, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, estou bem aqui à sua frente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Em primeiríssimo lugar, eu gostaria de enaltecer e exaltar o trabalho brilhante e exaustivo que foi feito nesta Comissão pelo Senador Humberto Costa, que estudou a matéria em profundidade, acatou diversas sugestões e fez um relatório que, com exceção desse §8º, que modifica o art. 316 do Código e que foi referido pelo Senador Randolfe Rodrigues, eu acho brilhante. A não ser por esse pequeno dispositivo, de tudo o que V. Exª escreveu, eu assinaria embaixo.

Sem dúvida alguma, por dever de justiça, tenho de reconhecer que o estudo que foi feito por V. Exª condiz com a responsabilidade de um Parlamentar que sempre atuou nesta Casa estudando todas as matérias que lhe foram entregues com responsabilidade e, acima de tudo, com compromisso com a Nação.

Também, não poderia deixar de reconhecer o que foi feito na Comissão de Assuntos Econômicos pelo Senador Randolfe Rodrigues, que foi o Relator e acompanhou, detidamente, desde os primórdios, o lançamento desta matéria, que nasceu de uma ideia: a ideia de consubstanciar em lei aquilo que já existe nos tratados internacionais, inclusive, assinados pelo Brasil, como esse Pacto de São José da Costa Rica sobre direitos humanos, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Por isso, Sr. Presidente, eu também tenho de reconhecer que o trabalho feito na Comissão de Direitos Humanos...

Como não há quórum, visivelmente, para a votação desta matéria, eu acho que nós devemos deixar a discussão mais aprofundada para, depois de concedida a vista normal, a próxima semana, antes do recesso parlamentar, estarmos nos detendo sobre ela, inclusive, para encontrarmos, Senador Humberto Costa, uma redação mais adequada, já que os olhos da Nação estão sobre esse projeto.

Até o CNJ tem como prioridade, como pauta de sua atuação fora do seu ambiente, a audiência de custódia, que já começou em São Paulo e está sendo o maior sucesso lá no Estado do Espírito Santo. E todo o Brasil vai receber, sem dúvida alguma, essa lei como uma novidade, de forma que o Brasil avança no combate à corrupção e também às arbitrariedades que são, sem dúvida alguma, vez por outra, cometidas no âmbito das prisões. Nós sabemos, o Senador Randolfe falou isso, que 42% das prisões estão abarrotadas com pessoas que estão em situação temporária ou provisória. Isto é o mesmo quantitativo, 42%, de prisões em regime fechado.

Por isso, Sr. Presidente, é inadiável a votação dessa matéria ainda neste semestre.

O Senador Humberto Costa pede um aparte, pedido que acolho com muito prazer, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Primeiro, quero dizer que estou inteiramente aberto a qualquer proposta que solucione o problema. De fato, eu tentei me debruçar sobre esse problema no sentido de encontrar uma solução, mas é muito difícil. Nós sabemos que a Justiça Estadual e a Justiça Federal não estão perfeitamente instaladas e em funcionamento no País inteiro, imagine em lugares em que o Juiz de Direito está na terça, quarta e quinta, mas no fim de semana não está. Enfim, é um problema real, é um problema concreto. E talvez nem devesse constar numa lei, realmente, algo desse tipo, porque o que se espera é que a Justiça seja universal, ou universalizada, e funcione todos os dias da semana. Mas esse é um dado de realidade.

Eu inclusive tive uma reunião com o Human Rights Watch, em que eles defenderam que, nesse caso, liberte. Mas a realidade nossa não é essa. Imagine o agressor de uma mulher dentro da própria família que vai preso em flagrante e que, pelo fato de não poder ser visto pelo juiz, é solto, volta e comete a agressão novamente. Eu quero que vocês me ajudem a encontrar uma solução para isso.

Eu encontrei uma solução meio gambiarra, como se diz, quando se tratar de crime federal. Nós estamos admitindo aqui, e há inclusive alguns pareceres que entendem que não é constitucional, que, no caso de a Polícia Federal prender alguém e não haver um juizado federal naquele local, essa apresentação, para efeito de constatação das condições do preso, possa ser feita num juízo estadual.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Na Justiça Comum.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Na Justiça Comum. Nesse caso, tentamos ver se é viável. Mas, no outro, é um pouco mais difícil.

Portanto, se houver uma alternativa, ao longo desta semana estou aberto a receber propostas. Podemos conversar e tentar construir algo. É importante votar a matéria antes do recesso. Isso é muito importante. Já está acontecendo, e precisa de uma previsão legal para acontecer de forma muito mais ampla. É um grande caminho a fim de garantir que quem precisa ser preso em flagrante preventivamente seja preso e que quem não tem necessidade não precise ficar engrossando a população carcerária.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – E pessoas que não foram julgadas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Estão presas sem o devido processo legal. É preciso que haja uma lei para conter os abusos. E aí está uma lei. Há leis que combatem a criminalidade, e elas estão aí para que os juízes as apliquem rigorosamente, e há leis que protegem os direitos humanos. Isto é, aqueles presos que deveriam estar soltos o juiz deveria liberar. Muitas vezes, o contato direto do juiz com o preso, que é o que falta, leva a isto: 40% das prisões existentes em São Paulo, conforme provou o CNJ, eram desnecessárias, e por isso foram soltos todos os presos, creio que mais de 12 mil presos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais oradores, esta Presidência...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Roberto Rocha, com a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Muito brevemente, eu quero, claro, cumprimentar o autor do projeto, meu companheiro, Senador Antonio Carlos Valadares; cumprimentar, pelo relatório, o Senador Humberto Costa; e também quero cumprimentar, pela intervenção, o colega Senador que traz ao debate a questão do art. 8º do §2º, o Senador Randolfe.

Quanto à audiência de custódia, Senador Randolfe, meu Estado, o Estado do Maranhão é pioneiro nisso. Existe um juiz no Maranhão, o Dr. Fernando, que já pratica isso e ajuda muito no grave problema do sistema carcerário do Estado do Maranhão.

Em princípio, estou completamente de acordo com a exclusão total desse §8º. Eu acho que se abre uma brecha muito grande para que não haja audiência de custódia. Ou seja, estaríamos aqui enxugando gelo. Na medida em que deixamos isso a critério de um delegado ou de um escrivão, é óbvio que sempre haverá argumentos para não haver essas audiências, para não dar mais trabalho do que eles já têm.

Eu espero que a gente possa, se não for possível criar um texto que melhore isso... Porque sabemos que há um projeto na Câmara, mas convenhamos: o texto aqui do Senado é muito melhor e mais avançado do que o texto da Câmara. Daí a necessidade de aceleramos ao máximo essa votação.

Cumprimento, portanto, o Senador Randolfe por ter chamado a atenção, porque é o único reparo que se pode fazer ao relatório do Senador Humberto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, creio que aqui temos um acordo no sentido da necessidade, da urgência, da premência de votarmos essa matéria. Obviamente, tem, automaticamente, vista coletiva.

Eu queria cumprimentar o Senador Humberto Costa pela sua disposição ao diálogo em relação a esse dispositivo. Oxalá a gente consiga... Eu concordo em um aspecto com o Senador Humberto. Eu não consegui, em relação ao §8º, encontrar uma alternativa que não fosse a supressão. O Senador Aloysio disse que iria buscar uma alternativa, iria procurar um texto. Temos aí uma semana para exercitar propostas de textos, e oxalá nós possamos encontrar uma alternativa. Em princípio, eu e minha assessoria não vimos outra que não a supressão. Mas, enfim, temos uma semana, e o importante, o fundamental neste momento é que essa experiência, que já existe em alguns Estados do Brasil... O Senador Roberto Rocha lembrou muito bem, acho que o Estado do Maranhão é vanguarda nesse sentido. E lá, nós sabemos o drama da população carcerária. O drama de Pedrinhas ficou conhecido em todo o País. Eu conheci de perto, fui, com a Comissão de Direitos Humanos daqui, visitar. Então, essa ideia, que já é vanguarda em vários Estados do País, que se torne regra no nosso ordenamento jurídico. Que possamos encontrar, daqui para quarta-feira, uma alternativa para esse dispositivo.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, esta Presidência, diante da manifestação da quase unanimidade dos Senadores aqui presentes, abre vista coletiva do projeto, a fim de que os senhores membros da Comissão possam exercitar sua experiência e sua inteligência, sobretudo o engenho e a arte necessária para ultrapassar essa, eu não diria falha, mas, pequena deficiência do projeto. Concordo com os oradores que se manifestaram aqui: não se pode banalizar de tal forma que o projeto perca sua eficácia.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2014
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o "Código de Trânsito Brasileiro", permitindo a doação de veículos e a venda de sucata abandonados, e revoga a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978.
Autoria: Deputado Laercio Oliveira
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas de redação que apresenta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Senador José Medeiros, por favor...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Eu queria dar uma sugestão ao Relator, diante do avançado da hora. S. Exª poderia fazer um resumo do principal. Quero estar presente para fazer uma homenagem ao sergipano, companheiro Laercio Oliveira, Deputado Federal pelo Estado de Sergipe.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, com o advento do Código de Trânsito Brasileiro, a partir de 1997, começaram a se amontoar nos pátios de DETRANs e da Polícia Rodoviária Federal, pelo País inteiro, muitos veículos que eram apreendidos e seus donos não reclamavam. Por força de não haver uma legislação que facilitasse que o Estado pudesse leiloar isso ou mesmo fazer a venda ou a doação, foram-se amontoando. Isso ocasiona doenças, porque viram um depósito de mosquito da dengue, viram ninhos de ratos. No País inteiro, é essa problemática nos DETRANs, nos pátios municipais.

O objetivo do projeto do Deputado Laercio Oliveira é justamente facilitar que o Poder Público possa, de forma rápida, a partir de 150 dias, se o dono não reclamou, se desfazer desses veículos, para que não fiquem ocasionando danos de ordem de saúde pública.

O projeto, em síntese, é isso, e eu já passo ao voto.

A relatoria foi pela aprovação, porque isso vai facilitar, para todas as esferas de governo, tanto nos Municípios quanto nos Estados e na União.

Parabenizo, pela iniciativa, o Deputado Laercio Oliveira.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o parecer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Apenas para me congratular com o Relator, não só pelo que foi escrito, que ele deixou de ler, em atendimento a um pedido nosso, mas porque traz no seu bojo, no seu conteúdo, a experiência e a vivência do que acontece no seu Estado. De fato, esse acúmulo de ferro-velho, de veículos que são, vamos dizer assim, presos nas rodovias, não só pela Polícia Estadual como também pela Polícia Federal e pelo próprio Detran, gera um problema de espaço, problemas de saúde. Enfim, é preciso que se dê uma destinação a esse material em desuso. Muitas pessoas deixam o carro lá, deixam o veículo por anos e anos, e o Detran não sabe o que fazer deles.

Então, eu acho que a saída encontrada pelo Deputado Federal Laercio Oliveira foi uma saída inteligente, oportuna, que vem ao encontro de uma realidade que precisa ser resolvida no nosso País.

Parabéns ao nosso conterrâneo Laercio Oliveira, Deputado Federal do Estado de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, submeto à votação dos presentes.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, em virtude de ter o projeto ficado quatro semanas tentando ser pautado, mas não foi possível devido ao acúmulo de sabatinas aqui, eu gostaria de requerer a urgência, para que ele fosse levado a plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação o requerimento de urgência.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ, de redação.

A matéria vai a plenário.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 24, de 2014.
Autoria: Senador José Medeiros
Relatoria:
Relatório:
Observações:)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Requerimento extrapauta.

Item 19:

EXTRAPAUTA

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2015
– Não terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para isentar da cobrança de laudêmio, foro e taxa de ocupação os imóveis enfitêuticos da União situados em perímetro urbano.
Autoria: Senador José Serra
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha, para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 342, de 2015, do Senador José Serra, que propõe, como disse V. Exª, isentar da cobrança de laudêmio, foro e taxa de ocupação os imóveis enfitêuticos da União situados em perímetro urbano.

Objetiva o projeto instituir mecanismo descentralizado para a concessão de isenção da cobrança dessas obrigações aos bens enfitêuticos da União localizados nos perímetros urbanos dos Municípios.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, atende perfeitamente o projeto.

A enfiteuse estabelece, sobre o imóvel, uma espécie de dupla propriedade. O proprietário enfitêutico é titular do domínio pleno ou direto, enquanto o enfiteuta, o foreiro, é titular do domínio útil ou propriedade indireta. O foreiro deve ao proprietário enfitêutico duas obrigações: foro ou taxa de ocupação, periódico, que incide sobre o valor do terreno e das benfeitorias; e laudêmio, eventual, devido nas transações de compra e venda do imóvel, que incide sobre o terreno e as benfeitorias.

Trata-se, portanto, o projeto de estender e ampliar, de forma impessoal, a prática já adotada pelo Poder Executivo federal, em relação aos terrenos de marinha, que, desde 1994, vêm estabelecendo isenção de cobrança dessas obrigações quando se tratar de ocupação por pessoas carentes ou de baixa renda.

Cumpre registrar, por fim, que a legislação já contempla a possibilidade de concessão de aforamento a título gratuito quando destinado à regularização fundiária de interesse social.

Nesse sentido, a aprovação do PLS nº 342, de 2015, representará um importante avanço a fim de solucionar a problemática dos terrenos de marinha no Brasil.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o parecer proferido pelo Senador Rocha.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Presidente. Não é terminativo. Vai para CAE posteriormente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vai, sim.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Porque aprovamos um projeto do Senador Ricardo Ferraço em relação aos terrenos de marinha, esse sei que é um pouco mais abrangente, e, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, foi aprovado hoje um requerimento do Senador Dário, justamente convidando o Ministro do Planejamento para tratar dessa questão, principalmente no que se refere aos terrenos de marinha, em relação às taxas, ao foro, e foi solicitado, inclusive, que o Ministro venha com algumas informações relacionadas, Estado por Estado, sobre quanto, por ano, a União arrecada em relação a esses valores, para vermos, inclusive, o impacto financeiro.

Sou totalmente favorável ao projeto aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas apenas gostaria de saber se é terminativo, porque aí prejudicaria, inclusive, o requerimento Senador Dário. Era só essa questão de ordem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O projeto será terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos. Penso eu que, ainda assim, alguém poderia ir lá requerer o apensamento de ambos os projetos, de maneira a fundi-los num só, já que as matérias são correlatas.

Não havendo mais quem queira discutir o projeto...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Só para esclarecer, Sr. Presidente, esse projeto não pode ser apensado ao do Senador Ricardo Ferraço, porque aquele é PEC. Inclusive, foi vetado pela Presidente da República em parte.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, ainda está na Comissão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Ah, sim. O.k.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Porque se é Projeto de Emenda Constitucional, não vai à sanção da Presidente.

Em votação o relatório favorável ao projeto.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Como é bastante evidente a flagrante falta de número na Comissão, nós encerramos a presente reunião. E comunico que, em seguida, abriremos a 17ª Reunião, Extraordinária, para a deliberação de emendas ao PLDO nº 16.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.*)

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 2015.

Às treze horas e dezessete minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Douglas Cintra, Edison Lobão, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Ivo Cassol, Jorge Viana, José Agripino, José Medeiros, José Pimentel, José Serra, Magno Malta, Marcelo Crivella, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Rocha,

Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Walter Pinheiro, e das Senadoras Ana Amélia, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Marta Suplicy, Rose de Freitas, Simone Tebet e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os senadores Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira e Jader Barbalho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação das Emendas desta Comissão ao PLN nº 1, de 2015-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências", uma vez que, nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 01/2015-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016). O Senador Randolfe Rodrigues apresenta o Relatório sobre as 57 (cinquenta e sete) Emendas de Inclusão de Meta e as 11 (onze) Emendas ao Texto da Lei, sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN, e no artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, são aprovadas: Emendas de inclusão de meta nºs 1 a 3 e Emendas de Texto nºs 4 a 14. EMENDAS DE INCLUSÃO DE META: Emenda 1: Ementa: Ação 20UF – Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato; Programa: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas; Ação: 20UF – Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato; Órgão: Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Produto (unidade de medida): Terra indígena protegida; Acréscimo de meta: 500; Justificativa: Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas, por meio de ações de vigilância e fiscalização, evitando que as terras indígenas sejam ou permaneçam invadidas por terceiros, assegurando aos índios a integridade do seu território e do seu patrimônio natural. Comprovada a presença de invasores nessas áreas, proceder à extrusão e penalização dos responsáveis. Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas: promoção da proteção das terras indígenas através da demarcação e regularização fundiária, visando assegurar o direito dos índios, a posse, e o usufruto das terras tradicionais que ocupam e das terras a eles reservadas para o desenvolvimento de atividades econômica e socioculturais. Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados: localização geográfica de índios isolados; manutenção do direito da ocupação tradicional de seus territórios; exercer gestão ambiental e territorial em terras indígenas habitadas por índios isolados; proteger seus direitos por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural. Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato: Promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implantação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural. Emenda 2: Ementa: AÇÃO 20IC – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON; Programa: 2070 – Segurança Pública com Cidadania; Ação: 20IC – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON; Órgão: Fundo Nacional de Segurança Pública; Produto (unidade de medida): Projeto apoiado; Acréscimo de meta: 2.000; Justificativa: Aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo das instituições de Segurança Pública nas fronteiras brasileiras (aquisição de scanners veiculares, sistema de monitoramento e controle, sistemas de inteligência e interceptação de sinais; veículos, embarcações e aeronaves voltados ao emprego operacional; equipamentos de proteção individual; equipamentos de radiocomunicações e videoconferência; mobiliário e materiais diversos para atividades a serem realizadas nas fronteiras; reforma e construção de bases policiais e Delegacias de Polícia existentes em área de fronteira; construção de próprios nacionais residenciais); Capacitação de operadores de segurança pública para as áreas de fronteiras; Pagamento de Diárias e Passagens para realização de operações nas áreas de fronteiras, realização de capacitação de operadores de segurança, cursos, seminários, eventos, grupos de trabalho e de encontros técnicos. Emenda 3: Ementa: Ação 20ID – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública; Programa: 2070 – Segurança Pública com Cidadania. Ação: 20ID – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública; Órgão: Fundo Nacional de Segurança Pública; Produto (unidade de medida): Projeto apoiado; Acréscimo de meta: 20.000; Justificativa: Apoio a projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros de inteligência de segurança pública, centros integrados de operações de Segurança Pública, unidades de perícia, núcleos, setores de estatística e análise criminal, bem como Secretarias Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Pública, e outras unidades correlatas. Apoio a projetos de reaparelhamento dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios dotando-os de equipamentos tecnológicos e não tecnológicos de segurança e proteção à vida (EPI e EPR), veículos, embarcações, aeronaves, armamentos e munições letais e não letais, mobiliários e materiais voltados para atividade operacional dos Órgãos e Instituições de Segurança Pública. Apoio ao fortalecimento dos órgãos de controle interno e externo da atividade policial e das guardas municipais, por meio da estruturação, formação e articulação para a estru-

turação e reestruturação das Corregedorias e Ouvidorias das instituições de segurança pública. Adequação lógica para a modernização ou implantação de sistemas de informações de segurança pública. Constituição de mecanismo de integração de bases de dados com informações de registros criminais das diversas instituições de segurança pública, justiça e fiscalização do Brasil. Aquisição de equipamentos/produtos de tecnologia da informação e comunicação. Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação. Aquisição de equipamentos para as Delegacias Especializadas, visando o fortalecimento da política interdisciplinar de combate à violência e à impunidade. Implantação da infraestrutura necessária para fornecimento de suporte às ações de segurança pública na implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP. EMENDAS DE TEXTO: Emenda 4: Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei – Art. 22; Ementa: CCJ – (STJ) – Altera o caput do art. 22; Texto Proposto: "Art. 22. Para fins de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias para 2016, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União terão, como parâmetro, no que se refere às despesas classificadas nos GNDs 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras, excluídas as despesas com auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica e auxílio transporte, benefícios e pensões especiais concedidas por legislação específica ou sentenças judiciais, auxílio-funeral e auxílio-natalidade o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2015, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 31 de maio de 2015, exceto aqueles abertos à conta de superávit financeiro, bem como nos extraordinários". Emenda 5: Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei – Art. 22 Parágrafo 2 Inciso III Alínea a; Ementa: CCJ – (STJ) – Modifica a alínea "a" do inciso III do § 2º do art. 22; Texto Proposto: "a) novas varas e juizados especiais federais criados e aprovados por lei;"; Emenda 6: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Art. 35; Ementa: Reajuste dos Aposentados PIB; Texto Proposto: "Inserir após o artigo 35, um novo artigo com a seguinte redação: Ficam estabelecidas as diretrizes para política de valorização dos benefícios previdenciários, de forma que seja assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art 41-A da lei 8.213, acrescido do percentual equivalente à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2014; Parágrafo único. Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário."; Emenda 7: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Art. 35; Ementa: Reajuste dos Aposentados IBGE; Texto Proposto: "Inserir após o artigo 35, um novo artigo com a seguinte redação: Ficam estabelecidas as diretrizes para política de valorização dos benefícios previdenciários, de forma que seja assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art 41-A da lei 8.213, acrescido da variação do crescimento da remuneração dos empregados conforme sistema de contas nacionais divulgado pelo IBGE, apurado pela aplicação da média do percentual dos dois anos anteriores. Parágrafo único. Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário."; Emenda 8: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Art. 35; Ementa: Reajuste dos Aposentados GFIP; Texto Proposto: "Acrescenta após o artigo 35, um novo artigo com a seguinte redação: Ficam estabelecidas as diretrizes para política de valorização dos benefícios previdenciários, de forma que seja assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art 41-A da lei 8.213, acrescido do percentual equivalente à taxa de crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados, observada no penúltimo exercício anterior ao do reajuste, apurada com base nas informações constantes da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP. Parágrafo único. Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário."; Emenda 9: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Art. 51 Parágrafo 13; Ementa: CCJC Determina que a necessidade de conter despesas para cumprimento de meta fiscal se faça por meio da limitação do art. 9 da LRF e não do contingenciamento; Texto Proposto: "§ 14. O ato de que trata o caput, bem como os que o modificarem, bem como todo ato destinado a dar cumprimento ao art. 8º, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, deverá contemplar a execução, ao longo do exercício, de toda a despesa constante da respectiva programação orçamentária, vedada a fixação de tetos inferiores à dotação que lhe for destinada na lei orçamentária anual e eventuais créditos adicionais. § 15. Verificada qualquer situação na qual a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, inclusive pela constatação da possibilidade de aumento imprevisto de despesas obrigatórias ou do pagamento de Restos a Pagar, adotar-se-á os mecanismos de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo os critérios a parâmetros estabelecidos neste artigo, vedada a utilização para essa finalidade dos atos destinados a dar cumprimento ao art. 8º, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000,

ou de qualquer outro instrumento de programação financeira da despesa."; Emenda 10: Tipo de Emenda: Supressiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 78 parágrafo 1; Ementa: CCJ – (STJ) – Suprimir o parágrafo 1º, Art. 78; Texto Proposto: Suprima-se o texto atual; Emenda 11: Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei – Artigo 78 parágrafo 4; Ementa: CCJ – (STJ) – Altera o § 4º do art. 78; Texto Proposto: "§ 4º Para fins de elaboração do anexo previsto no § 2º, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União apresentarão, até 21 de agosto de 2015, e os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal submeterão a relação das modificações pretendidas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando a compatibilidade das modificações com as referidas propostas e com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal."; Emenda 12: Tipo de Emenda: Supressiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 78 parágrafo 5; Ementa: CCJ – (STJ) – Suprima-se o § 5º do art. 78; Texto Proposto: Suprima-se o texto atual; Emenda 13: Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei – Artigo 89; Ementa: CCJ – (STJ) – Altera o caput do art. 89; Texto Proposto: "Art. 89. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2016, em percentual acima da variação, no exercício de 2015, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, quando o valor per capita vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, for superior ao valor per capita da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2014."; Emenda 14: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 103; Ementa: CCJ – Participação Popular; Texto Proposto: "Art. 104. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e o Ministério Público da União deverão realizar audiências públicas e adotar estratégias de participação popular nas etapas de elaboração e discussão do Projeto de Lei Orçamentária, de acordo com o art. 48 da Lei complementar 101/ 2000.". Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às treze horas e vinte e dois minutos, do dia oito de julho de dois mil e quinze e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que **foi lida e aprovada** e será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Maranhão,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao PLN nº 1/2015 – CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2016, PLDO nº 2016, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe para proferir o relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, agradeço a designação para relatar essa matéria sobre as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 1, de 2015, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016.

Passo diretamente para a análise, Sr. Presidente, já que o relatório é autoexplicativo.

No que concerne às propostas de emenda de inclusão de meta, após análise acurada de seu conteúdo, não obstante reconheçamos o inegável mérito de todas elas, optamos por selecionar as seguintes, considerando o limite máximo de três emendas por comissão permanente:

– Nºs 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28 – Ação 20UF – Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato (propostas apresentadas pelos Senadores Acir Gurgacz, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka);

– Nºs 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 – Ação 20IC – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – Enafron (propostas apresentadas pelos Senadores Acir Gurgacz, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka);

– Nºs 42, 43 e 44 – Ação 20ID – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública (propostas apresentadas pelos Senadores Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Simone Tebet).

Dessa forma, conseguimos acolher propostas de emenda de inclusão de metas de grande relevância para o País, atendendo, dentro das possibilidades, a maioria dos Senadores desta Comissão que se manifestaram. Ademais, buscamos a continuidade das indicações de prioridades, haja vista que as ações orçamentárias da Enafron e de apoio à estruturação, reaparelhamento, modernização organizacional e tecnológica das instituições de segurança pública também foram recomendadas pela CCJ em 2014.

As emendas de texto propostas coadunam-se com as competências regimentais da CCJ, atendendo às disposições constitucionais e legais. Considerando a ausência de um limite de emendas de texto passíveis de apresentação, optamos por aprovar o encaminhamento de todas as propostas. A análise de mérito de cada emenda caberá à CMO.

Voto.

Em face do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania delibere pela apresentação à Comissão Mista de Orçamentos:

1. De emendas para a elaboração do Anexo de Metas e Prioridades do PLDO, nas seguintes ações:

1.1. Ação 20UF – Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato;

1.2. Ação 20IC – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – Enafron;

1.3. Ação 20ID – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.

2. De emendas ao texto do Projeto de Lei, nos termos das propostas listadas no Anexo II deste Parecer.

Lido o parecer, Sr. Presidente, encaminhamos ao melhor juízo dos membros dessa CCJ.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem queira se manifestar, submeto-o à votação dos presentes. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas e o parecer estão devidamente aprovados.

Resultado: a matéria segue para Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que concordam com essa proposta, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, aprovada, que foi, a ata conforme esta Presidência anunciou.

(*Iniciada às 13 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.*)

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia dezessete de junho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Romário, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Wilder Morais, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Roberto Rocha, Blairo Maggi e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 27/2015-CE, de autoria do Senhor Senador Dário Berger; e ao Aditamento nº 42, de autoria do Senhor Senador Antonio Anastasia, destinados a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2014, que "Modifica o art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a dispensa por justa causa do atleta e a cláusula indenizatória desportiva a ela referente". Comparecem à Audiência Pública como expositores: Senhor Alexandre Agra Belmonte, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Senhor Amilar Fernandes Alves, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); Senhor Pedro Fida, Advogado Especialista em Direito Desportivo e do Entretenimento; Senhor Nilton Macedo Machado, Presidente do Avaí Futebol Clube; Senhor Rinaldo José Martorelli, Presidente do Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Dário Berger, autor do Requerimento. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Anibal de Oliveira Rouxinol Segundo, Gerente Jurídico do Departamento de Futebol do Botafogo de Futebol e Regatas; Senhor Paulo Victor, Ex-Jogador Profissional; Senhor Marcos Gaucho, Presidente do Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Ceará (CE); Senhora Cintia Novaes, Assessora Parlamentar da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); e Senhor Marcelo Cruz, Presidente do Sindicato de Jogadores de Santa Catarina (SC). Finda a exposição dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Dário Berger (autor do Requerimento) e o Senhor Senador Romário. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a presença de todos, declarando encerrados os trabalhos da sessão. Nada mais havendo

a tratar, o Senhor Presidente Eventual, Senador Dário Berger, encerra a reunião às doze horas e quinze minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Dário Berger,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 27, de 2015, desta Comissão, de autoria do Sr. Senador Dário Berger, e, em aditamento, ao Requerimento nº 42, de 2015, desta Comissão, de autoria do Sr. Senador Antonio Anastasia, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2014, que modifica o art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para dispor sobre a dispensa por justa causa do atleta e a cláusula indenizatória desportiva a ela referente.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Mesa, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são: Sr. Alexandre Agra Belmonte, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Amilar Fernandes Alves, assessor jurídico da Confederação Brasileira de Futebol, CBF, Rinaldo José Martorelli, Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo, Pedro Fida, advogado especialista em Direito Esportivo e de Entretenimento, e Sr. Nilton Macedo Machado, Presidente do Avaí Futebol Clube, que está chegando.

Eu gostaria de dar as boas-vindas aos senhores convidados e agradecer, desde já, pela contribuição que cada um trará para este importante debate.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão do Alô Senado, através do telefone 0800.612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá a presente reunião ao vivo e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Como tem sido praxe aqui, nesta Comissão, eu vou fazer uma fala bem breve e, logo em seguida, passar a presidência ao autor do requerimento, nosso amigo e Senador Dário Berger.

Hoje, estamos reunidos nesta audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 109/2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento. A proposição faz mudança no art. 28 da Lei Pelé e trata da dispensa por justa causa do atleta profissional, assim como da cláusula indenizatória desportiva.

Sabemos da importância de atualizar a legislação com o intuito de melhorá-la. Contudo, o referido artigo, que trata da atividade do atleta profissional, foi alterado recentemente pela Lei nº 12.395, de 2011, e trouxe mais segurança jurídica aos contratos de trabalho dos jogadores profissionais de futebol, pois a eles suas determinações são obrigatórias.

Entre as alterações trazidas, podem-se citar exatamente as duas as quais se pretendem modificações: a cláusula indenizatória desportiva e as regras sobre o fim do contrato especial de trabalho desportivo. No entanto, julgamos ser válido o debate, pois a legislação foi omissa no que diz respeito à dispensa motivada do atleta, regulada, anteriormente, pela Lei nº 6.354, de 1986. Essa lei, em seu art. 20, listava condições de justa causa para rescisão do contrato de trabalho e eliminação no futebol nacional. Por isso, o debate sobre esse assunto é relevante.

Eu, inclusive, estava conversando agora com o Senador Dário Berger sobre uma situação de justa causa que eu passei na época em que eu jogava no Flamengo, em 1999. Acabei ganhando esse processo, que durou sete anos. Então, eu, mais do que ninguém, tenho experiência e sofri na carne algumas situações bem difíceis e diferentes do nosso futebol. A minha situação, com certeza, foi bem atípica – acredito que não há nenhum caso desses na história do nosso futebol –, mas quero dizer aos senhores aqui presentes que, com certeza, esse assunto é de grande relevância para o nosso futebol, principalmente neste momento em que a gente tem acompanhado todos os acontecimentos, todas essas notícias bem tristes e negativas que vêm aparecendo diariamente sobre os dirigentes, as pessoas que comandam o futebol tanto mundial quanto daqui, da América do Sul, da Europa e, principalmente, do nosso País.

Sei que os senhores sabem que fui eu que recolhi as assinaturas para a CPI. Essa CPI já está próxima de ser instalada, só faltando alguns Líderes indicarem seus representantes.

Eu acredito que essas indicações sejam feitas nesta semana e que, no máximo, na semana que vem a gente já terá a possibilidade de abrir essa CPI, através da qual, acredito, a gente poderá dar uma nova cara ao nosso futebol, uma repaginada, moralizando-o, porque é de moral que o nosso futebol está precisando já há algum tempo, sobretudo no que se refere a esses dirigentes que tomaram conta da CBF nesses últimos 20 anos.

Muito obrigado a vocês pela presença. Eu acredito que daqui poderão sair grandes ideias, ideias realmente importantes e relevantes para que a gente possa ajudar na construção de um novo futebol, de um futebol mais moderno, porque é disto que nós precisamos.

Passo a presidência ao autor do requerimento, o Senador Dário Berger.

Por favor, Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senhores convidados, sejam todos bem-vindos. Agradeço pela presença.

Recebi a importante, porém desafiadora, missão de relatar o Projeto de Lei do Senado Federal de nº 109, de 2014, de autoria do então Senador Alfredo Nascimento, que tem por objetivo alterar a Lei Pelé, a Lei nº 9.615/1998, em especial o seu art. 28, criando a figura da dispensa motivada ou dispensa por justa causa dos atletas. Essa dispensa por justa causa de atletas já foi prevista na Lei nº 6.354, de 1976, que foi revogada pela Lei nº 12.395, de 2011, gerando um vácuo legal para essa hipótese.

Hoje, as questões relativas à dispensa motivada de atleta têm sido resolvidas com construções jurisprudenciais entendendo cabíveis a aplicação do art. 482 da Consolidação da Leis do Trabalho.

O projeto em questão reintroduz a hipótese da dispensa motivada do atleta por inclusão de sua modalidade esportiva e, expressamente, prevê a possibilidade de indenização, economicamente equilibrada, ao contratante em caso de dispensa motivada ou por justa causa do atleta.

São propostas as seguintes alterações ao texto da lei, todas ao art. 28, que trata das cláusulas obrigatórias do contrato especial de trabalho desportivo. Em síntese, o projeto de lei apresentado insere a letra "c" no item I do art. 28, possibilitando o pagamento de indenização à entidade de prática desportiva, na hipótese de dispensa motivada do atleta. Insere ainda o item VI ao § 5º, prevendo, nas hipóteses de dissolução do contrato, a dispensa motivada do atleta. Insere também o §11 ao art. 28 também, estabelecendo que constitui justa causa para dispensa do atleta, além das arroladas nas alíneas "a" a "l" do art. 482 da Consolidação da Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a eliminação também do atleta, imposta pela entidade de direção de desportiva máxima nacional ou internacional.

Então, senhores convidados e Srs. Senadores, pela abrangência e relevância do tema, que afeta de forma significativa todos os segmentos esportivos, suas entidades e atletas, sugerimos, junto com o Senador Antonio Anastasia, a presente audiência pública, buscando ouvir a sociedade, com o intuito de aprimorar, se for o caso, o projeto ora em questão.

Muito bem. Como os senhores sabem, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, a conhecida Lei Pelé, constituiu-se em um gigantesco e essencial aperfeiçoamento das relações de trabalho desportivo no Brasil.

Contudo, a despeito da sua importância e da sua propriedade, a Lei Pelé não pode ser ainda considerada uma lei ou uma obra acabada. Isso explica por que, desde a sua edição, essa lei já foi objeto de inúmeras modificações.

Dando continuidade, como Relator da matéria, passo, imediatamente, Presidente Romário, a fazer algumas indagações. Evidentemente, depois, com muita honra, passarei a palavra a V. Exª para que V. Exª dê continuidade.

As questões sugeridas ao projeto são, basicamente, as seguintes: a crise do futebol brasileiro exige de todos os segmentos envolvidos um esforço sinérgico e criativo. Nesta Casa Legislativa temos procurado produzir contribuições em diversos campos. E o PLS nº 109, de 2014, é uma das importantes iniciativas que temos pela frente.

A presente audiência pública consiste em uma oportunidade privilegiada para aprofundarmos a discussão dos possíveis efeitos dessa proposição.

Dessa forma, eu gostaria de indagar dos nossos convidados como avaliam a introdução da possibilidade da dispensa de atleta nos casos em que ele não cumpre exatamente com as suas obrigações.

Qual seria, em suas opiniões, a melhor solução para preservarmos os clubes contratantes sem que sejam comprometidos os direitos trabalhistas dos atletas?

O projeto que ora examinamos pode ser considerado, nesse sentido, satisfatório?

Em que outros aspectos o projeto tem relevância para o setor?

Nesse contexto, um tema que precisa ser analisado em detalhe é o da transferência do atleta para outros clubes e o da questão da cláusula indenizatória desportiva.

A proposição introduz a obrigação do pagamento à entidade de prática desportiva no caso de dispensa motivada do atleta.

Portanto, como avaliam também, os nossos candidatos, essa modificação proposta?

A Lei Pelé representou um avanço, como eu já falei, nas relações de trabalho entre entidades desportivas e os atletas, mas sofreu, principalmente em 2011, uma significativa alteração.

E aí vem a pergunta: se os debatedores identificam, também, no texto da lei outros itens que já suscitaram ou possam suscitar conflitos que possam ser efetivamente discutidos nesta audiência pública.

Isto posto, na qualidade de Relator da matéria, tenho a honra de receber aqui os nossos convidados, mas pergunto ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Romário, se ele deseja fazer uso da palavra antes dos nossos convidados.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Obrigado, Presidente. Pode deixar que os convidados façam suas exposições. Depois a gente entra no debate.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Beleza.

Agradeço o Senador Romário.

Então, vamos aos nossos convidados.

Eu queria repetir que encontram-se presentes – e os recebemos com muita honra – o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Dr. Alexandre Agra Belmonte, o assessor jurídico da Confederação Brasileira de Futebol, Amilar Fernandes Alves, o Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo, Sr. Rinaldo José Martorelli, e o advogado especialista em Direito Desportivo e do Entretenimento Dr. Pedro Fida. E estamos aguardando a presença do ex-Desembargador e Presidente do Avaí Futebol Clube, Dr. Nilton Macedo Machado.

Eu indago aos nossos convidados quem gostaria de iniciar a nossa participação.

Com muita honra, vamos ouvir, então, o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. ALEXANDRE AGRA BELMONTE – Presidente, muito obrigado. Agradeço o convite. Saúdo V. Exª e, com isso, também, na sua pessoa, os demais Senadores presentes. Saúdo o Senador Romário, por quem tenho grande admiração, não só como ex-jogador, por tudo o que fez pelo Brasil, mas também pela importante função agora desempenhada, e saúdo os demais componentes da Mesa e o público presente.

A questão da dispensa do atleta por justa causa e, consequentemente, a cláusula indenizatória desportiva, que é exatamente o que é proposto, é uma questão que já vem me preocupando há algum tempo e que já foi objeto, inclusive, de artigos meus relacionados ao assunto.

O atleta, em relação ao contrato especial de trabalho desportivo, tem deveres. Alguns decorrem diretamente da CLT, que são o de obediência, que é resultado da subordinação para o cumprimento das diretrizes gerais e ordens específicas, o de diligência, para o cumprimento das tarefas com indispensável cuidado, e o de lealdade e fidelidade, direcionado à observância de conduta ética direcionada ao fiel e, quando necessário, sigiloso cumprimento das obrigações inerentes ao contrato – não vai o atleta profissional revelar as táticas do jogo –, ao respeito físico e moral da pessoa do empregador, prepostos e colegas de trabalho, e, finalmente, ao esforço e dedicação necessários a um rendimento qualitativo esperado, ou seja, compatível com as aptidões e a capacidade física e intelectual do trabalhador.

Isso é, em síntese, o que se extrai da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT.

Além desses gerais da CLT, há os deveres específicos da Lei Pelé, que conhecemos e que são, no caso do art. 8º, tomar parte em competições dentro ou fora do País...

O § 4º, I, do artigo 28 diz que:

Art. 28. [...]

§ 4º [...]

I – [...] [submeter-se] a concentração não poderá ser superior a três dias consecutivos por semana, desde que esteja programada qualquer partida, prova ou equivalente, amistosa ou oficial [...].

Ainda que a concentração seja bastante questionada atualmente, ela consta como um dever na Lei Pelé.

Os incisos III e VI do § 4º do artigo 28 discorrem sobre cumprir a jornada de trabalho desportiva normal de 44h semanais, que podem ser distribuídas como for o mais razoável. Ou seja, não vamos pensar naquela história de 8h por dia. Não é assim. Essas 44h por semana vão ser distribuídas durante a semana. O legislador não fixou o limite de 8h por dia. E o art. 28 também dispõe sobre a disponibilidade para viagens:

Art. 35. [...]

I – participar dos jogos, treinos, estágios e outras sessões preparatórias de competições com a aplicação e dedicação [...];

II – preservar as condições físicas que lhes permitam participar das competições desportivas, submetendo-se aos exames médicos e tratamentos clínicos necessários à prática desportiva;

III – exercitar a atividade desportiva profissional de acordo com as regras da respectiva modalidade desportiva e as normas que regem a disciplina e a ética desportivas.

Então, essas obrigações, esses deveres são específicos da Lei Pelé em relação aos atletas profissionais.

E quais são os efeitos do descumprimento desses deveres? O direito da entidade de prática desportiva de fazer atuar o seu poder disciplinar por meio de sanções.

Objetivos do poder disciplinar: pedagógico e exemplar. Visa restabelecer a correta execução do contrato e a ordem interna, principalmente nos esportes coletivos, em que, às vezes, a conduta de um interfere na conduta dos demais colegas, dos demais atletas. Na impossibilidade, diante da natureza ou reincidência do comportamento do atleta, pode a entidade de prática desportiva dar por findo o contrato.

O que estatui a Lei Pelé sobre a despedida motivada do atleta? Prevê, no art. 28, § 5º, III, o término do contrato desportivo por falta grave do empregador, com incidência da cláusula compensatória desportiva. Então, se o empregador descumprir as obrigações do contrato, nesse caso, tem o atleta direito ao rompimento do contrato, recebendo a cláusula compensatória desportiva que for ajustada ou, se não houver esse ajuste, no limite que a lei estabelece.

Só prevê no artigo 28, I, "a" e "b" a terminação do contrato por ato do atleta, com incidência da cláusula indenizatória desportiva nos casos de transferência do atleta durante a vigência do contrato, de retorno do atleta às atividades profissionais em outra entidade de prática desportiva no prazo de até 30 meses.

E quanto à despedida do atleta por justa causa? O artigo 28, § 5º, da referida lei dispõe que a dissolução do vínculo com a entidade desportiva ocorre: com o término da vigência do contrato ou seu distrato. Então, se o contrato, que é por prazo determinado, chega ao seu fim, ou se houver entre as partes um ajuste para o rompimento do contrato, nesse caso, então, ocorre a dissolução. Ocorre com pagamento de cláusula indenizatória desportiva – sanção ao atleta –, ocorre no caso de transferência durante o contrato ou de retorno às atividades esportivas em outra entidade e com pagamento da cláusula compensatória desportiva – sanção à entidade desportiva –, por dispensa imotivada –, e resolução por inadimplemento salarial às demais hipóteses do art. 483 – exigir esforço desmedido do atleta, não cumprir outras obrigações referentes ao contrato, enfim, aquilo que a CLT estatui a respeito e que, subsidiariamente, é aplicável à Lei Pelé, a Lei nº 9.615, de 1998.

Então, o que nós verificamos é uma omissão da lei sobre a despedida por falta grave do atleta. A lei não faz qualquer referência a esse assunto.

A transferência do atleta durante a vigência do contrato trabalho e o retorno dele às atividades profissionais em outra entidade de prática desportiva no prazo de até 13 meses são as únicas hipóteses de rompimento motivado previstas. Não que a lei não preveja rompimento motivado; ela prevê nesses dois casos apenas, mas não por outro tipo de conduta do atleta.

Havendo omissão, então, da lei especial em relação às demais questões, aplica-se a CLT supletivamente, por força do art. 28, § 4º, da própria Lei Pelé. Então, a Lei Pelé diz que, toda vez que houver omissão, nós vamos nos reportar à CLT.

Incide o art. 482 da CLT na apreciação daqueles deveres dos art. 38 e 28 da Lei Pelé, a que nos referimos no início, para justificativa da atuação do poder disciplinar consistente na despedida por justa causa. Mas a aplicação subsidiária da CLT não resolve o problema, porque a CLT não prevê indenização em caso de despedida do atleta por justa causa.

Cabe indenização, então, à entidade empregadora, já que a CLT não prevê para as demais relações de trabalho? Na transferência do atleta para outra entidade é devida cláusula indenizatória desportiva. Então, a própria Lei Pelé prevê a possibilidade de indenização, de cláusula indenizatória desportiva em razão de conduta do atleta. Então, a lei especial já inova nesse assunto em relação à CLT.

A indenização é devida pela quebra do contrato, que leva ao descumprimento da obrigação de trabalhar pelo tempo ajustado – dever de fidelidade. A quebra do contrato, portanto, é hipótese de justa causa, ainda que não queiramos dar esse nome. Não há dúvida nenhuma de que é. Rompeu no meio do contrato. O que é isto senão justa causa?

Essa indenização é devida para proteger o investimento feito pela entidade de prática desportiva no atleta. Logo, as mesmas razões impõem a incidência da cláusula indenizatória também nas demais hipóteses de justa causa. Por que só nessa?

Valor da cláusula indenizatória.

Nestes casos, incide cláusula indenizatória, devida pelo atleta, no valor pactuado até o limite de duas mil vezes o salário nas hipóteses previstas na lei. Ela deve incidir também nas demais hipóteses de justa causa. Por que não?

A referida cláusula tem a natureza de cláusula penal ou pena convencionada pelas partes para indenizar... Já é uma previsão de indenização para o caso de inadimplemento de obrigações.

Quanto ao valor, embora a lei preveja só pactuação pelas partes e estabeleça esse máximo de duas mil vezes, com base no art. 413 do Código Civil, o Judiciário trabalhista, que é a quem cabe essa apreciação, pode fazer a adequação, se considerar excessivo.

A lei anterior à modificação de 2011 previa, por exemplo, que essa cláusula fosse proporcional ao tempo restante do contrato. Por que duas mil vezes se só falta um ano para terminar o contrato? Então, nada impede que esse valor de duas mil vezes possa ser reajustado pelo Poder Judiciário de forma a adequar o contrato e não tornar essa obrigação excessivamente onerosa para o atleta.

Na prática, despede-se por justa causa? É a primeira pergunta que a gente vai fazer, porque nós estamos aqui pensando na hipótese da justa causa em relação ao atleta e, mais ainda, na eventual indenização. Então, despede-se por justa causa?

Os casos André Luís e Renato Silva. Em dezembro de 2011, o Fluminense despediu por justa causa o zagueiro André Luís por comportamento desidioso, ofensa ao dever de diligência. A alegação foi de que o jogador faltou mais de 20 vezes sem apresentar justificativa para as ausências.

Em 2007, o clube despediu por justa causa o zagueiro Renato Silva por ter sido pego no exame *antidoping*. E, em 2014, o Figueirense despediu por justa causa o jogador França, que sofreu acidente de automóvel, em junho, após sair de uma festa numa madrugada, o que não tem problema nenhum. Mas, apesar dos esforços do clube, o jogador não se submeteu ao tratamento de recuperação proposto, o que levou, então, o clube, sem alternativa, a despedir o jogador por justa causa.

Sassá, o zagueiro, foi despedido por justa causa em virtude de agressão ao árbitro Maurício Antônio Fioretti. A diretoria do Galo considerou ato de indisciplina imperdoável.

O jogador Adriano foi despedido do Corinthians por justa causa. Eu não estou dizendo que o clube tinha razão, não; estou dizendo que aconteceu o fato, estou relatando o fato. Alegações: 67 faltas, embriaguez e falta de submissão e empenho adequado nos treinamentos. Então, desídio e embriaguez.

O Adriano disputou apenas oito partidas e marcou dois gols. No período, acumulou faltas a treinos e foi multado duas vezes. As partes fizeram acordo em juízo.

O Flamengo enfrentou problemas semelhantes com o jogador e o despediu, igualmente, por justa causa. Depois de 76 dias em regime de treinamento no Flamengo, em que faltou a cinco compromissos, não conseguiu sequer baixar o seu peso da marca dos 100kg.

Em agosto de 2009, o jogador Douglas Silva foi despedido por justa causa pelo Coritiba, entre outros motivos porque, alegando problemas pessoais, abandonou o treinamento de preparação para a partida contra o Santo André pelo Campeonato Brasileiro. Ele já havia recebido cerca de três advertências por escrito por outros acontecimentos de ordem interna.

A que conclusão se chega? Que se despede por justa causa no futebol brasileiro e que, nesses casos, aplicar a CLT corresponde ao clube simplesmente perder o investimento feito no atleta.

O Projeto de Lei nº 109, sobre o que estamos tratando aqui, nesta audiência pública, de forma bastante democrática – e parabenizo a Comissão por realizá-la –, inclui, no art. 28, alínea "c", o pagamento de indenização, pelo atleta a entidade de prática desportiva, em caso de despedida motivada do atleta, de valor correspondente àquela a que teria direito em caso de rescisão indireta do contrato. Se fosse deixar como está hoje, seria o limite de duas mil vezes o valor do salário. Neste caso, diante do que está sendo proposto, ficaria no limite de 400 vezes, se não me engano, o que não impede de a Justiça do Trabalho, no exame do caso concreto, verificando a situação, até fazer a redução, realizar a redução desse valor, adequando-o às circunstâncias do caso concreto, de acordo com art. 413 do Código Civil. Nada impede que a Justiça do Trabalho entenda que é pelo máximo realmente, mas pode fazer a devida adequação. Também inclui, no §5º do art. 28, inciso VI, a previsão do rompimento do contrato por despedida motivada do atleta e, no art. 28, §11, a previsão, como hipótese de despedida por justa causa, além das previstas na CLT, de eliminação do atleta imposta pela entidade de direção desportiva máxima nacional ou internacional.

O meu colega de mesa Pedro Fida faz até a observação de que o termo eliminação talvez não seja o termo mais adequado. A sugestão é apenas a título de observação. Conversávamos a respeito do assunto, e ele propôs o banimento. Eu disse a ele que o termo desfiliação talvez ficasse mais apropriado. Faz-se a desfiliação, o que não impede que, no futuro, o atleta, recuperado, às vezes, até de problema de *doping,* possa retornar à entidade de prática desportiva.

Eliminação dá uma ideia de definitividade, assim como banimento. O uso da expressão desfiliação, que já consta do art. 48 da Lei Pelé, que fala em desvinculação do clube e desfiliação do atleta, talvez pudesse interpretar melhor a situação. Então, fica aqui aqui, a sugestão, e, certamente, o Pedro Fida vai falar sobre esse assunto de forma mais apropriada e aprofundada.

Conclusões.

O exercício do poder disciplinar pela entidade desportiva é sempre necessário à manutenção da ordem interna. Infelizmente, ainda consta do art. 48 uma grande confusão, porque ele fala em advertência, censura, multa, suspensão, desfiliação, desvinculação, e, ainda por cima, ali existe a observação de que dependeria de procedimento administrativo prévio e autorização da Justiça Desportiva. Ou seja, há uma grande confusão entre as sanções que a entidade de prática desportiva pode aplicar e as sanções que a entidade de administração do desporto, às vezes, até através da Justiça Desportiva, pode aplicar. Então, são duas situações absolutamente distintas. Embora as sanções ali sejam trazidas de forma genérica, existem algumas sanções que não podem ser aplicadas pela entidade de prática desportiva, como, por exemplo, desvinculação e desfiliação. Ela pode até cumprir a ordem, mas, evidentemente, não pode aplicar.

Por outro lado, a observação no art. 48 de que tem que submeter a prévio procedimento administrativo e decisão da Justiça Desportiva não cabe em relação ao relacionamento com o atleta. Ou seja, isso é atinente àquelas situações da entidade de administração do desporto e, às vezes, até às situações de aplicação de sanções à própria entidade de prática desportiva. Então, nesses casos, sim, vai haver procedimento administrativo prévio e vai haver condicionamento à decisão da Justiça Desportiva. Evidentemente, no relacionamento entre o atleta e o clube, não precisa o clube pedir autorização à Justiça Desportiva ou realizar procedimento prévio interno para aplicar multa para advertir o atleta, para censurá-lo, etc. Esse termo "censura" até não é o termo mais interessante, não, porque censura dá a ideia de que se tem que fechar a boca. Não é isso, é advertência. É censura apenas no sentido de ser escrita e advertência no sentido de ser verbal.

Então, o exercício do poder disciplinar é necessário à manutenção da ordem interna. Ele é informal, prévio ao procedimento administrativo e exigível apenas para as entidades de administração e para os julgamentos perante a Justiça Desportiva.

São cabíveis a título de sanção, advertência, censura, multa e despedida por justa causa.

Há necessidade de regulamentação adequada das sanções disciplinares que a entidade de prática pode impor. Como acabei de dizer, é preciso regulamentar de forma adequada o art. 48, o que não é o objetivo aqui; o objetivo aqui é tão somente fazer as modificações nos arts. 25 e 28, se não me engano.

O projeto de lei que está sendo apresentado agora esclarece sobre a possibilidade de despedida por justa causa e regula o valor da cláusula indenizatória devida à entidade empregadora. E não apenas regula, como até limita. A jurisprudência, em alguns casos, tem imposto essa indenização até no valor máximo.

O estabelecimento do valor, ao contrário do que se pode supor, não tem nada a ver com retrocesso social. Pelo contrário, ele vai tornar o atleta mais cuidadoso e responsável pelos seus atos a partir do momento em que ele souber que é possível ele pagar uma indenização ao clube pelo seu comportamento, desde que devidamente comprovado judicialmente, e permitirá à entidade empregadora ser ressarcida da perda do investimento. Do jeito que está agora, aplica-se a CLT e não há qualquer ressarcimento ou qualquer exigência de responsabilidade do atleta em relação à entidade de prática desportiva. E aí fica por conta da personalidade do próprio atleta, por conta da conduta que o atleta acha que deve ter. E nós vimos, naqueles vários exemplos dados, que o relacionamento, por vezes, não é o mais interessante.

Eu concluo aqui, Sr. Presidente, agradecendo, mais uma vez, o convite e esperando, dessa forma, ter respondido as perguntas que me foram endereçadas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a manifestação de V. Exª e concedo a palavra, em seguida, ao Sr. Amilar Fernandes Alves, assessor jurídico da Confederação Brasileira de Futebol.

Antes, eu gostaria de registrar a presença, em nossa Comissão, do Sr. Anibal de Oliveira Rouxinol Segundo, Gerente Jurídico do Departamento de Futebol do Botafogo de Futebol e Regatas, do ex-atleta e ex-jogador de futebol profissional Paulo Vítor, do Presidente do Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Ceará, Marcos Gaúcho, e da Srª Cynthia Novais, assessora parlamentar da CBF em Brasília.

Com a palavra o senhor.

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Bom dia, Senador Dário Berger.

Bom dia, Senador Romário.

Saúdo, em nome do Senador Dário Berger, todos os presentes na Mesa.

A CBF não tem tanto interesse nessa alteração, não influencia em nada a modernização e a nova gestão proporcionada pela CBF. O esclarecimento que a CBF pode fazer é no sentido de que a entidade tem alterado o seu sistema, tem modernizado o seu sistema de registro, permitindo facilidades aos clubes e evitando que eles errem ou cometam deslizes na hora de registrar o contrato de trabalho, cominando com uma sanção desportiva o clube, normalmente perda de pontos.

Com relação especificamente ao projeto de lei, é de suma importância a inclusão de despedida por justa causa para o jogador de futebol. Hoje, não há, como o Ministro Agra Belmonte salientou perfeitamente, como o clube dispensar o jogador sem que isso lhe traga algum prejuízo.

Estávamos conversando anteriormente...

A CBF, recebeu pelo menos duas decisões judiciais, uma, salvo engano, de São Paulo e outra de Minas Gerais, ambas na seara trabalhista, determinando que a responsabilidade pela rescisão contratual havia sido do jogador e sancionando o jogador ao pagamento da cláusula indenizatória desportiva, caso ele viesse a ser contratado. Ou seja, a sanção era condicionada à contratação futura por outro clube. E mais: determinava, à luz do §2º do art. 28, que o clube contratante era, solidariamente, responsável pelo pagamento da cláusula indenizatória. Não limitava, não condicionava o valor, dizia que o valor era o estipulado no contrato, e condicionava o pagamento à contratação e solidariamente responsável o novo clube.

Apesar de isso não existir na lei, a meu ver, essa decisão da Justiça do Trabalho que contribui com a jurisprudência do País é muito interessante e viável. Então, a própria Justiça do Trabalho já aplica uma espécie de justa causa por via transversa, sem que isso conste na legislação.

Discordando do Ministro Agra Belmonte, não entendo que essa alteração, de forma específica, vá trazer vantagens ao jogador. O jogador corre o risco de ser sancionado, de ter de pagar ao clube a cláusula indenizatória do próprio bolso – repetindo palavras do Ministro Agra Belmonte – por um investimento do clube naquele jogador.

Nós temos que recordar que o jogador, apesar de ser um atleta profissional, é um empregado do clube. Então, a sanção, a imposição de um pagamento de valor, via de regra, alto, exorbitante, pode significar uma inviabilidade para o próprio jogador. Ele ter que, efetivamente, pagar, tirar do seu bolso, um valor alto para o clube, para o seu empregador, seria, para mim, desproporcional. Traríamos um desequilíbrio na relação empregado/empregador, algo que já é vedado na Justiça do Trabalho. Os princípios que regem a legislação trabalhista são todos voltados para a hipossuficiência do empregado, não do empregador. O empregado é hipossuficiente. Apesar de o jogador receber, em poucos casos, um valor alto – menos de 5% recebem salário alto no País –, essa minoria não deve ser levada em conta, temos que olhar a maioria. O que acontece na maior parte dos casos? Na maior parte deles, o jogador é hipossuficiente, sim. Então, essa alteração, pura e simplesmente, impondo ao jogador uma obrigação caso ele seja demitido, a meu ver, extrapola o que a própria CLT diz. Caso o empregado seja demitido, seja dispensado por justa causa, ele sofrerá as sanções estabelecidas na CLT, mas não terá que pagar uma indenização, não terá que indenizar o seu empregador.

E mais: nem sempre há um investimento do clube na contratação daquele jogador. O clube pode adquirir o jogador se ele estiver sem contrato, se estiver livre para assinar com outros. O contrato pode ter acabado pelo decurso do prazo ou por qualquer outro motivo. O investimento do clube seria na contratação, pagamento de luvas ou pagamento ao terceiro clube, pela transferência propriamente dita, ou simplesmente o pagamento de salários. A distinção, a avaliação que deveria ser feita pela própria Justiça do Trabalho do que é investimento do clube, de quanto foi o investimento do clube, não está especificado no projeto de lei. Traria uma dúvida e não sei se prejuízo ao clube ou ao jogador no âmbito da Justiça do Trabalho. Teríamos que esperar o tempo para avaliar a situação concreta.

Respondendo a pergunta inicial, a avaliação do projeto é positiva. Temos que trazer o tema à discussão a fim de verificar qual é a melhor solução que possa conciliar o interesse de todos, não apenas dos clubes, nem só dos atletas. Como eu disse inicialmente, a CBF não tem qualquer interesse ou participação, já que não contrata jogadores. Isso, para a CBF, não traria qualquer prejuízo ou vantagem.

A preservação dos clubes deve existir, sim. Os clubes têm que ser protegidos. O surgimento da Lei Pelé ainda em 1998 trouxe uma série de desvantagens para os clubes, uma série de prejuízos. Isso foi minimizado com as alterações no decorrer do tempo, mas ainda assim o clube possui uma pequena desvantagem. Não entendo que somente a inclusão da justa causa seria um fator significativo de vantagem para o clube. Ele não teria tanto benefício, a não ser que ele pretenda criar uma justa causa com o objetivo de receber uma indenização do clube. Poderíamos até mesmo criar uma situação em que o clube forçaria, criaria uma hipótese de justa causa com o objetivo de receber a indenização prevista em lei.

Então, minha exposição é muito curta, muito simples, apenas no sentido de parabenizar todos pelo tema em discussão. Não há como listar os itens conflitantes, os itens polêmicos da Lei Pelé. O debate é muito amplo, tem muita coisa para ser discutida, não só a justa causa. Acho que o ideal seria até mesmo uma revisão da Lei Pelé.

Enfim, quero dizer que a CBF, nessa nova gestão, está aberta à discussão, vindo aos eventos. O próprio Presidente Marco Polo Del Nero esteve, na semana passada, no Congresso. Então, não estamos buscando nos eximir de nossas responsabilidades. Sempre que convocados, nós estaremos presentes. Ainda que não possamos contribuir de forma efetiva ou que nossa contribuição seja muito pequena, estaremos presentes.

Com isso, encerro minha exposição e agradeço o convite em nome da Confederação Brasileira de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Dr. Amilar, nós é que agradecemos a participação do senhor nesta audiência pública.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, retorno a palavra ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Alexandre Agra Belmonte, que tem outros compromissos e gostaria de fazer mais uma pequena exposição.

O SR. ALEXANDRE AGRA BELMONTE – Obrigado, Sr. Presidente.

Muito ponderadas as palavras do nobre expositor. Faço apenas uma observação. Na quebra de contrato ou no retorno do atleta, a lei também não exige a comprovação do investimento. A cláusula diz que tem que pagar. Então, nós estaríamos estendendo essa solução para as demais hipóteses de justa causa.

No entanto, eu concordo realmente. Melhor analisando o que eu disse, acho que nós poderíamos aqui, no intuito de aperfeiçoar o projeto, como proposta, fazer o seguinte. A CLT prevê, na hipótese de quebra de contrato por prazo determinado, no seu art. 481 – que não se aplica, porque é Lei Pelé, mas o espírito, a tese pode ser aplicada –, que o empregado indenize o empregador – então, quanto a essa história de que não há previsão, até existe num caso específico – pelos prejuízos comprovados. Poderia ser adotada essa solução. Então, como ficaria? Em caso de despedida por justa causa, nas demais hipóteses que não estão previstas no art. 28 da Lei nº 9.615, de 1998, a Lei Pelé, o atleta pagaria a indenização à entidade no limite proposto pela... Pagaria indenização à entidade conforme prejuízos comprovados – nesse caso, o clube teria que comprovar os prejuízos, o investimento ou coisa parecida, para ter esse retorno – no limite do valor que está proposto no projeto.

Então, seria apenas acrescentar o condicionamento ou a comprovação dos prejuízos. Acho que isso resolveria o problema, tornaria mais justa a relação e eliminaria outras discussões.

Era apenas esse aparte que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço, Ministro Alexandre Belmonte.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Pedro Fida, advogado especialista em Direito Desportivo e do Entretenimento.

Peço apenas ao senhor...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador, pela ordem.

Antes que o Sr. Pedro Fida faça sua explanação, posso participar, rapidamente, deste debate, já que parece que nosso Ministro vai ter que se ausentar?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sem dúvida.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Na minha concepção, quando o jogador é dispensado por justa causa, na verdade, ele deixa de receber seus direitos, e essa, na minha opinião, já é a sanção que ele está recebendo pela justa causa. É claro que as pessoas podem até entender que estou fazendo uma defesa porque fui jogador de futebol – e, por sinal, em alguns momentos eu até já mereci justa causa, tenho essa consciência, mas o futebol era outro, eram outros tempos, a gente vai relevar isso. Há dois antigos companheiros aqui que podem afirmar isso.

Mas, particularmente, concordo... Eu nunca concordo com a CBF em nada, só para começar e, daqui, a gente continuar esse papo, mas, por acaso, a CBF, desta vez, pelo menos até agora, acertou em ter mandado o Dr. Amilar para fazer sua defesa, e ele colocou muito bem.

Na minha humilde opinião, a sanção maior que o jogador recebe numa situação de justa causa é deixar de receber o que tem por direito. Não sou jurista, não sou advogado, não tenho conhecimento de leis, mas acho que não existe sanção ou punição maior do que o jogador deixar de receber o que está no contrato, porque, às vezes, essa justa causa pode acontecer no final de um contrato, no meio de um contrato ou até mesmo no começo de um contrato. Então, hoje em dia, é bem comum a gente ver isso no futebol brasileiro. O contrato é no mínimo de um ano, pelo menos na maioria dos clubes de Primeira, Segunda e Terceira Divisão que disputam o Brasileiro; às vezes, há contratos de três anos. Se o jogador, com dois meses, num contrato de três anos, por exemplo, tem alguma falha, faz alguma coisa de errado e recebe a justa causa, ele vai deixar de receber os outros dois anos e alguns meses do seu contrato. Para mim, isso é bastante prejudicial para ele, financeiramente com certeza, e até na parte esportiva. Tenho certeza de que, para esses jogadores que foram citados aí por V. Exª e outros de que a gente também tem conhecimento, não foi tão simples e fácil conseguir outros clubes, porque justa causa é ruim para qualquer empregado; não só para jogador de futebol. Isso era só uma colocação que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Muito bem, Presidente Romário.

Concedo a palavra ao Dr. Pedro Fida.

Se o senhor puder sintetizar dentro dos dez minutos, seria interessante, porque estamos no adiantado da hora e ainda temos mais convidados inscritos para se manifestarem.

O SR. PEDRO FIDA – Primeiramente, agradeço o convite. Saúdo o Senador Dário Berger, o Senador Romário e todos os presentes.

Eu gostaria, na realidade, de contribuir com esse debate, fazendo uma análise sobre esse projeto de lei à luz de tendências internacionais, principalmente julgamentos e decisões da FIFA e de tribunais internacionais, e o pano de fundo vai ser, inevitavelmente, o futebol, por representar, realmente, o esporte com maior quantidade de casos e exemplos no contexto desportivo brasileiro.

Meu primeiro objetivo aqui é dar um panorama, explicar a organização das entidades de administração de desporto no âmbito internacional, pegando o exemplo do futebol. É importante termos uma ideia dessa estrutura como se fosse uma pirâmide. Em cima, temos a FIFA, que é a organização competente por organizar o futebol em âmbito mundial. Abaixo da FIFA, ela se divide em diversas confederações continentais. No caso da Europa, temos a Uefa; aqui na América do Sul, a Conmebol, e por aí vai; abaixo da Conmebol, temos as confederações nacionais.

No Brasil, temos a CBF, que é responsável por organizar o futebol no âmbito nacional. A CBF acaba, então, delegando algumas competências e funções a federações estaduais de futebol.

Aqui, temos a representação de todos os Estados do Brasil, representando a estrutura do futebol no âmbito brasileiro.

Pego o exemplo do atletismo, que segue a mesma estrutura. Essa é uma estrutura semelhante em todas as modalidades olímpicas – atletismo, hipismo. Em todas as modalidades olímpicas, observamos essa estrutura piramidal.

E por que essa introdução? Na realidade, eu gostaria de iniciar minha exposição esclarecendo e ressaltando o princípio da autonomia das entidades de administração do desporto. E por quê? Porque, no âmbito dessa autonomia tanto da FIFA, como da Conmebol e da CBF, essas associações, essas federações e entidades de administração do desporto têm autonomia para criar um corpo normativo sobre diversas matérias, principalmente questões trabalhistas, sobretudo no âmbito da FIFA, em que vemos alguns regulamentos que dispõem justamente sobre disputas, conflitos contratuais trabalhistas entre clubes e jogadores.

E, parabenizando a iniciativa desse projeto de lei, meu intuito é demonstrar que esse projeto de lei acompanha tendências internacionais de outros países e, principalmente, tendências do próprio futebol e de outras federações internacionais.

Aqui, ressalto a necessidade de os legisladores atentarem, ao legislar, ao realizar projetos de lei no âmbito do desporto, não apenas à legislação e à jurisprudência nacionais, mas também, principalmente, dada a coexistência de todo um corpo normativo das federações, entidades de administração do desporto e as legislações nacionais, é muito importante atentar para o que a FIFA, a CBF, a Federação Internacional de Atletismo, a Federação Internacional de Hipismo dispõem e legislam no âmbito de suas funções, muito mais limitadas do que uma casa legislativa, do que elas dispõem sobre matérias no âmbito trabalhista, contratuais etc. Nesse caso específico do Projeto de Lei nº 109, tratamos da dispensa motivada e da cláusula indenizatória.

Esse conjunto normativo que eu esclareço aqui nesse eslaide é entendido, no âmbito esportivo, como *lex* esportiva. Todo esse corpo de normas, de decisões, de entendimentos é denominado *lex* esportiva e pauta, especialmente, decisões de muitas federações, no âmbito internacional, envolvendo clubes, agentes, jogadores.

Agora, destacando as principais alterações trazidas pelo Projeto de Lei nº 109, de 2014, eu gostaria de fazer um paralelo com o cenário internacional.

Aqui, podemos ver que a dispensa motivada de atleta por justa causa já está prevista no regulamento do estatuto de transferência do Jogador da FIFA, no seu art. 17. E o que dispõe esse artigo é confirmado por diversas decisões, tanto no âmbito da FIFA quanto no do Tribunal Arbitral do Esporte, que hoje é tido como a última instância internacional para questões *jus* desportivas, questões trabalhistas desportivas.

Em linha com o projeto de lei ora em discussão, o clube tem, sim, direito, a cobrar o valor estipulado em cláusula indenizatória. Essa é uma tendência que se observa em países como a Suíça, Espanha, Uruguai, Paraguai e em tantos outros, na legislação trabalhista, desde que se observe, principalmente no âmbito da FIFA e de litígios internacionais, uma proporcionalidade e razoabilidade dessa cláusula indenizatória. Até tendo em vista a realidade do futebol brasileiro, trazido pelo nosso nobre colega Amilar, da CBF, e dados recentes de publicações pela própria CBF, é realmente chocante a quantidade de jogadores, hoje, que ganham entre R$1.000,00 e R$10.000,00. É a grande maioria, e uma minoria, dentro dos 5%, ganha de R$100 mil para cima.

Então, considerando essa realidade brasileira, entendo eu que, com essa alteração no projeto de lei, o Judiciário deverá atentar-se muito à proporcionalidade e razoabilidade ao sinalizar caso a caso.

Já quando a dispensa imotivada de atleta ocorre, isso no âmbito internacional, é comum, é pacífico, até em linha com o regulamento da FIFA, que o clube deve pagar ao atleta o valor residual do contrato de trabalho, ou seja, o que falta ainda ser pago ao atleta até o final do seu contrato de trabalho. Essa tendência ocorre em razão do princípio da estabilidade contratual que a FIFA tanto defende, que consiste no grande esforço de se limitar a dispensa motivada e imotivada de atletas, prezando pela preservação da relação trabalhista entre

clube e jogador, e naturalmente protegendo, assim, a competição desportiva. Isso é reconhecido tanto pelos órgãos de resolução de disputas da FIFA como pelo próprio Tribunal Arbitral do Esporte.

Analisando-se ainda a dispensa motivada de atleta, de acordo com regulamento da FIFA, caso a dispensa ocorra por culpa do jogador, ele deverá pagar indenização, levando-se em consideração a legislação aplicável do país, estabelecida no contrato de trabalho entre clube e jogador, as especificidades do esporte e outros critérios objetivos, além de proporcionalidade e razoabilidade, que eu mencionei, naturalmente.

Em linhas gerais, a remuneração e outros benefícios devidos ao jogador no contrato rescindido e no novo contrato deverão ser analisados. Caso o jogador tenha assinado um novo contrato após essa rescisão, a FIFA e o TAS (Tribunal Arbitral du Sport), geralmente, fazem um abatimento dos valores recebidos pelo jogador no âmbito do seu novo contrato e compensam esse valor com o que devido pelo antigo empregador.

Analisando-se agora os critérios de justa causa na jurisprudência internacional, principalmente no CAS (Court of Arbitration for Sport) e na FIFA, e em contratos com prazo determinado, na justa causa, além dos critérios já elencados pelo Ministro Belmonte, observam-se alguns outros pontos trazidos pela jurisprudência internacional, quais sejam a falta de pagamento de salários por três meses ao jogador; o jogador não se apresentar ao clube para treinamento ou jogos por algum período significativo; o jogador sair de férias sem autorização expressa e prévia do clube; e o jogador apresentar conduta ou comportamento agressivo com os colegas de trabalho, técnicos, comissão técnica.

Por fim, acelero um pouco minha fala, partindo para as conclusões. Meu entendimento – e parabenizo-os pelo projeto de lei – é de que ele segue tendências internacionais, está de acordo com a regulamentação da FIFA no que diz respeito à licença motivada e à cláusula indenizatória.

Entretanto, uma única observação e ressalva que deixo aqui, a título de sugestão, até inicialmente trazida pelo Ministro Belmonte: no §11º, que dispõe sobre eliminação do atleta imposta por entidade de direção esportiva como justa causa para dispensa, eu gostaria apenas de fazer menção a dois casos recorrentes que vemos no Direito Desportivo, quais sejam, casos de *doping* e também corrupção ou casos disciplinares muito graves.

No caso de dopagem, geralmente, a reincidência no exame antidoping resulta no banimento do esporte, e não na sua eliminação. Minha única sugestão e observação era com relação à palavra eliminação, porque me gerou uma certa dúvida ao ler esse dispositivo. Porque eliminação eu interpreto muito mais como um time ser eliminado de determinada competição, ao passo que, quando se trata do banimento de um atleta, seja por corrupção, seja por dopagem, banimento seria o termo comumente utilizado no âmbito desportivo; ou, alternativamente, como propôs o Ministro Belmonte, a desfiliação poderia ser uma outra palavra a ser utilizada.

E aí deixo aqui como única ilustração sobre banimento no âmbito desportivo casos de dopagem, como eu já disse, e corrupção, cada vez mais comum, infelizmente, em casos de manipulação de resultados, compra de jogadores. Vemos isso em diversos esportes, em diversas modalidades, não só no futebol, mas no tênis, no atletismo, e daí a seriedade do assunto e a importância de não se deixarem brechas quando se trata de questões tão sensíveis como o banimento.

Com isso, encerro minha exposição e agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nós que agradecemos a participação de V. Sª nesta audiência pública.

Dando continuidade à oitiva dos nossos convidados, passo a palavra ao Dr. Nilton de Macedo Machado, Presidente do Avaí Futebol Clube.

O SR. NILTON MACEDO MACHADO – Obrigado, Senador Dário Berger.

Bom dia a todos, ao Martorelli, ao Dr. Pedro Fida, Amilar, aos senhores presentes.

Em primeiro lugar, só justificar por que cheguei atrasado, já expliquei ao eminente Senador. Eu viria ontem à noite de Santa Catarina para cá, mas faleceu uma prima-irmã nossa, e eu tive que ir à Serra. Voltei de madrugada, e só deu para pegar o avião hoje pela manhã.

Então, com essa escusa, com essa má notícia, é um prazer estar aqui como representante do Avaí Futebol Clube. E também sou Presidente da Associação Catarinense de Clubes de Futebol Profissional, a única organizada no Brasil e que faz a intermediação com a Federação. Nós sugerimos regulamento de campeonato, discutimos cota da televisão no campeonato regional, fazemos nossas exigências – às vezes, brigamos com a Federação, às vezes estamos certos.

Nós representamos dez clubes na Série A do futebol catarinense, dez clubes na Série B, cujo campeonato começou semana passada, e mais nove outros clubes que são associados, nas séries inferiores.

O problema que trago nessa redação, nessa proposta de alteração da lei, constatei quando assumi a presidência do Avaí Futebol Clube, sem saldo bancário, com inúmeras penhoras, principalmente trabalhistas, bloqueando todas as contas, créditos a receber, penhora de mais de sete mil cadeiras do estádio. E fazer o quê? Não tinha dinheiro em caixa.

Então, contratei uma empresa para proceder a um diagnóstico dos últimos 15 anos do Avaí Futebol Clube, e constatamos vários equívocos na questão da gestão, muitas contratações e demissões de atletas em períodos... Especialmente quando caíam, foi o período onde havia maior número de contratações de atletas. Quando havia bons resultados, era quando o número de atletas e treinadores era estável, Dr. Pedro. E a questão do déficit dos débitos fiscais, trabalhistas e gerais decorria da questão da gestão dos contratos com os atletas. Não se verificavam, no texto da lei então vigente – depois houve alteração – os contratos.

Então, era muito simples. O atleta era contratado por 24 meses, jogava dois, três, não ia bem, a torcida reclamava, e eles diziam: "Ah, pode ir embora, manda embora". Não se chamava para um acerto, para um ajuste, para uma rescisão amigável, uma renegociação, e aí ficou aquele passivo imenso.

O que eu fiz? Tive de fazer aquele ato trabalhista em Santa Catarina; tive a coragem de fazer isso. Fui a uma reunião com os credores, oferecemos um imóvel em garantia – estou chegando no tema –, e, das 38 reclamatórias trabalhistas reunidas, nós pagamos mensalmente e vamos acabar em breve, um atleta leva 25% do fracionamento mensal em razão de uma má gestão do contrato. Com uma indenização para nós altíssima, ele recebeu, no total, um valor que chegou a R$2,2 milhões, em um clube de pequeno porte para médio, como o Avaí Futebol Clube.

E aí, então, o que chamou a atenção foi a necessidade de uma reinterpretação, de uma adequação da Lei Pelé à realidade.

E aqui – ouvi o Dr. Pedro – é muito importante verificarmos uma questão de proporcionalidade e de razoabilidade. Sabemos que são conceitos diferentes, mas que chegam ao mesmo local nesse ponto. Mas é proporcional e razoável em quê? O que é devido e o que não é devido?

Então, eminente Senador Dário Berger, nós temos nesta Casa em andamento, além deste, mais dois projetos que tratam de alterações no art. 28 da Lei nº 9.615. Há o Projeto nº 7.560, que começa tratando da regulação da profissão de treinador e termina alterando o art. 28, no §3º. Depois, na Medida Provisória nº 671, no projeto de conversão, também se discute o art. 28, na questão da cláusula compensatória, indenizatória.

Então, parece-me que seria até o caso de haver, depois, uma decisão de reunião, para que possamos falar a mesma língua em todos os projetos. Mas o que interessa, então, na redação proposta?

Primeiro, sabemos que não há uma regulação específica sobre a rescisão por justa causa dos contratos. É muito difícil encontrar uma solução. Os tribunais trabalhistas têm entendido, com rigor, que a maioria dos clubes tem perdido ações trabalhistas exatamente porque não conseguem caracterizar nenhuma causa de rescisão. Então, precisa realmente trazer para a lei a motivação que seja possível.

Agora, o que interessa aí, uma vez declarada ou decretada a rescisão de um contrato por justa causa, é que nós apliquemos, então, a proporcionalidade. E o que eu sugiro? Sugiro que se utilize a proporcionalidade, no caso de demissão por justa causa, a exemplo do que se utiliza na rescisão dos contratos civis: é uma proporção em relação ao que foi cumprido e ao que falta cumprir. E não simplesmente: se rescindiu por justa causa, ele também deve indenizar o saldo do contrato ou coisa parecida.

Não. Caso seja prevista uma indenização, em primeiro lugar, se for o patrão a pagar, que seria na despedida sem justa causa, que o saldo seja proporcional. Mas, caso se entenda que o atleta deva pagar, e me parece que não precisa... O Senador Romário bem esclareceu, Martorelli, que o fato de deixar de receber o salário dali para a frente já é uma sanção. Deve pagar, sim, se, com aquele ato que levou à rescisão por justa causa, praticar prejuízos materiais, um prejuízo evidente, aferível, e não apenas pela aplicação de um saldo de prazo contratual.

Então, parece-me que essa seria uma solução adequada, porque aliviaria tanto os atletas quanto os próprios clubes, e haveria uma melhor gestão dos contratos entre os seus partícipes. Os clubes teriam que tomar um pouco mais de cuidado, e os atletas, também. Não existe uma prática, na maioria dos clubes, de aquilo que pode ser considerado como uma violação ao contrato ou até uma falta disciplinar, digamos assim, ser notificado, mas pela forma regular, discretamente, chamando o seu atleta, entregando-lhe a notificação, a advertência ou coisa parecida. Se o fizer em público, já estará cometendo até um assédio moral no trabalho. Assim criamos outro problema.

Quando se fala no valor residual, Dr. Pedro, eu gostei muito da sua fala nesse ponto, trazendo a jurisprudência internacional. E os senhores não pensem que não há causas de atletas que jogam ou jogaram no Brasil que não cheguem lá. Nós, do Avaí de Florianópolis, nesse ano de 2014, tivemos duas causas na Corte da Suíça de atletas que foram para outros países. E um deles era colombiano. Nós tivemos que contratar advogado, fizemos defesa, fizemos um acordo, pagamos, mas por ordem da Suíça. Só que lá é o seguinte: se for Tribunal do Trabalho no Brasil, baixa para a execução e penhora ou faz um Bacen Jud.

Lá, não. Lá, a sanção, se não pagar, é a perda de pontos e até a eliminação do clube dos campeonatos.

Então, o que eu trago, primeiro, é essa experiência que eu vivenciei e vivencio no Avaí Futebol Clube em gestão de contrato. Pelo sistema posto, se os senhores verificarem, em 2014, nós não rescindimos nenhum

contrato de nenhum atleta. Os que saíram foram a pedido, com rescisão consensual, por término de vínculo ou por término de empréstimo. Nenhum foi demitido, exatamente para não se pagar esse resíduo, ou seja, para evitar que se aumente o déficit dos clubes, e, depois, nós venhamos a não cumprir aquele nosso compromisso do *fairplay* que assumimos perante a CBF. E aí entra, por isso essa proporcionalidade, a questão de o atleta não ser obrigado a pagar o valor residual, salvo por danos materiais, danos emergentes.

E mais uma coisa: parece-me que nós devemos acabar com a cultura do zero. O que é zero? Todos os salários que os atletas apresentam são fixados em valores redondos: 10, 20, 30, 40, 50. Não se discutem valores salariais de 200, 300 mil, 400 mil. Não se discute: mas por que, se ele está pedindo 40, não pode receber 32.500? Eu tenho feito isso lá. Temos negociado numa boa, e depois se faz um gatilho: "Olhe, no ano que vem, se você permanecer e tiver "x" de aproveitamento, você recebe mais tanto de aumento".

Então, eminente Senador, eu não quero extrapolar o tempo. Essa é a contribuição que eu trago, no sentido de que o projeto é ótimo para nós, porque traz a previsão na lei, daí, sim, da rescisão por justa causa. Não ficamos dependentes de entendimento jurisprudencial. E eu fui juiz por 27 anos. Eu sei como é isso. Traz isso para cá, mas temos de encontrar solução para ambos: para os clubes e para os atletas.

E me parece que essa solução intermediária de nós adotarmos... E a própria lei prevê. Quando fala na indenização, a própria lei pode incluir proporcionalmente ao período ou usar aqueles conceitos do Código Civil nesse sentido.

Essa é a minha manifestação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Somos nós que agradecemos a contribuição do Dr. Nilton Macedo Machado, catarinense de Bom Retiro, ex-desembargador muito conceituado em Santa Catarina que assumiu recentemente o maior desafio, provavelmente, da vida dele, que eu nunca acreditei que ele pudesse assumir, a presidência do Avaí Futebol Clube. E, pelo que nós percebemos, ele já tomou algumas medidas bastante importantes que prenunciam, vamos dizer assim, o fortalecimento do futebol profissional e, sobretudo, do Avaí para as futuras competições.

Então, muito obrigado. É um prazer recebê-lo. E lamento o falecimento da Jussara, que também era conhecida minha. Já expresso daqui o meu voto de pesar.

Para dar continuidade à nossa audiência pública, concedo por fim a palavra para o Dr. Rinaldo José Martorelli, Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI – Bom dia a todos.

Bom dia, Senador Dário Berger. Obrigado pelo convite.

Eu falo aqui em nome do sindicato de atletas de São Paulo, mas falo também em nome da Federação Nacional de Atletas Profissionais, a qual presido também.

Meu agradecimento ao meu companheiro Marcos Gaúcho, que me acompanha, e a outros dois que confundiram o horário e vão chegar para a audiência das 14h infelizmente.

Queria saudar a todos da Mesa: Dr. Pedro Fida, Dr. Nilton Macedo, Dr. Amilar Fernandes. É um prazer e uma honra dividir este espaço com gente de tanto conhecimento e sabedoria. É uma pena que o Ministro Agra tenha-se retirado, porque esse debate é importante.

Queria parabenizar a iniciativa desta Comissão, porque eu vejo a importância desse debate. Mas debater só essa proposta eu vejo como uma condição muito restrita, porque nós derivaremos para outras tantas discussões. E falar depois de todos... Foi a pedido meu, porque eu tinha uma ligação que não podia deixar de atender. Eu pedi mesmo para ficar para o final. E isso complica mais a situação, porque falar depois de tanta gente qualificada muda um pouco o sentido das coisas.

Primeiro, pediram para eu falar um pouco da minha vida.

Eu tenho muito orgulho de ter sido atleta de futebol. Já fui até esquecido pelo Senador Romário, não é? Quinze anos de carreira em equipes como Palmeiras, Náutico, Paysandu, Goiás e outras de menor porte, como Pelotas, São Caetano e Taubaté, que muito me orgulham... Mas eu sou teimoso, Senador Dário. E eu gosto do mundo acadêmico. Então, fui me preparar para falar as bobagens que eu falo hoje em dia.

Então eu tenho um pouco dessa vida. Coordenei algumas pós-graduações, sou professor convidado de algumas outras, o que me obriga a reciclar o meu pensamento.

Queria dizer ao Presidente Nilton que sou um apaixonado pela negociação. Embora ainda não tivéssemos concretizado o hábito de negociação, nós o iniciamos. Nós trouxemos de São Paulo para a CBF. Por isso, hoje faz parte do regulamento das competições a perda de pontos por atraso salarial.

E por que isso? É uma questão que a Federação Nacional dos Sindicatos vê como um preciosismo?

Não, pela necessidade da situação. E o relato do Presidente Nilton muito me agrada pela sinceridade – eu queria agradecer – e pelos problemas, que são muitos. Essa relação é muito intrincada, mas agora, exatamente pela convenção coletiva, pela negociação, é que nós resolveremos os nossos problemas. Não há outra forma.

Toda discussão nesta Casa vem com base em sentimentos que não são os que nós conhecemos na prática.

Então, só a negociação coletiva está em curso – felizmente, uma negociação coletiva em âmbito nacional – para podermos aproximar os interesses. Nós não vamos conseguir resolver tudo, mas conseguiremos resolver muitas coisas.

Qual é o grande problema do futebol?

Eu ouso discordar do Dr. Amilar, que fez uma explanação muito interessante e muito importante, quando ele diz que a Lei nº 9.615 trouxe prejuízos aos clubes. Ouso discordar disso, porque estou desde aquela época; foi exatamente o começo da minha vida sindical, quando começamos a discutir a relação de trabalho do atleta, porque eu sou vítima da Lei do Passe: eu fiquei 1 ano e 7 meses sem receber salário e com quatro propostas. Enquanto eu estava jogando no Palmeiras, tinha propostas do Corinthians, do São Paulo, do Flamengo e do Botafogo. E eu fiquei 1 ano e 7 meses de castigo, sem poder trabalhar e sem receber salário. E, quanto mais eu me revoltava, mais aquilo era usado contra mim. E muita gente ainda acha que hoje isso é normal.

Então, a proposta da Lei nº 9.615... Na verdade, o primeiro projeto de lei saiu do sindicato de São Paulo: o projeto de lei que extinguiu o passe, de 1995, do Deputado Arlindo Chinaglia. Depois, outros foram apensados, mas, no final, ele chegou com duas propostas: o clube-empresa e o fim do passe. O clube-empresa nós não conseguimos aprovar naquele momento em que nós achávamos interessante e importante, e o fim do passe, que foi essa excrescência que nós conseguimos jogar para o lixo.

Agora, o que decorreu daí é outro problema e faz parte da má gestão que nós temos no futebol. Não é outra coisa.

Eu gosto de provocar isto sempre: que o futebol deixou de ser esporte, e a relação humana está... Nessa pirâmide de ponta-cabeça, a relação humana está lá embaixo; ninguém se preocupa com ela. Por quê? Porque a cultura do desrespeito no futebol é uma coisa que dá para nos deixar... Eu, pelo menos, fico frustrado com o ser humano, porque "o atleta não precisa de férias"! "Não faz mal atrasar salário para atleta!" "O atleta pode jogar em qualquer horário!" A Copa do Mundo forçou alguns jogos a uma hora da tarde no Nordeste, e todos estavam achando normal. Só a Fenapaf se insurgiu contra isso. "É normal!" Mas é normal para quem? Para o direito dos outros. "O meu direito eu quero, mas o direito dos outros... desse a gente pode abrir mão." Isso porque é do outro, não é meu. Então, nós temos essa discussão.

E há uma coisa que eu discuto há bastante tempo sobre rescisão. Se o clube se insurge, ou não quer mais o atleta, ele rompe o contrato. "Esse vai embora." Para o atleta receber, leva sete, oito anos na Justiça. Por isso, sou favorável à câmara de disputas – aliás, sou árbitro dela na FIFA –, para resolvermos nossos problemas com mais celeridade. Vai ser bom para todo mundo. Esse atleta, para receber, são sete anos.

Agora, quando o atleta quer ir embora, seja por qualquer motivo, ele tem que buscar o Judiciário, e, muitas vezes, o Judiciário não dá a decisão favorável. Por quê? Porque há o vínculo desportivo. Esse cara rompe o contrato... Nós não estamos falando em impunidade. Se o atleta rompe contrato e não tem razão para esse rompimento, ele tem que pagar indenização, sim. Agora, ele tem o direito de romper o contrato, como o clube tem o direito de romper! Se o clube quer mandar embora, ele manda embora; não paga, e o atleta fica até sete anos sem receber. Se o atleta quer romper o contrato, não consegue. Olhem como é interessante essa relação. Já começa daí.

Isso tudo criou o que podemos chamar de péssima governança. Já que nós buscamos a boa governança e discutimos a boa governança, há uma péssima governança ou gestão irresponsável.

A paixão, então, nem se fala. E eu uso bastante isto, vou usar sempre: o Luis Fernando Veríssimo tem um livro de contos do futebol; em um deles, ele fala de infantilidade. Ele diz que o futebol o remete para a infância; diz que todos, quando começam a participar do futebol, viram meninos, crianças, e que essa infância ou o fato de ser criança e gerir o futebol é que faz com que aconteça a desorganização. Ele começa a defender a organização e a rigidez na organização: que os clubes sejam fiscalizados, menos o Internacional e o Botafogo, que são os clubes dele. (*Risos.*)

Isso é uma coisa que me marcou. E é paixão. E as pessoas não conseguem conceber a administração de uma outra forma. Isso é preocupante. É muito preocupante.

O Estado brasileiro é negligente nessa brincadeira aí? É negligente, sim. Há quanto tempo? A vida toda. Em qual Poder do Estado? Nos três.

O Executivo, quando discutíamos a Timemania lá atrás...

E quero ressaltar uma questão aqui: eu sou favorável a clube forte, porque só clube forte vai fazer com que o atleta tenha seus direitos respeitados. Nós não somos favoráveis a clubes vagabundos.

A Timemania veio lá atrás, nós discutimos com o então Secretário-Executivo do Ministério dos Esportes – que depois virou Ministro –, Orlando Silva, e dizíamos: "Não é possível que se dê essa benesse para os clubes sem uma contrapartida de responsabilidade". E nós trouxemos à baila o que vinha acontecendo em Portugal. Mas nós não fomos ouvidos.

Agora vem a MP 671. Existem ferramentas para que possamos arrumar? Existem, na própria Lei nº 9.615, através do Conselho Nacional de Esportes, que é obrigado a zelar pelas diretrizes e preceitos da Lei nº 9.615. Mas não fazem!

> "Ah, você falou lá, já provocou lá, Martorelli?" Várias vezes! "Tem documento?" Vários documentos. Por isso, hoje, numa negociação com a CBF, conseguimos instituir um grupo de trabalho lá dentro, que é importante. Na primeira reunião que nós tivemos, há um mês, dizíamos: "Neste momento, não é possível discutir o calendário para um monte de clubes que não têm estrutura". Mas as regras para que esses clubes pudessem participar já poderiam ter sido resolvidas, há bastante tempo, pelo Conselho Nacional? Poderiam. Mas, hoje, como essa gestão da CBF está aberta à negociação e à discussão, e percebe que nós queremos o equilíbrio, nós estamos conseguindo avançar.
>
> E o Legislativo? Vai criar lei... Sobre a cláusula de indenização, daqui a pouco, vamos falar nela. Cláusula de indenização: para um lado, 400 vezes; para o outro lado, 2 mil vezes; um é o salário mensal, outro é o salário contratual. São pegadinhas que acabam sendo colocadas nas emendas por gente que muitas vezes não conhece a nossa necessidade e tornam a legislação inexequível lá no final. Inexequível! Isso é interessante para nós? Lógico que não.
>
> O Judiciário também participa disso. E eu queria aqui o Ministro para discutir, porque houve um caso emblemático num clube de São Paulo. O atleta, depois de sete meses de salários não pagos, foi lá negociar sua liberdade, e o clube exigiu que ele desse a quitação para poder continuar trabalhando. E o salário é um direito indisponível, que é aquela questão da arbitragem. Ele é indisponível até a p. 7. Só que, numa ação, os juízes de primeira e segunda instâncias disseram: "É isso mesmo; o atleta tem que abrir mão, sim, dos seus salários para ficar livre e poder escolher novo empregador." Eu acho isso o fim do mundo. Em termos de Direito também, porque, se fosse um operário de um banco, se fosse um operário de uma montadora, se fosse uma empregada doméstica, jamais a decisão seria proferida daquela forma. Jamais!
>
> Aliás, nós temos uma missão hercúlea quando vimos defender o empregador no nosso setor, porque, quando ouvimos "agora os empregados das montadoras estão sendo demitidos", o clamor público é "Nossa Senhora, as montadoras são horrorosas". E com qualquer outra empresa. Os bancários: "Não, os banqueiros são horrorosos". O atleta de tal clube está com problema: "Não, não, Martorelli; não é bem assim; atleta não, espere aí".

Então, nós temos essa mentalidade que dificulta todo o problema. E o nosso desafio, Senador, a nossa brincadeira é esta daqui: a liberdade de vinculação. Até quando o atleta e o clube podem ser livres? Até quando eles têm que estar vinculados a normas desportivas e a normas legais trabalhistas? Isso é um desafio, e nós vamos morrer, e isso não vai estar resolvido, porque não dá para resolver. Agora, nós precisamos aproximar interesses, e isso só se dá na convenção coletiva.

Um exemplo gritante, só para deixar marcada a situação: o exemplo do cartão vermelho. O cara é punido sem direito a defesa. Em termos jurídicos, isso não é possível. Mas nós admitimos porque faz parte da vinculação a questão do direito federativo, do vínculo desportivo.

Isso é um problema que temos que resolver. Mas, enfim, vamos lá.

E muito se fala em especificidades. Isso me arrepia. A especificidade foi trazida da Europa para cá quando a Federação Internacional de Futebolistas negociou com a FIFA e a Comissão Europeia sete especificidades. Então, aquilo são as especificidades. Ou seja, as partes admitiam abrir mão, para que a relação pudesse fluir com um pouco mais de equilíbrio. Agora, quando se diz simplesmente que há uma especificidade da categoria e se suprime direito, fico arrepiado, porque o 217 dá autonomia às entidades e fala que tem de haver uma diferenciação entre o esporte profissional e o não profissional. Mas é para dar mais valor ao não profissional? Lógico que não, porque, numa interpretação sistematizada da Constituição, vamos ver que o trabalho está ali. Ele está, inclusive, como direito fundamental no inciso III do art. 1º: o trabalho como valor social.

Queria registrar a presença do nosso Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de Santa Catarina, Marcelo Cruz, que chegou agora.

Então, não dá para simplesmente falarmos em especificidade para retirar. A especificidade tem que servir para dar outra condição. Por exemplo, seguro-desemprego. Nossa categoria não o recebe. Por quê? Porque a lei do seguro-desemprego diz que é beneficiado o trabalhador dispensado sem justa causa. Vem a lei e fala

que essa categoria tem de ter contrato por prazo determinado. Quando acaba o contrato, chega-se à Caixa Econômica, que diz: "dispensa sem justa causa, não pago".

Então, temos que fazer – e estou discutindo isso há bastante tempo – uma revisão na lei.

Benefício de recolocação para uma categoria que vive do seu labor 15 anos, no máximo – 15 anos. Há algumas questões de aposentadoria especial ou benefício especial? Sim. Estamos discutindo lá também, mas é difícil caminhar.

Nós solicitamos uma norma regulamentadora específica com relação ao calor. O Ministério do Trabalho, no seu departamento, nos negou. Entramos com uma ação no STJ, que também nos negou. O uso é do caldeireiro. Então, a especificidade não pode ser ao contrário. Temos que tomar muito cuidado com isso e com as necessidades de clube e de atleta.

Limitação da liberdade já começa aí, como eu disse. Existe a cláusula indenizatória, que é 2 mil vezes o salário contratual, e a compensatória é 400. Quer dizer, o clube recebe 2 mil e paga 400. Qual trabalhador – inclusive, o Ministro Maurício Godinho, na sua obra, disse que contrato de trabalho é um contrato de adesão – tem condição de negociar de forma diferente? Não tem. "Mas você defende que o atleta tenha uma possibilidade de se desligar e não pagar?" Não. Eu, inclusive, sou partidário do princípio de estabilidade contratual. Ninguém pode romper contrato: nem clube, nem atleta. Sou partidário de trazer para cá, inclusive, a sugestão, na CBF, da estabilidade contratual; parar com esse negócio. Fez contrato, que cumpra até o final. Não cumpriu sem razão, tem suas sanções desportivas, que é a única forma que temos de resolver isso. É a única forma.

Aí vem um assunto mais específico na CLT, 482, mais eliminação, que o Dr. Pedro Fida trouxe muito bem aqui. Ato de improbidade, o atleta nunca vai ter acesso. Incontinência de conduta, mau procedimento, negociação habitual, ele também não tem acesso às informações da empresa. Condenação criminal, sim. Não tem jeito. Desídia, sim; pode ser, sim. Olha só que interessante: embriaguez habitual em serviço. Daqui a pouco haverá os jogos de azar. Daqui a pouco haverá a prática constante de jogos de azar. Olha que interessante! É aquela coisa de poder entrar ou não na vida privada do trabalhador. O atleta, quando está de folga, pode beber? Eu não defendo isso. Mas, no momento da sua vida particular, ele faz o que quer ou não? Como parar isso?

Então, são situações que temos que discutir, porque, se for pegar por ali... Embriaguez habitual, se for o caso de rompimento, trazido aqui pelo Ministro Agra Belmonte, do Adriano, não dá para falar que não, mas isso é um caso em quantos outros? Porque aquele foi constatado, infelizmente para ele.

Então, há outras tantas coisas aqui, inclusive a prática constante de jogos de azar. Em qual o clube, o jogador não joga baralho? Em qual clube? Eu desconheço. Então, veja como nós precisamos discutir em outro âmbito, porque esse âmbito não nos serve.

Agora, a eliminação é que nos preocupa...

(Soa a campainha.)

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI – ... porque nós temos – já vou acabar – a questão de eliminação por *doping*. Quanto, ao *doping*, a FIFA nos apresentou um estudo em 2014 em que tinha feito mais de 34 mil provas de *doping*, com 12 casos positivos no futebol. Foram 12 casos, sendo que, em apenas três, os atletas tinham tomado alguma substância química que pudesse influenciar no resultado da competição, que é o que nós não queremos.

Vai dizer que não existe advogado que cheira cocaína e vai para a audiência? Vai me dizer que não existe? Vai me dizer que não existe médico que se enche de medicamento para poder trabalhar e continua incólume?

Agora querer eliminar um trabalhador, porque ele foi por *doping*, e ainda *doping* social? Nessa proporção? Eu acho perigosa essa proposta aqui do Senado, perigosa por aquilo em que pode resultar.

Se nós imaginarmos que a suspensão por 360 dias, caso os atletas se agridam dentro da competição, já é a pena de morte para ele, porque, assim, para o atleta que fica um ano sem jogar, é complicado voltar.

Então, nós temos de rever muita coisa e temos de tomar cuidado. Esse segmento é, sim, específico, e, reiterando, somos nós que temos de resolver nossos problemas ali, na convenção. Essa é a proposta que já encaminhamos como obrigatória daquilo que nós entendemos.

Há outras tantas; são só alguns exemplos. Na proibição de afastamento de atleta, não dá para nós admitirmos, por qualquer motivo que seja... O que acontece? O clube contrata um novo treinador, e ele chega e afasta atleta. Ah, vá para o inferno! Vai achar que isso é normal? Não dá para nós admitirmos isso. Agora, nós precisamos uma forma de resolver isso? Precisamos, mas não afastando, porque cria-se a discriminação sim, e há uma coisa, que é a alteração contrato, que a CLT não permite. Já que a Lei nº 9.615, que é especial, não resolve, cai na CLT. Nós já conseguimos romper vários contratos e fazer com que o clube pagasse a indenização. Mas é o que nós queremos? Não, é o que temos, mas precisamos resolver.

Enfim, a conclusão é que qualquer tentativa que prejudique a condição profissional do atleta e do clube tem de ser rejeitada. Dá para resolver? É possível reorganizar o futebol, sim, desde que haja conhecimento, coragem e vontade política, senão nós vamos ficar dando trombada e cabeçada e nós não resolveremos as nossas situações.

De mais a mais, eu agradeço o convite, peço desculpa por ter ultrapassado o meu tempo e estou à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nós agradecemos a participação do Dr. Rinaldo José Martorelli, Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo, e, na qualidade de Relator do tema, que me parecia bastante singelo e simples... (*Risos.*)

...pude perceber que o nosso debate, as nossas discussões suscitaram uma discussão bastante, em determinados pontos, até divergente e, em outros, convergente, como naturalmente nós imaginávamos que isso acontecesse.

Quando eu tive a iniciativa de solicitar audiência pública, era exatamente para demonstrar aqui a minha preocupação de que esse tema, como eu falei, embora simples, possa ter uma repercussão muito significativa no futuro e na vida tanto das entidades desportivas quanto dos atletas. O grande objetivo disso é buscar, como foi dito aqui em várias oportunidades, um equilíbrio, que possa trazer a segurança jurídica tanto para as entidade quanto para o profissional.

Acho que o que precisa ficar bem definido são os direitos, os deveres e as obrigações que cada um, objetivamente, deve ter e precisa ter em qualquer contrato de trabalho; e, mais especificamente no nosso caso, um contrato de trabalho envolvendo atletas e área desportiva como um todo.

Por essa razão, eu me dou por satisfeito em relação às perguntas que inicialmente já havia formulado. Vou discutir e vou buscar, nos pronunciamentos e nas manifestações do senhores aqui, os argumentos necessários para que possamos dar sequência a esse projeto. Parece-me também necessário e fundamental que aprimoremos essa relação, sendo que a dificuldade é buscar exatamente aquele equilíbrio, como falei.

Com muita alegria, agradeço a presença de todos os senhores e as senhoras que participaram desta audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado Federal nº 109, de 2014, cujo requerimento, quero fazer justiça aqui, subscreveu comigo o Senador Antonio Anastasia. Esse projeto de lei é do então Senador Alfredo Nascimento, que, hoje, não se encontra mais entre nós, aqui no Senado Federal, mas que tem a sua sequência pelos Senadores que estão na ativa.

Portanto, agradeço a participação do eminente Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Alexandre Agra Belmonte; agradeço também a participação, nesta audiência pública, do Dr. Amilar Fernandes Alves, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol; agradeço ao Dr. Rinaldo José Matoreli, ex-atleta, Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo; também agradeço ao Dr. Pedro Fida, advogado especialista em Direito Desportivo e do Entretenimento; e agradeço também, de maneira respeitosa e carinhosa, ao nosso amigo de Santa Catarina, Dr. Nilton Macedo Machado, Presidente do Avaí Futebol Clube. Agradeço, ainda, a presença do Marcelo Cruz.

Agradeço a presença de todos e, sobretudo, agradeço ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Romário, que faz um grande trabalho, que tem conhecimento muito objetivo dessas questões e que me deu o privilégio e a alegria de dirigir os trabalhos desta audiência pública.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião, convocando para a próxima terça-feira, às 11h, a reunião deliberativa desta Comissão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2015.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia**, e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Dário Berger, Wilder Morais Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Berger, Blairo Maggi, Telmário Mota, Ana Amélia, Raimundo Lira, Hélio José, Marta Suplicy, Ronaldo Caiado, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Paulo Paim, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a

dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, inicia-se a deliberação da pauta pelos itens não terminativos aguardando quórum para a votação dos projetos terminativos. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Duque, que "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de validade do Exame da Ordem", **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que " Altera o § 1º do art. 8º do Estatuto da Advocacia, a fim de estender por três anos a validade da aprovação na primeira etapa do Exame de Ordem". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011, com as emendas oferecidas, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010, que tramita em conjunto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. Em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação do Item 7, o que é aprovado. **Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Odacir Soares, que "Altera as Leis nºs. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), e 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para dispor acerca da revalidação simplificada de diplomas de cursos de graduação em medicina expedidos para brasileiros, por instituições de ensino superior sediadas no Estado Plurinacional da Bolívia, e sobre o exercício profissional de seus portadores". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer, pela rejeição do projeto, é aprovado. Neste momento, a presidência retoma a ordem original da pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base". O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CCJ/CE, na forma das emendas nº 2-CE e 3-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. Votou em contrário ao projeto e às emendas o Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Concede anistia a alunos excluídos dos quadros discentes das instituições federais de educação superior, nos casos que especifica". O relator designado é o Senador Lasier Martins e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que "Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estender a universidades privadas e centros universitários, públicos ou privados, a revalidação de diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras". O relator designado é o Senador Ronaldo Caiado e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 542, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que "Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os objetos de cristal de chumbo artesanais". O relator designado é o Senador Antonio Anastasia e o parecer favorável é aprovado. **Item 6: Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que "Estabelece critérios para a denominação oficial de espaços e de edificações do Senado Federal". O relator designado, ad hoc, é o Senador Ataídes Oliveira e o parecer favorável é aprovado. Em seguida, a presidência faz a leitura do seguinte comunicado: "Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Renato Janine Ribeiro, para a 'Cerimônia em comemoração ao 1º ano da Sanção do Plano Nacional de Educação', a ser realizada no dia 24 de junho, quarta-feira, às 16h, no Auditório do Anexo II do Ministério da Educação – Brasília/DF. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O convite vai ao arquivo. Prosseguindo, a Senhora Senadora Ana Amélia, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 11**). Neste momento, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 69/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário e Ana Amélia, que requerem "(...) nos termos do art. 90, inciso XI, e do art. 101, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrestadas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte até manifestação daquele colegiado (art. 335, inciso I)". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2012; Item 9: Requerimento nº 67/2015-CE; e Item 10: Requerimento nº 68/2015-CE**. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia**, encerra a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, determinando

que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Vamos à deliberação da pauta do dia de hoje.

Temos dez itens para serem apresentados, sendo que apenas um é terminativo. Para os itens em que os relatores respectivos não estiverem presentes, designaremos relatores *ad hoc* para a leitura do relatório.

Quero também antecipar aos caros colegas Senadores que sou Relatora do item 2, que trata do exame da OAB.

Fui procurada pelo Presidente da Secção do Rio Grande do Sul, também membro do Conselho Nacional da OAB, Dr. Cláudio Lamachia, a respeito dessa matéria que, recorrentemente, é examinada nesta Comissão, pedindo-me que fizéssemos uma análise mais profunda, um entendimento, evidentemente, com a Casa.

Assim sendo, eu vou retirar a matéria de pauta, pedindo que a entidade, com a brevidade possível, possa colaborar para esses aperfeiçoamentos para, então, apresentarmos o relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2010
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de validade do Exame da Ordem. Autoria: Senador Paulo Duque.)

De imediato, indago se o Senador Aloysio quer usar da palavra. (*Pausa.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senadora.

Quero, em primeiro lugar, registrar a maneira veemente e desassombrada com que a senhora manifestou sua solidariedade aos seus colegas que estavam ali na Venezuela submetidos a um constrangimento absolutamente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não sou incendiária, Senador; sou pacificadora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente, um constrangimento intolerável.

Mas eu gostaria de pedir a V. Exª, com consentimento do Plenário, se pudesse conceder preferência para que eu pudesse relatar esse item 7, porque estou correndo para outra comissão agora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Consulto os caros colegas Senadores se acolhem a solicitação de inversão de pauta feita pelo Senador Aloysio.

Especialmente consulto o Senador Randolfe Rodrigues, já presente, já que S. Exª é Relator do primeiro item da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sem problema, Presidente, com o maior prazer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, Senador, está invertida a pauta, com a aquiescência dos colegas.

Agradeço muito ao Senador Randolfe Rodrigues pela elegância de sempre.

Vamos ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2014
– Não terminativo –

Altera as Leis nºs. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), e 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para dispor acerca da revalidação simplificada de diplomas de cursos de graduação em medicina expedidos para brasileiros, por instituições de ensino superior sediadas no Estado Plurinacional da Bolívia e sobre o exercício profissional de seus portadores.
Autoria: Senador Odacir Soares.
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Relatório: pela rejeição.
Observações:
matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Senador Relator Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srª Presidente, agradeço a gentileza do Senador Randolfe Rodrigues.

Vou direto ao ponto, até porque eu gostaria de estar presente aqui também, no momento em que o Senador apresentasse o seu voto do item 1.

Srª Presidente, esse é um assunto que já foi muitas vezes visitado por esta Comissão. Trata-se da necessidade da revalidação dos diplomas médicos para que aqueles profissionais que são formados em outras universidades, fora do nosso País, possam exercer a profissão aqui.

Esse é um assunto que muitas vezes foi debatido nesta Comissão, e penso que há um pensamento bastante consolidado aqui de que essas regras devem ser observadas e que não se justificam exceções a ela.

Por isso, nosso voto é pela rejeição desse projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Em discussão o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, sem discussão, mas só um esclarecimento à Comissão. Essa matéria ainda segue para a Comissão de Assuntos Sociais?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso. Ela é terminativa lá.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ela é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais, como eu havia feito a observação antes de dar início ao relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto de lei relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que trata do reconhecimento de diplomas para o curso de Medicina feito na Bolívia.

As Srªs e os Srs. Senadores que ficam com o Relator, pela rejeição, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A matéria irá à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais.

Voltamos, então, ao item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2008
– Terminativo –

Cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Relatório: favorável, acatando a emenda nº 1-CCJ, na forma das emendas oferecidas.
Observações:
1– serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas;
2– na reunião do dia 16/6/2015, foi concedida vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias.

O relatório já foi lido, e iniciada a discussão. Penso que seria importante o autor, Senador Cristovam Buarque, estar presente, já que o Relator, Senador Randolfe Rodrigues, aqui está.

Peço ao Senador Randolfe que rememorasse o teor do projeto para facilitar a deliberação das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeitamente, Presidente.

O item 1 da pauta, Presidente, trata do Projeto de Lei nº 320, do Senador Cristovam Buarque, que cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base, a já dita federalização da educação.

Nós fizemos a devida leitura do relatório, Srª Presidente, em reunião anterior, e mantivemos as alterações propostas pela Comissão de Constituição e Justiça, notadamente, naquela Comissão, fora Relator o Senador Pedro Taques. O então Senador Pedro Taques fez alteração da matéria, nos seus arts. 1º e 2º, para trazer ao tema o caráter autorizativo.

Na redação advinda da Comissão de Constituição e Justiça, o art. 1º passaria a ter a seguinte redação:

O Poder Executivo fica autorizado a criar o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos, para implantação nas escolas estaduais, municipais e do Distrito Federal.

O art. 3º passaria a ter a seguinte redação:

O Poder Executivo fica autorizado a criar Carreira Nacional do Magistério da Educação Básica das escolas públicas educação básica do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

No nosso entender, Presidente, essa redação dada na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Senador Pedro Taques, e aprovada naquela Comissão resolve, sana, qualquer vício de constitucionalidade em relação a essa matéria, tornando-a apta para ser apreciada em caráter terminativo nesta Comissão.

Reitero: a matéria aprovada propõe o tema da federalização do ensino e do magistério, criando o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos, deixando o Poder Executivo autorizado para isso.

É um debate que nós entendemos necessário, urgente, no momento em que tivemos um corte de R$9 bilhões no orçamento da educação, como já foi debatido nesta Comissão com o Sr. Ministro Janine Ribeiro, e no momento em que os cálculos dão conta de que cada R$10,00 gastos nas escolas R$7,00 são oriundos Estados e Municípios, creio que – essa matéria sendo aprovada aqui – é um debate necessário a ser travado com o Poder Executivo.

Obviamente, com as alterações propostas, o nosso parecer é pela aprovação da matéria, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Cumprimento o Senador Randolfe Rodrigues pela fundamentação, pelas explicações e, como municipalista que sou, penso que esse compartilhamento de responsabilidade é relevante.

Mesmo o autor estando aqui, o Senador Aloysio pediu antes de V. Exª o uso da palavra, para debater a matéria. Então, a palavra será dada ao Senador Aloysio e, em seguida, ao autor, nosso mestre, ex-Ministro da Educação e também ex-Governador; Senador Antonio Augusto Anastasia.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srª Presidente, tenho pelo Senador Cristovam uma imensa admiração, que não é apenas verbal. Procuro sempre me pautar, levar em conta as opiniões, as proposições, do Senador Cristovam Buarque como quase um superego meu em matéria legislativa.

Já havia dito a S. Exª que me afasto do entendimento dele em relação a essa matéria. Com todo respeito ao parecer do nosso ex-colega e atual Governador do Mato Grosso Pedro Taques, essa emenda não resolve o problema. Porque, meu caro Senador Randolfe, se V. Exª disse que ela resolve o problema da inconstitucionalidade, ela não resolve o problema da juridicidade, porque uma lei autorizativa não é lei. Por quê? Porque o Poder Executivo não precisa da autorização do Congresso para adotar a providência sugerida pelo Senador Cristovam Buarque. Está dentro das competências do Governo Federal, do Executivo, enviar para o Congresso – e é competência privativa dele – os projetos de lei que seriam necessários para estruturação dessa carreira. Essa competência está escrita na Constituição.

Uma lei ordinária não pode dar ao Poder Executivo aquilo que ele já tem. O que diz ou não, segundo seu poder discricionário, segundo a sua discricionariedade, poderá, sim, esse debate ter um papel impulsionador, sugestivo, mas as leis não são feitas para isso. As leis têm que ter um mínimo de poder cogente, senão não são leis, são manifestos. Ela é, no meu entender, ainda que com essa correção, injurídica.

Já conversei com o Cristovam Buarque sobre esse assunto. A inconstitucionalidade me parece incontornável nessa questão. É do Poder Executivo essa competência e não podemos dar a ele aquilo que não nos pediu, porque não carece da nossa autorização.

Quando ao mérito, também sou contra. V. Exª proclamou aqui a sua fé municipalista. Eu penso que cuidar da educação dos meninos é atribuição do prefeito, que deve ser compartilhada com a sociedade civil, com a Câmara Municipal, com os educadores, com as famílias. Penso que o Brasil precisa dar um passo que ainda não deu, que é o estabelecimento de um currículo nacional, que nós não temos, antes de procurar assumir a administração das escolas nos Municípios, criando uma carreira nacional. Sem contar com as consequências práticas que a adoção dessa carreira criaria. Uma vez criada a carreira nacional, no mês seguinte teremos uma

greve nacional de servidores da educação no País inteiro, uma vez que é rotina, estimulada por um sindicalismo dominado pelo baixo clero ignorante, raivoso, radical, a realização de greves periódicas nas universidades. Já se sabe que no mês de maio, junho, vai ter greve na universidade, com prejuízo dos alunos, com prejuízo do ensino. Isso que acontece nas universidades seria repetido no Brasil inteiro. Mas essa é uma consideração que não está no cerne do meu argumento, é apenas uma cogitação que me vem a partir da experiência prática.

O essencial é que considero o projeto injurídico e penso que ele invade uma autonomia que, no meu entender, no próprio interesse da educação, deve ser prevalente do Município, evidentemente dentro das regras de parceria, de estabelecimento de parâmetros da União.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Aloysio, nós respeitamos... V. Exª, no rigor da análise jurídica, da juridicidade da matéria, faz essa fundamentação criteriosa, que é dessa forma. A lei tem de ter eficácia, ela tem de ter sentido, ela tem de ter efeito prático. Agora, eu penso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Um minuto, Srª Presidente. Nós, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Justiça, já há uma jurisprudência no sentido de rejeitar as matérias meramente autorizativas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Nós estamos com um projeto de resolução para...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tramita na Comissão de Justiça um projeto de resolução da Senadora Gleisi Hoffmann para que adotemos, também na Comissão de Justiça do Senado, esse critério que, me parece, decorrer do bom senso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Aqui também estamos com um requerimento do Presidente, Senador Romário – estou subscrevendo para apresentá-lo –, que trata do mesmo assunto.

Agora, eu penso, Senador Aloysio, que talvez tenha sido a necessidade de melhorar o ensino no nosso País que tenha inspirado o nosso mestre Cristovam Buarque. Não apenas do ponto de vista municipalista, especificamente, que é a responsabilidade do ensino fundamental, das creches é para os Municípios, mas é também um debate necessário no País, no momento em que os cursos de aperfeiçoamento para melhorar a qualidade desse professor foram todos reduzidos em praticamente 90%. Assim como foi feito com o Fies, com o Pronatec e também com o curso para o aperfeiçoamento dos professores, o Ministério da Educação suspendeu os dois programas de bolsas para esses professores, que são o aperfeiçoamento necessário para que tenhamos uma Pátria verdadeiramente educadora.

Passo a palavra ao autor, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Srª Presidente, meu caro amigo de longa data, Aloysio. Eu fiz uma carta para cada Senador da Comissão. Eu vou ler essa carta, é muito curtinha, a parte longa é de respostas e de algumas críticas, mas eu não vou ler, vou fazer somente um resumo. Eu começo essa carta, Aloysio, e a parte jurídica deixarei ao Relator para falar, embora eu lembre que já passou pela CCJ o projeto.

Eu começo a carta dizendo: "Estamos na Comissão de Educação porque entendemos que o futuro de um país tem a cara de sua escola no presente".

Olhe para a cara das escolas e você sabe como será o futuro do país. Não há dúvida disso! Não há dúvida! É essa a cara.

Ao nascer, cada cérebro é uma fonte de energia proporcional à educação que vier a receber ao longo de sua vida. [Se não entrar na escola, esse cérebro, como fonte de energia, fica limitado]. Por isso, é uma insanidade nacional negar educação às 2,9 milhões de crianças totalmente excluídas do sistema escolar [que não estão matriculadas: 3 milhões, 3 milhões! E este País, este Governo tem como slogan Pátria Educadora, e já está há 12 anos. É uma insanidade nacional], ou às cerca de 50 milhões que estão matriculadas nas quase 200 mil escolas sem qualidade espalhadas pelo Brasil [tenham a qualidade entre as últimas do Brasil].

Isso é uma insanidade nacional! É como se a gente tocasse fogo nos poços de petróleo deste País ao incinerar o cérebro negando a educação.

Em nosso País, a escola é o berço da desigualdade social. Oferecer educação desigual às crianças é uma imoralidade por construir a desigualdade social que caracteriza o Brasil.[É insano e imoral. É insano porque a educação é pobre e é imoral porque é desigual.]

Nosso sistema de educação de base, entre os piores e muito provavelmente o mais desigual [porque os países pobres têm um sistema pior do que o do Brasil, mas não tão desigual, porque lá é ruim para todos], representa, além da imoralidade, uma insanidade, de certa forma equivalente ao sistema escravocrata de 130 anos atrás, absurdo econômica e moralmente.

É tentando superar essa insanidade e imoralidade que apresentei, em 2008, o PL nº 320 [que estamos discutindo], que visa a assegurar a cada criança brasileira o acesso à educação com a máxima, e a mesma, qualidade.

É isto que eu tenho dito: que a educação melhore e seja igual.

Não vejo outra forma de obter isso, salvo responsabilizando a Nação brasileira pela educação da totalidade de suas crianças e implantando um novo sistema nacional que substitua o atual, ineficiente e velho sistema escolar, dividido em cerca de 5.600 "sisteminhas" municipais ou estaduais, com suas diferentes carreiras de magistério e todas as suas imensas disparidades. Há escolas públicas em Municípios tão pobres nas quais o custo de cada aluno por ano é o equivalente a apenas R$2.576,36 [é o valor determinado neste País], enquanto outras escolas públicas – especialmente se olharmos uma das 543 escolas federais – chegam a gastar até R$16 mil [ou seja, crianças recebem 2.500 e outras 16 mil, nas públicas]. Sem falar da desigualdade entre crianças que estudam em escolas particulares, cujo custo anual está chegando a R$46 mil.

Ou seja, há criança que recebe 2.500, há criança que recebe 46 mil em particulares, ou 16 mil em públicas.

É isso que a gente tem esquecido.

Eu trouxe também um artigo que saiu hoje no *Correio Braziliense*, por coincidência, – Não, meu Deus. Não é esse, não –, que é o resultado de uma visita que eu fiz sexta-feira. Eu levei 45 crianças de escola municipal de Goiás para visitar o Colégio Militar de Brasília, que é federal. A diferença entre os dois é um abismo, escolas públicas. Essas crianças aqui saíram tendo visto como funciona a escola federal.

Esta desigualdade, no custo anual, repito, é uma insanidade e uma imoralidade ainda maior se considerarmos que as crianças no topo da pirâmide social ficarão até 19 anos na escola, e as outras ficam sete anos na escola.

Temos que quebrar essa imoralidade. A meu ver, o caminho, e eu não vou perder tempo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu ia dizer que nós estamos chegando quase ao quórum. Falta só um voto para obtermos o quórum.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, é por conta disso – essa carta vai estar com cada um, já está, pois muitos já leram – que eu apresento essa minha proposta visando que a educação seja igual. É a adoção, não é federalização – talvez devamos mudar o nome. Nenhuma cidade rejeita uma escola federal técnica ou um Colégio Pedro II.

Por que a gente não aceita em algumas escolas que todas sejam assim? E eu respondi algumas críticas da outra vez, que eu vou só falar. Risco de concentração. Não, tem que haver descentralização gerencial mais radical do que é hoje. Hoje é o prefeito que manda. Eu proponho que a escola faça sua autogestão.

Vai padronizar. Não, vai ter o currículo básico, como propõe o Aloysio, e cada cidade vai ter o seu currículo.

Risco de aumentar gastos para os Municípios, como o piso. Não. É o contrário. A União vai adotar nessas escolas que quiserem, as que não quiserem não devem entrar nesse processo. Então, não vai haver aumento de gastos com o Município.

Adotar o atual sistema, nada muda, salvo o agente financiador. Porque tem cidade que já está fazendo boa. Ela continua fazendo. Agora, as nossas cidades, mesmo que a gente jogue dinheiro na escola, não há condições de o Município adotar porque não tem o professor, porque não tem como funcionar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Passando para o Governo Federal, vai ter?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ao longo de vinte, trinta anos, vai. Não, não, a gestão não. É a escola que faz a gestão. Agora, com a carreira nacional, vai. O Banco do Brasil não tem? Mas, no Banco do Brasil, o funcionário não é local, é nacional. O Ministério Público não tem?

Agora não tem o tal do Mais Médicos, que foram buscar até no exterior? Porque lá não tinha médicos, mesmo que desse o dinheiro.

Então, as escolas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – O poder hierárquico sobre o funcionário da educação não será mais do prefeito, será do Governo Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A gestão do funcionário será uma carreira nacional.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim, mas o poder hierárquico será da União?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O poder hierárquico é nacional, como é hoje.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas, Senador, V. Exª não está chamando professor de Cuba?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. De Cuba, não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não. Professor não vem de Cuba.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Lógico, não vem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Tudo bem. Então, está bom.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – No Brasil, na hora em que a gente pagar o salário que está aqui vai ter carreira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Porque a minha preocupação é nesse ponto. Eu sou a favor do projeto de V. Exª, eu defendo o projeto de V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A única preocupação foi que pudesse, amanhã, vir também professor de Cuba, porque aí, realmente,...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso é um projeto de 20, 30 anos. O atual Governo não vai durar 20 anos. Vocês são tão pessimistas a esse ponto? Caramba! (*Risos.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu sou otimista quanto às capacidades de os Municípios terem de fazer uma boa escola.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Hoje, não tem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mas e em 20 anos, o senhor acha que não terão?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, a gente vai chegar lá sem o Município. É o Governo Federal que vai fazer, como faz com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica, com o Ministério Público, a Justiça.

Então, só para concluir mesmo, sobre essas críticas, o custo é alto. O custo é alto, seria para hoje. Sai R$10 mil por aluno, que é menos do que algumas escolas federais de hoje, em que chega a R$16 mil. Agora, em 25 anos, crescendo 2% do PIB, que é uma taxa baixa, não para a essa ação de hoje, vai custar 6,4%, quando R$50 milhões estiverem nisso.

No lugar de adotar, por que não dá o dinheiro às cidades? Porque não vão ter condições. Aí, tem uma cidade que melhorou no Brasil, todo mundo cita. Mas melhorou, primeiro, porque não era tão pobre; segundo, porque melhorou até o nível, mas não vai subir disso. Em alguns Municípios se tem a prova.

Então, eu insisto. Vale a pena aprovar e mandar para a Câmara debater. O debate continuará. Aí, dizem: "Mas, então, deixa para o Governo". Não, esta Casa tem que provocar o Governo a fazer coisas que ele não quer fazer. Isso saiu da pauta da outra semana porque o Governo mandou que um Senador do PT pedisse vista. Senador que é, inclusive, meu querido amigo, mas que vem pouco a esta Comissão. Veio para isso. E eu mandei na carta para ele, especialmente: "Foi você que me provocou a isso".

Então, vamos jogar. O piso salarial saiu daqui; era autorizativo. No processo, o Governo aceitou. O Governo aceitou e terminou transformando em uma lei.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aí, jogou a conta para os Municípios. Aqui não joga, é o Município que assume.

Então, eu queria fazer um apelo: vamos levar adiante esse projeto, deixar que continue, para que a gente debata a possibilidade de quebrar a imoralidade de escolas desiguais no Brasil e a insanidade de a gente ter, no Brasil, cérebros aos quais a gente nega uma boa educação.

É isso, Srª Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço, Senador. Eu passo a palavra ao Senador Lasier Martins. Falta um voto apenas para deliberarmos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, eu...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Um voto só para deliberarmos. Senador Lasier Martins; em seguida, Senador Antonio Anastasia.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Sobre a administração pública, Senadora e colegas Senadores, o art. 37 da Constituição diz o seguinte:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

Isto é: é um dispositivo constitucional o princípio da moralidade.

O pronunciamento do Senador Cristovam, o seu projeto, o seu artigo de hoje no *Correio Braziliense*, a carta que nos mandou, tudo isso se constitui num libelo contra a educação que nós vivemos, porque a educação brasileira é imoral. Portanto, descumpre um princípio constitucional.

Diz bem o Senador Cristovam, na carta que remeteu a todos nós, pelo menos, do nosso Partido, que, no Brasil, "a escola é o berço da desigualdade social". Mais adiante diz:

Há escolas públicas em Municípios tão pobres, nas quais o custo de cada aluno, por ano, para sua educação municipal, é o equivalente a apenas R$2.576. Enquanto, em outras escolas públicas, especialmente se olharmos uma das 543 escolas federais, chegam a gastar R$16 mil.

Como diz bem o Senador Cristovam, isso é uma insanidade, além de imoralidade.

Quem acompanha o trabalho do Senador Cristovam há anos, seja como professor, como reitor, como educador que tem sido, de uma tenacidade impressionante para melhorarmos a educação no Brasil, porque, em qualquer fórum, em qualquer canto ou recanto do Brasil, sempre se aponta que o maior mal dos males brasileiros está na falta de educação, na desigualdade. Então, como disse há pouco muito bem o Senador, está na hora de provocar o Governo para cumprir a moralidade, ao menos na educação, que é a nossa maior carência.

Então, realmente tem razão. Nós precisamos aumentar essa discussão com relação aos maus costumes do Brasil, até porque se está discutindo isso. Estamos diante de uma avalanche de exemplos de imoralidades, que têm caracterizado as divulgações, desde o ano passado, Petrobras, BNDES, etc., a crise que vivemos na política. Temos que incluir a educação, precisamos incentivar essa proposta de alguém que tem autoridade como poucos no Brasil.

Quero louvar essa tenacidade e dar razão ao Senador Cristovam quando fala em imoralidade, o que contraria a Constituição nacional.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço-lhe, Senador Lasier.

Para discussão da matéria, concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Srª Presidente, eminente Senadora Ana Amélia, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, falar depois do Senador Lasier, com essa retumbante voz dos Pampas gaúchos, é um pouco difícil, mas eu gostaria, em primeiro lugar, Senador Cristovam, de agradecer a V. Exª o tratamento lhano que nos fez, encaminhando a cada qual a carta, de próprio manuscrito, demonstrando as razões.

Semana passada, Srª Presidente, já discuti esse projeto. Mas de maneira muito rápida, até tendo ouvido, com muita atenção, as ponderações sempre lúcidas do Senador Aloysio Nunes, eu gostaria de reiterar o que disse na outra reunião.

Em primeiro lugar, quanto ao mérito, é claro o apoio uníssono à questão da educação, que é e deve ser sempre a prioridade número um. Semana passada, eu relembrava a necessidade de nós modificarmos o perfil da carreira do Magistério, em todo, exatamente para dar mais atratividade a essa tão importante e nobre função do magistério. Mas como fazê-lo? Esse é o grande desafio.

O projeto, como está colocado, Senador Cristovam, que é um verdadeiro bandeirante nesse assunto, num esforço extraordinário que deve perceber, como bem disse o Senador Lasier, todo o nosso aplauso, é um passo. Tem razão o Senador Aloysio, parece-me um passo tímido, e eu disse isso. É um primeiro esboço. Talvez tenha um caráter pedagógico, didático, de estímulo ao Poder Executivo. De fato, sob o ponto de vista formal e cogente, temos aqui deficiências, porque estamos tão somente autorizando. Mas parece-me que é um sinal, como o Senador Cristovam coloca. Volto a dizer: é um repto para que o Poder Executivo, de fato, empreenda de maneira clara o seu próprio lema e transforme essa questão da Pátria Educadora.

Sob o ponto de vista prático, sabemos que teremos dificuldades, e eu, pessoalmente, defendo, de maneira muito enfática, o modelo federativo da autonomia. Mas a alocação de recursos por parte do Governo Federal na área da Educação será imprescindível para, é claro, trazermos a carreira do Magistério como um todo a um nível de maior atratividade.

Se será por meio do modelo proposto ou de um outro, saberemos mais adiante, mas me parece que o Projeto tem o grande triunfo e, de fato, a força de ser um exemplo e de estimular, não só o debate, já que vai para a Câmara, mas o próprio Governo nesse passo.

Com essas ponderações, portanto, eu tinha dito ao Senador Cristovam que, com essas reservas e cautelas, mas serei favorável projeto.

Eu o parabenizo por esse grande esforço que tem realizado em prol da educação.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria dar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Um momentinho, Senador, eu vou lhe passar a palavra daqui a pouco, porque dois Senadores pediram-me para participar do debate, o Senador Telmário e o Senador Gladson Cameli, mas como, agora, conseguimos quórum, o que não é fácil, eu consulto

V. Exªs, além do Senador Aloysio, se, na hora de votar, S. Exªs possam fazer suas manifestações. Isso para assegurarmos o quórum de votação.

É a consulta que eu faço ao Plenário, aos Senadores.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Muito bem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Passo a palavra, primeiramente, ao Senador Aloysio, que estabeleceu, digamos, o contraditório, e, em seguida, iniciaremos o processo de votação. O Senador Telmário e o Senador Gladson Cameli, no momento em que forem chamados nominalmente, farão as suas manifestações.

Penso ser uma economia processual, como se costuma dizer no linguajar legislativo.

Com a palavra, o Senador Aloysio.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, já que há quórum, eu gostaria de pedir a inversão da pauta para o Projeto nº 8.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Vou fazer, porque é terminativo, para assegurar o quórum, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Havíamos assim decidi, portanto, concordamos com V. Exª em aproveitar o quórum.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Presidente, enquanto o quórum periclitava, eu fiz questão de permanecer na Comissão, embora não seja membro titular dela, exatamente para garantir uma deliberação hoje, para que, mais uma vez, a intenção do Senador Cristovam de levar a votos a sua proposição não fosse frustrada.

Hoje, o quórum já está completo e, aliás, eu nem poderia votar, uma vez que, tendo chegado o Senador Ataídes, eu... A informação que tive é que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Quem não poderia é o Senador Ataídes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É você que está na... Ah, então eu voto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu sou o suplente do suplente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, ótimo. Eu voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É o sub do sub do sub.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu pensei que, na ordem da suplência, eu estaria abaixo do Senador Ataídes, mas parece que eu cresci nos últimos minutos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É um *up grade;* um up grade de voto.

Então, vamos à votação da matéria.

Como é terminativa, precisa ser uma votação nominal. Vamos, então, iniciar o processo de votação. Chama o Senador Telmário e o Senador Gladson, por favor.

Como vota o Senador Cristovam Buarque, autor da matéria? (*Pausa.*)

Voto conhecido.

Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Voto na linha do Senador Cristovam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, vota com o Relator.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Com o Relator, sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com o Relator, que é o Senador Randolfe Rodrigues, o Relator da matéria, favorável ao projeto, com as alterações propostas pela Comissão de Constituição e Justiça, na relatoria do Senador Pedro Taques.

Como vota o Senador Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Srª Presidente, eu voto com o Relator e, ao mesmo tempo, eu parabenizo esta Casa por esse grande projeto.

Acredito que o Brasil vai crescer muito em fortalecimento da nossa educação.

Então, parabéns, Senador Cristovam Buarque, pelo excelente projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como vota o Senador Telmário Mota?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Srª Presidente, primeiro, eu quero parabenizar o Senador Cristovam. Na hora em que se fala Senador Cristovam, já é sinônimo de educação. Eu tenho certeza de que, nessa hora, ele aqui está como um torcedor, esperando o seu time fazer o gol. Ele está com o coração a mil, porque sempre essa foi a bandeira dele.

Pode, num primeiro momento, esse projeto não agradar ao Executivo, pode, num primeiro momento, esse projeto não se encaixar nas propostas da Pátria Educadora, agora, eu nunca vi – será que até o meu som a

oposição tirou? Estão me ouvindo aí? –, eu acredito, sem nenhuma dúvida, que, para uma grande caminhada, tem que ter o primeiro passo. Nenhuma árvore nasce, já, na sua fase adulta; tem que ter uma semente.

Há muito tempo se pede essa isonomia, se pede essa federalização. E não há como, se o Brasil quer, amanhã, disputar com a China e os Estados Unidos, a educação não ser primordial.

Parabenizo o Senador Cristovam e esta Casa por, neste momento, podermos ajudar e dar esse primeiro passo.

Voto com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador.

Como vota a Senadora Simone Tebet?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente, Srs. Senadores, antes de tudo, eu gostaria de lamentar que este projeto tenha vindo da CCJ com substitutivo. Gostaria muito de estar aprovando aqui, na Comissão de Educação, o texto original do Senador Cristovam Buarque.

Concordo com o Senador Aloysio que um projeto autorizativo é inócuo. Não se autoriza, não se dá poder a quem já o tem. Mas, de qualquer forma, já que veio a esta Comissão como projeto autorizativo, que seja um recado para o Governo Federal: ou o Governo Federal analisa essa proposta com responsabilidade, atento, ou coloca mais recurso no orçamento para o Fundeb, para a merenda escolar, para o próprio transporte escolar. Enfim, que reavalie como prioridade a educação no País.

Não vejo e não vi inconstitucionalidade no projeto original do Senador Cristovam. Nós estaríamos criando aqui, definitivamente, um programa federal de educação integral, mas, principalmente, uma carreira nacional. Isso me agradou muito. Não se tem uma educação de qualidade se não se investir no corpo humano, nos professores, no corpo administrativo.

Vi, inclusive, que o projeto do Senador Cristovam é tão racional que não está impondo um programa a pequeno nem a médio prazo. Estamos falando de inserir 3 milhões de alunos por ano, num universo de quase 50 milhões de alunos, tanto no fundamental quanto no médio. Então, vejo plausível e possível de ser executado. Dez bilhões de reais por ano não é uma quantia tão exorbitante assim diante de R$260, R$270 bilhões que, hoje, os Municípios e os Estados investem na educação. Vejo perfeitamente possível o Governo Federal colocar, alocar esse recurso.

Portanto, vou votar favorável ao Relator, ao relatório, mas fazendo essa ressalva de que eu gostaria, neste momento, de estar votando o projeto original do Senador Cristovam Buarque.

Parabéns, Senador!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senadora Simone Tebet.

Como vota o Senador Dário Berger, de Santa Catarina?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Vota com o Relator.

Como vota o Senador Hélio José?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Srª Presidente, Sr. Relator, Senador Cristovam Buarque, nosso Senador por Brasília, é com muito prazer que voto com V. Exª este projeto, o senhor que é um Senador da educação.

Eu acredito que essa propositura é fundamental para o País se desenvolver. Precisamos ter, realmente, uma educação com todos os cuidados, vista pelo Governo Federal assumindo, para que possamos ter condição de educar bem nossas crianças de Roraima ao Rio Grande do Sul.

Por isso, voto favorável ao projeto, sem dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Hélio José.

Como vota o Senador Wilder Morais, do Democratas, Goiás.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente.

Eu voto com o Relator também, oportunidade em que parabenizando o Relator, Senador Randolfe, e o autor do projeto, Senador Cristovam.

Acho que a educação não pode mais esperar. Parabéns pela atitude! Parabéns, Senadores! É assim que tem que ser o Brasil: temos que avançar na educação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigado, Senador Wilder Morais.

Como vota o Senador Antonio Anastasia?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como vota o Senador Dalirio Beber?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Parabenizando o Senador Cristovam por esta iniciativa e dizendo que renova as esperanças de, de fato, melhorarmos a qualidade do ensino no Brasil, acompanho o voto do Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigado, Senador.

Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, tão logo tomei conhecimento do projeto do Senador Cristovam, fiz questão de ligar para ele e dizer do meu interesse e empenho para que pudéssemos levar este projeto adiante.

Quando o Senador Anastasia diz que defende o sistema federativo, eu também o defendo. Acho que a grande dificuldade é como mantê-lo quando a União arrecada 70%, e os Estados e Municípios apenas com 30% da arrecadação nacional.

Então, é lógico que para acharmos uma alternativa que seja viável, para que haja professores de qualidade, em condições de continuar no magistério, é preciso que tenhamos uma carreira nacional, assim como ter médicos especialistas no interior do Brasil. Eu não vejo outra maneira que não seja essa, até porque Estados e Municípios não têm como arcar, e muito menos de dar essas garantias salariais e de aposentadoria, eles que se ocupam de duas funções extremamente importantes e relevantes, saúde e educação.

Como tal, eu voto, sim, favoravelmente. Aplaudo a iniciativa do Senador Cristovam, que mostra a necessidade de nós sairmos do discurso e colocarmos na prática a melhoria da educação no País.

Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Ronaldo Caiado.

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srª Presidente, eu reafirmo o meu ponto de vista. Eu acho que o diagnóstico é correto, mas a terapêutica, no meu entender, é inadequada.

Quando o Governador Mário Covas assumiu a bandeira da municipalização da educação básica no Estado de São Paulo, ele enfrentou uma resistência tenaz do sindicalismo do magistério. Eu apoiei com todas as minhas forças esse projeto que, felizmente, generalizou-se no Estado de São Paulo com um resultado muito positivo. Eu prefiro que a educação tenha como autoridade máxima, no que diz respeito ao ensino fundamental, o Município, com a pressão e a fiscalização da comunidade local. Penso que se o Senador Cristovam Buarque é sinônimo de educação, e concordo com o que disse o Senador Telmário, Nação brasileira não é sinônimo de Governo Federal, é muito mais complexo do que isso.

Então, reitero o meu voto contrário, com todo respeito à iniciativa do meu querido colega, Senador Cristovam Buarque.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Aloysio.

O voto do Relator, Senador Randolfe Rodrigues, é um voto conhecido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – É um voto conhecido, Presidente, apenas para destacar que, desta matéria que me coube a honra de ser o Relator, eu considero central no debate que ela traz para travarmos com o Executivo é a possibilidade de construirmos uma educação com escolas igualitárias. Que não tenhamos mais uma escola no Maranhão ou no Piauí diferentes de uma mesma escola em São Paulo ou no Rio de Janeiro. A igualdade, creio, ser o primeiro princípio que o debate deste projeto – eu digo o debate, mesmo porque ele é aprovado aqui com o caráter autorizativo – vai trazer.

Voto conhecido, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada Senador Randolfe Rodrigues.

Então, vamos à apuração.

Dos 13 votos, 12 votos são favoráveis ao projeto do Senador Cristovam Buarque, e um voto contrário, voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelas razões muito bem fundamentadas.

Então, parabéns, Senador Cristovam Buarque!

A Comissão responde por um debate que é da natureza, do compromisso e da responsabilidade nossa.

Parabéns pela iniciativa, Senador Cristovam Buarque!

Tem a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senadora Presidente, Ana Amélia, eu quero só fazer um pequeno registro. Primeiro, V. Exª esteve na nossa querida capital, Palmas, recentemente, e eu fui encontrá-la à tarde, e V. Exª foi pela manhã.

Em 2011, quando eu cheguei a esta Casa como suplente, eu vi o professor, Senador Cristovam Buarque, falando sobre a federalização do ensino básico no Brasil, o que me chamou muito a atenção naquela época. E, de lá para cá, eu venho observando todos os discursos do Senador Cristovam Buarque. Como disse o Senador Anastasia, é um Bandeirante, é um defensor incansável da educação. E nós sabemos que nós amargamos hoje um dos piores índices da educação nos países desenvolvidos no mundo, dos 70 países mais desenvolvidos. E a gente vê, Senador Cristovam, que lá no Tocantins, por exemplo, que vereador é quem indica diretores de esco-

las; deputado estadual é quem indica diretores de escolas. A gente vê Brasil afora, lamentavelmente, prefeitos que não têm a mínima escolaridade e está ali, então, como gestor de escolas municipais.

Por isso, e tantos outros fatores, um professor, por exemplo, do ensino básico, eu tive acesso, há poucos dias, de que em uma cidade de São Paulo ganha R$3,8 mil e lá no Tocantins ganha um pouco mais de R$1,3 mil. Ou seja, a educação no Brasil está uma verdadeira balbúrdia mesmo. E a Presidente Dilma ainda tem a coragem de chamá-la de Pátria Educadora. Isto é um desaforo, é uma afronta a todos nós.

Portanto, eu quero, Senador Cristovam, parabenizá-lo. E aqui o Prof. Anastasia também colocou que é o começo de uma discussão. Este Governo doravante, após a aprovação deste projeto, tenho certeza de que eles vão olhar com mais carinho, vai ter que se abrir uma discussão, porque esta federalização vai mexer com ele sim. Então, quero parabenizar V. Exª, que sabe o quanto eu o admiro por carregar esta bandeira há longa data e também parabenizar este jovem Senador, o Relator desta matéria.

Estou muito contente e acredito que vamos acolher bons frutos.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Ataídes.

Eu queria lembrar aos colegas Senadores que a questão do quórum é fundamental. Nós temos duas matérias terminativas, uma sob a relatoria do Senador Lasier Martins, e outra, do Senador Ronaldo Caiado. Então, vou solicitar aos colegas que a gente dê preferência a elas pela questão do quórum.

Passo a palavra, de imediato...Queria ver se mantém o voto do Plenário para as emendas apresentadas pelo Relator. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Aprovadas também as emendas, com o voto em separado do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, que é Relator do item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 378, DE 2012
– Terminativo –

Concede anistia a alunos excluídos dos quadros discentes das instituições federais de educação superior, nos casos que especifica.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Favorável

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Vou direto à análise, Presidente.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 378, de 2012, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

Uma vez que este colegiado é o único a analisar o projeto, tendo poder terminativo sobre a matéria, cabe o seu pronunciamento também sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição.

A universidade, por definição, é um centro de produção e difusão do conhecimento. Em seu ambiente, ideias inovadoras afloram naturalmente, e com frequência entram em colisão com a mentalidade predominante no meio social em que se inserem. Por conseguinte, o conflito com interesses econômicos e políticos torna-se inevitável. Tem sido assim desde a era medieval do ocidente europeu, berço da universidade. Em uma época na qual o pensamento religioso era hegemônico e membros do clero compunham parte significativa do corpo docente, o conflito entre as ideias e a hierarquia eclesiástica logo se manifestou, de formas e intensidades diversas. Com a secularização da universidade, não tardaram a surgir conflitos entre o livre pensar e as razões de Estado.

Desde o nascimento dos primeiros cursos superiores no Brasil, principalmente após a Independência do País, emergiram tensões entre o meio acadêmico e o poder do Estado. Os estudantes eram os principais agentes da agitação política. As rebeliões provinciais do Império, o abolicionismo, o movimento republicano, a crítica ao poder oligárquico, o nacionalismo econômico, a radicalização revolucionária, a luta contra as ditaduras, em todos os acontecimentos relevantes de nossa história, o ambiente universitário apresentou-se como um centro de contestação e de busca de soluções para os desafios brasileiros. Dessa forma, é natural que os governos autoritários tenham tradicionalmente focado seu poder repressivo sobre as universidades.

Nos períodos em que a universidade foi objeto desses assaltos, dirigentes e professores foram afastados ou deixaram seus cargos e funções em protesto contra a situação. Muitos estudantes, por sua vez, foram expulsos ou tiveram os estudos perturbados pelos conflitos decorrentes da militância política.

O presente projeto concede, de forma justa, anistia a alunos excluídos dos quadros discentes de instituições federais de educação superior, devido ao abandono, ao jubilamento ou à expulsão por motivos políticos.

As normas estabelecidas pelo projeto nos parecem adequadas e serão complementadas por regulamento, que por certo deixará claros os critérios para se determinar o conceito de "atividade política" e em que medida o afastamento do estudante pode dela haver decorrido.

É bem verdade que, 30 anos após o fim do último período ditatorial em nossa história, a grande maioria dos prejudicados pelos expurgos políticos do regime já recompôs suas vidas. Muitos foram reintegrados por iniciativa das próprias instituições de ensino. Contudo, a medida proposta pelo PLS faz justiça com aqueles que ainda queiram pleitear o direito de voltar aos quadros discentes dos estabelecimentos federais de ensino.

Em suma, no mérito, julgamos válido o acolhimento da proposição.

No que diz respeito à juridicidade e à constitucionalidade, assim como à técnica legislativa, não há reparos a fazer.

Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2012.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Temos quórum para votar, pois o projeto é terminativo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação nominal do projeto.

Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como vota o Senador Lasier Martins?

S. Exª é o Relator. Voto conhecido.

Como vota o Senador Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador.

Como vota o Senador Telmário Mota?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador.

Como vota a Senadora Simone Tebet?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como vota o Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Voto "sim", com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como vota o Senador Hélio José?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu voto "sim", com o Relator, porque creio que essas pessoas que foram perseguidas, e alguns ficaram com sequelas, têm todo o direito de retornar às universidades.

Então voto "sim", com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador.

Como vota o Senador Wilder Morais?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como vota o Senador Antonio Anastasia?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador.

Como vota o Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Está aprovado por unanimidade... Desculpe-me, Senador Ataídes.

Como vota o Senador Ataídes Oliveira?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador.
Desculpa, Senador.
Aprovado por unanimidade.
Parabéns ao Relator e ao autor, ex-Senador Inácio Arruda.
Passo imediatamente ao último projeto terminativo da reunião de hoje, que é o item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2014
– Terminativo –

Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estender a universidades privadas e centros universitários, públicos ou privados, a revalidação de diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras.
Autoria: -ex-Senador Wilson Matos
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 2 e 16/6/2015.
Passo a palavra ao Relator, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2014, de iniciativa do Senador Wilson Matos.

O projeto visa alterar a redação do §2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. O objetivo do autor é, ao incluir as universidades privadas e os centros universitários no rol de entidades autorizadas a revalidar diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras, desde que possuam curso do mesmo nível e área ou equivalente.

Não foram apresentadas emendas ao projeto, que tem decisão terminativa desta Comissão.

A competência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para opinar sobre a matéria está inscrita no art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Além disso, a Comissão de Educação tem legitimidade para discutir e votar, de forma terminativa, projetos de lei ordinária de autoria de Senador, nos termos do inciso I do art. 91 do Regimento Interno do Senado, dispensada a competência do Plenário.

Cumpre observar ainda que a proposição atende aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, pois envolve matéria relacionada à competência privativa da União, nos termos do inciso XXIV do art. 22 da Constituição Federal, além de respeitar a boa técnica legislativa, não merecendo reparos em sua redação.

Quanto ao mérito do PLS nº 320, de 2014, é preciso considerar alguns aspectos fundamentais que pesam pela sua não aprovação. O primeiro deles é o entendimento de que as revalidações de diplomas estrangeiros são atos administrativos típicos, ou seja, são encargos precípuos do Estado brasileiro e têm como finalidade o atendimento do interesse público.

Sendo assim, para atuar nas revalidações, seria necessário que a instituição revalidadora integrasse a estrutura do Estado brasileiro, conforme é o caso das universidades públicas, nos termos preceituados na Lei de Diretrizes Básicas da Educação.

Vale lembrar que o registro de diplomas é pré-requisito para o exercício profissional no Brasil, ou seja, trata-se de mecanismo de garantia de que os profissionais detentores desses documentos disponham de conhecimentos e habilidades condizentes com as necessidades da população e do mercado de trabalho.

Em que pese a importância de se trazer profissionais que se formaram em instituições estrangeiras, não se pode, a título de acelerar os processos, pulverizar entre numerosas instituições privadas uma atribuição estatal específica, que demanda atenção criteriosa e, sobretudo, uma perspectiva desprovida de interesses estranhos ao bem público.

O outro aspecto a destacar se refere às iniciativas oficiais que já vêm sendo adotadas no Brasil, a fim de se aprimorarem os mecanismos de revalidação. Um bom exemplo disto é o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida), regulamentado pela Portaria Interministerial nº 278, de 17 de março de 2011. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é o responsável pela implementação do exame, em parceria com a Subcomissão de Revalidação de Diplomas Médicos. O exame é realizado em duas etapas. Primeiro, faz-se uma prova escrita, composta por uma parte objetiva e uma discursiva. Na segunda etapa, avaliam-se as habilidades clínicas.

O caso supracitado demonstra que a revalidação de diplomas estrangeiros, a par de atender o interesse individual dos formandos fora do País, deve ter o intuito maior de preservar a qualidade do ensino superior e, consequentemente, o interesse público, ao avaliar de forma consistente as competências necessárias para o exercício profissional em território brasileiro.

Por fim, além da questão da legitimidade administrativa, parece-nos também que a extensão da revalidação para instituições privadas não garantirá *per si* os padrões de qualidade fundamentais para o exercício profissional no País, pois procedimentos criteriosos e céleres dependem não da ampliação do rol dos legitimados para estabelecê-los, mas de mudanças de cunho processual, nos moldes do Revalida e de outras iniciativas do gênero.

Voto.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2014.

Esse é o voto, Presidente.

E a ponderação que faço aos nobres pares que é exatamente preservar isso como sendo um direito do Estado brasileiro, que é exatamente cuidar para que esses diplomas possam ser muito bem avaliados e aquilatados.

Essa é uma rotina em todos os países do mundo. E, como tal, não há por que nós ampliarmos, já que as universidades federais são mais que suficientes para fazerem essas avaliações e poderem, amanhã, convalidar os diplomas.

Muito obrigado pelo voto, e peço o apoio de todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Ronaldo Caiado.

O Relator é pela rejeição do projeto, que, na sua avaliação, é atribuição exclusiva de Estado da revalidação desses diplomas.

Em discussão o relatório do Senador. (*Pausa.*)

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos direto à votação do último item terminativo.

Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator. Pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Também pela rejeição. Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como vota o Senador Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Voto pelo projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pelo projeto ou pelo relator?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Sou a favor que revalide os diplomas. Sou contra o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Na verdade, do projeto de S. Exª atribui a responsabilidade pela revalidação a um órgão de Estado, não a uma entidade pública, privada, que não estejam dentro do escopo da União. Ele dá uma regramento.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Então, Srª Presidente, desculpe-me. Eu voto com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu entendi. Acho que essa era uma explicação necessária.

Obrigada pelo voto.

O Senador Gladson vota com o Relator.

Como vota a Senadora Simone Tebet?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente, apenas para discordar só em um ponto em relação ao Relator. Eu não vejo dificuldade em transformarmos esse ato administrativo, que é típico do Estado, de delegar juridicamente, constitucionalmente, a atribuição para a universidade. Então, na parte jurídica, não vejo problema em relação ao projeto. Agora, no mérito, eu concordo com o Relator. Eu acho temerário hoje passar para as universidades essa atribuição. Trata-se realmente da revalidação de um diploma que merece toda uma análise e nós já temos o Inep que tem, inclusive, a competência para tal.

Então, no mérito, eu concordo. Sou pela rejeição do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu lhe agradeço, Senadora.

Como vota o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Srª Presidenta, antes de declarar o meu voto, primeiro, eu queria aqui parabenizar os dois Senadores do Rio Grande do Sul. Neste final de semana, eu fiz uma fala em Erechim, passando por aqueles lugares difíceis, chamados Gramado e Canela. Quero parabenizar

V. Exª pelo quanto que o gaúcho preserva a sua cultura e a sua história. E daquela região norte do Rio Grande do Sul, eu saí encantado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Há uma cidade gaúcha que se chama Encantado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Mas muito encantado fiquei pela parceria ao visitar a Assembleia Legislativa, pois entrei em algumas salas de Deputados Estaduais e ali vi muitos cartazes de V. Exª, o que demonstra que os correligionários estão afinados.

Quanto ao projeto, eu voto com o Governador de Goiás, desculpe, com o Senador Caiado, com o Relator.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Telmário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada pelo voto. Ele fez uma campanha boa.

Como vota o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Acompanho o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada.

Como vota o Senador Hélio José?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Compreendo, Srª Presidente, que não podemos dificultar a realização desse Revalida; e há alguns, inclusive, fazendo o exame para reprovar. Eu acho que tem de se fazer o exame para poder medir, realmente, o conhecimento do aluno, e não para reprová-lo ou para aprová-lo.

Eu vou votar com o Relator, porque creio que as universidades públicas teriam melhor condição para poder executá-lo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Hélio José.

Como vota a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido – SP) – Eu voto com o Relator, pois acredito que o Estado tem uma condição melhor de garantir um padrão de qualidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senadora Marta.

Como vota o Senador Wilder Morais?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador.

Como vota o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada.

Como vota o Senador Dalirio Beber?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Vota com o Relator.

O voto do Senador Ronaldo Caiado é voto conhecido.

Como vota o Senador Ataídes Oliveira?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Está, portanto, aprovado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, faltou o Bloco Socialismo e Democracia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Desculpa, Senador. Aqui, o Secretário, que é extremamente atento, não sublinhou. Temos que fazer justiça ao Júlio, mas aqui ele não colocou o voto importante do Senador Randolfe Rodrigues, que fez um belo relatório ao primeiro item da pauta, terminativo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Obrigada, Presidente.

Cumprimentando-o, voto com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, é unânime a aprovação pela rejeição do projeto, acompanhando o Relator, Senador Ronaldo Caiado.

Esse foi o último item terminativo.

Agradeço imensamente a presença de todos os Srs. Senadores.

Vamos agora voltar à pauta dos itens não terminativos.

O item 2 foi retirado de pauta, a meu pedido.

Vamos ao item 4, da pauta, que tem como Relator o Senador Antonio Anastasia.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 542, DE 2013
– Não terminativo –

Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os objetos de cristal de chumbo artesanais.
Autoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Favorável
Observações:
Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Relator, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 542, de 2013, de autoria do eminente Senador Paulo Bauer. Em seu art. 1º, o referido projeto de lei propõe que fiquem isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), até 31 de dezembro de 2018, os objetos de cristal de chumbo artesanais classificados na posição 70.13 da Tabela de Incidência do IPI aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

Na cláusula de vigência, a proposição sugere que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria argumenta que a iniciativa se faz necessária, pois a produção do setor é artesanal e emprega, portanto, larga mão de obra. Dessa forma, conclui o Senador, a isenção do IPI sobre os objetos de cristal de chumbo é essencial para que as empresas permaneçam competitivas.

Inicialmente a matéria foi distribuída para a apreciação exclusiva e terminativa da CAE. Contudo, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 179, de 2015, a proposição foi encaminhada para a audiência desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Após a análise desta comissão, a matéria segue para a decisão terminativa da CAE.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar o mérito de proposições que versem sobre cultura, caso do projeto de lei em análise.

Os primeiros produtos de vidro, encontrados na Mesopotâmia, remontam do terceiro milênio AC. No final do século 13, a habilidade foi trazida para a Europa, onde floresceu. Dois séculos depois, em 1676, um inglês chamado George Ravenscroft desenvolveu o cristal de chumbo. Com a adição de óxido de chumbo à mistura de sílica e potássio, Ravenscroft criou produtos de vidro que eram brilhantes, mais limpos e mais fortes do que os de vidro padrão.

O cristal padrão não contém chumbo em tudo, enquanto cristal classificado como "cristal de chumbo" deve conter pelo menos 10% de óxido de chumbo. Quanto maior o teor de óxido de chumbo, mais difícil de trabalhar. Os artesãos precisam ser altamente qualificados, resultando um produto final ainda mais valioso.

Como bem lembra o autor da matéria, são poucas as indústrias de produtos de cristal de chumbo que existem no Brasil. Contudo, a produção é de alta qualidade, reconhecida internacionalmente, em especial no Estado de origem do eminente autor, Santa Catarina.

Por se tratar de produção artesanal, os produtos dessas empresas, além do valor econômico, possuem valor artístico. São produtos feitos à mão, de forma individual, que exigem talento, habilidade, qualificação e experiência do artesão.

Por essa razão, não há como comparar os produtos dessas empresas com os das indústrias de fabricação de produtos em série. Os produtos artesanais, mesmo que sejam de utilidade, são representações da arte e do talento do artesão. Portanto, são elementos artístico-culturais.

Assim, a aceitação internacional da qualidade e da beleza dos produtos artesanais de cristal de chumbo feitos pelas indústrias brasileiras não constitui apenas o reconhecimento da eficiência dessas empresas, mas representa, antes de tudo, a valorização da arte e do talento de nossos artesãos.

Dessa forma, é sem dúvida justa e meritória iniciativa que pretenda isentar do IPI os produtos de cristal de chumbo dessas empresas. Com tal medida, o segmento terá a oportunidade de se fortalecer competitivamente, de forma a manter economicamente viável a produção artesanal e, assim, proteger e valorizar a arte e o talento de nossos artesãos.

Diante do exposto, tendo em vista o mérito, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 542, de 2013, de autoria do Senador Paulo Bauer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador.

Em discussão o relatório do Senador Antonio Anastasia, lembrando que esta matéria não é terminativa – irá terminativamente para a Comissão de Assuntos Econômicos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto.

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2013

Estabelece critérios para a denominação oficial de espaços e de edificações do Senado Federal.
Autoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria: Senadora Angela Portela
Eu designo como Senador *ad hoc* o Senador Ataídes Oliveira.
Relatório: Favorável.
Observações:
1 – A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 2 e 16 deste mês de junho.
2 – A matéria será apreciada posteriormente pela Comissão Diretora do Senado.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira, como Relator *ad hoc*, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vamos ao relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 31, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, que propõe que a denominação ou a redenominação dos espaços físicos do Senado Federal, neles compreendidos os edifícios, as alas, as salas e demais dependências que compõem seu projeto arquitetônico, obedeçam aos critérios nele dispostos (art. 1º).

Dessa forma, a proposição estabelece que compete à comissão ou ao Senador ou à Senadora o oferecimento de projeto de resolução destinado a denominar ou a redenominar os espaços. E define que não será conferida competência a comissão para decidir em caráter terminativo sobre a matéria (art. 2º, parágrafo único).

Além disso, o projeto de resolução também determina que somente serão acolhidos projetos que reverenciem personagens ou acontecimentos que, por sua relevância, possuam elevado significado para a história do Senado Federal e das instituições democráticas. E veda a atribuição de nomes de pessoas de que trata o art. 1º da Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, ou de acontecimentos ocorridos há menos de cinco anos da apresentação do projeto de resolução (art. 3º, parágrafo único).

No art. 4º, a proposição dispõe que constatada, nas denominações atuais, a inobservância dos critérios de que trata o art. 3º, poderão ser redenominados os espaços existentes.

Por fim, a cláusula de vigência estabelece que a resolução proposta entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor expõe o objetivo da iniciativa, a saber:

Ordenar internamente a matéria, de modo que a denominação dos espaços do Senado Federal não se dê à margem da relevância do homenageado, seja ele pessoa ou acontecimento histórico, nem que prospere ao sabor da emoção do momento, antes de sua sedimentação na memória institucional brasileira.

Após ser apreciada pela CE, a matéria segue para a decisão da Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE, Comissão de Educação, apreciar o mérito de matérias que versem sobre homenagens cívicas.

A proposição em análise inclui entre os seus critérios as deliberações contidas na Lei nº 6.454, de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Destaca-se que o art. 1º dessa lei reza que:

É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

Ademais, o PRS nº 31, de 2013, também inclui a exigência do decurso do prazo mínimo de cinco anos desde a ocorrência do acontecimento que se pretenda homenagear.

Tais dispositivos denotam a preocupação da iniciativa em estabelecer regras que assegurem que a denominação dos espaços e edificações do Senado Federal seja feita de modo criterioso e justo, obedecendo às exigências legais e éticas de nossa sociedade.

Dessa forma, não há como negar que a iniciativa proposta pelo PRS nº 31, de 2013, é pertinente, oportuna, justa e meritória. Ademais, não vislumbramos óbice de natureza constitucional, jurídica ou regimental para sua aprovação.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2013, do Senador, querido, Cyro Miranda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço o voto favorável do Senador à iniciativa do Senador Cyro Miranda, que presidiu esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com muito brilho, muita dedicação, muito emprenho, e que tive a honra de ser sua Vice-Presidente naquela oportunidade.

Está em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação.

As Sªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, com voto de louvor ao Relator *ad hoc* e ao relatório da Senadora Angela Portela, que também merece.

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora da Casa, no caso, o Senado Federal.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de convite do Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação, Prof. Renato Janine Ribeiro, para a cerimônia de comemoração do primeiro ano da sanção do Plano Nacional de Educação, a ser realizada no dia 24 de junho, quarta-feira, às 16h, no auditório Anexo II, do Ministério da Educação.

Os Senadores que desejarem uma cópia do convite, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O convite vai ao Arquivo.

Convoco, para a próxima terça-feira, dia 31 de junho, às 9h, Seminário Internacional de Política do Livro, a ser realizado por esta Comissão, no auditório da Interlegis. A reunião será realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 41 e 57, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, e contará com a presença dos convidados relacionados em lista anexa, que será encaminhada a V. Exªs.

A última matéria trata de requerimento do Senador Romário, que teve o meu apoiamento, por força de uma decisão regimental desta Comissão de que os requerimentos precisam, para serem votados, da presença do autor, ou do coautor, ou do subscritor. Então, como eu subscrevi o requerimento do Senador Romário, coloco essa pauta, antes, porém, consultando as Srªs e os Srs. Senadores se S. Exªs concordam.

(*Pausa.*)

Todos manifestam-se favoravelmente. Eu os agradeço.

Vou ler o requerimento.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 69, DE 2015

– Não terminativo –

Requeremos, nos termos do art. 90, inciso XI, e do art. 101, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrestadas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte até manifestação daquele colegiado (art. 335, inciso I).

Autoria: Senador Romário e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Esse é o requerimento do Senador Romário, Presidente desta Comissão, que tem o meu apoiamento e endosso.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço muito às Srªs e aos Srs. Senadores por termos conseguido esgotar a pauta do dia de hoje.

Muito obrigada.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2015.

Às dez horas e dois minutos do dia sete de julho de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Jader Barbalho e João Capiberibe. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2015 – Não Terminativo. Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências. Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do substitutivo. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, de 2015 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para prever isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) a imóvel rural localizado à margem do Rio São Francisco, dos seus afluentes e de suas nascentes em que esteja preservada ou em processo de recomposição a vegetação das áreas de preservação permanente de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2013 – Não Terminativo. Altera a delimitação da Reserva Particular do Patrimônio Natural Emílio Einsfeld Filho em Santa Catarina e dá outras providências. Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 4) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 5, de 2015 – Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 317/2015 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao processo que trata da inspeção que teve por objetivo levantar a real situação das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf) que foram contratadas com a Construtora Mendes Júnior (TC 004.375/2005-7). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Para que a Comissão tome conhecimento da matéria e que encaminhe requerimento de informações ao Ministro da Integração Nacional. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2011 – Não Terminativo. Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas. Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação com 3 emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 a 3-CMA. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2014 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre sanções aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações com base nas reclamações fundamentadas registradas nos órgãos públicos de defesa do consumidor. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, de 2015 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre obrigações das empresas aéreas em indenizar os valores pagos aos passageiros/consumidores, nos casos de atraso e cancelamento de voo, sem o prejuízo das demais disposições legais acerca dos danos morais e materiais sofridos. Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (Substituído

por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2015 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para aumentar os prazos de implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação, com 4 emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 1-T e 2-T. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 3 a 6-CMA, e pela rejeição das emendas nºs 1-T e 2-T. ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 – Terminativo. Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados. Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 42, de 2015. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e dos artigos 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de audiência pública para discutir o Cadastro Ambiental Rural – CAR. O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente – APP, das áreas de Reserva Legal – RL, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Criado pela Lei 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. Além de possibilitar o planejamento ambiental e econômico do uso e ocupação do imóvel rural, a inscrição no CAR, acompanhada de compromisso de regularização ambiental quando for o caso, é pré-requisito para acesso à emissão das Cotas de Reserva Ambiental e aos benefícios previstos nos Programas de Regularização Ambiental – PRA e de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, ambos definidos pela Lei 12.651/12. Dentre os benefícios desses programas pode-se citar: • Possibilidade de regularização das APP e/ou Reserva Legal vegetação natural suprimida ou alterada até 22/07/2008 no imóvel rural, sem autuação por infração administrativa ou crime ambiental; • Suspensão de sanções em função de infrações administrativas por supressão irregular de vegetação em áreas de APP, Reserva Legal e de uso restrito, cometidas até 22/07/2008. • Obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores, bem como limites e prazos maiores que o praticado no mercado; • Contratação do seguro agrícola em condições melhores que as praticadas no mercado; • Dedução das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR, gerando créditos tributários; • Linhas de financiamento atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas; e • Isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos, tais como: fio de arame, postes de madeira tratada, bombas d'água, trado de perfuração do solo, dentre outros utilizados para os processos de recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito. Nesse sentido, no intuito de contribuir para o debate e divulgação desse poderoso instrumento, sem prejuízo da inclusão de outros convidados, indica-se o engenheiro florestal e agrônomo Raimundo Deusdará Filho, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro – SFB, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 43, de 2015. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de audiência pública para debater os desafios e as oportunidades da agenda ambiental brasileira, especialmente aqueles referentes à implementação do novo Código Florestal, à 21ª Conferência do Clima – COP 21 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Nesse sentido, sem prejuízo da inclusão de outros convidados, indicamos os seguintes: • Francisco Gaetani: Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente – MMA; • Carlos Afonso Nobre: doutor em Meteorologia (Massachussets Institute Of Technology – MIT); pós-doutor (Maryland); Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; • Everton Frask Lucero: chefe da divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química do Itamaraty; • representante da sociedade civil. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM 18) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 44, de 2015. Em aditamento ao RMA nº

43, de 2015, indica para participar da referida audiência pública o Sr. Pedro Abramovay, Diretor para a América Latina da Open Society Foundations (OSF). Autoria: Senador Roberto Rocha e outros. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. –Senador **Otto Alencar,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passemos à pauta.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2015

– Não terminativo –

Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação

Observações:

– Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Passo a Presidência ao Senador Ataídes, para que eu possa relatar o substitutivo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra, então, o Senador Otto Alencar, para fazer a leitura do relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Srªs e Srs. Senadores, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Substitutivo da Câmara nº 1, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2007, do ex-Senador Inácio Arruda, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências.

Eu passo a ler o relatório.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 70, de 2007, do Senado, foi analisado pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Constituição e Justiça e de Cidadania e recebeu, no plenário, oito emendas, sete delas aprovadas.

Retornou ao Senado Federal, nos termos do SCD nº 1, de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação de uma Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências.

O SCD nº 1, de 2015, em seu art. 1º, cria a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e prevê a criação de uma Comissão Nacional de Combate à Desertificação.

O art. 2º conceitua desertificação, fatores de desertificação, vetores de desertificação, processos de desertificação, degradação da terra, combate à desertificação, zonas afetadas por desertificação, áreas susceptíveis, mitigação dos efeitos da seca, adaptação e arenização, para os fins do disposto na lei que vier a ser aprovada pelo SCD.

O art. 3º disciplina os objetivos da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, enquanto o art. 4º estabelece os seus princípios.

O art. 5º dispõe sobre as obrigações do Poder Público.

O art. 6º determina os instrumentos da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

O art. 7º autoriza o Poder Executivo a criar a Comissão Nacional de Combate à Desertificação, ao passo que o art. 8º estabelece as competências da CNCD, e o art. 9º determina que a CNCD será presidida pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente e terá a sua composição e funcionamento fixados no seu regulamento.

O art. 10 estabelece que os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

O art. 11 assinala que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data da sua publicação.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente.

O projeto é meritório, pois, no Brasil, as áreas susceptíveis de desertificação que se enquadram no conceito adotado pela Convenção de Combate à Desertificação abrangem uma extensão de quase 1 milhão de quilômetros quadrados, localizados em oito Estados da Região Nordeste e em Municípios do norte do Estado de Minas Gerais – a denominada região semiárida. Essa região semiárida, só no meu Estado, tem uma extensão duas vezes e meia maior do que o Estado do Ceará por inteiro. Então, é uma área muito grande a área semiárida. Nessa região, vivem cerca de 23 milhões de habitantes, em aproximadamente 1.100 Municípios, correspondendo a 43% da população do Nordeste. É a maior população do mundo concentrada em uma região semiárida. É também uma região com extrema pobreza, em que mais de 50% da população dependem de programas sociais governamentais e da sociedade civil.

A luta contra a desertificação envolve, sobretudo, ações de caráter preventivo para minimizar as intervenções antrópicas danosas – tais como, práticas agrícolas inadequadas – responsáveis pela ocorrência e agravamento do fenômeno. No caso brasileiro, as secas são fenômenos recorrentes, específicos da região semiárida, fazendo-se necessário um conjunto de ações permanentes e pró-ativas para seu enfrentamento, ao tempo que alguns cenários de mudança do clima incluem o agravamento da escassez hídrica da região.

Devemos enfatizar que, há mais de dez anos, o Brasil já tem uma Política Nacional de Controle da Desertificação, aprovada na 49ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, e que consta da Resolução nº 238, de 22 de dezembro de 1997. Entretanto, do ponto de vista legal, uma Resolução do Conama não é o melhor instrumento jurídico para o enfrentamento do grave problema. Principalmente por conta de sua origem, pois trata-se de uma norma criada exclusivamente por ato do Executivo, sem a participação do Legislativo, o que sempre dá margem a questionamentos.

Também cabe observar que a proposição foi aprimorada no Senado Federal e na Câmara dos Deputados com base em sugestões encaminhadas pelos técnicos do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Agência Nacional de Águas. Substancialmente, as modificações realizadas centraram-se no estabelecimento de conceitos relativos a termos técnicos utilizados no projeto.

Desse modo, devido à grande relevância da matéria e à importância para a preservação do meio ambiente, oriundas das medidas elencadas na proposição, recomendamos, com base no art. 287 do Regimento Interno Senado Federal, aprovação integral do SCD nº 1, de 2015.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2015.

Esse é parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Em discussão, o Substitutivo da Câmara nº 1 ora relatado pelo Presidente, Senador Otto.

Algum Senador ou Senadora pretende discutir? (*Pausa.*)

Não havendo discussão, coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Presidente Otto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Quero parabenizar o Presidente pelo poder ímpar de convencimento, com essa argumentação, porque todos nós temos a responsabilidade enorme, principalmente ele que convive com essa realidade no seu próprio Estado.

Quero parabenizá-lo, acho que realmente precisamos de uma política nesse sentido para saber como sobreviveremos a esse grande desafio de produzir, mas, ao mesmo tempo, cuidar dos nossos mananciais e, principalmente, preservar aquilo que é o mais importante para todos nós, que é a água.

Obrigado, e parabéns, Sr. Presidente, pelo relatório e pela aprovação do texto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Concluindo a respeito do relatório.

Portanto, está aprovado relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Senador Otto, os itens 2 e 3 têm relatoria do Senador Amorim, mas ele não se encontra. Os itens 4 e 5 são de relatoria de V. Exª. V. Exª já quer ler esse relatório?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Item 4:

ITEM 4
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS
. E FISC. E CONTROLE Nº 5, DE 2015
– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 317/2015 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao processo que trata da inspeção que teve por objetivo levantar a real situação das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf) que foram contratadas com a Construtora Mendes Júnior (TC 004.375/2005-7).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Para que a Comissão tome conhecimento da matéria e que encaminhe requerimento de informações ao Ministro da Integração Nacional
Observações:

Com a palavra o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, vou retirar de pauta para uma análise mais apurada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Então, o Senador Otto pede a retirada de pauta e será atendido.

O Item 5 também...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, se puder apreciar o item 10, que é um projeto de lei de minha autoria, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Reguffe, estamos seguindo a ordem e tenho uma reunião dentro de alguns minutinhos, se pudéssemos seguir essa ordem...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É porque vi que o Relator ainda não está presente. Agradeço.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – É o item 5 de relatoria de V. Exª, Senador Otto.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2011
– Não terminativo –

Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação com 3 emendas
Observações:
– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Com a palavra, o Senador Otto, para sua relatoria.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Srs. Senadores e Srªs Senadoras, esse é um projeto de autoria do nobre Senador Blairo Maggi.

É o Projeto de Lei nº 317, de 2011, que altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas.

Passo ao relatório.

Foi submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 317, de 2011, de autoria do Senador Blairo Maggi.

A alteração proposta pelo ilustre Senador Blairo Maggi, conforme atesta a Justificação do PLS nº 317, de 2011, objetiva que os Municípios "passem a receber em energia, e não mais em espécie, metade da compensação pela exploração de recursos hídricos" de forma a instar "os Municípios a planejarem uma política industrial na sua jurisdição, visando a atrair indústrias com o incentivo de energia barata e até mesmo gratuita", gerando emprego e aumentando a receita tributária desses entes.

O PLS nº 317, de 2011, é composto por seis artigos.

O art. 1º altera dispositivos da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para permitir que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios recebam compensação financeira ou participem no resultado da exploração de recursos hídricos e minerais. Além disso, isenta da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) com capacidade entre 10 e 30 mil quilowatts que iniciaram operação antes da Lei nº 7.427, de 26 de dezembro de 1996.

O art. 2º determina que a compensação financeira e a participação no resultado, inclusive os *royalties* de Itaipu, sejam pagas parte em espécie e parte em energia. Estabelece ainda que a energia seja aplicada em programas de geração de emprego e renda nos Municípios, os quais deverão ser aprovados pelas Câmaras Municipais.

O art. 3º altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para adequar a distribuição percentual da CFURH entre os Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União às modificações mencionadas anteriormente.

O art. 4º determina que o regime de participação no resultado deverá ser aplicado às usinas hidroelétricas que entrarem em operação após a publicação da lei.

Por fim, os arts. 5º e 6º dispõem, respectivamente, sobre a revogação do art. 29 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que alterou o art. 1º da Lei nº 8.001, de 1990, e sobre a cláusula de vigência da lei.

O ilustre Senador Blairo Maggi menciona na justificação da proposição em análise que os municípios têm usado os recursos financeiros advindos da CFURH de forma ineficiente, quando não ilegal, razão pela qual propõe que as municipalidades passem a receber parte da compensação em energia, que deve ser destinada a projetos de geração de emprego e renda.

A matéria foi lida em plenário, em junho de 2011, e encaminhada para apreciação e deliberação desta Comissão e da Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Não houve emendas no prazo regimental.

Nesta Sessão Legislativa, na condição de Presidente da CMA, avoquei a relatoria de tão importante matéria.

Análise.

Cabe à CMA, conforme art. 102-A, II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente e à defesa do consumidor.

O PLS encontra fundamento no art. 20, § 1º, da Constituição Federal, que assegura a participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da lei. Ademais, a matéria em análise não está incluída entre aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, elencadas no § 1° do art. 61 da Constituição Federal.

Portanto, entendemos que o PLS atende aos requisitos de constitucionalidade e está notadamente dentro do campo de competência legislativa do Congresso Nacional.

Também não há restrições a fazer quanto à juridicidade e à regimentalidade. Quanto à técnica legislativa, entendemos a necessidade de ajustar o art. 2º, a fim de transformar o § 3º-A, a ser incluído no art. 1º da Lei nº 8.001, de 1990, em § 7º, com a devida renumeração dos demais parágrafos; e (ii) suprimir o art. 5º do PLS, uma vez que conferir nova redação a um dispositivo não requer revogação de outro que o modificou.

No mérito deve-se lembrar que os Municípios representam a ponta de execução de políticas públicas e estão diretamente em contato com a população atendida pelos serviços prestados pelo Estado. Por isso, não cabe somente ao Presidente da República e aos governadores a preocupação de incentivar o desenvolvimento das diferentes regiões do País. Os Municípios podem e devem procurar mecanismos que criem renda e qualidade de vida para os cidadãos.

A proposta apresentada pelo ilustre Senador Blairo Maggi busca dotar os Municípios de instrumento eficaz de indução de renda, por meio de programas específicos a serem discutidos e aprovados nas Câmaras Municipais. A energia que os Municípios passarão a receber, como participação nos resultados, induzirá a implantação de parques industriais e, com isso, levará o desenvolvimento de mais de 700 Municípios que hoje recebem CFURH.

Os Municípios que atualmente recebem essa participação em pecúnia poderão optar pela continuidade desse sistema ou pelo novo regime, o que mitiga impactos em suas finanças.

Segundo a Aneel, nas Regiões Norte e Nordeste, 19 e 54 Municípios, respectivamente, recebem a CFURH. A partir do que propõe o PLS nº 317, de 2011, esses entes poderão utilizar a energia elétrica, na forma de participação nos resultados, para desenvolvimento de política industrial de acordo com as peculiaridades de cada região.

Uma vez que o Município promova medidas dentro de política industrial sustentável, em consonância com as melhores práticas ambientais, gerará benefícios para o meio ambiente e para a geração futura. Além disso, atraindo empresas de interesse do consumidor, poderá aumentar a oferta de bens naquela região, o que poderá beneficiar o consumidor.

Por fim, a fim de não afetar as finanças dos Municípios, entendemos ser necessário suprimir o dispositivo que estabelece a isenção da CFURH para as PCHs com capacidade entre 10 e 30 mil quilowatts que iniciaram operação antes da Lei nº 7.427, de 1996.

Assim, submeto à análise de V. Exªs, como sugestão para aperfeiçoamento do projeto, a Emenda nº 1 – CMA, que visa suprimir a alteração no inciso I do art. 4º da Lei nº 7.990, de 1989, e as Emendas nº 2 – CMA e nº 3 – CMA, que visam adequação do PLS à técnica legislativa.

O voto.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 317, de 2011, e pela sua aprovação, no mérito, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1 – CMA:

Suprima-se a alteração proposta pelo art. 1º do PLS nº 317, de 2011, no inciso I do art. 4º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Emenda nº 2 – CMA:

Suprima-se o art. 5º do PLS nº 317, de 2011, renumerando os demais.

Emenda nº 3 – CMA

Dê-se a seguinte redação ao art. 2° do PLS nº 317, de 2011:

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A distribuição mensal da compensação financeira ou da participação no resultado da exploração de que trata o inciso I do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada por esta Lei, será feita da seguinte forma.

I – dois inteiros e sete décimos pontos percentuais, em pecúnia, aos Estados;

II – um inteiro e trinta e cinco centésimos pontos percentuais, em pecúnia, aos Municípios;

III – um inteiro e trinta e cinco centésimos pontos percentuais, em energia, aos Municípios;

IV – seis décimos de ponto percentual, em pecúnia, à União, distribuído da seguinte forma:

a) trinta por cento ao Ministério do Meio Ambiente;

b) trinta por cento ao Ministério de Minas e Energia;

c) quarenta por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991.

§ 1º Na distribuição da compensação financeira e da participação no resultado da exploração, o Distrito Federal receberá os montantes correspondentes às parcelas de Estado e de Município, nos termos desta Lei.

§ 2º Nas usinas hidrelétricas beneficiadas por reservatórios de montante, o acréscimo de energia por eles propiciado será considerado como geração associada a estes reservatórios regularizadores, competindo à Aneel efetuar a avaliação correspondente para determinar a proporção da compensação financeira ou da participação no resultado da exploração devida aos Estados, Distrito Federal e Municípios afetados por esses reservatórios.

§ 3º – A Usina de Itaipu distribuirá, mensalmente, respeitados os percentuais definidos no caput deste artigo, sem prejuízo das parcelas devidas aos órgãos da Administração Direta da União, aos Estados e aos Municípios, por ela diretamente afetados, 85% dos royalties ou da participação no resultado da exploração, devidos por Itaipu Binacional ao Brasil, previstos no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como, nos documentos interpretativos subsequentes, e 15% aos Estados e Municípios, afetados por reservatórios a montante da Usina de Itaipu que contribuem para o incremento de energia nela produzida.

.....

§ 6º – No mínimo, 30% dos recursos a que se refere a alínea "c" do inciso IV do caput deste artigo serão destinados a projetos desenvolvidos por instituições de pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas das Superintendências Regionais.

§ 7º – A parcela de que trata o inciso III do caput deste artigo, devida aos Municípios, será calculada pela energia média mensal produzida pela hidroelétrica no ano anterior.

§ 8º – A energia de que trata o inciso III do caput deste artigo será aplicada em programas de geração de emprego e renda, por meio de incentivos não tributários a indústrias que queiram se instalar nos Municípios.

§ 9º – Caberá às Câmaras Municipais dos Municípios beneficiados com compensação financeira e participação no resultado da exploração dos recursos hídricos discutir e aprovar os programas de que trata o § 8º deste artigo.

§ 10 – O detentor de concessão ou autorização de geração de energia hidroelétrica será responsável pela contratação da energia de que trata o inciso III do caput deste artigo, em nome do Município, e pelo pagamento do contrato, caso a hidroelétrica localizada no Município não disponha de energia descontratada para atender o disposto nesta Lei.

Esse é o parecer, Sr. Presidente, que eu coloco em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Muito obrigado, Senador Otto.

Em discussão.

Com a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Ataídes, nosso Relator, Senador Otto Alencar, Senador Blairo Maggi, autor do projeto, Srs. Senadores, quero primeiro parabenizar o Senador Blairo pela autoria do projeto.

Esse projeto é de suma importância. Os *royalties,* tanto na geração hídrica de que trata o projeto como na exploração mineral, têm como objetivo propiciar aos Estados e aos Municípios que recebem esses *royalties* possam se preparar para a mudança de sua base econômica, de tal forma que, quando deixar de existir, não é o caso do hídrico, mas é o caso do mineral, eles possam ter a economia em outras bases e que garantam o desenvolvimento do Município de forma sustentável.

O Senador Blairo propõe que 50% dessa compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos sejam transferidas aos Municípios não em forma de recursos, mas por energia, de tal forma que o Município possa utilizar essa energia como instrumento de atração de novos investimentos para aquele Município.

Então, é um projeto de importância vital, até porque lamentavelmente muitas das vezes, se não a maioria das vezes, esses *royalties* são utilizados de forma a não serem aplicados em áreas que venham a desenvolver no futuro Município. São aplicados em obras que, não digo que não sejam importantes, mas que não contribuem para o desenvolvimento econômico e social do Município.

Eu só queria propor ao Senador Blairo...

Eu tenho um projeto na linha do que V. Exª propôs aqui, que é o Projeto nº 405, de junho, que está na Comissão de Infraestrutura. Esse projeto é diferente do projeto do Senador Blairo porque ele mantém o *royalty*, ele mantém a compensação financeira e, a partir de agora, as novas usinas de geração de energia hídricas transferirão aos Estados 5% da geração de energia, para que os Estados possam utilizar esses 5% para fazer exatamente isso que o Senador Blairo propõe no seu projeto, quer dizer, atrair investimentos, dando a eles uma tarifa reduzida de energia dentro dos 5% que lhe caberão. Não nas que já estão funcionando, porque, aí, poderia trazer um desequilíbrio econômico e financeiro, mas que, nos próximos, esses 5% já entrem no cálculo econômico e financeiro do novo projeto de geração de energia.

Eu só consultaria o Senador Blairo se nós não poderíamos fazer, também, a mesma proposta que atende aos Municípios para os Estados, já com relação ao *royalty*, ou seja, 50% da parte que cabe aos Estados não sejam transferidos em forma de recurso, mas sim em energia para ser usada em projetos que venham a ser atraídos pelo Estado onde a energia é gerada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senador Flexa.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi, autor desse belíssimo projeto de lei.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente em exercício e Vice-Presidente da Comissão, Senador Ataídes de Oliveira. Cumprimento também o Presidente, Senador Otto Alencar.

Quero justificar rapidamente o porquê do interesse de projeto.

Eu nasci em uma cidade chamada São Miguel do Iguaçu, no Estado do Paraná, vizinha de Foz, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Itaipulândia, Municípios que foram afetados pelo lago do Itaipu. E o lago do Itaipu é um lago bastante grande e, portanto, tem essa compensação.

E o que aconteceu? Ao longo dos últimos 30 anos em que foi implementada essa política, os Municípios que são detentores desses *royalties*, dessas contribuições, e comparado com os outros Municípios do Paraná que não têm essa contribuição, se fizermos uma análise, vamos ver que o IDH e outros índices que medem a eficiência de administração, o progresso e o bem-estar daquela população, não diferem muito entre quem teve o benefício e quem não teve o benefício.

Isso se explica porque a administração pública local acaba gastando esse dinheiro, Senador Flexa, em coisas que não são produtivas, são efêmeras, elas vêm fazem uma festa, fazem não sei o quê, arrumam isso, quando veem acabou o dinheiro. Muito bem.

Eu sempre entendi e era estudante em Curitiba quando fazia essa discussão. E a *Gazeta do Povo, d*e Curitiba, liderou esse movimento da questão dos *royalties*, a contribuição lá no Paraná. E foram vitoriosos, de fato saiu.

Mas eu fico imaginando se esses recursos tivessem sido propostos, como nós propusemos agora aqui, em crédito de energia para que o Município pudesse fazer uma política industrial. E aí eu fico imaginando, ao redor de Curitiba, em São José dos Pinhais, há duas ou três fábricas de automóveis, hoje, naquela região, e tenho certeza absoluta de que, se esses Municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel, Medianeira, Matelândia, Itaipulândia e Santa Helena, que têm essa energia ou teriam essa energia de graça, eles teriam atraído, Senador Raupp, esses investimentos para essa região e, aí sim, nós iríamos ver o desenvolvimento da região em função da usina de Itaipu que chegou.

E assim vale para Marabá, assim vale para Porto Velho, assim vale para todos os locais onde há grandes potenciais hidrelétricos, porque esses potenciais existem, eles são explorados e eles levam para essas regiões grandes problemas sociais.

Quando as obras terminarem, os problemas ficam lá, e a energia vem embora para o Sul, para o Sudeste. Nem ICMS nós conseguimos cobrar nessa região. Aliás, há outros projetos andando aqui também que querem destinar parte do ICMS para a origem, o que está absolutamente correto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Todos os produtos são.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Todos são. Nós temos de fazer essa discussão.

Resumindo, eu penso que, implementada essa política, nós vamos ver os Municípios envolvidos nas construções, em que os potenciais se tornam efetivamente reais, que eles possam gerar, a partir daí, uma política: ou doar essa energia, fazendo um programa de incentivo por dez anos ou por quinze anos, ou reduzir o preço de energia. Enfim, que a sociedade discuta o que vai querer fazer. A questão é não simplesmente dar em pecúnia, dar em dinheiro, e esse dinheiro simplesmente desaparecer e não trazer benefício nenhum para a sociedade, somente para os políticos de plantão que lá estão, que fazem política, às vezes, não muita correta.

É essa a justificativa desse projeto. Como eu disse, eu nasci numa cidade que tem que tem esse benefício, mas ele não se traduziu, ao longo dos 30 anos, em algo que fosse um diferencial em relação à média do Estado do Paraná.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Senador Flexa, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Blairo, a sugestão que eu fiz é de estendermos esse mesmo benefício aos Estados, porque é menor a participação dos Estados na compensação financeira, mas, de qualquer maneira, é importante também. Se ele tiver metade da compensação em energia, como V. Exª destina aos Municípios, eles poderão também fazer uma política de atração de investimentos no Estado todo e não só no Município onde está localizada a hidrelétrica.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Flexa, eu sugiro...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Blairo, permita a minha interveniência?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Flexa, o PLS nº 317, do nosso querido Senador Blairo Maggi, já se encontra nesta Casa há muito tempo. V. Exª teria de ter apresentado uma emenda, o que não foi feito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Pode fazer na CAE ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Veja só. Eu sugiro – aqui não é terminativo – que nós hoje aprovemos o projeto do Senador Blairo e que, na CAE, V. Exª apresentaria a sua emenda. Pode ser?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sem problemas. Eu quero só a concordância do autor, para poder ter...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – ... se for consensual.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O Senador Aloysio está dizendo algo, mas pode ser na CAE. Eu só peço a concordância do autor. Senão, eu não farei a emenda. Eu deixarei o projeto continuar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Claro. Sem dúvida nenhuma. O que for para melhorar o projeto é bem-vindo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Realmente, eu tomei conhecimento do projeto apresentado pelo Senador Blairo Maggi e a justificativa feita realmente sensibiliza. Todos nós que já assistimos a isso vemos que as melhores terras daqueles Municípios são inundadas. Aquela cidade fica com uma arrecadação acima, e, normalmente, nós assistimos a que nada se produz de positivo, com raras e honrosas exceções.

Há cidades assim no meu Estado de Goiás como, por exemplo, São Simão, que é uma das regiões mais férteis do Estado. Com a usina hidrelétrica, o que ocorreu? Toda a área foi inundada, a cidade recebe um repasse altíssimo, e, no entanto, é o caos completo, é cada um disputando quem vai roubar mais o cofre público no próximo mandato.

Nós estamos vivendo essa realidade, ou seja, as cidades, na verdade, ficam quase que numa condição de nenhum desenvolvimento. As pessoas que ali perderam suas terras migram para outros lugares. Enfim, não há um incentivo para aquela região.

O que me preocupa também é a área de mineração. É algo que meu Estado, ultimamente, vem sofrendo muito, principalmente na exploração de cobre e níquel. Como Goiás é muito rico nesses dois metais, nós estamos vendo a necessidade de rediscutir essa situação em relação ao período em que aquelas minas produzem.

Depois fica um caos no Município, como, por exemplo, uma cidade chamada Campos Verdes, que tem uma das maiores minas de esmeraldas do meu Estado de Goiás, que, depois do período de exploração, tem um caos instalado ali dentro. É uma situação de criminalidade, prostituição infantil, drogas. Enfim, ficou todo aquele resquício e sem a menor capacidade de apresentar alternativa para as pessoas que lá vivem.

Quero cumprimentar a iniciativa do nobre Senador Blairo Maggi e dizer que quero também me debruçar sobre essa ideia na tese da área da exploração mineral.

Voto favoravelmente ao projeto do Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senador Ronaldo Caiado.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, também quero parabenizar o Senador Blairo pela brilhante ideia, e o Relator por ter mantido essa ideia.

Diante da guerra fiscal que os Estados estão vivendo, que os Municípios, Senador Flexa, possam oferecer de atrativo para a instalação nesses lugares o que ela tem, seja energia, seja água, seja território. Esse é um elemento que, com certeza, vai gerar outras riquezas, outros incentivos, porque, muitas e muitas vezes, nós não vemos todo esse dinheiro ser convertido em absolutamente nada.

O meu Estado também tem algumas cidades que recebem muitos *royalties* e essas cidades têm um dos piores IDHs do Brasil. Isso é incoerente, isso é exemplo de como não se deve gastar toda essa riqueza, toda essa fortuna. Talvez assim, trocando a pecúnia, o dinheiro, por energia e por esse outro atrativo, isso faça com que fábricas e empresas se instalem e gerem emprego em todas essas cidades que, pela generosidade divina, têm o privilégio de ter essa riqueza hídrica e energética.

Então, mais uma vez, parabenizo o Senador Blairo Maggi. É uma ideia tão boa que até se quer estendê-la para outros Estados, como a proposta do Senador Flexa Ribeiro.

Parabéns ao Relator e ao autor da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria também cumprimentar o Senador Blairo Maggi pela iniciativa e cumprimentar o Senador Otto pela busca de aperfeiçoar esse projeto.

Eu acho que não é sem razão que vários colegas pediram a palavra para fazer algum comentário sobre esse tema. O fato é que o nosso País, continental como é, com a riqueza que tem, quando faz a exploração dessas riquezas, especialmente os recursos renováveis, o legado que fica para as populações locais é muito questionável. Vai de cidades litorâneas do Rio, que recebem uma enormidade de *royalties* e o IDH não mudou como deveria, que é um bom indicador, ao interior do País. O Senador Blairo tem toda razão.

Penso que, com serenidade, especialmente aqui, no Senado, deveríamos refletir mais sobre isto, Senador Otto: como nós podemos fazer modificações na legislação que levem a um resultado objetivo, ou seja, quando houver a exploração mineral, como colocou aqui o Senador Caiado, de qualquer outro recurso, especialmente recursos renováveis, que haja a possibilidade concreta de melhoria da condição de vida das populações que vivem na região onde há o empreendimento ou a exploração. O que não ocorre hoje no País.

Agora, nós estamos construindo Belo Monte. Acabamos de construir duas hidrelétricas no Madeira, que ainda estão entrando em operação. A energia produzida em Santo Antônio e Jirau vai direto, numa linha de

transmissão, para Araraquara e abastece o centro-sul do País. Os ganhos para a Região Norte pelo uso de um dos recursos renováveis em nosso mais expressivo rio é nenhum. É a mesma regra que foi usada em Itaipu: pouco fica para as populações locais. Então, acho que essa iniciativa suscita um debate.

Eu mesmo, quando era Governador ainda, tomei uma iniciativa, junto com o Governo de Rondônia, do Amazonas, propus audiência e vou apresentar uma proposta nesse sentido – já falei da tribuna – para mudar essas regras garantir que os benefícios para as populações locais, de onde se fazem esses empreendimentos, sejam reais e concretos.

O pagamento de *royalties* e a compensação ambiental não trazem a mudança que precisa acontecer quando se tem um investimento desse porte.

Então, acho que a iniciativa do Senador Blairo é valiosa. Os comentários dos colegas também apontam para essa preocupação.

E eu queria, Sr. Presidente e Sr. Relator Otto Alencar, dizer que acho que aqui nesta Comissão, nós deveríamos aprofundar um debate como esse. Que benefícios as populações das regiões, as populações locais devem ter quando se faz a exploração de recursos, sejam recursos finitos, sejam renováveis. Mas temos que trabalhar uma legislação neste País que possa mudar e até cumprir o que está estabelecido na própria Constituição, que é um melhor equilíbrio entre as regiões, do ponto de vista dos indicadores socioambientais e econômicos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

E passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Ataídes, Relator e Presidente também, Senador Otto Alencar, eu queria parabenizar o Senador Blairo Maggi, porque o momento não poderia ser mais oportuno.

A reportagem do Fantástico, da Rede Globo, no último domingo, trouxe a construção dessas usinas, com problemas. Elas vieram, num primeiro momento trouxeram desenvolvimento, geração de empregos; mas agora que os empregos já estão diminuindo, porque está na fase de conclusão, fica só o estrago. Fica uma massa de 30 a 40 mil trabalhadores desempregados.

Não temos indústrias nessas cidades do Norte, onde estão saindo essas usinas, sobretudo em Porto Velho, que é a capital do meu Estado, que tem um terço da população do Estado, é uma cidade ainda pobre, sem industrialização. Então, esse projeto poderá trazer essa oportunidade, no momento em que o Governador do Estado está criando uma estrutura para desenvolver a indústria no Estado, em Porto Velho e em todo o Estado.

Então, vem a calhar, porque falta... Eu até tinha conversado com o Governador do meu Estado, para que ele pudesse encontrar uma forma de deixar os *royalties* das usinas, antes mesmo desse projeto, que pudessem ser revertidos em energia, em subsídio na energia, porque hoje o que pesa mais na indústria, pesa até nas residências das famílias, é a energia elétrica. Em relação aos impostos, ainda há no Norte os incentivos da Zona Franca de Manaus, da Sudam, ainda há alguns incentivos de impostos, mas a energia elétrica é o que mais pesa hoje na conta do empresário. Então, se vier um subsídio dessa forma, com certeza vai aumentar a capacidade e a possibilidade de os governos atraírem indústrias para aquela região.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não havendo mais discussão, coloco em votação o Projeto de Lei nº 317, de 2011, de autoria do Senador Blairo Maggi, com a relatoria do Senador Otto Alencar.

Aqueles que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, com as três emendas do Relator.

E devolvo a Presidência desta tão conceituada Comissão ao Senador Otto Alencar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, para agradecer os colegas pelos comentários e pelo voto de apoio.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Questão de ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu queria pedir que retomássemos a sequência dos itens. Nós temos o item 2 para relatar, um projeto de autoria de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2015
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para prever isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) a imóvel rural localizado à margem do Rio São Francisco, dos seus afluentes e de suas nascentes em que esteja preservada ou em processo de recomposição a vegetação das áreas de preservação permanente de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.
Autoria: Senador Otto Alencar
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação
Observações:
– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Passo a palavra ao Nobre Senador Eduardo Amorim, para relatar o item 2.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, o Projeto nº 202, de 2015, tem por objetivo isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, o ITR, os imóveis à margem do Rio São Francisco, seus afluentes e nascentes, em que esteja preservada ou em processo de recomposição a vegetação das Áreas de Preservação Permanente referidas na Lei nº 12.651, de 2012, nosso Código Florestal, de 25 de maio de 2012.

A autoria, como já disse, é do Presidente da nossa Comissão, Senador Otto Alencar, e, como foi dito, o objetivo é o tratamento tributário diferenciado, que se deve à importância estratégica do Rio São Francisco para o Brasil e, em especial, para o desenvolvimento socioeconômico de sua bacia hidrográfica.

Acredita-se que essa medida incentivará a recuperação da vegetação em Áreas de Preservação Permanente que margeiam o São Francisco.

Com essa medida, estaremos promovendo o desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do Brasil, pela isenção do ITR, além de beneficiar o meio ambiente, pois induzirá a recuperação da vegetação ribeirinha.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 202, de 2015, pois cabe a esta Comissão opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente.

Logo, a ampliação do tratamento tributário diferenciado na região que margeia o São Francisco beneficiará o meio ambiente local, incentivando a recuperação de sua vegetação.

Ademais, os aspectos relativos à legislação tributária, aos impactos nas finanças públicas, à constitucionalidade e à juridicidade ainda serão analisados pela CAE e pela CCJ, em caráter terminativo, Sr. Presidente.

Esse é o nosso relatório e o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu queria, como autor do projeto da isenção do ITR, explicar aos Srs. Senadores essa questão do Rio São Francisco.

Estive, no domingo, percorrendo parte do Rio São Francisco e tive a oportunidade de participar da Romaria das Águas no Município Bom Jesus da Lapa, o que sempre faço. Sempre visito Bom Jesus da Lapa.

Então, fui à Romaria das Terras e das Águas, no domingo, em Bom Jesus da Lapa. A missa começa às 5h. E saí de lá no fim da tarde e corri parte do Rio São Francisco.

Então, esse projeto de isenção do ITR é porque acredito... Pelo que observei, ao longo desses anos todos em que o Rio São Francisco vem sendo acometido de várias ações, que o estão levando ao seu passo terminal, não creio que o Governo tenha tomado nenhuma iniciativa para revitalização.

O Governo agora, depois dessas crises todas que aconteceram no Estado de Minas, em Belo Horizonte, faltando água em São Paulo e no Rio de Janeiro... E, depois dessa reunião que tive com a Presidenta Dilma e com quatro Ministros, creio que, se não houver um envolvimento da sociedade, daqueles que utilizam a água, dos proprietários à margem das nascentes, dos afluentes do riacho, não haverá uma revitalização.

Então, essa isenção do ITR, o Imposto Territorial Rural, é para que os proprietários rurais da bacia do Rio São Francisco tomem, inclusive, consciência de que estão levando o rio à morte.

Nessa romaria de domingo, estive com o Bispo Dom Luiz Cappio e eu fiz uma cartilhazinha – como muita dificuldade, mas fiz – e distribuí lá, nas escolas de todo o trajeto do rio. E coloquei uma frase de Dom Luiz Cappio de quando começou a transposição do Rio São Francisco – de quando começou a transposição sem a revitalização.

A frase dele é a seguinte: "O Rio São Francisco está na UTI e vai, dentro de pouco tempo, morrer".

Quando a coloquei na cartilhazinha e mostrei ao Dom Luiz – levei, inclusive, o livro, o livreto do Papa Francisco, a Encíclica dele falando sobre o meio ambiente... Dei-lhe o livro e mostrei a cartilha, em que estava a frase dele, e ele disse: "Otto, você vai ter de mudar a frase". Eu disse: por que, Dom Luiz? "Porque o rio não está mais na UTI. Quando se está na UTI, há muita gente cuidando, e o paciente pode sair. O Rio São Francisco está na fila do SUS, é o último da fila. Ele vai morrer, porque está na fila do SUS."

E realmente essa é uma realidade, porque o trajeto do Rio São Francisco – e lá em Bom Jesus da Lapa observei isso –, na direção do oceano Atlântico... O Senador Eduardo Amorim é lá do Estado de Sergipe, que sofre e vai sofrer essas consequências. Acredito que, entre o Município de Xique-Xique e Morpará, pela primeira vez, o rio vai se interromper, até porque o calado já não permite nem que as canoas possam mais... As canoas estão encalhando no Rio São Francisco.

Então, pela primeira vez, vai acontecer a interrupção do Rio São Francisco entre Xique-Xique e Morpará, o que é de uma gravidade muito grande, é uma coisa que precisa realmente de ação imediata do Governo Federal. E eu não vejo o Governo Federal, até porque a reunião que eu tive com a Presidente Dilma, no dia 23 de abril; com o Ministro Jaques Wagner; com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; com o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa; e com o Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, foi para que apresentassem, em 30 dias, um projeto de intensificação da revitalização do rio. Passados 60 dias, mais do que isso, nenhum dos Ministérios apresentou absolutamente nenhum projeto.

Então, acredito que, se não houver o envolvimento dos proprietários à margem das nascentes, dos riachos e da cara do rio da sociedade e a isenção de impostos, para que isso venha a acontecer, não sei se agora no Governo atual, mas num futuro governo, daqui a oito anos, alguém vai botar a plaquinha lá: "Aqui jaz o Rio São Francisco", se não houver revitalização. E, por isso, fiz esse projeto de isenção do TR.

E coloco em votação...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para discutir a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Apenas gostaria de, neste momento, Sr. Presidente, elogiar a iniciativa de V. Exª, que considero essencial e importante para que possamos ver uma política de revitalização do rio.

Um projeto de minha autoria, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, foi aprovado na semana passada, transformando em lei aquilo que é hoje um plano de revitalização do rio que está no papel, abandonado há muitos anos. Esse projeto vem para esta Comissão, em caráter terminativo. E eu solicito, inclusive, que V. Exª possa ser o Relator, para incorporar todo esse esforço que nossa bancada especialmente liderada por V. Exª tem feito no sentido de colocar o Rio São Francisco na pauta de prioridades de investimentos nacionais.

Então, quero adiantar o meu voto e parabenizar V. Exª pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice da Mata, conheço a luta de V. Exª em favor do Grande Rio, como chamam os indígenas lá da Bahia – o Grande Rio, o Rio São Francisco. E terei o maior prazer de relatar essa contribuição que V. Exª dá, que é muito importante e tem ajudado bastante. Eu creio, e todos os Senadores do Nordeste, que não haverá transposição de água sem água – absolutamente não haverá!

E, com a interrupção agora, a Barragem de Sobradinho, pela primeira vez, em setembro, deve chegar ao volume morto. E a tragédia será muito grande para os Estados do Nordeste.

Então, vou colocar em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, não use essa expressão volume morto, porque lembra o que o ex-Presidente Lula disse, ao afirmar que tanto ele, quanto a Presidenta Dilma e o PT, estão abaixo do volume morto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Mas lembra também, Sr. Presidente, o sofrimento do povo de São Paulo, que ficou tanto tempo no volume morto lá em Cantareira, sem água, sem abastecimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu queria voltar ao tema.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Hoje eu estou pacificador. (*Risos.*)

Sr. Presidente, quando discutimos o Código Florestal – é impressionante como o processo ideológico, às vezes, compromete o bom senso –, nós nos preocupamos exatamente em definir o que eram as APPs e o tamanho das APPs. E a Presidente confundiu Código Florestal com Código Fundiário. Aí ela disse: "Olha, aquele que tiver até cinco módulos fiscais não precisa ter APP."

Então, o problema todo é que a sobrevivência do rio não pode ficar na dependência de se o cidadão que está na beira do Rio São Francisco tem mais de cinco módulos fiscais ou menos de cinco módulos fiscais. Esse foi um erro primário. Nós derrotamos isso várias vezes. E, por fim, ela legislou por decreto.

Esse quadro é complexo. Eu entendo a posição de V. Exª em retirar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, mas é importante que, para uma situação emergencial como essa, sejam grandes rios, como o São Francisco e também o Rio Araguaia, o Tocantins ou o Paranaíba ou o Parnaíba, enfim, são rios que dependem muito da situação do solo.

Então, há rios que realmente vão para o processo de assoreamento muito mais rápido do que outros. A Embrapa demonstrou isso com muita qualidade.

Nós não podemos tratar todos os rios da mesma maneira. Nós temos, por exemplo, rios na Europa que estão incrustados ou engaiolados dentro daquelas colunas de concreto e que realmente sobrevivem. E nós temos rios em posições como essas que V. Exª coloca, do Rio São Francisco, que têm outros complicadores, principalmente pelo terreno aonde ele flui.

Ora, numa situação como essa do Rio São Francisco – e V. Exª se dedica a este assunto –, seria importante que o Governo Federal assumisse uma faixa, como se tem faixa de rodovia, que o Governo tivesse aquela área de servidão, seria fundamental que fosse uma área destinada única e exclusivamente a ser recomposta pelo Governo.

Não tem como o pequeno agricultor, principalmente dos Estados do Nordeste, onde as terras melhores estão exatamente na beira-rio, é lá que se tem o mínimo de qualidade de terra para produzir, replantar aquelas áreas ou fazer com que as áreas voltem a florescer.

Essa é uma política séria, é uma política que teria que ser uma política de governo, dedicada a um rio como esse que é não só a sobrevivência do Nordeste, mas a condição de aquela região toda do Brasil, uma das mais populosas, amanhã imaginar a condição de continuar tendo água.

Então, eu saúdo a posição de V. Exª, vou votar favorável ao Imposto Territorial Rural, mas, conhecendo um pouco desse tema e conhecendo também as cabeceiras do São Francisco, nós precisaríamos ter uma política que fosse não no sentido de desalojá-los apenas; dar alternativas a essas pessoas que estão lá, mas fazer uma política que fosse de recuperação.

O meu Rio Araguaia, por exemplo, em Goiás, na origem nossa, no Mato Grosso, está totalmente assoreado. São voçorocas lá de mais de dez andares. Nós estamos vendo o assoreamento destruir o Rio Araguaia também, como a outros tantos. E nessa preocupação, o ITR traz o impacto, mas há necessidade de fazermos uma política que seja principalmente voltada a resguardar esses mananciais, essas cabeceiras e também a continuidade do rio. Não é apenas a cabeceira que vai assorear todo o rio, mas também a maneira como ela é trabalhada na borda do rio. Nós precisaríamos fazer com que essa área já delimitada no Código Florestal não excluísse quem tem quatro ou cinco módulos fiscais da necessidade de ter, sendo às vezes até necessário que o Governo adquirisse essas terras para que elas fossem transformadas em APPs.

Isso é uma necessidade. Se não fizermos isso, nós vamos ver cada vez mais o desaparecimento de grandes rios no Brasil. Essa é uma verdade, concordo 100% com a sua tese. E lutei muito no Código Florestal para que se pudesse recuperar parte disso. Infelizmente, prevaleceu muito mais o discurso ideológico e populista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu também não quero polemizar. O País inteiro e esta Casa sabem do esforço do Senador Caiado na época do Código Florestal, do meu e do Senador Luiz Henrique por outro lado, mas isso é página virada. Eu só quero pôr outra visão um pouco diferente, mas eu me somo aos colegas do plenário quanto à preocupação que o Brasil vive em relação aos seus mananciais.

A Senadora Lídice, num pequeno aparte, colocou isso claramente. O Brasil agora parece que acordou para o grave problema que tem em relação aos seus mananciais, ao abastecimento de água. Quando a crise hídrica, a insegurança hídrica chegou ao Sudeste brasileiro, atingindo uma região de 50 milhões de pessoas – e estou me referindo ao Espírito Santo, a São Paulo, a Rio de Janeiro e a Minas –, isso virou manchete de jornal. Aí nós tivemos uma situação inimaginável: que pudesse São Paulo ficar sem abastecimento de água.

De fato, o volume morto original está lá, foi usado, de Cantareira, para tentar abastecer a população.

Só há um probleminha no meio do caminho: as chuvas este ano estão sendo escassas e, quando nós chegarmos ao período e, quando chegarmos ao período de seca, o volume de reservação vai estar abaixo do que estava no ano passado. Isso significa que é possível que haja um problema mais grave ainda no final deste ano, no que diz respeito a abastecimento de água na maior cidade do País, uma das maiores do mundo.

É óbvio que estão evidenciadas nisso pelo menos duas coisas: a ausência de investimento e o descuido com seus mananciais. Por que o Rio Pinheiros, o Rio Tietê, o Rio Tamanduateí, que são três grandes rios que passam dentro da cidade de São Paulo, não são usados para o abastecimento de água? Porque eles são os três

maiores esgotos que o Brasil conhece. Não há custo que compense tirar água do Tietê e do Pinheiros para tentar... Então, essa é a realidade.

V. Exª traz um alerta, uma denúncia aqui e na tribuna do Senado: "Olhem, o Rio São Francisco está passando por um momento de vida ou morte". Eu me associo a V. Exª, porque ainda há tempo. Por mais que V. Exª tenha carregado na tinta sobre os alertas, eu acho que há tempo. Nós estamos fazendo uma das maiores obras de transposição, 12 milhões de pessoas vão depender do abastecimento de água potável com essa transposição, que deverá ser entregue nos próximos dois anos, segundo eu me informei pessoalmente com o próprio Ministro da Integração. Em 2017, essas obras estarão prontas. E V. Exª faz um alerta: "Vamos cuidar das nascentes, vamos cuidar do rio, vamos cuidar dos afluentes, sob pena de, depois, não termos água para atender à população". Então, eu acho que esse alerta é importante.

Quanto à saída, eu acho que o projeto que V. Exª apresenta é uma iniciativa importante, que merece o apoio de todos nós. Eu só queria fazer aqui um reparo. O problema do País e dos rios brasileiros não está nem nos agricultores familiares nem nas pequenas propriedades. Por isso, a Presidenta, acertadamente, no meu ponto de vista, fez uma medida flexibilizando as áreas de reserva legal e de APP nas pequenas propriedades de até quatro módulos fiscais. Se somarmos os quase 3,5 milhões de pequenas propriedades de áreas de agricultura familiar, nós chegaremos perto de 20% das áreas usadas para a produção agropecuária no Brasil.

Eu não estou, com isso, querendo dizer que o problema é dos grandes proprietários. A opção que foi feita foi a correta, porque vejam só: flexibiliza-se numa menor área, somando-se um maior número de propriedades. Uma propriedade no sul do País com quatro módulos fiscais tem 4ha, com um tem 10. Isto é em homenagem ao Senador Luiz Henrique, pois foi o que nós defendemos – e, por isso, eu também fui combatido por alguns mais radicais do ponto de vista da proteção e preservação do meio ambiente –: é óbvio que um pequeno proprietário de 10ha, se ele tiver um nível de restrição que tem uma grande propriedade, não vai ter onde desenvolver sua atividade, seja de criação, seja de plantação. Eu entendo que foi pensando nisso que a Ministra do Meio Ambiente e a Presidenta da República fizeram um diferencial. Há, então, uma maior rigidez para a maior área – ou seja, o meio ambiente ganha com isso – e uma flexibilização na menor área.

Inclusive, a Presidenta fez um entendimento com os Estados Unidos, em que há metas voluntárias a serem atendidas. E eu espero que hoje ainda possamos ter uma decisão sobre esses dois requerimentos dos itens 16 e 17, para que se possa debater a questão da mudança do clima, para que se possa debater a implementação do novo Código Florestal, porque esse tema que o Senador Caiado e outros colegas trouxeram aqui é da maior importância. O Brasil, hoje, está ganhando respeito mundo afora, porque está iniciando um processo de recomposição de florestas. Isso vem das grandes, médias e pequenas propriedades. Isso é o que está nos garantindo ter uma voz mais altiva nos debates que estão sendo feitos sobre mudanças climáticas. O compromisso que o Brasil tem de recomposição de florestas... E onde estão essas áreas? A grande maioria delas está nas nascentes, nas encostas e nas margens dos rios, que são as florestas protetoras.

Fica evidente, Senador Otto Alencar, a preocupação de V. Exª, que tem que ser a preocupação do País inteiro.

Nós precisamos não só notar que o problema grave dos rios está no Nordeste, mas também no Centro-Oeste. Nós temos uma situação de conflito entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo pelo uso de água de rios, e esse problema não é de fácil solução, vai exigir tempo e uma política que faça com que haja maior cuidado – e nisso estamos todos de acordo – com as nascentes e com as florestas protetoras, especialmente nessas regiões que são nascentes de muitos rios.

O São Francisco precisa de uma voz como a sua, mas precisa de uma ação nossa.

Eu encerro, dizendo a V. Exª que considero muito oportuno que, nesse segundo semestre, V. Exª lidere um grupo desta Comissão do Senado junto com o Ministério da Integração em que se possam fazer as duas coisas: visitar essa fase final das obras de transposição do São Francisco, mas que se faça o trabalho indo aonde V. Exª põe o dedo, relativo à grave situação que nós temos do descuido com um rio que é a causa e o sonho dos nordestinos para ter a sua água.

Creio que, no caso do Nordeste, não há como tirarmos os pequenos produtores da proximidade da água, que é o fator limitante. O que nós podemos é aperfeiçoar os projetos para que eles sejam sustentáveis. No caso do Nordeste, os assentamentos – e alguns estão dando resultado – precisam estar o mais próximo e, se possível, às margens, obviamente respeitando a lei, dos mananciais, especialmente do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Coloco em votação o parecer do nobre Senador Eduardo Amorim.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2013
– Não terminativo –

Altera a delimitação da Reserva Particular do Patrimônio Natural Emílio Einsfeld Filho em Santa Catarina e dá outras providências.
Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação
Observações:
– Matéria apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto.
– O relatório foi lido na reunião de 28/04/2015, sendo concedida vista coletiva do projeto. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.
– Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Em discussão.
Alguém quer discutir? Senadora Lídice?
Então, em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O Senador Aloysio Nunes teve que se ausentar e pediu que eu solicitasse a V. Exª para fazer a relatoria *ad hoc* do Item 10, que é de autoria do Senador Reguffe.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. É não terminativo.
Farei inversão de pauta para que V. Exª possa, então, relatar.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2015
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre obrigações das empresas aéreas em indenizar os valores pagos aos passageiros/consumidores, nos casos de atraso e cancelamento de voo, sem o prejuízo das demais disposições legais acerca dos danos morais e materiais sofridos.
Autoria: Senador Reguffe
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Vou fazer a leitura, Senador Otto, Presidente, Srs. Senadores, como Relator *ad hoc*, do parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira ao PLS nº 101, de 2015, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, aprovado pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para acrescentar obrigações ao transportador de indenizar valores pagos aos passageiros, nos casos de atraso de voo, sem prejuízo das demais disposições legais acerca dos danos morais e materiais sofridos.
O projeto é de autoria do Senador Reguffe. Ele altera os arts. 230 e 231 do Código Brasileiro de Aeronáutica.
O art. 230 proposto passa a incluir obrigações de restituições em valor diretamente proporcional ao atraso na partida dos voos: 10% em caso de atraso superior a duas horas, 20% para atrasos superiores a quatro horas, 50% em atrasos superiores a oito horas, e, para atrasos superiores a doze horas, a indenização será de 100% do valor pago pela passagem.
O art. 231, que trata de reparações decorrentes de interrupções ou atraso em aeroporto de escala por período superior a quatro horas, na modificação proposta passa a prever a indenização aos passageiros em 100% do valor pago pela passagem adquirida.

Para ambas as situações de atraso, na partida dos voos ou parada em escala, não há prejuízo das obrigações já constantes na lei.

Foi acrescida ainda a ressalva para que não sejam aplicadas as obrigações de indenização nos casos em que a má condição climática seja a causa da impontualidade dos serviços.

A cláusula de vigência define que a lei entrará em vigor na data da publicação.

A justificação informa que, apesar da existência de legislações sobre o tema, as empresas aéreas insistem em descumprir os dispositivos legais da aviação civil, desrespeitando os consumidores desse meio de transporte.

O autor afirma que falta força punitiva na legislação atual para que se aumente a possibilidade de garantir a boa prestação do serviço. Este projeto de lei sanaria essa ausência de coercitividade.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Após a análise desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o projeto será submetido, em caráter terminativo, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Análise, Sr. Presidente.

A matéria diz respeito ao direito aeronáutico, cuja competência legislativa é privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal), não havendo reserva de iniciativa em favor do Presidente da República.

A competência da CMA para opinar sobre a matéria decorre do art. 102-A, inciso III, alínea b, da referida norma, visto que um dos objetivos do projeto se insere no âmbito dos direitos dos consumidores.

A demanda por transporte aéreo cresceu cerca de 10% ao ano nos últimos dez anos. Apesar do aumento de capacidade das empresas aéreas e da infraestrutura instalada, persiste ainda a tendência de colocar-se o consumidor como depositário das ineficiências de planejamento e execução das operações. Em vez de se investir em equipes reservas de tripulação e em logística de aeronaves prontas a entrar em operação em caso de imprevistos nas escalas, penaliza-se o passageiro em qualquer falha do sistema. O tempo de espera de centenas de passageiros torna-se um custo irrelevante para as empresas aéreas rearranjarem diariamente seus voos.

Consideramos importante a previsão no projeto de lei de que haja uma comprovação de problemas meteorológicos a ser emitida pelos órgãos competentes. Esta medida, que já consta no art. 231, deverá estar prevista também no art. 230, por isso sugerimos o ajuste na redação, pois isso evitará que o argumento climático seja usado abusivamente pelas empresas aéreas.

A medida ora proposta torna oneroso ao transportador desrespeitar o passageiro nos casos previstos. Esta proposta, ao mesmo tempo, propõe indenizar o consumidor caso venha a sofrer atrasos injustificados no serviço contratado de transporte aéreo.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 101, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CMA

(ao PLS nº 101, de 2015)

Dê-se ao parágrafo único do art. 230 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na forma do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 101,

de 2015, a seguinte redação:

> "Art. 230 .....
>
> .....
>
> Parágrafo Único. Não se aplica o disposto neste artigo aos casos em que o cancelamento, interrupção ou atraso ocorra devido a más condições meteorológicas, desde que devidamente comprovadas pelos órgãos competentes."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O voto do Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão.

Senador Reguffe é o autor do Projeto de Lei nº 101, de 2015.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, este é um projeto muito importante para o consumidor deste País, para o consumidor da aviação civil deste País.

Hoje, se as companhias aéreas atrasam os voos ou cancelam um voo, o consumidor pode buscar o seu direito na Justiça, mas ele tem o trabalho de ter que entrar na Justiça, de ter que pedir uma indenização, de ver esse processo todo demorar muitas vezes alguns meses e isso faz com que algumas pessoas não busquem o seu direito.

O meu projeto tem por intuito garantir ao consumidor já uma indenização, independentemente de ele entrar na Justiça ou não. Se um voo atrasar mais do que duas horas, o consumidor terá direito a uma indeni-

zação de 10% sobre o valor da passagem que ele pagou; mais de quatro horas, 20%; mais de oito horas, 50% e mais de doze horas, o passageiro voará gratuitamente e terá o reembolso da sua passagem.

Se o passageiro ainda achar que o seu dano foi ainda maior do que esse regramento, do que essa indenização, ele ainda tem o direito de entrar na Justiça e pedir um acréscimo nessa indenização. Fica excluído qualquer atraso decorrente de uma questão climática, questão meteorológica.

Portanto, eu acho que é um projeto justo, é um projeto que visa a dar uma garantia para os consumidores deste País, criando um regramento para essas indenizações, até porque as indenizações hoje variam e variam muito, desde indenizações pequenas a indenizações grandes, dependendo do juiz.

Então, aqui nós criamos um regramento, é um direito, o consumidor fica defendido, já com direito a uma indenização e, se ele achar que merece uma indenização ainda maior, ele pode entrar na Justiça e pedir essa indenização.

Hoje as companhias aéreas tratam os consumidores deste País quase como gado, às vezes, a companhia atrasa um voo e simplesmente não avisa nada, o porquê desse atraso, para os passageiros, deixa os passageiros ali, e parece que a culpa do atraso ainda é dos passageiros.

Então, é preciso criar uma norma legal que proteja os consumidores e que faça com que as companhias aéreas, que são responsáveis pelo transporte dos passageiros e que venderam esses bilhetes para os passageiros, sejam obrigadas a indenizar os passageiros, independentemente de estes entrarem na Justiça ou não.

Eu penso que é algo importante para os consumidores deste País e algo importante para esta Comissão, que também é Comissão de Defesa do Consumidor, aprovar aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos passamos ao Item 11:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2015
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para aumentar os prazos de implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação, com 4 emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 1-T e 2-T
Observações:
– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

Nomeio o Senador Blairo Maggi como Relator *ad hoc* para apresentar o relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente.

Vamos ao relatório.

Encontra-se nesta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 276, de 2015, de autoria do Senador Humberto Costa, que altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos (SNCM), com o objetivo de dilatar os prazos de implantação desse Sistema.

O projeto em exame está estruturado em quatro artigos.

O art. 1º proposto modifica a redação dos arts. 1º, 2º, 3º, 5º e 7º da mencionada Lei. Ao art. 1º, foi acrescentada a etapa de distribuição. O *caput* do art. 2º submete ao controle do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, o SNCM, todo e qualquer medicamento produzido, distribuído, comercializado, prescrito ou dispensado em território nacional. Segundo o parágrafo único desse artigo, o controle aplica-se igualmente às prescrições médicas, odontológicas e veterinárias, no caso de esta última conter medicamento de uso humano.

O *caput* do art. 3º prevê o controle individualizado dos medicamentos mediante o emprego de tecnologias de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.

O art. 5º fixa o prazo gradual de dez anos para que o órgão de vigilância sanitária federal competente implante o referido sistema.

O art. 7º estipula a *vacatio legis* em seis anos, contados a partir da publicação da Lei nº 11.903, de 2009.

O art. 2º da proposição acrescenta art. 4º-A à Lei nº 11.903, de 2009, com o intuito de tornar obrigatória, no âmbito do SNCM, a existência de banco de dados para armazenamento e consulta de todas as movimentações dos medicamentos sob sua responsabilidade.

O art. 3º do PLS nº 276, de 2015, revoga o parágrafo único do art. 4ª da lei objeto de alteração.

Nos termos do art. 4º, a vigência começa na data da publicação da lei que porventura decorrer da aprovação do projeto. A proposição foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa.

O Senador Davi Alcolumbre apresentou duas emendas ao PLS nº 276, de 2005. A Emenda nº 1 modifica a redação do art. 3º da Lei nº 11.903, de 2009, na forma do art. 1º do projeto para dispor que o controle será realizado por meio de sistema de identificação exclusiva dos produtores de serviços e usuários com o emprego de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.

A Emenda nº 2 suprime o art. 4º-A, cujo acréscimo foi proposto no bojo do PLS 276, de 2015.

Da Análise.

Por força do dispositivo do art. 102, do inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito de assuntos relativos à defesa do consumidor. De imediato, cumpre-nos salientar que, da perspectiva da defesa do consumidor, entendemos o mérito do projeto em referência.

Em relação ao art. 1º, é louvável o acréscimo de uma etapa fundamental para o rastreamento de medicamentos até a distribuição. A redação em vigor do *caput* do art. 2º submete ao controle do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos todo e qualquer medicamento produzido, dispensado ou vendido no País, ao passo que a redação proposta, sujeita a esse controle de todo e qualquer medicamento produzido, distribuído, comercializado, prescrito ou dispensado em Território Nacional. Como se depreende, a redação proposta aprimora o texto do *caput* do art. 2º, pois abrange todo o percurso do produto, desde a fábrica até o consumidor final.

Como analisa o autor em sua justificativa do projeto, a primeira parte da redação do parágrafo único do art. 2º da proposição reduz o texto vigente desse dispositivo, ao passo que a parte final acrescenta e ressalva a respeito das prescrições veterinárias.

Reputamos adequada a redação contida no *caput* do art. 3º proposto, porque determina o controle individualizado dos medicamentos. De fato, o art. 5º representa a ideia principal do projeto, porquanto estipula prazos mais exequíveis para a implantação das diversas fases do rastreamento de medicamentos. Para que não haja dúvida quanto à incidência dos prazos previstos nesse artigo, apresentamos a emenda e retiramos a expressão "contados a partir da data de vigência desta lei". Essa expressão remete à lei em vigor desde 2009, o que tornariam os novos prazos inócuos. No mesmo sentido, acrescentamos o parágrafo único do art. 4º ao Projeto de Lei para deixar claro que os novos prazos, previstos no art. 5º da Lei nº 11.903, de 2009, passam a vigorar a partir da publicação da nova lei decorrente da aprovação do projeto em tela.

No que concerne à modificação do art. 7º, cláusula de vigência da Lei nº 11.903, de 2009, é de realçar que ela já está em vigor desde a data de sua publicação, não podendo ser, portanto, postergada a sua vigência. Para tanto, apresentamos emenda para suprimir essa alteração. Tendo em vista o art. 4º-A, que versa sobre disposições contidas no parágrafo único do art. 4º, cuja revogação é oportunamente proposta no art. 3º desse projeto.

Prosseguimos com o exame das emendas oferecidas e propostas.

A Emenda nº 1 altera o art. 3º da Lei 11.903, de 2009, de forma... Do art. 1º do PLS 276, de 2015. A Emenda nº 1 restituiu o texto vigente no *caput* do art. 3º, indo ao encontro da redação objeto da proposição para o § 1º do art. 3º. A Emenda nº 1 estabelece a identificação específica para os produtos, suas embalagens e distribuidores.

Entretanto, julgamos mais apropriado o tratamento dado no projeto, o qual determina essa identificação específica apenas para as embalagens. Quanto aos incisos do § 1º do art. 3º, a Emenda nº 1 define como informações mínimas exatamente as quatro informações constantes da proposta, que já acolhemos. Portanto, seria inócua essa alteração. De forma análoga, como o teor do § 2º do art. 3º é idêntico ao mesmo dispositivo do projeto, concluímos pela inocuidade dessa modificação.

Por essas razões, somos pela rejeição da Emenda nº 1.

No que se refere à Emenda nº 2, que suprime o art. 4º-A – acrescido pelo art. 2º da proposição – discordamos dessa Emenda, uma vez que descaracteriza o PLS nº 276, de 2015, ao eliminar a possibilidade de punir o estabelecimento omisso e, consequentemente, que deixa de incorrer em infração sanitária. No entanto, apresentamos emenda com a finalidade de suprimir apenas o §2º desse artigo, eis que se trata de atribuição da Anvisa.

Voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015, e pela rejeição das Emendas nº 1 e 2, com as emendas a seguir indicadas.

EMENDA Nº 3 – CMA

O art. 5º constante no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º O órgão de vigilância sanitária federal competente implantará o sistema no prazo gradual de dez anos, dispostos da seguinte forma:

I – até quatro anos para que todos os medicamentos fabricados no Brasil ou importados contenham as informações previstas nos incisos do § 1º do art. 3º;

II – até sete anos, para que os elos da cadeia de medicamentos estabeleçam sistemas de comunicação para transmissão dos dados do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos;

III – até dez anos para que sejam estabelecidos os mecanismos de consulta aos dados de movimentação dos medicamentos pelo órgão de vigilância sanitária federal competente." (NR)

EMENDA Nº 4 – CMA

Suprima-se do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015, a alteração promovida no art. 7º da Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009. Em decorrência, suprima-se a remissão ao art. 7º no *caput* do mesmo dispositivo.

EMENDA Nº 5 – CMA

Suprima-se do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015, que acrescenta o art. 4º-A a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, o §2º previsto no art. 4º-A, renumerando-se o §3.

EMENDA Nº 6 – CMA

O art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Parágrafo único. Os prazos previstos no art. 5º da Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, passam a vigorar a partir da publicação desta Lei.

Esse é o voto, Sr. Presidente, com as emendas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão.

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos aos itens 16 e 17, atendendo a solicitação do Senador Jorge Viana.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 42, DE 2015
– Não terminativo –

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e dos artigos 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de audiência pública para discutir o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente – APP, das áreas de Reserva Legal – RL, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Criado pela Lei 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

Além de possibilitar o planejamento ambiental e econômico do uso e ocupação do imóvel rural, a inscrição no CAR, acompanhada de compromisso de regularização ambiental quando for o caso, é pré-requisito para acesso à emissão das Cotas de Reserva Ambiental e aos benefícios previstos nos Programas de Regularização Ambiental – PRA e de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, ambos definidos pela Lei 12.651/12. Dentre os benefícios desses programas pode-se citar:

• Possibilidade de regularização das APP e/ou Reserva Legal vegetação natural suprimida ou alterada até 22/07/2008 no imóvel rural, sem autuação por infração administrativa ou crime ambiental;

• Suspensão de sanções em função de infrações administrativas por supressão irregular de vegetação em áreas de APP, Reserva Legal e de uso restrito, cometidas até 22/07/2008.

• Obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores, bem como limites e prazos maiores que o praticado no mercado;

• Contratação do seguro agrícola em condições melhores que as praticadas no mercado;

• Dedução das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR, gerando créditos tributários;
• Linhas de financiamento atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas; e
• Isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos, tais como: fio de arame, postes de madeira tratada, bombas d'água, trado de perfuração do solo, dentre outros utilizados para os processos de recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.
Nesse sentido, no intuito de contribuir para o debate e divulgação desse poderoso instrumento, sem prejuízo da inclusão de outros convidados, indica-se o engenheiro florestal e agrônomo Raimundo Deusdará Filho, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro – SFB, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA.
Autoria: Senador Jorge Viana e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Passamos ao Item 17:

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 43, DE 2015
– Não terminativo –

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de audiência pública para debater os desafios e as oportunidades da agenda ambiental brasileira, especialmente aqueles referentes à implementação do novo Código Florestal, à 21ª Conferência do Clima – COP 21 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.
Nesse sentido, sem prejuízo da inclusão de outros convidados, indicamos os seguintes:
• Francisco Gaetani: Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
• Carlos Afonso Nobre: doutor em Meteorologia (Massachussets Institute Of Technology – MIT); pós-doutor (Maryland); Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;
• Everton Frask Lucero: chefe da divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química do Itamaraty;
• representante da sociedade civil.
Autoria: Senador Jorge Viana
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Em votação.
Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Requerimento do Senador Roberto Rocha, que ausente.
Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Eu gostaria de assinar também o requerimento do Senador Roberto Rocha, para que não perdêssemos a oportunidade de votá-lo. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª, então, subscreve?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Assino.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Acolho a solicitação da Senadora Lídice da Mata.

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE,

DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 44, DE 2015

– Não terminativo –

Em aditamento ao RMA nº 43, de 2015, indica para participar da referida audiência pública o Sr. Pedro Abramovay, Diretor para a América Latina da Open Society Foundations (OSF).
Autoria: Senador Roberto Rocha e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Posso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pode.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Era só para dizer que eu já apresentei hoje um requerimento e, certamente, como é praxe, V. Exª incluirá na pauta.

O Requerimento, com base no art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimento nº 37 e nº 39, de 2015, que apresentei na Comissão de Infraestrutura, requer a realização de audiência pública conjunta, nesse caso, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para debater a questão da cobrança da bandeira tarifária dos consumidores de energia elétrica no Acre e em outros Estados da Amazônia que dizem respeito à adoção da bandeira verde, amarela e vermelha.

Estados que não estão integrados, como é o caso do Acre, os consumidores estão pagando a tarifa, a bandeira vermelha, ou seja, somos grandes fornecedores, na Amazônia, de energia que ajuda a fazer da matriz energética brasileira uma matriz limpa. Identificamos que estamos pagando uma taxa adicional de bandeira vermelha, cobrada pela Aneel.

O propósito é que, sendo esta Comissão também de fiscalização, controle e defesa do consumidor, se possa ter, no atendimento ao requerimento que apresentei à Comissão Infraestrutura, o mesmo requerimento. Termos uma audiência conjunta, incluindo esta Comissão junto à Comissão de Infraestrutura, tratando do tema, que penso ser da maior importância, especialmente para quem vive na Amazônia e no meu Estado, Acre.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador, lido o requerimento, acolhemos e colocaremos em votação na próxima reunião desta Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, é para realmente pedir que votemos o Item 8, de nossa autoria, um projeto que altera a lei geral das telecomunicações para dispor sobre sanções aplicadas a prestadores de serviços, Sr. Presidente. Temos um dos piores serviços de telecomunicações do mundo e, com certeza, uma das tarifas mais caras do Planeta, mas, infelizmente, foi solicitado para se tirar de pauta.

Pediria que votássemos para darmos continuidade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Item 8, de sua autoria, mas o Relator, Senador Romero Jucá, não está presente e foi ele que solicitou a retirada de pauta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – O Relator não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Item nº 8, de autoria de V. Exª. O Relator não está presente. O Relator solicitou a retirada de pauta, o Senador Romero Jucá.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre sanções aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações com base nas reclamações fundamentadas registradas nos órgãos públicos de defesa do consumidor.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCT.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Apenas para conclamar os Senadores desta Comissão para que na próxima reunião possamos votar o item 12, terminativo, que necessita de quórum. Trata-se de projeto de autoria do ex-Senador, hoje Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado.

Como Relatora, eu tenho a expectativa de, na próxima reunião, resolvermos essa questão, aprovando esse importante projeto do Governador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senadora Lídice da Mata.

Não havendo nenhum outro item para ser discutido e votado, vou encerrar esta reunião.

E convoco uma próxima reunião para analisarmos as emendas encaminhadas à LDO.

Está encerrada a reunião.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2015.

Às onze horas e quarenta minutos do dia sete de julho de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Jader Barbalho e João Capiberibe. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada a votação das emendas da comissão ao Projeto de Lei nº 1/2015-CN (Mensagem nº 98/2015 na origem), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências" – LDO 2016. A Presidência designa relator das emendas o Senhor Senador Eduardo Amorim. Lido o relatório, encerrada a discussão e colocado em votação, o relatório foi aprovado, passando a constituir o parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, pela apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas: EMENDA DE META. 1) Ação: 20M4. Descrição Ação: Promoção de Modelos Produtivos Rurais Sustentáveis. Quantidade Meta: 400; 2) Ação: 6307. Descrição Ação: Fiscalização de Atividades de Desmatamento. Quantidade Meta: 100; 3) Ação: 20VR. Descrição Ação: Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas. Quantidade Meta: 100. EMENDA AO TEXTO. 4) Referência: Artigo 52. Tipo Emenda: Aditiva; 5) Referência: Artigo 11 Inciso V. Tipo Emenda: Modificativa; 6) Referência: Item 63. Tipo Emenda: Aditiva; 7) Referência: Artigo 51 Parágrafo 1 Inciso II. Tipo Emenda: Modificativa; 8) Referência: Item 63. Tipo Emenda: Aditiva; 9) Referência: Artigo 51 Parágrafo 1. Tipo Emenda: Aditiva; 10) Referência: Item 63. Tipo Emenda: Aditiva; 11) Referência: Artigo 51 Parágrafo 1. Tipo Emenda: Aditiva; 12) Referência: Artigo 52. Tipo Emenda: Aditiva; 13) Referência: Item 63. Tipo Emenda: Aditiva; 14) Referência: Item 63. Tipo Emenda: Aditiva; 15) Referência: Item 63. Tipo Emenda: Aditiva; 16) Referência: Item 63. Tipo Emenda: Aditiva; 17) Referência: Item 63. Tipo Emenda: Aditiva; 18) Referência: Item 63. Tipo Emenda: Aditiva; 19) Referência: Inciso VIII Alinea b. Tipo Emenda: Modificativa; 20) Referência: Artigo 16 Parágrafo 3. Tipo Emenda: Modificativa; 21) Referência: Artigo 93 Parágrafo 3. Tipo Emenda: Modificativa; 22) Referência: Artigo 114. Tipo Emenda: Aditiva; 23) Referência: Artigo 96. Tipo Emenda: Aditiva; 24) Referência: Artigo 101. Tipo Emenda: Aditiva; 25) Referência: Artigo 116. Tipo Emenda: Aditiva; 26) Referência: Artigo 22. Tipo Emenda: Modificativa; 27) Referência: Artigo 39 Parágrafo 3 Inciso III. Tipo Emenda: Supressiva. Ao final, a Presidência submete à votação a ata da presente reunião, que é aprovada. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Otto Alencar,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, – **Raymundo Franco Diniz,** Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A pauta de hoje é destinada à votação das emendas da CMA ao Projeto de Lei nº 1, de 2015-CN (Mensagem nº 98/2015 na origem), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2016 (LDO) e dá outras providências.

Até o encerramento do prazo, foram apresentadas 15 emendas de metas e 24 emendas de redação.

Passo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei – PLN nº 1, de 2015-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (LDO 2016) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2016, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CMA tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As emendas são classificadas entre emendas de texto e emendas para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades. Não há limite ao número de emendas de texto que podem ser apresentadas. Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2016:

a) Texto do Projeto;

b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados;

c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2016;

d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho;

e) Anexo IV.1.a – Anexo de Metas Anuais 2016 a 2018; e

f) Anexo IV.2 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes das Leis Orçamentárias de 2014 e 2015. A apresentação de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar o limite máximo de 3 (três) emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, nos termos do Parecer Preliminar aprovado por unanimidade pela CMO em 1/7/2015.

Podem ser apresentadas emendas às programações nas áreas de competência regimental da CMA, que, nos termos do art. 26, §1º e Anexo, da Resolução nº 1/2006-CN, referem-se aos órgãos orçamentários Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União e Ministério do Meio Ambiente.

Foram oferecidas pelos membros da Comissão 39 (trinta e nove) sugestões de emendas, que constam do quadro anexo a este relatório. Entre essas, 24 (vinte e quatro) são propostas de emendas de texto, de autoria do Senador Flexa Ribeiro; e 15 (quinze), ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (PLDO 2016), de autoria dos Senadores Otto Alencar, Lídice da Mata, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Romero Jucá.

É o relatório.

Análise.

As sugestões de emendas de texto, de nºs 9 a 32, foram consideradas meritórias, cabendo seu acolhimento pela Comissão.

No que diz respeito às emendas com vistas à inclusão de metas, 14 (catorze), de 15 (quinze) emendas, contemplam ações do Ministério do Meio Ambiente, que integra a área temática da competência regimental desta Comissão. A proposta de emenda nº 8, do Senador Flexa Ribeiro, abarca ação do Ministério da Defesa, cuja área temática não pertence, regimentalmente, a esta Comissão.

Resumidamente, o quadro abaixo evidencia as sugestões de emenda a serem apresentadas ao PLDO 2016, cujas programações competem a esta Comissão. Então, Sr. Presidente, estou aqui demonstrando, neste quadro, o que acabei de explicar, e ele está disponível para todos.

Finalmente, registramos que quadro completo com as sugestões de emendas apresentadas encontra-se em anexo a este relatório.

Voto.

Pelas razões expostas, e reconhecendo o mérito das iniciativas, somos pela apresentação, por esta Comissão, das emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (LDO 2016) de nºs 1, 5 e 38 (sendo a 1 idêntica a 35, a 5 idêntica a 34, e, por fim, a 38 idêntica a 3), assim como das emendas ao texto de nºs 9 a 32.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, coloco em votação a Ata da presente reunião, para ser posteriormente publicada no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Aprovada.

Declaro encerrada a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2015.

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte de maio de dois mil e quinze, no Plenário nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador Roberto Rocha (PSB/MA), reúne-se a Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Roberto Rocha e Douglas Cintra. Deixa de comparecer o Senhor Senador Donizeti Nogueira**.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa à deliberação da pauta, destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. São eleitos por aclamação os Senadores Ataídes Oliveira e Valdir Raupp, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O Presidente eleito, Senhor Senador Ataídes Oliveira, designa o Senador Douglas Cintra como Relator da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às dezesseis horas e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Ataídes Oliveira,** Presidente da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A Subcomissão, criada pelo Requerimento nº 6, de 2015-CMA, tem por finalidade acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências, pelo prazo de oito meses.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos da Subcomissão e eleição do seu Presidente e Vice-Presidente.

Foi registrada, até o presente momento, apenas uma chapa: Presidente: Senador Ataídes Oliveira; Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp.

Havendo consenso, sugiro fazermos por aclamação.

Os Senadores estão de acordo? (*Pausa.*)

Aclamado.

Declaro eleito, como Presidente, o Senador Ataídes Oliveira.

Convido o Presidente e o Vice-Presidente eleitos para tomarem assento à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Boa tarde a todos e todas! Boa tarde aos nossos Senadores, o Senador Roberto Rocha, o nosso querido Senador Valdir Raupp, nosso Líder, o Senador Douglas Cintra, é com muito prazer e satisfação e sabedor da nossa responsabilidade que assumimos a Presidência desta tão conceituada – eu já coloco desta forma – Comissão, que vai analisar e acompanhar todas as obras inacabadas em nosso País, como também as obras empenhadas e não iniciadas.

Percebe-se que há muito trabalho pela frente. Vamos montar uma equipe técnica para que, então, possamos desenvolver este trabalho.

Convido para a relatoria desta douta Comissão o Senador Douglas Cintra.

Pergunto aos nobres pares se estão de acordo. (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Raupp? (*Pausa.*)

Declaro, neste momento, o Senador Douglas Cintra Relator da Subcomissão de Obras Inacabadas.

Aproveitando a oportunidade, temos aqui três requerimentos, de minha autoria, que solicitam informações.

O primeiro requerimento é dirigido ao Tribunal de Contas da União, ao Presidente Aroldo Cedraz, em que pedimos informações sobre as obras inacabadas no País, financiadas com recursos da União, assim consideras aquelas que foram iniciadas, mas se encontram paralisadas, sem conclusão, bem como aquelas que, embora estejam em andamento, extrapolaram o prazo inicialmente previsto para sua conclusão, e também as que não tenham sido iniciadas, apesar de precedidas de regular empenho.

Nesses termos, requisita-se que as informações sejam prestadas objetivamente, preferencialmente por meio de tabela com os seguintes campos:

1. Unidade da Federação onde a obra está localizada;
2. Data de início da obra;
3. Data da paralisação da obra;
4. Tipo da obra;
5. Valores já pagos em função da obra; e
6. Motivo da paralisação da obra.

Esse é o primeiro requerimento.

O segundo requerimento requer informações ao Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e também tem o mesmo teor, mas que eu faço questão de ler, se assim os nobres pares me permitirem.

Requer informações sobre as obras inacabadas no País, financiadas com recursos da União, assim consideradas aquelas que, primeiro, foram iniciadas, mas se encontram paralisadas sem conclusão, bem como aquelas que, embora estejam em andamento, extrapolaram o prazo inicialmente previsto para sua conclusão, e também as que não tenham sido iniciadas, apesar de precedidas de regular empenho.

Nesses termos, requisita-se que as informações sejam prestadas objetivamente, preferencialmente por meio de tabela com os seguintes campos:

1. Unidade da Federação onde a obra está localizada;
2. Data de início da obra;
3. Data da paralisação da obra;
4. Tipo da obra;
5. Valores já pagos em função da obra; e, por derradeiro,
6. Motivo da paralisação da obra.

O terceiro e último requerimento, de nossa autoria, requer informações ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Dr. Valdir Moysés Simão.

Solicitamos informações sobre as obras inacabadas no País, financiadas com recursos da União, assim consideradas aquelas que foram iniciadas, mas se encontram paralisadas, sem conclusão, bem como aquelas que, embora estejam em andamento, extrapolaram o prazo inicialmente previsto para sua conclusão, e também as que não tenham sido iniciadas apesar de precedidas de regular empenho.

Nesses termos, requisita-se que as informações sejam prestadas objetivamente, preferencialmente por meio de tabela com os seguintes campos:

1. Unidade da Federação onde a obra está localizada;
2. Data de início da obra;
3. Data da paralisação da obra;
4. Tipo da obra;
5. Valores já pagos em função da obra; e
6. Motivo da paralisação da obra.

Srs. Senadores, eu faria a votação em bloco desses três requerimentos, o que, obviamente, iria adiantar bastante os trabalhos desta Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Nobre Presidente, eu queria fazer uma proposta. Como estamos começando hoje e não tivemos tempo de analisá-los – nem eu, nem os outros membros da Comissão, até porque não foram protocolados esses requerimentos –, eu gostaria de pedir vista e deixar para votar na próxima reunião. Como é muita coisa, não estamos conseguindo entender, analisar bem esses requerimentos. Não estou dizendo que não serão aprovados, mas, de pronto, sem que ninguém tenha tido acesso antes, fica um pouquinho difícil entender e votar.

É só uma questão de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Algum Senador quer a palavra?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Acho que poderíamos pedir vista coletiva e, na próxima reunião, votaríamos, para conhecer melhor o conteúdo dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vamos, então, deixar para votá-los na próxima reunião.

O.k., Relator?

Esqueci-me de convidar o Relator para fazer parte da Mesa.

Perdoe-me, Relator. Sente-se aqui, mesmo que seja por um segundo, por favor.

Srs. Senadores, eu tenho, aqui, uma informação. Em 2011, protocolei na Casa o Projeto de Lei de nº 538. Esse projeto vai nessa linha, porque, naquela época, procurei informações sobre essas obras inacabadas no País, tanto na CGU, como no TCU, no Planejamento, e não obtive resposta. Então, – repito –protocolizamos aqui o Projeto nº 538, que altera os arts. 2º e 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade de gestão fiscal e dá outras providências, para criar a carteira de projeto da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências.

Agora, com a criação desta Subcomissão, vamos, então, tentar acelerar um pouco mais o andamento desse projeto que vejo ser de suma importância e de grande valia, porque o Congresso Nacional, o Senado Federal, precisa ter conhecimento de todos esses bilhões de reais que foram investidos nessas obras, que estão Brasil afora paralisadas, e não tenho dúvida, fazendo uma falta muito grande para a nossa sociedade.

Então, essa é a informação que eu gostaria de passar aos senhores.

Passo a palavra ao Relator, Senador Douglas, para as suas considerações.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, tenha certeza de que vou procurar me dedicar para que possamos fazer a melhor avaliação possível e, pensando no bem do nosso País, que sejam identificadas as causas das paralisações, que tenho certeza são diversas, para que possamos contribuir para que não só essas se coloquem de novo em andamento, mas, sobretudo, que as próximas obras possam ser mais rápidas.

Lembrando sempre que, como disse o Senador Blairo Maggi, como empresário, nunca conseguiu terminar uma obra no dia programado e pelo valor programado. Isso apenas como uma verificação cotidiana, mas, obviamente, dentro dos limites da razoabilidade, vamos dizer assim.

Portanto, tenho certeza de que esse trabalho vai ter bons frutos e que o Presidente, assim como todos os membros da Comissão farão o melhor possível, para que possamos fazer um relatório que possa contribuir para a melhoria do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Alguém deseja se manifestar?

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia treze de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Humberto Costa, Dário Berger, Hélio José, Simone Tebet, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Romário, José Medeiros, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. O Senhor Presidente submete às Comissões a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presente reunião é realizada em duas partes. 1ª Parte. Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei da Câmara Nº 125, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. **Autoria:** Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007 – Terminativo – Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na CAE, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovada a Emenda nº 2-CDH, que será incorporada ao Substitutivo da CAE, nos termos da Emenda nº 3-CDH. Fica prejudicado o Projeto. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011

– Terminativo – Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012 – Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. **Autoria:** Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relator: Senador Davi Alcolumbre. Relator "ad hoc": Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. **Autoria:** Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 nº e 2-CDH. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013 – Terminativo – Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto. **Autoria:** Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, adiadas a discussão e a votação. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador: Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 13. Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2014, – Não Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência nos locais que especifica. **Autoria:** Deputada Sueli Vidigal. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria "ad hoc": Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012 – Não Terminativo – Modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatoria "ad hoc": Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto. Item 15. Projeto de Lei do Senado nº499, de 2013 – Não Terminativo – Define crimes de terrorismo e dá outras providências. **Autoria:** ATN Nº 2, de 2013 – Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da CF. (CMCLF). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do Projeto, e pela prejudicialidade de todas as Emendas apresentadas em Plenário. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 13, apresentadas em Plenário. Item 16. Sugestão nº 16, de 2014 – Não Terminativo – Institui a Semana dos Direitos Humanos nas escolas do país. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Telmário Mota.

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. Item 17. Requerimento nº 64, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "A Importância do Conselho Nacional e das Juntas de Recurso da Previdência Social para o trabalhador brasileiro e a situação funcional de seus servidores". **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 18. Requerimento nº 70, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "O Direito à meia-entrada e a Lei 12.933/2013". Item 19. Requerimento nº 67, de 2015 – Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para averiguar os fatos referentes à prisão da travesti Verônica Bolina na capital paulista. Sugiro que, tanto para a audiência pública como para a diligência sejam convidados(as): a) Sr. Alexandre de Moraes, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; b) Sr. Youssef Abou Chahin, Delegado Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo; c) Sr. Luiz Roberto Hellmeister, Delegado do 2º Distrito Policial de Bom Retiro – São Paulo; d) Sr. Comandante do Grupo De Operações Especiais – GOE; e) Sra. Heloísa Alves, Coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual (órgão da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do governo do Estado de São Paulo); f) Sr. Jean Wyllys, deputado federal. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. Item 20. – Extrapauta – Requerimento nº 74, de 2015 – Com fundamento no disposto no art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma Diligência em Curitiba/PR sobre os excessos cometidos pela Polícia do Estado do Paraná aos professores e demais manifestantes. As pessoas indicadas a participar da Diligência, bem como documentos e/ou informações pertinentes serão comunicados posteriormente. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 21. Requerimento nº 75, de 2015 – Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "O Aumento do Número de Acidentes no Trânsito e o Papel da Medicina de Tráfego". Serão enviados convites para os representantes da ABRAMET – Associação Brasileira de Medicina de Tráfego e os demais convidados serão informados posteriormente para a secretaria da Comissão. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte – Extrapauta – Apresentar e deliberar o Relatório sobre denúncia recebida pela CDH. Relatoria: Senadora Angela Portela. Resultado: O Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, acolhe denúncia apresentada pela Senadora Gleisi Hoffmann acerca de abusos cometidos contra estudantes do Estado do Paraná, no dia 29 de abril de 2015. O Senador Paulo Paim designa a Senadora Angela Portela relatora da matéria, nos termos do art. 96, § 1º do RISF. A Senadora Angela Portela apresenta o Relatório, que conclui pelo acompanhamento do caso pela Comissão, e envio de ofício às autoridades competentes do Estado do Paraná, bem como ao Ministério Público estadual, a fim de que assegurem a apuração absoluta dos fatos e, se for o caso, a punição dos culpados. A Comissão aprova o Relatório. Às doze horas e vinte e sete minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência a Senadora Regina Sousa. Às doze horas e trinta e cinco minutos a Senadora Regina Sousa devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas e trinta e sete minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Hélio Jose. Às doze horas e quarenta e um minutos o Senador Hélio José devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra as Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Hélio José, Simone Tebet, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Propomos a dispensa da leitura e aprovação das Atas de nºs 18 a 26, 18ª a 26ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Recebemos aqui uma nota de repúdio da Andes, assinada por sua Diretoria. Nota de repúdio ao Governo do Estado do Paraná pelos fatos acontecidos no confronto que aconteceu recentemente com a Polícia

naquele Estado, onde 150 pessoas ficaram feridas. Destaca esta nota a participação inclusive do Governo do Estado do Paraná.

Ficará registrada nos Anais da Casa.

Já com a presença do Senador Medeiros e da Senadora Regina, eu queria fazer a leitura rápida de alguns encaminhamentos propostos pela Secretaria-Geral desta Comissão.

Para um esforço concentrado, propomos uma data em junho, que pode ser 10, 17 ou 24, e podemos conversar com os Senadores e Senadoras, com o objetivo de votar os projetos terminativos, que dependem de quórum presencial. Temos praticamente já lidos – só um que não foi lido ainda – 12 projetos terminativos. Faríamos, então, nesse dia, a votação.

A assessoria também propõe, para não termos que imprimir mais tantos papeis aqui, a transmissão dos relatórios no telão. O objetivo é economia de papel e defesa do meio ambiente. Não imprimiremos mais esse pautão e contribuiríamos para a modernização das Comissões. Em breve, haverá o *laptop* nas mesas aqui, como já existe na CAE e na CCJ, que permitirão aos Senadores fazer a leitura no próprio computador. Dessa forma, os Senadores já estarão percebendo essa transformação que está havendo, aqui, no Senado, onde tudo será na base da computação, das novas tecnologias.

Para os requerimentos extrapauta, solicitamos a compreensão dos Senadores e assessores para entregar, na medida do possível, os requerimentos que pretendem incluir, mesmo extrapauta, no dia anterior à reunião. Isso vai permitir a votação e a inclusão no sistema no tempo adequado e evitar qualquer atropelo de última hora. Sugerimos ainda que os requerimentos extrapauta sejam votados com a presença do autor do requerimento. Acho importante que os Senadores estejam presentes na leitura dos requerimentos de sua autoria.

Com esses rápidos informes, vamos entrar já na pauta do dia de hoje. Vamos, primeiro, aos não terminativos.

Proponho que os dois Senadores façam a leitura dos não terminativos.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2014

– Não terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência nos locais que especifica.

Autoria: Deputada Sueli Vidigal

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH.

Solicito à Senadora Regina se poderia fazer o relatório *ad hoc* e, na sequência, o Senador Medeiros faria o próximo, e nós poderíamos passar já – peço a assessoria o próximo – para ele.

Concedo a palavra à Senadora Regina para leitura do relatório.

Já está presente também a Senadora Angela Portela, que poderá ajudar nos encaminhamentos.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

Projeto de Lei da Câmara nº 97, 2014 (Projeto nº 3.750, de 2008, na origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência nos locais que especifica.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2014 (Projeto de Lei nº 3.750, de 2008, na Casa de origem), de autoria da Deputada Sueli Vidigal. A iniciativa dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência nos locais que especifica.

Na justificativa, a autora do projeto argumenta que, embora instalados em áreas públicas e com recursos do Tesouro, os brinquedos dos *playgrounds* não se mostram adaptados para atender às crianças com deficiência. A proposição busca corrigir essa distorção ao determinar que todos os *playgrounds* tenham brinquedos acessíveis, o que deverá ensejar maior integração e socialização entre as crianças.

Depois do exame por esta CDH, a matéria segue para deliberação no Plenário.

Análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da integração das pessoas com deficiência, bem como da proteção à infância.

Quanto ao mérito, destacamos o valor da proposição, que se destina a promover o direito ao lazer e à socialização de um grupo social qualificado por um duplo grau de vulnerabilidade: as crianças com deficiência.

Lembramos que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, exorta os Estados partes a assegurarem às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças, sobretudo no que concerne à participação em jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer.

Nesse sentido, os brinquedos instalados em *playgrounds* apresentam pelo menos três funções: possibilitam o exercício, pela criança, do direito ao lazer; estimulam o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades motoras e promovem a construção de relações sociais com outras crianças.

Portanto, a carência de brinquedos acessíveis nos *playgrounds* tanto impede que as crianças com deficiência tenham oportunidades de interagir socialmente quanto lhes privam de experimentar brincadeiras comuns na infância. Tais restrições decerto prejudicarão ainda mais o seu desenvolvimento, por vezes afetado de modo permanente pela deficiência. Embora meritória, a proposição encerra um obstáculo relativo à juridicidade.

O PLC nº 97, de 2014, não inova o ordenamento jurídico, pois o tema da "acessibilidade em *playgrounds*" também é afeto à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência.

Com efeito, o parágrafo único do art. 4º da referida lei prescreve que parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.

Observamos que a normatização existente é até mais precisa que a proposta ora analisada, uma vez que determina um quantitativo mínimo de equipamentos acessíveis presentes nos locais de entretenimento públicos e privados.

Finalmente, anotamos que o conceito de "parques de diversões" é suficientemente amplo para abranger também os *playgrounds*, destinados a crianças menores e geralmente instalados pela municipalidade em áreas de uso público.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela rejeição do PLC nº 97, de 2014.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o relatório apresentado pela Senadora Regina Sousa.

Em discussão, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que é pela rejeição do projeto.

Aqueles que aprovam o relatório lido permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Foi aprovado o relatório e, consequentemente, rejeitado o projeto.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH pela rejeição do projeto.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2012

– Não terminativo –

Modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

Tramitação: CAE, CDH e terminativo na CAS.

– Em 10/07/2012, a matéria foi aprovada na CAE.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para relatoria *ad hoc*, Senador José Medeiros.

Na sequência, a Senadora Ângela Portela vai relatar um projeto, e o Senador Sérgio Petecão, outro.

Já agradeço a presença dos quatro valorosos – eu ia dizer guerreiros, mas vou dizer agora –, guerreiros e guerreiras que estão sempre aqui na trincheira da Comissão de Direitos Humanos para aprovar os projetos que têm a ver com os direitos humanos, ou seja, como todo o povo brasileiro.

Por favor, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, passo à leitura do relatório.

Vem a exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências, para estabelecer que os serviços bancários de qualquer natureza, especialmente o atendimento ao público, serão considerados essenciais.

A proposição é composta de dois artigos. Seu art. 1º modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 1989, para os fins que objetiva. O segundo artigo trata da cláusula de vigência, que é imediata com a publicação.

Em sua justificativa, o nobre autor argumenta que "a Constituição Federal, em seu art. 9º, consagra o direito de greve, inclusive nas atividades ou serviços considerados essenciais, desde que atendidas as necessidades inadiáveis da sociedade e que não coloque em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população."

Conclui a justificativa afirmando que o direito de greve, embora assegurado por preceito constitucional, deve ser exercido dentro dos limites razoáveis. Acrescenta que é possível salvaguardar o interesse maior da coletividade de acesso aos serviços bancários e, concomitantemente, garantir o direito de greve previsto na Lei nº 7.783, de 1989, e no art. 9º da Constituição Federal.

A proposição foi distribuída para a Comissão de Assuntos Econômicos e para a Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à Comissão de Assuntos Sociais a decisão terminativa.

Posteriormente, foi apresentado o Requerimento nº 745, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para que fosse previamente ouvida a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a presente proposição.

No âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, a proposição recebeu parecer favorável, nos termos do Parecer apresentado pelo eminente Relator João Vicente Claudino.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Passo para a análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-E, III, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a garantia e a promoção dos direitos humanos.

Preliminarmente, cabe analisar a proposição sob o prisma da sua constitucionalidade. Existem diversas correntes doutrinárias que se dividem sobre o tema. A greve é um fato social e um direito individual que se manifesta sempre de forma coletiva.

Cabe ao Congresso Nacional a defesa das liberdades políticas e dos princípios fundamentais da nossa Constituição Federal. Assim, qualquer restrição ao exercício de liberdades deve sempre ser analisada com extrema cautela, pois em última análise o que se pretende não é apenas se restringir uma liberdade coletiva ou reprimir o exercício de um direito individual, mas suprimir um direito, no caso o de manifestação coletiva dos trabalhadores.

Os conflitos sociais, dentre eles os derivados do contrato de trabalho, devem ser objeto de negociação, evitando-se a radicalização de posições e antagonismos desnecessários. Todavia, em circunstâncias específicas, somente a manifestação coletiva pela greve é capaz de exercer pressão suficiente para que se estabeleça a negociação.

No caso específico desta proposição, o que se pretende é aumentar o rol das atividades essenciais, pois pela legislação vigente apenas a compensação bancária é considerada atividade essencial.

Entretanto, nos termos da proposição, todos os serviços bancários de qualquer natureza, bem como os inerentes à sua finalidade, inclusive o de vigilante, passam a ser considerados serviços essenciais.

Na prática, a proposição proíbe o direito de greve neste segmento econômico, pois todo e qualquer empregado de um banco, assim como todos os serviços terceirizados envolvidos na atividade bancária, estão proibidos de fazer greve porque se pretende lhes atribuir a condição de essencialidade.

A vedação total do direito de greve é incompatível com o nosso sistema jurídico normativo, pois os avanços tecnológicos trouxeram os bancos para dentro das residências das pessoas e até para os *smartphones*.

Ora, se em 1989, ou seja, há 26 anos, somente a compensação bancária era atividade essencial, não se justifica, por qualquer ângulo, que em 2015 toda a atividade bancária e as demais atividades a ela inerentes possam ser consideradas essenciais.

No mundo da conectividade, onde qualquer pessoa do seu *smartphone*, *tablet*, *notebook* ou computador pessoal acessa a sua conta bancária e tem à disposição todos esses serviços bancários oferecidos pela instituição bancária, é difícil aceitar a ideia de essencialidade dos serviços prestados pessoalmente por empregados do banco.

As próprias agências bancárias já dispensam a presença humana em muitos casos e, ao longo dos tempos, o número de empregados em bancos só tem diminuído.

Por isso mesmo não há qualquer justificativa plausível para que o Poder Legislativo autorize conferir aos bancos essa condição especial de atividade imune a qualquer manifestação por melhores condições de trabalho.

Passo ao voto.

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador José Medeiros, que leu o brilhante relatório feito pelo Senador Magno Malta.

Em discussão a matéria.

Eu vou fazer um rápido comentário.

De fato, com todo respeito que eu tenho pelo Senador autor da proposição, Senador Ciro Nogueira, é inadmissível, por isso que tanto o Relator oficial como o Relator *ad hoc* apresentam um parecer. Se não, nós vamos agora proibir o direito de greve daqui a pouco em todos os setores. Vem um projeto para cá... Que nem o setor bancário... É um setor organizado. E eles têm até uma relação, digamos, de muito diálogo com os banqueiros. É uma categoria que, seguidamente, baseado na sua organização nacional chega a um entendimento, a um acordo. Mas há momentos em que esse conflito existe e tem que haver um entendimento. Eles já são punidos muito por interdito proibitório. Eles são proibidos de circular, de fazer piquete em frente aos bancos. Todas as vezes em que eles entram em greve, o interdito proibitório vem. Agora, seria a proibição total. Daqui a pouco vem um outro projeto "proibimos metalúrgico de fazer greve", "proibimos motorista de ônibus de fazer greve". Então, com todo respeito, não quero fazer nenhuma crítica ao Senador que apresentou o projeto, mas, sim, estamos aqui falando de uma causa de liberdade, de direitos humanos e do direito de poder mobilizar-se e até protestar, como sempre defendemos ao longo de nossa vida.

Sei que a matéria está em discussão. Só fiz uma preliminar.

Senadora Regina. Depois, volta para o Relator.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Como bancária, sindicalista, que comandou muitas greves, inclusive na ditadura militar... Em pleno período da ditadura, nós fazíamos greves nos bancos quando os bancos eram totalmente dependentes da presença do funcionário, pois era tudo manual, a gente já fazia porque tinha que forçar a negociação. Principalmente o setor privado bancário, não faz nada sem a negociação. Então, acho que extemporâneo este projeto. Deve ser rejeitado, porque é a negociação que faz... É a relação de trabalho no setor bancário. E hoje o atendimento ao público está muito facilitado com o autoatendimento, com o atendimento através da internet. Então, é completamente fora de época este projeto. Deve ser rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Regina.

Senador Medeiros, com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Paim, por experiência própria, acompanhando a Senadora Regina, também trabalhei em banco e por vezes só com a greve é possível forçar uma negociação. É um sistema... Não temos nada contra o lucro. Mas é preciso que haja essas garantias porque o funcionário é a parte hipossuficiente dessa cadeia, e o Poder Legislativo tem que compreender essas nuanças da sociedade. Nós estamos falando aqui do sistema mais poderoso do mundo. Você pode ver que, quando a economia entra em crise, geralmente o comércio, enfim a economia os diversos segmentos da economia passam apertado. O setor financeiro geralmente ganha mais quando entra em crise. Então, a gente tem que ter essa visão de que, se deixar, como é um segmento muito poderoso, daqui a pouco o funcionário não vai ter voz nenhuma. É muito importante a gente, como Legislativo, ter essa compreensão da importância do empregado ter pelo menos essa mínima ferramenta para se manifestar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Relator *ad hoc* Senador José Medeiros.

Só para situar os Senadores que chegaram agora, Senadora Gleisi e Senador Telmário Mota, o projeto que está em discussão proíbe o direito de greve no setor bancário. Mas até agora foi unanimidade para todos os Senadores que é inadmissível. O direito de greve está assegurado na Constituição e é o único instrumento que o trabalhador tem num ato em que não há acordo.

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório pela rejeição do projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o Parecer da CDH pela rejeição do projeto.

Rejeitado, o projeto segue agora para análise na CAS, em decisão terminativa.

ITEM 16
SUGESTÃO Nº 16, DE 2014
– Não terminativo –

Institui a Semana dos Direitos Humanos nas escolas do país.
Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para leitura do relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vou ler o relatório e fazer uma análise. Em seguida, vamos manifestar aqui o nosso voto.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão nº 16, de 2014, que institui a Semana dos Direitos Humanos nas escolas do País. A sugestão em análise trata do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 1, de 2014, elaborado por ocasião do Programa Senado Jovem Brasileiro, criado pela Resolução nº 42, de 2010.

A Sugestão traz, em seu art. 1º, a determinação de que a Semana de Direitos Humanos, nas escolas, será realizada anualmente no mês de maio. O § 1º desse dispositivo prevê as atividades abrangidas por tal semana, e o § 2º dispõe que a cor branca será usada como cor símbolo da Semana dos Direitos Humanos. Por fim, o § 3º discorre sobre o galardoamento a que farão jus os alunos das escolas.

Por sua vez, o art. 2º determina que o início da vigência da lei dar-se-á na data de sua publicação.

A matéria é fruto do Projeto Jovem Senador, inserido no Programa Senado Jovem Brasileiro. Na edição de tal projeto realizada em 2014, os Jovens Senadores Iago Lina de Queiroz, Carlos Henrique dos Santos Justino, Anna Rita de Cascia Carvalho Barbosa, Taíse Lima dos Santos, e Suyanne Paula Scwade Girotto foram os autores do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 1, de 2014. E, em atendimento ao parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, conferiu-se a tal projeto o tratamento de sugestão legislativa, ora analisada, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Os autores da proposição observam que a escola é o local onde, por excelência, os valores humanistas e os direitos humanos devem ser divulgados. Dessa forma, apontam, ao se desenvolver uma consciência de paz e de respeito mútuo, contribuir-se-á para a formação dos educandos, combatendo, ademais, o *bullying* e a discriminação.

Assim, cabe à escola sensibilizar a comunidade escolar de forma a envolvê-la na defesa dos direitos humanos.

A matéria foi distribuída à CDH e coube a mim a honra de relatá-la.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas originadas de projetos de lei do Senado Jovem aprovados e publicados após o devido trâmite.

A sugestão, portanto, não padece de vícios de regimentalidade ou de legalidade.

No que toca à técnica legislativa, importa observar que alguns de seus dispositivos podem gozar de maior concisão, em respeito à alínea "b" do inciso I do art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, a proposição merece prosperar. Ademais, em que pese aos direitos humanos serem, internacionalmente, celebrados no mês de dezembro, em referência à data de 10 de dezembro de 1948, quando se aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, compreende-se a escolha de maio em razão de dezembro ser mês pouco conveniente dentro de um calendário escolar, que foi a proposição sobre o mês de maio.

Entretanto, há de se ressalvar que não basta escolher um mês; deve-se especificar uma dada semana dentro desse mês. Assim, desejando-se criar a associação entre um marco histórico e a semana escolhida para abrigar a Semana dos Direitos Humanos, opta-se por eleger a semana do dia de 5 de outubro para tal fim. Afinal, foi em tal dia que, em 1988, promulgou-se a presente Constituição Federal, dotada de seu importante e amplamente conhecido art. 5º.

Sugerimos, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, que a cor branca sugerida no projeto seja substituída pelas cores verde e amarela da bandeira brasileira.

Ressalva-se, contudo, que a sugestão deve ser aperfeiçoada, a fim de que não gere custos adicionais às escolas, particularmente às públicas, sem a devida previsão orçamentária.

Em razão do exposto, apresenta-se emenda à sugestão.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto pela apresentação da Sugestão nº 16, de 2014, na seguinte forma:

PROJETO DE LEI DO SENADO DE 2015

Institui a Semana dos Direitos Humanos nas Escolas do País.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Semana dos Direitos Humanos nas Escolas do País, a ser realizada anualmente nas escolas do País, na semana do dia cinco de outubro.

§ 1º A Semana dos Direitos Humanos compreende atividades culturais escolhidas a critério de cada escola, voltadas para a participação da comunidade escolar e da comunidade externa, com o objetivo de conscientizá-las acerca da importância dos direitos humanos.

§ 2º As cores verde e amarela são as cores-símbolo da Semana dos Direitos Humanos.

§ 3º Segundo a conveniência de cada escola, os alunos participantes das atividades culturais referidas no § 1º poderão ser agraciados com gratificações acadêmicas ou materiais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Portanto, Sr. Presidente, o relatório, a análise e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão, a matéria.

Senadora Angela Portela

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de destacar esta importante matéria que está sendo votada agora na Comissão de Direitos Humanos, que é uma indicação da Comissão de Direitos Humanos sobre a instituição da Semana dos Direitos Humanos nas escolas públicas do País.

Ressalto o belo relatório apresentado pelo Senador Telmário Mota, que foi sensível e compreendeu a importância de instituir a Semana dos Direitos Humanos nas escolas, para que possamos discutir temas muito relevantes.

A escola é um espaço de debate muito válido para toda a nossa sociedade. É lá que estão as nossas crianças, os nossos adolescentes, os nossos jovens. É importante discutir melhor esta matéria num ambiente escolar para a gente combater um pouco essa violência contra os nossos professores. Dados estatísticos mostram claramente uma onda de violência contra os professores, principalmente nas escolas das grandes regiões metropolitanas do nosso País.

É importante também para que, nesse momento em que se detecta bullying nas escolas, professores, alunos, comunidade escolar e comunidade externa em torno da escola estejam envolvidos nessas atividades da Semana dos Direitos Humanos para refletir sobre a importância de se criar um ambiente mais humano nas escolas, em que se compreendam as diferenças nas escolas públicas do nosso País, a relevância de se compreender a diferença da criança deficiente, do negro e da homossexualidade. São temas muito relevantes, que poderiam ter sido discutidos durante todo o ano letivo, porque temos os parâmetros curriculares nacionais que permitem que os professores de História, Matemática, Português tragam temas relevantes para se criar um ambiente mais humano, mais cordato, de aprendizagem para os nossos alunos das escolas do nosso País.

Logo, é muito interessante a aprovação deste projeto.

Parabenizo o Senador Telmário Mota pela sua relatoria.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Após esta votação, passarei a palavra à Senadora Gleisi.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Concordo com o que disse a nossa Senadora por Roraima, nossa querida Angela Portela, e o Senador também por Roraima, Telmário Mota.

É de grande relevância, principalmente hoje, quando há tantos suicídios, tanta tragédia, que as escolas debatam tais assuntos na Semana dos Direitos Humanos. A vida humana tem que ser valorada. Os princípios

e as questões relacionadas aos direitos humanos precisam, de fato, ter relevância e oportunidade para serem mais bem discutidos nas nossas escolas brasileiras.

Então, eu quero manifestar a minha concordância e a minha satisfação pelo relatório do Senador Telmário Mota e pelas palavras da Senadora Ângela Portela.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que o Senador Telmário Mota apresentou.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH.

Senador Telmário.

Em seguida, Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, eu quero agradecer aos Senadores pela aprovação do relatório e as palavras do Senador Hélio e da Senadora Angela, que é do meu Estado e é uma Senadora extremamente comprometida com a educação. Não só como professora, a Angela foca muito no seu trabalho parlamentar a educação.

O nosso Estado hoje agradece muito, Senadora Angela, pelo seu trabalho, que é brilhante. V. Exª tem levado creches para o Estado de Roraima, para aquelas crianças desamparadas, desassistidas e que não têm estrutura familiar e financeira, a quem o Estado, muitas vezes, estava de costas. V. Exª, levando creches e escolas, permite pelo menos essa igualdade em sala de aula. Então, quero parabenizar V. Exª por isso. Em toda hora que eu fazia algo nesse relatório, eu me lembrava de V. Exª. V. Exª tem levado também para o Estado de Roraima escolas técnicas federais, que têm proporcionado, desde o indígena até o filho do colono, enfim, a toda aquela população que existe ali, o benefício de poder frequentar uma escola de alto nível e ter uma formação técnica. Então, V. Exª, sem nenhuma dúvida, honra-nos muito com a sua fala. Eu a parabenizo pelo trabalho que foi executado.

Eu queria destacar isso, Senador Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Pela aprovação do projeto, toda a Casa está de parabéns pela sua importância.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tinha pedido, pela ordem, a Senadora Gleisi Hoffmann. Em seguida, V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k. Eu aguardo a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Gleisi Hoffmann, parece-me, tem inclusive de sair rápido, pois tem uma audiência fora e queria fazer uma fala resumida.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu agradeço. E agradeço também ao Senador Petecão, por ter me dado a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Petecão chegou cedo aqui e é relator de alguns projetos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu o agradeço muito.

Na realidade, Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria agradecer muitíssimo a esta Comissão, a todos os membros e a V. Exª, pela audiência pública que nós tivemos em relação aos fatos ocorridos no Estado do Paraná. Foi um fato que teve impacto não só no Brasil, mas no mundo inteiro: a violência com que os professores, os trabalhadores na educação, os funcionários públicos foram reprimidos em frente à Assembleia Legislativa, em frente ao Palácio Iguaçu, no nosso Estado. Lamentavelmente, nós não tivemos aqui a presença nem do Governador nem dos Secretários que chamamos para que pudessem explicar o que aconteceu e tentar justificar, porque, na realidade, é injustificável, mas para que pelo menos pudessem se desculpar e nos informar quais são os encaminhamentos que iriam dar. Em todo caso, nós estamos acompanhando, junto com a Bancada do Paraná. Eu sei que a Comissão de Direitos Humanos também está acompanhando.

Os desdobramentos daquele fato ainda continuam. E eu venho apresentar, hoje, a esta Comissão de Direitos Humanos uma solicitação de acompanhamento de um caso muito singular e que fere profundamente os direitos humanos, a integridade humana, e também o direito das mulheres. É o caso de uma estudante da

Universidade Estadual de Londrina, de 19 anos – o seu nome está mantido em sigilo por questão de segurança –, que fez um depoimento no Ministério Público ao Promotor de Direitos e Garantias Constitucionais de Londrina, o Sr. Paulo Tavares, dizendo que, no dia 29 de abril, foi detida e trancada com duas policiais militares à paisana e que ficou nua, em uma sala no Palácio Iguaçu, na sede do Governo Estadual. Ela teria sido empurrada e insultada com palavras como "vagabunda", "comunista" e "petista", o que configura, no nosso entendimento, Sr. Presidente, claras e absurdas violações aos direitos humanos.

Temos tido contato com o Ministério Público do Paraná, mas eu queria entregar a esta Comissão, a V. Exª, junto com o material de imprensa, porque existem outros jovens também envolvidos, e pedir que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal possa acompanhar esse caso, reportar-se às autoridades e, de fato, pedir que haja as penalizações, as responsabilizações necessárias. Nós não podemos conviver com uma situação dessas em plena democracia.

Queria também parabenizar a Comissão pelo projeto que acabou de aprovar da instituição da Semana de Direitos Humanos nas escolas.

Só para informar a esta Comissão, nós tivemos na cidade de Curitiba uma semana como essa que tinha como foco o *bullying*. Foi muito interessante, porque várias escolas fizeram esse trabalho através de uma vacina *antibullying*. A vacina era uma gotinha de água que pingavam na língua dos alunos. Ao tempo em que se fazia isso, dizia-se aos alunos o que significa o *bullying* e por que se estava vacinando.

E queria também colocar à disposição a Secretaria de Educação de Curitiba – a Secretária já se colocou à disposição –, que pode ajudar, inclusive, a encaminhar essas discussões.

Então, parabéns à Comissão!

Entrego a V. Exª esse pedido de acompanhamento. Nós queremos ver o Senado Federal junto nessa luta pelo resguardo dos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, para discutir e encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Antes de dar o encaminhamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu queria cumprimentar esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Randolfe Rodrigues, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Eu queria cumprimentar esta Comissão e a Senadora Gleisi Hoffmann pelo encaminhamento que deu, após os tristes acontecimentos em Curitiba, no Paraná, onde presenciamos a atuação da Polícia Militar. Ao que me consta, na história recente do País, não se tem conhecimento da força pública ter agido com a violência, Senadora Gleisi, com que agiu em Curitiba.

A Senadora Gleisi está trazendo para esta Comissão uma denúncia grave, que é desdobramento dos acontecimentos daquele fatídico dia no Paraná, o que nos leva a acompanhar, de perto, quais foram as providências por parte do Poder Público paranaense em relação àqueles acontecimentos e em relação a acontecimentos como esse, que a Senadora Gleisi acaba de relatar.

Diante disso, Presidente, eu queria sugerir a esta Comissão que fosse montada, organizada, proposta aqui uma subcomissão de acompanhamento, porque eu creio que os acontecimentos no Paraná requerem isso, necessitam disso. O trato que tem sido dado aos movimentos sociais, a atuação, a reação de alguns setores, como descrito pela Senadora Gleisi, no meu entender, é uma atuação fascista e merece o acompanhamento mais detalhado.

Então, eu queria fazer aqui esse encaminhamento para que organizássemos uma subcomissão, responsável, inclusive, por ir ao Paraná e conversar com essa jovem. Além disso, se for o caso, conversar com o Ministério Público e também com as autoridades públicas do Paraná para saber quais são as providências que estão sendo tomadas.

É o encaminhamento que faço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Randolfe Rodrigues, no momento da audiência realizada na semana passada, saiu já uma proposta do Plenário na mesma linha da de V. Exª, e nós vamos aprovar, hoje, o requerimento de uma diligência ao Paraná da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, em conjunto, convidando também a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Agora, mediante essa denúncia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... a sua proposta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Contemplado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...apenas fortalece esse encaminhamento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Depois eu vou dar o encaminhamento, antes de a senhora sair. Por favor, Senadora.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, eu queria só reforçar também essa linha de raciocínio.

Fui professor durante sete anos, e, em um dos períodos, naquele período grande de inflação, a situação acabava estourando nas costas dos professores.

Há uma coisa no nosso País que eu acho interessante. Diversas categorias fazem greve, e nós não vemos uma reação tão forte. Agora, quando o professor faz greve, parece que tem que apanhar. Esse problema não é de hoje; não é a primeira vez que acontece isso.

Acho importante a proposição da Senadora Gleisi e a do Senador Randolfe para que comecemos a fazer ações que fiquem de exemplo, a fim de que essas situações não se repitam mais.

Fico preocupado com o seguinte: por vezes, os professores vão para a rua e as suas reivindicações acabam atendendo a toda a população, inclusive a Polícia. E não entendo o comportamento, às vezes, da Polícia, de ir com tanta vontade para cima dos professores. Eu também fui policial e, todas as vezes em que tiveram movimentos de professores, eu me recusei a participar contra, porque, veja bem, não tem um sujeito, nesta sala ou em um organismo policial ou em qualquer lugar desse País, que não tenha aprendido a ler por causa de um professor. Eu não entendo.

Agora mesmo nós estamos em uma discussão em todas as Prefeituras do Brasil sobre a questão do piso, Senador Paim. O dinheiro do Fundeb está quase todo indo para o piso dos professores, mas alguns Prefeitos, em dificuldades, acabam não pagando este piso, e os professores, obviamente, ao ver o seu poder de compra diminuído, vão para a Prefeitura. Mas vejo uma falta de paciência com esses profissionais. Parece que os professores estão afrontando uma lei de segurança nacional, parece que vai acabar com... E não é um caso isolado, sempre acontece, sempre aconteceu.

Por tudo isso, reforço aqui a importância de a Casa se contrapor de forma muito dura contra esses acontecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Eu recebi, em mãos, a denúncia oferecida pela Senadora Gleisi Hoffmann: "Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Sr. Presidente, venho por meio desta..." Eu apenas estou fazendo a introdução porque ela já comentou todo o teor da denúncia.

Neste momento, designo, como Relatora da denúncia oferecida pela Senadora Gleisi Hoffmann, a Senadora Angela Portela, que já poderá oferecer o relatório agora, oralmente, mediante a exposição feita pela Senadora Gleisi Hoffmann, para posterior formalização, acatando ou não a sugestão de encaminhamento dado pela Senadora.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para proferir o seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada pela designação de Relatora.

Aceito e já preparo o meu relatório, neste momento, oralmente, favorável às recomendações feitas pela Senadora Gleisi Hoffmann, para que possamos fazer uma diligência e investigar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Acompanhar.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – ...e, se possível, acompanhar e punir, cobrar punição, para este ato de violência que o Governo do Paraná, a Polícia Militar do Paraná, praticou contra os nossos professores.

Portanto, meu relatório é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela.

Em discussão o relatório da Senadora...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...e a proposta da Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – ... é mais do que justo, inclusive eu vi um *slogan*, uma propaganda até graciosa, no seu Estado...

Veja você, o Paraná foi sempre um sonho, Curitiba, de boas universidades, de professores universitários, um celeiro de resistência à ditadura. Inclusive alguns nossos de Roraima iam para o Paraná.

Um dia desses, eu estava vendo no jornal uma piada, sem graça, mas estava assim: "Escola do Paraná. Sala dos professores. Entre sem bater."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Entendemos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – "Escola do Paraná. Sala dos professores. Entre sem bater."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Interessante.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Então, veja você: o professor, inteligente, mas acuado porque não possui direitos.

Mas, Senadora Gleisi, somo-me à proposição de V. Exª. Aprovo o relatório da Senadora Angela. Ele contém com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com os encaminhamentos propostos pela Senadora Gleisi Hoffmann e relatados pela Senadora Angela Portela permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aprovado.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, autora desta denúncia.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Só para agradecer, Sr. Presidente.

Agradecer a esta Comissão, aos nossos colegas Senadores, a solidariedade que a gente tem recebido. Destaco a importância que vai ter o Senado acompanhar os desdobramentos que estão acontecendo lá, até para que a gente evite que isso aconteça de novo. Nós não podemos achar que é normal bater em professor, bater em servidor público, por estar fazendo uma reivindicação.

Então, agradeço muito, em nome dos servidores públicos do Estado do Paraná, a disposição desta Comissão e também a V. Exª.

Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senadora Gleisi, Senadora Angela Portela, acompanhando o relatório de V. Exª, podem ter certeza que essa intenção serve para todos os professores do Brasil. Com certeza, todos os professores do Brasil vão se sentir contemplados porque professor é aquele profissional...

Todos nós, quando terminamos o nosso serviço, a maioria dos trabalhadores brasileiros, Senador Randolfe, vai para casa descansar com a sua família e tudo bem. O final de semana também. Com o professor não é assim. Ele termina a aula, que é extenuante, estafante, ainda mais hoje, quando a maioria dos pais delegou, terceirizou, não só a instrução escolar propriamente dita, mas toda a educação para o professor... Sobra tudo para o professor.

V. Exª colocou aqui, Senador Paim, o fato de termos violência contra os professores. Antigamente, não se ouvia falar nisto, mas agora já. Professor apanha, professor é agredido. E, quando termina o expediente dele, vai para casa? Não, ele vai preparar a aula, tem que estudar, tem que se atualizar, tem que fazer o danado do diário de classe, que, dependendo do número de aulas, totalizam dez, vinte diários de classe. Quer dizer, é uma atividade extenuante, estafante.

Nós temos também a questão da sanidade dos professores. São inúmeras doenças de cunho psicológico. E, como se não bastasse isso, nós temos o achatamento do poder de compra, o que é terrível. E, ainda, como se não tivesse completo o pacote, quando ele vai pedir aumento, apanha da polícia. Só faltava isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador José Medeiros.

A Senadora tem que se retirar...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Paim, a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora, o Senador Moka pediu uma questão de ordem.

Seja bem-vinda Senadora.

Senador Moka com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Senador Petecão, Moka não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Petecão. Senador Moka, estou vindo de uma outra reunião com ele lá.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O Moka deve estar falando na gente.

Mas, Presidente, é só porque eu sou Relator do Item 2. Se o senhor me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De imediato. V. Exª está com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k. Então, vou ler o relatório aqui porque tenho que me dirigir a outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, V. Exª, inclusive, já leu em uma outra oportunidade. Se quiser sintetizar agora, nós vamos de imediato à votação. É terminativa e temos quorum.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k. Então, vou passar direto ao voto aqui, Presidente, até porque o projeto é importante.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007, nos termos da Emenda nº 1– CAE (Substitutivo) aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, modificada nos seguintes termos:

Emenda... (*Pausa.*)

Não precisa ler a emenda, não é? (*Pausa.*)

Então, tá.

Aprovado, Presidente.

E quero parabenizar o autor do Projeto, que é o nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu vou situar os Senadores rapidamente.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2007

– Terminativo -

Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na CAE, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

– Em 15/04/2015, foi lido o Relatório.

O Relatório concluiu pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CAE, Substitutiva, e de uma Emenda apresentada pela relatoria. Foi já concedida a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

Em discussão a matéria.

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a iniciativa. Eu acho que isso é uma grande inclusão. Quando fui Vereador, todos os tributos do Município, eu também sugeri que eles fossem em braile para poder dar oportunidade àquelas pessoas de elas mesmas efetivarem os seus pagamentos, etc. Então, eu acho que é uma iniciativa da maior validade, uma demonstração de inclusão, o que é importante dentro da nossa conjuntura social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Alguém mais para discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos à votação.

Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Senadora Regina Sousa. (*Pausa.*)

Com o Relator? (*Pausa.*)

Com o Relator.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão. Voto conhecido. Aprovado, por unanimidade, o seu relatório.

Pergunto ao Plenário se à emenda apresentada pelo Relator pode ser considerado o mesmo voto. (*Pausa.*) Aprovado.

Colocando em votação a emenda apresentada pela relatoria, a votação foi repetida.

Aprovada a Emenda nº 2 da CDH, que será incorporada ao Substitutivo da CAE, nos termos da Emenda nº 3 da CDH.

Fica prejudicado o projeto.

O Substitutivo à Emenda nº 3 da CDH irá a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno desta Casa.

Na oportunidade, poderão ser oferecidas emendas, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Quando V. Exª achar conveniente, eu já estou pronto para relatar o item 15, que é o projeto de lei sobre terrorismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k.

Senador Cristovam, pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, estou um tanto preso na Comissão de Educação, que não tem quase Senador, e gostaria de inverter a ordem e colocar o item 6, cujo parecer já foi lido inclusive na última reunião por mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se o Senador Randolfe Rodrigues concordar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode ser depois do Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como o seu é terminativo, vamos pegar já o 6. O dele não é terminativo.

O Senador Randolfe concordou.

Vamos ao item 6.

Senador Randolfe, como o projeto de V. Exª não é terminativo e o do Senador Cristovam Buarque é terminativo, temos quórum neste momento, vou passar ao do Senador Cristovam e, em seguida, votaremos o seu.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 651, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.

Autoria: Senador Jorge Afonso Argello

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

– CE e terminativo nesta CDH.

– Em 27/03/2012, a matéria foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

– Em 25/03/2015, a matéria foi retirada de pauta a pedido do relator.

– Em 15/04/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Senador Cristovam, deseja fazer algum comentário só para situar o Plenário?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apenas para dizer que é um projeto extremamente relevante, que já deveria ter sido feito há muito tempo e que traz uma grande vantagem para uma parte da população que precisa disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Petecão já deixou o seu voto quando eu fazia a leitura. Então está contemplado.

Senador Randolfe Rodrigues estará aqui em seguida.

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Sérgio Petecão ao sair deixou seu voto.

Só faltou o Senador Randolfe Rodrigues.

Sem o voto dele não atingiremos o quórum.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Ele já está ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se ele puder só fazer o sinal de positivo já é suficiente. Porque sei que ele está dando uma entrevista nacional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Assegurado o voto do último Senador, o projeto foi aprovado.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as duas emendas apresentadas pela relatoria.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Passamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: terminativo nesta CDH.

– Em 29/04/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O projeto já foi lido.

Falta um Senador para que possamos votar. A matéria já foi lida.

Infelizmente, falta um, fica faltando um. Os terminativos não poderão ser votados, mas podemos votar...

Só falta um Senador. Se tivesse mais um Senador aqui, nós resolveríamos.

Nós estávamos propondo marcar um dia específico para que todos os Senadores fossem convocados. Pensamos no dia 14.

Que dia foi que vocês propuseram?

Três datas em que a gente reuniria, aqui, para votar os terminativos.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Apenas para colaborar com a Comissão. Eu quero dizer, inclusive, que eu sou suplente nesta Comissão e estarei sempre pronta a colaborar com uma Comissão tão importante e de mérito como esta.

Hoje, às 14 horas, começa o plenário. Aqueles que não estiverem inscritos poderiam estar aqui, numa convocação extraordinária. Inclusive, nós convidaríamos os autores dos demais projetos.

Estou olhando, aqui, e nós temos vários projetos terminativos e projetos importantes que estarão em condições, inclusive, de serem votados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E o Presidente Renan está pedindo que...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está pedindo uma pauta positiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... remeta o projeto ao plenário. Exatamente.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, eu me comprometo, inclusive, a estar às 14 horas, como suplente, para, eventualmente, cobrir qualquer colega. Os demais relatores estariam aqui, convidados pela Secretaria da Comissão, e nós, aqui, em meia hora ou 40 minutos, temos condições de aprovar todos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza, porque a maioria dos projetos foi lida, já.

Eu pergunto ao Plenário se os Senadores aqui presentes têm condição de estar às 14 horas aqui.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu tenho condições, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Que se louve a iniciativa da nossa nobre Senadora Simone Tebet, mas, agora, meio-dia e meia, vai ter CMO. Eu, como membro da CMO... Em seguida, vai ter uma reunião da Frente Parlamentar da Infraestrutura, de que sou presidente, então, eu não vou poder estar aqui.

Então, eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos tentar uma proposta intermediária?

Se a gente se comprometesse a todos nós trabalharmos, conversando com os nossos colegas da Comissão, para, na próxima quarta-feira, estarmos aqui às onze e meia.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu acho que é uma proposta que vai conseguir um número maior de Senadores. Na próxima quarta-feira, 11h30.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Porque, hoje, ao meio-dia, e é uma quarta, nós tínhamos quórum.

Preferem ao meio-dia da próxima quarta?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu prefiro, Sr. Presidente. Para mim, seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não temos mais quórum.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Não temos mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ao meio-dia da próxima quarta, para votar os terminativos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E podemos ainda votar, hoje, os não terminativos.

Senador Randolfe Rodrigues, para dar o seu parecer.

Permita que eu faça, rapidamente, a localização para o plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito. Eu queria pedir desculpas, Presidente, ao senhor e aos membros da Comissão. Eu estava ao telefone com o Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, mas tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Por isso eu tive que sair.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Item 15. Projeto de Lei do Senado...

Então, lembro a todos: na próxima quarta-feira, ao meio-dia, aqui, para votarmos os terminativos. Todos foram lidos e, como disse a Senadora Simone Tebet, em meia hora a gente vota os terminativos.

De imediato, passamos ao item 15.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2013
– Não terminativo –

Define crimes de terrorismo e dá outras providências.
Autoria: ATN Nº 2, de 2013 – CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF.
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela rejeição do Projeto, e pela prejudicialidade de todas as Emendas apresentadas em Plenário.
Observações:
Tramitação: CDH, CCJ, CRE e CAS.

Relatoria do Senador Randolfe Rodrigues, a quem eu passo a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 499, de 2013, de autoria da Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivo da Constituição Federal, define diversos crimes de terrorismo e determina a competência da Justiça Federal para seu processamento.

O PLS é uma das matérias mais polêmicas, Sr. Presidente, que esta Comissão já apreciou. Seu conteúdo está entre os temas atribuídos a este Colegiado pelo art. 102 – E do Regimento Interno do Senado Federal.

A amplitude do projeto, que se utiliza de termos genéricos como "provocar ou infundir terror ou pânico generalizado" (art. 2º) e não disciplina as condutas típicas que consistam especificamente esta "provocação de terror", é, claramente, Sr. Presidente, na nossa opinião, inconstitucional, por ofensa ao princípio da reserva legal em Direito Penal.

Ademais, deve ser ressaltado que a matéria demanda profunda discussão pela sociedade e não pode ser submetida às pressas ao Poder Legislativo, ainda que atualmente a matéria tenha ingressado na pauta legislativa, diante da ocorrência de diversos protestos em todo o País.

Não se pode, Presidente, olvidar, repita-se, que o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, nos termos da Emenda nº 1, Substitutivo, cria o novo Código Penal e disciplina o tipo penal de terrorismo no art. 239, corrigindo os vícios da presente proposição. Naquele projeto, há extensa disciplina do que são constituídos os atos de terrorismo, mediante condutas típicas claramente identificadas. Também por este motivo, a conveniência deste projeto resta enfraquecida.

Por fim, importa enfatizar que as figuras típicas previstas na proposição sob análise em alguma medida já se encontram tipificadas pela legislação vigente. Assim, não se vislumbra verdadeira urgência para a aprovação do presente projeto.

Face ao exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2013, e pela prejudicialidade de todas as Emendas apresentadas em Plenário.

É este o parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos de imediato à votação.

Coloco em votação o relatório do Senador Randolfe Rodrigues pela rejeição do projeto e pela prejudicialidade de todas as emendas de plenário.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer desta Comissão pela rejeição do projeto e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 13 do Plenário.

O projeto segue, agora, para a análise da CCJ, da CRE e da CAS.

Convido a Senadora Regina para assumir a Presidência para que eu possa relatar um projeto. V. Exª é sempre lembrada porque foi indicada inclusive para ser vice desta Comissão, mas, depois, num acordo, como ambos éramos do PT, o Senador Capiberibe assumiu a Vice-Presidência.

Como estou com um probleminha de coluna, peço a V. Exª que se sente aqui ao meu lado e faça a apresentação no exercício da Presidência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Próximo item.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2014
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto.
Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Regina. Passo a fazer a apresentação do meu relatório e vou direto à análise.

Nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que afetem os direitos da mulher e a proteção à família, caso do PLS nº 102, de 2014.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, importa dizer que a competência da União para legislar a respeito do tema está definida no art. 22, XI, da Constituição Federal, que trata da competência privativa da União para legislar sobre trânsito. Também é adequado o meio eleito – projeto de lei ordinária –, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar. Irretocável, ainda, é a origem da iniciativa de lei sobre a matéria, que não está reservada à Presidência da República nem ao Poder Judiciário.

Também quanto à juridicidade, a proposição se revela adequada: possui o atributo da generalidade, inova o ordenamento jurídico, apresenta potencial coercitividade e materializa-se como projeto de lei modificativa, em consonância com o disposto nos arts. 7º e 12 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, a proposta é condizente com o avanço na legislação referente às pessoas com mobilidade física reduzida ou dificultada e com o teor da Lei nº 10.098, de 2000, por atender mulheres gestantes e puérperas. Ao fazê-lo, considera que pessoas que se enquadram nessas situações têm mais dificuldade de deslocar-se por conta do peso extra da criança que carregam na barriga, além de levar em conta as modificações que ocorrem no corpo logo após o parto.

Como exposto na justificação do projeto, a gravidez, embora não seja uma doença, gera uma série de condições físicas e emocionais especiais para a mulher, sobretudo a partir do sexto mês de gestação e nas semanas seguintes ao parto. A sociedade que abriga as mulheres pode, isso sim, reconhecer tais circunstâncias e chamar para si a responsabilidade, civilizatória em alto grau, de mitigar as dificuldades que advêm da gravidez.

Além disso, a matéria tem repercussão na área de segurança pública. É notório o número de abordagens às pessoas quando estão justamente entrando ou saindo de seus veículos, situação que reclama uma ação positiva do Estado. O projeto, assim, ameniza o problema, ao menos em relação a determinados grupos da população temporariamente mais vulneráveis.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2014, e, no mérito, por sua aprovação.

Sei que não poderemos discutir porque não há quorum. Então, a matéria é dada somente por lida.

V. Exª fará o encaminhamento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não havendo quorum para discussão e votação, fica adiada para a próxima reunião.

Obrigada.

Passo a Presidência para o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, Senadora Regina Sousa, no exercício da Presidência.

Senadora Regina Sousa, vou precisar de novo de V. Exª, por termos dois requerimentos aqui que vamos aprovar agora, sob a sua orientação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Requerimento nº 64, de 2015.

ITEM 17
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "A Importância do Conselho Nacional e das Juntas de Recurso da Previdência Social para o trabalhador brasileiro e a situação funcional de seus servidores"
Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu fui procurado por esse setor do Governo Federal. Eles dizem, inclusive, que muitos trabalhadores ainda não perceberam a importância do Conselho Nacional e das Juntas de Recurso da Previdência Social. Muitas vezes, eles podem encaminhar o requerimento a essa Junta, sem ser necessário inclusive entrar com uma ação na Justiça por um direito que é líquido e certo. Eles farão aqui uma exposição muito mais esclarecedora, e, ao mesmo tempo, falarão da importância desse setor da Previdência Social.

Esse é o objetivo, muito mais esclarecedor do que contestador do trabalho dos mesmos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há mais um requerimento de minha autoria, se V. Exª puder...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Requerimento nº 70, de 2015.

ITEM 18
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "O Direito à meia-entrada e a Lei 12.933/2013".
Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bem rapidamente.

Fui procurado pelo Ministro da Cultura, que me disse que estava preocupado com a questão da meia-entrada.

A meia-entrada foi assegurada aos idosos, mediante emenda, inclusive de nossa autoria, apresentada, aqui, no plenário do Senado, para que os idosos não fossem incluídos naquela questão da juventude. Foi mantido à parte, para todos os idosos, o direito à meia-entrada.

Ele gostaria de vir aqui – a iniciativa é do próprio Ministro – e dialogar com as organizações dos mais variados setores, mesmo do Governo, da iniciativa privada e das entidades de aposentados e pensionistas, sobre preocupações que ele tem nessa área. Entendi que seria, digamos – uso o termo bom alvitre, mas eu mesmo não gosto desse tal de bom alvitre –, uma conduta adequada. Eu garanti ao Ministro o direito de vir aqui fazer sua exposição e dialogar com todos os setores sobre a questão da meia-entrada e a visão do setor que atua nessa área, seja no cinema, teatro, enfim, nas áreas chamadas de espetáculos públicos.

Este é o objetivo do requerimento: suscitar o debate da matéria. Todos sabem que sou favorável, naturalmente, à meia-entrada, mas nunca serei contra o direito de aqueles que pensam diferente exporem seu ponto de vista.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora. Queria agradecer muito a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Antes de devolver a Presidência para V. Exª, quero só louvar a ideia de retirar o papel e colocar no telão. A natureza agradece. Diminuiu o consumo de papel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Presidenta. Muito obrigado a V. Exª, que estava aqui na primeira hora, pronta para ajudar nos encaminhamentos.

Que bom que houve quórum hoje para votar os projetos terminativos, o que foi muito positivo. Já agendamos outro momento com esse objetivo.

ITEM 19
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 67, DE 2015
– Não terminativo –

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para averiguar os fatos referentes à prisão da travesti Verônica Bolina na capital paulista. Sugiro que, tanto para a audiência pública como para a diligência sejam convidados(as): a) Sr. Alexandre de Moraes, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; b) Sr. Youssef Abou Chahin, Delegado Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo; c) Sr. Luiz Roberto Hellmeister, Delegado do 2º Distrito Policial de Bom Retiro – São Paulo; d) Sr. Comandante do Grupo De Operações Especiais – GOE; e) Sra. Heloísa Alves, Coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual (órgão da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do governo do Estado de São Paulo); f) Sr. Jean Wyllys, deputado federal.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, autor do Requerimento nº 67, de 2015. S. Exª, de imediato, vai expor para podermos encaminhar a votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, rapidamente, é um requerimento solicitado pelo Deputado Jean Wyllys, que requer a V. Exª que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para averiguar os fatos referentes à prisão da travesti Verônica Bolina na capital paulista, com as autoridades indicadas nesse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o Requerimento nº 67, aqui apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há dois requerimentos extrapauta.

Consulto as Srªs e Srs. Senadores que concordam com a inclusão dos dois requerimentos extrapautas, colocando em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos a Presidência ao Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – É para tratar do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) –

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 74, DE 2015
– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma Diligência em Curitiba/PR sobre os excessos cometidos pela Polícia do Estado do Paraná aos professores e demais manifestantes. As pessoas indicadas a participar da Diligência, bem como documentos e/ou informações pertinentes serão comunicados posteriormente.
Autoria: Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra neste momento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na verdade, essa é uma sugestão da Senadora Gleisi Hoffmann, que, naquela audiência pública histórica que fizemos aqui, reafirmou hoje que fizéssemos essa diligência.

Então, com fundamento no disposto no art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de uma diligência em Curitiba sobre os excessos cometidos pela Polícia do Estado do Paraná aos

professores e demais manifestantes. Eu só assinei o requerimento porque a Senadora Gleisi Hoffmann, embora muito atuante na área dos direitos humanos, não faz parte desta Comissão. Tomamos a liberdade, aprovado o requerimento, de indicar os Senadores que participarão dessa diligência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Senador Paulo Paim.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75, DE 2015

– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "O Aumento do Número de Acidentes no Trânsito e o Papel da Medicina de Tráfego". Serão enviados convites para os representantes da ABRAMET – Associação Brasileira de Medicina de Tráfego e os demais convidados serão informados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu fui procurado pela Diretoria da Abramet, e, na verdade, a denúncia que eles me trouxeram, que achei da maior gravidade, mostra que é impressionante o número de acidentes no trânsito devido à bebida alcoólica.

Eu mesmo aqui, em Brasília, outro dia, assisti àquela operação Maio Amarelo e percebi que a blitz teve que prender e processar mais de 600 pessoas porque foi comprovado que estavam bêbadas – 600 pessoas num período que não me lembro. Não sei se foi no fim de semana ou durante a semana. Uma vez questionadas pelos policiais na sua atividade, foi comprovado que tinham bebido e estavam dirigindo. Muitos, inclusive, desciam do carro – eu vi a filmagem – já meio cambaleando.

Eles me procuraram baseados nisto: o aumento de acidentes no trânsito, principalmente, devido à bebida alcoólica. O objetivo é debater o que fazer para evitar que voltem a acontecer esses fatos que mutilam e matam pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Em discussão o referido requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, Excelência.

Repasso a V. Exª a direção dos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós indicaremos, além da Abramet, naturalmente, outros setores, talvez até do Governo do DF e do Governo Federal, que possam se debruçar sobre este tema para encontramos soluções no combate aos acidentes de trânsito.

Senhores, nós terminamos a nossa pauta. Eu queria deixar todos à vontade, mas não posso deixar de fazer um encerramento aqui, porque não há como eu esquecer que hoje é dia 13 de maio. Apenas deixei para o encerramento para aproveitar a presença dos Senadores para votarmos os projetos.

O dia 13 de maio é uma data inesquecível para todos nós. É a chamada data da Lei Áurea, ou seja, da abolição da escravatura. Nesse sentido, eu vou fazer uma fala aqui, lembrando essa data. Enfim, nós da Comissão de Direitos Humanos temos obrigação de registrar a passagem do dia 13 de maio, marcado pela sanção da Lei Áurea, pela Princesa Isabel de Bragança, em 1888.

Há um equívoco na história, contada por muitos, de que a suposta abolição da escravatura foi feita pela Princesa Isabel. Ela participou. Afirma-se que foi ela a grande interlocutora desse processo. Eu quero afirmar, primeiro, que foram os abolicionistas que fizeram um grande combate na assembleia-geral do Império. E a Princesa Isabel sancionou, naquele momento, o marco de luta pelos direitos humanos no Brasil. É claro que ela foi importante. Ela cumpriu o seu papel, pois poderia ter vetado. Ela respeitou a decisão dos abolicionistas em ampla maioria.

Eu digo sempre: se qualquer um de nós procurar o nome dos escravocratas na história, não vai achar, porque Rui Barbosa, envergonhado com os nomes dos escravocratas, mandou queimar os nomes, inclusive para que eles não aparecessem mais na história. Cada um tem uma análise. Uns acham que foi para não indenizar.

Mas eles eram Parlamentares e tinham direito de votar. Enfim, eu não estou fazendo nenhum prejulgamento. Foram queimados os nomes de todos os escravocratas e, por outro lado, os nomes dos abolicionistas estão envolvidos como heróis da Pátria.

Reafirmo que houve uma suposta abolição, porque, infelizmente, a negritude ainda seguiu sendo violentada, como ainda o é hoje, pelo racismo velado, que tem dado as caras, e – por que não lembrar, recentemente, nas redes sociais – de forma muito contundente. Digo falsa abolição porque se seguiram os anos de exclusão da nossa gente, quando da saída desse povo das senzalas, sendo jogado às ruas, sem oportunidade de educação ou qualquer forma de ascensão social. Lembro que, a partir da suposta abolição, eles não tinham direito de comprar terra, não tinham direito de estudar e não tinham direito sequer de receber as ferramentas que os outros imigrantes que chegavam ao Brasil recebiam.

Reflexo disso vemos todos os dias na forma como são tratados. Ainda hoje na televisão, em nossa audiência, no dia a dia, nos postos de chefia do País, nos melhores cargos, nos melhores salários, vamos ver que dificilmente os negros estão lá localizados, a não ser raras exceções.

Como, por exemplo, um dos raros negros aqui no Senado Federal, sigo dando combate firme a todas as formas de discriminação, seja contra branco, seja contra negro, seja contra índio, seja contra as mulheres, seja contra a orientação sexual de cada um ou mesmo a sua opção religiosa.

Nesta Comissão de Direitos Humanos, temos procurado sempre nos manter nessa linha de frente, combatendo todos os tipos de preconceitos. Poderia lembrar que por aqui passaram questões importantes sim: as cotas estudantis e sociais nas universidades e as cotas para servidores públicos. Aprovamos ambas aqui na CDH, sempre com o apoio – tem que ser registrado – dos Governos de Lula e Dilma. Esses são exemplos dessa luta.

Demos cor às universidades do País, mas nosso sangue ainda escorre mais do que simplesmente nas veias. Ainda escorre nas ruas, nas praças e na forma como o nosso povo é tratado, com tanta violência, tanto que tivemos que montar aqui no Senado uma CPI do combate ao assassinato da nossa juventude, sejam negros ou brancos, mas, de cada dez jovens assassinados, sete são negros.

Segundo relatório da Anistia Internacional, 77% dos jovens vítimas de assassinato armado nas periferias do Brasil são negros e negras. Hoje, acompanhamos o trabalho da CPI instalada nesta Casa contra o extermínio da nossa juventude, negros e brancos, mais um sinal de que a lógica do feitor da casa grande, da senzala ainda precisa ser, de fato, abolida nos nossos corações e no dia a dia do nosso País e em outras partes do mundo. Nós vemos atos de preconceito não só no Brasil. É só ver a questão dos campos de futebol. A sociedade tem sofrido discriminações que hierarquizam seres humanos ainda hoje, infelizmente, com muita audiência – repito – nas redes sociais.

A jornalista Raíssa Gomes, moradora aqui do DF, foi vítima de grave ofensa, tendo sua foto ainda grávida divulgada em rede social com a afirmação de que estaria vendendo o próprio filho por não ter conseguido medicamentos para o aborto. Vejam a gravidade dessa ofensa feita a essa jovem senhora.

Outra jornalista, Cristiane Damasceno, publicou na mesma rede social uma foto pessoal – por sinal, belíssima – e sofreu uma série de ataques racistas, ofensas graves que promovem o ódio de um ser humano contra o outro, por sua entidade de raça, por sua cor da pele.

Num tempo em que a educação se amplia como direito, em plena era da informação, ainda estarmos reproduzindo esse tipo de mensagem me parece uma afronta total à dignidade humana, aos direitos humanos. O desrespeito não é a essas pessoas individualmente. É uma grave ofensa a toda a sociedade, especialmente à democracia, que prima pelo disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A lógica perversa do racismo, trazida pelos olhos azuis e cunhada na história pela teoria da eugenia, da suposta pureza de uma raça sobre as demais, deve ser denunciada. Eu tenho o maior carinho. Todos nós temos. Não importa se os olhos da pessoa são verdes, azuis, castanhos ou pretos; se a cor é branca, amarela ou preta; se os cabelos são encaracolados ou soltos nos ombros de um homem ou de uma mulher. Importa que todos nós somos seres humanos, e deve haver o respeito sobre todos.

Ainda sofremos essa situação não só no Brasil, mas temos intensos movimentos sociais da negritude com ataques aos negros, como, nos Estados Unidos, por exemplo, onde covardemente todos viram pela televisão inúmeros jovens negros sendo assassinados, inclusive com tiro pelas costas, dado pelos policiais na terra do Barack Obama.

Enfim, a luta contra a violência policial que assassina e executa pessoas de forma injusta, sejam brancos ou negros, é um papel nosso aqui, combater sempre, seja no Brasil ou em qualquer lugar do Planeta. Esse recorte de raça, armado pelo Estado, deve ter fim, tanto nos Estados Unidos como em qualquer parte do mundo, referindo-me, claro, ao Brasil.

Esta Comissão recebeu, recentemente, a denúncia de familiares das vítimas da chacina de Cabula, bairro da periferia de Salvador, na Bahia. Há relatos de que os executores da polícia baiana têm enterrado vítimas

de suas ações, produzindo a mesma prática dos tempos da escravidão, da colônia, enterrando os mortos de cabeça para baixo, prática comum contra negros que fugissem ao regime de escravidão da época.

Por essas e outras, nós da Comissão de Direitos Humanos, brancos e negros, Senadores da República do Brasil, conclamamos todos os seres humanos – negros, brancos, japoneses, árabes – a lutar contra todo tipo de racismo, preconceito e intolerância de qualquer natureza.

Vamos celebrar, lembrando, sim, com orgulho de nosso herói da resistência: Zumbi dos Palmares, aquele que deu a sua vida por essa causa em 20 de novembro.

Para nós, 13 de maio é dia de resistência, dia de luta, mas também dia de lembranças. Nesta data, nós aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, queremos reafirmar nossa posição – falo aqui em nome de todos os Senadores e Deputados – de resistir contra todo tipo de preconceito.

Haveremos de reagir sempre. Este é o chamado: reajam para quebrar e concluir o ciclo colonial deste País, fundamentando a verdadeira democracia em terras brasileiras.

Enfim, podemos lembrar também que vemos, todos os dias, a forma como, infelizmente, o nosso povo é tratado. Aqui mesmo, nesta Comissão, recebemos denúncias quase que semanalmente.

Como um dos raros negros no Senado Federal, sigo dando esse combate, sempre na firmeza de que aqui nós lutaremos a favor sempre, sempre, sempre de todos – brancos, negros e índios. Abaixo o racismo! Que possamos lembrar sempre 20 de novembro como o dia de luta do povo negro e 13 de maio como um dia de resistência – graças aos abolicionistas, porque, senão, não teria acontecido.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, é com muita alegria que acolho integralmente toda a sua falação. Acho que essa questão é muito grave. Vivemos até hoje esses problemas na nossa sociedade. Não resta dúvida da relevância do pronunciamento que V. Exª acaba de fazer nesta Comissão, um pronunciamento altamente atual, verdadeiro, que procura colocar essa problemática de forma que realmente venha a contornar esse sério problema que ainda temos na nossa sociedade, que precisamos superar.

Então, quero parabenizar V. Exª e dizer que também quero subscrever seu pronunciamento pela clareza, pela atualidade e pela competência do mesmo.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Hélio José, que me acompanha até este momento, agora, assinará o pronunciamento. Que conste em ata que este pronunciamento que fiz no dia 13 de maio terá a assinatura dele.

Permita-me também, neste momento, agradecer a V. Exª, Senador Hélio José, e à Senadora Regina Sousa, que chegou aqui no início, porque hoje tivemos quórum. Para nós, é muito importante que os Senadores olhem com carinho a Comissão de Direitos Humanos.

Então, quero deixar registrado de público aqui: Obrigado, Senadora Regina Sousa!; Obrigado, Senadora Angela Portela!; Obrigado, Senador Telmário Mota!; Obrigado, Senador Cristovam Buarque!; Obrigado, Senador Hélio José!, aqui presente; Obrigado, Senadora Simone Tebet!; Obrigado, Senador Sérgio Petecão!; Obrigado, Senador João Capiberibe!; Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues!; Obrigado, Senador José Medeiros!; Obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann!; e Senadores que estiveram aqui durante o período em que votamos projetos terminativos e não terminativos.

Já ajustamos que, na próxima quarta-feira, ao meio-dia, estaremos aqui novamente para votar outros projetos terminativos, porque há um pedido, Senador Hélio José, do Senador Renan Calheiros para uma agenda positiva, e, segundo S. Exª, esta Comissão tem o papel fundamental de remeter ao plenário projetos para que possamos deliberar de forma definitiva. Tenho certeza de que, na próxima semana, estaremos aqui com os Senadores que estavam em outras Comissões, mas que se comprometeram a estar conosco aqui, para que a gente possa votar todos projetos na semana que vem.

Faço esse carinho especial para os que estiveram aqui, na certeza de que os que não puderam estar estavam em outras Comissões e farão de tudo para estarem aqui na semana que vem.

Com esse agradecimento aos membros da Comissão de Direitos Humanos, começando pela Senadora Regina Sousa e Senador Hélio José – Regina Sousa foi a primeira que chegou e o Senador Hélio José, o último a sair –, cumprimento todos os Senadores desta Comissão.

Para mim, é importante porque não é só estar pressionando os Senadores para estarem aqui. Os Senadores vêm aqui porque sabem que a CDH é uma luta inicial, é uma luta de correção de alma dos que fazem o bem sem olhar a quem.

Está encerrada a reunião de hoje. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia quatorze de maio de dois mil e quinze, no auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 30 e 43, de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A Lei Áurea, Terceirização e o Combate ao Trabalho Escravo". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra: Pedro Paulo Pinto da Rosa, Historiador e Diretor Geral do documentário "Vovó Leontina"; Dona Penha, Fundadora do Grupo de União e Consciência Negra de Cachoeiras de Macacu; Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT e Integrante da Coordenação do Fórum Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização; Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Vagner Freitas de Moraes, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Gabriela Neves Delgado, Professora de Direito do Trabalho dos Programas de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UnB, Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania – UnB/CNPq, Advogada, Integrante da Coordenação do Fórum Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização; Magda Barros Biavaschi, Pesquisadora do CESIT/UNICAMP, Integrante da Coordenação do Fórum Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e Desembargadora Aposentada do TRT 4ª Região; Paulo Sérgio de Almeida, Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Cosme Nogueira, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Flávio Henrique de Souza, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Maria Aparecida Faria, Secretária-Geral Adjunta da CUT; Guilherme Guimarães Feliciano, Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Helder Santos Amorim, Procurador do Trabalho – MPT; Joilson Cardoso, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; José Márcio Ribeiro da Costa, Secretário Geral do SINDILEGIS; Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas – A.L.A.L, Integrante da Coordenação do Fórum Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização; Bruno Reis de Figueiredo, Presidente da Comissão Especial de Direito Sindical do Conselho Federal da OAB; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Julio César Condaque Soares, Executiva Nacional da CSP-Conlutas; Edson Carneiro Indio, Secretário-Geral da Instersindical Central da Classe Trabalhadora; Lineu Neves Mazzano, Secretário-Geral da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Deputada Federal Érika Kokay; Moacyr Roberto Tesch Aversvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Luis Carlos Paes de Castro, Diretor de Externas do Sinal – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central; Sebastião Soares, Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; Ricardo Saraiva Big, Secretário de relações internacionais da Intersindical e Presidente do Sindicato dos Bancários de Santos e Região; Everson Feuser, Diretor Parlamentar da FENAPRF – Federação Nacional da PolíciaRodoviária Federal; Tiago Ribeiro, Secretário-Geral do SINTEL– Sindicato dos Trabalhadores da Telecomunicação/MG; Mara Rejane Webere, Coordenadora-Geral da FENAJUFE – Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU; Alexandre Caso, Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora; Mario Jorge dos Santos Filho, Diretor de Assuntos Legislativos da CNTS – Confederação dos Trabalhadores na Saúde; João de Moura Neto, Presidente da FITRATELP – Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações; Gilnei Porto Azambuja, Presidente do SINTTEL/RS – Sindicato dos Telefônicos/RS; e Flauzino Antunes Neto, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinzes horas e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu vou pedir a todos e a todas para sentarem, para que a gente possa iniciar os trabalhos. Antes mesmo da abertura oficial, que farei depois desta fala que estou fazendo agora, eu queria informar a todos que não se preocupem quanto à fala. Todas as entidades

de caráter nacional vão falar. Claro que não vai dar para as 700 ou 500 pessoas que estiverem aqui falar. Mas está assegurado que vão falar daquela tribuna no momento em que forem convocados e estiverem inscritos aqui na lista. Então, essa preocupação não precisam ter.

Esta é uma audiência pública, uma audiência oficial. Tudo aqui será transmitido pelo sistema de comunicação do Senado, e também pela internet. Depois, irá ao ar, mais do que uma vez, como aconteceu com a última audiência que fizemos em relação à terceirização.

Eu quero só informar ainda, antes de abrir oficialmente, que, em um primeiro momento, nós teremos aqui uma homenagem aos auditores fiscais do trabalho. Nós teremos também um pequeno filme que fala da terceirização, teremos um pequeno filme, de minutos também, que fala sobre a luta pela abolição da escravatura, que trata sobre o dia 13 de maio. Está tudo vinculado, no meu entendimento, à terceirização, porque o título desta audiência pública é terceirização, revogação da Lei Áurea e o fortalecimento do trabalho escravo. Como nós não queremos revogar a Lei Áurea e não queremos o trabalho escravo, por sugestão do movimento sindical e de uma série de outras entidades, a gente fez esta audiência pública diferenciada. Esta audiência pública não foi no espaço da Comissão, porque há um clamor nacional contra a terceirização. Então, nós vamos agora, só para situar o plenário, abrir oficialmente os trabalhos.

Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente Reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 30 e 43, de 2015, de minha autoria e de outros Senadores.

Qual é o objetivo? Debater e aprofundar o tema a Lei Áurea, a terceirização e o combate ao trabalho escravo, que eu resumi com o termo terceirização, revogação da Lei Áurea e o fortalecimento do trabalho escravo.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que estão nos assistindo neste momento, pelo sistema de comunicação aqui do Senado, que quiserem participar, que tenham interesse em fazer perguntas ou comentários, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – *link* bit.ly/audienciainterativa – e também pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Agora, vamos encaminhar como vai funcionar. Primeira questão: na abertura, já, antes mesmo de eu fazer uma pequena introdução, eu vou pedir à assessoria da mesa que passe o vídeo da terceirização, vídeo produzido pela Anamatra, com apoio do Movimento Humanos Direitos, com a participação de Wagner Moura, Camila Pitanga, dentre outros. Nós já passamos esse vídeo em uma outra oportunidade, mas o vídeo ficou tão bom que, se dependesse de mim, eu o passaria todo dia, para que seja uma mensagem para o povo brasileiro entender o quanto é cruel esse projeto da terceirização.

Por favor, o vídeo. (*Palmas.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Acho que todos viram o vídeo, que é um demonstração clara do por que estarmos aqui numa audiência, como eu dizia, diferenciada, porque eu diria que é humanamente impossível alguém que tenha o mínimo, o mínimo de compromisso com os trabalhadores, com as trabalhadoras, com a nossa juventude, aceitar esse projeto que vem da Câmara dos Deputados com a terceirização.

Como aqui foi dito, e vocês todos aqui vão expressar, tenho certeza, esse ponto de vista, vai permitir que qualquer cidadão de má-fé monte uma empresa e passe a prestar serviço na chamada empresa matriz, empresa mãe. Vi uma fala que me surpreendeu muito do próprio Presidente da Fiesp. Sabe o que ele diz – com todo respeito a ele, ao direito dele, mas vou repetir, porque eu o ouvi dizer na TV –: "A qualquer momento, eu pego trabalhadores que estão numa empresa, se a produção não está no nível que eu quero, eu os tiro e boto no caminhão ou boto no ônibus, vamos dizer na área mais rural, e já boto numa outra empresa, e, de lá, já mando para outra". Aí eu pergunto qual é a preparação, qual é a segurança que esses trabalhadores terão no trabalho? A qualquer momento é deslocado daqui para lá. Em banco, só haverá os banqueiros, como dono, o resto vão terceirizar tudo. E os trabalhadores brasileiros, o povo brasileiro está percebendo isso.

Diria que, na visão do povo brasileiro, há uma unanimidade contra a terceirização. Algum sindicalista equivocado é que não entendeu isso. (*Palmas.*)

Mas, para o povo brasileiro, há unanimidade.

Ainda faço um apelo: se um ou outro sindicalista não entendeu o que vai acontecer, tenho esperança de que ele mude de opinião e, como falamos: "Vem com nós! Vem com nós ficar contra a terceirização!".

É inadmissível, é inadmissível que a atividade-fim seja terceirizada! E dizer que o cara, na maior boa-fé, vai tratar igualmente os trabalhadores como tratava antes aqueles que estavam na empresa chamada mãe ou matriz! Claro que não, pessoal! Os dados que Anamatra, enfim, que todas as entidades levantam e nos passam,

mostram isso. Há um dado que me passaram – e falo, a Anamatra foi a primeira que me passou esse dado e os fiscais do trabalho, naturalmente – que é aquele dado que diz que, de cada cinco acidentes – aqui foi dito, não é? – por morte, quatro são com terceirizados. Alguma coisa está errada.

De cada dez acidentes, oito são com terceirizados. Por isso, que nem vou estender a minha fala, porque o importante, para mim, é ouvi-los, e pode ter certeza de que a fala de vocês será reproduzida e a mandaremos para todos os lugares do Brasil que assim a estrutura daqui da Casa me permitir, que o povo brasileiro tem que entender.

Eu, que sou negro, sempre lembro dia 13 de maio de forma positiva, porque homens brancos e negros lutaram para acontecer a Lei Áurea. Os abolicionistas estão aí como heróis da Pátria; enquanto que os escravocratas – Rui Barbosa mandou queimar o nome deles – eram uma vergonha para o povo brasileiro.

Viva os abolicionistas do passado e do presente!

Está aqui o Paulo Rosa. Paulo Rosa, vem cá!

Está aqui, então, o Paulo Rosa e Dona Penha, fundadora do Grupo de União e Consciência Negra de Cachoeiras de Macacu. (*Palmas.*)

Esse será o primeiro momento da nossa audiência, inclusive porque muitos companheiros de Goiás e de Minas estão chegando.

Em seguida, faremos uma homenagem aos auditores fiscais do Ministério do Trabalho pelos 20 anos de atuação dos grupos móveis. O dado que eu tenho é que libertaram mais de 50 mil pessoas. Aqui vocês poderão atualizar se o dado está certo ou não.

Mas, nesse momento, vamos à primeira parte, aqui, com o meu amigo, Paulo Rosa e Dona Penha. Do Paulo Rosa, quero um abraço; da Dona Penha, quero um beijo.

O Paulo vai pegar o microfone e vai fazer a introdução do seu curta-metragem, se não me engano, são 15, 20 minutos.

Ontem foi 13 de maio – hoje é 14 de maio – e nós não vamos permitir que acabe com a liberdade do nosso povo de ter direito a optar pelo seu emprego sem entrar numa empresa fantasma, muitas vezes, e depois ser jogado ao léu, como fizeram com escravos no passado.

Enfim, vamos iniciar os trabalhos na certeza de que essa audiência pública há de colaborar muito para que esse projeto não seja aprovado aqui no Senado da República.

Como já passei o vídeo da terceirização, vou convidar, neste momento, porque se tem vinculado muito essa questão de trabalho escravo, Lei Áurea, abolição e terceirização, Paulo Rosa, historiador e diretor de um curta-metragem chamado Vovó Leontina, ex-escrava que debate a escravidão e seus reflexos na história.

Paulo Rosa, por favor. Encontra-se presente? (*Pausa.*)

(*Palmas.*)

O SR. PEDRO PAULO PINTO DA ROSA – Quinze minutos.

Bom dia a todas e todas!

Primeiramente, eu gostaria de agradecer muitíssimo ao Senador Paulo Paim, à Mariana Paiva, ao Vinícius, ao Tércio Ribas Torres, todos que tornaram possível essa oportunidade de estarmos aqui dialogando com os senhores. Dona Penha aqui ao meu lado. Estar na Capital Federal é uma emoção muito grande para nós.

A Dona Penha vem representando o Grucon-CM, Grupo de União e Consciência Negra de Cachoeiras de Macacu, que existe há 33 anos, no interior rural do Rio de Janeiro, uma localidade extremamente ainda atravessada pelo pensamento racista, latifundiário e que tem essa visão, que vai ao encontro dessa visão empresarial e utilitarista do trabalhador brasileiro.

Estávamos comentando – não é, Dona Penha? – sobre a questão desse PL perverso, como V. Exª citou, na terceirização, isso é um avilte ao trabalhador brasileiros, não podemos permitir isso. Trouxe, enfim, uma rápida fala para os senhores e vou começá-la aqui.

Como diz Amilcar Araújo Pereira, no seu livro Mundo Negro, citando Dona Nilma Bentes, uma das fundadoras do Cedempa, Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, organização criada em Belém, de 1980, ter consciência negra significa compreender que não se trata de passar da posição de explorados para a de exploradores, e, sim, de lutar, junto com os demais oprimidos, para se formar uma sociedade sem explorados nem exploradores. Ter consciência negra significa compreender que a luta contra o racismo é longa e árdua.

Eu, lendo essas palavras, me recordo da fala da Celeida Rocha, filha de D. Penha Rocha e coordenadora do Grucon-CM, neta da vovó Leontina, hoje com 95 anos. Até então, elas diziam que não sabiam o que era ser negra, apenas tinham a pele preta.

O documentário Vovó Leontina, desse ano, de 15 minutos, patrocinado pelo Ministério da Cultura e pela SEPPIR, não é um retrato específico de uma localidade do Brasil. Nós compreendemos que a luta política e artística que a família da vovó Leontina realiza é universal.

No Grupo de União e Consciência Negra que a família coordena, aprende-se não só a consciência negra, como também o valor humano da vida. Este trabalho ocorre no interior rural do Rio de Janeiro, como eu disse, ainda marcado por um forte pensamento racista e latifundiário, no qual o negro ainda é visto por muitos como algo ruim e menor. Esse projeto da terceirização só acentuaria esse retrocesso, essa perda que o movimento negro brasileiro vem conseguindo, junto com os outros sindicatos.

Ao meu lado, nesta mesa, eu tenho uma das fundadores do Grucon, do Grupo de União e Consciência Negra, D. Penha Rocha, 73 anos, filha de vovó Leontina, 95 anos. Ela vai poder nos contar melhor sobre o desafio do grupo e como ele foi fundado, como era a vida de Leontina nas lavouras do patrão, como chamavam, como foi a construção da casa de estuque e da casa de alvenaria, só em 1980, enfim, como a luta pela família, a luta que vocês, desde 1982, fizeram com as domésticas de Cachoeiras de Macacu, escrevendo uma carta de convocação às domésticas, para que elas lutassem pelos seus direitos. Então, a terceirização vai totalmente contra toda essa luta que o Grucon representa e que tantas outras organizações aqui presentes também representam junto conosco. Estamos juntos, totalmente juntos.

Portanto, esse filme acentua o quanto o racismo ainda retarda a evolução do pensamento social brasileiro. Então, em busca de a gente enfraquecer esses discursos preconceituosos e perversos, que estão presentes em vários setores da sociedade, em várias leis, como esse projeto de lei quer passar, mas não passará, a gente descobriu esse clã poderoso em quebrar esse estigma.

A Família Rocha é uma inédita expressão multifacetada de cultura religiosa, musical e política, que ocorre no interior do Rio de Janeiro. Então, ao entrar em contato com eles, fica impossível não se envolver com as suas raízes, a musicalidade de família, a expressão artística e cultural, que vai resplandecendo nos poros de cada um deles.

Então, por meio desse documentário, a gente entende que se ampliam os canais de comunicação que levam ao esclarecimento e promoção da cultura negra. Retira-se o ainda presente silenciamento desses atores, bem como reforça a importância de uma sociedade mais justa, igualitária e incorporadora da diversidade da cultura afro-brasileira, positivando esses valores, assim como dialoga com a história local, nacional e mundial.

Entendemos o dia 13 de maio como um momento de reflexão de desconstrução da história oficial que nos é transpassada por currículos ainda seletivos e tradicionalistas. Precisamos ouvir e aprender com os silenciados, dizimados e evitados. Precisamos escutar várias vozes e saberes. Nosso trabalho caminha para isso, assim como pensamos a terceirização como algo que nos retrocederá infinitamente. A classe trabalhadora deste País não pode permitir isso.

Nosso filme, Vovó Leontina, traz à luz, entre arte, memória, cinema e política, a imensa luta que Leontina e suas filhas precisaram passar para existir. Leontina nasceu 23 anos após a abolição oficial. Toda família é filha desse fato. A mãe de vovó Leontina, o pai de vovó Leontina estiveram no regime. Então, a lavoura do patrão, como vocês chamam, esteve presente na formação familiar, e nós vimos o quanto isso é difícil.

Então, eu gostaria de convidar os senhores e as senhoras a apreciarem o nosso trabalho, o nosso documentário, e, logo em seguida, a D. Penha vai nos dar a honra de falar um pouco também sobre isso.

Então, agora o filme, depois a fala de D. Penha.

Muito obrigado a todas e a todos. (*Palmas.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)
(*Procede-se à exibição de vídeo.*)
(*Procede-se à exibição de vídeo.*)
(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – "Terceirização não!"

Eu vou conceder a palavra à Dona Penha. Ela pediu cinco minutos, apenas para fazer uma saudação, porque ela disse que o filme fala tudo, mas ela quer deixar uma mensagem para vocês, para nós e para todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vocês viram o filme.

Eu falava aqui com o historiador e produtor e ele me dizia: "Sim, sim, é isso mesmo, Paim. A terceirização passando, seria um retrocesso a 127 anos atrás. Nós voltaríamos à época da escravidão e a luta desse povo que, eu diria, de um quilombo urbano, que se aglutinaram, foram peleando, lutando e sobrevivendo. Nós não queremos nem para brancos, nem para índios, nem para negros, enfim, não queremos para ninguém a volta da escravidão. E por isso a gente, aqui, quer fazer com que este plenário mostre isso para o povo brasileiro, já que esta audiência está sendo transmitida para todo o Brasil".

E quero dizer para vocês que eu convidou, ontem, o Presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros, que diz que fará de tudo para vir aqui porque ele tem uma posição muito clara, ele mesmo disse: "Terceirização, não! Eu também não quero a volta da escravidão".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com ela: terceirização, não!

Não, não, não à terceirização!

Não, não, não à terceirização!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado a Paulo Rosa, historiador e diretor desse curta metragem que conta a história de um quilombo urbano, Vovó Leontina.

Eu quero, agora, agradecendo aos dois, e já pedi que eles ficassem aqui na primeira fila, começar a montar a nossa mesa de debate; montaremos a mesa, e, na sequência, o primeiro passo é fazer uma pequena homenagem aos nossos queridos auditores e fiscais do trabalho. (*Palmas.*)

Nós vamos ouvi-lo aqui. Ele disse que em torno das 11 horas estará aqui conosco.

(Manifestação da plateia.)

A SRª DONA PENHA – Eu quero, primeiramente, agradecer a Deus por poder estar aqui neste momento lindo e maravilhoso. Dar um bom-dia para todos vocês que aqui se encontram, estão todos na liderança, lutando pelos direitos!

E eu só tenho que agradecer. Vocês viram que o filme foi bem claro, demonstrando as dificuldades, as lutas que já tivemos e estamos lutando ainda pelo nosso direito e principalmente pela verdadeira libertação dos escravos, porque hoje ainda vemos a escravidão por aí bem presente, junto da gente. Mas a gente está na luta e confiando em todos vocês que aqui se encontram, porque a gente sabe que estão buscando o direito de cada um.

Eu estou muito feliz!

Agradeço muito a Pedro Rosa, que é o nosso braço direito, ele com Luana, as outras pessoas mais que estão sempre junto deles e da gente também.

O meu muito obrigado ao nosso querido Paulo Paim, que Deus continue abençoando e iluminando.

No mais, que vocês tenham um bom-dia! E que esse dia lindo e maravilhoso possa ficar gravado nos nossos corações.

Muito obrigada por tudo e tenham todos vocês uma boa-tarde!

E terceirização, não!

Escravidão, não!

(Manifestação da plateia.)

Convido Pedro Paulo Pinto da Rosa.

Vamos agora à segunda mesa: Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sinait; Lourenço Ferreira do Prado, do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Vagner Freitas de Moraes, Presidente da Central Única dos Trabalhadores; Gabriela Neves Delgado, professora de Direito do Trabalho, que tem um trabalho belíssimo aqui na UnB/CNPq.

Seja bem-vinda! (*Pausa.*)

Magda Barros Biavaschi, pesquisadora do Cesit/Unicamp, integrante da Coordenação do Fórum Permanente de Defesa do Trabalhador.

Não, esse já foi chamado e D. Penha também. Estavam na primeira mesa, mas a primeira mesa já foi.

Paulo Sérgio de Almeida, Secretário de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Então, nesse momento, saudamos a todos na audiência pública sobre terceirização e trabalho escravo, temas que estão intimamente ligados, como logo saberemos pela voz principalmente de vocês, mais do que a minha. (*Palmas.*)

Cosme Nogueira, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Flávio Henrique de Souza, Presidente do Conade; Guilherme Guimarães Feliciano, Diretor de Assuntos Jurídicos da Anamatra, que patrocinou esse vídeo que antecedeu esse filme; Helder Santos Amorim, Procurador do Trabalho, MPT; Ibaneis Rocha, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção DF; Joilson Cardoso, Vice-Presidente Nacional da CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil); José Márcio Ribeiro da Costa, Secretário-Geral do Sindilegis; Maximiliano Garcez, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboristas; Bruno Reis de Figueiredo.

Essa é a relação que eu recebi aqui. Se houver alguma central sindical que eu não chamei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Nova Central não foi chamada?

Da Nova Central, José Calixto Ramos, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Foi um dos que provocou esse evento aqui.

Intersindical Central da Classe Trabalhadora, o Índio, pode ser o Índio.

Queria que dessem uma salva de palmas para o Calixto, que, junto com todas as centrais e confederações que assumiram essa bandeira, fez de tudo para que esse ato acontecesse aqui com o auditório lotado, é uma das poucas vezes... (*Palmas.*)

Então, parabéns a todos: entidades de caráter nacional, confederações, federações, centrais sindicais que estão aqui conosco.

Julio César, da Conlutas, que sempre esteve conosco toda vez em que foi chamado; pela CSPB, quem fala é João Domingos, que sempre esteve conosco também pela CSPB.

O.k..

Vamos agora, então... Depois aqui, nós falaremos, é claro, e vamos registrar o nome de tantas outras confederações que estão aqui neste evento. E digo mais: não se preocupe, alguma entidade que, porventura, gostaria de estar nesta mesa, que eu vou dar a palavra e vai falar ali da tribuna.

Aqui nós faremos uma audiência pública mais democrática impossível. Eu sempre digo que, se alguém conseguiu, no mundo, descobrir um sistema melhor que a democracia, me diga, porque eu não descobri ainda. Então, em nome da democracia, se for preciso, iniciamos às 9 horas, se precisar ficar até o meio-dia, ficaremos, se precisar ficar até as 13 horas, ficaremos, se precisar ficar até as 14 horas, ficaremos; se for preciso ficar toda a tarde, ficaremos aqui para fazer uma audiência histórica., (*Palmas.*)

Temos a honra e a felicidade de contar com a presença aqui de dezenas de auditores fiscais do trabalho que participam ou já participaram do combate direto ao trabalho escravo no Brasil, integrando as equipes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que está completando 20 anos de atividade com muito êxito. É um trabalho de coragem, é um trabalho de resgate da cidadania, de promoção de direitos humanos que deve ser valorizado.

O modelo desenvolvido é hoje exemplo para o mundo, ressaltado pela OIT, inclusive. São quase 50 mil trabalhadores resgatados em 1.795 ações fiscais. Mais de R$92 milhões foram pagos em direitos trabalhistas que estavam sonegados.

Sejam todos bem-vindos!

Temos a certeza de que terão importantes contribuições a dar nessa discussão, porque vocês são tão poucos e sei, querida Rosa, se passar a terceirização, nem que vocês se multipliquem por cem ou por duzentos, não conseguirão combater o trabalho escravo, embora aqui eu quero dar uma salva de palmas, porque vocês são heróis. E, por isso, a Márcia vai citar o nome dos quatro no massacre aqui de Unaí, que foram assassinados, que foram lá para libertar os trabalhadores.

Somos todos nós, reafirmo aqui e creio que a maioria, 95% do povo brasileiro é contra a aprovação do PL nº 30 e pelo fortalecimento, isso sim, da auditoria fiscal do trabalho, com o aumento das equipes de grupo móvel e recomposição dos auditores fiscais do trabalho para a completa erradicação do trabalho escravo e outras mazelas do País.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado faz uma simbólica homenagem aos auditores fiscais do trabalho, que enfrentam essa organização criminosa do trabalho escravo.

Quando falo País, às vezes falo Paim; e, quando falo Paim, há uns amigos meus da Bahia que dizem: "Não fale Paim, fala Painho, que fica melhor ainda."

Nossos agradecimentos, enfim, ao trabalho vocês, que realizam, com essa participação do dia a dia, algo que é um orgulho para todos nós. E a participação de vocês aqui hoje, para nós, é uma enorme satisfação.

Quero, neste momento, de imediato, chamar Rosa Maria Carmo Jorge, Presidente do Sindicato da categoria, que entregará o certificado a uma das homenageadas, Valderez Maria Monte Rodrigues, que aqui representa todos os auditores fiscais do Grupo Móvel pelos 20 anos de criação e atuação do grupo de fiscalização.

Quero dizer para vocês que eu era convidado ontem para estar numa atividade, não pude, porque a correria não permitiu. Sei que lá vocês fariam uma homenagem também a mim, mas sabe qual foi a melhor homenagem que vocês fizeram para mim? Foi quando, hoje pela manhã, recebi uma missão de assinar dezenas, para não dizer uma centena, de certificados, certificados com a minha assinatura embaixo, a vocês que são os nossos heróis, que são aqueles que libertam os trabalhadores escravizados. Essa foi a melhor homenagem que recebi, foi poder assinar e vou assinar aqui na frente agora, além de outros tantos que já assinei. (*Palmas.*)

Vou passar a palavra para a querida Valderez, para a querida Maria Rosa Campos Jorge, mas permite que eu leia o certificado que você vai entregar. O que diz o certificado – criação deles e que a Comissão ajudou –:

Certificado.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal homenageia Valderez Maria Monte Rodrigues pela importante contribuição no combate ao trabalho escravo contemporâneo, por ocasião da comemoração do 20 anos da atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel.

Brasília, 14 de maio.

Senador Paulo Paim. (Palmas.)

Fiquei feliz por assinar. Está entregue em mão.

Todos os outros, eu assinei; quando cheguei aqui pediram se podia vir lá de cima o carimbo. Mas de jeito nenhum! Que carimbo coisa nenhuma! Não quero carimbar minha assinatura! Quis assinar um por um, porque vocês, de fato, merecem! (*Palmas.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Eu estou emocionada! Não podia ser diferente, porque receber um reconhecimento da Comissão de Direitos Humanos do Senado, pois é todo o êxito da fiscalização do trabalho no Brasil, indistintamente, de participantes do Grupo Móvel ou de qualquer atividade dentro do Ministério do Trabalho.

O momento mexe com todos os nossos sentimentos. Vinte anos acreditando em um sonho. Vinte anos de noite maldormidas ou não dormidas. Vinte anos em que boa parte foi de jornadas exaustivas de até mais de 24 horas, atolando, desatolando, procurando fazendas que até com GPS não encontrávamos. É uma emoção realmente sem tamanho. Por quê? Hoje eu estou aposentada há 11 anos, mas acredito que a fiscalização, a auditoria fiscal do trabalho, como se diz hoje, é o grande agente da cidadania dos direitos humanos, do respeito ao ser humano que é o trabalhador.

Não temos trabalho escravo só no fundo das fazendas; temos trabalho escravo nos ambientes mais sofisticados que possamos imaginar.

Escrevemos uma vírgula na história do Brasil, mas marcamos um número, o número um de ponto de partida para o respeito no ambiente de trabalho.

Infelizmente tenho que dar aqui uma conotação triste. São 20 anos de luta, de construção, e hoje nós estamos aqui em uma audiência pública que está discutindo a terceirização total e irrestrita, o que significa escravização permanente. Então, o nosso trabalho se encerraria com a aprovação da terceirização.

Vou encerrar pedindo que o Estado brasileiro, que o Governo brasileiro, que tanto se vangloria de ser exemplo para o mundo em um projeto de combate do trabalho escravo, faça efetivamente o seu papel, começando pelo fortalecimento e respeito ao Ministério do Trabalho e Emprego, que vem sendo desmontado.

Agora é contigo. Vai lá e faz como tu quiseres. Fazes como tu quiseres, porque de lá mesmo tu fazes o encaminhamento.

Com a palavra a Srª Rosa Maria Campos Jorge. (*Palmas.*)

Que fortaleça a fiscalização, de um modo geral.

Aos colegas – como nós chamávamos e chamamos ainda – de imóveis, que são aqueles que passam, passavam e ainda passam pouco tempo em seus lares, todo meu respeito, meu carinho.

O meu agradecimento a todos aqueles que estiveram ao meu lado durante as ações que foram, desde as primeiras... Eu passei praticamente dez anos em campo trabalhando com esses colegas valiosos.

Então, a fiscalização do trabalho, todo o fortalecimento e toda a luta para que o sonho não morra.

Obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus amigos, com essa brilhante fala em nome dos fiscais, eu queria pedir para a Rosa Maria... Eu queria que você da tribuna, por favor, me ajudasse agora. Depois você vai ter direito à sua fala. É um apelo aqui do Plenário para que você cite o nome dos quatro assassinados no massacre de Unaí.

Nós vamos bater um minuto de salva de palmas para levar uma energia boa lá no céu para eles. Que essa energia conduza a nós todos a derrubar a terceirização e dizer "não, não, não" à terceirização. (*Palmas.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Bom dia! Em 28 de janeiro de 2004, logo cedinho, uma caminhonete do Ministério do Trabalho e Emprego, que estava com um motorista e três auditores fiscais do trabalho se dirigia à zona rural de Unaí, numa estradinha vicinal, porque havia indícios de trabalho escravo na plantação de feijão.

Esses valorosos servidores públicos, que estavam agindo no cumprimento da lei foram, na verdade, tocaiados. Havia um carro atravessado na estrada, como se quisesse pedir informação. O motorista parou e, imediatamente, levou dois tiros na cabeça. Outro executor da chacina se dirigiu aos outros e atirou na cabeça de todos os outros.

O motorista, nosso herói, com dois tiros na cabeça, com um colega tombado no seu colo já morto, acordou – teve um desmaio e acordou, que é o que se imagina – e conseguiu dirigir ainda por mais de 3km ou 4km para voltar à estrada asfaltada, em um trevo, para pedir socorro.

Chegando lá, havia um policial militar esperando para pedir carona e, quando percebeu que a caminhonete parou, porta aberta e ninguém... Foi ver o que era e o motorista conseguiu passar para ele as informações primordiais, que fizeram com que a Polícia Federal, em seis meses, fizesse a investigação e concluísse pelo indiciamento de nove autores. (*Palmas.*)

Depois de muita luta nossa, dos auditores e dos familiares, conseguimos que os executores fossem julgados em Belo Horizonte, em agosto de 2013, e condenados.

Mas eles estavam só lá na ponta, na verdade, por trás havia intermediários e mandantes. Estes, usando do poder econômico e político que têm, conseguiram até hoje adiar o julgamento. Já se vão mais de 11 anos. Estavam com o julgamento marcado para setembro de 2013, também, entraram com um recurso no Supremo, para suspender o julgamento e para tentar levar o julgamento para a Vara Federal de Unaí, onde eles são os principais empregadores e, certamente, esperavam se beneficiar.

Depois de dois anos desse recurso, agora esse mês, finalmente, o Supremo julgou o recurso deles, para que eles fossem julgados em Belo Horizonte, para que o julgamento seja imparcial.

Consideramos isso uma grande vitória e agora temos que insistir nessa luta, para que o julgamento seja marcado logo, porque não queremos fazer mais uma manifestação pedindo o julgamento já, em 28 de janeiro próximo, quando se completam 12 anos.

Quero pedir aqui o apoio de todos vocês, de todas as instituições presentes aqui, porque nós estamos lutando contra um poder muito grande. É o mesmo poder que quer aprovar a terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presente! (*Palmas.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Nelson.

Gostaria que vocês me ajudassem num grito só aqui, pedindo julgamento já, para que sejam... Finalmente, tenham as suas almas em paz, os seus familiares e os auditores, que depois disso vêm sendo constantemente ameaçados, porque paira a impunidade. São os auditores Eratóstenes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presente! (*Palmas.*)

Em seguida, nós usaremos a palavra, a nobre Senadora Fátima Bezerra, que também está aqui conosco. Peço uma salva de palmas para ela. Ela vai usar a tribuna, em seguida.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presente!

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – João Batista. (*Palmas.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – E o nosso querido heroico motorista Ailton.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presente! (*Palmas.*)

(Manifestação da galeria.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Julgamento já!

Julgamento já!

Julgamento já!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Muito bem.

Eu vou pedir a todos um minuto de palmas. Os quatro heróis de pé, neste momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu vou, neste momento, passar a palavra ao Senador Telmário Mota.

O Senador Telmário Mota, meus amigos, tem sido aqui uma grande surpresa para todos nós. Sem falar com ele, ele me falou duas coisas: "Paim, terceirização, conta comigo. Eu voto contra e defendo contra" e, sobre o fator previdenciário, "Eu acompanhava, no meu Estado, uma luta permanente dos homens de bem. Nós vamos derrubar". Então, ele está com a palavra. (*Palmas.*)

Dessa também não é preciso falar: fator, não; e terceirização, também não.

Por favor, Senador Telmário Mota.

Senador Paim, antes de me dirigir a todo o grupo, eu queria, primeiro, agradecer a V. Exª.

O Senador Paim, nesta Casa, sem nenhuma dúvida, é a expressão, a presença, o sentimento, a verdade das pessoas humildes deste País. O que o Senador Paim fala aqui a uma plateia dessa dimensão, nas reuniões internas, nas discussões internas, ele não muda com uma só vírgula. Ele tem o mesmo sentimento. O Senador Paim é um orgulho desta Casa.

O Brasil, hoje...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senhores e senhoras, meu bom-dia.

Bom dia!

Acho que estão conspirando contra a gente, Paim. São os ricos, os empresários.

Vemos, hoje, o grito de dor, o grito de justiça desses fiscais que, bravamente, como nós sabemos, quebram diariamente, em suas atividades, uma barreira imensurável para garantir o direito conquistado, com muito sangue, com grandes lutas. Vemos 11 anos se passando, e a nossa Justiça, que deveria ser neutra, que deveria dar celeridade a essa barbaridade, fica lenta, anda a passos de jabuti – como se diz na minha terra, no Estado de Roraima – e não traz a julgamento os verdadeiros responsáveis por essa barbaridade cometida contra aquele cidadão que estava ali cumprindo a sua obrigação e fazendo a lei brasileira acontecer.

Fica aqui o meu protesto a essa lentidão da Justiça brasileira. Fica aqui a minha solidariedade à luta dos fiscais do trabalho para colocarmos atrás das grades os bandidos que ceifaram a vida desses heróis que defendem os trabalhadores.

(Manifestação da galeria.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Esse é o povo que luta e tem força para vencer.

Quero saudar aqui toda a Mesa, na pessoa do Senador Paim. Quero saudar aqui a plateia, as mulheres, na pessoa da Senadora Fátima, minha amiga. Quero saudar todos os guerreiros, os lutadores que estão aqui, na pessoa da Rosa.

Vejam este nome com a gente: Rosa. Quem não gosta de uma rosa? Quem não gostaria de receber uma rosa? É uma mensagem linda e maravilhosa. Maria, a mãe de Jesus. Que coisa boa! Campos, liberdade! Jorge, que está lá na Lua derrotando o dragão.

Você, Rosa, vai derrotar os dragões que levaram a vida desses fiscais! (*Palmas.*)

O Brasil, hoje, passa por várias crises, mas a principal crise do País é a crise moral, a crise ética. Aqui, são poucos os políticos... Nós vivemos uma crise de políticos que tenham realmente sentimento democrático, que tenham sentimento de servir, que tenham sentimento de brasilidade, que tenham sentimento patriota, que tenham sentimento de defender a soberania, de defender as classes mais humildes, principalmente a classe dos trabalhadores. E o Paim é uma referência disso.

Orgulho-me de ser um Senador, filho de uma empregada doméstica, pela primeira vez nesta Casa, e de tê-lo, Paim, como uma referência.

Uma salva de palmas para ele, porque ele merece. (*Palmas.*)

Quero ser rápido, mas quero aqui, neste momento, dizer "não" ao trabalho escravo.

Dias atrás, o Senado aprovou a lei do empregado doméstico. Lutamos muito para essa categoria ter essa oportunidade ímpar. São séculos atrás de ter seus direitos, a empregada doméstica, aquela que faz a sua comida, aquela que limpa a sua casa, aquela que lava a sua roupa, aquela que abre a sua porta, aquela que serve o seu café, o seu almoço, a sua janta; aquela que faz a sua casa ficar aconchegante. Há anos a sociedade brasileira, o Brasil deve a esse servidor justiça, e agora parecia que tudo andaria dentro da normalidade. Infelizmente, grandes avanços no que foi aprovado aconteceram, mas a mão dos poderosos, usando Senadores sem escrúpulo, conseguiu não fechar, como disse o Senador Renan, Presidente do Senado, a última senzala brasileira. Na hora em que foi fechar, deixou a chave do lado. O Senador Romero Jucá pegou e trouxe para os empresários. Vão levar um ano para pagar o banco de horas extras. Um ano para pagar o banco de horas extras! Ainda criaram um fundo paralelo para o FGTS que, se a empregada se licenciar, morrer, se aposentar ou pegar uma justa causa, volta para a mão do empregador. Olha a causa que criaram no apagar de uma lei que seria brilhante e fantástica, se a gente tivesse realizado! Mas é sempre assim: sempre o poder econômico vem tentando retirar aquele direito que poderia ser tão pacífico.

E agora o que estamos vendo? As empresas aproveitando esse vácuo de poder, pressionando a Câmara Federal, tentando impor uma lei de terceirização para, de uma vez, em um só minuto, numa rapidez, num tempo tão de afogadilho, liquidar direitos conquistados a duras penas de um povo tão sofrido que é o trabalhador brasileiro. É lamentável.

É lamentável que a terceirização, como está ali aprovada, avance no sentido de tentar – segundo os empresários, segundo os poderosos, o poder econômico – dar competitividade às empresas. Ora, se as empresas querem ser competitivas que melhorem sua qualidade de serviço, que ofereçam um produto melhor, que fiquem mais bem aparelhadas, mas que não avancem no direito do trabalhador.

Portanto, senhores trabalhadores, contem comigo contra essa terceirização, que é, sem nenhuma dúvida, a lei da escravidão.

Muito obrigado!

Bom dia!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Meu companheiros e companheiras, meu bom dia!

Bom dia, Senador Paim! Quero parabenizá-lo pela iniciativa deste debate tão importante, tão oportuno nos tempos que estamos vivendo.

Permitam-me, por uma questão de tempo, abraçar e saudar aqui toda a Mesa, os companheiros e companheiras das entidades, dos movimentos sociais, dos movimentos populares; abraçar, saudar todos e todas na pessoa de Vagner, o Presidente da Central Única dos Trabalhadores, e de Rosa, do Sindicato dos Auditores. (*Palmas.*)

Senador Telmário...

Como disse o Senador Paim, vou pedir a compreensão de vocês porque vou ter que correr para o aeroporto, tendo em vista que uma agenda extensa nos espera no Estado, uma agenda para estar lá ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras, somando nessa mobilização social urgente, necessária neste momento, no que diz respeito à defesa dos direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Telmário Mota, que deixou claro aqui o seu ponto de vista.

De imediato, por questão inclusive de voo, eu já passo a palavra à nobre Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

Quero dizer a vocês que fico muito feliz de, de repente, ver aqui este plenário lotado, cheio de energia, de esperança e, sobretudo, de disposição para a luta; cheio também de união e de unidade, porque, neste momento, mais do que nunca, o movimento sindical, o movimento social, os movimentos populares precisam estar juntos, precisam exatamente estar unificados em função dos ataques violentos impostos aos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

Não é à toa, Senador Paim, que V. Exª coloca aqui, hoje, a questão da terceirização e a questão da escravidão.

Estamos celebrando 120 anos da chamada Abolição, que ainda não se realizou plenamente, de maneira nenhuma. De repente, neste ano, falar de Abolição, falar de escravidão é falar do famigerado Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, tal qual foi aprovado na Câmara dos Deputados. Não vou, aqui, falar do conteúdo do projeto porque vocês conhecem tão bem ou mais do que eu. Todos sabemos o que ele significa do ponto de vista de retrocesso, do ponto de vista de ataque aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Só quero, aqui, dizer uma coisa, meus companheiros, minhas companheiras: não voto no Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, de maneira nenhuma. E digo mais, e digo mais: esta é a posição exatamente do meu Partido, que, tanto na Câmara quanto no Senado, já fechou posição que votará 100% unida contra o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, aprovado na Câmara. Mas quero dizer a vocês que, mesmo que esta não fosse a posição do meu Partido, eu não votaria a favor do PL 4.330, de 2004, de maneira nenhuma.

Por fim, Paim, a nossa palavra aqui de fé, de esperança é a nossa palavra de luta. Os tempos são muito difíceis, muito duros. Estamos vendo exatamente um Congresso Nacional se agigantando cada vez mais, do ponto de vista do seu perfil conservador. Estamos vendo exatamente um Congresso Nacional na sua grande maioria mirando naquilo que consideramos conquistas civilizatórias para o povo brasileiro, como os direitos dos trabalhadores, o tema da redução da maioridade penal, o tema da reforma política, igualmente importante para todos nós, até porque realizar as outras reformas de caráter estruturante com que sonhamos, como a reforma agrária, como a democratização dos meios de comunicação, como a questão da mobilidade urbana, como a questão da reforma tributária e outras, avançar nessas reformas de caráter estruturante, sabemos que só vamos avançar se também conseguirmos realizar, aprovar uma reforma política que venha exatamente na direção de fortalecer a democracia no nosso País. Por isso, o tempo, repito, exige muita atenção de todos nós, exige muita unidade de todos nós e, sobretudo, muita disposição e muita capacidade para lutar.

Confesso, Vagner, que eu queria muito hoje estar, aqui, no Congresso Nacional, debatendo, defendendo e votando a taxação das grandes fortunas, do capital especulativo e das grandes heranças – este é o caminho exatamente que deveríamos trilhar –, a questão da jornada de trabalho, a redução das 40 horas, mas sabemos que, com o perfil, repito, deste Congresso, que piorou, essa missão tem-se tornado cada vez mais desafiadora.

Por isso mesmo, nós não podemos desistir de maneira nenhuma. Vimos, ontem, a votação da Câmara no que diz respeito à questão do fator previdenciário, e estava conversando com o Senador Paim: Paciência, não dá, de maneira nenhuma, para ser contra o fim do fator previdenciário. Vamos ter que enfrentar, Vagner, esse debate. Vamos ter que participar intensamente dessa luta para pôr fim à questão do fator previdenciário.

No mais, fica aqui o nosso abraço, a nossa palavra de fé, de esperança e de luta.

Muito obrigada e um bom seminário para todos e todas nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Senadora Fátima Bezerra, que deixou muito claro que não só é contra terceirização, como também é contra esse famigerado e cruel, uma das piores leis da história do País, fator previdenciário.

E tem que ser dito aqui: que bom que a Câmara aprovou ontem uma emenda nesse sentido! E nós vamos fazer de tudo, aqui, no Senado – Senadora Fátima, sei que V. Exª tem que pegar um voo agora. Nós já temos apoio,

e eu falava com o Senador Walter Pinheiro, de 37 Senadores que disseram que, se essa MP não passasse lá, aqui, nós iríamos derrubar o fator previdenciário com uma emenda que eu, ele e a Fátima apresentamos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa é a querida Senadora Fátima Bezerra.

Como temos uma lista de aproximadamente 20 companheiros e companheiras inscritos, vou fazer um apelo para que cada um dos convidados use cinco, no máximo oito minutos, para que todos possam usar a palavra. Sugiro de cinco a oito, mas, claro, vamos ficar ali torno de dez.

De imediato, passo a palavra ao coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, o líder Lourenço Ferreira de Prado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Senador Paulo Paim, que preside esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, demais companheiros, companheiras e autoridades que integram a Mesa, meus companheiros, minhas companheiras:

Faço uma referência especial, por questão de justiça, a diversos presidentes de confederações que não estão aqui à mesa, mas que foram importantes e fundamentais para que tivéssemos uma mobilização bastante robusta, com condição, inclusive, de lotar esse Auditório Petrônio Portela com pessoas e ônibus que estão chegando do interior de Minas Gerais e também de São Paulo e que estão sendo impedidos de entrar. Estão alegando que não há número de cadeiras suficientes, mas, na verdade, existe sim, porque o auditório é mais ou menos móvel, alguém vai saindo e vão entrando outras pessoas. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Paim, meus companheiros e companheiras, para quem não me conhece, eu sou professora, militante da luta em defesa da educação há muito tempo, e não poderia deixar de dar o meu abraço aos professores e professoras do Brasil, que, em dez Estados, neste exato momento, estão nas ruas, lutando pela escola pública, pela educação que todos nós sonhamos.

E mais uma vez aqui também expressar o nosso repúdio diante da ação truculenta da Polícia Militar do Paraná, a mando do Governo daquele Estado, contra os professores e professoras, os servidores daquele Estado. Junto com o Senador Paim, Vagner, nós apresentamos inclusive moções de repúdio no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, no âmbito da Comissão de Educação, pedindo apuração rigorosa de tudo isso e punição dos culpados e, mais do que isso, dizendo do nosso mais veemente sentimento de repúdio de ver atos como esse acontecerem. A luta social, a luta popular foi tratada como caso de polícia, como caso de violência.

Então, aos meus colegas professores e professoras dos dez Estados que estão em luta neste momento: força, fé, esperança para lutar e para vencer! (*Palmas.*)

Então, eu faria uma referência expressa, e é uma forma também de fazer justiça, a diversos companheiros, presidentes de confederações que estão neste plenário: companheiro Omar José Gomes, que é Presidente da CNTTT, dos companheiros trabalhadores rodoviários; companheiro Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da Confederação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh); companheiro Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes; companheiro Oswaldo Barros, Presidente da Confederação de Trabalhadores em Educação e Cultura; companheiro Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação de Trabalhadores na Alimentação; companheiro Teo, que neste ato representa a União Geral dos Trabalhadores (UGT); companheiro Rumiko Tanaka, da Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec); companheiros João Rodrigues Filho e Mário Jorge, Diretores, e um deles, o companheiro João, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde; companheiro Lourival Figueiredo Melo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; companheiros Jairo e Chico, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário; e companheiro João Florêncio Pimenta, da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. (*Palmas.*)

Companheiras e companheiros, nós entendemos, com toda certeza, que a terceirização existe, de certa forma, em nosso País, e, na verdade, tem que haver alguma lei para regulamentar isso. Quanto a isso não há nenhum problema. Nós não somos tão loucos a ponto de remar contra a corrente ou de enfrentar o leão na unha. Na verdade, nós entendemos que terceirizar não é crime e também não é pecado, entretanto, vamos lutar contra esse projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados, em que se permite, com toda tranquilidade, expressamente ali colocado, a terceirização também da atividade fim, porque, na verdade, não é terceirização, mas uma verdadeira precarização. É um trabalho contra a dignidade do ser humano, é uma escravidão no século XXI. Comemoramos aqui, hoje, o aniversário de 127 anos da Abolição da escravatura, mas ainda vemos escravidão. Inclusive em São Paulo, na capital mais importante do País, a capital econômica e financeira da República brasileira, também ainda existe o trabalho escravo.

É contra este projeto de lei que nós vamos lutar. Na Câmara, nós perdemos, mas nós temos certeza que a luta dos trabalhadores fará com que esse projeto, aqui, seja derrotado. Mesmo que não seja derrotado, aqui, ele será emendado, aqui, ele será aperfeiçoado para impedir que haja uma quarteirização, para impedir que haja um pejoração, para impedir que realmente o Brasil caminhe de costas, fique de costas para as nações mais

desenvolvidas do mundo, atropele e desmoralize a Organização Internacional do Trabalho, trabalhando fortemente contra o trabalho decente, que é um dos apanágios da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Companheiras e companheiros, este Projeto de Lei, este PLC, aqui, no Senado, tem o nº 30/2015. É contra este Projeto de Lei da Terceirização que nós vamos lutar aqui dentro, e nós vamos vencer!

Sei que meu tempo está para terminar, mas gostaria de passar para o companheiro Artur Bueno de Camargo, para complementar brevemente aqui com as suas palavras e da forma própria.

Pediria só que o companheiro usasse da tribuna, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Uma salva de palmas aqui ao Lourenço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Lourenço e o Artur foram dois dirigentes, entre tantos, claro, que insistiram muito para que esta audiência acontecesse aqui, no Petrônio Portela.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Bom dia, companheiros, companheiras.

Em nome do Exmo Sr. Senador Paulo Paim, quero cumprimentar a todos os componentes da Mesa.

E rapidamente, ouvindo aqui inclusive os companheiros que me antecederam, eu só queria fazer aqui uma pergunta, porque me parece um momento oportuno: com toda certeza, mais de 90% da população está contra esse PL 4.330, que foi aprovado na Câmara dos Deputados; ora essa, se 90% estão contra, esses Parlamentares que votaram a favor estão na contramão do interesse da sociedade brasileira, e nós temos o dever, enquanto representantes da classe trabalhadora, de denunciar esses Parlamentares que não estão usando a sua independência, e sim curvando-se diante da pressão econômica do nosso País.

Portanto, companheiros e companheiras, eu quero convidá-los todos, juntos, cada um no seu Estado, na sua região, no seu Município, a levar ao conhecimento da sociedade brasileira esses Parlamentares que votaram a favor da terceirização, inclusive nas atividades meio e fim. E todos os trabalhadores com certeza serão terceirizados, se nós não revertermos esse projeto.

Portanto, Senador, eu queria finalizar, aqui neste momento, dizendo: precisamos sim regulamentar essa terceirização que já está aí, porque ela já vem injustiçando os trabalhadores, já vem escravizando os trabalhadores; mas jamais podemos admitir que se terceirizem todos os trabalhadores das empresas. Portanto, nós não podemos permitir que aquela empresa que fabrica o seu produto, que tem o seu lucro, deixe de ter a sua responsabilidade social. É com essa bandeira que nós temos que caminhar juntos.

Muito obrigado e um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ah, a CNTI, claro, o Calixto está inscrito e vai falar logo, de acordo com a lista aqui.

Passamos a palavra de imediato ao presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sr. Vagner Freitas de Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Artur, que complementou o tempo do Lourenço.

O Lourenço só pede aqui para mim ainda, porque ele esqueceu, estava na lista dele, de registrar a presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos.

E só querem assistir aqui ao debate. Que seja liberada a entrada dos mesmos.

Por favor, Vagner, presidente da Central Única dos Trabalhadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VAGNER FREITAS DE MORAES – Firmes e fortes na luta pela moradia, na luta pela reforma agrária, na luta pelos direitos sociais e também defendendo contra a terceirização. Os movimentos sociais brasileiros sempre muito fortes e ao lado da CUT. (*Palmas.*)

Vagner, eu só queria fazer um apelo daqui à polícia do Senado, que sempre tem colaborado, porque com certeza ainda há espaço aqui no auditório, uns companheiros saíram, outros entraram, para que liberem em torno de cem companheiros lá na portaria ainda, que vieram de outros Estados... (*Palmas.*)

O SR. VAGNER FREITAS DE MORAES – Bom, gente, bom dia. Bom dia a todas, bom dia a todos, guerreiro Paim, já conhecedor, já conhecemos bastante esse metalúrgico cutista lá do Estado do Rio Grande do Sul e hoje Senador. Quero cumprimentar o Paim e, no nome dele, cumprimentar todas as autoridades aqui, cumprimentar meus companheiros dirigentes sindicais presentes aqui, sem dúvida nenhuma, cumprimentar a nossa OAB, na presença do Bruno aqui, representando todos os advogados em vários segmentos de atuação, presentes nesta Casa, e acima de tudo cumprimentar meus companheiros de movimento popular e social, que estão lá no fundo, defendendo os interesses da classe trabalhadora aqui conosco. (*Palmas.*)

Quero dizer, Paim, que eu queria começar a minha intervenção solicitando a sua permissão para elucidar o que significa a atrocidade deste PL 4.330 e para falar de luta. Queria mostrar um vídeo para os companheiros, de três minutos, para deixar claro o que significa a questão da terceirização, Paim, e como a luta social pode reverter.

Vamos falar da Coca-Cola, que é uma multinacional importantíssima no mundo inteiro e tem uma fábrica em Sorocaba. Ela, simplesmente, Senador Paim, demitiu todos seus trabalhadores, contratou uma empresa terceirizada que trouxe os trabalhadores recebendo metade do salário. A Coca-Cola demitiu! Ela demitiu todos os trabalhadores da empresa, terceirizou para outra empresa que trouxe os trabalhadores ganhando, obviamente, a metade do que ganhavam os trabalhadores diretamente contratados. A terceirização só serve para isto: facilitar e diminuir o gasto que o empregador tem com mão de obra. Só que ela se esqueceu, Paim, que tem movimento sindical organizado. A CUT e outras centrais sindicais, os rodoviários do ABC, rodoviários de Sorocaba e outros sindicatos, fizeram um enfrentamento extraordinário, mobilizando os trabalhadores, inclusive, com uma ação jurídica aberta, foram até o Tribunal de Campinas, que, com a mobilização dos trabalhadores, reverteu as demissões e mandou que a Coca-Cola readmitisse todos os trabalhadores. (*Palmas.*)

Com greve! Com greve! Enfrentamento!

Eu queria demonstrar com este vídeo, agora, para levantar um pouco a moral de nosso povo. Falar sobre como é nociva a terceirização.

(Procede-se à apresentação de vídeo)

(*Palmas.*)

O SR. VAGNER FREITAS DE MORAES – Companheiros e Companheiras, essa luta nós vencemos, os trabalhadores foram readmitidos. Agora, se passar o PL 4.330, nós vamos ter de fazer essa luta em todas as empresas do Brasil.

Eu quero dizer, claramente, para as empresas e os companheiros, como a CUT entende o PL 4.330. Não se trata de discussão de terceirização, Senador, é muito além disso. Esse PL 4.330 é só a tentativa de os conservadores brasileiros, lamentavelmente, ajudados por alguns sindicalistas inescrupulosos que traem os trabalhadores, de maneira cabal, acabarem com todo o arcabouço de proteção jurídica à mão de obra no Brasil! (*Palmas.*)

É acabar com a CLT, Senador Paim!

O PL 4.330 visa, pura e simplesmente, transformar o Brasil, em que existem empresas sem empregados. É a ideia do colaborador, não do trabalhador. Não tem nada a ver com organização da mão de obra, especialização para que as empresas tenham uma melhor competitividade. O PL 4.330 é só precarização. Significa caracterizar que a empresa não tem responsabilidade jurídica nenhuma com os trabalhadores e que os trabalhadores serão demitidos. Aprovado o PL 4.330, todos os trabalhadores que estão me ouvindo, porque está sendo diretamente transmitido, e que têm contrato direto com suas empresas serão demitidos, da mesma forma como foram demitidos os da Coca-Cola, em Sorocaba. Não vai haver férias, décimo terceiro salário, vão acabar com a carteira assinada.

A carteira de identidade do trabalhador é a profissional, Senador Paim, que vai acabar com o 4.330. É exatamente o que aconteceu no México, é exatamente o que aconteceu no Chile, na Nicarágua. É a ideia neoliberal de haver empresa sem empregado, e sim com colaborador; e, por trás disso, também, obviamente, a de enfraquecer a capacidade que os trabalhadores têm, organizados em sindicatos fortes, de enfrentar o patronato. É isso que significa o 4.330.

Ledo engano é que fazem o debate apenas na questão da organização da mão de obra ou da especialização da atuação. Não é para isso.

Vamos recordar o que é o 4.330? Era mais ou menos o que Fernando Henrique Cardoso queria fazer, acabando com o art. 618 da CLT em 2002, o que o guerreiro Presidente Lula vetou, depois de ter passado no Congresso Nacional.

É mais ou menos o que se tentou fazer com a Emenda nº 3, a chamada Emenda Globo, que transformava todos os trabalhadores em PJ. O 4.330 é isso.

Portanto, quero dizer, alto e em bom som, que a CUT, além de ser contrária ao § 2º, que fala da possibilidade da terceirização em atividade-fim, é contra todo o texto do 4.330 e não reconhece nenhuma alteração significativa para melhor, embora algumas centrais sindicais tenham dito que alteraram o texto positivamente para impedir que se tire direito dos trabalhadores. Balela! O texto todo é ruim do começo ao fim e é traição para com a classe trabalhadora. (*Palmas.*)

Mas quero também deixar muito clara outra posição importante da CUT, porque, inclusive, ontem o Deputado Arthur Maia, do Solidariedade... O nome do Solidariedade vai ser... Nós fizemos uma adaptação para o nome do Solidariedade. É Solidariedade aos Patrões o nome do Partido a partir de agora.

E o Arthur Maia, do Solidariedade, disse que a CUT é uma terceirizada do PT, ontem, quando foi fazer a votação. Ganhou seus três minutinhos de fama. Estava precisando de nome, e a CUT realmente dá projeção política. Então, Arthur Maia ganhou três minutinhos de fama, quando fala da gente, não tenho dúvida nenhuma sobre isso. Ele está dizendo que a CUT é contra, Paim, a regulamentação da terceirização para os 12,7 milhões de trabalhadores que são já terceirizados no Brasil.

Então, para acabar com isso, queria depois entregar às suas mãos um projeto da CUT com a Anamatra, com o PT, com outras entidades importantes, que regulariza e regulamenta os 12,7 milhões de trabalhadores que são precarizados no Brasil. (*Palmas.*)

O que a CUT não concorda – e o movimento sindical de classe não concorda – é que, na realidade, esse 4.330 não fala, Paim, da regulamentação dos 12,7 milhões de trabalhadores índios, Joilson. O 4.330 fala em precarizar os outros 40 milhões que têm contrato direto e demiti-los e acabar com a carteira assinada. É contra isso que nós nos colocamos.

Conceito de especialização. Vamos debater o conceito de especialização. Mas, como é feito no Brasil hoje, o trabalhador, mesmo considerado especializado, terceirizado, é contratado para ganhar menos do que aquele que é contratado diretamente pelas empresas. Nós não concordamos com isso. Entendemos claramente que nem a ditadura militar teve a ousadia de uma transformação tão danosa para o Brasil, como está propondo esse Congresso conservador.

E quero dizer também, companheiros e companheiras, que, da mesma forma que disse o Senador Renan na audiência que teve conosco, nós estamos preocupados com um modelo de desenvolvimento para o Brasil.

A CUT é uma central sindical que tem compromisso com os trabalhadores, mas com o Brasil como um todo. E estamos querendo discutir que Brasil queremos para os próximos anos. É o modelo da precarização que há no México, no Chile, na Nicarágua? O modelo nosso de desenvolvimento vai ser esse? Será mesmo que vamos entender que não tem de haver capital forte, trabalho forte no Brasil, organização sindical? Não é importante para o nosso modelo nacional de desenvolvimento e de construção de uma sociedade que os trabalhadores tenham proteção jurídica, tenham direitos, para que tenham, inclusive, capacidade de render mais e melhor, para que nossas empresas tenham competitividade externa na construção de um modelo de desenvolvimento moderno? Ou vamos voltar ao século XVIII, onde há, como também colocado aqui, ou antes disso, o escravagismo?

Alguém mesmo acha que um projeto para um País forte, competitivo, se fará precarizando os direitos dos trabalhadores? A mão de obra é um ativo importantíssimo na construção da competitividade que o Brasil procura, e deve ser uma Pátria de todos. Inclusive, esse debate nós temos que fazer não só do ponto de vista do emprego dos trabalhadores. É também um modelo de desenvolvimento social, político e econômico que nós estamos propondo para essa sociedade. O PL 4.330 é o modelo da precarização. É o modelo da retirada de direitos, que – pode ter certeza – leva toda a economia brasileira à bancarrota, porque a questão da mão de obra é extremamente importante no produto final, e prejudica, acima de tudo, os consumidores.

Portanto, vamos fazer uma luta hercúlea para não permitir, Senador Paim, que o PL 4.330, agora PL 30, seja aprovado. Mas como eu não acho que exista vitória sem luta, eu queria fazer uma convocação a todas e todos que estão aqui, um chamamento, para que no próximo dia 29 de maio nós façamos uma paralisação nacional, todos de braços cruzados, contra o PL 4.330.

Quero só dizer que esse substitutivo vai ser base, naturalmente, do relatório que eu vou fazer na Comissão de Direitos Humanos, porque lá eu sou Relator. A minha vontade lá é pegar o projeto e... Não sei o que eu faço primeiro, se rasgo ou leio. Mas minha vontade é rasgar. É rasgar, mas depois de ler e rejeitar. Mas, se a gente sentir que o melhor caminho é apresentar o substitutivo, eu já quero dizer aqui a todas as centrais e confederações – estão aqui inúmeras centrais e confederações que endossam essa proposta – que esta aqui será a minha base para fazer o substitutivo. O.k.? Tenho o apoio de vocês? Vamos lá então.

Eu vou abrir uma exceção aqui da ordem, exatamente para a Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Bruno Reis de Figueiredo, porque ele me disse que hoje é o aniversário da esposa dele, e ele quer ver se chega lá em tempo ainda. Se eu não me engano, ele vai para Belo Horizonte. Então, eu vou fazer um apelo aqui, se cada um puder ficar em cinco minutos, porque a tendência de todos os oradores vai ser sempre falar do mesmo tema. Se cada um conseguir ficar em cinco minutos, seria muito bom, para que todos possam falar.

Está convidado a usar a palavra, ou na mesa ou na tribuna, Dr. Bruno Reis de Figueiredo, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. BRUNO REIS DE FIGUEIREDO – Do Gonzaguinha:

Sem o seu trabalho
Um homem não tem honra
E sem a sua honra

Se morre, se mata

Não dá pra ser feliz.

Vamos fazer uma greve! Vamos deixar muito claro, porque o empregador só entende uma linguagem: quando se tira dinheiro do seu bolso. Não vamos trabalhar no dia 29, para forçar o Senado a retificar a atrocidade que a Câmara cometeu e, obviamente, se nós tivermos aprovado isso no Senado – eu espero que não –, dar condições para a Presidente Dilma vetar esse projeto nocivo aos trabalhadores e ao Brasil.

Muito obrigado a todos e a todas!

Cumprimento todos os presentes, e o faço em nome de alguns amigos, em nome do Presidente da CUT Nacional, Dr. Vagner Freitas, em nome do Vice-Presidente da Federação Nacional da Polícia Federal, aqui presente, Dr. Luiz Baldens, em nome do nosso querido Sebastião, do Observatório Sindical, que tanto ajudou para que este evento se construísse, e em nome do nosso querido Procurador do Trabalho de Minas, Helder Amorim, que me deu a honra de escrevermos juntos este livro *Alguns Aspectos sobre a Terceirização*, em que vários juristas, magistrados, advogados, procuradores, acredito, escreveram sob a ótica do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Vagner Freita de Morais. Falou pela CUT.

Eu vou abrir aqui uma exceção na ordem, porque o representante da Ordem dos Advogados do Brasil...

Deixa-me receber aqui do Vagner. (*Pausa.*)

Como dizem sempre que o movimento sindical não tem proposta, aqui me está sendo entregue uma proposta que regulamenta a terceirização, e não tira direito dos outros 40 milhões.

Obrigado, Vagner. (*Palmas.*)

Por fim, cumprimento o grande realizador deste evento, o nosso Exmo Senador Paulo Paim, que nos dá a oportunidade de fazermos história, mas uma história positiva, e não negativa, como infelizmente grande parte deste Congresso Nacional quer fazer aprovando essa maldita PL.

Temos uma faixa, inclusive desta Comissão do Senado, que fala que esta PL seria o retorno da escravidão, mas alguns membros das federações das indústrias dizem que é um exagero. Infelizmente, não acredito que seja um exagero, porque teremos, em nosso País, um sistema em que empresários estarão brincando com a vida dos sujeitos, o empresário tomador negociando com o empresário dono da empresa terceirizada, que aluga pessoas. Teremos uma "quarteirização" ou uma "quinteirização", que essa PL inclusive permite. E o empregado não saberá nem onde irá trabalhar no outro dia, não terá qualquer treinamento para aquilo. Isso não será mais um ou outro caso, como ocorre hoje, no País, mas, sim, a regra em nosso País. Ou seja, um verdadeiro retrocesso social e democrático em nosso País.

Aqui, em nome da Comissão do Direito Sindical da OAB Federal, a qual presido, trago uma nota de repúdio a essa PL feita pelos membros dessa Comissão. Essa nota de repúdio foi passada a vários de vocês aqui presentes. Se não chegou à mão de alguns, por favor, podem pedir; solicitem à OAB. Deixarei também aqui com a assessoria do Senador Paulo Paim, porque a OAB, assim como todas essas entidades aqui presentes, luta realmente para a valorização do trabalhador, para o cumprimento da Constituição da República, no que tange à dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho. É assim que temos de seguir.

É desnecessário repisarmos aqui todos os efeitos maléficos que essa PL trará ao País, porque vocês são exímios conhecedores de tudo isso, porque trabalham com essa causa no dia a dia. Entretanto, é importante ressaltarmos o que já ocorre. Por exemplo, no serviço público, qual é a tese utilizada por aqueles que defendem a terceirização? São duas teses. Uma, a da economia para o Erário público. Realmente, deve-se pensar em economia para o Erário público, mas, de fato, isso não ocorre de forma alguma, e a conta é muito simples. Existe uma relação bilateral entre o Estado e o servidor. Se você coloca um terceiro, como isso vai ficar mais barato, principalmente sendo o terceiro uma empresa que está ávida por lucros, e grandes lucros? Essa conta não tem realmente como fechar, principalmente também porque, na maioria das vezes, essas empresas se tornam insolventes, não pagam as suas contas, e essas contas sobram para o Estado, ou seja, o Estado paga duas ou três vezes o que pagaria se ali formalizasse o serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto para concluir.

O SR. BRUNO REIS DE FIGUEIREDO – Por outro lado, temos a tese da especificidade. Também esses defensores dizem que o Estado não tem que demandar tempo com coisas que não são da sua área, que não têm sua especificidade, como copa e várias outras situações. No entanto, entregam, por exemplo, o serviço de tecnologia da computação a empresas terceirizadas, e o que ocorre? Ocorre que todo sigilo estatal fica nas mãos de empresas que, amanhã, fazem o que bem querem. Grande exemplo disso – não sei se vocês sabem: nos Estados Unidos, o Sr. Edward Snowden era terceirizado. Isso, para nós, foi ótimo; para aquele que o contratou, péssimo. Outro exemplo, dentro do nosso País, quando citei Luiz Baldens, foi na terceirização da Polícia Federal.

Não sei se vocês sabem, mas, hoje, de 70% a 80% daqueles que estão nos aeroportos e nas fronteiras são terceirizados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo.

O SR. BRUNO REIS DE FIGUEIREDO – Ou seja, a soberania nacional está nas mãos de alguns que, amanhã, podem comprar inclusive empresas terceirizadas e ter, em suas mãos, a soberania nacional, podendo entrar drogas, entrar armas, no País.

Então, essa terceirização, principalmente no que tange a esse PL, não tenho a menor dúvida de que será um retrocesso para a democracia e para os direitos sociais do nosso País.

Contem com a OAB, contem com a Comissão de Direito Sindical da OAB Federal, vamos à luta, e que Deus nos abençoe.

Muito obrigado.

A SRª GABRIELA NEVES DELGADO – Bem, peço para colocarem, por favor, o PowerPoint. Se possível for, já vou iniciar.

Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar os presentes na pessoa do Senador Paulo Paim, agradecendo, de antemão, pelo convite e pela oportunidade, Senador, de a academia participar deste evento, trazendo, aqui para o debate, os pensamentos e os diálogos que são travados na Universidade de Brasília, pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania.

Pode passar.

Bem, como nós temos exatamente cinco minutos, eu vou ser breve, deslocando alguns eslaides, para que eu possa, democraticamente, passar a fala para os colegas que estão na Mesa.

Eu gostaria de lembrá-los...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Drª Gabriela, eu vou descontar esse meu aparte, mas eu queria agradecer à Polícia do Senado, que liberou para que todos os companheiros entrem e fiquem aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Bruno, que falou em nome da OAB.

Vou pedir ao som, para eu poder controlar o tempo de cada orador, que o meu microfone fique aberto. Quando faltar um minuto, eu os aviso. Então, peço, se possível, que o meu microfone fique aberto.

Passamos a palavra, de imediato, à Professora de Direito do Trabalho, Drª Gabriela Neves Delgado.

Estou insistindo aqui em cinco minutos. Ela é estudiosa da UnB e do CNPq. (*Palmas.*)

Quero também registrar a presença do Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, da CNPL (Confederação Nacional das Profissões Liberais). (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Polícia do Senado está sendo muito parceira nossa. Tanto o Presidente Renan como eu temos dito que aqui, no Senado, não. Aqui trabalhador não precisa de mandado de segurança para assistir a uma comissão, ou mesmo a uma sessão no plenário, no dia 19.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aqui, no Senado, não!

O que o Presidente da Câmara faz aqui nós não faremos! Aqui não proibimos e não botamos trabalhador para a rua.

Uma salva de palmas à Polícia do Senado e à Direção do Senado, que autorizou, sim, a liberação, para que todos possam entrar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estou descontando dois minutos seus. Então, você agora tem mais cinco ainda.

A SRª GABRIELA NEVES DELGADO – Estou com crédito, então. Vamos lá.

Bem, falar do futuro é falar das angústias do presente.

Pode passar o PowerPoint, por favor.

Eu participei de um colóquio sobre Psicanálise e trabalho, em que uma psiquiatra do trabalho relatou para o grupo ali presente a respeito de um trabalhador terceirizado que sofria graves transtornos mentais e psíquicos, em razão do trabalho por ele realizado, que era o trabalho terceirizado.

Esse trabalhador tinha um desconforto permanente, porque ele era identificado pelo conjunto das pessoas onde ele trabalhava como terceirizado. Quer dizer, não havia uma identificação desse trabalhador pela profissão, pela especialização do trabalho por ele realizado. Na realidade, esse trabalhador tinha uma angústia permanente e ficava contabilizando, dia após dia, quanto tempo faltava para ele se aposentar. Faltavam 17 anos, 7 meses e 3 dias.

Esse trabalhador terceirizado demonstrou, para a psiquiatra que o atendeu, que a terceirização, sob o ponto de vista da saúde mental do trabalhador, transforma o sujeito trabalhador não em uma vida vivida, mas em uma vida mortificada, em um espaço de desnaturalização, em um espaço de derruição de direitos fundamentais.

Isso fica muito claro – pode passar o PowerPoint, por gentileza – quando nós pensamos nos dados produzidos pelo Dieese, em parceria com a CUT, no ano de 2011, demonstrando que, na perspectiva do Direito Constitucional do Trabalho, na perspectiva das relações trabalhistas, a terceirização está fortemente baseada na precarização do trabalho humano.

Hoje nós temos, dentro dos setores tipificados e terceirizados, cerca de 25,5% de trabalhadores terceirizados no mercado formal do País. Observem que nós estamos trabalhando com dados da formalidade, lembrando que um grande número de trabalhadores terceirizados está nas franjas da sociedade, sem que seja possível computar esse dado estatístico.

Pode passar.

Bem, além disso – pode passar o PowerPoint –, o que nós observamos – mais uma vez, pode passar o PowerPoint –, é que existem alguns Estados brasileiros com maior número de terceirização, entre eles Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Brasília.

Pode passar.

São várias as condições de trabalho terceirizadas, por exemplo: os trabalhadores terceirizados têm uma diferença salarial, no patamar salarial, de 27,1% em relação aos trabalhadores diretamente contratados através do vínculo empregatício clássico. O tempo de emprego, a permanência no emprego, de trabalhadores terceirizados, é de 2,6 anos, enquanto os empregados diretamente contratados têm tempo de emprego de 5,8 anos. Isso demonstra a alta rotatividade que o trabalhador terceirizado sofre no espaço de trabalho. Isso gera, todos nós sabemos, um problema de identidade. Eu posso firmar e projetar para o futuro investimento na minha carreira? Não, não posso, porque eu não sei quanto tempo eu ficarei naquele trabalho. Eu posso projetar, ao longo do tempo, investimentos para a minha família por conta do salário que eu recebo? Não, não posso, porque eu não sei quanto tempo durará aquele meu trabalho. Além disso, a jornada de trabalho do terceirizado é maior em três horas por dia em relação aos trabalhadores diretamente contratados pelas empresas tomadoras de serviço.

Pode passar o PowerPoint.

Não bastasse isso que nós observamos, na terceirização, há uma redução expressiva do patamar remuneratório. Observem os dados estatísticos. Enquanto os trabalhadores terceirizados flutuam na margem de um até três salários mínimos, os trabalhadores diretamente contratados pela empresa tomadora seguem da margem dos três salários mínimos até oito salários mínimos.

Pode passar o PowerPoint.

O nível de rotatividade, como nós vimos, é maior. Nós temos uma rotatividade de 44,9% para trabalhadores terceirizados. É como se os trabalhadores terceirizados sofressem uma mobilidade laboral permanente, intermitente, entre um trabalho precário, o desemprego e a informalidade.

Pode seguir.

Acidentes de trabalho. Os dados estatísticos são impressionantes. Trabalhadores terceirizados sofrem quase que em uma medida dobrada o número de acidentes em relação aos trabalhadores diretamente contratados pelas empresas tomadoras de serviço.

Pode passar.

É impressionante! Os dados estatísticos demonstram que nos dez maiores casos de terceirização dos últimos anos, entre 2010 e 2013, nós tivemos, em todos os dez casos, trabalhadores terceirizados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto para concluir.

A SRª GABRIELA NEVES DELGADO – Obrigada, Presidente.

Observem, portanto, que a terceirização trabalhista estabelece uma medida de derruição, não apenas dos direitos fundamentais dos trabalhadores terceirizados, mas também uma medida de descontrole da proteção do sujeito trabalhador.

É muito importante, Sr. Presidente, declarar aqui, neste espaço, que é um espaço de debate franqueado, que também está no Senado o PLS 432, de 2013, que regulamenta a PEC do trabalho escravo. Lembrando que o PLS 432, de 2013, prevê uma desconstrução, uma derruição, do conceito de trabalho escravo, retirando do conceito de trabalho escravo as condições degradantes e a jornada exaustiva. Então, o problema é muito maior. (*Palmas.*)

A SRª GABRIELA NEVES DELGADO – Nós precisamos repensar e retomar o sentido de valor social do trabalho, de proteção ao sujeito trabalhador, da centralidade do trabalho, que é uma centralidade conclamada pelo Texto Constitucional de 88.

Esses dados estatísticos, portanto, eu já vou encerrar por aqui, porque o espaço da democracia tem que ser respeitado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você está com sete minutos.

Vamos lá.

A SRª GABRIELA NEVES DELGADO – Faltam sete minutos?

A SRª GABRIELA NEVES DELGADO – Sete segundos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você falou por sete minutos, mas ainda tem 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por sete minutos você falou.

A SRª GABRIELA NEVES DELGADO – Ah, tenho 30 segundos! Eu ouvi diferente em função do desejo de poder falar mais.

A SRª GABRIELA NEVES DELGADO – Mas vamos lá, Presidente.

Vejam só. Em síntese, os dados estatísticos aqui apresentados demonstram dois caminhos, duas sendas: um caminho de fragilização dos direitos constitucionais trabalhistas, que são assegurados para todo e qualquer trabalhador – urbano, rural e doméstico.

A Constituição Federal de 1988, se ela estabeleceu uma diretriz de exclusão, ela estabeleceu uma diretriz de exclusão para trabalhos que não dignifiquem o ser humano, como, por exemplo, o trabalho escravo. Não há que se admitir, portanto, que a terceirização trabalhista tenha guarida no nosso sistema constitucional, porque a terceirização trabalhista estabelece uma empresa vazia de direitos fundamentais, uma empresa oca de direitos.

Por essa razão, Presidente, eu gostaria de entregar ao senhor também uma carta aberta, produzida pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania, da UnB, registrado na plataforma do CNPq, uma carta em que nós estabelecemos algumas diretrizes a serem observadas por esta Casa em relação ao PLC 3015...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – Eu sou bem mais velha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sei, eu sei.

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – Bom dia. Eu quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Paim, que, como vocês já viram, é meu conterrâneo. Somos gaúchos, daquela terra que até pouco tempo atrás dizia que não se dobrava, mas vergou, não é, Senador? Acabou vergando.

Os ventos liberais são muito fortes, e o capitalismo desregulamentado, atual e hegemonizado pelos interesses das finanças, Senador Paim, não quer obstáculos ao seu livre trânsito, visando a que, eliminando os obstáculos, ele possa saciar o seu insaciável desejo de acumulação de riqueza abstrata. E o trabalho escravo e a terceirização são expressões desse momento em que os interesses das finanças preponderam e prevalecem nesse capitalismo sem peias.

Muito obrigada pelo convite, Senador Paim.

Eu sou mais velha do que o Senador Paim, ainda que não pareça, mas eu sou mais velha do que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas você é bem mais jovem do que eu, só que eu engano muito. Eu não vou dizer a minha idade aqui para não comprometê-la, porque a minha idade eu digo em público. Você é mais jovem do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Doutora, doutora, só para descontrair. Você é de 68. Eu sou de 50. Eu nasci em 15 de março de 1950, tenho 65 anos e quero trabalhar até os 100, mas trabalhar em defesa dos trabalhadores, dos aposentados e de causas como esta, contra a terceirização.

A SRª GABRIELA NEVES DELGADO – ...com ênfase para a proibição da atividade-fim na terceirização, responsabilidade solidária das empresas que atuam na terceirização trabalhista, igualdade salarial entre trabalhadores terceirizados e trabalhadores diretamente contratados pela empresa tomadora de serviços e enquadramento sindical dos terceirizados na empresa tomadora.

É isso. Vamos à luta.

Obrigada.

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – Senador Paim, eu sou do movimento de 68, mas eu nasci antes de V. Exª! Eu nasci em 48, Senador Paim! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Gabriela Neves Delgado.

É a academia colaborando com os trabalhadores do campo e da cidade, aqui representada neste momento pela Drª Gabriela, que falou pela UnB e pelo CNPq.

Eu vou, de imediato, chamar a pesquisadora da Unicamp/Cesit e também do Fórum Contra a Terceirização, Drª Magda Barros Biavaschi.

A Drª Magda eu conheci ainda na minha infância, ela já uma lutadora pelos direitos dos trabalhadores. Muitas vezes eu me ancorei nela para poder fazer, como naquela caminhada histórica contra a ditadura de Canoas a Porto Alegre a pé. E ela sempre esteve na linha de frente.

Eu queria, porque sou amigo pessoal dela, de infância de todos nós, porque para todos nós o tempo passou,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...pedir uma salva de palmas para ela e para todos os convidados, naturalmente. (*Palmas.*)

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – Eu sou bem mais velha do que o Senador Paim. Eu sou de 68. Eu sou do movimento de 68, Senador Paim. V. Exª nem tinha nascido ainda em 68.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em que ano?

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – Então, eu sou bem mais velha do que o Senador Paim.

Talvez o que dizem... (*Palmas.*)

(*Risos.*)

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – A cúpula, a cúpula... Congrega também, portanto, a Força Sindical, a Intersindical, a Internacional, todas as centrais sindicais, a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), a Nova Central Sindical, a UGT (União Geral dos Trabalhadores). Essas centrais sindicais estão representadas no Fórum, e temos construído, desde então, um substitutivo que foi, junto com o substitutivo da Anamatra, aprovado pelo Fórum e apresentado na Câmara dos Deputados como uma emenda global que já vou passar às mãos do Senador Paim. E não foi aprovado pela manobra que nós sabemos que houve na Câmara dos Deputados.

Esse substitutivo global do Fórum, similar ao da Anamatra, reproduz o projeto de lei que é consenso entre as centrais sindicais. Portanto, é o projeto de lei que tem consenso no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego entre todas as centrais sindicais, com algumas adaptações que o Fórum fez. Esse é o substitutivo que nós vamos passar agora às mãos do Senador Paim.

Depois, quando estiver terminando a minha fala, porque eu acredito que todos aqueles elogios vão ser descontados do meu tempo...

Então, esse é o substitutivo que o Fórum aprova e nós vamos passá-lo às mãos do Senador Paim.

E vou começar agora a minha fala rápida.

A Professora Gabriela já trouxe os dados fundamentais da terceirização. E todos nós sabemos que esses dados são reais e precarizadores.

Eu vou iniciar a minha fala fazendo uma homenagem a Minas Gerais, agora estimulada pela Rosa.

Eu fui auditora fiscal do trabalho. Antes de ter esse nome, eu era fiscal do trabalho, depois fui juíza do trabalho, depois, desembargadora do trabalho. E, agora, eu sou pesquisadora da Unicamp.

Então, fazendo uma homenagem, eu me lembrei... Ainda bem que eu trouxe uns alfarrábios dizendo o seguinte para vocês:

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta, esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. Viver é muito perigoso.

E também faço uma homenagem a todos os mineiros que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ganhou de mim por dois aninhos só!

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – Eu nasci em 48. Eu tenho 67 anos, Senador Paim.

Eu quero cumprimentar o Senador Paim, agradecer a possibilidade de estar aqui.

Eu estou aqui pela academia também, como a grande Profª Gabriela, que me antecedeu. Mas eu não estou só pela academia, onde sou pesquisadora e professora convidada. Eu estou aqui na condição de uma das coordenadoras do Fórum.

Quem é o Fórum?

O Fórum é uma entidade que tem um nome grande. Eu não vou dizer, senão vou eliminar meu tempo. Mas é uma entidade que existe desde 2011. E ela nasce sobretudo após a audiência pública do TST. E ela nasce para se contrapor e resistir à terceirização, mas especificamente para se contrapor ao PL 4.330, na época o substitutivo do Deputado Santiago.

É por isso que nasce o Fórum, que congrega todas essas entidades que estão na Mesa. O Fórum congrega todas as centrais sindicais, a Alal (Associação Latino Americana de Advogados Laborais), a Associação dos Magistrados do Trabalho em nível nacional e latino-americano, a OAB nacional, a ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho), o Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), a Abrat (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas), várias outras entidades de representação. E também congrega todas as centrais sindicais, inclusive aquela cuja cúpula, e não a base, porque a base está com a gente, na rua, lutando fervorosamente...

(Manifestação da plateia.)

(*Palmas.*)

Tivemos uma grande derrota na Câmara dos Deputados, por meio de uma estratégia.

E aqui uma homenagem à Graça, que fez uma figura queridíssima numa audiência pública com o Senador Paim, naquela bodega, com o perdão da má palavra, que ela usou no ânimo do carro de som, que aqui não será, porque todos já estão aqui representados e participando desse importante ato e desta importante audiência pública.

Esses dados que a Gabriela trouxe são fundamentais. Toda a nossa luta, que esquenta, afrouxa, inquieta e desinquieta, depois da derrota que nós tivemos na Câmara, é agora coroada por este momento mágico que eu vou citar e que nos permite afirmar que este capitalismo do qual eu falei, que é predatório, ele não sabe, mas agora está sabendo que todas as conquistas do século XX, do estado de bem-estar social, se deram contra as leis naturais do capitalismo – se é que elas existem; deram-se contra esse movimento do capitalismo.

Portanto, o tema da política e da luta é um tema fundante, para que nós possamos aqui nesta Casa, que é a Casa de todos os Estados brasileiros, quem sabe, além de dizer um "não" a este PL, que, nos seus...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – ... pressupostos, não demanda acordo, pensar numa proposta que corresponda ao manifesto do Fórum e que tenha os seguintes pilares estruturantes: proibir a locação de mão de obra; proibir a terceirização das atividades essenciais, que são as atividades-fim; proibir a desigualação, a discriminação no local de trabalho, assegurando igualdade de condições de trabalho e igualdade de direitos; assegurar responsabilidade solidária; e permitir que a representação sindical – porque a terceirização cinde a representação dos trabalhadores e a organização dos trabalhadores – se dê pelos sindicato preponderante e não como este PL, que foi aprovado na Câmara, prevê.

Então, essas são as propostas do Fórum. Eu quero afirmar aos senhores que precisamos desmistificar os cantos da sereia nesta Casa. Ou seja, não é verdade – portanto é uma mentira – que a terceirização, este PL, trará direitos para os terceirizados. Não. Transformará todos em terceirizados e todos, como disse, aliás, quem me antecedeu da Central Única dos Trabalhadores, serão despedidos e depois contratados na quarteirização como, quem sabe, PJs e cooperativados, sem direitos trabalhistas.

Portanto, não adianta assegurar a solidariedade, porque os que serão recontratados serão sócios cooperativados, e, assim, a CLT não lhes será aplicada.

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – Para finalizar, a perversidade deste projeto é tanta, que nós vamos até usar um argumento que, talvez, sensibilize a sociedade, que é o consumo. Para o consumidor, que é algo fundamental para uma sociedade capitalista, acirrar a terceirização, sob o eufemismo de empresas especializadas e ampliando-a para todos os setores, como o PL 4.330 o faz, é trazer mais drama, ainda, para o consumidor, que sabe o que significa o *call center*, sabe o que significa reclamar de uma TIM, de uma Vivo, tendo que usar o *call center*, sem nunca conseguir falar com o bispo.

Então, os consumidores – a sociedade brasileira – serão altamente prejudicados. E, mais ainda, os salários serão achatados. E, se os salários forem achatados, o mercado de trabalho não será dinamizado; e, se o mercado de trabalho não for dinamizado, nós teremos, sim, um acirramento da crise, que é real no mundo inteiro, ao invés de uma superação da crise, ao argumento falacioso da competitividade,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A SRª MAGDA BARROS BIAVASCHI – ... quando nós sabemos que não há nenhuma evidência empírica em nenhuma pesquisa, na nossa universidade ou em qualquer universidade, que diga que a terceirização amplia a competitividade, aumenta emprego, porque isso se dá no dinamismo da economia e não na regulação.

Por fim, chamando V. Exªs à reflexão, eu quero trazer o dado de que, recentemente, o FMI – o insuspeito FMI – apresentou seu último relatório, dizendo exatamente o que eu estou dizendo: não é terceirizando que nós vamos criar uma sociedade mais igual, mais justa e mais competitiva. Isso é uma falácia, é um canto de sereia. Vamos nos unir, porque, na realidade, precisamos de força d'alma para sucumbir ao naufrágio das nossas esperanças. E viver é, sim, muito perigoso.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Magda, que falou em nome do Fórum e também da Cesit/Unicamp, Desembargadora, deixando clara a sua posição totalmente contrária à terceirização, que me entrega um documento nesse sentido, que servirá, também, Drª Magda, como base para o nosso substitutivo – de preferência derrubar. Mas, se não der, um substitutivo.

Chamo agora o Cosme Nogueira, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). E, na sequência, o Paulo Sérgio, do Ministério do Trabalho.

O SR. COSME NOGUEIRA – Quero saudar aqui o Senador Paulo Paim e parabenizá-lo pela convocação desta audiência pública. Quero aqui cumprimentar todas as autoridades que se encontram nesta Mesa na pessoa da Gabriela, da Rosa Maria e da Profª Magda, as presenças femininas, e também, com elas, a presença das mulheres, aqui, hoje, nesta plenária, as mulheres trabalhadoras.

Quero dizer que não sou Presidente da CSB, mas o Diretor de Mobilização. O nosso Presidente é o Antonio Neto, mas estou aqui representando aqui a CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros) e sou também Diretor da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil). Represento ainda a Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado de Minas Gerais e o meu sindicato de base, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juiz de Fora – MG.

Quero manifestar aqui a todos os presentes que o companheiro Lorenzo, do Fórum do Trabalhador, disse que temos, hoje, no País, em torno de 12 milhões trabalhadores terceirizados, que, na realidade atual, vivem também um sistema de fragilidade, vulnerabilidade e de abandono.

Não somos contra a regulamentação e a equiparação de direitos desses trabalhadores e dessas trabalhadoras, que, hoje, são explorados pelas empresas, mas somos contra que uma regulamentação e uma equiparação de direitos desses trabalhadores e dessas trabalhadoras venha prejudicar o conjunto de trabalhadores brasileiros. Somos contra isso.

Principalmente, a nossa categoria, que represento, dos servidores públicos – e aproveito para expressar aqui os meus cumprimentos aos presidentes de federações de servidores públicos presentes –, sofre muito com as terceirizações.

A terceirização no setor público é um câncer. É a porta de entrada de corrupção nos governos, principalmente nas prefeituras do Brasil que sofrem com as invasões bárbaras dessas empresas terceirizadas e o abuso dos contratos temporários.

Defendemos um serviço público de qualidade, com abertura de concurso público, com servidores concursados, exercendo as suas funções, e não um serviço precarizado, com as invasões das terceirizações. Esse projeto, da maneira como está, é uma grande ameaça. Precisamos tirar a atividade-fim. Ela não pode mais constar.

Por último, sendo muito breve, nós, trabalhadores, temos de estar nas ruas contra o PL 30, mas contra todos os PLs e MPs que venham a tirar direitos dos trabalhadores. Somos contra o arrocho fiscal que venha a tirar direitos, porque arrocho fiscal tem de ser feito na carne dos poderosos e não dos trabalhadores.

O art. 153 da nossa Constituição já está lá e é bem claro – taxação de impostos sobre grandes fortunas –, mas falta ser regulamentado. É ali que deve ser feito o arrocho fiscal e não na carne dos trabalhadores. Somos contra isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. COSME NOGUEIRA – Diante disso, concluindo, a nossa posição é esta: retirada da atividade-fim e contra totalmente o processo de terceirização no setor público. Que seja feita uma regulamentação justa para os trabalhadores que, hoje, são terceirizados, mas que esta regulamentação não prejudique a classe trabalhadora.

Viva a luta dos trabalhadores!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Cosme Nogueira falou em nome da CSB.

Passamos de imediato a palavra ao Sr. Paulo Sérgio de Almeida, Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Eles estão sugerindo aqui que seja importante repercutir depois esta nossa audiência nas redes sociais. Os fotógrafos poderiam subir aqui para tirar uma foto, daqui pra lá; nós só viramos aqui, nós que estamos sentados, pegando todos vocês. Aí, pode-se chamar aquela palavra de ordem, se assim vocês entenderem: "Não à Terceirização!".

O. K.? Daí, vai pegar todos vocês, os cartazes, as faixas, e nós só viramos aqui. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se puderem levantar, todos de pé aí!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Valeu pessoal! Obrigado!

Passo de imediato a palavra ao Dr. Paulo Sérgio de Almeida. Faço um apelo a todos, para que o Plenário também possa falar se todos ficarem nos cinco minutos.

O SR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA – Bom dia a todos e a todas!

Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim e a minha querida colega Rosa Maria, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, em nome de quem cumprimento todos e todas que se encontram aqui nesta democrática Mesa. Queria também saudar a todos os meus colegas, auditores fiscais do trabalho, e outros servidores públicos que se encontram aqui nesta plateia. Queria cumprimentar os dirigentes sindicais, presidentes de sindicatos, representantes de sindicatos, trabalhadores e trabalhadoras que vieram de vários pontos deste País prestigiar, Senador Paulo Paim, esta importantíssima audiência pública. Importantíssima, porque vai discutir dois temas que estão relacionados: o trabalho escravo e a terceirização, temas de enorme importância; todos temos o dever de nos manifestar e contribuir com este debate.

Com a terceirização, no Projeto 4.330, da forma como está proposta, uma terceirização ampla, geral e irrestrita, afetando, seja atividade-meio, seja atividade-fim, nós, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, não podemos estar de acordo. (*Palmas.*)

Não podemos estar de acordo, porque nós, auditores fiscais do trabalho, temos, no dia a dia, de estar dentro das empresas, nas fábricas, no comércio, na agricultura, em todos os cantos deste País. Sabemos, por experiência própria, os malefícios que uma terceirização sem controle, de forma irrestrita, especialmente atingindo as atividades-fim das empresas, provocam no mercado de trabalho e o dano que provoca a todos os trabalhadores.

Sabemos que, em vários casos onde atuamos, terceirização é, sim, sinônimo de precarização. Em vários casos onde atuamos, constatamos que a precarização das relações de trabalho, a raiz da precarização está nos processos de terceirização. Uma empresa contrata a outra empresa, que subcontrata e daí por diante até chegar lá na ponta, muitas vezes inclusive com trabalhador escravizado.

Sabemos – e queria cumprimentar a Profª Gabriela pelos dados que trouxe – que a terceirização também gera efeitos maléficos nas condições de segurança e saúde no trabalho.

Não temos, infelizmente, todos os dados para demonstrar esses efeitos, mas temos alguns estudos – e a professora mostrou aqui um estudo no setor elétrico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo.

O SR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA – Gostaríamos que os trabalhadores apresentassem suas propostas – os empregadores e o Governo –, e conseguíssemos ter um projeto de consenso.

Terceirização, do jeito que está sendo regulamentada, acaba com o nosso plano de combate ao trabalho escravo, porque, na maioria das nossas ações de combate ao mesmo, trabalho escravo está relacionado com terceirização.

Queria concluir e agradecer muitíssimo pela possibilidade de virmos aqui dar o nosso recado e parabenizar mais uma vez os auditores fiscais do trabalhos, Senador Paulo Paim – V. Exª, gentilmente, fez essa homenagem pelo trabalho que vimos fazendo no combate principalmente ao trabalho escravo.

Temos 20 anos de grupo móvel e ações de combate ao trabalho escravo feito por auditores e servidores do Ministério do Trabalho e Emprego. Temos um instrumento poderoso, que é a "lista suja". Aqui, faço um apelo, para que o Supremo Tribunal Federal decida e revogue a liminar que hoje impede a publicação da lista suja de empregadores que foram flagrados pela fiscalização, cometendo trabalho escravo, porque a sociedade brasileira tem o direito de saber quem são esses empregadores.

Muito obrigado a todos e a todas. Parabéns, Senador Paulo Paim, por esta audiência pública.

O SR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA – O setor elétrico foi privatizado, e, depois, houve todo o processo de terceirização. Ali, constatamos que os acidentes se dão entre os terceirizados em sua grande maioria.

Por isso, e além disso, a terceirização, a dimensão que ela provoca, em termos de modificação do mercado de trabalho, é enorme. Nos países onde ela é irrestrita, como se pretende no PL 4.330, as modificações que ela provocou no mercado de trabalho são gigantescas.

Os trabalhadores, nesses países, não conseguem um emprego decente. Os trabalhadores, nesses países, têm de trabalhar em empresas empreiteiras, terceirizadas, com contratos frágeis, antes de conseguir um emprego de mais longa duração, mais decente, nas tomadoras. Não é uma coisa simples. O impacto é profundo e fundamental no mercado de trabalho.

Por isso, Senador Paulo Paim, entendemos que é preciso ampliar o debate. Gostaríamos que aquela comissão quadripartite – trabalhadores, empregadores, Governo e Congresso Nacional –, que, lá atrás, estava debatendo a regulamentação na terceirização, fosse mantida e ampliada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Dr. Paulo Sérgio de Almeida, que falou pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Primeiro, gostaria de dizer que, além de o nosso plenário, do Auditório Petrônio Portela, estar praticamente lotado, também na Sala 06, da Comissão de Direitos Humanos, há uma centena de trabalhadores, assistindo à audiência, além do sistema de mídia do Senado.

Passo direto a palavra ao Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Um bom dia a todos. Agradeço ao Presidente, Senador Paulo Paim, em nome de quem saúdo todos os colegas de Mesa e peço licença para saudar todas as entidades, instituições e representações que aqui se fazem presentes, nas pessoas dos trabalhadores dos mais variados segmentos econômicos, do Brasil inteiro, que aqui se encontram, para debater em profundidade este tema, que é tão relevante para todos nós.

Há 127 anos, Senador Paulo Paim, completados ontem, o Brasil aprovava a Lei Áurea, que trazia, pelo menos no plano formal, a abolição da escravatura. Infelizmente, contudo, o mero texto legal, as meras palavras inseridas em papéis não foram, por si sós, suficientes para mudar uma realidade extremamente lamentável, para dizer o mínimo.

Ainda hoje, quase 130 anos depois, temos, como o Secretário de Inspeção do Trabalho destacava há pouco, trabalho em condições análogas às de escravo.

Ontem, foram divulgados dados oficiais que demonstram quase 50 mil trabalhadores resgatados nos últimos anos no Brasil.

Ainda hoje, quase 130 anos depois da aprovação da Lei Áurea, temos o trabalhador, lamentavelmente, mas é a dura e triste realidade, sendo tratados como descartáveis, como objetos, por mais que o ordenamento jurídico, por mais que os princípios trabalhistas e constitucionais, por mais que convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário, deixem muito claro, de maneira expressa, que o trabalho não é uma mercadoria. Mas é exatamente isso que ocorre, principalmente em searas como a do trabalho terceirizado, em que se ignora a identidade do trabalhador, a sua condição humana, a sua dignidade, tratando-se o trabalhador como mero objeto, com o que evidentemente não podemos concordar.

Este projeto, o PLC 30, nova denominação, após a famigerada, com todo o respeito, aprovação do PL 4.330, na Câmara dos Deputados, ainda mais da maneira como foi a sua tramitação nos últimos meses, alegam os seus defensores, seria bom para aumentar a competitividade no Brasil.

Com todo o respeito, mera falácia! Certamente, não é isso. Mas, ainda que fosse para aumentar a competitividade – tenho certeza de que ninguém aqui é contra o aumento da competitividade das indústrias ou das empresas nacionais, de um modo geral –, não se deve aumentar a competitividade à custa do desrespeito a direitos mínimos dos trabalhadores, do desrespeito à própria dignidade, à custa do esfacelamento do Direito do Trabalho, que o PLC 30 traz.

Certamente, não é esse o modelo de desenvolvimento econômico que queremos para o Brasil. Não é isso seguramente o que pretendemos todos nós.

Então, aproveitando a oportunidade, mas ciente do tempo curto, até para possibilitar a participação de todos que aqui se fazem presentes, no sentido de poderem expor seus posicionamentos, em breves palavras, destacaria os quatro pontos já abordados pela Profª Gabriela Delgado, por Magda Biavaschi, pelo Fórum da Terceirização e por tantos outros oradores que me antecederam. Seria a questão da impossibilidade de terceirização da atividade-fim. A necessidade de se garantir efetivamente uma responsabilidade solidária por todos os integrantes da cadeia produtiva, porque, do jeito como está na redação – conversava ainda há pouco com o representante da Associação dos Magistrados Trabalhistas –, é algo meramente no plano formal, teórico e retórico, porque, na prática, acabará não sendo viabilizada essa responsabilização solidária. A indispensável isonomia de tratamento dos trabalhadores terceirizados e dos trabalhadores contratados de forma direta. Reconheçamos também, caso se permita a terceirização indiscriminada, ampla, geral e irrestrita de todas as atividades, que sequer poderemos evocar a isonomia, porque não terá alguém para servir de exemplo, para que essa isonomia passe a ocorrer.

Então, até essa questão da isonomia, que é imprescindível, obviamente, caso se terceirize tudo, perderá um pouco do seu sentido. E a necessidade do adequado enquadramento sindical, afinal de contas, a questão do enquadramento e a representação efetiva dos trabalhadores são um direito para se construir e para se obterem outros direitos.

Esses quatro pontos, pensamos nós, não poderiam deixar de ser abordados. Entendemos, na nossa ótica, que o projeto, em sua essência, é extremamente precarizante. Não podemos concordar. Já se perguntou se há alguma possibilidade de alteração desse projeto que o tornasse palatável e condizente com os direitos sociais, que o tornasse condizente com respeito aos direitos humanos e à dignidade dos trabalhadores.

Entendemos que não, porque, lamentavelmente, a essência dele, como um todo, é extremamente precarizante e desrespeitosa a esses mesmos direitos sociais.

É por isso que os membros do Ministério Público do Trabalho de todo o Brasil – muitos colegas, inclusive, estão presentes nesta audiência pública – fazem questão dizer o seu "não" de maneira enfática, expressa e muito clara ao PLC 30. Não podemos compactuar com que situações fáticas, hoje verificadas cotidianamente, combatidas por várias entidades aqui presentes e denunciadas pelos trabalhadores, hoje à margem da lei, passem a ficar supostamente regularizadas, ainda que, com vício de inconstitucionalidade, mas supostamente de acordo com a legislação.

Não podemos permitir tornar legal o que é ilegítimo, o que é absurdo, o que é imoral, o que é absolutamente inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem ao Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, que falou pela ANPT, que ficou em cinco minutos e cinco segundos.

Passo a palavra agora à Srª Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho). Ela participou, na abertura, da homenagem. Agora ela fala em nome da entidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Não, portanto, Senador, ao PLC 30! Não, portanto, ao desrespeito à dignidade dos trabalhadores! Não à precarização cada vez mais crescente e absurda das relações de trabalho!

Servindo-me do que já foi muito bem dito por vários aqui: Terceirização não! (*Palmas.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Muito bem, amigos! Quero cumprimentar o Senador Paim, que é um notável defensor da classe trabalhadora, dos aposentados e pensionistas deste País e, na pessoa dele, cumprimento todas as autoridades e todos os nossos companheiros de luta que estão nesta Mesa.

Quero cumprimentar todos os trabalhadores e dizer para vocês que são muito importantes suas presenças nesse evento, e que vocês devem continuar, porque todos esses Parlamentares que votarem contra vocês precisam ter a cara no poste, viu? Precisam ter a cara no poste!

(Manifestação da plateia.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Não se pode esquecer o que estão fazendo contra os trabalhadores, porque eles vão precisar de voto! E aí é hora de a classe trabalhadora dar a resposta, a resposta certa que eles merecem.

Eu quero iniciar falando do trabalho escravo. A Profª Gabriela nos fez o favor, a gentileza de dar início a isso, dizendo que o trabalho escravo é duramente combatido. Os auditores fiscais do trabalho têm feito a sua parte nesse combate. Mas têm enfrentado aí, ao longo dos anos, muitas ameaças. Ameaças que, às vezes de concretizam, como no caso de Unaí.

E, agora, depois de uma luta muito grande, para nós aprovarmos a Emenda nº 81, que expropria as terras, onde são flagrados trabalhadores escravizados, as terras e as propriedades também urbanas, está havendo um retrocesso aqui, que é a tentativa de aprovar mesmo o PL 432, de 2013, para reduzir o conceito de trabalho escravo. É mais um golpe dos empresários contra os trabalhadores. Esperamos a luta de todos para barrar essa tentativa.

Quero dizer que há outras tentativas de barrar o nosso trabalho. E é claro que reduzir o número de auditores faz parte disso. Não acreditamos que seja, assim, algo inocente não. É algo planejado. "Vamos reduzir o número de auditores porque aí enfraquece a proteção ao trabalhador."

Queremos também dizer que o PLC 30 não equipara direitos dos atuais terceirizados não. Estão sendo enganados os 12,8 milhões de trabalhadores terceirizados. Não há nenhuma equiparação de direitos!

Há uma falácia, uma mentira sendo divulgada aí pela classe empresarial, de que esse PL vai resolver os problemas dos atuais terceirizados.

É mentira! É mentira!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto para concluir. (*Palmas.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ...esse projeto não tem salvação. Ele é todo ruim. Estão maquiando-o para dizer que ele melhorou.

Além de não resolver, vai piorar para os outros. Essa é a grande verdade!

A nosso ver, na opinião dos Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho,...

Quero contar uma experiência. A fiscalização do trabalho, 30 auditores fiscais do trabalho se mobilizaram para fiscalizar uma empresa terceirizada chamada Contax, que atua na Bahia, no Ceará, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Pernambuco e em São Paulo. Os auditores interditaram o maior

site deles, que é o *site* Santo Amaro, em Recife, que envolve 14 mil trabalhadores. Lavraram mais de 900 autos de infração. Está pouco?

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central, que muito colaborou também para este evento acontecer. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Caro Senador Paulo Paim, queria, preliminarmente, cumprimentar V. Exª e todas autoridades que compõem a Mesa, cumprimentar o Plenário, os dirigentes sindicais presentes – sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais – e, claro, dizer da satisfação de estar participando deste trabalho.

Na verdade, eu havia escrito um improviso, mas, depois de analisar com mais cautela, pensei que falar sobre terceirização para os componentes da Mesa e para esse Plenário especial seria o mesmo que pretender ensinar reza a padre.

Especialmente por terceirização irregular, assédio moral, porque os trabalhadores sequer tinham tempo para fazer xixi, por várias falhas na segurança e saúde desses trabalhadores. Dizer que essa prestadora de serviços atende a cinco bancos e três operadoras de telefonia celular, dentre esses, Bradesco, Itaú, Santander, Net, Oi, Vivo. Os auditores fiscais do trabalho estão sendo também pressionados por grandes advogados dessa empresa.

Queremos o apoio, e sei que o teremos, do Ministério Público e da Justiça do Trabalho, para que tudo isso não seja em vão.

Dizer para vocês que há 185 mil empregados terceirizados com créditos a receber, no Brasil, o que significa que não há quase esperança de receber.

Então, para nós, a terceirização é extremamente danosa à classe trabalhadora brasileira.

Contem conosco para lutar contra esse malefício.

Obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Rosa Maria Campos Jorge, que falou em nome do Sinait.

Gostaria de dizer que está aqui conosco o Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL, lutador; tem lado, está sempre do nosso lado em todo e qualquer embate que travamos aqui. (*Palmas.*)

Já está conosco aqui, também, a Deputada Erika Kokay, que terá também direito à palavra. Ela é uma lutadora, com certeza, uma guerreira dos trabalhadores. (*Palmas.*)

Ele disse que, como tem uma idade maior que a minha... Estávamos disputando eu e a desembargadora quem tinha mais idade aqui. Eu quis ganhar dela, mas ela me ganhou por dois aninhos. E o Calixto ganha de mim. Então, ele está pedindo que eu seja tolerante com ele.

Presidente da Nova Central, José Calixto, com a palavra.

Como não fui nem coroinha, vou evitar a demora naturalmente desse improviso, mas é preciso falar alguma coisa que ainda não tenha sido falada. Por exemplo, quando se fala de terceirização em números, estima-se que o contingente de terceirizados no País seja de cerca de 12 milhões de trabalhadores terceirizados, número que, com certeza, está subestimado, tendo em vista que grande parte dos terceirizados estão ainda na informalidade.

Quem são os trabalhadores terceirizados?

Homens e mulheres que permanecem 2,7 anos a menos no emprego, comparativamente ao trabalhador contratado diretamente. Os trabalhadores terceirizados têm maior jornada de trabalho semanal, com três horas a mais em relação aos contratos diretos. Ganham aproximadamente 25% menos do que os contratados de forma direta e estão vulneráveis aos acidentes de trabalho, considerando que, a cada dez acidentes, oito ocorrem entre terceirizados.

Mas um dado para o qual é importante chamar a atenção é o efeito da terceirização para os trabalhadores, e, de certa forma, isso já foi exposto aqui por vários dos oradores que me antecederam. Mas nós poderíamos levar em conta a redução de salários e benefícios, o aumento de jornadas de trabalho, a instabilidade no emprego, maior rotatividade, quebra da solidariedade entre trabalhadores, piora das condições de saúde, segurança no ambiente laboral, desorganização da representação sindical e diminuição da qualificação da força de trabalho.

Para os empregadores, à primeira vista, sem precisar analisar muito profundamente, o que resulta?

A redução de custos ou a transformação de custos fixos em custos variáveis, e aí vem uma pergunta para a qual, creio, todos têm a resposta. Ora, se nós temos uma legislação que rege as relações capital e trabalho, devidamente consolidada pela CLT e pela própria Constituição da República, por que o empresário reluta tanto para desprezar esse texto consolidado e partir para o contrato de trabalho terceirizado?

Salvo melhor juízo, a resposta é exatamente porque o trabalho terceirizado diminui custos, a mão de obra, e a consequência da redução dos custos, a nosso juízo, é o aumento do lucro.

Sinceramente, não vejo nenhuma outra resposta com relação à terceirização.

E ainda mais: enfraquece a organização dos trabalhadores, exatamente por meio da pulverização das atividades em diversas empresas de menor tamanho, o que dificulta a capacidade de mobilização e facilita o controle dos movimentos sindicais.

Ainda burla, com certeza, as conquistas sindicais através da terceirização de atividades de forma a fragmentar a organização sindical.

Então, esses pequenos detalhes que nós levantamos, para nós que trabalhamos nesse projeto desde 2004 – o Projeto de Lei nº 4.330 é de 2004 – que tomou o número 30 nesta Casa... Então, a Confederação... Eu posso dizer, sem sombra de dúvida, que as Confederações Nacionais de Trabalhadores e a Nova Central Sindical de Trabalhadores...

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Então, nós precisamos dizer a eles que o que nós queremos é dar uma demonstração de organização da classe trabalhadora, não para receber o salário de um ou dois dias, se tiverem que parar, mas para não serem mais prejudicados com a restrição de direitos, a dificuldade de acesso à própria Previdência Social, aos direitos da Previdência, e a eliminação de vários direitos que nós conquistamos ao longo dos anos.

Então, eu queria deixar aqui este alerta e dizer ao Senador Paulo Paim que o evento comandado por V. Exª, que é exatamente esta reunião, naturalmente, terá uma repercussão muito grande, porque, aqui, as próprias confederações, que, muitas vezes, são relegadas da política de um modo geral, organizaram-se e estão aqui com todos os seus trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – ... são, peremptoriamente, contrárias à aprovação desse Projeto. Mas é preciso chamar a atenção desta Casa e ficar de olho nela. Aqui, tramita um projeto de terceirização pior que o que foi aprovado pela Câmara: o Projeto de Lei nº 87, do ex-Senador Azeredo, de Minas Gerais, que tem como Relator o hoje Ministro da Indústria e Comércio, Senador Armando Monteiro Neto.

Considerando essa dificuldade, que temos, de combater o projeto, as centrais sindicais terão, na próxima segunda-feira, uma reunião com todas as centrais em que discutiremos a possibilidade até de uma greve geral, desde que todas as centrais estejam de acordo. Isso será decidido na próxima segunda-feira. Aí, nós já faríamos um alerta e até um apelo aos dirigentes sindicais que participam deste ato.

Para mim, falar sobre greve geral é muito fácil, pois quem para é o trabalhador lá no fundo da fábrica. É o sindicato de base que tem esse poder de parar ou não parar o trabalho. Então, é preciso que cada um de nós, dirigentes sindicais das mais variadas categorias profissionais, grupos profissionais, planos confederados, tente conscientizar a base propriamente dita para essa possibilidade de paralisação, porque eu não paro ninguém; quem para são os colegas. Então, não adianta eu vir aqui e dizer "vamos fazer uma greve geral!" Sou eu que vou parar? Não. O trabalhador está conscientizado para fazer essa parada. Ele vai raciocinar logo: "e quem paga os dias que eu deixar de receber meu salário?"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Conclua, meu líder.

Nós queríamos agradecer a V. Exª este momento exatamente porque estamos precisando de informações. Há muita gente desinformada, e nós somos responsáveis por essa falta de informação.

Então, fica o nosso apelo aos dirigentes dos sindicatos de um modo geral com relação às suas respectivas bases e o nosso agradecimento a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, líder, Presidente da Nova Central, José Calixto.

De imediato, passo a palavra ao Procurador do Trabalho Helder Santos Amorim. E, na sequência, falarão a Deputada Federal Érica Kokay e o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. HELDER SANTOS AMORIM – Senador Paulo Paim, receba os cumprimentos do Ministério Público do Trabalho. E, na pessoa de V. Exª, cumprimento todos os presentes.

Senhores, em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, sob a presidência e de iniciativa do Senador Paulo Paim, ocorrida no dia 13 de abril, tivemos a oportunidade de expor a posição, firme posição, do Ministério Público do Trabalho pela inconstitucionalidade de qualquer iniciativa legislativa tendente a terceirizar a atividade-fim das empresas. Foi uma oportunidade em que, com um pouco mais de tempo, pudemos expor – e essa exposição está disponível no Youtube, inclusive no *site* do Senado – a inconstitucionalidade antes de qualquer coisa.

Nós o fizemos respaldados na posição do Procurador-Geral da República, que, no Recurso Extraordinário 713.211, que tramita no Supremo Tribunal Federal, apresentou um parecer da lavra do Subprocurador-Geral Odin Brandão, do Ministério Público Federal, ratificado pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, no sentido de que qualquer tentativa legislativa voltada a terceirizar a atividade-fim fere frontalmente a Constituição

da República em dois eixos fundamentais: primeiro, fere o sentido e o conteúdo dos direitos fundamentais dos trabalhadores na medida em que esvazia a eficácia desses direitos; segundo, fere a Constituição, porque esvazia a função social da propriedade privada, simbolizada na propriedade dos bens de produção, que é a empresa.

Portanto, respaldado nessa posição do Ministério Público brasileiro, o Ministério Público do Trabalho tem afirmado, categoricamente ,que, independentemente da posição que se venha a adotar nos tribunais superiores em relação a esse tema, nós consideramos que o PLC 30, de 2015, já nasce eivado de violação direta à Constituição.

O Ministério Público do Trabalho, senhores, nos últimos 20 anos, tem acompanhado com muita atenção o processo de expansão da terceirização nas atividades finalísticas das empresas e percebe, então, que esse processo está voltado a duas finalidades básicas. Primeira finalidade: desqualificar o contrato de trabalho. Segunda finalidade: desmobilizar a organização sindical.

Esse processo de expansão da terceirização, com todos os dados que aqui já foram trazidos, com todos os impactos negativos sobre a vida dos trabalhadores, impacta profundamente, de forma negativa, o patamar de direitos sociais garantidos constitucionalmente aos trabalhadores.

Por isso, entendemos que o PLC 30, de 2015, no ponto em que prevê a terceirização nas atividades finalísticas, é um PL que remete à lógica da escravidão.

Senador Paim, a escravidão tem a lógica de desconectar o homem trabalhador do resultado do seu trabalho. O resultado do trabalho, na escravidão, é expropriado do homem trabalhador e tratado como objeto de propriedade de um terceiro. Mas no trabalho livre nós também temos a figura da lógica escravagista. Toda vez que se tenta dissociar o homem trabalhador do resultado do seu trabalho, transformando esse trabalho em mercadoria, se está impondo a lógica da escravidão.

Portanto, nesses 127 anos da abolição da escravatura, infelizmente, nós ainda não conseguimos abolir a lógica da escravatura que permeia as relações de trabalho no Brasil. E é contra essa lógica, que nós, Ministério Público, organizações sociais, academias, todos nós, nos unimos neste momento.

O PLC 30, de 2015, é uma iniciativa de caráter e de ideologia escravocrata!

Obrigado.

Por quê? Porque tenta dissociar o trabalhador daquilo que lhe é mais caro, que é o trabalho como instrumento de dignificação. Esse trabalhador terceirizado é arremessado de uma empresa para outra como um imigrante. Ele é isolado do grupo de trabalhadores empregados diretos, é dissociado e discriminado e, portanto, exilado numa empresa que não é sua, porque ele não tem empresa, é um homem sem pátria. Esse trabalhador é tratado como mercadoria, e, como mercadoria, os escravos também eram vendidos no pelourinho. Só que hoje, de forma mais "civilizada" – entre aspas – se quer tratar não o homem como mercadoria, mas o resultado do seu trabalho, o que, na verdade, enseja o mesmo resultado. O resultado é o mesmo. Aliás, os escravocratas atuais não querem ter compromisso sequer com a vida e com a saúde dos seus novos escravos, porque eles terceirizam a vida, eles terceirizam os riscos, eles terceirizam o meio ambiente e se apropriam apenas do resultado do trabalho.

Portanto, a nossa breve fala é para lembrar que, se a escravatura foi abolida, a lógica da escravatura está longe de ser abolida, mas a força da organização social, a força reflexiva, certamente, ensejará a rejeição deste entre tantos outros projetos que têm a nódoa da escravatura na sua gênese.

E aí eu fico me perguntando, para finalizar, Senador Paim, como é que os conservadores, que hoje patrocinam um PL que terceiriza tudo, como é que esses conservadores nos alardeiam à ressocialização dessa terceirização? "Não, porque a terceirização seria humanizada, seria fiscalizada, não traria malefícios ao trabalhador". Ora, se esse mesmos conservadores, olho por olho, dente por dente, não acreditam sequer na ressocialização dos nossos jovens de 16 anos com a redução da maioridade penal... (*Palmas.*)

Como é que eles acreditam que um produto nefasto do regime escravocrata, que é a terceirização, possa ser humanizado e ressocializado e tratado como elemento de desenvolvimento humano?

Nós não acreditamos! E o Ministério Público do Trabalho não acredita porque tem vinte e tantos anos de experiência no combate à terceirização, tanto que, nessa cartilha, que já mostrei em outra oportunidade e volto a mostrar – nós temos aqui 50 exemplares, se houver interesse –, nessa cartilha, nós trazemos 50 exemplos de ações do Ministério Público do Trabalho, nos últimos 20 anos, no combate à terceirização na atividade-fim, para mostrar à sociedade, às autoridades e, às vezes, até aos magistrados que, um pouco mais distantes, não conhecem a nossa atuação o porquê de nós combatermos a terceirização na atividade-fim. Na verdade, nós queremos integrar o trabalhador no espaço central da atividade produtiva, porque somente lá, integrado à vida da empresa, ele será capaz de obter do trabalho o resultado que dignifique a sua condição humana. (*Palmas.*)

Portanto, estamos aqui, Ministério Público do Trabalho e sociedade civil, unidos contra a terceirização na atividade-fim como uma manifestação de exigência de respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Respeitem a luta dos abolicionistas!

Respeitem a luta da causa operária!

Respeitem a luta de todos os que defendem os direitos dos trabalhadores, como auditores fiscais, juízes do trabalho, procuradores do trabalho!

Respeitem a Constituição cidadã e o sangue daqueles que lutaram por essa Constituição democrática!

Esta é a nossa palavra.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Helder Santos Amorim, Procurador do Trabalho.

De imediato, passamos a palavra à Deputada Federal Erika Kokay. Na sequência, Senador Randolfe Rodrigues, Flávio Henrique de Souza, do Conade, e Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, da Anamatra.

A SRª ERIKA KOKAY (PT – DF) – Eu queria desejar uma boa tarde a cada uma e a cada um de vocês, saudar a Mesa, o que faço na figura dos dois Senadores, e, particularmente, lembrar a história do Senador Paim. Digo isto porque, desde que adentramos ou tivemos, no Congresso Nacional, uma proposta do Poder Executivo que estabelecia que o que havia que se considerar não era o legislado, mas o negociado, onde se rompeu a Constituição nos direitos mais básicos dos trabalhadores e a própria CLT, que não temos um ataque tão profundo aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras neste País como temos nesse projeto que busca generalizar a própria terceirização.

Lembro-me de que, naquela ocasião, quando o Poder Executivo, o Governo Fernando Henrique Cardoso, encaminhou para a Câmara e para o Congresso essa proposta, pela qual nada seria assegurado ao sentarmos à mesa de negociação, tudo seria negociado, e, portanto, não teríamos os patamares mínimos que estavam presentes na nossa própria legislação, o Senador Paim, à época Deputado, fez da Constituição um escudo da defesa dos direitos. E aquele Deputado Paim, hoje Senador, rasgou aquela Constituição ao dizer que ela estava sendo rasgada por esse projeto que adentrava ao Congresso Nacional retirando os direitos larga e duramente conquistados pela classe trabalhadora brasileira. O hoje Senador Paim, à época Deputado, continua com a Constituição em riste para dizer que a dignidade humana e a dignidade da classe trabalhadora não estão à venda e que este projeto faz com que rompamos todos os progressos que tivemos na história deste País.

É preciso que tenhamos absolutamente claro que cada item que faz parte da CLT, que cada item que estava assegurando a dignidade humana na Constituição foi tecido com muita dor por esse povo brasileiro, que enfrentou quase 400 anos de escravidão, e que vivemos em um país que ainda não fez o luto dos seus períodos traumáticos. Não fizemos o luto da escravidão. Se tivéssemos feito o luto da escravidão, não teríamos hoje esse PLC 30 tramitando no Senado da República. Se tivéssemos feito o luto da escravidão, não teríamos discutido, na Comissão de Agricultura da Câmara Federal, uma proposição que flexibiliza o que é considerado trabalho escravo. Aprovamos uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição que diz que a terra ou a propriedade onde for localizado trabalho escravo tem que ser expropriada e servir ao conjunto do povo, como têm que servir as propriedades neste País.

Mas estão mudando a concepção de trabalho escravo e já retiraram, na Comissão de Agricultura da Câmara, o trabalho degradante e a jornada exaustiva. Tivemos por volta de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras resgatados pelo Estado de condições análogas às da escravidão. Nós vimos ali trabalhadores que bebiam água junto com os animais, trabalhadores que tinham uma jornada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deputada Erika Kokay, permita-me fazer um aparte à sua fala.

O Presidente Renan havia se comprometido a estar aqui. Embora alguns já tenham ido almoçar, o Presidente Renan está aqui.

Eu queria uma salva de palmas para ele, que tem sido um guerreiro aqui contra a terceirização, com muita, muita firmeza.

A SRª ERIKA KOKAY (PT – DF) – Portanto, Presidente Renan, dizíamos que não fizemos esses lutos da escravidão e tampouco do colonialismo, e isso está muito presente nessa decisão que foi tirada na Comissão de Agricultura. Isso significa que o trabalho análogo ao escravo vai ser considerado apenas o pelourinho literal, não o pelourinho metafórico que está em curso hoje e que se expressa nesse projeto, nesse PLC 30 também.

Digo isto porque, quando surgiu a terceirização, disseram que ela era modernidade. Disseram que a terceirização era para que as empresas pudessem focalizar o seu nível de atuação e se dedicar de forma vertical à sua atividade-fim. Pois hoje eles querem terceirizar essa atividade-fim e precarizar as relações de trabalho. Não há modernidade nisso! Não há modernidade nisso! Não há modernidade numa terceirização que faz com que os trabalhadores e as trabalhadoras tenham, em média, uma jornada de três horas a mais do que a dos empregados e empregadas da empresa contratante! Não há modernidade em 80% dos trabalhadores que

foram considerados em condições análogas às de escravidão serem trabalhadores terceirizados! Não há! Não há modernidade nesses trabalhadores que ganham, em média, 27% menos do que os trabalhadores e trabalhadoras da empresa-mãe!

Por isso, encerro dizendo que isso não é moderno. Isso não é moderno! Isso são as condições de trabalho que arrancam a dignidade humana, como aqui foi dito pelo Procurador! (*Palmas.*)

Isso são condições de trabalho que desumanizam e que dizem: "Ora, ora, trabalhador é apêndice de máquina. Ora, ora, trabalhador é objeto de planilha de custo. Trabalhador é coisa!"

Por isso, ao derrotarmos esse PLC, esta Casa vai estar dizendo para todo o Brasil que trabalhador é ser humano e que nós não vamos retroceder em cada conquista...

A SRª ERIKA KOKAY (PT – DF) – ... que nós tivemos neste País, porque cada uma dessas conquistas, seja a nossa organização sindical, que vai ser fragmentada, diluída, sejam as relações de emprego digno, sejam os direitos básicos, custou muita dor desse povo. Custou muita dor, mas custou também muita fé e muita esperança.

Fazer o luto da escravidão é derrotar o PLC 30 e dizer que este País não vai ficar de joelhos à sanha de lucro que não considera que todo trabalhador é um ser humano e tem o direito de viver a sua própria humanidade.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Deputada Erika Kokay, sempre firme.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus amigos, o Presidente Renan, como havia se comprometido, já está aqui... (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.K, excelente, pessoal!

O Presidente Renan, que nos tem ajudado muito nesse debate, já marcou uma sessão temática para o dia 19, tem dado declarações que nos têm ajudado muito aqui, no Senado, em matéria do PL da terceirização. Mas o que ele tem dito para nós ele vai dizer para vocês. Ele havia dito que viria aqui até meio-dia, meio-dia e pouco, e está aqui neste momento.

Eu gostaria muito que déssemos a ele uma grande salva de palmas, para ele iniciar, agora, a sua fala. (*Palmas.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em primeiro lugar, eu quero, nesta rapidíssima intervenção, cumprimentar todos e dizer da satisfação de estar aqui.

Nós estamos vivendo, do ponto de vista do Brasil, um momento extraordinário, que precisa ser valorizado, e a única maneira de potencializar, nesse quadro de dificuldade, o que nós podemos fazer do ponto de vista do Parlamento é democratizando as discussões, é abrindo mesmo o Parlamento para que a sociedade organizada possa vir aqui e discutir qualquer questão, seja qual for. O que nós não podemos, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Paulo Paim, do ponto de vista do Legislativo, é sonegar o debate e a discussão.

Eu já tive oportunidade de dizer o que eu penso da terceirização. É necessário tirar, no Brasil, a terceirização dessa zona cinzenta da insegurança jurídica? É necessário. O Parlamento está devendo essa regulamentação à sociedade. Não há como dizer que o Parlamento não esteja devendo a regulamentação dos terceirizados existentes, porque ele está. Agora, uma pergunta como consequência: nós devemos regulamentar a terceirização geral dos outros 40 milhões de trabalhadores?

(Manifestação da plateia.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não, nós não podemos. O que está sendo cobrado do Parlamento é a regulamentação dos terceirizados existentes. Apenas isto. Liberar geral a terceirização significa precarizar ainda mais as nossas relações de trabalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – É evidente que você pode até dizer "não, mas nós queremos regulamentar a terceirização da atividade-fim". Eu acho que, do ponto de vista jurídico, pode. Eu acho que, se alguém quiser forçar a barra para regulamentar a terceirização da atividade-fim, até pode, mas é preciso que se diga, antes de qualquer coisa, que, ao fazer isto, nós estamos fazendo, para o nosso País, uma opção por um novo modelo de desenvolvimento econômico.

Quando eu recebi a indústria, eu tive a oportunidade de dizer para setores da indústria, Paim, que nós temos que defender a indústria nacional. O fim da indústria nacional não interessa a absolutamente ninguém. Quando eu devolvi a medida provisória que tratava da desoneração da folha de pagamento, eu a devolvi fazendo um lembrete: a indústria já discutiu, equivocadamente, como sinônimo de produtividade, a elevação do câmbio. A indústria, agora, não pode achar, de forma nenhuma, que vai ter de volta a sua produtividade, em função dos obstáculos que eles enfrentam e que a economia, como um todo, também enfrenta, reduzindo

o que se gasta com pessoal no nosso País. Nós temos que discutir a competitividade, ter um programa para a competitividade, discutir a produtividade, colocar a economia nacional cada vez melhor no cenário internacional, mas procurando a produtividade, e não procurando gastar menos na indústria com o trabalhador, porque, num país... (*Palmas.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... que tem uma carga tributária elevada, num país que continua a praticar as mais escorchantes taxas de juros do mundo, você não pode abstrair concretamente uma discussão e não pode reduzi-la a uma regulamentação de terceirização. Tem que haver regulamentação para os trabalhadores existentes e ela não pode haver para os trabalhadores da atividade-fim.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – E nós não podemos concordar com isso. Há uma velha senhora, a CLT, que, mais que nunca, precisa ser protegida. (*Palmas.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Parabéns, Paim!

Parabéns, Randolfe!

Contem firmemente comigo!

(Manifestação da plateia.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Senador Paulo Paim, demais companheiras e companheiros aqui na mesa, federações, sindicatos, centrais sindicais presentes a este ato, eu queria saudar o Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos daqui, do Senado, pela iniciativa e por este vitorioso ato.

Mais do que uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, Paim, o que estamos realizando hoje, aqui, é um vitorioso ato que diz, em alto e bom som, aos partidários deste projeto que trata da renovação do trabalho escravo no Brasil que ele aqui não passará no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como eu havia anunciado a vocês, eu tinha a certeza de que o Presidente Renan, ao vir aqui, como já havia falado em uma reunião que tivemos com ele e com todas as centrais e confederações, diria que não concorda com terceirizar a atividade-fim, permitir que a terceirização aconteça também na atividade-fim. Agora, regulamentar os 12,5 milhões de terceirizados, isso nós todos sabemos que é possível, tanto que vocês mesmos me entregaram dois substitutivos que vão exatamente nessa linha.

Neste momento, passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para que ele faça o seu pronunciamento.

V. Exª pode escolher entre falar daqui ou da tribuna.

Enquanto o Presidente Renan está saindo – o Senador Randolfe falará em seguida –, eu quero apenas anunciar, porque todos estão na expectativa, os próximos que farão uso da palavra: líder Flávio Henrique de Souza, Presidente do Conade; Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Diretor de Assuntos Jurídicos da Anamatra; Joilson Cardoso, Vice-Presidente da CTB; José Márcio Ribeiro da Costa, do Sindilegis; Maximiliano Garcez, que falará também pelo Fórum Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização; Júlio César, do Conlutas; Edson Carneiro, pela Intersindical Central da Classe Trabalhadora; Lineu Mazzano, pela CSPB; e também o Moacyr, que está aqui ao lado.

Esses são os oradores.

Depois, nós vamos conceder a palavra ao plenário.

Com a palavra o Senador Randolfe.

Faltam com a verdade aqueles que tentam justificar a terceirização dizendo, por exemplo, que ela visa a beneficiar médias e pequenas empresas. Ela só tem um objetivo: atender os senhores da senzala, que se valem do trabalho escravo no Brasil desde 1500.

Escondem, por inteligência, e deveriam ser verdadeiros ao relatar os dados do que significa os dados do que significa o trabalho no Brasil, o que significa a terceirização. (*Palmas.*)

Não quero acrescentar mais informações além das que aqui foram ditas. O fundamental aqui é destacar, e este ato será um marco político para isso, que, aqui, nós vamos organizar uma trincheira política que reúna os movimentos sociais progressistas deste País, as centrais sindicais, as organizações dos trabalhadores e os Parlamentares verdadeiramente comprometidos com os trabalhadores e com a democracia.

No dia de hoje, mais do que uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, o que nós estamos fazendo aqui é um ato de unidade dos democratas e de todos aqueles que defendem os trabalhadores e defendem os movimentos sociais no País. (*Palmas.*)

Das 35 maiores economias do Planeta, o Brasil é a sétima que menos remunera o valor trabalho. Se a terceirização, se esse projeto nefasto for aprovado aqui, no Senado – e não o será –, vamos nos tornar o pior do mundo a remunerar o fator trabalho.

Os dados que alguns companheiros e companheiras aqui relataram não dizem com a verdade. Basta dar um dos dados feitos pela Federação dos Petroleiros: de cada 283 mortes registradas entre os trabalhadores petroleiros, 228 são de empregados de empresas terceirizadas. Terceirização não é só trabalho escravo; terceirização é também a morte do trabalhador. Por isso, não pode passar!

Esse exemplo não é o primeiro no mundo. O México adotou uma medida igual para com seus trabalhadores e o resultado foi que 16% da população economicamente ativa do México, 8,32 milhões de pessoas, passaram a trabalhar em um esquema de subcontratação, de desvalorização do trabalho e de relações de trabalho precárias.

É uma mentira dizer que a terceirização é medida do século XXI. Não! A terceirização tem sido adotada no Terceiro Mundo, tem sido adotada na África, tem sido adotada na Ásia, para escravizar mais as relações de trabalho. (*Palmas.*)

Por isso, esse projeto não pode triunfar. Como já foi dito aqui pelo Presidente, uma questão é tratar da regulamentação do que já existe de trabalho regularizado, mas ampliar a terceirização é a derrota da CLT, a grande conquista dos trabalhadores no século XX, é a derrubada do estado de bem-estar social e das conquistas consagradas no art. 7º da Constituição republicana, que são os direitos sociais.

Mais grave que isso, um dispositivo do projeto, o art. 15, parágrafo único, estabelece, além da terceirização, a quarteirização. Ou seja, construiremos, no Brasil, uma cadeia em que, a cada nível que se passar, o trabalho será mais precarizado, a remuneração será mais reduzida.

A terceirização tem sido adotada... As relações de trabalho para o século XXI são aquelas que garantem a melhor remuneração do trabalho, que garantem a estabilidade ocupacional e que garantem uma jornada de trabalho reduzida. É a contramão da terceirização. A terceirização aumenta a jornada de trabalho, reduz a remuneração e acaba com a estabilidade ocupacional. Ao contrário do que dizem, terceirização é a volta ao século XIX, é o retorno a um passado que os trabalhadores já venceram, com as suas relações de trabalho, anteriormente.

Quem defende o trabalhador, quem está do lado do trabalhador não pode querer isso para os próximos anos, para o próximo século para o trabalhador brasileiro.

Por isso, essa frente política que se monta aqui é uma frente política pela democracia, pelo direito dos trabalhadores, é uma frente política para dizer que os conservadores não passarão, que o retrocesso não passará e que os direitos que os trabalhadores conquistaram jamais serão deles tirados. (*Palmas.*)

Por isso, esse projeto não pode passar.

Senador Paim, esse projeto está sendo debatido na Comissão certa. Ele tem que ser debatido na Comissão de Direitos Humanos, porque ele trata de uma das mais graves violações aos direitos humanos da história do País. (*Palmas.*)

Só empresários descompromissados com o Brasil e com os direitos dos trabalhadores e que querem mentir para os trabalhadores, só centrais pelegas, que estão a serviço dos empresários, é que podem defender um projeto dessa natureza.

(Manifestação da plateia.)

(*Palmas.*)

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse é o nosso querido amigo e lutador Randolfe Rodrigues, que nunca, nunca vacilou. Nos anos em que me encontro aqui com ele, sempre na linha de frente, defendendo os interesses dos trabalhadores, das trabalhadoras e de todo nosso povo.

Passamos a palavra, agora, ao Sr. Flávio Henrique de Souza, Presidente do Conade.

O Flávio está a minha esquerda e vai falar da mesa.

Quero só informar ao Plenário que o Flávio é Presidente do Conade, é deficiente visual e está aqui, pacientemente, porque entende que esse projeto atinge diretamente as pessoas com deficiência.

Flávio, a palavra está contigo.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Dou meu bom-dia fora do microfone para que todas as pessoas ouçam e para que, se houver deficiente visual no plenária, ele possa localizar a direção da mesa.

Bom dia a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom dia!

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE SOUZA – Bom dia, em nome do Conade, dos conselheiros e das conselheiras!

O que é o Conade? É o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Na pessoa do Senador Paulo Paim, cumprimento toda a Comissão de Direitos Humanos e cumprimento a Mesa, e, na pessoa da Maria, cumprimento todas as mulheres brasileiras trabalhadoras.

Estou no Conade pela CUT.

Cumprimento aqui o Ministério Público, a Ordem dos Advogados, o Ministério do Trabalho e cumprimento todos que compõem o Conade conosco.

O Conade é um conselho nacional de controle social que tem de pensar a política pública, a qualidade de vida e o direito das pessoas com deficiência deste País.

Segundo dados do IBGE de 2010, há em torno de 45 milhões de brasileiros e brasileiras com deficiência, e parte desses brasileiros e brasileiras com deficiência compõe a classe trabalhadora deste País.

Nós aprovamos uma moção com base na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, porque entendemos que não só o Conade, mas que todos os conselhos que lutam por direitos neste País deveriam fazer uma moção, deveriam juntar-se a nós, para combater a terceirização. (*Palmas.*)

A terceirização não é boa para nenhum trabalhador, para nenhuma trabalhadora. Quando você terceiriza, você precariza, você diminui salário, você perde no Fundo de Garantia, no 13º salário, nas férias. E não só os trabalhadores e as trabalhadoras perdem; a família dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras perde, porque vai diminuir a qualidade de vida, a condição de vida dos brasileiros e das brasileiras.

Portanto, devemos convocar toda a sociedade, toda a classe trabalhadora, a juventude que ainda não está no mercado de trabalho, mas que estará no mercado de trabalho amanhã. Isso precariza as condições de mais pessoas, de mais trabalhadores com deficiência. E o nosso papel é lutar contra a perda de direito, contra a retirada de direito.

Eu gostaria, rapidamente, Senador Paulo Paim, de, mais uma vez, em nome do Conade, agradecer à Comissão de Direitos Humanos.

Há uma frente só da moção. A Maria poderia ler essa moção do Conade. Que ela seja referência para todos os outros conselhos de direito!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A leitura será feita pela líder Maria.

Já abriram o microfone da Maria, que vai ler a moção do Conade e de todas as pessoas com deficiência contra a terceirização.

A SRª MARIA APARECIDA FARIA – Leio a Moção de Repúdio nº 1, de 2015, do Conade, em Brasília:

O Conade, considerando a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, as Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Constituição da República, a legislação trabalhista brasileira e, sobretudo, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que se fundamenta nos princípios da igualdade e da não discriminação, posiciona-se contrário ao PL nº 4.330, de 2004, pois:

1. O trabalhador com deficiência tem o direito constitucional ao pleno emprego e em igualdade com os demais trabalhadores na forma do Artigo 27, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), norma de caráter constitucional. No entanto, a terceirização tal como está redigida no PL 4.330/2004 fragiliza o vínculo de trabalho com a empresa e também o ambiente de trabalho, principalmente no que diz respeito à disparidade e redução de salários entre trabalhadores contratados diretamente e terceirizados e a jornadas diferentes e maiores de trabalho.

2. O trabalhador com deficiência tem o direito de ter assegurados os seus direitos trabalhistas e sindicais, em igualdade de condições com os demais trabalhadores (item c, do Artigo 27 da CDPD). No entanto, a terceirização, conforme demonstram os estudos científicos e os relatórios dos órgãos de fiscalização, dispersa a organização sindical dos trabalhadores e impede o livre exercício dos direitos sindicais, enfraquecendo, inclusive, o poder de negociação sindical, a participação nos lucros e o direito de greve.

3. O trabalhador com deficiência tem o direito ao meio ambiente do trabalho saudável, seguro e acessível, livre de barreiras arquitetônicas e atitudinais (Artigos 9 e 27, item i, da CDPD). No entanto, a terceirização, tal como proposta, não compromete o contratante e o prestador de serviços terceirizados para que implementem para seus empregados a redução de acidentes e a prevenção de doenças profissionais. Essas duas hipóteses são prejudiciais à pessoa com deficiência visto indicar mais comprometimento e agravamento da deficiência.

4. O trabalhador com deficiência tem o direito a aposentadoria especial. No entanto, a terceirização tal como prevista no PL fragiliza a relação de trabalho e, em decorrência, prejudica o gozo de direitos às férias, ao depósito de FGTS e também à contribuição previdenciária para a aquisição do direito à aposentadoria.

Flávio Henrique de Souza

Presidente do Conade (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a moção do Conade, totalmente contrária à terceirização.

Passamos a palavra ao Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, diretor da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Boa tarde a todos.

Senador Paulo Paim, mais uma vez, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho lhe agradece pelo fato de permitir à Anamatra participar deste momento, compartilhá-lo com V. Exª, na pessoa de quem saúdo os demais Parlamentares, compartilhá-lo com os colegas de Mesa, das entidades sindicais, das entidades associativas e, sobretudo, compartilhá-lo com os trabalhadores do Brasil.

A única razão dessa luta são vocês, trabalhadores. Essa luta não é nada sem vocês. Não adianta nós aqui nos dedicarmos a explorar os aspectos técnicos disso se não houver mobilização nas ruas. E isso está acontecendo e deve continuar acontecendo. A maior força que os senhores têm não está na academia, não está nas entidades, não está nem sequer no Parlamento; está nos senhores mesmos, nas mobilizações que fazem e que continuarão fazendo.

A Anamatra quer dizer, Senador, em primeiro lugar, dentro do foco principal desta audiência pública, que já não há maiores dúvidas de que a terceirização está associada, intimamente associada, à neoescravidão, à redução do trabalhador à condição análoga à de escravo. Basta ver – estes dados têm de ser sempre repisados – que, entre 2010 e 2013, das dez maiores situações de resgate de trabalhadores em situação de neoescravidão, nove casos, 90%, envolviam terceirizados. Da mesma maneira, em 2013, os oito maiores resgates – aqui, uma informação importante – com totalidade de trabalhadores formais, envolviam trabalhadores terceirizados, dos maiores resgates de trabalhadores reduzidos à condição análoga à de escravo.

Isto demostra o seguinte: é falsa a informação ou a impressão de que a terceirização envolve neoescravidão apenas no caso dos "gatos", na situação de trabalho rural, naquelas hipóteses em que, de fato, a terceirização é absolutamente clandestina e não há sequer registro em carteira. Essa informação não corresponde à realidade estatística. A realidade estatística demonstra que mesmo entre trabalhadores formais, com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social, se dá a redução à condição análoga à de escravo. Entenda-se: prejuízo à condição do trabalho na perspectiva da sua salubridade, à condição de trabalho degradante, ou mesmo restrição ao direito de ir e vir, coação e, como todos nós sabemos, estamos ouvindo aqui, restrição aos direitos sociais. É importante não perder isto de vista.

Também é importante ter em conta que a terceirização nesses termos é universal e se expande. Ela não é prerrogativa de nenhum segmento da economia. Hipóteses de resgates e de autuações envolvendo a redução de trabalhadores em condição análoga à de escravo com terceirização como a oportunidade para essa exploração ilícita nós encontramos – vou citar aqui os setores em que há uma incidência relevante – na mineração, na construção civil, suco de laranja, *fast-food*... Quem não se lembra daquela hipótese de terceirização que o Bob's fez para vender lanches no Rock in Rio, em que trabalhadores foram encontrados em situação degradante pelo Ministério do Trabalho e Emprego, na figura da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro. Também encontramos nos frigoríficos, no setor de fertilizantes, de obras públicas, no segmento têxtil e de moda... Não preciso lembrar aqui o caso da Zara, pois há outros tantos. Lembro o caso da Zara porque é da minha jurisdição, da 15ª Região do Trabalho, e houve reincidência. Hoje, há uma estimativa de que há danos na cadeia produtiva alcançando, considerando toda a empresa, na dimensão nacional, cerca de 7 mil trabalhadores.

Então, a lesão é generalizada, não se circunscreve a este ou àquele segmento da economia. Volto a dizer: trazer formalidade, mas manter terceirização não resolve o problema.

Diante disso, o que a Anamatra está propondo no projeto que já foi apresentado e que está sendo novamente apresentado aqui, no Senado Federal, juntamente com o fórum? Cinco pontos básicos, imaginando que, como disse o Presidente Renan, isso tem de ser regulamentado, e tem de ser regulamentado, obviamente, para melhor. O único sentido de se trazer legislação para o Direito do Trabalho, e essa é a história do Direito do Trabalho, é melhorar a condição social do trabalhador. Lei trabalhista que piora a condição do trabalhador não faz jus ao nome que tem e não é Direito do Trabalho. O Direito do Trabalho surge no século XIX exatamente para interferir em uma relação em que, livremente – a expressão que se utiliza sempre e dá o DNA do Direito do Trabalho é esta –, numa condição de plena liberdade, a liberdade oprime e é a lei que liberta. Essa expressão é conhecida. Entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre, a liberdade oprime e a lei liberta. A lei trabalhista tem de libertar, tem de garantir dignidade. Então, volto a dizer: uma lei trabalhista que diminua direitos não faz sentido e não faz jus ao nome que tem.

Pois bem, para que essa lei melhore a condição dos terceirizados de hoje, há cinco pontos basilares que têm de ser atendidos, e eles não estão nesse texto do PLC 30, de 2015.

Primeiro: proibição da terceirização na atividade-fim. Há que se proibir, na atividade-fim, o fenômeno da terceirização, como já se faz hoje na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

Segundo: estabelecer a regra da responsabilidade solidária em todos os casos. Temos de dizer que o texto que está hoje no PLC 30 não parece contemplar isso plenamente. Não há lá, por exemplo, referência a uma responsabilidade solidária em caso de acidente de trabalho e doença ocupacional. Não está dito lá.

Terceiro: representação sindical pelo sindicato da categoria profissional predominante, que tendencialmente é o mais forte, na empresa tomadora de serviços. Quando houve a negociação de alguns pontos na Câmara, foi dito, por alguns Deputados, que isso estaria incluído naquela negociação que envolveu solidariedade. Falso! O art. 8º hoje, que diria isso, introduz a questão com a seguinte expressão: "Quando o contrato de prestação de serviço se der entre empresas que pertençam à mesma categoria econômica..." – aí, sim, a representatividade sindical do terceirizado se daria pelo sindicato predominante na empresa tomadora. Mas essa condição, meus caros, praticamente jamais se realizará. Pela segmentação que há hoje, aquela empresa cujo objeto social é prestação de serviços terá trabalhadores que estão vinculados à categoria profissional dos trabalhadores em empresas de prestação de serviços e fornecimento de mão de obra. Se o tomador é metalúrgico, é banco, é comércio, serão categorias distintas. De modo que esse artigo não vai servir para coisa alguma da maneira como está.

Quarto ponto: estabelecer isonomia salarial mínima entre os trabalhadores terceirizados e os efetivos. Igualdade de direitos! Terceirização sem igualdade de direitos é precarização! Ponto final. Fundamental. Isso o projeto está longe de fazer. E o texto que a Anamatra apresentou, como texto das centrais, faz isto: estabelece uma identidade mínima de direitos entre a condição do terceirizado e a do trabalhador direto. Isso é fundamental. Sem isso – vou insistir–, qualquer terceirização precariza.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Obrigado, Senador.

E, finalmente, abolição das subcontratações derivadas – quarteirização, quinteirização e tudo o mais. Tudo isso está permitido neste projeto *ad infinitum*. Não há limite, ou seja, uma empresa média contrata uma pequena, que contrata uma micro, que contrata um empreendedor individual, e assim se faz a cadeia da neoescravidão no Brasil

Para terminar, como meu tempo se esvai e como nosso tema é exatamente, também, a homenagem a este marco da nossa história que foi a edição da Lei Áurea, ocorreu-me dizer a vocês – e termino aqui – uma passagem que, para mim, é muito marcante, de um poema muito conhecido de Castro Alves, "Navio Negreiro", que tem tudo que ver com o tema de hoje. Diz Castro Alves:

[...]
Presa nos elos de uma só cadeia,
A multidão faminta cambaleia,
E chora e dança ali!
Um de raiva delira, outro enlouquece,
Outro, que martírios embrutece,
Cantando, geme e ri!
[...]
Nós não vamos gemer. Só vamos lutar até o fim.
Não à terceirização!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto, Dr. Guilherme.

O SR. JOILSON CARDOSO – Cumprimento o Senador Paim por mais uma iniciativa brilhante, entre tantas outras já realizadas, como deve ser um Senador do povo.

Cumprimento aqui os companheiros meus amigos, companheiros militantes do movimento sindical.

Na verdade, esta audiência convoca-nos a fazer um paralelo entre o acontecimento da Lei Áurea e a 4.330. Eu gostaria de colocar mais um elemento nesse paralelo que é a CLT, porque, na verdade, o que nós estamos a discutir no Brasil é se a Consolidação das Leis do Trabalho continuará vigendo ou não. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Guilherme.

Esse foi o Dr. Guilherme, que falou pela Anamatra, sempre presente em todos os eventos, na defesa firme de interesse do trabalhador.

Passo a palavra agora ao líder Joilson Cardoso, que é vice-presidente da CTB, sempre presente também aqui, nas nossas atividades.

Portanto, Senador, por tudo que já foi dito aqui, eu estou mudando. Fiz um planejamento, mas sou obrigado a mudar, porque todos os elementos que assinalei já foram ditos, com exceção de alguns aspectos.

Eu queria começar pelo paralelo entre o PL nº 4.330 e a CLT.

Quando Getúlio Vargas assina a CLT, naquele 1º de maio, ele consolida, num só texto, o que havia de mais importante nas leis trabalhistas, conquistas da classe trabalhadora, que, já em 1917, realizava a primeira greve geral, buscando direitos como garantia de organização, proibição do trabalho de crianças, direito à jornada de 40 horas. Faço essa citação em memória de José Martinez, morto em 9 de julho de 1917, um herói da classe operária assassinado na greve.

Já no seu art. 5º, a CLT diz que, a todo trabalho de igual valor, corresponderá salário igual, sem distinção de gênero.

Aqui, faço uma homenagem às mulheres presentes, citando minha querida esposa, Ana Paula Arantes Cardoso, que está aqui com nosso filho de quatro meses.

Esse exemplo demonstra que esse princípio foi incorporado à Constituição cidadã. Sabemos que, ainda hoje, no Brasil, as trabalhadoras, exercendo atividades iguais, chegam a receber um salário até 40% menor que o dos homens, numa clara discriminação.

O defeito não é da lei nem da Constituição, é, sim, da exploração predatória do capital sobre o trabalho, ainda mais sobre setores da sociedade como as mulheres e os negros. Falo isso, porque os princípios que a Constituição consagra são negados pelo PL nº 4.330.

Quero entrar no paralelo com a Lei Áurea.

Fiz um pequeno artigo ontem, falando do dia 13 de maio, Senador Paulo Paim, e o título é "13 de Maio, Valeu, Zumbi!". Por que digo isso? Assim como na CLT houve a consolidação de muitas lutas da classe trabalhadora que se iniciaram em 1917, a Lei Áurea também é a consolidação de uma luta histórica.

Zumbi foi morto com 40 anos de idade em 1695. Passado todo esse tempo, é preciso resistir e combater a discriminação e o preconceito resultantes de mais 350 anos de escravidão imposta à população negra no Brasil. Permanecem as chagas.

Vejam vocês que, no mundo do trabalho, por exemplo, a média salarial de brancos era de R$1.352,00, e a de negros era de R$788,00. Ou seja, os negros percebem apenas 58%, em média, do salário dos brancos, segundo estudo da OIT e do IBGE de 2009. Outro exemplo é a média de formalização de empregos: enquanto a dos brancos é de 61%, a dos negros é de 46,8%.

No mercado de trabalho, o que faz um negro ou uma negra ganhar um salário menor que o dos brancos é a discriminação. As chamadas carreiras de Estado e os altos escalões têm um número mínimo de negros devido à discriminação racial, que ainda existe no nosso País. Na educação, o que faz um negro ou uma negra ter uma escolaridade menor que a de um branco é a discriminação. Nas carreiras chamadas elitistas, como Medicina, Arquitetura, Engenharia, cursos chamados elitistas, há uma esmagadora presença de brancos e uma minoria de negros devido à discriminação racial.

Daí vêm as consequências, com impacto na saúde, na educação, na vida dessa população, que precisa ser referendada neste 14 de maio, ao falarmos do dia 13 de maio e do dia 20 de novembro, da luta de Zumbi. Seria um crime não nos reportarmos a essas lutas.

Portanto, temos de nos indignar diante dessa iniciativa do PL nº 4.330, que tem a ver com a escravidão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem mais um minuto, Joilson.

O SR. JOILSON CARDOSO – Isso tem a ver com a luta dos trabalhadores pela Consolidação das Leis do Trabalho, que é totalmente desconfigurada ou anulada por este *frankenstein* chamado PL nº 4.330.

Quero encerrar, Senador Paim, já que nós estamos num dia tão especial, citando um conto de capoeira, em 30 segundos, que diz assim:

Minha gente, que história é essa, dessa tal de abolição?
Que foi uma princesa boazinha que acabou com a escravidão.
Eu já estou cansado de conversa, eu já estou cansado de ilusão.
Abolição se fez com sangue, que inundou este país.
O negro transformou em luta, cansado de ser infeliz.
Abolição se fez bem antes, e há de se fazer agora.
É a realidade da favela contra a mentira da escola.
Minha gente, chegou a hora de acabar com essa maldade,
De ensinar para os nossos filhos o quanto custa a liberdade.
Viva Zumbi, o líder negro que se fez herói em Palmares!
Viva a cultura desse povo e a liberdade verdadeira, que já se ouvia nos quilombos.
Nego joga capoeira, camará!
Nossa homenagem à população negra do Brasil.
Viva Zumbi!
Viva a luta dos trabalhadores!

Vamos resistir a este *frankenstein* 4.330.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Jailson Cardoso, Vice-Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

Na sequência da Central, passo a palavra ao representante da Conlutas, Julio César Condaque Soares, que é da Executiva Nacional da Conlutas.

O SR. JULIO CÉSAR CONDAQUE SOARES – Quero saudar a Mesa e todos os presentes por essa resistência. Está na hora do almoço, mas é importante este momento histórico.

Sou Julio César Condaque. Fui gráfico e, agora, sou professor e sou da Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

Vimos acompanhando esses ataques à classe trabalhadora e queria, aqui, saudar o Paim por esta audiência, já que fomos militantes históricos do movimento negro na central sindical, na CUT, nos anos 90, quando lutávamos pelas marchas de Zumbi dos Palmares. Tivemos muitas vitórias.

Essa luta é contra a terceirização. Ela tem cara, gênero e orientação sexual. Fazendo um paralelo com a abolição da escravatura, num dia como hoje, 14 de maio, os negros, então, vagavam, porque a Lei Áurea é a menor lei do mundo. Só tem três artigos e não dava condições sociais e econômicas para aqueles negros que haviam recém-saído de 350 anos de trabalho, sol a sol, e que vieram como africanos para o nosso Brasil, numa migração que chamamos de diáspora forçada, como ex-presidiários, trabalhadores, princesas nos seus reinos. Vinham para cá trabalhar no eito da Casa Grande e também na roça.

Hoje, a terceirização destrói todas as conquistas que teve a população brasileira, a classe trabalhadora. Sempre lutamos nas centrais sindicais para resgatar a história do negro, como parte da classe trabalhadora brasileira. Há uma diversidade entre trabalhadores negros, brancos, indígenas e também migrantes.

Eu dizia, então, que, nessa crise mundial desde 2008, quando se queima capital no mundo para salvar os bancos e tudo o mais, a troica, mesmo lá, na Grécia, dizia que se tinha que flexibilizar os direitos e impor também o fim dos direitos dos trabalhadores.

A terceirização vem neste sentido, de flexibilizar direitos, de fazer com que se aprofunde um estudo que a Unicamp faz, com o Ricardo Antunes, do fim do trabalho, com a flexibilização. Achamos que a terceirização vai fortalecer os lucros dos patrões.

Voltar à escravidão é voltar ao debate que fizemos em 2000 com o Estado brasileiro, de que o Estado brasileiro nos deve 350 anos de escravidão. E esse é um crime de lesa-humanidade contra os trabalhadores. Escravidão é o não trabalho, escravidão é um crime de lesa-humanidade. O Estado brasileiro assinou vários tratados, desde a década de 1960, para que hoje houvesse este nível de trabalho.

Ainda faltam muitos direitos. Hoje vemos a precarização e a terceirização na atividade-fim dos serviços públicos, e vemos que 28% dos trabalhadores são negros em sua base. A terceirização abriria uma porta para a precarização total dos serviços públicos, já tão precários, por exemplo, na Saúde e nas universidades, que neste momento estão em um processo de luta constante e permanente. Desde novembro, os trabalhadores da UERJ estão parados, sem salários até hoje. A firma mãe paga um mês e fica dois sem pagar.

Vemos o debate da terceirização no Comperj. Mesmo no PAC, em Belo Monte, no Bacen, a firma mãe não paga, dá o calote inclusive nos trabalhadores do Comperj, na base da Petrobras.

Então, trabalho precário ou pressão ainda maior para toda a classe trabalhadora. E muitas vêm se aprofundando. Desses 12 milhões, mais de 7 milhões são de negros e de negras. A mulher negra é o alvo das terceirizações, e em serviços invisíveis, como *telemarketing*, limpeza e outros trabalhos mais brutalizados, como o serviço doméstico, fazendo um elo ainda com a escravidão.

Vamos ver também que, mesmo em outros lugares, como na Califórnia, ainda há essa relação desigual com a classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. JULIO CÉSAR CONDAQUE SOARES – Nós vamos aqui travar todo um processo de luta para conquistas como a Convenção nº 111 da OIT, por exemplo, pois a discriminação vai se aprofundar com o PL 4.330, assim como com a 103, que trata da discriminação de gênero no mundo do trabalho.

Apoiamos, sim, as moções de várias categorias de servidores públicos, como os da Conade aqui. Apoiamos também todo o processo de luta das classes contra as terceirizações, assim como o chamado para o dia 29, a fim de unificar toda a classe rumo a uma greve geral. As centrais já estão unificadas para paralisar os setores. Nós também desaprovamos radicalmente o PL 4.330. Acho que não se aproveita nada desse PL.

Pedimos então ao Senador Paim que, se puder, junto com as entidades, divulgue o vídeo promocional em um canal nobre da tevê, para que os trabalhadores saibam o que é a terceirização, que não é a normatização de conquistas de direitos. Ela significa perda e aprofunda a escravidão para mais de 40 milhões de trabalhadores, o que é um crime de lesa-humanidade.

A Executiva da CSP-Conlutas, juntamente com suas entidades filiadas, vem aqui saudar esta conferência. Assim como, por exemplo, o Sindicato de Petroleiros de Sergipe, que abriu seu estatuto para organizar os trabalhadores terceirizados na Petrobras, os quilombolas do Quilombo do Dionísio, no Triângulo da Soja, que trabalham como boias-frias, e os índios terenas, os trabalhadores cooperativados da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo, Julio César. Temos ainda oito oradores.

O SR. JULIO CÉSAR CONDAQUE SOARES – ... da Fenaec, de São Paulo.

Só para terminar, o.k.? E a gente saúda, então...

Essa luta não está terminada. Precisamos unificar as lutas nas ruas para que se combata esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Julio César, que falou pela Conlutas.

Agora é o Edson Carneiro Índio, que falará pela Intersindical – Central da Classe Trabalhadora. (*Palmas.*)

O SR. EDSON CARNEIRO INDIO – Boa tarde a todos.

Acho que nós já ouvimos aqui vários argumentos sobre por que a classe trabalhadora, os setores progressistas, os democratas deste País têm que derrotar esse projeto, que é o projeto da precarização, o projeto do desemprego, o projeto do desrespeito à dignidade humana e aos direitos humanos. É o projeto da barbárie.

Aqui se trata de levar a classe trabalhadora a descer escada abaixo da barbarização das relações de trabalho no Brasil.

Senador Paim, acho que essa provocação e o tema da audiência ligando a terceirização com a revogação da Lei Áurea... Meu pai e meus tios, cinco anos antes de eu nascer, foram e eram de uma família submetida a trabalho escravo no interior do Paraná; trabalho forçado, escravidão por dívida, e não podiam sair da fazenda enquanto não pagassem essas dívidas, e tinham que sair.

E a tragédia é a gente perceber que, 50 anos depois, essa realidade persiste, e os auditores do Ministério do Trabalho estão aí, demonstrando o tamanho dessa tragédia latente na nossa realidade brasileira.

Quanto aos contrários à aprovação, está muito claro porque são contra. Aqueles que defendem a aprovação desse projeto dizem que é a modernidade, que quem é contra a terceirização é contra a modernidade. Nada mais velho do que reduzir custos, aumentando a exploração sobre trabalhadores e aumentando a retirada dos direitos dos trabalhadores. Não há nada mais velho.

Outra coisa que eles dizem é que nós estamos querendo negar a realidade. "A terceirização é uma realidade. A economia brasileira precisa da terceirização." Se a gente aceitar esse argumento de que é uma realidade, aqueles que acabaram com a escravidão – a Lei Áurea e todas as outras formas – teriam regulamentado a escravidão lá atrás, e não lutado para derrotar e extirpar a escravidão... (*Palmas.*)

O SR. EDSON CARNEIRO INDIO – ... que segue sendo um desafio da classe trabalhadora e dos seus aliados. Não é por ser uma realidade imposta pelo grande capital que vamos aceitar o projeto.

Os argumentos aqui dados sobre como é que a terceirização impacta no salário, na jornada, na rotatividade, na saúde, nas mortes, em todas as esferas estão muito claros para nós. E alguns vêm dizer que é preciso regulamentar. Deste Congresso que não aceita colocar nem uma tarjinha num produtozinho que diga que contém transgênicos, não sairá regulamentação boa para os trabalhadores! O que querem é legalizar a fraude! Querem legalizar a fraude e vêm jogar areia nos nossos olhos, dizendo que querem regulamentar.

Regulamentar? Será que os empresários que financiaram as campanhas desses Deputados que aprovaram esse famigerado projeto querem melhorar as condições para os 12 milhões ou para os outros 44 milhões de trabalhadores?

A Senadora do Rio Grande do Norte aqui falou que o PL é famigerado. É o famigerado PL 4.330. Essa palavra "famigerado" significa "famoso", "fama". E o Seu Eduardo Cunha, que já é um famigerado, por ser famoso; o Seu Paulinho, que já é um famigerado, por ser famoso; o Arthur Maia, que não era tão famigerado, por ser pouco famoso, ficarão mais famosos porque vamos estampar a cara deles nos postes e vamos denunciar aos trabalhadores todos o que significa o papel que esses Parlamentares fizeram na Câmara dos Deputados.

E os Senadores que não enterrarem esse projeto na sua integralidade também serão mais famigerados do que são. Vão para o poste, e vamos derrotá-los nas urnas, nas greves e também nas urnas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo, Edson. Temos oito oradores, e temos que encerrar.

O SR. EDSON CARNEIRO INDIO – Para concluir.

O problema dessa história de regulamentação precisa ser claro quando se diz isso, porque, já nessa semana, algumas centrais que apoiavam o projeto, as cúpulas das centrais que apoiavam o projeto, sentido que

os trabalhadores, as suas bases, percebiam o significado desse projeto, mudaram de posição. Agora é preciso aproveitar o que há de bom no PL 4.330.

O quê? Muito bem a companheira pergunta. Claramente o companheiro da Anamatra aqui, que amanhã, inclusive, ministrará uma palestra no seminário da Intersindical em Campinas, disse claramente. Eles dizem que é regulamentar, mas na verdade eles querem é nos levar para esse pântano. Se o Senado não enterrar aqui, eles vão devolver à Câmara. E de novo, lá, eles vão retomar a legalização da fraude, que é o significado desse projeto.

E é preciso ter muito claro para a Intersindical, regulamentação da forma como ele está dizendo não é regulamentação. Claro que a Súmula 331 é insuficiente. Ela permitiu que houvesse 12 milhões de trabalhadores terceirizados. E nem a Súmula 331, grande capital, e esses banqueiros, esses empresários querem aceitar, porque eles querem terceirizar tudo. É a barbárie, é a lucratividade sem fim, é a superexploração.

O SR. EDSON CARNEIRO INDIO – Para concluir, Senador. Espero que o Senador aqui em conjunto com o Senador Randolfe e outros Senadores que passaram por aqui consigam. E nós vamos lutar, vamos fazer greve, vamos para este País para enterrar esse projeto. E para dizer que nós queremos trabalho digno para todos, emprego digno para todos. E não cair nessa balela, no canto da sereia desses que aprovaram na Câmara dos Deputados. Não nos levarão para o pântano. Vamos enterrar esse projeto. Vamos defender emprego digno para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Edson Carneiro Índio, Secretário-Geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora, que deixou muito claro a posição da sua central, que é para enterrar esse projeto.

Passamos a palavra agora ao José Márcio Ribeiro da Costa, que representa aqui o Sindilegis.

O SR. JOSÉ MÁRCIO RIBEIRO DA COSTA – Boa tarde.

Não é a fome, não. O ser humano tem dois ouvidos e possivelmente uma boca, mas, como a gente fica de frente ao aparelho falador, o microfone, a gente esquece do tempo, esquece desse sino, esquece que temos dois ouvidos e uma boca.

Queria inicialmente agradecer o Senador Paim.

O Sindilegis, o Sindicato do Poder Legislativo, Câmara, Senado e TCU, está junto nessa luta. É importante neste momento a gente marcar um ponto. Muitos aspectos já foram aqui ditos sobre o tema da audiência pública, mas eu vinha pensando, desde ontem que estou perguntando a muitas pessoas: qual a forma que eu devo abordar esse tema? A Lei Áurea, a terceirização e o combate ao trabalho escravo. A questão é: como organizar esses três temas de tal forma que o raciocínio se faça lógico, que o raciocínio se encadeie e que possa não apenas falar para nós, mas falar para o conjunto da sociedade brasileira de forma simples e efetiva.

Em vez de trazer dados que são muito importantes, como os que aqui foram colocados, eu quero trazer um outro debate. Eu quero que se entenda que o que está em jogo, o que está sendo analisado é como foi, como está sendo e como o Estado Brasileiro é organizado. Qual é a formação do Estado Brasileiro, desde o Brasil Colônia até os dias de hoje, sob a forma de mercantilização do trabalho?

No Brasil Colônia – e isto é importante ser dito –, mais de 5,5 milhões de negros foram trazidos para o Brasil como mercantilização. O grande negócio não era apenas a exploração da mão de obra. O grande negócio do Brasil colônia foi a venda e a revenda da mão de obra, o lucro que se tinha com a posse da propriedade, com a posse da riqueza, com a não distribuição de renda. Isso é o que está por detrás agora do PLC nº 30, aqui, no Senado.

É importante deixar claro que durante essas viagens a mortalidade era imensa, em torno de 20%. E hoje todo mundo chega aqui e fala o seguinte: "Ah, a maioria dos acidentes de trabalho ocorre com os terceirizados." É simples. Se já naquela época ocorria com o tráfico negreiro, hoje ocorrerá com os terceirizados, de tal forma que temos de pensar como se dá essa formação do Estado Brasileiro e como se dá também a sua imersão no capitalismo, como se dá a sua imersão no mundo moderno. Ela se dá de forma subalterna, ela se dá desregulamentalizando o trabalho, sob o princípio neoliberal.

É claro que quando se fala aqui "Ah, está se regulamentando." Nós não estamos regulamentando. Nós estamos desregulamentando o trabalho, criando, do que já tanto se falou aqui, a questão da barbárie, da selvageria, do não direito.

Então, é importante dizer que nós temos de ter a clareza do que está em jogo. Está em jogo um processo de descontinuidade, não apenas regulamentando e dando direitos àqueles 12 milhões de trabalhadores terceirizados. Mas esse projeto, com certeza, vai colocar os outros quarenta milhões. E aí são brancos, não negros, negros, índios, de todas as etnias, cores e raças, porque na realidade a agenda do capital é que está falando hoje mais alto hoje, no Brasil.

Então, nós temos de ter a clareza de todos esses aspectos que são aspectos que nos ajudam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, José Márcio, que deixou firme a posição do Sindilegis, que é contra o projeto.

Só faltam três inscritos na lista. Depois, temos a lista ainda do Plenário, conforme inscrição feita.

Eu disse que não tenho pressa porque a causa é justa. Quando a causa é nobre, nós temos de ficar até sem almoçar. Mas quem tiver de sair, fique à vontade. Eu não tenho problema nenhum. Quando eu fazia greve, era a pão e banana. Agora, estou comendo até maçã aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. JOSÉ MÁRCIO RIBEIRO DA COSTA – ...a entender o momento que nós vivemos.

O Sindilegis, que é o Sindicado do Serviço Público dos Trabalhadores da Câmara, do Senado e do TCU, tem uma posição clara. Ele entende que esse projeto, no que concerne à nossa luta, abre uma brecha para a terceirização no serviço público. E nós somos contrários a esse projeto. Somos a favor do concurso público.

E temos claro que, quando a Câmara dos Deputados tentou, no final do ano passado, regulamentar a terceirização na Casa, nós nos manifestamos e impedimos esse processo de terceirização na Câmara dos Deputados, por meio de resolução.

Estaremos junto com as centrais sindicais, com os movimentos sociais, com os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras no campo e na cidade, em todas as frentes para defender o trabalhador brasileiro.

É isso o que temos a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Passamos a palavra ao Lineu Neves Mazzano, que é Secretário Geral da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil).

O SR. LINEU NEVES MAZZANO – Quero cumprimentar o Senador Paim, Presidente desta audiência, e agradecer-lhe pelo apoio sempre prestado e o seu compromisso com a classe trabalhadora. Cumprimento todas as entidades sindicais aqui presentes, as autoridades. Estou falando como Secretário-Geral da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e também como Presidente da Federação do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, acompanhado por alguns de nossos diretores.

Agradeço aos presidentes das nossas federações dos Estados filiados, na pessoa da companheira Gleides, que veio lá de Teresina, de carro, rodou 1.700 km com o seu grupo para estar aqui porque está firme nesta luta.

Eu não vou entrar mais em nenhum ponto técnico que já foi mencionado aqui, porque já foi muito bem esclarecido, inclusive pelos profissionais da área do trabalho, a partir do Sinaiti e também do companheiro do Ministério Público, da OAB. Já ficou claro e evidenciado que realmente essa é uma luta para legalizar a precarização. Ou seja, é um projeto que todos os seus males, as coisas que ele aqui coloca já foram muito bem esclarecidos aqui, inclusive os dados apresentados. O maior índice de acidente de trabalho é com os trabalhadores precarizados.

Agora quem sente muito – e nós sabemos muito bem – é a Administração Pública. Foi na Administração Pública que realmente a terceirização se implantou e avançou por vários objetivos. Um, porque todos os governos de plantão procuram cumprir seus programas de governo e daí têm que desqualificar na verdade seus servidores concursados. Por isso, nós temos uma luta, como já foi dito aqui, pelo concurso público, e a terceirização veio nos últimos anos tirando o concurso público, especialmente das áreas operacionais. Então, a Confederação sempre foi contra qualquer tipo de terceirização no serviço público, pois nós lutamos também pela qualidade do serviço público e toda atividade que atende o público deve ser para o servidor concursado.

Outra coisa – claro que todos sabem e é evidente, mas em que ser apontada e me parece que não foi abordada aqui – é que a terceirização do serviço público é a principal porta da corrupção, é a principal porta da corrupção no serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lineu, eu quase não tenho falado. Vocês sabem que eu tenho deixado mais a turma falar, mas quero pegar um gancho na sua fala, porque há essa disputa no movimento sindical, que é natural, e a Força Sindical teria uma posição diferente. Um dos líderes da Força Sindical lá do Rio Grande do Sul está distribuindo o seguinte material: "Corrupção é coisa de ladrão. Terceirização, corrupção são coisas de ladrão." Da base da Força Sindical: "Terceirização = corrupção, coisa de ladrão". Só para fortalecer este momento de mostrar que a base, mesmo daqueles que têm uma posição diferenciada da ampla maioria, tem uma opinião muito clara e sabe muito bem o que é a terceirização. O Paraná também, a mesma coisa.

O SR. LINEU NEVES MAZZANO – O.k. Obrigado. Parabéns a esse companheiro que está fazendo esse trabalho, porque está junto nessa luta. Nós sabemos – está mais do que comprovado – que a terceirização no serviço público é a principal porta da corrupção. Teria até detalhes para citar, inclusive de pessoas que estão dentro da Administração Pública ou que estão dentro do Parlamento que fazem suas articulações por dentro para terceirizar serviços importantes mediante suas próprias empresas.

Por isso nós somos radicalmente contra a terceirização do serviço público.

Agora, eu queria, até para encerrar, para ser rápido, colocar o seguinte, Senador Paim: nós estamos enfrentando um momento muito crítico. Não é só o projeto da terceirização que está vindo precarizar, tirando direitos. Vejamos as duas Medidas Provisórias 664 e 665. E daí? Quando, há poucos dias, alguns partidos da Base do Governo votaram contra a 665, dali a meia hora, já estava na imprensa que a Presidente da República já estava retaliando aqueles partidos, tirando cargos daqueles partidos! Como ontem, trabalhou-se atendendo à negociação com os partidos, na distribuição no loteamento da Administração Pública para que se votasse a favor, também, da 664!

Então, vejam: a situação, para nós, é, realmente, de muita tensão, porque, em alguns momentos, parece que estamos tendo apoio, mas quando se vira para o outro lado, quem está nos apoiando está nos batendo...

Que sistema é esse que, nós da classe trabalhadora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto, Lineu.

O SR. LINEU NEVES MAZZANO – ...estamos subordinados, onde se trabalha com o comando, com o mando do poder capitalista, como sabemos que já estão dentro da Casa, inclusive com espiões dentro da nossa fala, desta audiência, para ver qual a sua estratégia e chegar lá e encurralar esse e aquele outro Senador no debate do projeto de terceirização.

Então, quero parabenizar todos que aqui vieram. Parabenizar o Senador Paim, na Presidência desta Comissão, que, em todos os sentidos, que é de interesse da classe trabalhadora e social, ele tem estado presente, como disse aqui, podendo ficar até sem almoço.

Quero parabenizar todos aqueles que nos apoiam. E como falou o nosso Presidente Calixto, presidente da nossa Central, nós precisamos estar juntos em todas as deliberações que foram e estão sendo tomadas, para que a classe trabalhadora vá para as ruas e, realmente, mostre a sua força, para que este Congresso Nacional, especialmente o Senado, passe a respeitar, pelo menos um pouco mais, os trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Agradeço ao querido companheiro, Senador Paulo Paim, em nome do qual saúdo toda a Mesa e essa corajosa e resistente audiência.

Primeiro, estou em um desafio aqui. Os senhores já ouviram tudo que tinham que ouvir sobre terceirização. Então, neste momento, eu me sinto mais ou menos como o oitavo marido de Elizabeth Taylor na noite de núpcias. Assim como ele, vou tentar trazer alguma novidade para cá.

Primeiro, eu falo em nome da Alal (Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas), destaco, também o trabalho que a Advocacia Trabalhista tem feito por meio da Abrat (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas) e da Comissão de Direito Sindical da OAB, o Dr. Bruno já falou aqui. Quero destacar também que o Projeto 4.430, Senador, não é mais sobre terceirização. Aquilo que os empresários diziam que "a gente quer se concentrar na nossa atividade principal e terceirizar aquilo que a gente não tem expertise" não é verdade; eles querem terceirizar tudo. Então, virou outra coisa, virou o PL do aluguel de pessoas. E isso! É isso!

Qual é a síntese do projeto? O trabalhador é uma mercadoria. O fazendeiro tem lá suas vacas, tem seus arados e tem alguns trabalhadores que ele descarta quando não quer mais, joga fora, aluga, manda embora e passa para frente. O projeto permite quarteirizar, permite que uma empresa não tenha funcionários.

Eu trouxe aqui dois objetos que sintetizam o que é o projeto. Primeiro, uma laranja. O projeto vai criar uma grande indústria de laranjas no Brasil; transformar os trabalhadores nessas mercadorias que eu falei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Lineu.

Eu quero passar a palavra, inclusive eu tinha passado por ele e me confundi. Ele veio aqui, gentilmente, e disse: "Olha, Paim, esqueceram meu nome, eu acho". E, realmente, eu tinha passado aqui e sinalizado como se ele já tivesse falado.

Trata-se do Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, Maximiliano Nagl Garcez. Está com ele a palavra agora por cinco minutos. Eu agradeço a ele a tranquilidade e a paciência. (*Palmas.*)

O projeto permite que, em 12 meses, o trabalhador ou o parente do empresário que sair possa criar uma terceirizada, para chegar o cara de pau do projeto.

O outro objeto é um gato. Infelizmente, os meus filhos tinham muitos dinossauros em casa e o único gatinho que tinha era esse aqui, um pequenininho. O projeto vai criar uma legião de gatos, comendo o salário dos trabalhadores, intermediando as relações. vai acontecer como na Colômbia. Estive num congresso da Alal, no ano passado, em Medellín, e lá nossos colegas advogados contaram que 80% da força de trabalho da Colômbia é formada por terceirizados ou quarteirizados e você entra com uma ação trabalhista e demora-se anos para se descobrir quem é o real empregador, porque é uma cadeia de gatos e laranjas e você não descobre mais.

O projeto também é uma reforma política.

Vou contar uma história. Em 1981, havia um sindicalista corajoso, combativo, que era presidente dos metalúrgicos de Canoas que implementou uma série de mudanças, enfrentou o empresariado e democratizou as relações. Se nós tivéssemos lá em 1981 o PL 4.330, esse sindicalista não teria virado o Senador Paulo Paim, guerreiro da classe trabalhadora... (*Palmas.*)

Por quê? Porque o empresariado de Canoas poderia dizer que esse Paim é radical, está dando trabalho, temos a lei da terceirização. Basta terceirizar todas as atividades para um sindicato laranja nosso amigo, laranja uma cor bem adequada, inclusive...

Por que, Senador? Nós confiamos plenamente no seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O que está em cima da mesa é uma laranja?

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Por sinal é a cor da central que está defendendo o projeto. (*Palmas.*)

Por isso a reforma política. Você impede que a classe trabalhadora avance, se politize e entre no Parlamento, junto com o financiamento privado das campanhas, o fim das quotas sociais e a redução da maioridade penal. Tudo isso é exatamente para atingir o povo brasileiro e impedir que a classe trabalhadora avance de qualquer maneira. Todas são pautas que o Senador Paim sempre está à frente. Quero agradecer o companheiro.

Lembro que, em 2012, o Senador Paim me convidou para uma audiência pública da CDH sobre terceirização e um empresário defendeu a terceirização como a melhor coisa do mundo. Falei logo depois dele e citei uma música do Cazuza, dizendo que as suas ideias não correspondem aos fatos.

Naquela vez, fiquei com pudor de cantar o resto da música, mas acho que o momento cabe: "a sua piscina está cheia de ratos". A piscina da terceirização está completamente cheia de ratos. (*Palmas.*)

A terceirização é porta de entrada, é uma droga que é porta de entrada para todas as drogas do mundo do trabalho, para o trabalho infantil, para o trabalho degradante, para o trabalho escravo. Uma grande empresa quando quer cometer um desses crimes não faz diretamente. A Zara não faz isso diretamente, a Coca-Cola não faz isso diretamente, a Odebrecht não faz isso diretamente, a Globo não faz isso diretamente. O que elas fazem? Ela pega um laranja, pega um gato, pega um pejotizado e deixa para ele fazer essas barbaridades todas. O que gera? Gera um país em frangalhos. Tudo o que vemos de pior de acidentes acontecendo no Brasil hoje quase sempre tem terceirizados. É uma plataforma petrolífera que tem acidente grave e trabalhadores morrem, terceirização; bueiros explodindo no Rio de Janeiro da Light, terceirização; Zara; problemas no setor elétrico, todos envolvem a terceirização.

É isso que queremos? Um país de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto para concluir.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ...primeira com emprego de terceira? Vou citar uma frase do José Simão que resume muito bem: "Terceirização é quando um trabalhador vai para a terceira divisão". É bem isso que o projeto pretende.

Também queria fazer um apelo ao Senador Paim, que aceitou, com muito carinho, a proposta do fórum que o Vagner entregou de regulamentar e cogitou de fazer o substitutivo. O nosso apelo, Senador Paim, é que a CDH e o Senado rejeitem o projeto, faça um projeto novo que venha tratar dos 12 milhões... (*Palmas.*)

Agora, se o Senado fizer uma versão excelente do projeto, vai ter sido aprovado de qualquer maneira e vai voltar à Câmara, que vai ter a primazia de escolher entre a versão da Câmara e a do Senado – o Presidente Eduardo Cunha já disse que vai fazer, que vai desconsiderar o que vier do Senado, vai aprovar a da Câmara. Ou seja, seria uma vitória de Pirro.

Então, nós clamamos que o Senado rejeite o projeto, enterre essa desgraça, para que a gente consiga começar do zero essa história, de uma maneira respeitosa com os trabalhadores, e declarar que, o Fórum e Alal, nós não somos contra os terceirizados, somos a favor deles, queremos que eles tenham uma vida decente. Nós somos contra a terceirização precarizante que é feita hoje no Brasil.

Finalmente, eu queria, de novo usando o José Simão, dar o recado para os Deputados que votaram a favor do PL 4.330, aos sindicalistas laranja que os defenderam e aos Senadores que porventura venham a votar nele. O recado é o seguinte: meus votos é que você nunca mais tenha votos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não. Com certeza. Deixaremos os oradores concluírem e, em seguida, atenderei V. Exª.

(Manifestação da plateia.)

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Dr. Maximiliano, Diretor da Associação Latino-Americana de Advogados Laboristas.

Passamos a palavra agora ao Moacyr Tesch, Presidente da Contratuh (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade).

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AVERSVALD – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Senador Paulo Paim, os dirigentes sindicais aqui presentes, na pessoa do Presidente da Nova Central Sindical, José Calixto Ramos, as mulheres presentes, a nossa companheira Rosa, representando os fiscais do Ministério do Trabalho. Eu gostaria de perguntar se está no ponto o vídeo que eu havia preparado. O.k.? São vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você me disse que eram dois minutos.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AVERSVALD – É essa a mensagem que nós, da Contratuh, da Nova Central, das Confederações que fazem parte dos sindicatos, estamos passando a todos os nossos dirigentes sindicais, ao nosso sindicato, para que a gente possa fazer um encaminhamento dentro do Congresso.

Meus companheiros e companheiras, eu me sinto mais ou menos como um marisco, entre a pedra e a água, os dois batendo violentamente na gente. A gente não sabe o que fazer, porque, quando a gente recorre ao Governo, recebe as Medidas Provisórias 664 e 665; quando a gente recorre ao Congresso Nacional, por parte da Câmara, recebe o 4.330; quando a gente vai para o nosso Estado, o meu Paraná, a gente recebe bomba, cavalo, tiro e massacre. Graças a Deus que nós estamos numa Casa, aqui no Senado, onde a democracia está reinando, Senador. Graças a Deus que temos V. Exª aqui para defender nossos trabalhadores. (*Palmas.*)

Senador, eu vou voltar um pouquinho atrás, lá para o ano de...

(Interrupção do som.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AVERSVALD – ...época em que V. Exª se dispôs a ser constituinte. Foi longa a sua caminhada e muitas questões que hoje nós temos na CLT, na Constituição Federal, passaram por suas mãos.

Mas a nossa atividade, a nossa amizade, o nosso intercâmbio começou quando da discussão do art. 618, ocasião em que, mais uma vez, os trabalhadores não tiveram a oportunidade de entrar na Câmara e V. Exª fazia o contato entre o que estava sendo discutido na Câmara e conosco ali fora, no pátio, na frente do Anexo II.

Naquela oportunidade, talvez a grande vitória dos trabalhadores foi perdermos na Câmara o 618, porque nós perdemos o 618 na Câmara e V. Exª, em uma atitude de desespero, posso dizer, em defesa dos trabalhadores, destacou algumas folhas da Constituição e se comprometeu conosco, os trabalhadores, que viria nesta Casa defender o 618. E aqui está.

E, mais uma vez, nós, os trabalhadores, estamos dependendo novamente de V. Exª, dos seus pares e da sua convicção, do seu prestígio para derrubar o 4330. Hoje, nós todos que estamos aqui devemos e muito ao Senador Paim. A questão da Lei Áurea ontem, parece-me que até foi proposital... mas através do Deputado Arnaldo Faria de Sá, ontem mais uma vez, nós conseguimos derrubar o fator previdenciário. (*Palmas.*)

Eu tenho absoluta certeza, Senador, de que, nessa convivência, nesses anos todos que V. Exª tem participado desta Casa e da outra, vizinha, o senhor tem sido cobrado em inúmeras coisas. Mas eu duvido, e faço um jogo com quem quiser, que o senhor nunca foi cobrado tanto pelo fator previdenciário, sendo que V. Exª já fez a sua parte.

Esta Casa fez a sua parte e mandou para lá em 2008. E, após sete anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sete anos atrás, eu aprovei o fim do fator no Senado, por unanimidade, e mandei para a Câmara.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AVERSVALD – Aqui, por unanimidade. E, há sete anos, está na Câmara a discussão do fator. Coisas interessantes, porque com 43 ficou 11 e, de repente, em três meses foi aprovado e já está aqui de volta na Câmara.

Senador, nós estamos falando também aqui da questão da Lei Áurea. Nós estamos falando aqui também de algumas situações que a gente pensa que já passaram, mas é tão vergonhoso a gente ter uma lei no Brasil, que está sendo discutida há anos e anos aqui, sobre o fim do trabalho escravo.

Quando a gente discute uma lei que determina o fim do trabalho escravo, está reconhecendo que aqui há escravidão. E vou pegar três exemplos bem rápidos. Os trabalhadores do McDonald's, que trabalham efetivamente de forma similar aos escravos. Graças ao Ministério Público, que tem dado uma força muito grande, nós estamos eliminando esse processo.

Os companheiros da área de vestuários, que digam os nossos companheiros que vêm da Nigéria, da Colômbia, o trabalho de semiescravos que eles têm passado em São Paulo e outras regiões. Sem falar dos nossos companheiros dos frigoríficos, que também têm passado por um arado muito difícil nessa situação.

Nós temos, nos dias de hoje, uma situação tão terrível, que nem desenho animado aceita a terceirização. Alguns companheiros assistiram ao Simpsons, um episódio em que eles estão discutindo a terceirização e dizem que a terceirização não é um bom negócio para eles. Se para desenho animado não serve, imagine para nós, trabalhadores.

Senador, esses dias atrás eu tive a felicidade de ir aos Estados Unidos representar a nossa Confederação e discutir a questão do McDonald's, para levar a experiência que nós estamos tendo com o McDonald's no Brasil lá nos Estados Unidos porque lá eles não têm sindicato, não têm proteção nenhuma.

E uma coisa me deixou desesperado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Moacyr Tesch.

Eu vou dar a palavra aqui, rapidamente, para o Luís Carlos Paes de Castro. Por quê? Ele propôs um encaminhamento, que achei muito adequado, e, até por princípio meu, quando a proposta chega, gosto sempre de citar o autor, tanto que digo sempre que foi um senhor do Rio de Janeiro que me mandou o Estatuto do Idoso, que é de minha autoria. Ele já faleceu. Nós vamos fazer uma homenagem à família dele aqui no Senado.

O Luís Carlos Paes de Castro, Diretor do Sinal, veio ao meu ouvido e me cochichou uma proposta interessante, que gostaria que ele expressasse. Depois, vou para o encaminhamento, sem prejuízo daqueles que estão inscritos.

Por favor, Luís Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você tem mais um minuto, Moacyr.

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – Boa tarde a todos. Senador Paim, é um prazer estar aqui com o senhor, com todos os demais companheiros que aqui já falaram e com os que estão presentes no plenário.

Não vou repetir aqui o que já foi dito sobre os malefícios da terceirização. Acho que isso já está bastante claro para todos nós. Temos a necessidade de viabilizar o enterro desse projeto aqui nesta Casa, o Senado da República. Para isso, companheiros, é preciso uma grande mobilização dos trabalhadores e dos que são sensíveis a essa causa em todo o Brasil.

A minha proposta é bem simples e muito concreta. Senador Paulo Paim, como Relator do projeto na Casa, com o nosso apoio, poderia encaminhar a realização, na medida em que o Senado representa o conjunto dos Estados brasileiros, de atos como este, audiências públicas, em cada uma das unidades da Federação, para que tivéssemos em todos os Estados, nas assembleias legislativas, os companheiros, os Juízes do Trabalho... A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados) tem representantes em todos os Estados.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AVERSVALD – Quando eu cheguei ao Brasil, quem recebeu meu passaporte foi uma pessoa terceirizada. Daí eu perguntei a ela: você é agente federal ou é terceirizada? "Nós todos aqui somos terceirizados." Como temos a condição de terceirizar o serviço da entrada no Brasil da Polícia Federal? Se nós terceirizamos essa questão, que é de segurança nacional, imaginem como está sendo feito em outras situações!

Portanto, nós não podemos nos dispersar, companheiros. Nós temos aqui grandes exemplos: dos 27 Ministros do TST, 19 assinaram um documento criticando e condenando a terceirização. Nós temos a Ordem dos Advogados firmando documentos. Nós temos o Ministério Público firmando o documento contra a terceirização. Nós temos a Anamatra firmando documento contra a terceirização. Como temos condição de ter alguma central sindical, algum sindicato defendendo a terceirização? Nós não podemos, de jeito nenhum, aceitar esse tipo de coisa, porque temos absoluta certeza e convicção de que essa história da terceirização é mais ou menos parecida com o veneno que compramos para matar formiga. Ele é saboroso, cheiroso, tem tudo de bom de que a formiga necessita; a formiga leva para dentro de casa e, na primeira oportunidade de chuva, o veneno mata toda a sua família.

Essa terceirização, que estão querendo vender para nós como sendo a salvação do emprego, a legalização de quem não está afastado do meio do trabalho, é o veneninho da formiga que estamos levando para dentro da nossa entidade, para dentro da nossa casa, para acabar com os nossos empregos e nossas garantias.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Os Procuradores do Trabalho, a Academia, as centrais sindicais, enfim, que a gente repita o que aconteceu aqui nas 27 unidades da Federação, como uma forma de contribuir para essa mobilização e para a denúncia do caráter retrógrado desse projeto.

Vamos criando, então, uma grande força em todo o Brasil para ajudar que os nossos Senadores possam enfiar sete palmos abaixo da terra esse maldito projeto.

Era essa a proposta que eu tinha feito ao Senador Paim e que ele pediu para que eu, de viva voz, trouxesse, aqui, para vocês, para que a gente desse continuidade, não só aqui em Brasília, mas em cada uma das unidades da Federação, a essa luta.

Já temos o dia 29, Dia Nacional de Mobilização e de Luta, mas eu acho que seria importante que a gente realizasse, em cada uma das unidades da Federação, esse debate nas Assembleias Legislativas, como uma representação do que aconteceu aqui, em cada capital do Brasil.

E, encerrando, companheiros, eu queria dizer, também, que a aprovação desse PL na Câmara dos Deputados está muito relacionada com a forma como acontecem as eleições no Brasil hoje em dia. E há um outro projeto, aliás, são vários projetos que tratam desse mesmo tema, que é a reforma política, e, a meu ver, o conjunto dos trabalhadores brasileiros precisam assumir, também, a defesa de uma reforma política democrática, e que tenha como um dos eixos principais dessa reforma política o fim do financiamento de empresas às campanhas eleitorais...

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – ... que é um instrumento que desvirtua o processo democrático, em primeiro lugar, e, num segundo momento, transforma os Parlamentos e os Poderes Executivos em todos níveis em presa fácil dos financiadores, e, por isso, eles aprovam projetos dessa natureza nas Casas Legislativas do Brasil.

Contra o PLC nº 30, de 2015! Por uma reforma política democrática, que ponha fim ao financiamento das empresas nos processos eleitorais brasileiros!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós vamos descentralizar o debate aqui, de Brasília para os Estados. Eu me comprometo, como Relator na CDH, a ir a todos os Estados. Quem vai organizar o evento serão o fórum, as centrais e as confederações.

E esse é o momento, pessoal, eu tenho certeza de que vocês estão entendendo, de unidade total. Nós não podemos nos dividir. Sei que há uma certa, não digo nem divisão, mas uma visão diferente, às vezes, de tocar a luta do nosso povo. Agora, nesse caso, é tão grave – é tão grave – que, veja bem, o rótulo que nós estamos dando: terceirização significa a volta da escravidão.

Nós, como abolicionistas que somos, brancos e negros, temos obrigação de fazer esse combate; e eu me proponho, no mínimo uma vez por semana, a estar nos Estados, ou a até fazer em dois Estados num final de semana, se for o caso, pegando de sexta a segunda, de preferência na Assembleia Legislativa. Mas, se a Assembleia em algum Estado se negar a dar o espaço, nós já sabemos que o próprio Ministério do Trabalho, via Delegacia do Trabalho, tem um espaço – pelo menos no Rio Grande do Sul tem, poderíamos até fazer lá – ou até na sede de uma central ou de uma confederação, sem nenhum problema de disputa de beleza. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Luis Carlos Paes de Castro.

Eu vou, já, fazer esse encaminhamento, pessoal. Eu já conversei aqui com o Fórum contra a Terceirização, já falei com algumas centrais, já falei com as confederações representadas aqui na mesa, e todos concordam: nós vamos aprovar o requerimento, na próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos, e vamos fazer uma audiência pública, que a gente chama também de comissão geral, em cada Estado, em todos os Estados.

Por que eu achei importante a proposta? Porque os Deputados e Senadores de cada Estado vão ser, inclusive, convidados a estarem lá e colocarem a sua posição contra a terceirização ou a favor dela. (*Palmas.*)

Desde que o espaço seja central e permita também a cobertura da imprensa. Acho que a principal decisão que tomamos nesta audiência pública, primeiro, como é urgente, vamos nos reunir amanhã à tarde, às 13h, com o Fórum contra a Terceirização, com as confederações centrais que puderem, e já vamos organizar um calendário para podermos ir a todos os Estados. O Estado mais distante vai receber uma delegação de homens e mulheres que não querem a volta da escravidão. (*Palmas.*)

(Intervenção fora do microfone.)

Vamos a Pernambuco! A todos os Estados nós iremos.

E mais, o pessoal também propôs, e vou dar o encaminhamento, que façamos uma cartilha de responsabilidade dessa frente ampla, do Fórum contra Terceirização e com a participação desta Comissão de Direitos Humanos. Vamos fazer essa cartilha e vamos assinar embaixo. Assinamos, pois não temos medo de assumir as responsabilidades. E faremos com que sejam reproduzidas em milhões em todo o País para que cheguem às mãos de cada trabalhador e cada trabalhadora.

Continuando a lista de oradores. Eu vou pedir, sempre que possível, que cada um use a palavra... Me pediram que fosse por três minutos, mas ainda temos 16 pessoas que querem usar a palavra. Assim, se cada um usar a palavra por três minutos, nós vamos bem. Portanto, três minutos para cada um, tudo bem?

Sebastião, sobrou para ti o primeiro dos três minutos. Vai lá.

O Sebastião, além de ser dirigente da Nova Central, é também da CSPB. Ele está seguidamente neste Parlamento colaborando com este bom combate em defesa do nosso povo. E é do Fórum também.

O SR. SEBASTIÃO SOARES – Pois não, pessoal. É só para cumprimentar.

Tudo já foi dito. Acho que a questão agora é colocar nossa luta na rua, a proposta das audiências nas Assembleias Legislativas é interessante. O Flauzino até falava que não vamos terceirizar as manifestações. Nós mesmos vamos levar as manifestações por todo o País.

Mas queria fazer um agradecimento ao ex-Deputado Sandro Mabel, que foi autor do PL da terceirização, o PL nº 4.330. O Sandro Mabel conseguiu, neste momento, fazer algo que para nós estava difícil, ou seja, uniu o movimento sindical. Acho que com exceção de um ou outro dirigente que não tem a compreensão da gravidade ou que talvez se dedique mais à construção dos seus interesses pessoais do que a construção das necessidades produtivas da classe trabalhadora, a não ser esses, o conjunto do movimento sindical está unido, as bases estão unidas para fazer este combate.

Então, nesse sentido, o ex-Deputado Sandro Mabel nos deu essa colaboração. E nós podemos dizer que com essa unidade, com essa firmeza, o PL nº 4.330 não passará. E vamos dizer para todo o Brasil não à terceirização. Terceirização é coisa de ladrão, é escravidão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o nosso querido líder Sebastião Soares, da Nova Central e da CSPB, que ficou nos três minutos.

Por favor, ele tem problema de voo agora. Francisco, o de vermelho ali, vem cá e, por favor, fale principalmente do dia 29, que considero importante, mas seja bem breve.

O SR. RICARDO SARAIVA BIG – Serei bem breve. É mais um aviso.

Nós, da Baixada Santista, fizemos ontem inclusive uma reunião com todas as centrais. Não estava presente a CGTB, mas conversei com o companheiro e ele também vai participar. Nós estamos organizando um grande dia 29, contra a PL nº 4.330. Todas as centrais sindicais estão nesta luta e vamos paralisar a Baixada, vamos parar a circulação de mercadorias, as fábricas e vamos travar toda a Baixada Santista.

Podem contar: no dia 29, rumo à greve geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Ricardo fortaleceu que no dia 29 haverá um grande movimento em nível nacional contra a terceirização, inclusive com greve geral dentro do possível.

Vamos lá, pessoal.

Francisco Batista Viana, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas. (*Pausa.*)

Francisco já falou, então.

Sr. Luís Carlos Paes de Castro. Já falou.

Sr. Everson Feuser, Diretor Parlamentar da FenaPRF (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais).

Por três minutos, por favor.

O SR. EVERSON FEUSER – Pois não.

Muito boa tarde. Primeiramente, quero cumprimentar o Senador Paim, parabenizá-lo pela realização desta tão importante audiência pública.

Eu vou me limitar a falar um pouco do perigo e do risco da terceirização com relação ao serviço público federal.

Eu sou representante da classe dos policiais rodoviários federais e fiz questão de permanecer até o final, Senador, por julgar importante esta audiência pública. E dizer, além daquilo tudo que foi dito aqui, do vasto conhecimento técnico que nos foi passado aqui hoje, eu faço uma comparação nesse sentido da terceirização à distribuição de um pedaço de pão. No momento em que nós dividimos um pão para duas pessoas, cada um vai ficar com uma fatia. No momento em que nós dividimos o pão para três pessoas, certamente as fatias diminuirão. Certamente, não é o trabalhador que vai ficar com o mesmo pedaço desse pão. A ele certamente será dado um pedaço menor. Então, esta é uma grande preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Everson, que colocou, de forma muito precisa e rápida, todos os prejuízos da terceirização para o nosso povo.

Thiago Ribeiro, Secretário-Geral do Sintel (Sindicato dos Trabalhadores da Telecomunicação).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só as migalhas.

O SR. EVERSON FEUSER – Só as migalhas restarão ao trabalhador. Então, é uma grande preocupação que nós temos.

A outra comparação que eu faço: tudo que eu faço na minha vida faço pensando naqueles que eu vou deixar para o mundo, os meus filhos. Eu, de maneira alguma, gostaria que um filho meu fosse um trabalhador

terceirizado, sabendo que ele poderia muito bem trabalhar direto para o empregador. Então, pensando nisso, de maneira alguma, nós podemos ver a terceirização com bons olhos. (*Palmas.*)

Além disso, eu queria dizer também que tenho percorrido esta Casa há uns dois ou três anos. Esta Casa sempre defendeu que é a Casa do povo, que é a Casa que defende os interesses do povo. Como pode uma Casa que defende os interesses do povo estar totalmente contra aquilo que o povo quer, aquilo que o povo defende.

Então, Senador, mais uma vez, eu gostaria de dizer que a terceirização aos olhos da categoria dos policiais rodoviários federais é, sem sombra de dúvida, a precarização do serviço público e também do serviço em qualquer outro tipo de empresa. (*Pausa.*)

O Thiago já foi? Onde está o Thiago, pessoal?

Thiago, por favor, três minutos. Na sequência, Mara Rejane Webere, da Fenajufe, e Alexandre Caso.

Por favor, Thiago, com a palavra.

O SR. THIAGO RIBEIRO – Boa tarde a todos. Quero parabenizar o Senado por esta audiência pública. Ao contrário do que fizeram os Deputados, hoje está debatendo aqui com os trabalhadores e está abrindo também esse debate com a sociedade. Acho importante parabenizar por esta audiência hoje aqui.

É importante puxar essa discussão também para os telecentros, para os *call centers*. Hoje, a dificuldade que a gente tem tido é tamanha.

Eu vou pegar um pouquinho do perfil, rapidamente, para a gente ter alguns parâmetros e entender mais o que é a terceirização dos telecentros. A maioria desses trabalhadores, 68%, tem de 18 a 30 anos. Então, estamos falando de uma massa de trabalhadores extremamente jovem. Estamos falando também que, desses trabalhadores, 73% são mulheres.

E esses trabalhadores sofrem com assédio moral, assédio sexual, em sua grande maioria.

Nesses *call centers* também, os benefícios são extremamente baixos. Alguns *call centers*, telecentros, utilizam um critério de proporcionalidade, que colocam na cabeça deles, e aplicam o salário abaixo do mínimo. Essa é a condição que vemos ser praticada na terceirização. Isso já existe. Eu sou trabalhador terceirizado e vemos qual é a dificuldade que acontece na categoria.

Estão querendo tratar o trabalho como coisa. É isso o que estamos vendo. Estão querendo tratar como coisa e não tratar os trabalhadores de forma humana. Hoje, se você pegar a Oi, a TIM, a Claro e perguntar quantos trabalhadores terceirizados elas têm, elas não vão saber responder, porque elas contratam serviço. Elas não contratam os trabalhadores. Falam: "Oh, estou precisando desse serviço aqui e tal". Quando você olha lá, ela não sabe nem dizer quantos trabalhadores terceirizados tem. E estão diminuindo, demitindo, cada vez mais, os trabalhadores que não estão terceirizados.

Assim, para deixar rapidamente, esse é o recado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Thiago. O Thiago deu um exemplo claro. Foi muito bem, Tiago.

Mara Rejane, que é da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Mara, que falou pela Fenajufe.

Alexandre Caso, da Intersindical.

O Alexandre já falou se eu não me engano. (*Palmas.*)

O SR. ALEXANDRE CASO – Boa tarde, Senador. Na pessoa do Senador Paim, eu cumprimento toda a Mesa, todos os presentes, aqueles que nos assistem de casa.

Inicialmente, eu queria elogiar esta Casa pelo comportamento, porque vemos a diferença de tratamento do Senado e da Câmara para com os trabalhadores.

O SR. MARA REJANE WEBERE – Boa tarde aos companheiros e companheiras que permanecem aqui. Cumprimento a Mesa.

Nós, os trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário Federal, que representa também os trabalhadores da Justiça do Trabalho, não podemos deixar de nos posicionar e de fazer parte dessa luta, porque entendemos que o projeto de terceirização é um retrocesso civilizatório. Não estamos apenas fazendo a discussão em relação ao mundo do trabalho, às relações de trabalho.

Essa onda conservadora que vem tomando o País também trouxe uma unidade para a classe trabalhadora. E o recado aqui, óbvio, pelo adiantado da hora, é justamente este: que nós vamos construir, na rua, no dia 29, o movimento para enterrar esse projeto.

Desta Casa, queremos a rejeição do projeto. Se for para regulamentar qualquer área de terceirização, é para ter salário igual, é para ter representação do sindicato que congrega os trabalhadores da área fim e é para realmente não tornar a terceirização esse produto de mais lucro e exploração dos trabalhadores.

Então, os trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário Federal estão presentes nesta luta. Vamos ser parceiros também na construção das audiências públicas nos Estados, que eu acho que é uma iniciativa importan-

te, que coloca os nossos Parlamentares, Senadores e Deputados, frente a frente com o seu eleitorado, porque nós vamos cobrar deles. E quem traiu os trabalhadores e votou nesta proposta não vai receber, espero, nunca mais, um voto da classe trabalhadora.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. ALEXANDRE CASO – Não falei, não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Alexandre vai falar agora. Está correto. (*Palmas.*)

Na Câmara, o monarca, o ditador, Presidente Eduardo Cunha, infelizmente, nos tratou como cachorros. Enquanto o Skaf tomava água gelada e entrava com segurança dentro da Câmara, nós apanhávamos do lado de fora, violentamente; companheiros nossos saíram muito machucados, ou seja, não se respeitou a classe trabalhadora, não se respeitou a sociedade brasileira.

Eu quero dizer que o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, teve apoio de muitos Parlamentares, porque houve 230 votos favoráveis ao projeto na última votação. Isso também significou um recuo de muitos Parlamentares quando viram a repercussão da aprovação do projeto.

Na noite da aprovação do projeto, no mérito, a Globo soltou uma matéria de aproximadamente sete minutos, dando voz apenas a aqueles que defendiam, mas não dando voz aos trabalhadores. Mas ela nos fez um favor, porque, até então, a gente fazia o debate da terceirização sem que as pessoas conhecessem, e a partir daí a sociedade brasileira passou a ter conhecimento, mesmo sob a ótica do interesse do empresariado, e a gente conseguiu colocar o contraponto e dizer que terceirização não é boa.

E, lá na Câmara, os debates giraram em torno do conto da sereia, como diz aqui a Drª Magda. Eles dizem que terceirização gera emprego. Como terceirização pode gerar emprego? A lógica do capital é muito diferente da lógica que se afirma, por exemplo, nos debates que foram feitos na Câmara.

Por exemplo, se um trabalhador custa R$1.000 e ele passa a custar R$500, o empresário não vai contratar dois, ele vai enfiar R$500 no bolso e vai ralar esse trabalhador até ele adoecer, até acontecer o que pode acontecer de pior com o trabalhador.

E aí queria fazer uma queixa, também, com a mídia golpista, que chama apenas representantes de entidades patronais, aqueles que defendem o projeto de terceirização, e não chamam os trabalhadores para colocar o contraponto. Não chamam a academia para colocar o contraponto e a gente colocar os argumentos de que a terceirização, realmente, é um problema para a sociedade brasileira e representa um retrocesso social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE CASO – Para concluir, Senador, eu queria dizer o seguinte, a gente têm ouvido, no debate, de alguns Parlamentares inescrupulosos dizendo que esse debate, as centrais estão fazendo em razão delas estarem de olho no dinheiro do trabalhador, preocupados na representação para abocanhar o dinheiro do trabalhador.

Eu quero dizer que as centrais sindicais, o movimento sindical está aqui hoje debatendo e defendendo o direito do trabalhador. Quem está preocupado com o dinheiro são aqueles Parlamentares que sobrevivem do financiamento privado de suas campanhas e que tratam esses grandes grupos econômicos como verdadeiros patrões, recebendo ordens e defendendo seus interesses.

Quem está aqui para defender os interesses da classe trabalhadora é o movimento sindical, é o movimento social, é a sociedade organizada, estão todos de parabéns. Eu quero deixar um abraço da Intersindical, vamos à luta. Não à terceirização. Vamos vencer essa direita golpista. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Alexandre Caso, que falou em nome, também, da Intersindical.

Luís Antônio de Araújo, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais.

Mario Jorge dos Santos Filho, Diretor de Assunto Legislativo da CNTS (Confederação dos Trabalhadores na Saúde).

O SR. MARIO JORGE DOS SANTOS FILHO – Boa tarde a todos e a todas, eu quero, em nome da CNTS, agradecer ao Senado por essa oportunidade, onde os trabalhadores estão expondo as suas necessidades e as suas preocupações.

E não poderíamos deixar de registrar que a saúde precisa ser, também, evidenciada. Por quê? Porque a terceirização, também, está atingindo a saúde. Os trabalhadores da saúde, hoje, encontram-se doentes, depressivos, com óbitos. E a terceirização, já existente no setor saúde, não só no setor saúde privado, mas na saúde pública principalmente, está prejudicando enormemente a ação dos trabalhadores, o melhor desenvolvimento, comprometendo a assistência ao paciente, o que é mais grave. Porque nós não lidamos com retífica, nós lidamos com vida, em que um erro pode ser fatal. Aí é diferente de uma retífica, que faz o reparo e o carro volta a circular normal.

Portanto, o que nós queremos aqui, Senador, Senadores, é que esse projeto seja rejeitado e que passemos a trabalhar. Se for para fazer terceirização, que faça uma terceirização bastante democrática, como o senhor bem propôs, discutida com todos segmentos, com todos os Estados da Federação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Mario Jorge dos Santos Filho, Diretor da CNTS (Confederação dos Trabalhadores na Saúde), que mostrou aqui a sua preocupação e de todos nós de que até a saúde vai ser toda terceirizada. Pega um administrador do hospital e terceiriza tudo. De quem fica a responsabilidade, como ele disse muito bem, com as vidas? Muito bem lembrado.

João de Moura Neto.

Gilnei Porto Azambuja. Está aí o Gilnei?

João de Moura Neto, Presidente da Fitratelp (Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações).

O SR. JOÃO DE MOURA NETO – Eu sugiro que o estudo de caso, pela importância do trabalhado de telecomunicações, seja considerado, para que todos nós tenhamos um exemplo real de como não se deve fazer a terceirização com a precarização e com a escravização dos trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO DE MOURA NETO – Boa tarde, Senador Paim, boa tarde a todos que estão aqui presentes, Parlamentares, dirigentes sindicais, todos que fazem parte dessa luta.

Senador, nós somos profundamente agradecidos ao seu empenho na regularização da nossa federação, nós que somos a Fitratelp, a Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações da CUT.

Aqui muito foi dito, Senador, em todas as estatísticas que foram colocadas, nós nos enxergamos nessas estatísticas. Na realidade, apesar de praticamente tudo haver sido falado, mas a nossa experiência de telecomunicações merece um destaque, porque, desde a privatização em 1998, praticamente todas as atividades de telecomunicações são terceirizadas, desde o atendimento, ou desde a venda de serviços e o atendimento de terceirizado, através de *call center*, a manutenção da planta externa e a manutenção da planta interna são totalmente terceirizados. E em todo esse retrato de exploração que está colocado aí, ainda falta alguma informação, que é principalmente a transferência do ônus do negócio aos trabalhadores.

A maior parte dos trabalhadores da rede, Senador, tem carro próprio e há uma diferença muito grande entre as condições do aluguel que o trabalhador presta para empresa e as condições do aluguel que é contratado entre uma empresa que faz a locação e essa empresa terceirizada. A ônus da manutenção e todo o risco de vida é atribuído ao trabalhador de telecomunicações da parte de rede externa e também da parte da planta interna. Então, esses trabalhadores que foram retratados aqui na estatística que estão morrendo são os trabalhadores de telecomunicações terceirizados.

Quero colocar, também, Senador, que é uma barbaridade o que tem acontecido nos *call center*, companheiro Thiago, que me antecedeu, falou muito bem a respeito, mas o tempo não permitiu que ele estendesse um pouco mais, mas eu quero dizer que é uma barbaridade o que está acontecendo no serviço de *call center.* É uma verdadeira escravidão. O serviço já é terceirizado e, se esse PL for aprovado da forma que está, ele vai permitir que o próprio *call center*, o empregador de c*all cente*r terceirize a atividade que interessa a ele, principalmente a do teleoperador. E hoje é o maior nível de adoecimento em doenças do trabalho, é o maior índice de demissão por justa causa, que até pontos que são assegurados na Constituição Federal e na CLT estão tornando a falta, por exemplo, como falta grave, como falta disciplinar e como motivo para demissão por justa causa.

Dessa população jovem, que foi colocada aqui pelo companheiro Thiago, e que faz com que esses trabalhadores, porque são obrigados a mentir pela péssima qualidade de serviço que é prestada pelas operadoras a serem demitidos se não mentirem, e isso cria um conflito também psicológico, que também foi colocado aqui desses trabalhadores, que não são acostumados a mentir, mas que são obrigados a mentir, porque, se não mentirem, serão demitidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. JOÃO DE MOURA NETO – Então, esse é o quadro que nós temos, Senador. O tempo está acabando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas foi muito bem. Pode concluir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. João de Moura Neto, que falou pela Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações, dando exemplos práticos do que já fazem os *call centers* e o que poderão fazer. Como ele disse muito bem, "quarteirizar", "quinteirizar" o serviço deles. .

O Gilnei se encontra ainda? Está aí o Gilnei, um parceirão meu, lá do Rio Grande. Eu ficaria muito chateado se você não tivesse esperado para falar.

Gilnei Porto Azambuja, Presidente do SINTTEL do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul.

O SR. GILNEI PORTO AZAMBUJA – Boa tarde a todas e a todos que já estão aqui nos assistindo e nos escutando. Quero aqui dizer que muito nos honra, a nós lá do Rio Grande do Sul, ter votado pela segunda vez nesse Senador que está aqui presente, e agora não só representando os trabalhadores e as trabalhadoras do Rio Grande do Sul, e, sim, todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Parabéns pela iniciativa!

E quero dizer que nós, trabalhadores em telecomunicações, podemos falar com muita propriedade o que é a terceirização, porque a gente vem sofrendo isso desde 1998, quando a Lei Geral das Telecomunicações disse que as atividades inerentes poderiam ser terceirizadas. E a gente discute até hoje isso na Justiça, justamente de 2010 para cá, que o Tribunal Superior do Trabalho começou a reconhecer que realmente não poderia terceirizar, eis que a Súmula nº 331 está acima da Lei Geral das Telecomunicações, vem esse famigerado 4.330 para derrubar a nossa tese. E é por isso que a gente vem aqui com muita vontade, muita luta.

E, por ironia do destino, Senador, o colega que me antecedeu, João de Moura Neto, que agradeceu o apoio para o nosso registro da Federação, estamos reunidos, os bandeirantes, com mais de dez Estados juntos, interrompemos nossa atividade, e vim aqui porque a luta... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Merece os nossos aplausos.

O SR. GILNEI PORTO AZAMBUJA – Então a gente, mais uma vez, agradece o apoio do Senador, e eu tenho certeza de que esta Casa não vai aprovar. E digo mais: se, por acaso, o Senado aprovar como está isso, a Dilma tem que vetar, e o companheiro Lula disse que ela vai vetar. Se ela não vetar, eu também quero dizer aqui bem alto que ela será também considerada traidora do povo brasileiro, e não vai acontecer isso.

Então eu deixo aqui o apoio.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Boa tarde à Mesa. Agradeço ao Senador Paulo Paim por essa oportunidade, às lideranças sindicais aqui presentes e aos guerreiros e guerreiras, trabalhadores e trabalhadoras que ainda estão aqui, neste plenário, para que a gente debata esse PLC nº 30, que, em nome da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, de cuja Executiva Nacional eu faço parte e da Presidência do Distrito Federal, requeremos a revogação total, plena e absoluta dessa PLC pelo Senado, porque a gente não concorda.

Desde que ela foi apresentada, em 2004, ainda nos debates que ocorriam na Câmara Federal, a gente vinha aqui para debater e pedir voto contrário. A gente nunca gostaria de que isso aqui tivesse chegado ao Senado. Então, já que chegou, do Senado não pode passar, e a gente tem aqui a grande dúvida de se a Dilma vai sancionar ainda isso ou não. Então, a gente espera que não constranjamos a nossa Presidente. Que ela não manche a sua história nessa pressão com o capital, para que o Senado enterre.

Essa analogia entre a terceirização e a escravidão foi muito bem pensada, muito bem elaborada pelo Senador.

O SR. GILNEI PORTO AZAMBUJA – É importante isso, aqui o nosso companheiro em telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Suspenderam lá e vieram para a trincheira de luta aqui, no Senado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu espero que não! Eu espero que ela não precise vetar; agora, se não vetar, de fato, é grave. Se chegar lá e não vetar, vocês sabem a minha posição em relação a esse tema. Eu não vou admitir que alguém sancione um projeto que é a revogação da Lei Áurea. Ah, não vou!

O que nós queremos é evitar isso; por isso, o Gilnei foi muito feliz. Nós vamos trabalhar muito aqui para que não chegue lá, vamos trabalhar muito.

Jairo José da Silva, Secretário de Saúde e Segurança da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário. Está aí o Jairo?

Vamos, por enquanto, para ganhar tempo, conceder ao Flauzino Antunes Neto, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Nessa semana em que se registra o ato histórico do 13 de maio, tivemos, na apresentação do Ministério do Trabalho, a constatação de 50 mil trabalhadores em condições análogas a escravos, durante os 20 anos passados. Isso só não é maior porque não há fiscais suficientes no Ministério do Trabalho, para fiscalizar de acordo com o que deveria ser feito nos rincões do Brasil. Nesses interiores, há muito mais trabalhadores sendo escravizados, em pleno século XXI. Mas isso vem do desmonte do Estado, é uma questão orquestrada pela onda neoliberal que está assolando o mundo, que tem redução no Estado, não deixa fazer concurso público para que se fiscalize o capital, para que se fiscalizem os empresários.

Então, essa onda neoliberal vem para o ataque deliberado aos avanços dos trabalhadores, desde a CLT de Getúlio Vargas, dos avanços nacionais e soberanos do nosso País. Eles querem derrubar ponto a ponto, desde que o Collor e o Sarney assumiram este País, vem uma onda neoliberal, passo a passo, fazendo uma reforma

lenta. E nós, trabalhadores, estamos deixando isso passar. Nós temos que nos unir, porque o que eles querem é a busca do lucro, da mais-valia. Cada vez mais, eles vão dividindo as "quarteirizações", das terceirizações, para que eles fiquem com uma parcela maior da mais-valia, produzida pelos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto, Flauzino.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Então, temos que combater isso daí. Um dos pilares da onda neoliberal é o superávit primário, que acarreta ainda mais a vida dos trabalhadores, deixando o custo de vida maior, não gerando mais emprego, porque o superávit primário é o que leva os juros mais altos do mundo praticados no País.

Eu gostaria de citar um caso da terceirização do serviço público, Senador Paim. Aqui na Esplanada, principalmente, existe um monte de empresas-fantasma fazendo a terceirização da área meio. O Governo paga essas empresas e, no final do mês, isso não é repassado aos trabalhadores. Quando vão atrás, a empresa não existe. A empresa está escondida em algum lugar. Dizem que algumas lideranças da Câmara, ao lado, são donas dessas empresas, fazem essas operações escondidas nos porões da esplanada, para que eles tenham esses lucros. Se você vir no orçamento público, é a mesma coisa que se pagasse para um servidor concursado, não tem redução para o Erário, porque a parcela do lucro é absorvida pelo empresário e repassada de forma menor ao trabalhador, que, às vezes, ficam cinco anos nas empresas sem ter férias, seguro-desemprego. E a AGU ainda recorre se eles entram na justiça, ficam mais de 20 anos recorrendo, e o trabalhador não tem seus direitos atendidos. Sou favorável não que regulamentem essas terceirizações, mas que absorvam esses trabalhadores na iniciativa pública, porque eles estão trabalhando de igual para igual com qualquer servidor concursado, com mesas iguais, lado a lado, convivendo dia a dia. Então, eles fazem a mesma coisa que um servidor, recebendo dez vezes menos. Essa é a situação, não tem vale transporte, não tem vale alimentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo, Flauzino.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Temos que tomar cuidado com o STF também, que aprovou a terceirização de áreas sociais, o que vai afetar nos concursos. A gente não pode ficar só focando aqui. Só para concluir, terminando, a luta do Zumbi ainda não terminou. Estamos aqui ainda defendendo a luta que ele começou 400 anos atrás, 300 anos atrás, que foi o fim da escravidão. Em pleno século XXI, ainda estamos lutando por isso.

Então, companheiros, não à terceirização!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Flauzino Antunes Neto, CGTB.

O pessoal da enfermagem informa que, de 12 a 20 de maio, festejamos a Semana Internacional da Enfermagem. Eles deixam uma pergunta no ar: você precisa de enfermagem? Se terceirizar, você não vai ter mais. Qualquer um vai ser mandado para lá dizendo que vai fazer o serviço de enfermagem.

Quero registrar a presença conosco, já registrei inúmeros, do Sindicato dos Servidores Públicos do DF; Antonio César Bochenek, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe); Alberto, Procurador do Estado do Paraná.

Vou ler aqui agora os encaminhamentos e vamos encerrar a nossa audiência pública.

Vou atender ainda a Rosângela, logo que terminar aqui nós vamos dialogar.

Encaminhamentos:

– Aprovar, na próxima reunião deliberativa da semana que vem, já na Comissão, a realização de audiências públicas em todos os Estados da Federação para discutir a terceirização, convidando os Senadores e Deputados de cada Estado a se posicionarem sobre o tema. Esse movimento já será organizado a partir de amanhã às 13h, com uma reunião na Comissão de Direitos Humanos com centrais, confederações, em parceria com o Fórum Sindical dos Trabalhadores, com o Fórum contra Terceirização, CDH, e todas as entidades de caráter nacional que possam ajudar no Estado.

– Elaborar uma cartilha. Amanhã mesmo, já discuti a elaboração de uma cartilha e dentro do possível, oxalá a gente consiga, produzir milhões para distribuir em todo o País.

-) Decisão desta audiência pública: rejeição do projeto. Mesmo entendendo que tem que regulamentar a situação dos 12,5 milhões, que seja num outro projeto, porque ele sai daqui, vai para a Câmara e volta para cá, a última palavra é aqui no Senado. Mas a palavra de ordem que eu entendi por unanimidade do movimento social, sindical e todas as entidades foi pela rejeição do projeto da terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Está encerrada a audiência pública. Muito obrigada a todos. Tivemos aqui em torno de mil líderes dos trabalhadores que se revezaram neste plenário, todos, unânimes, contra a terceirização. Voltem para seus Estados na certeza de que se o Senhor lá do alto me mantiver com saúde, eu visitarei pela primeira vez todos os Estados da Nação graças à terceirização, para enterrar a terceirização.

Um abraço a todos vocês. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

(*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 2 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezoito de maio de dois mil e quinze, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Hélio José e Telmário Mota. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº58, de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Fator Previdenciário e os Direitos Humanos". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta imagens sonorizadas com a música "Meu Velho" interpretada por Altemar Dutra, apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Cíntia Rangel Assumpção, Diretora de Assuntos das Mulheres, Infância e Juventude da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Pascoal Carneiro, Secretário de Previdência da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Moacir Meirelles de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Carlos Fernando da Silva Filho, Vice-Presidente do SINAIT; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Pedro Armengol, Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho da CUT; Diego Cherulli, representante da OAB/DF. O Senhor Presidente exibe vídeo da música "Naquela Mesa", de Nelson Gonçalves, interpretada por Zélia Duncan, Hamilton de Holanda e Nilse Carvalho. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no plenário: Geraldo Gonçalves, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – Contratuh; e Junidete Vieira do Carmo, pensionista. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José, Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 58, de 2015, de minha autoria e de outros, para debater "O Fator Previdenciário e os Direitos Humanos".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço (*link*): bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Esta audiência pública – em seguida vou chamar as Mesas, teremos provavelmente duas Mesas, tendo em vista a quantidade de convidados já confirmados – vem em um momento muito adequado. A Câmara, na discussão da Medida Provisória nº 664, introduziu a chamada Emenda 85/95.

Para quem está assistindo neste momento, entenda. Quero deixar muito claro o que é 85/95, porque alguns, ou de má fé ou mal informados, tentam vender a imagem de que 85/95 significa que o cidadão vai se aposentar... o homem com 95 e a mulher com 85. Por amor de Deus! Ninguém estaria defendendo uma posição dessas.

O que é a fórmula 85/95? Significa que a mulher vai se aposentar com 55 anos de idade e 30 de contribuição. Com o fator, 55 mais 30 dá 85. Acho que ninguém tem dúvida de que é isso. Ela pode se aposentar com 55 anos de idade e com 30 de contribuição, e 30 mais 55 dá 85. Hoje, com o fator, se ela quiser se aposentar com o salário integral, vai ter que, praticamente, trabalhar até os 67 anos. Olha a diferença! O ganho que tem a mulher... não sei, 66. E o homem se aposenta com 60 anos de idade e 35 de contribuição: 60 mais 35 igual a 95. O homem também teria que trabalhar até os 67 anos para ter direito ao princípio da integralidade.

Como é para o Executivo, para o Legislativo onde estou, inclusive? Como é? Não tem esse famigerado fator, que é um redutor. É só pegar as maiores contribuições de 94 para cá, fazer o cálculo e pagar. É assim para o Executivo, é assim para o Legislativo, é assim no Judiciário.

Então, é justo que quem ganhe acima de 30 mil não tenha fator e quem ganhe até 4.623 pegue o fator? Claro que não é. E a fórmula 85/95 já existe para essa turma do chamado andar de cima: Executivo, Legislativo, Judiciário. Eu não tenho nada contra, pelo contrário. Não quero o fator para ninguém.

O que estamos fazendo com essa emenda do Arnaldo e apresentei aqui? Ela garante o mesmo direito que é dado para o servidor, para o trabalhador do regime geral. Então, ela é mais do que justa. E tem mais, e tem mais. O Senado já votou duas vezes, um projeto de minha autoria, que foi para a Câmara e nunca mais saiu de lá, faz oito anos. E, depois, uma emenda do Deputado Coruja, lembro-me ainda, que veio de lá para cá, o Senado votou de novo, e, na época, foi vetado.

Então, não tem sentido nenhum... Alguns tentam vender a ideia de que o Senado poderá rejeitar a emenda. O Senado não vai rejeitar a emenda. Como digo, isso já virou até súmula vinculante de tantas vezes que já votamos. Não tem lógica nenhuma, seria uma incoerência histórica.

E há outro dado também que a gente deve lembrar aqui para todos. Essa lei veio ainda antes do Governo Lula, veio do Governo anterior, mas isso não justifica que o Governo atual a mantenha. E por que falo isso? Porque também ambos os candidatos, atuais, eu diria, até o ano passado, tanto o candidato da Oposição, o Senador Aécio Neves, como a Presidenta Dilma assumiram, na época da campanha, inclusive em plenárias com o movimento sindical, que iriam trabalhar ambos contra o fator. E a fórmula que as próprias centrais e confederações entenderam possível de chegar a um acordo foi a fórmula 85/95.

E digo mais. Quem está aqui sabe, e o Moacir estava naquela reunião, porque você foi um dos que me contou. Houve uma reunião com o Presidente Lula, que iria já concordar com o encaminhamento que as centrais e confederações estavam fazendo pela fórmula 85/95, e houve uma central que discordou. Daí, o Presidente Lula teria dito: olha, como tem uma discordância, ou vocês se entendem ou não tem como tocar para frente essa fórmula que todos entendem que seria adequada.

Felizmente, hoje, é unanimidade entre todo movimento sindical brasileiro, pessoal, de que essa fórmula é uma alternativa viável. E as pessoas que mandam correspondência para o meu gabinete são milhares e milhares, pedindo quase por amor de Deus que se resolva, de uma vez por todas, isso, para que não tenham o redutor enorme no salário deles. Mas vocês é que vão falar sobre isso.

Estou animado, não acredito que a Presidenta vá vetar, não quero acreditar nisto. Bom, as MPs têm lá os seus problemas, e sabemos, mas essa emenda é positiva, e estou falando isso aqui com muita tranquilidade. Claro que alguém diria que o ideal seria voltar à fórmula antiga, quando valia só o tempo de contribuição. Sim, mas entre o céu e o inferno há uma distância muito grande, temos que construir os caminhos possíveis para chegar, pelo menos, no purgatório, porque estamos no inferno com o fator, é exatamente isso que eu diria: com o fator, estamos no inferno. Mas vocês é que vão falar.

Só vou colocar aqui, na abertura, um pequeno vídeo. Peço à equipe aí... Sei que ela está meio preocupada desde que assumi os trabalhos; vou fazer isso, mas elogiando a equipe. Há outro companheiro que, corretamente, já conversou comigo, porque estão sentindo que é muito trabalho nesta Comissão. Mas é tanta coisa acontecendo neste País que, claro, vou para o hospital, volto do hospital e já marco reunião no outro dia. Esta reunião foi marcada sexta, né? Sexta-feira, vimos que seria importante ter esta reunião e, como eu tinha o requerimento já aprovado... É que milhões e milhões de brasileiros estão na expectativa.

O nosso trabalho, como Comissão de Direitos Humanos, sei que é exaustivo, até para toda a equipe que trabalha; mas eu queria cumprimentar toda a equipe, que apesar do estresse, do cansaço, da correria, nunca se negou, quando pedi. Eles dizem: "Vamos dar um jeito, Senador; estamos com dificuldade, mas vamos lá, vamos correr atrás. Isso está acontecendo, por isso, estamos aqui ao vivo e vamos, agora, ter ainda o vídeo de abertura que pedi hoje de manhã. Eles correram atrás para montar um pequeno vídeo, dar uma introdução. E eu queria uma grande salva de palmas para toda equipe que trabalha aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Sei que não é fácil, mas estamos juntos. (*Palmas.*)

Vamos ver, então, o pequeno vídeo, pessoal, que fala dos idosos, só isso, e é uma música que vocês conhecem.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esta é a parte de que mais gosto: "Sou teu sangue, meu velho".

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós somos o sangue dos mais idosos. (*Palmas.*)

Por isso, estamos aqui na busca de melhorar, Pimenta, companheiros todos, Moacir. É a vida deles, né? Estamos pensando sobre como fica a aposentadoria do cidadão depois que deu grande parte da sua vida contribuindo para o País? Por isso, gosto daquela frase: "Eu sou teu sangue, meu velho". Nós, que estamos aqui, no Parlamento, um pouco mais jovens, mas já caminhando também para a velhice – e que bom, né? –, temos compromisso com este povo, por isso brigamos tanto pelo reajuste dos aposentados e pelo fim do fator que penaliza tanto o cidadão no ato da aposentadoria.

Muito obrigado.

Mais uma vez, obrigado à equipe.

Vamos à Mesa. Convidamos aqui para a primeira Mesa. Foi por ordem de chegada que a equipe a montou.

Cíntia Rangel Assumpção, Diretora de Assuntos das Mulheres, Infância e Juventude, representante da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). Seja bem-vinda.

Pascoal Carneiro, Secretário de Previdência da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Moacir Meirelles de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP); Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Carlos Fernando da Silva Filho, Vice-Presidente do SINAIT; Floriano Martins de Sá Neto. (*Palmas.*)

Os que já estão aqui podem se sentar, os que ainda não chegaram se posicionarão depois.

De imediato, a palavra com a Diretora de Assuntos das Mulheres, Infância e Juventude, representante da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), Cíntia Rangel Assumpção.

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Bom dia a todos os presentes.

Eu gostaria de cumprimentar todos os participantes da Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, que tem sido um combatente incansável em relação ao fator previdenciário. E quero estender também os meus cumprimentos ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que de igual forma tem se mantido firme nessa luta.

Implantado por uma política descompromissada com a Previdência Social pública, que a abriu ao capital especulativo, o fator previdenciário foi implantando sob o argumento de que era preciso reduzir o déficit criado por uma política de não fiscalização, de ausência de cobrança, e acentuado pela não arrecadação e a não recuperação de créditos. Nós sempre nos lembramos do primeiro Refis, executado nesse período.

O governo Lula lamentavelmente manteve o fator previdenciário sem considerar as motivações contrárias por parte da maioria das centrais sindicais.

Até mesmo os discursos mais favoráveis à sua manutenção se apresentam por meio de uma expressão esdrúxula na minha opinião: "Precisamos mantê-lo porque é um mal necessário". Como se nós pudéssemos admitir, no âmbito da Previdência Social, da segurança dos aposentados, um mal necessário para tentar reduzir problemas dos quais os aposentados em momento algum deram causa.

Eu não vou me estender nas questões, porque acho que existem pessoas bem mais qualificadas para discutir sobre essa questão, principalmente porque tenho ao meu lado o pessoal do Sinait, que tem também batalhado tremendamente por isso, tem passado por um processo de desmantelamento do Ministério do Trabalho e Emprego.

Eu só gostaria de deixar um apelo, porque admitir a continuidade desse inferno, como assim definiu o Senador Paulo Paim, é perpetuar uma injustiça que em momento algum cumpriu com seus objetivos, pois a redução do déficit foi pífia, a Previdência deixou de ser uma esperança de segurança e se transformou em definitivo em uma penalidade para o aposentado.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, essa foi a Cíntia Rangel, que falou pela CSPB de forma direta, objetiva.

E depois vou abrir também ao plenário. Os companheiros do plenário que quiserem usar a palavra vão falar aqui. Vamos abrir pelo menos para cinco companheiros do plenário.

E teremos uma segunda Mesa, da qual farão parte o Floriano, a OAB e mais duas entidades, CUT e CGTB.

Passo a palavra agora ao Secretário de Previdência da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Em seguida, direi qual será a segunda Mesa.

No final, teremos um debate com todos os convidados e também com a participação do plenário. O JP com certeza vai usar a palavra.

O SR. PASCOAL CARNEIRO – Bom dia a todos e a todas.

Queria, em nome do Senador Paim, homenagear todos e dizer da importância desta audiência.

Queria parabenizar o Senador por essa iniciativa, porque as coisas necessitam de urgência. Se não debatermos, nós poderemos ter dificuldade, porque tem uma coisa: quando é direito dos trabalhadores, a mídia trata logo de querer liquidar e tentar descaracterizar esse direito.

A mídia, quando acabaram de aprovar a MP 664 com esta emenda... Eu queria deixar aqui para todos a posição da CTB em relação à MP 664: nós somos contrários. Mas esta emenda é que salvou a MP. E, no mesmo dia, as emissoras de TV, os meios de comunicação já começaram a dizer que isso iria liquidar com a Previdência e que era necessário vetá-la. E esse debate continua nos meios de comunicação. Eu não vi esse mesmo empenho dos meios de comunicação quando o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei n º4.330, pois aquilo, sim, liquida o País.

Essa emenda do Deputado Arnaldo Faria de Sá, muito pelo contrário, salva a Previdência, porque se a gente for olhar, o que aconteceu com o fator previdenciário? O fator previdenciário desde o seu início obriga todos os trabalhadores e trabalhadoras a se aposentarem precocemente. Por quê? Se aguardar cumprir o prazo determinado pelo fator previdenciário, o prejuízo é maior, o dano à aposentadoria é maior. A cada ano que passa, a tábua de graduação aumenta e vai diminuindo o valor dos proventos.

O que acontece? Quando o trabalhador... a trabalhadora, mulher, completa 30 anos de contribuição, e o homem, 35, eles se aposentam, porque é melhor se aposentar nesse período e buscar outras atividades na economia do que aguardar completar os 65 anos de vida ou 67, como já é hoje pela tábua de graduação, e diminuir os proventos muito mais.

Então, o fator previdenciário tem uma enxurrada de pedido de aposentadoria precoce, mesmo porque o trabalhador e a trabalhadora não têm certeza e a garantia de que vão se aposentar com a integralidade do que vinham contribuindo.

O 85/95, não. O 85/95 é uma regra estipulada prevista em que você sabe como vai se aposentar.

Portanto, ao invés de enxurradas de aposentadorias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, está ao telefone o Arnaldo Faria de Sá, cumprimentando, porque ele não pode estar aqui agora. E diz ele que está muito otimista de que vamos aprovar a emenda que ele apresentou lá e eu apresentei aqui; a mesma emenda. Nós fizemos jogo combinado. Estou falando aqui, Arnaldo, para você.

E como ele ainda está em trânsito, só peço que a gente dê uma salva de palmas a ele e a todos aqueles que votaram a favor do fim do fator previdenciário. É isso aí, Arnaldo. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PASCOAL CARNEIRO – Essa fórmula, 85/95, vai diminuir os pedidos de aposentadoria.

Portanto, num longo período, a Previdência vai ter menos pedidos de aposentadoria. Em torno de cinco anos, mais ou menos, vai haver diminuição dos pedidos de aposentadoria, exatamente porque a regra é mais objetiva.

Estou dizendo isso com muita tranquilidade porque a CTB foi uma das centrais sindicais, senão a única, que lutou no Congresso Nacional para aprovar o fim do fator previdenciário, porque 85/95 não acaba com o fator previdenciário, ele fica optativo. E nós lutamos para acabar com o fator previdenciário pura e simplesmente. E ganhamos no Congresso Nacional, ganhamos no Senado, e o Presidente Lula, erradamente, vetou, por incompreensão de cálculo matemático que existe na Previdência.

Eu sempre digo o seguinte: segreguem as contas da Previdência do que é, de fato, cálculo de aposentadoria, para ver se ela não é superavitária, e muito! O problema é que ali dentro há muitos penduricalhos que precisam ser separados da conta geral da Previdência. Não dá para ficarem. E aí fica esse debate na sociedade. Mas, se se perguntar a qualquer pessoa quais são esses incrementos do ponto de vista financeiro, ninguém saberá dizer quais são, porque ali dentro está tudo, inclusive injustiça com o trabalhador e a trabalhadora que contribuem mensalmente com parte de seu salário para garantir a sua previdência e a sua aposentadoria. Se você contribui durante 14 anos e, por algum motivo, deixa de trabalhar ou fica desempregado, você não tem acesso à aposentadoria; agora, se eu nunca paguei um centavo à Previdência, não estou no sistema geral, mas contribuo dois meses e pratico um crime na sociedade, eu tenho direito a um auxílio-reclusão de mais de um salário mínimo. É esse tipo de coisa que a gente precisa separar da Previdência. Essa é uma política importante, mas tem que vir de outro meio de arrecadação, não da Previdência, que é paga pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras deste País.

Portanto, Senador Paim, a CTB queria aqui elogiar a iniciativa. Temos certeza de que o Senado vai aprovar, porque o indicativo que vem, seja do Presidente da Casa, seja do Senador como o Paim, é no sentido de que ela será aprovada, num jogo combinado, sem modificação, para que a Câmara não volte a discutir. E, com certeza, nós vamos mobilizar a sociedade para que a Presidente Dilma não vete, porque essa não é uma proposta da oposição, não, mas uma proposta do próprio Governo, que deve ser sancionada pela Presidente Dilma.

Parabéns!

Esta é a posição da CTB. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Pascoal Carneiro, que deixa claro que a CTB sempre defendeu o fim do fator, assim como todas as centrais, que foram construindo, ao longo dos anos, essa fórmula alternativa que vamos ter oportunidade de aprovar agora com essa emenda do Arnaldo lá e nossa emenda aqui. Quero deixar bem claro a todos que perguntarem pela minha emenda que não quero nem que olhem para ela. Precisamos o que vem da Câmara. Calcula se nós ficássemos numa briga de vaidade e mandássemos de volta para lá. Não! Nós vamos aprovar a emenda do Arnaldo Faria de Sá, que é exatamente a emenda que eu apresentei aqui, no Senado, a pedido das centrais sindicais, das confederações e das entidades. Ela foi aprovada, e agora temos que ratificá-la, com certeza. E, por isso, o Pascoal e a Cíntia foram muito felizes no seu ponto de vista aqui.

Passamos a palavra ao Lourenço Ferreira do Prado, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, FST.

Está com a palavra.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom dia, Senador Paim, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa daqui, do Senado, companheiros de Mesa, Moacyr da Nova Central, companheiro Pascoal, da CTB, na pessoa dos quais eu cumprimento os demais integrantes da Mesa, inclusive o outro Moacir, que é da Cobap, companheiras, companheiros, convidados.

Nós, aqui, nesta oportunidade, falamos em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que coordena todas as confederações de trabalhadores, em número, hoje, de 18, sendo que muitas delas, Senador Paim, não são filiadas a nenhuma central sindical.

É uma honra grande falar sobre fator previdenciário e direitos humanos. Então, a gente procuraria estabelecer um *link* entre direitos humanos, verdadeiros direitos humanos, e o fator previdenciário.

Em princípio, como todos nós sabemos, na verdade, o Estado, o Poder Público nada produz. Ele não é industrial, ele não é comerciante, ele não é empresário; ele apenas arrecada os tributos, as taxas, os impostos, as contribuições, inclusive as contribuições previdenciárias, e procura fazer a aplicação desses recursos, pagar suas obras realizadas, pagar os serviços, etc. E, evidentemente, a aplicação desses recursos financeiros tem que ser feita da forma mais correta possível, mais adequada, com equidade, com justiça e sem corrupção.

Entretanto, hoje, por se tratar de um tema de interesse geral dos trabalhadores e trabalhadoras já há muito tempo e sempre permanente na pauta de reivindicações das confederações de trabalhadores, nós estamos debatendo o fator previdenciário nesta oportunidade. Por que se debate o fator previdenciário? Porque os cálculos do IBGE dizem que o brasileiro e a brasileira passaram a viver mais, e, consequentemente, a Previdência Social não teria condição de sustentar esse impacto de dispêndio financeiro para pagar essas aposentadorias.

Devemos registrar que não é razoável, que é injusta e improcedente a ação do Governo ao introduzir essa nova metodologia de cálculo, porque você começou a trabalhar numa regra e, no meio do caminho, quando você está praticamente no final do jogo – vou usar um linguajar futebolístico –, muda-se a regra do jogo e passa a haver outra metodologia, que, consequentemente, vai lhe gerar prejuízo e, quando nada, vai atrapalhar toda a sua programação de vida e vai ser uma coisa injusta.

Essa Lei nº 9.876, que alterou a Lei de Benefícios da Previdência Social, que alterou a Lei nº 8.213, na verdade, veio numa época inoportuna e desnecessária, porque nós sabemos muito bem, Senador Paulo Paim e Pimenta, da Federação dos Aposentados daqui, de Brasília, que a Previdência Social... Também tem um ilustre auditor da Receita que está sentado ali...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Floriano, que vai falar na segunda Mesa.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – ..., que vai falar em seguida, que sabe muito bem que sempre há uma forma de resolver a questão de déficit na Previdência Social. E todos sabem que até na construção de Brasília houve recursos da Previdência Social. Depois disso, encontrou-se uma forma de juntar todos os institutos, o instituto dos industriários, o dos comerciários, o dos bancários, o dos funcionários, todos, num instituto só, o INPS, hoje INSS. Por quê? Sempre que a gestão não é adequada, se há qualquer problema, tem que ajustar. Agora, o Governo tem sempre forma de resolver isso.

O Senador Paulo Paim falou até da súmula vinculante. Eu sempre cito a súmula vinculante pelo seguinte: a Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal, considerou que a prescrição e a decadência de dois artigos da Lei de Custeio, os arts. 45 e 46, a decadência e a prescrição para esses dois artigos não era de dez anos, como estava escrito na lei, mas de cinco anos. Com isso, o que aconteceu? Todas as autuações da Previdência Social para arrecadar contribuições previdenciárias foram atingidas pela decadência. Então, simplesmente não há possibilidade, jamais, de se cobrar isso. E quanto representava essa dívida que as empresas deixaram de pagar, porque foram beneficiadas pela prescrição e pela decadência? Representava mais de R$200 bilhões. É um dinheiro que não volta mais. É um dinheiro de que, queiramos ou não, as empresas se beneficiaram.

De forma que, quando houve necessidade, quando houve oportunidade e quando houve vontade política, todo e qualquer governo sempre encontrou forma de resolver os problemas, porque – repetimos – o Estado não produz nada, o Estado não cria nada, ele simplesmente arrecada e distribui os recursos arrecadados. Então, com relação à Previdência Social, isso vai ter que ser feito. O que se arrecada mensalmente é o suficiente para pagar as aposentadorias... Agora, evidentemente, se essa gestão não for adequada, vai haver problemas, e, quando esses problemas ocorrem, há que haver respostas eficientes e eficazes para resolver esses problemas.

Quanto ao mais, agora, nós entendemos que tanto o governo Fernando Henrique Cardoso, que adotou o fator previdenciário, quanto o governo Lula, que vetou a extinção do fator previdenciário, erraram. A gente tem que fazer uma colocação muito clara disto aqui, e agora...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... uma complementação, eu achei muito interessante uma fala do Presidente Lula neste fim de semana. Ele disse que reconhece que foi um equívoco não ter, já no seu governo, acabado com o fator previdenciário. Isto foi publicado nos jornais de fim de semana. Eu achei isto interessante, porque se equivocar é humano, mas reconhecer num momento desse e dar um depoimento como esse, como ex-Presidente da República... Ele disse que foi um equívoco já naquele período do governo dele... Ele gostaria de ter... E ele chegou a dizer que a Presidenta Dilma está tendo a oportunidade de fazer uma coisa correta que eu, naquela oportunidade, acabei não fazendo.

Só para pegar a sua fala...

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Eu agradeço o aparte, que é oportuno e necessário para bem esclarecer, e quero colocar o seguinte: que, na verdade, estamos chegando à terceira oportunidade de banir, de forma definitiva, o fator previdenciário.

Como o Pascoal colocou aqui, esse banimento não é nem uma forma definitiva, mas simplesmente uma forma com que você vai fazer com que se repare um pouco a injustiça. E essa forma agora vem com a oportuna, necessária e justa emenda, que foi aprovada na Câmara dos Deputados, agora introduzida na Medida Provisória nº 664, do nosso percuciente, bem inserido no contexto e dono de uma visão de estadista Deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB de São Paulo, e, na verdade, agora, esta Casa, a Casa de Ruy Barbosa, o Senado da República, tem a responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que já votou duas vezes o fim do fator.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Pois é. Pela terceira vez – novamente, a questão do três –, pela terceira oportunidade, para o País como um todo, é a terceira oportunidade em que vai ser votada aqui, no Senado, de novo, essa forma de melhorar a aposentadoria dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País.

Mas o tema para o qual fui chamado para falar, Senadores, Senadoras, companheiros, companheiras e convidados, é uma forma de estabelecer um *link* entre fator previdenciário e direitos humanos.

Bom, direitos humanos com fator previdenciário eu acho que simplesmente é uma forma injusta e totalmente inadequada de fazer esse link. Não dá ligação, não dá liga, de forma nenhuma. Agora, direitos humanos com fator previdenciário fora, ou, quando nada, essa forma mitigada que agora vem através da nova metodologia 85/95 do fator acho que pode fazer a ligação. Você pode fazer essa forma de, compartilhadamente, existirem os dois...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só contribuindo, nessa linha, direitos humanos é contra o fator previdenciário.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Exatamente.

Então, o que você tem nos direitos humanos? É uma coisa tão antiga, mas, na verdade, foi a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem que a gente passou, então, a verbalizar, a ter como correta, como adequada, essa questão dos direitos humanos.

Eu leio até um trecho aqui do nosso... Acho que meu tempo está chegando ao final, mas eu vou procurar...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vai ver que foi porque eu fiz umas três ou quatro falas.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Pois é. Exatamente. Eu estou vendo que a Mesa é justa com o orador aqui. Então, vou ler esse trecho aqui de um autor, de um jurista chamado Alexandre Moraes, que diz o seguinte:

Os direitos humanos fundamentais, em sua concepção atualmente conhecida, surgiram como produto da fusão de várias fontes, desde tradições arraigadas nas diversas civilizações, até a conjugação dos pensamentos filosófico-jurídicos, das ideias surgidas com o cristianismos e com o direito natural.

E a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, constitui a mais importante conquista dos direitos humanos fundamentais em nível internacional, pois ali, no seu art. 55, se estabelece a necessidade de os Estados-parte da ONU fiquem garantidos os direitos à vida, à integridade pessoal, à proibição da escravidão e da servidão, o direito à liberdade pessoal, o princípio do juízo natural, o acesso ao Judiciário, o princípio da inocência, da legalidade, da retroatividade benigna, a indenização, a proteção à honra e à dignidade, a liberdade de consciência, de religião, de liberdade de pensamento, de expressão, de retificação ou de resposta, de reunião, de associação, de proteção da família, de direito ao nome, de direitos da criança, à nacionalidade, ao direito de propriedade, ao reconhecimento, também, da personalidade jurídica, direito à circulação e residência, direitos políticos e princípio da igualdade perante a lei.

Na verdade, esses princípios fundamentais dos direitos do homem, dos direitos humanos, casam perfeitamente com essa nova metodologia que vai ser adotada, a 85/95. Evidentemente, não há forma justa, perfeita e acabada, mas é muito melhor que nós ficarmos sob o tacão, sob o jugo injusto e perverso do fator previdenciário, que vigorou em nosso País até o momento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O Lourenço Ferreira do Prado, que ficou dentro do tempo, falou pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, que reúne 18 confederações e que, se não me engano, também faz parte algumas centrais, não?

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Sim, faz parte, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dezoito confederações que...

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Centrais sindicais que defendem unicidade e também a contribuição compulsória.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... que estão nesse mesmo espaço e que todos são contra o fator e entendem que essa forma alternativa é uma saída que veio tarde, mas que, felizmente, veio.

Passo a palavra, agora, ao Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), líder sindical Moacyr Roberto Tesch.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador Paulo Paim, primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade mais uma vez e parabenizá-lo pela iniciativa. E também quero cumprimentar V. Exª pelo grande êxito de quinta-feira, na audiência pública que V. Exª presidiu durante parte da manhã e uma boa parte da tarde, com a presença de todas as centrais, mais de 500 pessoas, a confederação, encontro também articulado e organizado pelo nosso fórum sindical sob a presidência e batuta do companheiro Lourenço.

Gostaria de cumprimentar essas duas figuras pelo sucesso e pela potencialidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Moacyr, sem querer interromper, lá cabem em torno de 600 a 700 pessoas. Como estava lotado, porque todo mundo ajudou, as confederações e centrais também me ajudaram, conforme informação que recebi, circularam lá em torno de mil pessoas. E o próprio Presidente Renan Calheiros fez questão de ir lá participar.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Exatamente.

Inclusive o Presidente do Senado teve a sua participação, havia se comprometido com V. Exª. Para nós, trabalhadores, foi muito importante a presença do Presidente do Senado, quando, na oportunidade, ele deixou claro seu posicionamento no que se refere à questão da terceirização e também do fator previdenciário.

Gostaria também de cumprimentar a juventude nossa, na pessoa da companheira Cíntia, aqui presente, Diretora da Nova Central, que tem dado a sua contribuição no engrandecimento deste País; Moacir, me xará, da Cobap, que tem trabalhado; o companheiro Lourenço, Presidente do Fórum Sindical da Contec, nosso coordenador das confederações. É importante ressaltar e valorizar o Fórum Sindical, que é a nossa Suíça – não a Suíça do dinheiro, mas a Suíça da independência, da neutralidade, sem bandeiras. Quando a gente entra no Fórum Sindical, a gente deixa a nossa bandeira ideológica e política de lado, para pensar exclusivamente no nosso trabalhador. Companheiro Pascoal, da CTB; Carlos Fernando; nosso companheiro, Secretário-Geral da CONTRATUH, Geraldo Gonçalves, que aqui está nos prestigiando no dia de hoje; às mulheres e aos aposentados, o nosso respeito, admiração e carinho na pessoa da Srª Raimunda Pereira de Lima. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Raimunda é esta aqui?

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – É aquela senhora de branco ali, a primeira.

Raimunda Pereira de Lima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

E o nome da senhora é?

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Helena! Palmas para as duas, que estão aqui na frente, vigilantes, acompanhando o passo a passo. (*Palmas.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador, oito anos se passaram desde que V. Exª aprovou, aqui no Senado, o fator previdenciário.

Eu falei, na semana passada, e volto a falar agora, porque acho a Mesa está mais apropriada, que talvez o senhor tem sido a nossa trincheira. V. Exª tem sido a pessoa, dentro do Congresso Nacional, que nunca negou fogo. Toda vida, esteve dentro dos seus princípios, desde que o conheço, e nunca arredou o pé da defesa do trabalhador, defesa da população brasileira, do povo brasileiro, de modo geral, independente da situação.

Autor do Estatuto do Idoso; participou e teve uma importância muito grande no Estatuto do Motorista; diversas ações, incansável na nossa defesa.

Mas tenho absoluta certeza, Senador, que o que mais lhe cobram na vida é o fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Moacyr, me permita que eu diga uma frase que eu disse na tribuna na sexta-feira. Há questão de 15 dias, eu tive um problema sério de saúde, fui para o hospital e fui operado de emergência. Desculpem-me todos os projetos de lei, mas eu disse lá, quando estava na mesa de operação, e havia uma imagem de Cristo – de Deus, naturalmente –, eu olhei e disse: Deus, eu assumi um compromisso de não morrer sem acabar com o fator e você vai me levar antes! Parece que ele me disse:" Se acalma aí que você não vai nessa. Vai voltar e vai estar lá junto." (*Palmas.*)

E voltei, graças a Deus, e acho que estamos no caminho. Eu estou muito esperançoso que a Presidenta Dilma não vai vetar esse projeto. Estou muito esperançoso.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu tenho dito que o senhor tem um caminho brilhante nesta Casa, na outra Casa, que lhe trouxe através do 618 para cá. Eu acho que o fator é o que mais lhe cobram, sendo que V. Exª já fez a sua parte em relação ao fator previdenciário. E fez sua parte por duas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós derrubamos aqui, há oito anos, depois derrubamos uma emenda do Coruja também, aprovamos a emenda do Coruja e foi para sanção.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu acho o dia 13 de maio, na comemoração dos 127 anos da Lei Áurea, foi a redenção do trabalhador brasileiro mais uma vez, quando o Deputado Arnaldo Faria de Sá retirou da gaveta a questão do fator previdenciário e aprovou na Câmara.

Coisa que a gente, praticamente, já não esperava, porque as discussões estavam muito grande.

Nós gostaríamos de entrar em outras situações, mas há foi falado aqui pelo Pascoal, pelo Lourenço, pela Cíntia. Talvez eu entre numa outra linha. Aos companheiros da Cobap, nós devemos muito aos trabalhadores e aposentados representados pela Cobap... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muitos companheiros da Cobap.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Não foi nem uma nem duas vezes que V. Exª, com os companheiros da Cobap, passaram noites e dias dentro deste Congresso, deitados, muitas vezes, da Presidência da Câmara até o plenário da Câmara, em protesto, pedindo para que fosse votado, que fosse respeitado o direito de aposentadoria e o fator previdenciário.

E diga-se de passagem, para deixar bem claro, que os companheiros da Cobap que já estão aposentados não vão ser beneficiados pelo fator previdenciário.

Então, nós devemos.. Quem está hoje na ativa deve muito aos companheiros aposentados da Cobap.

Esse fator previdenciário, como foi colocado aqui, foi motivo de proposta de campanha de todo mundo, no primeiro mandato do Presidente Lula, agora da Presidente Dilma, do Aécio. Ontem ainda, estava lendo a *Folha de S. Paulo*, em que o Presidente Lula, como foi dito aqui, que, se fosse por ele, hoje, a Dilma não vetaria o fator previdenciário.

É interessante que, quando se fala em ajuste fiscal, eles lembram das questões dos trabalhadores, dos encargos dos trabalhadores, como se nós, os trabalhadores, não fôssemos a máquina impulsora deste País. Como se a Previdência não fosse parte do nosso salário, não fosse parte da participação patronal que bancasse a nossa previdência.

Os nossos companheiros aqui que já têm um pouco mais de estrada, com um pouco mais de 60 anos, como eu, devem lembrar que, quando nós começamos a contribuir, nós pagávamos sobre 20 salário mínimos, depois passou para 15, passou para 10, e aí foi diminuindo. Mas o nosso contrato lá atrás previa 20 salários mínimos. Hoje, chega-se a R$4,6 mil... Quanto salários mínimos isso dá? Não chega a sete salários mínimos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Então, vejam como esse contrato foi partilhando.

O Ministro Gabas tem falado... Os companheiros aqui que vão falar em seguida sobre a previdência devem mostrar, com certeza, que a previdência não é deficitária, é superavitária. O que temos que tirar da previ-

dência são os penduricalhos que ela tem. Tenho falado isso, e tenho sido até repetitivo, que a previdência tem sido a casa da Mãe Joana. Toda vez que se precisa de alguma coisa, tira-se dinheiro da previdência. Por quê? Porque as questões da previdência só vão acontecer daqui a 20 anos, 15 anos.

Ontem, assistindo televisão, ouvi assim: "Dentro do ajuste fiscal, seriam 80 milhões o déficit da previdência." Mas em 10 anos! Então, por que não dizem que são 8 milhões? Porque, quando se diz que são 8 milhões, com alguns ajustes dentro do próprio Governo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Veja bem, já mudou o número. O número que eu tinha recebido, logo que passou a emenda, era que o déficit seria de 40 bilhões, agora foi para 80. E já ouvi alguém falar em 2 trilhões. É piada fazer o povo brasileiro de bobo com esses números malucos, que a Anfip depois vai aprofundar, não é Floriano? Cadê o Floriano?

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu tenho absoluta certeza que, quando o Dr. Floriano for falar aqui, os números serão outros, completamente diferentes desses. E a Anfip tem sido parceira e companheira nossa.

Na questão do fator previdenciário é bom deixar marcado aqui que, em todas as marchas das centrais – e estamos entrando na 9º –, há sempre uma bandeira pedindo o fim do fator previdenciário. Todas! Em todos os 1º de maio, em todos os movimentos de que me lembro, que foram feitos em conjunto com as centrais e os movimentos sindicais, sempre houve uma parte pedindo o fim do fator previdenciário. Sempre nós estivemos juntos.

Eu acho que chegou o momento de nós chegarmos mais junto ao Palácio do Planalto e pedir que a Presidenta Dilma não vete.

Acho que as propostas da 664 e a 665 são incoerentes com as promessas de campanha. E se ela ainda vetar o fator previdenciário talvez seja um modo de redenção da Presidenta perante os trabalhadores.

Para finalizar, gostaria de também parabenizar a sua equipe, Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos,pelo trabalho, pela dedicação, pelo carinho a todos nós. Como foi dito na quinta-feira, V. Exª frisou bem que, no Senado, trabalhador não é recepcionado nem com *spray* de pimenta nem com a polícia na portaria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral....

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Senador, se me permite um aparte. Eu estava um tanto quanto nervosa no início, fui a primeira a falar e intimidada com a qualidade da Mesa. Gostaria também de agradecer a oportunidade, em nome da CSPB.

Fiquei bastante sensibilizada com a conversa que o senhor teve com Deus sobre o fator previdenciário. E queria deixar aqui o registro de uma pessoa de extrema importância, o Dr. Hélio de Mello, que, quando eu ingressei no movimento sindical na CSPB, era um de seus idealizadores. Nascido em 1923, ele costumava dizer que viu no Brasil do século XX o melhor e o pior. Na última conversa que nós tivemos em agosto de 2013, durante o congresso da CSPB, ele disse – até reproduzo os gestos dele –: "Ainda hei de ver este terror terminar."

Dr. Hélio de Mello morreu em novembro de 2013. Infelizmente, não teve oportunidade de vislumbrar isso. Mas eu acho que, mesmo reconhecendo que a fórmula 85/95 não é aquilo que nós idealizamos e almejamos, é um passo. E nós precisamos, cada vez mais, agradecer, e a classe trabalhadora se mostrar mais confiante neste Parlamento e nessa imagem que temos.

Volto à imagem dele. Sempre com a Constituição debaixo do braço, ele dizia que a Constituição estava para o cidadão brasileiro como a Bíblia estava para o cristão. Ele sempre disse: "Coitada da sua geração, Cíntia, que, a partir de 1988, passa a tentar não avançar, mas a garantir aquilo que a Constituição deu." E esse tem sido o nosso processo: reduzir perdas e tentar desesperadamente manter aquilo que nos foi dado.

Mais uma vez, obrigada, Senador.

Em nome do Presidente João Domingos, agradeço pela presença e por sua luta combativa diante de tantas dores e de tamanha dificuldade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Cíntia, sempre presente. Pode ficar tranquila que você não estava nervosa, não. Você falou bem, tranquila e complementou agora.

Eu queria aqui registrar a presença do Senador Hélio José. É um Senador que está sempre presente aqui, e, agora, até no fim de semana. Eu fui ao aniversário de um amigo e estava lá ele. Então, uma salva de palmas a ele. (*Palmas.*)

Eu estava falando lá da audiência de hoje e ele falava: "Não, pode deixar que eu vou estar lá segunda-feira, Senador, para conversar com a moçada".

Então, vamos agora passar a palavra ao Moacir Meirelles de Oliveira, que é o Vice-Presidente da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas).

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Com uma saudação especial ao Senador Paim, eu saúdo todos os senhores aqui presentes; e na pessoa da nossa companheira Cíntia, eu saúdo todas as mulheres aqui presentes.

Eu quero parabenizar o Senador Paim e agradecer pelo convite que fez à Cobap. Nós recebemos esse convite sexta-feira, às 16h50, em cima da hora. Por isso o Presidente Warley não pôde estar aqui presente. Coube a mim, como Vice-Presidente, representar o Presidente Warley. Na mesma hora, Senador Paim, eu liguei para o nosso companheiro e amigo Pimenta e para a nossa grande companheira, batalhadora, Dona Socorro, para que conseguissem que nós trouxéssemos pessoas aqui para lotar o plenário desta Casa. Por isso eu peço um aplauso para eles. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Todos os idosos e idosas estão mais uma vez com a gente aqui.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Quero agradecer, em nome da Cobap e de todos os 33 milhões de aposentados e pensionistas do País, as palavras do Dr. Moacyr, de reconhecimento, como ele colocou aqui, do trabalho da Cobap.

A Cobap, o Senador Paim é testemunha, sempre defendeu o fim do fator previdenciário. Ele já narrou tudo aquilo que a Cobap tem feito, inclusive, pousando, em noites e noites frias, aqui, muitas vezes, adoecendo pessoas lá no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sou testemunha disso, porque eu estava com eles e percebi...

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – E nos socorreu o Senador Paim, para que pudéssemos conseguir médicos e alimentação também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Liberar os banheiros...

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – E sempre ele assim ele fez. Ele liberava os banheiros, que eles tinham fechado para poderem nos tirar dali.

Mas a Cobap mostra que, com todos os seus aposentados idosos, tem garra, tem força e não desiste daquilo que pretende fazer em defesa dos aposentados e pensionistas idosos e também dos trabalhadores.

Eu quero dizer, Senador Paim, que embora não seja o tema falar da 664, eu sou obrigado a falar da 664, que foi votada semana passada. Nós aposentados ficamos muito tristes com aquele resultado e muito magoados com Deputados que se dizem defensores dos aposentados e votaram contra os aposentados. É uma tristeza gente ser enganado assim e, depois, graças a uma grande luta do Senador Paim para que o voto fosse aberto, a gente ficar sabendo quem vota com a gente e quem vota contra a gente. (*Palmas.*)

Parabenizo o Senador Paim também por mais essa vitória que ele teve e nós tivemos também.

Ainda bem. Menos mal que naquela mesma noite, com a habilidade do Deputado Arnaldo Faria de Sá, foi colocada aquela emenda e se conseguiu aprovar uma alternativa para o fator previdenciário, não sendo aquilo que nós queríamos, a fórmula 85/95.

Eu vou justificar, Senador Paim, demais Senadores que estão aqui presentes e pessoas que estão aqui, por que não é aquilo que nós queríamos. Nós queríamos a extinção total do fator previdenciário, sem limite de idade. E vou dizer por que sem limite de idade: porque o pobre começa a trabalhar aos 16 e aos 18 anos. O pobre que começa com 16 anos completa os 35 anos aos 51 anos. Quantos anos mais ele vai trabalhar? Com a fórmula 85/95, ele ainda vai trabalhar mais 9 anos. E aquele que começa aos 18 anos vai trabalhar mais 7 anos.

Isso vem castigar novamente o filho do pobre, o trabalhador pobre. O filho do rico começa a trabalhar com seus 25, 30 anos, não tem problema nenhum. Mas menos mal, Senador Paim, porque essa mesma emenda que foi aprovada agora, porque eu ouvi as centrais, já ouvi as manifestações, eu entendo que, para as centrais, ainda não é o que eles queriam também, elas concordam que seja uma alternativa para acabar com esse fator previdenciário que vem matando todo mundo.

Então, essa é a posição da Cobap. Nós defendemos toda a vida.

Quando foi aprovada, da outra vez, faz oito anos, na Câmara, nós estávamos presentes. A Cobap estava presente, defendendo lá. E também estava presente lá a Nova Central, com representantes do Rio Grande do Sul, o meu Estado.

Senador Paim, agora, dia 1º de maio, com o movimento que nós fizemos, que foi o 11º lá da minha região, região carbonífera, a cidade de Butiá, estava lá presente o Presidente da Nova Central do Rio Grande do Sul, companheiro Vadinho, que, infelizmente, morreu do meu lado, se manifestando, usando os microfones, discutindo, falando para os aposentados, pensionistas, trabalhadores. Lamentavelmente, Senador Paim, perdemos um grande companheiro de luta. Mas temos certeza de que a Nova Central do Rio Grande do Sul, agora assumiu o Vice-Presidente, companheiro Onílio, que é o Presidente do Sindicato da minha categoria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu queria... O Valter, como assim eu o conhecia – eu estive lá, nós estivemos lá no velório e no enterro –, era o Presidente da Nova Central do Rio Grande do Sul. De fato, um guerreiro, um lutador. Permita-me fazer esse aparte. Sempre esteve junto conosco, sempre pregou a unidade de todo o movimento sindical. Eu vi lá, dá para dizer que foram quase mil trabalhadores lá no velório. Depois nós acompanhamos o enterro.

Para não repetir sempre um minuto de silêncio, eu proponho aqui, Moacir, agora, que nós batêssemos aqui, de pé, uma salva de palmas, por um minuto, para o Valter, em nome de todos os sindicalistas que faleceram na luta em defesa dos trabalhadores. (*Palmas.*)

Quero só lembrar que não havia um discurso dele... Ele morreu no dia 1º de maio. Falou em Porto Alegre, e eu cheguei um pouco, um pouquinho mais tarde que ele e falei depois. Ele tinha ido para a cidade onde ele nasceu, não foi isso?

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Isso. Butiá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Butiá. E lá, com o microfone na mão, ele faleceu. Não tinha um pronunciamento dele em que ele não dizia que nós tínhamos que liquidar com esse famigerado fator previdenciário.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Então, nós fizemos uma caminhada de três quilômetros. Quando chegamos na frente da CTG, onde entrávamos para fazer as falas, o presidente do sindicato passou a palavra para ele para encerrar aquela caminhada e ele, discursando, só disse assim: "Me dá a mão que eu vou cair." E caiu morto. Foi lamentável a perda. Mas a luta continua.

Então, como eu estava falando, quando foi votada essa mesma emenda, e foi aprovada, lá na Câmara Federal... Infelizmente, depois o Presidente Lula vetou e até hoje não conseguiram derrubar o veto. Que bom, Senador Paim, que ele reconheceu aquele equívoco! Tenho certeza de que, com esse pronunciamento, essa colocação dele – eu tenho certeza de que o Senado vai manter aquela decisão –, com aquele depoimento dele e com o vídeo que eu vi do Senador Paim, pedindo que a Presidente Dilma não vete, não será vetado o fator previdenciário.

Aproveitando a oportunidade, com tudo o que foi falado aqui, com o que o nosso amigo Moacyr falou sobre a Cobap, eu vou pedir agora para todas as centrais sindicais, a confederação, o fórum, nos ajudarem a trazer para a pauta o PL 4.434, para recuperar a perda dos aposentados e pensionistas, que hoje chega a quase 100%.

Eu encerro aqui a minha fala, Senador, fazendo esse apelo para todas as centrais sindicais e as confederações que nos ajudem a fazer votar, porque é uma tristeza a calamidade em que se encontram hoje os aposentados e pensionistas, aqueles que ganham acima de uma salário mínimo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Moacir, eu espero que a gente consiga, porque esse PL de que você fala é o mesmo PL, também, de nossa autoria, que eu aprovei há oito anos atrás, no mesmo dia em que eu aprovei o fim do fator, só que os dois foram para a Câmara e nunca mais foram votados. Felizmente, o fator parece que agora vai ter uma alternativa viável, mas a recomposição do benefício dos aposentados e pensionistas ainda está lá, por isso é importante a sua lembrança.

Agora, o último desta Mesa. Eu chamo para dar a palavra o Vice-Presidente do Sinait, Carlos Fernando da Silva Filho.

Aí nós vamos para a segunda Mesa.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Muito bom dia a todos os presentes. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao Senador Paulo Paim, pelo convite feito ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), para participar deste rico debate. Transmito aqui os cumprimentos da nossa guerreira Presidente, Rosa Maria Campos Jorge, ao Presidente da CDH, a toda equipe da CDH e a todos os presentes.

Cumprimento os colegas da Mesa. Seguindo aqui meus colegas, em nome da companheira Cíntia Rangel, um cumprimento muito valoroso. Cumprimento todos os Parlamentares que nos acompanham aqui, que nos acompanham pela TV Senado, todos os colegas de luta, dirigentes, todos os colegas da melhor idade aqui presentes, todos os interessados neste debate riquíssimo.

E antes de fazer qualquer apreciação acerca do fator previdenciário, eu queria dizer, em nome dos auditores fiscais do trabalho deste País, que nossa avaliação é de crueldade e de situação inconcebível. À medida que cresce a despesa com saúde, cresce a despesa com moradia, que cresce a despesa com alimentação, a gente vê serem corroídos os benefícios dos aposentados e pensionistas deste País.

Eu digo isso para fazer aqui a nossa posição reiterada de apoio à aprovação do PL nº 4.434, que faz uma recomposição de justiça e respeito com a nossa sociedade brasileira.

São quase 16 anos que nós vemos essa maldade aí viger sobre nossa cabeças, o fator previdenciário. Ele veio com a reforma da Previdência, e eu tenho o pesar de registrar que a lei que instituiu o fator previdenciário

foi publicada, foi assinada no dia do meu aniversário, 26 de novembro de 1999. E ela está aí há 16 anos. E trouxe uma fórmula matemática. No resultado final, essa fórmula complicada só significa redução de benefícios, prejuízo para o trabalhador. Coloca lá dentro a idade do trabalhador, a alíquota de contribuição, a expectativa de sobrevida, mistura um bocado de coisas e, no final das contas, o resultado é prejuízo para o trabalhador.

Então, resumindo o que está lá, quanto mais idade, mais tempo de contribuição, maior é o benefício. Quanto menos idade e menos tempo de contribuição, menor é o benefício.

À época da sua criação, o Governo dizia que havia um desequilíbrio entre receitas e despesas, o falacioso, o lendário déficit da Previdência Social. E dizia que era preciso porque as pessoas, concluiu o Governo, naquela ocasião, estavam vivendo mais. Logo, o que é que a gente conclui dessa leitura, dessa brilhante leitura? A moral dessa história é que o Governo, em uma avaliação, concluiu que em razão do aumento da vida das pessoas nesta Nação, elas tinham que ser punidas! Foram punidas e estão sendo punidas há 16 anos.

Então, a gente faz essa leitura e agora faz um contraponto, que eu acho interessante. O Governo brasileiro, a Nação brasileira se esforça para levar as pessoas para o mercado de trabalho mais cedo, existem várias iniciativas do Governo para isso ser realidade, o Ministério do Trabalho encabeça várias delas, o Governo brasileiro publica leis que garantem esse acesso precoce das pessoas ao mercado de trabalho. Ele deveria dizer para essas pessoas que ele está trazendo para o mercado mais cedo, que ele está, na vida futura dessas pessoas, penalizando essas pessoas porque foram mais cedo para o mercado de trabalho.

Então, é uma ação esquizofrênica do Governo quando ele não consegue ser coerente nas suas ações dedicadas ao cidadão. No início de sua vida laboral, o Governo precisa daquela força de trabalho, para trazer avanço, para trazer progresso e aquecimento à atividade econômica. E quando mais precisa esse cidadão, que deu seu sangue e construiu neste País sua vida, ele é penalizado com a aplicação do fator previdenciário. Então, é preciso caminhar de uma forma coerente.

Em 2013, a Presidente Dilma sancionou o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 2013, e ela disse em um dos seus pronunciamentos o seguinte, quando da promulgação, quando da publicação:

Este pacto [o Pacto Nacional da Juventude], como todos os pactos importantes deste País, é baseado numa visão que o que compromete qualquer processo no Brasil, qualquer iniciativa, é a desigualdade. É um pacto pela igualdade, é um pacto por mais oportunidades, por garantir maior participação e, portanto, um pacto fundado em valores", afirmou.

Eu resgatei essa fala da nossa Presidenta para dizer que esse pacto aqui não está sendo cumprido. Uma tradução que eu vou fazer agora dessa equação matemática danosa: sabe o que é que significa a equação do fator previdenciário? O seguinte: fator previdenciário é igual a desigualdade, que é igual a prejuízo para o trabalhador.

O Senado, nós já conhecemos e aqui já foi muito bem dito, já deu sua posição, já avaliou e já votou pelo fim do fator previdenciário em duas oportunidades, e isso nos enche de esperança para que a gente seja vitorioso pela terceira vez, no Senado, e seremos, pelo fim dessa crueldade. O PLS 296, de autoria do digníssimo Senador Paulo Paim, de abril de 2008, agora na Câmara dos Deputados, está lá engavetado. Também o Senado já deu sua posição, já marcou sua posição contrária ao fator previdenciário, em 2010, quando aprovou o PLV nº 2, que teve parte dedicada à extinção do fator previdenciário, infelizmente, vetado pelo Presidente Lula. Essa posição, então, nos enche de esperança para que esta nossa luta continue, e ela vai continuar.

Eu trago um trecho de uma fala de um ex-Ministro da Previdência, o Reinhold Stephanes, que ele publicou quando da aprovação e nas discussões do fator previdenciário, em 1999. Ele disse o seguinte:

O fator previdenciário proposto, além de não atender à boa técnica e doutrina universal, não cumprirá com o seu objetivo, além de contrariar o princípio constitucional da equidade. Torço para que o bom senso e a lógica prevaleçam sobre os velhos hábitos de contornar os problemas, sem resolvê-los em sua origem.

Infelizmente, essa torcida não foi suficiente, vindo o problema a se repetir em um contorno prejudicial ao trabalhador. E o fator previdenciário foi, então, tornado uma realidade perversa para todos os trabalhadores deste País. E uma realidade que mostrou que ele não conseguiu atender os objetivos para os quais foi criado, porque ele não retardou a aposentadoria dos nossos colegas combatentes do nosso mercado de trabalho.

Nessa discussão que agora se apresenta, nós cumprimentamos, especialmente, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, por ter conseguido aprovar, com muito aperto, mas conseguiu aprovar, a inclusão da flexibilização do fator previdenciário com a fórmula 85/95.

Avaliamos, nós do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que não é a melhor saída, porque a melhor saída é, sim, o fim do fator previdenciário, mas avaliamos como sendo um passo importantíssimo, e que precisa ser garantido até o final do processo legislativo.

Por isso, mais uma vez, parabenizo pela iniciativa o Senador Paulo Paim, que trouxe este debate oportuníssimo aqui para a Casa.

Mesmo sabendo que ele não vai eliminar o problema, nós defendemos a aprovação da emenda do Arnaldo Faria de Sá na Casa.

O principal benefício dessa mudança, que está sendo trazido pela emenda à MP 664, é resolver ou assistir mais diretamente àqueles que são penalizados porque se aposentam mais cedo. Mas eu diria que ele tem uma outra conotação mais forte para a sociedade, que é resgatar a sensação, o sentimento de justiça e de igualdade perante todos.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Para finalizar, eu queria fazer um registro de que essa discussão, no escopo do ajuste fiscal, é uma discussão muito cruel. É muito cruel a maneira como esse ajuste, que não tem nada de ajuste, está sendo colocado para toda a nossa sociedade. Esse ajuste é uma sinalização, olhem só, do Governo ao mercado, aos investidores. Mas essa sinalização só chicoteia trabalhadores deste País.

Estamos acompanhando um caminho de ajuste que não é aquele que conhecemos. Nós, da Auditoria Fiscal do Trabalho, os auditores, teríamos outros caminhos para promover esse ajuste. Vamos combater sonegação de FGTS; vamos combater fraudes no seguro-desemprego; vamos combater a informalidade; vamos combater quem onera a Previdência e a saúde deste País com acidentes e mortes, todos os dias, no ambiente de trabalho. Por que não é esse o caminho que o Governo escolhe?

Peço, agora, a toda a Comissão licença para dirigir uma fala ao nosso Exmo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que tem sido porta-voz desses falaciosos ajustes. E diria, fazendo um pedido em nome de toda a sociedade brasileira, ao Ministro Joaquim Levy: que tal emitir uma sinalização para toda a nossa população brasileira, para os trabalhadores, com um ajuste social? Por que não fazer um ajuste social? (*Palmas.*)

E eu colaboro, em nome dos auditores fiscais do trabalho, com quatro linhas para esse ajuste, Ministro Levy: pelo fim da terceirização, pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, pela reforma tributária e pelo fim, já, do fator do fator previdenciário.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Vice-Presidente do Sinait, líder Carlos Fernando da Silva Filho.

Em seguida, vamos passar a palavra ao Senador Hélio José. Mas só permita, Senador Hélio José...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu recebi uma relação de perguntas que estão mandado para cá e percebi que, pela maioria delas, vejam bem, a esta altura do campeonato, o nosso povo ainda não entendeu bem o que é o fator e qual é a alternativa criada. Então, peço que, na segunda mesa, onde vamos ter dois técnicos no assunto,detalhem melhor o que é o fator. Porque nós todos conhecemos o fator, então falamos normalmente. Mas, ao mesmo tempo, concordam com a Mesa que aqui falou, quando dizem que o fator não resolveu o problema de se aposentar mais cedo ou não.

Eu tenho dito o seguinte: se eu estivesse na fábrica, eu me aposentaria com o fator. Eu ganhava dez salários mínimos, ia ganhar, digamos, mais – sei lá – R$3 mil e ia continuar ganhando meus dez. Deixava passar dois, três, quatro anos, o meu tempo aumentou, a minha contribuição aumentou, e entrava com o instituto da desaposentadoria e me aposentava com o salário integral. Por que estou dizendo isso? Porque, inclusive, é uma medida burra daqueles que dizem que querem salvar a Previdência. Primeiro, vai ser provado aqui que a Previdência não é deficitária. Segundo, o fator já fez todas as maldades que podia fazer. Agora, a saída é achar uma forma intermediária.

É bom dizer que essa fórmula já se aplica para o servidor público. O servidor público tem a opção de se aposentar com a fórmula 85/95 desde a PEC paralela, não é Floriano? Se não for assim, vocês me ajudem. Desde lá. Nós só estamos estendendo para o regime geral que ele tenha a mesma opção. É bom que fique bem claro isso. É o direito que o servidor público já tem assegurado.

Senador Hélio José, com a palavra. Em seguida, abrimos para..

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Eu estou indo para uma mesa de negociação no Ministério do Planejamento. Eu queria a ausência, mas eu e Cíntia vamos negociar, em nome dos servidores públicos federais, e voltamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse é o JP, sempre presente aqui. A Cíntia vai sair com ele.

Obrigado, Cíntia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k., Senador Paulo Paim, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode ser que venha uma novidade boa de lá para cá.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero dar um bom-dia ao senhor, aos colegas da CSPB, que estão saindo agora, a Cíntia Rangel Assumpção e o nosso amigo aqui; ao Pascoal Carneiro, Secretário da Previdência da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical (NCST); Moacir Meirelles de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Parabéns pela fala, Carlos Fernando da Silva Filho, Vice-Presidente da Sinait.

Quero cumprimentar também, da segunda mesa, porque eu não vou poder ficar aqui, o Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Anfip; Pedro Armengol, Secretário Adjunto de Relações do Trabalho da CUT, central da qual fui diretor por cinco mandatos; Diego Cherulli, da OAB-DF.

Eu quero dizer o seguinte: como Senador da República, primeiro, quero cumprimentar, de forma efusiva, o nosso querido Senador Paulo Paim pela iniciativa, sempre presente e atual, de discutir os temas fundamentais em defesa dos trabalhadores brasileiros, em defesa de quem paga impostos, em defesa de quem realmente trabalha pelo bem deste País, que são as pessoas que têm contracheque, carteira assinada. Acredito que essas são as pessoas mais penalizadas, porque dessas, não tenham dúvida, todo mês estão recolhidos os impostos e não há sonegação.

Agora, a dificuldade é, com tanta corrupção, tanta malandragem, tanta falta de ação em alguns setores, quererem penalizar exatamente os trabalhadores.

Então, o Senador Paulo Paim quer pôr justiça nessa questão. Sabemos das dificuldades que temos, mas esse passo da 85/95 para o regime geral da Previdência é um passo que vem dirimir um pouco dessa injustiça. Na verdade, o que gostaríamos era de liquidar, de uma vez por todas, esse fator previdenciário e não haver esse tipo de situação com quem de fato trabalha, com quem de fato produz. É muito difícil ver esse tipo de penalização.

Eu ainda quero estar neste País vendo que os tratamentos são pelo menos igualitários. Aqueles que não pagam impostos têm que pagar, para exatamente evitar que, quem paga imposto no contracheque, como nós pagamos – eu sou servidor público concursado... Acho que todos nós, tanto o servidor da iniciativa privada quanto o servidor público, temos que pagar imposto – não estou contra pagarmos imposto, acho que o imposto é importante para o País, precisamos dar a nossa cota de contribuição.

Senador Telmário Mota, seja muito bem-vindo, nosso amigo Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fica o registro. O Telmário é outro guerreiro nosso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Seja bem-vindo, Excelência.

Então, eu me somo ao Senador Paulo Paim e a diversas outras vozes do Congresso Nacional. Sem dúvida, votaremos favorável à emenda do nosso Deputado Arnaldo Faria de Sá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É a mesma emenda que nós apresentamos aqui que inúmeros Senadores assinaram embaixo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Perfeitamente. O Senador Paulo Paim é o nosso timoneiro nesse processo. Vamos estar juntos. Não é porque fazemos parte da Base aliada que vamos trair os nossos ideais de defender os trabalhadores brasileiros... (*Palmas.*)

... e as pessoas que fazem deste País um País maravilhoso que, com todas as dificuldades, acreditamos que tem jeito.

Vou ter, agora, uma audiência com os colegas da CMP, da União, da Conam, do movimento pela moradia, e por isso vou ter que sair agora. São quatro grandes centrais que trabalham em prol da moradia do povo brasileiro.

Quero desejar sucesso a essa Mesa, mais uma vez consignando o nosso compromisso na defesa dos trabalhadores e na defesa da ética, da moral e da busca de solução para esse descalabro da corrupção em nosso País. Estamos juntos nessa luta em prol da classe trabalhadora brasileira.

Muito obrigado. Sucesso para a segunda Mesa e contem conosco aqui, nesta Casa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Hélio José, que deixou claro que seu Partido não aceita também o fator previdenciário e votará contra.

Eu peço aos meus parceiros que retornem ao plenário.

Eu chamo a segunda Mesa: Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Anfip.

Eu agradeço muito, porque houve um esforço enorme. Já estavam se deslocando para um evento em Alagoas, assim mesmo, o Floriano retornou para participar deste evento, pela sua importância quanto à questão de nós mudarmos esse famigerado fator previdenciário.

Chamo o Secretário Adjunto de Relações de Trabalho da CUT, Pedro Armengol.

Pedro Armengol – ontem ainda, foi no sábado que eu liguei, a CUT disse: "Não, o nosso companheiro vai estar aí, sim, Paim, fique tranquilo que vai estar aí" –, agradeço muito a presença.

O Diego eu pedi que viesse falar. Também liguei e, em nome da OAB, ele disse: "Não, vou estar aí, sem falta". A OAB está aqui presente, o Diego Cherulli.

E o outro companheiro que tinha confirmado, mas teve um problema de voo, foi o Ubiraci, da CGTB, que por um problema de voo não está presente.

São esses três os companheiros da segunda Mesa.

Em seguida, nós vamos abrir para o Plenário.

Há um pequeno vídeo, também, que, por sugestão dos aposentados, idosos, pediram que nós passássemos. A gente vai ouvir esta Mesa, depois passar esse pequeno vídeo e abrir para o Plenário.

Com a palavra o Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Anfip, o sempre querido, especialista no tema, Floriano Martins de Sá Neto. Ele falava comigo ali no café: "Paim, eu sei que o assunto é previdência, mas eu vou entrar no conjunto do tema". E eu disse: Floriano, você sempre falou aqui com toda a autoridade de quem conhece a matéria, eu tenho certeza de que você vai dar uma aula para nós todos.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom dia a todos e todas, em especial aos que estão aqui presentes, e a quem nos vê pela TV Senado, vê e escuta. Quero saudar a TV Senado, que consegue levar esta discussão restrita a este ambiente para o Brasil inteiro. Então, realmente, ao vivo, parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós estamos na TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, todo o esquema de comunicação do Senado está reproduzindo, ao vivo, esta audiência.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – A gente estava conversando no cafezinho, trocando algumas ideias, para me situar e tentar contribuir o máximo possível com essa reunião. Em primeiro lugar, já me senti até um pouco envergonhado com essa responsabilidade. Nós estamos aqui falando não apenas no nome do Floriano. Eu, na realidade, represento uma entidade que completou 65 anos de idade, a Associação Nacional, agora, dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. E essa entidade tem dado a sua contribuição não apenas como uma entidade que busca os direitos de seus associados, mas, como a gente é oriundo da Previdência Social, tem toda uma vivência em verificar a importância que tem a aposentadoria, o que é receber ou não receber o benefício previdenciário e sabendo que esta aposentadoria tem que ser paga, tem que ser custeada, esse era o papel que nos fazíamos, à época, na Previdência Social e, agora, no conjunto da Receita Federal do Brasil.

Já que o assunto é fator previdenciário, onde ele entra não tem jeito, ele domina as discussões, parece que a MP, agora, ficou acessória e o principal é o fator previdenciário. É só olhar os jornais, a mídia, e a gente verifica que parece que tem alguma coisa estranha acontecendo. Mas, vamos lá.

Eu puxei aqui na memória a Lei nº 9.876, de 1999. Quando ela completou um pouco mais de dez anos, então, nós estamos falando do início lá de março ou abril de 2010, aconteceu uma discussão na Câmara dos Deputados, uma audiência pública parecida com esta, e o Secretário de Previdência Social, Dr. Helmut – homem de larga experiência, com um currículo invejável de representação, inclusive, no Brasil e no exterior – fez uma apresentação, como é de praxe, das contas previdenciárias tratadas ali pelo órgão oficial, o Ministério da Previdência Social, naquele momento. E o Dr. Helmut, mostrando as transparências, de forma categórica, falou naquele momento: "Dez anos de fator previdenciário" – e disse até com uma certa, não vou falar isso não, mas tudo bem, ele colocou assim, dessa forma, categórica – "dez anos de fator previdenciário significaram para a Previdência Social uma economia de R$10 bilhões." Acho que o Paim vai lembrar disso.

Então, vamos fazer uma conta. Desta forma, o fator previdenciário significou uma economia de R$1 bilhão, mais ou menos, por ano. Para uma despesa que no ano passado foi de 370, alguma coisa e, em 2014, deve passar de 400 bilhões, vocês hão de convir que R$1 bilhão não é grande coisa, mas pesa muito, com certeza, para aquele que recebe a sua aposentadoria. Então, o fator previdenciário é isto: ele não significa nada, nada para as contas previdenciárias, mas significa muito para quem recebe.

Então, quando eu vejo, agora, Senador Paulo Paim, esses números bombásticos sendo divulgados, eu gostaria, sinceramente, que o Ministério da Previdência Social estivesse aqui hoje e nos falasse o que é que vai custar, efetivamente, a aprovação do fator previdenciário, até para que a gente possa ter uma discussão tranquila e serena sobre esse assunto.

Então, está muito longe desses números. Se a gente pensar, de 2010 para 2015, que tem aumentado 50%, mesmo assim não é significante para as contas previdenciárias.

A Anfip divulga anualmente essa publicação, ela está acessível no site da Anfip, no www.anfip.org.br, uma publicação em que nós fazemos a análise da seguridade social como um todo. É interessante como ninguém fala que existe um orçamento da Seguridade Social que contempla as despesas de saúde, de previdência e

assistência social. Ele passa ao largo de qualquer discussão, ninguém fala dele e ele é constitucional, está lá, é um dos orçamentos da República.

Pois bem, um dos trabalhos que a Anfip faz, o de 2014 está um pouco atrasado por conta do próprio orçamento que demorou a ser aprovado, que nós fazemos é a divulgação. Aí o que nós temos que divulgar é a verdade dos números, e nunca fomos contestados, nós nunca tivemos, por parte do Governo, contestação com relação a isso.

O orçamento da Seguridade Social, ao longo de todos esses anos, basicamente, depois da Constituição de 1988, ele é superavitário. Eu não tenho aqui o número fechado, ainda, de 2014, Senador, mas, posso lhe adiantar, é algo ao redor, um pouco maior do que R$50 bilhões. (*Palmas.*)

Então, essa é a verdade dos números que a Anfip traz aqui ao conhecimento do Senado Federal, uma realidade inconteste, e é constitucional. Está lá na Constituição. Então, deixaram de ser executados com saúde, com previdência e com assistência social, no ano passado, R$50 bilhões.

Quando nós vemos o Governo em dificuldades econômicas, seja por questões próprias, questões internacionais, projetando um pacote de medidas para, entre aspas, "salvar a economia, salvar o País", e nesse pacote nós temos aqui duas MPs que estão agora em tramitação no Senado, já foram aprovadas na Câmara, a 664 e 665, a gente precisa olhar, Senador, com mais carinho, as alterações. São tantas alterações! A pensão, por exemplo, é uma delas, nós temos o caso da terceirização da perícia médica e outras, várias outras matérias que estão sendo alteradas por medida provisória.

E precisamos dizer qual foi o posicionamento da Anfip. A Anfip entende: vamos cumprir a Constituição. A Constituição é muito clara, esse tipo de matéria não pode tramitar sob a forma de medida provisória.

Nós entramos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo, outras entidades entraram, partidos políticos, mas, infelizmente, o Supremo tem lá uma carga muito grande de trabalho e não analisou ainda a constitucionalidade destas duas MPs.

Então, o nosso primeiro entendimento é este: essas matérias não poderiam tramitar sob a forma de medida provisória.

Engraçado, dentro desse pacote de medidas que o Governo juntou para salvar a economia, nós temos uma Medida Provisória, a de nº 669, que, no dia 3 de março de 2015, foi devolvida pelo Senado Federal. Foi devolvida justamente por não se adequar à maneira de tramitação da matéria. E o engraçado é que essa Medida Provisória nº 669 tratava da outra parte, que seriam os empresários, porque ela trata de um assunto chamado desoneração da folha de pagamento, algo que foi vendido ao longo do último mandato como a salvação dos setores empresariais e a Anfip, nesse ponto, sempre combateu a desoneração, sempre demonstrou que a medida estava sendo feita de uma maneira incorreta, que não havia ali garantias de que os empregos seriam mantidos. A gente viu o que aconteceu agora: o próprio Governo recuou e consolidou isso na forma da Medida Provisória nº 669, entendendo que errou, ao longo desses anos, com a desoneração. Só que o prejuízo ficou e já aparece, Paim, quando nesse superávit de 2014, de 50 bi, já está embutida a desoneração que foi feita nos anos anteriores e no ano de 2014.

Então, a gente estranha que para os trabalhadores, para os aposentados, as medidas provisórias tramitam e quando é questão ligada a empresários, questão ligada aos impostos, não, há outra maneira de se fazer um ajuste fiscal.

O ajuste fiscal pode ser feito desta forma: você diminui a despesa e aumenta a receita. Você faz as duas. Então, a gente vem aqui...

Também publicamos essa revista de seguridade social que foi distribuída hoje. A contribuição que poderemos dar, como auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, é no sentido de que entendemos uma reforma tributária como prioritária. Esse sempre tem sido o discurso dos governos, mas, na realidade, não anda. A reforma tributária não anda aqui no nosso País.

Quero dizer que os auditores fiscais estão hoje com um quadro muito defasado. Nós temos hoje apenas 49% do quadro provido. Então, realmente falta auditor fiscal, além de analistas e dos outros servidores. Faltam condições para o órgão desempenhar a contento as suas funções.

A nossa ideia de fazer o ajuste fiscal seria desta forma: ir atrás do fraudador, ir atrás do sonegador, fazer uma reforma tributária que fosse para desonerar quem trabalha, para desonerar quem produz. Eu acho que seria muito mais útil do que simplesmente passar a conta para aposentado, para pensionista e para trabalhador.

Basicamente digo isto: a arrecadação o ano passado, em 2014, chegou a R$1,187 trilhões. O número é grande, mas significou uma queda real, em relação a 2013, de 1,79%. Então, estamos vendo que, em 2014, já caiu a arrecadação e este ano vai cair mais ainda. E no nosso entender, uma das formas seria recuperar essa arrecadação e não apenas passar a conta para os aposentados, os trabalhadores e os pensionistas.

Em linhas gerais, digo que o fator previdenciário é emblemático. Onde ele entra, realmente puxa o foco para si. E seria muito importante para o nosso atual Governo que a Presidente Dilma não vetasse, porque tenho certeza de que o Senado vai aprovar a matéria. Mas que o Senado também olhasse, nas Medidas Provisórias nºs 664 e 665, as outras coisas que provavelmente serão objeto de destaques; e que olhe com carinho, para não fazermos outras injustiças, como me parece que faremos principalmente com relação aos pensionistas.

Digo, Paim, que é uma maldade querer fazer reforma da Previdência Social por medida provisória. O Presidente Lula, no ano de 2007, muito sagazmente fez um fórum de previdência social. Ficou pouco mais de um ano reunido esse fórum, que juntou trabalhador, aposentado, empresário e governo, o qual produziu documentos importantes. Algumas questões foram efetivadas, por exemplo, a questão da microempresa, da tributação simplificada, da aposentadoria da dona de casa. Em algumas outras matérias não havia consenso, mas eu acho que o caminho é por aí, com calma e coerência fazer os ajustes necessários, para que a nossa Previdência continue ativa, sendo um dos melhores modelos que temos no mundo.

Outra coisa, essa história de déficit, de fazer ajuste não é verdadeira, Paim. Nós temos divulgado isso ano após ano. A Seguridade Social, no ano de 2014, foi superavitária em mais de R$50 bilhões.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente da Anfip, que deixou muito claro que a Previdência não é deficitária, que esses números absurdos que são colocados não têm sentido. Mas eu quero recordar aqui o que você disse quando iniciou. Diziam que, em dez anos, a Previdência economizaria 10 bi, como agora, em dez anos, tirando o fator, o gasto vai ser 80 bi? Alguma coisa não fecha! Se iriam economizar 10, em dez anos, como é que, se tirar o fator, o gasto vira 80? Não tem sentido!

Por isso, estou muito tranquilo de que a derrubada do fator será muito boa para todos, especialmente para os aposentados e para a própria Previdência.

Eu passo a palavra para o Secretário Adjunto de Relações de Trabalho da CUT, o líder Pedro Armengol.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Bom dia a todos e a todas. Queria aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim, que, mais uma vez, demonstra sua disposição de contribuir com a sociedade brasileira, com a classe trabalhadora, proporcionando esse tipo de debate tão importante neste momento.

Cumprimento nosso companheiro Floriano, da Anfip. Fica até difícil falar depois que ele fala sobre previdência, já que a gente sempre bebe, para falar sobre previdência, sobre aposentadoria, do conhecimento da Anfip. Isso a gente assume.

Cumprimento o Dr. Diego, da OAB, Parlamentares, companheiros sindicalistas das demais centrais e sindicatos aqui presentes e os demais presentes, companheiros e colegas da terceira idade, neste debate tão importante.

Em primeiro lugar, representando a Central Única dos Trabalhadores, já que a contribuição está tão grande, do ponto de vista técnico, de dados e elementos, para não ser tão repetitivo, inicio a contribuição, nesta audiência, num viés mais político e ideológico até, neste debate sobre aposentadoria, sobre previdência e inclusive sobre as medidas adotadas, principalmente nas décadas de 80 e 90, em relação a esse direito tão importante.

Primeiro, coloco até uma indagação: a aposentadoria é um direito ou uma concessão do Estado? Gostamos de colocar sempre essa interrogação, porque, infelizmente, com o viés neoliberal que chegou ao Brasil nas décadas de 80 e 90, começaram a querer transformar esse direito numa concessão, e nós ratificamos a importância de solidificarmos a compreensão de que a aposentadoria não é uma concessão; é um direito do trabalhador que trabalhou durante toda uma vida, que contribuiu com o sistema.

E discordo de alguns que colocam que o trabalhador brasileiro começa a trabalhar muito cedo, com 16 anos. Eu, como nordestino do Sertão do Nordeste, lá o caboclo começava e começa ainda a trabalhar com 11, 12 anos, na roça, produzindo para este País – produz milho, arroz, feijão, farinha. Com 11, 12 anos de idade se começa a trabalhar em algumas regiões deste País, pela própria situação socioeconômica, que leva as pessoas a começarem a trabalhar tão cedo.

E também deve-se considerar que a história da previdência social se confunde com a história da luta de classes em nível mundial. Foi uma das maiores lutas, foi muito suor, muito sangue no século XVII e no século XVIII para os trabalhadores conquistarem esse direito, o direito da previdência social. Felizmente, esses ares, o viés neoliberal que chegou ao Brasil nas décadas de 80 e 90 tenta e, a cada dia que passa, adota medidas que vêm restringindo esse sagrado direito conquistado com muita luta e suor da classe trabalhadora; fere inclusive um princípio constitucional da seguridade social da Constituição de 1988, pois lá se coloca, na questão da previdência, a previsão da irredutibilidade de proventos. E uma série de medidas, inclusive o fator previdenciário, traz, na prática, a redução de proventos, criando esta situação de postergar o tempo para se aposentar e reduzir o provento.

Essa é a fórmula, com esse lado mais perverso, que simbolicamente sempre coloco, de que é o cachorro correndo atrás do próprio rabo: não vai alcançar nunca. Quando o trabalhador pensa que se vai aposentar, há aumento da expectativa de vida, que é um elemento positivo; reflete inclusive o avanço de algumas políticas sociais do País, que aumentam a expectativa de vida. No entanto, como o companheiro Carlos, do Sinait, aqui colocou, virou uma punição. O aumento da expectativa de vida virou uma punição para o trabalhador, porque lhe tira a possibilidade... É uma corrida maluca: até simbolicamente, você correndo atrás de um carro que anda a 100km, você correndo a 6km por hora, você não vai alcançá-lo nunca. A cada momento que você pensa que se vai aposentar, há aumento da expectativa de vida, e não se chega à famigerada idade mínima.

Eu queria aqui também contribuir, colocando uma discussão um pouco estratégica. Vocês sabem que, em 2009, houve uma construção da maioria das centrais sindicais em termos de alternativas ao fator previdenciário.

Evidentemente, politicamente, sempre tivemos e temos a posição contrária ao fator previdenciário, mas, estrategicamente, temos de considerar a correlação de forças políticas no Estado brasileiro para fazer esse debate.

Desde 2009, nós, da Central Única dos Trabalhadores, sempre colocamos o seguinte: bem, somos contra o fator previdenciário, mas temos de discutir alternativas, até porque sempre tivemos a visão e uma preocupação estratégica de que, dificilmente, a correlação de forças políticas no Estado brasileiro permite trabalhar-se só com a perspectiva do fim do fator.

O que viria ou virá no lugar do fator?

Sempre tivemos a preocupação de colocar essa reflexão. E, para nós, viria ou virá, no lugar do fator, pela correlação de forças políticas do Estado brasileiro, a idade mínima, e uma idade mínima, infelizmente, na nossa compreensão, pelas tendências políticas e inclusive de políticas de previdência em nível mundial, pior, talvez, até do que o fator previdenciário. Talvez pior do que o fator previdenciário.

Então, mesmo não sendo o melhor dos mundos, a alternativa da fórmula 85/95, neste momento, desde 2009, a gente colocava que seria estrategicamente importante a gente avançar com este debate, como um paliativo avançado, se cabe esse termo, diante da realidade sociopolítica do Brasil e até da discussão econômica em relação à previdência, que não vou repetir.

Até pelas informações de estudiosos, como Anfip e outros setores, entendemos que o debate não é econômico, mas ideológico. Não é econômico, porque a previdência não tem déficit. Isso é comprovado pelas contas do sistema de seguridade social; não há déficit no sistema. Então, é um debate muito mais ideológico do que econômico.

Inclusive por isso, Senador, os números aparecem de todas as formas aí. Aparece 40 bilhões, 80, 100 bilhões, aparecem trilhões, porque o debate não é econômico. Coloca-se esse debate econômico justamente para desviar o foco do debate, que é ideológico; é a perspectiva, com uma tendência de se postergar o tempo de se aposentar e se aumentar a contribuição da classe trabalhadora.

Então, do ponto de vista estratégico, acredito que, neste momento, inclusive observamos uma unidade maior das entidades representativas dos trabalhadores. Em 2009, nós tivemos problemas – e temos de assumir isso –, quando tínhamos praticamente três visões estratégicas. A visão de alguns setores era só o fim do fator previdenciário. Outra visão apontava para a fórmula 85/95, e outra visão inclusive tinha fórmulas diferentes, de 80 a 90, e não conseguimos consolidar uma unidade suficiente naquele momento para fazer esse enfrentamento.

Agora, neste momento, digo sempre – num ambiente de contradição, porque nós somos contra a medida provisória –, é uma alternativa que vemos como algo que se possa salvar, avançando no debate. Vamos por partes, estrategicamente. Vamos, neste momento...

Esperamos, com certeza, que o Senado aprove esta emenda – com certeza vai aprovar – e nos dê condições políticas de, inclusive, lutar para que a Presidente Dilma não vete mais essa iniciativa de se trabalhar uma alternativa a algo tão perverso para a classe trabalhadora e que está no sentimento da sociedade brasileira, que pede e cobra o fim dessa perversidade que ataca o direito à aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

São os elementos que queríamos colocar para reflexão. Ficamos aqui abertos ao debate com os companheiros e companheiras.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi Pedro Armengol, que falou pela Central Única dos Trabalhadores, na mesma posição de todos que o antecederam.

Não é o ideal, mas, com certeza, é bem melhor que o fator essa emenda que estamos todos defendendo, porque o fator é o pior dos mundos. E essa emenda, colocada na Câmara, com apoio total do PDT... Vi e acompanhei toda a audiência. Foi noite adentro, e não houve um Deputado do PT que tenha votado contra. Fechou questão. Estou falando aqui para um Senador do PDT.

Agora, passo a palavra, em nome da OAB, ao Dr. Diego Cherulli, grande Diego.

O Senador Telmário Mota está sempre conosco, e hoje não seria diferente.

O SR. DIEGO CHERULLI – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Depois do Diego, vai falar o Senador. É o primeiro inscrito.

O Moacir já falou. Como o plenário está lotado – isso é bom –, já não havia mais cadeira para ele sentar, foi convidado a sentar aqui ao nosso lado e falou na primeira Mesa.

O SR. DIEGO CHERULLI – Obrigado, Senador, pelo convite à OAB-DF. Falo aqui em nome da Comissão de Seguridade Social da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Distrito Federal.

Primeiramente, novamente quero agradecer ao Senador por esta nova possibilidade de discutir o fator previdenciário e as medidas provisórias que, querendo ou não, estão sendo amplamente discutidas aqui. E também elogiar bastante a equipe da Comissão de Direitos Humanos, que, desde a Presidência, neste ano, do Senador Paim na Casa, tem trabalhado arduamente nesta discussão previdenciária.

O Senador Paim falou mais cedo aqui que Deus acelerou, que o senhor pediu a Deus para não ir antes de votar o fator e Ele – justamente, a gente costuma dizer que Deus age pelas pessoas – colocou o Deputado Arnaldo Faria de Sá, no último momento na Câmara, apresentando o projeto de lei que mudou toda a seara de discussão acerca das medidas provisórias.

Por um lado, foi uma perda grande para a sociedade, para os aposentados, para os trabalhadores e pensionistas; e, de outro lado, ganhamos muito com essa nova parte do fator previdenciário.

Costumamos entender na OAB, na Comissão de Seguridade, que esta nova regra do fator é o início do fim do fator. Pode não ser a melhor opção agora. A melhor opção é não ter. Pagou, tem direito.

Como disse o companheiro, ali, na ponta da mesa, o Sr. Pedro: a discussão se é um benefício assistencial, se é uma concessão do governo ou um direito, isso está bem superado pela própria lei. A aposentadoria é um direito. Cumpriu o requisito, tem de receber.

Se o fator previdenciário vinha como uma forma temporária para tirar valor da aposentadoria, mas com viés, uma tentativa primordial de atrasar a aposentadoria, ao passo de atrasar, ele penaliza o aposentado, o segurado da Previdência, que precisa aposentar-se mais cedo, retirando, às vezes, 30%, 40%, 50%, às vezes, 60% do valor da aposentadoria.

Bom, sobre a Anfip, o Floriano bem explicou. O estudo da Anfip é utilizado em vários estudos jurídicos. Inclusive, fizemos um estudo com base nele contra a MP 664 e 665, apontando a inconstitucionalidade dessas medidas, por não haver nenhum viés de urgência ou necessidade, ainda mais por não provar que há déficit na Previdência. Ao contrário, há um superávit absurdo.

Não sei se vocês já viram o estudo da Anfip. Em todos os anos, há um superávit, e o Governo insiste em dizer que há um déficit.

Por que eles falam que há déficit?

Eles costumam manipular as planilhas de cálculo, mostrando mensalmente – essa é uma das formas, não é Senador? – a arrecadação da Previdência e a despesa. Não é em todos os meses que a Previdência arrecada todos os impostos. Às vezes, eles pegam um mês no meio do ano, a arrecadação foi inferior, e o gasto foi maior; há déficit. Ou, muitas vezes, é a forma, digo assim, mais esdrúxula de se fazer, pegam só a arrecadação urbana e diminuem do gasto com aposentadoria no geral, que engloba a rural, a urbana, engloba todas. É óbvio que vai dar déficit, mas esquecem que a arrecadação da Previdência, a receita total deve ser considerada por cálculo, e isso leva a um superávit.

Sobre o cálculo do novo fator, como bem explicou o Senador, está havendo muita discussão, e muitas dúvidas estão pairando sobre ele, em especial porque pessoas estão achando que só vão aposentar-se com 85 anos, com 90 anos. Meu Deus, não! Não vão.

É um acúmulo de pontos: a pessoa tem que completar o mínimo de tempo de serviço, que, para o homem, é 35 anos, e, para a mulher, 30 anos, e uma idade que, agora vou falar, é uma idade mínima. Muitos falam: "Meu Deus! Colocaram a idade mínima". De certa forma, sim, porque o homem tem de completar 60 anos mais 35, e ele não pode ter menos de 35 para aposentar-se. De certa forma, a idade mínima foi inserida nesse novo fator, mas, de outro lado, embora tenha sido inserida, não há mais perda no valor do benefício, e essa perda era o grande martírio dos aposentados.

A OAB novamente vai fazer um estudo sobre essa nova fórmula de cálculo do fator previdenciário. Vamos apresentar ao Senador em breve, pela Comissão de Direitos Humanos. Se essa é a nova medida, vamos defendê-la arduamente no Senado, continuar na Câmara e, se a Presidenta vetar, que volte e consigamos aprová-la aqui novamente.

Quero mencionar também uma breve fala do Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, que disse... Até atentou o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que se está fazendo reforma fiscal e não social. O nosso País, o nosso povo, muito representado por aquelas cabecinhas brancas que estão lá no fundo, da Federação dos Aposentados de Brasília, precisa de reformas sociais, melhor estrutura de saúde, melhor estrutura de transporte, e não de um arrocho fiscal, um arrocho econômico como o que o aposentado e o brasileiro, de forma geral, vêm sofrendo. A sociedade não quer isso. A sociedade quer direitos, direitos cumpridos, direitos amplos àqueles que pagam e não benefícios àqueles que estão em situação melhor.

Queria agradecer de novo a todos, a fala foi rápida.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem Diego Cherulli, que falou pela OAB. (*Palmas.*)

Tenho aqui, do plenário, três inscritos. Eu pergunto: passamos um pequeno vídeo agora, de quatro minutos, ou no encerramento? (*Pausa.*)

Então, vamos dar um corte agora. Na verdade, o vídeo, pessoal, nos mostra que devemos olhar para os nossos idosos. Foi como fizemos na abertura, mostramos um vídeo que dizia: "Velho, meu querido velho, eu sou teu sangue, meu velho".

Agora, a gente quer fazer uma homenagem, com essa pequena letra, àqueles que faleceram e que se aposentaram e fazem falta para nós até hoje. Nós não queremos que outros tantos venham a falecer sem que vejam a recomposição do seu benefício, com o PL que já está na Câmara, e também com o fim do fator. No dia em que foi promulgado o Estatuto do Idoso, eu declamei, lá no Palácio, a letra dessa música, uma homenagem a nossos avós, pais – os meus, já os perdi.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, essa é uma forma diferente de homenagearmos tantos e tantos homens e mulheres de cabelos brancos que foram atingidos pelo fator e já faleceram.

Lembro-me aqui do Aerus. Mais de mil já faleceram. Depois, ganhamos na Justiça. Agora, um comandante de avião, que estava ganhando um salário mínimo, voltou a ganhar em torno de R$7 mil, R$8 mil. Mas há aqueles tantos que, ao longo desses anos, perderam a vida, vendo o seu benefício despencar. Eu sei, como o Moacir disse aqui, que muita gente ligava, pedia, chorava: "Mas o que é isso? Eu ganhava tanto, encaminhei benefício e agora estou ganhando a metade, Paim!" Aí a gente explicava que a luta continuava.

Então, resolvemos fazer essa pequena homenagem para aqueles tantos outros que ao longo destes 13 anos foram atingidos pelo fator e já faleceram, e com o salário pela metade.

Senador Telmário Mota com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Paim, quero cumprimentar V. Exª por mais essa iniciativa brilhante, a todos aqueles que aqui vieram contribuir, trazendo em suas falas conhecimento, a tantos outros aqui presentes e também ao público.

O senhor disse, e é verdade, que o PDT fechou questão sobre esse tema e nós vamos fechar questão aqui no Senado também, e não só impulsionado por três fatores. (*Palmas.*)

Primeiro, o Partido fechou questão. É princípio nosso não prejudicar o trabalhador, e V. Exª todos os dias fala aos meus ouvidos: "Olha, vem comigo, me acompanha".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas eu tenho certeza.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – O Senador Paim passou a ser a minha referência aqui dentro. Não me canso de falar isso, porque ser digno, principalmente na política, em que vivemos uma crise ética e moral enorme no nosso País hoje, parece que virou exceção. E o Paim passa essa tranquilidade, essa segurança. Ele é um homem...

Hoje eu achei que fosse chegar primeiro do que todos, mas quando aqui cheguei o Paim já estava. Vocês acreditam! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas ele é madrugador também.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Quando cheguei aqui o Paim já estava. Eu disse: eu vou ser o primeiro a falar, mas já estava a rubrica do Paim na minha frente. Falei: é, o Paim me obriga madrugar.

Então, fico feliz por estarmos aqui nesta reunião e, ao mesmo tempo, triste, porque nós não devíamos estar debatendo essa questão. Sempre o trabalhador, aquele que deu seu sangue e o seu suor a este País, a esta Nação! Mas a vida é assim mesmo, os mais fortes sempre querendo pisar nos mais fracos. E aqui eu vi uma imagem em que eles botam a Dilma para pisar.

Eu fui à convenção do meu Partido e vi, ali, muitos querendo romper, sair da Base, com um discurso inflamado. Eu vi uma imagem do Leonel Brizola e uma frase que dizia: "Sempre trilhou a vida pela coerência".

Senador Paim, público presente, Getúlio Vargas, que é um herói brasileiro e é reconhecidamente o pai dos mais necessitados, quando fez a opção pelo suicídio, ele tinha só duas outras alternativas: ou renunciava, com o público na rua pedindo para ele sair, ou se curvava aos interesses dos maiores. Ele fez a opção de dar um choque naquele momento.

Não pensem vocês que a Dilma está muito longe disso, não! Ou ela se curva, como ela está se curvando com esse Ministro que está aí, ou ela renuncia, ou ela dá um tiro na cabeça – que Deus a livre!

Então, eu pedi ao meu Partido que fizesse uma reflexão. Se for para sair em um momento como esse, em que nós a elegemos, trabalhamos, fomos parceiros, acho que a gente deveria fazer força para reverter, porque é entregar de uma vez a direção deste País aos interesses internacionais, sobretudo aos interesses financeiros, que é quem hoje está dominando as diretrizes econômicas deste País. Até fiz uma referência forte, a título de balançar: eu disse que o PDT sair da Base neste momento seria como se você casasse com uma mulher bonita, ela fosse ao médico e constatasse um câncer e você a deixasse pela doença.

Hoje, estou aqui com este propósito: acho que a gente tem que abraçar essa causa contrária a esses avanços aos direitos trabalhistas, acabar com esse fator, porque realmente ele decepciona, maltrata, angustia, deprime as pessoas e buscar o mecanismo que for melhor.

Por isso que estou aqui hoje formando juízo, ouvindo as pessoas que estão preparadas, que têm conhecimento, para que a gente possa, quando o jogo começar, que será no plenário, V. Exª sabe disso, usar os microfones em defesa do que for melhor para o trabalhador.

Esse é o meu juízo. Essa é a minha fala.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota!

Eu tinha certeza de que a sua posição e opinião não poderiam ser diferentes. Sempre do lado dos trabalhadores, dos aposentados, dos discriminados, dos que mais precisam.

Passo a palavra agora ao João Pimenta, Presidente da Federação dos Aposentados do Distrito Federal e Entorno. (*Pausa.*)

Saiu.

Então, passo a palavra para o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Geraldo Gonçalves.

O SR. GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO – Quero cumprimentar todas e todos. Quero cumprimentar as mulheres, as três companheiras que se encontram aqui, e V. Exª, Senador, exemplo de Parlamentar para esta Casa e, eu diria mais, também para a Câmara dos Deputados. Queria cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, todos os companheiros de todo o sistema federativo sindical.

Queria dizer, muito rapidamente, algumas situações que se colocam no presente. A gente vê uma situação sobre o fator previdenciário. A gente sabe, e é real, a questão demográfica. Graças a Deus, estamos vivendo mais! Então, exatamente quando vivemos mais e dependemos de mais recursos para essa sobrevivência, porque já idosos – e hoje nós temos uma lei federal que nos protege na qualidade e prioridade absoluta, tal qual o Estatuto da Criança e do Adolescente, que guarda as crianças e os adolescentes como prioridade absoluta –, exatamente nesse momento, se fere de morte o Estatuto do Idoso, quando vêm com uma aposentadoria reduzida, uma aposentaria que, injustamente, de forma nefasta, não reconhece a contribuição que já aconteceu. Eu contribuí com 20 salários, depois passou para 10 e hoje não chega a 7.

É neste momento que quer o Poder Público ignorar o papel nosso, de idoso e aposentado, quando exatamente promovemos e construímos a riqueza deste País. Quer exatamente cercear o nosso direito à manutenção financeira para a nossa sustentabilidade, no momento em que sequer o Poder Público dá guarida aos filhos e filhas das camadas mais miseráveis e empobrecidas, quando não leva a creches de associação de bairro de populações ribeirinhas, vilas e favelas as nossas crianças, que dependem de um sistema educacional.

Então, ficamos nós, avós, nessa condição de penúria de aposentadoria, também tendo que cuidar do futuro deste País através dessas crianças e adolescentes que são os nossos netos e netas. Que formação teremos para esse futuro jovem amanhã se sequer um conceito de cidadãos e cidadãs terão pela omissão do sistema educacional, que é um dos tripés da seguridade social?

Temos que reconhecer, sim, a Lei Orgânica de Assistência Social, que é o segundo tripé da Previdência Social, porque não queremos ver morrerem à míngua os nossos cidadãos, porque simplesmente não tiveram oportunidade de contribuir para o sistema previdenciário. Eles não podem morrer sem o amparo desse Estado, que se diz de direito, mas no qual, na verdade, não se cumprem as leis.

Quero aqui dizer, Senador, em nome dos empregados das instituições beneficentes religiosas e filantrópicas e como filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores de Turismo e Hospitalidade, que a gente não vê o reconhecimento por mérito do trabalhador, da camareira que arruma 20 quartos por dia; não vê o de um garçom que trabalhou 8 horas em pé; não vê no operariado o reconhecimento do trabalho que se faz.

Eu ainda sou testemunha viva. Comecei a trabalhar aos 14 anos, com a carteirinha verde, ganhando meio salário mínimo; aos 14 anos de idade. E hoje, com 48 anos de contribuição, ainda não me aposentei. Quarenta e oito anos de contribuição e aos 61 anos. Se fizerem o cálculo, meu caro Dr. Floriano, provavelmente o meu fator não dá um, o que quer dizer que sequer eu vou atingir pouco menos de R$4 mil por mês para a aposentadoria. Essa é a trajetória, essa é injustiça que se pratica contra aqueles que constroem este País.

Diferentemente disso, como diz bem o Lourenço, foi bem lembrado, a Suprema Corte deste País privilegiou os capitalistas e empresários quando fez cobrar tão somente cinco anos para trás, enquanto a dívida era de 15, 20, 30 anos. Aquela foi uma maneira de dar a quem já se apropriava de uma situação de empresário industrial com dinheiro subsidiado do BNDES em detrimento de nós, trabalhadores, na condição de aposentados hoje.

Meu caro Senador, eu quero aqui dizer para o senhor que, em nome da Contratuh, em nome da Fenatibref, em nome da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, estamos empenhados e estaremos onde o senhor estiver, sob a sua batuta, ao seu dispor, porque sabemos do princípio de retidão moral e ética de V. Exª e dos Senadores que nos acompanham – acabei de elogiar o meu caro Senador aqui –, porque está num partido onde de fato se defende o trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Telmário Mota. Só saiu para dar uma entrevista, mas já voltou, está aqui com a gente.

O SR. GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO – Com toda a certeza. E Arnaldo Faria de Sá tem sido um companheiro incansável dentro da Câmara dos Deputados. Estaremos à sua disposição e gostamos muito, queremos muito que, dessa forma, possamos vencer, acabar com este nefasto, cruel e tão impiedoso fator previdenciário.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Geraldo Gonçalves, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

Por fim, agora, a Srª Judite Vieira do Carmo, que é pensionista.

A SRª JUDITE VIEIRA DO CARMO – Bom dia a todos e a todas.

Há 67 anos, eu me aposentei com um salário. Meu marido se aposentou com três. A dez meses atrás, meu marido foi-se embora. Deixou dois salários para mim, porque só tinha dois. Então, agora, se tirar, fica difícil, não passa, porque arroz e feijão tem que ter. Mas o resto, paga conta, paga isso, paga aquilo. Se tirar, a gente não... Não é fácil, não. Ele aposentou com três salários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi reduzido.

A SRª JUDITE VIEIRA DO CARMO – Quando Deus o levou, a dez meses atrás...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele já faleceu?

A SRª JUDITE VIEIRA DO CARMO – Só tinha dois. Com um meu, três salários. Se tirar, a gente passa fome. Quer dizer, quando termina de pagar as contas, não tem mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, D. Judite Vieira do Carmo, pensionista, que fala do seu companheiro já falecido, que teve um redutor pelo fator. Ela vai na linha do que falou o Moacir, da Cobap, que tem que se atualizar os benefícios pelo número de salários que pagavam, e não... Vem o fator e tira um pedaço e, depois, a correção não acompanha o crescimento real, a que é dada ao salário mínimo. Cada vez mais a situação fica difícil!

Bom, meus amigos, eu entendo que esta audiência pública cumpriu todos os objetivos a que se propôs, que é esclarecer à população a importância de trabalharmos todos pelo fim do fator. Eu sempre digo: é a lei mais cruel que foi colocada neste País depois da ditadura. Felizmente, depois de muita peleia, muita peleia, a gente está agora com a oportunidade de, de uma vez por todas, liquidar esse fator previdenciário ou deixar, pelo menos, como alternativa, mas tendo uma proposta decente, que permita às pessoas se aposentarem com salário integral.

É bom lembrar que a soma... Porque as perguntas que vêm sempre trazem essa dúvida que aqui também foi colocada por todos. Eu vou dar um exemplo. Se o cidadão tiver 58 anos e tiver contribuído 37 anos, ele se aposenta com salário integral. Então, não precisa ter 60 anos. A soma tem que dar 95. Se a mulher tiver 53 anos, mas tiver 32 anos de contribuição, se aposenta com salário integral. Vejam que é uma proposta aplicada aos servidores, que estão tranquilos; muitos optaram por esse caminho há anos já. Então, caminhamos nesse sentido.

Faço um apelo, aqui no encerramento, à Presidenta Dilma: que não vete a matéria. Vai passar aqui no Senado, tenho certeza de que vai passar porque o Senado, como já foi dito e eu repito, por duas vezes já votou

essa matéria e, na minha avaliação, vai referendá-la nesta semana ou na semana que vem. Com isso, a gente caminha a passos largos para que o fator tenha uma alternativa que seja bem melhor para a mulher e para o homem. Repito, pessoal, não é seis por meia dúzia. Calculem! A mulher tem que ter 67 anos para ter direito à aposentadoria integral. Pelo fator e por essa fórmula, ela poderá ter aos 55 anos. Há uma grande diferença entre 67 e 55! E o homem, vamos calcular, 59, 60 e 67.

Então, é uma mudança positiva, não trará esse impacto que dizem para a Previdência. O Floriano aqui mostrou, e a revista que ele nos deixou, que os próprios auditores dizem: "Nós fizemos milagre para manter a receita." O que o Floriano me dizia hoje pela manhã? É só contratar mais auditores, aumentar a fiscalização que há chance de aumentar, no mínimo, mais 100 bilhões, eu diria até, tranquilamente, na arrecadação, enquanto dizem que a retirada do fator poderá dar um prejuízo de R$1 bi por ano. Esse é o dado, conforme disse, na época, e foi muito bem colocado, o Ministro.

E digo mais: o Ministro Gabas, atual Ministro da Previdência, fala com todas as letras que o fator não tem mais razão de existir. O Ministro Gabas! Olha, eu estou falando aqui porque ele falou em público numa audiência em que estávamos e deu entrevista a jornal inclusive. Ele disse que o fator não tem mais razão de ser. Não sei por que essa teimosia, então, se o próprio Ministro da Previdência reconhece que não há mais razão de ser do fator e que poderíamos caminhar tranquilamente para uma posição de ter uma proposta que, eu diria, dá um pouco mais de fôlego para o nosso povo, para nossa gente, de se aposentar com um salário um pouco melhor.

Enfim, eu acho que aqui só me resta dizer isso, agradecer a todos e fazer o apelo aos Senadores para que votem pelo fim do fator e que a Presidenta não o vete. Que a energia do universo, que Deus ajude a todos nós neste momento tão difícil que estamos atravessando, de forma tal que possamos melhorar o salário dos aposentados e pensionistas, daqueles que vão se aposentar com uma boa notícia. Fala-se tanto em pauta positiva. Pauta positiva é isto: é rejeitar aquele famigerado PL 30, da terceirização, e dizer adeus ao fator previdenciário. (*Palmas.*)

Obrigado.

Isso unifica o povo brasileiro.

Vamos, moçada... Eu queria convidar os idosos todos para tirar uma foto aqui com a gente porque acho que esta é uma reunião histórica. Histórica porque aqui estamos demarcando, Senador Telmário, por favor, o fim do fator previdenciário. Todos os que puderem venham aqui à frente. Depois levarão uma cópia, inclusive, dessa foto. (*Pausa.*)

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.*)

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos do dia dezenove de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Humberto Costa, Hélio José, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, José Medeiros, Vicentinho Alves, Eduardo Amorim e dos não membros Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Garibaldi Alves Filho, Paulo Bauer e Ronaldo Caiado. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 59, de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A preocupante situação da assistência cirúrgica aos pacientes com doenças cardiovasculares". O Senhor Presidente informa aos presentes que a reunião é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, com comentários ou perguntas, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Marcelo Matos Cascudo, Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular; Fernando Lucchese, médico cardiologista; Marcelo Antonio Cartaxo Queiroga Lopes, representante do Conselho Federal de Medicina – CFM; José Eduardo Fogolin Passos, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde; Maria Ângela da Paz, Gerente de Regulação e Controle Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Fábio Jatene, representante da Associação Médica Brasileira; Neli Muraki Ishikawa, Técnica da Coordenação Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Janaína Souto, da ONG Pequenos Corações; Patrícia Braile Verdi, representante da Indústria Nacional de Equipamentos Médicos e Dr. Henrique Furtado, cirurgião cardiovascular. O Senhor presidente acolhe os seguintes encaminhamentos feitos durante a reunião: 1) O Senador Garibaldi faz encaminhamento para ser marcada uma audiência às 15h

com os Senadores e os palestrantes com o Presidente Renan Calheiros. Fica acertado que a reunião será marcada pelo Senador Vicentinho; 2) o Senador Eduardo Amorim faz encaminhamento para que um grupo de Senadores e os palestrantes convidados sejam recebidos pelo Ministro da Saúde. O Senhor José Eduardo Fogolin Passos compromete-se a receber pessoalmente, a partir das 17 horas, os Senhores Senadores e palestrantes da audiência pública para dar o encaminhamento técnico da audiência, em nome do Ministro da Saúde, Arthur Chioro. Às dez horas e cinquenta e três minutos o Senhor Presidente passa a presidência dos trabalhos para o Senador Donizeti Nogueira. O Senhor Presidente concede a palavra para os palestrantes para responder às indagações dos Senhores Senadores e fazer suas considerações finais. Fazem uso da palavra os seguintes senadores: Paulo Paim, Garibaldi Alves Filho, Vicentinho Alves, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Donizeti Nogueira e Maria do Carmo Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom dia a todos e a todas. Manifesto minha satisfação em recebê-los aqui. Sempre abro 9h em ponto, sou muito pontual. Peço desculpas porque, hoje, atrasei quatro minutos.

A nossa Senadora Ana Amélia está presente, o Senador Garibaldi também. Com a presença dos dois Senadores, já podemos abrir a reunião, há quórum.

Então, uma salva de palmas para os dois, Senadora Ana Amélia, Senador Garibaldi.

Assim, agora, oficialmente, com a presença dos Senadores, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da primeira Sessão Legislativa ordinária da 55ª legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 59, de 2015, de nossa autoria e de outros Senadores e Senadoras.

O tema, conforme a proposta desta audiência pública, é a preocupante situação da assistência de seguros aos pacientes com doenças cardiovasculares.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link bit.ly-audienciainterativa e também do Alô Senado através do 0800-612211.

Vou, rapidamente, situar, já que a nossa audiência é transmitida...

Dr. Lucchese está aqui; ele, que cuida do meu coração, do da Ana Amélia e do Simon também.

Eu tinha aqui um pronunciamento construído pela assessoria, bem curto, e temos também a carta que recebemos da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular. Então, vamos, rapidamente, fazer essa introdução sobre o tema proposto pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular.

Enfim, é preocupante a situação da assistência de seguros aos pacientes com doenças cardiovasculares. Sejam todos bem-vindos a este debate sobre a saúde e as doenças cardiovasculares no Brasil.

Nesta audiência pública, iremos debater um tema que tem preocupado a toda a população do nosso País. Digo isso pelo prognóstico que nos foi apresentado pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular. Vou ler, rapidamente, a carta que foi encaminhada a todas as autoridades do País. Eu e outros Senadores já a lemos na tribuna, aqui, do Senado, e faço questão de lê-la na abertura dos trabalhos, para a sociedade entender como é que esta audiência foi provocada e por quem.

Aqui, no caso, a carta foi dirigida ao próprio Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, mas eu recebi, a Senadora Ana Amélia recebeu e todos os Senadores receberam.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular representando cirurgiões cardiovasculares do Brasil, reunida de forma extraordinária em sua sede em São Paulo, analisou a preocupante situação da assistência cirúrgica aos pacientes portadores de doenças cardiovasculares. Constatou um grave e eminente risco de colapso no atendimento cirúrgico, em especial, às crianças cardiopatas, com diminuição progressiva e acentuada no número de cirurgias cardiovasculares realizadas nos últimos cinco anos. Além da não incorporação de novas tecnologias, e, por este motivo, resolve-se alertar a todas as autoridades para que se estabeleça uma interlocução imediata de discussão e equacionamento dos problemas existentes preservando-se o legítimo direito da população de acesso universal à saúde.

Considerando-se que, no ano de 2014, computando um procedimento do SUS, particulares e convênios chegou-se ao número total de 92.106 cirurgias cardiovasculares, enquanto que em 2010 foram realizadas 102.300 cirurgias cardiovasculares. Ou seja, houve um decréscimo em torno de dez mil cirurgias.

Eu chego aqui a dizer: houve uma preocupação, no mínimo direta aqui, com dez mil vidas que não tiveram essa possibilidade.

Com o fechamento de hospitais e serviços de alta complexidade, todo o sistema de atendimento em cirurgia cardiovascular, compreendendo hospitais, profissionais de saúde e indústria de equipamentos biomédicos, passa por dificuldades, que podem se tornar insuperáveis se não tiverem a ação devida dos órgãos competentes. Isso certamente acarretará o desmonte do Sistema Público de Alta Complexidade, em particular a cirurgia cardiovascular, com danos irreparáveis ao equilíbrio da sociedade.

Há que se ressaltar a importância da manutenção do bom funcionamento dessa especialidade, uma vez que as doenças cardiovasculares são responsáveis por 32% das mortes no nosso País. Decidimos então tornar pública nossa preocupação e iniciar contatos com todas as autoridades constituídas para partilhar os problemas e equacionar soluções.

A diretoria da SBCCV encontra-se totalmente à disposição para os devidos esclarecimentos e orientações indispensáveis ao equacionamento desse grave problema que atinge a população brasileira.

Este documento foi enviado às seguintes autoridades: Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Anvisa, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, líderes dos partidos, Senadores e Senadoras, associações médicas brasileiras, Conselho Federal de Medicina, Federação Nacional dos Médicos, Federação Nacional dos Hospitais, secretários estaduais de saúde, Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União.

E naturalmente também para a Câmara dos Deputados, como consta aqui.

Assina Dr. Marcelo Matos Cascudo, Presidente da SBCCV.

Primeiro, uma salva de palmas pela iniciativa. (*Palmas.*)

Entendo que é uma proposta positiva, que eu chamo de agenda propositiva para equacionar, como diz bem o documento aqui, e discutir as questões relacionadas à saúde.

Como pedi já uma salva de palmas aos dois Senadores, peço também à nossa querida Senadora Maria do Carmo, sempre presente aqui em todos os momentos, e pela importância clara do tema. (*Palmas.*)

Nós vamos de imediato formatar agora a nossa mesa, com nossos convidados.

Convido o representante do Conselho Federal de Medicina (CFM), Dr. Marcelo Cartaxo Queiroga. Seja bem-vindo aqui, com as nossas palmas, pela presença. (*Palmas.*)

Dr. José Eduardo Fogolin Passos, Coordenador-Geral da Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde, que está aqui presente. (*Palmas.*)

Para nós é importante, porque fico chateado mesmo quando em audiência pública – e você já é a segunda vez, meus cumprimentos –, não é que eu ache que os Ministros têm que estar em todas as audiências públicas, porque são centenas de audiências públicas por mês aqui neste Congresso Nacional; mas, pelo menos, que mande um representante que fale pelo Ministro, que fale pelo Ministério. Por isso, meus cumprimentos a você mais uma vez, Dr. José Eduardo.

Convidamos a Drª Maria Ângela da Paz, gerente de regulação e controle sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Seja bem-vinda também. (*Palmas.*)

Marcelo Matos Cascudo, Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, que assinou o documento que tomei a liberdade de ler aqui. (*Palmas.*)

Dr. Fernando Lucchese, médico cardiologista lá do meu Rio Grande. E, na verdade, foi ele que me provocou um pouco. Já que é médico do coração, ele me disse: "e daí, Paim, o que é que tu vai fazer?" Eu digo: "Eu vou ler o documento e vou tentar fazer uma audiência pública." Felizmente estamos aqui, doutor. Seja bem-vindo.

Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM); e Dr. Fábio Jatene, representante da Associação Médica Brasileira. Sejam todos bem-vindos aqui. (*Palmas.*)

Deve ser filho do Jatene, não é? Eu tive a alegria de conhecê-lo, e hoje conheço você pessoalmente. Ele esteve conosco naquele debate da CPMF, quando fez uma defesa brilhante, tanto que, naquela época, pelo motivo justo pelo qual foi criado, que foi desvirtuado depois – sei que ele mesmo ficou muito chateado depois – ele conquistou toda a Bancada do nosso Partido para aquela votação. Inclusive, fui favorável e fui contra a revogação, porque achava que tinha de ajustar o rumo, o dinheiro ir, efetivamente, para a saúde.

Então, ganhando tempo, de imediato, vamos passar a palavra para os nossos convidados. Está aqui o Senador Vicentinho, 1º Secretário da Casa; o Senador Eduardo Amorim, que é médico. Deu até quórum para votação, acho que vamos suspender a audiência, vamos votar primeiro os projetos e depois vamos para a audiência. Claro que é uma descontração. Vamos aos nossos convidados. O tempo normal é de dez minutos com o limite de mais cinco. Vamos manter esse mesmo critério para que todos possam usar a palavra, assim como, naturalmente, os Senadores.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Marcelo Cartaxo Queiroga, representando o Conselho Federal de Medicina.

O SR. MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Exmo Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, demais componentes da mesa, é com grande satisfação que represento o Dr. Carlos Vital, Presidente do Conselho Federal de Medicina, em uma sessão de tal importância.

Discutir os rumos da cirurgia cardiovascular no Brasil é discutir a assistência cardiovascular como um todo, haja vista a importância dessa especialidade e das técnicas que são empregadas, que contribuem de maneira incontestável para a redução das doenças cardiovasculares no Brasil. Aqui, destaco especialmente o tratamento da doença coronariana, a principal responsável por mortes no Brasil. Destaco também as intervenções cirúrgicas no âmbito da cirurgia cardiovascular pediátrica. Em outra ponta, a cirurgia cardiovascular em pacientes idosos. Nesse sentido, tenho a honra de estar sentado ao lado do Senador Paulo Paim, Relator do Estatuto do Idoso, uma das leis mais avançadas do nosso País. Por outro lado, representando o Conselho Federal de Medicina, gostaríamos de externar, em nome da entidade, a nossa preocupação com a assistência cardiovascular de alta complexidade no Brasil.

O Conselho Federal de Medicina defende o aprimoramento do Sistema Único de Saúde, Srs. Senadores, defende uma carreira de Estado para médicos e defende a ampliação dos recursos na área da saúde, bem como a execução por completo do orçamento previsto para a área da saúde, que, segundo dados do próprio Conselho, não é implementado na medida máxima do possível.

Nesse sentido, sabemos que a assistência cardiovascular de alta complexidade é exercida em unidades de alta complexidade e em centros de alta complexidade cardiovascular. Esses últimos, Senador Garibaldi, são responsáveis por uma assistência integral naqueles casos de alta complexidade, como aquele nicho que atende à cirurgia de transplantes cardíacos.

Quero, como cardiologista intervencionista – e temos uma relação mais ou menos parecida com a dos judeus e palestinos – testemunhar que a cirurgia cardiovascular é a joia da coroa da medicina brasileira. O Senador Paulo Paim ainda há pouco citava o nosso inolvidável ex-ministro cirurgião Adib Jatene. O Professor Adib Jatene, pioneiro da cirurgia cardiovascular no Brasil, contava-me que, nos primórdios, foi aos Estados Unidos e comprou dois equipamentos de circulação extracorpórea. Um ele usou na assistência, o outro ele desmontou para aprender a fabricar aqueles equipamentos.

Assim, poderíamos reduzir os custos e ofertar essa importante técnica para atender os milhões de cidadãos de nosso País. Com isso, a cirurgia cardiovascular, além da *expertise* técnica, que é peculiar a todos os cirurgiões, também presenteou nossa sociedade com uma indústria nacional que produziu equipamentos e dispositivos essenciais para a assistência cardiovascular por preços que propiciam uma razão de custo, efetividade incremental, tolerável para a realidade brasileira.

Quando nos deparamos com esta carta, elaborada com tanto cuidado, pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, o Conselho Federal de Medicina, já sabedor das vicissitudes de nosso sistema de saúde, ficou deveras preocupado. Mas, por outro lado, ficamos recompensados de saber que os Srs. Senadores, na pessoa do Senador Paulo Paim, aceitaram discutir este tema em uma Comissão tão importante quanto esta.

Como cardiologista intervencionista, atuo no setor de alta complexidade cardiovascular no Estado da Paraíba. E, aqui, estou ao lado do paraibano Marcelo Cascudo e do gaúcho Paulo Paim. Em 1930, Getúlio e João Pessoa fizeram uma Revolução e transformaram o Brasil, de uma fazenda de café, em um País industrializado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Dr. Marcelo, V. Sª me permite?

O SR. MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pois não, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – É um paraibano norte-rio-grandense, meu conterrâneo.

O SR. MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Norte-rio-grandense...

E eu tive a honra de conhecer V. Exª na Festa do Algodão em São José do Campestre, não é? De tal sorte, sinto-me em Casa não só por ser aqui a Casa do Povo, como também de ser acolhido, de forma tão hospitaleira, aqui no Senado Federal.

Então, nós, não só os paraibanos como os gaúchos, podemos nos juntar para buscarmos soluções que fujam da crítica fácil ao Governo Federal. Sabemos que há um embate constante entre o Governo (a Administração Pública) e a classe médica, mas isso é fruto do próprio processo democrático, e entendemos que dias melhores poderão acontecer para nosso País, até porque a saúde pública não tem partido, mas é uma causa. É uma causa de todos os brasileiros, especialmente de nós, classe médica. (*Palmas.*)

Quando vejo um cirurgião do quilate do Dr. José Pedro da Silva, um dos principais cirurgiões de nosso País, aqui preocupado com a assistência, sei que ele é responsável pelo serviço de cirurgia cardiovascular do Hospital de Beneficência Portuguesa, que é minha Alma Mater, local em que se praticam cirurgias em um vo-

lume impressionante por nosso Sistema Único de Saúde, só posso ter esperança de que encontraremos um caminho para resolver esse impasse que se instala na saúde pública neste momento.

Então, são estas as palavras iniciais. São palavras de esperança que trago para os Srs. Senadores e os demais integrantes desta sessão tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem... (*Palmas.*)

Foi Dr. Marcelo Cartaxo Queiroga, representante do Conselho Federal de Medicina, que deixou muito claro a importância desta audiência pública, da forma que todos a entendemos: propositiva, afirmativa, que torna possível encontrarmos soluções para a saúde de todo povo brasileiro.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Vicentinho... Sempre dizendo que o Senador aqui fala no momento que lhe for mais adequado.

Agora, com a palavra, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Presidente, de forma rápida, porque tenho um compromisso agora, logo em seguida.

É possível fazer uma rápida consideração?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Vicentinho com a palavra. S. Exª é o 1º Secretário da Casa, representando aqui a Mesa do Senado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Cumprimento V. Exª, os colegas e as colegas Senadoras, os ilustres visitantes que nos honram, a todos nós e ao Senado Federal.

De forma rápida, cumprimento todos na pessoa do Dr. Henrique Furtado, que ali está. Dr. Henrique, seja bem-vindo. Trata-se um médico de grande referência em nosso Estado do Tocantins. Foi Secretário de Estado e um cardiologista de primeira grandeza.

Eu tenho uma preocupação com a valorização de nossos médicos, principalmente os cardiologistas, porque sempre bato à porta dos cardiologistas com pressão alta, etc. Tenho um filho que em breve se forma em cardiologia, Tiago Tapajós. E não me preocupo só pela questão familiar, mas porque observo a luta deles, dos estudantes, e também a luta dos senhores, já em carreira bem avançada.

Preocupa-me muito essa multa sobre a qual o Dr. Henrique se manifestou comigo ainda ontem, no aeroporto de Palmas. Acho que não podemos mais deixar que eles sejam mais penalizados do que já são. Então, em tudo o que o Senado Federal e este modesto Senador do Tocantins puderem fazer pelos médicos cardiologistas, no voto, no apoio, enfim, podem contar comigo. E acredito também que, com o comando do Presidente Paim, que é altamente solidário com essas causas, nós haveremos de avançar.

Agora, com relação ao Ministério da Saúde, Dr. José Eduardo, eu gostaria que o senhor ouvisse bem, depois, na audiência pública ou no Ministério, as considerações do Dr. Henrique. As nossas crianças do Estado não podem ser operadas em cirurgias cardíacas lá na Maternidade Dona Regina porque não tem equipamento, não tem estrutura. Na capital de um Estado moderno, como é Palmas, isto não é admissível: crianças morrerem por falta de equipamento, por falta de apoio do Ministério da Saúde. Falo assim como um Senador da Base, que contribui aqui, de forma permanente, para a melhoria do povo brasileiro.

Portanto, eu gostaria de deixar registradas essas considerações e pedir desculpa pela minha ausência, porque, na condição de 1º Secretário, tenho uma série de assuntos para serem assinados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Além de haver umas dez comissões funcionando.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – No mais, tenham um bom dia. Sejam bem-vindos! Contem conosco aqui, como Senador do meu querido Tocantins, para contribuir com todos os médicos cardiologistas e de modo geral, porque eu também tenho uma mocinha que vai se formar agora, a Mariana, com 23 anos, mas ela será pediatra. Contem comigo para, cada vez mais, valorizar e contribuir com a carreira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Vicentinho, que deu uma bela contribuição.

Com a palavra, o Dr. José Eduardo Fogolin Passos, que fala pelo Ministério da Saúde.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Bom dia a todos e a todas. Nobre Senador Paim, é uma satisfação participar novamente de uma mesa com V. Exª. Gostaria de fazer um agradecimento a todos os Senadores presentes: a Senadora Ana Amélia, o Senador Garibaldi e, em especial, a V. Exª, Senador, e um grande abraço a todos os profissionais aqui presentes, não apenas profissionais da área da cirurgia cardíaca, mas todos os profissionais da área da saúde. Quero também fazer um agradecimento nobre à Senadora Maria do Carmo e ao Senador Vicentinho.

Senador Vicentinho, se me permite, antes da ausência de V. Exª, até retornar ao questionamento. É muito pertinente. O Estado do Tocantins vem ascendendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você não é obrigado a conhecer todos, mas sei que você conhece o Senador Amorim, que é médico também.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Senador Amorim, é uma satisfação muito grande.

Novamente, até antes de V. Exª se ausentar desta audiência, primeiramente, o Estado do Tocantins, em relação ao cuidado da atenção especializada na alta complexidade, vem avançando. É muito importante destacar que o Ministério da Saúde, através dos seus repasses, tem a habilitação dos serviços, em especial na alta complexidade e na cardiologia. Ele habilita e repassa os seus custeios. Para essa habilitação, o Ministério da Saúde, em relação à pertinência da colocação de V. Exª em relação a equipamentos, disponibiliza...

Todos os Parlamentares, através das emendas parlamentares, também podem colaborar em relação a equipamentos e estruturas para os serviços hospitalares. Então, de toda forma, aos profissionais que estão lá, que têm a capacitação, esta Casa também pode colaborar no sentido de todas as emendas serem encaminhadas para determinados serviços.

Além disso, o próprio Ministério da Saúde repassa, através de ações e programas, o próprio incentivo financeiro de financiamento para as estruturas e equipamentos. Então, o serviço que assim pleitear a gestão... Ela pode pleitear estruturas e equipamentos para procedimentos cirúrgicos, estruturas de UTI, estruturas de leitos hospitalares, reformas e ampliações. Então, anualmente, são disponibilizados também esses recursos para essa finalidade de estrutura.

A partir do momento em que se tenha a estrutura, e, assim, toda a própria sociedade, a especialidade e o cuidado, é feita a habilitação.

Então, existem duas formas em que o Ministério participa do incentivo para investimento: através das ações programáticas e, também, através das emendas parlamentares que possam também ser incluídas para investimento dessa obra.

Eu acho que só para iniciarmos um esclarecimento...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Pela ordem, Presidente.

Só para esclarecer ao Dr. Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Nós já destinamos as emendas, porque a metade das nossas emendas ao Orçamento são para a Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Obrigatoriamente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Só que isso é mínimo. Isso que eu quero dizer. Isso é mínimo.

Nós já fazemos isso – todos nós, Parlamentares, aqui. Metade dos recursos das emendas individuais é destinado à saúde, para equipamentos etc. Só que nós cuidamos, no caso do Estado, de 139 cidades. Então, é um tomógrafo, é um aparelho de Raios X, enfim.

Palmas é uma capital que é referência e que concentra tudo lá. Aqui está um médico que conhece a fundo esse problema, que eu gostaria que o senhor, depois, em outro momento, o ouvisse. É importante, porque as notícias são as piores, e isso reflete tanto no Governo Federal, quanto no Governo do Estado, quanto na prefeitura da capital. E queremos é resolver o problema, para que as crianças não morram. Esse é que é o problema – tanto nós, Parlamentares, quanto a parte do Governo.

Com relação às emendas, nós já as colocamos.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Então, somente para iniciarmos...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sr. Presidente, pedindo a compreensão do Dr. José Eduardo, eu gostaria de pedir ao Senador Vicentinho, que é o 1º Secretário da Casa, já que vai ter que se retirar e já justificou, plenamente, a sua ausência, com a aprovação, aqui, dos Senadores, principalmente, do Presidente, que ele solicitasse ao Presidente da Casa, o Senador Renan Calheiros, uma audiência, ainda hoje, como resultado da nossa audiência pública.

Eu sei que nem todos os profissionais, os eminentes profissionais que estão aqui presentes, poderão esperar a hora que for marcada, Senador Vicentinho, pelo Presidente, mas certamente que alguns poderão, e nós, então, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, poderíamos retomar, porque já houve, segundo Dr. Marcelo Cascudo me informou, uma audiência com o Presidente Renan Calheiros, e, agora, poderíamos, diante dessa audiência pública, retomar o assunto, para que ele desse o apoio necessário às conclusões desta audiência pública.

Se V. Exª aprovar e as Srªs e Srs. Senadores aprovarem a minha sugestão, a minha proposta, eu incumbiria o Senador Vicentinho, pediria a ele para que fosse o destinatário dessa missão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Hoje, à tarde, não seria, porque, às 11 horas, nós temos um debate.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não, nós temos debate sobre terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas, hoje, à tarde, os profissionais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De minha parte, está assegurado para hoje à tarde.

Se o Senador Vicentinho puder fazer um encaminhamento junto ao Presidente Renan, eu também o farei, reforçando, por parte da Comissão de Direitos Humanos, fruto da proposta do Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Antes da Ordem do Dia hoje, à tarde.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Senador Garibaldi, dá para repetir a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Garibaldi, ele pede que o senhor repita a proposta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – O que peço ao Senador Vicentinho é que ele possa se entender, ainda hoje, pela manhã, se for possível, claro, com o Presidente Renan Calheiros, no sentido de que ele possa receber uma representação, uma comissão, dos eminentes profissionais que estão aqui nessa audiência pública, e eles farão ver ao Presidente Renan, diante das conclusões, que há necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dessa audiência pública, a necessidade.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – ... do apoio desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu sei que Dr. José Eduardo levará ao Exmo Ministro da Saúde as propostas e, quem sabe, Dr. José Eduardo poderá marcar uma nova audiência, porque já houve uma audiência com o Ministro da Saúde.

Senador Paulo Paim, posso estar sendo impaciente, impertinente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está sendo pertinente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas quem sabe se o coração não está falando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O coração e a razão estão falando.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, acho uma excelente ideia a do Senador Garibaldi, estamos antecipando algumas coisas, porque, para vocês que estão chegando a esta Casa... o Dr. Teles cito aqui com muito orgulho, meu professor, meu mestre, meu chefe na escola, antes de vir para esta Casa fazia cirurgia cardíaca todos os dias. Então, sei muito bem o sofrimento por que eles passam. E não é fácil.

Quero dizer, Senador Garibaldi, que sabemos que, à tarde, a agenda estará lotada de Presidente, comitivas, enfim. Se der tempo ainda agora pela manhã, acho que daqui diretamente poderíamos pedir agenda com o Presidente, dar não só o encaminhamento do Tocantins, mas de Sergipe, do Rio Grande do Norte, de todo o Estado, porque é muito sofrimento.

No Rio Grande do Sul também tem, Ana Amélia?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No Rio Grande do Sul, na Paraíba.

Se todos concordam, daremos encaminhamento, pedimos que o Presidente Renan nos receba no momento em que ele entender mais adequado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Presidente, quero sugerir que seja às 15h, devido aos compromissos de horário, e é um bom horário, porque o Presidente já está chegando para a Ordem do Dia.

Quero acrescentar também que o Dr. José Eduardo nos receba junto com o Ministro da Saúde, para que tratemos desse assunto também com ele administrativamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dificilmente vou a Ministério, mas nessa reunião eu vou.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Mas eu irei. Vou representando-o.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É muito difícil eu ir. Em cada 100 audiências, vou a uma. Nesta eu vou.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Mas a sua presença somaria muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nesta eu vou, há o compromisso de que estarei junto lá.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dr. José Eduardo Fogolin Passos com a palavra, em nome do Ministério da Saúde. Seu tempo passa a ser contado a partir de agora.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Novamente retornando, a doença cardiovascular é a doença que mais causa sequelas e mortes no mundo. Com o avanço da mudança do perfil epidemiológico, também temos cada vez mais o acúmulo de fatores de riscos, de doenças e fatores e agravos associados a essas doenças cardiovasculares, seja hipertensão, diabetes e outros fatores de risco cardiovasculares.

Além disso, o cuidado às doenças do coração, em especial as cardiopatias congênitas, é uma dívida histórica de vários sistemas de saúde, incluindo o nosso próprio sistema. A alta complexidade foi incorporada no Sistema Único de Saúde e de lá para cá tivemos grandes saltos, seja o transplante, a cirurgia cardíaca, a cirurgia cardíaca pediátrica, a hemodinâmica, a eletrofisiologia, a vascular. Mas ainda há grandes saltos a serem feitos dentro do sistema.

Esta audiência, muito além de colocações apenas dos avanços e daquilo que temos melhorar, é uma mesa totalmente de discussão num sentido único da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O Ministério da Saúde está aqui representando conjuntamente a sociedade de especialidade, com os nobres Senadores, no intuito único de melhoria da qualidade. Temos aqui muitas vezes alguns posicionamentos que, às vezes, diferem do diálogo, isso faz parte de um processo de diálogo, da estruturação do Sistema Único de Saúde, mas acima de tudo é nobre esta audiência, que tem um impacto fundamental não somente da colocação daquilo que temos de avançar, mas de algumas decisões que temos de tomar na melhoria da qualidade de vida.

Digo isso, porque tenho um carinho muito grande pelo presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, o nobre Dr. Cascudo, que vimos discutindo, já o Ministério da Saúde elencou como prioridade cuidar da criança com cardiopatia e foi estruturado um grupo de trabalho para que mudássemos o panorama, avançássemos naquilo que tivesse sido colocado na rede pública.

Então, o grande objetivo daqui não é colocar posicionamento que muitas vezes possam ter posições um pouco divergentes, mas acima de tudo todos concordam na melhoria da qualidade de atenção, e este é o papel aqui do Ministério. Antecipo que o próprio Ministro da Saúde, Arthur Chioro, recebeu a Sociedade.

Estávamos presentes, e ele deu dois encaminhamentos imediatos. Foi há menos de um mês esse encontro, foi agora em abril – é muito nobre esta reunião – porque dos dois encaminhamentos, finalizamos a avaliação do trabalho que estávamos concluindo para anteciparmos esses avanços. E eu vou colocar na apresentação.

Então, acima de tudo, trago aqui uma apresentação para mostrarmos o panorama de toda a situação do cuidado às pessoas com cardiopatias, não somente nas necessidades das cirurgias cardíacas.

É muito importante lembrar os saltos que tivemos em relação ao Sistema Único de Saúde. O Brasil é o único País do mundo com mais de cem milhões de habitantes que ousou ter um sistema universal público gratuito, garantido constitucionalmente. Não existe outro país no mundo, dessa magnitude, que teve esse desafio.

A dimensão do Sistema Único de Saúde é importante de ser sempre citada. Temos mais de quatro bilhões de ações ambulatoriais em 2014, e, apenas para fazer um destaque, o maior sistema público de transplantes de órgãos no mundo. E aqui faço uma referência especial à cardiologia, que avançou de maneira significante no cuidado às pessoas com necessidade para esse tipo de ação.

Além disso, temos inúmeros problemas emergentes que não são apenas um privilégio do Brasil, ou de outro sistema único de saúde, mas mundialmente.

Nós temos uma população hoje, nas capitais brasileiras, com 51% de excesso de peso e 23,6% que se declararam hipertensos. Isso é um impacto significativo na evolução do cuidado às pessoas com doenças cardiovasculares.

Trago aqui, em relação ao cuidado específico às pessoas com doenças cardiovasculares, em 2004, o Ministério da Saúde publicou a primeira portaria que lançou mão ao cuidado das doenças cardiovasculares, que prevê a organização das redes estaduais na alta complexidade no cuidado cardiovascular seja para a cirurgia, seja para cuidado hemodinâmico, seja para as outras ações da alta complexidade.

Neste momento, o foco em 2004, foi a alta complexidade. Isso trouxe grandes avanços, mas houve, também, necessidade de avançar no diagnóstico, avançar no acompanhamento ambulatorial, avançar nos cuidados que anteriormente dividíamos em alta complexidade e média complexidade. É um processo em que temos que, cada vez mais, reduzir de uma divisão, porque é apenas uma divisão de financiamento. O cuidado, independentemente da alta complexidade, anteriormente dita, ou média complexidade, é na atenção especializada, é o cuidado continuado que tem que ser feito.

Então, trago aqui que até o ano de 2014, temos 281 estabelecimentos de saúde, hospitais, habilitados na alta complexidade cardiovascular. Desses 281, 213 serviços são de cirurgia cardiovascular e 68 serviços de cirurgia cardiovascular pediátrica.

Em 2014, apenas em 2014, tivemos 29 novos estabelecimentos de serviços, prestando cuidado, totalizando 56 serviços. Qual é a diferença? É que tive 29 novos hospitais e, dos anteriores, cada hospital teve mais uma habilitação em outra complexidade na cardiologia. E foram repassados R$68 milhões, apenas em 2014, para essas habilitações.

Trago números do Ministério da Saúde, disponibilizados no próprio cadastro nacional das habilitações ao ano e, diferentemente da redução, vem aumentando. Nós temos as habilitações em cardiologia, que vêm aumentando, desde 2002 a 2014, com 281 estabelecimentos de saúde habilitados; e na cirurgia cardíaca pediátrica da mesma forma.

Nos últimos dois anos, não tivemos nenhuma solicitação de desabilitação. Tivemos, sim, em determinado Estado, um hospital que era gerido por determinada fundação em outro hospital, a 100km de distância. Ele não solicitou a desabilitação, porque ele já realizava com a sua equipe, nesse outro hospital. Então, não houve uma desassistência nessa migração de habilitação, porque o próprio serviço optou em realizar esse cuidado a 100km, com a mesma equipe. Foi no interior do Estado de São Paulo, na cidade da qual venho, que é a cidade de Bauru. E Botucatu, a 100km, já faz o cuidado com a mesma equipe. E outro hospital que já havia solicitado desabilitação voltou atrás e não desabilitou. Mas é apenas um dado que eu quero trazer a todos os senhores em relação ao avanço dessa desabilitação.

Em relação ao cuidado em cardiologia, de 2008 a 2014, temos um aumento anual do incentivo dado ao cuidado em cardiologia, e não apenas à cirurgia cardíaca. E, quando eu mostro a cirurgia cardiovascular...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Humberto Costa, Senador do Governo, é médico também, e ele até não queria interromper, mas eu faço questão de registrar. Ele é médico, tem sido um lutador por essa causa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi Ministro da Saúde, é o Líder da nossa Bancada, é parceiro nessa luta, e, como está sendo chamado para dez, doze lugares ao mesmo tempo, eu queria cumprimentá-lo pelo trabalho que tem feito na área da saúde! (*Palmas.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu estou interrompendo demais, mas peço a compreensão de V. Exª e do nosso Professor José Eduardo.

Há uma cópia a ser repassada? Porque isso pouparia até o nosso esforço.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Sem dúvida. Deixo à disposição a apresentação, e encaminhamos, através da assessoria parlamentar, o documento referente à apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Comissão de Direitos Humanos se compromete a remetê-los para todos os membros desta Comissão.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Em relação aos dados de 2015, avaliando, ano a ano, de 2008 a 2014, a frequência – o número de cirurgias cardiovasculares – vem aumentando. Então, eu pego um dado de 2010, de 75 mil cirurgias, e o dado de 2014, de 89 mil cirurgias no Sistema Único de Saúde. Quero fazer um paralelo quando mostramos que o Tocantins também tem habilitação na alta complexidade, mas nós temos uma diferença regional muito grande, uma diferença regional de serviços que realizam complexidades distintas, e essa grande diferença traz, como um propósito nosso, mudanças de alguns pontos específicos da portaria de habilitação que favoreceriam essa grande diferença regional, trazendo uma singularidade de cuidado para determinadas Regiões.

O que eu trago aqui? No Brasil, 2010 foi um ano em que houve um aumento específico nos valores dos procedimentos da cirurgia cardíaca no Sistema Único de Saúde. Foi dado um aumento, e os valores chegaram próximo aos valores praticados na saúde suplementar. Nós tivemos 22% de aumento no financiamento do Sistema Único de Saúde para cirurgias, e o impacto de apenas 9% na ampliação do acesso.

O que quero traduzir com isso? Que é fundamental o incentivo financeiro. Nós não nos furtamos da discussão do investimento, que é fundamental para esse cuidado, mas não é, isoladamente, esse incentivo que traz a ampliação do acesso. A ampliação do acesso se traz por organização do cuidado, formação profissional e outras estruturas. Apenas financiar o procedimento não traz qualidade do cuidado global, porque um dos grandes problemas – até trazido pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular – é a questão da terapia intensiva, é a questão do cuidado continuado. Então, o financiamento, para que tenhamos um aumento proporcional, é, acima de tudo, global, não apenas no procedimento, ou na órtese/prótese, no material especial da cirurgia.

Quando trazemos os dados, o que é muito importante – agradeço os dados fornecidos pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, que trouxe os números apresentados pelos nobres Senadores aqui –, há a evolução das cirurgias cardíacas no SUS, no convênio e no particular. Em 2002, 102 mil cirurgias; em 2014, houve uma redução para 92 mil cirurgias. É interessante notar que essa redução foi total, não do Sistema Úni-

co de Saúde, porque, quando pegamos o número de cirurgias do SUS e dividimos pelo número de cirurgias informadas pela sociedade, houve aumento proporcional no Sistema Único de Saúde, trazendo aqui que nós tivemos, em 2010, 75 mil cirurgias, para 102 mil cirurgias informadas. Ou seja, em 2010, tínhamos 73% relativas ao Sistema Único de Saúde, lembrando que 80% da população é SUS-exclusiva. Quando passamos para 2014, tivemos 89 mil cirurgias no Sistema Único de Saúde, para 92 mil totais, passando o aumento relativo de 97% no Sistema Único de Saúde.

Portanto, claro, não colocando a necessidade de ampliar, porque nós ainda temos muito o que ampliar nesse sistema, mas deixando bem claro que o dado de 102 mil e 92 mil concerne todos os sistemas. Se nós tivemos o aumento proporcional no Sistema Único de Saúde, temos aqui, sem considerar transplante, uma migração da rede privada para a saúde pública, ou o Sistema Único de Saúde aumentou em relação ao sistema privado, proporcionalmente, porque os dados são de números de cirurgias.

Claro que esses são dados de números apresentados, porque foi apresentada uma redução ao longo do período, e mostramos o aumento proporcional. Mas isso tudo é apenas para traduzirmos que temos que avançar bastante, esclarecendo dados e informações aqui para todos os senhores.

Em relação a órtese e prótese, o sistema cardiovascular é a especialidade que tem quase que 60% do gasto do Sistema Único de Saúde, do investimento do Sistema Único de Saúde. Órteses, próteses e materiais especiais são 60%; 20% em ortopedia e os 20% demais em todas as áreas. Daí a importância não somente da área, mas a importância de rever o processo em que quatro principais OPMEs – stent, cardiodesfibrilador implantável, marca-passo – representam aqui 60% do investimento do Sistema Único de Saúde em relação a quase 800 órteses, próteses e materiais especiais demais do sistema.

Quero destacar também que, quando se trata de cuidado cardiovascular, não se pode apenas fazer a discussão na alta complexidade. Há que se discutir uma rede de cuidados, e nisso o Ministério da Saúde e toda a gestão do Sistema Único de Saúde se debruça. Aliás, o Sistema Único de Saúde é quem detém o cuidado da atenção básica, porque, no Ministério da Saúde, alcançamos quase 60% da população no Programa Saúde da Família.

Temos hoje em funcionamento 40 mil unidades básicas de saúde e um sistema de informação que está disponibilizado a todas as gestões de informação de acompanhamento do usuário. Isso é fundamental para saber como é que está o acompanhamento da hipertensão, do diabetes, dos problemas cardiovasculares, que podem ser acompanhados na atenção básica. Esses são dados fundamentais para não trazermos apenas discussão na alta complexidade.

E aqui há um dado muito importante de um salto de qualidade do Sistema Único de Saúde, pois tivemos uma ampliação de 4,8 para 7 milhões de acessos de pessoas – 22 milhões de pessoas atendidas desde o início do Programa Aqui Tem Farmácia Popular – a medicações de hipertensão e diabetes. O fato de haver a ampliação desse acesso reduziu a internação por causas evitáveis de doenças cardiovasculares causados pelos fatores de risco de hipertensão e diabetes.

Além disso, foi publicada em 2011, considerando que a principal causa de mortalidade mundial é o infarto agudo do miocárdio, e, no Brasil, acidente vascular cerebral, uma linha de cuidados específicos discutida com a Sociedade Brasileira de Cardiologia...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – ... peço permissão para continuar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você tem mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – ...da linha de cuidado agudo do miocárdio, que trouxe, acima de tudo, a incorporação de tecnologias e também trouxe a oportunidade do avanço nesses cuidados.

Trago uma experiência de Salvador, que implementou essa linha de cuidados, e Salvador teve os seguintes resultados: diminuição da mortalidade não apenas trazendo essa nova tecnologia, mas organizando o cuidado desde o serviço de urgência que o atende até a referência hospitalar. Houve redução, e esse trabalho foi publicado na revista de referência; o impacto é a redução da mortalidade.

Não podemos nos esquecer do transplante: temos hoje o maior sistema público de transplante do mundo com mais de 14 doadores por milhão de pessoas; e do Programa Mais Médicos, que trouxe para a população 14 mil médicos em localidades onde não havia acesso a esses profissionais, em mais de 3.700 Municípios, com mais de 50 milhões de brasileiros atendidos. E isso traz a oportunidade àqueles que não tinham acesso a profissionais médicos, o cuidado e o acesso para esses cuidados específicos.

E inovação. Somente na cardiologia, nós incorporamos desde 2012 um medicamento chamado tenecteplase, que é um medicamento trombolítico fibrinoespecífico, a alteplase, para o acidente vascular cerebral e também para o infarto agudo, o clopidogrel, para o acompanhamento pós-alta no infarto, a dosagem de

troponina na porta de urgência, porque antes não tínhamos, e o stent farmacológico incorporado agora no Sistema Único.

Além disso, há a Carta Sus, que pode avaliar os serviços, e o aumento, de 2002 a 2014, do financiamento dos repasses fundo a fundo do Sistema Único de Saúde.

Eu quero destacar apenas três ações e trazer aqui ao conhecimento de todos que o Brasil tem um plano, que foi discutido na conferência, de enfrentamento às doenças crônicas não transmissíveis com três eixos fundamentais: um eixo de vigilância, um eixo de promoção da saúde e um eixo de cuidado integral. Então, o cuidado que o Ministério da Saúde traz para discussão no Sistema Único de Saúde amplia todo o processo e não apenas na alta complexidade.

Aqui as ações com os espaços em que evoluímos: mais de 18 milhões de alunos, no Programa Saúde na Escola, com o objetivo de promover orientação nutricional; 3.234 espaços gratuitos de academias da saúde para pessoas na evolução do cuidado e na melhoria da qualidade física; Guia Alimentar da População, publicado recentemente como uma referência mundial; além disso, os medicamentos do Saúde Não Tem Preço, que causou um crescimento de 27% do atendimento a pessoas com hipertensão e 14% a pessoas diabéticas.

Trago aqui apenas as seguintes informações: quais são as perspectivas objetivas que o Ministério da Saúde traz para esse cuidado? Nós tivemos uma reunião, com o Ministro Arthur Chioro e a própria Sociedade Brasileira de Cardiologia, e temos duas ações, Senadores: uma ação imediata e uma ação estruturante. O foco no cuidado às pessoas com doenças cardiovasculares é na atenção integral, não apenas focado na alta complexidade.

Estamos estimulando, com as ações que apresentamos, e agora na proposta mais específica de atenção especializada: o cuidado da atenção básica especializada, incluindo assistência farmacêutica e incorporações tecnológicas, que são fundamentais para a ampliação do cuidado; estruturação do registro brasileiro de stent e outras OPMEs, que estão colocadas na pauta – iniciamos com algumas ações e estamos já discutindo a do *stent* – com a própria sociedade que participou dessa ação; finalização de um documento base da linha de cuidado da criança com cardiopatia, de que essa sociedade fez parte deste cuidado; e a revisão de normativos e discussão de atenção especializada.

Somente para trazer como fato, a ação estruturante que o Ministério vai fazer, que requer, a médio e longo prazo, para trazermos ao Sistema Único de Saúde: reorientação da política da assistência cardiovascular às crianças com cardiopatias. Essa é uma dívida histórica que o sistema tem para o cuidado com essas crianças, não apenas no Brasil, mas mundialmente.

Com referências internacionais que trouxemos, há uma necessidade de mudar o paradigma desse cuidado, que hoje tem, primeiro, alguns aspectos: os hospitais competem. A grande maioria dos hospitais habilitados na alta complexidade também são portas de urgência e emergência e competem com o centro cirúrgico. Muitas vezes, os cirurgiões reconhecidos, com qualidade para o atendimento, não conseguem fazer o cuidado, porque compete o leito, compete a UTI, compete o centro cirúrgico. Além disso, a redistribuição do serviço, sob a lógica de rede; urgências eletivas, como comentei; e qualificação da terapia intensiva. Nós ampliamos o financiamento da terapia intensiva em unidades coronarianas e financiamento diferenciado, para R$800 a diária, quando a habilitação é específica. Apenas para complementar, temos um perfil de necessidade de mudar. Hoje nós habilitamos apenas um serviço para cirurgia cardíaca, que tem que fazer toda a complexidade.

Nós sabemos que existem algumas doenças cardiovasculares que têm uma complexidade maior, que poderiam ser feitas em outros serviços. O Brasil avançou, temos um serviço que hoje tem condições de realizar essas cirurgias. O Hospital Francisca Mendes, em Manaus, realiza essa cirurgia agora. Além disso, qualificação de outros diagnósticos. E ação imediata. Na reunião que tivemos com o próprio Ministro, de que a sociedade participou, o primeiro processo é a conclusão desse grupo de trabalho.

O próprio Ministro, nas reuniões, propôs chamar os serviços, chamar os gestores desses serviços, e a própria sociedade, com os secretários de saúde, para que possamos, nesses serviços habilitados, fazer uma ação imediata para ampliação do acesso às crianças que têm necessidade de cirurgia. Avaliar a discussão desse grupo de trabalho, o que já está sendo feito, de órtese, prótese e materiais especiais, inclusive, este Senado tem uma CPI em relação à avaliação de órteses e próteses.

Participação da Sociedade Especialidade. Temos um trabalho de boas práticas com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, iniciando estudo, com a participação da American Heart Association, para acompanhamento de doenças como insuficiência cardíaca, arritmia e doença arterial coronariana.

Temos uma parceria com o próprio Hcor no cuidado cirúrgico, processo formativo e capacitação dos profissionais, que, acima de tudo, não apenas na técnica cirúrgica, mas temos uma grande dificuldade de as crianças com diagnóstico de cardiopatia congênita chegarem aos serviços com maior qualidade, porque, muitas vezes, elas chegam com quadros infecciosos, com quadros mais avançados. Então, esse é o propósito dessas ações.

Primeiro, uma ação imediata que o Ministério traz e foi discutida com a própria sociedade é: dos serviços hoje já habilitados, ações de um financiamento global, chamando os gestores e os próprios chefes desses serviços para que a gente possa ampliar; e ações estruturantes, já colocadas aqui pensando na avaliação de valores e precificação, sobre o que a própria sociedade fez um estudo, encaminhado ao Ministério da Saúde.

Eu queria concluir com a frase de um grande professor– eu me formei pela Universidade de São Paulo – como grande reconhecimento de um nobre profissional que trouxe esta frase, entre inúmeras frases: Prof. Adib Jatene pode trazer. "Nós que militamos no setor de saúde temos uma responsabilidade muito grande: dar valor às pessoas, porque o que a tecnologia fez foi dar valor às coisas, fazendo com que as pessoas se movessem por interesse".

Essa é a nossa apresentação, e nossa obrigação não apenas como gestor, como profissional: trazer, dar um retorno a esse nobre profissional que foi o Dr. Adib Jatene.

Gostaria de agradecer a apresentação rápida, mas de ficar à disposição. Tenho, como já falado pelo nobre Senador, às 10h40, outra reunião de importância, para tratar do glaucoma, que é uma discussão, mas minha equipe está presente em toda a audiência.

Agradeço a oportunidade de falar aos senhores. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Dr. José Eduardo Fogolin Passos, que falou pelo Ministério da Saúde.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele me informou que vai ter de sair às 10h30 – vou passar, em seguida, a palavra à Senadora Ana Amélia –, mas um representante do Ministério ficará aqui, à mesa.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu posso fazer uma brincadeira com o Dr. José Eduardo?

Essa sua LER – o senhor está lesionado – é de brigar com a cardiologia?

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Posso responder?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pode, Dr. José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Pelo contrário, foi um abraço forte dado pela sociedade. Por isso se fraturou a cabeça do rádio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Saiu-se bem, saiu-se bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É resposta política. Resposta política.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Na verdade, foi um corintiano de cinco anos que me deu um drible; aí eu caí e fraturei a cabeça do rádio.

A minha formação é na área da ortopedia e traumatologia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Chegou um ortopedista aí, para lhe dar socorro também e saber se o tratamento que o senhor recebeu foi correto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, como faço sempre – me permita –, vou passar a palavra à senhora.

Estão aqui o Dr. Caiado e o Dr. Capiberibe também, prestigiando. (*Palmas.*)

Peço a ambos que sentem aqui, por favor. Há lugar aqui, na primeira fila: o Dr. Capiberibe, ao lado da Senadora Ana Amélia, e o Dr. Caiado, também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu acho que a figura mais... Pelo que se precisa mais no setor da cardiologia, está a figura do Dr. José Eduardo, que ele trata do Ministério da Saúde, do financiamento, porque o problema é este: recurso.

Eu estive, Dr. José Eduardo – e o dilema é o mesmo –, com prefeitos do Rio Grande do Sul e com o Ministro Arthur Chioro.

O Governo cria programas muito bons, ótimos, inclusive na área da cardiologia. Até os números que o senhor apresentou refletem um cenário positivo.

Os números às vezes têm um olhar, conforme o interesse que temos neles. Na realidade, o que está acontecendo – e penso que não haveria essa mobilização da categoria dos médicos, porque a carta que o Dr. Marcelo Cascudo encaminhou como Presidente da Sociedade Brasileira da Cardiologia Vascular foi lida por mim no plenário, foi lida pelo Senador Paim na abertura desse encontro – e esse encontro está acontecendo por conta disso –, foi lida ontem pelo Senador Alvaro Dias e por outros Senadores. Os nossos Senadores médicos todos sempre têm um olhar para isso.

O problema é que o programa criado não está sendo financiado pelo Ministério da Saúde dentro dos parâmetros necessários.

Eu vou lhe dar o caso das UPAs. A UPA tem de ser financiada no custeio – fazer o prédio é fácil, o problema é o custeio – em 50%, do Governo Federal, do Ministério da Saúde. E o Ministério da Saúde está mandando o equivalente a 30%, 35%.

O que acontece? Fica um vazio ou a responsabilidade da prefeitura, que já está numa situação financeira absolutamente insustentável, de ter de dar mais recursos, para custear aquele programa que foi gerado e que é importante, como é o caso das UPAs.

Então, no caso da cardiologia, estou percebendo que está acontecendo a mesma coisa. Há uma necessidade. E aqui está o Dr. Fábio Jatene.

Conversei com o Dr. Adib Jatene algumas vezes, com muitos jornalistas entrevistando, porque ele foi o pai da CPMF. Ele teve uma ideia, só que o dinheiro da CPMF não foi para a finalidade que o Dr. Jatene criou. Então, agora se fala de novo na volta da CPMF com a mesma finalidade de preencher o buraco gerado pela falta de financiamento para o setor.

É esse o caminho? Nós estamos com uma deficiência grave nesse financiamento, e as instituições filantrópicas, as santas casas, os hospitais filantrópicos, comunitários...

Lá no Rio Grande do Sul, o Senador Paim conhece profundamente – nós conhecemos – o trabalho que fazem essas instituições: se viram, se viram nos trinta, como se fala, para conseguir. Mas chega o momento, Dr. José Eduardo, em que se limita, se esgota, e elas estão todas com dívidas e não podem bancar, porque não têm recursos. Se forem se socorrer no banco, vão ter que pagar juros elevados. Como vão manter o fornecimento do serviço para a população?

Esse é um questionamento singelo, Dr. José Eduardo, diante da exposição que V. Sª fez, dando um quadro que não é, digamos, o quadro dessa dificuldade relatada pela categoria do sistema cardiovascular.

Obrigada.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Senadora Ana Amélia, agradeço o apontamento colocado por V. Exª. Em inúmeras outras audiências, nós tivemos oportunidade de fazer desse diálogo, que é fundamental.

Eu queria deixar bastante plasmado a todos aqui que a apresentação que nós trouxemos, justamente para colocar a evolução histórica, não tira em nada a necessidade de uma discussão. E é essa aproximação que estamos colocando aqui.

Tivemos inúmeros avanços. Eu sempre olho esse copo da metade para cima e da metade para baixo – olho para os dois lados, para os dois sentidos que temos que avaliar.

O próprio Ministro Arthur Chioro, em entrevista dada hoje em Genebra – ele está num evento –, relatou que nós estamos justamente numa fase de avaliação do próprio financiamento de todo o sistema. Não fugimos à necessidade de, cada vez mais, fazer investimentos em saúde, porque esse é o ponto fundamental.

Na colocação dos incentivos, é muito importante notar, nobre Senadora, que, anualmente, quando fazemos o acompanhamento e o monitoramento do serviço, esse repasse já vai para o teto, porque não é um custeio mensal dado. A alta complexidade faz uma incorporação já no teto.

Nós sabemos que, até por competição e por inúmeros outros problemas, quase 48% dos hospitais habilitados não realizam, muitas vezes, o mínimo habilitado em número físico para a alta complexidade em cirurgia cardíaca. O que significa isso? Significa que temos que reavaliar outros fatores. Primeiro, os fatores ligados não apenas a procedimentos. Financiar apenas o procedimento dentro do centro cirúrgico é não dar o cuidado. Uma Santa Casa precisa fazer exame de ressonância, exame para dar o diagnóstico da patologia cardíaca, como angiografia, cateterismo, e as órteses e próteses muitas vezes vinculadas a esse cuidado.

Então, esse conjunto de financiamento... Inclusive a sociedade apresentou um trabalho de precificação das necessidades, que nós discutimos com determinados gestores, para avaliar, em especial, uma primeira grande dívida que temos que fazer, que é cuidar das cirurgias cardíacas, das cardiopatias congênitas.

Qual seria esse impacto? O que nós trouxemos nessa linha de cuidado é isso. Trazendo a discussão do financiamento, sem sombra de dúvida, nós temos que avançar, e, cada vez mais, destinar recursos para o sistema é fundamental.

Para o cuidado na cardiopatia congênita, o impacto da qualidade de vida ocorre de uma maneira muito diferenciada.

Então, o objetivo dessa nossa ação imediata – o que eu coloco de maneira bem objetiva –, como proposto em reunião no gabinete do Ministério, é justamente fazer uma ação imediata com os serviços que hoje estão habilitados, avaliando quais são as dificuldades e por que a ampliação do acesso não está acontecendo em determinadas ações, para que possamos fazer uma ação imediata e outra estruturante, que envolve o financiamento global, e não apenas o financiamento do procedimento, que precifica a necessidade do custo de diagnóstico, internação, exames necessários, incluindo também o valor profissional e o valor relativo à cirurgia. Portanto, é plenamente pertinente a colocação dada, mas o Ministério da Saúde vem justamente nesse sentido.

Nós tivemos agora uma necessidade, colocada até pelo próprio Ministro, mas a essência do Sistema Único de Saúde, independentemente do que foi colocado e do que se espera de ajustes, será sempre mantida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Doutor, agradeço a V. Sª.

Como ainda há cinco convidados para usar a palavra – só falaram dois – e há limite de horário, vou pedir aos outros convidados que, se possível, fiquem no tempo de dez minutos, com, no máximo, mais cinco.

De imediato, passo a palavra à Drª Maria Ângela da Paz, Gerente de Regulação e Controle Orçamentário da Anvisa.

A SRª MARIA ÂNGELA DA PAZ – Bom dia a todos.

Quero, primeiro, parabenizar a iniciativa do Exmo Sr. Senador, Presidente da Comissão, Paulo Paim.

Agradeço o convite feito à Anvisa e agradeço também a presença dos colegas médicos.

Essa não é a minha área de atuação. Sou ginecologista e obstetra e, nos últimos anos, sou sanitarista, uma profissional da Vigilância Sanitária.

A Anvisa fica numa situação um pouquinho mais confortável do que o Ministério da Saúde nessa discussão, uma vez que não cabe à Anvisa a questão de repasse financeiro, a questão de custeio. Então, a gente fica um pouquinho mais bem estruturado para poder apresentar o nosso trabalho para vocês.

Então, eu concordo com o Dr. Fogolin, a questão do acesso é uma coisa importantíssima, só que nós não podemos nos esquecer de um ponto fundamental: não se justifica acesso a qualquer preço, a qualquer custo.

O acesso tem que vir com qualidade, o acesso tem que vir garantindo a segurança do paciente e a qualidade do funcionamento desses serviços, para evitar que crianças ou adultos submetidos a esses processos venham a sofrer num pós-operatório a consequência por estarem num serviço que não tem estrutura para recebê-los da forma adequada.

Eu sou da área de serviços de saúde da Anvisa. Eu sei que há outra área que tem uma interface com o assunto – a questão dos produtos para a saúde –, que seria a Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, a quem cabe a questão do registro dos equipamentos, o registro das novas tecnologias, a área de medicamentos – onde é feito também o registro dos novos medicamentos.

Mas sabemos que esses medicamentos, essas novas tecnologias, quando incluídas dentro de programas de saúde fundamentais, existe uma solicitação direta do Ministro da Saúde à Presidência da Anvisa para que haja um processo de registro acelerado, pela necessidade e para que possa ser garantida aos pacientes essa atenção da forma como se deve.

Então, eu vou falar um pouquinho da questão da qualidade do serviço que é prestado, que é a área de que eu tenho maior domínio. Claro, a gente está à disposição também para discutir um pouco sobre a questão dos registros de produtos.

A gente sabe que têm havido, muitas vezes, denúncias. A gente soube, recentemente, de um caso em um determinado Estado brasileiro onde houve denúncias de uso stents vencidos, de materiais que estavam fora do prazo de validade ou sendo reaproveitados de uma forma que não era correta – apesar de existir normativas e fiscalização das Vigilâncias Sanitárias para que isso não ocorresse.

Bom, então, qual a importância da qualidade? E volto a frisar a importância de não poder ser um acesso a qualquer custo, mas de a gente ter a qualidade como um ponto principal para garantir esse acesso.

A qualidade da assistência em saúde não é apenas ofertar um serviço. Segundo a OMS, ela, além da oferta do serviço, inclui a competência profissional, eficiência de utilização de recursos, mínimo risco, satisfação de usuários e, com isso, consequentemente, um efeito favorável na saúde.

Então, são múltiplos os aspectos que a gente deve avaliar quando a gente fala de avaliação de um serviço ou da prestação da qualidade dentro do setor de saúde. E a qualidade dos serviços é determinante para assegurar a redução e o controle de riscos a que o paciente está submetido.

A gente costuma dizer na Vigilância Sanitária que não existe nenhuma prestação de serviços de saúde que não envolva riscos. Não existe nenhum serviço de saúde a respeito do qual se possa afirmar, com total segurança, que ele não apresenta risco ao paciente e que ele consegue garantir a inexistência desses riscos dentro do seu serviço. Isso não é verdade! Todo serviço tem risco, até porque a saúde é um risco; viver é um risco.

Então, é necessário um conjunto de ações, que são complementares entre si, que, no caso específico da Anvisa, inclui a questão do controle sanitário e as regulamentações para garantir a qualidade e a questão da segurança do paciente.

Nós temos mudado a nossa visão regulatória dentro de serviços de saúde. As nossas normas eram muito prescritivas, muito detalhadas, dizendo aos serviços tudo o que eles precisavam fazer. Nós estamos invertendo esses processos. Hoje em dia, os regulamentos contêm diretrizes. O serviço tem maior liberdade para que eles possam ter os seus próprios protocolos estabelecidos com segurança.

Trabalhamos sempre em conjunto com o Ministério da Saúde. Então, todas as nossas regulamentações... Quando montamos grupos técnicos, o Ministério da Saúde está presente, além das Sociedades Médicas, de Enfermagem, de Farmácia, enfim, todos aqueles que tenham envolvimento com o tema são chamados para contribuir nas nossas regulamentações.

Hoje mesmo temos um grupo revisando a questão da resolução que trata da infraestrutura de serviços de saúde – está acontecendo agora, neste momento, lá na Agência.

E nós temos representantes do Ministério da Saúde, das associações que trabalham com a questão do edifício hospitalar; a Ebserh está presente. Então, temos representantes de serviços, de hospitais, de conselhos, para que nos ajudem a construir uma normativa abrangendo todas as questões, todos os aspectos do risco sanitário.

Temos uma resolução que, hoje em dia, é a base das nossas normativas, a RDC nº 63, de 2011, que trata das boas práticas para serviços de saúde, onde tratamos desde a questão do gerenciamento da qualidade, da segurança do paciente, das condições organizacionais, da organização de prontuário do paciente, da gestão de pessoa. E isso sem ferir outras normativas vigentes, porque o Conselho Federal de Medicina pode dizer: "Mas nós temos normas para o prontuário do paciente!" Com certeza, e o que nós colocamos aqui são apontamentos relativos à segurança e à qualidade retirados de normativas específicas de conselhos.

Trabalhamos nessa norma, ainda, com a gestão de infraestrutura do serviço, a proteção de saúde do trabalhador, a gestão de tecnologias, mas, todas, de uma forma muita ampla e geral. Por exemplo, tecnologias e processos: o que nós colocamos na norma é que todo serviço tem que usar equipamentos que tenham registro na Anvisa, ou esteja regularizados dentro da Anvisa, e que sejam usados para a finalidade a que se destinam; que os profissionais que manipulam esses equipamentos sejam capacitados, tenham treinamentos, sejam especialistas naquilo que eles se propõem a fazer.

Nós definimos nessa normativa a questão das boas práticas de funcionamento, que é a garantia de qualidade: o serviço de saúde tem que prestar os serviços dentro de padrões de qualidade adequados. Não adianta só prestar o serviço; ele tem que garantir que aquele serviço que ele está prestando tem qualidade; e definimos o que é essa garantia da qualidade, que é a totalidade dessas ações necessárias para garantir o que o próprio serviço determina que é necessário ser feito.

Trabalhamos com a questão da segurança do paciente também, em conjunto com o Ministério, de uma forma muito acentuada. Por que trabalhamos com segurança? Estima-se – e esses são dados de trabalhos internacionais – que um em cada dez doentes internados sofre um incidente que poderá causar danos durante a sua estadia dentro de um serviço de saúde, desde uma queda de leito a um erro de medicação. Um milhão e quatrocentas mil pessoas estão sofrendo no mundo a questão da infecção hospitalar. Hoje em dia, sabemos que é um problema grave e sério a questão da infecção hospitalar, principalmente aquelas multirresistentes, que é comum acontecer no pós-operatório de pacientes cardiovasculares que estão muito debilitados e estão internados em unidade de terapia intensiva, onde, se não houver um controle adequado, a proliferação desses micro-organismos é praticamente própria desses locais. Assim, se nós não tivermos um controle adequado, com certeza isso levará a óbito esse paciente ou a incapacidades permanentes.

Em alguns países, uma em cada dez internações hospitalares é devida a eventos adversos, e – o que é mais grave – metade desses incidentes poderiam ser evitados dentro do que já existe estipulado hoje para os padrões atuais de cuidados de saúde. Com as normativas, hoje, que existem, tanto da Anvisa, como do Ministério da Saúde, esses eventos poderiam ser evitados. E, às vezes, é uma coisa pequena que a gente sempre fala: "Lavar as mãos". É uma coisa que, principalmente para nós médicos, parece muito complexo. Nós conseguimos a adesão das outras equipes de saúde – farmácia, enfermeiros –, mas os médicos têm uma certa resistência à questão da higienização das mãos.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ÂNGELA DA PAZ – Rapidamente: com o Ministério da Saúde, temos a portaria que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente, em que a Anvisa se insere por meio da RDC 36, onde nós colocamos as ações para segurança do paciente em serviço de saúde.

Eu sempre coloco que essa norma trouxe três grandes avanços: a partir do momento que nós colocamos que todo serviço de saúde, a partir da publicação dessa norma, principalmente os grandes serviços – e não se inclui ainda os ambulatórios porque não teríamos condições, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, de fazer essa fiscalização –, tem de constituir um núcleo de segurança do paciente, que é responsável por elaborar protocolos do serviço de saúde específicos para os seus atendimentos, Inclusive, os serviços cardiovasculares exclusivos têm que ter esses núcleos para fazer esse acompanhamento. Esses núcleos têm que elaborar o plano de segurança do paciente...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ÂNGELA DA PAZ – ... e todos os eventos adversos devem ser notificados à Anvisa, principalmente nos casos de óbito, e, aí, é responsabilidade da própria Anvisa monitorar esses dados, divulgar relatórios anuais sobre esses eventos adversos, e acompanhar todas as investigações desses eventos quando culminarem em óbito.

Temos várias publicações sobre segurança do paciente que estão disponíveis na nossa página e também temos, juntamente com o Ministério, alguns exemplares impressos. O Ministério da Saúde já publicou os protocolos básicos de segurança do paciente, que incluem um protocolo para cirurgia segura; e a Anvisa tem diversos manuais relacionados ao tema que também estão à disposição.

Nós agradecemos a oportunidades de participar desta audiência de vocês e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ÂNGELA DA PAZ – ... e, naquilo que couber à Anvisa, também estamos com certeza à disposição para auxiliar não só em relação à cirurgia cardiovascular, mas para qualquer outro tipo de auxílio que possa vir a provocar, a providenciar a melhoria da qualidade e o aumento da segurança. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Maria Ângela da Paz. Ficou no tempo adequado.

Estamos com um problema aqui: o Dr. José Eduardo Fogolin vai ter que sair – a senhora ficou em 12 minutos –, mas ele não quer sair sem ouvir, primeiro, o Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, Dr. Marcelo Matos Cascudo, e também o Dr. Fernando Lucchese, porque foram eles que praticamente provocaram esta audiência pública mediante aquela carta que eu li no plenário e que outros Senadores também leram.

Então, de imediato, passo a palavra ao Dr. Marcelo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Paulo Paim, pela ordem.

Eu entendo. O senhor falou de o tempo estar escasso, lembrando-se da sessão das 11h, que é uma audiência em que V. Exª tem um papel muito importante.

Eu só queria, brevemente, falar com a Drª Maria Ângela. O Brasil hoje, milhares, todos os dias... Eu, por exemplo, vou, pelo menos uma vez por semana ou duas, à manicure, e o material que ela usa para fazer a unha nem sempre está esterilizado. Eu, felizmente, faço há muitos anos e não tive nenhum problema. Mas tem que haver esse cuidado de lavar a mão... Tudo isso que a senhora falou é importante.

Agora, em um país com carências muito sérias como o nosso, hoje reciclagem é uma palavra da sustentabilidade, para o meio ambiente, para tudo. Se nós temos problemas financeiros, de recursos, nós temos que ser o mais econômico possível. E a Anvisa proíbe a reesterilização ou a esterilização de instrumentos cirúrgicos usados não só na cardiologia. Por que ela faz isso se os Estados Unidos, por exemplo, fazem a esterilização? E alguns instrumentos importados dos Estados Unidos, usados em cirurgias, especialmente em crianças, não são aceitos pela Anvisa. Isso tem provocado até óbitos por conta da proibição da Anvisa de não usar esses pequenos... Não sei o nome, porque não sou médica, mas quem é médico sabe o que é o nome do que estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Drª Maria Ângela da Paz, a senhora não vai poder responder agora, porque, senão, traremos prejuízo para todos os convidados. A senhora responderá no final, nas considerações finais.

Então, de imediato, passo a palavra ao Dr. Marcelo Matos Cascudo, Presidente da Sociedade de Cirurgia Cardiovascular.

O SR. MARCELO MATOS CASCUDO – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, Senador Paulo Paim; Exmos senhores componentes da Mesa; Exmos Srs. Senadores; Senadora Ana Amélia; meu conterrâneo Garibaldi Alves, que além de Senador, é nosso conterrâneo e amigo; Senadora Maria do Carmo, meus cumprimentos; Senador Amorim, que estava aqui presente; minhas senhores, meus senhores; ouvintes da TV Senado e da Rádio Senado, estamos aqui para falar sobre a preocupante situação da assistência cirúrgica aos pacientes com doenças cardiovasculares.

Nós já estamos trabalhando com isso desde 2010, Fogolin. Desde 2010, na gestão ainda do Ministro Temporão, nós estamos trabalhando e vimos trabalhando em cima desse estado grave que é a cirurgia cardiovascular em pediatria.

Nós estivemos no Ministério da Saúde, na época em que o presidente da nossa sociedade era o Gilberto Venossi Barbosa, gaúcho, e houve aquilo que você falou, um grande aporte nos honorários médicos. Mas foi um aporte apenas nos honorários médicos.

Quero aqui esclarecer que eu, como, na época, vice-presidente dessa sociedade, fui radicalmente contra brigar pelos hospitais e pelas órteses e próteses, porque eu achava que nós, como sociedade médica, deveríamos apenas lutar pelos nossos honorários, que é o que é digno; enfim, o que nós fazíamos e o que nós devíamos receber. Eu não poderia ir ao Ministério da Saúde pedir aumento para órteses e próteses e muito menos pedir para os hospitais, já que eles têm as suas associações.

E nós conseguimos. O Gilberto Barbosa fez um grande trabalho. Na época, o Líder do PMDB na Câmara Federal, Henrique Alves, foi comigo ao Ministério da Saúde várias vezes e convenceu o Ministro de que nós deveríamos ter aumento, porque, naquela época, uma cirurgia cardiovascular pagava R$810 para se dividir para cinco pessoas em campo cirúrgico. Então, isso realmente foi reconhecido, e houve esse aumento. E não houve o aumento para as órteses e próteses e nem para os hospitais, porque essa não era a nossa função, como até hoje acho que não é a nossa função, embora eu veja, hoje, como médico e cirurgião cardiovascular, que eu só posso operar se eu tiver um hospital. Se o hospital fechar, eu não tenho onde operar. Diferentemente do clínico, que pode atender no consultório, que pode atender em um ambulatório, eu só opero na sala de cirurgia e se o hospital me aceitar. E esse hospital só vai me aceitar se ele tiver condições de receber o seu dinheiro, advindo ou do convênio ou do Ministério da Saúde.

Eu estava em uma audiência em Fortaleza, no ano passado, onde estavam presentes o Procurador-Geral do Estado, juízes, o Presidente do Tribunal de Justiça. E, nessa audiência, em que houve a publicação de um livro sobre cardiopediatria, uma mãe se levantou e entregou aquela carta que está aqui à esquerda – não estamos lendo, mas ela está disponível com a nossa gerente geral da sociedade para quem quiser, o Senador que quiser pegar para ler essa carta –, mostrando a angústia e o sofrimento dessas mães e dessas famílias, juntamente com essas crianças, em relação às crianças que são portadoras de doenças cardiopáticas no Estado do Ceará.

Logo depois, recebi uma carta também de uma associação de São Paulo, mostrando o problema que existe em São Paulo dentro dessa especialidade.

Com isso, nós ficamos cada vez mais preocupados e vendo que essas ações poderiam ajudar essas crianças.

Vejam: essa é uma criança que foi operada. Essa criança nasceu com 600g, prematura. Nós a operamos lá em Natal, fizemos duas cirurgias nessa criança. Essa criança, Senador Garibaldi, nós já a colocamos em uma redinha, dentro do berçário, para ela se acostumar a ser nordestina e dormir em rede – está lá, deitadinha na rede. E essa criança, hoje, cresceu; foi operada duas vezes e está curada. Ela vai ser uma cidadã brasileira, que vai contribuir com o Estado brasileiro, inclusive financeiramente, através do seu trabalho. Está aí essa criança.

O Sistema Único de Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Doutor, eu o interrompo, mas por uma causa justa. Chegou agora o Senador Aloysio Nunes, que é um dos grandes líderes nesta Casa da oposição propositiva, como eu chamaria, e também o Senador Hélio José, que nos prestigiam neste momento.

Já estiveram aqui na sala participando, direta ou indiretamente, 13 Senadores; mais do que o quórum.

Uma salva de palmas aos Senadores Aloysio Nunes e Hélio José. (*Palmas.*)

E isso mostra que todos têm preocupação com a saúde.

O SR. MARCELO MATOS CASCUDO – Então, dando continuidade.

Aqui está chegando o pessoal de São Paulo, os Pequenos Corações, uma associação – aquela de que falei, autora da segunda carta que recebi – com crianças e mães que têm crianças que sofrem com cardiopatias congênitas.

Nós temos consciência – e nenhum médico, eu não posso ser contra, porque sou da geração do SUS – que o Sistema Único de Saúde foi o maior programa social implantado no mundo para atender os pacientes em órgão público. Disso eu não tenho dúvida. Inclusive, no governo do Barack Obama, houve técnicos, recentemente, no Brasil para estudar e tentar aplicar esse programa nos Estados Unidos. Nós não temos dúvidas sobre isso.

Nós apenas achamos que, depois de 25 anos da sua implementação, esse programa precisa agora ser readequado pela nova visão que estamos tendo da cirurgia cardiovascular brasileira. Os pacientes estão envelhecendo, a população brasileira está envelhecendo, os pacientes jovens estão tendo outros costumes de vida e tendo doenças cardiovasculares, e as crianças nascem hoje, 30 mil crianças praticamente por ano, com cardiopatias congênitas.

Esses são pioneiros da cirurgia cardiovascular brasileira. Temos ali o Prof. Zerbini, o Prof. Adib, Braile, Delmont Bittencourt, Felipozzi, que fez a primeira circulação extracorpórea no Brasil, e o Domingos Junqueira, no Rio de Janeiro.

Eu tive a honra de ser aluno do Prof. Zerbini e de ter convivido também com o Prof. Adib. E eles me sempre me diziam, quando cheguei, no ano de 1978, para estudar e fazer residência em cirurgia cardiovascular: "Meu filho" – eu era novo, tinha 23 anos de idade – "nós precisamos ter indústria, nós precisamos fazer o nosso material, nós não podemos depender da indústria internacional, porque, se dependermos da indústria inter-

nacional, não chegaremos a lugar nenhum". Então, esses senhores, esses médicos, esses professores, iam para o porão dos hospitais e construíam suas máquinas e fazendo com que a indústria brasileira se tornasse hoje uma indústria pujante no mundo inteiro.

Dez anos atrás, essa indústria – tínhamos cinco indústrias no Brasil que eram responsáveis, que construíam máquinas de circulação extracorpórea, oxigenadoras, válvulas cardíacas, marca-passo, *stents* e válvulas transcateter – competia com todos os materiais vindo do mundo inteiro. Essas indústrias estão se acabando. Hoje, nós só temos duas indústrias, uma delas já está sendo negociada para uma multinacional. Aí sim, vamos entrar num grande problema, que é a dependência total da tecnologia da indústria internacional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem lembrado. A desindustrialização brasileira está afetando gravemente também essa indústria. Tenho orgulho de ter, na minha cidade natal, a Braile Biomédica, que é uma dessas pioneiras a que o senhor se referiu.

O SR. MARCELO MATOS CASCUDO – Exatamente, Senador.

Então, essa indústria brasileira, como o Senador Aloysio Nunes acabou de falar, que é formada por médicos que dão assessoria no sentido de participar de trabalhos multicêntrico, essa indústria brasileira ganhou, no ano de 2013, o Prêmio Innovare na área de tecnologia médica.

E aqui está o meu amigo Lucchese, que participou desse estudo, um estudo multicêntrico que foi feito em cima de válvulas produzidas no Brasil. Então, temos que reconhecer e bater palmas para esse pessoal que se dedica a isso e faz com que a cirurgia cardiovascular brasileira se torne uma cirurgia de ponta no mundo e que não dependa da indústria internacional.

Como já foi dito aqui pelo Fogolin, as doenças cardiovasculares são responsáveis por praticamente 32% das mortalidades globais no Brasil, são praticamente o dobro das neoplasias e o dobro das causas externas de mortalidade, mas temos que levar em consideração que o aporte financeiro para as doenças cardiovasculares é quase duas vezes menor que o aporte financeiro para o tratamento das doenças neoplásicas.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO MATOS CASCUDO – A população está envelhecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senhor tem mais cinco minutos.

O SR. MARCELO MATOS CASCUDO – No Brasil, no ano de 2025, teremos mais 40 milhões de brasileiros idosos que necessitarão de atenção, uma vez que é nessa faixa de idade que se verifica a maior incidência das doenças cardiovasculares.

As neoplasias em geral, no ano de 2013, mataram 197 pessoas e as doenças cardiovasculares levaram a óbito 309, isso correspondendo a quase 40% dos nossos pacientes.

No Sistema Único de Saúde, a iniciativa privada participa do sistema em caráter complementar, mas o que vemos hoje, Senadora Ana Amélia, é que, embora complementar, 61% dos pacientes que são tratados das doenças cardiovasculares o foram em empresas privadas, fundações e, principalmente, nos hospitais beneficentes, que estão todos minguando no Brasil, porque não têm mais condições de repor seus materiais nem seus equipamentos.

Então, quais os problemas que devemos debater? Os valores defasados de remuneração por esses materiais, principalmente de hospitais, de UTIs e medicação, falta de cobertura de produção de alta complexidade gerando o extrateto. Quando gera o extrateto, você recebe o dinheiro, mas não pode operar outro doente.

Ainda: os problemas da Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade, que também é um problema, porque os hospitais que recebem essas crianças e esses pacientes já estão todos lotados, e os pacientes não têm para onde ir. Temos que criar novos serviços e treinar novos hospitais e serviços para fazer cirurgia cardíaca.

Há a necessidade de investimento e recuperação da infraestrutura, cobertura de medicamentos básicos.

Fui surpreendido, Fogolin – inclusive mandei um ofício para o Ministério da Saúde –, pela notícias de que a protamina... O uso de protamina é diretamente proporcional ao número de cirurgias cardíacas. Sem protamina, não existirá cirurgia cardíaca. E a protamina está em falta no Brasil. Mandei um ofício para o laboratório, que alegou haver falta de sal para fabricação da medicação. Mandei um ofício para o Ministério da Saúde pedindo providências. E assim também a dobutamina, que é uma medicação fundamental para o tratamento dos pacientes submetidos à cirurgia cardiovascular e também para os pacientes que têm insuficiência cardíaca. Esse medicamento foi retirado mercado.

Novos exames, como a tomografia do coração, e a incorporação de novas tecnologias não são feitas dentro da nossa área.

O reembolso de prótese de alto custo com o aumento de teto também não se faz.

E ações da Anvisa dificultando a autorização de materiais médicos, isso é extremamente grave. Nós reputamos como grave, como disse a Senadora Ana Amélia, que um país pobre, com um orçamento do Ministério

da Saúde de R$109 bilhões, que, tirando o custeio do Ministério, fica em R$96 bilhões, para dividir para a assistência, proibir que façamos o reprocessamento – o nome correto é esse – desse material, ou seja, reprocessar material é mandar para a indústria e voltar esse material como se fosse novo; e a Anvisa está proibindo tudo, encarecendo a cirurgia cardiovascular brasileira.

Outro grave problema relacionado à Anvisa. Para crianças que nascem com cardiopatia congênita, com baixo fluxo pulmonar, usamos um tubo de PTFE, que é fabricado nos Estados Unidos. A Anvisa mandou um ofício – e esse ofício nós recebemos do importador – dizendo que fossem recolhidos todos esses materiais no Brasil, porque a Anvisa não concordava com a esterilização feita no Estados Unidos. Tomei um susto, porque, se os Estados Unidos exportam esse material para o mundo inteiro, então o mundo inteiro está matando doente por esse tipo de esterilização. Isso é uma explicação que nós também pedimos à Anvisa e não tivemos resposta.

Como já foi falado, a cirurgia cardíaca – o Fogolin já falou –, na realidade, são 28 a 30 serviços, mas esses serviços, muitos deles, estão capengas, especialmente aqueles em que se operam crianças. Apenas nove fazem cirurgias de alta complexidade em crianças; a grande concentração é no Estado de São Paulo, Paraná, Minas e no Rio Grande do Sul, quando, cada Estado da Federação brasileira, do País, em cada capital, deveria ter um centro de referência, um centro que operasse crianças, isto é, que fizesse cirurgias cardiopediátricas. Por quê? Porque temos um população de 200 milhões de habitantes, com taxa anual de 3,4 milhões de crianças que nascem e, desses, 28 mil crianças nascem com defeitos congênitos.

Vejam, Senhores, a gravidade disso aqui! Dessas 28 mil crianças que nascem com defeito congênito...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO MATOS CASCUDO – Estou acabando, Senador.

Dessas 28 mil crianças que nascem com problemas congênitos, 23 mil necessitam de cirurgia.

No ano de 2002, foram operadas 8.092 crianças, tendo um déficit de 63, mas – pasmem, senhores –, no ano de 2014, foram operadas 5.773 crianças com um déficit enorme das crianças, as crianças estão morrendo sem tratamento médico no Brasil. Aqui o déficit principal é no Norte, com 91%; o menor é na Região Sudeste, com 53%.

Aqui vemos o orçamento da saúde por esfera de governo, o que mostra que o Ministério da Saúde vem, ao longo dos anos, diminuindo o incremento de ações e dinheiro voltados para os pacientes que são portadores de doenças cardiovasculares, transferindo toda essa responsabilidade para os Estados e Municípios do Brasil, que já se encontram falidos. O Ministério vem diminuindo seu aporte financeiro e o que acontece é que os Estados e Municípios que estão assumindo essa responsabilidade.

Em cima disso, fizemos um programa, juntamente com as quatro sociedades – Sociedade Brasileira de Cardiologia, de Hemodinâmica, de Pediatria e a nossa Sociedade –, que está em estudo no Ministério da Saúde, conforme o Fogolin falou.

Concluindo, nos últimos dez anos, os recursos são decrescentes. A população aumentou em mais de 20 milhões, os novos procedimentos e medicamentos são cada vez mais caros e o orçamento para a saúde é finito. Como poderemos fechar essa equação? Essa foi uma pergunta feita pelo Prof. Adib Jatene, em uma reportagem do jornal *Estado de São Paulo*, pouco antes de ele morrer.

Eu gostaria de dizer aqui – não queria ser prepotente para responder o Prof. Adib aqui – que acho que essa equação só irá ser fechada se nos unirmos; é por isso que estamos aqui. Estamos aqui para pedir favor, para pedir ao Ministério da Saúde, para pedir ao Senado Federal, pedir às autoridades brasileiras que ajudem as crianças e ajudem os velhos brasileiros que estão necessitando de tratamento adequado.

Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dr. Marcelo Cascudo, Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular.

Agora, passo a palavra, de imediato, ao Dr. Fernando Lucchese, médico cardiologista do nosso Rio Grande do Sul, que cuida do coração do nosso inesquecível Pedro Simon, que cuida do coração da Ana Amélia e do meu também.

O SR. FERNANDO LUCCHESE – Obrigado, Senador Paim.

Eu tenho, sem dúvida, que revelar aqui minha admiração pelo Senado. Sou um telespectador assíduo da TV Senado. Então, eu já conheço, na intimidade, cada um dos Senadores aqui presentes. É uma coisa fantástica. E os dois do meu Estado...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, nós vamos caprichar cada vez mais! É razão para nós capricharmos cada vez mais, Dr. Lucchese.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Certamente.

E o Senador Paim e a Senadora Ana Amélia são do meu coração. O Estado do Rio Grande do Sul tem muito respeito e admiração pelos seus Senadores. Senador Pedro Simon, meu querido amigo de 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há também o Senador Lasier, que fez uma fala em plenário em homenagem a V. Exª.

O SR. FERNANDO LUCCHESE – Sim; o Lasier, que chega recentemente, meu amigo íntimo de vida.

O Dr. José Eduardo está ainda aí, não é?

Dr. Fogolin, deixe-me dizer uma coisa: estou saindo do Rio Grande, e estou comunicando aos Senadores, quero me mudar para o país que tem esse ministério que o senhor apresentou aí, porque é engraçado: a apresentação foi perfeita, espetacular; o Ministério tem grandes programas, está espetacular, só que não está financiado. Esse é um pequeno detalhe.

Eu vou lhe dar um exemplo: eu sou a outra ponta, o sujeito que nega atendimento para o paciente lá. Por isso que meu nome está aqui, médico cardiologista, cirurgião cardiovascular. Sou eu o diretor de um hospital em Porto Alegre que se chama Santa Casa, a segunda Santa Casa do Brasil, que faz a bagatela de cinco milhões de atendimento por ano e hoje está endividada em 200 milhões no banco. E não foi por acaso. Nós somos prêmio nacional de qualidade, temos gestão, e os nossos Senadores conhecem.

Por que isso ocorre? Porque existe um subfinanciamento generalizado na saúde brasileira. Por exemplo: os filantrópicos do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que o Senador Paim e a Senadora Ana Amélia conhecem muito bem – há 242 filantrópicos no nosso Estado, é a maior rede filantrópica do País. É o Estado que depende intrinsecamente, 75% do SUS do Rio Grande do Sul é feito pelos filantrópicos. Estão todos quebrados. Então, não é por acaso que isso acontece. O que aconteceu com o SUS? O SUS é uma estrutura que considero ideal. No ano passado, estive na Harvard e me convidaram para fazer uma palestra sobre o SUS. Por quê? Porque o cirurgião responsável pela cirurgia cardíaca pediátrica na Harvard foi membro da equipe do Senador Ted Kennedy e veio ao Brasil estudar a tabela do SUS, estudar o SUS na época que gerou o *Obama Care*. A tabela do SUS é perfeita. Foi criada ao longo do tempo. A lei do SUS é uma super lei. Temos de ter orgulho do que conquistamos, só que o SUS foi esvaziado ao longo do tempo. A lei do SUS não está valendo mais por uma razão muito simples: a tabela está congelada há 11 anos. Pequenos acertos aqui e lá, mas o único aumento linear que houve na tabela foi feito pelo Prof. Adib Jatene e faz tempo isso.

Segunda coisa: o Governo optou por criar programas, como Rede Cegonha, Linha de Atendimento ao Infarto do Miocárdio – espetaculares os programas! Vou dar o meu testemunho, Dr. José Eduardo. No Rio Grande do Sul, a Linha de Atendimento de Infarto, em Porto Alegre, foi um sucesso absoluto. O Samu recebe doentes na Casa, comunica, faz o diagnóstico do eletrocardiograma por telefone para uma central, liga para o nosso serviço da Santa Casa, serviço que eu dirijo e que é o responsável pela maior atuação no infarto agudo de miocárdio via Samu. Eles chegam ao hospital, onde há uma equipe sete dias por semana, noite e dia, que faz a angioplastia primária, e esses pacientes, três dias depois, estão em casa, e uma semana depois, estão trabalhando. A mortalidade do infarto do miocárdio caiu, em Porto Alegre, de 14% para 5,5%, só que se esqueceram de financiar, porque o serviço está dando prejuízo para a Santa Casa de Porto Alegre.

Então, todos os programas não se completaram. Isto que o ministério tem dito, que os programas completaram o orçamento do ministério, não é verdade. Os programas são programas com pernas de anão. E, com isso, os hospitais estão sofrendo, sem a menor dúvida. E houve uma diminuição, sim. Por exemplo, no último ano, caiu 30% o número de implantes de marca-passo. Caiu 30%. A população aumentando, a população envelhecendo e nós temos 30% de implante de marca-passo a menos. Por que isso acontece?

Bom, eu tenho uma explicação que me parece também parte da distorção da Lei do SUS. Cada Município criou um muro ao seu redor e não aceita ninguém da cidade do lado. Eu posso ter a capacidade de implantar marca-passo aqui, mas eu não aceito porque eu vou botar no meu orçamento pacientes da cidade vizinha e não vêm pacientes com o seu dinheiro. O custo fica para mim.

Então, o que é que as cidades estão fazendo? A regulação municipal bloqueou a entrada de pacientes de outras cidades. Porto Alegre é um exemplo disso. Porto Alegre tem um orçamento que hoje é fechado e o sujeito que mora a 30 quilômetros não consegue se internar em Porto Alegre porque está se regulando o orçamento e não se regula a doença. Isto é muito importante: a regulação tem que ser da doença e não do orçamento, outra distorção da Lei do SUS.

Bom, e assim nós vamos. Por que o transplante deu certo, Dr. José Eduardo? O transplante deu certo porque esse cidadão que está sentado aí, que é o Dr. José Wanderley Neto, foi o responsável pela implantação da central de transplantes e trouxe toda a organização do transplante para Brasília. O que foi que aconteceu? Os transplantes têm financiamento via Brasília. Eles não disputam no Município recursos com a cirurgia geral, com a baixa e média complexidade. Eles estão preservados e, com isso, nós temos um grande programa de transplantes.

Eu não vejo outra solução com a alta complexidade em que se faça a mesma coisa, em que se defina: "Hoje nós temos que investir. Quais são as instituições que precisam receber esse dinheiro?" E que se coordene isso centralmente. Essa é a proposta.

Com relação à Anvisa, eu tenho uma comunicação que me parece interessante. Eu estive na Índia no ano passado, há dois anos, e me deram para operar aqueles equipamentos aqui no Brasil considerados descartáveis, que só se podem usar uma vez, para fazer cirurgia sem extracorpórea, sem parar o coração – estabilizador cardíaco, chama-se. Eu operei e notei que o estabilizador era meio diferente. A marca era americana, mas havia uns negócios meio diferentes, cores diferentes. Quando terminou a cirurgia, o cirurgião-chefe do maior hospital de Chennai me disse: "Sabe quantas vezes foi reutilizado esse equipamento que o senhor usou? Cem vezes." E o pior é que ele mostrou os dados e a mortalidade dele era igual à minha e a infecção dele era menor que a minha.

Então, eu acho que nós temos que começar a ser mais realistas com o País que nós temos. Nós não podemos ficar sonhando em Suíça, Áustria ou Bélgica.

Eu tenho outro comentário que quero fazer, que me parece importante neste momento. Todos os dias no Hospital Santo Antônio, da Santa Casa de Porto Alegre, que é um hospital pediátrico – eu sou chefe da cardiologia da Santa Casa inteira –, nós fazemos 400 cirurgias cardíacas pediátricas. É um dos 800 que fazem. Fazemos transplantes pediátricos, operamos crianças complexas com dias de vida. As grávidas têm os filhos dentro do hospital, saem da sala de parto e a criança já vai para a sala de cirurgia para se operarem os defeitos mais complexos.

Nós recebemos por dia dez pedidos de internação de crianças. Podemos atender, na nossa UTI de trinta leitos, não é uma UTI pequena, de dois a três pedidos de internação, Sr. Presidente. Pois olha, eu me dei ao trabalho de sair atrás e ver o que acontecia com as crianças que estavam lá na lista vinte dias atrás. O interessante é que elas desaparecem da lista. Vocês sabem por quê? Porque elas não sobrevivem. Elas simplesmente não sobrevivem.

A mortalidade infantil está aumentando por conta da nossa incapacidade de atender a esses 23 mil brasileiros que nascem com doença congênita do coração e que são simplesmente... São 28 mil que nascem e 23 mil que precisam de cirurgia. Isso é o dobro do número de casos novos de câncer infantil anual. São 12,5 mil – dados do GACC de São Paulo. São 12,5 mil casos de câncer infantil e 23 mil casos de cirurgias por problemas congênitos que não são feita. Este ano baixou para 5,7 mil o número de cirurgias. Já fizemos de 8 a 9 mil.

Os serviços não se descredenciam, Dr. José Paulo. Os serviços vão fechando progressivamente, porque os hospitais têm um custo alto. Então, eles vão, progressivamente, segurando e reduzindo a pediatria.

Para encerrar, a judicialização da saúde é um fato importante. O Rio Grande é campeão de judicialização. A Defensoria Pública entra com todos os casos pedindo que a gente consiga leitos etc. Eu estou no meio da UTI, chega um oficial de justiça com uma liminar, há alguns meses, pedindo um leito. Eu não tive dúvida. Eu lhe disse: "Aqui há 30 crianças, 25 delas no respirador. Escolha. Tira a criança e pomos a sua". E ele me disse: "Doutor, não faça isso comigo". Eu pensei: "Não façam isso conosco. Nós estamos tendo que assumir uma dívida social e nós não temos condições toda essa dívida social".

Ajudem-nos, por favor! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Lucchese.

Vou passar a palavra ao Dr. José Eduardo Fogolin Passos, que fala pelo Ministério da Saúde, pois, em seguida, ele vai ter que sair.

Antes quero, de coração mesmo, mostrar a boa vontade dos Senadores e vou citar aqui todos os Senadores que já estiveram nesta reunião – e muitos estão aqui neste momento: Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Hélio José, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Vicentinho Alves, Ana Amélia, Garibaldi Alves, Humberto Costa, Ronaldo Caiado, Aloysio Nunes, José Medeiros, Eduardo Amorim. E está aqui – foi o último que chegou – o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Até porque foi o último que passou por cirurgia cardíaca feita pelo Dr. Jatene. Por isso, não pode me esquecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Uma salva de palmas a todos os Senadores. São 18 Senadores que participaram, um recorde nesta Comissão. Nunca houve aqui 18 Senadores. (*Palmas.*)

Registro que está aqui presente a Associação de Pais e Mães de Crianças que estão aguardando atendimento para cirurgias cardíacas. Ela deseja falar. No final, vai ser concedida a palavra à Srª Janaína Souto Rocha do Nascimento, coordenadora voluntária do Núcleo ONG Pequenos Corações.

Só para informar já aos Senadores, nós tivemos dois encaminhamentos: uma audiência às 15h com os Senadores e os nossos convidados com o Presidente Renan Calheiros, proposto pelo Senador Garibaldi. O Se-

nador Vicentinho está marcando este encontro. O Senador Eduardo Amorim também propôs uma reunião, se possível, com um grupo de Senadores e os nossos convidados com o próprio Ministro da Saúde.

Por fim, o meu problema, que vou dividir com vocês: nós temos, hoje, uma sessão no plenário, a partir das 11h, que vai discutir a terceirização. Claro que eu sou um dos organizadores, entre inúmeros Senadores. E estão aqui no plenário, inclusive, o Dr. Marcio Pochmann, a Drª Marilene e o Procurador-Geral do Trabalho.

Nós havíamos chegado a um entendimento lá para se manifestar um a favor e um contra, nem um a mais, nem um a menos. Parece-me, contudo, que houve lá um mal-entendido. Eu terei, então, que me deslocar para lá para acertar essa composição da mesa – claro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu falarei... Claro! (*Risos.*)

. Todo o mundo riu, não sei por quê!

É claro que falarei contra.

Mas eu tenho que ter alguém que seja membro da comissão para presidir aqui. Se não for membro, iria sobrar para o nosso Garibaldi, que nos brinda hoje com a sua presença. Mas o Senador Donizeti já se propôs a assumir.

Então, proponho que ele assumo neste momento a presidência dos trabalhos para que eu possa ir lá. E todos os encaminhamentos que vocês fizerem aqui serão os que eu tomaria.

Sou obrigado a ir lá, porque, senão, eu ajudo aqui e não ajudo lá. E todos os Senadores – eu sempre digo – têm a mesma liderança, a mesma capacidade e a mesma competência. Não importa quem está presidindo. No plenário ou aqui, todos são da melhor qualidade.

Por isso, peço, mais uma vez, uma salva de palmas a todos os Senadores.

Convido o Senador Donizeti a assumir a Presidência dos trabalhos.

Convido o Dr. Marcio Pochmann, a Drª Marilene e o procurador para que me acompanhem até a sala do Presidente. (*Pausa.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, antes que V. Exª saia, está confirmada a audiência com o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu diria que está confirmada. Eu assumo essa responsabilidade e tenho certeza de que o Presidente também.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – A audiência é apenas para assegurar o protagonismo que o Senado está assumindo na hora em que promove uma audiência pública como esta, porque nós, por mais que a audiência pública seja um grande instrumento de ação parlamentar, no caso nosso, não podemos ficar só nisso.

Então, nós temos de ir adiante. Eu até diria que uma audiência com o Ministro da Saúde, se os eminentes profissionais quiserem transformá-la em uma reunião de trabalho, até poderia ser mais útil do que uma audiência simplesmente.

Obrigado.

Já há um novo Presidente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Então, com a palavra, o Dr. José Eduardo Fogolin Passos.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Bom, eu gostaria até aqui, justamente como eu disse no início da minha fala, de falar que não é um tensionamento, é justamente uma colocação do quanto o Sistema Único de Saúde precisa avançar daquilo que já avançou até o momento, mas do quanto daqui, doravante, e o cuidado em especial não apenas à cirurgia cardíaca, não apenas à cirurgia cardíaca pediátrica, nas suas necessidades da cardiopatia congênita, mas na cardiologia das doenças cardiovasculares.

Mais do que estar colocando, respondendo, eu tenho até algumas posições, até como encaminhamento, Senador Garibaldi, da própria proposta.

Hoje, a própria sociedade – e eu estava conversando aqui com o próprio Dr. Fábio Jatene – tem um retorno mais para o final do dia. Nós tivemos uma audiência com o Ministro, que já teve o encaminhamento de algumas proposições.

Eu sugiro até, mais do que uma audiência, uma reunião, em que possamos hoje antecipar o que iríamos fazer ao longo dos demais meses e que o Ministro até já havia encaminhado. Nós temos menos de um mês em que foi colocada a atualização do nosso grupo de trabalho e hoje eu os recebo para que possamos antecipar, hoje à tarde, no final do dia, essa reunião, no Ministério da Saúde, com a equipe do Ministério.

Aqui, na verdade, acima de tudo, são pessoas, profissionais e gestores que têm um interesse comum. Mais do que estar colocando apresentações de ampliação ou de redução do acesso, mas o quanto vamos ampliar, doravante.

Então, mais do que colocar, justamente em 2010, é aí que está a dialética de levar à fragmentação do aumento, seja no serviço hospitalar, seja no serviço profissional. Isso causou essa fragmentação.

Quando eu trago a fala do financiamento global, Dr. Lucchese, há a necessidade de se mudar esse financiamento na lógica do procedimento que está posto, além de incentivos, como foram colocados, muitas vezes, em outras estratégias.

A proposta do cuidado, ou melhor, a linha de cuidado à criança com cardiopatia, nós solicitamos à sociedade um levantamento das necessidades. Em especial, nós discutimos com a Gestão Estadual de Saúde de São Paulo, que é onde a maioria dos serviços de referência hoje estão disponibilizados, e 73% estão nas Regiões Sul e Sudeste, para que nós pudéssemos avaliar. E esse trabalho foi feito.

Eu só queria deixar destacado que, desde o começo do grupo de trabalho que foi formado – Sociedade Brasileira de Pediatria, Sociedade Brasileira de Cardiologia, Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, o Ministério e gestores –, nós tivemos algumas intercorrências que são naturais de um processo.

Eu até já comentei ao Dr. Cascudo que, no momento em que houve o processo do Mais Especialidades, tivemos alguns afastamentos da própria sociedade, mas que é natural naquele momento, e o reconhecimento inclusive, Dr. Cascudo, de falar: "Não, essa é uma prioridade. Nós vamos continuar."

Então, o que eu quero trazer aqui? Mais do que o apontamento, do que os números, do que a evolução que o Sistema Único de Saúde trouxe na alta complexidade, é uma prioridade do Ministério tratar o cuidado, em especial da criança com cardiopatia no Sistema Único de Saúde.

Então, eu proponho aqui, de uma maneira, se todos concordarem, que hoje a própria sociedade... Já tivemos uma audiência com o Ministro, mas que antecipemos a reunião que nós faríamos mais adiante, tecnicamente, e que eu os receba para que a gente possa dar o encaminhamento técnico da audiência que já foi feita com o Ministro da Saúde, Arthur Chioro. Assim, a gente poderia antecipar as ações dos estudos, que já foram feitos pelo grupo, e definiríamos o cronograma, e, ainda, que este Senado possa acompanhar os trabalhos que vão ser desenvolvidos e que a gente possa retornar a esta Casa trazendo o propósito daquilo que foi pactuado no Sistema Único de Saúde, que, acredito, é a ação mais propositiva que nós podemos trazer no encaminhamento, mais do que da apresentação.

Agradeço a todos pela oportunidade de trazer o avanço, mas reafirmando que muito ainda a gente vai avançar no cuidado às crianças com cardiopatia no Sistema Único de Saúde.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. José Eduardo.

O encaminhamento está aceito? (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO LUCCHESE – Sem prejuízo para o encontro com o Presidente do Senado, bem como as ações de dentro do Senado, porque nós precisamos do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bacana! Isso vocês acertam.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Eu fico à disposição. A minha equipe continuará. A partir das 17h, eu fico à disposição. A minha equipe está aqui presente. Ao término da audiência, eu tenho uma outra discussão de saúde, agora, mas a equipe aqui, já passo o contato, o próprio Prof. Cascudo sabe o local, na Torre II, Edifício Premium, com a presença da nossa equipe técnica pra gente antecipar os calendários que a gente faria, por orientação do Ministro, já os próximos passos, a gente antecipa para essa discussão.

Então, a partir das 17h, eu fico à disposição. A minha equipe vai continuar aqui na audiência, e a gente pode dar um encaminhamento mais objetivo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. José Eduardo.

Seguindo com a audiência pública, agora vamos ouvir o Dr. Fábio Jatene, representante da Associação Médica Brasileira, por dez minutos.

O SR. FÁBIO JATENE – Bom dia a todos. Eu queria saudar o Senador Donizeti , saudar os demais componentes da Mesa, saudar os Senadores, em especial o Senador Aloysio Nunes, do nosso Estado de São Paulo, muito nos orgulhamos da sua atuação, Senador Paulo Bauer, em especial, que tivemos mais proximidade recentemente. Muito obrigado a todos os Senadores pela presença e pelo apoio e muito obrigado a todas as senhoras e os senhores que aqui estão para acompanhar essa audiência pública.

Eu venho representando a Associação Médica Brasileira, embora a minha formação seja de cirurgião torácico e cardiovascular, e a Associação Médica Brasileira congrega todas as especialidades do País, e, naturalmente, ela também congrega a cirurgia cardiovascular e a cardiologia, e ela vê com muita preocupação o que está ocorrendo nesse momento no cenário cardiovascular no nosso meio.

Eu, da minha parte, poderia dizer aos senhores que, em 37 anos de exercício profissional, este é o pior momento de atuação profissional que eu tenho em relação ao que está ocorrendo na nossa especialidade. E eu vou tentar, em dois ou três tópicos, apresentar aos senhores a forma com que eu vejo esse desdobramento e a situação atual.

O primeiro problema é a redução do número de operações, isso já foi reforçado aqui, e eu queria contrapor os dados do Ministério da Saúde, que disse que esses números estão aumentando. Na verdade, eles podem até aumentar em números absolutos, mas, se nós pegamos o número geral e estratificamos, nós vamos observar que, em algumas áreas, por exemplo, cirurgia cardíaca pediátrica, esses números estão diminuindo, efetivamente. Então, há de analisar com cuidado esses números e essas grandes estatísticas para que nós possamos identificar exatamente o que vem ocorrendo em cada uma destas pequenas fatias específicas de atuação.

Nós temos realmente tido problemas em relação ao número de operações em adultos, e especialmente, em relação ao número de operações em crianças pequenas, principalmente as menorzinhas, as chamadas crianças no período neonatal, que são as mais graves, as mais críticas e que, se não atendidas apropriadamente no devido momento, elas, provavelmente, não conseguirão sobreviver.

Um segundo aspecto que eu gostaria de reforçar, diz respeito à dificuldade que os hospitais têm tido para a aceitação desses pacientes.

Em todo o País, é uma luta cada vez maior fazer com que os hospitais permitam a internação porque são internações difíceis, são internações, custosas, são internações caras e que acabam onerando o sistema e levando a esse grandes déficits que os senhores estão observando. Então, esse também é um problema que precisa ser equacionado.

Como já foi dito aqui, essa é uma atuação feita exclusivamente em hospitais de qualidade. Se nós não conseguirmos realizar essas operações em hospitais de qualidade, é a mesma coisa que não realizá-las. Então, também é fundamental que exista essa preocupação.

Um outro ponto que foi aqui abordado pela Drª Maria Ângela da Paz, que está a meu lado, diz respeito à falta atual de medicamentos que consideramos essenciais. Recentemente, tivemos problemas com fornecimento da Heparina. Mais recentemente ainda, como fornecimento da Protamina. E, e ainda mais recentemente, com uma droga que é um fortalecedor do coração, em que se coloca na veia e faz com que o coração se desempenhe melhor, tenha uma função melhor.

Essa droga é utilizada, só para os senhores terem uma ideia, no Instituto do Coração, na proporção de 8 mil a 10 mil ampolas por mês. E do dia para a noite, ficamos sem nenhuma ampola. É uma situação impossível de se manejar. E por que ficou sem ampola? Nós falamos no laboratório, é problema da Anvisa; aí nós vamos ao outro laboratório, o problema é da Anvisa; nós falamos com a Anvisa, é problema do laboratório. E é uma situação que nós, usuários do sistema, não conseguimos manejar. Essa é uma situação dramática, porque são drogas que fazem a diferença entre a vida e a morte do paciente.

Além disso, nós temos tido, cada vez mais, problema no fornecimento de equipamentos. E esses equipamentos são sempre de tecnologia avançada. A cirurgia cardiovascular é uma cirurgia que emprega esse tipo de equipamento. Entendo que se formos atender, em um consultório de atenção primária, a pacientes que têm queixas simples, esse é um tipo de preocupação. A preocupação da cirurgia cardiovascular são com procedimentos avançadíssimos, e esses equipamentos de alta tecnologia são imprescindíveis para que a cirurgia possa ser realizada.

Nós estamos tendo, cada vez mais, dificuldade no fornecimento desses equipamentos. Agora, com essa alteração do valor do dólar, as empresas nacionais que montam esses equipamentos obtêm esses produtos no exterior. Por exemplo, nós temos um dispositivo chamado oxigenador. Existe um fornecedor da fibra do oxigenador no mundo. Nós temos que comprar dele; o mundo inteiro compra lá. E agora isso encareceu extraordinariamente, e não é custo efetivo para companhia fazer isso. E nós temos outros exemplos. Então, nós precisamos olhar com atenção a esses pontos todos que estou enumerando.

Quando o Ministério nos diz assim: "O transplante ficou extraordinariamente avançado." E é verdade! Nós, no Incor, hoje, somos o sétimo serviço do mundo em realização de transplantes. Ou seja, nós somos notórios. O País pode ser notório. Mas por que isso aconteceu? Isso aconteceu porque houve uma atenção especial a esse assunto. Em algum momento, a partir da iniciativa do Dr. Wanderley e através de iniciativas sucessivas que foram acontecendo em vários governos, se considerou esse assunto importante. E esse assunto passou a ser tratado e manejado de uma forma importante.

Eu reforço isso em relação à cirurgia cardiovascular. Nós estamos falando aqui em crianças, adultos, idosos etc. Eu vou fazer uma analogia: crianças e adultos são seres humanos, mas se nós deixarmos a criança à própria sorte ou tivermos com uma criança pequena o mesmo cuidado que temos com os adultos, não vai dar certo.

A criança tem que ser amamentada, tem que ser trocada, tem que ser educada. É uma atenção diferenciada. Não dá para tratar criança pequena igual a um adulto.

Eu reconheço que, em cirurgia cardiovascular, não dá para tratar esse assunto dentro do assunto alta complexidade. Não dá. Isso só fez piorar nos últimos anos. Existem programas, existem iniciativas, mas nós temos que ter um atendimento e um tratamento diferenciado para essa situação. Se nós não fizermos isso, eu tenho certeza de que não vai avançar. Ao contrário, nós vamos entrar num ciclo cada vez mais pernicioso, um ciclo cada vez mais prejudicial e não um ciclo virtuoso. Nós precisamos atender a essa área que leva a tanta fatalidade, tantos óbitos, de uma forma diferenciada. É o tratamento da criança e do adulto. Nós não podemos fazer isso.

Para encerrar, senhoras e senhores, eu gostaria de fazer uma observação que a mim é cada vez mais chocante. Hoje, nós estamos operando crianças por determinação judicial. Nós recebemos intimação do juiz para operar aquela criança dentro de 24 horas, tal o desespero das famílias que vão ao Poder Judiciário para conseguir viabilizar esse tipo de situação.

Então, considero que nós precisamos de ajuda. Nós precisamos de ajuda como uma criança pequena. Ela precisa ser acarinhada, ela precisa ser tratada de uma forma diferenciada. Não dá para colocar cirurgia cardiovascular no bojo da alta complexidade. Entendo que todos estão tendo o seu grau de esforço e participação, mas precisa ficar muito claro que esse é um assunto que precisa ser tratado de forma diferenciada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Agora, nós passaremos a ouvir os colegas Senadores. Em seguida, vamos ouvir a inscrição do plenário, da D. Janaína Souto Rocha.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu havia, no decurso das exposições, feito um questionamento à representante da Anvisa, a Drª Maria Ângela, sobre a questão abordada pelos médicos, pelo Dr. Fábio, Dr. Lucchese e Dr. Marcelo, sobre a reutilização de equipamentos, seja pela indústria, seja pelas próprias unidades hospitalares. E o Senador Paim, que estava presidindo, disse que ela responderia depois.

Então, como esse é um tema relevante, eu gostaria que a Drª Maria Ângela respondesse ao questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Vamos ouvir a Drª Maria Ângela.

A SRª MARIA ÂNGELA DA PAZ – Acho que realmente o que cabe mais à Anvisa em toda essa discussão é a questão do reprocessamento, uma vez que todos os participantes da Mesa colocaram esse questionamento. E complementarmente o Dr. Fábio Jatene também colocou a questão da falta de medicamentos essenciais.

Em relação a reprocessamento, é um tema em que, apesar de ser extremamente complexo, nós conseguimos até nos posicionar com uma certa tranquilidade. Nós temos algumas normas da Anvisa que tratam da questão do reprocessamento especificamente. Hoje nem chamamos mais de reprocessamento, na verdade é o processamento. Temos recentemente a RDC 15, de 2011, que trata do funcionamento das centrais de material esterilizado e que dá as diretrizes de como devem funcionar essas centrais.

Antes disso, nós já tínhamos a RDC 156, de 2006, que trata da questão da rotulagem dos produtos. Acho que essa é a que pega mais aqui na questão das discussões, que é complementada por duas resoluções específicas: a RE 2.605, de 2006, que trata da lista de produtos proibido o reprocessamento; e a RE 2.606, que trata da questão dos protocolos para reprocessamento, quando é permitido.

Então, o primeiro ponto que temos que analisar nessa discussão é que a Anvisa – talvez eu vá dizer alguma coisa contraditória – não proíbe o reprocessamento em si. O que acontece é que ela registra os produtos de acordo com aquilo que é estabelecido pelos fabricantes primeiramente.

Então, algumas classes de produto, quando é solicitado o registro na Anvisa, o próprio fabricante já informa que este produto não é passível de reprocessamento.

Algumas vezes, ele expõe o porquê dessa proibição, muitas vezes é porque ele não testou, às vezes não é porque o produto não é passível de reprocessamento, é porque a indústria não assumiu o ônus de fazer os testes necessários para dizer se é possível reprocessar ou não.

O segundo ponto, aqueles que a indústria realmente testou e o reprocessamento iria prejudicar e poderiam comprometer a segurança do paciente. É o caso daqueles equipamentos ou daqueles materiais que têm um lúmen extremamente estreito, menores do que 5mm ou que possuem, no seu interior, algum tipo de dispositivo, tipo uma mola, que é quase o caso dos stents, que têm algumas molas que dificultariam a limpeza – então, ele não poderia ser reaproveitado.

Nós estamos atentos e, inclusive, está sendo rediscutido agora na revisão da própria 156 a questão dos materiais que – às vezes isso é comum em cirurgia cardiovascular – são abertos durante o ato cirúrgico para que o cirurgião utilize e, por alguma razão, ele não é utilizado, mas ele não foi contaminado por nenhum material orgânico, ele simplesmente teve a violação da sua embalagem primária. Isso no Brasil, hoje, é proibido, real-

mente, pela 156. Isso está em rediscussão, esta norma está sendo, agora, rediscutida. A expectativa, inclusive, é que, até junho ou julho, ela já entre em consulta pública, já seja lançada em consulta pública. E, na medida em que essa norma está sendo revisada, será revisada também a lista de produtos negativos, aqueles em que é proibido o reprocessamento hoje no Brasil.

A questão que temos colocado é que é impossível para a Anvisa... A Anvisa não fabrica, a Anvisa não tem como garantir que no momento em que o fabricante fala para a gente...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ÂNGELA DA PAZ – ... e passa a informação de que este produto tem um reprocessamento proibido, a Anvisa poder afirmar: "Não, você pode." Isso ela não tem como fazer, ela não teria... O próprio fabricante, no momento em que ele coloca isso na sua rotulagem, dizendo que não tem como, ela pode questionar, e isso ela faz: por que o senhor está me dizendo? E ela abre uma série de requisitos, uma série de exigências durante o registro e solicita que o fabricante justifique o porquê da proibição.

Indo um pouquinho mais e a senhora colocou a questão da manicure, no Brasil existem normas que obrigam a utilização e a esterilização dos materiais que têm contato com secreções, como é o caso da cutícula.

A vigilância sanitária, infelizmente, não consegue fiscalizar todos esses serviços de forma eficaz, porque é um número enorme. Hoje em dia os salões de beleza estão em qualquer lugar e aumentando cada vez mais, até por conta da lei que criou a questão da política do microempreendedor individual. Então, as mulheres, principalmente, mais do que os homens, candidatam-se a ser manicures domiciliares e elas possuem o seu próprio equipamento, apesar dessa exigência ser extensiva a elas também, por conta do risco.

Então, o que eu queria deixar de bem concreto: a normativa específica que trata da questão da rotulagem dos produtos, que é exatamente a exigência da esterilização ou não, da reesterilização ou não, a normativa RDC nº 156 está em revisão. A normativa que trata, as duas RE's que tratam dos protocolos e que tratam desta lista negativa também estão em revisão, com um grupo técnico bastante diversificado...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ÂNGELA DA PAZ – ... inclusive com representantes do Conselho de Medicina.

E nós estamos abertos, claro, para poder auxiliar, principalmente porque me preocupou uma fala quando o Senhor colocou a questão da proibição de esterilização feita nos Estados Unidos.

Eu desconheço esse tipo de documentação, inclusive, se for o caso, poderia ser repassado para a gente, para que pudéssemos checar essa informação.

O que acontece, muitas vezes, é que todas as empresas de produto médico, de material médico e de medicamentos, são inspecionadas pela Anvisa para que esse equipamento possa ser importado pelo Brasil.

Pode acontecer, eu não sei se é o caso, realmente é uma suposição, a Anvisa pode, em uma dessas inspeções, ter verificado que os padrões de qualidade daquela empresa não obedecem às normativas nacionais, não só da Anvisa, mas como de fabricação, normas de ABNT e todas as outras que a gente têm para isso, e ter proibido a importação desse medicamento ou desse produto, mas, especificamente, nós proibirmos um processo de esterilização feito nos Estados Unidos, realmente, eu desconheço isso e seria muito importante que nos fosse passado.

Eu tenho certeza de que a diretoria da Anvisa está aberta também, da mesma forma que o Ministério, para recebê-los, a sociedade, no momento que vocês quiserem. É só entrar em contato conosco e solicitar essa marcação.

E em relação à falta dos medicamentos, realmente a culpa não é da Anvisa em si quando falta o medicamento. O que acontece muitas vezes... Nós temos, inclusive, nas normativas, que obrigam que medicamentos essenciais, quando a fábrica não quer mais fabricar, se nega a fabricar aquele tipo de medicamento, ela tem que comunicar com antecedência... Não é muito da minha área, mas me parece que é de seis meses. Ela tem que comunicar previamente para que possa ser feita a verificação de que outra indústria poderia assumir essa produção.

Muitas vezes acontece de, em inspeções sanitárias, a Anvisa verificar que ela não cumpre com os requisitos de qualidade e esse medicamento poderia fazer mais mal do que bem para o paciente, e interditar aquela fábrica até que ela se adeque. Mas isso geralmente... Existe uma área hoje na Anvisa, que é a área que trata das emergências sanitárias, que tem administrado a questão dessa falta de medicamentos para que pacientes não possam ser prejudicados. É o caso, inclusive, dos medicamentos que foram citados aqui, estão todos sob monitoramento para que seja restabelecido o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Drª Maria Ângela. O Dr. Marcelo pediu para complementar.

O SR. MARCELO MATOS CASCUDO – Drª Maria da Paz, é Marcelo Cascudo quem está falando. Eu queria só complementar uma coisa. Que dentro dessa revisão a Anvisa visse com carinho a possibilidade de se fazer o processamento dos estabilizadores coronarianos, os estabilizadores de coração. Por quê? Eu vou dar um dado para os senhores.

Existem instituições no Brasil, hoje, que fazem cirurgia de revascularização do miocárdio sem circulação extracorpórea, ou seja, com o coração batendo. Isso já está provado cientificamente que, para os pacientes idosos, pacientes acima de 65 anos de idade, esse tipo de cirurgia é muito benéfica. Os riscos de embolia pulmonar, de consequências neurológicas, doenças renais, tudo é menor com esse tipo de cirurgia. Já está comprado, isso não é discussão.

O que acontece é que, para se fazer essa cirurgia, precisa do estabilizador. O estabilizador é importado, custa mais de R$6 mil. O SUS paga por uma cirurgia dessa de revascularização sem circulação extracorpórea R$5.575,00. E paga para o hospital. Só o estabilizador, R$6 mil.

Então, se não houver um processamento desse material, fica inviável porque não há possibilidade de se operar sem o estabilizador. Então, esse é um pedido que nós fazemos, mas o fabricante coloca: "uso único". Mas ele coloca porque ele tem o interesse de vender. Se são realizadas 37 mil a 40 mil cirurgias de revascularização por ano, ele vai querer vender 40 mil estabilizadores, no mínimo, por ano.

Então, isso nós temos também que levar em consideração. É esse o pedido que nós fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Paulo Bauer, com a palavra para as suas considerações.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu quero inicialmente justificar que cheguei um pouco atrasado, embora não faça parte desta Comissão, porque eu tinha uma outra atividade. E tomei conhecimento da reunião de hoje apenas na noite de ontem, quando o Dr. Fábio me passou uma mensagem dizendo que estaria em Brasília.

Mas eu não poderia deixar de vir aqui, até porque, dos 81 Senadores, eu sou o último que sofreu uma cirurgia cardiovascular, feita exatamente pelo Dr. Fábio. Então, como a cirurgia foi bem-sucedida no meu caso, eu só posso desejar que ela também seja bem-sucedida para os demais brasileiros que dela dependem e precisam.

Eu tenho um irmão que é cirurgião cardiovascular em Curitiba. E, ao longo desses últimos anos, nas conversas em família, ouço muitas vezes as opiniões dele a respeito das deficiências, das dificuldades que os senhores têm que administrar diariamente.

Essas demandas e essas decisões judiciais, essa falta de estrutura nos hospitais, a falta de medicamentos. Eu mesmo testemunhei procedimentos do meu irmão, que foi à farmácia, que foi ao mercado comprar medicamento para utilizar em pacientes que ele, por humanidade, entendeu ser necessário no procedimento cirúrgico, naquele dia.

Se não fosse feito depois de quatro, cinco, seis cancelamentos de cirurgia agendada, não havia outra opção senão ele próprio comprar o medicamento, comprar o que fosse necessário para dar atendimento.

Isso, naturalmente, está relacionado a problemas de gestão, que nós sabemos existir em muitos hospitais, em muitos sistemas estaduais, que, certamente, os senhores conhecem muito bem e que, no dia a dia do seu trabalho, está presente.

Eu não sou médico, não entendo de saúde e não cometeria aqui a ousadia de querer discutir esse problema que os senhores trazem ao nosso conhecimento. E devo dizer que trazem ao endereço certo, porque os Senadores, em geral, já estão um pouco mais idosos, têm que se preocupar, de fato, com o seu coração e, por isso mesmo, precisam dar atenção ao assunto, para que o Brasil tenha um avanço.

É bom ouvirmos o Dr. Jatene falar do Incor, dos transplantes. É verdade que o Brasil tem grandes exemplos que podem e devem ser comemorados, mas nós temos muitas coisas que ainda estão muito distantes do nosso olhar e da nossa perspectiva de solução.

Eu mesmo, como Senador – e não foi compromisso meu nem com a classe médica, nem com o setor produtivo –, numa farmácia, numa pequena cidade chamada Anitápolis, em Santa Catarina, na campanha eleitoral, escutei de uma senhora que vendia medicamentos, na hora em que eu lhe pedi o voto, uma sugestão. E essa sugestão eu transformei em proposta de emenda à Constituição. Foi a primeira proposta de emenda à Constituição apresentada, nesta Casa, no Senado da República, desde 1988, quando a Constituição foi promulgada, dizendo que, no Brasil, nós deveríamos eliminar, por completo, todos os tributos sobre todos os medicamentos de uso humano.

Ela foi aprovada e assinada por Sarney, por Itamar Franco – só para citar dois ex– Presidentes que não estão mais nesta Casa –, tramitou e, no ano passado, na Comissão de Constituição e Justiça, graças a um relatório e uma manifestação da Senadora Gleisi Hoffmann, do PT, do Paraná, a proposta foi rejeitada.

Portanto, o Governo não quer fazer a saúde melhorar. O Governo quer ganhar dinheiro com a saúde, quer ganhar imposto com a saúde. No Canadá, nos Estados Unidos, no México, não se cobra um centavo de imposto de medicamento algum, igual na Inglaterra. Quando você vai à Itália, é 6%; na Alemanha, é 2%; na Suíça, é 10%; aqui é 33%.

Não há como ver a saúde avançar no País quando há tributação sobre medicamentos. E, pasmem os senhores, não é só o cidadão que vai à farmácia que paga imposto. O Prefeito da minha cidade, Joinville, em Santa Catarina, compra medicamentos com o dinheiro da prefeitura para os postos de saúde e paga imposto para a distribuidora, que, por sua vez, recolhe para o governo do Estado ou para o governo da União. Aí eu, como Senador da República, tenho que fazer gestões junto ao Ministério da Saúde, Drª Neli, para conseguir dinheiro para comprar ambulância e para construir posto de saúde no mesmo Município que destinou 33% da verba da saúde dele para pagar medicamento que precisa ser colocado à disposição do povo. Isso é uma incoerência. Isso é um absurdo. Isso é uma falta de competência. E não é só do atual Governo. É histórico no nosso País.

Está na hora, Drª Maria Ângela, de entrarmos nesse assunto e, com coragem, começarmos a resolver os problemas da saúde do Brasil, porque senão nós vamos ficar na discussão, no debate, com 20, 30, 40 personagens. Está na hora de alguém assumir a Presidência deste País e dizer: "Eu vou resolver". É para isso que nós temos que começar a debater, de fato, os assuntos aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado e em tantos lugares quanto for possível.

Eu digo mais: as indústrias de medicamentos, depois que souberam da minha proposta, vieram falar comigo, essas coisas de Abifarma e Sindusfarma e sei lá quantas outras. Aí eu comecei a entender e compreender outras coisas que me deixaram perplexo. Um medicamento que, nos Estados Unidos, é aprovado pelo... Não sei como é o nome lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Pelo órgão que fiscaliza medicamentos e que é usado em mais 10, 20 países do mundo, quando é para ser introduzido no Brasil, tem que ficar seis meses, seis anos, às vezes, na Anvisa, para ter autorização de ser aplicado e utilizado aqui.

Isso é um absurdo! Não posso entender... Então, vou para os Estados Unidos e tomo um medicamento lá, ou para a Alemanha, depois volto para cá sarado. Está resolvido o meu problema.

Existem medicamentos que efetivamente são... Uma empresa suíça que queria se instalar no Brasil, Senador Donizeti, uma unidade de produção de produtos para tratamento de câncer. Eu conheci uma empresa na Suíça, na Basileia, exatamente igual a que era para ser construída no Brasil. Mas não pôde ser construída por causa de problemas legais. Perdemos o investimento e não temos nenhuma empresa desse tipo no Brasil, pelo menos daquele porte.

É preciso, desculpem a expressão, politizar o problema. Talvez aí comecemos a ter solução. Contem comigo. Desculpem a euforia na manifestação, mas acho que precisamos botar um pouquinho mais de energia e menos técnica nesse problema. E aí começamos a resolver.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Mas a vida é assim, Senador. Primeiro Deus, depois a política. Temos que resolver na política mesmo. O importante é politizarmos esses temas, debatê-los, porque é no debate, no encontro da divergência com a convergência que podemos construir a convergência e solucionar problemas.

Então, é muito bem colocada e importante a sua fala aqui nesta manhã.

Vamos ouvir agora o nosso Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sr. Presidente, Senador Donizeti; Dr. Marcelo Cartaxo; Dr. José Eduardo; e muito mais bem representado está o Ministério da Saúde, pela Srª Neli... desculpe, Drª Maria Ângela da Paz, Gerente de Regulação; Dr. Marcelo, há uma disputa entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte pelo Dr. Marcelo, cada um quer que ele seja seu conterrâneo. O Dr. Fernando Lucchese, médico cardiologista, está se apresentando assim, mas, eu já disse, é um grande gestor de uma entidade beneficente de Santa Catarina; Dr. Fábio Jatene, representando a Associação Médica Brasileira.

Não tenho mais perguntas. Queria dizer que quem tem perguntas a fazer é a sociedade brasileira, e não só aos digníssimos representantes que estão presentes aqui da cirurgia cardiovascular, mas também a nós, do Senado. Acho que a esta altura o telespectador que está assistindo esta audiência está perguntando: "E depois desta audiência, o que vai acontecer?" E aqui vou divergir do que dizia aqui o Senador Paulo Bauer – pena que tenha se ausentado –, não adianta politizar só a questão para colocar a responsabilidade apenas sobre os ombros do atual Governo.

Eu não tenho procuração para defender o Governo, não sou Líder do Governo, eu fui Ministro da Previdência. Graças a Deus, que o atual Ministro não me ouça, não fui Ministro da Saúde. Aliás, eu não sei o que é mais difícil para um Ministro: se é enfrentar o déficit histórico da Previdência ou enfrentar os questionamentos existentes ao longo do tempo com relação à boa prestação de saúde à população brasileira.

O que é certo é que nós precisamos fazer alguma coisa. Porque quem tem perguntas a fazer, Senador Maria do Carmo,

É o cidadão que tem um filho e lhe é negado o direito de conseguir para o seu filho uma UTI neonatal. Quem tem perguntas a fazer é a mãe, é o pai, é o idoso. O idoso, aquele que passou a vida inteira trabalhando e agora quer saber qual é a recompensa, a compensação que ele vai ter pelo fato de ter contribuído para com a história deste País.

Eu diria à Drª Neli que acho – e já disse aqui – que uma audiência com o Ministro da Saúde precisa ser substituída pelo que o Dr. José Eduardo acabou de dizer: é melhor termos uma reunião técnica em que se antecipem providências com relação ao grave problema que está sendo colocado aqui.

Isso que está sendo colocado aqui é um libelo, mas é um libelo não apenas com relação ao atual Governo, que deve se sentir responsável porque, afinal de contas, quem está à frente do Governo é a Presidenta da República atual, mas é um libelo com relação à sociedade brasileira e aos governos, que precisam dar prioridade a esse problema.

Já fui governador, já fui prefeito. Não quero dizer que tive tantas responsabilidades, mas tive honrosas, proporcionadas pelo povo do meu Estado. E governar quando o lençol é curto – estamos com o lençol muito curto – é dar prioridade. Se um problema como esse não tiver prioridade, o que é que tem prioridade neste País? Eu sou meio emotivo, mas é porque esse problema emociona mesmo.

Eu queria dizer, Presidente, Senador Donizeti, que, claro, nós temos que, ao final dessa intervenção, cumprimentar toda esta mesa que está aqui pelos avanços que foram conseguidos, que foram obtidos. Mas eles devem estar se perguntando: nós conseguimos esses avanços, nós conseguimos o respeito, até mesmo no exterior. Aquelas instituições no exterior, de certa maneira – vou ser um pouco exagerado –, curvaram-se diante desses avanços. Mas os senhores não estão aqui para receber prêmios. Prêmios e condecorações os senhores já receberam. Agora, quem precisa ser atendida, premiada, é quem está em busca de um hospital que trate a saúde dos seus filhos!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Senador Garibaldi.

Pergunto à Senadora Maria do Carmo se quer fazer uso da palavra.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM – SE. *Fora do microfone*.) – Estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Está satisfeita.

Nós vamos ouvir as duas pessoas que estão inscritas e eu passo para cada um fazer suas considerações.

Bom, nós vamos ouvir agora a Dona Janaína Souto, da ONG Pequenos Corações, por cinco minutos, para falar aqui com os Senadores, com a Mesa e com o povo brasileiro através da TV Senado e da rádio Senado.

A SRª JANAINA SOUTO – Agradeço o convite. Falar por último traz a desvantagem de ser repetitiva nos dados. Então, para mim, eu gosto de registrar os 28 mil que nascem, os 23 mil que precisam de cirurgia e os 80% que não recebem tratamento. Em alguns lugares Norte e Nordeste chega a 90%. É precisar de mais de 4 mil cateterismos e não fazer nem 800 por ano.

Então, o que o Ministério da Saúde fala de projetos, de déficit histórico, nós mães sentimos e estamos pagando com os nossos filhos. São os nossos filhos que estão sendo sepultados. A minha filha nasceu cardiopata congênita há treze anos. Foi operada pela equipe do Dr. José Pedro, posteriormente pela equipe do Dr. Assad, ela fez três cirurgias cardíacas e consegue sobreviver com metade do coração.

Se esta minha filha hoje passar mal em Brasília eu não tenho para onde levar, porque os irrisórios dez leitos não suprem a fila da demanda da sociedade. Brasília atende Minas, Tocantins e Acre, que não conseguiu operar um. São Paulo está superlotado. Pernambuco está rejeitando Alagoas, porque não tem estrutura.

Eu sou advogada. Hoje eu estou falando aqui como mãe. Sou voz de mães de todos os Estados deste País hoje, mas como advogada eu também entendo a Justiça que chove no molhado e vem garantir o tratamento de saúde, que já é constitucional, é direito até moral... Mas o juiz vai, tem plantão da Defensoria Pública para dar liminar, para ver se o povo é atendido. Adianta? Não. Eu como advogada digo, é o famoso direito ganha mas não leva. Porque liminar não cria leito. Liminar não abre vaga. Liminar não aumenta atendimento, não amplia. Não adianta. Há regulação para fazer fila, para organizar fila, para dizer o que nós já sabemos: não há vaga. Estamos procurando. É isso o que as mães escutam. Pedem tempo e paciência, mas nós não temos para dar.

Eu tenho ali onze fotos que eu tirei ontem, em vinte minutos de pesquisa na internet. Onze! Daqueles ali acho que três chegaram a fazer cirurgia. O resto foi a óbito. Óbito, porque não chegam a operar. Óbito dentro

do hospital já, sacrificados o pulmão e demais órgãos, que os tornam inoperáveis. Não adianta mais! Chegou, está dentro do corredor do hospital e não adianta mais a vaga. Ele morreu.

Está aqui olha, o Eduardo, do Maranhão. Foi operado lá em São Paulo, por liminar, que está sendo cassada, porque o Maranhão está dizendo: é muito dinheiro! Estamos dando riqueza a uma criança só, sacrificando o restante da saúde!

Ô Maranhão, por que não tem os centros especializados no Estado?

O meu sonho é ver toda capital com um centro especializado, para que as famílias precisem se deslocar apenas do seu interior para a sua capital. E não fazer feito a Ivia, que saiu do Pará e veio para Brasília, esperou meses e não foi chamada; foi para o Rio de Janeiro e passou sete meses longe do esposo e dos filhos para tratar uma CIA. Voltou agora com a filha para casa. Plano de saúde, não foi SUS não. Mas não há leitos. Particular ou privado, não há leitos.

Aí o Governo chega para mim e diz: vamos fazer ações imediatas. Faz quatro anos que este programa está sendo analisado. O Governo chega para mim e diz: é uma prioridade do Ministério da Saúde. Sim, quando? Ontem? Porque hoje ainda não começou. Desde quando é prioridade? Não estamos vendo isso.

Muito nós vamos avançar. É preciso. Foi lei o texto de oximetria de pulso que vai ampliar o número de diagnósticos. Mais crianças vão ser diagnosticadas, e a gente vai fazer o quê? Olha, ela tem. E aí não vai operar porque não tem leito? O teste vai servir só para saber que tem. Vamos ampliar os cemitérios. Mais mães enlutadas, mais pessoas depressivas. O Ministério da Saúde vai continuar arrastando.

Então vamos ofertar o que se precisa: leitos, ampliação de atendimento. Reuniões são importantes. Estou eu pedindo ao Ministro, e fui negada. Presidente também não teve agenda para mim não. Estou apelando para ver se em 12 de junho eles nos recebem para ouvirem o que estou dizendo.

Eduardo quer viver. Senador, um dos senhores disse: nós, Senadores, temos que nos preocupar com o cardiovascular, porque estamos chegando à idade avançada. Minha filha precisa de atendimento para que ela sonhe chegar aos 15 anos, que ela sonhe chegar à idade adulta e ter filhos, para que eu possa ser avó, para que um dia ela sonhe em ser Senadora e se preocupe com a idade dela, com os problemas de coração pela idade, e não porque foi negado o tratamento antes do tempo.

Dizer a um médico escolha dos dez leitos porque eu preciso atender cinquenta que estão na fila é jogar a sua responsabilidade para o profissional. É obrigação do Poder Público preparar isso para que um juiz não esteja declarando o que já se sabe, e que o médico tenha pelo menos leito de sobra para uma gestante que ninguém sabia que era cardiopata tenha onde ser socorrida depois que o filho nascer. Porque isso também acontece. Há surpresa, o fator surpresa. E não há leito separado para este fator surpresa, sempre estão todos ocupados.

Eu aqui entrei com ações no Ministério, requerimentos em Brasília, Mato Grosso, São Paulo, Pernambuco, em 2012. Papéis pra lá, papéis pra cá, resposta pra lá, resposta pra cá. O DF ainda me disse assim: nós ampliamos o número. Só que dos dez leitos que tinham no ICD em 2011, continuam os mesmos dez leitos. Eu sei porque eu entro lá. Se tiver algum médico aqui de Brasília, ele sabe disso também, e continuam os mesmos dez leitos. São irrisórios dez leitos dentro de um hospital de adulto! Nós ocupamos dois quartos dentro de um andar de adulto. A pediatria nem andar específico tem. Não temos um corredor só para a pediatria. Enquanto isso a fila está chegando a 50 e a 70. E quando uma mãe diz: Janaína, eu consegui a vaga. Eu sei que é porque o outro morreu. Eu sei que é porque o outro que eu estava acompanhando também morreu. Porque só abre vaga assim.

Até quando vamos enxugar gelo e resolver a coisa depois? Até quando vamos nos enfiar em debates, em papéis e não fazer o que se deve: ampliar atendimento, deixando margem de segurança para que os profissionais possam fazer o que optarem fazer: Medicina.

Agradeço a todos. Peço desculpas pela indignação, pela expressão exagerada, mas é a minha filha. Sou eu que choro com essas mães. Sou eu que vou ao sepultamento dar um abraço. Sou eu que as vejo, anos depois, sem se recuperar de uma situação dessas. Muitas vezes, elas chegam e eu sei que não vou conseguir ajudar. Sabe qual é o caminho que ensino? Faça queixa na ouvidoria, vá atrás de uma liminar, mande reter as contas públicas, mande reter a conta bancária do Secretário, para ver se assim aparece, porque, mexendo no bolso, dá-se um jeito. O certo seria: se não tem, zero vaga, mande para um particular e o Governo paga. É a melhor solução? Não é! Mas, enquanto o Governo não ampliar isso, pelo menos, socorra no particular, mas faça alguma coisa pelos nossos filhos! São cidadãos brasileiros que não escolheram nascer como nasceram. Não foi culpa minha! Não foi culpa dela! Aconteceu! Só resta caminhar para frente.

Eu digo: Larissa vive muito bem, graças a Deus! Surpreende as expectativas médicas. Eu olho para ela e não vejo uma cardiopata. Eu vejo uma criança, no caso, uma pré-adolescente. Mas o Governo está vendo gastos demais com uma única criança.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Nós é que agradecemos a sua fala, a sua emoção, que é a emoção das mães brasileiras que passam por esses problemas.

Vamos ouvir, agora, Patrícia Braile, representante da indústria nacional de equipamentos médicos.

A SRª PATRÍCIA BRAILE VERDI – Bom dia a todos.

Depois da fala da Janaina, fica até muito difícil para que a gente possa se expressar com tamanha ênfase e indignação, mas, como representante da indústria nacional de produtos para cirurgia cardiovascular, também quero colocar aqui todo sofrimento de uma classe de trabalhadores.

Nossa empresa chegou a ter mais de 600 funcionários, mas, hoje, conta com 250 e com grande risco de fechar ou ser adquirida por grandes multinacionais. Isso em virtude – e gostaria que o Ministério da Saúde ouvisse o que vou dizer agora – de uma tabela de preços que não sobe há 14 anos! A tabela dos nossos produtos fabricados no Brasil que viabilizam as cirurgias cardíacas nacionais – porque aqui não é a Bélgica. Aqui é o Brasil! – não tem reajuste há 14 anos. Não estou falando aqui de stent coronário, não estou falando aqui de marca-passos. Estou falando de oxigenadores e de válvulas, que são utilizados em todas as cirurgias cardíacas que acontecem no Brasil e no mundo!

Estamos morrendo. A indústria nacional está morta, porque não há reajuste, não há isonomia fiscal. Quando compro matéria-prima para fabricar, como bem colocado pelo Dr. Lucchese ou pelo Dr. Marcelo, pago imposto, mas o importador não paga. É zero! Então, não existe isonomia. O que existe é uma desconsideração.

Eu queria saber onde está o famoso complexo industrial da saúde brasileira. Gostaria muito de saber, porque apoio algum a indústria nacional de equipamentos médicos tem do Governo. Não temos nada! Temos desemprego. Temos que acompanhar uma tecnologia altamente qualificada. Temos que ter produtos extremamente sofisticados e trabalhados, mas estamos em um país pobre, sem nenhum incentivo do Governo, sem nenhum tostão.

Tivemos quatro projetos da Finep aprovados para produtos novos. Quando o dinheiro da Finep entrou, já estávamos no banco, pedindo dinheiro emprestado para financiar, tamanho é o atraso. Essa é a realidade do Brasil. Essa é a realidade.

A Braile Biomédica surgiu... Um daqueles senhores cuja foto vocês viram, Dr. Domingo Braile, é um pioneiro da cirurgia cardíaca, como os senhores que estão aqui. É meu pai. E meu pai fundou essa empresa para que a cirurgia cardíaca no Brasil tivesse grandeza, tivesse voz, tivesse a proporção que ela tem – e ela tem, em função desses senhores que estão aqui –, mas a indústria médica brasileira vai fechar.

Eu estou aqui falando em meu nome e como Diretora da Associação Brasileira da Indústria Odontomédica Hospitalar, que eu represento também. As indústrias brasileiras não vão suportar tamanha carga de impostos, tamanha desconsideração a reajuste de preços que não existe há 14 anos. Por favor, Ministério da Saúde, não estamos falando de stent coronário, com droga ou sem droga, e não estamos falando de marca-passos. Por favor, não confundam. Os nossos produtos não têm reajuste. O desemprego está batendo à porta.

Se o Brasil ficar nas mãos só das indústrias multinacionais e de importados...

(Soa a campainha.)

A SRª PATRÍCIA BRAILE VERDI – ...aí, sim, que a cirurgia cardíaca brasileira, aí, sim, que as crianças realmente não vão ter vez, as crianças não vão conseguir ser operadas, porque não vamos fornecer produtos. Não conseguimos mais fabricar. Essa é a grande realidade do cenário da indústria nacional. Isso tem que ser falado, isso tem que ser sabido. Complexo industrial da saúde não existe. Vamos mudar esse Brasil, vamos falar sério, vamos construir uma sociedade com saúde e digna, digna para não ouvir mais mães, como nós acabamos de ouvir, chorando. E eu, ao demitir mais de 300 funcionários, chorando com cada um deles. Isso não é justo, isso não é correto! Nós precisamos agir. Nós somos povo! Essa é a população brasileira gritando, pedindo ajuda.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Drª Patrícia.

Vamos ouvir o Dr. Henrique Furtado, lá do Tocantins, cirurgião cardiovascular lá da nossa terra, que vem trazer a contribuição aqui para esta audiência pública de tamanha relevância que nós estamos vivendo, Senador Eduardo Amorim, nesta manhã.

O SR. HENRIQUE FURTADO – Cumprimento todos os Senadores na pessoa do Senador Donizeti Nogueira, que honra o nosso Estado com a sua atuação em favor das boas causas. Cumprimento os colegas cardiologistas, médicos, em nome do nosso Presidente, Marcelo Cascudo, e todos.

Eu me coloquei como cirurgião cardiovascular, e o Senador sabe que já fui gestor da saúde, por duas vezes Secretário Estadual da Saúde. Quero dizer que eu estou realmente muito emocionado com tudo o que foi dito aqui e como foi bom termos visto, vindo aqui.

Agradeço o Senador Vicentinho por sua presença e por suas palavras e digo que a emoção que está aqui chegou a todos os nossos corações. E acho que a audiência levou a um momento muito importante, em que nós entendemos que nós não estamos aqui para discussão dos números, porque cientistas famosos já disseram: a ciência da estatística é bater nos números até eles confessarem.

Senadores, minhas senhoras, meus senhores, a cirurgia cardíaca brasileira veio pedir socorro e ajuda. Esta audiência foi maravilhosa, mas nós precisamos de resultados. Já fizemos outras reuniões maravilhosas, e, como muito bem disse a emocionada Janaina, os resultados não vieram. Existe uma distância. O que nós viemos trazer para vocês humildemente é a visão de nós, que olhamos nos olhos dessas famílias e dessas mães, que sentimos na pelo o condicionamento, que vamos à UTI, e não tem leito para operar, que vamos à regulação, e os doentes não vão para lugar nenhum.

Eu queria fazer um pedido, em nome da sociedade, que o encaminhamento está correto, mas que nós, que o Senado Federal entendesse o que nós viemos trazer. Nós viemos trazer o entendimento

Nós viemos trazer o entendimento desse momento que nós passamos na base e que muitas vezes não chega, não por miopia ou por cegueira do gestor daqui, mas porque nós temos de trazer as demandas. Nós estamos dizendo, Drª Neli, que não está funcionando na ponta e viemos lhe pedir socorro, à senhora em nome do Governo, e pedir a todos vocês que tenhamos uma agenda de seguimento dos resultados que serão pactuados após esta reunião.

Que o Senado Federal siga conosco esses resultados. E quero pedir a todos que nós falemos como fizemos na reunião e tenhamos as ações posteriores dessa forma, da forma única como sabemos. Queremos tocar o coração de vocês com essa situação tão grave que está ocorrendo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. Henrique, pela contribuição, o senhor que é entendedor da saúde e do que passa a saúde em nosso Estado, que é grave.

Senador Eduardo Amorim com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, colega Senador Donizeti, demais Senadores aqui presentes, Senador Garibaldi.

Sei que muitos de vocês estão vindo aqui pela primeira vez, como meu professor José Teles – eu perguntava se ele já conhecia a Casa, e ele disse não. Sei que vocês podem achar estranho o entrar e sair de todos nós. Isso se deve a que simultaneamente participamos de várias Comissões. Então, eu já fui relatar projetos, já tive projeto aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor; já estive na Comissão de Educação, na Comissão de Assuntos Econômicos, no plenário. Ou seja, em várias outras Comissões. Aqui é assim, quem quer trabalhar, trabalho há demais, não é, Donizeti?

Quis o destino que, mesmo não sendo oriundo de uma família política, eu entendi, ouvindo as palavras do Prof. Teles e de outros colegas, Senador Garibaldi, que a política é esse instrumento precioso. Eu lembro que, certa vez, na véspera de Natal, fazendo a anestesia e o Dr. Teles a cirurgia, numa situação extremamente desesperadora: faltava tudo, faltava medicamento, faltava o mínimo para que chegássemos ao fim daquela cirurgia.

Ao término da cirurgia, eu me revoltei e disse ao Dr. Teles: eu não venho mais, porque não sei se um juiz vai entender, que, participando de uma cirurgia, começamos e não sabemos como terminar, se faltou medicamento: "Para que você começou? Para que você iniciou aquela cirurgia?" Eu dizia ao Dr. Teles que pior do que uma má remuneração é uma má condição de trabalho. Você se dedica, passa seis anos na faculdade, mais cinco anos de residência, aprende, sabe como tratar, sabe como cuidar, mas, às vezes, falta adrenalina, noradrenalina ou dopamina. Isso é corriqueiro.

Então, foi tomando consciência por meio disso que adentramos a política, por entender que política não é lugar de gente corrupta, desonesta nem do pior caráter. Ao contrário, é o único instrumento que nós temos para levar este País para a dignidade tão merecida e tão almejada. Não há outro caminho.

Outro caminho seria a guerra, que não é recomendável, mas que converge depois para a política. O único caminho é através da escolha certa dos nossos líderes, dos nossos representantes. Ou seja, vendo o voto como um instrumento do bem; vendo o voto como um instrumento que valoriza a saúde, que valoriza a educação, que valoriza o emprego, que valoriza a segurança, e não diferente.

Foi por isso que a gente adentrou esse caminho. E quis o destino que eu estivesse aqui em um momento como este, em uma audiência pública como esta. A situação não é fácil, sei que não é fácil, porque o desespero bate à porta dos profissionais, de mães, de pais, de quem procura e não encontra a saúde, especialmente em um País como o nosso onde a saúde não é prioridade.

Sejamos honestos! Não é prioridade, não é prioridade para o Governo. Eu mesmo já disse à Presidente algumas vezes: de mim a senhora ouvirá "sim" muitas vezes, mas saiba desde já que ouvirá "não", quando não investir na saúde o necessário; quando não investir na educação o necessário.

O momento do País é difícil.

E já disse também a muitos Ministros – da Economia, do Planejamento, do Banco Central – que não é só uma crise fiscal, não é só uma crise econômica. Não, não, não. É uma crise ética, é uma crise moral, sobretudo com o trato com a coisa pública.

Coisa pública não é coisa sem dono, não. Ao contrário, temos que terminar com esse pensamento. É coisa sagrada, porque vem de muitos, sobretudo dos que menos ganham neste País, que não têm como pagar um plano de saúde, que não têm como pagar uma escola particular.

Enfim, mas este País tem jeito. Continuo sendo um sonhador e não quero perder nunca a capacidade de sonhar. Mas tenho consciência – aprendi isso com o Dr. Teles e outros professores – de que o sonho só vira realidade com atitude. E atitude como esta que estamos tendo aqui.

Sei que não é fácil, já conheço um pouco o trâmite. Temos que sensibilizar o Presidente do Congresso? Temos. Vamos atrás dele? Vamos. Mas temos que sensibilizar o Governo. Temos que sensibilizar aqueles que realmente executam, que estão ali, no dia a dia, porque a conta não fecha. Não tem como fechar.

O Governo Federal antigamente repassava os recursos diretamente aos profissionais. Não era assim, Dr. Teles? Nós recebíamos pelo Porte 7. Recebia mal, mas recebia. Hoje, os nossos cirurgiões cardíacos, no meu Estado, no nosso Estado, há seis meses, não recebem, porque o Governo, para se livrar de qualquer vínculo empregatício, não paga mais o Porte 7 e aí o repassa para o Município, que não tem dinheiro, ou o repassa para o Estado, que faz lá as contas, e repassa para o hospital, que está quebrado. E o hospital, na hora de pagar o profissional, não paga. Há cirurgião cardíaco lá que há seis meses não recebe um mísero dinheiro que vem de uma cirurgia cardíaca, que não é muito, não. E a conta não fecha.

Como é que se faz uma cirurgia cardíaca em um hospital, com circulação extracorpórea e tudo, e o hospital só recebe R$3 mil, rapaz? Como é que essa conta fecha? Não tem como fechar. E se o paciente complicar, os antibióticos e tudo mais? Não fecha. Ou seja, é o Governo pedindo aos profissionais e instituições para serem desonestos. E ai daquele que for desonesto, porque depois responde ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal.

Enfim, qual é o milagre? Então, é preciso refletir. É preciso pensar. É preciso se colocar no lugar daquele que está trabalhando e daquele – mais do que nunca, usando aqui uma palavra um pouco diferente do Secretário, que já saiu – não o SUS exclusivo. Eu diria que, pior do que isso, o SUS dependente. Não tem outro plano de saúde, não; é SUS dependente, mesmo, só tem o SUS. E se o SUS fechar as portas, é a morte certa.

Então, os senhores contem conosco. Sou soldado desse exército, estou aqui. Enquanto eu estiver aqui, contem comigo. Conheço, porque senti na pele. E passar por momentos como esses que vocês passam diuturnamente que me incentivou e me trouxe até aqui. Podem ter certeza, Prof. Wanderley, Prof. Teles, desbravadores, os primeiros a fazer os transplantes do Nordeste, mas não tiveram e não têm o apoio necessário por parte do Governo. Sabem como fazer, mas não têm os instrumentos mínimos realmente para tratar.

Oxalá que não desistamos dessa luta. E digo a vocês: sou um soldado, coloquem aí, não sou governista, defendo o que é certo sem abrir mão. Estar aqui é como estar dentro do centro cirúrgico. Aqui convivemos com gente de várias personalidades, é verdade. Mas quando não abrimos mão nem de princípios nem de valores, não saímos piores, saímos melhores, como saímos melhores muitas e muitas vezes do centro cirúrgico, porque nós fomos um instrumento para salvar, apenas um instrumento. E aqui somos um instrumento para colocar este País nos eixos e buscar a dignidade merecida até na cirurgia cardíaca, até na saúde pública.

Então, eu dou aqui também o meu depoimento, o meu desabafo, porque eu sei que não é fácil, mas não podemos desistir. Temos que convencer este Governo de que saúde tem que ser prioridade, que não dá para operar, fazer uma cirurgia cardíaca com R$2 mil ou R$3 mil. E que não dá para o profissional fazer uma cirurgia e ficar seis, sete meses sem receber, e o Governo lavar as mãos. "Não, eu passei para a restituição". Mas a restituição não passou, porque ela está quebrada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Senador Eduardo, muito bem colocadas as suas palavras.

Nós vamos agora voltar à Mesa, porque temos que nos encaminhar para o encerramento. Queria perguntar aqui aos componentes da Mesa se cinco minutos para as considerações finais é suficiente? (*Pausa.*)

Então, está bom, vamos começar, de lá para cá, com o Dr. Fernando Lucchese.

O SR. FERNANDO LUCCHESE – Eu, na realidade, procurei trazer aqui a visão da ponta, um hospital que eu dirijo. Esse é talvez hoje o maior hospital filantrópico do Brasil e 57% do SUS brasileiro é feito pelos filantrópicos, são 2.100 hospitais. O endividamento hoje dos hospitais brasileiros filantrópicos é de R$15 bilhões. Dívida de todo tipo, de imediato, longo prazo.

O Rio Grande do Sul, com 242 filantrópicos, tem uma dívida bancária R$1,5 bilhão. Hospitais pequenos, 200 deles são os únicos hospitais nas suas comunidades.

Então, nós estamos falando em uma crise maiúscula, uma crise que leva a uma situação que, se não tomarmos providência nenhuma, o povo vai vir aqui, viu? O povo vai vir aqui cobrar. É só questão de tempo. E já veio, está aí a Janaína. Mas o povo vai vir muito fortemente. Aí nós todos vamos estar nessa dificuldade de explicar o que nós fizemos. Nós estamos fazendo a nossa parte. Agora, eu confesso que eu estou cansado. Eu estou cansado. São 45 anos de medicina e eu estou cansado de todo dia chegar de manhã e ver aquela fila de pobres, porque hoje o nome do pobre é SUS, e aquela fila de pobre tentando se mobilizar.

Eu tenho funcionários que eu pago só para organizar a vida dos pobres que chegam à Santa Casa, para ver aonde vai um, o que faz etc... Pergunta nº 1: posso lhe ajudar?

O povo está à deriva. Nós precisamos tomar uma atitude. É por isso que eu estou aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. Lucchese

Vamos ouvir, agora, o Dr. Marcelo Cascudo para suas considerações. É você que é disputado lá pela...

O SR. MARCELO MATOS CASCUDO – Presidente Donizeti; Senador Garibaldi, conterrâneo; Senador Amorim, meus agradecimentos. A sociedade agradece o acolhimento desta Casa, que é a Casa representativa do Estado brasileiro. E este problema que nós trouxemos aqui é um problema de Estado, que tem que ser resolvido e o encaminhamento deve partir daqui.

Como várias pessoas disseram aqui, esse problema com a cirurgia cardiovascular brasileira vem de muito longe. Isso é de longe, isso é antigo. E nós estamos debatendo, mas, ao mesmo tempo, como disse o meu amigo Lucchese, nós estamos começando a ficar cansados, mas nós não temos o direito de ficar cansados, porque nós temos que resolver esse problema. Esse é um problema crucial para os pacientes que são portadores de doenças cardiovasculares no Brasil, tanto crianças, como jovens, como velhos.

Eu estive no Ministério da Saúde no ano de 2010, em audiência com o Ministro Temporão e o Secretário da SAS era Alberto Beltrame. Nós tivemos várias reuniões e uma das colocações que nós fizemos àquela época foi aquilo que o Fábio falou, que a cirurgia cardiovascular tinha que ter um tratamento especial, porque essa doença é uma doença especial. Nós operamos com tecnologia avançada. É diferente das aplicações que existem no Ministério da Saúde em aplicações ambulatoriais.

Então, nós pedimos ao Ministro, naquela época, uma atenção especial, inclusive pedimos, no ano de 2010, que o Ministério da Saúde nomeasse – eu e o Barbosa dissemos a ele – e que não precisava remunerar. Queríamos a nomeação de um cirurgião cardiovascular dentro do Ministério da Saúde, para que veja, ajude, auxilie o Ministério e seus técnicos a evoluir com um programa decente, um programa que atenda a nossa população. Não fomos respondidos. Os anos se passaram. O que está acontecendo? Está piorando. O que está acontecendo? As nossas crianças e os nossos pacientes estão morrendo, os hospitais estão fechando.

Então, fico com as palavras do Fábio: temos que ter uma visão diferente dentro do Ministério da Saúde. Nós temos que ser ouvidos dentro do Ministério da Saúde. Nós temos que ter um programa que seja dirigido especificamente para as doenças cardiovasculares. Não podemos ser inseridos dentro do conjunto das doenças de alta complexidade, porque aí existe uma fuga. É como se fosse uma pessoa com várias mãos, esse dinheiro pode sair para a ortopedia e para outras especialidades, e não deve acontecer.

Era essas as considerações finais que eu gostaria de fazer. Que o Ministério de Saúde visse a cirurgia cardiovascular diferente, porque ela é realmente diferente. A mortalidade é alta e o tratamento é muito mais difícil.

Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. Marcelo, pela sua participação.

Vamos ouvir agora o Dr. Marcelo Cartaxo Queiroga.

O SR. MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Exmo Sr. Senador Donizeti Nogueira, que ora preside esta reunião; Exmo Sr. Senador Garibaldi Alves; Exmo Sr. Senador Eduardo Amorim, vivo hoje, nos meus quase 50 anos, e tenho o privilégio de estar aqui com os senhores numa reunião tão magnífica e emocionante como esta.

Algumas conclusões é bom que fiquem consignadas. O Exmo Sr. Ministro da Saúde, Dr. Arthur Chioro, logo ao assumir, em uma das suas primeiras manifestações, declarou que a tabela do SUS não servia mais como um instrumento balizador da remuneração. E que essa tabela tinha que acabar. O Prof. Chioro é um técnico, pessoa na qual depositamos confiança. Ocorre que os dois problemas que causam todo esse caos assistencial decorrem dessa tabela, que é uma herança ainda, Senador Garibaldi Alves, do antigo INAMPS. Até os próprios procedimentos ali elencados, muitas vezes, têm a mesma nomenclatura.

Essa tabela, como pesquisa recente que o Conselho Federal de Medicina fez e foi explicitada em editorial, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo,* tem uma defasagem crônica e essa defasagem está levando à morte os nossos hospitais, sobretudo os hospitais de alta complexidade, inclusive os nossos grandes hospitais públicos, porque muitas vezes são remunerados com base nessa famigerada tabela.

É preciso que, de maneira emergencial, isso seja resolvido, porque, se nós conseguirmos resolver esse ponto, consequentemente, apesar de termos, como mostrou bem aqui o Dr. José Eduardo Fogolin, um aumento absoluto de cirurgia cardíaca, mas que, do ponto de vista relativo, na realidade, não passa de um aumento frouxo, porque ele não se converte em fator que muda indicador de saúde pública, haja vista o aumento de acesso geral, não só à saúde, mas aos outros bens sociais que a população brasileira experimentou nos últimos anos.

Precisamos corrigir a tabela, para com isso termos mais hospitais especializados, hospitais públicos, hospitais filantrópicos, para atender justamente aos anseios da Srª Janaína, que, na sua fala, mais pareceu as mães da Praça de Maio, da Argentina, que com emoção conseguiram derrubar uma das ditaduras mais sanguinárias da América Latina.

Que saiamos hoje daqui com essa mensagem, sobretudo dos Srs. Senadores que agiram como nós, os cardiologistas que entramos todo dia nos corações dos nossos pacientes, abriram a porta dos seus corações, para ouvir o reclame da classe médica. E que isso seja uma chama que permaneça acesa, iluminando o nosso caminho, para que isso se converta em frutos reais que possam ser colhidos facilmente por toda a nossa sociedade!

Muito obrigado a todos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. Marcelo, pela sua contribuição.

Vamos agora ouvir o Dr. Fábio Jatene.

O SR. FÁBIO JATENE – Senador Donizeti Nogueira, minhas senhoras e meus senhores, para encerrar, gostaria de inicialmente agradecer a oportunidade desta audiência pública, que entendo deve fazer avançar a nossa atuação e a atuação dos vários atores envolvidos nesse processo.

Como eu disse na minha fala anterior, este é o pior momento que vivo dentro da cirurgia cardiovascular há mais de 35 anos. E por que é o pior momento? Porque vários fatores estão convergindo de forma negativa neste momento: dificuldade de leitos, dificuldade de atendimentos, dificuldade de equipamentos, dificuldade de equipamentos, enfim, uma conjunção negativa de fatores. E nós precisamos interromper isso da forma mais eficiente possível.

O Prof. Adib Jatene, meu pai, que várias vezes foi citado nesta sessão, dizia assim: "Eu tento não ficar discutindo muito os problemas, eu tento ficar discutindo as soluções dos problemas." E é isso que precisamos passar. Nós conhecemos o problema. Todos nós aqui envolvidos, os médicos, a parte responsável do Governo, a parte dos pacientes, todos nós sabemos qual é o problema, e precisamos discutir as soluções desse problema, precisamos encaminhar as soluções desse problema.

E, na minha opinião, está claro que precisamos tratar a cirurgia cardiovascular de uma maneira diferenciada. Isso não implica obrigatoriamente haver dispêndio maior de recurso. A palavra hoje na moda se chama inovação. E precisamos inovar em relação a esse tipo de situação.

E a inovação não quer dizer inventar um equipamento novo. A inovação, muitas vezes, é avançar nos processos de como nós vemos e encaminharmos a solução desse problema. Então, acho que isso é indispensável.

Nós já sabemos que se continuarmos tratando da forma como está sendo tratado, isso não vai funcionar. Vamos seguir com problemas relacionados com os pacientes. Então, quem está vindo aqui pedir ajuda não somos nós, médicos, nem as pessoas que tratam desses pacientes; precisamos de ajuda, mas quem mais precisa de ajuda são os pacientes que têm esse problema e que não estão sendo atendidos de forma conveniente.

Então, é um pedido dos pacientes que estão sendo desassistidos, que estão tendo uma dificuldade de atendimento. E temos – vou reforçar mais uma vez – que inovar em relação ao processo. Se falarmos: "Ah, vamos tratar como está, vamos melhorar", isso não vai funcionar. Vamos precisar tratar individualizadamente a cirurgia cardiovascular.

Então, mais uma vez, queria agradecer muito a oportunidade. E espero que essa chama que aqui hoje se acendeu não se apague tão cedo e que possamos seguir avançando em relação a esse tão grave problema que afeta os nossos pacientes!

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. Fábio.

Vamos ouvir agora a Dr. Maria Ângela da Paz.

A SRª MARIA ÂNGELA DA PAZ – Da mesma forma que o Dr. Fábio, quero agradecer o convite e colocar a Anvisa à disposição. Tenho certeza de que, em nome do Diretor, posso falar isso, porque somos diversas áreas, e eu represento apenas uma, para tentar resolver essa questão nos aspectos que nos tocam e naquilo também que a gente puder ajudar.

Em relação ao reprocessamento, complementando, só para dar um pouquinho de tranquilidade à sociedade sobre a forma como está sendo executada a revisão dessa questão das rotulagens e das exigências

em relação a isso, a ideia, a forma como vem sendo trabalhada, é que vamos dividir esses equipamentos, esses materiais, possivelmente em três categorias.

Aqueles, nos casos em que a indústria realmente nos prove que ela testou e que esses equipamentos são impossíveis de ser reprocessados, ela vai apresentar esse protocolo para a gente, dizendo que não tem como, isso realmente é proibido.

Há um segundo grupo, onde estariam aqueles em que a indústria não se comprometeria, por não ter testado, em dizer se esses equipamentos podem ou não podem ser reprocessados. Ela não fez os testes. Nesse caso, essa responsabilidade, caso seja feito o reprocessamento, seria pelo próprio serviço de saúde. Naquele serviço que desenvolver protocolos que garantam a segurança no processo de esterilização de processamento, isso poderia ser executado.

E há o terceiro grupo, que a própria indústria testou e disse: "Esse equipamento é passível de reprocessamento." Então, nós trabalharíamos com um leque muito mais amplo e isso facilitaria, tanto por parte do serviço, a desenvolver os protocolos, como, por parte da própria indústria, a se resguardar em relação às consequências da utilização ou do reprocessamento feito de forma equivocada.

Lembro ainda um detalhe: apesar de a gente falar muito do processamento como uma forma econômica, sabemos que existem alguns equipamentos que realmente poderia ser mais fácil, mais viável e mais econômico... Algumas técnicas de reprocessamento são extremamente custosas. Então, ao invés de reduzir o custo, poderia aumentar o custo. Um exemplo claro, simples, de uma coisa material que é comum é luva descartável. As luvas de látex, até alguns anos atrás, eram todas reprocessadas, eram todas esterilizadas pelo serviço. Hoje em dia, esterilizar essas luvas é muito mais custoso do que adquiri-las para uso único, por conta do custo e porque as empresas, obviamente, por causa do reprocessamento, reduziram o custo para venda desse tipo de material. Então, sabemos que isso também ocorre. Não é tão barato e tão simples reprocessamento de determinados equipamentos, sairia bastante oneroso em relação à compra de equipamentos de uso único.

Mas isso é tudo incluído dentro dessa revisão que está sendo efetuada.

Novamente, a Anvisa se coloca à disposição para continuar nessas discussões. Convidamos a sociedade, como já dissemos ao Dr. Matos, ao Dr. Lucchese, para que eles possam apresentar esse pleito à Anvisa, de uma reunião para tratar especificamente do assunto com a nossa diretoria. Com certeza, posso assumir, em relação a eles, que estamos completamente abertos para recebê-los quando vocês quiserem. Então, encaminho um pedido de reunião diretamente ao gabinete do Diretor-Presidente, e nós estamos à disposição naquilo que for preciso e necessário.

Mais uma vez, muito obrigada aos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Muito agradecido, Drª Maria Ângela.

Vamos ouvir agora a Drª Neli Muraki Ishikawa.

A SRª NELI MURAKI ISHIKAWA – Boa tarde a todos.

Estou presente a esta audiência desde o início da manhã. Ouvi todas as considerações que foram feitas nesta audiência.

Nossa Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade está à disposição para as reuniões, lembrando que já venho trabalhando com relação à cirurgia cardíaca já faz um tempo. Inclusive, nós tivemos, em 2013 e 2014, reuniões marcadas por mim mesma, mas, na época, por conta do Mais Médicos, houve um distanciamento da sociedade, e por isso não houve discussões. Normalmente, nós discutimos o assunto junto com as sociedades envolvidas, os gestores; nós convidamos esses atores todos para discussão. Mas, há um mês, foi-nos solicitado pelo Ministro a retomada disso. Na verdade, nós estamos com o documento e temos prazo que foi estipulado a nós para poder até colocar em consulta pública uma parte da linha de cuidado da criança com cardiopatia. Hoje, se puderem, estamos à disposição às 17h. Caso não seja possível a reunião técnica, podemos agendar para outra ocasião.

O Ministério agradece o convite, e estamos à disposição para discutir o assunto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Garibaldi Alves com a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quero fazer só um registro.

O Senador, não o Paulo Paim, Paulo Davim, durante quatro anos, foi o Senador que representou aqui, na minha cadeira, o Rio Grande do Norte, e o fez com a maior dignidade e conhecimento, sobretudo, desses problemas. É uma pena que ele não esteja aqui hoje, porque ele teria muito maior conhecimento e uma contribuição muito maior a dar. Na verdade, eu causei isso, porque eu resolvi vir. Quer dizer, eu deixei onde eu

estava e vim assumir aqui a cadeira, e ele, a esta altura, deve estar vendo com uma certa tristeza, por não ser hoje o Senador que se faria muito mais presente neste debate.

Então, Paulo Davim, na próxima vez, não venha como suplente, venha como titular. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Senado.

Quero destacar e parabenizar o Senador Paulo Paim por ter aprovado esse requerimento, para fazer essa audiência de tamanha significância, em que oportunizamos o encontro do Senado, da área médica ligada à questão das cirurgias cardiovasculares, e do Governo, que são os gestores. Cumprimos a primeira fase e penso que fizemos um bom diagnóstico. O que fazer? O que fazer foi colocado aqui: essa área exige um tratamento especial, diferenciado; que a tabela SUS, reconhecida,inclusive, pelo próprio Ministro, é uma tabela superada; que é preciso ampliar a rede; é preciso haver mais leitos e mais UTI; é preciso apoiar a indústria brasileira na produção de equipamentos para essa área e para outras.

Agora, precisamos tomar as iniciativas. Parece-me que está bem encaminhado porque temos hoje uma reunião com o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, que vai ser sensível a isso.

O Ministério da Saúde já se colocou à disposição. Se não for hoje, vamos fazer amanhã, vamos fazer o mais rápido possível.

Esta é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; aqui nascem projetos e seguem em tramitação no Senado, vindos da própria sociedade. Ou seja, por aqui, ou por iniciativa de grupos organizados, pode-se iniciar um projeto de lei a partir deste debate aqui, nesta manhã, que vá contribuir. Certamente, o Brasil de hoje não é o Brasil de ontem.

Nós que estamos aqui hoje, não quero dizer que herdamos, assumimos a condição de resolver o problema da atualidade, o problema que é o acúmulo de anos, de séculos. Mas isso não é desculpa. Nós estamos outorgados pelo povo de nossos Estados.

Os nossos cientistas aqui, pela sociedade que possibilitou a eles adquirir o conhecimento, a experiência e conhecer bem o problema; a sociedade, muito bem representada pela Janaína, que emocionou a todos; a área da indústria, representada pela Drª Patrícia; e o Governo, acredito que um passo muito importante foi dado aqui, com a sabedoria do Senador Paim, Presidente da nossa Comissão.

Senador Garibaldi Alves, eu também sou suplente, novato. Como diria na gíria da rapaziada, eu sou gabiru nesse negócio aqui e tenho a honra de presidir parte de uma sessão tão importante como esta.

Então, eu tenho a agradecer e dizer que quero dialogar com a indústria, quero dialogar com representantes do Pequenos Corações naquilo que o nosso gabinete e a nossa disposição de trabalho, como disse o Senador Eduardo Amorim... Eu não estava aqui antes porque me encontrava na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Vim para cá, que também é uma Comissão de que participo, e a Comissão de Educação está reunida e acho que tenho que correr para lá.

Então, termino agradecendo ao Dr. Fernando Lucchese, médico cardiologista; ao Dr. Marcelo Cascudo, representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular; ao Dr. Marcelo Cartaxo Queiroga, representante do Conselho Federal de Medicina; à Drª Neli Muraki, técnica da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde; à Drª Maria Ângela da Paz, Gerente de Regulação da Anvisa; e ao Dr. Fábio Jatene, representante da AMB.

Muito obrigado. O povo brasileiro agradece. E vamos dar continuidade a esse processo tão rico que começamos aqui, hoje.

Está encerrada a audiência pública desta manhã da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Iniciada às 9 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Donizete Nogueira, Dário Berger, Hélio José, Maria do Carmo Alves, Vicentinho Alves, Humberto Costa, Sérgio Petecão, Marta Suplicy e José Medeiros. A Presente reunião é realizada em duas partes. 1ª Parte. Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei da Câmara Nº 125, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. **Autoria:**

Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011 – Terminativo – Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012 – Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. **Autoria:** Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relator: Senador Davi Alcolumbre. Relator "ad hoc": Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto. **Autoria:** Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013 – Terminativo – Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador: Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2014, – Não Terminativo – Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para exigir que os Planos de Atendimento Socioeducativo prevejam metas anuais de desempenho.**Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senadora Maria do Carmo. Relatora "ad hoc": Senador Donizete Nogueira. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator "ad hoc", para reexame. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2015 – Não Terminativo – Dispõe sobre a exigência de compensação das horas no caso de servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física. **Autoria:** Senador Romário. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatoria "ad hoc": Senador Donizete Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2015, rejeitando a Emenda nº 1-CDH e acatando as Emendas nºs 2 e 3-CDH. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH e adoção das Emendas nºs 2 e 3-CDH, apresentadas pelo Senador Paulo Paim. Item 13. Requerimento nº 71, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH -, para debater o tema "Cultura Alimentar e Agricultura Tradicional: Produção e Preparo de Alimentos no Brasil". **Autoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: Adiado. Item 14. Requerimento nº 72, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação do Cais José Estelita, localizado no município de Recife. **Autoria:** Senador Humberto Costa. Resultado: Adiado. Item 15. Requerimento nº 73, de 2015 – Requer a realização de audiências públicas, em número de duas ou mais, se necessário, para discorrerem e debaterem sobre o Projeto de

Lei do Senado, número 470, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família. **Autoria:** Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. Item 16. – Extrapauta – Requerimento nº 76, de 2015 – Requer a realização de Diligências em todos os estados do Brasil, para que seja debatida a questão da Terceirização, bem como o PLC 30/2015 que "Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes." Senador: Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 17. Requerimento nº 77, de 2015 – Requer, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, a iluminação de cor vermelha na parte externa do prédio do palácio do Congresso Nacional, no dia 19 de junho de 2015 – Dia Mundial de Conscientização da Doença Falciforme. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e trinta e oito minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Donizete Nogueira. Às onze horas e quarenta e sete minutos o Senhor Presidente Donizete Nogueira devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. 2ª Parte. Apresentar e deliberar o Relatório sobre denúncia recebida pela CDH, referente a tratamento discriminatório sofrido pelo povo cigano da Bahia; e o Relatório sobre expediente relativo à Moção dos Vereadores de Concórdia, que solicita atendimento a reivindicações dos caminhoneiros. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovados os respectivos Relatórios. Fazem uso da palavra os Senadores e Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Donizete Nogueira, Dário Berger, Hélio José, Maria do Carmo Alves, Vicentinho Alves, Humberto Costa, Sérgio Petecão, Marta Suplicy e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª da Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 27ª à 30ª Reunião desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos começar pelos projetos não terminativos.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2014
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para exigir que os Planos de Atendimento Socioeducativo prevejam metas anuais de desempenho.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Como a Senadora Maria do Carmo está na reunião de Governadores, peço ao Senador Donizeti que faça a leitura como Relator *ad hoc*.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu, na verdade, estou aqui com a disposição de pedir vista. Eu tenho que ler primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! V. Exª já fica como Relator *ad hoc* e, ao mesmo tempo, pede vista.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pede vista.

Peça para retirar de pauta para que V. Exª tenha mais tempo para apreciar o projeto.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Então, vamos tirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por sugestão do Senador Donizeti, o projeto sairá de pauta para que ele, indicado como Relator *ad hoc,* possa fazer um estudo melhor e – quem sabe? – contribuir até com alguma emenda modificativa.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Item 12.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2015
– Não terminativo –

Dispõe sobre a exigência de compensação das horas no caso de servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física.
Autoria: Senador Romário
Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Informo que o Senador Sérgio Petecão já fez a leitura desse relatório, não fez?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como não fez, peço ao Senador Donizeti que faça a leitura, então, como Relator *ad hoc*, do parecer sobre o projeto do Senador Romário. É um projeto simples, bem objetivo. Se não me engano, tem um artigo somente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2015, do Senador Romário, que altera o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para suprimir a exigência de compensação de horário pelo servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência física.

O Relator é o Senador Sérgio Petecão.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 68, de 2015, de autoria do Senador Romário. A iniciativa busca alterar o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para suprimir a exigência de compensação de horário pelo servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência física, no caso da concessão de horário especial previsto na referida lei.

Na justificativa, o autor do projeto argumenta que a Lei nº 8.112, de 1990, assegura o direito à concessão de horário especial ao servidor com deficiência e ao servidor com cônjuge, filho ou dependente na mesma condição. Entretanto, viola a isonomia o tratamento diferenciado entre ambos, pois a norma exige do segundo – e somente dele – a compensação de horário.

A proposição foi distribuída para a análise prévia da CDH e será posteriormente remetida ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção e integração social das pessoas com deficiência, caso do PLS nº 68, de 2015.

Em relação ao mérito, anotamos que o direito à concessão de horário especial na hipótese de deficiência de servidor ou de parente próximo (cônjuge, filho ou dependente) depende de comprovação da necessidade por junta médica oficial. A razão de ser dessa prerrogativa deriva do reconhecimento, pela Administração Pública, de que a pessoa com deficiência requer cuidados especializados, cujo atendimento não pode estar sujeito ao rígido controle de jornada de trabalho do serviço público.

Eu acho que podemos resumir um pouco aqui.

Dessa forma, sujeitar o servidor à compensação de horário priva-o de poder se dedicar plenamente às necessidades de seu filho, cônjuge ou dependente com deficiência. A alternativa prevista na lei é igualmente desarrazoada: se o servidor não optar pela compensação de horário, perderá a parcela da remuneração diária, proporcional a atrasos ou ausências justificadas, a teor do art. 44, II, da Lei nº 8.112, de 1990. Por óbvio, a família de pessoa com deficiência não pode prescindir das verbas pecuniárias com as quais são custeados onerosos serviços especializados, não sendo tal alternativa, portanto, uma verdadeira opção.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Donizete, eu cumprimento V. Exª.

Claro, o autor da proposição é o Senador Romário, que mais uma vez mostra toda a sua preocupação com as pessoas com deficiência. Mas eu proporia, Senador Donizete, Relator *ad hoc*, que complementa aqui o trabalho feito pelo Senador Sérgio Petecão, que fizéssemos uma pequena emenda. Por quê? O termo "portador" não se usa mais no campo. O próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem o Senador Romário como Relator, vai nesse sentido. E eu retiraria só o final deficiência "física", a palavra "física", porque o universo das pessoas com deficiência é muito mais amplo do que a deficiência física.

Eu estou entendendo a intenção do autor e do Relator, e naturalmente V. Exª é Relator *ad hoc*. Eu deixaria só "filho ou dependente com deficiência". E depois a legislação regulamentaria, é claro, a abrangência dessa deficiência.

Se V. Exª concordar com esta minha emenda, que modifica... A primeira é quanto à terminologia, retira a palavra "portador". E a segunda estende para toda pessoa com deficiência, e não só com deficiência física, que é uma das deficiências de centenas de pessoas que têm algum tipo de dificuldade, enfim, motora, mental, física. Este é o objetivo. Se V. Exª acata, eu encaminharei por escrito, e nós poderemos votar o seu relatório.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente, eu não tenho nenhum óbice quanto a isso. Compreendo que conceitualmente vai ficar muito mais alinhado com a forma como evoluiu o tratamento em relação a essa questão. Por isso, eu acato a sua sugestão de emenda, para que possamos votá-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório do projeto do Senador Romário, com a relatoria do Senador Sérgio Petecão e, agora, a relatoria *ad hoc* do Senador Donizeti Nogueira, com a emenda que aqui propus.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, o projeto vai à CCJ. Há quem diga que ele pode ser considerado inconstitucional ou não. Mas é lá que vamos deliberar sobre essa questão.

Nós vamos entrar agora na leitura... Eu só queria que me informassem se a sessão do Plenário é deliberativa.

Como os autores do requerimento não estão presentes, e podemos ler só com a presença deles, conforme ajustado, ou se tivessem pedido que outro fosse signatário, o que não é o caso, nós vamos aproveitar este momento para ler algumas denúncias que aqui chegaram.

Exmo Sr. [...] Paulo Paim, [Presidente da Comissão de Direitos Humanos], eu [...], Cigano da Etnia Calon, venho cumprimentá-lo cordialmente [e também toda a Comissão, por intermédio desta carta da minha comunidade], e, ao mesmo tempo, informar que moro e vivo em Paratinga, aproximadamente há 40 anos, com meus filhos e familiares.

Posso dizer que ajudei a construir a cidade, no entanto não sou visível nem respeitado como cidadão. Estou vivendo e enfrentando [problema de] racismo, discriminação e preconceito.

Não temos direito de acesso às políticas públicas por sermos ciganos. Não me conformo com isso, pois entendo que somos seres humanos e filhos de Deus.

[Aqui], na Bahia, os policiais matam os ciganos como se fossem uma caça, sem nada ser feito para punir esses assassinos. Por exemplo, mataram meu filho dentro da minha casa, na frente de minha família, em plena luz do dia. Como se não bastasse tanta crueldade, não nos deixaram, como família, fazer parte do velório, como por direitos de todos [...] [os brasileiros, enfim, de toda a humanidade].

Não temos quem fale por nós, pois [infelizmente], aqui na Bahia, nós os ciganos somos tratados pelos policiais como animais, ou seja, os animais têm mais valor e são muito mais respeitados do que nós. Nós não podemos nem usar nossas vestes tradicionais, chapéus, botas, vestidos coloridos de nossas mulheres.

Queremos [muito, Senador,] resgatar nossa cultura e exercer cidadania. Pedimos a V. Exª que nos ajude a sermos visíveis e respeitados.

Eu lhe peço para enviar um documento para o Prefeito de Paratinga [mandarei o documento para o Prefeito de Paratinga], Sr. Eliezer Pereira Dourado, e para os demais órgãos em nosso favor.

Tenho plena certeza de que o Sr. Senador da República, Paulo Paim, além de ser uma grande autoridade [na Comissão de Direitos Humanos], também foi escolhido por Deus [assim como todos os outros] para defender as causas das minorias em geral. Por isso estamos daqui pedindo a Deus a proteção [desta Comissão de Direitos Humanos].

Quero dizer que eu mandarei a carta, como eles pediram, ao Prefeito de Paratinga, para dar os encaminhamentos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não. Para discutir a carta que recebi.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu penso que a denúncia é muito grave.

Por conta de haver o envolvimento da Polícia Militar, acho que precisamos conversar também com o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Mandamos a carta e os documentos para o governador e para o prefeito.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Vamos pedir uma explicação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Encaminhamentos.

Como essa denúncia tem que ter um relator, eu já fiz, para ganhar tempo, o relatório.

Então, simbolicamente, eu peço a V. Exª que assuma a Presidência para que eu possa fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do respectivo relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Relatório, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A leitura do relatório será bem rápida, porque a carta diz tudo.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos carta do povo cigano da Bahia.

O documento denuncia o tratamento discriminatório que o povo cigano vem enfrentando no Município de Paratinga, Bahia, bem como a violência praticada por parte da Polícia do Estado.

Análise.

Em conformidade com o §1º, do art. 96, do RISF e a fim de dar celeridade ao caso, o Exmo Sr. Paulo Paim avocou a relatoria da denúncia.

Assim sendo, passo ao voto.

Ante o exposto, sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia da carta ao Prefeito do Município de Paratinga, Bahia, e à Corregedoria da Polícia Militar da Bahia, como também ao Governo do Estado, para análise do caso e adoção das providências que entenderem cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Aqueles que concordam com os encaminhamentos propostos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, passo à leitura de outro relatório sobre denúncia que também recebi, se V. Exª assim me autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com a palavra, o Senador Paim, para a leitura de mais um relatório sobre denúncia recebida aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Da Comissão de Direitos Humanos, sobre o Ofício nº 80/2015, da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, Santa Catarina.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado o Ofício nº 80/2015, da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, Santa Catarina, que encaminha a Moção nº 1/2015, de autoria do Vereador Rogério Luciano Pacheco e subscrita por outros vereadores. O documento trata de moção de apelo para que sejam atendidas as reivindicações das categorias dos caminhoneiros.

Análise.

Em conformidade com o §1º, do art. 96 do Regimento Interno desta Casa, e a fim de dar celeridade ao caso, o Exmo Sr. Paulo Paim avoca a relatoria.

Do voto.

Ante o exposto, sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia do ofício, bem como de seus anexos, à Secretaria-Geral da Presidência da República para que analise o caso e adote as providências que entender cabíveis para atender à solicitação dos caminhoneiros.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram; os que não concordam manifestem-se. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Também quero colocar aqui em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram, os que discordam que se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passo à leitura dos relatórios, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Por gentileza, Senador Paim, faça a leitura dos relatórios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Requerimento nº 76/2015.

Com fundamento no disposto no art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de diligências em todos os Estados do Brasil, conforme foi deliberado na 28ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no dia 14 de maio de 2015, para que seja debatida a questão da terceirização, bem como o PLC nº 30/2015, que dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

As pessoas implicadas a participar da diligência, bem como documentos e/ou informações pertinentes serão comunicados posteriormente.

Na verdade, essa é uma decisão do fórum que se reuniu aqui, um fórum que envolve em torno de 30 entidades que são contrárias ao PL da Terceirização da forma como veio da Câmara. Eles não são contra que a gente regulamente a situação dos 12,5 milhões de terceirizados, estendendo a eles os mesmos direitos que têm os outros 40 milhões de celetistas. Entendeu esse fórum que nós devemos ampliar esse debate em cada Estado para que toda a população do País saiba efetivamente o que está acontecendo e ao que visa este projeto.

É importante dizer que esta Comissão realizou uma grande audiência pública, onde estiveram transitando, porque o espaço não permitia, em torno de mil sindicalistas de todo o País, e, por unanimidade, foi tomada a decisão de que nós deveríamos rejeitar o PLC nº 30 aqui no Senado, que trata da terceirização, nos moldes que veio da Câmara dos Deputados.

A intenção é rejeitar e apresentar um outro projeto que é liderado pelo fórum e por todas as centrais sindicais. É bom dizer também que a própria Força Sindical, que, em um primeiro momento, era favorável a este projeto, na grande sessão temática que tivemos ontem no plenário do Senado, já se posicionou também contra o PL.

Então, é unanimidade em todo o movimento sindical a rejeição desse projeto da terceirização. E a nossa intenção... O primeiro debate será na Assembleia Legislativa de Minas já no próximo dia 29 e o segundo, provavelmente, será no Rio Grande do Sul, onde nós vamos chamar toda a sociedade brasileira organizada, sindicatos, Ministério Público, OAB, CNBB, Ministério Público do Trabalho. Vamos convidar também os empresários que porventura tenham posição favorável ou contra, não importa, para fazerem o debate, como fizemos aqui no Plenário do Senado no dia de ontem e como fizemos por duas vezes já nesta Comissão.

Esse é o objetivo, Sr. Presidente, desse nosso requerimento, que visa, sem pressa, fazer o debate em todos os Estados sobre a terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim, nos termos em que ele defendeu. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram, os que discordam que se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu agradeço, em nome do Fórum contra o Projeto de Terceirização da forma como veio da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, nós temos um outro requerimento.

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos a eliminação... Solicitamos a iluminação. Eu pensei que era a eliminação da cor vermelha. Eu não iria deixar, viu? Eu gosto da cor vermelha. O meu time, inclusive, que é de Caxias, é bordô, é quase vermelho. É um bordô bonito, que é a cor do vinho lá da Serra.

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos a iluminação de cor vermelha na parte externa do prédio do palácio do Congresso Nacional, no dia 19 de junho de 2015 – Dia Mundial de Conscientização da Doença Falciforme.

A data é reconhecida pelo ONU. Segundo o Ministério da Saúde, 3.500 crianças brasileiras nascem, por ano, com anemia falciforme, uma doença hereditária reconhecida como uma das principais doenças genéticas do mundo.

Este é o objetivo, Sr. Presidente: que essa cor vermelha seja o símbolo do alerta e das preocupações do Governo brasileiro e de toda a sociedade, naturalmente, com a anemia falciforme.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom, Senador Paim, acho muito relevante essa discussão sobre a anemia falciforme. É uma coisa que preocupa muito. As comunidade quilombolas, principalmente, são muito afetadas por essa doença, por essa anemia. Então, é importante que a gente marque e chame a atenção para o problema.

Nesse sentido, está em discussão o requerimento do Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão, aqueles que discordam que se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Donizeti. Com isso...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado a V. Exª.

A não ser que tenha alguma fala ainda, nós vamos encaminhar o encerramento da nossa reunião.

Os itens 2 e 4 foram retirados de pauta. Nós não faremos hoje a nossa reunião deliberativa. O item 2 e o item 4 saíram de pauta. O item 4, por solicitação de V. Exª, como Relator *ad hoc*.

Então, nós faremos a nossa reunião deliberativa, já conversei com inúmeros Senadores, na próxima quarta-feira, para aprovar os projetos terminativos.

Havíamos combinado hoje, mas eu entendo que os Senadores de todas as comissões aqui do Senado já encerraram os trabalhos porque vão para a reunião com os Governadores – se não me engano, só a CCJ é que está fazendo uma sabatina. Os Governadores estão, neste momento, no Salão Negro aqui do Senado, discutindo o Pacto Federativo, os Governadores e o Presidente da Casa.

Assim, esta Comissão atingiu os seus objetivos para a reunião de hoje.

Nós damos por encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

Que Deus ilumine a todos!

Até a próxima segunda-feira.

(*Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Cristovam Buarque, Dário Berger, João Capiberibe, Maria do Carmo Alves e Donizete Nogueira. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº62, de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores, para debater sobre: "O desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, permitindo a participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Carlos Vital Correia Lima, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Rogério Carneiro, Diretor de Análise, Informação e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça; Ricardo Albuquerque Paiva, Integrante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina; Ivanise Esperidião da Silva Santos, Presidente e Fundadora da ONG Mães da Sé; Maria Izabel da Silva, Coordenadora de Convivência Familiar da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Robério Soares de Souza, Diretor Executivo da Convenção Batista do Planalto Central. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Henrique Batista, Secretário Geral do Conselho Federal de Medicina e Kátia Dantas, Diretora de Políticas Públicas para a América Latina e o Caribe – *Internacional Centre foi Missing Exploited Children (ICMEC)*. Às dez horas e vinte e um minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador João Capiberibe. O Senhor Presidente, Senador João Capiberibe, questiona aos convidados sobre as circunstâncias mais recorrentes de desaparecimento de crianças. Os expositores respondem à pergunta. O Senhor Presidente expõe a importância de ser aprovada a proposta de emenda constitucional que cria uma Política Nacional de Segurança Pública, o que poderia contribuir para unificar as ações destinadas ao resgate de crianças desaparecidas. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Solicitar à TV Senado, como já foi feito pelo Presidente Renan, que, em sua programação diária reserve um espaço para divulgar fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, bem como sugerir ao Presidente da Câmara dos Deputados que faça o mesmo em relação à TV Câmara; 2) Fazer gestões para que seja aprovado com celeridade o PLS nº110, de 2014, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras e os canais de televisão a veicularem fotos de pessoas desaparecidas e encontra-se na CCJ do Senado; 3) Elaborar um projeto de lei de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a partir de uma sugestão apresentada pelas entidades, com o objetivo de promover com maior eficácia e rapidez o resgate de crianças desaparecidas; 4) Enviar relatório da audiência pública aos convidados; 5) Que o Senado estimule a criação de Frentes Parlamentares que tratem do desaparecimento de crianças e adolescentes nas Assembleias Legislativas dos estados; 6) Apoiar campanhas

de prevenção ao desaparecimento de crianças e adolescentes. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, João Capiberibe e Donizete Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 62, de 2015, da CDH, de autoria deste Senador e da Senadora Ana Amélia. Como a Senadora não faz parte da Comissão, assinamos juntos o documento, dizendo que a iniciativa, inclusive, foi da Senadora. O tema é "O desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 0800612211.

Repito aqui o endereço para contato no portal: www.senado.leg.br/ecidadania.

Repito: o Alô Senado é acessado através do número 0800612211.

Foram convidados – vou ler, primeiro, o nome dos convidados, e, depois, vamos formar a Mesa – o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Sr. Geniberto Paiva Campos; o integrante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina, Dr. Ricardo Albuquerque Paiva; o Diretor Executivo da Convenção Batista do Planalto Central, Dr. Robério Soares de Souza; a Presidente e fundadora da ONG Mães da Sé; Srª Ivanise Esperidião da Silva Santos; o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Carlos Vital Corrêa Lima; o Diretor de Análise, Informação e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Dr. Rogério Carneiro.

Vou fazer uma rápida introdução, mas, antes mesmo da introdução, vou ler uma carta da Senadora Ana Amélia, que me pediu, de forma muito gentil, que, se fosse possível, eu a lesse aqui na abertura dos trabalhos. Diz a Senadora Ana Amélia:

Em primeiro lugar, preciso agradecer a gentileza de V. Exª, Senador Paim, em acolher minha solicitação para realizar, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida com dedicação pelo nobre colega, esta audiência pública para tratar do grave problema social e de segurança pública, que é o desaparecimento de crianças e adolescentes.

Esse tema chegou ao meu gabinete [diz a Senadora] através de solicitação do Dr. Ricardo Paiva, membro da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina, para que o Senado Federal participe ativamente da mobilização feita pela classe médica na semana dedicada ao Dia internacional da Criança Desaparecida. O objetivo é chamar a atenção dos médicos e da sociedade para esse problema, que leva sofrimento a milhares de famílias brasileiras.

Cabe lembrar que, anualmente, somem 50 mil crianças e adolescentes no nosso País, e cerca de 250 mil casos ainda não foram solucionados, o que, no nosso entender, é estímulo à impunidade. No mundo, esse número chega a 25 milhões de crianças desaparecidas, caracterizando o crime de tráfico de pessoas.

Infelizmente, nessa data [justifica a Senadora] definida para a audiência pública, estarei em missão oficial no exterior. Atendi ao convite feito pela Srª Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senadora Kátia Abreu, para participar da 83ª Assembleia Geral da Organização Internacional de Saúde Animal, que acontecerá em Paris, Bruxelas e Genebra, de 23 a 29 do corrente mês.

Espero contar com a compreensão de V. Exª e especialmente dos convidados sobre as razões de minha ausência na importante audiência.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar as iniciativas de organizações que, com o apoio do CFM, têm conseguido resultados animadores na solução do problema.

Tenho a convicção, Senador Paulo Paim, que, desta audiência, sairá um bom encaminhamento para mitigar esse sofrimento das famílias brasileiras atingidas por esse drama.

Informo que minha assessoria estará acompanhando a exposição do bom andamento dos trabalhos.

Renovo a V. Exª, Senador Paim, meus agradecimentos.

Senadora Ana Amélia.

A Senadora Ana Amélia, então, justifica, com muita coerência, por que neste momento ela não se encontra aqui conosco.

Faço aqui um rápido registro para situar aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelo sistema de comunicação da Casa, como a Agência Senado.

Esse tema chega a esta Comissão de Direitos Humanos através de solicitação da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina e por provocação da Senadora Ana Amélia, a fim de que o Senado Federal participe ativamente da mobilização feita pela classe médica na semana dedicada ao Dia Internacional da Criança Desaparecida, ocorrido ontem, 25 de maio.

A escolha da data deu-se porque, no dia 25 de maio de 1979, desapareceu Etan Patz, uma criança de 6 anos, de Nova York. Nos anos seguintes, pais, familiares e amigos reuniram-se para marcar o dia do desaparecimento, e, em 1986, no dia 25 de maio, o ex-Presidente dos Estados Unidos da América Ronald Reagan decidiu dedicar o dia a todas as crianças desaparecidas.

O objetivo desta audiência é chamar a atenção da sociedade para essa questão, que leva sofrimento, como disse a Senadora na carta, e eu também, a milhares e milhares de famílias brasileiras.

Cabe lembrar que, atualmente – o número varia conforme a avaliação – uns falam que são 30 mil, outros falam que são 40 mil, outros ainda falam que são 50 mil crianças e adolescentes que desaparecem todo ano. E cerca de 250 mil casos ainda não foram solucionados, o que, no nosso entender, é um estímulo à impunidade. No mundo, esse número chega a 25 milhões de desaparecidos.

Muito bem, agora, os senhores me desculpem, mas fiz um compromisso ontem. Eu me reuni, para falar sobre as medidas provisórias, Senador Cristovam Buarque, com todas as centrais sindicais e com todas as confederações de trabalhadores da área pública e da área privada, que representam mais de 25 entidades, e ambos representam cerca de 40 milhões de trabalhadores, que passo a ler:

Srªs e Srs. Senadores e Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, as centrais, confederações e entidades sindicais, abaixo-assinadas [porque eles assinam o documento], que represento, a ampla, ampla maioria dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil requerem a V. Exªs que apresentem voto contrário às MPs nº 664 e nº 665.

Nossa opinião é de que as referidas MPs são altamente prejudiciais aos trabalhadores do campo e da cidade e já é amplamente conhecida pela sociedade brasileira e pelos Exmos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, consideramos inadmissível o grave ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários que constam nas tais medidas.

Esclarecemos também que somos frontalmente contrários ao fator previdenciário e temos lutado há vários anos pela sua extinção. No entanto, o fato de ele ser incorporado somente no projeto de conversão da Câmara dos Deputados, na fórmula 85/95, para substituir o fator previdenciário não justifica a aprovação da referida medida provisória, até porque tal fórmula não está garantida que será lei, porque há uma posição do Executivo de vetar. [Eles acreditam que dificilmente o Senado e a Câmara poderão derrubar o veto.]

Assim, os graves retrocessos da 664 e da 665 não permitem que justifiquemos a sua aprovação.

Destacamos que a nossa luta contra o fator previdenciário continuará hoje e sempre.

Por isso, em defesa dos direitos de conquista dos trabalhadores, mantemos nossa posição e pedimos com veemência a rejeição das Medidas Provisórias nºs 664 e 665 e reiteramos aqui o nosso pedido a V. Exª.

Está lido o documento que eu recebi aqui na Comissão, em nome das centrais e confederações, sobre as MPs que serão apreciadas no dia de hoje.

Senador Cristovam, antes mesmo de formatar a Mesa, V. Exª está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Paim, eu peço a palavra porque estou presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia, em que temos audiência não sobre direitos humanos, mas sobre direitos dos animais em pesquisas. Além disso, há a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Educação, em que vai estar o Ministro Mangabeira Unger. Mas eu não poderia deixar de passar aqui. Então, peço desculpas por passar, fazer uma pequena saudação e sair para retomar a minha Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu não poderia deixar de vir aqui, em primeiro lugar, para saudar pela importância do tema que vai ser debatido. O desaparecimento de crianças deveria ser um tema tão central da nossa agenda nacional que eu me pergunto por que é que a gente tem só um dia por ano para as crianças desaparecidas, que foi ontem. Devo até dizer que deveria ser das pessoas desaparecidas, porque há muitos idosos desaparecidos, muitas mulheres jovens desaparecidas.

Eu considero que há cinco formas de desaparecimento, embora uma delas seja a mais grave de todas, que é aquela que se chama de desaparecimento. Mas eu considero que as crianças que são obrigadas, pela pobreza ou pela má qualidade da escola, a abandonar a educação antes do fim do ensino médio são desaparecidas intelectualmente, salvo algumas exceções de geniosinhos que a gente sabe que nem precisam de escola.

Segundo, há muitas desaparecidas pela falta de atendimento médico, que morrem. Uma criança que morre por falta de UTI é uma criança desaparecida. Desaparecida pela causa da morte. Há as crianças que não morrem por falta de atendimento médico, mas morrem antes do tempo, por acidentes e, sobretudo, por violência. E ainda mais por homicídio. O Brasil é um país, salvo aqueles em guerra, em que as crianças morrem pelo que se chama de efeito colateral, por estarem ali na hora em que caíram bombas, o Brasil é o país com o maior número de assassinatos de crianças em todo o mundo. São crianças desaparecidas.

Eu considero que são desaparecidas também as crianças que caem na droga, dependentes de droga ainda na adolescência. Elas desaparecem para o mundo, viram zumbis.

E finalmente aquelas que nós podemos chamar realmente de desaparecidas no sentido comum da palavra, que são aquelas com que, de repente, os pais perdem o contato. São muitas, são muitas. Não existe uma estatística clara. Essas 40 mil por ano devem incluir aquelas que desaparecem por uma hora, duas horas, três horas, um dia, em que os pais vão à Polícia, fazem o Boletim de Ocorrência e a criança volta.

Mas eu estou falando daquelas que não voltam por anos, décadas e nunca. É para tentar recuperar essas crianças, Senador Paim – eu vim aqui falar disto –, que apresentei o Projeto de Lei nº 110, de 2014, que prevê que todas as televisões do Brasil teriam de dedicar um minuto por dia, no horário nobre, para exibir fotos de pessoas desaparecidas. Inclusive usando técnicas de computador que permitem mostrar como as pessoas são provavelmente agora, um ano, dois, três, dez depois. Os computadores fazem simulação do envelhecimento.

A meu ver, um projeto como esse permitiria o reencontro de uma percentagem muito grande dessas pessoas, não vou dizer de quantos por cento seria, é um absurdo até porque a gente não conversou ainda.

Lamentavelmente, o projeto vem com dificuldade muito grande, já tinha parecer favorável do Senador Magno Malta, mas falta ainda entrar na pauta, falta ser debatido e as televisões têm dito que isso vai trazer prejuízo, porque aquele tempo eles calculam quanto ganhariam com publicidade. Eles podem cobrar um pouquinho mais nos outros 365 dias vezes 24 horas vezes 60 minutos, dá um número grande que eu vou calcular daqui a pouco. Além disso, aumenta a audiência cada vez que duas pessoas desaparecidas se reencontram. Quantas vezes não vemos nos jornais da noite ou do domingo, sobretudo, mães que reencontram filhas, irmãs que reencontram irmãs e as pessoas ficam fissuradas assistindo àquilo. Eu creio que elas deveriam fazer antes de qualquer lei, mas, como estão reagindo, vamos tentar a lei.

Entretanto, vim aqui para dizer que, ontem, falei com o Senador Renan Calheiros para pedir que a TV Senado comece a fazer isso, não precisa esperar a lei. O Senado tem uma boa TV, uma TV que é muito assistida, não vai ter o mesmo impacto das grandes televisões no horário nobre, mas já é uma contribuição. Ao mesmo tempo que as TVs comunitárias e as TVs públicas... Estou entrando em contato com o reitor da UnB, por exemplo, que tem uma televisão, para que eles também façam isso.

Vim aqui deixar esse recado. Peço desculpas a todos os participantes, mas vou à minha audiência sobre os direitos dos animais, para não serem utilizados em pesquisas para cosméticos. Até que a lei do Deputado Izar é cuidadosa, ele não afeta as pesquisas relacionadas à saúde humana, como as vacinas que são testadas em animais. Pelo menos que para fins cosméticos – remédio para carecas como nós – não se mate animal para a gente conseguir uns fiozinhos de cabelo. Então, é nesse sentido que vou ter que voltar à minha Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cristovam, se permitir, primeiramente, já peço à assessoria que as suas propostas fiquem, no final, como proposta de encaminhamento resultante desta Comissão, as propostas levantadas por V. Exª, Senador. Permita-me dizer, Senador, pode ser uma frase forte que vou usar, mas é algo que V. Exª faz muito bem em ir para lá, até para que, e explico agora de forma muito objetiva, para que os animais não sejam tratados no futuro como muitas crianças são, pois elas são raptadas aqui, assassinadas no exterior e os órgãos são vendidos. Nós não queremos isso para ninguém, sequer para os animais, imaginem para as crianças. Esse vai ser o teor. Por isso, meus cumprimentos a V. Exª. V. Exª sempre contribui bem e as suas propostas estão aqui, se depender deste Presidente, elas serão votadas e encaminhadas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Solicito então que V. Exª, como Presidente da Comissão, faça um ofício endereçado ao Presidente Renan, se for aprovado, embora S. Exª já tenha demonstrado total simpatia, mas é mais uma posição que vai dar apoio ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Assim o faremos, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado por sua participação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado e desculpe-me mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Cristovam sempre é um militante permanente dos direitos humanos. (*Palmas.*)

Vou chamar todos aqueles que foram convidados para a Mesa. Caso haja algum representante do titular, que venha o representante.

Convido o Dr. Carlos Vital Corrêa Lima, Presidente do Conselho Federal de Medicina. (*Palmas.*)

Convido o Diretor de Pesquisa, Análise da Informação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Dr. Rogério Carneiro, Ministério da Justiça. (*Palmas.*)

Convido o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Sr. Geniberto Paiva Campos. (*Pausa.*)

Não chegou ainda.

Muito bem, não, seria bom que ele tivesse chegado. Muito bem é força do ofício, como dizem. Mas a gente entende, às vezes, o atraso ou motivo de força maior.

Convido o Dr. Ricardo Albuquerque Paiva, representante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina. (*Palmas.*)

Convido o Diretor-Executivo da Convenção Batista do Planalto Central, Sr. Robério Soares de Souza. (*Palmas.*)

Convido a Srª Ivanise Esperidião da Silva Santos, Presidente e Fundadora da ONG Mães da Sé. (*Palmas.*)

Vamos, de imediato, iniciar a nossa audiência pública, passando a palavra para cada convidado, por 10 minutos, se necessário, mais 5; ficaria, em torno, na verdade, de 15 minutos. É só para avisar quando chegar aos 10.

Esta audiência vai ser presidida por mim e, num segundo momento, pelo Senador João Capiberibe, que assumiu conosco o compromisso de estar aqui em torno de 10h, porque daí eu vou para uma outra comissão e volto para cá de novo, quando terminar a outra comissão que terei que presidir.

De imediato, Dr. Carlos Vital Correia Lima, Presidente do Conselho Federal de Medicina.

O SR. CARLOS VITAL CORREIA LIMA – Senador Paulo Paim, muito bom-dia! Em seu nome, cumprimento os demais membros da Mesa, Dr. Rogério, Drª Ivanise; nosso amigo Ricardo Paiva; as senhoras; os senhores e demais preclaras autoridades que estejam presentes.

Antes de mais nada, os agradecimentos.

Nós estamos realmente muito agradecidos à Senadora Ana Amélia e a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª fez bem em lembrar. A iniciativa foi dela, ela pediu para mim, inclusive, aqui, se eu poderia abrir este espaço. E eu disse: de pronto, Senadora; não só abro como será a senhora quem irá presidir.

Ela iria presidir; só não está presidindo porque teve essa missão no exterior a convite do Executivo.

Eu achei importante, porque ela é uma Senadora que está mais no campo da oposição. Mas, como era uma missão de integração de Senador e Senadora da Base e da oposição, ela se prontificou a ir pelo interesse nacional.

O SR. CARLOS VITAL CORREIA LIMA – Sem dúvida, Senador. Eu tive a oportunidade na semana passada de estar com ela aqui no Senado brevemente, também uma das suas gentilezas, sempre postas ao Conselho Federal de Medicina, de ser avisado da ausência por motivos superiores aqui já declinados e plenamente compreensíveis.

Então, é realmente um tema que me parece – pressuponho que todos concordem – ser apartidário. É um tema de cidadania. E é exatamente nesse sentido que o Conselho Federal de Medicina entende o seu mister. Nós temos a convicção de que o ético desempenho da Medicina nada mais nada menos é do que o exercício da cidadania, o pleno exercício de cidadania, no mais elevado patamar da consciência, o que nos faz transitar de fim para fim e de topo para topo da existência.

Nesse sentido, nós desenvolvemos ações sociais, porque somos uma entidade corporativa, mas uma entidade que pertence à sociedade, criada por lei, a Lei nº 3.268, de 1957, com este objetivo, com esta missão: de zelar pelo ético desempenho da profissão médica do exercício da Medicina no Brasil. Nós somos, então, uma entidade voltada à sociedade. Naturalmente também por mister imbuídos na lei, a nós imbuídos por lei, zelamos pelos direitos dos médicos, mas sempre voltados nas nossas intenções objetivas de, defendendo os médicos, estarmos defendendo os nossos pacientes: a sociedade brasileira.

Então, essas ações sociais vêm porque saúde tem inter-relação com diversos aspectos das nossas relações humanas. Saúde é uma boa moradia, uma boa alimentação, acesso a uma boa educação. Saúde é um segmento de trabalho que tem realmente coligações com as bases da vida em sociedade.

Nesse sentido, desenvolvemos, na ação social do Conselho Federal de Medicina, com o apoio do Dr. Ricardo Paiva, que já desenvolve isso no Conselho Regional de Pernambuco há muito tempo, ações em vários aspectos: portadores de especificidades, escalpelamento de mulheres no norte do País, em síntese, atualmente a prostituição infantil, e voltando-se agora, de maneira focal, à questão das crianças desaparecidas. Os números já foram bem colocados por V. Exª, e a cada 15 minutos desaparece uma criança no Brasil. Sabemos que esse resgate precisa ser feito nas primeiras 48 horas, porque depois se torna muito mais difícil.

Há uma lei, a Lei nº 11.259, de 2005, que institui, inclusive, a obrigação dos departamentos de polícia no País de começar de imediato a busca dessa criança após a notificação, após o aviso do desaparecimento. Se isso fosse feito de forma universal, dentro da Nação, certamente teríamos melhores resultados. Precisamos cada vez mais fazer com que essa lei seja cumprida – conhecida e cumprida – por todas as delegacias de polícia do País.

O Senador Cristovam Buarque, como sempre muito feliz em suas interlocuções, coloca nesse sentido de importância desses aspectos de desaparecimento, dentro de um significado polissêmico: desaparece quem não tem uma vaga na UTI, como disse o Senador. Mas desaparece também, sobretudo, quem perde a dignidade. A família que tem um filho, que tem uma criança desaparecida se desestrutura, se desmorona, perde, inclusive, a condição de zelo, de preservação da sua própria dignidade. E isso não pode nos fazer perder a capacidade de nos indignarmos com esse fato, que, apesar das décadas, permanece, de uma certa forma, silente no seio da sociedade. Precisamos conscientizar cada vez mais o cidadão brasileiro, as famílias dos cuidados necessários, as prevenções importantes a esses aspectos inerentes ao desaparecimento.

É dramático saber, como bem o senhor colocou, Senador, que muitas dessas crianças são objeto de comércio, comércio para o tráfico de órgãos inclusive, comércio para a prostituição, que grassa cada vez mais no mundo inteiro. A prostituição infantil é uma chaga que infelizmente prospera no mundo como um todo.

Nós sabemos que isso atinge qualquer camada social. Não é um problema, não é um conflito, um sofrimento que fica reservado à população mais carente. Não! Qualquer cidadão brasileiro, qualquer família pode ser vítima de um trauma como esse.

De forma que estamos aqui hoje defendendo aqueles que desapareceram de outras famílias, mas, amanhã, queira Deus que não, poderemos estar defendendo em causa própria.

Todos nós temos, então, como brasileiros, que entender a importância dessa luta e desenvolver todos os esforços possíveis no sentido de controlar e até erradicar essa mal no País.

Eu quero finalizar, reiterando os agradecimentos e também externando os melhores encômios, os melhores elogios ao Senado, quando toma uma iniciativa como esta ao abrir um espaço para o Conselho Federal de Medicina e demais entidades que se dedicam a essa luta, porque mostra a sensibilidade desta Casa e o seu engajamento no exercício de cidadania.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Este foi o Dr. Carlos Vital Correia Lima, Presidente do Conselho Federal de Medicina, reafirmando aqui a importância dessa campanha nacional de esclarecimento e, ao mesmo tempo, de fiscalização e de punição, para que gente consiga combater esse mal. Como me disse a Senadora Ana Amélia, antes de viajar, falta, principalmente, fiscalização e investigação profunda para combatermos esse mal.

Concedo a palavra ao Diretor de Análise, Informação e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (MJ), Dr. Rogério Carneiro.

O SR. ROGÉRIO CARNEIRO – Bom dia a todos e a todas!

Gostaria de cumprimentar todos os participantes aqui da Mesa, em nome do Senador Paulo Paim, a quem nós, do Ministério da Justiça, agradecemos o convite de poder estar aqui discutindo um assunto tão importante.

O Ministério da Justiça tem tratado essa questão sobre o desaparecimento de pessoas com várias ações. Sobre a questão da criança e do adolescente, ela é principalmente pautada pela SDH, onde foi criada uma base de dados nacional de crianças e adolescentes desaparecidos, projeto em conjunto do Ministério da Justiça e da SDH.

Senador, agora, também, estamos tratando da questão do desaparecimento de adulto, que é um grande problema que temos tido. Inclusive, acrescentamos também um aplicativo chamado Sinesp Cidadão, que é um aplicativo que qualquer um pode baixar no *smartphone*, para todas as plataformas disponíveis, onde há informações sobre veículos furtados e roubados, sobre mandados de prisão, e também acrescentamos um módulo chamado "Desaparecidos", onde colocamos a base de dados de desaparecidos adultos.

Esse sistema foi lançado em agosto. Por enquanto, somente três Estados alimentam essas informações. Hoje, há mais ou menos 4 mil pessoas cadastradas. Em menos de oito meses, foram encontradas quase 200 pessoas por esse aplicativo. Pretendemos ampliá-lo para que possamos colocar mais base de dados.

Diante disso também, com projeto do Sinesp, do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, nós estamos padronizando todos os Boletins de Ocorrência do Brasil. O Dr. Carlos Vital falou sobre o registro de ocorrência, que deve ser feito o mais rápido possível para que as informações sejam compartilhadas entre os entes e entre as polícias o mais rápido também. Então, estamos padronizando os Boletins de Ocorrência para que haja um Cadastro padronizado das pessoas, com inclusão de fotos, e que isso automaticamente caia na base de dados nacional e que esteja à disposição em qualquer lugar do País.

Claro que é uma questão bastante complexa. Quando se trata de um país com dimensões continentais como o nosso, existem várias dificuldades na implantação de uma solução como essa. Porque muitos casos acontecem em cidades pequenas, com dificuldade de acesso e de comunicação, mas, mesmo assim, o Ministério da Justiça está tratando da questão, inclusive repassando recursos para os Estados adquirirem equipamentos e criando condições de implantarmos um Boletim de Ocorrência único nacional, em que essa informação, assim que cadastrada, já é compartilhada automaticamente.

Acreditamos que essas ações vão facilitar muito a busca imediata. Ontem eu conversava com algumas pessoas sobre o fato de que há um controle muito maior de veículos roubados e furtados do que de pessoas desaparecidas. Tratamos melhor dessa questão do que da do ser humano.

Portanto, com essa base de dados, mais confiável e com maior número de informações possíveis, poderemos auxiliar na pesquisa. Acredito que esse será um grande avanço, porque as próprias polícias têm muita dificuldade em obter essas informações num curto período de tempo.

Senador, nós nos colocamos à disposição de todos para responder a qualquer questionamento.

Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade, em nome do Ministério da Justiça. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Rogério, que falou pelo Ministério da Justiça!

Eu confesso que quando me disseram que o Ministério da Justiça não viria, desculpe a expressão, mas fiquei "p da cara". Eu disse: "Mas o Ministério da Justiça nunca fez isso!". Eu não sou daqueles presidentes de comissão que exigem o ministro. Porque ministro é chamado em todo o Brasil, em todas as comissões, mas não mandar o representante... Daí o Dr. Rogério chegou e falou: "Estou aqui, Paim".

Meus cumprimentos, mais uma vez, ao Ministério da Justiça, que vem aqui para debater, apresentar o seu ponto de vista e ficar à disposição inclusive dos questionamentos, se assim entenderem os convidados e mesmo o Plenário.

O Dr. Geniberto Paiva, da CNBB, não pôde vir. Alguém me avisou que ele está com um problema.

Concedo a palavra ao Dr. Ricardo Albuquerque Paiva, integrante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, com quem tive a honra de participar do evento com o Senador Romário, no dia da criança com Down, em que V. Exª ofereceu a relatoria ao Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Do Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Conselho Federal também tem ações, junto com o Senador Romário, nesse campo, na empregabilidade e na qualificação da pessoa com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me dizer que ele está fazendo um bom trabalho. Alguns estavam querendo votar como está. Eu disse: "Calma, eu vou ouvir a sociedade e vou dar meu parecer favorável às pessoas com deficiência". Faço esse registro em homenagem ao Romário porque ele merece mesmo.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Ex^{mo}s Srs. Membros da Mesa, autoridades presentes, senhoras e senhores, jornalistas, é grande a satisfação de estar aqui no Senado, nesta Comissão específica, e para tratar deste tema, que é um tema...

Eu vou esperar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O que está acontecendo? Como eu tenho de estar em vinte lugares ao mesmo tempo, agora eu teria uma audiência com alguns prefeitos, mas parece que alguns já entenderam. Uma virá aqui depois tirar uma foto. Então, no intervalo da sua fala, ela tira uma foto aqui. Nós dividimos assim o nosso trabalho.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Está certo.

Sobre este tema específico, nesta Casa, o Parlamento, que é a Casa do povo, se a Câmara tem a efervescência e a ação, o Senado tem a reflexão e a ação. E nós ficamos muito felizes quando a Senadora Ana Amélia solicitou esta audiência e V. Exª de imediato concedeu.

Este é um tema mundial. Sabemos que o crime organizado pelo mundo se divide em três grandes eixos: o eixo da venda de armas, geralmente mediada por países; o eixo da droga, do narcotráfico, com o Hemisfério Norte utilizando drogas sintéticas e o Hemisfério Sul utilizando outro tipo de droga que já foi abandonado pelo Hemisfério Norte; e o terceiro eixo é do tráfico de seres humanos.

O Presidente Carlos Vital criou a Comissão de Ações Sociais, em que inicialmente trabalhamos com o *crack*. Fizemos três grandes seminários, inclusive com a presença do Ministério da Justiça. Hoje o foco principal é a criança desaparecida. Ele dizia que a cada 15 minutos desaparece uma criança. A ONU divulga um dado

muito maior. Segundo o relatório da ONU, de 2010 a 2014 – o último relatório –, 25 milhões de crianças foram traficadas no mundo; 250 mil acumuladas no Brasil.

Mas por que acumuladas no Brasil? O que faz com que o Brasil acumule crianças? Um conjunto de políticas públicas precisam ser implementadas de forma legal. Ou seja, nós viemos a esta Casa hoje com uma proposta de política pública, com uma lei com quatro artigos fundamentais que vão ajudar muito, dentro daquilo que houve em 2010, também nesta Casa, que foi a CPI que dizia respeito à criança desaparecida, com a Deputada Andreia Zito, uma CPI mista, que teve um relatório, que produziu a lei da busca imediata e outro conjunto de propostas que não foram colocadas em prática.

Nós hoje sabemos que quando a ONU fala que o Brasil resgata em torno de 15% de crianças desaparecidas, o Paraná, por meio do Sicride – Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas – resgata 95% delas. O Paraná. Hoje, o Paraná dialoga com o Rio Grande do Sul e com Santa Catarina, através de suas polícias, e implanta o que foi colocado como resultado da CPMI. Mas em âmbito nacional isso não é colocado em prática.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Paraná resgata 95%?

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Noventa e cinco por cento.

São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me um aparte, eu descontarei do seu tempo.

Eu acho que isso tem que ser destacado. Recentemente, nós aqui na Comissão fizemos duras críticas ao Estado do Paraná por ocasião do incidente ou da grave violência adotada contra os professores. Mas quando há um ato positivo nós temos que destacar, como V. Sª faz neste momento. Esse exemplo eu conheço, já vi como é feito no Paraná, e que seja referência até para outros Estados.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – O Paraná tem uma secretaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como foi dito no início, não é uma questão deste ou daquele partido, mas de resgatar nossas crianças e adolescentes.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Nós também, no Conselho Federal, não temos partido. Nosso partido é o partido da cidadania.

Nós fomos ao Paraná conhecer esse trabalho, saber como ele resgatava 95% de crianças desaparecidas. Estivemos duas vezes lá. Eles criaram uma secretaria de inteligência, chamada Sicride, que não tem placa de secretaria. Quando há um único desaparecimento, a equipe sai e pratica aquilo que em última instância se quer, acionando a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal ou as demais instâncias.

No ano passado, de 354 desaparecidos, foram encontrados 353. Em São Paulo, em que encontram apenas 45% dos desaparecidos, a instituição Mães da Sé, sem a ajuda de ninguém, encontra 50%.

Então, é possível o Brasil avançar.

Eu dizia que, destas 25 milhões de pessoas traficadas, para o ONU, 46% vão para alguma forma de trabalho escravo, mas os outros 45% são vítimas de exploração sexual, um trabalho de prostituição. Isso é o relatório da ONU, não é o Conselho Federal de Medicina que está falando.

Ora, se nos Estados Unidos e na Europa existe esse índice de 95% e se, no Brasil, nós conseguimos, em alguns Estados, ter um índice alto, nós podemos perseguir a meta de que é possível resgatar crianças, sim! Agora, nós não podemos ter algumas situações que existem. Aí eu digo francamente ao senhor, Senador, que não é uma questão de governo, é uma questão de Estado. Não é este Governo, mas foi nos governos anteriores. E, se não for assumido como uma questão de Estado, serão os próximos governos. Quando uma coisa é questão de Estado, ela tem de ser resolvida de forma permanente com um projeto diretor, até porque nós não temos a ilusão de que nós vamos extinguir o crime de desaparecimento de crianças, mas nós podemos reduzir e coibir, numa política de redução de danos. E não importa que sejam 25 milhões; se forem 2.500, temos de fazer também. É uma meta que temos de perseguir. Enquanto houver uma criança desaparecida, nós temos que estar lutando atrás. E temos de colocar no imaginário da população, conscientizando-a, de que meu filho não é só meu filho, o seu filho é meu filho também, porque ele é indefeso. Se você não está presente e ele está sozinho, eu passo a ser o pai dessa criança, eu vou procurar a autoridade competente.

Eu queria saudar a presença do Ministério da Justiça, porque precisamos, realmente, de alguns itens que são extremamente necessários.

Para não ser extenso, nós trazemos uma proposta. Eu tenho certeza absoluta de que nós não vamos sair desta Casa sem o apoio do Senado, para um projeto de lei que possa implantar uma política pública permanente. São quatro artigos simples.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Nós não temos o saber político de técnica legislativa, mas nós temos a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Casa faz isso com a maior tranquilidade. Inclusive, eu vou dar a sugestão, depois que V. Sª ler projeto.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – O primeiro é na linha de que todos os boletins de ocorrência em todos os Municípios brasileiros sejam de notificação compulsória ao *site* do Ministério da Justiça. Como? Até por meio de um WhatsApp um comissário pode pegar o boletim, fotografar, pegar o retrato da criança, fotografar e mandar para o *site* do Ministério da Justiça, para que seja possível que o nosso banco unificado de dados seja colocado num banco de dados internacional. A Polícia Federal nos disse o seguinte: "Como é que vamos procurar alguém que não tem nome, não tem registro de identidade? Eu vou acionar como? Eu preciso de um registro de identidade, preciso de um nome". Isso a Polícia Federal nos declarou isso. Então, o primeiro é este: que o nosso *site* – desaparecidos.org.br – precisa ser popularizado, que ainda não é. E o telefone que serve para acessar é o mesmo para abuso sexual e vive congestionado. Trata-se do 100. Quando ligamos 100, são 40 minutos. Então, tem de haver um específico para criança desaparecida. Nesse artigo da lei, seria simplesmente notificação compulsória ao Ministério da Justiça por meio eletrônico ao *site* desaparecidos.org.br, junto com a foto do desaparecido.

O segundo é que o Ministério da Justiça manterá atualizado diariamente este *site* e divulgará campanha permanente de prevenção a desaparecimento de crianças. O senhor sabe que o *site* do Ministério da Justiça não tem 500 crianças registradas. Nós temos 250 mil crianças acumuladas; nós temos, por ano, 50 mil desaparecimentos, metade disso, oficialmente, em São Paulo, a outra metade, no resto do País. E nós não temos 50 mil fotos de crianças, porque o *site* não é atualizado. E quando um *site* não é atualizado é porque faltam recursos humanos para atualizá-lo.

Então, o Ministério da Justiça manterá atualizado diariamente o *site* desaparecidos.org.br e divulgará campanha permanente.

O terceiro: todo recém-nascido terá seu registro de identidade expedido na maternidade ou em postos de vacinação. E a numeração dessas carteiras de identidade tem de ser nacional. Eu posso fazer um registro do meu neto em Brasília, posso fazer em São Paulo e posso fazer no Paraná. Ele vai ter três carteiras de identidade. Se se utilizar o sistema alfanumérico, como existe para carro, eu posso ter 1161012-PE, que é a minha RG, de Pernambuco, e pode existir 1161012-DF. Não é complicado fazer isso. Mas é preciso, primeiro, criar a cultura por lei. Por isso, eu digo a importância desta Comissão e a importância dessa política pública.

Nosso pleito é este: uma lei com quatro artigos, que eu passo ao senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Ricardo Albuquerque Paiva, integrante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina.

Dr. Ricardo, eu já adianto o encaminhamento que eu disse que faria: quando chega um bom projeto, e esse é um bom projeto, a tendência do Parlamentar – porque é da vida política – é se apropriar do projeto e entrar com a proposta. Não é que ele esteja errado, alguém tem de fazer isso. Quando eu apresentei o Estatuto do Idoso, eu recebi um rabisco de um senhor do Rio de Janeiro que disse: "Olha, mandei para um monte de Parlamentares" – isso há 20 anos – "e eu queria ver se o senhor não quer apresentar para mim". Eu perguntei a ele: "Você não tem uma entidade?" Ele disse-me: "Não, eu queria que o senhor apresentasse". "Está bom. Então, eu apresento".

Nesse caso, o que nós vamos fazer? Nós vamos mandar para a técnica legislativa; lá, eles vão elaborar o projeto, que vão remeter para os senhores que estão aqui, na mesa, para quem quiser contribuir para ajustar o projeto. Daí, os senhores, como entidade civil da sociedade, vão entrar com o projeto aqui na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, que, aliás, é Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa. Consequentemente, qualquer entidade de caráter nacional pode apresentar um projeto. Vocês vão receber o projeto pronto. Aí vocês só fazem a justificativa: "Para esse projeto, considerando isso, isso, isso e aquilo, pedimos a aprovação". Embaixo, coloquem o nome das entidades. Entra o projeto aqui, nós indicamos um relator. O projeto passa a ser um projeto não do Paim ou da Ana Amélia ou do Joãozinho ou do Paulinho, mas um projeto da Comissão de Direitos Humanos do Senado, apresentado pelas entidades abaixo relacionadas.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Eu queria agradecer ao senhor por essa atitude. Eu queria dizer que, em nome da CNBB, da Federação das Convenções Batistas, do Sicride, Mães da Sé, dos Conselhos Regionais de Medicina, do Conselho Federal de Medicina – o nosso Presidente que criou a comissão –, do MHuD (Movimento Humanos Direitos) – a Camila não pôde vir, porque está gravando –...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ela não pôde vir, mas justificou.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – ...., enfim, em nome da Rede Marista, nós estamos gratos ao senhor e pedimos para o senhor apadrinhar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu diria que todos os membros da Comissão de Direitos Humanos e a própria Senadora que provocou esta reunião já são parceiros nesse encaminhamento, que será assinado pela sociedade civil, via Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que receberá contribuições, nós indicaremos um relator na Comissão e o projeto passa a tramitar. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra, agora, à Presidente e fundadora da ONG Mães da Sé, Srª Ivanise Esperidião da Silva Santos.

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Bom dia a todos!

Eu quero parabenizar a Mesa e, primeiramente, a iniciativa do Senador Paulo Paim.

Eu quero cumprimentar os meus parceiros do CFM, o Dr. Carlos Vital e o Dr. Ricardo Paiva, que já são parceiros nossos. O Dr. Ricardo é parceiro nosso desde 2011. Agora, nós selamos uma parceira muito boa no nosso aniversário de 19 anos, que foi patrocinado pelo CFM. Essa parceria vai até o resto das nossas vidas.

Cumprimento o Dr. Rogério.

Eu comecei uma luta há 19 anos, Senador, porque sou uma mãe quer perdi minha filha, em 23 de dezembro de 1995, quando ela retornava da casa de uma colega da escola a 120m de distância da minha casa.

Naquela ocasião, não se falava sobre pessoas desaparecidas. Eu lembro que, durante três meses, eu fiz uma busca solitária aos hospitais, aos IMLs, nas ruas, batendo nas portas das emissoras de televisão pedindo: "Pelo amor de Deus, me ajudem"! E o que eu ouvia era: "Esse assunto não está em pauta".

Em março de 1996, a novelista Glória Perez colocou dentro da novela Explode Coração o tema crianças desaparecidas, e eu fui uma das mães que participaram da novela. A partir da novela Explode Coração, a sociedade veio ter conhecimento da gravidade do problema.

Eu não sei se o senhor é pai, se o senhor já é avô...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sou pai de cinco e avô de cinco. São dez.

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Parabéns! Eu, infelizmente, ainda não sou avó, mas um dos meus maiores sonhos é ser avó.

O senhor não queira imaginar, nem por um segundo, a dor de não saber...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A senhora me permite que eu faça aqui uma declaração que eu não poderia fazer? A partir do momento que a Senadora me falou deste tema, ele ficou tão forte que não é que, nesta noite, eu sonhei que um filho meu – eu não tenho mais filho pequeno, o mais novo tem 23 anos e já é casado – pequeno e que havia desaparecido? O que eu sofri durante esta noite. Foi um sonho! Vejam bem: estou contando um sonho, não foi real. A senhora não imagina o que foi, e foi um sonho, mas não deve ter sido nem um décimo daquilo que vocês, mães, sentem.

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – É isso.

É uma ferida que não cicatriza, porque nós, como pais e mães, temos uma preocupação muito grande em dar o melhor para os nossos filhos, em dar a melhor educação, para que eles tenham uma formação, para que se casem, para que nos deem netos. Eu tinha todos esses projetos, até o dia 23 de dezembro de 1995. Naquele dia, minha filha saiu por volta das 20h, para voltar dali a 20 minutos, e desapareceu. São 19 anos e 5 meses de uma luta diária, de uma luta constante.

Como eu estava falando, o problema só veio à tona através da novela. Quando a novela começou, a sociedade teve um súbito interesse pelo problema. A partir daí, depois da minha participação na novela, eu criei o movimento Mães da Sé, três meses depois do desaparecimento da minha filha. Eu lembro que nós não dávamos conta da quantidade de emissoras de televisão que nos procuravam para mostrar fotos, para mostrar nossa realidade e de empresas que procuravam para divulgar o desaparecimento das nossas crianças. Com o passar do tempo, o problema foi caindo no esquecimento. Hoje, os veículos de comunicação só falam do assunto quando acontece um caso que envolve ou alguém famoso, ou alguém de classe social elevada, ou quando acontece uma coisa muito grave mesmo. Só assim, os veículos de comunicação vêm falar sobre o assunto.

Faz 12 anos que eu milito na Secretaria de Direitos Humanos, desde a criação da ReDESAP. Eu sou parceira da Secretaria de Direitos Humanos e tenho militado junto à Secretaria de Direitos Humanos desde 2002, quando foi criada a ReDESAP.

Como mãe, o que eu tenho sentido é que o tema de crianças desaparecidas ou, no geral, de pessoas desaparecidas é tratado com abandono, com um descaso muito grande no nosso País.

Durante o ano de 2009, Dr. Rogério, eu fiquei um ano junto a uma comissão de delegados. No segundo encontro da ReDESAP, no Rio, em 2008, saiu uma proposta para que fosse criado o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. E aí foi dividido por regiões, eu representava a Região Sudeste, com mais seis delegados, técnicos do Ministério da Justiça e do Infoseg. Durante um ano, nós trabalhamos com reuniões para a criação desse Cadastro. Ele foi lançado no dia 26 de fevereiro de 2010 e nunca operou. No dia 20 de março de 2013,

ele foi relançado, quando foi assinado um termo de cooperação entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos, porque o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas era responsabilidade do Ministério da Justiça, aí foi assinado um termo de cooperação, no dia 20 de março de 2013, quando foi relançado o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Fala-se que desaparecem no País 40 mil crianças; outros falam em 50 mil. Nós não temos uma estatística precisa. Se você entrar no *site* desaparecidos.mj, há 391 crianças cadastradas. Agora, como é que podemos falar com propriedade que desaparecem 40 mil crianças por ano no Brasil? Em São Paulo, ainda estão desaparecidas no Estado de São Paulo 7.501 crianças. Esses são dados do Ministério Público, que é nosso parceiro, em que há, no Ministério Público, um programa chamado Plid, programa que só existe no Rio e em São Paulo. Eu não sei se o senhor conhece o Plid do Rio, mas eles fazem um trabalho fantástico. Eles praticamente obrigam as delegacias a trabalharem. Hoje, o Estado de São Paulo é um dos Estados que está sendo pressionados pelo Ministério Público a cumprir o seu papel.

A última reunião que eu participei no Ministério da Justiça, com o Dr. Quadros, foi no dia 19 de maio de 2013, juntamente com os delegados dos Estados que iriam sediar a Copa, em que ele ainda falou sobre o Sinesp cidadão.

(Soa a campainha.)

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Ele ainda falou sobre o Sinesp Cidadão.

A minha indignação é: por que São Paulo, sendo o maior Estado da Federação, ainda não tem o Sinesp Cidadão implantado? Em São Paulo, no ano passado, Senadores, desapareceram 34 mil pessoas. O maior Estado com desaparecimentos de pessoas é o Estado de São Paulo, e o Sinesp Cidadão ainda não está implantado no Estado de São Paulo.

O senhor me desculpe se eu estiver errada, mas, até onde eu sei, só há Santa Catarina...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É que o número assustou. Nós estávamos falando em desaparecimento de 30 mil a 40 mil jovens e adolescentes, e a senhora cita que, só em São Paulo, 34 mil pessoas!

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – São 34 mil pessoas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É claro que aí estão os jovens, os adolescentes e adultos.

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – E 43% desse total são crianças e adolescentes.

O senhor me desculpe se eu estiver enganada, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É claro que temos que considerar também que é o Estado com maior número de habitantes, São Paulo, mas o número é assustador assim mesmo.

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – É assustador!

Temos uma relação muito boa com as autoridades, até porque eu não sou da polícia, eu tenho que trabalhar coletivamente com a Delegacia de Desaparecidos, o Ministério Público, os Conselhos Tutelares, as Varas da Infância e da Juventude, para que eles façam o seu papel.

Por que o Sinesp Cidadão não foi implantado até agora no Estado de São Paulo? Que eu saiba, só há em Santa Catarina, Rio e Sergipe.

No Rio, foi implantada a Delegacia de Pessoas Desaparecidas no ano passado, através da pressão de uma mãe que é a Jovita Belfort, que é mãe de uma celebridade, um lutador de MMA, e tem uma filha desaparecida. Então, ela criou um site para arrecadar assinaturas e, num tempo recorde, por pressão, conseguiu que se criasse uma delegacia de pessoas desaparecidas no Estado do Rio de Janeiro.

Nós vivemos à mercê da própria sorte.

Participei da CPI dos Desaparecidos, em 2010, presidida pela Deputada Bel Mesquita e relatada pela Deputada Andreia Zito, participei da CPI do Tráfico de Pessoas, que começou em 2013 e terminou no ano passado, presidida por um Deputado do Estado do Pará – esqueci o nome dele agora – e relatada por uma Deputada do Estado de Goiás. Portanto, tenho acompanhado todos esses processos, mas é como se andássemos, andássemos, chegássemos a um determinado local e, como diz um ditado popular, morrêssemos na praia. Para nós, como mães, sentimo-nos totalmente abandonadas pelo Poder Público em todas as suas esferas.

Tenho dado as minhas contribuições, na medida do possível. Tenho uma parceria muito boa com o Ministério da Justiça, através da Drª Regina Miki, uma pessoa que abraçou a nossa causa e virou a nossa parceira mesmo, mas isso não depende só dela, não depende só do Dr. Quadro, não depende só do senhor.

Penso que, para que possamos minimizar essa estatística, que não sabemos, temos que caminhar juntos, criar políticas públicas, no sentido de que elas funcionem. A Lei da Busca Imediata tem dez anos – ela tem nove anos e meio – e foi sancionada no dia 30 de dezembro de 2005. Eu participei da aprovação da lei, porque

foi o primeiro encontro da ReDESAP (Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos) aqui em Brasília. Esta lei é de autoria de uma mãe, D. Arlete Caramês, que, à época, era Deputada Estadual, no Estado Paraná. A lei não é cumprida.

Assim, nós nos sentimos totalmente desamparadas e desprotegidas. O desaparecimento de crianças e adolescentes envolve uma série de crimes. É mais fácil para a Polícia dizer que a criança foge de casa pela violência doméstica, pela violência sexual.

Tenho um caso, Deputado, de uma adolescente – é uma pena que não tenha um representante da CNBB aqui –, mas essa pessoa era uma adolescente na época, quando foi induzida por um padre. Ela teve uma criança desse padre, e a Igreja Católica criou todo um esquema. Trouxe essa adolescente, lá do interior do Piauí, para São Paulo, esquematizou todo um processo, para quando ela tivesse a criança. Tudo isso envolve a Igreja Católica. Ela foi levada para o hospital, pela superintendente de um hospital, em Guarulhos, que era uma freira, e a mês foi informada que o filho dela havia morrido. Dez anos depois, ela descobriu que o filho dela não havia morrido. Quando ela voltou ao hospital, acompanhada de uma advogada, o estabelecimento foi obrigado a informar que o filho não havia morrido. Essa mãe que mora aqui em Brasília. Inclusive, ela nos procurou há quase dois anos, porque nos foi encaminhada pelo Ministério Público, e eu não podia fazer nada, porque não tinha autonomia fazer isso. Reencaminhei o caso para o PLID, e ele também não conseguiu êxito, porque a Igreja Católica tem um amparo muito grande pela Justiça. E essa mãe está aqui. Se o senhor se interessar pelo caso dela, ela tem cópia de todo o processo. Eu gostaria muito que, numa hora precisa, o senhor ouvisse o relato dessa mãe – e o senhor também, Dr. Rogério –, porque é um caso muito sério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sem sombra de dúvida, nós vamos ouvi-la após a reunião da Comissão.

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Esse padre foi transferido para a Itália, depois que a criança nasceu, para que a Igreja pudesse encobrir os fatos. A mãe foi até a Itália. Ela é uma mãe que tem lutado com todas as suas armas, porque ela quer saber para onde foi levado o seu filho, nem que ela tenha só o direito de falar para ele: "Olha, não fui eu que te dei. Tiraram você de mim". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Drª Ivanise Esperidião da Silva Santos, Presidente e Fundadora da ONG Mãe da Sé, e o seu pedido será atendido. Nós poderemos ouvi-la ainda hoje, para que ela expresse, esta mãe, a realidade da situação do seu filho.

Passamos a palavra, neste momento, à Coordenadora de Convivência Familiar da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Srª Maria Izabel da Silva.

Srª Maria Izabel, seja bem-vinda! Esta não é a primeira vez que a Srª Maria Izabel participa dos debates desta Comissão. A senhora dispõe de 10 minutos, com mais 5 minutos.

A SRª MARIA IZABEL DA SILVA – Bom dia a todas e a todos!

Senador Paim, é um prazer estar nesta audiência pública, sobretudo sob a sua coordenação, um parceiro de todas as horas nesta nossa empreitada, nesta nossa luta, em defesa dos direitos humanos de todas as pessoas, em especial das crianças e dos adolescentes, dos negros e das negras, uma pauta que V. Exª tem-se dedicado ao longo de sua trajetória.

Em nome do Ministro Pepe Vargas, quero parabenizar a Comissão pela audiência e dizer da nossa felicidade de estar aqui.

Quero concordar com a Srª Ivanise, pois os desafios são muitos. Não conseguimos realmente avançar da forma que queríamos. Um pouco da trajetória já foi contada por ela, a trajetória do Cadastro, mas estamos cada vez mais buscando uma forma de interação, sobretudo com o Ministério da Justiça – a Senasp –, e vou dizer o porquê de essa interação ser extremamente importante.

Rapidamente, quero passar as últimas ações da Secretaria de Direitos Humanos, sobretudo da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O nosso papel é em relação à criança e ao adolescente desaparecidos.

Hoje, estamos muito empenhados na discussão de uma política de atendimento às famílias com crianças e adolescentes desaparecidos: uma reestruturação do Cadastro, campanhas, e pretendemos rearticular a ReDESAP (Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos).

Então, quanto à política de atendimento às famílias com crianças e adolescentes desaparecidos, em novembro do ano passado, constituímos um grupo interministerial. Por que interministerial? Porque sem a presença, neste momento, da sociedade civil. Então, já estou respondendo a uma pergunta que já me foi feita. Precisamos, de fato, afinar todas as políticas, todos os serviços e todas as ações, existentes nas políticas públicas dos nossos Ministérios, que possam ser colocados à disposição para o atendimento das famílias e, *a posteriori*, quando localizada a criança, também o atendimento da criança.

Então, precisamos, primeiro, identificar quais são as políticas e os serviços existentes hoje e como eles podem se articular para o atendimento desse segmento. Assim, a finalidade do grupo de trabalho é propor estratégias para prevenir o desaparecimento de crianças e adolescentes e o encaminhamento dos casos existentes.

Tem como competência formular e propor estratégia de articulação das políticas e serviços para o atendimento às famílias com crianças e adolescentes desaparecidos; elaborar propostas de criação e aprimoramento dos serviços; propor medidas de aprimoramento do registro e divulgação – então, precisamos não só ter os dados num Cadastro Nacional, mas como fazer esse dado circular. Para isso, precisamos de parceria. Daqui a pouco, vamos falar do Cadastro –; propugnar a adoção de ações que visem a disseminação de informação na sociedade civil – sobretudo as ações de prevenção ao desaparecimento –, e apresentar formas de fortalecimento e articulação da rede de identificação e localização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Drª Maria Izabel, permita-me só um aparte. É claro que o meu Vice-Presidente vai descontar o tempo, mas havíamos combinado – e eu agradeço muito ao Senador João Capiberibe – que, como tenho mais três audiências para atender, já tinha acertado há tempo isso, porque, hoje, quem ia presidir a reunião era a Senadora Ana Amélia, mas, como ela teve de ir ao exterior, já justifiquei a não presença dela, queria convidar o Senador Capiberibe para assumir a Presidência, a partir das 10 horas – já são 10 horas e 20 minutos; fiquei 20 minutos a mais do que eu podia. É uma bela audiência pública. Já há aqui uma série de encaminhamentos. Trata-se de uma audiência pública importantíssima.

É claro que gostaria de ficar aqui até o fim, mas vou ser substituído por um dos maiores Senadores do Congresso Nacional, Senador João Capiberibe.

Volto a palavra à Srª Maria Izabel. (*Palmas.*)

A SRª MARIA IZABEL DA SILVA – Bem, então, a composição desse grupo interministerial: a Secretaria de Direitos Humanos, que coordena; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Justiça.

Esse grupo, como disse, para nós, é fundamental. E já me perguntaram: Por que o Ministério do Trabalho e Emprego, por exemplo? Saúde? O.k., as pessoas compreendem por que a saúde está nesse grupo, pois é necessário que se cuide das famílias, das questões da saúde mental das famílias, porque realmente se perde todo o rumo com alguém da família desaparecido, sobretudo uma criança ou um adolescente. Daí a ideia do Ministério do Trabalho e Emprego, por exemplo, e vamos precisar, com certeza, desta Casa de Lei, para nos ajudar nesse processo.

Temos hoje, na nossa legislação trabalhista, por exemplo, um afastamento de um trabalhador e de uma trabalhadora, quando nasce o filho, quando sofre um acidente, seja ele de trabalho, seja de percurso, seja doméstico. E quando desaparece uma criança ou um adolescente? Simplesmente, muitas famílias abandonam o trabalho, perdem o emprego e, se possuem outros filhos ou outras pessoas na família, ficam ainda em situação mais vulnerável do que antes – toda a sua família, todas as suas crianças.

Essa é uma realidade. Estamos fazendo, inclusive, um levantamento de legislação internacional, que nos possa dar uma diretriz, uma luz, de como alterar a nossa legislação brasileira. Confesso – e peço à Kátia Dantas, do ICMEC, que nos ajude para ver se há legislação internacional nesse sentido...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA IZABEL DA SILVA – Tem. Muito bom! Estão vendo? Esta audiência já é para aprimorar o nosso trabalho na SDH também, para que possamos fazer essas propostas na legislação brasileira, no que diz respeito ao trabalho e emprego das famílias.

O Ministério da Educação – não tenham dúvida – sobretudo na área de prevenção, através dos seus cursos de formação, no Mais Educação, no Escola que Protege, de orientação das crianças e adolescentes, para evitar, prevenir o desaparecimento, o sequestro, a fuga de casa, enfim, todos os motivos que levam ao desaparecimento.

O Ministério da Saúde, o acompanhamento da saúde da família, do adolescente e da criança, quando são localizados. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, porque temos vários serviços nos Creas, que atendem famílias com direitos violados. Então, que priorização vai-se dar, que olhar, que acompanhamento mais de perto vai-se dar para essa família, para o adolescente ou a criança, quando encontrados?

O Ministério da Justiça, sobretudo as forças de segurança pública, para que possamos aprimorar o nosso Cadastro.

Então, essa é a nossa ação. Desde novembro, estamos empenhados nesse grupo de trabalho.

O Cadastro Nacional, já foi dito aqui, consiste em banco de dados. A nossa dificuldade é como alimentá-lo. Explico. Qualquer pessoa pode registrar o desaparecimento da criança e do adolescente e consultar os registros públicos no Cadastro.

Tínhamos uma página, um roteiro, um conjunto de perguntas para preencher, que demorava um certo tempo, em que, às vezes, as pessoas desistiam no meio do caminho. Quando o nosso técnico, uma pessoa que diariamente olha e vê se entrou algum caso, liga para a família, perguntou se encontrou ou não, caso não tenha encontrado, então sobe para o Cadastro. Uma semana depois, ele liga de novo para a família. Às vezes, a família encontrou no dia seguinte; às vezes, não encontrou. Então, mantém-se no Cadastro. Esse é o trabalho do dia a dia nosso lá.

A inserção no Cadastro não retira a necessidade de fazer o Boletim de Ocorrência, porque o Cadastro é apenas para darmos a divulgação. O Boletim de Ocorrência é para a investigação. Então, precisamos, cada vez mais, fazer com que a sociedade, as famílias, também faça o boletim de ocorrência.

Os responsáveis somos nós e o Ministério da Justiça. Há algumas atribuições no Ministério da Justiça, previstas inclusive na lei, que são transferir recursos do fundo para manutenção da base do Cadastro, promover a integração de base de dado sobre segurança pública com a base do Cadastro Nacional.

Esse processo e essa reunião, mencionada pela Srª Ivanise, realizada no dia 19 de maio de 2014, com vários Estados que sediariam a Copa do Mundo, a nossa intenção, da Senasp, Ministério da Justiça e SDH, era de que tivéssemos uma adesão a um protocolo pelo menos dos Estados que ali estavam.

Por dificuldade, com certeza – não é por falta de vontade –, dos operadores lá na ponta do sistema de segurança pública: carga de trabalho, talvez até a não compreensão da importância desse tema na sua pauta, a urgência, premência de um suicídio, de um homicídio para investigar, acaba não alimentando o banco de dados. Então, além de o Cadastro poder colocar as famílias, a delegacia, lá na ponta, pode colocar a família no Cadastro, quando termina de fazer a ocorrência ou, então, orientar a família a fazê-lo. Infelizmente, isso não é feito. Por essa razão, o nosso Cadastro, hoje, tem 441 casos válidos – portanto, com foto e tudo. Temos 80 casos localizados. Tínhamos um total de 669: 471, infelizmente, não foram localizados; 80 foram localizados. Setenta e oito casos foram colocados "invalidamente" no Cadastro. Há muitos casos, desses 78, que são de pessoas adultas. O nosso Cadastro é de crianças e adolescentes. Então, nós o consideramos inválido para a divulgação.

O nosso problema tem sido realmente este: como articular, ir ao grupo de trabalho, à Senasp, ao Ministério da Justiça. Estamos pensando num conjunto de estratégias, que, inclusive, passam – estamos lá com o André e o Ney, que cuidam do Sinesp do Infoseg –, com recursos do Fundo da Segurança Pública, para que possamos apoiar tecnicamente os Estados, no sentido de inserirem os dados no sistema Sinesp.

E, para que a gente possa fazer essa migração automática, nós estamos trabalhando na migração automática dos dados que sejam relacionados à criança e ao adolescente.

Eu estou até pulando aqui, porque nós estamos com pouco tempo, mas também não adianta só a gente colocar no Cadastro. Eu vejo as fotos, os nomes, todo dia ou a cada dois dias – sou coordenação –, e existe uma técnica que entra todos os dias –, mas, hoje, infelizmente, é fato: só quem acessa o *site* http://www.desaparecidos.gov.br é que verifica quais os casos que estão lá.

Então, com essa mudança de *layout,* nós tornamos bem mais rápido, só com os dados necessários para que a gente possa subir as informações. Porque os dados mais apurados e mais detalhados ficam lá no Boletim de Ocorrência para investigação. O Cadastro é para divulgação. Então existem alguns dados que não fazem sentido e, inclusive, eles nem eram públicos para a população em geral; são dados só de quem gerencia, que é a Secretaria de Direitos Humanos – está certo? – e a de Segurança Pública.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA IZABEL DA SILVA – Então, transformamos isso em algo muito mais fácil, e o tornou mais leve. Portanto, no máximo em 15 ou 20 dias, nós teremos as fotos, os casos, articulados ao Facebook. No Facebook, desaparecidos: vamos criar no Face, vinculá-lo ao Cadastro e, também, vamos vinculá-lo ao Humaniza Redes e ao Facebook, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E, diariamente, nós vamos postar e trocando os casos, fazendo um rodízio de todos os casos que existem. Então, essa é uma novidade para os próximos 15, 20 dias – no máximo em 30 dias vai estar no ar. E, na semana que vem, a gente também já coloca no ar, e quero convidar: nós estamos fechando o local, vou mandar para vocês, pois nós vamos apresentar esse novo *layout* na próxima semana, no dia 2, pela manhã, numa reunião do grupo de trabalho, para dar continuidade nas nossas discussões.

Algumas outras ações que temos feito: nós estamos com um profissional contratado para realizar o conteúdo, os materiais de campanha de divulgação da Lei da Busca Imediata, porque, infelizmente, nós temos informações de que, lá na ponta, nas delegacias, ainda existe profissional que não aceita registrar o Boletim de Ocorrência imediatamente: ele manda aguardar 24 horas, 48 horas. Então, nós, também, estamos nesse processo de formação, de educação permanente dos profissionais, junto com a Senasp, para que compreendam a importância da Lei da Busca Imediata.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA IZABEL DA SILVA – Se isso vale para os adultos, não vale para a criança e para o adolescente. É responsabilidade nossa começar imediatamente a investigação. Então, nós vamos fazer a campanha da Lei da Busca Imediata, porque, aí, a própria população chega lá no profissional e diz: "Não, mas existe uma lei que diz isso." Então, dá uma forçadinha, que é o controle social nos ajudando nesse processo. Também essa campanha, até a metade do segundo semestre, nós vamos lançar.

O grupo de trabalho, nós vamos, também, além de definir e de identificar as políticas, e de propor aprimoramento, apresentar um fluxo de atendimento das famílias – a página eu já falei. E estamos numa tratativa interna na SDH – estou até aqui com os fluxos de atendimento – no sentido de fazer com que – estamos procurando essa alternativa, fazendo e elaborando fluxos – o Disque 100 possa, também, receber as denúncias e acompanhar os casos.

Então, isso é uma operação mais difícil, porque nós vamos precisar de muitos profissionais, e, com certeza, vão chegar lá casos que não são de crianças e adolescentes, porque a gente tem o Disque 100, e o Disque 100, hoje, abarca um público não só de criança e adolescente.

Então, com certeza, teremos esse diálogo com o Senasp, com o Ministério da Justiça, no sentido de se o Disque 100 começar a atender, muitos casos de adultos também virão, porque o nosso público tem idoso, casos de violação de direitos humanos em geral, LGBT, criança, adolescente, pessoa com deficiência. Então, com certeza teremos casos que não são para o Cadastro de Desaparecidos para essa nossa estratégia.

Essa é um pouco da nossa trajetória nos últimos tempos. Estão aí os fluxos do Disque 100.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Espero ter contribuído. E nos colocamos à disposição.

Tenho a certeza de que nós vamos precisar fazer alteração em legislação, sim, na legislação Trabalhista, na legislação Previdenciária, na própria lei que garante o Sistema Único de Assistência Social, para colocar questões específicas. Há um projeto de lei tramitando nesta Casa, e não sei se já foi falado dele, mas acho que precisávamos dar uma retomada nisso, aprimorar no que tiver que aprimorar, porque esse também é um trabalho previsto para o nosso grupo de trabalho intergovernamental.

E, tão logo tenhamos as primeiras propostas de aprimoramento das políticas de fluxo, nós retomaremos a Rede Zap com a participação de vocês para apresentar o trabalho preliminar, que é juntar o que temos e colher da sociedade civil, da Ivanise, do ICMEC, através da Kátia Dantas, de todos os parceiros e parceiras, para que possamos aprimorar ainda mais as nossas políticas públicas, fluxo de atendimento, as campanhas, os conteúdos. Vocês serão chamados, sim, a opinar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado, Maria Izabel da Silva, Coordenadora de Convivência Familiar, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, eu gostaria de passar a palavra ao Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Carlos Vital.

O SR. CARLOS VITAL CORREIA LIMA – Muito obrigado, Senador João Capiberibe.

Quero apenas pedir desculpas aos presentes, às senhoras e aos senhores, porque os múltiplos compromissos institucionais me impedem de continuar na mesa, mas estaremos aqui como entidade, o Conselho Federal de Medicina, com excelente representação. O Dr. Ricardo Paiva permanece, o nosso Secretário-Geral, Dr. Henrique Batista, o Presidente do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco e também os Conselheiros Dr. Sílvio e o Dr. Fernando.

Eu tenho absoluta certeza de que este tema é apriorístico ao exercício da cidadania e vem ao encontro dos fins colimados pelo Estado e certamente terá todo o tratamento que esta Casa sempre dispensa a essas questões relevantes.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Passo a palavra ao nosso último convidado, que é o Sr. Robério Soares de Souza, Diretor-Executivo da Convenção Batista do Planalto Central.

O SR. ROBÉRIO SOARES DE SOUZA – Muito obrigado, Senador, e a todos os presentes da mesa, todos os presentes nesta Comissão.

Esta audiência pública é, para nós, uma alegria, ouvir coisas tão preciosas e providências tão necessárias, gritantes, como aqui a do querido Albuquerque, que já ouvi, do Conselho de Medicina, da Secretaria de Direitos Humanos, a Srª Maria Izabel. Então é um drama. É um grito social.

Ao ouvir todos esses pareceres, essas providências, a preocupação desta Casa de leis, como já foi citada, tantos trabalhos, eu fico imaginando duas coisas pelo menos, e a terceira dela me traz a conclusão das minhas breves palavras, é que muita coisa tem sido feita, como a positivação como nosso Direito prevê. Mas fico imaginando se não houvesse tamanhas providências, ou pessoas sensibilizadas, ou mesmo pessoas que compartilhassem a necessidade gritante de um mundo que agoniza. Então, há todas essas providências, leis.

Mas nós também assistimos no nosso direito positivado à necessidade de correr atrás do prejuízo. Isso me deixa não desanimado, mas ainda mais preocupado, porque tantas coisas têm sido feitas, tantos projetos de lei, mas nós agradecemos a Deus o privilégio de participarmos de uma audiência como esta, como batistas brasileiros, de quem trago a voz, embora apenas Diretor Executivo dos Batistas do Planalto Central. O nosso povo batista brasileiro está, há cerca de 150 anos, sobre esse solo e tem uma bandeira de defesa.

Mas há um segundo ponto de que gostaria de falar. Tanto buscamos, tanto lutamos, tanto vemos o suor e lágrimas de mães, como a D. Ivanise, de quem ouvi o testemunho muito respeitosamente, e o Estado correndo atrás de fazer tantas coisas. Nós, que andamos nas ruas, sentimos o cheiro do povo, vivemos e sabemos o que acontece de fato. Sentimo-nos às vezes impotentes e perguntamos o que estamos fazendo, quando ouvimos que, no mundo, a ONU diz que existem 25 milhões de crianças desaparecidas. O que nós estamos fazendo com tudo o que temos, com todos os recursos? Talvez uma sensação de impotência.

E eu não quero desanimar com o meu discurso, pelo contrário, quero estimular dizendo que aquilo que nos parece um desafio intransponível que seja uma grande oportunidade de espaço a ser ocupado por tantos instrumentos que temos, porque um grande líder, e um líder que dividiu a nossa história entre antes dele e depois dele, parecia não ter nenhuma recurso. Ele dizia que não tinha onde reclinar a cabeça, mas, com 12 homens apenas, Ele mudou a história do mundo. Nós temos inúmeros recursos ao nosso alcance, mas o que me consta, e aqui faço a tônica das minhas últimas palavras nesta oportunidade, é que parece que estamos correndo atrás da fuligem que sai dos carros, tentando juntá-las para tomar alguma providência ou tentando correr atrás para abraçar o que sobra das chamas de uma cauda de um foguete ou de um cometa. Parece-me que estamos diante de um problema insolúvel.

Quero aplaudir, a bem dizer, todo o trabalho feito. Estamos na direção certa. O que estou falando é que talvez tenhamos outros alvos a atingir, outras estratégias a desenvolver, senão estaríamos criando a ilusão de que estamos fazendo tudo o que nos cabe e, talvez num sentimento estritamente religioso, dizendo: "Ah, estou fazendo a minha parte."

O que quero trazer é grande desafio da oportunidade que se nos apresenta. Talvez estejamos colhendo dificuldades ou sofrimentos ou lágrimas, mas estamos, sim, tentando enxugar essas lágrimas. Talvez possamos nos preocupar com o que tem sido feito muitas vezes numa direção desestruturante da família, da sagrada família. Talvez estejamos a encontrar caixas bonitas para os restos mortais que estamos colhendo na caminhada que estamos fazendo com a nossa própria família ou com a família da sociedade brasileira.

Então, trago aqui a voz de que estamos, hoje, colhendo muitos sofrimentos pelo pouco caso ou, infelizmente, às vezes, pelo deboche para com aqueles que se preocupam com a família, com a estruturação da família, com o cuidado familiar, com as escolas, com o que está sendo ensinado nas escolas, com o que estão fazendo com que o nosso Estado esteja trazendo e, claro, quase que impondo, ou melhor, impondo aos professores a ensinar às crianças. Talvez estejamos ajudando crianças desaparecidas, quando estamos talvez tentando destruí-las por dentro mesmo dentro de seus lares, pela mídia. Tratamos de positivar leis, tratamos de discursos com oratórias bem elaboradas, de projetos, de eslaides, de leis positivadas, mas sabemos que o nosso Direito positivado envolve um compêndio enorme, contudo, na sua exequibilidade, na sua aplicabilidade, torna-se praticamente uma utopia.

Eu queria trazer a voz de que – e não estou desfazendo de nada, absolutamente; ao contrário, ratifico tudo o que foi dito aqui – talvez devêssemos pensar em como nós deixamos a nossa família, hoje pela manhã, e o que estamos pensando para ela para este ano, para o próximo ano, e em como cuidar com o que estamos deixando fazer de nossas famílias ou da família brasileira, porque, se negligenciarmos o início do processo, e falo de gestão de processo, estaremos tomando algumas providências pontuais para pegar o rescaldo, os restos, os destroços do que acontece com a família.

Claro que esse não é o único ponto a tratar. Crianças desaparecidas é uma questão crime. Óbvio que o que estou tentando dizer é que também olhemos para o início do processo, porque senão, como dizemos por aí, estaremos apagando fogo de monturo, pensando que está tudo resolvido ou pensando que estamos fazendo alguma coisa. Nós entendemos que o dito popular já é "precisamos cortar o mal pela raiz". Então, talvez devêssemos colocar providências plausíveis, importantes, mas não estamos tocando ou talvez estejamos desmerecendo o que tem causado tantas chagas na estrutura da família brasileira.

Eu queria agradecer a Deus a oportunidade e agradecer também a todos vocês.

Que Deus abençoe a família brasileira!

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Assim, concluímos as intervenções.

Se o Senador Dário Berger quiser usar a palavra, tem o momento que V. Exª desejar. (*Pausa.*)

Eu tenho uma pergunta: em que circunstância, qual o diagnóstico desse desaparecimento? Como a gente poderia identificar? Já existe, digamos, um diagnóstico das circunstâncias em que a criança desaparece? Alguém poderia...

Então, a Ivanise Esperidião vai se manifestar.

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Senador, o que chamamos de desaparecimento enigmático são crianças que desaparecem em situações muito parecidas: brincando na porta de suas casas, indo ou vindo da escola sozinhas, indo a um estabelecimento comercial próximo de sua residência. Se o senhor tiver a oportunidade de observar, verá que são crianças de classe social muito baixa, porém, são crianças de cor clara e muito bem afeiçoadas. A impressão que tenho é que essas crianças já estavam sendo observadas, há algum tempo, e que, na primeira oportunidade que essas pessoas tiveram, levaram-nas embora.

Eu tenho dois casos de bebês que foram arrancados dos braços da mãe por pura inocência. Quando a mãe entrou num banheiro público, a pessoa se aproximou dela e falou: "Dá o seu bebê que eu seguro, enquanto você entra no banheiro." Quando ela saiu, a pessoa não estava mais no banheiro público. Eu tenho também dois casos de um menino e de uma menina. É o Kenzo e Laila. O Kenzo desapareceu em 2004, hoje ele já tem 14 anos. A probabilidade de essas crianças serem localizadas é muito pequena, porque elas já se adaptaram a uma nova família, talvez até a uma nova língua. Então, as chances delas serem encontradas são muito pequenas. As estatísticas dizem que, de 40 mil, 10% a 15% dessas crianças nunca mais retornarão para os seus lares. São exatamente essas crianças que são levadas de seus lares para fins criminosos.

A criança que foge de casa é maioria, só que são os casos mais fáceis de serem solucionados, porque, quando ela foge de casa, está fugindo de um conflito familiar, sinalizando um problema no seio familiar, mas, se você não cuidar, não tratar dessa fuga, ela continua reincidente. Então, o que nós fazemos na Associação? Quando nós detectamos que uma criança desapareceu, fugiu de casa, por algum tipo de violação dos seus direitos, nós fazemos um trabalho de reintegração familiar tanto com a criança quanto com os pais, para que aquela fuga não volte a acontecer, porque, quanto mais essa fuga acontece, mais tempo ela fica na rua. Se você não tratar, fica difícil conseguir segurar essa criança dentro de casa.

Sessenta e dois por cento dos casos que de mães que nos procuram são mães solteiras, que não têm marido ou que foram abandonadas por seus companheiros a partir do desaparecimento do filho. O desaparecimento deixa inúmeras sequelas dentro do seio familiar, e o abandono dos maridos é uma coisa muito frequente. O meu casamento acabou sete anos depois que a minha filha desapareceu. O pai foi embora, como se a responsabilidade da filha fosse só minha. O senhor entendeu? A mãe é a pessoa que mais sofre. É ela que vai à delegacia. É ela que vai ao IML. É ela que vai para as ruas, porque o vínculo de mãe e filho é muito forte. É ela que toma a frente dessa busca e, às vezes, inconscientemente, acaba se esquecendo do seu papel de esposa e até do seu papel de mãe, se tiver outros filhos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Perfeito o que Ivanise disse.

Ainda sobre o outro lado, sob a ótica de quem sequestra, os estudos mostram que existem 241 rotas de tráfico, que dependem de para que serve quem está sendo sequestrado: se o objetivo for exploração sexual, a história natural é alguém que vem do Norte, chega ao Sudeste e pega uma rota para Suriname e Madri, que é a principal rota – já se sabe que quer pegar essa criança para esse fim; e se é para trabalho escravo em outras profissões – braçais, lavouras –, o maior destino é a Ásia, e o caminho não é pelo Suriname, é da Guiana para o norte da Europa e, dali, para a Ásia.

Agora eu queria só fazer um registro à nobre representante da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, o mesmo que eu fiz na minha fala inicial: a ressalva de que isso não é uma questão de governo, é de Estado, porque não foi este Governo que criou o problema, ele existe através dos tempos.

Em 2011, era Secretário Nacional de Direitos Humanos Paulo Vanuck, uma pessoa amiga nossa. Nós fizemos uma reunião no Conselho Federal de Medicina. Ele mandou representante. O Ministério da Justiça mandou representante. A Associação Brasileira de Rádio e Televisão, a Associação de Donos de Jornais e o MEC mandaram representantes, bem como Marinha, Infraero, Polícia Rodoviária Federal. O pacto era de divulgação. E a Associação de Jornais disse: "Deem-me fotos oficiais, porque eu não vou divulgar sob o risco de ser processado, e veiculo em todos os jornais do País, na coluna 'Classificados', uma página por semana." A Abert, Associação Brasileira de Rádio e Televisão, disse-me: "Deem-me fotos oficiais e eu divulgo". Na ocasião, o Mi-

nistério da Justiça dizia: "Nós não temos um *site* atualizado." O *site* foi atualizado, mas nós temos dois óbices importantíssimos. O primeiro deles é que o 100 vive congestionado. Como eu seu militante de direitos humanos, eu ligo e passo mais de 40 minutos, porque é para tudo: para mulher que é espancada, para criança que é abusada, para criança que é traficada. Então, teria que haver um número específico. O outro óbice é que, nos moldes como funciona hoje, posso pegar o seu filho e cadastrá-lo como desaparecido. Pela nossa proposta de projeto de lei, que deixamos com o Senador Paulo Paim, seria diferente: o comissário de Polícia, o delegado de onde foi feito teria que fotografar o Boletim de Ocorrência e a foto recente e enviar, e o ato teria fé de ofício. Agora, imagine se eu coloco um parente seu como desaparecido sem estar! Os problemas poderão advir. Por isso, peço a sua reflexão sobre este tema.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado.

Passo a palavra à Srª Maria Izabel.

A SRª MARIA IZABEL DA SILVA – Só para colaborar um pouco com a resposta da Srª Ivanise, algumas questões.

A prevenção. É importantíssimo que os serviços de assistência social nos CRAs, nos CREAs de apoio às famílias trabalhem no acompanhamento desses conflitos familiares para termos um número significativo de prevenção da fuga de casa por conflitos familiares. Por isso, o MDS conosco.

Por outro lado, nós temos a Lei Menino Bernardo, que foi sancionada no ano passado. No próximo mês, nós temos o aniversário da Lei Menino Bernardo. Uma campanha está sendo elaborada pela Secretaria de Direitos Humanos de divulgação da lei e de prevenção aos castigos físicos, aos castigos cruéis e degradantes contra as nossas crianças e adolescentes, para tornar conhecida e popularizar a lei, para dialogar sobre o que de fato nós queremos com a lei, porque nós sabemos que ela é muito polêmica ainda. E é fato: por exemplo, no Disque 100, é altíssimo o número de denúncias de violência física contra crianças e adolescentes no seio familiar. Não estou nem falando da violência sexual, do abuso sexual, mas de outras violências que não são essas. Se se somam a essas, então, o número cresce ainda mais. Portanto, é extremamente importante que nós tenhamos cada vez mais popularizada a Lei Menino Bernardo.

Estamos trabalhando na perspectiva também de adequação de aprimoramento das políticas públicas para atendimento às famílias que praticam a educação violenta contra seus filhos.

Temos uma articulação muito estreita com a Polícia Federal nas rotas de tráfico de pessoas, em especial de crianças para fins de exploração sexual, que é uma das causas de desaparecimento, infelizmente. Também temos uma articulação com o Ministério da Justiça, na Comissão Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, para dialogarmos sobre estratégias de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Infelizmente, nós não temos uma estatística que possa nos dizer se são 10% para fins de tráfico de órgãos ou de exploração sexual. Esse banco de dados nós não temos. Só vamos tê-lo quando tivermos os sistemas interagindo, quando tivermos, de fato, essas informações se falando. Muitos dos casos, ou quase a totalidade, nós só vamos saber os motivos pelos quais aconteceram depois de localizada, infelizmente, morta a criança ou o adolescente ou viva – que é o que nós esperamos – para nos contar o que aconteceu.

Então, as estatísticas são frágeis, mas nós vamos conseguir, sim, e sou uma pessoa muito otimista, fazer a interoperabilidade do Sinesp com o Cadastro Nacional para ter, neste País, uma política de Estado de captação dos dados, assim como nós temos no próprio Sinesp Cidadão, no qual, com a placa de qualquer carro, você sabe o que acontece com esse carro. É isto que nós queremos em relação às pessoas desaparecidas: criança, adolescente, adulto, seja quem for. É isto que nós queremos. Para isso, nós precisamos, sim, do controle social nos ajudando, Ivanise. Nós precisamos que o controle social vá ao Estado de São Paulo e diga que há esses sete mil números. Eles nos mandaram uma carga de 150 números ainda esta semana, só que com o número do Boletim de Ocorrência. Para o Cadastro de Desaparecidos, para nós, não é que não interessa esse dado, é que o cadastro não tem objetivo de investigação. Nós precisamos, no mínimo... Se nos derem o telefone da família, nós vamos ligar para saber: "Mandem uma foto para podermos incluir no cadastro". Mas nós não temos acesso a essas informações.

Estas são as nossas dificuldades.

Há dificuldades também com a perspectiva de atendimento à família, de acompanhamento à família. Nós temos que ter contato com a família. Para cada um dos cadastros que temos aqui, nós ligamos e falamos com alguém. Podemos inclusive dizer para o CRAS e para o CRES, para a saúde: "É preciso acompanhar essa família". Mas, se isso não chega para a gente... Daquela nossa conversa, no dia 19 de maio do ano passado, Santa Catarina nos mandou 554 casos de crianças e adolescentes desaparecidos. Nós só conseguimos incluir no cadastro 52, porque não havia foto. Por conta do sigilo, não puderam passar para a Secretaria de Direitos Humanos um contato da família para pedirmos a foto.

São esses os pequenos detalhes, que não são pequenos nessa política, de que nós precisamos. É uma tarefa árdua, porque, a despeito do pacto federativo, do respeito às instâncias local, estadual e federal – e nós primamos por isso –, não podemos obrigar que o profissional da Segurança Pública faça isso. Como nós podemos fazer isso? Esse é o diálogo de sensibilização, de educação permanente, dos nossos cursos em conjunto com a Senasp. Mas é uma tarefa que não é pequena. Nós precisamos, sim, do controle social, da sociedade civil nos ajudando na ponta, na delegacia do seu bairro, dialogando sobre essa necessidade de nos mandar essas informações, para que tenhamos sucesso nesta nossa empreitada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Eu teria mais uma questão, mas vamos ouvir o Dr. Henrique Batista, Secretário-Geral do Conselho Federal de Medicina.

O SR. HENRIQUE BATISTA E SILVA – Obrigado, Senador João Capiberibe. Bom dia a todos!

Esta é a terceira audiência pública a que o Conselho Federal de Medicina está presente. Eu estive aqui na discussão das excludentes da ilicitude do abortamento. Em seguida, nós tivemos uma discussão sobre a situação da Cardiologia no Brasil. Hoje, nós estamos aqui presentes discutindo este grande tema que é a questão das crianças desaparecidas.

No início desta reunião, o Senador Cristovam Buarque, Senador João Capiberibe, fez uma intervenção muito pertinente, muito inteligente e expôs uma concepção abrangente dessa questão das pessoas desaparecidas, o que me fez lembrar a questão das crianças com defeitos congênitos no coração. Muitas crianças estão morrendo na fila porque faltam as condições necessárias para que os cardiologistas, os cirurgiões possam operar essas crianças a tempo. Esse é um problema realmente de grande repercussão em todos nós. Essa é uma dívida que temos com a população brasileira.

Portanto, esse assunto, que foi muito bem discutido aqui pelos companheiros da Mesa, que demonstraram um conhecimento aprofundado do tema, traz a satisfação de que podemos encontrar um encaminhamento e uma solução para esse problema.

Ouvi as intervenções feitas aqui. Vi que o Governo, através da Secretaria, da Drª Maria Izabel, mostrou um leque de trabalhos que estão sendo desenvolvidos e as intenções, as boas intenções, as boas práticas públicas.

Perguntaria, nessa dificuldade que é o cadastro nacional, na dificuldade de integração, como a senhora falou, e de outros problemas que a senhora citou aqui também, para implementação dessas práticas, como está a questão do investimento dos recursos por parte do Governo?

Também a senhora se referiu a um projeto de lei, e o Dr. Ricardo Paiva trouxe sugestões para elaboração de um projeto de lei que pudesse contemplar toda essa questão. Acredito que realmente é uma questão de Estado, como foi dito aqui várias vezes, mas precisamos somar forças. O Governo tem importância fundamental nessa questão, porque é o executivo de todas as ações. Claro que sem a participação da sociedade como um todo, nós não iremos alcançar o objetivo final.

Para o Dr. Rogério, gostaria que o senhor dissesse quais são as dificuldades que o senhor tem na Secretaria Nacional com relação a esses trâmites burocráticos e administrativos, para que possamos compreender mais e contribuir.

Esta é a intenção do Conselho Federal de Medicina: contribuir para que esse problema possa ser mitigado, pelo menos.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Vamos ouvir as respostas, começando pela Srª Maria Izabel. Em seguida, o Dr. Rogério.

A SRª MARIA IZABEL DA SILVA – Do ponto de vista da Secretaria de Direitos Humanos, não temos nenhuma rubrica, nenhum orçamento específico para essa temática. O orçamento da Secretaria de Direitos Humanos envia uma parte para a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, para articulação de todas as políticas, todos os programas e todas as temáticas trabalhadas por nós.

O que nós temos, inclusive previsto na lei de criação do cadastro, é a utilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para manutenção e aprimoramento do cadastro. É neste sentido que estamos dialogando com a Senasp, Ministério da Justiça: qual percentual e em que poderemos utilizar?

Sinesp e Infoseg estão sendo trabalhados pelo próprio Ministério. O nosso caminho é dar operabilidade aos dois sistemas, ou seja, automaticamente, passar para o cadastro de desaparecidos, de crianças e adolescentes, os dados desse público. Tão logo isso se resolva, teremos essa integração. Porém, ainda continua a nossa dificuldade de a ponta alimentar o Sinesp. Para isso, estamos pensando em qual apoio técnico financeiro podemos fazer junto às Secretarias de Segurança Pública dos Estados para potencializar, para sensibilizar para essa ação do dia a dia, assim como é colocado no sistema a placa de um carro que sumiu. O que queremos passa por sensibilização, por capacitar um profissional que cuide disso.

Então, pretendemos ter esses caminhos o mais rápido possível com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, em diálogo com o MJ.

Talvez o Rogério possa complementar.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Dr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARNEIRO – Bom, sobre a questão de investimentos, o projeto Sinesp foi criado pela Lei 12.681, de 2012. Entre outras questões, a lei trata da publicação de dados sobre segurança pública: estatísticas e informações em geral. Então, nessa questão relacionada a pessoas desaparecidas, inclusive a lei até cita também a divulgação disso.

A gente... A grande dificuldade hoje é tratar a informação que está lá na ponta. Quando a gente pega, por exemplo, a informação... A gente está sempre fazendo uma referência, que é a informação de veículos, não é? A gente tem, obviamente, várias dificuldades a mais em relação às pessoas. Primeiro: a gente não tem um cadastro único de pessoas no Brasil. Estava comentando aqui como Senador. Eu estive no México, conhecendo um trabalho que o México está fazendo, muito interessante. Foi criada uma secretaria só para cadastro de crianças e adolescentes. E lá eles coletam tanto as digitais quanto a íris, porque a íris, para reconhecimento de criança, é melhor que a digital. A digital sofre mudanças até 12 anos de idade, mais ou menos. A íris, eu não tenho os dados corretos, mas, se não me engano, a partir dos cinco anos, ela não se altera mais. Então, são dados mais confiáveis nesse sentido. Então, a grande dificuldade de encontrar pessoas é isto: você não ter um cadastro único no qual você procure pelo número de documento para alguma identificação e que ela seja única por pessoa.

E a questão do pacto federativa. Nossos Estados não são obrigados a utilizar um sistema nosso, incluindo-se a informação para a gente. Mas a lei do Sinesp, ela trata disso muito bem. Ela fala que o Estado que quer receber recurso da União, do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário de Segurança Pública, ele tem obrigatoriamente de alimentar o Sinesp com os dados que o Sistema Gestor do Sinesp definir como dados obrigatórios. Inclusive, esse Conselho Gestor é formado pelos Estados e pelo Governo Federal, também.

Os 27 Estados da Federação assinaram um termo de adesão ao Sinesp se comprometendo a enviar os dados. E aí demonstrou-se uma... Como a Drª Maria Isabel colocou no começo aqui, muitas vezes a gente acha que é má vontade, mas são dificuldades mesmo – extremas. A gente chega a determinados Estados em que não existe nem conexão de internet na cidade. Então, aquela delegacia não tem a mínima condição. A gente está tratando disso e criando um Sistema Nacional de Boletim de Ocorrência, pois nossa intenção é que aquele Estado que tem dificuldade de manter sua ferramenta tecnológica, a gente doe esse sistema para ele. Ele não precisa fazer investimento nenhum. A gente mantém todo o sistema e, para isso, o Ministério da Justiça contratou o Serpro – Serviço de Processamento de dados do Governo Federal –, uma empresa pública. Hoje, é um contrato em torno de trezentos e poucos milhões de reais de investimentos sendo feito nessa parte tecnológica de gestão desses sistemas. Além disso, a gente investiu, nos últimos dois anos, só por meio do Sinesp, mais de R$80 milhões em repasses aos Estados para equipamentos de tecnologia para serem capazes de alimentar o sistema.

Então, o projeto era dividido em três áreas (vamos dizer assim). Primeiro: uma política que era a aprovação da lei que foi muito importante para essa questão de definir o que é obrigatório e garantir que o Estado alimente essas informações que são extremamente importantes. Segundo: parte metodológica de padronização desses procedimentos policiais. Hoje, é muito difícil... Em cada delegacia que você vá, em diferentes Estados, a forma de registro é diferente. Uma coleta é mais bem feita. Eu pego informações mais detalhadas sobre idade, sexo, raça, fotos; outros, não. Então, em 2012, nós padronizamos esse boletim de ocorrência das polícias judiciárias do Brasil – polícias civis. E as polícias, nestes últimos dois anos, estão atualizando seus sistemas e, em paralelo, o Governo Federal, nós do Ministério da Justiça, está desenvolvendo um sistema para aqueles Estados que não têm ou não têm capacidade de manter.

Então, houve esse investimento, considerando que o investimento do Sinesp já foi em torno de R$150 milhões e que a questão da pessoa é o cerne nesse projeto, é a espinha dorsal do projeto, porque ela é importante para várias questões. Uma investigação é sempre importante ter as informações das pessoas. Então, isso, para a gente, é essencial.

A gente acredita que o Sinesp, agora que ele está ganhando corpo... A gente está implantando, primeiro, o sistema informatizado de boletim de ocorrência no Estado de Roraima, agora, para que seja o piloto e para que ele possa ser utilizado nos outros Estados. E os Estados estão atualizando seus sistemas também com recursos nossos para atender essas necessidades. A gente acredita que, até final do ano que vem, a gente vai ter uma base de dados, com certeza, muito mais bem atualizada do que nós temos hoje, em tempo real e com informações muito mais qualificadas, tratando, inclusive, dessas questões relacionadas a pesquisas.

Drª Maria Isabel colocou uma coisa interessante: a gente cria um *site*, mas ele precisa ser visto. As pessoas não entram ali por acaso, não faz parte do dia a dia. Ele tem que entrar e procurar uma pessoa e nem sempre as

pessoas fazem isso. A gente tem de colocar forma de achar essas pessoas no dia a dia, no cotidiano, digitando o nome em qualquer lugar. Então, se eu vou fazer um boletim de ocorrência e digito o nome de uma pessoa, ele já faz a busca automática de desaparecidos. Se a pessoa para em algum lugar e é identificada, a gente já faz. Então, a intenção nossa é integrar essas bases de dados do Governo em que a pessoa vai a um posto de saúde e, na hora em que se digita o nome, faz a pesquisa automática. Então, a gente tem de criar essas formas.

Agora, o primeiro passo, sem dúvida nenhuma, é ter uma base de dados confiável e com informações que realmente auxiliem nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado.

Eu queria perguntar a Srª Ivanise.

A organização Mães da Sé está localizada em São Paulo, em todo o Estado? Ela tem, digamos, acompanhamento dessa situação em todo o Estado? E qual é, digamos, os casos... Quantos casos vocês têm registrados?

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Nós temos 19 anos de fundação. Nestes 19 anos, Senador, nós já cadastramos quase 10 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Todas de São Paulo?

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Não. As pessoas de praticamente todo território nacional

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Porque, me falaram aqui, só de Santa Catarina foi comunicada a existência de 554 casos...

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Nós temos... Nós temos... Nós fazemos um trabalho de forma coletiva. Santa Catarina é um dos Estados em que nós temos uma parceria muito boa. Santa Catarina criou um programa que se chama SOS Desaparecidos e que foi criado pela Polícia Militar de Santa Catarina. É um projeto pioneiro e que é referência...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Santa Catarina não tem uma organização da sociedade civil que...

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Santa Catarina tem os Desaparecidos do Brasil e tem o Portal da Esperança...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Que são de familiares de desaparecidos.

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Os Desaparecidos do Brasil tem seu foco maior em pessoas que foram adotadas ilegalmente, de crianças que foram adotadas ilegalmente e levadas para fora do País.

Agora, o Projeto SOS Desaparecidos, da Polícia Militar de Santa Catarina, é um projeto diferenciado, porque ele foi criado pela Polícia Militar de Santa Catarina. Quem coordena esse projeto é o Major Marcos, da Polícia. Ele tem feito um trabalho fantástico lá no Estado de Santa Catarina. E a gente tem relação com outros Estados, até porque a gente encontra crianças ou pessoas em outros Estados e a gente tem de pedir ajuda para a Delegacia, porque nós não temos poder de polícia. Se eu recebo uma denúncia de que uma criança que... Por exemplo, a gente, no ano passado, encontrou duas adolescentes que fugiram de casa, porque conheceram pessoas no *facebook*. Uma foi encontrada no Estado do Rio na cidade de Barra Mansa. E, aí, nós acionamos o Conselho Tutelar, pedimos que o Conselho Tutelar vá até o local. O Conselho Tutelar vai lá e resgata a criança, leva para um abrigo e vai até a Vara da Infância e Juventude até que o juiz autorize o Conselho a fazer o recâmbio e entregar essa criança diretamente para a família. É para isso que o Conselho Tutelar existe.

Quando a gente recebe uma denúncia de um... Ou recebe uma mãe que a gente percebe que aquele caso não é meramente um desaparecimento e que há indícios de tráfico de pessoas, eu ligo para a Drª Eliana Vendramini, que é Coordenadora do PLID, e encaminho esse caso para o Ministério Público. O Ministério Público faz o atendimento e encaminha, por sua vez, para a Polícia Federal. Nós trabalhamos... Nosso trabalho é feito dessa forma.

As pessoas de outros Estados que nos procuram nos enviam *e-mail*, entram em nosso *site*, e eu falo que vou encaminhar nossa ficha de cadastro, porque na ficha de cadastro há uma parte em que a gente pede para que a família preencha dizendo que ela está autorizando a Associação a divulgar o seu desaparecido. E nós não cadastramos nem uma pessoa que não tenha um boletim de ocorrência registrado. Se a mãe chega até o escritório e não tem o boletim de ocorrência registrado, eu ligo para a Delegacia de Desaparecidos, que fica bem próxima do escritório, e falo: "Drª, eu estou encaminhando uma mãe aí para a senhora fazer o boletim de ocorrência." É assim que nosso trabalho é feito.

Os atendimentos psicológicos são feitos por meio de uma parceria que nós temos com a Universidade Mackenzie e com a Universidade FMU que nos encaminha estudantes que estão cursando o último ano de psicologia. Eles fazem esses atendimentos a essas famílias, porque o desequilíbrio, a desestrutura emocional é a primeira sequela que o desaparecimento deixa. Então, a gente vai fazendo um trabalho... É um trabalho de formiguinha, mas que nós fazemos de forma coletiva.

Agora, nós estamos com um projeto que se chama Rede Alerta. É um projeto em que nós fazemos palestras preventivas da rede pública – escolar. Nós temos uma cartilha voltada somente para criança e uma cartilha voltada para o adolescente. Nós atendemos, por palestra, até 900 crianças por dia, dependendo do tamanho da escola. É um trabalho... Esse projeto é financiado pelo Funcad – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente –, ele tem duração de um ano e a gente tem tido assim um êxito muito grande de conscientização da criança, porque a criança que sabe do risco que ela corre, ela não desaparece. As nossas crianças que desaparecem, elas desaparecem em situações em que elas estão em situação de vulnerabilidade.

Então, nosso papel também é trabalhar a prevenção.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Em outros Estados existem organização familiar de desaparecidos? No País todo?

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Não. São poucos os Estados que têm. Eu só conheço em São Paulo; no Paraná tinha uma, mas fechou; há uma no Rio, que são as Mães do Brasil; Salvador também tinha um movimento que fechou, porque a Presidente é professora e estava próxima de se aposentar e, aí, ou ela voltava a lecionar ou ela perdia seu emprego como professora. São pouquíssimas as instituições que existem no Brasil, voltadas para o desaparecimento de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – A senhora acha que poderia ajudar se tivesse uma organização em outro Estado, em Municípios, e a sociedade civil... Quem poderia estimular o surgimento dessas organizações?

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Eu acho que sim...

Bom, eu criei... Infelizmente, a minha nasceu pela dor, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Certamente, seria a movimentação dos familiares.

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – E as outras organizações existentes no Brasil, as poucas que existem, são organizações que foram fundadas por mães que perderam seus filhos. Infelizmente, essa é nossa realidade.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Não... Eu tenho aqui os encaminhamentos. Mas, antes de fazer os encaminhamentos, eu gostaria de fazer uma intervenção sobre orçamento e políticas públicas, porque não há políticas públicas sem orçamento. Essa é uma questão básica, fundamental. O orçamento é o instrumento da política e sem ele não há o que fazer.

Nós temos um problema no nosso País que é não termos uma política nacional de segurança pública. Essa responsabilidade é delegada aos Estados e cada Estado define sua própria política de segurança e não há, digamos, uma integração. Nós temos uma Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp.

Tenho aqui alguns levantamentos que mostram a situação preocupante. De 2008 para 2012... Eu não tenho os dados de 2013 e 2014, mas eu acho que não existe muita mudança. Houve um decréscimo na execução orçamentária. Em 2008, a execução da Pronasci chegou a 90.61% e veio caindo, ano a ano. Cresceu em 2009; em 2010, começou a cair e, em 2012, chegou a 1.73%, ou seja, não houve execução orçamentária.

Na hora do superávit primário, cortam-se os recursos, porque a execução deles não é obrigatória. E isso mostra a descontinuidade da política. A falta de uma política de segurança pública é que faz com que cada delegacia, cada Estado se comporte de maneira diferente.

Eu apresentei uma Proposta de Emenda Constitucional criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. Com a formação desse Fundo, nós teríamos parcelas de alguns impostos que já existem, como, por exemplo, do ICMS e do IPI na venda de arma, na produção e venda de armas e material bélico. Então, uma parcela viria da venda e da produção e iria, exatamente, para esse Fundo. Também uma parcela do resultado da venda de produtos apreendidos, bens apreendidos pela polícia também iria compor esse Fundo. Teria também um percentual sobre o lucro líquido dos bancos. A Presidente Dilma terminou aproveitando e aumentou um pouco mais. Acho que isso já fica fora de cogitação, até porque não está no relatório.

Então, essa ideia da criação é exatamente para permitir uma política nacional de segurança pública, porque seria uma Proposta de Emenda Constitucional, a União arrecadaria esses recursos e os distribuiria a partir de regras claras que seriam definidas pela lei. Então, essa proposta está na pauta da CCJ e deve ir à votação amanhã; possivelmente, amanhã. A gente nunca sabe... No Senado ou nos parlamentos, quando se está na pauta, às vezes, são adiadas as decisões. A expectativa é que a gente possa aprovar e, pelo menos, suscitar um debate sobre política nacional de segurança pública. Claro, que não é um pouco... Não é um projeto, digamos, que seja... Que corresponda... Não vai salvar a pátria, mas pode iniciar um debate.

Eu acho que o Governo vai debater essa questão. A própria Senasp teria interesse, porque o Fundo atual é resultado da contribuição do orçamento. Quando há um corte no orçamento, não há fundo. O Fundo esvazia

o fundo. Agora, por exemplo, os cortes do orçamento sempre atingem aquelas áreas de menos capacidade de articulação: áreas de meio ambiente, de direitos humanos, enfim...

Então, nossa esperança é que a gente possa iniciar um bom debate a partir de amanhã, na hora em que... Pode ser melhorada... Uma ideia que surgiu para criar o orçamento, para definir a política. Como a gente sabe que sem orçamento não tem política, então, estamos propondo a criação do orçamento. E, aí, forçosamente, vai ter de ter a política, porque essa arrecadação, e eu não tenho ainda uma previsão dos valores, é garantida. A aplicação dela é garantida. E quem vai fazer a arrecadação é a União, a qual vai repassar aos Estados, mas não mais com essa ideia do investimento em tecnologia, porque nós demos um balanço sobre o aparelhamento das polícias, e São Paulo é de longe – e, depois, segurança pública não é só polícia – o Estado mais equipado do País e, no entanto, os índices de ocorrências continuam alarmantes. Ou seja, não é o equipamento, não é a tecnologia que vai reduzir a violência. Nós já sabemos disso.

Agora, se nós aplicarmos – e aí é a lei que vai dizer –, digamos, 50% desses recursos na qualificação, segurança pública, direitos humanos e cidadania, que é uma política que pode ser definida no âmbito nacional, aí teríamos um forte impacto na preparação das nossas polícias. E, certamente, nós poderíamos sistematizar, digamos, a coleta de dados, uma série de assuntos integrados com todo o País. Essa é a esperança, a expectativa que temos.

Como resultado desta audiência pública, os participantes deverão receber o relatório completo, que foi solicitado pelo Dr. Ricardo, sobre a audiência.

Também temos alguns encaminhamentos aqui.

A Comissão vai solicitar à TV Senado, como já foi feito pelo Presidente Renan Calheiros, que, em sua programação diária, reserve um espaço para divulgar fotos de crianças desaparecidas. A Comissão também vai aproveitar para sugerir ao Presidente da Câmara que também possa fazer o mesmo na TV Câmara e também nas rádios, porque elas são muito ouvidas.

O segundo encaminhamento seria fazer gestão para que seja aprovado, com celeridade, o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que passou por aqui e deve ter explicado, que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações para obrigar as emissoras e os canais de televisão a veicularem fotos de pessoas desaparecidas. Ele se encontra na CCJ do Senado. Vamos pedir ao Presidente da CCJ para encaminhar um pedido para o Presidente do Senado para que ele priorize a aprovação desse projeto. É concessão pública. Então, acho que caberia perfeitamente. Do ponto de vista legal, não haveria maiores problemas em determinar que as emissoras de rádio e televisão possam fazer essa publicidade, essa divulgação.

Por fim, elaborar um projeto de lei, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a partir de uma sugestão apresentada pelas entidades, com o objetivo de promover, com maior eficácia e rapidez, o resgate das crianças desaparecidas.

Enfim, esses são os encaminhamentos. Se tiver mais alguma questão, antes de finalizar.

Pois não.

A SRª MARIA IZABEL DA SILVA – Eu tenho uma sugestão. Eu estive, na semana passada, no lançamento da Frente Parlamentar sobre pessoas desaparecidas da Câmara Legislativa do Distrito Federal e achei uma iniciativa extremamente importante. A Frente Parlamentar iniciará os seus trabalhos de debate, enfim, para tratar aqui do Distrito Federal. Então, talvez, um dos encaminhamentos poderia ser que esta Casa estimulasse a criação de frente parlamentar nas assembleias legislativas dos Estados. Isso é uma proposta que trago.

Outra proposta. Acho que a Srª Ivanise trouxe uma questão extremamente importante para nós. Em cidades onde nós temos a delegacia da criança e do adolescente, a coisa anda com mais celeridade – inclusive, os bancos de dados. Então, que pudéssemos verificar e dialogar, inclusive, com a Senasp, nesse PPA (Plano Plurianual), do Governo Federal, que estamos produzindo, mas também orientar e divulgar a necessidade de que tenhamos delegacias de proteção da criança e do adolescente nas capitais com maior número e nas cidades com x número de habitantes. Acho que é algo que poderíamos pensar como encaminhamento e ver o que dá para avançarmos.

Se tivermos tempo ainda, Senador, eu gostaria de ouvir, por dois minutinhos, a Kátia Dantas, que está aqui. Ela faz parte e coordena uma rede internacional chamada ICMEC – depois ela explica –, que trabalha com essa questão e, inclusive, tem apoiado a Secretaria de Direitos Humanos em algumas iniciativas. Estamos com o calendário para trabalhar em conjunto com essa rede internacional. Se possível, gostaria de ouvi-la, porque ela pode, com certeza, contribuir.

Por fim, dizer da importância dos Conselhos Tutelares, que acabei esquecendo. Como Secretaria de Direitos Humanos, cada vez mais, não só através das escolas de conselhos de direitos que já temos em funcionamento em 17 Estados brasileiros, mas também com a ajuda desta Casa de leis, estamos equipando os Conselhos Tutelares para que consigamos dar ferramentas para que eles tenham o sistema de informação para

infância e adolescente funcionando, que pode nos ajudar nesse banco de dados, nessa busca e, inclusive, no atendimento à família, como foi dito aqui pela Srª Ivanise.

Então, com certeza, neste ano e nos próximos anos, vamos continuar contando com os nossos Senadores e Deputados para continuarmos dando esse aporte, com a equipagem dos Conselhos e também para a formação, que acho extremamente importante. Então, o fortalecimento dos Conselhos Tutelares na ponta também seria uma boa recomendação desta nossa audiência.

E, sobretudo, que tenhamos, cada vez mais, campanhas de prevenção ao desaparecimento de criança e adolescente. Esta Casa poderia pensar como apoiar as campanhas ou fazer campanhas, materiais, divulgar nos seus veículos de comunicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito bem.

Com a palavra, a Srª Kátia Dantas.

A SRª KÁTIA DANTAS – Muito obrigada pela oportunidade de fazer esta intervenção. Chamo-me Kátia Dantas. Sou a Diretora de Políticas Públicas para a América Latina e o Caribe do Centro Internacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas.

A gente vem, como a Bel muito bem disse, atuando desde 2011 no fortalecimento da resposta no Brasil, através de consultorias, colaborações e eventos internacionais e nacionais, junto à SDH e à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

A gente ouve, ao mesmo tempo, com muito entusiasmo, essa questão da política nacional, que é algo que vimos falando, desde o começo do nosso escritório aqui no Brasil, com a Secretaria de Direitos Humanos, sobre a importância de termos uma política nacional integrada e não somente um cadastro, porque o cadastro é apenas uma ferramenta. E, com muita felicidade, a gente escuta que esse é o caminho que, agora, a Secretaria está tomando.

Algumas preocupações nossas. Eu queria trazer a este espaço aqui no Legislativo que há um enfoque muito grande por parte do Legislativo no uso e na divulgação das fotos das crianças. Nós trabalhamos já desde muito tempo. Nós somos a organização-irmã do Centro Internacional de Crianças Desaparecidas e Exploradas nos Estados Unidos, que foi criada a partir também de uma comoção nacional na morte de uma criança. A gente sempre fala, e há estudos que mostram que uma em cada seis crianças é encontrada nos Estados Unidos por conta dos pôsteres. Obviamente, não quer dizer que a gente não seja a favor de que haja maior divulgação, porque quanto mais gente vir isso, melhor, mas há duas questões que devemos ter muita clareza: primeiro, é a importância de que a população entenda aonde ir, a quem reportar e como ter uma resposta. Então, hoje em dia, se eu encontro uma criança que eu vejo desaparecida, é complicado, se eu estou no Estado do DF e a criança desapareceu no Acre, saber com quem eu me comunico no Acre.

Essa falta de interlocução, embora eu veja que seja um projeto o Governo trabalhar, esse, de o cidadão não saber... Como muito bem foi dito pelo nosso companheiro do CFM, e também sou uma militante de direitos humanos, também, ligo, sempre, para o Disque 100, ainda há muito entrave. É impossível você falar só por 40 minutos esperando. É muito tempo e as pessoas, um cidadão comum, que não seja sensibilizado como nós somos, não vai atuar, não vai ligar.

Então, a foto, sem essa conscientização do que fazer, do desaparecimento como um ato de prevenção... O investigar um caso de desaparecimento se torna um ato preventivo de muitos outros delitos, se torna um ato preventivo de uma cooptação para o crime, uma violação dos direitos da criança, seja por exploração sexual, seja por tráfico, seja por uma série de razões.

Por exemplo, nos Estados Unidos, nós trabalhamos com as políticas internacionais – e estamos, inclusive, agora, fazendo um evento na Interpol, no dia 9 de junho. Nós atuamos com essas polícias e vemos a dificuldade que é trabalhar com a reinserção desse jovem que já foi explorado, já foi abusado, já foi violado, já foi completamente abandonado de seus direitos. A reinserção dele é muito mais difícil do que o que a Ivanise havia proposto no começo: ao primeiro sinal de uma fuga do lar, fortalecer essa família, trabalhar com o fortalecimento dessa família, para que a gente não tenha uma fuga crônica, por assim dizer, para que ele não siga fugindo. A cada fuga dessa, ele vai se colocando em mais situação de perigo, em mais situação de vulnerabilidade.

A gente tem aqui a rede global, da qual o Brasil é parte, mas, infelizmente, não tem participado nos últimos dois anos. É um espaço fantástico, porque nós temos a possibilidade de intercâmbio de experiências. Nós temos países como o Reino Unido, que tem uma resposta já, muito consolidada, ao desaparecimento de pessoas, os Estados Unidos, a Austrália. São 23 países. Temos, também, nosso vizinho Argentina, o México. O senhor havia mencionado a visita ao México, e o México é parte, inclusive nós oferecemos ajuda.

Há, também, uma última questão de que eu queria tratar: a diferença entre divulgação de fotos e o Alerta Amber, de que todo mundo fala.

Nós, o ICMEC, somos o ponto de contato internacional para a implementação desse Alerta Amber. A assistência técnica é dada por nós, e o que nós vemos é que o Alerta Amber só funciona e só é efetivo mesmo quando você tem um país que tem uma resposta já estruturada, em que a população já sabe para onde ligar e aonde ir, em que a população já sabe quem é a autoridade envolvida no caso, as autoridades sabem até aonde ir e até aonde não ir e com quem trabalhar, e a sociedade já está sensibilizada da importância do seu papel como cidadão de identificar uma pessoa e de ajudar com os seus olhos a buscar uma pessoa que está desaparecida, o que, tristemente, e a Ivanise deve corroborar o que eu digo, não é muitas vezes o caso. Muita gente não dissemina essa foto, muita gente não quer compartilhar essa foto, porque não entende muito sobre o desaparecimento. Então, o Alerta Amber é uma ferramenta muito útil. Nós estamos à disposição para ajudar, caso seja interesse do Brasil em fazer.

Mas eu acho que a gente tem que investir mais nesse processo de que a Secretaria de Direitos Humanos estava falando, no processo de articulação. E estamos fazendo uma pesquisa sobre a criança desaparecida, que, tão pronto tenhamos compartilhado, vamos fazer esse intercâmbio com vocês. No que pudermos ajudar, contem conosco sempre.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Então, o primeiro passo seria resolver o problema do 100, não é? Pelo que eu entendi, Kátia, tem que divulgar aonde a pessoa, a vítima pode se dirigir, e seria o número de telefone que atendesse, com presteza, é isso?

A SRª KÁTIA DANTAS – Há uma série de iniciativas internacionais a respeito disso. Há protocolos. Por exemplo, na Bélgica, eles têm um protocolo de que, dependendo de como o caso é classificado e dependendo de como o caso é passado às autoridades, a decisão de como vai ser a disseminação do pôster é diferente. Então, por exemplo, no caso deles, quando é uma criança, como disse a Ivanise, que é um caso enigmático, o que eles fazem é disseminar para todo mundo, porque quanto mais gente vir melhor; mas, quando é um caso de fuga do lar, por exemplo, se a criança vir que está sendo procurada, se esconde mais, e isso pode, ao invés de ajudar, gerar um problema maior. Então, o que a gente propõe é que haja uma análise do caso, que haja uma interlocução com a sociedade.

Isso que havia falado, por exemplo, de uma pessoa poder inserir o caso do filho de outra pessoa no cadastro é algo muito importante, é algo que tem que ser tomado em consideração.

Qual é o raio de atuação? Por exemplo, o Alerta Amber é eficiente porque é emitido em 1% dos casos. Ele é emitido quando há informações muito claras da vítima, quando há informações muito claras do agressor, quando há informações muito claras para a população de quem seriam os dois – se há um carro, uma placa ou algo assim. Se for um sequestro que todo mundo viu, haverá uma clara ideia de quem é o sequestrador e quem é a criança. Nesses casos, a maioria dos casos é resolvida sem muito tempo, em 24 horas, 48 horas, mas, para isso, todo mundo já deve estar ciente de qual o seu papel. Por isso, eu digo da importância disso.

A foto é fantástica, mas, se você dissemina, por exemplo, no âmbito nacional, todas as 40 mil crianças desaparecidas no Brasil, eu não vou ter condições de ver todos os casos. V. Exª concorda? É muito difícil para uma pessoa, um cidadão comum ver todas essas fotos sempre. Por isso, há distintos níveis. Por exemplo, num primeiro momento, a criança acabou de desaparecer...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Mas sabendo onde a pessoa desapareceu, então, fica...

A SRª KÁTIA DANTAS – Exato, se você sabe o local... Por exemplo, se desapareceu, aqui, em Brasília, vamos começar divulgando por Brasília e nas áreas de grande circulação, aeroporto, rodoviária, *shoppings*, etc. Passado um período de 24 horas, passou de um período de X horas, vamos ampliando o raio de ação. Depende também do caso, porque, se a divulgação da foto dessa criança pode colá-la em mais perigo, essa divulgação não é feita. Há toda uma razão por trás dessa escolha de se disseminar as fotos da criança. Há também a responsabilidade com a imagem dela, porque nós temos visto, tristemente, muitos casos por *facebook*, e-mail, "Fulaninho está desaparecido e ninguém sabe quem ele é. Olha a foto dele", que a gente já sabe que já foram resolvidos há muito tempo, ou casos de crianças que nunca foram desaparecidas. Então, é importante ter essa consciência. Por isso, fiquei muito feliz com a ideia da vinculação do cadastro com o *facebook*, porque, se eu transmito esse *link* e essa criança é encontrada, eu corto esse *link* e tiro essa criança do *site*, e a disseminação para automaticamente.

Assim, não fica essa perpetuação da imagem da criança, que é uma violação do seu direito também.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Eu consulto se alguém ainda queira usar da palavra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Dr. Ricardo, por favor.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Por gentileza, a questão do projeto de lei que o Conselho Federal de Medicina traz à apreciação desta Comissão deixa claro um ponto. Não há como negar o que foi dito pela Secretária de Direitos Humanos e pelo representante do Ministério da Justiça: a maioria das cidades do interior deste País, não tem nem um posto de saúde nem a delegacia informatizados. Entretanto, todos os delegados, todos os comissários têm um celular. Todo mundo hoje tem WhatsApp. A proposta que a gente traz é que, para evitar, exatamente, que eu possa, como hoje, colocar o filho de quem quer que seja como desaparecido sem estar, inverta-se a lógica. Quem vai colocar não é a mãe. Quem vai colocar é o boletim de ocorrência e a foto por parte do comissário. Então, veja bem, ou se entende essa lógica, ou então não tem sentido o Projeto de Lei que a gente está colocando.

Se está sendo colocado, claramente, que eu perdi meu filho, eu tenho que prestar queixa em algum lugar. Esse algum lugar, todos nós sabemos, é uma delegacia. Não obrigatoriamente as cidades têm Secretaria de Crianças Desaparecidas, mas têm uma delegacia. Às vezes, no interior, tem um comissário, tem um agente de política, mas ele vai acolher, vai ter um boletim de ocorrência. Ele fotografa o boletim de ocorrência, fotografa a foto da criança e manda para o cadastro nacional, e passa a ser oficial. Não foi feito à revelia da presença do Estado.

Segunda coisa, o Conselho Tutelar concorda, é importantíssimo. Não sei se vocês têm conhecimento que o Conselho Tutelar tem remuneração e é por eleição, e nas cidades do interior do Nordeste é por manipulação do Prefeito, que faz o Conselho Tutelar. Logo, o Conselho Tutelar não é, como deveria ser, por concurso público.

Terceira coisa, não se utiliza muito o agente comunitário de saúde. O agente comunitário de saúde do SUS seguramente, hoje, em termos de segurança de saúde, segurança geral, é mais importante do que o médico, do que a enfermeira, porque o agente comunitário de saúde, ganhando um pouquinho de salário mínimo, está nas casas.

Outra coisa, as assistentes sociais, nós não temos um time completo no Brasil. Deveria ter, em todo PSF, uma assistente social, que, junto com o agente comunitário de saúde, poderia atuar. As escolas não são em tempo integral e as famílias não estão sendo trabalhadas em alguma forma de lazer. Então, esse problema, se a gente for enfrentar, não é só policial. Ele extrapola, e muito, o lado policial, em termos da ação social.

Temos que enfrentar o problema em uma comissão, que eu acho maravilhosa, esta de direitos humanos, com todas as suas facetas. Nós temos que colocar, no imaginário da população, que esse problema existe e que cada um tem responsabilidade sobre isso. Temos que ter políticas públicas, mas temos também que não ver apenas o lado policial. Temos que ter vários eixos, o eixo policial, o eixo social e o eixo do Estado brasileiro, porque a nobre colega de Mesa falou que não tem orçamento, não existe orçamento para criança desaparecida. Tem que ter. Vamos trabalhar para ter.

Muito obrigado pela paciência.

Gostei demais da Comissão e tenho certeza de que vamos sair com políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Srª Ivanise Esperidião, por favor.

A SRª IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS – Eu queria deixar uma sugestão, Senador.

Eu sei que existe uma Frente Parlamentar de Pessoas Desaparecidas na época da ditadura militar. Há três anos, eu liguei na Câmara Federal e sugeri que fosse feito, que fosse criada uma frente parlamentar de pessoas desaparecidas para que nós tivéssemos os direitos. Os desaparecidos políticos têm uma frente parlamentar na Câmara, têm uma representação; os desaparecidos civis também têm que ter esses mesmos direitos, porque os desparecidos civis são pessoas que desapareceram por diversas razões, desde aquele que despareceu por conta própria até aquele que saiu de casa para trabalhar e foi atropelado, veio a óbito e foi enterrado como indigente, mas a família procura por essa pessoa há meses, há anos e não encontra uma resposta.

No ano passado, a Drª Eliana Vendramini fez uma pesquisa de 2000 até 2014 e descobriu que 3.022 pessoas foram enterradas como indigentes no Estado de São Paulo, ou melhor, na cidade de São Paulo, porém todas elas portavam um documento de RG na sua carteira. Um dos casos que me deixou muito indignada foi de um senhor que teve um AVC. Quando ele cismava de sair, os filhos não conseguiam segurá-lo. Ele portava uma carteirinha com cinco números de telefone. Aquele senhor passou mal na rua, foi levado para um hospital, ficou cinco dias internado, veio a óbito e foi enterrado como indigente.

Teve um caso de um outro senhor que o filho o procurou por 14 anos – ele é taxista. Foi por diversas vezes ao IML, e eles falavam que o pai não estava morto, mas o pai constava na lista de pessoas enterradas como indigentes. Todas essas pessoas tinham um documento de identificação, e não foram pessoas assassinadas. Foram pessoas que morreram de morte natural. Então, alguém que tem uma pessoa desaparecida vive uma dor, um luto inacabado, a dor da incerteza. Esse tipo de caso que a gente tem acompanhado.

A importância da divulgação da Lei nº 11.259 é fundamental. Eu tenho brigado muito em São Paulo com delegados. Quando uma mãe chega ao escritório da delegacia e o delegado fala para ela: "Volte daqui a 24 horas.". Ele sabe que está cometendo crime de prevaricação, negando-se a fazer a ocorrência do desparecimento, tratando-se de criança e adolescente. Existe uma legislação federal, e ele, como aplicador da lei, não pode negar o desconhecimento da mesma. Então, eu ligo para delegacia e falo para ele: "Doutor, o senhor quer que eu faça uma denúncia na Corregedoria da Polícia Civil, porque o senhor está cometendo o crime de prevaricação?" "Ah, a senhora está me ameaçando?" "Não, doutor. Só estou querendo que o senhor cumpra com seu dever. Se fosse o seu filho, o senhor esperaria 24 horas?"

Nós temos 225 óbitos em 19 anos. As crianças, as meninas, sejam crianças ou adolescentes, encontradas mortas, todas foram vítimas de violência sexual seguida de morte. Então, nas primeiras horas do desaparecimento, é de primordial importância que se faça uma busca para que evite esse tipo de crime. E o boletim de ocorrência é o documento que prova que alguém está desaparecido.

Quando você vai inserir a foto no Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas, você tem que colocar, pelo menos, o número do boletim de ocorrência. Por quê? A Secretaria, Senasp, por sua vez, vai verificar se aquele número do boletim de ocorrência é procedente ou não, para não divulgar a foto de uma criança que não está desaparecida. Então, não cadastro ninguém que não tenha um boletim de ocorrência para não cometer um erro.

Essas são as minhas indicações para deixar.

Eu gostaria de agradecer muito, Senador. Pela primeira vez, o Senado está fazendo uma audiência pública, está demonstrando preocupação com o problema do desaparecimento. Eu fico muito feliz por estar aqui hoje, dando a minha pequena contribuição, porque é a única coisa que eu tenho.

A experiência dolorosa de não saber o que aconteceu com a minha filha, porque nem o direito de enterrar os restos mortais da minha filha eu tive hoje. Se minha filha foi morta, eu nunca vou ficar sabendo, porque ela não tinha RG. A gente acha que a desgraça só bate na porta dos outros. Minha filha ia fazer 14 anos em 15 dias e eu tinha prometido que, quando ela fizesse 14 anos, tiraria os documentos, porque, naquela época, o adolescente, quando ia trabalhar, começava a trabalhar com 14 anos. Infelizmente, não deu tempo de eu tirar o RG da minha filha. Se ela foi morta, eu nunca vou ficar sabendo, porque ela não tinha RG; sem RG não tem como identificar se ela foi assassinada ou não. Mas eu não desisto, meu coração de mãe diz que ela está viva. E eu prefiro acreditar nessa intuição de mãe, que eu acredito que nunca falha.

Eu queria deixar uma reflexão para todos nós aqui, seja pai, mãe ou não. A essência desse trabalho é a união, seja entre as entidades que lidam com a mesma problemática, entre os órgãos públicos ou, ainda, entre a sociedade. Por isso, quero pedir a colaboração de todos aqui presentes para que não desistam dessa causa.

Desejo que a paz e a harmonia encontre moradia em nossos corações, que não deixemos que o orgulho, a vaidade, as nossas indiferenças, nossa forma de pensar e agir falem mais alto. Desejo que o amor e a amizade prevaleçam acima de todas as coisas materiais; que as tristezas ou mágoas sejam banidas de nossos corações dando lugar apenas ao carinho; que a dor física seja amenizada e que Deus esteja ao nosso lado dando força, fé e resignação! Desejo que a solidão seja extinta e, no seu lugar, se instale a amizade verdadeira e o companheirismo; que as pessoas procurem olhar mais à sua volta e não tanto para si mesmas; que a humildade e o respeito residam na alma e no coração de todos; que saibamos amar e respeitar ao próximo como a nós mesmos; e que possamos pensar e agir no coletivo para, juntos, buscarmos mecanismos e criar políticas públicas na busca por nossas crianças.

Se não pudermos erradicar esse fenômeno social que é o desparecimento, que possamos, pelo menos, minimizar a dor de milhares de mães que procuram por seus filhos há meses, há dias, há anos, sem uma resposta! Só vamos conseguir êxito, quando nos juntarmos: Estado, sociedade e todos aqueles que se preocupam com o futuro do nosso País na imagem de nossas crianças.

Obrigada, Senador, pela iniciativa desta Casa. Espero que esse seja o primeiro passo de muitos que daremos daqui para frente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Mais alguém deseja...

Pois não.

O SR. ROBÉRIO SOARES DE SOUZA – Eu só queria, inicialmente, agradecer e, mais uma vez, parabenizar pela iniciativa desta Casa, como muito bem falado. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui.

Nos tantos ricos discursos aqui, emocionados, respeitosos, dolorosos, ouvi muito falar a palavra eixo: o eixo civil, o eixo da justiça, o eixo da política, o eixo das leis. Eu quero só ressaltar que o eixo da família engloba tudo isso e do qual não devemos esquecer. Saímos de uma família. Choramos a desestruturação de tantas outras pelo Brasil afora. Que lutemos para sustentar a nossa família! Que Deus nos abençoe!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado.

Temos a presença do Senador Donizeti, na nossa audiência. S. Exª é membro da nossa Comissão. Seja muito bem-vindo, Senador!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador, eu estava na reunião do grupo de trabalho da CPI dos Zelotes e não deu para chegar. Estamos chegando agora. Desculpem o atraso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Imagino. Na terças, o Senado inventa o mundo e, na quarta-feira, ele reinventa, não é? Porque temos que ter aqui quatro, cinco agendas na mesma hora. É, realmente, difícil de atender a todas as agendas.

Eu queria finalizar dizendo que tivemos uma grande preocupação com os desaparecidos políticos, mas, também, sem perder de vista os desaparecidos pelos órgãos de repressão da democracia. Nós temos um caso emblemático, que é o caso do ajudante de pedreiro, Amarildo, da Rocinha, preso em frente a sua casa, pela Polícia Militar; quatro horas depois, desaparecido; e, até hoje, não foi encontrado. O Estado, o aparelho de segurança do Estado é para garantir ao cidadão a integridade física. Então, quando a gente vê que isso continua acontecendo no País, é porque, lá atrás, já havia impunidade. Os mesmos que hoje agem dessa forma pensam nisso. Se antes os órgãos de segurança desapareciam com pessoas importantes, como o caso do Deputado Federal Rubens Paiva, cuja família, até hoje, não sabe o que aconteceu, os que reproduzem hoje o fazem sabendo dessa impunidade. É isso, infelizmente, que continua no País.

Há também os casos de desaparecimento por organizações criminosas, que precisamos combater.

Acho que é possível, sim, na medida em que a gente prepara melhor, qualifica melhor nosso aparelho de segurança pública, investindo na qualificação, na formação, principalmente, instruir a polícia na questão de direitos humanos. Quando se registra uma queixa, o servidor público, seja delegado, seja comissário, quem quer que seja, tem que ter essa compreensão de que aquela pessoa tem seus direitos e que eles precisam ser respeitados. É uma questão de formação, de qualificação.

Por isso, vou insistir muito. Se tivermos uma política nacional, que nossos investimentos sejam feitos na formação, na qualificação em direitos humanos e cidadania dos nossos órgãos de segurança, porque essa é uma lacuna que, de fato, existe. Nós temos casos de execuções diárias, principalmente com relação aos jovens. Aqui nos temos feito audiências públicas, ouvindo situações dramáticas. Lembro que, na última audiência pública que tivemos sobre casos de violência contra os jovens, foi citado que, na Bahia, houve um caso de 12 ou 13 jovens que foram simplesmente fuzilados pelos órgãos de segurança pública, pela Polícia Militar. O País está vivendo com essa enorme dificuldade, para a qual temos de dar solução, dar encaminhamento ou tentar soluções.

A violência no Brasil é algo alarmante. Estamos sacrificando nossos jovens, principalmente os que vivem em área periférica, os negros, os mais pobres. São quase 50 mil assassinatos por ano. É mais do que em vários países em conflitos armados, em guerras armadas. O Brasil é um caso preocupante. O último relatório das Nações Unidas coloca em cheque. Então, nós temos que, realmente, pensar quais são as alternativas, quais são as possibilidades para dar um basta nessa situação.

Enfim, não havendo mais nada a tratar, agradeço aos convidados. Foi muito rica a contribuição de todos.

Dou por encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Humberto Costa, Donizete Nogueira, Dário Berger, Hélio José, Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, Romário, Vicentinho Alves, Magno Malta, Eduardo Amorim, Marta Suplicy e José Medeiros. A Presente reunião é realizada em duas partes. 1ª Parte. Deliberativa. Item 1 Projeto De Lei Da Câmara nº 125, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. **Autoria:** Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela Rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2 Projeto De Lei Do Senado nº 205, de 2012 – Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. **Autoria:** Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 3 Projeto De Lei Do Senado nº 702, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. **Autoria:** Se-

nadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 4 Projeto De Lei Do Senado nº 102, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto. **Autoria:** Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 5 Projeto De Lei Do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro. Relatoria: Senador Magno Malta Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 6 Projeto De Lei Do Senado nº 531, de 2013 – Terminativo – Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7 Projeto De Lei Do Senado nº 483, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 8 Projeto De Lei Do Senado nº 219, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 9 Projeto De Lei Do Senado nº 156, de 2015 – Terminativo – Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União. **Autoria:** Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório; adiadas a discussão e votação. Item 10 Sugestão nº 20, de 2011 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para obrigar a contratação, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Relatoria: Senador Vicentinho Alves (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. Item 11 Sugestão nº 8, de 2014 – Não Terminativo – Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha. **Autoria:** Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela apresentação de requerimento de criação de Subcomissão Temporária, no âmbito da CDH, para que a Sugestão continue sendo examinada pela Subcomissão. Resultado: Retirado de pauta para reexame, a pedido da relatoria. Item 12 Sugestão nº 12, de 2014 – Não Terminativo – Apresenta proposta de idéia legislativa que dispõe sobre o direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado. **Autoria:** Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad hoc: Senadora Regina. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Vista coletiva concedida, após a leitura do Relatório pela Senadora Regina Sousa, Relatora "ad hoc". Item 13 Projeto De Lei Do Senado nº 165, de 2014 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para introduzir critérios democráticos de acesso aos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior. **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Regina Sousa Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame, a pedido da Relatoria. Item 14 Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa Nº 71, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH -, para debater o tema "Cultura Alimentar e Agricultura Tradicional: Produção e Preparo de Alimentos no Brasil".**Autoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: Adiado Item 15 Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa Nº 72, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação do Cais José Estelita, localizado no município de Recife. **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. Resultado: Aprovado. Item 16 Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 73, de 2015. Requer a realização de audiências públicas, em número de duas ou mais, se necessário, para discorrerem e debaterem sobre o Projeto de Lei do Senado, número 470, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família. **Autoria:** Senador Magno Malta Resul-

tado: Adiado. Item 17 Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 78, DE 2015. Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), destinada a promover consulta às entidades representativas dos povos indígenas do Brasil, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que "institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências", em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989. **Autoria:** Senador Telmário Mota Resultado: Aprovado. Item 18 Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 79, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater os direitos das Pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica, doenças Neuromusculares e degenerativas do Sistema Nervoso; a falta de garantia ao atendimento no âmbito da Saúde e ao acesso à aposentadoria por invalidez; e as perspectivas de novos tratamentos em desenvolvimento por pesquisadores brasileiros.**Autoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: Adiado Item 19 Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 80, de 2015 Requer a realização de audiência pública, com a participação da CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater o tema "Violências Motivadas por Orientação Sexual e Identidade de Gênero: análise de situação e respostas". **Autoria:** Senadora Marta Suplicy e outros. Resultado: Aprovado. Item 20 Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 81, de 2015. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em 20 de agosto de 2015, para debater o tema "O Direito do Trabalho na Rede de Lanchonetes MacDonald's". O pedido foi requerido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH, mediante demanda do Service Employees International Union – SEIU. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª PARTE Deliberativa de Relatório de Denúncia. Finalidade: Apresentar e deliberar o Relatório sobre denúncia recebida pela CDH, referente à prática de tortura, agressões físicas e morais contra detentos da Cadeia Pública Dalton Crespo de Castro, em Campos dos Goytacazes – RJ, durante rebelião. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Adiado. Fazem uso da palavra os Senadores e Senadora Paulo Paim, Dário Berger, José Medeiros e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos. Eu, , Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Paulo Paim**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há número regimental.

Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55º Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª e 32ª Reuniões.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, solicito inversão de pauta para que possamos relatar o projeto a que se refere o Item 9.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª será atendido.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2015

– Terminativo -

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

V. Exª está com a palavra para apresentar o relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, o projeto é terminativo. Não temos quórum, mas eu já poderia fazer a leitura para dar conhecimento.

Decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015, do Senador José Medeiros, que estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

O referido projeto, Sr. Presidente, tem o objetivo de assegurar às mães o direito de amamentar seus filhos de até 6 meses de idade durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União por até 30 minutos para cada criança nos intervalos de duas horas.

Essa proposta vem ao encontro do dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade e ao respeito, direitos previstos no art. 227 da Constituição.

Parabenizo, portanto, Sr. Presidente, o autor da proposta e nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal de nº 156, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está feito a leitura do relatório. Como não há número de Senadores no espaço desta Comissão, nós adiamos a votação.

Eu solicitaria a V. Exª que, se pudesse, de imediato, fizesse a leitura de um requerimento de minha autoria, para que eu possa fazer a votação, e, em seguida, como sei que V. Exª tem que ir para a reunião do Pacto Federativo, V. Exª poderá então...

Agradeço já a sua boa vontade por ter cumprido essas duas missões aqui na Comissão.

Seria para V. Exª, no exercício da Presidência, fazer essa leitura. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Pois não.

ITEM 20
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 81, DE 2015
– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em 20 de agosto de 2015, para debater o tema "O Direito do Trabalho na Rede de Lanchonetes McDonald's". O pedido foi requerido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH, mediante demanda do Service Employees International Union – SEIU.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer o encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse projeto, Sr. Presidente, foi uma iniciativa de sindicalistas dos Estados Unidos, do Canadá e também daqui, do Brasil, porque estão muito preocupados com a forma como são tratados os trabalhadores, infelizmente – digo isto porque não falo com alegria –, vinculados às lanchonetes McDonald's.

Eles estão fazendo uma denúncia em nível internacional. Diante dessa denúncia, minha intenção é aproveitar este momento para fazer um grande evento de caráter internacional, ao qual virão painelistas de diversos países e, naturalmente, daqui, do Brasil, para dialogar sobre a situação desses trabalhadores.

As denúncias são da maior gravidade, de terceirização, "quarteirização" e do chamado trabalho sem limite e sem nenhum atendimento às questões básicas de direitos dos trabalhadores, como há, no Brasil, por exemplo, a própria CLT e a Constituição.

Enfim, o melhor de tudo é fazer uma audiência pública, para a qual podemos chamar, inclusive, os diretores dessa empresa, que está na maioria dos países do mundo, para que eles relatem e digam o seu ponto de vista, como também os sindicalistas, conforme eles disseram, de, no mínimo, dez países.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Já existe outro requerimento sobre a mesa.

ITEM 19
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 80, DE 2015
– Não terminativo –

Requer a realização de audiência pública, com a participação da CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater o tema "Violências Motivadas por Orientação Sexual e Identidade de Gênero: análise de situação e respostas".
Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para fazer o encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, sem sombra de dúvida, a violência, principalmente contra as mulheres, tem aumentado, embora tenhamos aprovado a Lei Maria da Penha. E a violência se espraia, como a gente fala no Rio Grande, para todos os cantos do Brasil, inclusive em relação à orientação sexual de cada um e à identidade de gênero.

Então, a intenção, neste caso aqui, é debater o conjunto da questão: a violência motivada pela orientação sexual e a identidade de gênero. É claro que também aqui vamos debater a violência contra as mulheres, que é algo preocupante.

Repetimos que a questão principal é em relação à violência motivada pela orientação sexual e a identidade de gênero.

Diversas Senadoras assinam, e eu assinei também, e por isso pedimos a aprovação desse projeto e que a audiência seja marcada com a maior brevidade possível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Repito que a iniciativa é da Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sei que o Senador Eduardo Amorim vai ter um compromisso neste momento na Comissão do Pacto Federativo, instalada agora, em que ele tem um papel fundamental, mas, desde já, Senador Eduardo Amorim, eu não posso deixar de registrar a minha opinião e a minha posição em relação à sua posição, ontem, no plenário, em relação à MP que lá foi votada. V. Exª foi coerente com a sua história, V. Exª foi muito firme, porque dialogou comigo antes daquela votação e manteve a sua posição.

Respeito todos que votaram diferente. Nunca fiz, na minha vida pública, ataque pessoal por discordância de orientação do voto de cada um, mas me dou o direito de elogiar a sua posição ontem no plenário do Senado.

Era só isto.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Agradeço, Senador Paulo Paim. Ouvir um comentário como esse é extremamente salutar e mostra que estamos no caminho certo, ou seja, de princípios. Estejamos onde estivermos, não devemos, nunca, abrir mão. Coerência é confiança. Só assim o cidadão que está nos escolhendo para estarmos aqui vai saber como vamos agir diante de tal tema, porque nos mantemos firmes. Embora haja pressões em alguns segmentos, em alguns momentos, em princípio, não devemos abrir mão.

Também ressalto e o parabenizo pela coerência com que o senhor vem mantendo o seu mandato. É por isso que o povo do Rio Grande do Sul tem, por diversas vezes, encaminhado para cá V. Exª, que representa muito bem aquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, quero me somar também a essa homenagem, porque, realmente, aquilo ali não era...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O que eu disse se estende também a V. Exª, com a maior tranquilidade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – E à Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E à Senadora Marta Suplicy.

Estou falando da votação de ontem, no plenário, da posição que todos assumimos. Respeitamos quem pensa diferente, mas nós tivemos uma posição que, para mim, foi coerente com nossa história e com nossas vidas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Correto. Porque, na verdade, não era um ajuste, mas, na verdade, um ajuste trabalhista, não é? Os nossos bancos, por exemplo – nada contra banqueiros –, tomam dinheiro barato lá fora e emprestam a juros exorbitantes. No ano passado, pagamos 170 bilhões de juros! E ficamos arrancando essa coisa das costas dos menos favorecidos! Então, não ia somar tanto para o País.

Outra coisa: resolvia-se com fiscalização. É uma coisa administrativa que daria para fazer. Está havendo fraude? Se estamos com problema no dedo do pé, no dedo mindinho, não dá para cortar o pé, não é verdade? Penso que o raciocínio pode ser diferente.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Medeiros.

Senador Pimentel, seja bem-vindo à nossa Comissão.

Vamos à nossa pauta.

Solicito ao Senador José Medeiros que faça a leitura do Item 10, Sugestão nº 20, de 2011.

ITEM 10
SUGESTÃO Nº 20, DE 2011
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para obrigar a contratação, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.
(Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)
Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Presidente, com a sua permissão, passo para a análise do voto, porque V. Exª já disse do que se trata.

Nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, tem tratamento de sugestão legislativa, conforme previsto no inciso I do art. 102-E do RISF, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada no âmbito dos trabalhos realizados pelos Jovens Senadores. Atendem-se, desse modo, os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 20, de 2011.

No que tange ao mérito, a proposta em análise modifica o art. 27 da Lei Orgânica da Saúde, que trata da política de recursos humanos da área. Para isso, o Jovem Senador sugere inserir, nesse dispositivo, parágrafo para determinar que o SUS acolha os profissionais de saúde egressos das universidades públicas para exercerem, em seus estabelecimentos, trabalho compulsório pelo período mínimo de dois anos, em regime de tempo integral. A SUG, todavia, não apresenta detalhes de como será a absorção desses profissionais, tampouco quanto aos aspectos remuneratórios.

Além disso, cabe-nos ressaltar que tramitam no Senado Federal três proposições de conteúdo semelhante. A primeira é a Proposta de Emenda à Constituição, PEC 36, de 2011, que institui o serviço civil obrigatório para egressos dos cursos de graduação das profissões de saúde regulamentadas, subscrita pelo Senador Humberto Costa e outros Senadores.

As duas outras propostas tramitam conjuntamente. Trata-se do Projeto de Lei do Senado, PLS 168, de 2012, que institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos em instituições públicas ou privadas, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e do PLS 79, de 2013, que dispõe sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde, de autoria do Senador Jayme Campos.

A existência dessas proposições denota, portanto, o interesse do Senado Federal em discutir a matéria. Por essas razões, e, como a nossa análise é essencialmente de admissibilidade para a tramitação da proposta, contida na SUG nº 20, de 2011, entendemos que a iniciativa poderá ser incorporada aos debates desta Casa e, por conseguinte, que contribua para ampliar a discussão sobre o provimento de trabalhadores para os serviços públicos de saúde.

Cumpre salientar, por fim, que qualquer medida que pretenda aumentar a acessibilidade da população a serviços públicos de saúde de qualidade deve ser acolhida e examinada com todo o cuidado por esta Casa

Legislativa, sobretudo por esta Comissão, que representa a porta de entrada para a participação legislativa da sociedade civil.

Ao transformar a Sugestão nº 20, de 2011, em projeto de lei iniciado pela CDH, procuramos manter na íntegra o texto proposto pelo autor, promovendo apenas alterações pontuais de técnica legislativa e de natureza redacional, e conformando sua ementa ao seu conteúdo.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da SUG nº 20, de 2011, nos termos do seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não havendo quem queira discutir, já com a presença do Senador Pimentel e da Senadora Regina, vamos à votação.

Aqueles que concordam com a SUG relatada pelo Senador Vicentinho Alves, Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria não é terminativa.

Nós votaremos somente os requerimentos e as não terminativas, por entender que hoje há o encontro dos prefeitos de todo o País em Brasília e que há um deslocamento muito grande dos Senadores para aquele encontro, assim como para a discussão da primeira reunião do Pacto Federativo.

Passamos à Sugestão nº 12, de 2014, também não terminativo.

ITEM 12
SUGESTÃO Nº 12, DE 2014
– Não terminativo –

Apresenta proposta de ideia legislativa que dispõe sobre o direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado.
Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela rejeição da Sugestão.
Observações:
Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à nobre Relatora, mas já aviso que o relatório é pela rejeição do projeto.

Eu sei que V. Exª não votaria, não aceitaria a relatoria *ad hoc* ou pediria vista para apresentar outro parecer.

Então, Senadora Regina Sousa com a palavra.

Posso dizer que eu acompanharia também o seu relatório se fosse diferente.

Obrigado pela presença, Senador Pimentel.

Está conosco o Senador Anibal Diniz, sempre Senador da Casa, autor da lei que vai abrir espaço maior para as mulheres participarem da vida pública.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Proposta de Ideia Legislativa nº 20.741, intitulada "Direito de posse de armas a cidadão devidamente qualificado".

Então, vamos ao relatório.

Vem a esta Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa – CDH, para análise, a Sugestão nº 12, de 2014, apresentada no Portal e-Cidadania, instituído pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011, com proposta de ideia legislativa nº 20.742, intitulada "Direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado", que alcançou, no período de 18.02.2014 a 14.04.2014, apoiamento superior a vinte mil manifestações individuais.

A sugestão, de autoria do cidadão André de Carvalho Franco, não vem acompanhada de qualquer minuta ou proposta, limitando-se ao oferecimento das seguintes informações:

Problema: Hoje o CAC ou o cidadão de bem não possui o direito ao porte de armas, mesmo com toda burocracia que se exige para a compra de uma arma.

Exposição: O Estatuto do Desarmamento é totalmente contra o plebiscito, o que demonstra mais interesse ideológico do que vontade do cidadão no mesmo. Desde a implantação desse estatuto, os maiores beneficiários são os bandidos, que obtém armas através das fronteiras e não em lojas sérias.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

Análise.

A matéria em tela é pertinente por subordinar-se à competência desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, nos termos do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sob o aspecto constitucional, a Sugestão nº 12/2014 não fere o disposto no § 4º do art. 60 da Carta Política de 1988 (cláusulas pétreas), não havendo, neste particular, qualquer impedimento para sua tramitação.

No que diz respeito à técnica legislativa, tratando-se de sugestão sem qualquer proposição acompanhando, não se presta ao seu cotejamento com o disposto pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, inexistindo, portando, qualquer reparo.

No tocante a matéria, não obstante, em que pese a Sugestão haver alcançado as vinte mil assinaturas, teceremos alguns comentários, por absoluta pertinência.

No mérito, sugere e requer o autor e seus subscritores, seja concedido a todos quanto se associarem à ideia, devidamente qualificados, o "Direito de porte de armas". E para sustentar sua ideia, o proponente problematiza o atual momento como: "Hoje o CAC ou o cidadão de bem não possui o direito ao porte de armas, mesmo com toda burocracia que se exige para a compra de uma arma".

A leitura isolada da sugestão e sua problematização remete ao entendimento de inexistência de tal direito. Entretanto, não é bem assim.

Permitimo-nos, de antemão, ressaltar que a lei trata de forma diferente a posse e o porte de arma de fogo. Sendo assim, sem a pretensão de prelecionar, mas esclarecer, anotamos que a posse ocorre no interior da residência ou do local do trabalho, desde que seu possuidor seja titular ou responsável legal pelo estabelecimento; o porte, por sua vez, ocorre em local e maneira diversa daquelas, isto é, nem residência, tampouco em local de trabalho.

Após essa delineação, voltamo-nos para a problematização objeto da Sugestão.

Para obter o porte de arma de fogo o cidadão, maior de vinte e cinco anos, deve requerer junto a uma unidade da Polícia Federal, após autorização do Sinarm, devendo apresentar, além do formulário de requisição preenchido, os documentos exigidos, isto é:

a) cópias autenticadas ou original do RG, CPF e comprovante de residência (água, luz, telefone), e declaração, com firma reconhecida do titular da conta ou do proprietário do imóvel, Certidão de Casamento ou de União Estável;

b) declaração escrita da efetiva necessidade, expondo fatos e circunstâncias que justifiquem o pedido, principalmente no tocante ao exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;

c) comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual (incluindo Juizados Especiais Criminais), Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;

d) apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

e) comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, realizado em prazo não superior a um ano, que deverá ser atestado por instrutor de armamento e tiro e psicólogo credenciado pela Polícia Federal;

f) cópia do certificado de registro de arma de fogo;

g) e uma foto 3 X 4 recente.

Para o caçador de subsistência, de igual forma, o cidadão deve comparecer a uma das unidades da Polícia Federal, com o requerimento preenchido, além do dever de atendimento das condições específicas e comprovar que depende de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar.

Portanto, esclarecido está que qualquer cidadão, atendidos os requisitos supra, pode, a qualquer momento, requerer o Porte de Arma de Fogo junto a qualquer unidade da Polícia Federal, inclusive os Colecionadores, Atiradores e Caçadores – CAC, desde que qualificados nos termos dos requisitos acima arrolados, sobretudo, haja necessidade comprovada de portá-la e mediante a prévia autorização do Sistema Nacional de Armas (Sinarm).

É importante seja frisado que o porte de arma de fogo tem natureza jurídica de autorização. Sendo assim, essa autorização é unilateral, a título precário e de caráter discricionário. Em resumo, impõe-se a quem requer, além da apresentação da documentação, a demonstração da real necessidade por decorrência da atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física.

No que tange à exposição a justificar a sugestão que a acompanha, lê-se: "O Estatuto do Desarmamento é totalmente contra o plebiscito, o que demonstra mais interesse ideológico do que vontade do cidadão no mesmo. Desde a implantação desse estatuto, os maiores beneficiários são os bandidos, que obtém armas através das fronteiras e não em lojas sérias".

A afirmação, objeto da exposição, é descabida e destituída de qualquer pressuposto de veracidade. A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, não traz em seu corpo qualquer dispositivo vedando plebiscito, até porque se houvesse, importaria em desrespeito à Carta Política de 1988, e, portanto, eivado de inconstitucional. Traz, sim, no § 1º do art. 35, previsão de re-

ferendo popular para 2005, como não poderia ser diferente, visto que a Lei passou a vigorar em 23.12.2003. O referendo foi realizado em 23 de outubro de 2005, em razão da controvérsia quanto à redação dada ao art. 35, que proibia a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, que entraria em vigor, se aprovado o referendo, a partir da publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral. O dispositivo, todavia, foi rejeitado, mantendo-se legal o comércio de armas de fogo no Brasil.

Quanto ao disposto na exposição in fine, isto é, "Desde a implantação desse estatuto, os maiores beneficiários são os bandidos, que obtém armas através das fronteiras e não em lojas sérias", cuja redação, confusa, possa ensejar o entendimento diverso do pretendido pelo autor, quer de fato afirmar que os criminosos obtêm suas armas de forma ilícita pela fronteira brasileira, já que o Estatuto do Desarmamento estabelece o atendimento de requisitos para sua aquisição em lojas credenciadas e autorizadas a comercializarem armas.

Por certo, os criminosos adquirem essas armas pela via do descaminho, contrabando ou mesmo do apoderamento daquelas na posse de suas vítimas.

Não estamos aqui fazendo uma defesa intransigente do Estatuto do Desarmamento como uma Lei perfeita cujos resultados tenham sido aqueles pensados quando de sua discussão e aprovação por este Poder. Acertos e desacertos são observáveis decorridos quase doze anos desde sua entrada em vigor.

Rememorando, podemos afirmar que a obrigação do registro de armas no Sistema Nacional de Armas (Sinarm) constituiu um avanço, com resultados positivos no controle do fornecimento e acesso às armas legais. Em contrapartida, o número ilegal de armas no País ainda é muito grande, desproporcionalmente maior que as armas legais registradas. Não em razão do Estatuto, mas porque já o era antes da legislação, e mantém-se após sua efetiva vigência, a sinalizar que a entrada de armas ilegalmente ainda está a merecer um maior controle e fiscalização em nossas fronteiras para impedir que ingressem no território nacional via contrabando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como V. Exª é pela rejeição, se pudesse sintetizar...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Acho que a justificativa já foi dada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Até porque a senhora tem um projeto para relatar em seguida, também pela rejeição.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Mas eu acho que o que foi lido já foi suficiente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já situa o Plenário.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – ... para entender.

Vamos à finalização aqui, que é o voto.

Vou ler só o final, para a gente passar para o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Leio o voto.

Assim, finalizamos nossa análise da Sugestão nº 12, de 2014, convictos de que a fizemos com profundidade, respaldados por estudos e o cotejamento com toda a legislação e proposições que visam acréscimos, alterações e até a revogação da Lei nº 10.826/2003, visualizando: por um lado, a desnecessidade de apresentação de nova proposição, visto que a pretensão do autor da sugestão, bem como seus signatários, já encontra abrigo naquelas proposições que tramitam neste Poder; e, por outro, evidenciado que não é no Estatuto do Desarmamento ou na sua antítese, a liberação irrestrita da comercialização e do porte de armas de fogo, que haveremos de encontrar o conforto de uma sociedade pacífica e pacifista, a redução das taxas de homicídios ou mesmo da violência.

A solução, por mais gritante que seja, parece ecoar nas paredes imaginárias dos ouvidos moucos de nossos governantes, ignorando o ressoar das badaladas do sino da falta de uma educação de qualidade, da desigualdade socioeconômica, da tensão social, da falta de políticas públicas eficientes e permanentes de combate à insegurança que, ao término, proporcione a médio e longo prazo uma sociedade mais justa e mais harmônica socialmente, quiçá próxima daqueles países tão citados pelos defensores da comercialização livre de armas e de seu livre porte.

É a análise.

Voto.

Diante dos argumentos exposto, o nosso voto é pela REJEIÇÃO da SUGESTÃO nº 12, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma reflexão aqui a respeito do tema.

Certa vez, antes do Estatuto do Desarmamento, eu participava de uma campanha de desarmamento. Já havíamos recolhido muitas armas, juntamente com a Polícia Militar e a Polícia Civil. Eu, na época, trabalhava

na Secretaria de Trânsito da prefeitura do meu Município e estava na liderança da campanha para recolher as armas. Eu também entendia, naquele momento, que a gente deveria retirar todas as armas, se possível. E eu acho que é o cenário ideal.

Nessa época, Senador, minha filha tinha em torno de três meses de idade. E, numa fatídica madrugada, fui acordado por quatro pessoas que já tinham arrombado o portão da minha casa e estavam tentando arrombar a casa com um pé de cabra, fortemente armados. Eu, recém-casado, com uma filha pequena, fiquei imaginando, naquela situação, o que poderia acontecer. Bem, por força do trabalho, eu tinha porte de arma e tinha uma arma em casa. E foi aquela arma que salvou a nossa família. Eles fugiram, obviamente, quando eu atirei. Mas o que aconteceu? Fiquei sabendo que eles haviam entrado numa casa em outro bairro, barbarizado uma família, amarrado a família, estuprado a dona de casa, e eu não sei o que teriam feito lá em casa.

Então, nessa discussão, eu vejo que esse cenário – lógico que não é objeto do projeto aqui – de não ter armas é o ideal, mas não o possível neste momento. Eu acho que, quando o Estado não consegue dar proteção... Agora mesmo, eu vejo nas ruas do Rio de Janeiro o que está acontecendo... Quando o Estado não dá conta de dar proteção, e a gente ainda tira o mínimo dessas pessoas, e a gente retira... Eu me lembro de que o argumento maior para que as pessoas não tivessem arma era de que aconteceriam acidentes e que aumentaria a violência. É possível. Agora, é uma realidade que, no momento em que a gente se desarma, o Estado não dá nada. "Eu tiro,mas não dou nada!" É cada vez mais necessário a gente, aqui, no Brasil, falar de segurança pública, Senador Telmário, porque nós estamos à deriva em termos de segurança pública. E não estou culpando governo A, B ou C, mas estou falando de uma realidade que nos aflige.

Nos Estados, Senador Paim, já não se consegue... Eles contingenciam as verbas. Nós temos até algumas verbas diretas para a saúde, para a educação, mas não temos para segurança. Nós temos uma isonomia, uma igualdade perversa no Brasil em termos de segurança pública. Do porteiro da empresa ao presidente da empresa, todos estão sujeitos às mazelas da segurança pública. E, neste momento, a gente fica pensando: qual a saída?

Mas é só para ficarmos com esta reflexão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sempre é bom uma reflexão, Senador José Medeiros.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Presidente, só para comentar a fala do Senador José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Regina e, depois, Senador Telmário Mota.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Senador José Medeiros, naquele momento, a arma foi a salvação, mas é porque o senhor é um policial treinado, preparado psicologicamente para usá-la. Acho que, para o cidadão comum, é complicado. A gente tem visto vários exemplos de pessoas que reagem e acabam morrendo. Então, realmente está faltando a saída, mas a saída não é liberar geral o armamento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu, naturalmente, sou a favor do desarmamento, mas a reflexão que o Senador Medeiros traz é pertinente. Por exemplo: no meu Estado, moro a 30km da cidade, na área rural. Vez por outra, uma chácara dali de perto, lá em casa mesmo, tem sido vítima de bandidos e assalto. Isso deixa a família em uma vulnerabilidade absoluta, total e absoluta, porque nem todos os locais, nem mesmo nas cidades, são cobertos pelos meios de comunicação, etc. E é impossível, hoje, a polícia também dar segurança a todas as famílias. Isto é impossível, até porque a quantidade de famílias que há e a quantidade de policiais é discrepante.

Agora, com relação ao treinamento... Quanto à arma em casa, há uma controvérsia: ela pode ser perigosa, se mal usada, se se deixar uma arma municiada, qualquer coisa... Agora, o porte de arma, andar com arma na rua é mais perigoso. É isso que leva a esses bangue-bangues e tiroteios aí. Agora, quanto a se ter arma em casa, acho que é preciso refletir, porque ela acaba sendo, sim, uma proteção. Uma situação como essa do José eu posso dizer que ocorreu na minha própria residência: os ladrões chegaram e tentaram arrombar. Por sorte, o caseiro usou uma espingarda que tinha lá, espingarda registrada, e, com o tiro e tal, espantou os bandidos. Senão, naquele dia, não haveria como, Ninguém sabia o que poderia acontecer. Muitas vezes, matam, estupram e fazem aquelas coisas todas.

Eu só queria também colocar isto, Regina, porque, às vezes, há pontos... Quer ver, se você tira... Por exemplo: em alguns Estados, há uma boa segurança, mas há outros em que não há como. Os Estados são muito diferentes. Nosso País é um continente.

Eu queria só fazer esta colocação, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota.

Em discussão a matéria.

Senador Dário Berger.

Estou aprendendo a colocar esse seu sobrenome, hein!

Em seguida, Senador Hélio José. (*Risos.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É fácil, Presidente. Como sou alemão, é Berger. Se eu fosse de origem francesa, seria Berger.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – É só lembrar-se do piloto de Fórmula 1.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É só se lembrar do Gerhard Berger, que não há erro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E sabe que o Rio Grande do Sul é, principalmente, italiano e alemão. Então, sou obrigado a...

Deixe-me contar esta em um segundo.

Eu fui a uma palestra em que só havia homens e mulheres de cidadania alemã, todos alemães. Antes de mim, falou um parlamentar que era também alemão. Daí, eu disse: "Como faço aqui?" Ele disse: "Fique tranquilo. Vou falar em alemão, e tu não vais entender nada. Eu me comprometo a só vou te elogiar. Depois tu falas, e eu traduzo".

Foi o Deputado Heitor, do PSB. Dou o nome aqui.

E fui aplaudido, todo o tempo, na voz dele. Ele falava, e eu era aplaudido. Então, agradeço aqui, de público, ao Deputado Heitor, do PSB, que é, inclusive, alemão e que fez a tradução para mim. Foi em plena campanha. Estávamos em palanques diferentes, mas no mesmo evento.

É uma satisfação ouvir V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, Presidente, como V. Exª sabe, nós participamos de algumas comissões, e, em determinados dias, se torna muito corrido.

Falo isto para poder expressar aqui a minha justificativa por não estar presente no momento adequado para discutir os temas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª está na maioria das reuniões.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nós, inclusive, participamos de algumas comissões juntos.

Mas, independentemente disto, quero saudar os nossos Senadores que participam ativamente desta Comissão e também fazer, a exemplo do José Medeiros e do Telmário Mota, nossos Senadores, uma reflexão a respeito desse assunto.

Eu também sou a favor do desarmamento, mas, sobretudo, Senador Telmário e Senador José Medeiros, sou a favor do desarmamento dos bandidos, que é onde reside o grande problema do Brasil. Aí é que está o grande perigo.

O que se estabeleceu com o princípio do desarmamento? Desarmar as pessoas que, efetivamente, não são bandidas. E, hoje, o que percebo, no dia a dia, é que as pessoas de bem estão desprovidas de qualquer proteção, inclusive da proteção do Estado, para lhes fornecer a segurança necessária, e também dos instrumentos pessoais, que, ao longo da história do Brasil, fizeram parte dessa cultura. No Rio Grande do Sul, mais ainda. Em Santa Catarina, também isso era muito forte. E essa é uma questão que me causa profundo interesse. Eu até gostaria de me aprofundar mais nesse assunto. Mas o que se percebe é que a população brasileira, de uma maneira geral, está refletindo muito sobre essa questão do desarmamento.

E, pelo que percebi aqui, bem rapidamente, no projeto... Eu queria – não sei se a Relatora pode me esclarecer – que o autor do projeto... É o porte de armas se dá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para ajudar, esse projeto veio do e-Cidadania. É uma proposta da sociedade civil.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E que vem, inclusive...

Aqui, ele alega que teria direito ao porte de armas, se não estou equivocado, o cidadão devidamente qualificado.

Então, esse assunto me interessa, é um assunto polêmico, que vem sendo discutido, de maneira muito intensa, na Câmara dos Deputados, onde, inclusive, um Deputado de Santa Catarina, o Deputado Rogério Mendonça, conhecido como Peninha, é um dos protagonistas principais dessa questão do desarmamento.

Eu, sinceramente, embora não esteja familiarizado exatamente com essa questão, queria pedir licença à Relatora, com toda a desculpa que me é peculiar neste momento, para, se eu pudesse, pedir vista do projeto, para analisar um pouco mais. E me comprometo a retornar a esta Casa com este projeto o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, já que vai ser pedido vista, vamos conceder vista coletiva, para que nós possamos dar celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Fica concedido vista coletiva ao projeto. Mas, assim mesmo, para comentar, o Senador... O Dário Berger comentou agora. O Senador Hélio José está com a palavra. Depois, volta para a Relatora *ad hoc*, para suas considerações finais.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sem dúvida, Senador Paulo Paim, os Senadores que me antecederam, o Senador Berger, o Senador Telmário e Senador Medeiros, têm razão em algumas coisas que eles colocam aqui, nas reflexões, assim como a Senadora Regina. É uma questão polêmica, é uma questão complicada.

Aqui, no Distrito Federal, eu morava em uma chácara. Até certo tempo, eu tinha uma arma. Depois, com a campanha do desarmamento, eu preferi vendê-la. Aliás, vendê-la não, repassá-la, naquela questão de troca gratuita, um incentivo que houve para devolver a arma.

Sinceramente, em uma situação ou em outra, nunca me fez falta. Eu acredito que a posse de uma arma pode levar a mais violência do que não tê-la. Por outro lado, ocorrem situações pitorescas como essa que o meu amigo Medeiros relatou, situação real.

Acho que cabe esta vista coletiva exatamente para darmos uma olhada de forma mais tranquila na questão, que mexe com o nosso povo brasileiro, principalmente com as pessoas que moram em localidades mais distantes, menos protegidas, que acham que, talvez, tendo uma arma...

E há uma questão muito especial com essa situação do "devidamente qualificada". Quero até compreender esse "devidamente qualificada", quero que fique bastante claro para podermos ter uma definição realmente mais cuidadosa a respeito da posição que aqui vamos tomar sobre esse tema relevante para todos nós.

Há o pessoal da bala, que quer arma porque quer arma, há o pessoal do outro extremo, que não quer arma de forma nenhuma, e há o pessoal do meio de campo, cujos argumentos temos que avaliar, que ver todas as facetas, todos os lados. Daí porque precisarmos entender bem esse termo "devidamente qualificada", qual a intenção disso, o que isso significa e qual a extensão que está atingindo.

Para finalizar, quero dizer que sou adepto da posição de que, quanto menos armas, melhor. Acho que, quanto mais difícil for para obter uma arma, menos risco há de um ladrão entrar no recinto para furtar alguma coisa e, de repente, achar uma arma e cometer um crime com ela lá na frente. Mas é importante que isso também não deixe as pessoas tão vulneráveis onde o Estado não consegue dar uma proteção adequada.

Portanto, vamos avaliar com esse cuidado. Não tenho posição fechada. Vamos ver, com a vista, o que podemos avançar nesse projeto.

Era isto que tinha a dizer.

Quero pedir desculpas por ter estado na Comissão de Infraestrutura até há pouco tempo, devido à oitiva do Diretor da ANTT e a uma série de requerimentos, e também na Comissão de Educação e Esportes, onde está havendo um debate importante sobre o esporte feminino e sobre a questão do apoio às mulheres no esporte, e, por isso, ter chegado atrasado aqui, nesta relevante Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª sempre chega em um bom momento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois é. É importante estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª nunca está atrasado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Hélio José. É normal que haja discordância em temas.

Permita-me que eu faça um comentário respeitoso. Ontem, em plenário, inúmeros Senadores tiveram posições divergentes, mas não deixamos de ter uma posição de entendimento da razão de cada um. Quero deixar isto bem claro. Para mim, é uma satisfação enorme estarmos aqui neste momento debatendo também um tema polêmico. Este também é um tema polêmico. E somente o debate é que pode dar luz a nós todos na votação final da matéria.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Paim, com a sua permissão, esse assunto é tão polêmico... Inclusive, há pouco, eu estava comentando com o José Medeiros que eu moro em fronteira. A nossa fronteira é muito vasta. Por exemplo, tanto o Senador Dário como o Senador Hélio disseram que bom seria desarmar o bandido. Claro que isso seria bom e que esse seria o caminho. Só que a arma que o

bandido usa é ilegal e vem pelas fronteiras, e o Estado não tem, hoje, guarnição nas nossas fronteiras a ponto de evitar esse contrabando, que é de alta escala. A gente vê, de vez em quando, as Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil ou Militar prenderem carretas de armas de uso restrito do Exército, das Forças. Então, esse assunto muito polêmico. Com isso, o bandido está sempre armado, está sempre portando uma arma ilegal, e a vida do cidadão está aí, principalmente a casa, o lar... Isto é polêmico.

Parabenizo o Senador Dário por haver solicitado esse pedido de vista, para que a gente possa ampliar um pouco mais, para darmos uma olhada nessa causa.

Muito obrigado.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, permita-me ampliar rapidamente o debate?

Eu acho que não é novidade para nenhum de nós Senadores que um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta hoje, principalmente nas grandes e médias cidades, está relacionado, fundamentalmente, à violência. Inclusive, eu tenho conhecimento de que o próprio Rio Grande do Sul tem sofrido uma onda de violência, de sequestros-relâmpago, etc., sem precedentes na história do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É fato. É real.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O mesmo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vem acontecendo em Santa Catarina. E Santa Catarina tem uma característica toda especial, pois a violência não era o tema principal das ações públicas até recentemente. Mas ela agora tem avançado substancialmente.

Recentemente, assassinaram uma médica em Criciúma, o que causou uma comoção social impressionante naquele Município, porque foi um crime bárbaro praticado por um ainda menor naquela oportunidade, o que é outro tema polêmico que nós vamos ter que enfrentar e discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós vamos ter que enfrentar esse debate.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O ideal também não seria discutir a redução da maioridade penal. O ideal seria que nós tivéssemos um arcabouço adequado de proteção da sociedade, sobretudo de proteção dos nossos jovens e adolescentes, que representam a esperança viva de um futuro melhor, Senador José Medeiros. Mas, infelizmente, a vida segue, o tempo passa, e, ao invés de nós encontrarmos solução para problemas como esse da segurança, o que se percebe é um avanço da insegurança, com pessoas cada vez mais preocupadas em ter mais segurança para poder...

Martin Luther King, recordo-me aqui – a gente vai discorrendo sobre isso e as ideias vão chegando –, sonhava em podermos caminhar às 22h e compartilharmos praças, jardins, calçadas com os nossos filhos. Hoje, a gente percebe que os centros urbanos das nossas cidades, a partir do fechamento do comércio, ficam desertos. Lamentavelmente, a segurança é uma questão que envolve, fundamentalmente, a nossa sociedade e acho que nós Senadores temos uma responsabilidade muito grande.

Aproveito isto para dizer que, de fato, o armamento ou desarmamento, a par de ser polêmico... Confesso para V. Exªs, meus queridos Senadores, que, antes da Lei do Desarmamento, eu tinha porte de arma. Eu sou do interior, onde a arma fez parte do dia a dia de muitas famílias. O meu avô jamais admitiria eu não ter uma arma. Meu pai também teve uma arma. Ter arma era cultural, fazia parte do currículo das pessoas. E esse nunca foi o grande problema da insegurança. O grande problema da insegurança era exatamente outro, era a arma ir para quem, efetivamente, não fazia uso adequado dela.

Lamentavelmente, nós estamos enfrentando esse grande problema, que temos que encarar de frente e com muita responsabilidade.

Portanto, mais uma vez, eu justifico o pedido de vista do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Paulo Paim, o Senador Telmário foi ao X da questão. Nosso País tem milhares de quilômetros de fronteira. Mato Grosso, por exemplo, tem 900km de fronteira aberta com outros países, notadamente países exportadores de armas, narcotráfico, tudo. E o nosso grande problema está na fiscalização.

Veja bem: qual o objetivo dessa lei, quando ela surgiu? Que a gente tivesse uma paz social tremenda, porque as armas seriam retiradas. Mas o que aconteceu? Toda lei "pega" para o cidadão de bem. Porque, se se fizer uma lei agora, todos nós vamos cumpri-la. O cidadão de bem vai cumprir a lei. E funciona muito bem. O País decidiu: "Olha, ninguém mais vai ter arma". Os cidadãos de bem foram lá e devolveram suas armas. Está aqui o Senador Hélio José, que pegou sua espingarda, sua arma, e a devolveu e recebeu quarentão ou cinquentão lá do Governo. Pois bem. Todo cidadão fez isso. A bandidagem fez? Não fez. Mas o objetivo era que os bandidos não tivessem armas. Aí, a pergunta que ficava, o raciocínio, naquela época, era: "Eu não vou ter ama, mas o bandido vai ter!?" "Não, o bandido não vai ter. A polícia vai tomar". A polícia tomou? Não tomou. Então, o raciocínio do cidadão é: "Tomou a minha, mas os bandidos podem? Eu estou desarmado..." E o Estado

não tem condições! Então, a gente precisa começar a refletir sobre como arrumar mecanismos para que esse cidadão fique protegido.

E o termo "qualificar", Senador Hélio José, é muito importante. Isso é fácil. Para que eu venha a adquirir uma arma, preciso passar por aquela bateria de testes, psicológico, de treinamento, e por aí vai, e a loja que pudesse vender arma teria que ter lá o seu setor de qualificação.

O que a gente precisa é discutir, falar sobre o assunto. Lógico que não vamos fazê-lo de forma atabalhoada, mas eu gosto muito de participar desta Comissão porque aqui temos tempo de debater. E tenho certeza de que é do debate que saem as boas ideias.

Então, óbvio, que ninguém quer que a coisa seja feita de forma atabalhoada, dando uma arma para cada um, mas é preciso refletir, porque ou a lei rege todos ou não rege ninguém. Se a lei é só para uma parte da sociedade, então essa lei não serve.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Douglas Cintra estava em outro espaço da Casa, mas, como este é um assunto polêmico, ele quer falar. Então, ele está aqui.

Independentemente de ser ou não da Comissão, é uma alegria enorme recebê-lo aqui, Senador.

Por favor.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente Paim, eu estava acompanhando rapidamente o debate e, apesar de não ser da Comissão, como disse V. Exª, quis ter a oportunidade de vir aqui debater com os senhores.

Eu sou da seguinte linha: eu acho que não devemos estimular o cidadão a andar armado, mas tenho a tese de que é preciso que os bandidos saibam que pode haver alguém que queira se defender e que vai usar da forma correta o seu direito de defesa. Eu acho que o maior problema hoje é que o bandido entra na casa do cidadão de bem sabendo que não vai haver reação.

Não quero, em momento algum, defender o aumento da venda de armas, mas acho que a restrição exagerada faz com que o bandido tenha a noção, a visão de que pode fazer tudo e que não vai acontecer nada.

Antigamente, no interior, eu também sou do interior, mas não só no interior, havia mais cuidado com a invasão de residência, e hoje não há mais, porque eles chegam, principalmente na zona rural, e entram nos ambientes sabendo que não vai haver uma reação de quem está naquela casa.

Então, acho que o tema é muito delicado, exige uma reflexão ampla, mas exige, sobretudo, uma visão de que o que nós queremos no fim é a segurança, a segurança do cidadão de bem, afinal de contas...

Eu até, uma vez, citei uma coisa muito interessante, que eu me preocupava com o simples fato de que o bandido pudesse roubar uma arma. Aí, uma autoridade da área policial me disse: "Mas, rapaz, tanto faz ele roubar uma arma como roubar dinheiro, porque, na hora em que ele rouba dinheiro, ele tem acesso à arma, porque as armas vêm contrabandeadas, e ele tem acesso a ela pelo simples fato de ter o dinheiro".

E o que a gente vê hoje em cidades maiores, sobretudo no Rio de Janeiro, é uma demonstração do poder de fogo que há do lado contra a lei. E se quer, cada vez mais, colocar mais restrições, como, por exemplo, a de que um policial aposentado possa ter arma. Quer dizer, você começa a ver o seguinte: a pessoa passa a vida todinha trabalhando, 30 anos, lutando com o bandido, aí, de repente, o bandido, sabendo que no dia seguinte ao da sua aposentadoria, ele estará desarmado, diz: "Vou pegá-lo na esquina".

Quer dizer, então, cada ação... Apesar da boa intenção de a gente restringir o uso, apesar da boa intenção de desarmar a população, a gente tem que procurar o melhor caminho para dar mais segurança para o cidadão do bem.

Então, Presidente, eu, na medida do possível, quero poder participar, acompanhar, contribuir. Acho que devemos escutar as pessoas que têm a grande experiência na área de segurança, que são as instituições policiais do nosso Brasil, a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal, todas que contribuem para que realmente possamos dar segurança para o cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi a contribuição que deu ao debate o Senador Douglas Cintra.

Senador Dário, alguma consideração?

Então, vamos agora...

Foi pedido vista coletiva, mas, se for o caso, faremos até uma audiência pública, porque o debate sempre é bom, não é, Senador Hélio?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. *Fora do microfone*.) – Seria ideal, Senador Paulo Paim, uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro. É preciso debater amplamente todos os temas, como sempre fizemos nesta Comissão. Se assim os senhores entenderem, é só encaminhar à Comissão requerimento nesse sentido. Marquem a data mais adequada e a gente faz o debate. O.k?

Então, vamos agora voltar à pauta.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2014
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para introduzir critérios democráticos de acesso aos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior.
Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Com a palavra a Relatora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Presidente, eu não vou fazer a leitura do relatório, porque eu recebi uma mensagem do autor, que me pediu para retirá-lo dessa pauta, para ele dialogar comigo algumas questões. Embora eu esteja convencida da rejeição do projeto, é sempre bom dar uma demonstração de que a gente tem disposição para o diálogo.

Então, pretendo retirá-lo de pauta, para dar essa demonstração de boa vontade e dialogar um pouco com ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora! Meus cumprimentos. Dialogar com o Senador Cássio Cunha Lima, Líder da oposição, é uma postura democrática e diplomática. V. Exª tem uma posição muito firme em relação à base do Governo, é uma das Líderes aqui, e não deixou de atender o pedido do nosso Senador Cássio Cunha Lima sobre o tema de educação.

Vamos ao Item 17. Requerimento nº 78, de 2015. Autoria do Senador Telmário Mota.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Quanto ao Item 15, eu dialoguei com o Senador Humberto Costa, autor, e quero subscrever, para ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k. Vamos apreciar, então, o Item, que é também requerimento. O.k.

Então, vamos agora ao Item 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 78, DE 2015
– Não terminativo –

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), destinada a promover consulta às entidades representativas dos povos indígenas do Brasil, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que "institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências", em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989.
Autoria: Senador Telmário Mota
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Concedo a palavra, para encaminhar, ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse projeto que a gente está relatando é de autoria do Senador Cristovam, que entende que o Governo Federal tem que tomar medidas para preservar as línguas, os idiomas dos povos indígenas, nas suas diversas etnias.

Para a gente se fortalecer no conhecimento desse projeto dele, eu solicito, faço requerimento de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a promover a consulta às entidades representativas dos povos indígenas do Brasil para instruir o Projeto de Lei nº 9, de 2008, que institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros e dá outras providências, em respeito ao disposto do art. 6, da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 1989.

Então, a gente elencou a própria Funai, um representante do Ministério da Educação, a Drª Maria Inês, doutorada da Universidade Federal de Minas Gerais, a Drª Altacir Rubin, que é doutora em língua, daqui, de Brasília, e também um representante da Universidade Federal do Estado de Roraima, do meu Estado, do Projeto Iriscam, coisa dessa ordem lá.

Então, eu queria aqui solicitar aos Senadores e às Senadoras que a gente aprovasse esse requerimento para essa audiência, Sr. Presidente, para a gente dirigir essa proposição do Senador Cristovam no sentido de atender essa demanda e ver também o que hoje o Brasil já está adotando que, embora, no meu Estado, quase todas as escolas já tenham professoras da língua-mãe, como é chamada. Vamos conhecer, em nível de Brasil, como está isso, em nível de projeto nacional, em nível de Governo Federal, como é feito com as universidades, como é feito esse intercâmbio.

Por isso é que faço um apelo aos Senadores e às Senadoras para a gente aprovar esse requerimento, para trazer para dentro desta Casa, esta Casa do povo, bem comandada por esse Senador que todos admiram aqui... Por unanimidade, todo mundo quer bater palmas para o Paim aqui. O Senador Paim tem um imã...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A admiração é por todos os membros da Comissão, pode ter certeza.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Ele tem um imã de atração, pela competência, pela dignidade, pela coerência, pela frequência e pelo Parlamentar nato que ele é. Eu tenho tentado bater o recorde dele aqui, mas estamos em uma briga danada, e o Gil, que trabalha comigo, é culpado, porque ele tem que chegar cedo: "Olha, vamos chegar primeiro que o Paim". Mas ninguém consegue. (*Risos.*)

Não consegue. O Senador Paim realmente...

Então, eu queria aqui fazer este apelo, Senador Paim, aos Senadores e às Senadoras para ver se aprovamos esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Depois, eu também vou fazer um apelo aqui para vocês todos. Posso fazer agora?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu só quero acrescentar que V. Exª, se não é o mais atuante, é, sem dúvida um dos mais atuantes aqui... (*Risos.*)

..., nesta Casa, e também um dos mais antigos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza, da Constituinte até hoje estou aqui dentro e não saí.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E, diga-se de passagem, esse é um detalhe importante, porque o senhor ainda não perdeu o entusiasmo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É como se eu tivesse chegado aqui ontem. Eu me sinto assim, sinceramente. Porque gosto do que faço.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, mais uma vez parabéns a V. Exª, por sua atuação, pela acolhida que V. Exª dá aos novos Senadores. Sinto-me muito à vontade e muito feliz de participar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E é um time bom. É um time bom. Pode saber. É um time bom. (*Risos.*)

Não, vou fazer um apelo em seguida aqui. Mas, primeiro, colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou fazer um apelo a vocês agora.

Passamos, ontem, por um momento tenso, difícil para todos nós. Ninguém votou aquilo com amor, mas votou, porque entenderam que, naquele momento, era uma saída. Permito-me fazer este comentário, e o faço de forma muito respeitosa a todos, mas hoje nós vamos votar outra MP onde está embutido o fator previdenciário, que considero a lei mais criminosa – olha o termo que eu vou usar! –, mais pesada, mais grave da ditadura para cá.

Então, eu queria fazer um apelo para que todos trabalhássemos, porque acho que é unanimidade no Brasil ser contra a forma como está hoje o fator previdenciário.

Eu gostaria muito que estivéssemos juntos hoje à tarde. As divergências são naturais, e eu as entendo com a maior tranquilidade. Com quase 30 anos de Casa, passei por momentos complicados, mas sempre respeitando aqueles que pensam de outra forma. Agora, hoje, à tarde, é fundamental, porque alguns acham que poderá haver um movimento de esvaziar o plenário para não votar o fim do fator. Tenho certeza de que estaremos todos lá para garantir a votação do fim do fator previdenciário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª vai colocar em votação primeiro... Porque, sobre esse assunto, eu gostaria também de manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já coloquei em votação e foi aprovado por unanimidade o requerimento do Senador Telmário. Fiz apenas uma consideração rápida sobre o tema do fator previdenciário, porque vamos ter uma grande oportunidade hoje, à tarde, no plenário, e quero que possamos, hoje, todos votar juntos. Com certeza – Senador Donizeti, seja bem-vindo! –, é a grande oportunidade de derrubarmos o fator previdenciário hoje, à tarde, pela proposta que veio da Câmara, que, diga-se de passagem, é a mesma proposta que eu havia apresentado aqui como emenda. O Arnaldo apresentou lá e eu, aqui. Então, está embutido nesta medida, e espero que não haja pedido de votação em separado. Se votar em separado, tenho certeza de que ela será derrubada e incluída novamente.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu voto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, faço este apelo em público. Já sei...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – O Paim já havia me conquistado esse voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sei que na Bancada do PT não há nenhuma contradição quanto a isso. A Bancada também está unificada em relação a, hoje, à tarde, não deixarmos cair o fator previdenciário.

Desculpem-me essa liberdade que tomei, mas faço o registro porque o PDT tem essa posição, o PT tem essa posição, o PMDB me disse hoje que também tem essa posição, assim como o PPS, o PSB, o PSC, todos têm a mesma posição. Então, tomei a liberdade de fazer este comentário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Bem, essa manifestação de V. Exª, na verdade, na minha opinião, é oportuna e importantíssima, principalmente para aqueles que dedicaram sua vida a construir o futuro do Brasil.

Esse tema mereceu destaque na minha campanha de Senador, porque não posso, como brasileiro e, agora, como Senador, Senador José Medeiros, me conformar com essa injustiça de um cidadão que dedicou a sua vida inteira, que trabalhou, que lutou com dignidade para constituir sua família, para educar seus filhos, depois de trabalhar 35 anos, 40 anos, algo semelhante, e que esteja no período da sua justa e legítima aposentadoria ser atropelado por um tal de fator previdenciário criado com o intuito de reduzir o seu poder aquisitivo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Praticamente pela metade. Simbolicamente, podemos dizer isso.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... no momento, Presidente, em que o cidadão mais precisa. Ele já contribuiu para isso! Isso, da forma como estava, não podia continuar.

Vim para cá com o intuito e com o desejo de fazer um projeto de lei. Mandei pesquisar, e, evidentemente, já havia projeto de lei de toda ordem, inclusive de V. Exª. Como existe o ditado de que, na natureza, nada se cria, tudo se copia, a Câmara dos Deputados meio que copiou o projeto de autoria, inclusive, de V. Exª, que é um defensor dos aposentados. E quero me associar a V. Exª, porque quero também ser um defensor dos aposentados aqui, no Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª já é, pelas posições que têm expressado nas nossas conversas.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ..., para que possamos, sobretudo, eliminar essas discrepâncias.

Nós, como homens públicos, temos muitas responsabilidades. Hoje, na pauta, aqui, podemos verificar os temas polêmicos para os quais precisamos buscar o consenso para continuar avançando. Entre eles, quero destacar que a luta permanente pelas diferenças e pelas desigualdades sociais deve estar sempre na mente de nós, Parlamentares. E essa distorção é uma luta para eliminar uma desigualdade extrema, que colocou os aposentados do Brasil em um estado de penúria, e isto precisa ser corrigido.

Eu mesmo, que sou da iniciativa privada, sou um contribuinte da Previdência Geral. Então, se eu tivesse 35 anos ou se completasse 90 anos somando-se o tempo de contribuição e a idade, teria o direito de me aposentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Oitenta e cinco e noventa e cinco.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, eu contribuo... V. Exª sabe que é redundância, mas muitas pessoas que estão assistindo ou que vão assistir à transmissão da reunião...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Confundem.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... vão perceber a realidade.

Então, eu contribuo como empresário e etc., com o teto máximo da Previdência Social. Aí, na hora de me aposentar, o tal fator previdenciário já reduz essa contribuição em 30% ou 40%, mas, como a recomposição do salário dos aposentados, lamentavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não acompanha o crescimento do mínimo.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ..., não acompanha o crescimento do mínimo, o que acontece? Acontece que, em curto espaço de tempo, os aposentados vão passar a ganhar um salário mínimo. Pessoas que já ganharam quatro, cinco, seis, sete, oito salários mínimos, hoje ganham a metade, como V. Exª sabe, e isso, da forma como está, não pode continuar.

Portanto, também estarei no plenário me associando a V. Exª e aos demais Senadores para que possamos corrigir essa grande distorção e fazer com que os aposentados brasileiros tenham a dignidade que merecem, principalmente no final de suas vidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Parabéns, Senador Dário Berger, pelo seu ponto de vista.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Paulo Paim, Senador Berger, sem dúvida, é altamente importante o pronunciamento de V. Exªs. Estaremos juntos nessa causa, com certeza. Vamos votar pela MP que veio da Câmara e esperamos que a nossa Presidenta da República não vete esse artigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse é o apelo que faremos em nome da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Com certeza.

Como servidor público, também estou naquela situação de ter que me aposentar e de não querer viver uma situação tão caótica como essa. Trabalhei muitos anos na Companhia Energética de Brasília, onde tenho fundo de pensão – além de recolher a Previdência, recolhíamos para o fundo de pensão – e hoje me vejo em uma situação até certo ponto complicada por causa da forma de aposentadoria. Por ser uma empresa pública, ela é regida pela CLT, e a forma atual é um tanto quanto complicada. Como, hoje, sou um aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Magno Malta, por telefone, me falou que traria uma visita à nossa Comissão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – É muito prazeroso para nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu tenho recebido todos os segmentos e claro que a receberei aqui, eu dizia a ele, com enorme satisfação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Grande Magno Malta, nosso Senador do Espírito Santo, Deputados, Prefeitos... (*Pausa.*)

Apresenta a galera, Magno! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Magno Malta vai fazer uma saudação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Vou concluir minha fala, mas é importante, primeiro, apresentar o grupo para nós. Depois, passamos a palavra a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Quero fazer um registro. Hoje, pela manhã, foi a Marcha dos Prefeitos, e nós estivemos lá. Não sei se você foi depois, Hélio.

Os prefeitos, de forma legítima, em Brasília, reivindicaram direitos e choraram o sofrimento vivido pelos Municípios. Aliás, este é um momento muito importante que envolve todos nós, independentemente do segmento, empresarial, religioso, profissional liberal. É preciso que entendamos, neste momento que vive a Nação, que o arquiteto, a decoradora ou o decorador tem o mesmo valor do pedreiro, porque, quando a decoradora diz que tem que colocar dois quadros na mesma parede ou uma escultura de um lado e pregar três pregos e pintar de vermelho para combinar com a parede e cobra um valor, não existiria essa parede se não houvesse um pedreiro para fazer o alicerce. Sem alicerce, não tem arquitetura que preste, e o Município é o alicerce. Então, não existe Governo Federal sem... Não existe! O Governo Federal já é o azulejo, já é a torneira. Mas o alicerce está ruindo. O alicerce são os Municípios. Estão desabando as paredes.

Acho que foi muito importante esse momento para nós, que estivemos lá. As reivindicações e as colocações dos prefeitos lá foram muito importantes.

Dentro dessa caminhada dos prefeitos, independentemente do segmento onde você se situe, empresário ou não, político ou não, religioso ou não, estamos recebendo aqui a visita dos Pastores Silas Malafaia e Abner Ferreira, da Assembleia de Deus de Madureira. O Deputado Sóstenes também está nos acompanhando. O Pastor Silas Malafaia é um amigo, um companheiro de luta, neste País, em favor de valores da família. E,

como o Senador Paim é o Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, eu trouxe o Pastor Silas para dar um abraço em S. Exª e, por consequência, nos outros Senadores que aqui estão.

Fico agradecido, Senador Paim, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pastor Silas Malafaia, eu o recebo aqui com enorme satisfação, como recebo todos os segmentos. Na semana passada, presidi a sessão que fez uma homenagem à Rede Vida. Nela falaram vários segmentos, inclusive evangélicos, que usaram a palavra fazendo uma saudação.

Como é de praxe nesta Comissão, passo a palavra a V. Sª para fazer uma saudação à nossa Comissão de Direitos Humanos.

O SR. SILAS MALAFAIA – É uma alegria e um prazer estar aqui com vocês. Já estamos interrompendo e atrapalhando, e eu não gosto de interromper e atrapalhar, mas quero apenas desejar que Deus abençoe vocês e agradecer, Senador Paim, pela sua gentileza. Você tem sido amigo, independentemente de ideologias. Você é um amigo de causas justas.

Que Deus abençoe a todos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu estava com a palavra e queria dizer, Silas, que nós, aqui, somos defensores da família. Achamos que a família é o patrimônio principal da sociedade, nem tanto fundamentalista, nem tanto avançado demais, mas dentro do tempero necessário, porque o tempero brasileiro é excelente. Acho que temos condições de conviver de forma muito adequada.

Parabenizo V. Sª pelos trabalhos que tem feito por este Brasil afora em prol da valorização dos direitos da família.

Muito obrigado.

O SR. SILAS MALAFAIA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador. V. Exª falou em nome do Plenário.

Muito obrigado, agradecendo a todos, volto a palavra ao Senador...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Dando continuidade, então, essa questão do fator previdenciário é altamente preocupante.

Somos base do Governo. Tivemos, ontem, uma dificuldade muito grande para votar aquela matéria. Havia o compromisso de vetar a questão com relação ao abono, o que fez com que alguns de nós votassem de forma diferenciada na questão. Esperamos, hoje, e vamos apoiar a votação da MP 665 conforme está vindo da Câmara, aprovando, então, consequentemente, esse meio-termo também para a iniciativa privada do 85/95, que isso não seja, na Presidência da República, vetado e que possamos realmente avançar em uma questão que, pelo menos, minora os efeitos tão negativos do fator previdenciário.

Acho que temos que continuar debatendo esse tema, porque é realmente uma questão de lógica, como a questão da terceirização. Não vamos permitir... Todos podem pedir, mas não vamos abrir mão de defender que a atividade-fim não seja precarizada, que não aumentem os acidentes e que não tenhamos trabalhadores ganhando a metade do que ganham hoje, porque vai ficar um troca-troca sempre para ganhar menos e para precarizar o serviço. Da forma como veio, não vamos apoiar aqui. Ontem, demos um voto de confiança votando assim ou assado na questão do Governo, o que, queira ou não queira, traz alguns desgastes para nós todos, mas não tenho dúvida de que, nessa questão do fator previdenciário, estamos todos juntos.

Eu queria, só para finalizar, Senador, dizer que sou membro da CMO e que tenho que me retirar. Se houver algum item com necessidade de quórum e com possibilidade de ir a voto, eu queria que ele fosse o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fique tranquilo, porque só tem o requerimento da Senadora Regina. Em seguida, vamos encerrar a reunião.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Então, posso sair.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já votamos todas as matérias não terminativas, entendendo que poderemos fazer um esforço concentrado não digo na semana que vem, porque teremos um feriado que vai complicar um pouco a nossa vida, mas na outra semana, para votarmos os terminativos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos ao Item 15.

ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72, DE 2015
– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação do Cais José Estelita, localizado no município de Recife.
Autoria: Senador Humberto Costa e outros

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É o Requerimento nº 72, de 2015.

Nos termos do inciso II do art. 93, combinado com o inciso III do art. 104-A, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para discutir a situação do Cais José Estelita, localizado no Município de Recife, Pernambuco, com os seguintes convidados...

Aí ele lista aqui os convidados. Não é preciso ler. São pessoas envolvidas na questão urbana.

Na verdade, é um assunto que acontece em quase todas as grandes cidades. As pessoas conseguem os empreendimentos para mudar a parte arquitetônica e urbanística do local, mas não ouvem as pessoas que ocupam aquele local. Foi aprovado o empreendimento, derrubaram todos os armazéns para fazer uma coisa necessária, bonita, mas não dialogaram com os donos, com os que habitavam lá, e eles conseguiram embargar a obra. Então, depois que foi tudo destruído, a obra foi embargada. Não há mais como. Tem que dialogar para ver o que fazer com eles e para continuar o empreendimento. É importante ouvir a Prefeitura, os representantes das pessoas que moravam ou que tinham negócios por lá... E eu subscrevi o texto porque na minha cidade está acontecendo praticamente a mesma coisa em relação a esses projetos.

Eu queria pedir aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação.

Os que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Só informo que o Item 11, a Sugestão nº 8, foi retirado a pedido do Senador Cristovam Buarque. Há também alguns projetos do Senador Magno Malta, que pediu que não os apreciássemos hoje, e eles, então, serão votados na outra semana.

(*São os seguintes os itens a que o Sr. Presidente se refere:*

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar.
Autoria: Deputado Neilton Mulim
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatório: Pela Rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.
– Em 10/12/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).
Observações:
Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

– Em 26/03/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, DE 2013
– Terminativo –

Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.
– Em 16/04/2014, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2014
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.

ITEM 11
SUGESTÃO Nº 8, DE 2014
– Não terminativo –

Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha.
Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela apresentação de requerimento de criação de Subcomissão Temporária, no âmbito da CDH, para que a Sugestão continue sendo examinada pela Subcomissão.
Observações:
Tramitação: CDH.
– Foram realizadas seis audiências públicas para instrução da matéria, nos dias: 02/06; 11/08; 25/08; 08/09; 22/09; e 13/10, todas no ano de 2014.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73, DE 2015
– Não terminativo –

Requer a realização de audiências públicas, em número de duas ou mais, se necessário, para discorrerem e debaterem sobre o Projeto de Lei do Senado, número 470, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família.
Autoria: Senador Magno Malta)

Assim, eu diria que nossa reunião cumpriu seus objetivos.

Vou para o encerramento, mas, podem ter certeza de que eu vou falar do fator previdenciário 24h por dia, se necessário. Espero que a Presidenta não vete. Tenho certeza de que o Plenário vai aprovar hoje. Se ve-

tar, nem que eu volte a ter que fazer vigília aqui... "O velhinho está quase de cabelos brancos..." Mas vou fazer vigília para derrubar o veto. Enquanto não derrubar o veto, não saio daqui de dentro.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Pode ter certeza de que vamos ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa é a minha vontade. Espero que a saúde ajude! Se houver veto, mas espero que não haja.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Somos todos aposentados em potencial, não é, Senador Paim?

Eu queria deixar o registro aqui, Senador Paim, porque se fala muito em corrupção, mormente da classe política, de que hoje, na Suíça, o FBI, a polícia norte-americana, prendeu vários dirigentes da FIFA, entre eles alguns brasileiros. Eu queria fazer este registro aqui para notarmos que a corrupção está impregnada em todas as instâncias. Recentemente, tivemos a Copa do Mundo, e falava-se muito nisso. O Senador Romário, inclusive, falou que seria o maior roubo do mundo. Bateu muito a respeito da FIFA. Ele vinha acusando esse cidadão que hoje está preso, e ele não foi preso nem pela polícia brasileira, para dizer que foi aqui. Ele foi preso pela polícia norte-americana.

Então, fica este registro. Acho que está certo: roubou tem que pagar!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador José Medeiros.

Eu queria só, terminando, agradecer muito a presença dos seguintes Senadores e Senadoras que estiveram conosco hoje: Senadora Regina Sousa, Senador Donizeti Nogueira, Senador Telmário Mota, Senador Humberto Costa, Senador Dário Berger, Senador Hélio José, Senadora Marta Suplicy, Senador José Medeiros, Senador Eduardo Amorim, Senador Pimentel, Senador Anibal Diniz, ex-Senador, e Senador Douglas Cintra.

Está encerrada a reunião. Vamos lá, porque hoje, à tarde, no plenário, vamos, de uma vez por todas...

Como foi pedido, Senador Dário Berger, eu vou repetir, porque essa questão existe mesmo: 85 e 95 são a soma. A mulher se aposenta com 55 anos e 30 de contribuição. Essa soma dá 85.

V. Exª disse que seria bom que eu esclarecesse, e eu já vi que grande parte da população não domina esse assunto.

E 95 equivale a 60 de idade e 35 de contribuição. Somando os dois, dá 95. Se a mulher, por exemplo, só como exemplo, começou mais cedo, tudo bem: se ela tiver 31 de contribuição, ela se aposenta com 54; se ela tiver 32 de contribuição, aposenta-se com 53. Com o homem, a mesma coisa: se ele tiver 36 de contribuição, aposenta-se com 59. Então, quem começou a trabalhar mais cedo, claro, será beneficiado de forma indireta, merecidamente.

Então, há um apelo, eu sei, muito grande dos Deputados e Senadores, porque sei que será aprovado. Aquela ideia que alguns tiveram aí, das almas perdidas, eu diria – e não vou nem dizer se foi daqui ou dali –, de que seria bom esvaziar o plenário não acontecerá. Estou convicto disso.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC. *Fora do microfone*.) – Tem que fechar as portas. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nem que tenha de fechar as portas. E vamos votar.

E vamos todos fazer um apelo, em nome do Congresso, para que não haja veto. Se houver veto, compete ao Congresso derrubar o veto, porque é a terceira vez que o Congresso vota pelo fim do fator previdenciário.

Está encerrada a reunião.

Que Deus ilumine a todos!

(*Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.*)

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e oito de maio de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Magno Malta, Telmário Mota, Hélio José e Eduardo Amorim. Registra-se a presença dos Deputados Federais Eros Biondini, Silas, Flavinho, Marco Feliciano e do Vereador de Cascavel-PR, Rômulo Quintino. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 24, de 2015-CDH, de autoria do Senador Magno Malta, para "Instruir a Sugestão nº 15, de 2014, que Regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra, nesta ordem:

Fernanda Takitani, Professora e Pesquisadora do Observatório Interamericano de Biopolítica; Hermes Rodrigues Nery, Professor, Diretor da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família; Prof. Dr. Thomaz Gollop, Representante do Grupo de Estudos do Aborto – GEA; Lenise Garcia, Professora do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília – UnB e Presidente do Movimento Brasil sem Aborto; Padre Berardo Graz, da Comissão em Defesa da Vida da Regional Sul 1, da CNBB; Jolúzia Batista, Representante da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto; Lia Zanota Machado, Antropóloga da Universidade de Brasília – UNB; Sandra Valongueiro, Especialista no tema. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Rubenita Lessa, advogada, Piauí; Eleutéria Amora, Diretora da Associação Brasileira de ONGs; Luis Eduardo Girão, do movimento pela vida e não violência; Maria das Neves Coordenadora de Juventude da UBM; Nazareno Feitosa, Representante do Movimento Brasil Aborto Zero; Cíntia Barenho, Marcha Mundial de Mulheres; Luiz Bassuma, autor do Estatuto do Nascituro; Ana Liesi Thurler, Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Entorno; Kátia Batalha; Deputado Marco Feliciano; e Deputado Flavinho. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Às dez horas e cinco minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Telmário Mota. Às dez horas e dezoito minutos o Senhor Presidente Telmário Mota devolve a presidência. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Magno Malta e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 34.ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 55.ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento n.º 24, de autoria do Senador Magno Malta e de outros, para instruir a Sugestão n.º 15, de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez dentro das 12 primeiras semanas de gestação pelo Sistema Único de Saúde.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e, também, do *Alô Senado,* por meio do número 0800-612211.

Nós convidamos, para este debate, oito convidados. Nós vamos fazer duas mesas e vamos, por ordem de chegada, convidar já para a Mesa os quatro primeiros convidados. Primeiro, a professora e pesquisadora do Observatório Interamericano de Biopolítica, Drª. Fernanda Takitani; seja bem-vinda Drª. Fernanda. Chamamos também o Professor Diretor da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, Sr. Hermes Rodrigues Nery. Convidamos também o Prof. Dr. Thomaz Gollop, representante do Grupo de Estudo do Aborto– GEA; seja bem-vindo também, doutor. E convidamos, por fim, para esta primeira Mesa, a professora do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (UnB) e Presidente do Movimento Brasil sem Aborto, Profª Lenise Garcia. Essa é a composição da primeira Mesa.

Sejam todos bem-vindos. Vamos dar aqui as nossas palmas aos nossos convidados da primeira Mesa. (*Palmas.*)

Eu vou fazer uma introdução do tema, e eu confesso que normalmente eu não leio, antes de apresentar aqui, porque eu sempre peço isso à Consultoria da Casa para aqueles que estão assistindo à nossa reunião tomarem conhecimento do que vai ser o debate. E faço essa introdução, que peço sempre que seja uma introdução técnica e não tomando posição, porque não compete aqui ao Presidente da Comissão tomar essa ou aquela posição, e, sim, suscitar o bom debate para os eleitores.

Então, vamos fazer, aqui, a apresentação, sabendo que vai haver a participação dos internautas, enfim daqueles que estão assistindo à TV Senado e ouvindo a Rádio Senado.

Senhoras e senhores, voltamos a nos reunir em audiência pública para debater a Sugestão Legislativa n.º 15, de 2014, a SUG 15, como é conhecida. Quero dizer que uma SUG dessas, quando chega a esta Comissão, vem acompanhada de 20 mil assinaturas, e, então, inicia-se o debate sobre o tema.

A SUG 15, como é conhecida, propõe regular a interrupção voluntária da gravidez dentro das 12 primeiras semanas de gestação pelo Sistema Único de Saúde.

Já mencionei, na audiência pública anterior, mas acho importante reiterar, que a SUG 15 foi apresentada por uma cidadã ou um cidadão comum, por meio do sistema e-Cidadania do Senado Federal, e recebeu o apoio de mais de 20 mil pessoas, porque só com este apoio ela poderia dar entrada nesta Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa. É diferente, explico, para quem queira apresentar um projeto de lei, porque, neste caso, desde que seja uma entidade de caráter nacional, mostrando os documentos dessa entidade, pode apresentar projetos de lei: vem para este Presidente, indico o Relator, e começa a tramitar em nome da sociedade.

Bom, com o auxílio da internet, a participação popular vem crescendo no Legislativo, o que ajuda a aperfeiçoar nosso sistema democrático. Digo isso antes de iniciarmos as discussões de hoje.

E, aqui, eu gostaria de esclarecer o teor da sugestão que ora vamos debater. Desde já, peço não confundam detalhamento com posição. Na condição de Presidente desta Comissão, como eu já disse na audiência do dia 5, não me compete, neste momento, expressar posição e, sim, coordenar o debate.

Como eu ia dizendo, a SUG 15 propõe regular a interrupção voluntária da gravidez por meio do SUS até a décima segunda semana. Mas em que condição isso poderia ocorrer? Essa é a parte da sugestão legislativa que vamos aqui debater profundamente.

Repito, primeiro de tudo, a SUG 15 propõe que o procedimento de interrupção de gravidez seja considerado um ato médico; é a proposta desta SUG. Portanto, apenas um profissional de Medicina poderia praticá-lo. Além disso, todas as instituições do SUS estariam obrigadas a oferecer esse procedimento desde que estivessem aptas a realizar a tal interrupção. Por outro lado, os profissionais de saúde poderiam declarar objeção de consciência à prática do aborto, comunicando este fato ao diretor da unidade hospitalar. Estariam eles, assim, isentos de realizá-la.

De acordo com a SUG 15, também, a lei definiria condições técnico-profissionais e administrativas adequadas, de modo a permitir às usuárias do SUS a interrupção voluntária. Isso incluiria uma equipe interdisciplinar para informar à gestante sobre a natureza e os riscos do aborto, bem como sobre as alternativas a esse procedimento, tais como programas sociais de apoio financeiro, ou a possibilidade de entregar a criança nos moldes de adoção, o que hoje é permitido.

Outro item da proposta é a existência de uma equipe interdisciplinar para oferecer apoio psicológico e social à mulher, de maneira a ajudá-la a superar esse momento que atravessa. Esse apoio visaria também a assegurar que a gestante poderia decidir de modo informado, consciente e responsável se, de fato, deseja interromper a gravidez. Após cinco dias para reflexão, a gestante é que tomaria a decisão se realmente deseja interromper a gravidez. Em caso afirmativo, ela apresentaria um consentimento, informando e ratificando sua decisão por escrito, e, a partir daí, um médico ginecologista efetuaria o procedimento solicitado.

Finalmente, qualquer interrupção voluntária da gravidez, realizada fora das condições propostas na SUG 15 permaneceria ilegal. A proposta busca, assim, evitar que o procedimento de interrupção da gravidez venha a ter um fulcro comercial.

Enfim, feitos esses esclarecimentos, quero, agora, falar um pouco sobre a primeira audiência que aqui realizamos. Quero, em especial, agradecer pelo alto nível do debate, com a participação de inúmeros convidados. Num evento que demorou em torno de cinco horas, as discordâncias se manifestaram sempre de maneira cordial, ainda que veemente entre as partes favoráveis e contrárias ao aborto voluntário. Foi uma aula, eu diria, de bom viver e uma boa aula de democracia. Um debate produtivo e que, sem dúvida, muito ajudará a Senadoras e Senadores a formarem suas convicções, para, depois, então, decidirem sobre o assunto.

Apesar das divergências, a reunião foi propositiva, com inúmeros pontos de convergência, em que todos falaram que o princípio da vida é um princípio que todos asseguram. Aí, vai o princípio da mãe e também o do filho.

Pareceu-me unânime o entendimento de que as mulheres são grandes vítimas de uma sociedade machista, que não oferece apoio adequado à gestante, inclusive, durante a gravidez.

Também pareceu claro que, no contexto machista em que vivemos, os homens não são vistos como responsáveis pela gravidez e, por isso, não são cobrados da mesma forma que as mulheres.

Enfim, desejo aqui igualmente sublinhar a questão das estatísticas sobre o aborto. Na última audiência, houve muitas informações conflitantes em relação aos números sobre o aborto. Durante o evento, a nobre Senadora Regina Sousa chegou mesmo a citar uma guerra de números e que o bom seria que os números fossem muito transparentes e realmente verdadeiros. Independentemente das estatísticas, peço que o debate se faça no mesmo nível da última vez.

Informo que o Relator da matéria é o Senador Magno Malta. E, mais uma vez, repito que a primeira indicação foi para a Senadora Marta Suplicy, que recebeu a SUG, fez um estudo e devolveu; e o segundo que estava solicitando era o Senador Magno Malta.

Eu adoto um sistema aqui, independente de qual seja o projeto: os primeiros três que se inscrevem ficam na fila para receber a relatoria, porque as indicações não são políticas, não são partidárias, não são ideológicas. Todos os Senadores têm direito a expressar seu ponto de vista. Bom, e se cair para ele relatar, como é no Supre-

mo Tribunal Federal, onde não é o ministro que escolhe o que vai relatar; ele participa de uma organização e, se cair para ele, ele relata. E, aqui, no caso, para deixar bem claro que não houve preferência por um ou outro Senador. Quem primeiro tinha solicitado, recebeu, e a segunda solicitação recebeu também.

Enfim, aqui, encerramos essa rápida introdução e vamos ao debate. Sei que os telespectadores e os internautas querem ouvir os nossos convidados. Então, a partir dessa rápida introdução, vou seguir a ordem que está colocada aqui.

O Prof. Thomaz apenas pediu, porque ele gostaria de dar uma olhada depois, com calma, nesse balanço introdutivo, inclusive do que foi debatido na última reunião. Então, tem cópia para ele e para qualquer um que assim solicitar.

Professora e pesquisadora do Observatório Interamericano de Biopolítica, Professora Fernanda Takitani, está com a palavra por dez minutos com mais cinco.

A SRª FERNANDA TAKITANI – Bom dia a todos. Agradeço a presença de todos aqui e agradeço ao Senador Paulo Paim.

Bom, diante da brevidade do tempo, já vou começar minha apresentação sem mais delongas. Na verdade, vim tratar do tema do aborto como ferramenta de controle populacional, que é um aspecto que poucas pessoas têm apresentado diante de toda essa discussão a respeito da liberação ou não do aborto no nosso ordenamento jurídico.

Começo já falando... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tecnologia é tecnologia, mas ela sempre falha quando a gente mais precisa. (*Risos.*)

A SRª FERNANDA TAKITANI – Tudo bem, vou seguindo em frente enquanto não chega a solução.

Eu gostaria de começar reportando-me a um fato que ocorreu nos Estados Unidos, na década de 50, que foi a formação do conselho populacional, uma organização fundada por John Rockefeller III, pensada a partir de uma preocupação com o crescimento da população em nível mundial.

O Rockefeller III imaginava que o crescimento descontrolado da população mundial, sobretudo, nos países de Terceiro Mundo, era um risco à paz mundial, e era um risco mesmo às relações internacionais. Assim, achou por bem criar um organismo que se dedicasse a tentar controlar esse crescimento.

Ele foi fundado em 1952 e tem a preocupação de um aumento da população em âmbito mundial, sobretudo nos países de Terceiro Mundo.

A primeira providência que esse conselho tomou foi de criar pesquisadores e criar linhas de pesquisas propícias para que esse fenômeno pudesse ser observado. Então você teve um *boom*, no caso de estudos demográficos, porque os recursos humanos precisavam ser formados para entender essa questão.

Num primeiro momento, então, ele desenvolve atividades nessa área, e já, de início, recebe o apoio de uma fundação bem conhecida aqui no Brasil, que é a Fundação Ford, que desenvolveu muitos trabalhos aqui no Brasil.

Eu vou citar um estudo do Dr. George Martine, um artigo chamado "O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil".

Vejam que eu não estou falando nada tirado da minha cabeça. Estou citando um artigo acadêmico que trata do início dos estudos demográficos no Brasil.

Diz o Dr. George Martine:

Na década de 50, a percepção de que uma explosão demográfica global estava por ocorrer, devido aos níveis de crescimento dos países pobres, gerou um súbito interesse público pelos temas populacionais.

Para ajudar a convencer o público e os políticos da necessidade de tais políticas, e para implementá-las eficazmente, foram direcionados recursos vultosos para a formação de recursos humanos em demografia e temas conexos, assim como para a geração de dados e a análise dos mesmos.

Então, quem gerou esses dados a respeito da bomba demográfica, quem analisou esses dados – é bom a gente ter em mente, por conta até da discussão que houve nesta mesma Comissão na audiência passada – foram pessoas que já estavam com uma agenda, que já estavam tentando controlar o crescimento populacional.

E aqui ele faz uma pergunta:

O que tem tudo isso a ver com o desenvolvimento dos estudos populacionais no Brasil? Muito! Tudo! De alguma maneira, a maioria de nós que trabalhamos na área de população somos produto e beneficiários da preocupação (quase paranoia) nascida em torno à explosão demográfica.

Eu recomendo muitíssimo que, depois, as pessoas que têm interesse procurem essa bibliografia. Essa minha apresentação está toda recheada de citações bibliográficas, porque eu tenho até um receio de afirmar o que estou afirmando sem ter algo com que sustentar. Então, há várias afirmações aqui que podem parecer, num primeiro momento, escandalosas, mas são todas elas retiradas de artigos, de estudos. O mundo inteiro

tem grupos que estudam essa questão. Então, há um vasto material relacionado a essa dinâmica entre controle populacional e aborto.

Continuando. Paralelamente a essa atividade de início da ciência de estudos demográficos, o conselho populacional do John Rockefeller também faz uma outra atividade: ele participa ativamente de atividades de lóbi junto ao governo americano.

Essas atividades acabam tendo um resultado, porque, em meados da década de 60, com a aprovação do Relatório Kissinger, aquilo que era a visão do conselho populacional e, em última instância, a visão do Rockefeller vira a visão do governo americano a respeito do crescimento populacional.

A partir daí, você começa a ter operações do governo americano através do financiamento de campanhas para contracepção, aborto, principalmente em países que eram considerados críticos. São países de Terceiro Mundo com grande população: o México, o Brasil, a Nigéria, a Índia, a Colômbia.

Nesses países, a USAID, que é a agência americana para ajuda humanitária, operou de uma maneira muito constante e profunda, desenvolvendo um ambiente propício para o aborto.

Como se dava essa operação? Nas palavras do diretor do escritório para população da USAID, o Reimert Ravenholt, se dava da seguinte maneira: "Através da administração de serviços gerais do governo dos estados Unidos, compramos mil *kits* de regulação menstrual". Esses *kits* nada mais são que um método chamado método de Karman, que é um método de "limpeza do útero" – entre aspas – quando se está com algum atraso menstrual e antes de se fazer um teste de gravidez. Então, se você tem até duas semanas de atraso, caso você desconfie que esteja grávida, você vai lá e faz o método de, entre aspas, "regulação menstrual" e, por óbvio que o seu período menstrual retorna, porque você, na prática, performou um aborto.

É esse tipo de *kit* de regulação menstrual que o Ravenholt afirma numa entrevista que a USAID comprava.

Rapidamente fornecemos algumas centenas destes aparelhos para obstetras, ginecologistas e pesquisadores colaboradores, escolhidos de muitos países, dentro do Programa Internacional de Pesquisa em Fertilidade.

Veja, ele está falando que o programa é de pesquisa. No entanto, essa ação me parece muito prática, a ação de entregar *kits* de aborto.

Ele continua falando:

Dentro de algumas semanas o retorno deixou claro que os kits de regulação menstrual estavam trabalhando muito bem. Encomendei mais dez mil kits. Cada kit podia ser usado muitas vezes. Tenho uma amiga, obstetra e ginecologista na Malásia, que, usando um só kit, com algumas reposições de canaletas, conseguiu realizar 6.800 interrupções de gravidez.

O *link* da entrevista está aqui. Quem quiser ter acesso, depois eu passo essa bibliografia e todas essas citações.

Aconteceu, no entanto, um problema, do ponto de vista da USAID e dos promotores do aborto, porque, em 1973, foi aprovada uma emenda chamada Emenda Helms, nos Estados Unidos. A Emenda Helms proibia dinheiro americano, dinheiro das agências americanas, para financiar aborto em outros países.

Então, a USAID ficou, de uma certa maneira, engessada dentro dessa estratégia de disseminação do aborto em nível internacional.

Qual foi a solução que encontraram?

Foi fundar uma outra instituição, uma organização privada chamada Ipas (International Pregnancy Advisory Services), um serviço internacional de aconselhamento sobre a gravidez. Justamente quando você tem a Emenda Helms, em 1973, no mesmo ano eles fundam o Ipas, para dar continuidade ao trabalho que a USAID agora estava impossibilitada de fazer por conta da emenda.

O trabalho do Ipas era basicamente o de avançar a agenda do aborto. Eu vou citar aqui agora um artigo da década de 80 a respeito da ajuda estrangeira, da ajuda americana para o exterior sobre o aborto. Ele vai falar do que ele ouviu de um ex-membro do Ipas.

Eu fiz uma tradução livre, está em inglês. Depois, na citação, há a íntegra do artigo:

Nossa política é de quanto mais o aborto é ilegal, mais atrativo nos é, do ponto de vista do Ipas, pois é uma necessidade. Já que é ilegal, é uma necessidade colocar o aborto naquele país. Se é legal, outras organizações podem cuidar disso. Atualmente, [continua o pesquisador], o trabalho do Ipas está presente em três áreas.

Quais são essas três áreas?

Provendo empréstimos para estabelecimento de clínicas de aborto. [Caso o médico tenha interesse ou caso algum empreendedor tenha interesse em montar uma clínica de aborto, o Ipas dá empréstimo para isso.] Segundo, manufaturando equipamentos para aspiração a vácuo [equipamento para performar aborto outra vez], tendo como finalidade a venda para outras organizações, como a Pathfinder e a IPPF.

Infelizmente, por conta do tempo, eu não vou ter possibilidade de entrar mais a fundo nas atividades dessas duas outras fundações internacionais que atuam aqui no Brasil.

Só a título de curiosidade, a Pathfinder atua aqui no Brasil e foca suas ações sobretudo no Nordeste. Por quê? Porque o Nordeste é o lugar em que você tem mais problemas, do ponto de vista deles, com o crescimento demográfico. Então, é onde você precisa, de fato, disseminar o aborto, mais do que nas outras regiões, porque eles consideram que o crescimento da população nordestina é um perigo. É um perigo para as relações internacionais.

E, voltando: a terceira maneira com que o Ipas trabalha a questão do aborto é provendo serviços diretos de aborto.

Aí continua o Donald Warwick em artigo escrito no começo da década de 80:

Sua estratégia nesse terceiro front, é a de identificar médicos que estão interessados em aborto, sendo ou não legal, e, então, ajudá-los a iniciar os serviços. O Ipas está agora dando apoio a clínicas em cerca de 20 países, incluindo México, Brasil e Indonésia, onde o aborto é ilegal.

Então, na década de 80, segundo Donald Warwick, existiam médicos no Brasil que estavam performando o aborto com o apoio do Ipas, mesmo que isso fosse ilegal.

Bom, esse é basicamente o trabalho do Ipas.

A partir de determinado momento, dessa expansão do aborto, principalmente em termos de infraestrutura, criação de clínicas, e em termos de recursos humanos médicos – capacitação de médicos para que eles conheçam as técnicas de aborto, contato com os médicos que estejam interessados em fazer aborto, a despeito da ilegalidade da ação em seus países –, essas fundações se depararam com um problema.

Qual era o problema?

As metas que eles tinham colocado para o estancamento do crescimento populacional não foram atingidas. Cerca de 40% da diminuição pretendida eles conseguiram com o Ipas, USAID e algumas outras ações, mas o resto não estava funcionando. As mulheres continuavam querendo ter filhos, as mulheres continuavam dizendo "não" ao aborto.

Portanto, no final da década de 70, é traçada uma nova estratégia para que se consiga manter o controle populacional tal qual esse conselho formado pelo Rockefeller deseja.

Qual foi essa estratégia?

A estratégia era criar uma abordagem sociológica, uma abordagem que utilizasse muito mais atores das ciências sociais – antropólogos, sociólogos, pesquisadores nas áreas comportamentais de Psicologia – do que, ...

(Soa a campainha.)

A SRª FERNANDA TAKITANI – ...basicamente, colocar médicos para fazer o aborto. E é onde começa a agir a Fundação Ford de uma maneira mais presente aqui no Brasil.

Aqui tem um relatório chamado "Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil". Nesse relatório, feito em 2005, se não me engano a Fundação Ford fala que foi ela que operou o marco histórico na trajetória do campo de estudos feministas. Foi através de um financiamento da Fundação Ford, que é essa fundação que tem como meta controlar o avanço do nascimento, controlar o avanço das populações de Terceiro Mundo, que se criaram basicamente as principais bases do movimento feminista aqui no Brasil.

Tudo isso, eu estou citando *ipsis litteris;* está no relatório. O relatório tem mais de 200 páginas, eu acho que vale a pena a leitura.

Fala também de outros programas que a Fundação... Há um programa de direitos humanos dentro da Fundação Ford. Esse programa foi o responsável, por exemplo, pelo projeto de pesquisa que resultou no livro chamado *Direitos Tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*.

Esse livro é um marco no movimento feminista e no movimento que advoga o aborto, a liberação do aborto.

Há um outro relatório que eu acho interessante também citar, que é o relatório da Fundação MacArthur, chamado *Lessons Learned,* feito em 2003, comecinho dos anos 2000.

E o que esse relatório fala?

Esse relatório está tentando mostrar quais são os motivos pelos quais a Fundação MacArthur operou no Brasil, em primeiro lugar, com quem a Fundação MacArthur operou e por que a Fundação MacArthur achava que era hora de sair do Brasil.

Nesse relatório, ela vai falar de todas essas ONGs e fala, justamente, que um dos campos prioritários da Fundação MacArthur no Brasil é esse, página 11:

A criação e a sustentabilidade de um marco legal [uma lei] que permita às mulheres o acesso aos serviços de que necessitam, inclusive o aborto, e que permita às adolescentes suprir suas necessidades de saúde sexual e reprodutiva.

A Fundação MacArthur quando saiu do Brasil em 2002 imaginou – na verdade, foi a leitura que ela fez da realidade à época – que estava tudo pronto para implementar uma norma legal no Brasil que descriminalizasse o aborto, que permitisse o aborto; por isso ela saiu. Mas, antes de sair, a Fundação MacArthur fez algumas doações para algumas ONGs que ela considera de capital importância, de importância estratégica dentro da luta que a Fundação MacArthur, a Fundação Ford, o Conselho Populacional, o Rockefeller, enfim, têm para abrir brecha para que o aborto seja implantado no Brasil – sempre lembrando que o foco era sempre o controle populacional.

Algumas dessas ONGs vou colocar; vou ter que passar...

Financiamento final da Fundação MacArthur, dinheiro para CFEMEA. Eu acho que todos aqui conhecem a CFEMEA, que atua basicamente no acompanhamento das atividades legislativas em Brasília. Ela tem dado assessoria ao Congresso de uma maneira geral. Se não me engano, tem um escritório aqui dentro das dependências do Congresso também. A CFEMEA foi uma das instituições que recebeu dinheiro para implementar uma agenda abortista segundo o que a Fundação Rockefeller está pedindo através do Conselho Populacional.

A Rede Feminista de Saúde também implementou um organismo que aparelhou os conselhos de saúde e fez com que fosse mais fácil aprovar o aborto, principalmente este tipo de aborto em que eles tentam pressionar pela judicialização do problema. Então, levam casos para o juiz. A anencefalia, à época em que a Fundação MacArthur escreveu esse relatório, não tinha sido incluída, mas já se vê ali que não foi por acaso, pois havia todo um projeto, havia dinheiro do exterior envolvido...

(Soa a campainha.)

A SRª FERNANDA TAKITANI – ... para que esses casos fossem levados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A SRª FERNANDA TAKITANI – ... para o Judiciário, de modo a forçar o Judiciário a aprovar cada vez mais brechas para o aborto.

Você tem a Cunhã, que também é uma rede feminista, um grupo, uma ONG feminista que está no Nordeste.

Lembram que eu falei da Pathfinder, que visou a ações no Nordeste porque a população nordestina estava crescendo demais, e eles achavam que aquilo era uma fonte de insegurança para os interesses internacionais. Então, precisava focar no Nordeste, e a Cunhã faz o trabalho dela no Nordeste e é um polo, é uma rede que faz parte de um polo regional, ela, entre aspas, "dá uma direção regional ao movimento pró-aborto no Nordeste".

A Ecos que faz, basicamente, materiais, eu acho que todos aqui devem ter ...

(Soa a campainha.)

A SRª FERNANDA TAKITANI – Mais um minuto, por favor?

Com a Ecos, que faz materiais relacionados à educação sexual e também defendendo o que eles chamam de direito reprodutivo da mulher, que a gente sabe que é o direito ao aborto.

E, por último, o GTPOS, que foi uma das primeiras ONGs que fez acordos com a Fundação MacArthur aqui no Brasil, recebe dinheiro vindo dos Estados Unidos desde a década de 80 para disseminar direitos reprodutivos e uma educação sexual que não foque na família, para os adolescentes.

Por último, através dessa análise e de tantos outros dados que conhecemos, que estudamos e que fazem referência a tantos outros também, chega-se à conclusão de que o chamado direito das mulheres ao aborto nada mais é do que uma estratégia criada para levar a cabo um controle populacional pretendido por organizações, como as Fundações Ford, MacArthur, Rockefeller, entre outros.

Agradeço a atenção e agradeço o tempo concedido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Professora e pesquisadora Fernanda Takitani, do Observatório Interamericano de Biopolítica.

De imediato, passamos a palavra ao Professor Hermes Rodrigues Nery, Diretor da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família.

O SR. HERMES RODRIGUES NERY – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado; Drª Fernanda Takitani, Dr. Thomaz Gollop, Drª Lenise Garcia, membros da Mesa, prezados senhores, estamos de volta a esta Casa Legislativa, novamente no Senado, para mais uma vez fazer a defesa da vida desde a concepção, que é a proposta do Movimento Legislação e Vida, da Diocese de Taubaté, fundada por nosso Bispo Dom Carmo João Rhoden. Há dez anos, junto com outras entidades e grupos, especialmente a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, que aqui representamos nesta audiência pública, inúmeras vezes vimos ao Congresso Nacional para trazer informações aos Parlamentares, exortando-os a decidirem em favor da vida e da família, cujo combate pela vida tem-se intensificado a cada dia, conforme São João Paulo II expôs

em sua memorável Encíclica *Evangelium Vitae*, dizendo que há um combate de mentalidades, cujo drama tem-se agudizado em nossos dias, um conflito entre a cultura da morte a cultura da vida.

Existe uma crise profunda da cultura, uma conjura contra a vida, com circunstâncias dramáticas e terrificantes, que tornam por vezes exigentes até o heroísmo, as opções de defesa e promoção da vida. A vida humana tem um valor sagrado, que deve ser respeitado e salvaguardado, em todas as circunstâncias, desde a concepção até a morte natural.

A questão do aborto é a ponta do *iceberg*. Sabemos que há um holocausto silencioso, vitimando milhares de seres humanos, a cada dia, em todas as partes do Planeta: vidas ceifadas ainda no ventre materno, do modo mais cruento e doloroso, pois o inimigo de Deus tem sede do sangue inocente.

Estamos todos, na realidade, presos pelas potências que, de modo anônimo, nos manipulam, como afirmou Bento XVI. Essas potências que atuam de modo anônimo têm expressão nos centros privados do poder, em grandes fundações internacionais, na vasta rede de ONGs feministas, que defendem os direitos sexuais reprodutivos, em agências da ONU, em tantos governos locais, como aqui o Governo brasileiro, cumprindo agenda desses organismos, agenda antinatalista e antifamília, agenda do Foro de São Paulo, dos partidos políticos de esquerda, especialmente o PT, que expulsou dois Parlamentares deste Congresso Nacional, Luiz Bassuma e Henrique Afonso, por não aceitarem essa ideologia inumana e terem sido a voz dos nascituros indefesos nesta Casa de leis.

Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados, quando aqui estive, em dezembro de 2013, disse que as fundações internacionais usam as ONGs para seus fins de forma mais pragmática. Fazem isso aqui no Brasil agências da ONU, Fundação MacArthur, Fundação Ford – a lista é enorme. Acabamos de ver agora há pouco. Fazem ingerência em nosso País, e o Governo brasileiro apoia e repassa recursos para essas ONGs, sob orientação da Secretaria de Política para as Mulheres, recursos para os fins de aborto e tudo mais.

Mais uma vez, afirmamos que isso deve ser, sim, motivo de se abrir a CPI do aborto para ver quem está sendo beneficiado, quem está recebendo para trabalhar contra a população brasileira. Tudo isso tem uma história bem documentada, mas ainda conhecida por poucos. Trata-se de um processo por etapas.

Primeiramente, até como já foi dito agora há pouco, desde os anos 50, o período chamado planejamento familiar, um eufemismo de anticoncepcionismo, com programas gestados em países desenvolvidos, nos centros privados de estudo e pesquisa sobre demografia e população.

Depois, essa fase foi superada para introduzir uma nova estratégia, que chegou aos dias de hoje e está aí com a chamada ideologia de gênero, o conceito chave da reengenharia social e anticristã, para subverter o conceito de família. É importante lembrar aqui uma publicação na revista *Science*, em dezembro de 1967, de Kingsley Davis, Diretor do Centro Internacional de Pesquisas Populacionais e Urbanas da Universidade da Califórnia, em Berkeley, que chamou a atenção para uma nova estratégia muito mais sutil e sofisticada para a eficácia da cultura da morte e para que o aborto acabasse sendo aceito, com menos resistência, como meio mais eficaz de controle populacional.

Para isso, seria preciso desconstruir a linguagem, os relacionamentos familiares, a reprodução, a sexualidade, a educação, a religião e a cultura, entre outros. Para ele, a técnica de limitação demográfica, concentrada no fornecimento de anticoncepcionais, com programas patrocinados por organismos de saúde pública, não seria eficiente para influir na maioria dos determinantes da reprodução humana. O neomalthusianismo, que está aí até hoje na agenda de gênero e ecologismo da ONU, aparece também em Davis, quando se refere às metas de crescimento zero como objetivo final, com a ideia de que qualquer ritmo de crescimento, se contínuo, acabará por esgotar a Terra. Isso é uma falácia.

Para Davis, naquela época, o controle demográfico era ainda inaceitável para a maioria das nações e para a maioria das comunidades religiosas atinentes. Então, como fazer para viabilizar o controle no tamanho da família? Para que os casais no seu próprio interesse controlem automaticamente a população, em benefício da sociedade, na ótica da referida agenda?

As ideias de Davis foram operacionalizadas pela Fundação Ford, num documento chamado "Saúde Reprodutiva – uma Estratégia para os Anos 90". Um *site* de Davis foi captado e, a partir dos anos 70/80, mais ainda nos anos 90, depois das grandes conferências internacionais da ONU, tornou-se esse movimento cultural e político global, com força econômica e tecnológica para pressionar governos e instituições pelo desmonte da família.

A própria IPPF acatou as ideias básicas contidas no trabalho de Kingsley Davis, e, depois, a orientação geral de todas as agências envolvidas com planejamento familiar, demografia e aborto passou a seguir cada vez mais ostensivamente as linhas gerais das recomendações de Kingsley Davis. Seria preciso para ele, então, influir na consciência, manipular as consciências, colonizá-las ideologicamente, neutralizando as resistências a essa agenda que insiste no aborto provocado como um dos meios mais seguros de controlar a reprodução e

garantir não apenas a redução dos índices de natalidade, como também a pulverização e atomização da própria estrutura familiar.

Foi, então, preciso responder à questão: por que as mulheres desejam tanto filhos, e como se pode influir sobre esse desejo?

Isso não era só uma questão tecnológica. A tarefa do controle populacional, então, torna-se simplesmente a invenção de um instrumento que seja aceitável.

Então, Sr. Presidente, a cultura da morte passou a ser também uma política de educação. Foi a partir de Davis que Adrienne Germain, sua aluna, percebeu que era preciso uma estratégia de longo prazo, a partir da educação.

Nenhuma compulsão poderá ser usada porque o movimento está comprometido com a livre escolha. Porém, filmes sobre sexo, pôsteres, histórias em quadrinhos, conferências públicas, entrevistas e discussões são permitidos. Estes proporcionam informações e, supostamente, modificam os valores. Aí está a crise profunda da cultura, o combate de mentalidades em que a questão do aborto está inserida.

Considera-se que o esforço foi coroado de êxito quando a mulher decide que deseja apenas um determinado número de filhos e emprega um anticonceptivo efetivo. Por isso, os meios de comunicação de massa, as escolas, não só públicas, fazem todo um trabalho de colonização das consciências. É a doutrinação ideológica, para que haja uma aceitação da cultura da morte sem que as pessoas se deem conta de que estão sendo manipuladas e agindo contra o que naturalmente elas jamais fariam se não estivessem sendo condicionadas culturalmente a isso.

E, para tais objetivos, tais ideologias visam mesmo ao controle de seres humanos. Daí, a nova forma de totalitarismo. Foi o que sugeriu Kingsley Davis, mudanças suficientemente básicas para afetar a motivação de ter filhos. Seriam mudanças na estrutura da família, no papel das mulheres e nas normas sexuais.

Era preciso o controle da motivação pela sociedade, para que o aborto pudesse ser praticado sem remorsos de consciência. E fazem tudo isso também com várias retóricas que fazem parte dessa agenda. Por exemplo, também, a da defesa ambiental, da paz e dos direitos humanos, pois o mandamento ecologista de controlar a natalidade para salvar o Planeta é próprio do paradigma do desenvolvimento sustentável.

Ora, não é o assassinato de milhões de inocentes o maior ataque à paz e aos direitos humanos? Esta cultura da morte é a perversão dos próprios direitos humanos, pois o primeiro e principal de todos os direitos humanos é o direito à vida desde a concepção.

E, agora, essas agências da ONU com essas ideologias, estão fazendo pressão cada vez mais, promovendo eventos. A própria Unesco, a Religions for Peace, a Aliança de Civilizações, todos juntos fazem pressão também junto à Igreja, intensificando os esforços por essa agenda.

Al Gore, por exemplo, propôs um rigoroso controle de natalidade em nível mundial, sob o pretexto de preservar os recursos do Planeta. A organização inglesa Optimum Population Trust propôs universalizar o controle obrigatório da população dizendo: "A cada U$7 em anticoncepcional, evita-se a emissão de uma tonelada de CO_2". Outra grande falácia.

E tudo isso com a retórica de combater a pobreza, quando, na realidade, Sr. Presidente, membros da Mesa, prezados senhores, querem é combater os pobres, especialmente nos países subdesenvolvidos, e condená-los ao subdesenvolvimento, pois essas agendas da ONU estão de todas as formas, em todas as partes. As fundações, todas elas, até onde não deveriam estar, investindo pesado e pressionando, para que a moral cristã seja flexibilizada, para não haver mais nenhuma resistência a esse projeto de reengenharia anticristã da sociedade.

E aí, para concluir essa minha colocação, Sr. Presidente, demais membros da Mesa, quero lembrar também...

(Soa a campainha.)

O SR. HERMES RODRIGUES NERY – ...da situação dos países desenvolvidos que adotaram essa agenda. Olha lá a realidade dos países desenvolvidos, hoje, que adotaram essa agenda. E que hoje o movimento lá fora é muito grande por buscar reverter as legislações abortivas, pelos efeitos perversos, desumanos e de desagregação social de uma agenda que, comprovadamente, não garante desenvolvimento humano e social.

Pelo contrário. A crise atual dos Estados Unidos, que legalizou o aborto em 1973, da Europa e mesmo do Japão, em que o aborto é legalizado desde 1949, e de tantos outros países desenvolvidos, mostra o equívoco dessa agenda, que aceita o aborto como estratégia de controle populacional – o aborto químico, a pílula abortiva. Tudo isso, que é terrível.

Por quê?

Por cometer o assassinato de seres humanos inocentes e indefesos e, também, por causar danos à saúde da mulher, principalmente pobre e negra; violentá-la como pessoa humana. Trata-se de estratégia de liquidação da família e que nós temos o dever de rechaçar, pois a família é a primeira e principal instituição humana.

E mais: a ideologia laicista, que visa a minar a moral cristã, está impregnada na agenda das agências da ONU, das fundações internacionais e das forças políticas do internacionalismo de esquerda. E tais organismos e grupos sabem da força civilizatória do cristianismo; do cristianismo como promotor da liberdade, da liberdade com responsabilidade e compromisso com a vida; do cristianismo como força promotora do verdadeiro desenvolvimento humano e social, que começa na estrutura natural da família, constituída por homem e mulher, aberta à fecundidade.

É o que reconhecem os mais sérios especialistas da atualidade, que dizem que é na erosão do casamento e da família, como afirma o Dr. Mitchell Pearlstein, que está a raiz do declínio, do desempenho educacional e econômico das crianças norte-americanas, criadas em famílias desestruturadas, principalmente nas famílias monoparentais.

Pearlstein argumenta que a fragmentação da família não só inibe o crescimento normal e a educação das crianças, mas também tem o efeito deletério sobre a economia em geral. Ou, ainda, um estudo publicado na revista *Demography*, de Molly A. Martin, estima que 41% da desigualdade econômica entre 1976 e 2000 foram decorrentes da alteração da estrutura familiar.

Portanto, essa agenda antinatalista e antifamília e essa agenda antivida não são promotoras do desenvolvimento humano e social.

O que fazer diante disso?

Há muitas iniciativas que podem e devem ser feitas, principalmente no campo da educação, em todos os níveis, para vencermos a batalha em favor da vida e da família.

Mas, no campo legislativo, temos aí o Estatuto do Nascituro em tramitação e outros projetos de lei nesse sentido. Estivemos aqui, apresentamos ao Senador Magno Malta, para que, pela Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, possa encaminhar a PEC pela Vida, para que nós possamos resistir à cultura da morte, afirmando a cultura da vida, explicitada no Texto Constitucional, no art. 5º da Constituição Federal, a inviolabilidade da vida humana desde a concepção.

Isso, a exemplo do que já fez a Hungria e vários Estados do México. Até alguns dos Estados Unidos deliberaram sobre essa questão, como o Estado de Colorado, Dakota do Norte, Tennessee, por exemplo.

Portanto, temos uma viva esperança de ver aprovada a PEC pela Vida em nossa Carta Magna, porque o ser humano já é pessoa e já possui dignidade desde o primeiro instante, com a concepção.

Podemos vencer a cultura da morte e afirmar a cultura da vida a partir dessa decisão, nesta Casa de leis.

Por isso, caro Presidente, Senadores, Senador Magno Malta aqui presente, e os demais podem ter a certeza de que uma das tarefas mais nobres, em meio aos tantos desafios de hoje, consiste em permanecer firmemente ao lado da vida, encorajando aqueles que a defendem e edificando com eles uma verdadeira cultura da vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Diretor da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, Prof. Hermes Rodrigues Nery.

Eu quero, agora, oficialmente, registrar a presença do Relator, Senador Magno Malta, a quem o Plenário cumprimenta aqui, como tem feito com todos os Senadores. (*Palmas.*)

Também está conosco aqui o Deputado Eros Biondini, o Deputado Silas Câmara e o Vereador Romulo Quintino. Sejam todos bem-vindos. (*Palmas.*)

Dois Deputados e um Vereador.

Passamos, de imediato, a palavra ao Prof. Dr. Thomaz Gollop, representante do Grupo de Estudos do Aborto (GEA).

O SR. THOMAZ GOLLOP – Bom dia a todos. Deixem-me só fazer o parto de um fio aqui. Muito bom.

Muito obrigado pelo convite, Senadores Paulo Paim e Magno Malta, senhoras e senhores.

Eu vou fazer uma pequena apresentação minha, não por vaidade, mas para terem uma ideia do contexto no qual eu trabalho, que vai do Hospital Albert Einstein, em São Paulo, Centro de Ensino e Pesquisa, onde estou há 44 anos; Faculdade de Medicina de Jundiaí, no setor de Ginecologia. Ou seja, eu lido, no interior de São Paulo, com mulheres do SUS e, no Hospital Pérola Byington, que é um excelente centro de formação de ginecologistas. É um hospital exclusivamente voltado para a formação de médicos ginecologistas no SUS.

E fiz, na Universidade de São Paulo, mestrado, doutorado e livre docência. Isso me ensinou a ser muito cauteloso e muito cuidadoso, Senadores e presentes, com as informações. Uma informação extremamente importante é que, em Medicina, em cinco anos, tudo se reformula. Eu não uso mais quase nada, sem ser fazer parto, daquilo que eu aprendi na Faculdade de Medicina.

Vou dizer que, em sã consciência, ninguém é a favor do aborto. Começamos por aí. A mídia tem o hábito de procurar para entrevista: "A senhora é contra o aborto? O senhor é a favor do aborto?". Isso não existe. Em sã consciência, ninguém é a favor do aborto.

Mas eu vou mudar um pouco o foco da discussão, que não está centrada exatamente em populações, mas, sim, nas mulheres. O que nos preocupa, individualmente, é a vida e a saúde da mulher, que está em jogo, sim, nesse processo.

O primeiro ponto é exatamente evitar a gravidez indesejada.

E como isso é feito?

Com planejamento familiar e com anticoncepção de emergência, da qual se fala muita abobrinha, infelizmente, porque a anticoncepção de emergência, a pílula do dia seguinte, tem um mecanismo absolutamente conhecido de função. A pílula do dia seguinte evita a gravidez. Esse é o princípio básico de sua utilização, e é assim que nós, ginecologistas, a utilizamos.

Como é que ela funciona?Ela é dada com uma dose única de hormônio, 1,5mg de levonorgestrel, até cinco dias da relação sexual. Qual é o mecanismo de funcionamento? Ela suprime a ovulação. Ela evita que a ovulação ocorra e modifica as propriedades do muco do colo, interferindo na passagem do espermatozoide, de maneira que não há fecundação. Ela interfere na ovulação, na migração dos espermatozoides e na sua capacidade de sobrevida, e não interfere na implantação do ovo fecundado. Se, por um acaso, a gravidez ocorrer, a pílula do dia seguinte não interfere na sua manutenção.

Vamos lá mostrar isto: não há ovulação, o ovo não fecundado permanece no ovário e se modifica o muco do colo, impedindo a passagem do espermatozoide. É assim que funciona a pílula do dia seguinte. E é por isso que o Conselho Federal de Medicina, na sua Resolução nº 1.811, fala claramente que a anticoncepção de emergência não provoca danos para a saúde e não interrompe a gravidez, podendo ser utilizada em todas as etapas da vida reprodutiva da mulher. Ponto final. Acabou-se. É assim que funciona a pílula do dia seguinte, com base em ciência, não em achismo.

Qual é o problema da mortalidade materna? O que é morte materna?

É a morte de mulheres que ocorre em decorrência do ciclo gravídico puerperal. No Brasil, o abortamento inseguro é a quinta causa de morte de mulheres e, de fato, infelizmente, em Salvador, é a primeira causa de morte materna.

Vejam dados citados por ciência, não por achismo: nos países desenvolvidos, morre 1 em cada 100 mil mulheres por aborto inseguro; e, nos países em desenvolvimento, essa taxa é 1 para 100. Aí é que reside o drama: na mulher, notadamente, as mais pobres e, primordialmente, as negras.

Internações no SUS por Abortamento, pesquisa do Prof. Mário Monteiro e Leila Adesse, "Magnitude do Abortamento Induzido por Faixa Etária e Grandes Regiões", publicado em 2013. O SUS tem 205 mil internações, das quais 154 mil ocorrem por abortamento induzido – dados do SUS.

Segundo pesquisa do Prof. Mário Monteiro. de fato e felizmente, as taxas de abortamento estão caindo, em grande medida, pelo uso do misoprostol e se concentram, na faixa entre 30 e 39 anos, 62 mil casos em 2013; de 20 a 29 anos, 93 mil em 2013. Pelas estimativas, o número de abortamentos induzidos, de 15 a 49 anos, de fato está caindo. O limite superior é em torno de 850 mil, e o inferior, 680 mil. Isso significa que, estimadamente, nós temos 700 mil abortos/ano, dados de 2013.

Agora, eu vou contar história de Parlamento conhecida.

Em outubro de 2013, quando funcionava uma comissão de reforma do Código Penal, nomeada pelo Senador José Sarney, eu tive a oportunidade de ter uma audiência com o Senador Sarney, trazido pelo falecido Governador Divaldo Suruagy. Ao sentar na cadeira que todos conhecem, marrom, grande, de madeira, na sala de audiências do Senador Sarney, ele me recebeu dizendo o seguinte: "Doutor, eu sou contra tudo o que o senhor pensa. Já vou lhe adiantando que eu sou católico apostólico romano, e, portanto, nós temos uma divergência de opiniões". Eu disse: "Muito bem, Senador. Nós vivemos em um país democrático, e opiniões divergentes são absolutamente aceitas. Mas me diga uma coisa: o senhor acha que a mulher que faz um aborto deve ir para a cadeia?" "Não, doutor, cadeia não!" Eu disse: "Mas é isso que diz o Código Penal".

Então, o que ocorre é que a maior parte da população não conhece sequer como funciona o Código Penal vigente, e o Código Penal vigente condena a mulher de um a três anos de cadeia quando ela faz um aborto. Ou seja, nós teríamos que colocar 700 mil mulheres na cadeia para fazer essa lei funcionar.

Felizmente – e eu digo isso em público –, essa lei não funciona. Felizmente! Uma em cada cinco mulheres de 18 a 39 anos já provocou aborto no Brasil. Esse é um trabalho da antropóloga Débora Diniz, uma brilhante pesquisadora que vive aqui em Brasília.

Por serem inseguros, os abortos arriscam a vida e a saúde das mulheres, notadamente as negras e as mais pobres. É obrigatório que todo brasileiro tenha visto o filme O Crime do Padre Amaro, baseado no livro de Eça de Queiroz, porque ele retrata com brilhantismo o que acontece no Brasil hoje com a saúde das mulheres que se veem defrontadas com uma gravidez indesejada.

Qual é o número estimado hoje?

Trezentas mortes maternas por ano em função de abortamento inseguro. Aproximadamente uma mulher por dia morre em função de aborto inseguro. Os senhores estão vendo que a minha preocupação é com a saúde pública, com a saúde da mulher. Eu não estou me referindo a populações, embora nós saibamos que, de, em média, seis filhos por mulher na década de 70, nós estamos hoje em 1,7. Não há nenhuma política no País que esteja promovendo redução de nascimentos. Pelo contrário, com as projeções, nós vamos ter mais idosos dependendo da Previdência e menos jovens trabalhando.

Nós temos um problema, Senador, previdenciário, em função da mudança do perfil demográfico no Brasil. Isso é que precisa ser pensado. Ninguém aqui está promovendo diminuição de nascimentos. Não se trata disso.

A lei do aborto é ineficaz. Ela contenta determinadas correntes que não têm a menor ideia do que, em termos de saúde pública, ocorre no País. Eu presto aqui uma homenagem triste a jandiras e elisângelas, às mulheres que morreram... (*Palmas.*)

Agradeço as palmas, inclusive de quem não pensa como eu, porque aqui nesta sala ninguém haverá de levantar a mão, feliz, pelo que aconteceu com essas duas mulheres no Rio de Janeiro. E é isso que está em jogo. É sobre isto que nós estamos falando: sobre mortes de mulheres em condições péssimas de atendimento, porque elas não têm condições de ter o filho naquele momento. É este o ponto: nenhum homem, ninguém, é capaz de decidir por uma mulher ter um filho, porque filho, minha gente, é um projeto de vida, é um projeto afetivo.

O Brasil está em quarto lugar, em uma escala decrescente de 189 países, sobre mortalidade materna. É uma vergonha! No Brasil, nós somos um dos campeões em morte em função do ciclo gravídico puerperal. Só ficamos atrás da Guatemala, da África do Sul e do Iraque em guerra. Esse dado está publicado na Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. A ilegalidade do aborto não coíbe a sua prática, e perpetua as iniquidades socioeconômicas em que é realizado. São especialmente as mulheres em condições menos favorecidas aquelas que se submetem aos riscos da prática do aborto realizado em condições precárias. Esse é efetivamente o problema.

Agora, eu vou mostrar um dado publicado que é inacreditável, porque essa pesquisa foi feita no serviço do Prof. Marcelo Zugaib, que é titular na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, na cadeira de Obstetrícia, e é absolutamente avesso a qualquer forma de abortamento. Foi publicado em 2013 e compara mulheres com aborto provocado *versus* aborto espontâneo.

O que se encontrou nessa pesquisa feita da periferia de São Paulo? Aborto provocado, periferia de São Paulo, 2013. Mulheres com companheiro, 81%; com atividade de trabalho, 63%.

Por favor.

Católicas, 72%. Trabalho feito na periferia de São Paulo pelo Departamento de Obstetrícia da Faculdade de Medicina da USP.

Quero chamar a atenção para uma revista publicada neste mês, *Família Cristã*, que faz uma publicação sobre saúde pública: "Mulheres, aborto e indiferença". Eu tenho vários números dessa revista comigo. Mostra trabalhos científicos, e é interessante ler essa matéria.

Muitíssimo obrigado.

Terminei antes do tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Esse foi o Professor Thomaz Gollop, representante do Grupo de Estudos do Aborto (GEA), que ficou exatamente no tempo com que se comprometeu, de dez minutos, e teria uma tolerância de mais cinco.

Passamos a palavra, de imediato, a palavra à Professa do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília, UnB, e Presidente do Movimento Brasil sem Aborto, Profª Lenise Garcia, também pelo mesmo tempo dado aos outros convidados.

A SRª LENISE GARCIA – Obrigada.

Também vou estar mais perto da tela, porque acho que assim é mais fácil falar.

Agradeço o convite e sem mais delongas...

Antes de começar, eu quero colocar que não fiz uma cópia do meu diploma, mas também sou formada pela USP e sou doutora pela Universidade Federal de São Paulo.

E vamos falar aqui de ciência.

O aborto, colocado nessa SUG, regula a interrupção voluntária da gravidez, esse eufemismo, até as 12 semanas. Com 12 semanas – aqui, uma figura de livro –, já tem olho, orelha, costas, baço e, inclusive, se for uma menina, útero.

Então, é interessante que aquelas mulheres que dizem ter direito ao seu útero pensem que sua filha também tem direito ao seu e que com, 12 semanas, ela já tem o seu útero.

Bem, eu vou basicamente fundamentar a minha fala em duas perguntas que foram feitas, até repetidamente, na audiência passada, a que eu tive a oportunidade de assistir, em parte presencialmente em parte pela internet. Perguntaram: "O que vocês querem?" Vocês, nós, que somos contra a aprovação deste projeto de lei.

O que nós queremos? Eu vou tentar responder isso brevemente.

Depois: "Qual é o fundamento científico para dizer que a vida começa na fecundação?"

Vou, também dentro da área da Biologia, explicar quando a vida começa.

O que nós queremos?

A escolha me parece que vem sendo colocada de uma forma equivocada. A escolha é colocada assim: "A gente precisa do aborto legalizado, porque temos o aborto clandestino. Então, para escolher entre o aborto clandestino e o aborto legalizado, eu fico com o legalizado". É isso o que nos tem sido dito.

Mas eu penso que a nossa escolha é entre o aborto e a vida. E é isso o que procuramos: a vida – a vida da criança e a vida da mulher. A vida da mãe e do filho. É isso o que nós queremos. A vida do filho e da mãe.

Aqui, eu exemplifico com uma figura de uma criança nascida nos Estados Unidos, sobrevivente com menos de 500g. É o terceiro menor bebe nascido no mundo! Em inúmeros dos países ditos desenvolvidos essa criança sequer teria ido para uma UTI. Essa criança teria sido descartada mesmo tendo nascido viva, porque tem menos de 500g e tinha 20 semanas.

Então, como podemos pensar em abortar uma criança como essa. Temos de trabalhar pela vida; é isto o que a ciência nos permite cada vez mais: trabalhar pela vida, trazer à vida crianças, mesmo aquelas que nasceram muito pequenas.

Fala-se em redução de danos. Então, eu vou trazer um outro exemplo de redução de danos. Nós tivemos há pouco tempo aqui em Brasília um assalto. Na verdade, era um caixa automático de banco, em um *shopping*, que foi explodido pelos assaltantes. Só que os assaltantes não sabiam usar dinamite e, por isso, fizeram uma explosão muito maior do que era necessária para pegar o dinheiro. Eles acabaram até estragando a clínica que fica em frente ao lugar em que eles explodiram esse caixa eletrônico.

Eu pergunto: devemos solicitar às autoridades que façam uma cartilha para ensinar os assaltantes de caixa eletrônico como usar a dinamite, para que eles deixem de usar a dinamite em excesso e deixem de causar danos além daqueles que estão previstos? Isso seria uma política de redução e danos.

Não! Eu penso que não é por aí. Penso que devemos evitar que aconteça o crime. Não podemos simplesmente diminuir os danos que esse crime provoca. Não faz nenhum sentido!

Qual é a redução de danos no caso do aborto?

Um primeiro ponto que acho fundamental destacar é que não existe aborto sem morte. O aborto é morte, por definição.

A mortalidade materna no Brasil é realmente muito alta, mas nós precisamos dizer que é alta por falta de pré-natal. Não é o aborto clandestino que influi significativamente nesse número. As nossas mães estão morrendo de pressão alta – basta ver os dados do SUS. A grande causa de mortalidade materna é pressão alta. Depois, entram causas cardíacas, e, em relação ao aborto clandestino, não chegam a 100 por ano as mortes maternas em decorrência do aborto, isso há já muitos anos. Isso é dado do SUS, é dado oficial.

Então, me explique o que é isso de redução de danos. Para a criança que está sendo morta não existe redução de dano absolutamente alguma, seja esse aborto clandestino ou seja o aborto feito dento da aparente legalidade.

E qual é a escolha da gestante?

Eu penso que também é importante ter em conta isso. Tem sido colocado como se a escolha fosse ser mãe ou não ser mãe. Ela pode escolher, ela tem de poder escolher se vai ser ou não mãe. Eu concordo plenamente que essa é uma escolha da mulher antes de ficar grávida: ela pode escolher entre ser mãe e não ser mãe, porque, depois que fica grávida, ela escolhe entre ter um filho vivo e ter um filho morto.

É essa a escolha que, de fato, o aborto coloca para as mulheres.

E aquelas que escolhem o aborto – e já vamos ver que essa escolha não é tão escolha assim –, mas as que escolhem nesse sentido não fazem uma escolha livre. Oitenta por cento dos abortos são decididos por homem, e esse é um dado de pesquisa também. Dizer que é uma escolha da mulher, não! É o namorado, o marido, o companheiro que a abandona...

Muito bem. O Dr. Fonteles falou aqui na audiência passada da "Maria do Abandono", que precisávamos de uma lei que realmente comprometesse os homens com as gravidezes que eles provocam, pois nenhuma mulher fica grávida sozinha.

E, muitas vezes, ela é pressionada, é levada ao limite. Temos um exemplo também muito real. O caso do goleiro Bruno, que engravidou a moça e quis obrigá-la a abortar. Ela não abortou e acabou sendo ela morta por ele, exatamente porque ele não queria assumir esse filho.

Então, a mulher é colocada muitas vezes em uma situação em que essa escolha não é real. Essa mulher precisa ser ajudada a não fazer o aborto, e não que se facilite para que ela realize o aborto e se facilite para ele simplesmente ignorar a situação daquela criança que ele gerou.

Então, muitas vezes o aborto é forçado pelo amante. O homem, que é casado e que não quer que saibam que ele engravidou uma outra mulher e vai obrigar... Eu conheço mulheres que fugiram de casa para poder ter esse filho, e, muitas vezes, se não conseguiram isso, foram forçadas pelo homem a abortar.

Então, é todo um submundo que está aqui. É muito simples dizer que é escolha da mulher, mas essa não é a realidade. Oitenta por cento das vezes é o homem – o que paga, o que leva e depois some. Ficar lá na hora, fazendo o aborto junto, isso ele não faz!

Então, vamos pensar o que nós, mulheres, realmente desejamos, se é esse tipo de imposição.

Muitas vezes, é o patrão que não aceita que aquela empregada tenha um filho, não é o momento de ter filho! Muitas vezes é o próprio médico que, em situações, por exemplo, em que a criança tem uma anomalia, já quer induzir a que a mulher faça o aborto.

E é a mulher que carrega as consequências, porque ela sabe que matou um filho! E, por isso, o aborto influi muito na saúde mental. Eu trago aqui um artigo publicado no *British Journal of Psychiatry*, em 2011, feito a partir da revisão de 22 projetos de pesquisa: 877 mil mulheres, sendo que 163 mil fizeram aborto, aborto legal. Todas essas mulheres fizeram em seus países aborto legal. Os resultados vão indicar, de forma consistente, que o aborto é associado ao aumento, moderado a alto, dos riscos psicológicos de problemas subsequentes ao procedimento.

Fazendo uma síntese desse artigo, o risco de doenças mentais é 81% maior em mulheres que fizeram aborto, 10% dos problemas mentais podem ser diretamente atribuídos ao aborto. Elas têm 34% mais ansiedade, 37% mais depressão, 110% mais alcoolismo, 220% mais uso de maconha e 155% mais suicídios.

A tendência suicida em uma mulher que já fez aborto é sete vezes maior do que nas mulheres que não fizeram. Isso é dado de outro artigo que eu não trouxe aqui.

Então, o que nós queremos? Nós queremos manter o reconhecimento de que o aborto é crime. O aborto precisa, sim, continuar sendo crime na nossa legislação. Nós queremos limitar a impunidade das clínicas de aborto e do tráfico de medicamentos abortivos. Nós queremos apoio à mãe em crise. Nós queremos acolhimento da sociedade para essas mulheres em crise de aborto. Nós queremos políticas públicas para a gestante e a criança educação, políticas de prevenção à gravidez indesejada, qualidade de vida para a mãe e seu filho, e não a falácia de redução de danos, que é simplesmente um aparente caminho mais fácil, para que a mulher faça o aborto legal, e não o clandestino. Nós queremos que a mulher tenha o seu filho e seja feliz com ele. E é nesse sentido que a sociedade deve ajudar.

Eu conheço muitas instituições que dão essa ajuda às mulheres, e a maior parte delas desiste de fazer o aborto quando têm um ombro amigo e quando têm alguém que as ajude. Nós não podemos, como sociedade, negar à mulher grávida esse apoio.

Aborto no SUS é o que pede a solicitação aqui, que motivou esta audiência pública.

Eu pergunto: será que o SUS vai mesmo conseguir fazer esse aborto?

Essa mulher aqui tem um mioma e faz dois anos que está na fila do SUS para operar esse mioma e não consegue.

Em caso de câncer de útero, por lei aprovada neste Congresso, em dois meses tem de ser feita a cirurgia. Os centros do SUS que diagnosticam câncer de útero não conseguem fazer a cirurgia em dois meses, porque o SUS não libera.

Então, será que eu vou pegar aquela mulher que está querendo fazer um aborto e vou passá-la à frente na fila daquela que está para fazer cirurgia de um câncer de útero?

Porque, vejam bem, o aborto é até 12 semanas. A mulher vai saber que está grávida com seis ou oito semanas. Ela tem um mês ou um mês e meio para fazer esse aborto no SUS. Então, esse aborto não vai acontecer no SUS.

Vocês sabem onde vai acontecer esse aborto? O então Ministro Temporão falou que era preciso aprovar o aborto no Brasil, e lhe perguntaram: "Mas como? O SUS vai dar conta de fazer esse aborto?" Ele disse: "Não, se a gente aprovar o aborto aqui, a gente vai contar com ajuda internacional". Ajuda internacional, como muito bem a Drª Fernanda Takitani mostrou aqui de onde vem essa ajuda.

Eu vou dar mais um exemplo: evento feito pelo grupo de estudos sobre aborto e outros grupos, financiado por uma instituição europeia que se chama Marie Stopes. O que eles fazem? Eles financiam eventos sobre aborto e eles fazem aborto. Está aqui a tabela de preços. Então, nós temos interesse de instituições internacionais que não só querem modificar a nossa lei, como querem entrar aqui... E a nossa legislação do SUS já está permitindo esses convênios internacionais, para que eles entrem aqui e venham fazer esses abortos, talvez com

o nosso dinheiro, junto com o SUS, mas clínica especializada em aborto. Ou, senão, cobrando à parte, porque, inclusive, essa é outra questão interessante: eles falam aqui da discrição do aborto.

Como a gente viu, muitas vezes, a mulher faz o aborto para que ninguém saiba que ela está grávida. Então, aborto clandestino continua existindo mesmo onde existe o aborto legalizado, porque a mulher não quer ir lá ao hospital e dar o seu nome. Se o filho dela é extramatrimonial, ela vai lá pôr o seu nome no aborto no SUS? Não, ela continua recorrendo ao aborto clandestino. O aborto clandestino existe em muitos países em que o aborto é legalizado.

Um problema de saúde pública. Eu sempre trago essa frase: se o aborto é o problema, o aborto não pode ser a solução.

A nossa segunda questão: o início da vida humana.

Eu trago aqui um artigo que foi capa da revista *Nature*, uma das principais revistas internacionais de ciência que nós temos, dessa pesquisadora Magdalena Zernicka-Goetz. E a *Nature* trouxe um editorial, nesse número, que fala: "O seu destino a partir do primeiro dia". É uma *Nature* de 2002.

Essa pesquisadora trabalhou com células de camundongo, mas, evidentemente, a revista aplica a todos nós, mamíferos, o que é muito lógico. Então, já no primeiro dia se define, na primeira divisão celular, qual célula vai ficar para a placenta e em qual célula vai se desenvolver o animalzinho – no caso, é um camundongo.

A partir do primeiro dia, não só já existe um novo ser, como as suas células já se vão definindo e diferenciando. Na primeira semana, por volta do quinto dia, eu tenho o blastocisto, que é então quando ele se implanta.

Eu não ia tocar no assunto da pílula do dia seguinte, porque eu acho que não é o foco. Mas já que o Dr. Gollop falou, vejam bem: cinco dias depois de fecundado, já está aqui, já se formou o blastocisto. Então, se a pessoa vai tomar uma pílula do dia seguinte até cinco dias depois que ela teve a relação sexual, como é que isso vai influir na ovulação que já aconteceu lá atrás? Como isso vai influir na entrada do espermatozoide, que já foi há muito tempo? Onde é que está esse espermatozoide nesses cinco dias?

Respondam-me se esse espermatozoide já não fecundou o óvulo e se eu já não tenho aqui um blastocisto, que este, sim, vai ser impedido de implantar-se, porque é nesse tecido no qual ele se implanta que a pílula do dia seguinte age também, segundo a bula do próprio medicamento. É só pegar uma bula estrangeira. A bula brasileira omite isso. Mas pegue a bula da Inglaterra, pegue a bula da França, pegue a bula dos Estados Unidos, e consta na bula do medicamento, Levonorgestrel, que ele vai impedir a formação do tecido no qual se implanta o óvulo. O óvulo, não; no qual se implanta o filho que essa mulher gerou. E ele vai ser descartado. (*Palmas.*)

Estamos já diante de um ser humano?

Olha, toda a questão da reprodução assistida – inclusive eu tenho muitos questionamentos éticos, mas não vou fazê-los aqui, porque não é esse o nosso foco – nos mostra como o ser já é formado exatamente naquele primeiro momento da fecundação. É fecundado, desenvolve-se por um pequeno período de tempo e é congelado.

Olha, um embrião congelado, se ele for de boi, ele pode ser comprado por US$1,4 mil. Então, nós temos aqui, embriões à venda por US$1,4 mil; é um embrião de boi. Por que esse embrião vale tanto? Porque as pessoas sabem que é um boi, sabem que boi ele é, de que raça é, quantos quilos de carne ele vai dar quando for adulto. E como a pessoa conhece que isso é um embrião de boi, ela compra e paga US$1,4 mil por ele. O humano a gente vai dizer que não sabe se é humano?

Cinco dias depois de fecundado, um embrião congelado. Esse embrião ficou congelado durante 13 anos. Depois de 13 anos, a mãe resolveu implantá-lo, e Laina Beasley nasceu, essa menininha aqui, que já deve estar com cinco aninhos de idade, provavelmente. Nasceu 13 anos depois dos irmãos gêmeos dela, que foram gerados no mesmo dia que ela. Então, é evidente que, nesses 13 anos em que ela ficou congelada, era ela que estava aqui. Ela foi gerada no dia em que houve essa fecundação, no caso, *in vitro*.

Então, eu quero devolver a questão. Pediram-nos dados científicos de que a vida começa com a fecundação. Eu penso que trouxe aqui esses dados. E vou devolver a questão em outro sentido.

Primeiro, qual a base científica para dizer que não há direito à vida com 12 semanas, mas há com 13? O que acontece entre a semana número 12 e a semana número 13 com esse embrião em desenvolvimento, para se dizer: até 12 semanas pode abortar e depois não pode mais.

Principalmente, eu quero fazer a seguinte pergunta. Pede-se aqui o aborto até 12 semanas. Doze semanas a contar de quando?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A exposição desta Mesa está concluída. Percebo que há discordância aqui nas análises, e, por isso, o debate é tão importante.

Eu vou manter o critério que fizemos sempre. Nós vamos agora ter uma segunda Mesa, mas todos terão direito, os debatedores, a fazer perguntas entre si, se assim entenderem.

Por exemplo, o Prof. Gollop diz que gostaria de fazer algumas considerações em relação à exposição da Profª Lenise. Mas, como a gente mantém esse critério, para que o trabalho continue na mesma linha de sempre, essa primeira Mesa retorna ao plenário e senta na primeira fila. Logo após a exposição do tempo combinado, de dez minutos para cada um, eles poderão fazer perguntas entre si – claro, o Relator também. O Relator é que vai, principalmente, fazer algumas considerações sobre o tema também, sem prejuízo, como eu já combinei, de termos no plenário quatro pessoas a favor e quatro contra, para manter o equilíbrio. Poderá fazer pergunta, ou, durante cinco minutos, fazer a sua colocação também sobre o tema. O.k.?

Então, vamos lá. Eu convido os quatro que retornem aqui, na primeira fila. Peço à Secretaria que leve, inclusive, a plaqueta deles também aqui, à primeira fila, porque eles vão participar ativamente do debate.

E eu gostaria, Senador Magno Malta, que, a partir desta Mesa, V. Exª ficasse aqui, na mesa, como Relator, para poder até mesmo questionar e participar ativamente do debate que nós teremos após esta segunda Mesa.

Convidamos o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, o Sr. Geniberto Paiva Campos. Eu não falei se ele é bispo, é padre ou é monsenhor, porque eu não tinha aqui, mas sei que aqui ele representa...

O SR. PADRE BERARDO GRAZ (*Fora do microfone*.) – A Regional do Sul. Padre, por São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...a Regional do Sul. Padre, por São Paulo. Então, seja bem-vindo.

Depois, nós vamos dar uma salva de palmas aos quatro convidados que estiverem na Mesa. (*Palmas.*)

Jolúzia Batista, representante da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto.

Da mesma forma, as nossas palmas a todos os convidados. (*Palmas.*)

Lia Zanota Machado, antropóloga da Universidade de Brasília – UnB. Nossos cumprimentos também. (*Palmas.*)

E Sandra Valongueiro, especialista nesse tema, que também vai colocar o seu ponto de vista. (*Palmas.*)

Nós vamos, de imediato, já com a presença agora do Relator também aqui, na mesa, passar aos quatro expositores.

De imediato, passamos a palavra ao representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, o Padre...

O SR. BERARDO GRAZ (*Fora do microfone*.) – (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, então o senhor fala pela... Houve uma troca de nomes aqui, mas o senhor vai falar pela CNBB. O seu nome é?

O SR. BERARDO GRAZ (*Fora do microfone*.) – Berardo Graz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso, o Padre Bernardo Graz vai falar pela CNBB. Já está com a palavra.

Os Deputados que estavam presentes todos eu citei. Há um novo Deputado aqui. pode citar o nome, Deputado.

O SR. FLAVINHO (PSB – SP) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente; Senador Magno Malta. Deputado Flavinho, PSB de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Deputado Flavinho, PSB de São Paulo. Seja bem-vindo aqui à nossa audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por favor.

O SR. BERARDO GRAZ – Deputado... Senador, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador ou Deputado tanto faz, é Paim.

O SR. BERARDO GRAZ – Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Dr. Gollop, é um questionamento sobre a afirmação do senhor. Eu falo não como padre. Eu sou natural da Itália, brasileiro também. Vim para o Brasil em 74 e tornei-me padre aqui no Brasil. Antes, eu era médico na Itália, formado na Universidade de Pavia, em 69 – cabelos brancos já – e especializado na Universidade de Modena.

Bom, quero lembrar alguns fatos fisiológicos com os quais eu contesto aquilo que o Dr. Gollop afirmou; ou seja, há fecundação após a ovulação, obviamente, e ali começa a vida. Um outro dado importante: depois de uma relação sexual, o espermatozoide encontra o óvulo, e há fecundação em um prazo de tempo que vai de 2 a 72 horas. Portanto, depois de uma relação, já naquele mesmo dia pode haver fecundação e vida.

Agora, o senhor afirma que a anticoncepção de emergência sempre inibe praticamente a ovulação. Inibindo a ovulação, obviamente, não há vida, e a afirmação do senhor é correta. Só que eu me pergunto: se a afirmação do senhor é correta, significa que todas as violências sexuais só acontecem antes da ovulação porque... Tudo bem, há a relação, a mulher recorre à anticoncepção de emergência, a anticoncepção de emergência bloqueia a ovulação, não há vida, e, portanto, não há aborto. E quando a violência sexual acontece após a

ovulação? Até hoje, com todo o progresso de biotecnologia que nós temos, nenhum remédio é retroativo; se a ovulação já aconteceu, não é que a anticoncepção de emergência vai cancelar o fenômeno que já aconteceu. É uma questão de lógica e de fisiologia, afinal.

Estudos internacionais – não trouxe aqui porque vim, assim, só para ouvir – demonstram claramente que a anticoncepção de emergência é abortiva, porque existe o fator precoce de gravidez, estudado em várias universidades, principalmente de língua inglesa, que é uma imunoproteína que aparece no sangue exatamente cinco ou seis horas após a fecundação. Em um estudo feito com a anticoncepção de emergência, viu-se que, em certos casos, no sangue, depois de cinco ou seis horas, aparece o fator precoce de gravidez; significa que houve vida. E, depois que se aplica a anticoncepção de emergência, desaparece; significa que houve morte.

Portanto, a anticoncepção de emergência é abortiva. Essas são as lógicas, são os demonstrativos da ciência médica.

É só essa a minha afirmação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Padre Berardo Graz já concluiu a sua fala objetiva e direta, e ficou aqui aberto ao debate, até porque ele já fez colocações contestando a posição do Dr. Gollop. Então, ele abreviou e está aberto ao debate.

Passamos a palavra à representante da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, Srª Jolúzia Batista.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Dez minutos, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dez minutos mais cinco.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se necessário assim entender.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Está bom.

Quero dizer que é uma grande satisfação. Este é o momento da nossa luta democrática. Hoje é um dia emblemático para o movimento de mulheres e feministas no Brasil: é o dia 28 de maio, dia de luta internacional pela saúde da mulher.

Mas eu também não posso deixar de citar aqui, infelizmente, a derrota que a nossa democracia brasileira sofreu ontem. Eu quero só frisar esse momento da perda do nosso debate sobre a reforma do sistema político. Foi um grande golpe para a nossa democracia.

Então, este debate hoje, aqui, sobre a sugestão legislativa também é um momento de debate democrático, e eu acho que é importante valorizar este momento, este cenário, esta Casa Legislativa. Eu não poderia deixar de mencionar esse fato, porque todas nós e todos nós estávamos envolvidos naquela luta que ocorreu na Câmara Federal.

Eu quero dizer que a questão da ilegalidade do aborto não coíbe a sua prática, como tão bem diz aqui o Dr. Thomaz Gollop. E eu quero dizer que, segundo os dados do Ministério da Saúde, em 2014 foram feitos 190 mil internações por curetagens pós-aborto. E tais curetagens são o segundo procedimento obstétrico mais praticado no Brasil: 186.383 procedimentos em 2014, conforme os dados que foram discutidos aqui, na reunião, na audiência pública que debateu o relatório da anistia internacional.

Quero dizer que, na condição de representante da Frente, nós estamos aqui, hoje, lançando, nacionalmente, o dossiê que dá visibilidade à criminalização das mulheres pela prática do aborto no Brasil, no marco de período de 2007 a 2014.

Então, nós elaboramos um dossiê. Há mais de um ano, as entidades vêm organizando informações, colhendo dados. São 20 casos emblemáticos que ocorreram no Brasil de criminalização tanto pelo aborto clandestino como pelo aborto legal. Então, nós reunimos esse documento e estamos aqui, hoje, fazendo este lançamento oficial, solene e nacional.

Hoje também ocorrem mobilizações em algumas cidades brasileiras: mulheres que estão reivindicando e denunciando esse processo de morte das mulheres no aborto clandestino e denunciando também as incessantes e agora cada vez maiores violências institucionais ocorridas nos serviços de atendimento à saúde e violências que estão mediadas por dogmas religiosos praticados por seus funcionários e servidores públicos.

Eu tenho dito em alguns debates que a gente reconhece que o Brasil não é um país ateu, mas nós somos uma República democrática laica. Então, o debate que também está embutido aqui nesta segunda audiência da Sugestão Legislativa nº 15/2014 é também uma disputa simbólica pelo sentido da laicidade do Estado brasileiro. Então, acho que é muito coerente e razoável também que essa concepção e essa noção sejam colocadas na nossa roda de debates, na nossa Mesa.

Eu quero dizer que o nosso dossiê identifica estratégias e ações de criminalização das mulheres que envolvem os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, apresentado em três sessões: apresentamos um panorama da normatização sobre o aborto no País e consideramos as três esferas do Poder.

O ano de 2007 foi paradigmático para a criminalização das mulheres, com o episódio de Mato Grosso do Sul. Esse é um dos casos emblemáticos que está no dossiê e que envolveu quase 10 mil mulheres, com participação da mídia e condenação de profissionais de saúde à pena de prisão, e de mulheres, à pena alternativa de trabalhar em creches. Segundo a fala do juiz, para "poder ver que muitas mulheres podem criar um filho com um pouco de esforço".

A gente, aqui, neste dia 28 de maio, também quer chamar a atenção para o fato de que o dossiê ora lançado desvela, de forma sistemática, a criminalização das mulheres pela prática do aborto no século XXI, uma realidade ainda desconhecida por muita gente e desacreditada por outras em face dos obstáculos que permeiam o debate público ou, ainda, pela baixa percepção da desigualdade de gênero nas políticas de saúde e de segurança, por exemplo. A repercussão direta dessas políticas, desse afastamento da realidade das mulheres que experimentam a criminalização e seus riscos, é o crescimento de ações que buscam abolir garantias fundamentais por meio de novos instrumentos, com o objetivo de restringir direitos, leis, decretos, comissões de investigações, inquéritos policiais e sentenças condenatórias.

Eu também quero dizer aqui que a criminalização não é uma experiência nova na vida das mulheres. A Europa medieval, por quatro séculos, foi palco do maior processo de criminalização das mulheres no Ocidente, a chamada "caça às bruxas". E nós sabemos que aquelas mulheres detinham poder, conhecimento científico, conhecimento acerca da saúde, manipulavam medicamentos, e elas eram muito respeitadas em função de seu poder no seu tempo.

Entre os diferentes argumentos para a criminalização das mulheres, existe uma força em ações com fundamento em dogmas e em diretrizes religiosas, em oposição a parâmetros públicos de direitos humanos. Tais parâmetros têm impulsionado o debate e a aposta do Estado em políticas de saúde a favor das mulheres, com base em um compromisso construído sobre a gramática dos direitos humanos das mulheres.

No plano global, operam-se alianças entre as hierarquias católicas, evangélicas e islâmicas que reagem contra as conquistas das últimas décadas no campo dos direitos sexuais ou dos direitos reprodutivos, com interferência direta sobre processos políticos nacionais e internacionais. Discursos, ações e estratégias se comunicam e exigem uma leitura sistemática e global desses episódios contrários à saúde das mulheres, a partir do enfoque da agenda sobre o aborto no Brasil.

O abortamento clandestino é praticado por mulheres de todos os segmentos da sociedade e é um fato da vida reprodutiva de mulheres ou de casais que tiveram gravidezes indesejadas. Esse cenário é impactado por transformações recentes, com a mudança do padrão adotado de métodos abortivos e do uso crescente do misoprostol, ou, ainda, com novos permissivos legais, como o aborto em caso de feto anencéfalo, que enfrentam barreiras na consolidação das políticas de saúde.

Os levantamentos conhecidos e, inclusive, mencionados nesse dossiê focalizam a prática de abortos sob a perspectiva do risco à saúde e sobre o perfil das mulheres que ingressam como investigadas ou rés em processos judiciais.

O dossiê pretende destacar, em uma outra abordagem, experiências de discriminação e de violência que o processamento por crime de aborto pode representar. O ponto de partida é que a criminalização não se resume à condenação da pessoa envolvida; inclui uma sequência de ações que, por vezes, são ignoradas por nós diante de um tema tão polêmico tal qual é o tema do aborto.

Das situações sobre aborto legal relatadas no dossiê, apenas um aborto foi realizado segundo as normas técnicas de atendimento. Trata-se da menina de nove anos que engravidou em decorrência de estupro, em função do risco à saúde da gestante, que é o chamado caso de Alagoinha. Apesar do sucesso no procedimento, o episódio trouxe à tona as barreiras enfrentadas pelo abortamento legal, com destaque para atuação de grupos religiosos e constrangimento da família da vítima da violência sexual.

Também destacamos um caso de perseguição explícita a uma maternidade da rede pública do Município de Campina Grande para o atendimento ao aborto previsto em lei; ou seja, uma tentativa de criminalizar um serviço que é legalmente apto para realizar a assistência.

Casos de aborto legal podem ser vistos como representativos da criminalização na medida em que existe um erro em avaliar as circunstâncias do aborto legal: violência sexual e risco de vida da gestante, ou em função de barreiras no serviço ou na comunidade, segundo fundamentos morais que buscam constranger a decisão do abortamento, e acabam por reforçar estereótipos também para as situações previstas em lei.

A abordagem privilegia informar sobre a prisão das mulheres por autoaborto ou sobre a prisão de terceiros. Podemos identificar o interesse em associar a obtenção de benefício econômico com a prática de aborto, tendo em vista a importância dada ao valor dos procedimentos em clínicas ou à comercialização irregular de medicamentos. Dos 11 casos noticiados pela imprensa em geral, seis estão com esse enfoque sobre clínicas; outros, sobre o acesso a medicamentos.

Eu quero dizer que o dossiê também levantou casos com relação à notícia da imprensa e casos judiciais. Então, a gente dividiu igualmente a abordagem.

Com esse fato da criminalização sobre a comercialização do medicamento, a informação sobre a saúde da mulher acaba sendo ocultada na matéria, a ponto de causar ambiguidade na notícia. E um exemplo é o caso de Minas Gerais, em que uma mulher chega ao hospital passando mal, com seis meses de gestação, e nada é mencionado sobre o atendimento da paciente. O foco é a busca da autora do crime de aborto; não existe um tom de investigação sobre a existência de autoaborto. Buscou-se encontrar a mulher que jogara o feto no banheiro do hospital e, por conseguinte, dar a conhecer as formas de acesso ao medicamento. Ou, ainda, quando existem tentativas de aborto, o foco é o bem-estar do feto e não o risco de morte para a mulher.

A prática frequente das instituições em ignorar os direitos e as garantias das mulheres assegurados pela Constituição e previstos no Código de Processo Penal pode caracterizar um tipo de violência institucional, ou seja, um abuso de poder ou uso arbitrário de poder por essas instituições, com o exclusivo fim de criminalização das mulheres.

E, com isso, eu quero encerrar, dizendo, inclusive, que não é o interesse das organizações internacionais que pauta a agenda feminista do Brasil: é o interesse democrático e legítimo das mulheres brasileiras, o interesse das mulheres que tomam decisões autônomas, concentradas no seu cotidiano, na sua vida e na sua livre consciência.

Então, esse dossiê e a luta que se organiza hoje no Brasil, neste 28 de maio, preconizam esse princípio e esse direito. Então, trata-se, aqui, de jogar uma luz e fazer um debate legítimo, autêntico e verdadeiro sobre a existência de mortalidade de mulheres por abortos clandestinos. É com essa realidade que precisamos lidar aqui, com a mais profunda coragem, coerência e clareza sobre o que nós precisamos prover no sistema público de saúde e no SUS, para que possamos garantir um atendimento justo e digno para as mulheres que decidem interromper voluntariamente a gravidez.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

A Srª. Jolúzia Batista, representante da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, ficou nos seus sete minutos, a exemplo do padre, que ficou em cinco minutos. Isso vai abrir mais espaço para o debate, e rapidamente vamos concluir esta Mesa.

Agora, vai falar a antropóloga da Universidade de Brasília (UnB), Srª Lia Zanota Machado. Se puder ficar nos dez minutos, o debate que vai haver depois agradece.

A SRª LIA ZANOTA MACHADO – Bom, então, em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite do Senador Paulo Paim e do Relator desta reunião, Senador Magno Malta, que está aqui.

Eu queria agradecer a possibilidade de estar aqui num momento tão importante, em que há uma proposta de descriminalização do aborto e de atendimento das mulheres até as 12 semanas de gravidez.

Qual é a importância disso? A importância é fundamental. Já foi dito pelo Prof. Thomaz Gollop que é uma questão de política pública. A minha posição é a mesma.

Outro tema sobre o qual ele falou e em que eu vou insistir que o meu tema vai ser, basicamente, os direitos das mulheres à saúde das mulheres.

Falou-se aqui em uma biopolítica do controle populacional. Pergunto: será que não há uma biopolítica do controle da reprodução das mulheres? Será que não estamos querendo manter criminalizada a questão do aborto, um controle da reprodução? Porque é simples assim: uma vez fecundada, não importando em que circunstâncias, em que contextos, em que idade, com que condições de saúde a mulher se encontra, ela deverá gerar obrigatoriamente porque foi fecundada? Será que isso não é um controle da reprodução? Porque um ser vivo, uma mulher, todos nós, assim que nascemos, vivemos num contexto social em relações e circunstâncias.

Então, eu pergunto: uma mulher com 45 anos, empregada doméstica, com pressão alta, diabetes, que fica grávida deve, obrigatoriamente, ter esse possível filho? Ela pode interromper a gravidez? Ela já tem outros três filhos, não tem companheiro permanente e estável, ela deverá, obrigatoriamente, ter esse filho que colocará em risco sua vida ou sua saúde?

Esse é um problema absolutamente sério, porque, antropologicamente, os seres vivem em relações, contextos e circunstâncias. E, na nossa sociedade moderna, nós sabemos o quanto são desiguais essas circunstâncias. Tanto é que a criminalização das mulheres, a que o Prof. Thomaz Gollop se referiu, é ineficaz. Eu não sei se está sendo tão ineficaz, porque criminalizam-se cada vez mais clínicas clandestinas, assim como mulheres, possíveis médicos que realizam o aborto e pessoas sem os conhecimentos necessários para realizar o aborto.

É uma questão absolutamente grave. Portanto, eu pergunto se não poderíamos pensar nas mulheres. Por que digo isto? Não é para pensar nos homens? Por que não?

Nós viemos de uma cultura, como se diz, cristã, a favor da família. De acordo com o nosso Código Penal cristão das colônias, caberia às mulheres obedecer aos homens em tudo que fosse justo e honesto. Quem determina o que é justo e honesto? Os homens. O poder de chefia familiar era masculino. Hoje, há uma mudança. O feminismo não é contra a família, mas a favor da família tal como está escrito na Lei Maria da Penha, em que a integridade física, psicológica e de saúde de todos os seus membros, homens, mulheres e crianças, tem que ser defendida. Dessa forma, nós não podemos manter para sempre uma família. Não podemos fazer com que, uma vez casados, assim permaneçam. Existe a Lei do Divórcio, e não vamos voltar atrás.

Os arranjos familiares modernos são arranjos familiares que podem ser absolutamente capazes de reconhecer o direito da filha do meu novo marido, da filha da minha nova mulher. Essa família é uma família, mas são arranjos familiares diferentes que se movimentam. Assim como a ciência se movimenta, as relações familiares se movimentam. Então, a questão da escolha difícil, pois ninguém é a favor do aborto, atinge pessoas em determinados momentos de contextos de vida radicalmente diferentes.

Nessa questão, nós precisamos pensar, a menos que nós achemos que, como estava no Código Penal, todas as mulheres que traem podem ser mortas pelos seus maridos. As mulheres não podiam, evidentemente, matar os seus maridos por serem adúlteros. O próprio adultério era diferente: o adultério dos homens só acontecia quando ele tinha uma amante manteúda, ou seja, quando o patrimônio estava sendo utilizado. Para a mulher, não; o adultério era rápido. Hoje em dia, com pesquisas que eu faço sobre violência, fica claro que as mulheres têm a vida ameaçada com faca, apanham, são, como se diz, corrigidas, portanto espancadas. Portanto, há uma questão de gênero que o feminismo defendeu que é a da igualdade de gênero. Não é a ideia do controle populacional, não é a ideia da destruição da família, mas a ideia da igualdade de gênero.

Para nós obtermos essa igualdade de gênero, nós precisamos, sim, que as mulheres não sejam criminalizadas.

Foi perguntado quais são as condições jurídicas. Quais são as condições jurídicas que nós temos, que são plenamente aceitas no mundo moderno? É uma ideia de ponderação. Com certeza, por que o aborto não é fácil? O aborto não é fácil, porque ela tem de ponderar entre a possibilidade de continuar uma gravidez e de interromper a gravidez. Então, a mulher pondera. A Justiça, do meu ponto de vista, deve ponderar.

Quando, em 1973, foi aprovada a lei do aborto na França, isso foi, depois, passado para a Comissão Constitucional, em 1975, que disse que não existe equivalência entre o direito não apenas à vida, mas também à saúde de quem já é pessoa, como a mãe, e a salvaguarda do embrião, que pessoa ainda deve tornar-se. Não se trata de dizer que não há vida humana. Isso é bobagem! Claro que há uma vida humana, mas ela não é uma pessoa constituída, pois ela é uma potencialidade de vida humana. Então, ninguém vai reconhecer, como a senhora colocou, que um embrião de uma mulher não é o embrião de uma possível potencial pessoa humana, mas ele ainda não é. Ele não vive em contexto social, não tem relações sociais, não tem a percepção.

Por que exatamente 12 semanas? Por que se pensou em 12 semanas? Porque se pondera que, a cada momento depois das 12 semanas, aumentando a vida do feto, é evidente que ele terá de ser ponderado a mais. Portanto, só quando se coloca a saúde da mulher, a vida da mulher em risco é que se deve produzir um aborto. Jamais... E com 12 semanas ele ainda não está formado o suficiente para valer tanto quanto uma pessoa viva, com 49 anos, batalhadora – ou 41 anos, já não lembro qual a idade –, que vai ter o seu terceiro ou seu quarto filho. Ela já teve três filhos. Então, ela não é contra a maternidade, ela é totalmente a favor da maternidade. Mas como ela poderia ter um filho com pressão alta e diabetes? Ela deveria morrer para ter esse filho?

Aí, eu pergunto: será que a criminalização não é uma cultura de morte para as mulheres? Esta é a minha questão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, permitam-me: as palmas são permitidas – eu nunca as proibi aqui –, mas quem está no plenário só pode falar quando for convidado. Nós já ajustamos que teremos no plenário quatro favoráveis e quatro contrários. Não há problema algum quanto a palmas, porque é uma apenas uma expressão de se concordar ou não com este ou aquele orador.

A SRª LIA ZANOTA MACHADO – Outra questão que queria colocar é a da escolha. Fala-se que as mulheres escolhem. A senhora tem razão no sentido de que nem sempre é uma escolha fácil e de que nem sempre é uma escolha de iniciativa da mulher. Sim, acontece muitas vezes, mas ela vai, de novo, ponderar as condições e fazer uma escolha.

Se o marido não deve dizer a ela se ela deve abortar ou não, pergunto: por que a nossa legislação, o nosso Código Penal, deve obrigá-la a não abortar? Por que ela deve ser ajudada a não abortar? Por que ela deve ser ajudada a abortar?

A difícil escolha da mulher vai ter, sim, que ser a última, mas ela pode conversar com todos, com seu marido, com seu companheiro, e analisar as circunstâncias para decidir, por mais que não seja uma escolha fácil.

Então, a escolha da mulher é difícil. Não é um escolha qualquer, fútil, como alguém que vai às compras e compra isto ou aquilo, uma bolsa amarela ou bolsa verde. Não tem nada a ver com isso! Está em jogo a vida dessa mulher. Está em jogo o projeto de vida. Está em jogo se ela vai poder dar condições de vida ao futuro filho ou se terá de esperar uma próxima.

Com certeza, toda defesa do feminismo e a questão de gênero é uma defesa no sentido de se entender que a escolha da mulher se faz em condições e circunstâncias completamente diferentes para cada uma.

Portanto, queremos que as mulheres possam vir a ter essa escolha e não sejam obrigadas sequer a abortar ou a não abortar. Elas não podem ser obrigadas a algo assim. Elas têm condições de pensar e analisar as suas circunstâncias. E é isso que nós queremos.

Não queremos, como foi dito, há um tempo, não aqui, que seja a possibilidade – e esta proposta é exatamente isso – de ser definido no SUS que é uma questão médica; portanto, que seja com condições propícias, porque, senão, as mulheres continuarão tendo morbidades e mortalidades altas.

Os casos que o feminismo e as mulheres feministas, e não só isso, pois os movimentos de médicos e juízes estão apoiando a proposta – porque não é uma questão só das mulheres feministas –, não estão dizendo que todas as mulheres devem abortar. Jamais! Temos de respeitar as condições de todas as mulheres. É disse que falamos, de igualdade e de respeito às condições diversas.

Essa é a proposta. Essa nunca foi a ideia do controle populacional. Aliás, já tenho uma certa idade. Quando aqui se discutiu, em determinados momentos, em que o Governo quis fazer, mas não o fez, nos anos 80, e que algumas organizações fizeram, é que não se pode fazer nem a ligadura de trompa sem informações. Essa foi a proposta do movimento feminista. Temos de ter informações médicas e respeito às escolhas. Não se pode fazer controle populacional. O feminismo sempre foi contrário ao controle populacional.

Então, não entendo como se pode dizer que a Fundação Ford e a Fundação MacArthur são a favor do controle populacional. As pesquisas feitas na Fundação Carlos Chagas sobre a mulher eram exatamente para entender as condições das mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos, o direito à contracepção, o direito, sim, ao aborto. Por que não? Porque não queremos que mulheres morram ou sofram sequelas e morbidade, inclusive, que a impeçam de ter outro filho quando ela vier a ter condições de tê-lo.

Não me importa o número. Se uma mulher tivesse morrido ou tivesse sequela grave, essa morte seria evitável, e, dentro da mortalidade materna, temos de pensar nas mortes evitáveis. As mortes maternas são evitáveis.

A questão da descriminalização das mulheres é uma questão de cultura da vida. Espero que homens e mulheres continuem a se respeitarem e que não precisemos obrigar uns a fazer o que outros estão querendo. Acho que isto é o fundamental. Nós todos temos que respeitar, homens e mulheres. Se as mudanças familiares continuarem, a família não será retirada. A família continuará aí. O que não queremos é um formato só de família. O que não queremos é um controle só, um controle do Estado sobre mulheres e condições de vida que já são tão difíceis.

Todos deveriam pensar nas mulheres pobres, negras, em Salvador, no Norte e no Nordeste, que têm que enfrentar condições de vida desiguais, menos acesso às políticas públicas, às condições de trabalho, à oportunidade educacional, e que, ainda assim, são obrigadas a não terem o projeto de vida que elas querem, talvez não naquele momento, talvez não com aquelas condições de saúde...

Então, acho que, se uma mulher, como já me foi dito uma vez, prefere arriscar a sua vida, mas quer levar a termo, continuar a sua gravidez, eu respeito, mas quero que respeitem aquelas mulheres que acham que podem continuar vivendo e terem os seus filhos em momentos propícios.

Precisamos respeitar as escolhas das mulheres e, portanto, descriminalizar, a partir da ponderação. Nelson Hungria, na Justiça, dizia que, se a vida fosse absoluta, não haveria condições de alguém defender a sua vida contra um assaltante que entra em sua casa ou alguém que lhe dá uma facada no meio da rua, na Lagoa. Não há como se defender, porque, se a vida fosse absoluta, não haveria nem o direito de defesa.

Então, o princípio jurídico ocidental é a ponderação. Há um bem jurídico em jogo, e ele deve ser ponderado. O bem jurídico é a vida humana, mas uma vida humana já feita, relacional, em circunstâncias específicas, que pode vir a se transformar em pessoa.

Então, é isto. Não há um assassinato de fetos ou, às vezes, de zigotos, porque, pelo que se fala, o blastocisto vale mais do que uma mulher. O zigoto vale mais do que uma mulher. Será que poderemos ponderar que o blastocisto e o zigoto valem mais do que uma mulher?

Por isso, acho importante manter a diferenciação entre a formação da vida em seus vários momentos e a vida plena que as mulheres existentes teriam, no sentido de que, para levar um gravidez a termo, em determinada circunstância, teriam que aceitar que morreriam.

Então, aí eu me pergunto: por que uma mulher que tem um feto anencefálico não pode, se quiser, levar a termo uma gravidez? Ela pode. Se ela disser: "Eu não aguento. Isto, para mim, é uma tortura. Não é uma tra-

gédia, é mais do que uma tragédia. Se eu for obrigada a manter, isto será uma tortura". Então, por que ela não poderá dar fim àquela gravidez naquele momento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A SRª LIA ZANOTA MACHADO – Fundamentalmente, eu queria dizer que é importantíssimo este momento e que é, sim, uma defesa da vida das mulheres. É uma ponderação. Sabemos que é difícil quando se faz o aborto. Há uma ponderação. E queremos também que o Código Penal admita a ponderação de, até as 12 semanas, ser possível não criminalizar as mulheres e os médicos que fazem esse serviço às mulheres.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Srª Lia Zanota Machado, antropóloga da Universidade de Brasília, nossa UnB.

Por fim, convidamos ao debate a Drª Sandra Valongueiro, para falar pelo tempo de 10 minutos, com mais 5 minutos, e registramos a presença do Deputado Federal Marco Feliciano, que, como todos que aqui estiveram, cumprimentamos e desejamos que seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Por favor, doutora.

A SRª SANDRA VALONGUEIRO – Bom dia.

Eu queria agradecer ao convite e falar um pouco pelo Nordeste, trazendo os dados, as pesquisas e o sotaque, para, assim, misturar este plenário com sotaques tão variados, trazendo um pouco não as populações, mas as mulheres, ou seja, o que acontece com as mulheres.

Eu queria dizer que sou médica sanitarista, trabalho com saúde reprodutiva há muitos anos, tenho mestrado e doutorado em demografia, sou demógrafa, e faço parte do Comitê Estadual de Mortalidade Materna de Pernambuco há muitos anos.

Então, quero colocar isto para tirar esse peso que se coloca sobre o papel dos demógrafos, como se a demografia fosse algo pesado, criado, para, de certa forma, defender interesses externos. Assim, defendo interesses do Nordeste, especialmente do meu Estado, Pernambuco.

O que queríamos trazer aqui? Primeiro, trazer o resultado de uma pesquisa feita em 2010, com dados recentes. Do mesmo jeito que, na medicina, tudo muda em cinco anos, em termos de população e demografia, tudo muda em cinco ou dez anos. E temos aqui um período de cinco anos, um período de mudanças.

Essa pesquisa foi feita com mulheres em três capitais nordestinas: Salvador, Recife e São Luís. Vou trazer alguns dados da pesquisa. Pedi para que fosse distribuído o Resumo Executivo, que contém mais do que vou trazer aqui, com relação à situação das mulheres em condição de abortamento no Nordeste, resultado do GravSus.

Sou da Universidade Federal de Pernambuco, que, junto com a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Maranhão, fez parte dessa pesquisa.

Os dados que vou trazer são parte da pesquisa *Morbimortalidade e atenção ao aborto no Nordeste brasileiro: uma abordagem interdisciplinar e multicêntrica*, feita com o apoio do Decit, do PPSUS, da Bahia e do Maranhão, e financiada pelo CNPq.

É um estudo multicêntrico, como já falei, com essas três universidades, a coordenação é da Profª Estela Aquino, da Bahia, e temos coordenadores locais. Isso tudo está no Resumo Executivo. Não vou demorar para não perdermos muito tempo com isso. Só quero fortalecer o caráter da pesquisa.

Então, qual é a problemática da pesquisa? O aborto é um problema de saúde pública no Brasil, particularmente no Nordeste, por causa da elevada ocorrência, dos procedimentos inseguros... O impacto da morbimortalidade com elevado potencial de evitabilidade – essas complicações são evitáveis –, custos para as mulheres, para a sociedade e para o SUS.

A criminalização do aborto. A perspectiva da pesquisa é que a criminalização do aborto provocada e os aspectos morais envolvido. Isso envolve o cuidado com as mulheres, mesmo no caso de abortos espontâneos. Ou seja, o processo de criminalização faz com que mesmo mulheres que cheguem a serviço em aborto espontâneo sejam tratadas e julgadas como se tivessem um aborto provocado, e não é papel do serviço julgar. O seu papel é acolher e cuidar.

Então, buscamos complicações que vão desde quadros leves até morbidade grave, *near miss* e óbitos. *Near miss* são aquelas mulheres que quase morrem. É um conceito novo das mulheres que quase morrem, que vão para a UTI, tomam sangue, fazem histerectomia... Não morrem, mas chegam perto da morte. São quase perdas.

A elevada frequência e a gravidade, que depende de quê? Da idade gestacional. Por isso, o período de 12 semanas é fundamental, porque, a partir deste período, a pessoa já tem um percentual de gravidade muito maior.

Dos procedimentos abortivos utilizados. Se a pessoa tem um aborto inseguro, se usa Misoprostol, as complicações dessas mulheres são diferenciadas.

Do contexto social dessas mulheres. Quem pode paga; quem não paga vai na sorte.

E da resposta do serviço de saúde no tratamento dessas complicações.

Toda a pesquisa foi baseada na norma técnica. Então, usamos a norma técnica como a base para ir em busca de informações, fazer todas as análises e usá-la como referência.

Os objetivos são caracterizar o perfil das complicações ligado ao abortamento e analisar os fatores associados à gravidez,; analisar a adequação e a qualidade da atenção prestadas às mulheres admitidas por complicações de aborto no SUS nas três cidades, como já falei.

É um estudo transversal, com mulheres a partir de 18 anos, porque, antes dessa idade, precisaríamos do consentimento da família, e muitas delas estavam ali sem que a família, inclusive, soubesse. Foram analisados 2.800 casos. Esses dados os senhores também podem olhar no resumo.

Foi um inquérito feito com essas mulheres. Conversamos com elas, fizemos um inquérito... Segundo, extraímos dados do prontuário dessas mulheres para comparar as informações. Fizemos a informação participante. Ou seja, passamos uma semana em três hospitais em cada cidade, olhando o que acontecia, como as mulheres eram tratadas, o fluxo de atendimento. E fizemos entrevistas com gestores de unidades, coordenações de centrais de regulação e Samu.

Então, aprovado pelo Conep...

Aqui está um pouco dos resultados. Quem são essas mulheres? Elas tinham 27 anos, 50% pardas, quase 34% pretas, 57% completaram o ensino médio e 86% tinham renda familiar inferior a R$1.500,00. Situação típica das capitais nordestinas.

História reprodutiva: 23% eram primíparas, ou seja, eram de primeira gravidez; 10% não tinham filhos, embora tivessem uma gravidez anterior – então, aquele já não era mais o primeiro aborto –, 71% tinham até dois filhos, 35,2% tinham um aborto anterior, dos quais quase 46% já eram abortos provocados.

Trouxemos essa informação sobre religião. Quem eram essas mulheres que estavam com complicações de abortamento no serviço? Se declararam católicas 41% delas; 25% se declararam sem religião; 20%, pentecostais; 9%, espíritas; e outras, da umbanda, do candomblé. Assim, nem todas eram católicas. Sem religião, na verdade, nós só tínhamos 25% dessas mulheres que estavam na pesquisa.

Em relação à busca do atendimento. O que fez essas mulheres procurarem o serviço foram dor e sangramento. Essas mulheres chegaram ao serviço com queixas de dor e sangramento, mas a maioria foi para o hospital público. E muitas dessas mulheres tiveram dificuldade em chegar ao serviço, sendo que a maioria foi por deslocamento, incluindo congestionamento.

Esse gráfico mostra quais foram as dificuldades institucionais. Ou seja, depois que essas mulheres chegaram ao serviço, por que elas tiveram dificuldade em serem atendidas? Bom, 45% dessas mulheres esperaram muito para serem atendidas; 27% das parturientes passaram primeiro, passaram na frente. Ou seja, mesmo que as mulheres estivessem sangrando ou com dor, independentemente de como elas estivessem, as parturientes passavam na frente. É como se a gestante, no serviço de saúde, tivesse um *status* superior às mulheres em abortamento, mesmo que estas estivessem em estado mais grave e mesmo que as mulheres estivessem em um trabalho de parto inicial. Outros 19% aguardaram vaga, porque, como a gestante tem prioridade, a vaga passa a ser negociada. E há outras dificuldades.

O que elas disseram? Ser preta foi um fator que explicou a dificuldade no acesso ao serviço.

Sobre as condições de chegada. A maioria delas chegava em boas condições no serviço de saúde. Uma em cada sete precisou de UTI; 48% chegaram em estado grave ou muito grave, a maioria em Salvador. Salvador é a cidade onde as mulheres chegam em estado grave, complicam e morrem mais. Do estudo todo, no período, tivemos dois óbitos em Salvador.

A respeito das complicações imediatas, a severidade dos quadros clínicos apresentados foi maior entre as mulheres jovens de 18 a 24 anos, as negras, as menos instruídas e as que nunca trabalharam e as que declararam não estar em uma união conjugal.

Do total, 26,4% declararam que provocaram aborto. Sabemos que esses dados são subinformados. Mesmo que tenhamos usado uma urna e solicitado a elas que respondessem, sabemos que é um dado subinformado. E, novamente, a maioria em Salvador. São Luís, 22%, e Recife, 8,4%. Além disso, 45% das mulheres declararam que não queriam engravidar à época e provocaram o aborto.

Em Recife, temos uma pesquisa realizada num período recente, que mostra que 64% das mulheres que estavam grávidas, que estavam no oitavo mês de gravidez, disseram que aquela gravidez em curso era indesejada. Então, se uma mulher com 31 semanas chega a afirmar que aquela gravidez é indesejada, aquela reação dela ou aquele sentimento antes da gravidez evoluir seria muito maior. Isto é uma coisa muito grave. E 31% das mulheres não estavam usando contraceptivo.

As taxas de complicação por aborto, ou seja, os motivos da complicação nessas mulheres são hemorragia e infecções. Em Salvador, temos 39% de hemorragia e 82% de infecção. O que isso quer dizer? Que a complicação por hemorragia gera, de certa forma, um atendimento imediato. A mulher corre e todo mundo ajuda,

porque ela está sangrando. Em relação à infecção, é aquela mulher com medo de ir para o serviço de saúde esperando que o problema se resolva sozinho.

Então, mais uma vez, Salvador tem uma taxa de complicação por infecção que é muito mais grave do que por hemorragia, porque ninguém está vendo, ninguém está sentindo, e elas chegam mais graves. Isso confirma o dado do porquê de a maior gravidade ser em Salvador.

E há outra coisa muito interessante. Esse fluxograma mostra como acontece o atendimento a essas mulheres. Então, esses elementos foram comuns nas três cidades e não só em Recife.

Então, o que temos de comum? Atendimento impessoal, com comunicação profissional usuária breve e rápida, sem explicação sobre o procedimento. As mulheres não sabem o que vai acontecer, ninguém explica, ninguém chega junto, ninguém diz o nome, ninguém pergunta o nome...

(Soa a campainha.)

A SRª SANDRA VALONGUEIRO – Desrespeito à privacidade das mulheres. Fala-se e se examina com as portas abertas, comunicam-se as coisas de uma forma completamente desrespeitosa. Há uma atitude de discriminação por parte dos profissionais, uma longa espera para a realização de procedimento... As mulheres ficam com fome 24 horas, porque o anestesista não quer fazer, principalmente quando descobre que esse aborto é induzido ou se ela diz. Elas ficam com fome, sob a justificativa de que elas precisam de jejum. Eu já fui anestesista e sei que não é preciso jejum de seis horas. Você faz uma "raqui" e resolve um procedimento.

Isto, fora casos, em São Luís, de curetagem sem anestesia. Isto em 2010. Realização exclusiva de curetagem. Só curetagem, curetagem, curetagem. Por quê? Porque é mais fácil para o profissional de saúde. A Amiu é uma técnica muito menos invasiva, que não precisa de anestesia, inclusive. Ela não é feita por quê? Porque você precisa conversar com as mulheres, você precisa chegar junto da mulher. É uma relação, uma pactuação para se fazer uma Amiu. Não é preciso anestesia. Você não vai lá, tira a consciência da mulher e faz a curetagem. Então, é muito grave dispor de um procedimento menos invasivo e escolher fazer um procedimento invasivo.

Compartilhamento do mesmo espaço com parturientes. Achamos que é uma perversidade colocar uma mulher que abortou junto com uma mulher que pariu, e é "autoburocrático", com poucas informações. Eu vi – ninguém me disse –, eu estava e eu vi uma profissional dizer: "Quem é fulana aqui? Está de alta, pode ir embora". Fez isto sem chegar perto, sem olhar. Isso se repete, não é só em Pernambuco. Então, há distinções entre cidades, entre as unidades e entre equipes. Mas isso é o que acontece no geral.

Essa tabela é superimportante.

Fizemos uma discussão com o Dr. Faúndes, no ano passado, sobre o que devemos fazer para evitar o aborto. A primeira coisa que ele diz é aproveitar essas mulheres em abortamento, internadas por abortamento, e garantir a contracepção pós-aborto dessas mulheres. É assim que você que está no serviço, o profissional de saúde, faz, é essa a conduta. E o que observamos nas três cidades? Receberam orientação sobre cuidado pós-alta 35%. Só em Recife foi um pouco acima. Em São Luís, 20%. Tiveram agendada a consulta de revisão pós-alta: 5% em Salvador e 4% em São Luís. Receberam informação sobre planejamento familiar: no Maranhão, 3%. Contraceptivo prescrito com orientação e onde obtê-los: no Maranhão, 1%; em Recife, 7%; em Salvador, 14%. Receberam orientação sobre o risco de gravidez imediata: no Maranhão, 9%.

Então, o que o serviço está fazendo? Se queremos evitar novos abortos, ao invés de colocarmos uma regra de criminalização, teríamos de aproveitar essas oportunidades que são oportunidades do serviço para poder evitar e ajudar aquelas mulheres a não engravidarem de novo.

Considerações finais.

A atenção ao aborto nas três cidades encontra-se distante do que propõem as normas brasileiras. Não as instituições internacionais, mas as normas brasileiras das quais nós compartilhamos, as quais nós compomos, pois trabalhamos nessas normas. E também está distante dos acordos assumidos pelo Governo brasileiro na Conferência do Cairo, onde a discussão do controle populacional foi substituído pela discussão dos direitos sexuais reprodutivos. Para quem não sabe, naquela conferência, o foco mudou. Acabou essa discussão de controle populacional, graças à participação do movimento de mulheres, não só do Brasil, mas de todos os países desenvolvidos onde essa discussão já tinha avançado.

Ênfase na dimensão curativa do cuidado. Como vimos, fazer curetagem e se livrar das mulheres. Negligência na prevenção e nas ações que reforçam a autonomia das mulheres no processo de decisão.

Recomendações.

(Soa a campainha.)

A SRª SANDRA VALONGUEIRO – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode. V. Sª tem mais um minuto.

A SRª SANDRA VALONGUEIRO – Está bem.

Adoção, pelos profissionais, de uma postura ética independente de valores morais e religiosos, superando a discriminação e desumanização do atendimento às mulheres.

Adoção de normas técnicas menos invasivas, como a Amiu, em regime de hospital-dia. Essas mulheres não precisam ficar internadas o dia todo. Reorganização da rede hospitalar.

Garantia às mulheres do direito à informação e à autonomia, com acesso ao conhecimento aos contraceptivos para o planejamento reprodutivo.

Estabelecimento de parâmetros e indicadores de avaliação de qualidade.

Avaliação regular da satisfação das usuárias, algo que não fazemos.

Efetivação da Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher no SUS, garantindo os direitos sexuais reprodutivos.

Cumprimento dos compromissos internacionais, da Conferência da ONU, das Metas do Milênio, da Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

Garantia da laicidade do Estado, com revisão da legislação vigente.

Esta é a nossa conclusão.

Sempre agradecemos às 2.804 mulheres que fizeram parte da pesquisa e queremos agradecer a oportunidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Ficou exatamente nos 15 minutos. Essa foi a Srª Drª Sandra Valongueiro, estudiosa do tema que deu aqui a sua contribuição.

Agora, temos dois encaminhamentos que eu queria combinar com vocês. Temos aqui, intercalando um a favor e um contra, oito pessoas do plenário, conforme combinado com aqueles que pensam diferente. E é bom o pensamento diferente, a divergência. Mas temos também os nossos convidados que já gostariam de fazer algumas perguntas entre si. Qual é o encaminhamento que vocês entendem ser o mais adequado? O que vocês acham melhor? É claro que os convidados terão direito a falar mais uma vez, pois é praxe. Eu sempre dou cinco minutos para cada convidado depois das ponderações.

O Senador Magno Malta, como sempre, é um Senador que fala a qualquer momento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu peço a palavra como Relator.

Eu queria fazer um encaminhamento. Aliás, eu sou proponente dessas cinco audiências públicas para nós debatermos e ouvirmos todo mundo. Acho que nós que vivemos em uma democracia, e todo mundo tem de ser ouvido. Você não tem de ser sectário e levar a coisa para um lado sem ouvir ninguém. É como alguém que é assassino porque se ouviu só uma versão. Acho que o debate é importante para convencer ou para perder o convencimento, mas é absolutamente importante.

Na minha visão, de Relator, penso que as pessoas que estão aqui, as pessoas que estão querendo entender o processo, Senadores, Deputados, as pessoas que vieram e são favoráveis ou são contrárias, que têm posições firmadas ou não, que ainda têm seus senões, suas dúvidas entre uma situação e outra, penso que essas pessoas perguntarem aos nossos debatedores é algo salutar.

Agora, um debatedor perguntar para outro, enfrentar a posição do outro, é algo que, para mim, que sou Relator e preciso formar consciência disso, não serve para nada. Para mim, vai virar um bate-boca desnecessário. E penso que cada um tem direito a ter a sua posição, da maneira que enxerga e da maneira que os seus estudos lhe apontam.

Então, penso que as pessoas perguntarem para a doutora que acabou de falar aqui, para os doutores que falaram aqui e expuseram suas posições, perguntarem para o padre, e cada um colocar a sua posição... Senão, fica parecendo que um quer desmentir o outro publicamente. Aí o outro diz: "Não, eu quero a palavra, quero falar, porque fui citado." Eu acho que isto não é de bom tom, na minha visão, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Entendi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Então, penso que essa é a orientação. Acho que as duas mesas devem ser inquiridas. As perguntas devem vir para que cada um dê a sua resposta, porque você forma consciência, você se forma na informação ouvindo, dessa forma.

A mim não acrescenta nada o "eu te desminto e você me desmente", o "você me citou." Aqui não se pode nem invocar o art. 14, pois, se nós, que usamos o Regimento Interno, invocarmos o art. 14, o "cara" é obrigado a dar a palavra a ele, porque temos de ir lá nos defender.

Então, não tem essa história aqui. Eu estou propondo que os nossos debatedores fiquem à vontade para responder perguntas dentro daquilo que expuseram. Acho que fica um debate muito mais salutar, para que ninguém saia daqui com raiva de ninguém. Nós estamos debatendo uma situação delicada, uma situação grave, que envolve a vida, que envolve valores, e é preciso que saiamos daqui muito bem, e não com aquela

sensação de que "eu tenho raiva de você porque eu sou desse lado e você tem raiva de mim porque você é do outro". Acho que isso não seria de bom tom ou de boa saúde, mas o Presidente decide. Nós não temos nem Plenário aqui para poder consultar. Acho que a decisão é sua mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu vou tomar a decisão, que, na verdade, é um meio-termo, porque vai contemplar a sua preocupação e também a preocupação dos nossos painelistas.

Então, eu vou, de imediato, dar a palavra para os nossos oito escolhidos do plenário para que eles, pela sugestão do Magno Malta, deem preferência a, mais do que marcar uma posição, dirigir perguntas aos nossos convidados.

E, ao mesmo tempo, no encerramento, eu vou dar, para as considerações finais, cinco minutos para cada convidado, porque esse é um tema, de fato, importante. Eu teria que estar no plenário, assim como o Senador Magno Malta, mas, pela importância do tema, a não ser que haja uma votação nominal, nós vamos continuar aqui participando do debate.

Então, de pronto, eu peço que cada um dos nossos oito convidados seja preciso nas perguntas e se dirija a quem entender mais adequado. Nós ganhamos tempo para permitir que todos os convidados possam fazer suas considerações finais, nas quais cada um vai argumentar. É claro que eu vou também, porque é praxe nesta Comissão, passar a palavra, no momento adequado, a Deputados. Sempre fiz isto. Deputado aqui não tem que pedir a palavra, só não fala se não quiser. Sempre fiz isso. E o Deputado presente, Deputado Marco Feliciano, vai poder usar a palavra, assim como o Deputado Flavinho, no momento adequado.

Então, vamos agora, conforme o combinado, conceder a palavra à Drª Rubenita Lessa, advogada do Piauí.

Só peço cuidado mesmo com os cinco minutos.

A SRª RUBENITA LESSA – Bom dia a todos.

Meu nome é Rubenita Lessa e sou do Piauí. Eu gostaria de fazer duas perguntas – uma para a Drª Sandra e uma para a Srª Jolúzia – e minhas considerações.

Eu gostaria de perguntar para a Drª Sandra o seguinte: se, no caso dessa pesquisa que o GravSus fez, na qual foi constatado que as mulheres foram submetidas à curetagem sem anestesia, ela, como médica, procurou identificar quem são esses profissionais e se fez uma representação ao CRM da região, já que atua em defesa das mulheres. E pergunto, mais adiante, se elas já fizeram algum trabalho no sentido de avaliar possíveis danos psicológicos das mulheres que decidiram fazer o aborto.

Eu também gostaria de falar que o Brasil é signatário do Pacto de San José da Costa Rica. O próprio GravSus apontou agora, como recomendação, que o Brasil cumpra os acordos internacionais. Que bom que o GravSus disse isso, porque, de fato, o Pacto de San José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário desde 1992, deve ser cumprido pelo Brasil. E esse pacto é fundado no respeito aos direitos humanos essenciais.

De acordo com o art. 4º, item 1:

Art. 4º – [...]

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

Ainda, o mesmo Pacto diz, no art. 4º, item 5, que não se deve impor pena de morte à mulher em estado de gravidez, ressaltando que esse bebê, que agora querem chamar de feto, coisificando pessoa, tem direito a ter sua vida protegida, sim.

O Pacto de San José da Costa Rica deve ser obedecido, pois, de acordo com ele, e o Brasil se obrigou a cumpri-lo, ninguém pode ser privado da vida. E esse "ninguém" a norma interpreta em sentido amplo. Nesse "ninguém", considerando que ele fala que é desde a concepção, está incluído o feto, como querem dizer.

Espanta-me ouvir médicos dizerem que sempre a questão é o aborto inseguro, clandestino. É muito estranho, porque o Código de Ética Médica diz, nos seus Princípios Fundamentais, no seu art. 6º, que o médico jamais utilizará seus conhecimentos para causar sofrimento físico, bem como para o extermínio do ser humano. E, à luz do Pacto de San José da Costa Rica, o feto é um ser humano. Ele não é pessoa, mas é um ser humano.

Costumo dizer que os que se dizem defensores dos direitos humanos não podem, não podem sustentar que são defensores dos direitos humanos se são incapazes de defender o direito humano mais essencial, que é o de a pessoa em formação ter direito à sua continuidade de projeto natural, natural biológico, de conclusão da sua formação. Todos nós que aqui estamos um dia fomos esses bebês no ventre das nossas mães, fomos esses fetos que querem matar, dizem eles, até a décima segunda semana de gestação.

Aqui, faço questão de dizer, como nordestina, que o Nordeste não quer aborto. Sou mulher e sou defensora das mulheres também. É por isso que digo: mulheres, vocês não são obrigadas a engravidar. O Brasil não obriga vocês a engravidar. Existem métodos anticoncepcionais. Por que eles não são enfatizados? Quanto o SUS tem gastado com a prevenção das gravidezes? Inventaram até a camisinha feminina, porque não querem

imputar só ao homem a obrigação de não engravidar. A mulher também tem sua obrigação. A mulher tem direito à liberdade sexual, sim. Ela pode ter relação sexual com quem ela quiser.

(Soa a campainha.)

A SRª RUBENITA LESSA – Inclusive, uma declaração que não foi assinada pelo Brasil diz que ela pode se associar com quem ela quiser para qualquer tipo de relação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A SRª RUBENITA LESSA – Ela sabe, e, se não sabe, o Brasil deve se obrigar – como é obrigado – a divulgar os métodos anticoncepcionais. Sai muito mais caro internar para fazer aborto do que qualquer modalidade que seja.

Eu, como mulher, vou dizer muito alegremente que minha irmã está gestante. Ela fez este ultrassom que mostro para vocês. Como veem, o feto aqui fica como quem brinca no ventre dela. E ele só tinha, ao tempo do exame, onze semanas e quatro dias.

Este aqui pode morrer? A pergunta realmente é esta: a mulher vale mais do que este bebê? É essa pergunta que nós temos que fazer? Este bebê não tem importância?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dezoito segundos.

A SRª RUBENITA LESSA – Este pode ser morto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou ser rígido no tempo.

A SRª RUBENITA LESSA – Sim, estou observando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se não, vou passar para treze minutos.

A SRª RUBENITA LESSA – Sim, estou observando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E vou descontar esta minha interrupção.

A SRª RUBENITA LESSA – Estou observando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você tem mais dez segundos, porque eu te interrompi.

A SRª RUBENITA LESSA – Estou de olho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vá lá, então!

A SRª RUBENITA LESSA – Aqui, neste exame, é possível escutar. Eu espero que o áudio seja capaz de captar.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

A SRª RUBENITA LESSA – Esse é o batimento do coração do meu sobrinho, com onze semanas e quatro dias.

Portanto, é vida humana, sim, e o Brasil tem o dever de não aprovar a legalização do aborto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ficou exatamente nos cinco minutos. Não passou um segundo.

Agora, passo a palavra para a diretora da Associação Brasileira de ONGs, Eleutéria Amora, a quem faço o mesmo apelo de que fique nos cinco minutos.

Por favor.

A SRª ELEUTÉRIA AMORA – Bom dia a todas e a todos.

Quero saudar o Presidente.

Acho que este é um momento, de fato, muito importante para nós que somos feministas no Brasil. Esse é um tema independente das nossas convicções pessoais. E aí faço um apelo para que essas convicções pessoais fiquem com seus grupos, com aquele que defende determinada posição. Na verdade, estamos num impasse. As mulheres continuam morrendo por fazer abortamento inseguro.

Sou do Rio de Janeiro, e não há algo mais triste do que o que aconteceu com a Jandira, com a Elisângela... E quantas, quantas mulheres não estão passando por isso?

Quando se fala nas mulheres pobres, nas negras, mesmo falando ao contrário, também vou dizer: quem tem a possibilidade de fazer aborto no Brasil? As que têm recursos. Saem do País e vão para os países vizinhos ou o fazem com segurança, mas as pobres, não. E nós temos que garantir no SUS.

Sou mãe de três filhas e vou ser avó. Minha filha pôde escolher ter uma filha, mas ela pôde escolher, porque ela tem uma profissão, porque ela trabalha, porque ela está em condições. E a gravidez pode não ser desejada em qualquer momento da vida, não só com adolescentes. Em qualquer momento, nós podemos não querer dar continuidade àquela gravidez.

Então, o debate precisa ser amplo e levar em consideração que é uma calamidade pública. O Estado brasileiro é responsável pelas mortes das mulheres em situação de risco, em abortamento inseguro, pois é signatário de vários acordo internacionais. Então, faço a pergunta: o Brasil não deve cumprir os seus acordos

internacionais quando se fala de direitos sexuais e direitos reprodutivos? Então, é só para dizer que vai fazer um acordo? E isso não deve ser cumprido?

Nós temos nossas posições de acordo com nossas convicções, que são formadas desde que nascemos, e essas convicções vão se sedimentando. Mas nós estamos falando de políticas públicas, da autonomia das mulheres. O que é autonomia das mulheres para os senhores e as senhoras, para os debatedores e as debatedoras? O que é essa autonomia? Porque, hoje, a Constituição garante a laicidade do Estado brasileiro, mas ela não é cumprida. A minha religião não deve interferir em políticas públicas. Minha religião é eu e meu Deus, em quem eu acredito. Isso não deve vir para o debate de políticas públicas. Então, esse é um debate mais profundo. Tem pesquisa, tem estudo... Vamos pegar isso e vamos avaliar de uma forma coerente e vamos garantir o que é principal, que é a vida das mulheres, a vida de quem vai nascer, mas não na hipocrisia, porque muitos que são contra o aborto publicamente têm namoradas e amantes e pagam para fazer aborto.

Vamos para um debate sério e aberto. Quem está morrendo? O que acontece no Brasil? E vamos legalizar o aborto não porque defendemos o aborto, mas para garantir a vida das mulheres e porque o Estado brasileiro deve dar às mulheres o direito de decidir se querem ou não ter um planejamento decente...

(Soa a campainha.)

A SRª ELEUTÉRIA AMORA – ..., o acesso – já estou concluindo –, o acesso aos métodos, as condições para que elas possam ser atendidas. Isto é que nós queremos.

Estamos mobilizadas hoje no País inteiro. Queremos que saibam que nós não vamos descansar, mas estamos abertas ao debate franco e sincero e levando em consideração todas as questões. E acredito que vamos conseguir vencer essa luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Trinta segundos.

A SRª ELEUTÉRIA AMORA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Terminou no tempo também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esta foi a Diretora da Associação Brasileira de ONGs, Eleutéria Amora.

De imediato, Luis Eduardo Girão, do Movimento pela Vida e Não Violência.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Magno Malta fez uma ponderação que tenho que dividir com vocês.

Vai ser votada em, no máximo, 20 minutos, segundo informação que nos chegou, a Medida Provisória nº 668.

Então, os dois estamos com um problema, porque vamos ter que ir para lá. Então, se todos puderem ser mais breves, ajudará muito. Senão, vamos ter que encerrar, talvez até...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Só uma orientação. Assim que começa a votação, é obrigatório suspender tudo na Casa. Como essa 668 é mais um pacote de Dilma contra os trabalhadores, nós temos que estar lá para "segurar essa onda". Então, daqui a pouco, se começar a votação, nós vamos ser... A Mesa vai mandar que se encerre tudo, porque é regimental.

Então, o Paim faz esse apelo porque nós, até porque ouvimos nossos painelistas e agora falam as pessoas que são favoráveis e são contrárias, se formos mais sucintos, vamos acabar ganhando, para não termos que suspender a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Vamos lá, Luis Eduardo!

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Senador Paulo Paim, Senador Magno Malta, integrantes da Mesa,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A sugestão da Mesa é que sejam três minutos para cada um.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Tudo bem, vou tentar finalizar até em menos.

O que gostaria de colocar é que, hoje em dia, nós não precisamos... Existem milhares de argumentos religiosos, milhares de argumentos religiosos para defender a vida desde a concepção, fortíssimos, todos eles, e nós não precisamos de nenhum deles. A ciência hoje está ao lado da vida desde a concepção. Basta você avaliar os números com serenidade, com isenção e com verdade, que eu acho que é a palavra-chave.

Aqui está, Senador Paulo Paim... Eu não sei a câmera tem condição de mostrar aqui, na minha mão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já pegou. Já está na tela.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – ..., um bebê com 11 semanas de gestação. Onze semanas de gestação! Tamanho real! É isto que a gente está discutindo hoje, Senador Magno Malta. Esse bebê já está praticamente todo formado, fígado, rins... Com 18 dias da concepção, o coração já bate, já é possível detectar as batidas com

aparelhos de ultrassom muito modernos. Então, nós não podemos colocar uma venda nos olhos para uma situação clara como essa. Nós temos que encarar.

A questão que eu gostaria de colocar aqui é que não existe aborto seguro. Onde existe aborto seguro? Aborto é algo invasivo na mulher. E não é só a criança que sofre, não, Drª Lia, pois a mulher sofre sérias consequências psicológicas, provadas pela universidade britânica de psiquiatria.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Inclusive, eu trouxe os dados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Ela tem 34% a mais de possibilidade de risco de ansiedade quando faz o aborto, 37% a mais de possibilidade de depressão, 110% mais propensão ao alcoolismo e 155% mais de propensão ao suicídio. Que defesa da mulher é feita para a questão da legalização do aborto, se a vida dela é afetada para sempre? Então, a gente tem que ter uma realidade em relação a esse assunto.

Eu quero parabenizar o Senado por essa oportunidade do debate. Acho isso importante, porque são vidas que estão sendo salvas.

Eu queria apenas mostrar, Senador, que eu trouxe para o senhor, esse DVD, o *Blood Money*. É um DVD americano, de uma investigação jornalística feita na indústria. Há um interesse muito pesado na indústria do aborto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cinco segundos.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – ..., que tomou conta dos Estados Unidos, e esse documentário mostra quem é que está por trás, financiando, inclusive ONGs brasileiras.

(Soa a campainha.)

(Interrupção do som.)

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO (*Fora do microfone*.) – Eu peço uma CPI do aborto aqui, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

De imediato, chamo Maria das Neves, Coordenadora da Juventude da UBM, e lembro que serão três minutos.

A SRª MARIA DAS NEVES – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar o Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, e o Senador Magno Malta. É importante para a democracia brasileira um debate como este. Quero saudar todos e todas aquelas que participam deste momento, porque acredito que todas e todos que aqui estamos defendemos a vida. Defendemos a vida sob concepções diferentes, mas todos defendemos a vida.

Diz a Bíblia que todos nós somos iguais perante os olhos do Pai. E, nessa perspectiva, todos nós lutamos igualmente pela vida, pela vida de homens e mulheres e das nossas crianças. Por isso, lutamos contra a redução da maioridade penal e, por isso, fazemos um debate como esse, tão importante para os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. É, sobretudo, uma questão de saúde pública no nosso País.

Eu quero falar como jovem. Mais do que como militante da União Brasileira de Mulheres, da União da Juventude Socialista e como feminista, eu gostaria de falar como uma jovem negra, uma jovem como a Jandira, como a Elisângela, que não tiveram a oportunidade de falar aqui para os senhores e para as senhoras, que cerca de um milhão de abortos são efetivados no nosso País, segundo a Organização Mundial de Saúde. Esses dados nos chocam e são um problema para o nosso País, um problema que tem que ser enfrentado pela sociedade brasileira, pelo Congresso Nacional e por todas e todos aqueles que têm religião ou não, porque há jovens morrendo neste País, sobretudo jovens pobres, na sua grande maioria negras como eu, mas negras que poderiam estar ajudando a desenvolver o nosso País, tendo uma educação de qualidade e acesso à universidade, mas padecem nas clínicas clandestinas.

Há, de fato, uma indústria do aborto, e, por isso, a regulamentação é necessária, para que o Estado brasileiro possa ter o controle sobre esses procedimentos e salvar a vida de inúmeras mulheres.

Cerca de 30 mil abortos eram efetivados no Uruguai. Com a legalização, com a regulamentação do aborto, esse número caiu...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DAS NEVES – ... para quatro mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A SRª MARIA DAS NEVES – Portanto, acredito que há alguns mitos que nós precisamos debater nesta audiência. Primeiro: não há uma universalização dos métodos contraceptivos no nosso País. Há uma ausência do planejamento familiar, que ainda precisa ser encarado como uma questão de saúde pública necessária para prevenir a gravidez precoce na adolescência, um dos principais motivos que causam a ausência da juventude, das jovens adolescentes, e retiram essas jovens da sala de aula. Portanto, é a universalização do planejamento familiar entre os métodos contraceptivos ainda uma necessidade.

E, por fim, o papel da educação. Acabamos de aprovar o Plano Nacional de Educação. Infelizmente, tivemos um item retirado dele, a flexão de gênero, questão que ainda acentua, que é o machismo e as diversas formas de opressões presentes na escola brasileira e que devem ser combatidos.

Portanto, a educação é estratégica, Senador Paulo Paim, para que possamos combater a reprodução do patriarcado, porque, se a ditadura acabou no nosso País...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Três segundos.

A SRª MARIA DAS NEVES – ..., ela não acabou para as mulheres.

(Interrupção do som.)

A SRª MARIA DAS NEVES (*Fora do microfone*.) – São cinquenta mil estupros todo ano. Precisamos, então, avançar no combate ao machismo e... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Vamos, agora, ao Nazareno Feitosa, representante do Movimento Brasil Sem Aborto.

O SR. NAZARENO FEITOSA – Senador Paulo Paim, Senador Magno Malta, demais debatedores, público presente, senhores ouvintes, vou tentar ser bem breve, pois teremos mais itens para falar.

No Direito – os Senadores guardam também a nossa Constituição, como sabemos –, existe a questão da antinomia entre princípios. Então, quando princípios como o princípio do direito à vida e o princípio da autonomia da vontade estão em disputa, tem que prevalecer aquele que é fundamental. E o princípio do direito à vida é mais importante.

Então, do ponto de vista jurídico, o princípio do direito à vida está acima do da autonomia da vontade. E o aborto, como dito, é evitável, a gravidez é evitável, exceto no caso de estupro, que o CPP já contempla. Nós devemos é responsabilizar para a mãe poder gestar – qual o problema? –, dar apoio... Brinco com o Bassuma dizendo que o Estatuto do Nascituro é o estatuto também da gestante, porque apoia a gestante, porque responsabiliza o pai e dá todo o apoio para a mulher, que deve ser apoiada, sim, para que ela não precise matar uma criança, o que é o problema do aborto.

Legalizar aumenta a quantidade de abortos – vimos aqui as estatísticas –, aumenta a indústria, e a lei, de qualquer maneira, inibe a ação. As estatísticas têm sido manipuladas, como sabemos. Hoje, no nosso sistema de saúde, faltam leitos até para nascer, além de faltar para os casos de câncer, como foi dito. Negros e mulheres foram discriminados antes, como os plebeus, pois achava-se que o sangue dos nobres era azul. Os negros e as mulheres eram considerados sub-raças, e, por isso, foram escravizados e dominados, todo esse problema.

Quando chegou o regime nazista, eles disseram: "Os judeus, os deficientes físicos, os homossexuais e outros têm que ser exterminados, porque eles não são arianos, não são da nossa raça". É um processo de eugenia, não é?

(Soa a campainha.)

O SR. NAZARENO FEITOSA – Então, a gente precisa ter esse cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A Mesa está nos cobrando encerrar as audiências, porque a medida provisória já está em encaminhamento de votação.

O SR. NAZARENO FEITOSA – Importante: a população brasileira não quer legalizar o aborto. Um ovo de tartaruga é um ser vivo e matá-lo é crime, mas uma criança, não, para muitas pessoas.

E, quanto à redução de danos, como bem falou a Drª Lenise, em vez de educar e prevenir, reprimir o crime? O que seria melhor, então? Dar coletes e fuzis para os criminosos, já que eles estão morrendo quando vão cometer crimes? Não! Então, não faz sentido protegermos o crime protegendo a ação dele. Temos é que educar, prevenir e ajudar as mulheres e responsabilizar os pais nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dez segundos.

O SR. NAZARENO FEITOSA – Então, parabenizamos o Senador Magno Malta e todos os demais participantes pela contribuição e nos colocamos à disposição aqui também para colaborar no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Cíntia Barenho, da Marcha Mundial da Mulheres, por favor.

Três minutos.

A SRª CINTIA BARENHO – Bom dia a todos e todas.

Para nós da Marcha Mundial das Mulheres, a continuidade da criminalização das mulheres que praticam o aborto inseguro, clandestino, em um Estado de direito, em um estado laico, precisa parar.

Nós mulheres estamos expostas à vulnerabilidade da atual legislação sobre o aborto, um misto de criminalização e omissão à vida das mulheres. Para nós da Marcha Mundial, é inadmissível que não sejamos cidadãs de plenos direitos. Nossa cidadania é negada quando vivemos em um estado laico que se deixa interferir pelas doutrinas religiosas para criminalizar e, mais, omitir, permitindo a morte de milhares de mulheres que recorrem à clandestinidade para exercer o seu direito de escolha.

Nós mulheres não somos subalternas. Temos, sim, capacidade plena de pensar e de decidir sobre os nossos corpos, de escolher os rumos da nossa vida.

A maternidade não pode ser uma imposição. A sociedade patriarcal tem nos negado a autonomia sobre os nossos corpos e a nossa sexualidade e nos tratado como meras reprodutoras do sistema.

Falou-se aqui dos homens. Para os homens, o aborto é legalizado. Os homens continuam pensando que somente as mulheres são responsáveis por evitar uma gravidez e não assumem a paternidade. E, duplamente, as mulheres são criminalizadas ou discriminadas, seja por terem uma gravidez indesejada, seja por praticarem um aborto clandestino.

Precisamos fazer um debate calcado na realidade das mulheres que abortam. Qual a diferença das mulheres que estão no Uruguai e que têm, agora, o aborto legalizado e são cidadãs plenas de direito para nós mulheres brasileiras, que estamos morrendo em clínicas clandestinas e recorrendo a todo esse sistema de aborto clandestino?

Quais são as mulheres impedidas de decidir? Concretamente, as mulheres pobres e negras. Porque aquelas que têm renda, aquelas que têm dinheiro podem recorrer ao mercado e podem fazer um aborto numa clínica, digamos, certamente um pouco mais segura.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A SRª CINTIA BARENHO – A prática clandestina coloca a vida e a saúde das mulheres em risco. Fazer um aborto, para a maioria das mulheres, não é um ato simples, ainda mais quando tem que ser na clandestinidade. As mulheres convivem com a prática silenciada por causa da vergonha, da culpabilização, da humilhação e do medo de serem criminalizadas.

Por fim, nós, feministas da Marcha Mundial das Mulheres, afirmamos que o aborto deve ser um direito fundamental para as mulheres decidirem sobre suas vidas e garantir o livre exercício da sexualidade.

A interrupção de gravidez indesejada não pode ser crime e deve ser garantida pelo serviço público de saúde de forma gratuita. Sim, aqui, no Brasil, nós temos o SUS, muito diferente dos Estados Unidos, onde não há um sistema único de saúde.

A maternidade deve ser uma decisão livre e desejada, não uma obrigação das mulheres. E nenhuma mulher deve ser presa ou maltratada por ter feito um aborto. É essa hipocrisia da hemorragia. E precisamos legalizar o aborto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dez segundos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Luiz Bassuma, autor do Estatuto do Nascituro.

O SR. LUIZ BASSUMA – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos os participantes da Mesa e ao Deputado Marco Feliciano, que nos honra com sua presença.

Eu prefiro ficar, no dia de hoje... Na Mesa, um dos expositores falou em 300 mulheres – esses números são muito variáveis – que morreram em decorrência de aborto, entre aspas, "inseguro". Mas eu prefiro aqui ficar com as estatísticas mostradas no *data show*, mostradas no painel da audiência passada. Duas doutoras, Mantovani e Kipman, mostraram – DataSUS, informação do Governo – que mais de quatrocentas mil mulheres morreram. Dessas, 62 foram decorrentes de aborto. Então, prefiro ficar com a estatística da audiência passada, que foi muito mais positiva, muito mais efetiva, muito mais contundente.

E aqui se defendeu abertamente o que eu acho uma coisa absurda para quem tem algum estudo de Medicina. O Citotec foi, indiretamente, aqui recomendado, e seu uso é crime no Brasil, e a "pílula do dia seguinte", que é uma bomba de hormônios terrível, o foi quase que para uso rotineiro, como se isso não viesse a causar consequências graves à saúde da mulher que vai usar rotineiramente por desconhecimento, por ignorância de que aquilo é uma bomba de hormônios em seu corpo.

Mas vou encerrar até antes do tempo porque quero só fazer propaganda de um filme de que o Luís já falou. Esse filme tem de ser visto. No ano passado, ele passou em salas de cinema de todas as capitais. O *Blood Money* é de 2014 e retrata a indústria de aborto nos Estados Unidos, que são a grande vitrine no mundo para quem é defensor da legalização do aborto. Mostra a indústria lucrativa. Lá, morrem pessoas por causa do lucro que está por trás disso. É dinheiro, não há higiene... São denúncias terríveis. Então, é preciso que as pessoas assistam a esse filme, ou, pelo menos, a uma síntese que está no YouTube.

Então, não existe aborto inseguro. E querem dizer que aqui, no Brasil, vai funcionar porque vai pelo SUS. Rapaz, as gestantes não têm apoio no SUS para pré-natal! Agora, o SUS vai ter qualidade para fazer aborto,...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ BASSUMA – ... que é caro, que é arriscado? Isso é uma falácia das falácias, como se o nosso SUS fosse o modelo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cinquenta segundos.

O SR. LUIZ BASSUMA – Eu vou encerrar em cinquenta segundos, Senador Paulo Paim. Esse assunto, Deputado Paulo Paim, não tem meio-termo. Na política, V. Exª é muito bom, um especialista, ótimo em buscar um meio-termo, perfeito. Muitas vezes, isso é possível nesta Casa democrática. Mas, nesse assunto, Senador, isso é irreconciliável. Há extremos que não têm acordo. Sabe por quê? Nós, que estamos defendendo em um minuto... Eu tenho vinte segundos. Eu quero usar meu tempo para defender a vida das mulheres do mundo, mas também a das crianças, que não podem morrer. Isso é irreconciliável! Não há meio-termo! Quem defende a legalização do aborto defende matar crianças inocentes, assassinato hediondo. Então, quanto a isso, nunca haverá acordo.

Eu espero ter salvado a vida de alguma criança, já que a TV Senado está transmitindo isto, nestes segundos que eu falei.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra à Ana Liési Thurler, Fórum das Mulheres do DF e Entorno.

Eu acertei aqui, pessoal...

A SRª ANA LIÉSI THURLER – Eu vou cumprimentar todos os...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu vou descontar o seu tempo. Segure um pouquinho para eu me explicar.

Quando começar a votação, pessoal, eu vou encerrar. Eu sou obrigado a ir. Então, enquanto ainda está no encaminhamento, eu vou deixando correr. Iniciando a votação, eu sou obrigado a ir. E aí nós vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É isto que estou dizendo. Eu estou explicando e já estou perdendo um minuto. Eu quero assegurar, inclusive, agora, a fala da Ana. Eu havia me comprometido a dar três minutos a cada um dos convidados para suas considerações finais, mas, se iniciar a votação, eu encerrarei. Quem falou, falou; quem não falou, não falou.

Por favor, Ana, seus três minutos.

A SRª ANA LIÉSI THURLER – Eu quero saudar todos, Parlamentares, homens e mulheres presentes aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Acredito que não vai começar, viu? Pode ficar tranquila.

A SRª ANA LIÉSI THURLER – ... e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Digo pela minha experiência.

Vai, Ana!

Estou descontando o teu tempo e te interrompendo. Fica tranquila.

A SRª ANA LIÉSI THURLER – Pois é, porque teria que começar os meus três minutos agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora.

A SRª ANA LIÉSI THURLER – Eu não vou reforçar que o aborto é uma questão de saúde pública, porque esse é um enfoque que tem sido privilegiado o tempo todo. Nós temos que reconhecer que a questão da saúde está imbricada.

Eu sou filósofa e socióloga, sou doutora em Sociologia e mestre em Filosofia. Eu quero contestar este argumento falacioso de que nós temos vida humana na célula– ovo. Vida nós temos até no espermatozoide e no óvulo. O óvulo não é morto. O espermatozoide não é uma célula morta, é uma célula viva.

Há mais de dois mil anos, os pré-socráticos já diziam que a realidade é o vir a ser, é transformação permanente. A semente de um carvalho é semente de um carvalho, não é o carvalho frondoso. E mesmo nós, quando

nascemos, ainda não estamos prontos. Precisamos de todos os cuidados para continuarmos a nos desenvolver, a crescer e a nos tornarmos seres humanos, conquistar a racionalidade, conquistar a sociabilidade e tudo mais. Então, quanto à questão de que a célula-ovo é a vida humana e ponto, não, porque a realidade não é cristalizada. Os pré-socráticos já diziam isto.

Agora, eu quero contribuir mesmo colocando que, ao lado da percepção importante de que o aborto é uma questão de saúde, o aborto se coloca quando aparece uma gravidez não desejada. É a perspectiva de um filho não desejado. Então, eu quero colocar que um filho não desejado tem intersecção com a questão de gênero, de classe e de raça.

O Pelé, por exemplo, teve vários filhos com algumas mulheres. Ele reconheceu todos os seus filhos com mulheres brancas, mas não reconheceu a única filha que ele teve com uma mulher negra. Essa filha correu muito atrás desse reconhecimento, e ele só a reconheceu juridicamente porque não teve opção. Depois, ela ainda viveu mais dez anos querendo o reconhecimento completo, afetivo e social, e não teve esse reconhecimento.

Eu posso colocar também a intersecção com classe. Eu fiz uma pesquisa grande em 40 pontos do Estado do Piauí e lá encontrei uma professora que...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A SRª ANA LIÉSI THURLER – ... me disse: "Ana Liési, você pode fazer essa pesquisa também com os professores? Porque nós temos um pai, eu e meus sete irmãos, que teve todos os filhos com a mesma mãe e não reconheceu nenhum deles". Por quê? Porque o avô não permitiu, já que a mãe era pobre e tinha baixa escolaridade. Quando o avô morreu, esse pai, com 89 anos, foi ao cartório reconhecer esses oito filhos. Isso é verdade, eu testemunhei e acompanhei.

Também quanto ao gênero. Se nós estamos discutindo aborto, não podemos deixar de falar que a questão do filho não desejado é uma questão para as mulheres e outra questão, completamente diferente, para os homens. Os homens criaram uma legislação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nove segundos.

A SRª ANA LIÉSI THURLER – ... com toda uma tecnicidade que eles podem ter para fugir do filho não desejado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluiu o tempo.

A SRª ANA LIÉSI THURLER – (Fora do microfone.) Nós temos em torno de 400 mil homens, no Brasil, que, a cada ano, não reconhecem os seus filhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por favor.

Para que os outros também não...

Seu tempo está concluído.

Eu lhe dei até 3min10s.

A SRª ANA LIÉSI THURLER – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fará no momento adequado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos agora...

Eu vou agir da seguinte forma.

Devido ao nosso tempo, eu vou fazer um apelo aos dois Deputados para que um fale, talvez o Marco Feliciano, porque acho que a posição é a mesma, e o Flavinho...

Abre mão, Flavinho?

Vai falar, sim. Aqui fala todo mundo, contra ou a favor.

E todo mundo sabe que eu ajo assim e sempre agirei assim.

E, na minha Comissão, todos os Deputados e Senadores que estiverem presentes, a não ser que haja acordo, falam.

Com a palavra o Deputado Federal Marco Feliciano.

Eu espero que ele fique no mesmo tempo dos convidados.

Nós estamos dando três minutos para cada convidado, inclusive para as considerações finais.

O Deputado Marco Feliciano está com a palavra.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC – SP) – Senador Paulo Paim, muito obrigado pela oportunidade. Só vou pedir para que V. Exª não me interrompa porque eu conheço o trâmite da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC – SP) – Para que eu não perca a linha de raciocínio aqui.

Eu queria dizer às pessoas que praticamente vaiaram quando o senhor anunciou a minha presença que, para estar aqui, nesta Casa, é preciso ter votos, e eu tive 400 mil votos. Então, tenho voz ativa nesta Casa para representar quem quer que seja.

Sr. Presidente, quanto à questão do aborto, eu queria começar somente com um pensamento. Todos os defensores do aborto aqui nasceram. Ninguém que não nasceu está aqui para se defender.

Eu vou deixar a questão da religião de lado e quero dar um testemunho.

Eu nasci com oito buracos na minha cabeça, feitos pela agulha de tricô da minha mãe. Minha mãe tinha uma clínica de aborto clandestina. O País todo sabe disto. Quando houve aquele tumulto com a minha vida, foram investigar a minha história, e minha mãe deu depoimentos à *Folha de S.Paulo* e ao *O Estado de S. Paulo*. Só eu sei o que eu gasto por mês com tratamento psicológico da minha mãe. Só eu sei isto. A Dª Lúcia fuma, hoje, cerca de 60 cigarros por dia. Se ela não tomar o remédio controlado que toma, ela passa dias e noites em claro. Ela tem uma síndrome chamada Crise de Ausência. Um psicólogo me disse que isso é resultado de uma série de fatores, de traumas, etc. e tal. Sou filho de uma mãe solteira e de um pai que não reconheceu a minha paternidade. Nasci, então, como fruto de um aborto malfeito. E venci na vida. eu venci, minha mãe venceu... Sou apaixonado por ela, que é a minha heroína. E hoje, quando, às vezes, eu converso com ela, ela chora dizendo que, se ela pudesse, não teria, nunca, tentado praticar este crime.

A vida é um presente. Se você não acredita em Deus, ela é um presente da própria vida. A vida tem que ser defendida. O feto não é uma extensão do corpo humano, da mulher. A mulher não tem direito a ele, porque ela não o fez sozinha, foi necessário que duas vidas fizessem tal criança.

Então, fica aqui apenas uma apelo, para deixar isto aqui bem claro, que este debate nunca terá consenso nesta Casa ou onde quer que seja. A vida tem que ser defendida. E deixo aqui meus parabéns às pessoas que falaram com tanta paixão, porque o assunto desperta paixão. A vida tem que ser respeitada. O nosso País tem um problema, sim, Senador Paulo Paim. O país chamado Brasil tem um problema com a erotização precoce.

No último mandato do Governo foram gastos R$16 milhões com lubrificante para estímulo sexual da nossa população. É isto que funciona no nosso País. A televisão doutrina, as crianças são doutrinadas, nós temos, no Nordeste, um sem-número de crianças que vivem à mercê da exploração sexual... Então, nós temos outra problemática no País, que não é essa.

O que eu penso é que a vida dentro do ventre da mulher tem que ser protegida. Eu sinto muito se ela foi estuprada, se ela foi violentada, sinto muito, mas uma criança não pode pagar pelo crime cometido por sua mãe.

E, para terminar, Senador Paulo Paim – eu deixei todos os meus afazeres na outra Casa para estar aqui –, eu queria dizer que as pessoas precisam ter um pouquinho mais de consciência. Aborto não é uma questão de saúde pública, mas uma questão de consciência. Se as pessoas podem transar deliberadamente com quem quer que seja, já vão para a cama sabendo que pode acontecer isso. Então, que se previnam antes, que trabalhem o método contraceptivo antes. Que o nosso País invista nisso, não em matar crianças que estão no ventre da mãe.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Este foi o Deputado Marco Feliciano, que ficou, sim, nos três minutos.

O SR. FLAVINHO (PSB – SP) – Eu gostaria apenas de marcar um posicionamento. Foi para isso que eu vim aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Deputado Flavinho.

O SR. FLAVINHO (PSB – SP) – Quero dizer que sou contrário a todo extremismo, seja no feminismo, seja no machismo, seja no fundamentalismo, seja ele qual for. Acho que, quando encontramos o equilíbrio nas duas situações, começamos a caminhar bem.

Mas vim aqui para marcar, realmente, o meu lugar como...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele está aqui desde o início. O Deputado Flavinho está aqui desde 9h.

O SR. FLAVINHO (PSB – SP) – ... pai de cinco filhos. Creio cada vez mais que, quando fortalecermos a instituição família no nosso País, nós vamos conseguir, realmente, realizar uma revolução em todas essas situações que nós estamos debatendo aqui. Não estou aqui para criticar ninguém, mas também não vou abrir mão do meu posicionamento a favor da vida, e quero deixar isto muito claro aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Deputado Flavinho.

Então, vamos agora à lista de oradores. Se cada um ficar nos três minutos, nem que inicie a votação, comprometo-me a deixar todos os painelistas usarem seus três minutos.

Então, professora e pesquisadora do Observatório Interamericano de Biopolítica, Fernanda Takitani.

A SRª FERNANDA TAKITANI – Eu agradeço a oportunidade. Retomo aqui a palavra final para pedir que as pessoas leiam e estudem todos os documentos que citei aqui, que são públicos, o relatório da Fundação Ford, o relatório da Fundação MacArthur. Os artigos que citei são palavras que não saíram da minha boca, mas que saíram dos próprios relatórios. Então, peço mesmo que estudem. Há uma vasta literatura a respeito.

De maneira menos prática e mais teórica, eu gostaria de lembrar que não é uma questão de direito das mulheres ou direito à autonomia. O que se discute aqui, quando você reduz ao centro filosófico, é se o Estado tem direito de abrir mão da proteção da vida de um ser humano inocente. Porque é um ser humano e é inocente.

A doutora citou a questão do princípio da legítima defesa, que permite que alguém mate outra pessoa para se defender. Legítima defesa só existe a partir do momento em que você é atacado. Esse ser humano no ventre da mulher não está atacando ninguém. Ele é inocente. E a defesa de sua vida é absoluta, sim, porque ele é um ser humano como todos nós. Ele não é qualquer outra coisa, nem poderia se tornar qualquer outra coisa. Falam que ele é um mero emaranhado de células. É como gostam de falar. Bom, todos nós somos emaranhados de células, uns com uns bilhões a menos, outros com uns bilhões a mais, mas todos somos emaranhados de células, mas emaranhados de células que desde sempre foram organizadas para a finalidade da vida. Da fecundação até os 60 ou 70 anos, somos todos um emaranhado de células que buscam a sobrevivência.

Então, o que se discute, no fundo, no fundo, é se o Estado brasileiro permitirá ou não...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A SRª FERNANDA TAKITANI – ... que seres humanos inocentes sejam assassinados.

Era, basicamente, isto que eu gostaria de falar para defender, mais uma vez, a vida, defender que o Estado não tem direito de fazer essa escolha. O Estado não pode escolher quem pode morrer numa democracia.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cumprimento a Fernanda, porque ela ficou exatamente no tempo combinado.

Diretor da Associação Nacional Pró-Vida, Prof. Hermes Rodrigues Nery.

O SR. HERMES RODRIGUES NERY – Senador, eu gostaria de solicitar... Eu tenho uma colocação para fazer em um minuto para a Drª Lia. Se o senhor autorizasse, ela poderia usar dois minutos do meu tempo. Se não, eu faço somente a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você tem três minutos. Faz o que você quiser. Se quiser dividir com alguém, divide. Os três minutos são seus.

O SR. HERMES RODRIGUES NERY – O.k.

A partir, então, deste momento.

A Drª Lia Zanota Machado, ao dizer que quer entender a relação do controle populacional com a agenda natalícia, antifamília, antivida, das fundações internacionais, mostra desconhecer – será mesmo? – o assunto. Ora, o debate aqui, para ser sério e honesto, requer preparo técnico e compromisso com a verdade.

Ora, Drª Lia, basta ler os relatórios anuais das próprias fundações! A Fundação Rockefeller tem relatório há quase um século. A Fundação Ford, desde os anos 50, em relatórios que são públicos, que estão nos *sites* das fundações, mostra, de modo evidentíssimo, como defende, apoia e investe nessas políticas antinatalícias, por exemplo, reconhecendo o aborto como o meio mais eficaz de controle populacional.

Então, se a Drª Lia Zanota Machado quer entender a questão, basta ler os relatórios anuais das fundações. Estão lá o que eles querem, o quanto investem em nisso. Não dá para, aqui, neste debate sério e honesto, recorrer a retórica e a eufemismo. Vá aos relatórios e verá para que fins trabalham tais fundações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ficou no tempo combinado.

Passo, de imediato, a palavra ao Prof. Dr. Thomaz Gollop. E daí a Mesa responderá.

O SR. HERMES RODRIGUES NERY (*Fora do microfone.*) – Eu falei um minuto só e cedi os outros dois...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ah! Está corretíssimo! Está bem. De fato, você tem razão.

Você tem dois minutos. Você vai responder no seu tempo, da forma que você...

A SRª LIA ZANOTA MACHADO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero saber se esses dois minutos... Eu havia entendido também que era para ela, mas não é para ela. É para ela complementar.

O SR. HERMES RODRIGUES NERY – É que ela solicitou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bem. Vamos lá, para ganhar tempo. Ela responderá no tempo dela, como ela conseguir fazer.

Seu nome é...

A SRª KÁTIA BATALHA – Kátia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, Kátia, você tem dois minutos.

A SRª KÁTIA BATALHA – Kátia Batalha, de Osasco.

Como mãe, agradeço pela oportunidade, já que nós falamos tanto em democracia aqui... Não venho fazer nenhum apelo emocional, nada disso. Apenas, como professora também de crianças, deu saudade dos meus alunos, porque, quando eu expliquei para eles o que era fecundação, as crianças disseram: "puxa, que legal, então é um bebê?". Eu deveria ter dito que era uma potencialidade de vida. Acho que eu devo ter me equivocado, enfim.

Eu quero saber se o meu filho, que está aqui e tem apenas um ano e dez meses, ainda está em formação, se ele é um ser ou se ainda é uma potencialidade. Pergunto se alguém pode me explicar a diferença.

E também temos que discutir a acolhida das mulheres com problema no atendimento. O problema são as mulheres. Acho que a sociedade que organiza o atendimento às mulheres que estão precisando de atendimento nesse sentido precisa pensar é em como atender, em como dar as melhores condições.

Pelo que estou vendo, a sociedade não quer ter trabalho com essas mulheres. Então, o que a gente faz? A gente extermina para não ter trabalho. Quem quer ter família tem que ter trabalho. Nós nascemos para ter trabalho. Isto é amor: ter trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por favor, Prof. Dr. Thomaz Gollop, representante do grupo de estudos de aborto GEA.

O SR. THOMAZ GOLLOP – Eu faço questão de colocar cientificamente alguns pontos.

"Pílula do dia seguinte" inibe a ovulação. Ponto. É isto que a ciência mostra. Portanto, as mulheres não engravidam. Se, por acaso, escapar uma ovulação, a gravidez vai para frente, e estamos conversados. De forma que "pílula do dia seguinte" não é abortiva, por tudo o que a ciência mostra.

Segundo: Estado laico não é um Estado antirreligioso. Estado laico é um Estado em que as religiões não interferem no Direito e nas leis. Isto o separa de um Estado confessional.

Terceiro: as mulheres – o novo termo não é retardo mental, mas deficiência intelectual – não abortam porque o amante, o patrão, o namorado... Elas não são mandadas pelos homens. Elas têm exatamente a mesma capacidade intelectual que os homens. E ter filhos é um projeto de vida para as pessoas que dura décadas, se bem executado.

Por fim, precisa-se tomar muitíssimo cuidado quando a gente cita organizações que funcionaram no Brasil, sim, na década de 90 e nos anos 2000, e que jamais tiveram ações que não estivessem dentro da rigorosa lei do Brasil. Eu cito aqui a Fundação MacArthur. Há que se tomar cuidado com o que é dito, porque eu fui mentor da Fundação MacArthur...

(Soa a campainha.)

O SR. THOMAZ GOLLOP – ... durante oito anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. THOMAZ GOLLOP – ... e trabalhei num projeto em que se treinava gente para detectar câncer de colo de útero em Manaus. Então, não tinha nada a ver com planejamento familiar, muito menos com controle populacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ficou exatamente no tempo.

Por favor, Lenise Garcia, professora da UnB, Presidente do Movimento Brasil sem Aborto.

A SRª LENISE GARCIA – Obrigada.

Bom, eu não vou voltar a falar sobre pílula do dia seguinte porque o Dr. Gollop, depois de dizer que a Medicina muda a cada cinco anos, pôs um ponto final.

(Manifestação da plateia.)

A SRª LENISE GARCIA – Agora, a Drª Sandra colocou que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por favor, vamos acelerar os três minutos para cada um dos convidados.

A SRª LENISE GARCIA – ..., com 12 semanas... Eu gostei muito da sua resposta porque foi sincera, certo? As 12 semanas não são um tempo definido pela evolução da criança, mas um tempo definido pelo risco da idade gestacional, para se fazer o aborto na mãe. Está certo? Então, é por isso que, por exemplo, aquela fun-

dação, aquela entidade, Marie Stops, que eu mostrei ali, quando passa de 12 semanas, começa a cobrar mais caro. Mas ela não deixa de fazer o aborto. Se eu não coloco na fecundação o limite, que toda criança fecundada tem direito à vida, eu não tenho nenhum outro momento para por esse limite. É por isso que alguns países estabelecem 12 semanas, outros estabelecem 20 e outros estabelecem 24, e estes já estão aflitos, porque as crianças que nascem com 22 semanas já estão sobrevivendo. A Inglaterra estabeleceu seis meses, mas as crianças que nascem com cinco meses já sobrevivem. Então, eles estão revendo essa questão de poder fazer aborto com seis meses. Há os que estabelecem que pode ser até os nove meses, e já há pessoas defendendo, em revistas de bioética – vejam que loucura: em revista de bioética! –, o aborto pós-parto, porque, realmente, como ela bem disse aqui, a criança, quando nasce, não está formada: Ela não tem dente, ela está careca, ela ainda não é capaz de se mexer sozinha, ela não tem autonomia. Portanto, como ela não tem autonomia, ela não tem direito à vida.

Então, se eu não dou o direito à vida junto com a própria vida, quando essa vida surge, eu não tenho nenhum outro momento para dar esse direito. E estamos tirando também dos anciãos, uma vez que eles já estão... Aí se pede a eutanásia.

Então, eu quero pensar: é essa sociedade que a gente quer? A que desvaloriza aquela vida mais fragilizada?

Outra coisa que foi dita e que eu queria comentar é a questão dos abortos no Uruguai.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você tem um minuto.

A SRª LENISE GARCIA – Todo mundo está dizendo que, no Uruguai, havia 30 mil abortos e que, quando legalizaram, passou para 4 mil. Eu, sinceramente, não consigo entender isso. Para mim, a única explicação para isso é que não havia 30 mil abortos. Esse número era estimado, porque, quando era ilegal, não se sabia quantos eram. Então, estimava-se em 30 mil, como aqui se estima em um milhão. Então, não havia 30 mil abortos no Uruguai e não há um milhão de abortos no Brasil. Esses são números "chutados", usados para se tentar aprovar o aborto, porque, evidentemente – isto se vê, por exemplo, na Espanha e em Portugal –, quando o aborto é legalizado, o número de abortos aumenta.

Os médicos, em Portugal, estão muito preocupados com meninas de 18 anos que já estão no seu terceiro aborto. Começa-se a usar o aborto como meio anticoncepcional – que não é anticoncepcional –, como controle de natalidade.

E só um último ponto, do aborto seletivo. Em muitos lugares, nós temos o aborto seletivo das meninas. Eu não sei como uma feminista pode defender isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo, por favor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Padre Berardo Graz.

O SR. BERARDO GRAZ – Eu vou dizer uma verdade. A partir de dados científicos, a psiquiatria alemã, a psiquiatria italiana e os dados da Inglaterra também – eu era psiquiatra antes de ser padre – demonstram como o trauma do aborto é pior do que o trauma do estupro, e as mulheres que engravidaram por causa de estupro e depois abortaram tiveram o seu trauma fixado pelo estupro.

Uma transmissão da Bandeirantes de alguns anos atrás demonstra claramente isso quando demonstra, em entrevista com algumas mulheres que engravidaram justamente por estupro, que a única que ficou com trauma do estupro foi aquela que fez o aborto. É uma verdade psicológica, de fato, porque, no estupro, a mulher, com o tempo, se dá conta de que ela foi vítima, de que não teve culpa nenhuma. Em um aborto, ela é o carrasco, embora induzida pelos outros – concordo que carrascos são os homens –, e não se perdoa pelo resto da vida. Isto a perturba psiquicamente pelo resto da vida.

A gravidez não é obrigatória. Nós devemos escolher antes da relação. E o fato de pedir às mulheres que engravidaram, até por violência sexual, para manter a vida daquele ser humano não vai contra os direitos da mulher. Tanto é verdade que – até a Igreja reconhece isso – freiras estupradas escolheram continuar com a gravidez. Continuaram todas com a gravidez, sim. Escolheram continuar com a criança e deixar a vida religiosa ou dar a criança em adoção, e não matá-la, porque o projeto delas não era serem mães.

Mulher estuprada tem todo o direito de não querer ser mãe, mas não tem o direito de tirar uma outra vida, que é uma vida humana.

Uma pesquisa feita, na Finlândia, sobre atestados de óbito... Sabemos que, nas pesquisas, quando uma pessoa vai interrogar, o pesquisador pode induzir até pela maneira como faz a pergunta, não é? Portanto, certas pesquisas são meio duvidosas. Mas no atestado de óbito não tem o que induzir. Demonstrou-se que, entre o grupo de mulheres que tinham dado à luz normalmente e o grupo de mulheres que tinham provocado aborto, dentro de um ano, o número de suicídios no grupo das mulheres que haviam feito aborto era

sete vezes superior ao das mulheres que deram à luz normalmente. Isto significa que o aborto é uma peste para as mulheres.

Eu me maravilho com o fato de que feminismo, que é benemérito – Jesus era feminista, mas não abortista –, não entenda esses fatos e os sonegue. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Padre Bernardo.

Jolúzia Batista, da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Eu vou encerrar as considerações finais. Peço um minuto para que o Plenário preste atenção no que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fique tranquila.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Eu gostaria de dizer que nós defensores dos direitos humanos, das mulheres, as feministas organizadas neste Brasil, temos alertado, como o Prof. Thomaz Gollop disse no início, assim como a Profª Lia Zanota, que temos um caminho a percorrer antes de chegar à decisão extrema e difícil – usando a mesma colocação da Profª Lia Zanota – da interrupção voluntária, porém não compulsória, da gravidez.

Nós temos lutado – e perdemos terrivelmente no debate sobre o Plano Nacional de Educação – pela questão da educação sexual, pela questão do enfrentamento à desigualdade de gênero. Esses são elementos conceituais e políticos que concorrem para que haja menos estupro no Brasil, menos violência contra as mulheres e menos casos de, pelo menos, 190 mil curetagens por abortamento.

Quando a gente fala em educação não sexista... Esse tema foi lembrado muito bem aqui, na outra audiência, pelo Dr. Cláudio Fonteles, que disse que era preciso haver uma lei "maria das abandonadas". A gente lembrou a ele que isso se deve ao sexismo na sociedade brasileira. Então, a gente tem dito que é preciso haver educação para prevenir, é preciso haver informação lúcida e correta.

O principal *lobby* que os "pro-life" do Brasil fizeram com relação à lei que a Presidenta Dilma sancionou no ano passado foi justamente sonegar informação adequada às mulheres no serviço de saúde,; sonegar o direito de saber que existe aborto legal, sonegar que existe a pílula de contracepção de emergência.

Então, eu quero dizer aqui que existe outro elemento deste debate que não aparece nesta mesa, mas que é também de presunção e de imposição de um valor moral que não é para o conjunto da sociedade brasileira.

Nós temos avanços legislativos e de política de saúde...

(Soa a campainha.)

A SRª JOLÚZIA BATISTA – ... que estamos lutando para manter.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Então, eu só queria terminar dizendo que esses mesmos grupos, por exemplo, têm preconizado que a gente vai ter que dar um atestado de paternidade ao estuprador. A gente chama isso de "bolsa estupro". Sinto muito. E a proposta do Estatuto do Nascituro também é de que a mulher abra mão da sua existência e da sua vida para poder garantir, inclusive... Se a mulher tiver uma doença crônica, se tiver um problema de saúde por alergia à Novalgina, ela pode ser processada se sofrer um abortamento e chegar a uma unidade de saúde com algum problema, por questões de intolerância a uma medicação. É isso que está preconizado no Estatuto do Nascituro. Sinto muito informar isto. Fizeram estudos sobre essa legislação.

Então, a gente precisa fazer aqui um debate mais lúcido. Eu tenho dito, inclusive, que as forças do pensamento conservador e fundamentalista estão pautando esse retrocesso na nossa legislação, em todos os direitos que nós já conquistamos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra à Lia Zanota Machado, antropóloga da UnB.

A SRª LIA ZANOTA MACHADO – Em primeiro lugar, é uma pena, lamento a sua fala, Dr. Hermes, para uma acadêmica que basta ler. Quer dizer, o senhor está querendo me diminuir. É evidente.

Eu o conheço, eu leio, e, mais uma coisa, o senhor não escutou. Quando eu estava falando, eu disse que o feminismo brasileiro jamais defendeu o controle populacional. Quando se tentou fazer isso nos anos 80, através de algumas ONGs de laqueadura de trompas, nós fomos contrárias. Absolutamente contrárias. Foi isso que eu falei, apenas isso, e não o que o senhor colocou na minha boca, que eu não falei.

Outra coisa. Quando se começou, na França – aconteceu ao mesmo tempo –, um movimento pela anticoncepção, pela contracepção, que era praticamente proibida e não paga pelos cofres públicos da França,

houve, sim, a ideia de, ao mesmo tempo, aumentar a contracepção e legalizar o aborto. Isto também não era controle populacional; era dar às mulheres possibilidade, sim, de abortarem.

Mas havia, no meio de tudo isso, a proposta de controle populacional. Sim, eu conheço. Tanto é que foi falado aí que Cairo é que terminou, que fez a barreira, porque nós feministas dizíamos: "Nós não queremos controle populacional". É isto que eu estou dizendo. Agora, sim, houve governos que quiseram interferir e não interferiram no Brasil, mas interferiram em outros estados da América Latina na ideia de controle populacional, laqueadura de trompas, especialmente em não abortamento. Mais laqueadura de trompas. E nós somos contra.

Então, quero deixar claro que, por favor, assim como respeito as posições diferenciadas, quero que me respeitem.

Bom, a outra questão que eu queria dizer é a seguinte: diz-se que não é necessário mais se falar a favor da religião.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

A SRª LIA ZANOTA MACHADO – Eu só queria dizer que não é que a ciência esteja favorável. Na verdade, os argumentos religiosos às vezes não são expostos quando, às vezes, são o fundamento das questões.

Então, eu sou absolutamente a favor pela liberdade religiosa, mas eu sou absolutamente a favor de que o Estado não prevaleça, fazendo com que a maioria de um referendo, a maioria dos religiosos católicos, evangélicos prevaleça, porque as religiões são muitas e há os que não têm religião. Portanto, nada impede, se nós fizermos a legalização do aborto, que cada um siga a sua consciência religiosa. Nós jamais imporemos que alguém faça o aborto. Jamais! O que nós queremos é o direito à democracia e o direito à igualdade de gêneros entre homens e mulheres.

(Interrupção do som.)

A SRª LIA ZANOTA MACHADO (*Fora do microfone*.) – Eu confesso que eu sofro. Eu sou uma mulher forte, mas eu tenho um sofrimento. Se me dissessem que haveria um sofrimento psicológico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluiu.

A SRª LIA ZANOTA MACHADO – ...de não se ouvir as mulheres, eu tenho. Eu gostaria que todos nós, homens e mulheres, ouvíssemos as nossas diferenças e permitíssemos que, ao legalizar o aborto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo, doutora.

A SRª LIA ZANOTA MACHADO – ..., nós não estamos impondo nada; estamos só dando liberdade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Drª Sandra Valongueiro, última painelista. Aí encerraremos a nossa audiência pública.

A SRª SANDRA VALONGUEIRO – Eu queria só responder bem rápido.

Em relação aos dados que a gente encontrou no Maranhão, a pesquisa tem uma confidencialidade e se tentou resolver isso dentro da confidencialidade.

Segundo, além da conferência do Pacto de San José, nós temos pactos que vieram depois, acordos assinados depois, como Cairo, como Beijing, que, de certa forma, também trazem uma outra discussão. Então, o Pacto de San Jose é um pacto anterior aos pactos de Cairo e de Beijing.

Eu queria só colocar que, em relação às verdades, não existe uma verdade, mas que existem verdades, e as verdades têm que ser colocadas. Cada um tem a sua verdade, traz a sua verdade, mas a gente tem a responsabilidade de colocar a nossa verdade de uma forma que não vá prejudicar, omitir ou esconder números, percentuais, mortes, morbidades. Então, uma coisa é a verdade. Você tem a sua e eu tenho a minha. A minha verdade é baseada no que eu sou, no lugar de onde eu falo. Não é isso? Então, isso é importante que a gente mantenha.

Quando a gente mostrou a pesquisa, eu não sei se vocês viram, se prestaram atenção no que estava lá, em vez de ficar só rindo. A primeira coisa que a gente tem que fazer é planejamento familiar, garantir o planejamento familiar, organizar a rede, garantir respeito dos profissionais pelas mulheres que estão abortando, seja por aborto espontâneo, seja por aborto provocado, que o serviço de saúde seja um lugar de acolhimento e de cuidado, não uma delegacia ou um confessionário. Então, é isso que a gente coloca.

A última coisa que a gente colocou foi revisão da lei vigente.

(Soa a campainha.)

A SRª SANDRA VALONGUEIRO – Então, revisão da lei vigente é a última coisa a ser feita. Nós que estamos do lado da saúde vemos que não existem dois lados, que só existe um, e esse lado é o de garantir às mulheres o direito de interromperem a gravidez na medida em que ela decidir que aquela gravidez é importante ou é indesejada ou desejada para ela. Acho que não existem dois lados. Para a gente, só existe um lado, e o lado é o de garantir esse direito, e consideramos que é um direito.

Eu queria só colocar duas coisas em relação a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você tem, no máximo, 20 segundos, mas vá lá, faça força.

A SRª SANDRA VALONGUEIRO – Vinte segundos, né? Deixe-me ver o que eu queria colocar mais.

Sobre os dados. Então, na verdade, o que acontece com os países onde o aborto é legalizado é que os dados aparecem. Não é que a legalização do aborto faça com que as mulheres corram enlouquecidas para fazer aborto, que as adolescentes, de repente, corram enlouquecidas para fazer aborto, o que acontece é que o que estava escondido começa a aparecer. Por quê? Porque, geralmente, é feito... Você sai da clandestinidade e passa a ser oficial.

(Interrupção do som.)

A SRª SANDRA VALONGUEIRO (*Fora do microfone*.) – Então, é isso que acontece, não é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo, doutora.

A SRª SANDRA VALONGUEIRO – ... simplesmente mentira ou omissão de dados.

Era isto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, a nossa audiência pública cumpriu os seus objetivos. Posso dizer que recebi aqui dezenas e dezenas de perguntas e manifestações para todo gosto: contrárias, favoráveis, "quem sabe", "vamos ver"... Isto significa que esse debate é importante, pessoal. Se não, não haveria tantas manifestações da população.

Quero dizer para vocês, permitam-me os juristas, com todo carinho que tenho por eles, que esse debate não fomos nós que provocamos, mas a sociedade, porque essa proposta chegou aqui com 20 mil assinaturas pedindo que este tema fosse discutido, e com posição. Essas 20 mil pessoas tinham posição, que é favorável, claro, à posição que vocês aqui defenderam. E nós temos a obrigação... É importante a sociedade saber como é que funciona: aqui, nesta Comissão, só vamos acatar ou não a chamada SUG. E é a partir daqui que ela começa a tramitar. Haverá Relator na CCJ, na Comissão de Assuntos Sociais, e por aí vai. Então, a partir daqui ela passa a tramitar na Casa. Nós só vamos aceitar, ou não, essa proposta apresentada pela sociedade, como vamos discutir aqui, também, com a maior tranquilidade, porque já há uma SUG nesse sentido, a questão da responsabilidade em matéria da idade penal do jovem adolescente.

Mas acho que esse debate está muito bom. Confesso que, aqui, fiquei com mais clareza hoje, inclusive mais firme na minha posição sobre o tema. E tenho certeza de que os milhares de brasileiros que assistiram à transmissão também perceberam que esta não é uma questão só de sim ou não. O conhecimento que vocês todos nos passaram, com certeza, ajudará muito para cada um ter a sua posição cada vez mais clara em relação a esta questão.

Como estou sendo chamado no plenário, quero agradecer muito a todos pelo alto nível do debate. Quem ganha com isto é o povo brasileiro.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Uma salva de palmas a todos que aqui vieram para dar os devidos esclarecimentos e registrar suas posição. (*Palmas.*)

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.*)

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DIA 1º DE JUNHO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia primeiro de junho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Hélio José e José Medeiros. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 7, de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Direito de greve". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra, nessa ordem: José Devanir de Oliveira, Diretor de Políticas Sociais e Assuntos Especiais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – SINDIFISCO NACIONAL; Rudinei Marques, Secretário Geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; Pedro Armengol, Secretário Adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Rudi Cassel, representante da FENAPRF, advogado especialista em Direito do Servidor, Organizações Sindicais e Associativas; João Paulo Ribeiro, Diretor de Assuntos do Poder Legislativo da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Luis Carlos Paes de Castro, Diretor de Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL; Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Filipe Leão, Diretor de Formação Sindical da Federação Nacional dos Servidores dos Órgãos de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle; Wilmar Lacerda, 1º Suplente do Senador Cristovam Buarque, Ex-Secretário de Administração do GDF e Vice-Presidente do Consad – Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 7, de 2015, de nossa autoria e de outros Senadores, para discutir a questão do direito de greve no serviço público.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

Por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do nº 0800-612211.

Vamos formatar duas Mesas, já que temos oito convidados.

Para a primeira Mesa, convido o Diretor de Políticas Sociais e Assuntos Especiais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), Dr. José Devanir de Oliveira. Seja bem-vindo.

Convido o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o nosso sempre inesquecível, Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça.

Convido, ainda, Rudnei Marques, Secretário Geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Convido, também, o representante da CUT, Antônio Lisboa.

Pedro Armengol substitui Antônio Lisboa, representando a Central Única dos Trabalhadores.

Em seguida, chamaremos outros quatro convidados.

Com isso, faremos duas Mesas.

Vou fazer uma pequena introdução do tema, mediante documento construído aqui pela assessoria.

Como a nossa audiência pública é transmitida, ao vivo, para todo o Brasil, pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado, para situar aqueles que estão ouvindo e assistindo do tema que vamos aqui debater.

Sejam todos bem-vindos. Tenho certeza de que todos buscam a regulamentação desse direito para melhorar as condições de trabalho, como também de negociação entre empregado e empregador, seja da área

pública, seja da área privada, porque quando se discute direito de greve, acaba-se sempre ampliando para os dois temas. Mas claro aqui se vai tratar mais da questão do serviço público.

Vivemos, talvez, um dos momentos mais complexos no cenário nacional da nossa gente, desde o período da ditadura militar, com relação à questão do debate do direito dos trabalhadores da área pública e da área privada.

Preocupou-nos muito e vocês assistiram aqui o embate que travamos nas duas MPs. Eu mesmo votei contra uma e só votei na segunda porque incluiu o fim do fator previdenciário. Só para deixar que o problema, de fato, foi muito complexo e não votei feliz, não. Nem a favor nem contra eu votei feliz. Votei triste nas duas posições, porque sou da Base do Governo e tive que votar contra e, na segunda, também, tanto que eu falava que eu estava em Minas, nesta sexta-feira, fazendo o debate da terceirização, das MPs, e agradeço, também, a Minas porque recebi lá o título de cidadão mineiro.

Eu disse que, no resultado final da votação das MPs, teve um Senador que esboçou umas palmas no plenário. Mas foi unânime a forma como todos os Senadores, tanto da Base quanto da oposição, olharam para ele e fizeram um gesto... Não tem nada a ver, ninguém estava com alegria, acho que nem o Governo mandou essas medidas para cá com alegria. Acho que nem a Presidenta Dilma mandou com alegria pelo contexto que nós atravessamos e pelo que tratava, tratava do abono de quem ganha até dois salários mínimos, tratava do trabalho do pescador, tratava da questão do seguro-desemprego, tratava da questão do viúvo ou da viúva, enfim, ninguém estava ali com alegria.

Por isso que eu faço essa reflexão no momento em que estamos debatendo questões como esta.

Enfim, a crise que está aí afeta a nossa economia, ninguém tem dúvidas quanto a isso. Somam-se a ela problemas internos de gestão, que cada um tem o seu ponto de vista.

E aqui eu lembro também o que aconteceu recentemente no Paraná, fizemos, inclusive, uma audiência pública aqui da maior gravidade. A forma como trataram os professores e até hoje o impasse continua. Enfim, eu lembro aqui que o caso do Paraná e de São Paulo têm chamado a atenção da sociedade brasileira, de como a gente resolve de uma vez por todas essa questão.

A não regulamentação do direito de greve no serviço público brasileiro, apesar da previsão constitucional do direito, já levou o Supremo Tribunal Federal a declarar omissão legislativa quanto ao tema em 2007. Apesar disso, não há ainda posição clara deste Parlamento quanto a esse tema.

Eu me lembro que, quando Constituinte, de 1987 a 1988, em 1989, eu apresentei dois projetos para regulamentar o direito de greve, na área pública e na área privada. E até hoje o da área pública não foi regulamentado e o da área privada, meio capenga, mas acabou surgindo uma lei.

Em geral, o atendimento do servidor público trabalha com a manutenção e a garantia de direitos da população. A primeira questão que se levanta é a questão da negociação e as convenções, mais especialmente da falta de clareza legal e determinação que geram situações complexas que só aumentam ainda mais o conflito. Já se vão 27 anos desde a promulgação da Constituição, o que eu falava antes, e direitos básicos na regulação de situações como a luta trabalhista ainda seguem em suspenso.

A Lei de Greve aplicada em situações diversas hoje em dia, a mesma lei regulamentando o direito para a iniciativa privada, não leva em consideração as peculiaridades do serviço público.

Por isso, nesta audiência vamos aprofundar a discussão e buscar soluções para uma luta que acirra dia após dia.

Um país que não regulamenta o direito democrático dos seus trabalhadores padecerá de violência e redução de direitos. Que a nossa democracia seja cada dia mais um direito de todos e de todos para todos.

Vamos para o debate.

Enfim, é um resumo da importância de regulamentarmos o direito de greve. Eu, particularmente, já participo da terceira ou quarta audiência pública nesse sentido e o tema não avançou, nós acabamos não regulamentando. Por isso, o dia de hoje é um dia importante que vai com esse objetivo.

Mas queria, ainda, antes de passar a palavra aos convidados, lembrar que ontem foi o Dia Nacional dos Comissários e Comissárias de Bordo, e das aeromoças também. Eu sei porque eu recebi ontem o documento pedindo que eu registrasse e eu disse que iria registrar na abertura da Comissão de Direitos Humanos.

Eles que são nossos verdadeiros anjos, nós que nos deslocamos pelo Brasil todo por via aérea e são eles que cuidam das nossas vidas. Então, fica aqui esta homenagem do dia de ontem, o Dia dos Comissários e Comissárias de Bordo, bem como das aeromoças.

lembro aqui, com muito carinho, do pessoal do Aerus. Foi uma luta que travamos durante 14 anos, para que eles voltassem a receber o salário que tinham de direito e que, infelizmente, quando a Varig, a Transbrasil e a Vasp faliram criou-se toda aquela situação. Enfim, depois de muita luta e de vigílias que fizemos nesta Comissão, que fizemos no plenário do Senado, que fizemos no plenário da Câmara e que fizemos nos aeroportos,

eu digo fizemos porque participei de algumas e principalmente das vigílias aqui no Congresso, nós estamos caminhando para uma solução, depois de uma decisão do Supremo e de um projeto que a Presidenta mandou para cá, incluindo a verba no Orçamento.

Eles já receberam parte do que teriam direito, mas ainda não está ajustado, mediante negociação, aquilo que eles têm direito a receber até o resto de suas vidas, porque são homens e mulheres que se aposentaram, como comandantes ou mesmo comissários de bordo que ganhavam, vamos supor, R$5 mil ou R$10 mil, e estavam ganhando um salário mínimo. É uma enorme injustiça que estamos buscando resolver.

À família Aerus fica a minha saudação. Agradeço muito o evento em Curitiba, onde fui convidado e estive lá, comprometo-me a também ir nos outros Estados. Faço um apelo ao Aerus no sentido de que façam coincidir os eventos, porque irei a todos os Estados debater a terceirização. Começamos por Minas; segunda-feira, Santa Catarina; no outro fim de semana, o Rio Grande do Sul; depois estão marcados São Paulo, Bahia, Piauí, senão me engano, mas, enfim, vamos discutir aqui.

Faço um apelo ao pessoal do Aerus para ajustar, de forma que participe do evento do Aerus nos Estados e, ao mesmo tempo, do debate contra o projeto do Sr. Eduardo Cunha, que veio para esta Casa, que precariza, que esculhamba, que bagunça todo o mundo do trabalho, retirando direitos básicos de mais de 40 milhões de celetistas. Se há 12,5 milhões que estão em situação precária, quase num trabalho de semiescravidão, temos que regulamentar essa situação, mas não retirar o direito de mais 40 milhões de brasileiros. Por isso, estou fazendo essa cruzada em âmbito nacional contra o projeto que veio da Câmara.

Aqui cumprimento todas as entidades que criaram o fórum nacional contra esse projeto da Câmara, mas não sendo contra regulamentar a situação de 12,5 milhões de terceirizados. Pela forma como organizaram, o evento de Minas foi muito bom, a assembleia estava lotada, depois teve um ato ainda na praça, do qual não pude participar, porque o evento me levou... Cheguei em Minas 9h da manhã e saí às 9h da noite, pela grandeza do evento. Claro que de manhã foi mais na imprensa e à tarde foi toda no debate na assembleia.

Enfim, já lembro aqui que estaremos em Santa Catarina, nesta segunda-feira, para debater a questão da terceirização e também do fator previdenciário. Quero deixar bem claro que o debate em todos os Estados será pelo não veto ao fator previdenciário e pelo fim deste projeto maléfico – para não usar outro termo – que veio da Câmara e que terceiriza todo mundo do trabalho. Em Minas, foi assim e será assim em cada Estado. O tema será: o não veto ao fim do fator ou alternativa criada ao fator, uma emenda que o Arnaldo apresentou na Câmara e eu apresentei no Senado. Combinamos o jogo: ou passa lá ou passa aqui e assim foi feito e aprovado, eu diria que a intenção foi aprovar por unanimidade.

Aqui no Senado, foram 50 votos contra 19 e 3 abstenções. Os 19 Senadores que votaram contra disseram que estavam votando contra a MP, mas eram favoráveis ao fim do fator. Caso seja vetado, os 74 Senadores que estavam em plenário se comprometeram a votar pela derrubada do veto. Todos. Ficou no painel o nome e gravada a visão dos 74, 73 Senadores. Se for vetado, todos se comprometeram a votar pela derrubada do veto. Espero que na Câmara seja a mesma coisa, porque lá também passou por ampla maioria.

Enfim, vamos agora ao nosso tema, depois desse esclarecimento. Passo a palavra ao Sr. José Devanir de Oliveira, Diretor de Políticas Sociais e Assuntos Especiais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco Nacional. Dez minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. JOSÉ DEVANIR DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Eu saúdo o Exmo Senador Paulo Paim, o Presidente desta audiência pública sobre o direito de greve, e também cumprimento aqui toda a Mesa, através da pessoa do companheiro da CUT, o Pedro Armengol. Nós cumprimentamos todos os companheiros aqui e também todos os que se fazem presentes nesta audiência.

Nós inciamos a nossa fala registrando o seguinte. O trabalho sempre foi e tem sido o centro das preocupações sociais. A Constituição Federal, nossa Constituição Cidadã, de 1988, mesmo que tardiamente, ela trouxe um pouco daquilo que nós conhecemos e denominamos como o Estado de bem-estar social.

Acontece que o projeto neoliberal, a partir dos anos 1990, veio atacando de toda a forma, procurando reduzir, procurando eliminar os direitos da classe trabalhadora. Na verdade, os avanços que foram conquistados, Senador, com muita luta, com muita batalha, têm sido considerados pela elite dominante neste País como, na verdade, uma legislação paternalista, sendo considerado como uma legislação retrógrada, coisas desse tipo.

E aí nós perguntamos: a mídia, que faz esse desserviço à sociedade, que faz esse tipo de chamamento, de crítica, por que ela também não denomina ou não chama de paternalista a ação quando o Estado, de uma maneira coercitiva, usa todo o seu aparato para garantir o que nós chamaríamos de "o sagrado direito de propriedade" quando ele se vê ameaçado pela rebeldia dos excluídos?

Na verdade, Senador Paim, companheiros, o paternalismo que existe é um paternalismo em favor das elites brasileiras. O paternalismo que existe é um paternalismo que está fazendo com que os direitos dos trabalhadores sejam eliminados, pouco a pouco estão sendo eliminados.

E aí nós vemos, nas falas, nos discursos, na mídia, uma série de termos que são apenas expressões de retórica: modernidade, globalização, parceiros sociais, colaboradores. Isso tudo para minimizar, para mascarar o processo de exploração dos trabalhadores. Tudo isso com o objetivo de minar a eficácia dos direitos trabalhistas.

Na verdade, é um eufemismo. Na verdade, é uma maneira eufemística de usar essas expressões, como a flexibilização das relações de trabalho, agora, com esses projetos de terceirização ou de precarização das relações de trabalho. Qual o interesse nisso tudo? Nós sabemos que o interesse é simplesmente satisfazer o interesse econômico. O interesse é simplesmente favorecer o capital. O capital que atua em escala mundial.

Tempos atrás, o Ministro Barbosa participou, ou melhor, dirigiu, convidou para a reunião no Ministério diversos representantes, parece-me que umas quarenta entidades do segmento do serviço público, para dar o pontapé inicial das negociações em relação à questão salarial dos servidores públicos.

E o que é que nós percebemos? Eu não estava presente, mas o Vice-Presidente do Sindifisco Nacional, Mário Pinho, e também depois notícias, na imprensa, relatam que o Ministro informou que, no final do Governo FHC, os gastos com folha de pagamento eram em torno de 4,8% do PIB, que, na ocasião, era de 1,491 trilhão. Hoje, com um PIB de 5,521 trilhões, são gastos apenas 4,3% do PIB. Aumenta-se a riqueza, aumenta-se a arrecadação, aumenta-se a população, aumentam-se os lucros e diminuem-se os investimentos feitos no serviço público. É estranho, senhoras e senhores. É estranho, Senador Paim. É muito estranho.

Eu gostaria de registrar isto aqui: há um crescimento da demanda por serviços públicos, há um crescimento da demanda de toda ordem, mas não há investimentos. Pelo contrário, o que nós vemos são cortes, cortes e cortes no Orçamento. Não há investimento na administração tributária, não há investimento na administração trabalhista, não há investimento no serviço de saúde, de educação, de segurança.

O Governo, através da fala do Ministro Barbosa, na ocasião, disse que, se o Governo tiver que conceder o aumento linear pleiteado pelos servidores, isso vai acarretar um acréscimo de mais 1% naquilo que é gasto em folha de pagamento, em relação ao PIB. Ele disse: "Não há espaço fiscal para atender essa proposta em 2016." Mas por que não há espaço? Não há espaço porque a diretriz, a linha é reduzir o gasto primário. A meta existe. O Governo está trabalhando com a meta da equipe econômica para superávit primário, para economia. Economizar 1% do PIB, economizar 2% do PIB para quê? Para aumentar o pagamento dos juros da dívida pública.

O trabalhador, o servidor não pode usufruir disso. O PIB aumentou de 1,491 trilhão para 5,521 trilhões, mas, nos investimentos no serviço público, para melhoria da qualidade de serviço público, para a valorização do servidor público, não houve esse crescimento, esse investimento.

Para o Governo, o servidor é sinônimo de despesa. Para o Governo, o servidor é sinônimo de gasto, não é investimento. O servidor já sofreu com o congelamento dos salários durante o governo FHC. Durante período do governo Lula e por aí afora, nós vimos que aumentaram as riquezas, aumentou a arrecadação e não há uma transferência disso para o servidor público. Ele tem sofrido com reformas, como, por exemplo, a Reforma Previdenciária, que está ocorrendo até via medida provisória, Senador Paim. Reforma previdenciária por medida provisória. O PLP nº 1.992 jogou na cabeça dos servidor o Funpresp, as renúncias fiscais, desoneração. E quem está pagando tudo isso? O servidor público.

E nós estamos aqui para debater, Senador Paim, o direito de greve. Eu pergunto para os senhores: como falar do direito de greve, Pedro Armengol? Como falar do direito de greve, Senador Paim? Como falar do direito de greve, Mendonça, Secretário de Recursos Humanos do Planejamento, do Governo? Como falar?

Nós sabemos que a Constituição Federal prevê a garantia do direito de greve, mas, na verdade, tem sido praticamente letra morta, porque, antes da Constituição, os servidores públicos já faziam greve e, depois da Constituição, embora ela já seja quase trintenária, nós não temos como exercer, de fato, completamente, na íntegra, esse direito.

Os servidores públicos têm sido considerados como uma subcategoria de trabalhadores. Por quê? Porque o seu direito que está lá no art. 37, inciso VII, da Constituição está sujeito a uma regulamentação por uma lei específica, que até hoje ainda não foi resolvida.

Vejam: o Senador Paim acabou de mencionar o caso dos professores do Paraná. Eu conheço a APP-Sindicato, a liderança daquele movimento. Eu sou lá do interior do Paraná, de Londrina. Lideranças como o Prof. Nelsinho, da APP-Sindicato, têm lutado de uma maneira forte, ferrenha, contra aquele governo do PSDB, o Governador Beto Richa, com as suas práticas antissindicais. Além de buscar na Justiça, Senador Paim, a declaração de que a greve é abusiva, instituindo multa diária sobre o sindicato, agora na sexta-feira a Procuradoria-Geral do Estado entrou com uma ação pedindo o confisco da contribuição pessoal dos trabalhadores para o sindicato, confiscar até mesmo as mensalidades que são repassadas. Isso, na verdade, é uma afronta à organização sindical. Isso é uma afronta à Convenção nº 151, da OIT. Isso é uma violência contra os trabalhadores da educação.

Sem falar no ato que ocorreu no dia 29 de abril. Mais de 200 professores foram feridos, machucados, com bombas, com cachorros, com policiais espancando. Não é à toa que, neste momento, educadores, juristas, a sociedade está pedindo o *impeachment* daquele governador.

Como falar de direito de greve – eu faço novamente a pergunta – se nós temos agora o caso das universidades? As universidades, desde o dia 28 de maio, semana passada, também entraram em greve. Os servidores técnico-administrativos, da mesma maneira, liderados pela Fasubra; os professores, liderados pelo Andes. Estão declarando que a última reunião de negociação com o MEC foi em abril de 2014, e só foram recebidos agora, dia 22 de maio, depois que declararam greve. Qual é a realidade? Obras inacabadas, contratação de professores por organizações sociais. Isso é terceirização, Senador Paim. É um absurdo!

Como falar de direito de greve? Nós estamos aqui para discutir o direito de greve, mas um direito que não pode, de maneira nenhuma, mesmo previsto como um direito fundamental na Constituição da República, ser exercido na sua plenitude.

Como falar do direito de greve? No nosso caso, dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, em 2008, com 52 dias parados, a nossa greve foi declarada, no meio da nossa caminhada, como abusiva. Nós cumprimos os requisitos que o Judiciário impôs, de 30%, por analogia à lei de greve da iniciativa privada, mas mesmo assim houve desconto dos dias parados. As negociações para aliviar, para resolver esse problema, se prolongaram infinitamente, com muitas dificuldades.

Agora, em 2014, a AGU entra com uma medida, com uma liminar, contra o movimento dos auditores também, que era um movimento chamado "operação padrão", um movimento chamado "operação meta vermelha". Não era um movimento de paralisação, e a AGU entrou com uma ação e nós tivemos que suspender todo e qualquer tipo de mobilização.

Onde já se viu isso? Em um Governo que é liderado, que é dirigido, que dirige a nossa Nação, um Governo de trabalhadores. Isso é gravíssimo! Por quê? Porque viu ameaçado o interesse da diminuição da arrecadação tributária, prejuízos para a economia, como sempre pensando no lado mais forte, e não no lado do trabalhador.

O que é que nós necessitamos, Senador Paim? O servidor público necessita daquilo que é seu direito. Portanto, eu gostaria de registrar aqui nessa conclusão da minha fala...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. JOSÉ DEVANIR DE OLIVEIRA – Nós necessitamos de uma data-base, Senador Paim. Nós necessitamos, Sr. Mendonça, nosso Secretário, de um reajuste anual garantido por lei. Nós necessitamos de uma licença para um mandato classista. Nós necessitamos da institucionalização da negociação coletiva no serviço público para os servidores, para que a gente não fique sujeito ao arbítrio, às protelações, ao descumprimento de acordos por parte do Governo.

Eu digo "sim" á regulamentação da Convenção nº 151, da OIT. Eu digo "sim" à institucionalização da Negociação Coletiva no serviço público para, depois, sim, acertarmos a questão relativa à greve.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Esse foi o Diretor do Sindifisco, Sr. José Devanir de Oliveira, que falou da importância da regulamentação do direito de greve, mas também da regulamentação da negociação coletiva.

Só por curiosidade minha, eu tenho falado muito o que também comentaram sobre o número de auditores fiscais. Se aumentassem o número de auditores fiscais e o número de fiscais do trabalho, consequentemente a arrecadação seria muito maior do que a que ocorre hoje.

Esse dado é verdadeiro. Dando mais estrutura para combater a impunidade, o desvio de recursos, a corrupção, daria para arrecadar muito mais do que com essas duas MPs que foram editadas e que vão virar aí 8 bilhões ou 6 bilhões, porque com todas as mudanças que aconteceram...

O SR. JOSÉ DEVANIR DE OLIVEIRA – Com certeza, Senador Paim.

Nós temos estudos tanto do Sindifisco como de outras entidades que são de classe, ligadas à arrecadação, à fiscalização, que demonstram claramente essa situação.

Na verdade, o aumento de autoridades fiscais para o serviço público, para o Estado brasileiro, só traria ganhos, seria um grande investimento, mesmo porque a defasagem, a diminuição dos servidores nessa área das autoridades fiscais é muito grande, em decorrência de aposentadorias e por desmotivação por baixos salários em relação a outras carreiras, pela transferência de auditores fiscais para outras carreiras motivadas por isso.

Então, há certamente um enorme prejuízo para o Tesouro, pela precarização, pelas poucas condições que temos realmente para exercer na plenitude a nossa competência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Eu vou deixá-lo, Sérgio, para ser o último dessa Mesa, porque você vai falar pelo Governo. Então, são três ou quatro falando em uma posição e o Sérgio, falando pelo Governo.

Então, passo a palavra de imediato para o Rudnei Marques, Secretário-Geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu aproveito o momento para registrar a presença aqui dos Deputados Hélio José e José Medeiros, sempre presentes aqui nas segundas-feiras pela manhã... (*Palmas.*)

S. Exªs são Senadores. É que fui Deputado por quatro mandatos, por isso tenho um carinho muito grande pelos Deputados, principalmente por votaram o fim do fator. Por outras coisas, estou chato com eles, como a questão da terceirização, que aprovaram lá. E como tenho falado muito do fator previdenciário tenho elogiado essa particularidade da Câmara dos Deputados.

São o Senador Hélio José e o Senador José Medeiros.

O Sr. Rudnei, por favor, tem a palavra.

O SR. RUDINEI MARQUES – Bom dia, Senador Paim, Senador Hélio e demais integrantes da Mesa, senhores e senhoras, vou ser bastante objetivo na abordagem desse tema, em representação do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, onde tivemos um debate longo sobre a questão. E, após esse debate, pudemos apresentar o Projeto que recebeu o número, no Senado, 287, de 2013.

Falaremos um pouco sobre ele também.

Em primeiro lugar, eu não gosto muito de raciocínios binários, mas é inevitável fazermos uma análise desses 13 anos do governo do Partido dos Trabalhadores e tentar entender o que houve com a questão da organização sindical no Serviço Público durante esse período.

Parece-me que ficamos entre duas hipóteses: ou o Governo teve a intenção de aprofundar e aprimorar a regulamentação dessa organização sindical; ou teve essa intenção e não teve competência ou, o que é pior, não teve nem a intenção, o que é inaceitável, considerando-se um governo do Partido dos Trabalhadores, que teve a sua gênese em movimentos sindicais ligados ao serviço público e tudo o mais.

Então, o Governo teve a intenção e não teve a capacidade ou sequer teve a intenção, o que é mais grave ainda. E digo isso porque, se olharmos o tripé da organização sindical, veremos quão pouco nós evoluímos nesse período.

De fato, a Constituição trouxe o direito à sindicalização, mas nós temos questões graves que não foram enfrentadas, nesses últimos anos, a respeito da organização sindical. O mandato classista, como já foi falado aqui, nós perdemos lá em 1996, com a medida provisória do Fernando Henrique, que se tornou lei em 1997. A partir de então, nunca mais conseguimos resgatar o direito. Inclusive, em 2002, o próprio à época Deputado Berzoini apresentou uma emenda constitucional para que fosse restabelecido o direito, porque era uma bandeira do Partido dos Trabalhadores. Um ano depois, o Partido se torna governo, e a questão foi praticamente engavetada.

Nós fizemos um trabalho grande aqui, no Congresso, recentemente. Tivemos aí o veto presidencial à reformulação do art. 92 da Constituição, que previa a liberação com ônus para a Administração, ou seja, aumentaram as liberações, mas o ônus se manteve para as entidades de classe. E sabemos que as entidades não têm recursos suficientes para bancar essas liberações, o que vai se agravar ainda mais com o advento da Funpresp, porque vocês sabem que agora o servidor que entrou sai com o teto previdenciário. A remuneração dele não depende mais da negociação salarial. Então, estamos prevendo uma precarização muito grande dos sindicatos de servidores federais para as próximas décadas. Precisamos encontrar soluções para isso.

Então, não avançamos no direito à organização sindical contemplando todas essas questões. O direito à negociação coletiva também inexiste, como já foi dito, não temos data-base, as regras não foram definidas em lei. E feliz ou infelizmente – felizmente porque é o Sérgio Mendonça, mas infelizmente porque são reuniões pouco efetivas –, nós temos sentado, sim, à mesa de negociação, na SRT, desde 2003, quando começou. Mas desde que eu tenho participado, que foram as primeiras reuniões de 2006, depois 2007, 2008, 2012, é lamentável nos sentarmos e perdermos horas, dias, meses de reuniões, para que não tenhamos qualquer avanço. Ou seja, mobilizamos a categoria, levamos pautas elaboradas, dizemos o que queremos; o Governo escuta, escuta, escuta, mas não encaminha.

Essa situação, no nosso entendimento, agravou-se em 2012, com a separação da SRH, que virou um pedaço a Secretaria de Gestão Pública (Segep) e outro a SRT. Então, a SRT foi diminuída nas suas competências. Conversa, o Sérgio tem a maior boa vontade em ouvir os trabalhadores, o serviço público e tudo mais, mas

não tem a competência, a prerrogativa de resolver as questões. Então, para nós, fica uma situação muito difícil, porque a base está ali vendo tudo isso, está vendo, muitas vezes, que é um jogo de cena, um teatro, e não conseguimos encaminhar absolutamente nada.

E somos surpreendidos, como fomos em 2012. Na última hora, o Governo joga goela abaixo um percentual qualquer, e só temos a possibilidade de aceitar ou rejeitar. Então, isso não é negociação coletiva. Nós não temos regras, elas são nada efetivas, e nós precisamos encontrar uma solução aí para esse impasse.

O direito de greve, então, nem se fala. Nós abdicamos da nossa condição de seres políticos capazes de resolver essas questões no âmbito político. E o Governo praticamente delegou ao Judiciário as decisões relativas ao direito de ter greve.

Eu vou fazer uma breve síntese de como está a questão em torno da conformação jurisprudencial do direito de ter greve do serviço público federal.

Apesar de a Constituição assegurar o direito de ter greve – "competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender", isso extensível aos servidores públicos, a questão vem sendo decidida no STF, que, inclusive, que, inclusive, por aplicação à má lógica, estendeu aos servidores públicos a Lei nº 7.783, de 1989, em relação ao direito material, e a Lei nº 7.701, quanto ao devido processo legal a ser observado nas paralisações. Então, praticamente estendeu as regras da iniciativa privada ao serviço público. Há competência do STJ para apreciar demandas referentes ao movimento paredista nacional, e o juízo competente decidirá sobre a legalidade da greve, o pagamento ou não dos dias parados e outras questões relevantes para a preservação do interesse público.

É bem verdade que essas decisões do Judiciário foram desastrosas para o conjunto dos servidores. A gente sabe que tem o Judiciário extremamente conservador. Nós chegamos – estava conversando com o Sérgio um pouco antes do início da audiência –, em alguns casos, a ter determinações de manutenção de 90% do contingente operando; 80%, 70% é comum, ou seja, praticamente o Judiciário inviabilizou o exercício de ter greve, face às decisões que a gente vem tendo desde 2008, 2012, muitas decisões contrárias. Agora, no último ano, as entidades de classe que acenaram fazer alguma mobilização no período de Copa do Mundo e tudo o mais, o Governo, *a priori*, conseguiu decisões judiciais, impedindo qualquer movimento.

Então, a gente está hoje sob a égide de decisões judiciais que são, francamente, desfavoráveis aos servidores, inclusive estabelecendo multas diárias extensivas aos dirigentes sindicais, ou seja, se a entidade de classe não pagar, oneram-se os bens dos dirigentes sindicais. Então, se depender da Justiça, está inviabilizado o direito de ter greve no serviço público.

E temos ainda uma decisão do Ministro Carlos Meira, do STJ, dizendo que o direito de ter greve, no âmbito da Administração Pública, deve sofrer limitações, na medida em que deve ser confrontado com os princípios da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços públicos, para que as necessidades da coletividade sejam efetivamente garantidas.

(Soa a campainha.)

O SR. RUDINEI MARQUES – Isso, é claro, agravando-se com o voto do Ministro Eros Grau, que diz que não se fala em serviço público essencial, que todo o serviço público é atividade que não pode ser interrompida. Ou seja, todo serviço público é essencial, a gente não pode parar; se parar, há decisões que dizem que as atividades essenciais devem ser mantidas quase que na integralidade, ou seja, torna sem efeito nosso movimento paredista.

Enfim, os requisitos para a deflagração de greve, que todos conhecem: a necessidade de comprovar, ter sido frustrada a negociação, necessidade de notificação das autoridades responsáveis com 72 horas de antecedência e a necessidade de manutenção do contingente de trabalho mínimo, que tem sido quase o contingente máximo.

Então, em vista de tudo isso, de nós não termos regras de negociação coletiva e não termos também assegurado o direito de ter greve, o Fonacate debruçou-se sobre uma proposta que já vinha sendo estudada pelas centrais sindicais, inclusive "consensuada" e apresentada por meio do ex-Deputado Policarpo. Em termos de projeto de lei, o que nós fizemos? Nós pegamos aquele projeto de lei, estudamos aquele projeto, adequamos às especificidades dos servidores públicos federais, e, por meio do Senador Paim, apresentamos, então, um texto cuja tramitação ele nos honrou em ter encaminhado, com numeração 287, de 2013.

Então, ali, o que a gente está propondo? Definir regras mínimas de negociação coletiva, um calendário mínimo para que nós tenhamos condições de reunir a base em fevereiro, apresentar a pauta de reivindicação ao Governo. O Governo teria 60 dias para retornar, sob o atendimento ou não daquela pauta apresentada. Em cima disso também criaríamos regras de conciliação, mediação e arbitragem, porque não tem negociação se a

gente não define esses aspectos da solução de conflitos. Também, nesse projeto, nós definimos um contingente mínimo de 30%, que é suficiente, em muitas atividades, para manter a operação básica dos órgãos, certo?

Enfim, tentamos fazer um trabalho que competiria ao Governo ter feito ao longo de todo esse período porque ele teve tempo, teve tempo suficiente para fazê-lo. Não adianta alegar o desentendimento entre trabalhadores. O Governo poderia ter tomado a iniciativa e apresentado um projeto decente, ao menos para ser objeto de debate pela sociedade, pelo conjunto de servidores. Não o fez, e nós tomamos a iniciativa de fazê-lo.

Conversamos, questão de duas semanas atrás, com três centrais sindicais. O Pedro estava presente pela CUT; a Força Sindical; e a CSP, se eu não me engano, estava presente também, e nós praticamente "consensuamos" em torno desse PLS 287, Senador Paim, porque, na última audiência, nós havíamos ficado com esta missão: sentar com as centrais. Então, sentamos com as centrais, e praticamente esse é o projeto das centrais. A única divergência – divergência, não, porque até nós "consensuamos" aí – é a questão do observatório das relações de trabalho, não é um cavalo de batalha para ninguém. Então, se não houver consenso, pode sair do texto, mas, se não houver objeção, a gente mantém no texto. Mas, em síntese, esse é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Rudinei, deixe-me te perguntar porque, para mim, é importante isso.

Eu só não votei ainda esse projeto de forma definitiva porque havia uma divergência com as centrais que vocês ficaram de conversar. Se vocês se entenderam, tem como eu tocar o projeto para frente, tanto aqui como na Comissão de Assuntos Sociais, que é lá que ele vai ser apreciado. Eu já ajustei lá que eu serei o Relator porque aqui vocês entraram como legislação participativa. Eu avoquei a relatoria e, consequentemente, eu dou o parecer favorável e lá também, na Comissão de Assuntos Sociais.

Mas é fundamental que vocês cheguem a um entendimento final com as centrais para ficar tranquilo porque a gente tocar um projeto com uma certa divisão, para aprovar aqui já não é fácil, ainda mais se houver divisão. Agora, se não houver divisão, se ajustar os detalhes que faltam, eu consigo – digamos – incluir isso no projeto final, e nós vamos fazer com que ande esse projeto. Então, é fundamental que vocês me deem o sinal verde: pode aprovar, aí eu vou aprovar.

O SR. RUDINEI MARQUES – Certo. Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nem que conversem depois um pouquinho mais aqui com as centrais que eu estou dependendo dessa opinião.

O SR. RUDINEI MARQUES – Eu vou deixar até o Pedro lhe dar essa resposta porque ele estava na reunião. Ele tem a memória toda desse debate e é uma lembrança privilegiada porque ele conhece detalhes que até superam o meu conhecimento. Então, ele lhe dará a resposta. Do ponto de vista do Fonacate, está "consensuado" com as centrais. Nós chamamos todas as centrais, nem todas apareceram, mas as que apareceram consideraram que o projeto está dentro daquilo que foi acordado à época com o Deputado Policarpo, que já vinha de um entendimento prévio.

Então, encerro a minha fala por aqui, Senador, dizendo que, mais uma vez, o senhor honra aí a classe trabalhadora, trazendo um assunto de suma importância que o Governo, em parte, abdicou de fazer esse debate, abdicou, durante esses 13 anos de Governo, de fazer os encaminhamentos necessários para regulamentar a negociação coletiva, a organização sindical, o direito de greve; deu alguns passos, mas foram insuficientes.

Então, nós louvamos mais uma vez essa iniciativa e deixamos aí o abraço do Fonacate, desejando que tenhamos uma ótima audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Rudinei Marques, Secretário-Geral do Fonacate... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... que fala do Projeto nº 287, que, para ser aprovado aqui e na Comissão de Assuntos Sociais, só falta o entendimento com as centrais. A gente aprova o projeto, eu te garanto que o aprovamos, queiram ou não queiram alguns. Eu tenho muita confiança de que a gente tem como aprovar o projeto aqui e lá, na Comissão de Assuntos Sociais. Claro que depois ainda vai para a Câmara e vai ter outro debate, e, claro, vamos tentar também dialogar com o Executivo, que é fundamental nesse sentido.

Chamo para usar a palavra Pedro Armengol, Secretário Adjunto de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Pedro tem estado sempre com a gente aqui nos debates não só da área pública como também da área privada.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Bom dia a todos e a todas.

Saúdo aqui o Senador Paulo Paim; o Senador – deixe-me botar os óculos – Hélio José, que está aqui, à nossa direita; Sérgio Mendonça, o nosso Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, importantíssimo – já registro – estar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador José Medeiros...

O SR. PEDRO ARMENGOL – O Senador José Medeiros – obrigado pela lembrança, Senador Paim.

Registro aqui a importância do Poder Executivo, na pessoa do Dr. Sérgio Mendonça, que está presente neste debate sobre a regulamentação do direito de greve, e sobre o direito de greve principalmente no setor público; o nosso companheiro Devanir, que sempre tem participado desses debates; o nosso companheiro Rudinei, do Fonacate; e demais presentes aqui nesta importante audiência pública.

Eu iniciaria aqui já quase pelo final, Senador Paim, sobre a última provocação que o senhor fez em relação a esse PL 287, se houver acordo entre as centrais de que há condições de dar andamento.

Eu quero falar aqui pela CUT, mas também posso até falar do ponto de vista de perspectiva pelas outras centrais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixa eu chamar para a mesa o JP, ele vai falar também para nós pela central, ele tem um lugar aqui.

Vem cá, JP.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – CSPB e também pela Nova Central.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Pela CSPB e pela Nova Central também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fala pelas duas. Foi o que me disseram. (*Risos.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (*Fora do microfone*.) – Você quer me provocar. (*Risos.*)

O SR. PEDRO ARMENGOL – CTB, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – CTB.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Tranquilo, a gente tem essa liberdade de brincar. (*Risos.*)

Bem, Senador Paim, eu vou começar pelo final a partir da provocação do Rudinei e do senhor.

Eu quero dizer que, pelo conteúdo do PL 287, até porque esse PL nº 287 reproduz quase na sua íntegra o rico debate que teve, no âmbito do Ministério do Planejamento, no período de 2007 a 2010, um grupo de trabalho com a participação de várias centrais, de entidades, inclusive, não só da área federal, mas também da área estadual e municipal, como a CNTE, como a Confetam, e que, em 2010, a gente concluiu.

A partir desse parâmetro, a gente começou um debate com todas as centrais – eu diria com a CUT, a Força Sindical, a UGT, a Nova Central e a CTB –, onde, a partir daquele projeto, nós construímos um consenso e inclusive protocolamos esse consenso em relação ao direito de greve, ao direito à negociação coletiva, no final de 2012, junto ao Poder Executivo, na perspectiva de construir um processo de regulamentação da 151, incluindo aí também a regulamentação do direito de greve.

Nós somos daqueles que entendem que é difícil você discutir a regulamentação do direito de greve desatrelado do debate da regulamentação da negociação. Porque, na verdade, nós trabalhadores do setor público, nós vivemos, do ponto de vista do direito das relações de trabalho, em um ambiente que plagio aqui uma expressão de um companheiro meu, que inclusive hoje está no Governo, que diz o seguinte: essa relação é esquizofrênica, no que diz respeito às relações de trabalho no setor público.

Permitiram-nos a nos organizar em sindicatos, mas não nos permitiram a negociar. Permitiram-nos a fazer greve, mas não nos permitiram negociar nem regulamentaram o direito. O Judiciário, considerando esse vácuo da falta de regulamentação, diz o seguinte: vamos aplicar, por analogia, no direito de greve, a legislação do setor privado, que é a Lei nº 7.783, mas, ao mesmo tempo, deveria também ter dito, do nosso ponto de vista, que aplicava, por analogia também, o direito de negociação. Porque não entendemos, em nenhuma relação de trabalho, você discutir o conflito sem discutir que mecanismos utilizar para superar esse conflito, e o único mecanismo que nós temos é a negociação.

Nós temos a compreensão de que nós vivemos ainda em um Estado autoritário – e, quando eu coloco Estado, não estou falando só do Governo Federal, é claro que estou falando de Governo Federal, estadual e municipal – que, infelizmente, o senso comum, dentro dessa perspectiva autoritária, é de que não pode haver relação bilateral de trabalho no setor público, não pode haver uma relação contratual, e aí não reconhece os conflitos. E, para ter negociação, todo mundo aqui sabe, isso é básico, só se tem negociação quando se reconhece o conflito.

O problema do Estado brasileiro, que é maior do que os Governos – maior do que o Governo Federal, estadual e municipal –, é que não reconhece a necessidade de se ter uma relação bilateral de trabalho no setor público. Essa, eu diria, é a base de todo o problema, inclusive do aprofundamento. E, sempre que há esse vazio, no caso, por exemplo, o vazio da regulamentação, o que é que avança? As visões conservadoras.

E o pior que aconteceu foi justamente – e já falaram aqui – a aplicação, por analogia, da legislação do setor privado, porque aí levou, imediatamente, à judicialização sem precedente, e uma judicialização que está

construindo precedentes que vão acabar com o direito de greve. Eu sou radical ao dizer: vão acabar com o direito de greve no setor público.

Já está se tornando senso comum – e até é cômico de se falar – algumas situações, inclusive decisões da Justiça, em que se considera a greve é legal, mas tem-se que garantir 100% de atendimento. É cômico, mas existe. E já se tornou senso comum inclusive a situação de que no mínimo... Inclusive reflete muito bem um dos projetos que tramitam nesta Casa, do Senador Aloysio Nunes, que foi praticamente a base daquele projeto que está sendo construído pela Comissão Especial para a Regulamentação da Constituição, em que se coloca num parâmetro mínimo de 50% nas atividades chamadas não essenciais. E, para as atividades chamadas essenciais, que são caracterizadas como todo o serviço público, é no mínimo de 60%.

Mas, no Judiciário, a jurisprudência está pior, porque hoje, pelo menos na área federal, que nós acompanhamos, porque sou servidor público federal, eu também sou da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, a CONDSEF, gira em torno de 70% a 80% a exigência de trabalho efetivo durante o período de greve.

Com o nível de terceirização que nós temos hoje no setor público, isso significa dizer que não se consegue fazer greve, não há como fazer greve. Isso inviabiliza o exercício do direito de greve, além da questão das multas, porque se tornou também uma jurisprudência. Toda decisão vem acompanhada de multas que inclusive vão inviabilizar e já inviabilizaram uma série de organizações.

Só como exemplo, na última greve dos professores do Distrito Federal, por uma semana de greve, o Sinpro está devendo, segundo decisão da Justiça, mais de R$2 milhões de multa, porque a Justiça deliberou que, se os professores não retornassem ao trabalho, seriam R$50 mil por escola, por dia, no Distrito Federal. E está lá o Sinpro com mais de R$2 milhões de multa em uma semana de greve. No momento em que for executado vai ter problema.

A Confederação de que eu sou diretor e base, que é a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, tem uma base muito grande, mas mesmo assim no dia em que nós formos executados... Nós estamos usando literalmente recursos protelatórios, mas devemos mais de R$2 milhões de multa por greves de 2010 para cá. No dia em que nós formos executados, eu já disse para a nossa turma: nós vamos fechar as portas e vamos para casa, porque vai nos inviabilizar financeiramente a execução dessas multas decididas pela Justiça no caso de cumprimento de percentual mínimo de atendimento.

Esse é o ambiente em que nós vivemos. Temos a compreensão de que a discussão da regulamentação do direito de greve deve se dar concomitantemente ou eu diria até que, de forma preliminar, deve-se avançar no debate da regulamentação da negociação coletiva no setor público.

Todos aqui são sabedores de que o Brasil deu um passo importante nessa perspectiva em 2010, quando o Congresso Nacional ratificou a Convenção 151 da OIT. Só que, infelizmente, não houve até agora a devida regulamentação dessa Convenção.

E por que não houve essa regulamentação? Justamente porque nós vivemos ainda num Estado autoritário, que não permite a relação bilateral de trabalho. Fica difícil discutir a regulamentação do direito de greve nesse ambiente autoritário que não quer avançar no debate da regulamentação da negociação.

Qualquer construção, inclusive neste Parlamento, tem vários projetos. Tanto na Câmara quanto no Senado, a maioria das iniciativas que temos visto neste Parlamento não são no sentido de regulamentar o direito, mas de restringir o exercício do direito. Inclusive uma das últimas iniciativas, como eu disse, é esse último projeto da Comissão Especial, que avança, inclusive, numa visão mais conservadora quando permite a substituição – este é só um exemplo, dentre outros danos – de trabalhadores em greve por contratos temporários de trabalho.

Isso no setor público é gravíssimo. Inclusive nós temos uma experiência extremamente danosa, se não me engano, de 2010, durante a greve das agências, quando o Governo permitiu a substituição, através de um decreto, de trabalhadores da área de fiscalização, área estratégica e área delicada, dos trabalhadores de Estado e Município sem a devida qualificação para exercitarem as funções de fiscalização.

Aqui vai mais longe, não só substituir por trabalhadores de Estado e Município, como também contratos temporários sem fazer nenhuma ressalva na questão da qualificação daqueles que vão substituir. Primeiro que é um absurdo, não aceitamos, como movimento sindical, substituição de trabalhadores em greve por trabalhadores temporários ou por outros trabalhadores, principalmente quando não se exige nenhuma qualificação para essa substituição. Isso é um risco, inclusive, para o próprio Estado fazer esse tipo de prática. Inclusive, todas as centrais fizeram uma denúncia formal para a OIT, naquele período, em 2010, de que isso é extremamente perigoso, inclusive para a sociedade brasileira.

Para concluir – sabemos que nosso tempo já estourou, Senador –, eu queria encaminhar, aproveitando a presença do companheiro JP, da CTB, que a gente providenciasse de imediato uma reunião das centrais com o Fonacate, que teve essas iniciativas. Eu tenho certeza de que os ajustes necessários a essa proposta do PL

287 são possíveis e serão rápidos. São pequenos ajustes. Entendemos que é um avanço na perspectiva de uma efetiva regulamentação e não da restrição de exercício do direito de greve.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Pedro Armengol, Secretário da CUT.

Deixando bem clara a situação do projeto, repito de novo.

O projeto foi apresentado aqui pela Fonacate como uma SUG. Eu assumi a relatoria, acatei a SUG, tornou-se projeto. Mas, a partir do momento em que se transformou em projeto, eu avoco de novo a relatoria para dar o parecer final. Estou esperando agora para colocar em votação que as centrais e a Fonacate ajustem os últimos detalhes. Se vocês se reunirem hoje ou amanhã, eu quarta voto o projeto aqui e ele vai à Comissão de Assuntos Sociais. Já que não há tempo, a gente joga para outra semana, mas na outra semana vou lembrar que a perspectiva... Não, o feriado é nesta semana. Pode ser na outra semana. Fica... De minha parte, eu toco bala e aprovo aqui, vocês é que vão dar o tempo.

O SR. PEDRO ARMENGOL (*Fora do microfone*.) – Há o risco de, às vezes, as centrais não serem tão rápidas assim. Queria sugerir já para a próxima semana e a gente já aqui se prometer, eu e o JP...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nesta semana?

O SR. PEDRO ARMENGOL (*Fora do microfone*.) – ... e a gente estar mobilizando as outras centrais para nesta semana a gente fazer essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E votarmos na outra semana?

O SR. PEDRO ARMENGOL (*Fora do microfone*.) – Votariam na outra semana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k. Depois ele vai à CCJ e à CAS. Na CAS, eu já ajustei que seria o Relator.

Vou tentar também na CCJ, para ver se o projeto que sai daqui aprova e vai à Câmara dos Deputados. O.k.?

Peço agora aqui aos meus convidados que voltem ao plenário, fica o JP e o Sérgio. Convido para a segunda Mesa já o representante...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já vou te passar a palavra, só mudarei a Mesa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria aproveitar esta Mesa, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas eles ficam ali no plenário e vão participar da mesma forma. O debate começa depois da fala. Vou te passar a palavra em seguida.

Eu só queria convidar para a Mesa o Rudi Cassel, representante da FENAPRF, advogado, especialista em Direito do Servidor, Organizações Sindicais e Associativas, e o Luís Carlos Paes de Castro, Diretor de Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

Passei para ser o último a usar a palavra o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça. Por quê? Depois de ouvir todas as entidades, ele vai fazer sua fala e vamos, inclusive, suscitar o debate entre todos.

Mas, de pronto, passo a palavra ao Senador Hélio José. Senador Hélio José, que já fala para esta Mesa e para a outra que está no plenário.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Paulo Paim, bom dia a todos os colegas:

> – José Devanir de Oliveira, Diretor de Políticas Sociais e Assuntos Especiais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), muito bom, sou servidor público concursado do MPOG, sei como é importante essa questão;
>
> – Sérgio Eduardo Mendonça, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão(MPOG), seja muito bem-vindo aqui. É uma pena que não vou poder ouvi-lo porque vou estar na sessão de homenagem ao TSE daqui a pouquinho, mas espero que você consiga dar boas respostas aos importantes questionamentos que estão sendo feitos;
>
> – Rudinei Marques, Secretário-Geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate);
>
> – Pedro Armengol, Secretário Adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da qual fui diretor por cinco mandatos aqui, no Distrito Federal, e participei de vários congressos nacionais; importante central sindical;
>
> – Rudi Cassel, advogado especialista em Direito do Servidor, Organizações Sindicais Associativas;
>
> – Luís Carlos Paes de Castro, Diretor de Relações Externas, do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), também servidor público, com quem estamos conversando bastante, inclusi-

ve, questionei o Ministro, os dois Ministros sobre a questão do concurso de vocês, da importância de chamá-los para completar o quadro. Pode pegar as notas taquigráficas da CMO, pois estivemos dialogando sobre isso;

– João Paulo Ribeiro, Diretor de Assuntos do Poder Legislativo da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, famoso JP, não é, Paim?.

Pessoal, é muito importante essa questão. Eu, por exemplo, sou de uma categoria, o Sérgio Mendonça sabe, que foi profundamente discriminada porque ficou fora da MP 440, que reajustou as carreiras públicas federais. Precisamos resolver esse problema. Estive, inclusive, conversando no Palácio do Planalto, estou conversando aqui, Sérgio, fiz questão de estar aqui para poder falar com você, embora não vá poder ouvi-lo. Esperamos ter a solução dessa questão. Não dá para tratar desiguais de forma igual, o tratamento tem que ser desigual, conforme a Constituição diz, está certo?

Então, a situação da carreira de analista de infraestrutura, profundamente prejudicada, ainda mais quando o Governo deixa claro que a esperança é o investimento em infraestrutura nacional, que forma o quadro dos 11 Ministérios da Infraestrutura, não pode ter tratamento no bolo. Temos que discutir essa questão de uma forma diferenciada e resolver o problema de uma carreira que foi criada pela Presidente Dilma para destravar o PAC, para resolver a questão do PAC.

Ainda hoje, temos vários problemas, porque a carreira tem de 30% a 35% de evasão, porque os analistas de infraestrutura não podem continuar sendo analistas de infraestrutura, sabendo que o analista de planejamento e orçamento, que o analista de finança e controle, que o analista de comércio exterior, que o EPGG, que são os gestores, que têm a mesma carreira, a mesma função, praticamente, ganham em subsídio e ganham o salário bem melhor. Consequentemente, o que os analistas de infraestrutura fazem? Tempo inteiro estudando para concursos, passando nos concursos, quase 30% dos aprovados nos vários concurso são analistas de infraestrutura, que deixam de destravar as obras do PAC, nos Ministérios, que deixam de fazer com que a infraestrutura nacional avance para ser outro colega analista, ou de APO, de finança e controle, ou de comércio exterior, ou até mesmo especialista das agências reguladoras.

Então, isso, precisamos resolver. É uma herança que ficou da MP 440. Essa carreira entrou na área pública federal por causa de três meses, e nós temos que resolver isso. Eu tenho certeza de que a Presidente Dilma, o nosso Vice-Presidente, Michel Temer, você, no Ministério, o Nelson, com quem já conversei, o nosso Ministro Levy querem que a área da infraestrutura tenha expectativa de desenvolvimento, desenvolva-se e ande. Para andar, temos que resolver esse problema.

Já estive conversando com o Palácio do Planalto, vamos apresentar emendas e propostas para resolver esse problemas no nível em que se resolveu a questão dos delegados federais. Temos que resolver, não dá para vir rodada de negociação. Vamos negociar com todo mundo: os que foram já devidamente reconhecidos com justeza, na MP 440, têm uma situação; nós, que, por causa de três meses, ficamos fora da MP 440, temos uma situação diferenciada. Então, estou falando tudo isso para apoiar, com certeza, essa importante situação, que é o direito reivindicatório do servidor público federal e dos servidores públicos em geral que devam se organizar e ter seus direitos de fazer o enfrentamento, caso seja necessário.

Em primeiro lugar, o diálogo sempre. Está certo? Sempre o diálogo. Mas, se não se chegar a uma situação de consenso, que possam os servidores, de uma forma tranquila, exercer seu direito de fazer greve, devidamente organizados, devidamente encaminhados. Quero manifestar o meu apoio aqui à Fonacate, ao nosso Sindicato Nacional do Banco Central, a todos os servidores públicos aqui e também à CUT para esse importante debate aqui e deixar claro que vamos para o plenário, vamos para as Comissões. Nós temos que resolver essas questões.

Eu não quero poder, aqui do Senado Federal, ter que comandar greve dos analistas de infraestrutura, por causa da falta de uma solução totalmente possível, por causa de um vacilo de três meses, que a carreira entrou na área pública federal.

Não falo de um cargo chamado especialista, que tem mais é que ser extinto, porque é um cargo isolado, é uma coisa em extinção. Estou falando é da carreira, da carreira de analista de infraestrutura.

Então, Sérgio, você sabe que são 850 pessoas apenas, da mais alta relevância, do Ministério do Transporte, Cidades, Energia, MPOG, Casa Civil, os Ministérios que mexem com infraestrutura e nós precisamos resolver essa questão. Já estive conversando no Palácio do Planalto, acabei de apresentar uma emenda nesse sentido, nessa MP que está ajustando algumas questões de impostos. E espero que o Ministério do Planejamento nos ajude a resolver esse problema criado, porque a nossa carreira ficou fora da MP nº 440.

Então, era isso que eu queria colocar, deixar claro a todos os servidores públicos, que estamos juntos. Sou servidor público concursado, faço questão de dizer isso aqui, exaustivamente, porque sem o servidor público bem-remunerado, bem-reconhecido, bem-colocado, a iniciativa privada, o público externo não terá um

atendimento adequado. O servidor público está aí para fazer esta interface entre o Estado e o privado, entre o privado e o Estado e, para que o servidor público faça isso com tranquilidade, ele precisa ser reconhecido, ter sua carreira, ter sua evolução devidamente reconhecida por todos.

É exatamente por isso que estamos aqui apoiando este importante instrumento que é o direito de greve, que o servidor público tem que ter da forma bem clara, bem regulamentada, como é também hoje para a iniciativa privada e que nós temos é que, cada vez mais, aprimorar essa relação capital/trabalho no sentido de propiciar que as negociações sejam as melhores possíveis.

Era isso que eu queria falar aqui, Senador Paim. Desculpe-me o longo tempo aqui do discurso, da fala, mas é importante, porque eu não vou poder ficar aqui para ouvir o meu amigo, o meu companheiro de luta, de tantos anos, o Sérgio, que é uma pessoa que a gente respeita muito, todo servidor público respeita muito, todos do Direito respeitam muito, pela tranquilidade como o Sérgio encara. Inclusive, se estivesse na mão do Sérgio, eu tenho certeza de que ele teria resolvido isso no orçamento passado; não resolveu, porque está tudo no bolo e, se está no bolo, não tem como resolver. Então, nós temos que separar os desiguais.

Muito obrigado, um abraço grande a todos. Estamos juntos nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Hélio José, que fez as suas considerações. Claro que o Sérgio vai responder na sua fala.

Então, nós temos ainda o Rudi Cassel que vai falar. O Senador José Medeiros, queria falar agora ou depois do primeiro desta Mesa? V. Exª que sabe.

Então, V. Exª está com a palavra, lembrando a todos que o Senador fala no momento em que ele entender mais adequado.

O Senador José Medeiros com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Paulo Paim, Senador Hélio José, Dr. Luís Carlos, Dr. Rudi, Dr. Sérgio, Dr. Rudinei, Dr. João, e demais companheiros que estão aqui, quero ser breve, até porque o objetivo desta audiência é ouvi-los mesmo, para a gente ter a possibilidade de fazer uma boa discussão desse projeto e encaminhar da melhor forma possível.

Mas eu queria fazer um destaque aqui, Senador Paulo Paim. Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu sou contra a greve. Eu creio que todo o mundo aqui é contra greve e todos os servidores são contra a greve. Servidor nenhum quer estar em greve. Essa é a grande realidade. O que a gente lamenta é que tenhamos que ter audiências como esta, tenhamos que discutir assuntos como este, porque não era para estar acontecendo isso.

Na verdade, o Senador Hélio José, disse aqui muito bem, se o País... O País anda pelo Governo ou apesar do Governo, mas a grande verdade é que, independente de Governo, os servidores públicos tocam a máquina. Estando o Governo bem ou mal, o País anda. Por quê? Porque os servidores fazem o seu trabalho.

É terrível a gente ter que vir, anos após anos, nessa discussão cansativa. Os servidores que estão mais antigos na área sindical, com certeza, já estão estafados desses assuntos, porque é a mesma cantilena. As mesas de negociações são o quê? Mesas de embarrigamento. Vai te jogando, vai te jogando. Eu sempre digo aqui, você, às vezes, vai para uma mesa de negociação, fala-se, fala-se, aí você sai até com a impressão de que saiu com alguma coisa. Quando desce, que está na calçada, você fala: "Mas o que é que nós levamos mesmo?" Levou nada.

E aí no contraponto, fazendo um paralelo, você observa, por exemplo, vou fazer um paralelo com a dívida pública, Senador Paim. A dívida pública. Nossos banqueiros, sem preconceito nenhum a classe alguma, mas só para mostrar como é que, às vezes, uns são mais iguais do que os outros nesse princípio da igualdade que nós temos, os bancos nossos tomam dinheiro lá fora, baratinho, baratinho, e emprestam aqui para o Governo a juros exorbitantes. Só no ano passado, nós pagamos R$170 bilhões de juros.

Todos esses títulos que o Governo põe para fazer captação já são reajustados pelos diversos índices, IPCA, TJLP, Selic, e por aí vai. Mas aí o que acontece? A gente observa que, apesar disso, a nossa dívida só cresce – só cresce. Banco não precisa fazer greve, nenhum desses nossos credores precisam fazer greve. Eles só emprestam e recebem bonitinho, e mais. E o servidor público não, ele tem que levar cassete na rua.

Eu fico observando, alguém citou aqui, os professores. Há poucos dias, eu e o Senador Paim estávamos em um debate, na tribuna do Senado, e nós falávamos justamente sobre isto, que hoje o servidor público, vou fazer um parênteses aqui sobre os professores, apanha dentro da sala de aula, porque agora é comum apanhar dos alunos, eu sou de uma época ainda que os alunos apanhavam, eu apanhei de palmatória. E não morri por isso. Não estou defendendo isso, não. Mas hoje é o contrário, os professores apanham dentro da sala de aula. E apanham na rua também, só que da polícia, por pedir melhoria de salário.

Agora, veja bem, um servidor que não seja professor, porque os outros servidores não, uma parte dos outros servidores, Senador Paim, termina ali 5h da tarde, bateu o ponto, vai para casa e tudo bem, bacana. O professor não, o professor é uma classezinha amaldiçoada. Primeiro, o estresse dentro da sala de aula. Segundo, os diários, malditos diários que ele tem que preencher. Terceiro, ele tem que preparar a aula. Quarto, ele tem

que se capacitar. Então, é uma carga imensa. Aí ele tem que fazer greve para ver se consegue receber o salário. Não é para tentar melhoria, é para receber os salários atrasados. E aí, pau nele.

Então, a situação que a gente fica aqui... Por isso a importância desta audiência pública – e eu sou assíduo frequentador desta Comissão –, porque o Senador Paim traz os temas que, geralmente, ficam à margem da discussão no plenário, porque não são temas que vão para o Jornal Nacional, não são temas que dão retorno econômico. É por isso que eu tenho uma admiração grande por ele, porque traz esses temas aqui, traz esses temas de pessoas que não têm ninguém por elas.

Porque a grande verdade é que os servidores não têm. Nós temos é o quê? Este País tem um preconceito terrível contra a massa de servidores públicos. Então, aqui hoje, em uma segunda-feira, nós aqui hoje discutindo o quê? Direito de greve. Que é um assunto que ninguém quer saber.

Mas é justamente desse assunto que precisamos falar e trazer, porque precisamos chegar a um ponto que pare isso. Que tenha uma clareza, já que o Governo tem, em todas as suas esferas, essa dificuldade. Porque se tivesse tudo regulamentado, certinho... Aliás, nos últimos anos, ninguém está pedindo aumento, luta-se para que se chegue próximo à reposição da inflação. Essa tem sido as lutas dos servidores públicos.

Então, nada mais justo, Senador Paim, do que a gente tratar desse tema. Quero dizer que pode contar comigo no apoio a esse projeto e para as discussões que precisarem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Senador José Medeiros, sempre presente, que tem tido uma atuação aqui de destaque. É um Senador com quem nós temos contado, inclusive, no Plenário, nos temas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero só concluir a minha fala em relação ao Senador José Medeiros, com quem, sem sombra de dúvida, tive uma grata surpresa. V. Exª é um dos novos Senadores aqui, com quem a gente tem encontrado sempre na Comissão e também no plenário. Quero só fazer esse registro.

Senador Hélio José, para suas considerações finais.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... porque eu sei que V. Exª tem que sair ainda.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Acabei de receber o telefonema lá do pessoal do TSE, informando que o Toffoli já está chegando.

Eu queria tecer, também, esses elogios ao Senador Medeiros, que é uma pessoa que tem, realmente, trabalhado de forma efetiva pelo bem coletivo da sociedade brasileira aqui neste Senado, tem estado sempre presente. É um servidor público – não sei se ainda continua, mas acredito que sim – da Polícia Rodoviária Federal, tem uma importante carreira nacional que também precisa ser vista, inclusive, até precisam ser vistos seus direitos lícitos de batalhar por uma situação melhor.

Então, quero saudá-lo, saudar a todos.

Vou lá para a homenagem, no TSE, e deixo um abraço, falando que estamos juntos com o Senador Paim, nosso líder nessa discussão toda, encaminhando esses processos.

Muito obrigado, pessoal.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Hélio José, também um Senador novo aqui na Casa, mas que tem sempre ficado no nosso lado aqui nos grandes debates.

Eu vou passar a palavra agora ao nosso convidado, o advogado especialista nessa área. Ele, inclusive, tem uma sugestão a fazer no próprio projeto do direito de greve.

Dr. Rudi Cassel, com a palavra.

O SR. RUDI CASSEL – Senador Paulo Paim, já tive a oportunidade de dividir esta Mesa em outras audiências públicas, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores em retirada, Hélio José e José Medeiros. Cumprimento, também, os demais integrantes da Mesa, o público aqui presente, os interessados nessa matéria que há muito nos impacta, porque acompanhamos o movimento dos servidores já há 15 anos. E ouvimos essa questão do direito de greve, da negociação coletiva, do afastamento do dirigente como uma discussão que ainda se trava, mas que não pode ser feita apartada.

Eu observei, nos projetos que foram protocolados na Câmara e no Senado, nós chegamos a fazer sugestões, na época, em consultoria ao Deputado Policarpo, e fiquei muito feliz em ver esse PLS nº 287, de 2013,

que tramita aqui com a relatoria e vi que houve o requerimento de conexão com o nº 710, de 2011, de V. Exª, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu pedi que fosse apensado ao nosso, porque daí eu sei qual é o que eu tenho que aprovar.

O SR. RUDI CASSEL – Exatamente. Fez bem. Fez bem, Senador, porque o nº 710, de 2011, assim como o nº 327, de 2014, contempla vários vícios. Primeiro, trata da greve como o principal e da negociação coletiva como acessório, e numa perspectiva bastante desfavorável.

Já o PLS nº 287, de 2013, trata dos três institutos, contempla os três eixos necessários para você falar, inclusive, na aplicação do art. 37, incisos VI e VII, da Constituição, que garante associação sindical ao servidor e que garante o direito de greve.

Embora o Supremo, no passado, tenha dito que a negociação coletiva não estaria expressa na Constituição, me parece um contrassenso você dizer que greve está e negociação não está.

Nós tivemos que ratificar a Convenção nº 151, incorporá-la ao ordenamento interno. Desde abril de 2011, o prazo de regulamentação dessa convenção venceu. Então, nós estamos, há um bom tempo, sem essa regulamentação, pelo menos há quatro anos, e, no momento em que isso entra, nós discutimos a questão sob a perspectiva, em vários projetos, de dificultar a realização da negociação coletiva da greve e da própria representação do dirigente sindical nessa etapa.

Por isso o nº 287, de 2013, ao tratar dessas matérias, contemplando tanto a negociação coletiva como a greve e o afastamento dos diretores, ele é muito bem vindo.

Sobre o que foi discutido em cada item, em cada capítulo que contempla este PLS nº 287, de 2013, a divergência é pontual. E eu cheguei a levantar – o Pedro Armengol acho que estava uma vez lá, em Goiânia –, em um fórum de servidores, inclusive, eu falei nesse artigo, na época, o projeto das centrais, porque ele vem de uma perspectiva anterior ao próprio reconhecimento da analogia pelo Supremo nos MI's 712, 608, 670 sobre o direito de greve no serviço público.

Dentro do projeto há um artigo, e isso é que nos preocupa, e eu chamo a atenção dos aqui presentes e dos que nos ouvem – eu vi que o Senador olhava para algum lugar aqui, em alguns momentos em que se manifestava, não sei se tem uma câmara aqui, mas, se tiver, eu espero que ela esteja me vendo, porque eu me dirijo a essa câmara agora para que quem nos estiver assistindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ao mesmo tempo em que está a câmara ao vivo, eu sempre estou pedindo ao Plenário, porque é importante, para as pessoas ficarem em silêncio, porque, como alguns querem conversar, eu sempre digo: olha, o lugar de conversar é ali fora, aqui dentro tem que ouvir os convidados. Então, eu não queria falar sobre isso, mas você provocou e eu estou falando. O pessoal fala lá atrás, e estoura tudo aqui na mesa. Por mais baixo que fale ou se fica no celular, estoura aqui na mesa. Então, eu só peço que o pessoal ajude. Você que deu essa cutucada, agora...

O SR. RUDI CASSEL – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E eu tive que esclarecer.

O SR. RUDI CASSEL – Então, captou bem a oratória da parte dos presentes aqui.

Então, esta questão do artigo que aqui está no PLS nº 287, que é o 15, parágrafo único, ele trata... Imagine o seguinte, nós temos uma caminhada que envolve a negociação coletiva, correto? Nessa caminhada você tem uma comissão que é bi ou tripartite, com representantes da União, no caso federal, dos servidores e do cidadão, que pode acompanhar esse processo. Você chega em determinado momento, depois de muita negociação, seja com ou sem mediação, a um acordo e esse acordo, após a sua formação, com maior ou menor processo de negociação, se transforma em um ato de autoridade, por quê? Porque pelo art. 15, essa é uma divergência, permite-se essa interpretação e isso veio do projeto das centrais.

Eu apelo às centrais que revejam essa questão do art. 15, porque eu sei que é do interesse de vocês. No projeto, o art. 15 está assim: "Caberá ao titular do respectivo Poder homologar ou aditar as proposições apresentadas pelo sistema de negociação permanente." Ora, se eu vou negociar, eu não posso entregar a finalização disso a uma homologação ou aditamento do titular do Poder, afinal de contas, ele já foi representado durante o processo.

Então, a finalização desse processo tem que pressupor que esse titular de Poder nada terá que aditar. Ele terá que encaminhar essa negociação, seja ela no plano normativo regulamentar... Porque o órgão pode... Por exemplo, nós temos regulamentos que são do Executivo, que são do Judiciário, que são do Legislativo, que tratam de auxílio-alimentação, tratam de indenização de transporte, auxílio-transporte, auxílio-creche, e que dispensam, por exemplo, tirando o aspecto orçamentário de custeio, porque isso aí é item de despesa de custeio, o encaminhamento de projeto de lei.

Então, há questões, quando a gente fala de negociação, Senador, no plano do serviço público, que passam a impressão de que tudo terá que virar projeto de lei, ser submetido ao Legislativo para que se resolva. De fato, alguns aspectos, vários aspectos, requerem isso, mas há outros que o regulamento do próprio órgão permite resolver. Então, nem precisa ir para o plano Legislativo.

Mas, precise ou não a questão ir ao Legislativo, o que não pode é a negociação voltar a se transformar em um ato de autoridade, em um ato de Poder, porque a bilateralidade que presidiu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu vou fazer um apelo de novo ao pessoal. O pessoal fala aqui na primeira fila, bem na primeira fila, ri e estoura tudo aqui na frente. Então, faço um apelo de novo: não dá para ficar falando. Se quiserem falar, vão lá para a última fila ou ali do lado, à direita, porque estoura aqui no microfone, pessoal, e atrapalha a ele e a nós também. E ele está falando algo que é importantíssimo, pessoal, sobre o projeto do qual sou Relator. Ele fala que há um artigo, eu estou prestando atenção, que não é bom para os trabalhadores.

Como a Fonacate me apresentou isso e as centrais pretendem chegar a um entendimento, eu faço um apelo a V. Exª que me entregue por escrito essa alteração do art. 15, porque eu já me refiro a ele no meu relatório para fazer esta alteração.

O SR. RUDI CASSEL – Exatamente. O nosso compromisso, desde as primeiras abordagens, embora tenhamos uma concepção um pouco mais minimalista da forma como você deve apresentar as ideias de negociação, greve e afastamento dos servidores ou dos dirigentes que vão representar os servidores, o projeto caminha muito bem. O único aspecto que, realmente, nos gera muita preocupação é essa possibilidade de o titular poder aditar. Se você negociar e chegar ao final e o titular puder aditar, você compromete tudo que foi negociado. Você chega ao final com a possibilidade de alguém produzir um ato que refaça ou mesmo negue tudo que foi feito, e aí a negociação perde a sua razão de ser.

Eu sei que para nós é novidade. Para os celetistas não é novidade, mas para nós é novidade encampar a negociação. Ela vem em benefício de servidores e da própria gestão. Isso gera um amadurecimento. Eu sei que há divergências de algumas correntes quanto a isso. Eu me restrinjo aqui à questão exclusivamente técnica, mas vejo com bons olhos esta possibilidade de chegar a um acordo, fruto dessa negociação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fazendo soar a campainha*.) – O senhor tem mais cinco minutos.

O SR. RUDI CASSEL – Obrigado, Senador.

O que nos preocupa, de fato, é a possibilidade de, ao final dessa discussão, você ter um titular de Poder que possa aditar o que foi negociado.

O que nós propomos – já entreguei um parecer em outra reunião que tivemos, que trata da questão completa, mas, em relação ao art. 15, eu pretendo trazer uma nota específica sobre isso a V. Exª – é que seja retirado do texto o art. 15 do projeto, do PL 287, e renumerados os demais. Mas farei isso por escrito, para deixar mais evidente.

Essas são as considerações. Eu acho que é a contribuição que temos a fazer, já compromissados com a FENAPRF e com outras entidades que também discutem essa questão e também têm preocupação com isso.

Em relação à segurança, a questão é mais delicada, mas, se observarmos o que foi decidido no Supremo – e aqui falo especificamente das categorias policiais –, o que pode ocorrer, não é verdade que fica vedada a greve para os policiais. Isso tem relação com o porte de arma, que é outra questão. Parece-me que o projeto não veda a greve, o movimento grevista das categorias envolvidas na segurança pública, desde que respeitadas algumas premissas. Ele veda o movimento armado, quer dizer, você ir armado ao movimento. Essa é uma questão diferente. Espero que evolua e tenhamos um consenso, de preferência, retirando o art. 15, como disse, do PL 287, de 2013.

Muito obrigado pelo convite, Senador. Muito obrigado aos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Rudi Cassel, que dá uma bela contribuição. Espero que a Fonacate e as centrais ajustem esse parecer. De minha parte, eu retiro o art. 15, mas é preciso que a Fonacate e as centrais também cheguem a um entendimento.

Passo a palavra ao JP, João Paulo Ribeiro, Diretor de Assuntos do Poder Legislativo da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). O JP está sempre com a gente aqui também, colaborando com os trabalhos.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Que bom! Difícil é acordar segunda-feira, de manhã, para estar aqui.

Mas, Senador, eu queria saudar todos os presentes, nossos companheiros da confederação; nossa diretora do Sinditamaraty, Sandra Nepomuceno, e, em nome dela, todas os demais; minha Diretora do CSPB, Karla Lúcia, e, em nome dela, todas as companheiras que estão presentes no público.

Infelizmente, nesta Mesa, nós não temos ainda uma companheira lutadora. Eu acho que as companheiras, na segunda-feira, foram substituídas por outros companheiros que aqui estão. Mas espero fazer a minha

parte, contemplar e ajudar a elaborar. Acho que é difícil ter a mesma sensibilidade de uma mulher que está à Mesa, mas vamos tentar fazer essa parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero só dizer que quem indica a Mesa são as entidades. Então, não botem em mim a culpa de não haver uma mulher na Mesa. (*Risos.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Eu sei disso. Por isso eu falei. Elas estavam ocupadas hoje em outras tarefas, e aí não puderam vir.

Outra coisa também, Senador. Eu queria que o senhor desse uma saudação a um companheiro. O Devanir falou aqui – eu sou de uma base da Fasubra – que nós começamos, infelizmente, uma greve. Os companheiros estão aí, atentos à TV Senado, em especial os companheiros lá de Barreiras. Eles falaram assim: "Olha você fala lá, porque nós vamos ser reprimidos." Eu disse: não vão ser reprimidos, não. Vamos fazer greve, nós vamos fazer parar essas universidades e abrir negociação. Esperamos que essa entidade saia exitosa e vitoriosa nesse período, um período difícil.

Ninguém gosta de fazer greve – acho que o Senador já havia falado isso. Ninguém, sindicalista não nasceu para ficar fazendo greve. Eu odeio fazer greve. Acho que o tempo que nós mais trabalhamos é essa época de greve, o resto é elaboração.

Mas esperamos que, rapidamente, possa se desfazer esse movimento paredista e uma solução seja dada tão logo pelo Governo, para não inviabilizar mais uma vez as atividades educacionais nessa situação difícil em que estamos no País. Temos vários problemas, em face dos recursos amarrados. A situação das universidades públicas federais está muito difícil. Esperamos que logo passe essa crise e a gente consiga resolver.

Quanto ao tema proposto, primeiro, eu queria fazer meu pedido de desculpa pública aos companheiros do Fonacate, na pessoa do Rudinei Marques. É que, no dia em que houve a reunião das centrais, eu estava escalado para ir para lá, mas foi quando tivemos aquela grande audiência no plenário do Senado. E nós, Senador, acho que, por iniciativa – o senhor estava lá na Presidência junto com o Presidente Renan; saímos quase às 17 horas, 18 horas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Diga-se de passagem, você fez lá uma bela fala, uma das falas mais contundentes contra a terceirização.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – E o senhor foi brilhante na fala do senhor, que abriu outros caminhos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu segui seu exemplo, falei depois de você.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Muito bem. Muito bem. Acho que foi uma audiência histórica. Espero que nós tenhamos contribuído.

Por causa disso, eu não fui fazer o posicionamento da central lá no debate com o Fonacate. Então, peço desculpas publicamente, dizendo que, primeiro, acho que toda entidade que tem o prazer de fazê-lo, tem a competência de fazer uma apresentação que se torna projeto de lei temos que saudar. Você não pode desprezar. E nós podemos aqui, Pedro, como você falou – eu estou aqui pela CSPB, mas todo mundo sabe que sou dirigente da CTB, sou Secretário de Serviço Público da CTB –, em nome da central, afirmar, tranquilamente, que podemos, esta semana, bater um papo.

Penso que algumas coisas nós temos que pautar aqui, porque o projeto tem vários acompanhamentos de outras instâncias que vimos fazendo ao longo desses pequenos anos em que estamos aqui como dirigente. Uma delas é que tem carregado uma diretriz do Ministério do Planejamento, e nós, na época, já éramos contra alguns artigos. Nós achamos que não têm cabimento alguns elementos que foram pautados naquele momento e nós novamente vamos pautar. Mas acho que nisso aqui, como nós queremos o advento, e a CSPB é uma das entidades que defendem a questão da negociação coletiva, nós temos que saber que se nós defendemos fazer negociação coletiva e negociar com o Governo, com o Estado, com a gestão. E nós temos que ter habilidade e capacidade de negociar com os nosso pares, com os nossos sindicalistas. Essa é a primeira questão. E nós estamos dispostos a fazer isso.

Agora, não dá para a gente limitar greve, não dá para a gente botar regras que, hoje em dia, já estão presentes. Digo isso porque, já que o Cassel está aqui representando os policiais, o projeto, por exemplo, veda, ele deixa entreaberta a não participação, nunca, ao movimento paredista, para quem usa arma, para quem está na polícia civil. Acho que nós não podemos deixar essa abertura.

E também digo assim: nós estamos em um país democrático. Eu estava lendo, esses dias, que o Brasil é considerado um país pacífico, de não guerra. Eu digo para o senhor que nós da CTB achamos que ousamos, que até as Forças Armadas poderiam ter seus movimentos reivindicatórios. Acho que nós temos que avançar para isso. Eles são pais, mães de família, por que eles não podem reivindicar? Por que a Constituição veda, eles não podem fazer greve, não podem fazer movimento? Eles não podem fazer absolutamente nada. Então, nós achamos que devemos ter mecanismos para que eles possam também. Nós não achamos que tem que haver

esse tipo de veto. E não pode partir da gente. Pode partir deles, partir do legislador, do gestor; do sindicalista, acho que não. Então, são alguns questionamentos.

A questão do observatório social, que está contido lá, nós achamos que é um elemento desnecessário neste momento. Por quê? Acho que o Pedro havia falado, não sei, o Rudinei falou aqui também que, porque o projeto tirou a Gesep do CRT, da SRH, lá do Ministério do Planejamento, acabou todo o sentido para nós sindicalistas. Por exemplo, eu tenho que falar de novo da Fasubra, mas, nos anos em que estive na direção da Fasubra, nós conseguimos, acho que foi uma das únicas entidades que conseguiu isso, um projeto de lei aprovado aqui pelo Congresso Nacional. E eles está intrinsecamente ligado à gestão, ao trabalhador, ao desenvolvimento do serviço público.

Se a gente está com essa questão, essa característica, é porque não é possível você fazer negociação dissociado de gestão. E hoje esvaziou completamente, no nosso ponto de vista, a CRT. Acho que nós temos condição e capacidade para, ainda mais com um Secretário da competência de Sérgio Mendonça, promover e dar sugestões para a inovação e crescimento da gestão pública. E nós nos limitamos a negociação, a salário. Nós não queremos isso. Somos muito mais que isso. O sindicalista tem muito mais capacidade que isso.

Nós não queremos só ficar fazendo greve. Porque nem sempre a greve é por questão salarial, nem sempre sentamos à mesa por uma questão salarial. Nós queremos pensar no serviço público, queremos dar sugestão para o Governo. E nós não temos espaço para isso e nem um local.

Então, Senador, queria dar uma sugestão. O senhor sempre foi parceiro das entidades, das centrais. Não sei se é possível – mas eu vou provocar o Sérgio e ele que responda – a revogação do Decreto nº 7.576, em que foi feita a separação, para voltar a ter as mesmas competências que tinha a Secretaria de Relação do Trabalho, de Recursos Humanos, para que a gente possa também discutir a gestão pública. Acho que foi um equívoco da Presidente Dilma fazer isso. E a gente deveria resgatar.

Aí, sim, acho que nós vamos dar um grande passo para a negociação coletiva, pelo menos no serviço público, e dar exemplo do que fazemos em outros Municípios. No Estado de São Paulo, por exemplo, nós fazemos uma discussão séria da gestão pública.

Voltando para a questão do direito de greve, acho que essa questão todos querem regulamentar. Inclusive esta Casa, que acabei de elogiar, mas agora tenho que fazer uma crítica, foi palco das derrotas nossas sem nenhuma discussão; não quer discutir negociação coletiva, mas quer discutir direito de greve. A 327 foi aprovada aqui dentro. Nós conversamos muito com o Senador Romero Jucá, mas chegou um determinado momento em que ele colocou, votou e não está nem aí. Ele disse: "Nós vamos parar aqui e jogar para outra instância." E está aí. A qualquer momento pode ser votado. Acabou qualquer tipo de ato, porque já foi feito por uma comissão à parte disso – totalmente descabível. E com um agravante: o direito de greve, quando se discute e se estende para outra categoria, no caso do Decreto nº 783, da CLT, para os trabalhadores da iniciativa privada, traz um agravante, porque algumas das coisas elencadas lá não são mais públicas, são cessões públicas: transporte, funerária, tudo privatizado. E eles querem insistir que não se pode fazer greve.

Esses trabalhadores, esses sindicalistas que atuam nessa área não foram convidados para as cessões. Eles não opinaram. Eu lembro que, no dia, sozinho, isolado – como sindicalista, gosto de atrapalhar algumas vezes, aliás, atrapalhar, não, fazer discurso –, eu falei para o Vaccarezza: é um absurdo colocar no último dia, na última hora, a proibição de greve no transporte público, sessenta dias. Ele colocou no último dia, nunca foi debatido. E a argumentação: "Imagine, no dia da eleição, o transporte público ficar parado!". Eu disse: rapaz, você é maluco? Não têm cabimento algumas coisas que vocês colocam aqui dentro, principalmente lá. "Está bom, proíbo você de fazer greve, mas não dou" – como alguns companheiros que me antecederam disseram – "nenhum elemento para você ter negociação coletiva."

Aqui, já que o Pedro falou pelos federais com toda a propriedade, por exemplo, lembro: no âmbito federal, temos negociação coletiva? Temos no papel. Temos mesa de diálogo, mas não de negociação. Muitas vezes não é de negociação, por quê? Acabei de dizer: porque nós não temos elementos, o Secretário não tem elemento suficiente para discutir e negociar. Há exemplos. Embora este ano nós até tenhamos avançado bastante, há algumas perspectivas boas que, espero, se materializem. Não tem condição, por exemplo, mantermos os Poderes com benefícios totalmente desfigurados. Não tem cabimento o Executivo ter auxílio-educação infantil de R$73,00 e outro de R$600,00. Quer dizer, os meninos são diferentes nos Estados? Sei lá.

Quer dizer, é dessas coisas que poderíamos ter uma regularização, isonomia, poderíamos trabalhar melhor. E tudo isso leva ao advento dessa audiência pública sobre o projeto pautado pelo Fonacate e apresentado pelo senhor, que trata da questão de greve. Acho que nós não temos elemento, porque cessa a disposição de sentarmos à mesa. O cansaço da categoria, e aí brincam, acho que é até ruim falarmos, mas todo mundo popularmente fala que é mesa de enrolação. Não é de enrolação, são diálogos. Diálogos improdutivos, algumas vezes, que não conseguem avançar, porque a gente não consegue convencer o gestor e o gestor não consegue

impor aquela restrição orçamentária todas as vezes. Não é restrição orçamentária agora, é restrição orçamentária de 12 anos, de 20 anos. Era bem pior, é óbvio, em outros Governos, mas todas as vezes ha restrição orçamentária. Mas não há não há restrição para pagamento da dívida, para outros pagamentos, para ampliação de algumas coisas, para nomeação de cargos.

Vamos trabalhar a gestão como um todo! Vamos fazer uma discussão mais séria, porque parece que algumas negociações feitas assim não são sérias, isso é o que nós achamos, e levam à questão da greve.

Então, nós da CTB, para não ficar nos alongando muito tempo, achamos o seguinte: só é possível fazer qualquer debate sobre direito de greve após o advento da negociação coletiva.

A CSPB defende que a regulamentação da 151 só pode ser feita após a questão da negociação. Se nós não tivermos negociação, não será possível desfazer a questão da discussão de direito de greve. Não há possibilidade nenhuma se eu não tenho direito a negociar, dialogar, ver, fazer a negociação. Nós não podemos discutir a questão de direito de greve.

E há um mérito nesse projeto: ele também apresenta elementos importantes para a negociação, para a questão da questão da organização sindical em si, embora eu ache que nós temos que trabalhar melhor. Por exemplo, um deles, Rudinei: não dá para você falar que vai haver um x determinado de liberações sindicais em projeto complementar. Eu lembrei, quando eu vi isso no projeto, que falei assim: isso foi feito na Constituição e está até hoje, e nunca mais nós fizemos.

Então, nós não vamos dar esse espaço, nós vamos apresentar o número. Nós da central, Pedro, como você falou, num documento que apresentamos à Dilma, nós colocamos: no mínimo, três; acabou; é o que nós queremos. E depois a proporção continua, não temos que ficar discutindo limites. É diferente. Ou a gente pode fazer algumas restrições, como há no projeto do Deputado de sua região, Assis Melo, em que ele coloca um limite de dezoito. É um projeto que dá para dialogar com a gente. Ele dialogou com as centrais, principalmente a CTB, com nossos dirigentes da CTB. Mas já há um horizonte.

Você não consegue colocar limitação como é hoje a do Poder Federal, que, embora tenha crescido um pouco, mas oito... É impossível conduzir uma confederação como a nossa, por exemplo, no Brasil todo, com oito dirigentes. Então, é descabível.

Enfim, eu acho que...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Nós estamos no caminho correto como central. Na confederação, nós estamos à disposição para tentar trabalhar esse projeto. Podemos, não sei se esta semana, Pedro, porque a semana é curtíssima, mas, com certeza, até o começo da semana que vem – nós estaremos, amanhã, inclusive, num diálogo, numa conversa –, botar isso em pauta. Vamos avançar para apresentar o mais rápido possível a este nobre Senador, com nossas características, sempre pronto para os nossos encaminhamentos aqui no Senado.

Então, obrigado.

Nós estamos à disposição para fazer um debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o líder João Paulo Ribeiro, que falou pela CSPB e mostrou que há algumas divergências ainda entre o projeto apresentado pela Fonacate.

Eu espero que se entendam. Eu estou pronto para votar o projeto. Na hora em que se entenderem, eu ajusto a redação final e vai a voto.

Passamos a palavra agora ao Diretor de Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Sr. Luis Carlos Paes de Castro, que, diga-se de passagem, contribuiu muito para o debate que fizemos lá no Petrônio, por onde passaram cerca de mil sindicalistas, para que fizéssemos todos os encontros regionais, que já começamos e que têm sido um sucesso. O de Minas foi muito bom e o de Santa Catarina, tudo indica, será muito bom.

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – Muito bem.

Inicialmente gostaria de agradecer o convite ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que tem sido um parceiro muito leal, constante e muito atento aos problemas do País e, particularmente, da classe trabalhadora, dentro dela, dos servidores públicos federais, estaduais e municipais.

O serviço público – os seus trabalhadores – é uma peça fundamental para o projeto de desenvolvimento que nós queremos construir.

Agradeço também aqui as presenças dos Senadores José Medeiros, do PPS, de Mato Grosso; do Senador Hélio José, que estava aqui até há pouco, do PSD, do Distrito Federal; dos demais companheiros convidados

que já se pronunciaram: o Devanir, do Sindifisco; o nosso colega Rudinei, da Unacon, também representando aqui o Fonacate; o Armengol, da CUT; o JP, da CTB; o nosso companheiro Rudi Cassel, advogado que trabalha com a FENAPRF, com os companheiros da Polícia Rodoviária Federal.

Todos já colocaram aqui muitas questões importantes acerca dessa problemática, deixando muito claro, o que também é a opinião do Sinal, que o nosso desejo não é apenas regulamentar o direito de greve. Como alguns já disseram aqui, a greve é um direito democrático dos trabalhadores, é um instrumento reconhecido em todas as sociedades democráticas como um instrumento de luta para conseguir as suas reivindicações quando essas não são atendidas numa mesa de negociação. Digamos assim, é um último recurso, extremo, que, às vezes, é necessário.

O que nos interessa – e essa é a principal luta do movimento sindical dos servidores públicos com o apoio das centrais sindicais – é regulamentar a Convenção 151 da OIT, que já foi recepcionada pelo Estado brasileiro em 2010, pelo Congresso Nacional, projeto da Presidência da República, na época, ainda o Presidente Lula. Precisa ser regulamentada. Já existem vários projetos sobre isso e sobre a negociação coletiva.

Então diria, quanto ao direito à ampla negociação coletiva anual, que tenhamos a nossa data base anual, digamos assim. Quanto ao problema da liberação do dirigente classista, conseguimos elevar, mas não conseguimos que o Estado reconhecesse a importância dessa liberação e a manutenção do dirigente. Quando ela fica a cargo dos sindicatos, existem alguns sindicatos mais fortes que têm condições, mas existem muitas entidades sindicais Brasil afora, principalmente nos Municípios, de categorias menores, que têm uma dificuldade maior para bancar. Isso acaba inviabilizando a ação sindical.

Então gostaria de repisar esta questão: negociação coletiva, data base, reconhecimento do que foi decidido na mesa, que deve ser cumprido – não é uma negociação para inglês ver –, direito de greve, liberação do mandato, enfim, são essas as questões fundamentais.

Creio que, ao se sentarem à mesa nos próximos dias as centrais, representantes das centrais junto com Fonacate, nós teremos condições de chegar a um consenso e trazer para o Senador uma proposta que seja fruto desse debate.

Às vezes, a pressa é inimiga da perfeição, embora nós não desejemos a perfeição. O ótimo é inimigo do bom. A gente precisa de um bom projeto que seja consensual. Se não for possível chegar a isso nesta semana ou na próxima, que nós tenhamos um horizonte para chegar.

O senhor falava há pouco, Senador Paim, do projeto da terceirização. Ele ficou onze anos em debate na Câmara dos Deputados. De repente, em pouco tempo, decidiu-se votar, e votou-se um projeto muito ruim para os trabalhadores e para o País. Uma pressa grande.

Agora foi a reforma política. Há anos se discute a reforma política. De repente, se traz um projeto cujo relatório final nem se conseguiu votar na comissão especial que tratava da PEC. De uma certa forma, o Plenário passa por cima da própria Comissão que tinha essa atribuição. O Relator, Deputado do Piauí, Marcelo Castro, do PMDB, indicado pelo Presidente da Câmara, foi a vários Estados e tal. De repente, há um certo atropelo e nós estamos... Felizmente, o que foi votado até agora não tornou ainda, digamos assim, a nossa legislação eleitoral mais conservadora. Mas, de qualquer maneira, já constitucionalizaram na Câmara, e isso ainda vem para o Senado, o financiamento de empresas, que eu acho que é muito ruim, porque desequilibra a disputa eleitoral e favorece posteriormente a corrupção, porque aqueles que financiaram os eleitos vão atrás de recuperar os seus investimentos. Infelizmente, essa questão foi constitucionalizada. Acho que a sociedade brasileira precisa continuar lutando, porque tem esses dois graves problemas.

Eu estou falando tudo isso, Senador, colegas dirigentes sindicais aqui, cidadãos que nos assistem no plenário e na TV Senado, porque, ao discutir esse problema da negociação, do direito de greve, da liberação, nós estamos tratando do fortalecimento do movimento sindical dos servidores públicos, que é importante para o Estado brasileiro, e dos trabalhadores, sejam eles da iniciativa privada ou do serviço público, para além de discutir as suas questões específicas, corporativas, as suas reivindicações salariais mais imediatas, os direitos sociais e trabalhistas.

Nós, cidadãos brasileiros, temos um papel muito importante, particularmente os servidores públicos, mas também o conjunto da classe trabalhadora brasileira, com a construção de um Brasil mais desenvolvido e mais justo. E os problemas que nós temos, inclusive, com relação à organização sindical, direitos trabalhistas, isso tudo está ligado com os movimentos que acontecem no mundo e no Brasil, os diversos projetos de desenvolvimento que se viabilizam ou não em cada momento da história.

No pós-guerra, por exemplo, até o início dos anos 70, nós tivemos um período de certo desenvolvimento do capitalismo no mundo em que houve um maior crescimento econômico, mais rápido, os chamados anos de ouro do capitalismo. Os trabalhadores conseguiram viabilizar algumas conquistas no tal estado do bem-estar social, que era até uma certa forma de o capitalismo se proteger, evitar que aquele processo de avanço

do socialismo no leste europeu pudesse acontecer em outros países do mundo, porque é melhor perder os anéis do que os dedos. Mas conseguimos muitas vitórias no mundo inteiro, inclusive no Brasil, também, que foram importantes para os trabalhadores.

Depois, esse novo modelo de acumulação capitalista chamado neoliberalismo eu acho que foi muito ruim para o mundo, de uma maneira geral, e, particularmente, para os trabalhadores. Quer dizer, é um novo modelo de acumulação...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – ... Senador Paim, que trouxe, na realidade, concentração de renda brutal, inclusive no centro dos países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, na Europa e nos demais países que aplicaram esse modelo. Trouxe concentração de renda, precarização do trabalho, dos direitos dos trabalhadores, dos direitos sociais, previdenciários, aumento de desemprego e uma ação planejada para enfraquecer e destruir os sindicatos, legítimos representantes dos trabalhadores, que seriam os instrumentos que os trabalhadores teriam para resistir a essas políticas regressivas, digamos assim, com relação aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. A gente pega o exemplo daquela famosa greve de quase um ano dos mineiros, no governo da Margaret Thatcher, na Inglaterra, depois, aqui, aquela greve dos petroleiros, no início do governo Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, como simbolismos de um movimento que estava se desenvolvendo. E deu no que deu: sucessivas crises e essa monstruosa crise de 2007, que se intensificou a partir de 2008, e não tem ainda uma saída clara.

Qual é esse novo modelo? Quer dizer, o que a gente assiste é a uma reação, uma resistência dos trabalhadores, dos povos, tentando mudar o rumo dessa prosa, mas ainda não vemos uma perspectiva a curto prazo de saída disso. Você veja que os Estados Unidos, que conseguiram certo "crescimentozinho" à custa de uma taxa de juros próxima de zero e aumento de liquidez da sua economia para tentar recuperar os empregos, não conseguiram ainda, em 2015, recuperar o nível de empregos de 2007 na economia americana. Na Europa, nem se fala. A situação é difícil, complicada. E os países em desenvolvimento também sofreram, continuam sofrendo, como é o caso do nosso Brasil.

Então, eu acho que nós, para além de discutir essa questão, precisamos perceber que essa nossa luta para fortalecer o movimento sindical, para conquistar mais direitos, para garantir as mesas de negociação está ligada a um projeto maior de desenvolvimento nacional que valorize o trabalho, um projeto de desenvolvimento que valorize a produção, a nossa indústria nacional, que está sendo sucateada. Isso não começou agora, não. Diria até que os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma têm feito um esforço para tentar redirecionar, recuperar a indústria naval. Fortaleceram a Petrobras, com o novo sistema de partilha, depois da descoberta dessa grande riqueza que é o pré-sal – antes, era a concessão que foi estabelecida pelo Governo Fernando Henrique, que era para áreas de risco. Já temos o petróleo aqui dentro, já sabemos onde está, não há risco nenhum. Então, esse sistema de partilha é muito importante, para que a gente possa participar da exploração dessa riqueza.

Mas eu diria que ainda temos muitas dificuldades em romper com esse modelo, que, digamos assim, veio aí dos anos 70, 80, consolidou-se na década de 90 e privilegia uma inflação baixa, o controle das contas e considera que o Estado não tem que se meter muito na economia. Isso não tem futuro – não tem futuro! Todos os países hoje desenvolvidos – os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, a França, o Japão, a Coreia do Sul, a China – desenvolveram-se adotando políticas públicas, políticas de Estado que incentivaram a sua indústria nacional, que incentivaram o emprego, fortaleceram o seu mercado interno, criaram condições de desenvolver ciência, tecnologia, de inovar nos produtos para poderem participar, com mais força, do mercado internacional. E precisamos fazer isso no nosso Brasil, quer dizer, um grande pacto nacional que envolva a sociedade brasileira, o movimento sindical, os empresários que queiram produzir, e não apenas ganhar dinheiro na especulação financeira, o Parlamento brasileiro, a universidade.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – A gente precisa reunir essas forças, para construir este Brasil mais desenvolvido. E, dentro desse projeto, claro, com os trabalhadores, com crescimento econômico, a gente força a distribuição de renda também.

Preocupam-me muito essas medidas que temos adotado. Acredito que a Presidenta Dilma é uma pessoa comprometida com um projeto nacional, mas me preocupam muito, neste momento difícil que estamos vivendo, essas medidas que têm sido tomadas de ajuste fiscal, juros lá nas alturas. Isso é como se tivéssemos um carro descendo a ladeira e, ao invés de tentar frear o carro e subir de novo, estamos empurrando o carro

mais para baixo, porque aumento de juro, câmbio valorizado, ajuste fiscal, redução dos gastos públicos, isso é receita para recessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem dois segundos ainda.

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – Isso é receita para recessão.

Então, esse é o apelo que eu faço. Acho que temos condições de aprofundar e garantir esse projeto, Senador, não sei se em uma semana ou em duas, mas com uma meta de curto prazo, para resolver pendências. Além disso, precisamos fazer esse debate maior, porque uma coisa não anda sem a outra: não vamos ter salários bons, empregos bons com o País em dificuldades, com recessão, com um desempenho fraco da nossa economia. Não tem jeito!

É isso.

Muito obrigado a todos pela oportunidade.

(Interrupção do som.)

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – Estamos aqui para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Muito bem, Luis Carlos Paes de Castro, Diretor do Sinal, que fez sua análise.

Quanto ao tempo, pessoal, não sou eu que decido. Muitas vezes o pessoal me cobra: "E aí, Paim? E o projeto?" Eu digo: não depende de mim. Depende de as centrais e a Fenacate chegarem a um entendimento. Chegando a um entendimento, para mim, se vocês disserem que é daqui a três meses, será daqui a três meses; se disserem: "Daqui a um ano", daqui a um ano. Se dependesse de mim, pela pressão que eu recebo por correspondência, e eu vou ler algumas aqui, eu votaria já nesta quarta-feira. Claro que eu sei que não dá. Então, já está pré-agendado para quarta-feira que vem, mas, se não der também, vamos ver se, pelo menos, antes do recesso de julho, que não é muito tempo, a gente vota. Temos o mês de junho, o recesso começa dia 15 de julho. Pelo menos nós votamos nesta Comissão nesse período. Seria de bom tamanho.

Algumas considerações. Às vezes, mandam tantas! O pessoal faz um resumo e manda aqui. Citarei as que forem mais amplas.

O Rominilson Guimarães, da Bahia, cumprimenta pela iniciativa de nós todos aqui, por realizarmos esse tipo de debate, e diz que a Comissão cumpre o seu papel.

Depois, de Dulcilene Moreira: "Moro em Campo Grande, MS, e os professores estão de greve há mais de uma semana. A Prefeitura sempre alega que não tem dinheiro para pagar nosso piso salarial. Gostaria que o Prefeito chamasse a Comissão para negociar o nosso piso" – não está nem falando das outras vantagens, pelo menos pagar o piso – "para que voltassem as aulas".

Vejam bem, os professores brigam ainda para que cumpram o piso, que é lei. Inclusive, repito sempre que o meu Estado também não cumpre. Sei que há uma série de quase dez Estados que não cumprem, inclusive o Rio Grande do Sul.

O Fernando Soares primeiro cumprimenta a Comissão pela iniciativa louvável. E diz: "É necessário regulamentar com urgência o direito de greve dos servidores públicos, caso contrário esse direito constitucional continuará a ser tolhido pelas decisões judiciais tiranas." Ainda do Fernando Soares, referindo-se a mim: "Senador Paim, porque não se regulamenta o que é serviço público essencial e o que não é, para que não mais fiquemos mais à mercê das decisões judiciais tiranas?"

No fundo, ele quer que regulamente. A intenção é a mesma aqui. O Fernando pede, pelo amor de Deus, em resumo, que regulamente essa questão de uma vez por todas.

Esta depois você vai ter que responder porque é dirigida especialmente a você. Do Luiz Alberto Pereira Feitosa: "Para o advogado Rudi Cassel: Nós, servidores do Poder Judiciário Federal, estamos em vias de deflagrar uma greve por tempo indeterminado a partir do dia 10/06 pelo nosso justo reajuste salarial por intransigência do Governo. Como fica a situação dos servidores sem uma lei que os ampare?" Depois responde no momento adequado.

Eu quis fazer essas colocações antes de passar a palavra ao nosso amigo Eduardo Mendonça, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fiz questão de que todos falassem, e ele falasse no encerramento, porque ele aqui fala pelo Governo.

Tem o tempo necessário, não vou ser tão rígido, porque falaram oito pessoas e você vai ter de responder a todas e, ainda, às perguntas do plenário. Então, vou dar a você vinte minutos, mais dez, se necessário.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Primeiro, queria cumprimentar o Senador Paulo Paim pelo convite para participar, mais uma vez, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O Senador sabe que eu acompanho a carreira dele desde quando ele era líder sindical dos metalúrgicos, anos 80, não é, cidadão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na primeira aula que eu recebi, eu tinha de fazer um debate na Fiergs, Rio Grande do Sul, e eu, sindicalista, meio molecão lá, tal, mas já estava no movimento sindical. Foi lá no *campi*. E esse foi um dos meninos, à época, que deu aula de economia para mim lá. Menino, na época – gostou do menino, não é? Mas era um jovem estudante ainda. O Dieese o mandou, reuniram no *campi*. Ele me deu uma aula de economia e lá fui eu para a Fiergs. Queria só fazer esse depoimento.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Obrigado, Senador.

Primeiro, quero dizer que é um prazer muito grande, uma satisfação muito grande acompanhá-lo, estar aqui na Comissão que o senhor preside.

Também registro as falas dos Senadores que já saíram, Senador Hélio José e Senador José Medeiros, que é servidor público federal também, ligado à Polícia Rodoviária Federal, do Mato Grosso.

Quero cumprimentar os dirigentes sindicais que estão aqui neste debate, com quem a gente tem tido debates fraternos. Muitas vezes somos adversários na mesa, no bom sentido, mas todos sabemos que temos o mesmo objetivo, que é um serviço público de qualidade, o que interessa para a população brasileira. Quero citá-los aqui: Rudinei Marques, do Fonacate; José Devanir de Oliveira, do Sindifisco; Pedro Armengol, colega da Central Única dos Trabalhadores; João Paulo Ribeiro, que aqui representa a CSPB; Rudi Cassel, advogado especialista no serviço público; e também o Luis Carlos, do Sinal. Acho que eu não me esqueci de nenhum. Estava lembrando aqui, Senador, que são sete a um; isso aqui está parecendo Alemanha e Brasil.

Obrigado, porque o senhor vai me dar uns minutinhos a mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cotaram-me uma piada, eu sou ruim para contar piada, disseram que não foi sete a um. Com essa investigação da Polícia Federal, agora, disseram que apareceram mais dois gols que não foram contados. Descobriram mais dois gols. Foi essa folia da corrupção do futebol da FIFA. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Bem, primeiro, queria cumprimentar todos os presentes. Estou aqui com a minha equipe: o Vladimir Nepomuceno, que me assessora nesse campo, também servidor público de carreira, conhece muito a discussão; nossa querida Isabela, da nossa assessoria parlamentar; estou vendo aqui e quero cumprimentar o nosso ex-secretário, ou sempre secretário Wilmar Lacerda, Secretário de Administração do Governo do Distrito Federal até o mandato anterior e que deu uma enorme contribuição para o Conselho de Secretários de Administração (Consad), enfim, para uma reflexão sobre gestão pública; e todos os dirigentes e cidadãos aqui presentes.

Primeiro eu queria dizer, Senador, que eu sempre uso a imagem do copo pela metade quando fazemos a discussão aqui com os servidores públicos. Hoje eu vi que continuamos assim, que essa imagem vale: eles veem de um jeito, os dirigentes sindicais, evidentemente, com todo o nosso respeito, e nós, Governo, vemos de outro os avanços que ocorreram nesses treze anos, como foram citados aqui, ou doze anos e meio.

Mas vejo também que a gente tem um copo pela metade e vê igual, e eu queria começar por isso, exatamente o ponto de que não faz sentido fazermos uma discussão de direito de greve no serviço público sem fazermos uma discussão profunda sobre a negociação coletiva. Não tem nenhum sentido discutirmos greve se nós não discutirmos o tripé, o chamado tripé da negociação e da organização sindical, que foi escrito pelos constituintes – o senhor era um constituinte em 1988 –, e, infelizmente, acho que, evidentemente, isso tem explicação na correlação, possível à época, de forças políticas, mas nós escrevemos dois pés do tripé: o direito de organização sindical, o direito de greve para ser regulamentado, mas não dissemos para que. Então, pode se organizar, pode fazer greve, mas para fazer exatamente o quê?

Era o que faltava, o direito à negociação coletiva. E há uma enorme controvérsia sobre isso. Até hoje estamos falando, 27 anos depois, que há uma enorme controvérsia. Foi citada aqui pelos dirigentes e muitos veem que não é apenas uma resistência de caráter político, ou de pessoas conservadoras, de visão conservadora. Há uma discussão, eu diria, quase filosófica, legal, jurídica sobre a negociação coletiva caber ou não caber no serviço público, por conta dos estatutos que existem, ou seja, quando o servidor faz um concurso, ele adere a um estatuto, a um regime jurídico, e as regras da sua atuação no setor público estão dadas por esses regimes jurídicos tanto no plano federal, estadual, quanto municipal. Portanto, como é que você superpõe a isso a discussão da negociação coletiva?

Por isso é preciso avançar e deixar claro essa discussão do ponto de vista legal. Nesse sentido, acho que estamos vendo o mesmo copo pela metade. Ele ainda está pela metade, porque nós ainda não concluímos essa regulamentação da negociação coletiva no País no arcabouço jurídico institucional, porém, nós precisamos dar esse passo. E acho que todos aqui, de certa forma, ou quase todos os dirigentes que me precederam falaram sobre isso. Não faz nenhum sentido a gente avançar num debate sobre a greve no serviço público sem que a gente faça um debate profundo e acabado sobre a negociação coletiva.

Estou aqui com um documento, Senador, histórico – não tão histórico como quando começamos, lá atrás, nos anos 80...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só não fale a nossa idade, mas eu falo: eu sou de 15 de março de 1950. Eu trabalho tanto com idoso que eu não gosto de esconder a minha idade: 65 aninhos.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Parabéns! E na militância, hein, Senador?

Fórum Nacional do Trabalho. Não sei se o senhor se lembra: em 2003, o Presidente Lula tomou a iniciativa de constituir o Fórum Nacional do Trabalho, que foi conduzido pelo Ministério do Trabalho, com a participação das diversas representações tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores. E num determinado ponto, nós tínhamos uma câmara chamada Câmara Setorial da Negociação Coletiva e do Direito de Greve no Serviço Público, isso em 2003. O desfecho, infelizmente, do Fórum Nacional do Trabalho não foi o melhor possível, porque houve resistências de vários lados, inclusive do movimento sindical. O Fórum Nacional do Trabalho, o senhor lembra, não foi adiante porque havia uma forte resistência empresarial em avançar na organização sindical, na negociação, mas também havia uma forte resistência dos trabalhadores, que se dividiram. É natural. Isso acontece, e acontece no mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu me lembro de que, naquela oportunidade, ali, nós tínhamos tudo para aprovar a fórmula 85/95, mas, como não houve o entendimento das centrais, o Lula disse: "Olha, vai ficar como está até vocês se entenderem." Agora a gente se entendeu. Está pronto para ser sancionado agora, porque houve o entendimento.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Perfeito.

E esse documento já previa uma série de questões que estão colocadas aqui, como foram citadas: mandato classista, direito de greve, já em 2003, 2004, e nós já pudemos ver como era difícil avançar, naquela época, pela divisão que existia: visões diferentes no governo, visões diferentes no movimento sindical dos trabalhadores e visões diferentes dos empresários, que tinham uma atuação forte, na época, no Fórum Nacional do Trabalho.

Em 2003, o Governo Federal estabeleceu a Mesa Nacional de Negociação Permanente. Foi fruto de uma conquista do movimento sindical dos servidores públicos, não há nenhuma dúvida, tanto em 1988 quanto em 2003, mas também foi fruto de uma iniciativa do Presidente Lula de estabelecer aquela mesa, porque a pressão existe, a pressão é democrática, mas nem todos os governos optam por esse caminho, porque há uma enorme resistência nos Executivos estaduais e municipais em implantar mesas permanentes de negociação coletiva. Os dirigentes estão aqui, conhecem isso, sabem isso. A maior resistência, inclusive, é no âmbito municipal. Muitas vezes, os prefeitos não aceitam fazer mesa de negociação coletiva. É uma leitura, até certo ponto, aceitável a de que: "Bom, eu fui eleito e tenho a prerrogativa de conduzir a gestão pública. E quando o Município é pequeno eu faço essa gestão da forma como a população me entregou o mandato." A mesma coisa vale para governadores, a mesma coisa vale também para o Poder Executivo Federal.

Mas o Presidente Lula, com a sua história, com o compromisso e com a luta dos trabalhadores do serviço público já desde a Constituição, estabeleceu essa Mesa Nacional de Negociação Permanente. E aí estamos vendo o copo pela metade. Eles estão vendo, talvez, vazio, os dirigentes aqui presentes, e nós estamos vendo mais cheio, por quê? Surpreende-me aqui que os dirigentes digam que não há negociação. Nós fizemos 150 acordos na Mesa de Negociação Permanente em 12 anos, mais de 150 acordos e todos eles têm a assinatura ou de um ministro, ou de um ministro setorial, ou do Ministro do Planejamento, ou de um secretário. E todos com a assinaturas dos dirigentes sindicais.

Agora, a negociação no setor público, diante das limitações legais, não é exatamente como a da CLT. O senhor foi líder sindical, o senhor sabe: assinou um acordo pelos metalúrgicos já vale como lei. No serviço público, não. Não há modelo, salvo se a gente estiver falando das estatais, mas aí são reguladas pela forma da CLT, porque os trabalhadores estatais têm a natureza jurídica da CLT, mas, na Administração Direta, nós temos os princípios de não invasão da reserva legal, por quê? Porque nós estamos falando de orçamento. Quando a gente fala de salário de servidor, está falando de orçamento; e quem vota orçamento, quem tem a prerrogativa legal de votar orçamento é o Congresso Nacional, ou a Assembleia Legislativa, ou as Câmaras de Vereadores, em qualquer Estado, em qualquer Município. Portanto, tem limite, sim.

Então, aquela polêmica, que o Rudi trouxe, é mundial, sobre se o chefe do Poder – seja ele do Poder Executivo federal, estadual ou municipal, depende da organização do Estado, ou de um outro Poder, Judiciário ou Legislativo – tem esse papel de dar a palavra final, a despeito de o processo já ter sido discutido numa mesa de negociação coletiva.

A gente costuma brincar que se o Presidente da República nomeia um interlocutor para negociar em nome do Poder Executivo, que é normalmente o Ministro do Planejamento, e o Ministro do Planejamento delega para um secretário – no caso, à época, era o secretário de recursos humanos e agora é o secretário de re-

lações do trabalho –, se esse funcionário público, se esse agente público negociar algo que o Presidente não autoriza, só tem duas saídas.

O Presidente tem o poder legal, a investidura de não concordar com aquilo, mas ele precisa demitir o secretário de relações do trabalho, ou demitir, no limite, o Ministro do Planejamento, que negociou fora das diretrizes que o chefe do poder colocou. Mas em muitos modelos, em vários países, preserva-se a prerrogativa do chefe do Poder Executivo, que foi a crítica que o Rudi trouxe aqui ao art. 15.

É bastante polêmico isso, que ao final da negociação, na mesa, o chefe do Poder Executivo não possa se manifestar. Normalmente, pode. Mas, evidentemente, se ele desautorizar o seu interlocutor, que fez a negociação, muito provavelmente trocará esse interlocutor e colocará outro, porque foi uma negociação que não funcionou a contento.

Outra coisa importante. Normalmente estamos fazendo esse debate aqui e todos os dirigentes, ou quase todos, se não estou enganado, embora muitos representem centrais sindicais aqui, alguns representam portanto uma categoria mais ampla do serviço público... Nós estamos falando de 10 milhões a 11 milhões de servidores públicos, no Brasil, dos quais só 1 milhão está no Poder Executivo Federal; mais 30 mil no Legislativo e mais 100 mil no Judiciário. As Forças Armadas não negociam. Então, estamos falando de 1,5 milhão de pessoas, quando temos 11 milhões de servidores públicos, no Brasil.

Portanto, este debate da negociação coletiva envolve inevitavelmente Estados e Municípios. Não vai o Governo se eximir da sua responsabilidade. Mas este Governo está com uma mesa aberta, desde 2003, com 150 acordos! Eu não estou dizendo que foram bons ou maus acordos. Houve momentos melhores, momentos piores. Todos nós sabemos, os dirigentes que estão aqui sabem disso. Mas houve uma disposição para negociar que depois foi encaminhada ao Congresso Nacional e gerou diversas leis.

Discordo do que foi dito aqui pelo Rudinei, que foram imposições. Ora, algumas entidades não assinaram acordos com o que o Governo propôs em 2012. Algumas foram assinar só em 2014. Ninguém foi impelido a assinar os acordos. Eram os limites orçamentários que o Governo julgava adequados naquele momento. Então, respeito a divergência de que se achava que era pouco e não era possível fechar aquele acordo, mas obrigação não houve. O que aconteceu foi um acordo.

E mais, o acordo não foi aplicado – o de 2012 que acabou de terminar aqui em 2015 – de forma linear e igual para todos. Houve uma expansão da folha de pagamento que diversas categorias aplicaram de forma diferente, o que mostra a flexibilidade do acordo.

Segundo, três áreas tiveram mais do que 5%: a área da educação, a área do meio ambiente e a área da reforma agrária, através dos servidores do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, acima daquilo que foram os parâmetros utilizados para a grande maioria do Executivo civil. Aí claramente nós vemos um copo pela metade: os servidores que aqui fizeram a sua fala, os dirigentes sindicais veem um processo que não avança muito e nós vemos um processo que apesar das dificuldades chega aqui com 150 acordos.

José Devanir citou aqui o PIB, os parâmetros do PIB. Eu queria lhe dizer, José Devanir, que nesses treze anos houve um crescimento da despesa de pessoal do Executivo civil de mais de 50% acima da inflação dos doze anos, nos treze anos – nós já estamos incluindo a inflação de 2015 –, numa clara diretriz de investimento em pessoal no Executivo Federal. Os dados são inequívocos, estão no boletim estatístico de pessoal publicado todo mês pelo Ministério do Planejamento. Cinquenta por cento acima da inflação!

O Governo Federal indicou e concordou com a contratação de 250 mil servidores públicos em 12 anos, 60% para a área da educação, para as universidades e para os institutos, evidentemente apoiando essa expansão que houve no sistema federal de ensino. Das universidades e dos institutos federais nem me lembro aqui de todos os números, mas acho que quase 400 institutos federais de ensino nós temos hoje no Brasil, e as universidades, que são aproximadamente 65, 66, com diversos *campi*. Eu conheço bem, lá em São Paulo, diversas universidades que expandiram os seus próprios *campi:* a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), a Universidade Federal de São Carlos, ou seja, não ficaram só em São Carlos, foram para outras áreas. Isso significou contratar 250 mil servidores públicos por concurso público, na regra legal e constitucional.

Qual governo seria contra o serviço público, indicando a contratação de 250 mil servidores públicos?

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Elevando, inclusive, os salários – como eu disse, a despesa de pessoal – 50% acima da inflação?

Agora, tudo está concluído? Nós estamos vivendo uma situação totalmente favorável? Acho que não. A crítica que o senhor traz para debate aqui, o tema do direito de greve e o tema da negociação coletiva são muito bem-vindos. E se conseguirmos agora, neste início de mandato – tenho dito isso na negociação com as

entidades, porque em início de mandato há momentos favoráveis para fazer certos movimentos –, avançar na constituição desse tripé e colocar, inscrever de vez essa discussão da negociação coletiva...

Como o senhor tem insistido aqui, Senador, há a necessidade de consensos entre as centrais sindicais e o Governo. E eu diria mais: teremos que envolver – está aqui o Wilmar para não me deixar mentir – Estados e Municípios, porque há uma enorme resistência da grande maioria dos Governadores e dos prefeitos em avançar na negociação coletiva.

Eu não estou nem criticando, estou constatando, porque aceito que um governante eleito, se foi eleito com um mandato claro, diga que não concorda com isso, que um prefeito diga que ele não concorda e acha que não tem que ser feito. Não é porque a minha opinião é a favor da negociação coletiva que eu não vou respeitar a opinião de um governante eleito que se oponha à negociação coletiva, porque a vê como uma retirada da sua instância de poder. Mas acho que temos outra chance, agora, no início.

O senhor está tentando costurar aqui uma unidade dos trabalhadores. Nós precisaríamos dar alguns passos talvez em relação ao fórum dos secretários de administração, ao fórum dos secretários de planejamento, trazendo de volta esse tema, para vermos como daremos um passo.

Eu queria encerrar, Senador, até pegando aqui as palavras do Luis Carlos. Acho que temos uma enorme convergência que é a seguinte: nós acreditamos no sindicato. Filosoficamente, politicamente, o sindicato é uma instituição muito importante.

O Luis Carlos lembrou bem os dados dos últimos vinte, trinta anos dessa hegemonia neoliberal. O que são esses dados? Nós estávamos vendo agora. A OCDE acabou de divulgar que a renda média dos mais pobres e dos mais ricos nos países envolvidos – que sempre foi, até o final dos anos dourados chegou a sete vezes, usada como um grande parâmetro de melhoria da distribuição de renda no mundo – piorou para 9,2 vezes, agora, ao final desse período da hegemonia neoliberal. Ou seja, nós estamos concentrando renda.

E acho fundamental que uma instituição como o sindicato, que representa interesses coletivos, tenha força, para que tentemos mitigar ou reverter esse processo que foi descrito aqui com muita sabedoria pelo Luis Carlos, na discussão dessa hegemonia depois do fim do muro de Berlim, da queda da União Soviética, que foi a hegemonia neoliberal.

Então, deveríamos fazer um novo ciclo e acho que o senhor tem todas as condições de conduzir isso aqui no Parlamento, no Senado, para que façamos essa discussão de fortalecimento, novamente, pegando a contribuição do Fórum Nacional do Trabalho, as discussões que as centrais sindicais trazem. Elas se dividiram, mas agora já se entenderam, depois de 2012, sobre esse assunto, e precisam acertar alguns detalhes.

Se tivermos o entendimento do Governo Federal, das centrais sindicais, do Parlamento ou de parte dele e dos governos estaduais e municipais – de parte, não é Wilmar?, porque não vamos ter apoio da grande maioria, mas de uma parcela importante –, nós poderemos dar um passo em direção à regulamentação da negociação coletiva e, por extensão, do direito de greve, senão será isso que os dirigentes relataram aqui.

O que vai prevalecer sem a regulamentação do direito de greve são as decisões judiciais, seja por iniciativa do Ministério Público, seja do próprio Judiciário. O Governo também toma suas iniciativas quando tem uma greve. E a tendência está sendo uma enorme restrição ao direito de greve. As sentenças judiciais têm sido claras, colocando uma dificuldade grande para greve e evidentemente para a organização dos trabalhadores no serviço público.

Só queria dizer uma última coisa, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ainda tem cinco minutos.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – ...que a negociação coletiva no serviço público, partindo da nossa experiência, é diferente. Não é nem melhor nem pior do que no setor privado, mas é diferente, porque a responsabilidade que envolve as decisões de uma negociação coletiva na Administração Pública é de longo prazo.

Quando se toma decisão de uma negociação salarial ou de melhoria das condições de trabalho, de benefícios como foram citados aqui, estamos tomando uma decisão que vale para 40, 50, 60 anos. Não é verdade? Porque o orçamento público se preserva no tempo e não está em discussão o fim da estabilidade. Eu não estou discutindo isso aqui. Portanto, uma decisão de negociação salarial numa mesa que envolva os servidores públicos federais, estaduais e municipais é de uma complexidade e de uma responsabilidade orçamentária muito grande.

O senhor sabe que no setor privado, se muitas vezes os trabalhadores conquistam, pela força, pela organização, pela greve, aumentos salariais e reais, o empresariado muitas vezes acolhe aquilo porque não tem condições de resistir, mas tenta, mais à frente, reduzir seus custos através da demissão e da rotatividade. Isso não está colocado aqui, nem nós estamos trazendo essa discussão. Portanto, transforma a negociação e a responsabilidade da negociação em algo diferente, o que dá aos gestores públicos uma preocupação maior.

Você está aí, Wilmar? Eu não esqueço de dizer que você acabou de ter uma decisão do tribunal do Distrito Federal questionando se podia ou não dar o aumento, e o tribunal acabou pacificando essa discussão. Através de uma mesa de negociação, houve um questionamento jurídico sobre se aquilo era legal ou não. Só para tornar essa discussão mais clara.

Encerro dizendo que sou moderadamente otimista. Acho que estamos entrando numa agenda agora. Se tivermos uma convergência, vamos trabalhar, na Secretaria de Relações do Trabalho, para que a gente dê um salto em direção a organizar a negociação coletiva e o direito de greve na Administração Pública.

Agradeço mais uma vez o seu convite e fico à disposição, para o debate, de todos aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Sérgio Eduardo Mendonça, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Como você o citou, e baseado no art. 14, o Wilmar tem até direito a se inscrever também. Só há dois inscritos. Eu vou passar a palavra para os dois, darei cinco minutos para cada um: Filipe Leão, Diretor de Estudos Técnicos e Formação Sindical da Federação Nacional dos Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle, e o Wilmar, baseado no art. 14, porque foi citado três vezes.

Então, por favor, Sr. Filipe.

O SR. FILIPE LEÃO MARQUES – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de saudar o Excelentíssimo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para dizer que depois volta a palavra para todos os convidados fazerem as duas considerações, ou para alguma pergunta para o Sérgio.

O SR. FILIPE LEÃO MARQUES – ... Senador Paulo Paim; e nessa oportunidade saúdo todos os integrantes da Mesa e aqueles que a nós assistem pela TV Senado.

Vou fazer uma primeira colocação no sentido de que une os servidores públicos e os Poderes estabelecidos a percepção de que não dá para discutir greve sem que ataquemos o núcleo central do processo de negociação.

Então, há acordos – não é, Sérgio? – em relação ao movimento sindical e àqueles que eventualmente estão desempenhando, no Poder Público, o papel de negociar estruturas salariais e melhoria de gestão da gestão pública, o que estende essa preocupação também para Estados e Municípios. São mais de 5.500 Municípios em todos os Estados da Federação. E também a preocupação dessa relação entre os Poderes Judiciário e Legislativo nessas instâncias.

O Poder Executivo Federal, nessa grande discussão nacional, tem um papel que é importante do ponto de vista de iniciar ações que orientem de alguma maneira a relação hoje no País. Embora Sérgio tenha indicado aqui que o Governo Federal, através do governo Lula, iniciou esse processo de negociação e das mesas, há, por parte dos servidores federais que negociam nessas instâncias, a percepção do copo meio vazio. Por que a percepção do copo meio vazio? Vou dar como exemplo as negociações, que se estão iniciando este ano, dos servidores públicos com o Poder Executivo Federal.

O Poder Executivo Federal estabeleceu, de maneira unilateral, o cronograma de negociação. Então, numa reunião, apresentou para os sindicatos qual era o cronograma, no qual não se mexe. Nas últimas reuniões em que se sentaram os servidores públicos com o Poder Executivo Federal, este disse: "Não! Vocês estão querendo antecipar o cronograma, e não tem mais reunião. Só recebo vocês no mês que vem".

O Governo Federal estabelece, de maneira unilateral, as diretrizes. Ou seja, o Governo Federal chama os sindicatos e fala o seguinte: "Nós queremos reduzir a participação da folha salarial no PIB de 4,3% para 4,1 e para 4,0". Já estabeleceu de maneira unilateral, sem processo negocial, aquilo a que se quer chegar ao final.

O Governo Federal, na mesa de negociação, estabeleceu, de maneira unilateral, a data de limite de envio dos projetos de lei para o Congresso Nacional, para, eventualmente, aqueles acordos que forem estabelecidos. Ou seja, colocou como data fatal 21 de agosto de 2015. De maneira que, embora se diga que há mesa de negociação... De fato, eu me alio àqueles que percebem que nós estamos mais para uma mesa de diálogo, cuja imposição é refletida nas decisões unilaterais de quem negocia, do que de fato uma mesa de negociação.

Embora tenha havido os 150 acordos ditos aqui ao longo do processo, nos últimos anos, especialmente no Executivo, o que está colocado... Aí, falam o seguinte: os servidores públicos têm um estatuto.

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE LEÃO MARQUES – Já vou concluir.

Os servidores têm um estatuto e devem obedecê-lo, mas o Governo Federal é o primeiro a descumprir os estatutos, porque, se os servidores públicos federais têm um estatuto a cumprir, o Governo Federal deveria, no mínimo, respeitar o primeiro estatuto básico de qualquer relação salarial entre os servidores, que é o reajuste anual geral, descumprido solenemente pelo Governo.

Para concluir, Senador, é importante a discussão sobre a regulamentação da greve. É mais importante, ainda, de fato buscar melhorias no processo de negociação coletiva no serviço público, que ainda está de maneira inicial.

Eventualmente, sugiro chamar alguns Estados e Municípios para detectarmos experiências exitosas de negociação. É uma proposta que eu deixo à Comissão.

Para concluir, felizmente, para os trabalhadores, sejam eles públicos ou privados, o movimento de greve é um movimento de reação, quando se esgota a possibilidade de efetiva negociação, de um diálogo, de efetivamente se encontrarem consensos.

Ainda está faltando hoje no País um processo de arbitragem. O Governo – o Executivo Federal – disse, na última negociação, que era 5%, 5%, 5%. E os servidores públicos tiveram que fazer o acordo, porque, senão, não teriam nada. Ou seja, não há um processo de arbitragem. Se os servidores não quiserem os 5%, e o Governo Federal não abrir mão dos 5%, quem arbitra? Na iniciativa privada, há o dissídio com a possibilidade de aumento que encontre o consenso entre os índices que foram colocados.

Dessa maneira, eu fico feliz no sentido de que, embora a gente queira regulamentar a greve e discutir essa situação, na prática, os trabalhadores sempre darão as respostas necessárias para aquelas arbitrariedades que serão encontradas no processo de negociação, tanto público como privado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Filipe Leão.

Claro que você tem toda razão: a luta sindical, nas ruas, nas fábricas, no comércio, no serviço público, continuará sempre, independentemente da lei. Mas eu sempre digo que, como a lei já é difícil, sem a lei é mais difícil – uma lei que nos favoreça. O objetivo é este: nós estabelecermos, neste projeto, a regulamentação da livre negociação em primeiro lugar. Ou seja, que a gente possa avançar nos acordos. E, na sequência, também, a regulamentação do direito de greve, que nos habilita com instrumento mínimo da lei para ir para cima daqueles que não atendem as nossas reivindicações.

Mas você não deixa de ter razão: nas ruas é que a história se escreve.

Passo a palavra ao Wilmar Lacerda, que, inclusive, é o primeiro suplente do Senador Cristovam, ex-Secretário do DF e Vice-Presidente do Consad.

Está com a palavra o Wilmar, por cinco minutos também.

O SR. WILMAR LACERDA – Senador Paim, meu amigo Sérgio e todos os sindicalistas aqui presentes, demais dirigentes do Estado, dos sindicatos e da sociedade, queria, primeiro, contar essa experiência, porque acho que é muito importante para resolução de alguns problemas desse PLC.

Fui Presidente Nacional do Sindicato dos Empregados da Embrapa. Negociei como celetista também e vi a negociação coletiva assinada num acordo coletivo que, depois, era praticada pela Embrapa. Quando não havia acordo, o Tribunal Superior do Trabalho julgava, e ali era finalizado o impasse existente na negociação.

Eu acho que a sociedade brasileira clama por serviços públicos de qualidade. E não existem serviços públicos de qualidade quando o servidor é mal remunerado, quando não há um tratamento efetivo do Estado e, às vezes, uma atenção do Estado.

O processo de negociação não é só atender a um conjunto das reivindicações, mas, sim, negociar aquele conjunto de expectativas do servidor público, que, às vezes, só de sentar à mesa de negociação e ser recebido pela autoridade, já considera um avanço extraordinário, como não acontece em grande parte do País. Ou acontece o contrário: em vez da negociação, o espancamento – o que é pior ainda.

Eu quero dizer que eu acho que a regulamentação nacional da Convenção 151 avança muito no serviço público do Brasil. Muito! Há a liberação de dirigentes sindicais em condições para que eles tenham liberdade e possam, pelo menos, fazer uma pauta e apresentar uma pauta ao serviço público. Às vezes, o sindicalista não tem nem tempo para isso, porque não é liberado em muitos casos, em muitos Estados, em muitos Municípios – não é o caso da União. Mas eu acho que a negociação coletiva e o direito de greve nos Estados estão muito relacionados a uma coisa que ninguém tocou aqui, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu acho que, quando nós formos debater profundamente a negociação coletiva de trabalho, o direito de greve, nomeações no serviço público... No serviço público, o servidor vai aposentar, e têm que ser contratados novos servidores para pelo menos manter aquele serviço público com aquele quantitativo de gente. O Distrito Federal é novo, mas tem 50 mil aposentados já. O Rio de Janeiro acho que tem 350 mil, 400 mil aposentados. O Rio Grande do Sul eu não sei, mas deve ter muito mais aposentados do que ativos.

Isso é um custo extraordinário para o Estado. Então, a negociação coletiva de trabalho, o direito de greve, as reivindicações dos trabalhadores são um conjunto de despesas que envolve a manutenção do Estado e as condições de trabalho que vai muito além de uma negociação de um ano só.

Quero dizer, Senador, que eu respondo hoje a um processo de improbidade administrativa por ter feito negociações salariais em Brasília...

(Soa a campainha.)

O SR. WILMAR LACERDA – ...ter nomeado 36 mil servidores públicos através de concurso público e ter concedido reajuste por três anos a 38 categorias profissionais no Distrito Federal. Felizmente, o Tribunal de Justiça, por 17 a zero, julgou improcedente uma ação direta de inconstitucionalidade das leis negociadas por mim e pelo ex-Governador Agnelo Queiroz, na semana passada.

Estou lhe dizendo isso, porque também é um servidor público. Estou vendo o Sérgio. Se ele não faz tudo diante da legislação vigente, que compõe o Estado, e aí tem o orçamento, aí tem a Lei de Responsabilidade Fiscal nos Estados... Hoje, quinze Estados brasileiros ultrapassaram o limite prudencial da LRF. Quinze! Oito Estados brasileiros ultrapassaram o limite de 49%, que é o que se define como despesa de pessoal para os Estados.

Eu acho, Senador, que, para além do direito de greve, para além da negociação coletiva, em algum momento, o País vai ter que rediscutir os limites estabelecidos por lei para despesa de pessoal no País.

Eu falo isso porque, recentemente, estive na Austrália, nos Estados Unidos e no Canadá, para ver como se fazem as negociações coletivas. Os Estados não têm esses limites. Se tem uma sociedade que está precisando mais de educação, saúde e segurança pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto para concluir.

O SR. WILMAR LACERDA – Se tem um Estado, Municípios que estão necessitando mais de saúde, segurança, educação, como nós vamos limitar a despesa de pessoal a 49%, menos que isso, e a União menos que isso?

Esse é um debate que o Brasil tem que fazer. Eu acho que esse PL...

(Soa a campainha.)

O SR. WILMAR LACERDA – ...resolve muito essa questão da negociação coletiva e de direito de greve, porque hoje, no Brasil, é evidente, o servidor público faz greve, seja regulamentada ou não, haja negociação ou não.

Portanto, a lei tem apenas que regulamentar o que já acontece na prática.

Quero parabenizar esse debate aqui, Senador, e quero contribuir muito com o senhor para que a gente possa chegar a essas conclusões sobre esse decreto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Wilmar Lacerda, que colaborou com o debate.

Vamos às considerações finais dos nossos convidados. Vou seguir a mesma ordem e deixar que o Sérgio faça o encerramento.

Vamos dar cinco minutos para cada convidado expressar o seu ponto de vista ou deixar uma pergunta para o Sérgio, que ele com certeza anotará e responderá no momento adequado.

Passo a palavra a José Devanir de Oliveira, do Sindifisco Nacional.

O SR. JOSÉ DEVANIR DE OLIVEIRA – Mais uma vez, a gente gostaria de cumprimentar e agradecer de uma maneira especial como o Exmº Senador Paulo Paim conduziu e puxou esta audiência pública para provocar esse debate sobre esse tema tão importante para o Estado brasileiro e para os servidores públicos que estão no direito de greve.

Quero registrar que, de fato, na nossa visão, na nossa concepção, realmente, não há como desvincular essa questão do debate ou de regulamentar unicamente uma questão, mas pautar como prioridade a institucionalização, a regulamentação da negociação coletiva no serviço público.

Acredito que, sem isso, não há como se exercer um direito sem também ter a ampla liberdade do direito de negociar de fato. Além disso, também a questão do mandato classista, que já foi, por diversas vezes, mencionada aqui, para livre atuação dos dirigentes sindicais, a organização sindical. Tudo isso tem grande importância mesmo.

Por outro lado, também, volto a frisar e provocar o Secretário Mendonça em relação à questão que tem sido batida, sobre as negociações com os servidores. Na verdade, a crítica dos servidores – e aí eu gostaria de ouvir uma explicação sobre isso – é de que há muita enrolação. Toda vez, o pessoal sai da reunião com aquele sentimento de "nós marcamos uma próxima reunião, não saímos com nada concreto", e o tempo vai passando.

Como existe um limite temporal, como existem datas, as categorias, as entidades, os sindicatos, no caso do Sindifisco nacional, estamos com uma mobilização em curso. Nós temos um calendário de mobilização, algumas ações têm sido feitas. Temos uma plenária para o início do mês de julho e, dependendo do andar da carruagem, dependendo do que for sinalizado, as categorias, os servidores precisam fazer uma escolha. E não podemos ficar sendo enrolados até a data final, 31 de agosto, para recebermo a informação de que o índice é A, B ou C, seja zero, seja lá o que for. De uma maneira estratégica, fica difícil para as entidades atuarem.

Então, a gente gostaria que o Secretário fosse mais claro em relação a isso, de quando o Governo pretende anunciar um índice ou alguma coisa que possa, de fato, privilegiar a negociação como sendo algo verdadeiro nesse sentido.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ DEVANIR DE OLIVEIRA – Por outro lado, também, a gente gostaria de registrar que o Sindifisco Nacional está encontrando bastante dificuldade nesse processo de negociação, porque nós gostaríamos de ter como interlocutor também, nesse processo, o nosso Ministro, o Ministro Levy. Entendemos que é necessário que o nosso chefe maior participe desse processo de negociação, e nós temos dificuldades.

Então, nós gostaríamos de registrar a nossa indignação de não sermos recebidos. A direção do Sindifisco nacional não tem sido recebida pelo Ministro Levy. Isso dificulta o processo, porque nós temos peculiaridades, particularidades da nossa pauta reivindicatória, que a gente gostaria de tratar com o Ministro. E que isso também fosse levado em consideração nas conversas no âmbito do Planejamento.

Agradecemos pela nossa participação, agradecemos ao Ministro, ao Secretário, ao Senador. Que tenhamos sucesso nessa caminhada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o José Devanir de Oliveira.

Agora, passamos ao Rudinei Marques, da Fonacate, para suas considerações finais.

O SR. RUDINEI MARQUES – Quero agradecer ao Senador Paim por mais esta iniciativa. Quero deixar aqui para ele e para o Secretário Sérgio Mendonça – e, depois, distribuiremos aos demais integrantes da Mesa – convite para a 4ª Conferência das Carreiras Típicas de Estado, que ocorrerá nos dias 16 e 17 de junho, agora.

Fica o convite a todos – a entrada é franca – que nos acompanham pela TV Senado. Basta acessar o *site* fonacate.org.br e efetuar a sua inscrição; não há custo algum para participar do evento com excelentes palestrantes. É mais uma demonstração do quanto os sindicatos estão preocupados com o serviço público, como o serviço público de qualidade, com a valorização dos servidores, porque nós debatemos temas de interesse do Estado.

Já passando às considerações finais sobre o tema, diria que nós não temos problema algum em fazer a discussão ampla sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a questão da relação gasto de pessoal/PIB, que inclusive vem caindo. Nós tínhamos, em 2002, 4,8 e, hoje, chegamos a 4,0. Mas não queremos – os servidores – sangrar os cofres públicos. Os servidores querem ser considerados partícipes da mesma categoria ontológica do patrão. Nós não podemos ser vistos no serviço público como inimigos. Ao contrário, a gente quer uma negociação, mas uma negociação efetiva; quer ouvir, mas quer também ser ouvido. Nós queremos travar uma discussão em alto nível, e que as nossas considerações sirvam para aprimorar o serviço público.

Eu venho da Controladoria-Geral da União, e nós estamos, desde janeiro, com um novo Ministro. Tínhamos uma grande expectativa sobre o novo Ministro, pois é um gestor de carreira do serviço público, auditor federal da Receita Federal do Brasil. Então, nós tínhamos uma grande expectativa, porque vínhamos de dois Ministros, um com uma grande imagem pública, mas nunca tivemos um gestor à frente da CGU. Agora, temos um gestor para resolver os nossos grandes problemas de gerenciamento. Mas, para nossa surpresa, a grande inovação do Ministro Valdir Moisés Simão, durante esses seis meses à frente da CGU, foi a implantação de um ponto eletrônico. Então, não é esse tipo de diálogo que a gente quer ter no serviço público.

Temos um diálogo efetivo, respeitoso. Apesar de o Sérgio estar fazendo um grande papel à frente da SRT, a gente vê que a SRT ficou sem alçada decisória. Então, não adianta a gente colocar um acordo, 150 acordos assinados, e muitos termos desses acordos não serem honrados, porque a SRT ou não podia ter assinado, ou assinou sem fazer uma pactuação maior com o Governo. Enfim, esses termos pactuados não foram honrados posteriormente.

Então,quero dizer que, do nosso lado, estamos dispostos a conversar inclusive sobre outros temas. Por que não há dinheiro para o serviço público e há dinheiro para programas de empresariado que já levaram, via BNDES, meio trilhão de reais nos últimos anos? Por que não se investe pesado na transparência de gestão de combate à corrupção, quando a gente sabe que mais de cem bilhões de reais por ano sangram dos cofres públicos por processos dessa natureza?

A gente quer fazer uma discussão, sim. Estamos preparados, e ela passa por um diálogo efetivo, respeitoso e por regras claras de negociação coletiva no serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Rudinei Marques, que colocou o seu ponto de vista.

Só para dizer, pessoal, que recebemos aqui dezenas de perguntas. Para Isabel Cristina Gregório, você foi a única pessoa que disse claramente que é contra o direito de greve, tanta na área pública como na área privada. Ela mandou uma série de mensagens. Não houve nenhuma censura a Isabel Cristina Gregório. Você aqui expressa o seu ponto de vista, e vou dizer aqui que a gente dá espaço a todos aqui. Convido você a vir aqui na próxima audiência pública para expressar o seu ponto de vista, que é totalmente contra o direito de greve. É a liberdade de opinião, de expressão legítima. Quem quiser falar contra também é bem-vindo aqui. Aqui nesta Mesa debate-se a regulamentação do direito de greve. Talvez você não tenha entendido. Aqui não é ser contra ou a favor. Está escrito na Constituição, e nós teremos que regulamentar o direito de greve, que está há 27 anos engavetado. É só isso.

Então, não se preocupe, se você quiser vir. Já é minha convidada para, na próxima audiência pública, vir dizer o que disse aqui, que é totalmente contra o direito de greve. Ela chamou aqui, eu não vou ler, disse que sindicalista vive de fazer greve. É legítimo, você tem o direito de se expressar, mas venha aqui. Só lamento dizer que você foi a única pessoa que não entendeu, das dezenas de informações que eu recebi, que esse é um debate sobre a regulamentação.

Ninguém aqui está sendo contra o direito de greve. Em todas as informações que recebi aqui, as pessoas discutem como é que deveria ser a regulamentação. Tem setores considerados fundamentais que não deveriam fazer greve, é o que algumas pessoas colocam. O debate está posto. Seja bem-vinda, Isabel Cristina Gregório. Que bom que tem alguém que discorda, porque todos que vieram aqui concordaram – são dezenas que chegaram –, apenas discutem a forma de regulamentar.

Faço esse esclarecimento para que a Isabel Cristina não diga que censurei o nome dela. Ninguém censurou, nem o pessoal do Alô Senado. Você tem toda a oportunidade, inclusive é nossa convidada.

Agora, vamos continuar para as considerações finais: falará o Secretário Adjunto de Relações do Trabalho da Central Única do Trabalhadores (CUT), Pedro Armengol.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Depois de tanta abordagem importante nesta audiência, eu queria aproveitar esses cinco minutos para fazer um apelo ao representante do Poder Executivo. Eu até disse, na primeira intervenção, da importância de o Poder Executivo estar aqui, porque, infelizmente – eu posso tratá-lo dessa forma, porque ele é corintiano, assim como eu –, companheiro Sérgio Mendonça, eu vejo o Executivo, o Governo Federal, numa zona de conforto em alguns momento deste debate.

Para mim, é uma zona de conforto colocar os problemas de ordem política, que existem, do ponto de vista filosófico, em relação aos Estados e Municípios, das resistências. Eu só apelo que o Governo Federal seja o exemplo para o bem, porque, infelizmente, os Municípios e os Estados têm usado o Governo Federal, a União, para exemplo do mal.

Se o Governo Federal tomar alguma medida positiva em relação ao setor público, à gestão de pessoal, os governos municipais... Não estou generalizando, mas a maioria... O Governo Federal tem sua autonomia, nós temos a nossa e o municipal tem a dele. Agora, se faz uma maldade, é autoaplicável em Estados e Municípios.

Sem entrar no mérito, porque agora não dá tempo, aquele veto do mandato classista, daquela emenda do mandato classista do ano passado, vocês não sabem a desgraça que foi num bocado de Municípios e Estados, porque tinha Município com acordo coletivo liberando dirigente. Quando houve aquele veto, foi dito: não tem mais, o Governo Federal proibiu. Então, não vamos liberar mais ninguém. Vocês não sabem o conflito que está por aí, nos sindicatos municipais. Não tem nada a ver, mas eles usam sempre para o mal.

E eu, infelizmente, sou cético em acreditar que vai haver a regulamentação da negociação no dia em que houver um entendimento nacional com os Governos Estaduais e com os Governos Municipais. Sou cético, porque o ambiente em que se debate é autoritário mesmo – não cabe relação bilateral de trabalho.

Então, nesse momento, o Poder Executivo Federal tem de colocar o debate no Congresso. Apresentem, encaminhem uma proposta. Se a gente perder, perdeu, tudo bem, mas vamos colocar o debate, porque, se formos esperar um entendimento nacional... Quero lhe dizer – defendendo o Governo Federal, que tem um olhar mais avançado, com certeza – que na maioria dos Governos Municipais, desses cinco mil e tantos municípios, não tenho medo de afirmar, em 80% deles, não cabe relação bilateral. E não é pela questão de limites, inclusive, de Lei de Responsabilidade Fiscal. É a concepção autoritária mesmo, onde não cabe uma relação... É uma relação de poder, o que não podemos permitir.

Então, acho que o Executivo Federal tem de dar esse passo. Vamos discutir as resistências, quebrá-las, porque, infelizmente, Dr. Sérgio, eu não acredito num entendimento nacional que proporcione isso. No que diz respeito à greve, é o pior, gente!

Posso afirmar, infelizmente, que nós vivemos em um ambiente em que 80% das greves, Senador Paim e demais presentes, são para abrir negociação. Não é porque não deu acordo na negociação – 80% delas, pegando estadual, municipal e federal, principalmente, nos poderes municipais, são porque, se não tiver greve,

não tem nem a mesa para discutir. Não tem nem a mesa! E nesse nível de judicialização, principalmente depois de 2008 com aplicação por analogia e tal.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO ARMENGOL – E, para concluir, Dr. Sérgio, quero dizer que, realmente, o copo, no meio principalmente da questão econômica, é difícil a gente acertá-lo, porque as contas, às vezes, ficam diferentes em termos de parâmetros.

Nós somos servidores da União. Nós não somos servidores nem do governo Fernando Henrique, nem do governo Lula, nem do Governo Dilma. Nós passamos oito anos de terra arrasada. Quero lhe dizer que a maioria dos servidores do chamado "carreirão", nesse período, tiveram uma perda inflacionária de 174%, apurado pelo Dieese.

Reconheço que houve um avanço no governo Lula e no Governo Dilma. Agora, não dá para ficar fazendo aquela conta, dizendo: "Bora pegar todo o período de 2003 até 2015, para fazer conta, porque vocês estiveram acima da inflação". Bem, nós tivemos o passado e, inclusive, o Governo sempre dizia: "Olha, não queremos discutir o passado; vamos discutir daqui para a frente. Daqui para a frente."

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO ARMENGOL – Realmente, poucas categorias tiveram perdas inflacionárias, mas só que a gente já vinha de uma defasagem muito grande.

Então, fica difícil de acertar esse copo, mas esperamos que a gente avance. E, no que diz respeito ao PL, Senador, eu acredito – falo até dialogando com JP aqui da CTB – que as diferenças não são tão grandes. Existem diferenças, mas não são diferenças que vão impedir o avanço dessa proposição, que é importante neste momento do debate da regulamentação da greve no setor público.

Muito obrigado. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Pedro Armengol, da CUT.

De imediato, Rudi Cassel. Há uma pergunta que foi encaminhada a você, que fala pela FenaPRF.

O SR. RUDI CASSEL – Já antecipando a resposta à pergunta, a questão da greve hoje no serviço público tem os parâmetros do mandado de injunção que o Supremo estabeleceu, seja em relação à forma como isso se dá ou a quais aspectos da Lei Geral de Greve são aplicados, porque, quando diz que se aplica a Lei Geral de Greve, dá impressão de que se aplica tudo – não é; são só alguns aspectos da Lei Geral de Greve. Mas, para facilitar esse trabalho, essa é uma preocupação que nós tínhamos.

Há algum tempo, ajudamos a criar e participamos de uma plataforma que se chama Infogreve. Eu recomendo a quem consultou. Nós dividimos a greve em quatro etapas. Tudo o que ele quer saber sobre a greve, tudo o que você queria perguntar sobre a greve, mas tinha medo, não tinha perguntado ainda, tem lá dentro. Então, essa plataforma é fácil de acessar pela internet – é www.infogreve.com.br. E, dentro da divisão das quatro etapas, nós temos para cada etapa modelo de documento, de como funciona, desde a convocação, a deflagração, a condução, até a finalização.

Com a negociação da compensação – que é um aspecto que no serviço público a gente tem que mencionar que é completamente diferenciado –, você tratar de desconto de remuneração de servidor que adere à greve é uma burrice no serviço público, porque a compensação é sempre preferencial, já que você trata da continuidade do serviço público como princípio fundamental.

Então, a pauta que alguns administradores e gestores apresentam da negociação em preferência à compensação é completamente contra os princípios que norteiam a Administração Pública. A compensação – eu não vou nem falar aqui em abono, porque o Supremo já desceu a lenha em relação a essa questão – vem sendo apreciada, passa por uma transição para se tornar preferencial sempre à ideia de desconto, porque desconto significa a Administração não querer repor o serviço ao cidadão. É completamente diferente da lógica da iniciativa privada, onde se formou e se pacificou a questão de como se negociar os dias em que houve a adesão da greve.

Então, lá nessa plataforma, aquele que nos consultou vai encontrar essas quatro etapas – eu não vou explicar uma por uma, porque daria para fazer um seminário só sobre isso – com os modelos, inclusive, de indicação do tempo e o modelo de como isso pode ser feito em cada etapa.

É bom observar isso, porque a ilegalidade ou abusividade da greve depende, em vários aspectos formais, de se observar isso, para que isto não aconteça: um tribunal venha a declarar ilegalidade ou abusividade. Então, você tem que observar algumas formalidades, para não dar uma decisão judicial. Só o aspecto formal vai dizer que a sua greve não foi bem conduzida.

Sobre os aspectos que envolvem o PL 287, vi que o JP falou sobre... Já me permito te chamar de JP, porque vejo todo mundo te chamando de JP. Eu ia chamar de João Paulo, mas todo mundo diz JP, então vou falar JP também.

JP, eu o vi falando da questão do policial, da vedação policial, que, inclusive – não quis polemizar aqui, na hora –, é uma das sugestões que a gente vai fazer, juntamente com a extinção do art. 15. É mais do que o policial. No caso do auditor fiscal, pode-se induzir a pensar que não se pode fazer greve, porque, afinal de contas, há movimento armado. O auditor fiscal tem porte de armas, tem lei específica dando porte de arma.

E, ali na lei, no projeto, trata-se da vedação à greve com movimento armado, ao movimento grevista armado. Então, em tese se poderia ampliar essa interpretação. Acho que aquela restrição a gente pode retirar dali mesmo.

E mais: a lei não precisa vedar o que a Constituição já vedou. Mesmo o militar não é preciso colocar num PL, porque a questão do militar, justa ou não, está na Constituição. Aí se teria de alterar a Constituição, e essa vedação a lei não conseguiria romper.

Então, no caso de vedações, talvez, por um projeto que nasça humanista e social, Senador, talvez as vedações não fosse necessário constar, porque ou elas são constitucionais ou não são vedações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. RUDI CASSEL – Essas são as minhas considerações.

Muito obrigado a vocês pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Rudi, que falou pela FenaPRF. (*Palmas.*)

Aí, aproveito, Dr. Rudi, repita aí para mim, por favor: a Srª Isabel Cristina mandou aqui um monte de perguntas, todas na mesma linha: "Sou contra a greve, sou contra a greve, sou contra a greve, sou contra a greve".

Primeiro, quero dizer a ela que está escrito na Constituição: tem se de fazer uma emenda constitucional e revogar aquele artigo que assegura o direito de greve. Segundo, estamos cumprindo o que manda a Carta Magna.

Onde ela pode se informar melhor? Passe para ela.

O SR. RUDI CASSEL – Exatamente, para espantar esse fantasma que talvez a aterrorize: www.infogreve.com.br.

Há desde como foi estabelecida ao longo da história, onde está na Constituição, que fase passou, o Supremo, etc., etc., etc.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Existe até nos países de direita, também existe. Não estou insinuando nada, não é? Mas existe em qualquer país do mundo o direito de greve. É só regulamentar. Nós temos só de regulamentar.

Passamos a palavra agora para o Diretor de Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Sr. Luis Carlos Paes de Castro.

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – Bem, mais uma vez, gostaria de agradecer aqui ao Senador Paulo Paim, de registrar a presença do nosso Diretor e também Vice-Presidente do Sinal, Jordan, companheiro lá do Paraná.

Neste final, gostaria de fazer duas considerações. Uma é uma sobre o projeto em si e a necessidade de aprová-lo. O nosso amigo Sérgio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na sua fala, colocou uma dificuldade no que diz respeito a opiniões e práticas dos governadores de Estado e de prefeitos dos Municípios, dizendo que muitos deles discordariam.

Agora, é preciso verificar o seguinte: em primeiro lugar, todos os cidadãos brasileiros, inclusive os governadores e prefeitos, estão subordinados à Constituição da República e às leis federais, como também às estaduais e municipais em cada caso. Essa questão está posta na Constituição. O Brasil recepcionou a Convenção nº 151 da OIT, que trata disso. Está faltando regulamentar.

Os governadores e prefeitos certamente procurarão Senadores e Deputados para colocar suas opiniões e preocupações, mas esta Casa, o Senado da República, e a nossa Câmara dos Deputados devem votar.

Então, precisamos, com certa urgência, nós, sindicalistas, chegar a um acordo e conversar com o Governo e com o Congresso Nacional, para agilizar esse processo. E todos terão de se subordinar ao que foi decidido. Esse é o critério democrático. Ainda que se tenha um governador, um prefeito ou mesmo mil, entre mais de cinco mil, que sejam contra, isso não é motivo para que a gente não agilize e resolva um problema que pende há mais de 25 anos.

O ano de 1988 foi quando nós votamos foi quando nós votamos e promulgamos a nossa Carta Cidadã.

Outra questão diz respeito – o representante da CUT inclusive já tratou um pouco disso, o Armengol – à questão dos reajustes dos servidores. De fato, houve uma recuperação. O representante do MPOG mostrou dados aqui. Agora, às vezes me parece – o Governo repete muito essa tecla – que agora...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – ... o Governo está arrependido, porque conseguiu recuperar perdas do passado. E, a cada ano, os servidores públicos, no plano federal, vão perdendo um bocadinho, vão perdendo um bocadinho. Parece-me que o objetivo é a gente voltar ao passado.

Quer dizer, o que está ocorrendo é isto: nós recuperamos isso lá em 2008 e, agora, a cada ano que passa, a gente vai perdendo um bocadinho, perdendo um bocadinho, perdendo... Então, o objetivo é esse? Nós estamos fazendo agora uma autocrítica dessa recomposição salarial que fizemos e constatamos que, a cada ano, vamos perdendo um bocadinho para, daqui a alguns anos, a gente chegar ao fundo do poço de novo?

Eu acho que não deve ser assim. Eu acho que a gente deve procurar manter as conquistas, que eu acho que foram importantes, nós reconhecemos, mas precisamos discutir...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – ... debater melhor isso na mesa e garantir que os Senadores possam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – ... continuar prestando bem os seus serviços e melhorando. Eu acho que há sempre espaço para a gente melhorar e para aperfeiçoar o nosso trabalho. Mas também é preciso que os servidores sejam bem remunerados.

E, para não dizer que não falei das flores, concordo também que essa tal Lei da Responsabilidade Fiscal tem muita coisa de positiva, mas também se inseriu nesse tal projeto do Estado mínimo, etc., etc., para atender a esse modelo neoliberal de acumulação. Algumas coisas dessa Lei de Responsabilidade Fiscal precisarão ser revistas também.

Era isso. Muito obrigado.

E parabéns, Senador Paulo Paim, mais uma vez pela sua iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Luís Carlos Paes de Castro, que falou pelo Sinal.

JP, João Paulo Ribeiro, que vai falar pela CSPB.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Muito bem. Vou pegar o gancho do Luís Carlos. Com relação à questão da responsabilidade fiscal, na verdade, nós temos uma discussão a respeito disso desde a época em que nós atuávamos numa única central, a Central Única dos Trabalhadores. Não sei se mudou, mas nós mantivemos a mesma linha, que é ser contra a questão fiscal nas áreas de educação, saúde e saneamento básico, e acrescentando a segurança pública.

Então, eu acho que é possível a gente fazer ajustes para melhor, porque um gestor público que gasta nessas áreas e ainda é condenado, eu acho que isso é descabido. Não é possível a gente ter legislações tão restritivas desse jeito.

Outra questão que eu estava aqui falando, mas agora vou falar em público para todo mundo que está ouvindo: regularizar não quer dizer que a gente gosta. Nós acabamos de falar aqui que nenhum sindicalista gosta de fazer greve. Nós estamos regularizando.

E, para mim, uma pessoa para ser totalmente contra a greve é porque não trabalha. Se não trabalha, eu acho que tem que ser contra mesmo. Então, eu acho que isso é uma coisa natural. Agora, deveria participar e ajudar. Eu acho que seria um bom debate, e ninguém vai ficar julgando ninguém pela sua livre manifestação.

Eu acho que isso repercute um pouco talvez para a população. A população sofre bastante com isso, ou seja, quando ela tem o direito, principalmente na área pública, cerceado. Só que a população também erra, principalmente aqueles que não estão do lado do servidor público, quando elege gestores que não têm capacidade, não têm responsabilidade para com os servidores públicos.

Nós temos que começar a fazer o exercício da cidadania e começar a trabalhar com mais afinco essa questão da relação. O servidor público está aqui à disposição da sociedade, e nós temos que prestar um serviço. Só que o serviço nosso, como também na iniciativa privada, tem que ser valorizado. Em todos os lugares onde você trabalha você tem os seus merecimentos.

Falou-se aqui da questão da Constituição. Como o Pedro acabou de falar, durante oito anos, o Fernando Henrique não deu. Acabou. E ai? E ainda inventou um monte de coisas que inclusive estão aí até hoje.

Não sei porque os entulhos autoritários de Fernando Henrique estão aí. Em uma universidade, você não pode eleger diretamente o Reitor. Quer dizer, estão aí. Por que ninguém reverteu ninguém sabe. Acho que talvez gostem um pouco do viés autoritário colocado pelo Estado. Acho que também está nas veias de quem, entre aspas, é democrático.

Então, eu acho que isso ajuda a gente um pouco a se mobilizar. E aí, porque o tempo é só para saudar – eu tinha me esquecido aqui –, mas o João Domingos, nosso presidente, mandou um forte abraço. Ele estava impedido, hoje, com uma demanda que foi impossível de mudar, uma atividade. Ele mandou um forte abraço e queria estar nessa mesa também, contribuindo, mas, nas próximas, com certeza estaremos aqui.

E aí, Paim, quero aproveitar o ensejo, já que estamos aqui, e lembrar alguns eventos. Eu acho que nós temos que sentar, como nós vamos sentar com as centrais sindicais, Fonacate, ou com quem tiver que contribuir. Por exemplo, o negócio do movimento de armas, como a gente disse. Aqui no debate – o pessoal daqui é ligado às federações que trabalham com os policiais –, eles já haviam dito.

Nós, das centrais, ousamos colocar uma proposta da questão da Polícia Federal. O que aconteceu? O que eles fazem na greve? Eles deixam o seu instrumento de trabalho guardado, não sai. Isto nós achamos que poderia ser uma solução para autorizar a greve deles: que eles não utilizem o seu instrumento de trabalho, que é a arma.

Nós fomos criticados, junto com Romero Jucá. Os policiais disseram que vão ser vítimas, etc...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Mas nós achamos o seguinte: foi uma proposta, não que cerceie, mas que avance. Se não é essa, nós estamos querendo ouvir outras coisas, porque eles também têm que ter garantido na Constituição ou em qualquer lugar que eles possam ser ouvidos, e não são; que eles possam ter o seu movimento de reivindicação atendido, direito de sindicalização, etc., e não são. Então, nós achamos que tem que haver mecanismos, sim.

Outra questão é a seguinte: quando a gente discute... Eu estava vendo o Rundinei, a placa está bem na minha frente, "típica de Estado". Nós temos, sim, que conversar. Para nós, todos os trabalhadores concursados que entram no serviço público são carreiras típicas de Estado. Nós achamos isso. Tem umas que acham que são melhorzinhas, entendeu? Quem sabe? Mas para nós é típica de Estado.

Nós achamos que os gestores que não contratam mais um pedreiro, ou que não contratam mais alguém da segurança, ou que não contratam mais alguém do restaurante, é erro do gestor, porque nós achamos que deveria! Eu, por exemplo, entrei como menor na universidade. Fui promovido...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ... por várias gestões e, hoje, nós somos técnicos em manutenção da Universidade Estadual de Campinas, com muito orgulho, mas foi acensão funcional, que é um advento que foi tirado da Constituição. Tem a PEC 257 e a PEC 234, que estão aí paradas desde 1995 uma, e a outra, desde 2007. Ninguém discute. E, para ter carreira onde você tem desenvolvimento, há necessidade do advento da acensão funcional. Não é para ser aquele trem da alegria, aquela bobagem que faziam antes, mas, sim, valorizar quem promove, quem cria internamente. E nós fizemos um projeto, junto com todo o setor público federal, para avançar.

Enfim, eu acho que já acabou o tempo. Eu queria só agradecer. O Sérgio Mendonça deu uma proposta, acho que ele bateu minha carteira aqui. Que façamos um convite aos Estados e Municípios para a gente fazer outro debate. Esperamos que, da próxima vez, Rudinei, com todos os consensos feitos com as centrais e com as entidades em geral, que a gente possa apresentar um projeto, um arcabouço fechado, instrumentalizado, e o nosso Senador possa, inclusive...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ... ouvindo Estrado e Município, saber qual é a melhor metodologia para a gente fazer a negociação coletiva em nosso País.

Muito obrigado. Essa é a nossa contribuição, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

(Interrupção do som.)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem JP (*Fora o microfone.*), que falou pela CSPB, apostando nessa possibilidade de um grande entendimento entre as centrais e todas as entidades dos servidores públicos para uma redação final.

Neste momento, fala o representante do Ministério do Planejamento, o economista Sérgio Eduardo Mendonça.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Obrigado, Senador.

Eu queria só comentar alguns pontos que foram tratados aqui, antes de fazer uma consideração final. O Felipe fez vários comentários. Eu quero só dizer ao Felipe, e você sabe até melhor do que eu, que toda a proposta de calendário que foi feita pelo Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, foi atrelada à dinâmica de construção orçamentária. Nós não inventamos a roda, nós sabemos que tem a proposta de LDO em abril e, depois, tem a proposta de lei orçamentária em agosto. Isso determinado pela Constituição Federal.

Logo, nós sugerimos que a data do processo de negociação se concatenasse com esse processo de elaboração orçamentária, porque todos nós sabemos que qualquer negociação que eventualmente implique aumento de salário de servidores terá que ser votada no orçamento da União. Isso vai ser encaminhado ao Congresso até o dia 31 de agosto.

Então, quero dizer que o calendário foi montado, sim; flexibilizamos, sim. Ao contrário do que você disse, nós antecipamos três reuniões. Não foi uma camisa de força. Recebemos o fórum, recebemos a CSPB e recebemos antes do prazo de maio que o Ministro tinha indicado. Nós ouvimos as entidades, flexibilizamos e voltamos atrás, digamos assim, naquele inicial mandato. Então, só para comentar alguns pontos.

Eu esqueci de falar na minha fala – foi falado por todos os outros dirigentes – sobre a Convenção nº 151, que, de novo, é uma conquista dos trabalhadores do setor público, mas foi uma iniciativa do Presidente Lula, em abril de 2010, em que foi aprovado um decreto legislativo. E, depois, na marcha das centrais, em 2013, a Presidente Dilma referendou a ratificação da Convenção nº 151, internalizando as suas definições.

Há até quem diga – especialistas muito renomados – que hoje nós já temos, internalizado no arcabouço jurídico institucional, boa parte da negociação coletiva no Brasil, permitindo até que seja exigida de governadores, de prefeitos essa negociação. É uma enorme controvérsia jurídica – vocês sabem disso melhor do que eu –, mas esses dois gestos que o Governo tomou em 2010 e em 2013, atendendo a pauta do movimento sindical do servidor e das centrais sindicais, fortaleceram esse debate da negociação coletiva no setor público.

Agora, quando se fala em mesa de enrolação, a gente fica chateado, claro, naturalmente, mas acho que tem uma questão mais estrutural a ser pensada aqui. Não é porque se apresenta uma pauta de reivindicações que ela merece ser tratada na sua inteireza. É preciso discutir, quando se faz isso no setor privado, a legitimidade das pautas. E, quando nós estamos discutindo no setor público, nós estamos falando de orçamento público, que concorre com outras áreas, com as áreas sociais, com a área de investimento em infraestrutura. Logo, não é pelo fato de se apresentar uma pauta que ela deve ser tratada na sua inteireza.

Para começar, um administrador público, um agente público não pode ignorar a realidade do seu País ao fazer uma negociação no setor público. Como é que eu vou negar a realidade dos salários e do mercado de trabalho no meu País para discutir a negociação no serviço público? Ou o servidor público paira acima da realidade do País? Não.

Então, a nossa responsabilidade, como gestores públicos, é, primeiro, valorizar o serviço público. Acho que isso é inequívoco. Foi dito aqui, acho que o Wilmar Lacerda lembrou bem que nós não vamos ter um País desenvolvido se nós não tivermos servidores público bem remunerados, valorizados. E eu acho que quanto a isso nós temos total concordância, mas nós não podemos descolar a realidade do serviço público da realidade do País. Nós somos um país de renda *per capita* de U$10 mil. Nós não somos a Noruega, que tem U$70 mil de renda *per capita,* nem somos os Estados Unidos que têm U$50 mil de renda *per capita*.

Então, é nessa realidade que a gente faz a negociação no serviço público federal, estadual e municipal no Brasil. É disso que se trata. Por isso que nem sempre se tratam todos os itens da pauta, porque nós temos dificuldade mesmo de atender todos os itens, na medida em que a realidade do País impõe essa discussão.

Para terminar, eu acho que a reflexão que se trouxe aqui sobre orçamento, sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal é muito importante, porque uma negociação – e foi dito aqui, acho que foi o José Devanir, desculpe se não foi você, José, se me confundi –, ele disse: "Tem a negociação da inflação". Bom, temos que pensar com calma, porque se você pensa que tem que repor servidores públicos todos os anos, porque eles se aposentam... E nós estamos vivendo um ciclo forte de aposentadorias neste momento, porque ficaram muitos anos sem fazer concursos. Foi mais recente a decisão dos governos de fazerem concursos, em particular o Governo Federal.

Se esses servidores saem para a aposentadoria, justa, legítima, vão descansar, porque deram uma enorme contribuição para a sociedade, é preciso repor servidores. Se você repõe a inflação, se você tem as tabelas que têm o crescimento vegetativo, o que é que você está dizendo para a sociedade? Que a despesa de pessoal é uma despesa crescente em relação às outras demais despesas do orçamento.

Esse é um debate que precisa ser feito no âmbito seja de uma Lei de Responsabilidade Fiscal, seja do orçamento como um todo. Um debate que eu acho que os servidores e os que estão aqui, os dirigentes, não

temem fazê-lo. É um debate que precisa ser feito com transparência, com clareza. Por quê? Porque há uma convergência, eu creio, entre nós, de valorização do serviço público. Não há uma divergência.

É diferente de outros setores que têm uma visão de não valorização, o que também é respeitável no âmbito da democracia. Contudo, essa questão não nos coloca em campos opostos nesse momento, mas é preciso fazer esse debate, porque é diferente, como eu disse, do setor privado, em que o ajuste das contas e de custos é feito de outra forma.

Aqui, não. E, como aqui nós queremos preservar e valorizar o serviço público, nós temos que inseri-lo...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – ... nesse espaço de construção transparente e aberta do orçamento público federal, estadual e municipal.

E, para terminar, concordo com o Pedro Armengol: nós não vamos construir um grande consenso, nós não vamos ter um grande consenso nacional sobre a negociação coletiva e sobre o direito de greve. Aqui, o Senador leu a fala da Isabel, e, como a Isabel, outros tantos pensam assim.

Nós temos que ter uma construção bem feita, fundamentada, com uma força política, mas que não é um consenso nacional, não haverá consenso nacional sobre negociação coletiva, direito de greve, mandato classista.

No caso de mandato classista, nós vamos tomar uma iniciativa de olhar de novo para aquele assunto. Da forma como ele foi inserido, aquela Emenda que a Presidenta teve que vetar, ela colocava uma amplitude muito grande para a inserção dos mandatos classistas, e isso tem impacto. Tem impacto, porque são os servidores que se afastam – e é justo que se afastem, porque vão exercer o seu mandato sindical classista, para que as entidades tenham força, se organizem. Porém, você tem que ter trabalhadores que reponham essa força de trabalho e, da forma como aquela emenda estava colocada, ela estava muito ampla, e foi por isso que a Presidenta vetou. Mas não há uma divergência sobre ter um espaço para discutirmos o mandato classista nessa próxima etapa, porque faz parte também dessa nossa discussão da negociação.

Então, só para comentar o que o Pedro colocou.

Por último, Senador, quero agradecer o seu convite e ficar à disposição, eu e minha equipe. Eu tenho certeza de que isso é o sentimento do Ministro Nelson Barbosa, que é um homem aberto ao diálogo, fez essa conversa no dia 20 de março com todas as entidades sindicais do serviço público federal e, certamente, estará aberto para futuras conversas, se forem assim necessárias, e nós, também, da Secretaria de Relações de Trabalho, tanto por orientação da Presidenta, como por orientação do Ministro Nelson.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sérgio Mendonça, que falou pelo Ministério do Planejamento, convidado, e, aqui, esteve, expondo o seu ponto de vista.

Eu só quero agradecer a todos os nossos painelistas, que aqui expressaram o seu ponto de vista, e dizer que, quando a Fonacate me procurou, e as Centrais também, para discutir essa questão, eu também vi o projeto não só regulamentando o direito de greve. Eu vi na linha da negociação coletiva, da liberdade de autonomia sindical e o mandato classista, que tem, na área privada e a comum, os dirigentes serem liberados para fazerem o seu trabalho sindical. E eu espero que o Projeto nº 287, de 2013, que estou relatando, acabe contemplando a vontade da ampla maioria do setor da área pública.

Acho que é possível. Pelo que percebi, precisaríamos fazer alguns ajustes para termos, enfim, essa questão definitivamente regulamentada para permitir que a própria relação entre aquele que emprega e o que é empregado, que no caso é também servidor público, avance.

Ao contrário do que alguns imaginam, durante todo o meu período de sindicalista – e fui sindicalista muitos anos –, eu mais fiz acordos do que greve. Aí, eu brincava com alguns parceiros, como eu disse – "JP, JP" –, e serve para entrar nos ouvidos: não pense que sindicalista ama fazer greve. Isso é de um equívoco histórico.

Quando o sindicalista decide pela greve, dói no coração! Calculem! Eles sabem que esse pessoal todo que entra em greve poderá não receber os dias parados, poderá não ter avanço algum. Mas isto foi dito aqui: é uma medida quase extrema para abrir a negociação e forçar o entendimento.

O direito de greve existe em todo o mundo: nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Japão. Enfim, eu diria que existe mais nos países capitalistas do que nos que não são. Eu digo isso porque dizem aqui que direito de greve é coisa de comunista. É como aquela história de que comunista come criancinha. É mais ou menos isso, e a gente nem fala mais nisso.

Então, por favor...

(Intervenção fora do microfone.)

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por favor, pessoal! O projeto visa apenas regulamentar e melhorar a relação entre o empregador e o empregado, tanto na área privada quanto na área pública – aqui, especificamente, na área pública.

Enfim, vamos torcer para que, antes do recesso de julho, a gente consiga chegar num grande entendimento, garantindo negociação coletiva, liberdade e autonomia sindical, direito de organização, mandato classista e direito de greve.

Um abraço a todos. Com a proteção de Deus, que tudo dê certo. (*Palmas.*)

Encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia três de junho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Fátima Bezerra, Donizete Nogueira, Telmário Mota, Humberto Costa, Dário Berger, Hélio José, Simone Tebet, Marta Suplicy, Maria do Carmo Alves, Romário, José Medeiros, Magno Malta, Vicentinho Alves, Eduardo Amorim. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA: Item 1. Turno Suplementar Do Substitutivo Oferecido Ao Projeto De Lei Do Senado nº 129, de 2007 – Terminativo – Ementa do Projeto: Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Alvaro Dias. Relatoria do Projeto: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na CAE, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto De Lei Da Câmara nº 125, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela Rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto De Lei Do Senado nº 205, de 2012 – Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 4. Projeto De Lei Do Senado nº 702, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto De Lei Do Senado nº 102, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto. Autoria: Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto De Lei Do Senado nº 156, de 2015 – Terminativo – Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto Resultado: Adiado. Item 7. Projeto De Lei Do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 8. Projeto De Lei Do Senado nº 531, de 2013 – Terminativo – Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto De Lei Do Senado nº 483, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no

próprio aeroporto. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto De Lei Do Senado nº 219, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 11. Substitutivo Da Câmara Dos Deputados Ao Projeto De Lei Do Senado nº 4, de 2015 – Não Terminativo – Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto– Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995. Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2015, com ajustes de redação. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2015, com ajustes de redação. Item 12. Projeto De Lei Da Câmara nº 106, de 2012 – Não Terminativo – Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da internet. Autoria: Comissão de Legislação Participativa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Item 13. Projeto De Lei Do Senado nº 177, de 2009 – Não Terminativo – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências. Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPIPED). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 14. Projeto De Lei Do Senado nº 227, de 2015 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B. Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Hélio José. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Item 15. Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 71, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH -, para debater o tema "Cultura Alimentar e Agricultura Tradicional: Produção e Preparo de Alimentos no Brasil". Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado, com a inclusão de três convidados: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; e Representante dos Povos e tradição de Matriz Africana. Item 16. Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 73, de 2015 – Requer a realização de audiências públicas, em número de duas ou mais, se necessário, para discorrerem e debaterem sobre o Projeto de Lei do Senado, número 470, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família. Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. Item 17. Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 79, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater os direitos das Pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica, doenças Neuromusculares e degenerativas do Sistema Nervoso; a falta de garantia ao atendimento no âmbito da Saúde e ao acesso à aposentadoria por invalidez; e as perspectivas de novos tratamentos em desenvolvimento por pesquisadores brasileiros. Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. Item 18. Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 82, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "Direitos Humanos no Mundo". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 19. Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 83, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "A Precarização do Trabalho do Operador de Telemarketing no Brasil". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 20. Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 84, de 2015 – Requer a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para discutir o aprimoramento do marco normativo sobre a produção de equipamentos utilizados pelas instituições policiais no Brasil. Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado.

Item 21. Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 85, de 2015 – Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição da República e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana, candomblé. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Adiado EXTRAPAUTA: Item 22. Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 86, de 2015 – Requer, nos termos do artigo 336, inciso II, c/c o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2015, que Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. Às onze horas e cinquenta e seis minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador João Capiberibe. Às onze horas e cinquenta e nove minutos o Senhor Presidente João Capiberibe devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dois minutos. Eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 33ª e da 35ª Reunião da CDH.

Contamos com a presença já do Senador Capiberibe, nosso querido Vice-Presidente desta Comissão, sempre aqui em todos os momentos.

Senador Capiberibe, primeiro, vou dar um informe de que nós aprovamos a presença da Comissão em todos os Estados, nos 27 Estados, para discutir a questão do projeto de terceirização, o qual somos contra, naturalmente, da forma como veio da Câmara, e também, ao mesmo tempo, a questão do fator previdenciário.

Informo que as audiências estão sendo na Assembleia Legislativa ou na Câmara de Vereadores, quando, por motivos de força maior, a Assembleia estiver ocupada. Estão sendo gravadas em cada Estado. A gravação vem para Brasília e é transmitida para todo o Brasil pelo sistema de comunicação do Senado, principalmente pela TV Senado.

Informo que, em Belo Horizonte, foi no dia 29 de maio. Iniciou-se às 14 horas e terminou às 20 horas, com a Assembleia lotada.

Cumprimento todo o movimento sindical e a sociedade civil organizada, que estiveram lá, num grande evento, em Belo Horizonte.

A próxima vai ser em Florianópolis, Santa Catarina, também na Assembleia Legislativa, no dia 08 de junho, também às 14 horas. A exemplo de Belo Horizonte, espera-se a presença de em torno de 500 líderes para debater o tema, do movimento sindical, de toda a sociedade civil organizada, desde o Ministério Público, Anamatra, Tribunal Regional.

Estou indo a todas as audiências. Capiberibe, foi um compromisso que eu assumi. É claro que, quando algum membro da Comissão pode, ele se desloca, mas eu já fiz a minha agenda para estar em todas. Estarei, então, em Florianópolis, com outros convidados, no dia 08 de junho, na Assembleia Legislativa. Já cumprimento o Alan e, enfim, todos os líderes que a estão organizando.

Em Curitiba, a Senadora Gleisi Hoffmann está ajudando na organização. Vai ser no dia 19, e teremos dois eventos: um, às 10 horas; e outro, às 14 horas. Um deles é para discutir aquela violência da Polícia contra os professores acontecida no Paraná. Então, estaremos lá, com certeza absoluta, nos dois eventos: às 10 horas da manhã e às 14 horas na Assembleia.

Em Porto Alegre, será no dia 25 de junho, às 14 horas.

Cumprimento o Presidente da Assembleia Legislativa de Porto Alegre. Depois de conversarmos, fez um esforço gigantesco e conseguiu assegurar a Assembleia de Porto Alegre.

Ingrid, você que fez contato com o Presidente da Assembleia, é o Deputado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deputado Edson Brum. Depois, ele mesmo falou comigo, e falamos com o chefe de gabinete.

Então, queria agradecer muito ao Deputado Edson Brum, que garantiu o espaço da Assembleia Legislativa no dia 25 de junho às 14 horas. Obrigado, Presidente da Assembleia, Deputado Edson Brum.

No Rio de Janeiro, vai ser no dia 26 de junho, também está sendo ajustado para ser na Assembleia Legislativa, às 14 horas.

Em São Paulo, no dia 29 de junho, às 10 horas, também na Assembleia.

Em Recife, no dia 3 de julho, às 14h30, também na Assembleia.

Em Fortaleza, no dia 20 de julho, está sendo ajustado, também na Assembleia.

Em Natal, no dia 22 de julho, na Assembleia.

Em João Pessoa, 23 de julho.

Em Manaus, 29 de julho.

Em Belém, 31 de julho.

Perceberam aqui que eu suspendi o meu recesso de julho espontaneamente. Ninguém me obrigou. Como a causa é importante, eu estou envolvido nela. Então, os Senadores que estiverem nos Estados e puderem ir... Suspendi o recesso de julho, para mim, porque não vai ninguém do Senado. Acertei nos Estados, eles vão filmar e, depois, a gente manda aqui, para a TV Senado reproduzir para todos os Estados, para não dizer que estou tirando as férias de ninguém.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Fátima Bezerra.

Os Senadores falam a qualquer momento e, inclusive, influem na mudança da agenda.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Bom dia. Só quero dizer o quanto é importante a iniciativa de V. Exª de ampliar o debate pelo Brasil afora sobre dois temas de interesse muito especial para a vida da classe trabalhadora. Faz parte da nossa luta pôr fim ao fator previdenciário, bem como o projeto de lei que trata da terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que chega a ser muito pior que o fator.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza. Com certeza. Com certeza.

Acho oportuna essa iniciativa, Senador Capiberibe, porque não podemos baixar a guarda de maneira alguma.

A agenda conservadora em curso no Congresso Nacional ganha fôlego. Veja o que está acontecendo na Câmara no que diz respeito ao debate sobre a reforma política. O que se aprovou até o presente o momento, na verdade, é um retrocesso, é a chamada contrarreforma. O que se aprovou na Câmara até o presente momento significa, na verdade, enfim, não corrigir os erros, os vícios, as distorções que pautam o sistema político-eleitoral no nosso País.

Estou só citando isso, para nos darmos conta exatamente do desafio colocado aqui. Vimos a Câmara exatamente mandar para esta Casa o chamado Projeto de Lei de Terceirização, que é o tema em debate na nossa Casa.

Enfim, quero só concluir, dizendo o quanto são importantes essas audiências para mobilizar a sociedade. A sociedade tem de vir para cá. A sociedade tem de dar expediente aqui no Congresso Nacional, tem de vir para essas galerias, tem de vir aqui para estas Comissões, tem de fazer contato com os Senadores e os Deputados. Ou seja, é preciso que haja uma mobilização social forte, intensa e ampla.

Concluo, dizendo que essa iniciativa de V. Exª, aqui respaldada por todos nós, vem exatamente nessa direção.

Quero só pedir que, com relação a Natal, como sou membro da Comissão, quero ter o prazer de evidentemente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª vai estar na Mesa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... de organizar todo o debate lá em Natal. Quero ver com V. Exª, depois, a questão da conveniência da data.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k. Podemos ajustar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – A gente ajusta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aqui é só uma data indicativa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito, porque parece que, nesse período, temos já um evento lá em Natal. Então, é só uma questão de ajuste, mas estamos juntos, meu companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra. A data indicativa de Natal seria 22 de julho, mas vamos ajustá-la com V. Exª, com certeza absoluta. João Pessoa, 23 de julho; Manaus, 29 de julho; Belém, 31 de julho; depois, há outra data indicativa para Rio Branco, Maceió, Amapá, Salvador, Brasília – seria aqui na Câmara Distrital –, Vitória, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins. Isso tudo ainda a combinar, naturalmente, com os Senadores da Comissão.

Senador Capiberibe, alguma colocação sobre este primeiro informe?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sim, Sr. Presidente.

Bom dia a todos os Senadores e a todas as Senadoras.

V. Exª vai estar no dia 29 em Belém. Queria sugerir que estendesse essa agenda para Macapá. A que horas vai ser em Belém?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está previsto para as 10 horas? Macapá é perto?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Olha, é preciso atravessar a Ilha de Marajó. De Boeing, são 35 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Perfeito.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Por terra, é um pouco mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, não. De avião são quarenta minutos?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – De avião, sim, mas, como o voo sai daqui, ficaria muito apertado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª propõe já...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Dia 29 em Belém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dia 29 em Belém.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – E à tarde em Macapá, à tarde ou à noite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dia 29, Manaus. Dia 31 de julho, em Belém.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Dia 31 de julho cai numa sexta-feira, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Podíamos fazer a audiência pública à tarde em Macapá.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Podíamos combinar dessa forma. Seria importante, porque já fizemos um debate lá sobre terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Seria importante a presença da Comissão lá. O.k. Podemos ajustar aqui. Já coloquei o nome de V. Exª, Senador João Capiberibe. Dia 31, à tarde, em Macapá.

Vamos entrar, então, com a presença do Senador João Capiberibe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A pergunta que eu faço à assessoria do Senador Romário é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Capiberibe, este é um dos projetos mais importantes não só para 45 milhões de brasileiros, mas para nós todos, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Senador Romário apresentou o relatório, leu para um grupo de Senadores, mas, como ele não está podendo deslocar-se para cá, porque vai ter um voo, logo em seguida, para o Rio de Janeiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP. *Fora do microfone*.) – Eu faria a leitura...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bem. Então, V. Exª poderia sintetizar a leitura. O Senador Romário está se deslocando para cá e poderá dar o parecer final. É isso? V. Exª faz a leitura do material.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Do resumo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O resumo já está com V. Exª.

O Senador João Capiberibe está com a palavra para relatar. Vou seguir aqui o protocolo. É o item 11, Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2015, não terminativo. O projeto é de autoria deste Senador. Senador Capiberibe, com a palavra para ler o relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Leio o relatório do Senador Romário:

Sr. Presidente, hoje iniciamos uma nova etapa, um momento histórico do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão, que volta ao Senado e a esta Comissão de Direitos Humanos, onde foi criada por V. Exª, em 2003.

Dados do último Censo Demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que quase 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência.

Relatar uma lei que traz em seu bojo um conteúdo de melhoria de vida para as pessoas com deficiência me emociona, pois tenho o convívio quase que diário com a minha princesinha Ivy [isso diz o Romário numa carta dirigida a V. Exª].

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É a filha dele, não é?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – É uma carta com alguns componentes emocionais do Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você pode ler. Eu faço questão de ouvir.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Continuo:

A minha princesinha Ivy tem sido a minha motivação pessoal para estar à frente de projetos como este.

A Ivy, minha filha com síndrome de Down, foi um presente que ganhei do Papai do Céu para me tornar uma pessoa melhor e mais atenta a esse segmento tão discriminado e, muitas vezes, com invisibilidade histórica.

Por meio da Ivy, reconheci que podia fazer algo por essas pessoas, entendi que podia ser instrumento para lutar junto com outros Parlamentares, assim como V. Exª, por uma vida mais digna para as pessoas com deficiência.

Esta lei está no momento do seu apogeu. Foi recebida por esta Casa em 17 de março deste ano e encaminhada à Comissão de Direitos Humanos na mesma data e foi neste momento que soube com orgulho que seria o Relator.

É do conhecimento de todos que o nosso Regimento não permite ampla liberdade de alterar dispositivos nesta segunda oportunidade. Somente se admite aceitar ou rejeitar as alterações promovidas pela Câmara, além de efetuar eventuais ajustes de redação, sem contudo inovar no mérito. Por isso, algumas emendas apresentadas estavam em desacordo com as regras regimentais e não puderam ser consideradas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira da Inclusão, nada mais é do que a adaptação da legislação ordinária à Convenção, sem perder de vista a realidade brasileira.

Não vou aqui ler detalhadamente o meu relatório. Ele estará à disposição a quem interessar, mas uma das emendas, a primeira delas, entendo ser necessário esclarecer.

A opção pela manutenção do termo "estatuto" é uma sugestão oriunda de Exª, que por mim foi aceita e se justifica pelo reconhecimento junto à sociedade, tendo ainda o paralelismo com normas voltadas para os demais grupos vulneráveis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, entre outros.

Por outro lado, a nomenclatura proposta no substitutivo tem o mérito de comunicar a ideia de participação da pessoa com deficiência na sociedade, sendo dotada de um viés mais ativo que a alternativa inicial. Dessa forma, não seria recomendável desconsiderar o peso simbólico da palavra "inclusão".

Por esse motivo, expressamos nossa preferência por mesclarmos os dois títulos, sem desmerecer o que cada um retrata e, especialmente, respeitar os momentos históricos de cada um.

As demais emendas apresentadas por mim são todas relacionadas a emendas de redação e foram necessárias para harmonizar o texto legal.

Reconheço que este caminho percorrido não foi meu, foi de uma equipe de Parlamentares e parabenizo a todos, em especial, o responsável pela criação, e os relatores nomeados nesta Casa e também na Câmara dos Deputados. O caminho percorrido teve grande participação da sociedade. O texto foi construído por especialista da área, pessoas do segmento, representantes de instituições, consultores, assessores parlamentares, enfim, pessoas que doaram seu tempo e sua expertise para que o texto desta lei pudesse ser aperfeiçoado.

Sr. Presidente, depois de percorridos mais de doze anos, chegou a hora de juntarmos forças pela aprovação desta lei. Sabemos que ainda temos que avançar, sabemos também que alguns artigos e incisos deverão ser revistos a partir da criação de projetos de lei, os quais me proponho a apresentar posteriormente, assim como me proponho a manter um diálogo com alguns segmentos que não se sentiram contemplados no texto desta lei.

Por isso, Sr. Presidente, compactuo com a ideia de que "chega de discussão, vamos para a prática", vamos aprovar o que temos de real e possível neste momento e, para isso, conto com o apoio dos colegas Parlamentares.

Era o que eu tinha a dizer.

Assinado: Senador Romário, PSB/RJ.

Sr. Presidente, essa é a carta dirigida a V. Exª, do Senador Romário Faria, que pede a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira da Inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Capiberibe, V. Exª fez a leitura desse relatório tão importante que, como eu dizia na abertura, foi construído pelo Senador Romário e traz benefícios para 45 milhões de pessoas.

Eu quero também destacar o trabalho, na Câmara, da Deputada Mara Gabrilli, por questão de justiça, pois trabalhou muito no tema, como também o Senador Romário, que, quando era Deputado, trabalhou muito no tema, assim como Celso Russomanno e tantos outros que trabalharam nessa matéria.

Na verdade, ela já está em debate há vinte anos. Eu apresentei a primeira versão quando ainda era Deputado, e já estou há quase 28 anos na Casa. E aqui, casualmente, o destino, como eu sempre digo, sempre conspira a favor de temas do bem. Casualmente estou como Presidente da Comissão. Cabia a mim indicar o Relator. Convidei o Senador Romário, que, de pronto, aceitou a indicação. Ele, que é pai de uma linda menina com deficiência, acatou e disse que daria, em tempo recorde, o parecer. E foi assim que ele fez.

Hoje, ele só não está aqui ainda, mas virá daqui a pouco, porque está em uma reunião no Executivo, discutindo exatamente – como V. Exª e eu acompanhamos e assinamos – a CPI do futebol, da CBF, essa CPI tão importante e com repercussão internacional. Mas ele está se deslocando para cá.

Eu abro, então, a discussão do tema.

Concedo a palavra, para a discussão do tema, à Senadora ou ao Senador que quiser aprofundar a matéria. (*Pausa.*)

Como essa matéria ainda vai a Plenário, onde será a sua votação final, eu entendo que lá nós continuaremos discutindo.

Há dois caminhos que eu poderia fazer: votar de imediato, assegurando a relatoria ainda ao Senador Romário, que virá daqui a pouco, ou aguardar para votar quando ele chegar. Como essa reunião lá pode demorar muito, a recomendação que eu tenho da assessoria é nós votarmos a matéria. Mas fica ajustado entre nós que V. Exª fez a leitura em nome dele e o relatório voltará para o Senador Romário dar o parecer final, inclusive, em plenário. O.k.? É uma questão até, sei que V. Exª concorda, de justiça pelo longo trabalho que ele fez.

Então, diante dos fatos, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório do Senador Romário, lido aqui pelo seu companheiro de Partido, Senador Capiberibe, da seguinte forma: coloco em votação o relatório favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4, de 2015, com o ajuste de redação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2015, de nossa autoria, com os devidos ajustes propostos aqui pelo Senador Romário.

Aprovado, então, o relatório do Senador Romário, que está se deslocando para cá e fará as considerações finais.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 11
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2015
– Não terminativo –

Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2015, com ajustes de redação.
Observações:) Eu não vou encerrar esta reunião, comprometo-me a não encerrá-la, sem que o Senador Romário chegue aqui em tempo de dar sua opinião final sobre o tema.

Agora, Senador Capiberibe, vamos entrar nos requerimentos.

ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71, DE 2015
– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH -, para debater o tema "Cultura Alimentar e Agricultura Tradicional: Produção e Preparo de Alimentos no Brasil".
Autoria: Senador João Capiberibe
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Senador João Capiberibe, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nos termos do Regimento Interno do Senado, estamos requerendo essa audiência pública para tratar de um tema importantíssimo no que diz respeito à vida de todos nós, num tempo de alimentos transgênicos. Nós estamos vivendo um momento de dúvida. Todos os brasileiros, aliás, o mundo todo, na hora de adquirir alimentação, nós temos sempre dúvida sobre o que nós estamos consumindo.

A justificativa, Sr. Presidente, é que o modelo agrário e agrícola nacional é baseado no latifúndio e na monocultura para a produção de *commodities,* fundamentalmente para exportação de grãos. Isso resulta em externalidades socioambientais negativas.

A demanda externa por grãos terminou devolvendo o Brasil ao período colonial. Nós continuamos exportadores de natureza.

Essa produção de monocultura de grãos está colocando em risco cerca de 80% da produção de alimentos no Brasil e o conhecimento tradicional de povos e agricultores tradicionais oriundo da agricultura familiar. Os saberes, métodos e conhecimentos de produção e preparo de alimentos constituem-se em um rico mosaico cultural, que deve ser preservado e difundido. Entretanto, se encontra em risco e desamparado de políticas públicas e de investimentos por parte do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, os países que se preocupam com seus bens de raiz, com sua cultura de produção, como é o caso da França, fazem com que nós, nos lugares mais distantes do Brasil, deparemo-nos com alimentos que atravessaram o Atlântico e chegaram às nossas mesas pela produção agrícola dos pequenos agricultores franceses, que é uma agricultura pesadamente subsidiada. A agricultura familiar da União Europeia tanto quanto a dos Estados Unidos eles pagam para que continue sobrevivendo. Eles têm uma política voltada para a pequena agricultura familiar. Há três, quatro anos, para manter uma vaca pastando na Europa, gastavam em torno de mil euros por ano com subsídios dos Estados europeus, o que mostra a importância da preservação dessa produção familiar e das tradições no preparo da alimentação.

É desejável no Brasil a construção de um modelo que priorize e incentive a agricultura familiar e o conhecimento tradicional associado à produção e ao preparo de alimentos, pois, assim, se mantém uma relação equilibrada com a natureza que não coloca em risco o conhecimento tradicional, contribuindo para a segurança alimentar no Brasil.

E nós, no Brasil, além dessa produção da monocultura imposta pela demanda externa, temos um grave problema: nós não desenvolvemos as cadeias produtivas de alguns alimentos originários do Brasil. O último que conseguimos fazer chegar ao mercado, mas que ainda carece de política pública, por incrível que pareça, é o açaí, que é um produto originário da Amazônia, que entrou no mercado de forma espontânea e continua no mercado de forma espontânea, com pouca pesquisa. Eu tenho convicção de que hoje o açaí é muito mais pesquisado em países como os Estados Unidos, onde há linhas de pesquisa sobre ele superiores à do Brasil.

Há quarenta anos, Sr. Presidente, um instituto de pesquisa canadense desenvolvia pesquisa com mandioca, desenvolvia clones de mandioca, num país de temperatura baixíssima. Eles construíram estufas e fizeram um programa de melhoramento genético da mandioca. Depois viraram fornecedores de clones de mandioca de altíssima produtividade.

Então essa preocupação com a preservação da cultura alimentar é fundamental para o desenvolvimento do País, não apenas preservar pelo simples fato de preservar, mas também preservar porque esses pequenos agricultores e sua cultura alimentar são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade.

Enfim, estamos propondo essa audiência pública com a participação dos seguintes convidados: Patrus Ananias de Sousa, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Maria Emilia Lisboa Pacheco, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea); Ivana Bentes, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; Hélder Muteia, representante da FAO no Brasil; Marciano Silva, coordenador dos Movimentos dos Pequenos Agricultores; Tainá Marajoara, coordenadora da Rede Cultura Alimentar Tradicional Amazônica; Tatiana Sá, representante da Articulação Nacional de Agroecologia; e Clara Terko Takaki Brandão, nutróloga.

Sr. Presidente, eu sou de uma geração que não consumia produtos industrializados. Era raro chegarem aos confins da Amazônia. Os únicos produtos que se consumiam eu diria que era o sal, que era transportado da costa, o combustível, que era o querosene, e o restante era retirado da natureza. Não havia supermercado. O supermercado dos amazônidas era a natureza. Tudo o que era de alimentação era retirado da natureza. E isso terminou formando uma cultura alimentar muito sólida, com uma diversidade de sabores, de plantas, e claro, também de animais. Só que nós não desenvolvemos.

Assim como foi trazido para o Brasil o bovino, o equino, todo tipo de animal, nós tínhamos possibilidade de desenvolver, de alguns animais de origem brasileira e vegetais, cadeias produtivas, tais como nós estamos desenvolvendo, a duras penas, a cadeia produtiva do açaí, por exemplo. Hoje eu estava vendo na internet alguns atores americanos famosos fazendo propaganda da qualidade nutricional do açaí. Então, atores famosos estão fazendo essa divulgação.

Por isso é importante convidar essas pessoas para falarmos desse tema aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Era isso, Presidente.

Muito obrigado.

Peço a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Capiberibe, eu quero cumprimentá-lo pela oportunidade. Veja como a gente está em sintonia: ontem, casualmente, a pedido de entidades, eu fiz um discurso no plenário, porque há um projeto aprovado na Câmara que veio para o Senado, dizendo que, no caso dos produtos transgênicos, não poderão e não deverão constar mais no rótulo da embalagem – não sei qual é o problema de constar –: "este produto é transgênico." Eles entraram com um movimento para que quem compre aquilo que vai ingerir, de que vai se alimentar, não saiba que aquilo é transgênico. Se não faz mal nenhum – eu não estou dizendo nem que faz –, qual o problema?

Por isso eu proporia até que esse projeto seja também debatido nesse dia aqui, porque vem na linha da proposição de V. Exª, de esclarecer bem, valorizar o que há de mais natural e importante para o alimento e para a nossa saúde, mas, ao mesmo tempo, também sem deixar de falar da tal de transgenia, como alguns falam. Enfim, independente do resultado final, que a gente possa, nessa audiência também, falar desse projeto. Eu acho que não tem problema nenhum dizer: "este produto é orgânico", "este produto é transgênico". Não sei qual é a opinião de V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Foi aprovado na Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E já deve estar aqui na Casa. Já está no Senado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Já deve estar na Casa o projeto de lei que retira da rotulagem a identificação de que naquele alimento há um componente vegetal transgênico ou animal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Olha, primeiro, eu tenho a impressão de que isso é inconstitucional porque tira o direito à informação, é contra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É como a gordura trans. Há que se informar se o produto tem gordura trans.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Essa agenda da Câmara, que é uma agenda diversionista, em princípio, eu achava que era uma agenda conservadora, porque trata da terceirização, que foi aprovada abrangendo todas as atividades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sem debate nenhum.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Depois vem essa questão da retirada da rotulação, a diminuição da maioridade penal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A reforma política nos moldes que estamos vendo lá...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu acho que não se trata, na verdade, de uma agenda conservadora. É claro que também tem um componente de acordos, mas é uma agenda diversionista, uma agenda que evita se concentrar naquilo que é fundamental para a sociedade brasileira.

A violência está aí. E para combater a violência se propõe a redução da maioridade penal, o que não vai ter incidência nenhuma sobre os índices de violência. Muito pelo contrário. Nós vamos simplesmente tornar a sociedade mais violenta, porque você imagina colocar... Eu falo aqui com a experiência de quem foi preso. Eu passei, Sr. Presidente, dez meses numa penitenciária de preso comum. Eu era preso político, mas, na época, não separavam os presos políticos dos presos comuns em alguns Estados. E essas penitenciárias na época já eram verdadeiras universidades de formação de bandidos perigosos. Agora, você imagina pegar um menino de 15, 16 anos e colocar nesse antro! Hoje as penitenciárias brasileiras estão superlotadas em função de equívocos na condução de algumas políticas. É você pegar um menino que cometeu um crime e mandá-lo aperfeiçoar-se na criminalidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É uma escola.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Fazer carreira como criminoso. É uma escola. Aí esses oportunistas terminam... Como a sociedade está com esse espírito emocional em função da dificuldade que todos temos de ter liberdade para andar nas ruas das cidades, enfim, pela quantidade de violência com que convivemos diariamente, termina achando que, reduzindo a maioridade penal, vai haver algum impacto na redução da criminalidade. Nenhum, Sr. Presidente.

Então, essa retirada da rotulagem é negar... Isso eu não consigo entender.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A informação mínima.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – É negar a informação às pessoas. Muita gente anda assustada, é aquilo que eu falei, na hora de comprar os alimentos, porque a gente não conhece a origem. A gente não tem informações muito claras. De vez em quando, a gente se surpreende com alimentos estranhos colocados no leite, uso de medicamentos e aditivos, todo tipo de aditivo que a gente não conhece. Então, cada vez mais tem que ser mais transparente para a gente poder fazer opções na hora de escolher a comida que nos alimenta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador. V. Exª, brilhante como sempre.

Senador Capiberibe, há três sugestões que chegaram aqui para mim. Se V. Exª concordar, podemos fazer duas mesas. Eu estarei com V. Exª no dia aqui, espero eu. Que a SEPPIR participasse desse debate como convidada, o Ministério do Desenvolvimento Social, e representantes dos povos de tradição matriz africana. Dei como sugestão. Se V. Exª concordar...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Perfeito. Eu acho que as audiências públicas são importantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela diversidade das opiniões.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Não só isso. Amplia o debate, nos serve como elementos na hora em que a gente formula projetos de lei. Quero que saibam que é muito importante para nós, para aperfeiçoar o nosso trabalho aqui e a gente melhorar, claro, a vida social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como foram acatadas as três indicações pelo proponente, eu coloco, neste momento, em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento, com as três sugestões que aqui eu apresentei e o Senador Capiberibe acatou, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um outro requerimento, também do Senador Capiberibe, de realização de audiência pública. É o item nº 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 79, DE 2015 – Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater os direitos das Pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica, doenças Neuromusculares e degenerativas do Sistema Nervoso; a falta de garantia ao atendimento no âmbito da Saúde e ao acesso à aposentadoria por invalidez; e as perspectivas de novos tratamentos em desenvolvimento por pesquisadores brasileiros.

Autoria: Senador João Capiberibe
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, já com a presença do Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Capiberibe, se V. Exª concordar... Eu sei que o Senador Romário está com problema de voo e suas filhas o estão esperando no aeroporto. Eu queria que ele sentasse aqui, como Relator da matéria, e fizesse as considerações finais do projeto que V. Exª gentilmente leu enquanto S. Exª estava vindo – ele saiu de um debate, lá no Governo, sobre a CPI do Futebol. Seria importante para esta Comissão que S. Exª fizesse as considerações finais acerca da importância desse projeto. Aí nós daríamos o tema por definitivamente encerrado e passaríamos ao requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Com o maior prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, eu passo a palavra, neste momento, ao Senador Romário, Relator da matéria.

Quero dizer, Senador Romário, que, quando o indiquei, em nome desta Comissão, eu disse aqui na abertura que o destino e o universo conspiram para o bem. Quando eu era Deputado, eu apresentei o projeto. V. Exª, como Deputado, trabalhou nesse projeto, na construção do substitutivo. E como Senador indicado para presidir esta Comissão, caiu para mim indicar o relator. Aí, eu indiquei V. Exª, que tem uma história muito bonita, que orgulha todos nós, como eu disse ainda ontem, como profissional do futebol, mas também como grande Parlamentar da República.

Aqui foi lida a carta emocionante de V. Exª, que poderá fazer suas considerações. Caso queira ler, fique bem à vontade, fale da sua experiência, que Deus mandou a você a sua querida filha, como aqui foi relatado por seu colega de Partido, Senador João Capiberibe.

A palavra está com o Senador Romário, Relator da matéria.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Presidente.

Bom dia a todos.

Saúdo aqui, em nome do Presidente, todos aqueles que estão presentes.

Parabenizo meu Líder – hoje posso dizer amigo –, Senador João Capiberibe, por ter lido meu relatório. Quando eu soube que seria V. Exª que faria isso, naquele momento, tive a certeza de que o relatório seria aceito nesta Comissão. Muito obrigado, de coração! Eu sei que V. Exª sabe a importância deste relatório para mim, primeiro, como pai; depois, como brasileiro e, claro, como Senador da República.

Sempre que tenho a oportunidade, Presidente, de falar de V. Exª, eu me emociono. Vou tentar não me emocionar agora, porque, definitivamente, a gente tem algumas coisas que são comuns. Uma delas é essa luta por essas pessoas com deficiência, doenças raras. A gente que acompanha isso há muitos anos sabe da necessidade que não só os acometidos, mas também seus familiares têm, do que precisam, e necessitam de uma mudança urgente.

Ao chegar aqui no Senado, depois de acompanhar muitas vezes o seu trabalho, inclusive tive a oportunidade e a honra de ir por duas ou três vezes na sua Comissão, eu posso dizer que, sem sombra de dúvida, nós temos aqui realmente grandes Parlamentares, inclusive estou diante de um deles.

Quem me conhece um pouquinho sabe que eu não sou muito – desculpem a expressão – de fazer graça para as pessoas, sou um cara bem objetivo e carrego isso na minha vida desde muitos anos. Mas realmente o nosso Líder é um Parlamentar competente. É um orgulho ser liderado por V. Exª, Capi.

Volto a falar do nosso Presidente, que é hoje meu ídolo na política por todas as suas ações, por todas as suas falas, por todo o trabalho que vem fazendo em prol do Brasil em todos os segmentos, em especial às pessoas com deficiência, aos idosos e às pessoas com doenças raras e crônicas.

Com esse relatório, Presidente Paim, eu posso dizer que a gente vai passar a viver uma nova era no nosso Brasil em relação a algumas políticas públicas que não havia e a gente espera que passe a haver. E uma coisa que posso dizer é que, nesses quase quatro anos e meio na política, no meu linguajar, esse será o meu grande gol, será um golaço, principalmente porque esse gol tem mais valor pela ajuda de vocês, que são pessoas que torcem para que isso aconteça.

Nós vamos levar esse relatório para o plenário com a possibilidade grande de ser quarta-feira... Não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para informar, Senador Romário, o Presidente Renan, ontem, fez questão de fazer um apelo a você, a mim e ao Capiberibe que votássemos aqui para que ninguém diga que não foi aprovado em nenhuma comissão. Esse projeto já passou aqui, inclusive, no passado e agora novamente. E a intenção dele, de fato, é votar o relatório de V. Exª na quarta-feira, no plenário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Obrigado.

Eu poderia muito bem repetir o que disse o meu Líder e amigo, Senador Capiberibe, ou seja, ler de novo o relatório. Mas eu prefiro, neste momento, falar mais do que me fez chegar aonde eu estou hoje e do que me fez ter esta oportunidade, ter esta honra de relatar um estatuto que é a Lei brasileira da Inclusão.

Eu comecei na política há cinco anos e a culpada maior, no bom sentido da palavra, foi a minha filha. A minha filha é uma princesa que tem dez anos, tem Síndrome de Down e cada vez está mais levada e me dando mais trabalho, inclusive já está falando até em namorado. O negócio não está legal, não. Mas, enfim, depois que a Ivy nasceu, a minha relação com muitos familiares passou a ser uma relação bem constante e também com as famílias da classe alta, classe média e, principalmente, da classe baixa.

Durante alguns anos, conversando, participando, indo a alguns eventos relacionados a pessoas com deficiência, não à Síndrome de Down especificamente, cheguei à conclusão, conversando com, à época, minha esposa e hoje mãe da Ivy, minha mãe, meus irmãos e alguns amigos, de que eu poderia fazer uma coisa diferente, eu poderia ser uma voz que esse segmento não tem aqui em Brasília. A resposta da maioria não foi muito bem aceita, porque, infelizmente, sabemos que, quando se fala de política, Senador, como não te conhecem nem ao Senador Capiberibe e outros, fala-se de corrupção, mas tenho aqui prova de que não é só isso.

Então, eu resolvi. Em 2010, filiei-me ao PSB. Em 2011, fui para as eleições e tive quase 150 mil votos no Estado do Rio de Janeiro. Tive bastante consciência e certeza, na verdade, absoluta de que 80% desses quase 150 mil votos foram pelo ex-atleta e pelo ídolo. Até que é justo. Eles não sabiam e não poderiam julgar minha capacidade de fazer política. Passaram-se quatro anos, fiz aqui, dentro do que eu podia, um trabalho, para mim, bem positivo, foi uma grande aprendizagem.

Agora, na última eleição, tive a felicidade de ter quase 4,7 milhões de votos no Estado, um recorde no Estado do Rio de Janeiro quando se fala de um Senador, principalmente no momento de uma vaga só. Diferentemente de quatro anos atrás, também posso afirmar que esses 80% votaram porque me acompanharam nesses quatro anos de mandato como Deputado e tiveram a certeza de que o que me propus fazer, de modo geral, principalmente para esse segmento da pessoa com deficiência, consegui fazer, muita coisa.

Tenho uma responsabilidade muito grande com o povo brasileiro e principalmente com o povo carioca. Se Papai do Céu continuar me abençoando, e vai continuar, não os decepcionarei nunca, porque índole tenho de casa. Meus pais, por mais que tenham passado por grandes problemas na infância e para me criar, eram pobres, mas éramos pobres dignos e trabalhadores.

Esta oportunidade de relatar este Estatuto do Idoso – Lei Brasileira da Inclusão é uma coisa tão fantástica, tão especial na minha vida que trato esse tema como um dos mais importantes da minha vida, talvez, depois do nascimento dos meus seis filhos, só para terem uma ideia do que estou esperando, do que entendo que isso representa para mim.

Também tenho muita consciência de que isso não aconteceria não fosse a ajuda de alguns colegas da Câmara, de alguns colegas do Senado e principalmente da sua ajuda, Presidente. Mais uma vez, muito obrigado. Mais uma vez, quero dizer que, independente de partido, de posição, eu tenho V. Exª como um Parlamentar exemplar no nosso País.

Na verdade, aqui no microfone, dá muita vontade de falar um pouco sem ser o Romário Senador, o que seria até um pouco mais interessante e engraçado, mas protocolo é protocolo.

Só para finalizar, quero dizer que conto muito com a ajuda dos colegas no plenário.

Eu posso afirmar que esse é um trabalho de quase quinze anos, quase quinze anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É, no mínimo, quinze anos.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Há, lá fora, no mínimo – eu não vou dizer as famílias, não –, acometidas, entre pessoas com deficiência, doenças raras e crônicas, 47 milhões de pessoas, dos nossos 200, que esperam o resultado positivo, se Deus quiser, quarta-feira, no plenário, desse relatório.

Eu tenho muita fé em Papai do Céu. Ele vai me dar sabedoria na quarta-feira, para que eu possa mostrar a todos os Senadores que estiverem, naquele dia, no plenário que esse relatório é 90% do que essas pessoas precisam.

É claro que o ideal é sempre melhor, mas é muito difícil ter o ideal, principalmente em se tratando de política, mas eu me comprometo, e já aqui vou fazê-lo mesmo, que os 10% que não estão aqui terão a minha ajuda, e acredito que a ajuda do nosso Presidente e do meu Líder, em relação a projetos, a PECs...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Medeiros também é parceiro.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Medeiros, obrigado pela presença. É um Senador que eu também sei que é muito participante nessa causa. Vou precisar de V. Exª quarta-feira, para a gente poder aprovar, como foi aprovado na Câmara, por unanimidade.

Enfim, estou finalizando, dizendo que vou levar isso, hoje, para a minha casa. Vou ficar até quarta-feira de manhã... Vou pedir licença à Ivy para não dar a ela a atenção que ela merece, que sempre dou nos finais de semana. Vou tentar explicar e ver se ela consegue entender que é por ela isto aqui. Eu acho que ela vai entender.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Creio, espero e acredito que a gente vai poder fazer – a gente que eu falo é aqui o Congresso –, a partir de quarta-feira, uma grande diferença para essas famílias que tanto necessitam e esperam desse relatório.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Romário, Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira da Inclusão.

Senador Romário, eu vou passar, primeiro, a palavra aos dois Senadores para fazerem algumas considerações.

O Senador Romário é o Relator desse Projeto. O Senador Capiberibe fez a leitura para que ganhássemos tempo, mas sempre tivemos o cuidado de dizer que o Relator oficial continuaria sendo o Romário, que estava numa missão, discutindo essa CPI do Futebol.

Agora, ele retornou e concluiu. Se os dois quiserem fazer alguma consideração... Se não, eu, simbolicamente, votaria de novo o relatório do Senador Romário.

Então, não havendo quem queira discutir, simbolicamente, eu repito a votação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Apenas quero dizer que o Senador Romário poderia falar como Romário, poderia quebrar, sim, o protocolo. Eu tenho certeza de que seria interessante para todos nós. Eu acho que a experiência de Romário, que, de fato, é um ídolo de uma prática esportiva adorada pelo povo brasileiro, a sua participação política mostra que a política, realmente, pode ser um instrumento de transformação e de mudança.

A defesa que o Senador Romário faz em relação a esses milhões de pessoas que têm pouca visibilidade é algo que mostra que vale a pena acreditar na política. É uma atividade muito desqualificada. Nós que exercemos essa atividade às vezes nos sentimos, inclusive, em situações complicadas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De constrangimento, no mínimo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – ... constrangedoras. A falta de coesão política numa sociedade pode levar a um desequilíbrio total, a um confronto. Nós temos uma atividade política desqualificada, mas até agora temos conseguido manter um mínimo de coesão, embora com muitas deficiências na sociedade, com muita reclamação de parte do cidadão, o que é normal. Nós temos uma elite com pouca sensibilidade com os problemas da sociedade.

Falo que nós, Congressistas, estamos aqui para legislar, atendendo às demandas, às reivindicações, às necessidades da sociedade, não para inventar leis. Há coisas que eu via...

Algumas leis que buscam atingir direitos de minorias no País, algumas propostas de lei, não leis, mas propostas de lei, são verdadeiras insanidades. Aquela PEC 215, que retira direitos dos povos indígenas e de quilombolas, é uma insanidade, uma invenção, uma invencionice.

E haver Senadores como o Senador Romário aqui na Casa, como V. Exª, Senador Paim... Os dois Senadores têm lado. Isto é muito importante na política: ter lado, disposição para defender um lado, e não esse comportamento do político redondo, que pode ir para um lado e pode ir para o outro, dependendo dos seus interesses pessoais, fazendo do mandato um balcão de negócio. Essa é a política ruim.

Mas o Senador Romário representa o lado bom da política, e isso tem de ser muito valorizado, muito valorizado mesmo, porque essas pessoas com algum grau de deficiência certamente estão fora das políticas públicas e poderão, pela primeira vez, ter definitivamente um conjunto de ações, uma política que vai estender-lhes as mãos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador.

Senador Medeiros, para discutir a matéria.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Senador Romário, Senador Capiberibe, todos que nos acompanham aqui, que nos acompanham pela TV Senado, pelas redes sociais e pela Rádio Senado, que é muito bem ouvida, Senador Paim, as pessoas estão... Pelo menos no meu Estado, ela está numa audiência incrível.

Senador Romário, é muito bom ver o Senado se renovar – e se renovar desta forma, com qualidade, com Parlamentares como V. Exª. E não é por ser o Romário do futebol, porque V. Exª poderia muito bem – vou dizer assim –, com a gordura que tem, a gordura de imagem, com o capital que já tinha construído na vida, chegar aqui e só passar em berço esplêndido. Mas V. Exª, desde que começou esse mandato, pegou uma das bandeiras, uma das mais decentes que poderia pegar, que é justamente a desses hipossuficientes, porque, Senador Paim, nós vivemos num mundo – não vou falar do Brasil – em que a pessoa que é vista muito bem e bem amparada todo mundo quer estar perto dela, quando ela produz, quando é um ser produtivo, que pode produzir alguma coisa ou pode me beneficiar em alguma coisa. É muito fácil defender uma pessoa com esse perfil. Agora, quando a pessoa está numa cadeira de rodas, quando não pode dar nada, e vem alguém – e isto aqui não é confete – da estatura do Romário e pega uma bandeira como essa – aí vou usar o seu termo –, é coisa do Papai do Céu.

Talvez Deus tenha um plano maior até. Qual o objetivo de ele ter sido o maior do mundo, o melhor do mundo? Talvez tenha desaguado justamente nisto aqui, para ser o grande representante dessas pessoas que nada têm. Falo isso porque, em meu Estado, essas pessoas realmente se sentem representadas. Talvez qualquer um de nós não pudesse dar essa representação, mas, por tudo que ele representa, essas pessoas se sentem representadas.

Agora, eu fiquei abismado de saber que são 47 milhões, um quinto da população brasileira, que estavam aí sem ter muito... Porque as políticas não chegam, Senador Paim. Muitas vezes nós gastamos fortunas neste País e essas políticas não chegam a essas pessoas, elas não têm como acessar, aliás, não têm nem como se locomover para ir lá buscar. Eu vejo a dificuldade.

Esses dias eu vi uma cena no aeroporto, Senador Capiberibe, constrangedora. Uma senhora de quase oitenta anos, deficiente física – nós ainda estamos na idade da pedra no sentido de como tratar essas pessoas –, estava com aquela dificuldade! As pessoas estavam carregando-a e ela quase caindo daquela escada.

Bom, agora essas pessoas sentem que têm uma voz aqui. E eu não tenho dúvida de que, na esteira de Romário, com certeza, a Casa vai começar, já começou, a olhar com seriedade para isso. Porque antes, Senador Paim, a gente via que, quando se falava desses assuntos, ficava meio como se fosse um acessório. E eu tenho convicção de que esse tema vai avançar, e o Brasil vai começar a olhar para o autista, para as pessoas com deficiência, para todas as pessoas que têm alguma dificuldade, com outro olhar. E justamente por ter esse representante que tem.

Então, parabéns, Senador! Conte comigo.

Eu tenho feito alguns projetos, já pedi até algumas relatorias e V. Exª se dispôs. Senador Paim, que a gente possa disponibilizar também o resgate do Fundo de Garantia para que essas pessoas possam adequar suas residências com esse fundo, ter acesso a isso. E também, agora, acabei de propor um projeto no sentido de que os prédios públicos, daqui para frente, possam ser adequados, que tenham acessibilidade. Porque não faz mais sentido a gente construir prédios públicos só para alguns. Se nós temos o direito de ir e vir, que ele seja para todos! E agora tenho muito mais argumento por saber que 47% da população brasileira, como V. Exª colocou aqui, estão nessa área da hipossuficiência. Então esse projeto visa também justamente dar essa acessibilidade.

Conte comigo. Estou aqui à disposição para me engajar nessa bandeira também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Medeiros.

Assim nós encerramos a discussão do tema. E eu repito a votação, agora com a presença do Relator.

Aqueles que concordam com o relatório aqui apresentado, lido pelo Senador Capiberibe, defendido muito bem pelo Relator, Senador Romário, permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado duas vezes – inédito nesta Comissão – o mesmo relatório, por unanimidade, com duas votações, para não haver dúvida. (*Palmas.*)

E, me permita aqui, rapidamente, Senador Romário, eu já falei, só dizer para vocês o seguinte: quem conhece o Romário do futebol, quem conhece o Romário como Deputado Federal, já sabe de toda a sua competência. Eu o conhecia como ídolo do futebol, mas, com a convivência com ele aqui, eu fui cada vez mais percebendo a liderança que ele é, uma liderança política a nível nacional. Mas não vou dar detalhes.

Ontem o Romário foi ao meu gabinete. Eu disse: quer que eu vá ao teu gabinete, Romário? Ele disse: "Não, não, eu vou ao teu." Ele foi ao meu gabinete e falou comigo durante uma hora. Dali eu vi, mais do que nunca, naquela uma hora, a capacidade política de argumentação, porque discutimos um projeto global, um projeto nacional. E ele me falava o que ele pensa, da importância de caminharmos juntos.

Só vou falar aqui, Romário, que para mim foi muito bom você ter ido ontem ao meu gabinete. Quero dizer que a entrevista que você deu para o Rio Grande do Sul está bombando em todo o Estado. Ligam-me toda hora, querem mais entrevista. E eu digo: olha, tem que falar com a assessoria do Romário e eu sei que não é fácil. Mas, Romário, pela sua história, pela forma como você analisou e viu esse estatuto – eu sei que cerca de

mais de 50, 60, 70 entidades da sociedade se movimentaram com os mais variados *lobbies* dentro desse estatuto –, V. Exª foi impecável.

V. Exª havia dito a todos que o seu relatório seria na linha do que já havia conseguido na Câmara e que você não ia mudar de posição. E aqui no Senado foi assim que fez. Fez emendas de redação para que o projeto mais uma vez não ficasse numa discussão eterna aqui. E diria, Romário, que não são só os 47 milhões de pessoas, como aqui você lembrou muito bem, que neste momento batem palma para o seu relatório. Eu diria que os 210 milhões de brasileiros estão batendo palma para o seu relatório.

Eu queria aqui fazer, simbolicamente, em nome de todo o povo brasileiro, uma homenagem a este líder político do País chamado Romário, dando uma grande salva de palmas a V. Exª por seu trabalho. (*Palmas.*)

Assim está aprovado o parecer do nosso querido Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Só uma última palavrinha sobre o que conversamos ontem, que, por acaso, foi muito interessante. O nosso Líder também ficou muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voltamos agora, sei que o Romário tem que viajar, sei que a correria é enorme e o pessoal da imprensa está aí fora, ao Requerimento nº 79, de 2015.

Senador Capiberibe, com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos apresentando esse requerimento para promover uma audiência pública para debater o direito das pessoas com esclerose lateral amiotrófica, doenças neuromusculares e degenerativas do sistema nervoso que atingem, ainda não tenho os dados, mas devemos ter durante essa audiência pública, milhares e milhares de pessoas em todo o Brasil. Falta garantia de atendimento no âmbito da saúde e o acesso à aposentadoria por invalidez. E sobre as perspectivas de novos tratamentos e desenvolvimento por pesquisadores brasileiros. Então, a audiência pública será ampla e abrangerá vários temas.

Nós estamos sugerindo os nomes: do Sr. Ministro da Saúde; do Ministro da Previdência Social; do Dr. Jairo Bisol, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal; do Dr. Antônio Carlos de Campos Carvalho, que é Coordenador Adjunto da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep); do Dr. Gerson Chadi, professor e pesquisador da Faculdade de Medicina da USP; do Sr. Antonio Jorge de Melo, Presidente do Movimento em Defesa dos Direitos das Pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica; do Sr. Sthanley Abdao, Presidente da Associação Lutando contra ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica); e da Srª Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Presidente da Associação de Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves.

Sobre essa doença nós já tivemos oportunidade de debater em alguns momentos aqui no Senado, mas ainda sofre de uma invisibilidade muito grande. E essa é uma oportunidade que teremos de trazer a lume uma questão que aflige milhares e milhares de pessoas.

Por isso peço a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concorda com o requerimento apresentado e lido pelo Senador João Capiberibe permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esses dois requerimentos estão aprovados.

Eu, simbolicamente, nem seria nem preciso, porque já há um requerimento assinado por todos os Líderes no plenário sobre a urgência do projeto da Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto do Idoso, mas, simbolicamente, assim mesmo pergunto ao Plenário se concorda para que esta Comissão de Direitos Humanos também, e por ser uma sessão histórica, fique nos *Anais* da Casa. Nós três e, naturalmente, o Romário, apresentamos requerimento de urgência também desta Comissão para que o projeto seja votado no plenário.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 22
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 86, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos do artigo 336, inciso II, c/c o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do

Senado nº 4, de 2015, que Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.
Autoria: Senador Paulo Paim e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:)

O requerimento vai no seguinte teor, não é preciso ler todo ele: esta Comissão pede que esta matéria seja votada com urgência no plenário. Ele só vai se somar ao requerimento assinado por todos os Líderes.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência desta Comissão para o Estatuto do Idoso, Lei Brasileira de Inclusão.

Eu queria convidar o Senador José Medeiros para que, agora, fizesse a defesa do item 20.

ITEM 20
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 84, DE 2015 – Não terminativo –

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para discutir o aprimoramento do marco normativo sobre a produção de equipamentos utilizados pelas instituições policiais no Brasil.
Autoria: Senador José Medeiros

Com a palavra o Senador José Medeiros, para explicar e defender.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador João Capiberibe por esse requerimento de muita importância. Inclusive, lembro que essa doença é a mesma do Stephen Hawking, aquele físico inglês. Há muitos brasileiros acometidos por isso. E refere-se ao mesmo assunto de que estávamos tratando aqui: não são lembrados e, às vezes, não são tratados. É muito importante isso.

Mas, Sr. Presidente, fiz o requerimento dessa audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador José Medeiros, só me permita dizer: trabalhei tanto no Estatuto do Idoso, foram 20 anos, que a assessoria me lembra de que eu estou falando "Estatuto do Idoso", Senador, mas, repito aqui que se trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão, para que não fique nenhuma dúvida nos anais da Casa. Esse é o que foi votado. O Estatuto do Idoso foi votado há mais de dez anos. (*Risos.*)

Por favor, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Fiz esse requerimento, Sr. Presidente, porque precisamos falar, até é preciso começar a falar mais sobre o tema segurança, Senador João Capiberibe. Falamos bastante de saúde, falamos bastante de educação, e é necessário que falemos – aqui é o Parlamento, e é falando aqui que vamos chegar à evolução para melhorar esses temas – da segurança, tem sido uma preocupação constante neste País.

Existe uma isonomia muito perversa, uma igualdade muito perversa, e ela nivela por baixo a todos. Tenho dito que, do presidente da empresa ao porteiro do prédio, todo mundo está igual quando se trata de segurança pública, mas é uma pena que está igual por baixo, porque qualquer um está sujeito a sair na rua, ser assaltado, ter seu filho chegando a casa num caixão, e por aí vai.

Numa outra frente, Senador Paulo Paim, temos uma frágil, mas uma frágil cerca que tenta ficar entre a sociedade e o crime, que são os policiais. E eles estão numa situação, diria, de hipossuficiência, estão com muitas dificuldades, e dificuldades básicas, para combater o crime em termos de qualidade de armamento, em termos de segurança de viaturas, em termos até dos próprios coletes.

Tivemos um caso agora, Senador João Capiberibe, de um policial, num acidente de trânsito, que foi tentar tirar as pessoas – em caso de acidente, é muito preocupante a aglomeração de pessoas, porque se corre o risco de vir um veículo desgovernado e causar uma tragédia muito grande, então, os policiais têm essa preocupação de retirar os curiosos –, o policial foi pedir para uma pessoa sair de lá, a pessoa era um bandido, estava armado e deu um tiro à queima roupa nele. Mas ele estava de colete. Era de se esperar, já que era um tiro de 38 – já temos armas muito mais potentes, pistolas 765, 9 milímetros, ponto 40 – e esses coletes policiais são certificados para esses impactos de pistola... Infelizmente, esse colete, que estava certificado até 2017, portanto, dentro do prazo de validade, foi varado por um tiro de 38, uma arma antiquíssima, desde o início do século que essa arma existe, portanto, isso não era de se esperar. E o policial morreu. Com sessenta e poucos anos, tinha família, já estava próximo da aposentadoria, e morreu. Esse é um dos casos no País. Isso acontece.

Sobre as nossas viaturas, não temos viaturas próprias para o policiamento, Senador Paulo Paim. Temos carros encarroçados, plotados, pintados, bem bonitinhos até. Vejo essas nossas viaturas, que são bacanas, aquele giroflex, aquelas luzes coloridas. Em outros países, essas viaturas são fabricadas especificamente para o trabalho policial, inclusive, para dar uma boa segurança ao preso. As nossas viaturas são complicadas.

Acho que é o momento oportuno para a gente discutir, trazer os especialistas, falar sobre armamentos. Por que o policial norte-americano pode usar as melhores pistolas do mundo? Por que a Guarda Presidencial, é a notícia que a gente tem, usa pistolas australianas, pistolas israelenses, e o nosso policial trabalha com armamentos – sou testemunha disso – que, às vezes, engasgam, para usar o termo menos técnico?

Então, é para trazer os especialistas para a gente debater esses assuntos, trazer quem pensa contra, quem pensa a favor, fazermos esse debate, que esta Comissão faz tão bem, para, quem sabe, evoluirmos. É nesse sentido que propus esse requerimento, trazermos autoridades policiais, trazermos as pessoas desses equipamentos, trazermos o Exército aqui e falarmos sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Medeiros.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Temos dois requerimentos. Eu solicitaria ao Senador Capiberibe, se pudesse, para presidir neste momento, porque eles são de minha autoria.

Serei muito rápido no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 82, DE 2015 – Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "Direitos Humanos no Mundo".
Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De forma muito rápida.

Há uma preocupação de diversas entidades para que a gente faça o debate sobre a questão dos direitos humanos no mundo – sou muito tranquilo aqui na minha linha de conduta sobre esse tema –, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil, seja em Cuba, na Venezuela, na Síria, na Alemanha, na Itália, não importa a matriz ideológica. Nós queremos fazer, proposto pelo Alto Comissariado nas Nações Unidas, esse debate. Eu acatei, eu disse que não há problema nenhum debatermos os direitos humanos nesta Comissão, de forma universal. Todos nós, quando perguntados, sempre dizemos: direitos humanos não têm fronteira, direitos humanos são universais em qualquer parte dos cinco continentes. Esse é o objetivo, Sr. Presidente.

Claro, a Comissão vai discutir quem serão os painelistas, por exemplo, o Ministro Pepe – digo Pepe pela nossa amizade –, Pepe Vargas, que é o Ministro de Direitos Humanos da Presidência da República.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Coloco em discussão o Requerimento nº 82, do Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 19
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 83, DE 2015
– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "A Precarização do Trabalho do Operador de Telemarketing no Brasil".
Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, há uma preocupação muito grande pela forma como estão operando as empresas de *telemarketing*. Algumas fecham, na cidade onde estão operando, e mudam, no esquema da terceirização, para outro Estado, ou estão num Estado e o escritório é em outro Estado.

O pedido foi requerido pela Srª Vivian dos Santos Queiroz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telemarketing, Operadores de Telemarketing, Trabalhadores de Empresas de Rádio, Chamada e Operadores de Rádio Chamada de Campinas e Região – Sintratel. Eles querem debater esse tema.

Digo sempre que debater o tema não somos contra, e cada um explique o que está acontecendo, qual o caminho, via esta Comissão, para que a gente consiga avançar, para defender os interesses dos trabalhadores que atuam nessa área. Esse é o objetivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Coloco em discussão o requerimento do Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, Senador Capiberibe.

Quanto aos outros requerimentos, os Senadores não estão presentes e eles mesmos pedem que sejam votados na presença deles. Os outros não terminativos foram retirados de pauta a pedido dos próprios relatores.

Com isso, então, concluímos o trabalho de hoje, agradecendo a todos.

Vou pedir que a lista das nossas viagens aos 27 Estados – eu me comprometi a visitar os 27 Estados – seja mandada aos Senadores, para os devidos ajustes. O Senador Medeiros, por exemplo, já se propôs a organizar no seu Estado; o Senador Capiberibe está disposto a colaborar quanto à forma em que se dará a audiência no seu Estado; a mesma coisa propôs agora a Senadora Fátima Bezerra. Então, vamos combinar com os Senadores, e, independentemente disso, mandar uma correspondência aos três Senadores de todos os Estados, sendo ou não membros da Comissão, para estarem presentes nas atividades que ocorrerão nas Assembleias Legislativas.

Já combinei – coloco aqui a todos – com o Presidente Renan Calheiros e com toda a direção do sistema de comunicação do Senado, TV e Rádio Senado, que nós gravaremos todas as audiências públicas, sob a orientação dos técnicos do Senado, serão remetidas aqui para a Casa e reproduzidas para todo o Brasil, de forma que todos saibam qual é a opinião de cada Estado sobre a terceirização e também sobre o fator previdenciário.

Quero dizer que estou mais animado quanto ao fator previdenciário. Recebi algumas informações – não definitivas, claro – de que há um movimento muito positivo, dentro do Governo da Presidenta Dilma, para que não haja veto na questão do fator previdenciário. Claro que não estou falando aqui pela Presidenta, mas me animaram essas informações que estão chegando.

E eu, claro, daqui da Comissão de Direitos Humanos, vou repetir: por favor, Presidenta, não vete! Nós estamos acreditando muito que a senhora não vai vetar.

Está encerrada a reunião da Comissão de Direitos Humanos no dia de hoje.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos do dia oito de junho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Telmário Mota**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Telmário Mota e Hélio José. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em

29/04/2015, para debater sobre: "Os Impactos das Medidas Econômicas sobre a População Negra". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Luciana Barreto, Jornalista; Ivair Augusto Alves dos Santos, Universidade de Brasília – UnB; Frei David Santos OFM, Diretor Executivo de Educação para Afrodescendentes e Carentes da EDUCAFRO. O Senhor Presidente eventual Hélio José faz os seguintes encaminhamentos: 1) apresentar requerimento na CMO com solicitação de Audiência Pública para debater sobre a situação das políticas públicas para a população negra no Orçamento Geral da União, os impactos na mortalidade do jovem negro e a verba destinada para a titulação das terras quilombolas; 2) realizar outra audiência pública na CDH para debater esse tema, com a presença dos representantes do governo. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais e para que respondam às indagações recebidas por meio do portal e-Cidadania. Às nove horas e vinte e dois minutos o Senhor Presidente eventual Telmário Mota passa a presidência para o Senador Hélio José. Fazem uso da palavra os Senadores Telmário Mota e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dezoito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Telmário Mota,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu queria dar meu bom-dia a todos e agradecer a presença das pessoas que estão aqui, nossos convidados. O frei está chegando, o professor também.

Declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiências públicas, nos termos do Requerimento nº 56, de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 29/04/2015, para debater sobre os impactos das medidas econômicas sobre a população negra.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg/br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Para começar, vamos chamar os convidados que já estão presentes. O Frei David já está presente. Uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

A jornalista Luciana Barreto, que já está na Casa. Uma salva de palmas para a Luciana. (*Palmas.*)

E uma salva de palmas para vocês, presentes aqui. (*Palmas.*)

Uma salva de palmas para o Ivair Augusto, da Universidade de Brasília, por favor. (*Palmas.*)

O Senador Paim pode não estar aqui fisicamente, mas, espiritualmente, ele está presente nesta reunião, porque foi de autoria dele essa solicitação. Ele, por força da sua agenda extremamente corrida, hoje teve que estar em Santa Catarina atendendo uma agenda que já estava pré-marcada e, infelizmente, não pôde estar aqui presente.

Mas o Senador Paim deixou aqui uma mensagem muito bonita, grande, que tem, com certeza, todo o sentimento dele. Eu faço questão, antes de começar o nosso debate aqui, de ler esta mensagem do Senador Paulo Paim. Eu dei uma lida rápida, e tem tudo a ver com ele, com a vida dele, com o sentimento dele:

Srªs e Srs. Senadores, público presente, reunimo-nos em audiência pública nesta Casa, no dia de hoje, com o objetivo de entabular o debate político a respeito dos impactos da medida econômica sobre a população negra.

Alguém poderia indagar o aparente 'redundismo' do debate, uma vez que o impacto de boa parte das medidas econômicas governamentais atinge o conjunto dos cidadãos brasileiros e não apenas um ou outro setor de nossa sociedade. O questionamento procede, porém, cabe a nós relembrar que as tantas vicissitudes experimentadas pelos afro-brasileiros, ao longo dos séculos, ainda deixam marcas evidentes em nossa vida social. Por muito tempo, ainda, fazer coincidir algumas das discussões nacionais mais importantes com os anseios das comunidades afrodescendentes é medida de justiça, ou seja, é do interesse de todos nós brasileiros. E, como bem sabemos, o Brasil passa por um momento que nos inspira cuidados, prudência e autocontenção, para que nossa economia retome, com força redobrada, sua ascensão e melhore patamares de geração de riqueza, de geração de emprego, de dinamismo criativo e vigor produtivo.

Por isso é que o Governo Federal, na sua totalidade, em simbiose com a vontade da Presidenta Dilma Rousseff, vem trabalhando por justo benefício e bem urdido por contingenciamento razoável e por justiça na

distribuição dos ônus pela recuperação da nossa economia. Os ajustes são de fato necessários, decorrentes da elevada responsabilidade inerente ao enorme fardo pessoal e político suportado por todos quantos governam o Brasil. Porém, tais razões serão mais bem recebidas pelo povo se recaírem com proporcionalidade e justiça distributiva entre os ricos e os menos favorecidos.

E, entre os menos favorecidos, encontra-se a comunidade afro-brasileira, a qual temos a honra de integrar neste Senado.

Assim disse o Senador Paim.

Prezados ouvintes, Srs. e Srªs Senadoras, temos muito que caminhar na construção de um Brasil verdadeiramente digno, justo, fraterno, igualitário, generoso e acolhedor por todos os que aqui vivem. A despeito de que precisa ser ainda construído, é nosso papel reconhecer que muito tem sido feito no decorrer dos últimos anos.

Com efeito, reconhece o Instituto de Política Econômica Aplicada que, há pelo menos 20 anos, o Estado brasileiro vem implementando com sabedoria e sentido de dever inúmeras políticas públicas voltadas à diminuição da desigualdade social em todas as esferas do poder. Assim é que o afro-brasileiro tem visto avanços de seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de forma mais acelerada do que o IDH relativo à parcela branca da população.

Há que se reconhecer, todavia, a persistência do que o Ipea denomina verdadeiro abismo racial em nossa sociedade, razão pela qual é necessário aprofundar consistentemente a política de ação afirmativa. Medidas afirmativas já estão presentes na criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em âmbito federal e a entrada em vigor do Estatuto da Igualdade Racial em nosso ordenamento jurídico.

Nas universidades brasileiras ou em órgãos públicos mais tradicionais, como o Ministério das Relações Exteriores, atribuímos grande utilidade ao uso inteligente das cotas raciais em que se levam em conta critérios econômicos para que se favoreça quem realmente precisa de proteção legal. Espaços de exercício do poder em geral e também de transmissão e produção do conhecimento legitimam mais o Brasil perante o mundo e perante nós mesmos pela via da garantia de pluralidade étnica e social entre os que ocupam tais espaços, como políticos, servidores públicos, estudantes ou professores.

A lenta assimilação dessa nova consciência já nos oferece melhores resultados. Segundo o Ipea, entre 2002 e 2009, pouco mais de 98 mil jovens afro-brasileiros ingressaram no ensino superior mediante os programas de bônus sobre a nota obtida nos processos seletivos. As estatísticas falam por si sós: em 1992, apenas 1,5% dos jovens negros entre 18 e 24 anos ingressariam na universidade; em 2009, o grupo já representava 8,3%. Já entre os jovens brancos, as matrículas líquidas multiplicaram-se no mesmo período, saltando de 7,2% para 21,3%. A frequência dos jovens negros na universidade, que correspondia a 20,8% da frequência dos brancos no ano de 2002 passou a corresponder a 38% em 2009.

Outro dado relevante diz respeito à evolução mais equitativa dos salários do mercado de trabalho. Constatamos no Brasil uma aproximação maior entre a renda do trabalho auferida por brancos e por negros. Segundo o Ipea, os rendimentos médios da parcela negra da população ao longo dos anos de 1990 equivaliam a 50% dos rendimentos dos brancos, e há cerca de dois anos aumentaram para 57%.

Graças a outras medidas benignas, como a ampliação do Programa Bolsa Família e o incremento do valor do salário mínimo, a renda domiciliar per capita da família negra, em comparação com as famílias brancas, apresenta, a partir de 2001, uma nítida diminuição da disparidade histórica. De fato, ao longo de 1990, os brancos valiam-se de um ingresso de 2,4 vezes superior ao dos negros, diferença que caiu para 2,06 em 2007. O ritmo da queda, se mantido, resultará no atingimento da igualdade entre os grupos apenas em 2029.

Estimados ouvintes, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, assim diz o Senador Paulo Paim:

Há muito o que mencionar sobre a diferenças inter-raciais no Brasil, o que, decerto, ocorrerá ao longo da presente audiência pública. Cada um de nós irá jogar luzes sobre o aspecto que nos parece importante, digno de menção no processo dialógico da construção do Brasil que sonhamos.

Gostaria, no entanto, de reiterar que tenho razões para manter viva a nossa esperança a partir dos dados estatísticos que nos estimulem em nossa luta comum. Um exemplo é a diminuição da pobreza. Em 1997, 57,7% dos afro-brasileiros e 28,7% dos brancos eram pobres, proporções que caíram para 41,7% de negros e 19,7% de brancos em 2007.

De tudo o que se pode perceber desse lento, porém consistente, processo de redução de desigualdades sociais no Brasil, impõe-se a nós a certeza de que o afro-brasileiro necessita, com toda a certeza, de tratamento especial no tema, por conta do funesto legado que a escravidão odiosa deixou em nossa sociedade.

Cumpre-nos, por último, ressaltar que clivagens raciais importam no momento, porque estamos justamente nos voltando ao combate para a justiça entre seres humanos brasileiros e nessas condições em que todos, a despeito de nossa origem, crença, orientações religiosas, filosófica, nos irmanamos no solo deste País, que nos é comum.

Dia chegará, tenho absoluta convicção, em que as medidas protetivas deixarão de importar tanto quanto agora pelo fortalecimento gradativo e ininterrupto de uma classe média robusta e majoritária que nos irmane em todos os termos de bem-estar econômico e social! Ansiamos pelo raiar desse dia tão esperado em que a sociedade brasileira, pacificada e feliz, possa se orgulhar de todas as suas crianças acolhidas e saudáveis, estudando em boas escolas, e todas as famílias providas com o mínimo de conforto para uma existência sã, digna, realizada e feliz.

Era o que tinha a dizer o Senador Paulo Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Queria aqui, antes de conceder a primeira palavra, registrar a presença do Senador Hélio José. Uma salva de palmas para ele! (*Palmas.*)

Ele, inclusive, daqui a pouco vai-me substituir aqui, porque fiquei aqui só interinamente, até ele chegar, para ele tocar os trabalhos. O Senador Hélio José é um Senador brilhante e, assim como eu, entrou agora, não é, Senador Hélio José? E estamos com toda a vontade de trabalhar.

Mas eu queria, antes de passar a palavra, de mencionar que a preocupação do Senador Paulo Paim é pertinente. Por exemplo, agora há uma CPI, e hoje à noite vai ocorrer uma reunião, para apurar a mortalidade da juventude brasileira, e alguns dados estatísticos me chamaram atenção: 56 mil pessoas são mortas violentamente, assassinadas, no Brasil – 56 mil pessoas! Essa é uma guerra silenciosa que está acontecendo, que a gente, às vezes, a olho nu, não percebe, porque não há o barulho das armas, das bombas, mas há o barulho das vidas, maior do que isso, que são cerceadas diariamente.

Então, dessas 56 mil pessoas, 53% são jovens; desses 53%, 77% são negros; e, desses 53%, 93% são do sexo masculino. Ou seja, ainda, os mais humildes e os negros pagam o preço dessa violência que precisa acabar no País. E, hoje, principalmente os homens negros são as maiores vítimas dessa violência tão brutal que ocorre, silenciosamente, à margem até dos nossos olhos, à margem do destaque da própria mídia, que, às vezes, não destaca tanto isso.

E vi hoje até uma reportagem – e vou falar dela em plenário – muito sábia que mostra que o Senado e o Congresso estão muito preocupados com a redução da idade, como se isso fosse reduzir a criminalidade. No entanto, ninguém bate a corrupção. Há Senador envolvido em corrupção indicado para a Comissão de Ética; quer dizer, é uma aberração, isso é um contrassenso! (*Palmas.*)

Isso é um contrassenso. É um contrassenso.

Mas como as mulheres têm voz e vez, nós vamos começar com você, Luciana.

A SRª LUCIANA BARRETO – Obrigada. Bom dia a todos.

Eu sabia que esta missão ia caber a mim, já que sou a única mulher da Mesa. Eu logo imaginei.

Pela raridade do fato, pois nunca estive aqui em uma comissão como esta, em uma audiência pública, resolvi escrever algumas palavras. Sempre falo livremente, mas desta vez resolvi escrever algumas palavras.

Eu agradeço muito a oportunidade de estar nesta Casa. Jamais imaginei que estaria aqui um dia, assim como jamais imaginei que me tornaria âncora de um telejornal, como sou hoje. Da mesma forma, na primeira infância, jamais imaginei que concretizaria o sonho de ingressar em uma universidade.

Durante muitos anos eu me perguntei quem teria roubado essa minha imaginação. Hoje, senhores, eu sei que foi o Estado brasileiro que tirou de mim essas possibilidades. Trato aqui possibilidades como os caminhos que oferecemos aos nossos cidadãos.

Recentemente, em relação à crise de imigrantes africanos na Europa, especialistas afirmaram que as dificuldades econômicas do continente europeu minaram os investimentos sociais e o apoio aos países da África. O resultado começou a aparecer, a verdade é esta: milhares de pessoas fugindo da fome na África. Aqui no Brasil há um dito popular para essa decisão da Europa, que é: farinha pouca, meu pirão primeiro.

Nós, crianças nascidas nas décadas de 70 e 80, sabemos bem o que significa isso. Crescemos em meio a uma forte crise econômica. Eu me lembro muito bem da infância sem projetos sociais nas décadas de 80 e 90. As ajudas se resumiam ao combate à fome.

E peço licença agora para usar o meu exemplo pessoal.

Com escolas públicas precárias, meus pais acharam que a solução seria conseguir uma bolsa parcial de estudos em uma escola particular. Ocorre que eles nunca conseguiam pagar a diferença da bolsa parcial, a verdade é essa, e acabávamos ficando de fora no final. Era assim na década de 80. Não sei se vocês se lembram bem, mas na década de 80, se você não conseguia pagar a sua parte, você era humilhado, ficava de fora esperando para entrar na escola porque era um não pagador. Ocorre que nunca conseguíamos pagar essa diferença, assim como não havia dinheiro para o lanche, para os livros e até para o uniforme. Eu sempre herdava uniforme usado do meu irmão, sempre furado, malcheiroso.

O fato é que eu gostaria que o meu exemplo fosse isolado, mas não era. Eu via no meu bairro meus vizinhos tentando sobreviver. Ao mesmo tempo que as imagens da tevê mostravam o Brasil faminto da década de 80. E esse Brasil se parecia comigo e com os meus. Era um Brasil predominantemente de pele escura.

Do outro lado, ainda com a permissão do Estado, nós víamos um Brasil rico. Nossa teledramaturgia ostentava um Brasil caucasiano, com casas enormes e lindos jardins, um café da manhã farto. Nesse Brasil, existiam livros, aliás, muitos livros – aquelas salas ostentavam muitos livros –, havia helicópteros, barcos, muitas viagens.

Quando criança, eu ficava olhando para a tela e tentando me enxergar no meio de tudo isso. Eu buscava a minha pele e a minha imaginação, que havia sido roubada. Mas o que eles me ofereciam, e muito raramente, eram os lugares certos: a cozinha, a limpeza, atividades que eu já via minha avó negra desenvolver. A televisão, com a permissão do Estado, roubava a minha imaginação. Aliás, para onde quer que eu olhasse, esse era o Brasil que aparecia: na tevê, nos livros, nas histórias.

Percebam que, como diz o Prof. Kabengele Munanga: "A memória que me inculcam não é a do meu povo; a história que me ensinam é outra; os ancestrais africanos são substituídos por gauleses e francos de cabelos loiros e olhos azuis".

Eu não tenho dúvidas, senhores e senhoras, de que existia até então um sistema perverso, que resultava na inferiorização, na desumanização do negro. E os resultados nós estamos vendo agora. Diferente do passado, o Brasil da última década avançou para a população mais pobre, principalmente para os negros.

Isso é evidente. Nós conquistamos direitos com políticas sociais; mais crianças deixaram de abandonar a escola; o problema da fome diminuiu, e ninguém precisa mais dividir uniformes, como eu tinha de fazer com o meu irmão. Ninguém precisa mais ter carência de livros, porque os livros não faltam. Muito pelo contrário, luta-se para que tenham mais qualidade. Está aí a Lei nº 10.639.

O que dizer do ingresso de negros nas universidades?

O ensino superior ficou mais colorido. No mercado de trabalho, há o que se fazer. Aliás, há um longo caminho pela frente ainda em todas as áreas, mas o mercado de trabalho, também mais democrático. Se bem que, friso aqui, acho ainda é um problema muito grave o mercado de trabalho, que não avançou como a educação.

Lanço aqui hoje uma preocupação.

Faremos diferente de outros países? Faremos diferente da Europa? Diante de uma retração da economia, novamente os mais pobres serão penalizados? Senhores, será assim "farinha pouca, meu pirão primeiro"?

Eu não poderia deixar de registrar aqui o quanto o assunto é urgente. Junto com outros amigos, eu venho dedicando parte do meu tempo e da minha vida à abordagem da questão racial dentro dos meios de comunicação. Tenho de ressaltar o grande trabalho da TV pública, que vem fazendo um grande trabalho nesse sentido. Eu tenho lá liberdade para trabalhar esse tema. E o fato, posso garantir, é que os meus amigos não encontraram e não encontram a mesma boa vontade em alguns veículos de comunicação.

Nos últimos anos, a EBC vem produzindo ou exibindo conteúdo sempre com a preocupação de mostrar um Brasil mais diverso, mais colorido, um Brasil que respeita a etnia do brasileiro, as etnias. No jornalismo, nós denunciamos, a todo momento, os problemas ligados à questão racial, a casos de racismo, presos por engano, desigualdade no mercado de trabalho e, o mais grave, agora, o assassinato de jovens negros; o racismo institucional, e o que mais houver por aí, pois tem muita coisa.

É evidente que recebemos muito apoio, assim como eu pessoalmente recebo centenas de mensagens, muitas com denúncias de racismo. É a do professor universitário que sempre é obrigado a dizer que ele não é o faxineiro, quase todos os dias; há o aluno que teve de abandonar a sala de aula, abandonou o futuro e abandonou a vida porque não aguentou suportar o racismo; há os universitários que ingressam na universidade também e que não conseguem sobreviver lá, seja pelo racismo, seja pela desigualdade econômica, seja pela dificuldade de se manter na universidade.

E, mesmo com todas essas evidências, é necessário lidar com palavras ingratas nessa luta. Ouvimos quase todo dia: vitimismo, meritocracia, esquecer o passado. Frequentemente, recebo mensagens deste tipo: "Mas isso é vitimismo"; "Nós vivemos num país democrático. É só você conseguir a famosa meritocracia." Ou então: "Vocês precisam esquecer o passado e olhar para frente".

Cabe que o passado está bem presente.

E o que se quer dizer é que existe uma paz artificial entre nós.

Um dia desses, eu li uma frase, que se encaixa bem aqui, que é: "Parem de pedir paz, quando, na verdade, o que querem é pedir silêncio." E a verdade é esta: o que querem da gente é pedir silêncio. (*Palmas.*)

Eu recebo muitas mensagens hostis. Não é fácil mexer com privilégios neste País, meus senhores e minhas senhoras.

Lembro aqui também uma fala do Luther King: "O opressor nunca liberta voluntariamente o oprimido". Nunca. É preciso trabalhar muito para isso. A liberdade nunca é dada a ninguém. As classes privilegiadas jamais abrem mão do privilégio – jamais – sem que haja luta. E a essa luta existe uma forte resistência.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que, recentemente, eu participei de um projeto chamado DNA África, que realizou o exame de DNA de alguns brasileiros. E não há dúvidas da minha ascendência negra – vocês podem ver – pelo lado paterno; mas qual não foi minha surpresa ao descobrir que eu possuo DNA 100% indígena do lado materno.

Portanto, eu guardo em mim dois corações – desculpem-me a emoção –, de duas etnias que lutam há séculos para sobreviverem à lógica do Brasil opressor.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Com muita satisfação, assumo a presidência destes trabalhos. É muito difícil substituir o Senador Paulo Paim, mas vou fazer o possível para lhe ser fiel.

Pessoal, realmente as discriminações são um absurdo, mas também é absurdo a gente se vitimar. Eu acho que a pessoa tem que andar sempre de cabeça erguida, com tranquilidade, porque todos nós temos possibilidades fisiológicas, condições de vencer. Agora, essas injustiças acontecem mesmo.

E eu queria pedir, Luciana, que, por favor, você se apresentasse.

A SRª LUCIANA BARRETO – Sou Luciana Barreto, âncora do Repórter Brasil, edição da tarde, na TV Brasil, na Empresa Brasil de Comunicação.

E eu também, claro – é bastante importante frisar –, como muitos aqui, venho do projeto Educafro. (*Palmas.*)

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM (*Fora do microfone.*) – Quando foi isso?

A SRª LUCIANA BARRETO – Em 1996, eu entrei na Educafro.

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM (*Fora do microfone.*) – Eu não tinha nem nascido. (*Risos.*)

A SRª LUCIANA BARRETO – Mas lá havia alguém muito parecido com o senhor, Frei. (*Risos.*)

Em 1996, eu entrei na Educafro; em 1997, entrei na PUC do Rio de Janeiro como bolsista 100%, e tenho que agradecer também, é evidente, à Educafro, ao empenho do Frei David, e à PUC do Rio de Janeiro, que nos acolheu sempre, muito antes das cotas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito bom.

Eu fiz questão de que a Luciana se apresentasse, para que todos pudessem saber mais da Luciana, que deu esse brilhante depoimento aqui.

Pessoal, eu queria lamentar o seguinte: foram convidados...

Queria primeiro saber se o Antônio Teixeira Lima Júnior, do Ipea, está presente. Há alguém do Ipea presente? (*Pausa.*)

Não.

Foi convidado o representante do Ipea, técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disseram que ele vinha, mas até agora não chegou.

Quero lamentar as ausências, todas elas justificadas, por motivos de agenda: do representante do Ministério da Educação, que acho deveria estar aqui; do representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); do representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade racial (Seppir), que é a secretaria que existe exatamente para políticas de inclusão; do representante do Ministério da Fazenda.

Essas cinco ausências nós queremos lamentar. Eu acho que deveriam ter vindo, deveriam ter mandado representante, porque aqui nós trabalhamos um questão séria. É o Senado Federal; não é o Senador A ou o Senador B; é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e nós precisamos realmente da presença de todos, para podermos dizer ao Brasil os pontos de vista, principalmente dos nossos órgãos públicos.

Então, é lamentável não terem vindo, nem terem mandado representantes.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao nosso querido professor da UnB, universidade pela qual me formei em 1982 – a Luciana nem pensava em nascer ainda. (*Risos.*)

Formei-me em Engenharia Elétrica pela UnB, e tenho muito orgulho de ter pertencido a ela. Ela hoje é dirigida por um reitor que foi da minha turma de Engenharia Elétrica, Ivan Camargo, e é muito importante isso.

Prof. Ivair Augusto Alves dos Santos, da Universidade de Brasília (UnB). Se você quiser se apresentar primeiro, Ivair, antes de começar sua fala...

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Bom dia senhoras e senhores. Eu sou professor de Sociologia na Universidade de Brasília. E quero dizer que me sinto muito honrado de poder participar desse debate. Acho que o Frei David teve uma grande ideia ao propor isso ao Senado, para que a gente pudesse discutir isso.

Quero cumprimentar o Senador Hélio José, que está conduzindo os nossos trabalhos. Quero cumprimentar a nossa jornalista, que representa uma coisa concreta do trabalho da Educafro. E gostaria de cumpri-

mentar também o Frei David, que é um companheiro de décadas; a gente se conhece já há algumas décadas, desde a década de 70.

E eu queria chamar atenção dos senhores e das senhoras de que o processo de luta do Movimento Negro se materializou, nos últimos anos, em algumas ações muito pontuais sobre as quais quero discorrer, e quero mostrar para os senhores como isso nos vai afetar diretamente. A primeira coisa para a qual queria chamar atenção é que, infelizmente, a gente não está aqui com a presença de nenhum membro de Governo; praticamente há da sociedade civil e os representantes do Senado, mas é importante registrar que, graças ao empenho e à luta de militantes do Movimento Negro, nas últimas décadas – e digo décadas! –, a gente conseguiu implementar a ideia, o paradigma, dos programas de ações afirmativas.

Então, isso não foi alguma coisa que surgiu a partir de 2001 e tal. Desde os anos 50, já no primeiro congresso do negro, feito, articulado e organizado por um ex-Senador desta Casa, que foi o nosso querido Abdias do Nascimento, já se propunham medidas que pudessem dar certo amparo à população negra. Essas medidas só foram conquistadas a partir do início do século XXI. Então, passamos um século inteiro denunciando que havia racismo no Brasil, e, só no século XXI, conseguimos materializar isso.

E concentramos basicamente medidas de ações afirmativas no campo da educação. Então, basicamente, dissemos para a Nação: "Olha, nós queremos que os nossos jovens estudem nas universidades públicas; queremos que haja uma reserva de vagas para os estudantes poderem participar". E isso foi um processo sofrido e doloroso que foi indo de universidade para universidade.

A universidade com a qual eu trabalho foi a primeira universidade federal a ter um programa de ação afirmativa. Foi a universidade que passou por uma luta dentro do Supremo Tribunal Federal (STF), e ganhamos a causa de ação afirmativa com dez votos a zero; ou seja, é uma comprovação de que, desde o início, tínhamos clareza de que a nossa proposta era constitucional. E a nossa proposta, quando foi submetida à mais alta Corte do Brasil, foi conquistada.

A partir daí, as universidades, lentamente, foram realizando seus programas, até que tivemos a promulgação da lei, e todos os estabelecimentos de escolas públicas em nível federal também tiveram cotas fixadas.

Qual é o problema?

O problema é que, ao longo desses 10, 15 anos de acompanhamento do programa de ações afirmativas, a gente aprendeu uma coisa: nenhum programa de ação afirmativa funciona por si só; é preciso haver o monitoramento e, se você não tem o monitoramento, vai haver falha e vai haver também problemas de desvio, porque as pessoas...

A gente, ingenuamente, achava que pessoas não negras não iriam apresentar-se para o nosso programa. Pelo contrário, a gente tem mostrado que, se você não tem monitoramento das pessoas, elas vão burlar a lei e vão esquecer que isso é para negros. E vão tentar, definitivamente, derrubar as nossas propostas.

Qual é o problema? Vou pegar um exemplo concreto: São Paulo recentemente fez um concurso para procuradores. E vocês sabem que o concurso de procuradores é um dos concursos mais bem valorizados e tal. O que aconteceu? Nada menos de que sete ou oito pessoas que não eram negras tentaram entrar nas vagas de população negra e, se não fosse a vigilância do Movimento Negro, perderíamos essas vagas nesse sentido.

Agora vamos acompanhar a nossa última grande conquista, que foi a lei que criou a obrigatoriedade de que, nos concursos públicos federais, também haja vagas. Vocês acreditam que, sem monitoramento, nossas vagas serão preenchidas por negros?

De acordo com a nossa experiência, tanto na universidade federal como em vários concursos de que participei, elas não serão preenchidas só por negros. Haverá pessoas que, de alguma forma, vão tentar burlar, vão tentar nos perpassar nesse processo. Vai nos afetar diretamente esse processo.

O que é preciso fazer então?

É preciso que haja monitoramento.

E uma coisa interessante: você não vê nenhum ministério hoje se preparando efetivamente para os concursos em relação à inclusão da população negra. Portanto, vai ficar assim mesmo. Você vai lá, declara, faz a prova e depois vê o resultado? Não. Você tem que acompanhar esse processo. E acompanhar o processo implica o quê? Implica ter recursos. Se você não tem recursos para acompanhar e se você não acompanhar esse processo, nós vamos fracassar. A nossa grande luta, que foi de décadas, para que pudéssemos implementar ações afirmativas, será um grande fracasso. Percebemos que lutamos, lutamos, lutamos e morremos na praia, porque, efetivamente, os negros não conseguiram chegar lá.

Vou citar um exemplo concreto. Desde 2004, 2005 – vejam só –, nós começamos a discutir um programa de ação afirmativa chamado Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco para a carreira diplomática. Esse foi um programa feito a duras penas. Começamos a discuti-lo em Durban e conseguimos realizar. Até o ano passado, era um programa de sucesso. No entanto, todos os anos, os únicos negros que conseguiam che-

gar à carreira diplomática eram aqueles que tinham o apoio efetivo do programa de apoio, com bolsas para a carreira diplomática.

Neste ano, não há programa. Não há programa. Não há programa e não há manifestação alguma do Ministério das Relações Exteriores em relação a isso. E também não há manifestação alguma de como eles vão implementar os 20% a que nós temos direito, segundo a lei federal. Não há. Não há.

Dessa forma, o primeiro impacto concreto é que, neste ano, depois de dez anos de programa, o Ministério das Relações Exteriores simplesmente não diz nada, absolutamente nada: se vai continuar com o programa ou não. Isso significa que aquela porta que nós havíamos aberto para corrigir a questão fundamental que nós levantamos durante o século XX inteiro, de que não havia diplomatas negros, foi fechada. De novo, nós estamos sendo derrotados.

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – É um retrocesso.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Um retrocesso. Não há, efetivamente, uma manifestação no sentido de manter o programa. Esse era o único programa federal para o qual havia dinheiro para manter a bolsa. Porque, para você se preparar para o curso da carreira de diplomata, é preciso ter muito dinheiro. Você tem que pagar cursinho, comprar livros, etc. É um processo muito custoso.

Então, essa porta foi trancada para nós. Até agora, o Ministério das Relações Exteriores não se manifestou. Eu não vi nenhuma manifestação da Seppir, não vi nenhuma manifestação da Fundação Cultural Palmares, de absolutamente ninguém, em relação ao que vão fazer com o Programa de Ação Afirmativa, que foi conquista nossa durante o século XX.

Vou citar outro exemplo. Nós passamos o século XX inteiro sem ter um diplomata que chegasse a embaixador. Vou repetir: um século inteiro, e não tivemos um diplomata. No início do programa, no primeiro exame, conseguimos colocar uma pessoa na carreira diplomática, graças ao nosso programa. Nós estamos perdendo mais essa chance.

Mas vamos continuar a discutir qual é o impacto em relação a isso. Fica claro o seguinte: nossas conquistas estão na janela; ou seja, se não houver mobilização e se o Governo não fizer a sua obrigação de acompanhar os concursos, nós só alcançaremos a nossa luta por meio de programas de ação afirmativa.

O segundo ponto. Qual é a primeira bandeira hoje que em qualquer lista, qualquer programa, qualquer página na internet, o Movimento Negro apresenta? Qual é? É a luta do combate a quê? Ao genocídio da população negra. Qualquer um apresenta isso.

Vejamos o seguinte: que programa o Governo brasileiro apresentou para combater o genocídio da população negra? Real. É um tal de Juventude Viva. Correto? Um programa com pessoas muito bem intencionadas, mas, pelo nome, você já se pergunta: "Mas por que Juventude Viva e não Juventude Negra?". Houve um debate interno: era Juventude Negra, mas como era uma questão muito afirmativa, escolheram um nome mais tranquilo: Juventude Viva. Tudo bem, vamos continuar com o nome que eles escolheram.

Qual é o problema? Para nós, é o seguinte. Nesta sala, só há jovens. Digam-me uma ação concreta de combate ao genocídio da população negra pelo Juventude Viva. Um só. É só ver o silêncio da sala. Não tem.

Há vários programas – programa de iluminação, programa cultural –, mas não há um programa que combata... Os dados que são apresentados ano a ano em relação aos homicídios envolvendo a juventude negra são crescentes, não se alteram. Então, como é que se tem um escândalo desses, a população jovem morrendo, aos milhares, todo mundo aqui afirmando isso nos discursos e tal, mas qual é o programa efetivo que faz essa curva mudar?

Não há um programa concreto que vá direto ao problema. Pelo contrário, a única proposta que estão apresentando, e esse programa tem tomado o País, qual é? Diminuir a idade da maioridade penal; ou seja, a resposta para combater o genocídio da população negra é colocar mais jovens mais cedo no sistema penal.

Então, o debate que hoje toma conta da sociedade brasileira é diminuir a idade penal, mas você não vê o mesmo empenho no combate à violência. Aqui, nesta sala – você pode perguntar –, todo mundo tem um parente ou um amigo que morreu em situação trágica.

Num momento de crise como este, de desemprego, o que vai acontecer conosco? Vai aumentar o número de pessoas, porque não há, efetivamente, um programa para valer, para combater isso. Pelo contrário, há um debate para diminuir a idade da maioridade penal. Ao contrário, vamos colocar mais jovens negros dentro do sistema penal e, aliás, com mais tempo, ainda por cima.

Eu já disse a primeira questão: ação afirmativa. A segunda questão, a pauta principal da população negra, que é o combate ao genocídio da população negra, essa esquecem. O programa Juventude Viva, que tem um orçamento reduzido, vai reduzir mais ainda e, pelo contrário, não tem dado conta de responder o que nós queremos com esses dados, que são escandalosos.

Recentemente, a Anistia Internacional até incorporou essa questão nas suas grandes lutas pelo combate à violência, porque é escandaloso. O número de jovens negros que morrem anualmente no Brasil é uma coisa muito violenta e que vai passando. Não há uma resposta da sociedade em relação a isso.

Vamos pegar outro ponto, que é outra pauta da população negra: titulação das terras quilombolas. Esse é outro ponto. E titulação de terras quilombolas não se faz com discurso; é preciso fazer isso com recursos. Agora, a velocidade com que se tem titulado as terras... São 3 mil a 4 mil terras de quilombolas reconhecidas. Se as titulações forem feitas no ritmo dos últimos anos, talvez a gente passe o século XXI inteiro sem conseguir titular as terras todas. Se temos ainda a redução desses valores em relação ao que tem que ser feito para titular as terras quilombolas, a consequência é que vamos passar o século XXI e o século XXII, e as terras quilombolas ainda não serão tituladas.

O que significa não titular a terra quilombola? Significa que o indivíduo vai continuar numa relação de trabalho servil, porque a terra é dele e ele tem de trabalhar para outro, ele vai ter que abandonar a terra. Enfim, a situação dos quilombolas vai piorar; ou seja, já era ruim, e vai piorar em relação a isso.

Por último – quero chamar a atenção para isso –, como eu sempre digo, vou afirmar o seguinte: não pensem que as questões de racismo vão diminuir nos próximos anos graças aos nossos avanços. Pelo contrário, todas as curvas que nós estamos construindo apontam para o fato de que os casos de discriminação racial tendem a crescer. Isso porque, primeiro, cada vez mais há mais jovens, mais gente chegando à classe média e mais gente entrando em espaços que antes não havia. Então, a consequência você vai ter.

E é simples. Vou pegar um exemplo concreto para vocês verem como a coisa é delicada. Toda vez que há jogo de futebol aqui no nosso campo, no Mané Garrincha, sabe o que acontece na delegacia de polícia? Aumenta o número de crimes raciais. Por quê? É evidente. As pessoas vão lá, começam a extravasar e a atacar abertamente a população negra. Conclusão: há sempre uma pessoa que diz: "Não, isso está errado".

Então, é o seguinte: não se iludam, pois a situação a partir desse reajuste econômico vai só piorar.

Outro exemplo. Quem estava na televisão assistindo ao anúncio do reajuste fiscal lembra-se de uma situação que aconteceu. Um dos jornalistas perguntou ao Ministro do Planejamento: "Escuta, por que não diminuir o número de ministérios, para que a gente ache uma redução de despesas e tal." Qual foi a resposta dele? Foi: "Não, não vai ser necessário, porque efetivamente..."

E aí quais são os ministérios normalmente nominados para serem retirados da Esplanada? A Secretaria da Mulher e a Secretaria de quê? A Secretaria de Igualdade Racial.

Hoje, há uma discussão, aqui no Congresso Nacional, de que é necessário diminuir ministérios. E que ministérios vocês acham que vão sumir se houver uma reforma nesse sentido? "Ah! Vai ser o da população negra e será o da mulher."

Só não há, porque há uma mobilização. E sabe qual é o argumento que o Ministro usou? "Os custos para esses ministérios são muito pequenos."

Então, espera um pouquinho! Se são pequenos, quer dizer que não há dinheiro para fazer política para nós. Se já era pequeno, vai ser menor ainda.

Então, as estimativas dizem que mais de 50% do orçamento da Seppir podem ser reduzidos com o reajuste. Se não temos ainda um grande projeto em que se combata a desigualdade racial e que possa reverter esse quadro... Construímos, a duras penas, um projeto de inclusão que eram ações afirmativas.

Estou mostrando para vocês que esse programa, sem monitoramento, tende a fracassar – é o problema número um –, e quem vai fazer o monitoramento diz, até hoje, que ninguém diz absolutamente nada.

E o segundo ponto: a questão do programa que mais afeta a nossa população, que é o direito à vida, também é um programa que não terá recursos; deverá ter menos recursos. E o terceiro programa, que é o programa de quilombos, evidentemente vai sofrer com o impacto desse reajuste.

Então, quem é que vai sofrer mais com relação a isso?

É a população negra.

E qual é o perigo ainda de, no apagar das luzes, desaparecer a Seppir? A Seppir não está aqui hoje, e era bom estar, porque, se ela não tiver mobilização na população negra, ela vai desaparecer.

Portanto, termino a minha fala, dizendo o seguinte: pela Seppir, pelas nossas lutas por ações afirmativas, pela titulação das terras dos quilombos, pelo direito à vida da população negra, nós temos que, efetivamente, manifestar o nosso descontentamento em relação a essas últimas medidas do reajuste fiscal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Quero agradecer ao nosso querido Prof. Ivair Augusto Alves dos Santos, da UnB.

Ao mesmo tempo, gostaria de dizer aos nossos telespectadores da TV Senado que eles têm liberdade para fazer pergunta pela e-Cidadania, na página do Senado Federal. Até vocês mesmos podem mandar perguntas e comentários pelo e-Cidadania, porque, regimentalmente, não poderei abrir a palavra aqui.

Vai concluir o Frei, e vou passar a palavra para fazer as conclusões finais. Está certo?

Todo mundo pode, regimentalmente, fazer perguntas pelo e-Cidadania. O.k.? E colocar as suas opiniões também.

Gostaria de dizer que, daqui a pouquinho, vai haver uma audiência pública. Já está até ocorrendo desde as 10h, em homenagem ao Epitácio Pessoa, que foi um Presidente brasileiro negro. E vai haver essa homenagem, na Câmara Federal, e todos – quem puder comparecer – estão convidados.

Epitácio foi Presidente do Brasil de 1919 a 1922, natural de Umbuzeiro.

Vamos passar a palavra ao nosso querido Frei David Santos OFM, Diretor Executivo de Educação para Afrodescendentes e Carentes da Educafro, que tem a missão de promover a inclusão da população negra, em especial, e pobre em geral nas universidades públicas e particulares, com bolsas de estudos, através do serviço de seus voluntários e voluntárias nos núcleos de pré-vestibular comunitários e setores de sua sede nacional em forma de mutirão.

Muito bom isso!

No conjunto de suas atividades, a Educafro luta para que o Estado cumpra as suas obrigações através de políticas públicas e ações afirmativas: educação voltada para negros e pobres, promoção da diversidade étnica no mercado de trabalho, defesa dos direitos humanos, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação.

Eu estou chegando de Cuba. Estava em Cuba agora, voltei ontem à noite. Participei de um congresso de saúde em Cuba, que começou essa semana, na quarta-feira, e terminou no sábado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Estive na Elam (Escola Latino-americana de Medicina), estive em Porto de Mariel, estive em vários lugares. E nós estávamos nesse congresso que foi realizado no Hotel Nacional lá.

Em Cuba, um país onde metade da população é negra e metade são loiros de olhos verdes, que são os descendentes de espanhóis, eu não vejo, não consigo perceber essa discriminação, essas questões assim tão fortes. Eles convivem muito bem uns com os outros. É a mistura mesmo. É um povo muito parecido com o nosso povo brasileiro, até pela miscigenação.

Foi um passeio maravilhoso. Quem quiser ir a Cuba pode ir, além de um congresso excelente, porque Cuba tem a melhor experiência na questão de saúde. O combate que eles fizeram ao ebola, que vocês sabem que é um vírus muito duro, muito pesado, na África, na Nigéria, em Guiné e em Serra Leoa, foi fundamental para se conter essa epidemia de ebola.

Então, Cuba sempre está na frente na questão da saúde, da educação e da segurança, que são três itens fundamentais para todas as pessoas. Lá em Havana, eu não vi assalto, não vi gente fazendo afronta às pessoas na rua. Aqui no Brasil, a gente sai inteiro, e não sabe se volta inteiro para casa. A questão da segurança é fundamental.

A questão da educação. Conversei com alunos nossos, que estão cursando a Elam, como disse o Frei. Há uma satisfação global. São alunos pobres, a maioria, carentes de várias faixas do Brasil. O Porto de Mariel tem intensa movimentação. Foi um porto financiado pelo Governo brasileiro via BNDES. Pudemos testemunhar isso.

Em Cuba, há um movimento pró-abertura lento e gradual. E é importante que seja lento e gradual mesmo, para não deixar que os capitalistas tomem conta de tudo.

Então, o processo em Cuba está bastante razoável.

Com esse depoimento, eu quero passar a palavra ao nosso querido Frei David, para que ele faça o seu pronunciamento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Saúdo a todos saudando o Senador Hélio e o seu compromisso com um Brasil melhor, com justiça social e com a responsabilidade com os mais quebrados, que é o povo negro.

Aqui, os que me antecederam deixaram evidenciada a preocupação pela ausência total dos quatro ministérios que comporiam esta Mesa. Quatro ministérios do Governo Federal comporiam esta Mesa, e todos os quatro não vieram. Por que não vieram?

Eu acho que todo mundo do Brasil que tem o mínimo de consciência política e econômica sabe que a grande vítima do aperto econômico que Dilma está implantando, a grande vítima somos nós, povo negro.

Por outro lado, é bom também salientar para todos que nós, negros, somos o primeiro grupo organizado da sociedade brasileira a botar o dedo na ferida, discutindo os impactos da crise econômica sobre a popu-

lação brasileira. Somos o primeiro grupo que trabalha especificamente em cima da crise econômica e do seu impacto sobre a população.

Ora, nós temos consciência de que este segundo Governo Dilma está devendo muito ao povo negro. Dilma tem consciência disso. E eu espero que todo o poder que circula Dilma a liberte, porque a Dilma, na conversa que teve conosco, deixou bem evidenciado: "Quero, sim, empoderar o povo negro, quero, sim, trabalhar em prol do povo negro". No entanto, nós sabemos que há um núcleo duro ali, no Palácio do Planalto, e que os interesses outros falam mais alto do que a questão da inclusão. A Dilma se comprometeu a fazer um trabalho sério pelo povo negro no final do primeiro mandato dela. Ao assumir o segundo mandato, Dilma parece que foi totalmente bloqueada nessa proposta.

Por exemplo: não admito, como militante do Movimento Negro, que a Presidenta Dilma tenha terminado de compor seu ministério sem colocar um negro sequer no ministério. Isso foi um tapa em nossa cara, como população negra organizada. Não admito, não aceito isso, não concordo com isso e vou protestar sempre contra o fato de que Dilma compôs seu segundo escalão e não botou um negro sequer! Não concordo com o fato de que a Dilma compôs seu terceiro escalão, e há só alguns negros perdidos.

Isso mostra o quanto há um descompasso entre um Governo que assina a Lei 12.990/2014, que é a lei que determina a cota para negros no serviço público, mas, dentro de casa, não está fazendo o dever de casa.

Ora, nós sabemos que mais de 40% dos cargos... Nós sabemos que mais de 40% dos cargos, aqui na Esplanada dos Ministérios e no Governo Federal, são cargos ditos de confiança; ou seja, as autoridades trazem quem eles querem.

E nós dissemos: "Dilma, queremos também coerência à sua política de assinar a lei aprovada pelo Senado e também pela Câmara – portanto, não é lei de seu Governo, mas é uma lei de Estado, que determina 20% de negros em todo concurso público; queremos sua coerência, Presidenta Dilma: nos cargos de confiança, os chamados DAS, queremos também 20% de negros na ocupação desses cargos".

E, até hoje, Dilma não nos respondeu nada, e já foram ocupados os cargos DAS.

O Vice-Presidente Temer acabou de receber de Dilma a missão de distribuir esses cargos. Nós mandamos uma carta registrada para Temer, mandamos carta registrada para todos os presidentes de todos os partidos políticos, porque foi uma negociata entre todos os partidos políticos e o Vice-Presidente Temer, para ocupar os cargos de segundo escalão. Nessa carta, cobramos deles seriedade, ética em respeito à diversidade étnica. Infelizmente, todos os partidos políticos e mais o Vice-Presidente da República Temer deram as costas e não levaram isso a sério.

Então, quando nós, negros, radicalizamos, fazemos a ocupação e nos acorrentamos, acham que nós estamos errados. Errados estão eles, que não dão atenção a nossas reivindicações e só dão atenção quando nós radicalizamos. Ou seja, o Governo quer que voltemos a radicalizar? Estamos dialogando.

A audiência pública de hoje, volto a dizer, a audiência pública de hoje é uma sinalização ao Governo Federal para acordar e reconhecer que a grande vítima da crise econômica, a grande vítima é o povo negro. Se o Governo Federal não levar a sério a denúncia que agora estamos fazendo ao vivo, em cadeia nacional, para todo o Brasil, nós, negros, seremos obrigados a radicalizar brevemente.

Bem, também tivemos uma reunião pessoal – mais de 20 lideranças da comunidade negra, dentro do gabinete da Presidenta Dilma. Entregamos a ela mais de 15 nomes – na hora, 9 nomes; depois, foram vários outros nomes –, um total de 15 nomes de negros e negras, com alto saber jurídico, para serem escolhidos para compor o STF na vaga de Joaquim Barbosa. Estranhamente, o núcleo duro do Governo Federal preferiu manter um STF sueco.

Ora, nós não estamos na Suécia! Estamos no Brasil! Não aceitamos um STF sueco, composto só por brancos. Isso é crime, isso é um tapa na cara que o Governo Federal está dando em nossa população negra! Uma grande população marginalizada, excluída de todos os cargos de decisão deste País.

E a pergunta é esta: por que o Governo insiste em nos excluir? Por que o Governo Federal insiste em nos excluir?

Podiam vocês dizer: "Ô, Frei, o senhor está pegando pesado! O Governo Federal criou cota para negro!"

Mentira! Quem criou cota para negros foi a luta do povo negro aqui na Câmara e aqui no Senado. (*Palmas.*)

Com certeza, o Partido da Presidenta Dilma e toda a Base aliada ajudaram, e muito, nesse processo. Ajudaram, e muito, nesse processo. Mas, se não fosse a pressão, as várias delegações que trouxemos para cá para pressionar, com certeza, esse projeto estaria até hoje engavetado.

Mas a cota, por mais que seja um projeto fantástico e eficiente para nós, negros, a cota é uma política pública de gasto zero. Por quê? Porque ela tira a vaga de Medicina, por exemplo, das universidades federais, dos ricos e concede aos pobres. O dinheiro é o mesmo, não gastou nada. Então, é uma política de gasto zero.

"Ah, Frei, o senhor está sendo injusto. Olha o Prouni aí, Frei. O Prouni é uma política que colocou e está colocando muito negro na universidade."

Mais uma vez, o Prouni é um programa fantástico, é o maior programa de bolsa de estudo do mundo, mas, mais uma vez, falo: o Prouni é um programa, é uma política pública de gasto zero, porque, mais uma vez, o Governo pegou os impostos que antes eram dados como filantropia para as universidades e os transformou em bolsa. Então, não houve gasto financeiro novo, ou seja, foram apenas jogadas bem inteligentes – e aplaudo por isso –, mas volto a dizer: é um programa de gasto zero.

O Dr. Ivair deixou bem evidenciado, aqui, que o programa do Itamaraty de bolsa de estudo para formar embaixadores negros e embaixadoras negras está ameaçado. Há mais de um ano, o Itamaraty está em silêncio e não responde.

Nós, Educafro, estivemos por duas vezes, com uma grande delegação, lá no Itamaraty, no Instituto Rio Branco, exigindo do Embaixador Mello Mourão que ele solte o edital definindo bolsas para jovens negros. Ele, com muita diplomacia, mostra, diz, fala:"Eu espero o Governo liberar o dinheiro, espero o Governo liberar o dinheiro." Ou seja, está na cara que nós fomos cortados. Era a única política pública em que o Governo investia dinheiro verdadeiro, dinheiro limpo. Foi o único programa público que investia dinheiro limpo, voltado para a questão do negro de maneira específica, e esse programa está ameaçado.

Nós vamos estar aqui em Brasília, mais uma vez, para fazer uma pressão ao Itamaraty. Exigimos do Itamaraty um posicionamento sério e verdadeiro.

Ora, se Dilma cortou o dinheiro de todos os Ministérios, que é o que está sendo dito e é o que está sendo apresentado, por que cada Ministério vai cortar justamente no lado mais fraco? Cortassem nas mordomias, mas não no lado mais fraco.

Então, vão lá no negro e passam a tesoura, e arrancam o negro do processo de empoderamento.

Bem, colocando isso daí, portanto, a gente vai, então, adiante, apresentando esse eslaide que elaboramos.

População negra no Brasil: nós somos 53,7% do total, segundo a última PNAD – IBGE.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Exatamente, exatamente. Então, na prática, é bem maior esse número. Esses são aqueles que se declaram negros.

Segundo, o nosso acordo com o IBGE, negros são a soma do preto e do pardo. A soma do preto e do pardo é negro.

Quem é mais afetado pela crise econômica? O negro ou o branco?

Então, essa pergunta precisa ser colocada com firmeza pela sociedade brasileira e todos os dados devem ser apresentados.

Estranhamos a ausência do Ipea, que nós tínhamos certeza de que estaria aqui, à mesa, para dar esses dados para nós. Ele não está. O Ipea não veio. O Ipea garantiu a vinda e não apareceu. Por quê? Porque o Ipea não quer mostrar essa verdade.

Quem é a vítima da exclusão com esse corte, com essa crise econômica? É a população negra e nós queremos que o Brasil inteiro entenda e queremos conclamar os Senadores éticos, Senadores irmãos de garra, para denunciar isso no plenário do Senado e da Câmara.

Queremos rever essa posição e queremos solução para o problema.

Corte de verba nas universidades públicas provoca uma grande evasão de universitários negros.

O que está fazendo o Governo Federal? Nós, com certa tristeza, estamos acompanhando com muita dor o grande número de jovens negros que entraram pelas cotas nas universidades públicas, confiando na vaga, no Bolsa Moradia e no Bolsa Alimentação.

Recentemente recebi um *e-mail* de um irmão nosso negro da periferia de São Paulo que entrou para fazer engenharia na Universidade Federal de Juiz de Fora. Ficou um ano sem Bolsa Moradia, sem Bolsa Alimentação. Seu pai e sua mãe venderam fogão, venderam a geladeira, venderam o porquinho para poder manter o jovem lá, e não havia mais o que vender. Chorando, mandaram o jovem voltar da faculdade.

Uma Nação que faz um absurdo desse é uma Nação criminosa. É o futuro da Nação. Quem vai ganhar não somos nós negros, é todo o Brasil que ganha quando temos mais um engenheiro negro formado, mas a Nação prefere expulsar esse negro da universidade a completar com uma "verbazinha" boba, que é o dinheiro para moradia, dinheiro para alimentação.

Então, eu peço ao nosso Senador, querido irmão Hélio, que nos ajude, denunciando isso da tribuna do Senado, porque nós não queremos que se permita ao Governo cortar a verba de moradia e alimentação dos jovens pobres. É grande o número de pobres negros e brancos que estão abandonando as faculdades públicas por falta de sustentabilidade em seus espaços públicos.

Pátria educadora ou pátria deseducadora? Além dos cortes, enganação? Em um dia, o Governo propôs o saudoso projeto Pátria Educadora, que nós elogiamos e aplaudimos; no outro dia, o Governo cortou R$70 bilhões do orçamento da educação. Conversando com a reitora de uma universidade federal, falei: "Reitora, por que a senhora está cortando justamente... Concordando com o Governo Federal ter cortado dinheiro da senhora, da sua universidade federal, mas por que a senhora cortou justamente o dinheiro que vai para moradia e alimentação?" E ela falou: "Frei, o que você prefere? Que eu deixe o ar condicionado quebrado, estragando todo o produto químico? Então, Frei, eu tenho que ter uma opção. O problema não está em mim. Eu estou com uma verba curta, cada vez menor. Eu vou pegar esse dinheiro e vou investir onde eu entendo que dá menos prejuízo. Eu sei que vocês negros são as primeiras vítimas, mas vocês devem bater na porta certa, que é no Ministério do Planejamento, que é na Casa Civil, que é no Ministério da Fazenda. Batam lá, porque é lá que estão cortando nossas verbas".

Então, nós entendemos que o Governo Federal precisa parar de brincar com o pobre. Nós exigimos, cobramos do Governo Federal que ele tire o dinheiro para moradia e alimentação de cada faculdade pública, que esse dinheiro fique centrado no MEC e que saia direto do cofre do MEC para um cartão de crédito de cada aluno, para não permitir que os reitores, diante do desespero – justo –, diante da crise que eles atravessam, não vitimizem a ponta da pirâmide, que somos nós, negros.

Então, eu volto a dizer: conclamo o Ministro Janine, que mostra ser um homem sério e comprometido com o povo pobre, o povo negro, a tirar da mão dos reitores todas as verbas das faculdades públicas voltadas para moradia e alimentação. Não é que eles estejam administrando mal essa verba. Eles estão desesperados. Estão desviando essa verba para outras necessidades fundamentais da universidade. Mas para nós, negros, o fundamental é garantir a continuidade e o direito do nosso povo estar na faculdade para criar e ajudar a criar, amanhã, um Brasil mais firme e com mais pessoas capacitadas.

O grande corte das verbas no Fies. Quem são as principais vítimas? Grande parte dos jovens negros não conseguiu renovar e nem aderir ao Fies – jovens que entraram agora na universidade. Quem vai se responsabilizar por esse estrago no sonho da população negra? Só em uma universidade com que a Educafro tem parceria, mais de 200 jovens negros foram jogados para fora da universidade – só em uma universidade –, porque eles entraram pelo Fies. Entraram com bolsa de 60% Educafro e 40% do Fies. Com o corte do Fies, com o não complemento do dinheiro do Fies, a faculdade exigiu que eles pagassem em dinheiro vivo, mas todos eles ganham salário mínimo ou estão desempregados e, consequentemente, foram expulsos da faculdade. A faculdade fez uma falsa pré-matrícula. Descobrimos que o MEC não aceita pré-matrícula. Quando o aluno entra na faculdade, ele tem até o dia x para a faculdade registrar a matrícula do aluno, e as faculdades inventaram uma pré-matrícula, que, na verdade, não é nada. Deu o prazo para a faculdade enviar o nome dos alunos oficiais para o MEC, mas o nome desse aluno não foi, e ele, então, está como semestre perdido.

O Governo fez um grande mal aos pobres. "Ah, Frei David, o senhor está sendo injusto, porque o Governo tinha que melhorar o Fies porque tinha muito de desvio.". Ora, se tinha muito desvio, a culpa estava no próprio Governo que não gerou um corpo de fiscais com capacidade e com seriedade de trabalho. Realmente, às políticas públicas brasileiras falta fiscalização rígida e bem elaborada, bem como rever a Lei do Fies.

Por exemplo, absurdamente, a Lei do Fies fala o seguinte, atenção: "Qualquer pessoa que ganhe até 20 salários mínimos por mês pode obter 50% de bolsa do Fies." Isso é um absurdo, gente. Isso é um absurdo. Com 20 salários, é rico. Por que o Governo vai financiar faculdade para rico? Tem que mudar a Lei do Fies, sim! Até peço ao meu irmão, Senador Hélio, que faça uma lei complementar para mudar a Lei do Fies, permitindo que apenas tenha acesso à bolsa 100% do Fies, seguindo a norma do Prouni, quem ganha até um salário mínimo e meio. No Prouni, quem ganha até três salários mínimos, tem direito a acesso à bolsa de 100% do Prouni. Então, que se transfira para o Fies a norma do Prouni e não se faça essa baixaria, permitindo que quem ganha 20 salários mínimos tenha acesso à bolsa do Fies. Tem que mudar essa lei. Nesse ponto é que está o furo; nesse ponto é que houve o rombo do Fies, e a vítima, infelizmente, não são os riquinhos, porque eles têm como pagar sua faculdade. As vítimas somos nós, negros, mais uma vez.

Quais as consequências de negros sem um curso superior e desempregados? Isso impacta fortemente a economia da população negra e de toda a população. Os cortes na educação irão gerar mais exclusão do povo negro e, consequentemente, atrasar o Brasil. A ONU exigiu do Brasil que, até 2020, se eu não me engano, tenha 30% de brasileiros matriculados nas universidades. Estamos em 2015 e não chegamos a 13%. Portanto, o negro estar na faculdade é uma maneira de o Brasil atingir as metas da ONU e não passar vergonha no mundo, mesmo assim o Governo está cometendo esse erro de manter a exclusão do negro no Fies.

Quem será o mais afetado na fila do desemprego? Serão os negros de baixa renda e sem diploma. Em todos os lugares do mundo está provado: onde há desemprego e a população é mista, a primeira vítima é sempre

o negro. Sabemos que 53,7% da população é composta por negros; desses, a imensa maioria é de baixa renda, e, consequentemente, serão e estão sendo as grandes vítimas da crise econômica brasileira.

Por tudo isso, eu conclamo a Presidente Dilma para ser séria conosco. A Presidente Dilma nos prometeu uma reunião no começo de março, da comunidade negra com ela, mas, até agora, a reunião não saiu. Aproveito agora ao vivo na televisão e peço: se tiver alguém do Palácio do Planalto sintonizado na TV Senado, lembre à Presidente Dilma que estamos esperando e cobrando audiência da comunidade negra com a Sua Excelência para cobrar essas questões. (*Palmas.*)

Quem pode contribuir mais com a economia? Quem pode fazer o Brasil alavancar? Negros, pois podemos ser 53,7% da população negra sem dinheiro e sem consumo ou 53,7% da população negra com renda, podendo consumir bens e serviços.

O mundo capitalista, o que o alimenta é o consumo. Quando o Governo descapitaliza o povo negro, está também atirando no capitalismo. Olhando o lado do capitalismo, são vítimas, também, neste ponto, e é um equívoco muito grande punir o povo negro com essa crise econômica. A ascensão econômica do povo negro é a solução para o crescimento econômico. Não há outro caminho. Sem investir no negro, o Brasil cai no buraco. É impossível o Brasil sair do buraco dessa crise se não investir no povo negro. O nosso empoderamento é necessariamente o empoderamento do Brasil. A distribuição de renda e o aquecimento do consumo, a partir do negro, é o caminho. Não tem outro jeito. Qualquer economista, minimamente sério e capaz, entende que somente com o aquecimento da vida econômica do povo negro é que vai tirar o Brasil do buraco.

Terceirização. Quem perde com esta questão? A precarização do trabalho afetará em maior medida as populações negras, que já sofrem com a má qualidade dos serviços públicos. Nós não aceitaremos este retrocesso. Desta vez, nós, negros e negras, iremos nos organizar mais, denunciar mais e correr atrás dos nossos direitos. Não queremos pagar o preço desta crise. Conclamamos os Senadores desta Casa, conscientes e solidários ao povo negro, a votarem contra a terceirização e peço ao meu irmão Hélio que nos ajude fortemente neste absurdo.

Terceirização e escravidão não têm diferença! Terceirização e escravidão não têm diferença! Todo brasileiro consciente é contra a terceirização.

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – O programa Ciência Sem Fronteiras não tem nem 5% de negros e negras. É uma violência negar este investimento à população negra. Temos direitos de ter acesso ao desenvolvimento tecnológico e científico. Queremos produzir.

Talvez este seja outro grande erro do Brasil. O Brasil empurra o meu povo negro para fazer pedagogia, fazer letras, mas o Brasil não empurra, não incentiva o nosso povo negro a entrar no mundo tecnológico e científico. Queremos mudança de postura. E eu conclamo os negros e as negras que estão nos ouvindo ao vivo, em todo o Brasil, que repensem e façam a orientação vocacional, abracem a sua vocação. Se você tem vocação para ser engenheiro, abrace e lute. Se você tem vocação para medicina, abrace e lute. Não aceite entrar nos programas gratuitos de pedagogia, porque, na pedagogia, quem entra não precisa pagar depois de formado, o que é uma maneira de o Governo atrair, a nós pobres, para uma situação que não é... Com certeza, vários irmãos e irmãs têm vocação para pedagogia, mas muitos irmãos têm vocação para engenharia, e nós o queremos no lugar certo. (*Palmas.*)

O povo negro precisa de políticas públicas direcionadas e não universalistas. Cortar as verbas da inclusão não é a solução! Cortar as verbas da inclusão não é a solução! Como falou o Dr. Evair, foi cortada a verba do programa Quilombola, foi cortada a verba do programa para formar embaixadores, foi cortada a verba para reconhecer as terras dos Quilombolas. E, agora, mais uma notícia muito triste: o Ministério da Seppir teve 58% do seu orçamento cortado. O Ministério da Seppir era o menor orçamento de todos os Ministérios do Governo Dilma. O Ministério da Seppir tem o menor orçamento de todos os Ministérios do Governo Dilma! Mesmo assim, Dilma e Levy, Ministro da Fazenda, tiveram a ousadia de abusar de nós, negros, de nos humilhar, cortando 58% da verba da Seppir.

Esse é o cenário da renda no Brasil. Vocês estão vendo que 84% da renda brasileira está na mão dos brancos; 2% nas mãos dos orientais; e apenas 14% na mão dos negros. Apenas 14% na mão dos negros. Nós, negros que somos... Somos quantos do Brasil?

(Manifestação da plateia.)

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Eu não ouvi. Somos quantos?

(Manifestação da plateia.)

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Pois é: 53,7%. E aí está aí esse absurdo. Aqui está o queijo do crime. Aqui está o queijo do crime. Aí é que mostra o grande que o Brasil faz a nós negros. Aí está a prova do crime. Os impostos no Brasil oneram mais os negros e pobres do que os ricos. E aí vocês estão vendo o desenho, o rico barrigudão, de tanto se refestelar; e o pobre, com um saco nas costas, da pobreza.

O Brasil não avança com negro pobre e branco rico. O branco está cada vez mais rico, e o pobre cada vez mais pobre, apesar de todas as políticas públicas, Bolsa Família, bolsa isso, bolsa aquilo. Apesar disso, no Brasil, o branco está cada vez mais rico. E o negro, cada vez mais pobre. Imaginem vocês se não houvesse Bolsa Família e os demais programas e transmissão de renda. Imaginem qual seria o absurdo da situação do povo negro. Com todos esses programas de transmissão de renda, ainda o branco está cada vez mais rico, e o negro, cada vez mais pobre.

Juventude negra viva. Nossos jovens negros estão morrendo todos os dias debaixo dos olhos do Estado, com total omissão. Como o Governo Federal tem a coragem de cortar mais de 30% das verbas do programa destinado ao combate à matança de jovens negros? O Governo Federal cortou mais de 30% das verbas. E agora vocês estão entendendo por que o Ministério da Fazenda não veio para a audiência, porque a Seppir não veio para a audiência.

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – O Ministério do Orçamento, Casa Civil. Ou seja, todos os representantes do Governo fugiram das audiências porque eles não têm respostas para as nossas verdades, para as nossas dores. E nós queremos mudança. E o Senado, que é a Casa do povo, tenho certeza de que os Senadores que estão agora nos seus gabinetes, vendo esta audiência, vão nos ajudar a empreender uma luta em prol do povo negro. A educação, a Educafro não aceita que as respostas à crise econômica brasileira sejam lançadas novamente nas costas, que a responsabilidade seja lançada nas costas da população negra. Temos que reagir. Faremos protestos criativos e com alta carga de denúncia. Então, daqui para frente, se o Governo Federal não criar planos voltados para o povo negro, vamos ter que gerar protestos e mais protestos criativos e impactantes, cirurgicamente pensados.

O Governo sabe muito bem que nós da Educafro já entramos no Palácio do Planalto e ficamos lá acorrentados durante 24 horas. Foi o único movimento social do Brasil em toda história do Brasil que fez isso, essa ousadia. Portanto, a gente não vai aceitar que o Governo Federal humilhe o povo negro. Vamos radicalizar.

Portanto, concluo mostrando a fonte dos dados. Caso alguém queira ter contato com a nossa entidade, aí estão os contatos da entidade. E, com certeza, temos expectativa de que o Senado, que é a Casa do povo, de que todos os Senadores que estão várias audiências neste momento ao longo do Brasil e nesta Casa verão esta audiência e vão nos ajudar a acordar o Governo Federal para que não faça o mal que está fazendo ao povo negro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradecemos ao Frei Davi. Comunicamos que realmente é verdade. Os Senadores estão, como a gente estava, eu e mais quatro Senadores, no Parlatino, que se reuniu lá em Havana. Eram vários países latino-americanos para discutir exatamente a questão da saúde. Há outros Senadores que estão na Rússia discutindo a questão econômica. Lá está tendo reunião dos BRICS. E os outros estão realmente nos seus gabinetes cuidando de algumas outras causas.

O Fies já foi motivo aqui de umas cinco ou seis audiências públicas e vai continuar na pauta de discussão, porque é inadmissível mudar no meio do caminho o programa, que foi iniciado, e prejudicar quem já está sendo beneficiado. Se houvesse outra regra para quem entrasse agora, tudo bem, sem problema nenhum. Porém, não é possível para mudar a regra para quem já está no jogo, porque já se investiu uma grande quantia de dinheiro nessa pessoa. De repente, isso vai prejudicar um monte de pessoas inocentes que não têm nada a ver com o desequilíbrio, com a falta de fiscalização, ou seja, é uma coisa errada. Nós estamos batalhando muito para mudar essa questão e vamos mudar!

Antes de passar a palavra para que todos possam fazer as suas considerações, vamos às perguntas que chegaram aqui para nós no *e-cidadania*.

Para mim, chegou a seguinte pergunta do Allan Martins: "Prezado Senador Hélio, sabemos que é parceiro da causa da população negra. Qual será o empenho do senhor para evitar que a população negra permaneça a ser tratada de maneira vergonhosa? O senhor poderia pressionar para a criação de um mecanismo para evitar fraudes na lei das cotas?"

Vou agorinha responder.

Para o Frei David: "Sou estudante de relações internacionais..."

Desculpem-me. Quem fez a pergunta para mim foi o Allan Martins. Deixe-me ver de que Estado ele é... Não tem o Estado aqui.

Quem está perguntando para o Frei David é Alabê Nunjara, do Rio de Janeiro: "Sou estudante de relações internacionais na UFRJ, não cotista e beneficiado por programa de assistência estudantil de permanência. O senhor não acha que os programas de cotas têm que ser obrigatoriamente conectados à assistência estudantil de moradia e permanência?" Essa pergunta é para o Frei David – vou deixar para ele.

Para o Prof. Ivair: "Prezado Sr. Ivair, como podemos criar mecanismos para evitar fraudes nos concursos?"

E para mim: "Senador Hélio, como o Senado pode ajudar?" Essa pergunta também foi do Allan Martins, que não falou de onde é.

Para o Prof. Ivair, também de Alabê Nunjara, do Rio de Janeiro: "Caro Prof. Ivair Augusto, diante das gritantes estatísticas de matança generalizada de jovens (53%), sendo que, dentre eles, 77% são negros, será que não pode ser caracterizado um caso de perseguição e ataque a um determinado grupo étnico e assim caracterizar como genocídio?"

De Alabê Nunjara, novamente, do Rio de Janeiro, também para o Prof. Ivair: "Dos cerca de mil diplomatas, temos cerca de 17 negros. Você acredita que o Governo não tem prioridade em mudar as esferas de poder diplomático quanto à sua diversidade étnica? Quais fontes garantem que se encerraram as bolsas prêmios para afrodescendentes?" Essa pergunta é para o Prof. Ivair.

Para a Luciana, também de Alabê Nunjara: "Emocionante o discurso da Luciana. Em nenhum momento pareceu vitimismo. Foi um discurso tocante para quem tem a pele preta e se sente indignado ao ser enganado pelas políticas públicas que traçam aos negros um destino de fracasso. O mérito dos negros é fugir dessas estatísticas!"

Pessoal, pelo Regimento, agora eu passarei a palavra aos três palestrantes para responderem às perguntas e fazerem suas considerações finais.

O tempo é de cinco minutos, mas não tem problema ultrapassar, porque, além de sermos tolerantes, não vieram os demais.

Vamos passar a palavra para a Luciana, em ordem contrária.

Por favor, Luciana.

A SRª LUCIANA BARRETO – Bom, primeiro eu queria dizer que Frei David e Ivair fizeram já um raio X completo da situação atual e levantaram todos os problemas que deveriam ser abordados, mas eu queria revelar aqui a importância, hoje, do comunicador nisso tudo, em todo esse processo, porque é a gente que está ali, no dia a dia, tentando denunciar tudo o que o Frei David falou, tudo o que o Ivair coloca.

Muitas vezes, a gente está, no âmbito da universidade, no âmbito da pesquisa acadêmica, com dezenas de produções que poderiam chegar à sociedade para contribuir para esse debate. Mas há recusa, e eu posso dizer "recusa", porque os problemas do povo negro neste País não têm importância para a grande mídia, a verdade é essa. Então, podemos dizer que há uma recusa de tratar dos problemas do povo negro neste País.

Então, hoje, como comunicadora, posso dizer que é um trabalho, às vezes, muito doloroso, porque você tem que carregar, forçar uma notícia, forçar – acho que a palavra é mesmo essa – a divulgação de trabalhos, a divulgação de situações hoje que são muito importantes para o brasileiro.

Por exemplo, hoje, estou sempre trabalhando na questão do extermínio do jovem negro. O extermínio da juventude negra, inclusive, é uma questão de extrema importância; é algo que não dá mais para aguardar. E hoje, por incrível que pareça, com todos os números que a gente tem, com todos os números que são divulgados, não conseguimos fazer um debate sincero sobre esse tema, que é a questão racial. Esse é o debate sincero.

Então, hoje a TV pública tem uma preocupação muito grande com isso e eu consigo esse espaço lá para trabalhar esse tema, mas a verdade é que as TVs e todos os meios de comunicação, a mídia, ela não trabalha o tema como deveria ser trabalhado, não só o extermínio da juventude negra, como os presos por engano neste País, que são centenas! O mapa da população carcerária, divulgado recentemente, na semana passada, mostra que a maior parte dos presos é de jovens negros envolvidos com tráfico de drogas. Não são crimes de assassinato, são crimes de tráfico de drogas. E me chamou a atenção uma pesquisadora que, divulgando esse mapa, dizia: "É importante frisar que não são crimes de assassinato, são crimes de tráfico de drogas. Estamos encarcerando uma juventude e perdendo talentos".

O Frei David disse algo importante quando falou que é a família negra que vai contribuir para que não tenhamos um retrocesso na economia deste País. E isso é uma grande verdade. Teríamos de denunciar e estar trabalhando com isso. Mas não conseguimos trabalhar isso, porque não conseguimos espaço na mídia para isso. Peço, então, ajuda para formar uma rede de solidariedade aos poucos comunicadores deste País que tentam furar esse bloqueio de trabalhar o tema racial neste País.

São poucos, não se enganem, recebemos dezenas, centenas de mensagens contrárias. Como eu disse, mexer com o privilégio neste País é muito difícil, é muito difícil mesmo. Então, recebemos diariamente deze-

nas de mensagens contrárias. Muitas vezes, alguns vídeos meus... Eu evito ver vídeos porque, algumas vezes, encontro suásticas neles, por exemplo.

Então, estamos falando de problemas muito graves, muito sérios, porque estamos mostrando a cara e temos dificuldades para fazer esse trabalho; precisamos desta rede de solidariedade e somos nós que denunciamos os problemas raciais neste Brasil. Somos nós quem denuncia todos os problemas neste País, e essa denúncia não é bem-vinda. Como eu disse, eles pedem paz quando na verdade querem dizer "silêncio". Então, o que querem de nós é o silêncio, não se enganem.

Eu peço, porque acho que hoje efetivamente precisamos de representatividade; precisamos de investimento nos meios de comunicação, para que haja representatividade nesses meios.

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIANA BARRETO – E precisamos de programas, de produção de programas que mostrem o que é o Brasil. Precisamos ver o Brasil na tela, precisamos de programas que mostrem essa diversidade. Recentemente, a TV Brasil, que tem um trabalho com isso, exibiu uma novela angolana, a Windeck, que foi extremamente bem recebida pelo público. Ou seja, o público quer se ver na tela, e nós precisamos dessa rede de solidariedade, precisamos desse apoio para que, realmente, consigamos mostrar o Brasil na tela do Brasil.

É isso, gente.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Luciana, havia também aqui uma pergunta, mas acho que você já a respondeu. "Prezada Luciana Barreto, apesar dos avanços mencionados pela senhora e, sobretudo, sobre a Lei nº 10.639, de 2003, lei que até hoje não é aplicada na maioria das escolas públicas e particulares, lhe pergunto: o que fazer para avançarmos na prática?" Diego Barbosa, estudante. São Paulo.

Acho que, de uma forma ou de outra, você respondeu. Você quer complementar?

A SRª LUCIANA BARRETO – Só sobre a Lei nº 10.639. Como comunicadora, estou sempre trabalhando e passeando sobre todos os temas. Então, percebo que, dentro das universidades, nas quais tenho muito contato – o Prof. Ivair pode falar muito melhor inclusive –, há muitos núcleos de pesquisadores tentando e produzindo material, que não chega até ao público por tudo o que já falei, pela questão do bloqueio. Existe um grupo de pesquisadores trabalhando – da Lei nº 10.639 –, por exemplo, na Universidade Rural do Rio de Janeiro. Recentemente, estive com uma professora que chefiou um núcleo de formadores, de professores com a questão racial. Então, nós estamos avançando, mas esse avanço ainda é lento desde o momento em que não nos organizamos. Acho que essa organização, que é o que está acontecendo aqui hoje, esse debate público, essa cobrança em conjunto, que vai fazer com que consigamos avançar em todos os setores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado, Luciana.

Eu queria dizer ao Frei David e ao Ivair que, de fato, a terceirização é a precarização do serviço. É inadmissível o projeto como veio da Câmara para cá. Ficamos muito satisfeitos quando ouvimos do Presidente do Senado, Renan Calheiros, a quem terei orgulho de levar o Frei David na sua próxima vinda a Brasília... Ele me pediu para ir com ele até ao Renan, mas, lamentavelmente, o nosso Senador está na reunião dos BRICS e só volta na quarta-feira à noite. Numa próxima oportunidade, com certeza, Frei, iremos conversar. Nosso Presidente Renan deixou claro que vai discutir isso com toda calma, com toda preocupação que essa lei exige. Ela passou 12 anos na Câmara Federal e não vai ser agora, no afogadilho, que o Senado vai aprovar isso. (*Palmas.*)

Nós já fizemos duas audiências públicas sobre o tema. E vejo que grande parte dos nossos Senadores não concorda, sob hipótese nenhuma, com a terceirização, principalmente nas atividades-fim, como está previsto na lei.

Com relação ao Fies, é aquilo que já falei. Já estamos debatendo e vamos ver alguma alternativa que não penalize tanto as pessoas. Gostaria de conversar mais sobre essa propositura das normas do Prouni. De repente, eu até apresento projeto de lei nesse sentido, sem nenhum problema, Frei.

Com relação à pergunta que fora a mim dirigida, o que eu poderei fazer aqui para ajudar é exatamente estar vigilante, trabalhando no sentido de evitar discriminação, de evitar vitimização de alguém e de defender os direitos do povo brasileiro, que é pagador de impostos.

Quando o Frei deu a estatística, mostrou que quem, de fato, paga imposto neste País é o assalariado. Como a maioria dos negros e afrodescendentes é assalariada, tem contracheque, eles pagam imposto. Agora, muitos que não têm contracheque não pagam impostos, sonegam impostos. Então, devemos ter esse direito de acesso a todas as questões. Então, essa Lei das Cotas só veio fazer justiça a uma situação que hoje ainda é de discriminação, que não dá tanta oportunidade de acesso às universidades, às boas escolas, coisa e tal. Por isso, essa Lei de Cotas, que esperamos superá-la logo, logo. Talvez não se vá precisar mais dela na hora em que as coisas avançarem. Então, houve o momento em que ela foi necessária, e o Congresso votou essa lei.

Eu queria passar para o Prof. Ivair Augusto para responder suas perguntas e fazer suas considerações finais.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Sr. Senador, quero repetir que me sinto muito privilegiado e honrado de participar desta reunião histórica, em que estamos questionando, discutindo, pela primeira vez, talvez, num seminário, o Orçamento. Até agora, sempre fazemos seminário para denunciar o racismo e tal. Nós queremos, agora, dialogar com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento. Então, por isso só, este momento já é histórico.

Agora, eu queria pedir, Senador, uma vez que não pudemos contar com os membros do Governo nesta reunião, que o senhor pudesse repetir esta audiência pública com a presença dos representantes de Governo. A gente quer dialogar com eles, principalmente com o Ministério da Fazenda e com o Ministério do Planejamento.

Então, eu faço uma proposta aqui no sentido do seguinte: que se repita esta audiência, porque vocês concordam comigo que nós estamos fazendo o nosso diálogo – eu converso com o Frei Davi toda hora, eu converso toda hora –, mas conversar com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, não é a qualquer hora que podemos fazer isso. (*Palmas.*)

Houve uma reunião especial. Sei que vieram, em ônibus, de São Paulo dezenas de jovens para participar desse evento, mas quem devia estar na festa, quem devia estar na cerimônia não está presente. Então, eu solicito, em meu nome pessoal e em nome de todo mundo que está aqui presente, que possam reproduzir esta audiência pública com a presença dos membros de Governo, para podermos dialogar com eles. Quando se fala de combater a desigualdade racial, nós não temos com quem conversar. Cadê o BNDES, cadê o Ministério da Fazenda, cadê o Ministério do Planejamento para dizer isso?

Nós estamos batalhando para que haja um Fundo Nacional de Combate ao Racismo, porque, efetivamente, quando se fala em recursos, quando chega à população negra, não há essa discussão. A discussão sobre a questão financeira, orçamentária não entra no nosso debate. Então, hoje, nós estamos inaugurando um debate neste sentido: queremos conversar com o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda, para dizer o seguinte: qual é a proposta que o Governo tem para combater o racismo e a desigualdade racial? Queremos saber isto: qual é a proposta? Quanto há de recursos para poder fazer isso? Vou dar um exemplo concreto para vocês pensarem comigo: qual é, quanto foi gasto no Juventude Viva para combater a violência contra os jovens e a população negra? Como isso impactou ou não impactou a redução ou o aumento de número de jovens mortos? Temos que discutir isso. Se está tendo dinheiro para o Juventude Viva para combater a violência contra os jovens, eu quero saber o seguinte: quanto diminuiu em termos de mortalidade da juventude negra? É simples: gastamos tanto e quanto nós temos de resultado em relação a isso. Então, eu peço, mais uma vez, Senador, que haja um esclarecimento no seguinte: qual é o impacto do Juventude Viva efetivamente na nossa questão do genocídio da população negra? Quero saber exatamente isto: onde isso está impactando ou não está impactando? Essa é uma questão.

A outra questão para que eu queria chamar a atenção é que falta mais um ator nesta nossa conversa. A gente fala do Governo, fala da sociedade civil, mas cadê os empresários, cadê o setor financeiro, o setor industrial? Como é que é isso? (*Palmas.*)

Parece que eles não têm nenhum compromisso em relação a isso? Quantos negros participam efetivamente de conselhos de administração de empresas? Vocês conhecem algum negro, conhecem um só negro que faça parte dos conselhos de administração das grandes empresas brasileiras? Não há. A gente acha isto normal: você não ter negros dentro dos conselhos de administração das empresas. E elas também: a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional da Agricultura, essas grandes confederações não vêm dizer o porquê, por que elas existem. Elas têm ou não têm um compromisso com a sociedade brasileira? Ou tem só com parte da sociedade brasileira, porque nos exclui? O Governo, bem ou mal, tem um programa de ação afirmativa, e as empresas têm algum programa de ação afirmativa que nos inclua? Sinceramente, vocês já pensaram que nós discutimos entre nós, nós e o Governo, e as empresas não participam, não têm um gesto, nem vontade, nem provocativo com relação a isso.

E uma outra questão, para vocês perceberem o quanto é grave este momento. Quando o Frei Davi mencionou que poderia haver vagas nos cargos de confiança, eu simplesmente fiz uma pesquisa. Entrem no celular de vocês, no computador de vocês e vejam o seguinte: há um decreto presidencial de 13 de maio de 2002, Decreto nº 4.228 – vou repetir, 4.228, de 13 de maio de 2002 –, que cria um programa e a obrigatoriedade de haver 20% de reserva de vagas para negros, mulheres e portadores de deficiência em cargos de DAS. Então, aquilo que o Frei Davi estava propondo já existe desde 2002. Qual é o problema? Fazer cumprir. Qual é a proposta? Vai haver algum gasto isso? Não. É fazer cumprir um decreto de doze anos.

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Então, você está me dizendo que o Governo Federal está omisso? É isso?

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – É omisso.

O Decreto nº 4.228, do dia 13 de maio de 2002, norteia que os cargos de DAS tenham que ter, no mínimo, 20% para negros, mulheres e portadores de deficiência. Efetivamente, não há ninguém fiscalizando, ninguém discutindo, ninguém cobrando esse Decreto.

Quero mais uma vez, Sr. Senador, pedir um esclarecimento: por que o Decreto nº 4.228, do dia 13 de maio de 2002, não é implementado? Por que ele é ignorado? Porque não é questão de recurso. É uma medida política garantir que efetivamente haja o cumprimento do Decreto e que haja das vagas do DAS um percentual para negros, mulheres e portadores de deficiência, que é o Decreto nº 4.228, Decreto esse que não foi revogado. É mais um pedido ao Senador de um esclarecimento em relação a isso.

Agora, vamos a uma das questões.

A primeira pergunta – que quero agradecer –, do Alabê Nunjara, fala da questão que mais nos dói hoje: a mortalidade da juventude negra. Todos nós aqui temos alguém, conhecido ou parente... Tivemos o episódio, agora, em Salvador, em que morreram 12 jovens negros de maneira violenta. Esse é um assunto que deveria ser uma convocação: "Meu Deus, está morrendo muita gente!" Mas não morreu apenas nesse ano. Foi nesse ano, no ano passado, no ano retrasado. E qual é a resposta efetiva do Governo brasileiro em relação a esse genocídio da população negra? Qual é a resposta disso? Tem que haver alguma resposta que possa impactar esses indicadores. Se o Juventude Viva não é suficiente para isso, tem que haver outra medida. Tem que convocar a sociedade brasileira para dizer: "Olha, da mesma forma que há um debate hoje, por que não se discute a questão do jovem, da morte da juventude negra; por que não se discute isso?"

Tenho uma séria crítica contundente em relação ao Juventude Viva. Primeiro, já pelo nome. O fato de terem cedido – porque era Juventude Negra – para Juventude Viva quer dizer muita coisa. E a outra questão é o fato de não ter orçamento claro em relação a isso. Se não há orçamento claro de quanto vai se gastar para combater isso, fica claro também que você não vai ter o resultado para poder medir efetivamente isso.

Peço que haja o esclarecimento por parte das autoridades do Ministério da Justiça em relação ao que é que se está fazendo sobre a morte dos nossos jovens, o que está sendo feito com relação a isso? Ou isso não é uma questão importante, não é uma questão de Estado?

Esse é meu lamento, Alabê Nunjara, porque percebo, ao longo dos anos, que os números vão se repetindo e não há uma ação efetiva para poder combater isso.

Outra questão que me chega aqui, Alabê, é com relação ao número diminuto de diplomatas. Isso não ocorre só com os diplomatas. Se formos ver os cargos de confiança hoje que não respeitam o Decreto nº 4.228, é a mesma coisa. Como disse o Frei Davi, estamos zerados. Em muitos Ministérios, nem se pensa nessa possibilidade.

E a outra questão é a seguinte: se há um programa que, mais ou menos, deu certo, por que não aumentar, ou seja, intensificar? Não, pelo contrário, apaga-se o programa, mas o programa era o único que efetivamente tinha recurso para poder avançar. Qual é a reação? Está frustrando? Está. Então, se retira o dinheiro.

É o seguinte: por que o Ministério das Relações Exteriores, até agora, não se manifestou publicamente por essa conquista da população negra, que é um programa que nós conquistamos, participamos diretamente na pressão para poder se criar desde 2001?

Outra questão é o seguinte: nós, no início da ação afirmativa, e ficamos tão felizes quando começamos a implementá-la, achávamos que não existiria ninguém capaz de tentar burlar as nossas ações. Achávamos que, efetivamente, bastaria uma autodeclaração: as pessoas iriam, prontamente, apresentariam e tal. Foi uma grande decepção! As pessoas fazem qualquer coisa para poder obter alguma vantagem, e, muitas vezes, elas acham que... Vejam só, somos tão modestos que ninguém pediu 50%, pedimos 20%; mas, nesses 20%, é que as pessoas estão de olho e vão lá para poder tirar as nossas vagas e tal. Vagas de quem? Dos nossos jovens.

O que mais dói é saber que grande parte das pessoas que estão tentando burlar estão tentando tirar das pessoas mais pobres, das mais carentes. Eles não estão preocupados com isso. Eles querem, efetivamente, que aquilo não se cumpra. Então, é um boicote explícito.

Agora, o boicote maior é de quem sabe disso e não faz nada, ou seja, não há nenhum programa de monitoramento do Governo Federal para acompanhar isso. Eu digo "um programa", não estou dizendo "meio". Não há nenhum programa de acompanhamento e monitoramento disso.

Alan, quando você me pergunta o que fazer com as fraudes, se você não tiver acompanhamento, se não tiver monitoramento, se na comissão de concursos não houver esse olhar em relação a isso, não tenha dúvida de que vai haver fraude. E lembro o seguinte: aqueles que dizem que acompanhamento é uma questão inconstitucional, eu peço para ler o voto do Ministro Lewandowski, que, quando votou pelo Programa de Ação Afirmativa na UnB, aprovou que era preciso ter acompanhamento e que, se não tivesse acompanhamento, poderia haver a fraude.

Não vamos esperar só a boa vontade das pessoas. É preciso vigilância. Se não houver vigilância da sociedade civil, se não houver um programa de acompanhamento dessas programações afirmativas, vai acontecer o mesmo que aconteceu com o Decreto nº 4.228, de 2002, ou seja, as pessoas foram esquecendo, esquecendo a tal ponto que hoje ninguém lembra mais que existe um decreto que não foi revogado e que exige que haja um percentual mínimo de negros e mulheres nos cargos de confiança. Esse é o resultado. Se nós não tivermos uma posição de vigilância, não cobrarmos que o Governo faça o seu dever de casa e monitore esses programas de ação afirmativa, vai acontecer o que aconteceu com o Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002, que eu peço que vocês leiam para ver que aquilo que o Frei David pedia já existe em decreto, efetivamente, não respeitado pelo Governo Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria só saber a primeira pergunta que você fez. O impacto é sobre o quê?

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – A primeira pergunta é qual o impacto, efetivamente, do Juventude Viva, na questão da mortalidade da juventude negra no Brasil. O programa foi feito para poder combater a violência contra a população negra. Quero saber qual o impacto disso porque os indicadores não se alteram. Então, é preciso fazer alguma coisa.

A segunda coisa é que essa reunião singela, em que só há a sociedade civil e o Senado, inaugura um novo debate. Não estamos só denunciando. Queremos discutir a questão do orçamento. Queremos conversar com o Ministério da Fazenda e com o do Planejamento. Nós queremos conversar. Ninguém está fazendo uma proposta. Quero saber qual é a proposta que vocês têm para combater a desigualdade e o racismo no Brasil. É uma resposta singela. Se o racismo é uma questão que todos nós vivemos na pele, qual é o programa que vocês conhecem que combate o racismo? Não estou falando de programa para apoiar a cultura, mas de combate ao racismo. Qual é o programa que nós temos, efetivamente, que combate as desigualdades raciais?

Nós, sociedade brasileira, construímos o Programa de Ações Afirmativas. Agora, perguntem ao Governo Federal, para esses dois Ministérios, que são os definidores da política efetivamente, o Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento. É curioso, gente, porque, quando foi anunciado o reajuste fiscal, o Ministro do Planejamento não falou o nome correto do Ministério. Ele falou Secretaria da Integração. Não é Secretaria da Integração. É Secretaria da Integração de Política da Promoção da Igualdade Racial, mas ele chama de Integração. Está bem. Então, qual é a proposta que ele tem para combater as desigualdades raciais no Brasil? Se não há uma proposta, por que não construir em conjunto com a sociedade brasileira?

O que nós estamos fazendo hoje, Senador, e é a grande novidade, é que não estamos aqui discutindo só a questão da educação. Queremos discutir a questão de orçamento. Como é isso? Como estamos nesse processo? Nos programas que existem, qual a sua eficiência em relação a nossa população? Porque estão falando da nossa vida. Se não houver um programa que impacte a nossa vida, que é o Programa Juventude Viva, para que ele existe, então? Se nós continuamos morrendo todos os dias, mais do que em uma guerra civil, por que a gente não discute isso? O que está faltando para poder a Nação acordar para o fato de que os nossos jovens negros estão morrendo? Não é mais um apelo, é um apelo de vida.

Agora, quem define isso? O Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda. Queremos discutir com eles. Queremos conversar. Queremos subir o patamar da conversa e queremos contar efetivamente com a presença da Fundação Cultural Palmares e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, para podermos dialogar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k. Professor Ivair. Não tenho dúvida: vou subscrever novamente uma convocatória, uma nova audiência pública aos órgãos públicos e aprovaremos aqui na nossa Comissão, porque é importante este debate. Reconvocaremos os nossos representantes do Governo Federal. Faremos um apelo especial para que eles venham responder essas perguntas importantes e relevantes que V. Sª ponderou.

Eu queria sugerir também uma audiência pública na Comissão Mista de Orçamento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu, como membro titular da CMO e como Sub-Relator do Capítulo Indústria, Comércio e Pequena e Microempresa, que é um capítulo importante da CMO – Comissão Mista de Orçamento, não tenho dúvida de que seria muito relevante discutir este assunto naquela Comissão, porque, assim, poder-se-ia trazer Governo, as partes civis envolvidas, as associações e debater isto no momento.

Prometo a vocês que conversarei inclusive com a Senadora Rose de Freitas, pelo Espírito Santo, Presidente da CMO, sobre a possibilidade de realizarmos este evento.

Vamos passar agora para o nosso querido Frei para responder suas perguntas, fazer suas considerações finais.

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Senador Hélio, é com muita honra que a gente faz a mensagem final, destacando alguns pontos: 1) na fala do Ivair, ele destacou uma questão fortemente de...

Para nossa vergonha, como brasileiros, o Brasil da democracia matou mais – muito mais – do que toda a ditadura militar. O Brasil da democracia matou mais jovens negros do que a ditadura militar matou todos os cidadãos juntos. Somando todas as mortes da ditadura, o índice foi menor do que a morte da democracia só em cima de jovens negros. A coisa é gravíssima!

Dilma, por favor, a senhora é a Presidenta. Meu povo está morrendo. Não são seus filhos, não são seus primos. Por favor, Dilma, aja! Seja Presidenta de todo o mundo e não só de alguns!

Nós queremos responder aos ouvintes que estão assistindo à TV Senado.

Viviane, de Minas Gerais, mandou por telefone um comunicado. Ela está assistindo à TV Senado e está preocupada com o seguinte: ela, pela Lei nº 12.990, Lei das Cotas dos Concursos Públicos Federais, foi aprovada, assumiu o cargo, largando o outro emprego, largando tudo e assumindo o novo cargo a partir da Lei de Cotas para Negros, mas, três meses depois, foi tirada do cargo na marra, com um mandado de juiz. Motivo: um branco entrou na justiça exigindo uma nova interpretação da lei e o juiz aceitou. Ou seja, o Governo Federal errou violentamente quando fez a Lei nº 12.990, de 2014, sem regulamentação. Então, cada órgão público interpreta a lei como quer.

Senadores, está a maior zorra no Brasil inteiro. Há esse caso de juiz que tira um negro que já tomou posse, que largou seu emprego anterior e que, agora, está desempregado, mas há o caso contrário: um juiz, no Acre, intimou o órgão público organizador do concurso a cancelar o concurso, porque, de maneira canalha – desculpe a palavra pesada –, o funcionário público responsável fatiou as vagas de dois em dois no concurso para não haver cota. A Lei diz que a cota existe quando há três ou mais vagas, e, canalhamente, o administrador público pegou as vagas do concurso público e fatiou em duas, duas, duas, duas. Com isso, não houve cota para negro. A comunidade negra denunciou isso, no Acre, e o juiz, que era honesto, graças a Deus, cancelou o concurso e obrigou a se refazer o concurso tendo cota com seriedade.

Então, Governo Federal, não seja irresponsável conosco, com o nosso povo negro! Soltar a lei sem regulamentar é maldade do Governo. Cada órgão público está lançando essa lei de cotas do seu jeito. Existem absurdos incríveis. No Rio de janeiro, por exemplo, nós temos mais de 800 pessoas negras que foram aprovadas no concurso, assumiram, e foram demitidas em seguida, porque houve mandado de segurança de brancos que, achando-se injustiçados, derrubaram o concurso.

A situação está grave. Nós, negros, estamos apanhando muito no Brasil democrático. O Brasil de Dilma não é o Brasil do Lula. Nós percebemos que Lula era muito mais sensível ao clamor do povo negro. Não sei se é o núcleo duro da Dilma que está prejudicando, mas nós achamos que Dilma tem de rever a sua postura.

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Também veio aqui outro ouvinte nos lembrando a aposentadoria e a questão do negro. A violência na mudança da lei da aposentadoria está sendo uma nova lei do sexagenário, porque o negro velho e idoso, após trabalhar e dar a vida pelo Brasil, está humilhado com uma aposentadoria indigna, que dá mal e mal para comprar remédio.

Outro ouvinte da TV Senado, aluno de Relações Internacionais, da UFRJ, nos falou de maneira muito sábia e inteligente: "Frei, por que as cotas não estão conectadas automaticamente com o Bolsa Moradia e o Bolsa Permanência?" É o apelo que fizemos já quatro vezes aos quatro últimos Ministros da Educação, no Brasil. Pedimos a eles o seguinte: "Ministro, se você tem pouco dinheiro, que, pelo menos, a todo jovem pobre que entra pelas cotas e cuja renda *per capita* seja de 1,5 salário mínimo por pessoa, apenas a este, que passou no vestibular com essa renda baixa, se garanta, de maneira incontestável, que ele tenha automaticamente direito ao Bolsa Moradia e ao Bolsa Alimentação."

Mas as universidades, de maneira maldosa, para deixar o aluno culpado, exigem desse aluno pobre um caminhão de documentos, muitos documentos impossíveis de serem obtidos. E a faculdade fala: "Você não conseguiu a bolsa, porque você não trouxe a documentação." Então, culpa o pobre, coitado, por não ter conseguido o Bolsa Moradia e o Bolsa Permanência. É uma atitude injusta e desonesta dos reitores das universidades federais, que têm de mudar essa atitude e garantir, automaticamente, para os nossos jovens pobres que ganham até 1,5 salário mínimo o direito ao Bolsa Moradia e Bolsa Alimentação. Isso é o mínimo.

De repente, até podia ser uma emenda de um projeto do nosso irmão Hélio para o Governo Federal andar na linha em prol do povo negro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – É com muita alegria que dirigi essa audiência pública, de altíssima relevância e qualidade.

O meu gabinete tem como defesa no Senado quatro eixos, começando por duas definições:

> – a questão da família: sem família, ninguém vai a lugar nenhum. Então, aqui, eu defendo a família em todas as circunstâncias, porque ela é fundamental.
> – a questão da energia: sou um engenheiro eletricista formado, com concurso público, concursado do MPOG, trabalho no Ministério de Minas e Energia. Sem a energia, seja a energia vital, seja a energia elétrica, sem essas energias todas, não vamos a lugar nenhum. Então, energia é fundamental. E aqui estou debatendo muito a questão das energias renováveis, especialmente a energia solar, via captação fotovoltaica, energia eólica, energia da biomassa, que pode colocar o Brasil na âncora da questão.

Além disso, o meu mandato tem como primeiro quadrante, entre os quatro quadrantes de defesa, como falei, os menos favorecidos. E por defender os menos favorecidos, defendo políticas públicas justas de educação, de saúde, de segurança e de transporte para todas essas pessoas, os menos favorecidos. Acho que cheguei aqui para defender os menos favorecidos. Então, me coloco, Frei, à disposição para debatermos alguns assuntos dessas propostas de emenda, sem problema nenhum. Meu gabinete está à disposição, é o gabinete nº 22, da Teotônio Vilela, no Senado Federal. Sou Senador por Brasília, Distrito Federal.

O segundo quadrante é defender a moradia. A moradia é o básico. É necessário que todo mundo possa ter seu pedacinho de chão, sua casa, aquele recinto inviolável, onde a pessoa só pode entrar ou em flagrante delito ou com ordem judicial para poder ter a tranquilidade de refletir e ter uma vida melhor. Por isso, a moradia, para mim, é basilar também no meu mandato.

Outro ponto que defendo é o setor produtivo. Sem o setor produtivo para gerar emprego, gerar oportunidade, não vamos para frente. Então, a micro e pequena empresa, que é o maior empregador deste País, precisa ser incentivada, precisa ter oportunidade. As pessoas não querem esmola, querem oportunidade, e, para terem oportunidade, o setor produtivo, seja ele empresarial, industrial ou da micro e pequena empresa, precisa de apoio. Então, defendo isso.

Fechando o meu quadrante, defendo a questão do servidor público. Sem o servidor público devidamente reconhecido, devidamente remunerado, para fazer a interface entre o Estado e o público privado, as pessoas não conseguirão ter acesso a seus direitos de forma adequada. Para isso ocorrer, é necessário termos um funcionalismo público devidamente valorado, seja ele municipal, seja ele estadual, seja ele federal, seja do Legislativo, seja do Judiciário. O servidor público precisa ter seu devido reconhecimento.

Como servidor público concursado – falo novamente, sempre trabalhei concursado –, fui servidor da Eletronorte por 3,5anos e da CEB (Companhia Energética de Brasília) por 26 anos. Sou atualmente servidor do MPOG por 8,5 anos, concursado.

Então, acho que temos que defender oportunidades igualitárias. Acho muito justo que essa lei das cotas seja muito fiscalizada e tenha condição de ter validade nos concursos, porque o concurso é oportunidade de acesso e não pode ser fraudado por uma coisa tão vergonhosa como esse fatiamento que o Frei acabou de nos dizer. Isso é um absurdo!

Para fechar, quero falar sobre as perguntas do Prof. Ivair: "qual o impacto do Juventude Viva no índice de mortalidade da juventude negra?" e "por que não há programas de monitoramento dos programas de ações afirmativas?"

Vamos incluir Isso na próxima audiência pública. Vamos chamar os órgãos públicos a participarem. Eu me comprometo que apresentarei, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, de que sou titular, essa propositura. Espero, e vou até acertar com o Senador Paim, fazer um apelo mais forte aos órgãos públicos para que eles não deixem de vir.

Quero agradecer a todos os que se deslocaram de São Paulo e da Bahia para cá. Acho que foi um sacrifício, mas vale a pena, para demonstrar que o nosso povo está mobilizado.

Então, o nosso agradecimento a todos que estão aqui no plenário e, até como um ente público, nossas escusas por essa falta de consideração de não se ter mandado um representante de cada órgão convidado. Vamos, com certeza, cobrar esse representante na próxima audiência pública que nós faremos.

Vou conversar com a Senadora Rose de Freitas, Presidente da Comissão Mista de Orçamento. Se acertamos a audiência pública na Comissão de Orçamento, voltamos a entrar em contato.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Sr. Senador, eu também queria sugerir para incluir também os responsáveis pela titulação de terras de quilombos. Nós queremos saber efetivamente como está e quanto de recurso vai ser destinado para efetivamente ocorrer a titulação. Se for no ritmo como tem ocorrido, vai passar o século XXI inteiro e não vamos conseguir titular as terras de quilombos – aquelas que já são re-

conhecidas. Então, queremos pedir que os responsáveis pelo programa quilombola venham dizer quanto de dinheiro e qual é a programação efetiva para titulação dos próximos anos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Ok. Será devidamente convidado.

Eu queria agradecer a Luciana pela nossa brilhante exposição, ouviu Luciana? Parabéns a você.

A SRª LUCIANA BARRETO – Obrigada. Obrigada a todos. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado, Luciana.

Eu queria agradecer ao Prof. Ivair. Cada vez mais me orgulha ter sido um aluno da UnB, formado pela UnB, e ter um professor da qualidade e com a tranquilidade do Prof. Ivair.

Parabéns ao senhor.

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Eu quero dizer que o senhor está fazendo parte, hoje, de um novo debate, que é discutir orçamento. O senhor está participando da história do movimento negro num outro patamar.

Então, eu me honro, também, de fazer parte desta mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito obrigado, professor. (*Palmas.*)

Como católico que sou, participo de alguns movimentos católicos. Respeito todos os cultos, todas as religiões, mas sou católico. Participo do Encontro de Casais com Cristo, participo do Ágape – Amor Incondicional e participo, também, do Encontro Matrimonial Mundial, que faz o debate, a conversa entre os casais e procura fazer o relacionamento cada vez melhor entre as pessoas, marido e mulher, e foi com muita honra que recebi, aqui, o Frei David.

Quero dizer que estamos aí para ajudar naquilo que for necessário para essa causa importante, Frei.

Eu acho que a luta que a CPT, que o CEBs, que o Cimi fazem por justiça social, que a CNNB, não pode ser em vão.

Eu acho que esse trabalho que o senhor faz na Educafro é muito importante e tem que ser bem e melhor reconhecido por todos os entes governamentais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS – Obrigado.

Antônio Conselheiro, na luta por justiça, somos todos companheiros.

Che, Zumbi, Antônio Conselheiro, na luta por justiça somos todos companheiros.

Che, Zumbi, Antônio Conselheiro, na luta por justiça somos todos companheiros.

Che, Zumbi, Antônio Conselheiro, na luta por justiça somos todos companheiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado, pessoal.

Dou por encerrada esta audiência pública, agradecendo a todos os presentes.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta minutos do dia dez de junho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Donizeti Nogueira, Dário Berger, Hélio José, Rose de Freitas, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Vicentinho Alves, Eduardo Amorim e José Medeiros. A Presente reunião é realizada em duas partes. **1ª Parte. Deliberativa. Item 1** Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007 – Terminativo – Ementa do Projeto: Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Alvaro Dias. Relatoria do Projeto: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na CAE, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 2** Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor so-

bre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 3** Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012 – Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Adiado. **Item 4** Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 5** Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto. Autoria: Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 6** Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015 – Terminativo – Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado**. Item 7** Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. **Item 8** Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013 – Terminativo – Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 9** Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 10** Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado**. Item 11** Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2012 – Não Terminativo – Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da internet. Autoria: Comissão de Legislação Participativa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. **Item 12** Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2009 – Não Terminativo – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências. Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPIPED) Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. **Item 13** Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2013 – Não Terminativo – Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para dispor sobre o critério econômico e a forma de comprovação, pelo beneficiário de prestação continuada da assistência social, de insuficiência de meios para prover a própria manutenção ou tela provida por sua família. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 14** Sugestão nº 20, de 2014 – Não Terminativo – Dispõe sobre o serviço de assistência a estudantes de ensino médio da rede pública para ingresso em cursos superiores e no mercado de trabalho. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. **Item 15** Sugestão nº 12, de 2014 – Não Terminativo – Apresenta proposta de idéia legislativa que dispõe sobre o direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado. Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad hoc: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que

passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. **Item 16** Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2015 – Não Terminativo – Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 17** Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2015 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 18** Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2015 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B. Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Hélio José. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 19** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 73, de 2015 – Requer a realização de audiências públicas, em número de duas ou mais, se necessário, para discorrerem e debaterem sobre o Projeto de Lei do Senado, número 470, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família. Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. **Item 20** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 85, de 2015 – Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição da República e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana, candomblé. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Adiado. **EXTRAPAUTA: Item 21** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 88, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para celebrar "Os 10 (dez) anos da Nova Central – Sempre na Luta pelos Direitos dos Trabalhadores". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **Item 22** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 89, de 2015 – Requer que seja realizada audiência pública para discutir a ação das milícias no país que estão difundindo o terror nos condomínios do programa "Minha Casa, Minha Vida". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. **Item 23** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 90, de 2015 – Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a inclusão dos surdos. Autoria: Senador Hélio José Resultado: Aprovado. **Item 24** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 91, de 2015 **–** Requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para celebrar "Os 30 (trinta) anos da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos COBAP". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **2ª PARTE. Deliberativa de Relatório de Diligência e de Denúncia de Tortura Finalidade: Item 1** – Apresentação e deliberação do Relatório sobre denúncia recebida pela CDH, referente à prática de tortura, agressões físicas e morais contra detentos da Cadeia Pública Dalton Crespo de Castro, em Campos dos Goytacazes – RJ, durante rebelião. Resultado: Aprovado o Relatório. **Item 2** – Apresentação e deliberação do Relatório da diligência realizada pela CDH no Acampamento Tiradentes, em São Sebastião, região administrativa do Distrito Federal, com a finalidade de debater conflitos e o andamento do processo de assentamento das famílias acampadas. Resultado: Aprovado o Relatório. Às doze horas e cinquenta e seis minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador José Medeiros. Às treze horas, o Senador José Medeiros devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às treze horas e um minuto o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador José Medeiros. Às treze horas e quatorze minutos o Senador José Medeiros devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores e Senadoras Paulo Paim, Dário Berger, Hélio José, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, José Medeiros, Regina Sousa e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e sete minutos. Eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo assinaturas suficientes para abrir esta reunião, eu declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 36ª e 37ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós vamos aproveitar para dar alguns informes.

Lembramos da missa de 30º dia do falecimento do Senador Luiz Henrique, companheiro nosso de tantas e tantas jornadas, que faleceu há tão pouco tempo.

Esta Casa hoje tem uma reunião importante para debater, lá no plenário, um tema que nos é muito caro, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei brasileira de inclusão. Durante o período em que esse projeto tramitou aqui no Senado e depois foi à Câmara, quero aqui resgatar, teve o apoio sempre do nosso querido falecido Senador Luiz Henrique da Silveira.

Recordo aqui, logo após a missa de 30º dia acontecida ontem, a força e a atuação desse nobre Senador do PMDB. Quando fui, agora mesmo, a Florianópolis, senti lá a saudade que aquele povo tem do Senador Luiz Henrique. Nessa segunda-feira, dia 8, estive em debate na Assembleia Legislativa, no fórum permanente contra a terceirização, com a presença de mais de mil líderes naquela Assembleia lotada e muitos vieram me dar um abraço porque sabiam do carinho que eu tinha e tenho pelas ideias, pela imagem e tudo que ele representou e representa. O corpo vai, mas as ideias ficam aqui permanentemente entre nós.

Seguimos nessa luta, também em memória do Senador Luiz Henrique. Lembro que lá, em Santa Catarina, além de inúmeras pessoas que me vieram falar da historia dele no Estado, tiramos a carta de Santa Catarina, o manifesto simbólico de resistência dos trabalhadores e de todo aquele povo contra a precarização no trabalho.

Tivemos nossa primeira audiência pública fora de Brasília, em Minas Gerais, Belo Horizonte, onde estavam cerca de 700 trabalhadores e líderes de todas as centrais, de todas as confederações contra a terceirização e também exigindo o fim do fator previdenciário.

Hoje, teremos no plenário deste Parlamento uma votação importantíssima, o Projeto de Lei de minha autoria, relatoria do Senador Romário, que prevê o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei brasileira de inclusão. Trata-se, sem sombra de dúvida, de um importante avanço, com a alteração de inúmeros dispositivos legais, garantindo direitos às pessoas com deficiência no campo trabalhista, no campo da saúde, no campo da educação, enfim, em todas as áreas.

Como apontado pelo próprio Relator, integrante desta Comissão, Senador Romário, no dia em que votamos, são cerca de 47 milhões de brasileiros e brasileiras que de alguma forma serão beneficiados por esse projeto. Foi nesta Comissão, com o apoio e a sensibilidade de todos, das Senadoras e dos Senadores, que conseguimos aprovar, inclusive, a urgência para a votação em plenário hoje à tarde.

Enfim, que a democracia possa alcançar mais uma vitória e que os direitos humanos sejam reconhecidos como fator fundamental em nosso Estado, uma República moderna, que integra e protege o seu povo, sem qualquer forma de discriminação. Quando em refiro ao Estado eu me refiro ao Estado pleno de direito, ou seja, o nosso querido Brasil, pátria de todos nós.

Enquanto alguns Senadores estão no debate com os ministros, não podendo vir a esta Comissão para que a gente aprofunde o debate e vote alguns requerimentos, vou destacar os principais pontos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei nacional de inclusão, que aqui passo a descrever:

No campo da igualdade, não discriminação, o Estatuto garante proteção contra a discriminação, exploração, violência, opressão, tratamento desumano e degradante. Direito a exercer a guarda, a tutela, a curatela, ser adotante em igualdade de oportunidade com as demais pessoas.

É dever do Estado assegurar com prioridade o direito à saúde, à maternidade, à alimentação, à previdência, à educação, à profissionalização, à cultura, ao desporto, ao lazer, enfim, todos os direitos assegurados aos outros brasileiros e brasileiras.

Atendimentos prioritários: atendimento preferencial em situação de socorro e aos serviços públicos, disponibilização de recursos humanos e tecnológicos, garantindo igualdade de condições; recebimento de imposto de renda, tramitação judicial e administrativa de processos de forma prioritária.

Direito à vida, à habilitação e à reabilitação. Em situação de risco e emergência, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável para efeito de proteção e segurança. Não será obrigada a submeter-se a intervenção clínica e cirúrgica, preservando-se a ela o consentimento e a decisão adequada. A habilitação e a reabilitação são um direito da PCD, devendo haver ações articuladas do SUS e suas para a plena promoção desse direito.

Saúde. Assegura atenção integral à saúde em todos os níveis de complexidade, inclusive com atendimento domiciliar, oferta de órteses e próteses.

Educação. Sistema educacional inclusivo em todos os níveis, com projeto pedagógico especializado que promova as condições de igualdade, oferta de educação em Libras e Braile. Oferta de profissionalização, como oferta de profissionais, de apoio escolar, acompanhar a PCD.

Senador Medeiros já presente aqui. Em seguida, vamos iniciar a votação das matérias da pauta.

Estou apenas introduzindo a importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência na votação que teremos hoje no plenário.

Moradia. Direito à moradia digna, reserva de, no mínimo, 3% de unidades habitacionais para PCD, garantia de acessibilidade nas áreas comuns e nas unidades térreas, quando se tratar de unidade multifamiliar.

Trabalho. Direito ao trabalho de livre escolha em ambiente acessível e inclusivo. O Poder Público deverá implementar programas de habilitação e reabilitação profissional, respeitada as habilidades, a vontade e a vocação da PCD. As empresas com menos de cem empregos que, desobrigada de cumprir a percentagem de vagas que devem ser preenchidas por pessoas com deficiência, poderão receber incentivos fiscais caso resolvam cumprir essa política de cotas de até 5%, das quais não são obrigados, já que têm menos que cem empregados. Mais do que cem é obrigado.

Assistência social. Direito a um salário mínimo àqueles que não possuem meios de prover sua subsistência nem de ter provido para sua família, nos termos da LOAS. Isso é importante de destacar, pois antes, tanto para o idoso quanto para o deficiente, só era assegurado um salário mínimo quando provasse que a renda *per capita* da família não ultrapassava um quarto do salário mínimo. Introduzimos esse novo conceito no Estatuto do Idoso e agora no Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Estatuto do Idoso, na época, tinha em torno de um milhão de pessoas, hoje é em torno de cinco milhões que têm esse direito. Na mesma linha, vai acontecer para as pessoas com deficiência.

Direito à aposentadoria especial, nos termos da Lei nº 142, de 2013.

Transporte e mobilidade. Vou simplificar, nem que no final, aproveitando a presença do Senador Medeiros, eu volte a falar com mais detalhes. Temos aqui transporte e mobilidade, disposições gerais, acesso à informação e comunicação, participação da vida política e pública, justiça, crimes, penas e auxílio à inclusão.

Vamos entrar na pauta, depois retorno, lembrando que parei exatamente na área de transporte. Anote para mim aqui.

De imediato, vamos ao item 17.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2015
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações: *– Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Concedo a palavra ao nobre Senador José Medeiros para leitura do relatório, discussão e posterior votação.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2015, que altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.

O relatório é pela aprovação, a análise também. Com a aquiescência de V. Exª, passarei a ler o voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2015, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 89, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º A Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, passa a vigorar acrescida do Capítulo III e do art. 15-A, com a seguinte redação:

'CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA ÀS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS VULNERÁVEIS

Art. 15-A. Logo que tomar conhecimento de ocorrência envolvendo risco atual ou iminente à vítima ou testemunha vulnerável, o delegado de polícia poderá aplicar de imediato, em ato fundamentado, as seguintes medidas protetivas de urgência de caráter temporário ao investigado ou indiciado, comunicando, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o juiz competente, que poderá revê-las ou mantê-las, ouvido o Ministério Público, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Aqueles que concordam com o relatório apresentado pelo Senador José Medeiros, projeto de autoria do Senador Humberto Costa, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora com a presença do Senador Dário Berger, avançamos para um projeto do qual ele é o relator. Mas faço questão de dizer em público, Senador Dário Berger, que estive em seu Estado, num grande evento de cerca de mil sindicalistas, que estavam debatendo terceirização e fator previdenciário. Havia uma dúvida, eu lhe disse no particular e agora digo em público, no Plenário quanto ao voto dos três Senadores. Eu disse: não houve a votação, vocês só poderão dizer se gostaram ou não do voto dos três Senadores. Mas tomei a liberdade de dizer que um voto eu sabia de quem era. Queriam saber e eu não contei, mas vou contar agora, que é o seu voto. Não provoquei nenhuma situação de constrangimento com os outros Senadores, mas de público digo, porque eu e V. Exª ontem conversamos sobre o tema e V. Exª havia me dito: poderia ter falado, porque vou te dizer aqui o que você já sabia.

Então, Senador Dário Berger, foi um grande evento. Saímos de lá felizes, sabendo que o povo de Santa Catarina deu uma demonstração de unidade, estavam todas as centrais, todas as confederações, todas as entidades de caráter nacional, o Ministério Público, juízes, a Anamatra, que apresentou um vídeo brilhante com os artistas chamados globais, dizendo qual a posição deles, é claro, contra a terceirização. Saí de lá muito feliz. Eu disse para eles: eu quero contar com o voto dos três, como foi o caso de Minas, que havia um dúvida muito grande em relação aos três Senadores mineiros. Será com alegria que, depois de eles votarem, virei aqui dizer para vocês que eu tinha razão e por isso fiz este comentário com V. Exª e estou fazendo agora aqui.

Então, Senador Dário, vamos ao seu relatório. O projeto é o item 13.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, DE 2013
– Não terminativo –

Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para dispor sobre o critério econômico e a forma de comprovação, pelo beneficiário de prestação continuada da assistência social, de insuficiência de meios para prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações: *– Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Passo a palavra ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, quero expressar preliminarmente minha saudação a V. Exª e também ao Senador Medeiros e a todos aqueles que nos assistem neste momento.

Tive a honra de receber de V. Exª o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2013, que vem para exame nesta Comissão de Direitos Humanos e que tem por finalidade dispor sobre o critério econômico e a forma de comprovação, pelo beneficiário de prestação continuada da assistência social, de insuficiência de meios para prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Em sua justificação, o autor, o eminente Senador Antonio Carlos Valadares, argumenta que o critério fixado na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – coincidente ou não, Sr. Presidente, é a data de meu aniversário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ficam os nossos parabéns antecipados aqui.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Só que, infelizmente, não é de 1993, é um pouco antes.

Seguindo, então, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), jamais foi capaz de fazer face às reais situações de carência. Isso porque, de acordo com a LOAS, fazem jus ao benefício apenas aquelas pessoas cuja renda familiar mensal *per capita* seja inferior ao valor de um quarto do salário mínimo vigente. O resultado de tal critério foi o não cumprimento efetivo do art. 203 da Constituição Federal, que assegura que "a assistência social será prestada a quem dela necessitar", e não só àqueles que efetivamente percebam renda familiar de um quarto do salário mínimo.

A nova redação proposta para o §3º do art. 20 da LOAS reafirma a presunção de incapacidade de prover o próprio sustento de todos aqueles cuja renda familiar mensal *per capita* seja inferior a um quarto do salário mínimo.

Contudo, a proposta cria a possibilidade de que tal incapacidade seja reconhecida também àqueles que vivem com renda familiar mensal *per capita* superior a um quarto de salário mínimo. Nesse caso, porém, far-se-ia necessária a comprovação, "na forma do regulamento".

Como falei anteriormente, a Constituição preconiza que todos tenham direito à assistência social, independente do limite de remuneração que perceba.

Nesse sentido, Sr. Presidente, passo, então, à análise propriamente dita.

Análise.

A constitucionalidade do §3º do art. 20 da LOAS vem sendo objeto de contestação judicial já desde o final da década de 90 do século passado. O texto constitucional, que não fixa valores, mas princípios, estabelece que a assistência social será prestada "a quem dela necessitar".

Assim, tão logo ficou patente que o critério escolhido pela LOAS, o do quarto do salário mínimo, deixava socialmente desassistidos a muitos que "dela necessitavam", encaixando-se na situação prevista constitucionalmente, mas barrados pela lei, os tribunais foram chamados a manifestar-se sobre o tema. De início, em decisão de 1998, apoiou-se o arranjo estabelecido na LOAS; contudo, no ano de 2013, o Supremo Tribunal Federal finalmente declarou a inconstitucionalidade do mencionado §3º do art. 20 da LOAS.

A mencionada declaração de inconstitucionalidade não gera novo dispositivo legal capaz de equacionar o problema do benefício de prestação continuada, o que deve ser feito por esta Casa Legislativa. É nesse sentido que o PLS nº 208, de 2013, busca dar continuidade, mediante o correto exercício da competência legislativa, ao processo social de revisão do texto de lei ordinária (no caso, a LOAS) iniciado junto aos tribunais. Esses fizeram a sua parte, reconhecendo a insuficiência da lei perante o desígnio constitucional.

Com o PLS nº 208, de 2013, esta Casa Legislativa procura completar o processo, ao prever a possibilidade de reconhecimento da incapacidade para o próprio sustento mesmo daqueles cuja renda familiar mensal *per capita* seja superior ao quarto do salário mínimo. Essa, em verdade, é a principal inovação trazida pelo projeto em comento, e que deve ser integralmente, a meu ver apoiada.

Voto.

O voto, então, Sr. Presidente, em razão de todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 208, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, relatado, aqui, pelo Senador Dário Berger.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Exª, primeiramente tem um item de minha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me, primeiro, colocar em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É rápido. Só mais uma frase.

Não havendo, então, quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

O projeto segue para análise à CAS, em decisão, aí, terminativa.

Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

Já está na minha mão, adiantando já, o projeto de sua autoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – São duas questões, Presidente.

Uma é esta questão para apresentar o relatório, que já está comigo.

E a segunda questão é a seguinte, Presidente. Eu recebi, ontem, a visita de um cidadão vítima da atuação de milícias em nosso País. Esse cidadão está sob a guarda aqui nas proximidades do Distrito Federal de um padre, eu recebi a visita dos dois, e o relato que eles me apresentaram sobre a atuação das milícias é algo, Sr. Presidente, meus colegas Senadores, de impressionar; é algo que merece uma atenção especial desta Comissão de Direitos Humanos e, talvez, até uma investigação mais apurada por parte do Congresso Nacional.

De imediato, eu considero fundamental a Comissão de Direitos Humanos ouvir esses cidadãos. Na verdade, trata-se do Padre Pedro Stepien e do Sr. Roberto Medeiros, que é a vítima à qual eu me reporto.

Eu considero importante e trago esse tema aqui para a Comissão de Direitos Humanos porque o relato que me foi feito, com o material, documentos e informações que foram entregues dão conta da organização e atuação de um esquema criminoso de milícias em vários Estados do País. O que antes, Deputado José Medei-

ros, eram apenas cenas do filme Tropa de Elite II, pelo relato, e há de se confirmar essas informações, parece-me que se transformou em uma rede de atuação em todo o País, não somente no Rio de Janeiro, uma rede de atuação que intimida as pessoas, que extorque e que mata.

Então, Sr. Presidente, eu estou propondo um requerimento a ser incluído extrapauta para apreciação nesta reunião, para que, nos termos da Constituição e do Regimento Interno, nós possamos, em audiência pública, ouvir, discutir a ação das milícias em nosso País, que estão difundindo o terror, em especial nas residências do Programa Minha Casa, Minha Vida, segundo a denúncia que recebemos.

Sugiro o convite das seguintes autoridades: representante do Ministério da Justiça, preferencialmente o próprio Ministro, e/ou representante do Programa de Proteção a Testemunhas do Ministério da Justiça; Deputado estadual Marcelo Freixo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; representante do Conselho Nacional do Ministério Público; representante do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, que também é do Ministério da Justiça; o Padre Pedro Stepien; o Dr. Alexandre Capote, delegado titular da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro; e o Sr. Roberto Medeiros.

É esse o requerimento, Sr. Presidente, para o qual solicito a vênia de V. Exª e do Plenário desta Comissão para que seja apreciado extrapauta pela urgência do tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Respondendo diretamente a V. Exª, eu já encaminho da seguinte forma: consulto as Srª os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Se todos concordam, de imediato o requerimento será incluído na pauta de hoje.

Então, coloco em votação a inclusão extrapauta. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consequentemente, nós discutiremos o requerimento e a sua votação no momento dos requerimentos, e aí todos poderão se manifestar em relação ao requerimento.

Senador Randolfe, um projeto agora de sua autoria para relatar, dando preferência sempre aos relatores presentes. É o item 12, se V. Exª quiser falar alguma coisa, pode...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Não, Sr. Presidente, eu fui procurado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, vou dialogar com eles sobre essa matéria, então V. Exª pode chamar um outro projeto e depois eu posso..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, fica retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2009
– Não terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências.
Autoria: CPI – Pedofilia – 2008
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta.
Observações: *– Tramitação: CDH e CCJ.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – O requerimento é apreciado no final, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No final.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas se V. Exª, por um motivo ou outro, tiver que se retirar, a gente põe em votação antes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Não, perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k.

ITEM 15
SUGESTÃO Nº 12, DE 2014
– Não terminativo –

Apresenta proposta de ideia legislativa que dispõe sobre o direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado.
Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela rejeição da Sugestão.
Observações: *Tramitação: CDH.*
– Em 27/05/2015, após a leitura do Relatório pela Senadora Regina Sousa, foi concedida vista coletiva.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa, Relatora *ad hoc*, para as considerações que julgar necessárias. Em seguida à fala dela, nós vamos abrir a discussão da matéria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Só mantenho o relatório pela rejeição, não há mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu fui o autor do pedido de vista dessa sugestão, na verdade é uma sugestão, e eu, naquela oportunidade, como eu cheguei um pouco atrasado, eu já peguei o relatório da Senadora Regina bem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como diz o outro, o trem andando.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É, o trem andando. E peço desculpas à Senadora, porque eu pensei que se tratava de um projeto de lei ou algo semelhante, e aí me preocupei bastante com relação a esse assunto.

Nós já discutimos isso, o Senador José Medeiros inclusive é da área e conhece isso melhor do que nós todos, mas o problema do desarmamento hoje é recorrente, latente e demanda, vamos dizer assim, prós e contras. O ideal seria que a sociedade inteira vivesse desarmada, mas não desarmada só de armas de fogo, entendeu; desarmada de espíritos negativos; que nós pudéssemos construir um novo cenário de cooperação, de fraternidade, de discussão das desigualdades, das diferenças sociais que nós temos para construir, realmente, um País com o qual todos nós sonhamos. Lamentavelmente estamos longe de vermos essa possibilidade no curto prazo, mas, mesmo assim, precisamos avançar.

Essa questão específica do desarmamento é uma questão inclusive cultural da sociedade brasileira, mas a gente vê o quanto o País evoluiu. Se nós observarmos como viveram os nossos avós, como os nossos pais viveram e estão vivendo, como nós estamos vivendo e como estão vivendo os nossos filhos, nós vamos ver que o Brasil teve um avanço extraordinário na qualidade de vida, no respeito aos direitos humanos e também na luta permanente contra as desigualdades e as diferenças. Entretanto, não conseguimos chegar ainda àquilo que nós desejamos. E essa questão do armamento e do desarmamento é uma questão cultural. Eu me lembro que o meu avô, se ele não tivesse uma arma, ele... E, provavelmente, no seu Estado também isso era uma prática, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito, muito no Rio Grande do Sul.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas os tempos mudam, surgem novos conceitos, novas lideranças, novos princípios. Quando a coisa se agrava, como agravou-se a violência no País, um dos maiores problemas que nós estamos enfrentando no País hoje é a questão da violência... A violência está relacionada ao armamento dos bandidos e ao desarmamento das pessoas de bem, porque hoje o bandido entra na casa de qualquer pessoa sabendo que a pessoa está desprovida de qualquer possibilidade de reação. Ele entra de peito aberto e de cara limpa sabendo que ninguém vai reagir. Os covardes entram nas casas dos velhinhos, das crianças, dos jovens, quando, evidentemente, talvez os pais não estejam em casa, proporcionando um clima de desespero e de desconfiança, vamos dizer assim, no aparato de segurança. Realmente, a situação no Brasil é dramática e desesperadora.

Bem, diante disso, eu podia discorrer aqui sobre as causas disso, sobre a questão do controle das fronteiras, do armamento, do contrabando, do tráfico de drogas e etc. e tal, que são recorrentes e que todos nós já discutimos, mas a verdade é que alguma coisa precisa ser feita. A sociedade está a esperar de nós uma alternativa. Eu não sei se uma nova lei é uma alternativa, porque sempre quando um problema se instaura, a gente

pensa em uma nova lei. E nós não precisamos de novas leis, nós precisamos fazer cumprir as leis que já existem, porque se nós cumpríssemos as leis já existentes, nós não estaríamos nessa triste realidade.

A Constituição estabelece que o cidadão brasileiro tem direito à segurança, só que o Poder Público é incapaz, é incompetente, é negligente com relação às políticas públicas de segurança pública, para ofertar ao cidadão brasileiro a segurança de que ele necessita, principalmente nos grandes centros urbanos. Isso se proliferou em função da favelização das grandes cidades, do crescimento desordenado e de vários fatores que, infelizmente, influenciaram para que estivéssemos vivendo essa triste realidade.

O meu Estado, que é um Estado que ocupa apenas 1% do território nacional, estamos ali entre a quinta e a sexta economia do Brasil, um Estado, todos nós conhecemos, que se caracteriza pela pequena propriedade e por uma economia forte e diversificada. Mas, nas grandes cidades, que não são grandes cidades, que são pequenas cidades ainda, a questão da violência tem sido a maior preocupação hoje.

Cidades como Criciúma, que, recentemente, inclusive, entrou em comoção social com o assassinato de uma médica de 33 anos, de forma fútil, de forma bárbara, que desencantou completamente aquela comunidade, houve uma revolta geral na cidade. O Governador de Santa Catarina teve que fazer, formar uma força-tarefa, porque se desencadeou, em função daquilo, uma série de outros crimes, o que colocou uma cidade pacífica no rol de uma das cidades com mais problemas de violência e de segurança em Santa Catarina. Para não falar dos outros centros maiores, como Joinville, Florianópolis, São José, Camboriú, que também têm uma série de problemas com relação à segurança.

Não querendo abusar da bondade de V. Exª, porque já estou abusando do meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, mas o tema chama a atenção de todo o País. É um relato do seu Estado, mas pode saber que é em todo o País, inclusive, aqui em Brasília, é uma loucura. A casa em que moro foi assaltada, fim de semana, saí, cheguei lá...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Por isso mesmo que essa sugestão, que veio pelo Portal e-Cidadania, é muito importante. Isso demonstra que aqueles que nós representamos aqui estão preocupados com essa situação. Ele faz um relato dramático e se posiciona a favor do porte de arma por aquelas pessoas, que, supostamente, tenham condições ou preencham os requisitos, efetivamente, para possuir arma e o porte de arma. Entretanto, é apenas uma sugestão.

O Senador Davi Alcolumbre fez um enorme relatório, uma coisa extensa, para, ao final, pedir o seu arquivamento, porque se trata apenas de uma sugestão. Portanto, no meu modo de entender – e até pedi para a minha assessoria estudar um projeto de lei baseado nessas informações e nessas reivindicações que foram aqui relatadas, sabendo que já existe projeto de lei tramitando na Câmara dos Deputados e que já existem outros projetos aqui também. Parece-me que tudo aquilo em que a gente pensa, alguém já pensou antes, e já tem um projeto na frente. V. Exª é o campeão do pensamento aqui no Congresso Nacional, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na verdade, procuro captar os pensamentos dos senhores e transformo em lei antes que vocês apresentem.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª, pelo que percebi, não é porque já está há muito tempo na Casa, e, se está há muito tempo na Casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me, na verdade é isso. Como estou aqui há quase 30 anos, é natural, acumulei cerca de mil projetos tramitando nas duas Casas. A sociedade manda e vou encaminhando os projetos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Os senhores, que chegaram recentemente, não tem tempo de Casa igual a gente tem, então, acabo tendo um número maior de projetos apresentados.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, concluindo, Sr. Presidente, eu quero me associar à Senadora Regina e também ao Relator dessa sugestão para devolver o pedido de vista, concordando, então, com o seu arquivamento.

E, como falei, analiso essas prerrogativas no sentido de, no momento oportuno, se julgar necessário, apresentar um projeto de lei a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Alguém mais quer discutir a matéria? (*Pausa.*)

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, realmente o tema está em discussão não só nesta Casa e na Câmara dos Deputados, mas na sociedade.

E a grita geral é justamente pela falta de segurança. O Senador Randolfe trouxe um tema aqui da mais alta relevância, no que concerne à questão das milícias, que, inicialmente, eram uma realidade do Rio de Janeiro. Ela hoje prolifera por todo o País e é justamente fruto dessa insegurança.

A sociedade civil está desarmada e, de repente, começam a surgir algumas pessoas até bem intencionadas que começam a ir para o justiçamento. E, daí a pouco, elas formam verdadeiras quadrilhas que passam a fazer mal à sociedade. Isso tudo é fruto desse caldo. Mas o pano de fundo é a insegurança generalizada.

Na última reunião que tivemos desta Comissão, eu até citei que nós temos um nivelamento perverso por baixo no que se refere à segurança pública, porque existem ilhas de exceção, por exemplo, na saúde e na educação, em que os cidadãos podem ir, os cidadãos que são mais abastados podem ir a essas ilhas de exceção. Na segurança, não; não existem ilhas de exceção. Do porteiro da empresa ao Presidente, todos estão sujeitos às mazelas da insegurança. Aí o desafio imenso desta Casa, que se debruça sobre temas que não podem ser discutidos na base do Fla x Flu; não podem ser ou é isto ou é aquilo.

Precisamos ver realmente o porquê de a sociedade estar demandando esse tipo de coisa. Já existe, por exemplo, possibilidades de o cidadão portar uma arma. Mas isso hoje, na prática, é impossível. Na prática, como isso acontece? O Senador Paim precisa usar uma arma. Ele chega lá e faz um requerimento. Eles querem saber: "Por que você quer usar uma arma?" "Bom, eu preciso de uma arma para me defender." "Bom, esse não é um argumento válido." Então, independente de todo argumento que você apresente, você não vai conseguir esse porte.

Então, a sociedade se vê assim: "Olha, tudo bem, eu pago os meus impostos, eu cumpro a lei e vejo que o Estado está retirando esse direito de só eu me defender, mas ele não retira das ruas a arma do bandido." E o objetivo dessa discussão toda do desarmamento era que todo mundo fosse desarmado.

Então, volta-se àquilo: ou a lei rege todos ou não rege ninguém. Se o Estado começou a ter essa leniência toda em não desarmar, em não ter como prioridade desarmar os bandidos, então, que libere os cidadãos. Começa a proliferar esse sentimento de forma muito forte no seio social. E onde vamos parar? Isso é bom? Isso é ruim? Por isso, a importância desse debate.

Mas volto a frisar, para finalizar, que essa preocupação que o Senador Randolfe trouxe aqui é muito séria e acho muito importante discutirmos aqui.

Muito obrigado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Posso?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – As mulheres têm precedência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Senadora Regina tem precedência, pela vontade do Senador.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É só para fazer um pequeno comentário. Acho que tudo que se diz aqui é verdade, mas a política não pode ser esta: "Deixem se armar." Dessa forma, nós estamos isentando o Estado do que ele tem de fazer: se está todo mundo armado, então, vamos para a briga. E o Estado não vai pensar na política que ele tem de fazer. A política não pode ser armar.

Temos problemas de segurança? Temos. Mas tem-se de achar as saídas. Temos exemplos aí em que, via de regra, com as pessoas armadas têm acontecido muita coisa ruim, porque geralmente elas são menos treinadas do que o bandido e acabam levando a pior, porque elas reagem e é aí que o bandido fica com raiva mesmo. Ele só ia roubar e acaba matando.

Então, não vejo que seja essa a saída para a questão. É claro que isso vai gerar um grande debate. Isso vai, porque na Câmara...

Mas eu queria só contar uma historinha. Na época do Estatuto do Desarmamento, uma pessoa muito próxima a mim – eu era a favor do Estatuto e ele contra –, um dia, pertinho da votação, ele chegou para mim e falou: "Mudei de ideia." Eu perguntei: "Ué, por quê?" Ele disse: "Agora, vou votar a favor do Estatuto." Eu perguntei: "Por que você mudou de ideia?" Ele disse: "É que um cara fechou o meu carro ali, acabou com a frente do meu carro, e eu tenho certeza de que, se eu tivesse uma arma, eu tinha matado ele." Ele disse que tinha certeza de que, se tivesse uma arma, no carro, ele teria matado o cara que fez aquilo com o carro dele, fez uma manobra irresponsável.

Nós temos também histórias assim. Olhe o que fez ele mudar de ideia. Então, é importante que nós também vejamos isso. Sei que é um debate necessário que tem de ser feito, mas continuo pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Hélio José, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, Senador Paulo Paim, muito obrigado.

Sem dúvida, não vale a pena aprovarmos projetos ou propostas que visem a armar a população. Acredito que, quanto menos arma tivermos por aí, melhor é. Agora, existem algumas carreiras que fazem o seu trabalho de repressão, coisa e tal, que precisam estar armadas, e hoje não estão. São exatamente os agentes que cui-

dam do menor infrator, os agentes cuidadores. Aqui, no DF, e em outros lugares também, temos uma carreira grande desse pessoal, em que mais de mil pessoas cuidam dos menores. Há o pessoal do Detran. E temos de fazer uma discussão do patrulheiro de rua do Detran.

Como houve o pleito dos agentes penitenciários, acho que temos de debater essas áreas, porque o responsável, o trabalhador, o servidor público, para seu serviço, pode ter esta possibilidade: ser bem treinado, qualificado e portar, portanto, uma arma, caso seja necessário, para a proteção da sua própria vida, inclusive.

Agora, com relação aos demais membros da nossa população, não vejo essa necessidade. Acho que temos de reforçar é o nosso policiamento, o nosso policiamento comunitário, investir nas nossas PMs, na Polícia Civil, na Polícia Militar, nessas forças, enfim, e investir principalmente no fim da corrupção, porque existe muita corrupção envolvendo ainda pessoas das corporações que cuidam da segurança pública. E isso tem de acabar. Precisamos atuar, com mais ênfase, para mudar essa situação.

Então, eu quero dizer que concordo plenamente com a avaliação colocada aqui pelo Senador Dário Berger. Existem situações e situações. Acho que se trata de uma sugestão, e acredito que realmente a melhor posição é o arquivamento desse projeto. Acho que valeu para termos mais tempo para avaliá-lo, para pensar a respeito.

Então, eu sigo a Relatora Regina Souza, sou pelo arquivamento do projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos à votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Rapidamente, eu queria só comungar da opinião de que o problema que nós estamos vivendo no Brasil é de excesso de armas. O Senador Medeiros lembrou o tema que acabei de trazer aqui, que é a atuação das milícias. E veja: nós temos aí um problema. No caso das milícias, nós temos a atuação de agentes que deveriam ser agentes do Estado utilizando armas fora do horário em que deveriam estar a serviço do Estado, Senador Medeiros. Veja a gravidade disso.

As experiências no mundo de ampliar o porte de armas não me parece que tenham tido bons resultados. A experiência dos Estados Unidos não tem sido a das melhores, nesse sentido. E se nós dialogarmos com a sociedade, essa não é a opinião majoritária dela. O problema é o que cabe a nós fazer e qual é a nossa responsabilidade aqui, como agentes do Estado, estando na Comissão de Direitos Humanos.

É uma solução, inclusive, fácil: que se armem todos, que se armem todos, e que cada um por si resolva as suas pendências. Aliás, a humanidade, em uma determinada fase da sua história, fazia assim, até que ela inventou um tal de Estado. O Engels fala isso na *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.* O Estado é o agente intermediador e a instituição para mediar os conflitos e para garantir que, quando tenha a infração, ele atue.

Eu quero continuar acreditando na atuação do Estado. Se ele está fracassando, nós temos de denunciá-lo e enfrentá-lo pelo fracasso dele. Mas eu quero continuar acreditando, porque, fora do Estado e, principalmente, numa democracia, fora do Estado democrático de direito, é a barbárie.

Então, por isso, tenho uma opinião contrária ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Vamos à votação da matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório pela rejeição da sugestão.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da sugestão.

Rejeitada, a matéria vai ao arquivo.

Item 18:

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2015
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B.
Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações: *– Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Relator *ad hoc,* Senador Hélio José.

O Senador Sérgio Petecão foi o Relator do projeto original.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2015, do Senador Wilder Morais, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 227, de 2015, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar as penas mínima e máxima do crime de corrupção de menores, tipificado em seu art. 244-B.

O autor pretende elevar a pena mínima do crime de corrupção de menores de um para cinco anos, e a máxima, de quatro para quinze anos.

Justifica sua proposição com o argumento de que, embora hoje em dia haja debate sobre o encarceramento do menor, aqueles que realmente merecem a "repressão punitiva" são os corruptores de menores. Por entender que as penas atuais são insuficientes para a efetiva prevenção geral do delito, propõe a elevação das mesmas, de modo a adequar a gravidade do crime à pena a ser aplicada ao praticante.

Após seu exame por esta CDH, o PLS nº 227, de 2015, seguirá para análise, em caráter terminativo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Análise.

Conforme o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão o exame de matérias relativas à proteção da infância e da juventude, de modo que é regimental o exame do PLS nº 227, de 2015. Tampouco se observam óbices constitucionais ou jurídicos na proposição.

Quanto ao mérito, destacamos o valor e a oportunidade do projeto. Anda bem o autor ao apontar para os corruptores como os verdadeiros responsáveis pela grande afluência de pessoas menores de idade para o delito – o que dá a tal delito traços particularmente danosos para a sociedade como um todo. É crime grave, e, como tal, deve ser tratado pela lei penal.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2015.

Sr. Presidente, sem dúvida, o nosso querido Senador Petecão, e eu, como Senador *ad hoc*, avaliamos pela aprovação desse projeto, porque hoje o menor é o maior instrumento de uso dos marginais para cometer crimes, porque o menor não pode ser preso, porque o menor só pega uma pena pequena para ficar em uma casa de correção. Portanto, não dá para permanecerem com uma pena leve, de um a cinco anos, as pessoas que corrompem os menores para cometerem crimes.

Então, o que este artigo visa é a equiparar essa questão ao tráfico de drogas, porque o menor, muitas vezes, é utilizado inclusive para o tráfico de drogas, que é quando ele comete o crime.

É por isso que estamos caminhando para a aprovação desse projeto.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Bem, Presidente, esse é mais um projeto relacionado à segurança pública, propriamente dita. Inclusive, o caso em que mencionei do assassinato daquela médica, em Criciúma, tratava-se também de um menor. E, lamentavelmente, a discussão da maioridade penal também assumiu proporções bastante acaloradas na Câmara dos Deputados, em se tratando de um tema em que nós precisamos também nos posicionar a respeito dela.

A rigor, eu sou favorável a que não existisse limite de idade alguma. Se o cidadão é capaz, mesmo menor, de cometer um crime bárbaro, ele deveria ser capaz também de pagar por esse crime bárbaro que ele cometeu. Infelizmente, essa que é a realidade, é um posicionamento pessoal meu. Nós não podemos encobrir o crime pela idade do cidadão. Então, daqui a pouco, vamos fazer também um projeto de lei em que, se o cidadão tiver acima de 80 anos, ele também, se cometer um crime hediondo, vai cumprir uma pena também irrelevante.

Esse tema é tão polêmico que certamente todas as iniciativas para estabelecer as correções necessárias são louváveis, importantes e fundamentais. Então, quero cumprimentar aqui o relatório do Senador Hélio José, que, mesmo *ad hoc*, opina pela aprovação da ampliação dessa punição.

Eu ainda tinha a expectativa, quando vim para o Senado Federal, pois fui merecedor do apoio da população de Santa Catarina, e defendi, inclusive, na campanha, que assim procedi e disputei, de que essa questão é importantíssima para ser encaminhada na Câmara Federal.

Isso, sobretudo, porque, veja bem, todos os crimes que atentem contra a vida têm de ter punição rigorosa. Nós não podemos mais permitir esse deboche que está acontecendo no Brasil, esse faz de conta em que o cidadão vai lá, comete um crime hediondo, bárbaro, atenta contra a vida dos cidadãos, principalmente dos mais vulneráveis, e as punições são por medida compensatória, etc. "Ah, mas daí nós não podemos diminuir a idade penal, porque nós vamos colocar os menores em presídios, e eles não vão se recuperar nunca mais para a vida."

Mas aí nós vamos incorrer em um outro problema sério, para o qual o País lamentavelmente não encontra solução. Nós não podemos deixar de exercer um direito porque o Estado não tem condição de atender em outra parte. Lamentavelmente, é isso que nós estamos vendo hoje.

Por isso que nós não estamos legislando. Nós estamos aqui, no Senado, remendando; nós estamos acrescentando pequenos detalhes. Isso deveria ser uma proposta, um plano de Estado, um plano que pudesse garantir a segurança dos nossos jovens, em que pudéssemos ter a certeza de que eles, neste momento em que estamos aqui – não agora, porque já é meio-dia e tanto –, estivessem na escola, aprendendo, dedicando-se, porque a maior forma de independência de um cidadão é adquirida através da educação.

Nós não podemos medir esforços para que tenhamos uma educação de qualidade, porque através da educação é que vêm as oportunidades. E se os jovens também, por outro lado, avançam rumo a essa questão criminosa, talvez muitos deles seguiram esse caminho porque não tiveram as oportunidades que mereciam ter. Se somos diferentes, é porque possivelmente também tivemos oportunidades diferentes. Então, a educação é um balcão de oportunidades. Parece que, inclusive, no programa da educação do Governo Federal, há alguma coisa semelhante a isso. Mas tudo está ligado à educação.

Esse é um projeto que merece prosperar. Quero parabenizar aqui o Senador Hélio José. Quero lhe dar meu voto favorável e quero dizer que estou pensando também nessa questão para que todos os crimes que atentem contra a vida tenham punição ampla e especial, rígida, para que isso não aconteça nunca mais, diferentemente de um cidadão que vai ao supermercado pegar um iogurte ou que vai, de repente, com fome, pegar um pão, um chocolate ou alguma coisa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como dizem, pegar uma galinha para matar a fome, lá no vizinho. Essa é uma situação.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Exato. Para mim, esse tipo é uma situação completamente diferente, de delitos que atentam contra a vida humana, porque a vida humana não tem preço, não tem valor, não se pode mensurar.

Nesse sentido, o projeto é louvável, merece prosperar, e estou de acordo com o parecer do Senador Hélio José.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para discutir a matéria, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Relator da matéria, Senador Hélio José, o Senador Hélio José foi muito feliz, mas esse é um debate que, no Brasil, há pessoas a favor, há pessoas contra. Eu queria colocar algumas coisas que se vai adquirindo com o tempo. Com o passar do tempo, vamos tendo experiências e aprendendo certas coisas.

A educação de uma criança, de um jovem não tem como ser substituída. O Estado não substitui uma família. Não tem como. As escolas dão conhecimento aos jovens. A educação é dada pela família. Não dá para jogar na mão do Estado para ele também educar. Ele tem que dar conhecimento. Educar, não. Boas maneiras, como se comportar, nós aprendemos com os pais. O nosso pai, a nossa mãe são espelhos nossos. A escola nos dá conhecimento, que é uma coisa bastante diferente.

Nós sempre já estamos atacando, em todas as discussões, Senador Paulo Paim, o efeito. O problema nosso, no Brasil, é a causa. Infelizmente, nesses primeiros meses aqui, no Senado, percebi que não se pode debater algumas coisas com profundeza porque as pautas do Senado e da Câmara são outras. As pautas não são atividades-fim para ajudar as pessoas no Brasil. Não é atividade-fim na segurança, não é atividade-fim na saúde, na educação. A nossa pauta hoje é economia; é se se faz ou não o ajuste. Essa pauta está destoada do dia a dia do brasileiro. O brasileiro quer gerar emprego? Quer. Quer economia forte? Quer, mas ele quer um atendimento decente no dia a dia, tanto num hospital quanto numa escola, numa delegacia de polícia.

Eu estava colocando agora, e por isso cheguei atrasado – eu estava em outra comissão –, o efeito disso. A grande maioria desses crimes cometidos por jovens é por causa da droga. O Brasil não produz droga, Senador Paulo Paim. O Brasil importa droga, e essas drogas entram pelas nossas fronteiras quando teriam que ser guarnecidas pelo Estado brasileiro. Elas não são guarnecidas. O Brasil não fabrica armas. Nós não temos nenhuma fábrica de armas. Nós importamos armas, e armas pesadas, que chegam em Brasília, vão para o Rio, vão para qualquer lugar. Aí, o Brasil fecha os olhos, cruza os braços, e vamos ver o que vai acontecer.

Sou muito claro em relação a um jovem de 16 anos. Se um jovem de 16 anos tem discernimento para escolher o maior representante do País, que é o Presidente da República, ele tem discernimento para saber

se matar é errado ou não. Não me venha com essa de dizer que ele não sabe. Como é que ele sabe escolher um Presidente? Qual é a coisa mais importante numa democracia? A escolha dos seus representantes, aquelas pessoas que vão representá-lo, de Presidente da República a Vereador. Se o jovem tem o direito de votar, se como cidadão ele vota, como cidadão ele tem que saber o que é errado e o que é certo. Não dá para dizer: "Olha, não é bem assim."

Então, ele sabe muito bem que se está tirando a vida de uma pessoa ele tem que pagar, tem que ser punido. Mas a punição em si não faz diferença se o jovem tem 16 ou 18 anos. Ninguém quer ir para a cadeia, pode ter 16, ou 18, ou 19. A simples punição não resolve o problema. O que vai resolver o problema ou amenizar o problema é o que países desenvolvidos têm feito: tentar, na origem, segurar esse problema. E na origem, não adianta construirmos clínicas para dependentes químicos, não adianta construirmos presídios, não adianta construirmos presídio diferenciado para meninos de 16 ou 17 anos, se não atacarmos o efeito originário disso, para o qual o Brasil vem cruzando os braços e fechando os olhos há anos.

Eu dou exemplos aqui que acabei de citar. Lá no Peru, no Rio Javari, entra droga, de manhã, de tarde e de noite, aos olhos de todo mundo. Você entra pela Colômbia, troca-se armamento pesado com as Farc por comida. Você entra pela Venezuela. Você entra pela Bolívia. Entra droga, diariamente, de países que produzem droga, e o Brasil não faz absolutamente nada.

Temos 25 mil homens no Comando Militar da Amazônia, do Exército Brasileiro, que se dispõem a ajudar, mas têm que ter condições para ajudar.

A Polícia Federal não existe, em termos de número de homens, nas nossas fronteiras. Lá no Amazonas, numa área, há apenas dez policiais federais para controlar uma área de milhares de quilômetros. Isso é brincadeira, Senador Paim!

Se nós conseguirmos conter no início, o nosso custo aqui será menor. É só colocar. É muito mais barato você dar uma vacina de HPV para uma mulher, do que depois ter que curar o câncer de colo do útero dela. O câncer vai custar muito mais dinheiro para o Estado e a vida da pessoa, e a vacina custa R$45, R$60 hoje. Então, o que é mais fácil, vacinar ou depois colocá-la para fazer quimioterapia, radioterapia, acabar com a mulher? É mais fácil isso. É muito mais barato. Então, nós temos que nos antecipar, temos que trabalhar na antecipação.

Essa discussão é boa porque não é só a questão da maioridade penal, é a questão do Estado. O Estado brasileiro, o Governo Federal, os Estados, os Municípios, qual é o papel de cada uma dessas representações em um programa nacional no qual possamos realmente trabalhar em cima disso? Senão, no seu Rio Grande do Sul, vai continuar entrando droga, assim como em Santa Catarina.

Santa Catarina não produz droga, Senador, mas tem muita. E não é num passe de mágica. Ela não cai do céu. Ela entra com muita facilidade. Para o senhor ter uma ideia, entram mais de 100 mil toneladas de droga no Brasil. E aí, você vai dar para um garoto de 16 ou 17 anos, ele não tem dinheiro, sabe a primeira coisa que ele faz? Ele começa a roubar dentro de casa. Ele leva uma joia da mãe, depois ele pega um rádio, depois ele pega a televisão. E a mãe, coitada, naquela aflição, achando que o filho vai sair disso, ela não denuncia o filho. Ela sabe que o filho a está roubando. A partir do momento em que não tem o que roubar em casa, ele vai para a rua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E fica agressivo, às vezes, contra o familiar, porque não consegue roubar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Contra a mãe, agride a mãe.

Eu fiz, como Governador, quero dar aqui o meu testemunho, uma clínica de reabilitação para dependente químico. Foi a maior obra que fiz no meu Governo, porque eu vi mães chorarem. Porque uma mãe não dorme. O pai dorme, a mãe não dorme enquanto o filho não chega. E não é um ano, são anos, anos a fio essa mãe sofrendo.

Então, quem vê o sofrimento de uma mãe que tem um filho dependente químico sabe muito bem, se tiver sensibilidade, que é possível fazer. Eu fiz a minha parte, mas é muito pouco em relação àquilo que é possível ser feito e pelo desperdício que é feito.

Eu fico olhando quanto desperdício. Nós falamos tanto em milhões, em bilhões. Aliás, o Brasil não fala mais em milhões, é tudo bilhões. Tudo é bilhões agora. Não faltam números no Brasil. Não faltam! Você fala em bilhões e bilhões. Mas a nossa atividade-fim, a nossa resolutividade não existe nem na segurança pública, nem na saúde, nem na educação.

Por isso, eu volto a repetir, eu sou favorável ao projeto, até porque são coisas paliativas, não vão resolver o problema, são questões paliativas. Mas se não votamos a favor, é porque: "Ah, não quer mudar." Então, essas discussões aqui nós temos que levar para o campo prático, não é só no teórico. O teórico, meu amigo, nós não precisaríamos do Código Penal, nem do Código Criminal, nem de nada. É só pegar os Dez Mandamentos, que está lá. Se seguirmos os Dez Mandamentos, ninguém comete crime. Lá está: não matarás, não roubarás, não desrespeitarás, amarás ao próximo como a ti mesmo. Então, não precisa de leis, não precisa perder tempo com

leis, pega os Dez Mandamentos. Se o cidadão e a família usarem os Dez Mandamentos, nós vamos viver muito bem, não precisaremos prender ninguém.

O objetivo nosso, como Senadores, para encerrar, não pode ser punitivo. O nosso objetivo aqui é evitar. Porque depois que um pai perde um filho ou uma filha morto por um jovem, ninguém vai trazer essa filha e esse filho de volta para essa família. Quando uma médica é assassinada, quando um médico é assassinado, ninguém traz esse homem à vida. Mas se fizermos aqui a nossa parte para evitarmos que isso aconteça, nós estaremos fazendo um bem maior do que apenas punir. Punir faz parte. E se punição resolvesse, nós não teríamos crime em alguns países aí, porque são muito mais rigorosos em relação ao nosso País.

Era isso, Sr. Presidente. Desculpe eu ter me alongado um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, não, parabéns, Senador Omar, porque o debate é fundamental. É mais importante o debate esclarecendo do que ficar votando projeto correndo, sem aprofundar o debate dos temas, Senador Medeiros.

Quanto a votar ou não, terminativa, não é essa a minha preocupação. É responsabilidade de todos nós estarmos aqui cumprindo o nosso papel e aprofundando o debate, e a Comissão é o momento para isso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, eu também quero me manifestar favorável ao projeto. Eu vejo que ele contribui para quebrar a cadeia do crime, porque, no momento que o aliciador vê que a coisa vai pegar para o lado dele, ele vai encontrar outras formas que não usar os adolescentes.

Eu vejo que também o projeto está em boa hora, porque a discussão está quente no seio social. O debate está efervescendo.

E há outra questão que eu penso que temos que fazê-la desprovidos daquela polarização. As coisas estão acontecendo, sim. Inclusive, ontem, um dos Senadores levou à tribuna do Senado os números, porque, até agora, o que eu tinha levantado era que os números seriam ínfimos a respeito da criminalidade dos menores. A Senadora Ana Amélia levou números estarrecedores à tribuna do Senado. Ela mesma foi garimpar esses números aí, porque a estrutura do Estado não tem. Então, é bom o debate porque já se começa a cobrar das instituições qual é o verdadeiro número sobre a criminalidade.

Eu inclusive pedi para a minha assessoria que trabalhasse aquela ideia justamente de mexermos no ECA, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Inclusive, como o Senador disse aqui, quando um pensa uma coisa, o outro já pensou. Na verdade, nós estamos pensando e já tínhamos solicitado a consultoria do Senado sobre a mesma totalidade de anos. Aí eu vi o Governador Alckmin e a Presidente Dilma se referindo sobre o mesmo tema que já tínhamos visto aqui. Eu falei: mas vamos continuar, porque eu penso que seja até mais fácil. Se a grande preocupação social é porque está havendo uma total impunidade desses menores, então talvez possamos mexer no ECA, para que esses menores possam passar um tempo a mais.

Talvez seja melhor saída do que colocá-los junto com os outros presos. Mas é um debate que está, neste momento, em todas as instâncias. Em todos os lugares a que se chega há esse debate, porque alguma coisa precisa ser feita. E nós aqui, como uma Casa em que cabe tratar desses temas, precisamos nos posicionar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, o projeto segue para análise na CCJ, em decisão terminativa.

Item 2 da 2ª parte da Reunião Deliberativa de Relatório de Diligência e de Denúncia de Tortura.

Apresentação e deliberação do relatório da diligência realizada pela CDH no Acampamento Tiradentes, em São Sebastião, Região Administrativa do DF, com a finalidade de debater conflitos no andamento do processo de assentamento das famílias acampadas.

Relatório da diligência no acampamento, chamado Acampamento Tiradentes.

Passo a palavra ao Senador Hélio José, para a leitura do relatório da diligência.

Depois da leitura, nós vamos então votar o relatório. Depois, vamos passar ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, eu solicito de V. Exª a retirada de pauta do meu tema, para buscar o entendimento com a Secretaria de Direitos Humanos, para uma melhor redação possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está retirado de pauta, a pedido do Relator.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Nota Informativa nº 1.679, de 2015 em resposta ao STC nº 2015/04515, pelo qual o Senador Paulo Paim solicita a elaboração de relatório sobre a diligência realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado no Acampamento Tiradentes, em São Sebastião, região administrativa do Distrito Federal, com a finalidade de debater conflitos e o andamento do processo de assentamento das famílias acampadas.

Aos 22 de maio de 2015, com início às 9h40, foi realizada, na zona rural da Região Administrativa de São Sebastião, no Distrito Federal, uma diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, com o intuito de verificar o retorno das autoridades públicas, bem como o estado de espírito da comunidade referente a denúncias de ameaças de morte recebida pela Srª Josefa Francisco Gomes Ataídes, em razão de suas atividades como liderança de parcela expressiva das famílias acampadas no Acampamento Tiradentes.

Foi anunciado que as seguintes autoridades se fariam presentes na diligência: o Vice-Governador do DF, o Subsecretário de Desenvolvimento Agrário do DF, o Diretor de Regulação de Imóveis Rurais da Agência de Desenvolvimento do DF (Terracap), a Ouvidoria Agrária Nacional, o Delegado de Polícia de São Sebastião, o Administrador de São Sebastião, o Presidente da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do DF e Entorno (FETADFE) e o Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Senador Cristovam, o Senador Reguffe, e a Bancada de Deputados Federais do DF.

Entre todas as autoridades e instituições que informaram que se fariam representar, enviaram representantes a Subsecretaria de Desenvolvimento Agrário do DF, a Ouvidoria Agrária Nacional e o Governador do Distrito Federal.

A diligência teve a forma de um evento organizado pela liderança da Srª Josefa Ataídes em um galpão comunitário, onde havia uma extensa mesa para autoridades e cadeiras disponíveis para a assistência.

Após a abertura dos trabalhos pelo Sr. Senador Hélio José, a palavra vai para a Srª Josefa Ataídes, que relata o seguinte: ela lidera um grupo de acampados no Acampamento Tiradentes que vive à margem da sociedade e que apenas quer os cinco hectares previstos pela Lei de Terras do DF para produzir alimentos. Mas o acesso à terra mostra-se particularmente difícil no DF.

Relata também que, quando o grupo originário chegou ao Acampamento Tiradentes, os grileiros da área do Entorno onde seriam assentados não seriam mais do que dez. Hoje já seriam mais de 50.

Os acampados abstiveram-se de opor-se aos grileiros, esperando que o Poder Público distrital o fizesse. Dada a inação do Governo do Distrito Federal, a propriedade improdutiva ou de eucaliptos cercou o acampamento.

Em seguida, a Srª Josefa Ataídes relatou eventos diretamente relacionados às ameaças de queimar os moradores dentro dos barracos que outros coordenadores da reforma agrária que vivem nas cidades e que negociam espaços e vagas nas listas de acampados com direito a receber terras e quem querem usar os acampados. Para ela, os da cidade estão corrompendo a reforma agrária.

Em seguida, em um movimento não programado, a palavra é concedida ao Sr. Honório Fernandes de Oliveira, o suposto autor das ameaças. O Sr. Honório de Oliveira defende-se das acusações declarando-as falsas. Afirma, ao contrário, ser o verdadeiro líder presidente e fundador do Condomínio Tiradentes. Afirma que a Srª Josefa teria levantado outro grupo e que tenta expulsa os membros do grupo liderado por ele. Faz acusações semelhantes às da Srª Josefa Ataídes, que haveria interesse de dinheiro sobre as alegações feitas em público. Segue-se a réplica da Srª Josefa Ataídes, sem acréscimo de informação substancial.

A seguir, usa a palavra o representante da Secretaria Distrital da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, para esclarecer que os processos de assentamento dos acampados no Tiradentes estão interrompidos em razão da necessidade de recompor as listas de beneficiários, visto que a Terracap percebeu alterações pouco claras na composição da lista.

A negociação em torno de quem fica e de quem sai da lista de beneficiários com futuro assentamento é feita com a Contag e com a FETADFE, e que uma vez retiradas da lista e do acampamento as famílias ilegais, haverá cadastramento dos que lá hoje estão. A meta final é a transformação do acampamento em um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Em seguida, fala o representante da Diretoria de Regulação de Imóveis Rurais da Terracap, Sr. Diogo Santos de Paula, que afirma que, embora a Terracap já tenha disponibilizado a área, ainda há que se desobstruir a mesma.

Em seguida, falou o Sr. João Batista Caetano, representante da Ouvidoria Agrária. Próximo ao assunto desde o início, o Sr. Caetano declarou que os acampados foram para ali pela mão da Ouvidoria Agrária Nacional. Posteriormente, surgiu o conflito entre os grupos de Honório e Josefa. Um acordo foi obtido para permitir a convivência, mas a fiscalização do mesmo constatou seu descumprimento.

A seguir, o Presidente da FETADFE, Sr. Romilton Machado, relatou o constante estado de tensão no acampamento e lamentou a divisão no movimento.

Em seguida, falou o Subsecretário de Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal, Sr. Iolando Almeida, esclarecendo que o interesse de sua secretária, no caso, não se voltava a favor de nenhuma das partes em conflito, senão contra a perspectiva de violência que se antecipa no Acampamento Tiradentes, e que serão feitos esforços para que isso não ocorra, não importa quem porventura tenha razão.

Por fim, às 10h50, o Senador Hélio José encerrou a diligência convidando os presentes a cantar o Hino Nacional Brasileiro.

Consultoria Legislativa, 02/07/2015. Eurico Gonzalez Cursino dos Santos, Consultor Legislativo.

Eu queria só fazer um comentário, Sr. Presidente. Seria importante ficar claro que realmente esses assentados vivem numa situação difícil. Há um conflito instalado. Foi eleita uma diretoria com 90% dos acampados, que é essa Srª Josefa que recebeu essa ameaça. Como há um pequeno grupo ainda ligado do Sr. Honório que fica lá, houve essa desavença.

Foi muito importante essa diligência aqui aprovada, porque propiciou que os órgãos públicos do Distrito Federal, do Incra e do MDA pudessem lá presenciar e se comprometer a chegar a uma solução. Então, seria muito importante, como ficou acertado, que encaminhássemos esse relatório junto com a solicitação de solução desse conflito ao Governo do Distrito Federal, ao MDA e ao Incra, para que eles tomem providências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório.

Senador Randolfe Rodrigues, para o seu requerimento, o Requerimento nº 29, de 2015. Como já foi lido no preâmbulo, V. Exª só argumenta se assim entender necessário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, só esclarecendo e destacando para os colegas que não estavam as razões deste requerimento.

Nós recebemos a denúncia de um cidadão que foi vítima da atuação de milícias no Rio de Janeiro. Esse cidadão encontra-se, na verdade, sendo perseguido por milícias e apresentou para nós um relato de atuação dessas milícias – o Sr. Roberto é o cidadão em questão – em várias Estados do País.

Eu queria acrescentar as informações que já trouxe, pelo depoimento que ele nos prestou. E é por isso que nós estamos apresentando, no requerimento, o convite, a convocação para o Programa de Proteção a Testemunhas estar presente, porque o depoimento dele mostra um completo fracasso do Programa de Proteção a Testemunhas.

Esse cidadão está, há pelo menos três anos – ele já foi objeto de matéria no Fantástico, já foi objeto de matéria de várias reportagens –, sendo perseguido por milícias e encontra-se aqui, nos arredores de Brasília, sob a guarda e a proteção de um padre.

O mais grave disso – e as informações serão trazidas a esta Comissão de Direitos Humanos – não é somente a atuação de milícia em 16 Estados da Federação. O mais grave disso é o material que nos foi trazido, que mostra assassinatos ocorridos em locais diferentes e a atuação e prática de perseguição que impõem a necessidade, Sr. Presidente, de ouvirmos, nesta Comissão de Direitos Humanos, as autoridades que já elenquei. Mas, em seguida, a Comissão de Direitos Humanos também deverá acompanhar quais são as providências por parte do Ministério da Justiça, e a própria Comissão de Direitos Humanos, sendo o caso, designar uma diligência em relação a esse tema.

Era só o que eu tinha a acrescentar, Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, eu solicitaria a inclusão extrapauta de um requerimento meu que está sobre a mesa, de uma audiência pública com os surdos. Foram protocolados. Se o senhor puder dar uma lida depois, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos só aprovar, de imediato, o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, conforme já justificado, inclusive no momento em que ele entrou nesta pauta e agora com os argumentos colocados.

Aqueles que concordam com o Requerimento nº 89, nos moldes aqui expostos pelo Senador Randolfe Rodrigues, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 22
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 89, DE 2015
– Não terminativo –

Requer que seja realizada audiência pública para discutir a ação das milícias no país que estão difundindo o terror nos condomínios do programa "Minha Casa, Minha Vida".
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador José Medeiros, há o requerimento dele na mesa.

Senador Hélio José, o Senador Medeiros vai presidir aqui, só para que eu possa agora aprovar um requerimento de minha autoria, e, em seguida, vamos, Senador Hélio José, ao seu requerimento.

Ao Senador José Medeiros, passo a Presidência, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) –

ITEM 21
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 88, DE 2015
– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para celebrar "Os 10 (dez) anos da Nova Central – Sempre na Luta pelos Direitos dos Trabalhadores".
Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De forma muito rápida, Senador José Medeiros, na verdade, eles queriam que fizesse uma sessão de homenagem no plenário. No plenário, só depois de 25 anos é possível e a Nova Central tem uma história bonita no debate permanente da defesa dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Faremos, então, essa audiência pública aqui, em que vamos aproveitar para debater todo o mundo do trabalho na oportunidade.

Esse é o objetivo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação o requerimento do Senador Paulo Paim.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 1 da 2ª Parte da Reunião Deliberativa de Relatório de Diligência e de Denúncia de Tortura

Item 1 – Apresentação e deliberação o Relatório sobre denúncia recebida pela CDH, referente à prática de tortura, agressões físicas e morais contra detentos da Cadeia Pública Dalton Crespo de Castro, em Campos dos Goytacazes – RJ, durante rebelião.

Com palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Direto no relatório.

Vem ao exame desta Comissão o documento denúncia, prática de tortura, agressões físicas e morais, inclusive com a utilização de explosivos e tiros de balas de borracha, por parte de agentes penitenciários da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, policiais do Serviço de Operações Especiais e do Grupamento de Serviço de Escolta contra detentos da Cadeia Pública Dalton Crespo de Castro, em Campos dos Goytacazes – RJ, durante uma rebelião.

Análise.

Em conformidade com o §1º, do art. 96, e a fim de dar celeridade ao caso, o Exmo Sr. Senador Paulo Paim avocou a relatoria da denúncia.

Voto.

Ante o exposto, sugere-se a esta Comissão que encaminhe cópia da Denúncia à Coordenação-Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para análise do caso e adoção das medidas que entender cabíveis.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Aqueles que concordam com os encaminhamentos propostos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Hélio José.

V. Exª pode expor o seu relatório, o documento chega depois e nós votamos assim mesmo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Trata-se de uma audiência pública a ser feita com os surdos, e, consequentemente, também, com os mudos, que têm sido discriminados em uma série de questões com relação ao trabalho.

Então, a gente está precisando debater com as instituições envolvidas, seriam a associação dos surdos, ministérios envolvidos e associações em geral.

Está tudo bem relatado no meu requerimento, que a minha assessora trouxe aqui e ela está voltando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sem problema. Já deu para entender.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Então, é um requerimento tratando sobre uma audiência sobre discriminação contra surdos e mudos.

Trata só deste assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Quem concorda com o requerimento extrapauta permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação o requerimento nos moldes expostos pelo nobre Senador Hélio José.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 23
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 90, DE 2015
– Não terminativo –

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a inclusão dos surdos.
Autoria: Senador Hélio José.)

Eu passo de novo a Presidência para V. Exª, porque eu vou ter que fazer um relatório de um requerimento nos moldes do que fez o Senador Hélio José, se V. Exª permitir.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª está em uma operação limpeza de pauta, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ganhando tempo, ganhando tempo, para ficar em uma reunião específica dos terminativos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Teve uma solicitação e o meu requerimento também não chegou da Cobap, para fazermos uma audiência pública para discutir a situação dos aposentados e pensionistas no País.

Nós estamos com essas audiências nos Estados, que estão dando um saldo muito positivo, tratando de duas questões específicas: a luta pelo fim do fator e a questão da terceirização.

E chegou muita correspondência aqui, eu fiz contato com a Cobap: "Mas e daí? Como é que fica a situação daquele que já está aposentado?" Todos nós sabemos que o fator é para quem vai se aposentar, para quem está aposentado eles querem aprofundar este debate.

Então, o que estou propondo, extrapauta, é uma audiência pública com a Cobap, em que eles vão expor a situação dos já aposentados no País.

Seriam duas votações, uma para a inclusão do requerimento extrapauta e outra para o mérito, conforme eu aqui propus.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, para contribuir.

Na verdade, reconheço aqui, quero reconhecer aqui a luta de V. Exª, Senador Paim, pelo fim do fato previdenciário.

Realmente, uma sucessão de batalhas que culminaram com a grande guerra que, com a aprovação pelo Senado Federal, a Casa Revisora, com a Câmara dos Deputados, que, oportunamente, vamos dizer assim, conseguiu inserir uma medida provisória, o fim do fator previdenciário.

Eu já me manifestei aqui algumas vezes. V. Exª eu acredito que mil vezes, não é?, tendo em vista o número dos projetos que V. Exª já apresentou e já aprovou nesta Casa.

Eu quero bater nesta mesma tecla, viu Senador José Medeiros?

É muito injusto um cidadão trabalhar durante 35 anos, ter 60 anos de idade e, no momento em que mais precisa, ser atropelado por um tal de fator previdenciário criado para prejudicar os assalariados que ganham menos neste País. Então, vamos fazer um fator previdenciário também para o setor público. Aí, sim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para o Judiciário, para o Executivo...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Aí, sim, nós vamos encher as burras dos cofres do Governo de dinheiro. O que não adianta é a gente tirar o máximo do mínimo. É realmente uma luta incansável. Foi uma das bandeiras que eu... Eu tenho conhecimento desse assunto. Sou administrador de empresas e tenho especialização em recursos humanos e pude receber inúmeras solicitações de senhores já aposentados e de pessoas que querem se aposentar que me indagam sobre a minha posição com relação ao fator previdenciário. E ninguém pode ser a favor do fator previdenciário para o setor privado. É um absurdo!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concordo plenamente com V. Exª. Permita-me dizer isto. Ninguém pode ser a favor.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É um deboche ao trabalhador brasileiro. Ele contribui durante toda sua vida para, depois, incorrer numa fórmula mágica que uns visionários burocratas conseguiram atacar, enquanto haveria outras muitas alternativas para não achatar o salário dos trabalhadores.

O senhor quer ver outra alternativa? Ontem, recebi uma comissão dos advogados da União que vieram me falar da preocupação da categoria, que está defasada em relação às demais categorias, que luta com um orçamento contingenciado. Só ali nós poderíamos resolver, Senador José Medeiros, o problema do ajuste fiscal do Brasil dez vezes, porque são eles que buscam os recursos dos malfeitores, dos maus pagadores. Mas isso a gente não faz no Brasil. A gente tenta tributar o trabalhador que já ganha um salário mínimo, o famoso piso, para as pessoas entenderem melhor. E vem para nós para votarmos dentro de outras medidas que não há como rejeitar, não há como distribuir, redistribuir. E aí a gente vai votando isso a contragosto, quando, na verdade, nós tínhamos que pensar num projeto mais amplo, mais global, que pudesse ter mais resultado, que fosse mais eficiente, que não fossem essas medidas paliativas de remendos. Seria necessário que se formassem umas comissões que pudessem propor realmente uma reforma política verdadeira.

Eu acho que o Senado está devendo um projeto de reforma política para o Brasil, que, como se chegou a dizer aqui, seria a mãe de todas as reformas. Eu não sei que mãe de todas as reformas é essa, porque, na verdade, vamos votando de forma fatiada. Primeiro, votamos aqui o fim das coligações proporcionais – está lá no Senado –; agora o Senado votou e fez aquele... Foi até um escândalo nacional. "Agora vamos votar e vamos resolver o problema da reforma política". Votaram em primeira discussão e, depois, aconteceu aquilo tudo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora, liberaram financiamento da área privada à vontade para os partidos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E sabe como é que nós estamos hoje com relação à reforma política, Presidente Paim? Pior do que estávamos ontem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Isto é um absurdo. A população não se conforma mais. Realmente, o Senador Omar Aziz disse com muita propriedade. Eu acho que esta Casa está desfocada dos verdadeiros interesses legislativos do Brasil, embora o ajuste fiscal seja uma prioridade. Eu votei as medidas, porque eu não quero, no futuro, ser tachado de responsável pelo fato de o Brasil não ter voltado a crescer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas votou a contragosto, com certeza absoluta. O Plenário todo votou a contragosto, mas acabou votando.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, eu votei em muitas matérias a contragosto, mas, mesmo assim, porque eu não quero ser, no futuro, cobrado pelo fato de o Brasil não ter saído do atoleiro em que se encontra porque nós não aprovamos as medidas propostas pelo Governo. Então, eu dei um voto de confiança ao Governo. Agora, o ajuste fiscal está resolvido. Cabe ao Governo, agora, fazer a sua parte, para que gente possa, rapidamente, sair desta situação em que estamos. E vamos sair, se Deus quiser, porque o Brasil é grande, é forte, o povo é trabalhador, e nós temos humildade, simplicidade e criatividade para, nos momentos difíceis, encontrar as soluções para buscar a luz do nosso futuro.

Além disso, quero também dizer – e, evidentemente, vou concordar com o requerimento de V. Exª, por tudo que já abordei – que V. Exª também tem como luta permanente a questão da terceirização. V. Exª até usa um jargão dizendo que é uma nova lei áurea. Eu sou empresário , sou da área...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª me permite que eu ajude? Mas V Exª cumpre a Súmula 11 do TST. E eu percebo que este aqui é para revogar a Súmula, o que eu não quero. Eu conheço seu trabalho e conheço suas empresas, porque tive informação. V. Exª cumpre, na íntegra, o que manda a Súmula 11 do TST, que é o direito do trabalhador. E esse aí veio para revogar aquela Súmula. É isso que eu não quero.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, na verdade, a terceirização já existe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Inclusive aqui no Congresso.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Já existe na prática. O que veio foi uma nova legislação que suscita dúvidas com relação à sua finalidade objetiva. Na verdade, eu acho que ninguém é contra a Lei da Terceirização por ser contra. O problema é que está embutido ali algo que nós não sabemos exatamente como vai funcionar na prática depois. Se esses pontos ficarem esclarecidos, provavelmente, todos nós, inclusive os trabalhadores, serão a favor. No entanto, como há alguns pontos obscuros, até sorrateiros, eu, da forma como a lei está aprovada hoje na Câmara dos Deputados, não tenho como aprovar aqui, no Senado. Se o Senado reformar a legislação, se alterar aqui, de tal forma que essas questões polêmicas possam ser dirimidas e se tornarem consensuais, estarei junto do projeto; caso contrário, eu votarei contra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador!

Se o senhor quiser submeter à votação...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Aqueles que concordam com...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria só, rapidamente, fazer um comentário.

O Senador Berger elencou uma série de questões sobre as quais é muito importante nos manifestarmos. É importante concordarmos com S. Exª o Senador Dário Berger. Realmente não dá para tratar as coisas aqui dessa forma: todo dia uma fatia do bolo ou da melancia, nunca a melancia inteira ou o bolo inteiro.

Então, precisamos, talvez, Paulo Paim, nosso Senador Presidente, nos debruçar sobre esta questão ou fazer até uma recomendação aos órgãos governamentais para que realmente apresentem, deem oportunidade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quem sabe nós, da Comissão, conversamos com o Presidente Renan sobre essa ideia do Senador Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu vou pedir só uma permissão para o meu colega, vizinho de corredor, Senador Hélio José, essa simpatia.

Eu, inclusive, quero pedir o apoio de V. Exªs, pois vou protocolar, hoje, à tarde, uma sucessão de propostas de reforma política, que não são nenhuma novidade muito diferente daquelas que já estão amplamente discutidas e que, de certa forma, apresentam consenso. Eu achei que, com aquela derrota da Câmara dos Deputados, nós deveríamos retomar esse tema. É oportuna e importante essa proposta que partiu do Senador Hélio José – e por isto eu o parabenizo – de nós formarmos um pequeno agrupamento ou um grupo de Senadores e exigirmos do Senador Presidente da Casa uma posição com relação à reforma política.

Um projeto que tenha como signatários os Senadores Hélio José, Paulo Paim, José Medeiros e outros Senadores vai ter muito mais consistência, e eu retirarei, imediatamente, as minhas propostas para me associar aos demais Senadores. Mas acho que nós não podemos ficar como estamos. Precisamos avançar nessa questão porque ela tem sido o palco das mazelas políticas e da corrupção que nós estamos presenciando hoje. Se nós continuarmos com essa forma, com o mesmo modelo que nós estamos utilizando hoje, tudo isso tende a acontecer. E é isto que nós não queremos e que o povo brasileiro também não deseja.

Desculpe-me, Senador Hélio José.

Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Foi muito oportuno o seu aparte, Senador Dário Berger.

Quero só concluir.

Aqui, para nós, foi muito difícil votar as MPs 664 e 665. Foi muito difícil! Mas V. Exª fez bem o relato de que demos um voto de confiança. Agora, só quero lembrar que a Presidenta Dilma não vete o paliativo com relação ao fator previdenciário. Isso é fundamental e precisa ser lembrado sempre, não é, Senador Paulo Paim?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo a palavra ao Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passo a palavra, neste momento, à nobre Senadora Fátima Bezerra, que correu para lá e para cá, mas chegou a tempo de fazer a leitura do relatório, prestigiando inclusive o autor, Senador José Medeiros.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2015
– Não terminativo –

Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.
Autoria: Senador José Medeiros
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAE.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para fazer a leitura do relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 11, de 2015, de autoria do Senador José Medeiros, que tem a finalidade de acrescentar o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.

O Projeto de Lei nº 11, de 2015, é consentâneo com as previsões do art. 24 da Constituição Federal, bem como do art. 213, inciso I, do Regimento Interno. Ademais, a lei ordinária é a espécie normativa adequada para o tratamento da matéria.

Nos termos dos incisos III e VI do art. 102-E do Regimento, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, bem como sobre proteção das pessoas com deficiência, temas estes afins à proposição em análise, o que torna regimental a sua análise.

Não se verificam vícios de constitucionalidade, de legalidade ou de juridicidade.

Em relação à técnica legislativa, fizemos algumas observações, Senador José Medeiros.

Entendemos que a redação proposta para o inciso XVIII pode se tornar mais precisa e sintética, assim como se faz desnecessária a menção, ao fim do dispositivo, ao Conselho Curador do FGTS. De igual modo, também propomos a alteração da expressão "portadores de necessidades especiais" por "pessoas com deficiência", visto que esta terminologia é a que tem maior aceitação no tempo presente, não é, Senador Paim?

No que toca ao mérito, a proposição é digna de prosperar.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 11, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVIII:

'Art. 20. .....

.....

XVIII – para realização de obra ou reforma em imóvel próprio com o objetivo de dar acessibilidade ao trabalhador ou a seu dependente, desde que algum seja pessoa com deficiência.

..... (NR)"

Antes de V. Exª submeter a voto, Senador Paim, eu quero saudar o Senador José Medeiros, que, aliás, é meu conterrâneo, lá, de Caicó, do Seridó, uma região lindíssima, onde está sendo construída a nossa barragem da Oiticica.

Eu quero parabenizá-lo, Senador José Medeiros, porque o seu projeto é simples, mas de uma sabedoria muito grande, e, sobretudo, revela uma sensibilidade extraordinária. Por quê? Porque todos nós sabemos que a lei que rege os saques do FGTS hoje só permite o saque do Fundo de Garantia em situações de demissão

sem justa causa ou de aposentadoria. Isto é o que a legislação prevê para uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O que V. Exª fez? V. Exª, de repente, expressou toda a sua sensibilidade olhando para um universo, o das pessoas com deficiência no Brasil, de mais de 30 milhões de pessoas.

Repito: é uma ideia simples, mas de um caráter social extraordinário. Por quê? Porque o projeto de lei de V. Exª propõe que as pessoas com deficiência possam usar o FGTS exatamente para dotar sua moradia de algo que é fundamental das pessoas com deficiência, que é o direito à mobilidade, no caso, a acessibilidade.

Agradeço ao Senador Paim, Presidente da nossa Comissão, por ter-me designado Relatora desse projeto, porque, como professora, como Deputada Estadual, como Deputada Federal e como Senadora, sempre temos tido um compromisso em defesa das causas que vêm na direção de promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência.

Então, Senador Paim, agradeço por V. Exª ter-me designado Relatora do projeto de lei agora em debate e dizer da feliz coincidência. Por quê? Porque está previsto para entrar hoje na pauta do Plenário da nossa Casa projeto de lei que trata do Estatuto de Pessoas com Deficiência, no qual, inclusive, consta esse dispositivo. Esse projeto é de autoria do nosso colega, do nosso companheiro Senador Paim, Presidente da nossa Comissão, e tem como Relator o Senador Romário.

Olha que feliz coincidência! O projeto de lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tramita, há anos, aqui, na Casa... O Estatuto da Pessoa com Deficiência não é uma lei qualquer, pois, volto a dizer, é uma lei que trata do acolhimento de uma parcela expressiva da população brasileira, de mais de 30 milhões de pessoas. E, no Estatuto, lá, está encartado esse dispositivo que V. Exª ora apresenta. É muito importante a sua iniciativa! Por quê? Porque vem exatamente na direção de reforçar, Senador José Medeiros.

Então, eu acho que é muito bom quando a gente está aqui, no nosso papel de legislador, defendendo ideias, defendendo causas através das iniciativas legislativas que vêm na direção de afirmar direitos, de consolidar direitos, de promoção dos direitos humanos, e esta Comissão de defesa dos direitos humanos jamais podia ser contrária a uma proposição que tem esse mérito de defesa e promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, até porque esta Comissão também é um espaço exatamente para defender, Senador Dário, os direitos humanos de todos, inclusive o das pessoas com deficiência.

Enfim, estou muito contente, portanto, por ter tido a oportunidade de relatar esse projeto aqui. E vamos acompanhá-lo, porque ele ainda vai passar por outras comissões para ser aprovado em todas as Comissões e se somar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, de autoria do Senador Paim. Aí, sim, teremos o coroamento de uma luta que vem sendo travada aqui, no Congresso Nacional e que tem o Senador Paim como uma das pessoas que têm liderado esse debate. A aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência será esse coroamento.

Neste momento, portanto, peço o voto favorável para o projeto de lei que vem no sentido de permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quero discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Preliminarmente, eu quero me manifestar dizendo que o Senador José Medeiros, que está sentado perto de V. Exª, está buscando também uma visão bastante propícia, vamos dizer assim,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O que V. Exª já tem, porque está lá no plenário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... de brechas de um visionário e tem apresentado projetos de lei importantíssimos a esta Casa neste curto espaço de tempo em que nós estamos aqui. Então, eu quero aproveitar para cumprimentá-lo, Zé Medeiros, e já dizer, de antemão, que V. Exª é uma revelação aqui, no Congresso Nacional, no Senado Federal, e deve ser um dos Senadores mais jovens da história... Em Santa Catarina, alguns companheiros e alguns eleitores afirmavam que eu seria um dos mais jovens, mas cheguei aqui e encontrei pessoas, companheiros Senadores bem mais jovens que eu. Então, eu estou no intermediário aqui, como V. Exª, que, embora já esteja um pouco mais avançado, não parece, pois V. Exª está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como dizem, engano bem na idade. (*Risos.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu quero cumprimentar, pelo relatório, a Senadora Fátima Bezerra, uma Senadora dedicada, competente, inteligente , e também V. Exª, pela visão social que teve nesse projeto, que realmente é importante, fundamental, louvável e tem a minha simpatia e o meu apoio.

Você sabe que eu fui prefeito durante 16 anos da minha vida. É uma atividade que me trouxe muito prazer, muito orgulho, mas também me trouxe muitas desilusões, sobretudo com a judicialização da política hoje, principalmente nos Municípios brasileiros. Se houve uma área a que eu me dediquei de maneira especial, foi a essa área das pessoas portadoras de deficiência. Inclusive, na minha campanha de Senador, o Presidente da Aflodef, companheiro Zezinho, que administra uma instituição memorável em Florianópolis e que atende toda a Grande Florianópolis, gravou o programa para mim, ajudando-me, resultado do trabalho que a gente efetivamente exerceu durante a oportunidade em que fui prefeito. Então, quando nós temos oportunidade, temos que fazer, porque, se não fizermos, não estamos cumprindo com o nosso dever e com a nossa obrigação.

E eu quero até relatar aqui que essa área mereceu especial atenção de minha parte, Presidente... A gente vai falando e vai recordando. Uma vez, uma secretária de assistência social veio para mim e disse que tinha uma série de solicitações pendentes com relação às questões dos portadores de deficiência: cirurgia, prótese, cadeiras, etc., todos esses equipamentos, esses instrumentos vitais para o dia a dia das pessoas portadoras. Eu pedi a ela que me trouxesse um relatório de todas as solicitações, de todos os pedidos, e, imediatamente, aportei todos os recursos para atender todas as pessoas de maneira cabal e objetiva. E, sempre que tive oportunidade, foi um dos uma das minhas prioridades, porque governar também é estabelecer prioridades. E, se há uma prioridade importante, a prioridade é assistir àqueles que mais precisam e que, muitas vezes, no Brasil são extremamente desassistidos.

V. Exª, com seu projeto visionário, inteligente, vem fazer um pequeno"remendinho" na Constituição, mas vem beneficiar milhões de brasileiros, porque, só em Santa Catarina, cerca de 20% da população apresenta algum tipo de deficiência. O projeto de V. Exª, a exemplo do projeto que trata daquela matéria que exige dos fornecedores que identifiquem o teor de açúcar nas embalagens, que V. Exª protocolou nesta Casa e que já mereceu uma ampla discussão, também é um projeto extremamente importante e visionário. E eu conheço isso aí como poucos. O açúcar faz tanto mal quanto o sal.

Acho que nós precisamos vencer essa barreira, essa etapa. Sei que esse projeto mereceu certa discussão lá na CAS, mas já quero dizer para V. Exª que pode contar com meu apoio. Estou junto com V. Exª nessa luta, porque acho que as pessoas têm que ser informadas do prejuízo que o excesso de açúcar pode trazer para ela agora e no futuro, porque não nos damos conta do prejuízo que isso vai acarretar quando já estivermos numa idade mais avançada. Hoje, para V. Exª hoje não faz muita diferença a questão do açúcar, mas poderá fazer uma grande diferença daqui a 30 ou 40 anos.

Portanto, quero já expressar o meu apoio àquele projeto e também a esse projeto relatado pela Senadora Fátima Bezerra e cumprimentar e parabenizar, mais uma vez, V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Dário Berger!

Antes passar a palavra para o autor, eu gostaria só de fazer uma consideração rápida e de dizer que o autor foi muito feliz. O Estatuto da Pessoa com Deficiência fala do atendimento da moradia, inclusive da acessibilidade, mas não entra no detalhe em que V. Exª entrou. V. Exª foi tão feliz que eu diria o seguinte: vamos trabalhar para aprová-lo rapidamente aqui, no Senado, para aprovar na Câmara, e, depois, vamos pedir para que ele seja inserido dentro do Estatuto da Pessoa com Deficiência, como uma lei de sua autoria, mas que está no conjunto da proposta que o Estatuto representa.

Então, eu só queria fazer esta consideração: V. Exª foi, de fato, muito feliz! Como dizia a Senadora Fátima Bezerra, Relatora da matéria, foi além do que todos nós tínhamos imaginado que era possível fazer com esse projeto. Por isso, ficam aqui os meus cumprimentos e vamos pedir que seja aprovado hoje aqui, nesta Comissão, hoje. Quem sabe a gente consiga até...

V. Exª é um Senador muito habilidoso. E quero, aqui, neste momento, cumprimentar essa nova safra, permita-me que eu diga isso. Eu estava olhando antes aqui e havia dez Senadores neste plenário, todos eleitos recentemente. Estão aqui discutindo direitos humanos, discutindo grandes temas de interesse do País. A Senadora Fátima Bezerra, o Senador Dário Berger e o Senador Medeiros representam essa mudança no Senado. Eu repito isso porque me diziam muito "Paim, você está ferrado, porque vai entrar uma turma conservadora lá e não vai passar nada que seja no campo social!" E é exatamente o contrário. Eu estou percebendo, pela forma de atuar de cada um dos senhores, que nós estamos num bom momento do Senado. E veja bem que, quando a gente fala que há uma onda conservadora, não é do Senado. Eu digo isto onde eu vou, como disse em Santa Catarina e em Minas: é uma onda conservadora que está vindo da Câmara dos Deputados. E nós, aqui, estamos fincando pé e alterando a maioria das questões, como, já foi falado aqui, no caso da reforma política.

Essa reforma política que vem de lá pra cá é brincadeira, não é uma reforma política, é pior do que o que nós temos hoje em matéria de legislação eleitoral.

Mas, enfim, era só para cumprimentar a Relatora e o autor da matéria, pela importância do projeto.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Dário Berger, Senadora Fátima Bezerra, minha conterrânea que também tem Medeiros no nome, fico muito contente por essas palavras elogiosas. Isso incentiva a gente a continuar trabalhando e buscando se aprimorar a cada dia, o que não tem sido tão difícil porque o material humano, os meus pares, em que me espelho tornam isso mais fácil. Vocês têm sido objeto mesmo de estudo. E vou confessar aqui que olho até as páginas sociais para pegar os bons exemplos.

Então, devolvo esses elogios, porque, na verdade, vejo aqui, como um Senador novo, recém-chegado, tenho tido oportunidade de beber nessa fonte de experiência de Senadores como V. Exª, que está aqui, nesta Casa, há 30 anos, que passou por todas as esferas e que foi prefeito, por tantos anos, de cidades do porte de Florianópolis. Então, para mim, é um privilégio estar aqui, aprendendo mas também ajudando a contribuir. Agradeço muito o fato de vocês darem todo esse apoio a esse projeto, que é uma causa nobre. E quero continuar podendo contribuir nesta Comissão para que a gente possa, cada vez mais, apresentar projetos que venham ao encontro dos anseios da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, desta Comissão.

O projeto segue agora para análise da CAE, em decisão terminativa.

Fica aqui uma sugestão ao Senador Medeiros. V. Exª tem uma relação muito boa com todos os Senadores. Quem sabe a gente consiga... Para conseguir urgência no Plenário, é recomendável que passe pelo menos numa Comissão. Como já foi aprovado aqui, espero que a gente possa aprovar com brevidade também no Plenário.

Aprovado o projeto, por unanimidade.

Assim, encerramos os trabalhos da Comissão. Porém, vou fazer aquilo que tenho feito diariamente, enquanto estou aqui, no Congresso.

Presidenta Dilma, não vete o fim do fator previdenciário! Eu estou na contagem regressiva: faltam seis dias, seis dias para a senhora pensar bem. Veja a opinião de todos os Senadores que passaram por aqui, dez. Os dez estão pedindo para a senhora,hoje esses dez, para que não vete, porque, se vetar, nós vamos derrubar o veto.

Eu tenho certeza de que o veto cai no Senado. E os Deputados me dizem que ele também cai na Câmara, até porque eles não querem ficar atrás do Senado. Eles querem provar que não são tão conservadores quanto eu estou dizendo. E eu estou louco para que eles provem isso votando pela derrubada do veto, caso ele aconteça.

Faltam seis dias, querida Presidenta. Não vete o fator! Eu sei que os conselhos que V. Exª está recebendo de inúmeros Ministros com quem tenho falado são nessa linha do não veto. Então, vamos aprovar de forma definitiva essa proposta...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ..., que eu abro já para os Senadores aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Não, bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Antes de concluir, temos três Senadores.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Não, só quero também me associar.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Isso é uma provocação que ele faz conosco.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois é, só para me associar ao apelo recorrente que V. Exª tem feito. V. Exª já sabe, tem conhecimento da minha posição. Eu, desde o início, deixei muito claro na Bancada do nosso Partido que, no que diz respeito à questão do fator previdenciário, para mim, é questão já decidida. Ou seja, sempre votarei, todas as vezes em que essa matéria for colocada em votação, pelo fim do fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – É verdade. Eu não estou aqui fazendo proselitismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sei disso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – V. Exª sabe disso.

E quero dizer a V. Exª que essa posição não será só minha e do senhor, pois será a dos demais Senadores e Senadoras da Bancada do PT. Como V. Exª tem dito, isso é um dos legados mais cruéis, mais perversos que foram criados, sim, pelos tempos neoliberais, pelo governo do Fernando Henrique. É verdade, sim! Inclusive, já era para o nosso Governo do PT ter revogado isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Mas está em tempo, é tempo. Se Deus quiser, Senador Dário, esse fator vai para a lata do lixo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Porque é lá que ele deve estar. E digo mais: a Presidenta Dilma está ouvindo as vozes da sociedade, as vozes dos trabalhadores, as vozes do Parlamento, as vozes dos trabalhadores... A Presidenta Dilma está ouvindo essas vozes e terá sensibilidade para buscar uma saída e, portando, não vetar a matéria.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Deixa eu me juntar também a esse pedido.

Presidente Dilma, ouça o Senador Paim!

Esta semana eu ouvi o seguinte comentário: "Você fica 'batendo lata' para o Senador Paim, mas você não sabe o rombo que vai causar ao País esse fator previdenciário." E eu devolvi da seguinte forma: "O que causa rombo ao País não é isso. O que causa rombo ao País é pagarmos 180 bilhões de juros anuais. O que causa rombo ao País é a gente continuar com esse sistema em que o sistema financeiro capta dinheiro fora baratinho e vem aqui emprestar para a gente a juros exorbitantes."

Então, Senador Paim, meus parabéns!

E eu também queria estender os parabéns, Senador Paim, ao Ministério da Educação. Sou de um partido de oposição, mas devemos ser justos quando se toma uma decisão acertada. No seu Estado, o Rio Grande do Sul, houve aquela decisão infeliz lá, da Universidade de Santa Maria, de querer catalogar judeus, um retrocesso. Só nos tempos nazistas a gente viu uma coisa tão esdrúxula. Mas o Ministério da Educação, acertadamente, desautorizou e deixou bem claro que aquela não é uma posição do Governo brasileiro e que aquilo foi uma coisa de aloprados, vamos dizer assim.

Para quem não está a par do que eu estou falando, alguém da Universidade de Santa Maria, da direção da Universidade, pediu para que o setor de pós-graduação informasse se havia judeus e quantos. Queria que identificasse os judeus que estavam ali cursando aqueles cursos de pós-graduação. Isso é um absurdo, uma coisa sem tamanho! É a mesma coisa que querer saber quantos negros ou homossexuais há aqui. Que coisa mais maluca! E a Constituição brasileira é clara quanto a não se poder fazer qualquer discriminação sobre cor, raça ou religião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É um absurdo!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Então, fica aqui meu elogio ao Ministério da Educação pela posição firme que tomou, desautorizando essa doidice.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me só... Nós vamos levantar todos os dados e, nos moldes que V. Exª colocou, vamos aprovar aqui, na Comissão de Direitos Humanos – não precisa ser hoje, pode ser na próxima audiência que tivermos –, uma nota de solidariedade, eu diria, ao povo judeu, uma nota de solidariedade ao Ministério da Educação e uma nota de repúdio à decisão que estavam tomando na universidade. É lá no meu Rio Grande. Eu fiquei perplexo com essa notícia, de que, confesso, estou sabendo agora. É inadmissível que isso esteja acontecendo em qualquer parte do País ou do mundo. É inadmissível que ainda se esteja selecionando quem é negro, quem é judeu, quem tem a sua orientação sexual, quem é católico, quem é evangélico para começar a separar um por um, numa política de condenação.

Eu falo isto com toda a liberdade, porque ontem, ainda em Plenário – você que trabalha com o Magno Malta sabe disto –, nós assinamos um documento contra o que aconteceu em relação ao povo cristão, de forma absurda, naquele evento de São Paulo. Nós nunca fomos contra nenhum tipo de mobilização, mas atingir a comunidade cristã, naquele caso, ou, nesse momento, atingir a comunidade judaica só pode ter o repúdio de todo homem e toda mulher de bem deste País.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª provoca a gente com temas importantes e relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas agora veio daqui.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E o Senador José Medeiros também. Então, eu também tomei conhecimento desse assunto agora pelo Senador José Medeiros, que está sempre bem informado.

Bem, mas não querendo avançar na hora, pois já estamos no adiantado, já estamos prontos para iniciar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E o meu gabinete está me ligando, porque tem um pessoal desde uma hora lá. Vai esperar!

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O meu também.

Olha só, Presidente, o que eu acumulo de papel a cada dia, e eu não tenho essa prática de muito papel, mas eu quero me associar a V. Exª, ao Senador Medeiros e aos demais Senadores dizendo que tenho absoluta convicção de que a Presidente Dilma é uma mulher inteligente – senão, não seria Presidente da República – e saberá analisar e decidir a favor dos trabalhadores. Inclusive, quero te dizer, Senador Paim, que o PT já teve oportunidade de revogar o fator, e não o fez. E, pelo que eu percebi, li, o próprio Presidente Lula hoje se penitencia por não ter...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente. Ele diz que, se há algo de que ele se arrependeu, é disso.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... eliminado esse esdrúxulo fator, que prejudica os trabalhadores brasileiros. E eu não tenho dúvida nenhuma de que não é possível que um país com essa dimensão, com essa inteligência, com a tecnologia que está à sua disposição, com servidores capazes, não seja suficientemente inteligente para buscar novas alternativas, talvez taxando as grandes fortunas, porque parece que, no Brasil, os ricos estão cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres... E olha que a gente já discutiu isso. Lembra-se das discussões de 30 anos atrás...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu me lembro! Eu me lembro! Exatamente.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ..., quando se dizia que 1% da população detinha não sei quantos por cento do poder econômico, aquela história toda e tal?

A Presidente Dilma vai retomar, vai começar a retomar a sua credibilidade a partir do momento em que sancionar o fator previdenciário, porque isso vai atingir não só os aposentados, pois vai atingir todas as famílias brasileiras, e a família é o que de mais importante existe na sociedade.

Então, eu quero me associar a V. Exª nesse pedido à Presidente Dilma para que não vete. Esse é um desejo de todos nós e é um desejo dela também. Eu sei que ela tem responsabilidade pelo rombo que vai ficar, mas ela tem que mandar para esta Casa um projeto que seja justo e que seja legítimo para que nós possamos fazer a compensação e encontrar a solução, porque não podemos, de maneira nenhuma, prejudicar os trabalhadores e, sobretudo, os aposentados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Dário Berger, só para concluir, veja como é inexplicável. Até duas ou três semanas atrás, nós estávamos dizendo que o ajuste fiscal, primeiro, iria economizar R$18 bilhões, mas, depois, enfim, com as mudanças que todos exigimos, acabou economizando R$6 bilhões ou R$8 bilhões. Disse que isso é fundamental. Não estou dizendo que não tenha fundamento, mas como eu explico agora, três semanas depois, quando um trabalhador me pergunta, na porta da fábrica, como faltava tanto dinheiro, se agora tem R$200 bilhões para organizar a infraestrutura? Faltava ou não faltava dinheiro? É uma contradição. É o que os trabalhadores pensam. "Pô, tiveram que mexer no nosso, que eram R$6 bilhões, R$7 bilhões, que seja, mas agora o que é dito é o seguinte: 'Não tem mais crise e nós vamos investir na infraestrutura em torno de R$200 bilhões'" Eu não sou contra investir na infraestrutura, porque, além de tudo, gera emprego. Claro que não sou contra, mas é inexplicável você mexer com o trabalhador outra vez querendo vetar o fator.

Então, acerta tudo o que foi feito na MP 664 e na MP 665, veta o fator e joga R$200 bilhões na economia. Quer dizer, claro que tem que investir na economia – sou totalmente favorável –, principalmente na infraestrutura, mas não pode vetar o fator. É o mínimo de coerência. Como não falta dinheiro, não vai ser tirando do fator... Os cálculos mostram que, nos primeiros dez anos, aumenta o superávit da Previdência. Mas, depois, claro, na medida em que a expectativa de vida for aumentando, será outra discussão. É como se eu achasse que é importante investir R$200 bilhões na infraestrutura hoje e que isso não será importante daqui a dez anos. Claro que será. Daqui a dez anos, nós vamos precisar, no mínimo, de mais R$200 bilhões para jogar na infraestrutura, porque o País crescerá e, consequentemente, na medida em que vão produzindo, vendendo, consumindo, teremos, cada vez mais, que melhorar a qualidade dos aeroportos, das rodovias, dos portos. Claro que é natural. Mas por que só se aperta o trabalhador? Pelo amor de Deus!

Presidenta, mais uma vez, a coerência diz que não pode vetar. Mas, se for incoerente, tenho certeza de que o Congresso vai derrubar o veto.

Está encerrada a nossa reunião do dia de hoje da Comissão de Direitos Humanos.

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 47 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DIA 15 DE JUNHO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos do dia quinze de junho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Hélio José e José Medeiros. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 21 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 18/03/2015, para debater sobre: "Direitos Humanos e a Saúde". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Ivo Brito, Assessoria de Ações Estratégicas do Departamento de DST/AIDS – SVS/MS; Léo Mendes, Representante da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos – ANSDH; Carlos Alberto Ebeling Duarte, Conselheiro Nacional de Saúde e Membro da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde – CNS; Lúcio Costa, Coordenador de Direitos Humanos de Saúde Mental, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde; e Vera Paiva, Psicóloga e Professora da Universidade de São Paulo – USP. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Paulo Giacomini, Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS; Márcia Leão, ANAIDS (Articulação Nacional do Movimento AIDS); Rosinea da Rosa, do MNCP/RS, Movimento Nacional de Cidadãs Positivas; Alexandre Cunha, do GAPA/SC – Grupo de Apoio à Prevenção da Aids; Cleonice Araújo, representante da Associação de Travestis e Transexuais – ANTA; e Rubens Pinto, Coordenador Técnico do Fórum de ONGs AIDS. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) batalhar para que o PL 198, que torna crime hediondo a transmissão do HIV; o PLS 200, que dispõe sobre pesquisa clínica com seres humanos e a PEC 451, que inclui como garantia fundamental, plano de assistência à saúde, oferecido pelo empregador em decorrência de vínculo empregatício, na utilização dos serviços de assistência médica, sejam rejeitados no Senado; 2) apoiar a Recomendação 200 da OIT, contra a discriminação das pessoas com HIV no mercado de trabalho. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais e para que respondam às indagações recebidas por meio do portal e-Cidadania. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 21 desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores, para debater Direitos Humanos e Saúde, e a questão do HIV.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas aos nossos convidados, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Senador Hélio José está aqui presente conosco. Eu farei aqui uma pequena introdução, porque estamos ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado.

Vocês podem olhar no vídeo e fazer comentários sobre a importância desta audiência e, em seguida, quando vocês começarem a falar, naturalmente vocês serão ouvidos por todo o Brasil.

Eu vou fazer uma pequena introdução para situar todos sobre o tema do dia de hoje. Essa introdução que a gente faz é construída sempre pela Consultoria do Senado. Vocês têm direito de concordar ou de discordar. Mas sempre a intenção desta introdução é de situar o tema para o telespectador e de deixar que os debatedores coloquem o seu ponto de vista.

Esse é o objetivo da audiência pública. A intenção desse texto inicial, que eu sempre apresento, é de que eles saibam o que está sendo discutido aqui.

Na presente oportunidade, vamos discutir o tema "Direitos Humanos e Saúde", com o foco na situação atual de combate à disseminação do vírus HIV. Antes de iniciarmos os debates, vamos tecer aqui alguns breves comentários sobre o tema.

Apesar dos recentes e importantes avanços da pesquisa médica relativa à aids, é preocupante constatar que a propagação do HIV continua aumentando no Brasil, especialmente quando analisados certos estratos da população. Apesar do aumento do número de pacientes submetidos ao tratamento antirretroviral no País – que passou de 165 mil em 2002, para 353 mil em 2013 – e do investimento em diagnósticos rápidos, quase instantâneos, para detecção da doença, o número de casos de contaminação do País cresceu, em resumo, 11%, de 2005 a 2013, na contramão do cenário global, em que as ocorrências de infecção apresentaram redução de 28%.

É um dado que eu também não sabia. Para mim tudo aqui é novidade. Como eu não censuro nada, eu leio aqui o que eu recebo.

Então, a contaminação no Brasil, de 2005 a 2013, aumentou 11%. Enquanto internacionalmente, diminuiu 28%.

Vou ler exatamente como está aqui: na contramão do cenário global, em que as ocorrências de infecção apresentaram redução de 28%. Os dados fazem parte do relatório divulgado em julho de 2014 pela UNaids (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids), que constatou, ainda, aumento de 7% de mortes pela doença no mesmo período.

Os jovens entre 15 a 24 anos formam um dos grupos que mais preocupam as autoridades e profissionais da saúde envolvidos com o combate à aids no Brasil. Segundo o Ministério da Saúde, em oito anos foram registrados mais de 30 mil casos da doença nesse grupo da população.

É um dado muito preocupante. Aqui está a razão desta audiência pública, provocada pelos senhores e pelas senhoras, pois os jovens constituem a reserva técnica, que garante o desenvolvimento do futuro de qualquer País.

Se essa reserva é dilapidada por guerras, por violência ou por epidemia, as Nações talvez não percebam os efeitos imediatos.

Mas, certamente, irão experimentar decréscimos em todos os indicadores socioeconômicos, quando essa geração combalida se tornar protagonista no cenário local.

Outra situação que preocupa e entristece é a precarização do fornecimento dos chamados *kits* para o tratamento das pessoas vivendo com o HIV. São frequentes as reclamações dos Estados, que se ressentem de dificuldades no repasse dos *kits* por parte das autoridades.

A distribuição frequentemente esbarra na burocracia e nas longas licitações, o que espanta, pois tal política pública deveria ser tratada de forma prioritária, com regime mais simplificado de aquisição, dada a sua urgência e importância no âmbito da saúde pública.

Outro dado que nos põe em estado de alerta é que, se existe um declínio na eficiência das políticas públicas relativas à aids, por conseguinte, correm risco todas as medidas de combate às demais doenças sexualmente transmissíveis, como, por exemplo, a sífilis e algumas variações de hepatite.

Embora menos devastadoras que a aids, esses males também são responsáveis por um número significativo de óbitos e de sequelas que aniquilam a força de trabalho da população e lhe retiram qualidade de vida.

O Brasil, senhores e senhoras, já foi referência mundial no combate ao HIV, com seu pioneirismo na massificação dos medicamentos por meio do SUS, em campanha de esclarecimento eficaz.

Terminando agora, precisamos, enfim, recuperar essa posição no cenário mundial, não só para resgatar o respeito perante outros países que nos têm como espelho, mas, principalmente, para dar resposta às necessidades da população brasileira, que paga imposto, banca o Estado e espera dele serviços públicos de qualidade em todas as áreas, especialmente na área da saúde.

Essa é só uma introdução do tema. Não visamos aqui fazer juízo de valores de quanto está sendo ou não cuidada a questão HIV, tão importante para todos nós.

Nós vamos deixar que os nossos convidados – depois dessa leitura do texto que situou quem está assistindo – exponham seu ponto de vista, com muito mais qualidade do que o comentário que fiz aqui rapidamente.

Então, vamos de imediato aos nossos convidados.

Convido o Assessor de Ações Estratégicas do Departamento de DST/aids – SVS, do Ministério da Saúde, Sr. Ivo Brito. Seja bem-vindo, Ivo. (*Palmas.*)

Convido Carlos Alberto Ebeling Duarte, Conselheiro Nacional de Saúde e Membro da Mesa Diretora do Conselho de Saúde (CNS) (*Palmas.*)

Léo Mendes, Representante da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos (ANSDH) (*Palmas.*)

Maria do Socorro de Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Vera Maria Paiva, Psicóloga e Professora da Universidade de São Paulo (USP). (*Palmas.*)

Por fim, fica aqui o convite, não sei se já chegou, ao Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Eu nunca exijo que haja um Ministro. Mas, quando a gente convida os Ministérios, o apelo que eu faço sempre é de que mandem, pelo menos, um representante. E em um tema como este, eu entendo que os órgãos do Governo convidados deveriam estar aqui representados.

Vejo que o Ministério da Saúde está aqui, de forma muito clara e nítida, como sempre esteve. Lamento que não esteja ninguém aqui da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, não chegou ninguém ainda. Espero que chegue, porque esta é uma questão de direitos humanos e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sempre esteve presente em temas como este.

Por isso, eu faço aqui de público um apelo ao meu amigo, Ministro Pepe Vargas – gaúcho, da mesma cidade em que nasci, Caxias do Sul –, que, se possível, fale para a sua assessoria mandar um representante para este evento.

Vamos de imediato ao tema de hoje, que eu entendo de suma importância, nós todos, que somos militantes da vida. De imediato, se vocês concordarem, eu sigo aqui a orientação que eu recebi da assessoria da Mesa: quem fala é o Ivo Brito.

Dr. Ivo Brito, Assessoria de Ações Estratégicas do Departamento de DST/aids – SVS, do Ministério da Saúde.

V. Exª tem o tempo de 10 minutos, com mais cinco se for preciso.

O SR. IVO BRITO – Bom dia a todos.

É uma enorme satisfação estar com vocês e eu gostaria, inicialmente, de agradecer, especialmente ao Senador Paim, por protagonizar essa iniciativa no Senado Federal, em um momento que, para nós, é de extrema importância tendo em vista o encaminhamento de algumas medidas legislativas que ocorrem na Câmara dos Deputados e no âmbito do Senado Federal, que afetam, diretamente, a questão dos direitos das pessoas que vivem com HIV/aids.

Inicialmente, eu queria, fazendo coro, aqui, com o Senador, com relação à sua primeira abordagem em relação ao cenário atual da resposta brasileira à epidemia, fazer algumas referências em saúde pública.

A relação da saúde pública com os direitos humanos sempre foi, desde a sua origem, conflituosa. Acho que é bom a gente ter esse parâmetro, porque estão em jogo... Em geral, quando se lida com a saúde da população, se lida, também, com os direitos coletivos e, muitas vezes, os direitos individuais, os direitos dos indivíduos, se chocam com os direitos coletivos.

Então, essa primeira introdução é importante, porque, ao longo da história da saúde pública, nós vamos conviver com várias situações que dizem respeito, obviamente, a sucessos, no que diz respeito à saúde das pessoas e da coletividade, mas também dizem respeito a situações constrangedoras do ponto de vista dos próprios direitos. Se nós pensarmos nas medidas de quarentena, nas medidas compulsórias de quarentena, se nós pensarmos nas medidas relacionadas a internações compulsórias, se nós pensarmos na criminalização de determinadas situações relacionadas à saúde, nós estamos, aí, diante de um fato que é o próprio conflito inerente a essa relação entre o direito coletivo e o direito individual.

Para que a gente tenha um parâmetro que possa ser mais justo, do ponto de vista dessa relação conflituosa, eu queria um pouco chamar a atenção para a experiência da resposta brasileira, antes de entrar nos meus eslaides, para passar um pouco a situação, do papel que a resposta brasileira teve ao longo desses 30 anos, eu diria, de resposta à epidemia, no que diz respeito à questão dos direitos das pessoas, sobretudo de lésbicas, de *gays*, de travestis, de profissionais do sexo e de usuários de drogas, quer dizer, ao longo da nossa construção, nós fomos capazes de introduzir a questão dos direitos humanos, o combate à discriminação e ao estigma como um parâmetro, uma referência de todas as nossas ações, seja no campo da assistência, seja no campo da prevenção.

Então, eu acho que isso baliza um pouco essa nossa discussão inicial. Se há um setor, no campo da saúde pública, no Brasil, que trata mais especificamente, ao longo de toda a sua experiência, esse setor é, de fato, o antigo programa e hoje Departamento DST/aids, em relação à resposta.

Obviamente, isso não é produto exclusivo de uma ação programática. Isso é produto exclusivo de um movimento social. Eu sempre digo que a resposta brasileira à aids, mais do que um programa governamental, é uma resposta social. É uma resposta que congrega os diferentes setores da sociedade.

Então, eu queria fazer essa breve introdução, para que pudéssemos nos posicionar frente a essa questão.

Eu começo, um pouco, dando um painel de como nós nos encontramos hoje.

Então, hoje, nós temos, nesse período, para que o próprio Senador já chamou a atenção, de inovações, que uma das orientações da resposta brasileira é a incorporação da inovação tecnológica e da inovação científica em relação à resposta à epidemia.

O segundo ponto é que essa inovação tem que ser baseada nas evidências científicas, no diálogo com todos os atores, na participação social e na atuação inserida dessa resposta no âmbito da política mais global do Sistema Único de Saúde.

Então, acho que esses elementos, de algum modo, apontam para aquilo que move o nosso espírito em termos de responder a uma situação que, como já foi mencionado, é grave, mas passível, hoje, de controle.

Em relação aos casos, nós temos uma taxa média de 39,6 casos de aids por ano e uma taxa de detecção em torno de 21 casos a cada cem mil habitantes. Temos uma estabilidade da epidemia, do ponto de vista do comportamento epidemiológico na população em geral, mas quando observamos sua distribuição por segmentos da população, percebemos uma mudança no panorama da epidemia, onde as prevalências dos casos de aids se acentuam em alguns segmentos da população. Entre pessoas que fazem uso de drogas, temos uma prevalência em torno de 5,9%; em usuários de *crack*, 5%; entre *gays*, 10,5%, e trabalhadores sexuais, 4,9%.

Esses dados são importantes porque acentuam essa diferença quando olhamos para a população em geral e quando fazemos o destaque para as populações específicas, o que caracteriza uma epidemia concentrada no País.

Lidar com uma epidemia concentrada não é fácil. É muito fácil estabelecer ações de âmbito coletivo para a população em geral, como, por exemplo, as campanhas de vacinação, mas quando se lida com *clusters* populacionais, com populações específicas, populações que têm, muitas vezes, seus direitos violados, o acesso dessas populações para as políticas públicas é extremamente difícil. Não é uma situação fácil, seja para o campo da assistência, seja para o campo da prevenção.

Eu queria acentuar também os dados da epidemia entre jovens. Se nós tomarmos como parâmetro cerca de dez anos, o período entre 2004 e 2013, temos um aumento significativo do número de casos de aids na população jovem, com uma taxa de detecção que passa de 9,6 para 12,7 por cem mil habitantes. Então, esse é o dado que chama a atenção para o perfil da epidemia nessa década, diferentemente do período que caracterizou a epidemia no início dos anos 90, entre 1990 e 2000. Nesse período, é uma epidemia que tem um crescimento significativo entre a população jovem.

Se observarmos também com relação à razão de sexo, temos uma diminuição da razão de sexo entre casos entre homens e mulheres e um acentuado crescimento quando consideramos os casos pela categoria de exposição, sendo que a principal categoria de exposição é a de homens que fazem sexo com homens e bissexuais. Então, há um crescimento, e esse crescimento, quando desagregado pela faixa etária, observamos que também é mais acentuado na população jovem, como pudemos perceber nos eslaides anteriores.

Aqui se mostra a distribuição, apenas ilustrativa, pelas capitais e sua distribuição por Estado, observando uma desigualdade regional também na distribuição da epidemia. Então, é importante que a gente possa olhar para o conjunto da epidemia mas que se possa também dimensioná-la, em termos de respostas e políticas públicas, para as questões relacionadas às desigualdades regionais. Portanto, temos uma epidemia, primeiro, concentrada em populações específicas com prevalências mais elevadas nesses segmentos, e uma distribuição desigual dessa distribuição no âmbito regional.

O Senador Paulo Paim mencionou, anteriormente, a questão do financiamento e falou em relação à questão da necessidade de a gente avançar, porque a saúde sofre por um déficit de financiamento. E, para que a gente possa corrigir essas distorções regionais, sobretudo mais acentuadas no âmbito municipal, quando observarmos o âmbito municipal, é necessário que a gente tenha investimentos mais robustos para o setor da saúde e é necessário tentar reverter esse desfinanciamento que hoje atinge o Sistema Único de Saúde.

Queria também chamar atenção para a taxa de mortalidade. Temos uma queda da taxa de mortalidade, mas ainda existe um patamar que exige alguns cuidados. Se desagregarmos essa informação para o nível regional, possivelmente vamos encontrar regiões em que essa taxa de queda pode ser mais acentuada, sendo mais elevada, sobretudo na Região Norte e na Região Sul do País, em que temos algumas situações particulares de como a epidemia se comporta.

O País possui um menor índice de mortes de aids entre 1990 e 2013, segundo artigo publicado na *The Lancet*. É uma mera informação, mas é um acesso importante, tendo em vista a relevância dessa publicação no âmbito da saúde pública. E queria chamar atenção, primeiro, para o fato de que o grande desafio atual, para que a gente possa alcançar uma resposta que atenda, de fato, as necessidades das pessoas que vivem com o HIV/aids, está centrado na questão do modelo assistencial. Nós tínhamos um modelo assistencial no passado que procurava responder a uma emergência de saúde pública, quando o próprio sistema de saúde estava se estruturando. Nós criamos estruturas assistenciais com características muito próprias, para poder responder a essa situação e distante do movimento que se fazia no âmbito do próprio Sistema Único de Saúde. Daí existir aquela história de que havia o Ministério da aids, a história de que havia um programa paralelo, tudo isso vi-

nha à tona no processo de discussão, pelo distanciamento que, à época, era necessário, pela emergência da epidemia. Constituímos modelos assistenciais necessários para poder responder à epidemia naquela época.

Neste momento, estamos numa transição importante e necessária, para que a gente assegure a questão da integralidade da atenção, fazendo com que tenhamos um modelo assistencial que possa responder a uma infecção crônica. Essa é a característica e o desafio que está colocado no presente para a resposta à epidemia da aids. Como responder às condições de uma epidemia que se cronifica, de pessoas que envelhecem com a epidemia da aids, e exige uma estrutura assistencial que vá desde a porta de entrada da atenção básica até os níveis mais complexos do ponto de vista assistencial.

Então, pensar o modelo assistencial, estruturar o modelo assistencial e fazer com que esse modelo responda à questão da integralidade é o que se coloca como a questão central e o desafio principal da resposta brasileira à aids no momento atual. E para isso temos esse desafio a cumprir, como compromisso que o País assumiu na esfera internacional que é a Meta 90-90-90, que nada mais é do que ter 90% das pessoas testadas, 90% das pessoas em tratamento e dessas pessoas em tratamento 90% delas com carga viral indetectável ou carga viral suprimida, o que significa que essa estratégia é uma estratégia que permite que a gente, tendo como referência algumas das estratégias biomédicas, possa hoje reverter a situação de difusão da epidemia – quanto menor a carga viral, com certeza, menor a carga viral, com certeza, menores as taxas de infecção na população.

Esse é um pouco sobre o que eu disse anteriormente, a respeito de como que nós vamos fazer aceleração dessa resposta. Nós temos que imprimir uma ação intensiva de ampliação do acesso ao diagnóstico, tanto para a população geral, mas sobretudo para as populações que são mais afetadas, aquelas populações consideradas chaves para o controle da epidemia. Nós temos que ampliar em 90% das pessoas testadas que foram detectadas como positivas, incluí-las em tratamento e vinculá-las aos serviços de saúde e, dessas, obviamente fazer com que a carga viral dessas pessoas seja suprimida, com um compromisso de que a gente possa até 2020 diminuir as taxas de infecção e em 2030 ter de fato "acabado com a epidemia" – entre aspas –, diminuído significativamente as taxas de transmissão da epidemia.

Bom, aqui é um pouco repetindo que eu já disse. Aqui é crescimento do número de pessoas que entraram em tratamento, é a cobertura do tratamento. Nós nos encontramos com 403.970 pessoas hoje em tratamento. Nós temos ainda um *gap* que precisamos superar para poder atingir a Meta 90-90-90 e temos que fazer com que a prevenção adote um enfoque, uma perspectiva mais holística, ou seja, em que a prevenção seja trabalhada num modelo de intervenções pontuais, mas que ela possa combinar diferentes estratégias de prevenção para que a gente de fato reverta a situação de epidemia.

Esse é um pouco o quadro que mostra o que é uma prevenção combinada. Obviamente, o pano de fundo disso é a questão dos direitos humanos, porque a gente pode fazer tudo isso aqui, podemos fazer todas essas etapas, mas, se não tivermos avançado na questão dos direitos humanos, não conseguiremos reverter isso.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Sª tem mais cinco minutos.

O SR. IVO BRITO – Sim.

E para isso, para que a gente possa de fato incluir agenda dos direitos humanos na prevenção combinada, nós temos que ter políticas intersetoriais articuladas. A resposta à epidemia no campo dos direitos humanos não é exclusiva da saúde – isso tem que ficar claro aqui. Ela é uma dimensão intersetorial articulada com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, articulada com esta Casa aqui, o Senado Federal, e a Câmara dos Deputados, para reverter a situação conservadora que hoje vigora aqui dentro do Congresso Nacional, sobretudo no que diz respeito às pessoas que vivem com HIV/aids e a população LGBT.

Se nós não avançarmos nessa situação, nós pouco faremos com relação à prevenção combinada. Esta Casa tem o dever e a responsabilidade de reverter essa situação para fazer com que a resposta brasileira seja uma resposta atual e que seja progressista e possa configurar na etapa atual para alcançarmos a Meta 90-90-90. Só alcançaremos a Meta 90-90-90, se de fato revertermos toda a situação de discriminação com relação às pessoas que vivem com HIV/aids.

E, para finalizar, eu queria apenas passar que são diferentes as formas de fazer prevenção combinada, entre elas as questões relacionadas a direitos humanos. Nós temos um avanço significativo nesta Casa, que foi a lei de discriminação das pessoas com HIV/aids, mas temos dentro desta Casa barreiras estruturais que dizem respeito ao Projeto de Lei nº 198, que torna a transmissão sexual do HIV um crime hediondo. Então, é necessário, urgente, que a gente possa fazer dessa resposta, incluindo os direitos humanos na prevenção combinada como uma articulação intersetorial.

E aqui são os casos de violência, e chamaria atenção ao crescimento. Esse é um dado do próprio Ministério da Saúde de que os outros setores governamentais deveriam se apropriar – o crescimento de violência sexual por orientação sexual vem crescendo significativamente no País.

E eu encerro com esse eslaide a minha fala.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O Sr. Ivo Brito, para mim, foi muito feliz quando fez a ligação saúde, Congresso e direitos humanos – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Ainda tenho esperança, Ivo Brito, que venha alguém da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Como sou um otimista por tendência da minha vida, ainda acho que vai chegar alguém para expressar o seu ponto de vista também.

Sr. Léo Mendes, representante da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos (ANSDH).

O SR. LÉO MENDES – Bom dia a todas e a todos.

Bom dia, Senador Paulo Paim, um batalhador na luta em favor das minorias – brigou muito aqui para aprovar o PLC 122. Infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estava pronto para ser aprovado, entraram com requerimento em plenário e foi para a CCJ.

O SR. LÉO MENDES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está lá na CCJ.

O SR. LÉO MENDES – Então, nós observamos que o fundamentalismo religioso atua dia e noite para impedir que uma parcela da população brasileira tenha direitos neste País. Estamos falando isso, porque vai afetar a saúde dessas pessoas. Se você não tem garantia de direito, você não tem saúde, você adoece; se adoece, você precisa dos direitos humanos.

Bem, a nossa Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos foi fundada este ano; tem representação em todo o País, com pessoas vivendo com HIV, com ONGs, pessoas de outros movimentos que passam a entender a questão do HIV, da saúde, como um foco de direitos humanos. Então, estamos ancorados nas cinco regiões e em todos os Estados do Brasil.

Primeiro, é preciso entendermos que nos últimos dez, doze anos, houve uma descentralização dos recursos da aids. Então, fazer críticas só ao Governo Federal na questão do HIV/aids acho que é um rumo errado, porque os Estados e Municípios estão recebendo da União recursos para fazer trabalho de prevenção de HIV/aids.

Nesses 12 anos com descentralização dos recursos entenderíamos que o Município, ao ter o recurso, teria mais facilidade para fazer a prevenção. O número seria reduzido, as pessoas teriam melhor atendimento. Mas, quando observamos os dados, por exemplo, da prevenção nos Municípios e nos Estados com as populações-chave ou com as populações que mais se infectam com HIV, enquanto a população em geral está com 0,4% de infecção, a população de prostitutas, de usuários de cigarro, álcool e outras drogas, de *gays* e outros homens que fazem sexo com homens e de travestis vem crescendo muito fortemente em todos os Municípios do Brasil.

Quando você pergunta às ONGs que trabalham com essa população, elas dizem o seguinte: "Nós não conseguimos recolher recursos do Município e do Estado para fazer prevenção com a nossa população". A argumentação é sempre a burocracia: o tribunal não deixou, o procurador não deixou, a assembleia não deixou.

Enfim, se não há prevenção na ponta é natural que as pessoas se infectem. Além disso, é preciso recordar que, há 12 ou 15 anos, a saúde vem tentando, junto com a educação, levar educação sexual, levar a prevenção do HIV para as escolas. E as escolas não fizeram o dever de casa. São poucas as escolas no Brasil que fazem o trabalho de prevenção do HIV/aids. E, ao não fazer a prevenção do HIV/aids, o que acontece? Onde estão os adolescentes e os jovens? Nas escolas. Ali eles deveriam ser educados, informados para a prevenção do HIV. Como não são informados na escola, eles se infectam. É a tese natural da vida.

Se você está numa escola e não consegue, durante o ano letivo, receber informação segura sobre o que é DST, o que é HIV, o que são hepatites virais; se você não tem acesso aos mecanismos de prevenção; se você não tem estímulo para procurar o sistema de saúde e a prevenção, o que vem acontecendo?

Essa geração de 14 a 25 anos, que está na escola na última década, ela não obteve a informação necessária e está se infectando. Então, sobrecarregar o jovem e o adolescente dizendo que é responsabilidade só dele a falta de prevenção é um equívoco. Eu acho que é importante que as escolas assumam a sua responsabilidade no sentido de prevenir especialmente nesse público de jovens de 14 a 25 anos. E, quando eu falo escolas, eu não deixo de fora também as universidades. É muito difícil, em qualquer universidade do Brasil, que o tema esteja sendo discutido. Com exceção da faculdade de medicina e de enfermagem, é muito difícil você encontrar na universidade, por exemplo, camisinhas sendo distribuídas e o estudante universitário falando sobre isso.

Com relação à população-alvo, de *gays* e outros homens que fazem sexo com outros homens, travestis, usuários de drogas e prostitutas, não por acaso esses quatro públicos-alvo estão aqui no Congresso Nacional sem direitos – sem direitos. Nós temos uma política de drogas no Brasil há 30 anos que não dá certo, não deu certo e não dará certo. Portanto, as pessoas vão continuar se infectando, porque não se reconhece que essas pessoas são brasileiras e têm direitos e, se têm direitos, elas precisam ser bem tratadas. Então, como falar em prevenção para uma travesti se o Congresso Nacional não reconhece nem o nome social delas, querem que elas sejam homens; se não reconhece o corpo delas; se não reconhece o direito delas de estudar, o direito de trabalhar, o direito de não ter como única opção de vida a prostituição. Porque é isso que se faz ao não se permitir que elas tenham direito ao nome social, que elas tenham direito à sua identidade de gênero, faz com que elas, ainda na adolescência, tenham como única forma de vida a prostituição. E o que é um adolescente na prostituição? É um adolescente vulnerável ao álcool, vulnerável ao HIV.

As mesmas questões acontecem com as prostitutas, que também não têm seu trabalho legalizado no Brasil, em que pese exerçam uma profissão há milhares de anos. Apesar de o Ministério do Trabalho reconhecê-las como profissionais do sexo, elas não têm a profissão legalizada no Brasil e são vítimas de toda violência em função disso.

Com relação à prevenção, nós concordamos com a prevenção combinada, o teste, o autoteste, o teste ONG, a PEP, a PrEP, ou seja, o uso de comprimido antes de fazer a relação sexual desprotegida, para não se infectar com o HIV, que já está em estudo no Brasil. Ela é um sinônimo importante de nova prevenção no mundo, que achamos que ela precisa ser garantida, e a profilaxia das 72 horas depois do sexo desprotegido. Nós precisamos, no Sistema Único, avançar para que toda a população tenha direito a usar esse comprimido, não só os profissionais de saúde, como acontece hoje no Brasil, que têm o direito de usar o comprimido, ou a mulher vítima de estupro, que passa por uma DEAM. Mas como é que fica a situação de um menino *gay* que é estuprado? Ele não vai para uma delegacia especializada da mulher e nem vai para delegacia nenhuma, nem vai contar para o seu pai e para a sua mãe que ele foi estuprado e não vai usar o comprimido da infecção. Isso acontece diariamente com travestis e com homens *gays*.

Então, nós precisamos entender que o sistema de saúde precisa estar aberto 24 horas, especialmente nos finais de semana, que é quando a juventude sai para se divertir, para beber, para que possa chegar e saber: eu recebi uma carga viral, eu tenho direito de tomar o comprimido durante 28 dias, no Brasil.

Com relação à testagem, defendemos que o teste deve ser universalizado, as pessoas devem fazê-lo sem grilo nenhum; deve-se estar nas farmácias à disposição de quem quiser; deve-se estar nas escolas, nas saunas, no Ministério da Saúde, no Senado Federal. É um direito das pessoas saberem se elas têm ou não o HIV, e elas, sabendo se têm ou não o HIV, é mais prático para que elas possam se tratar, que é a segunda etapa do processo.

E, nesse aspecto, a gente entende que o Projeto de Lei nº 198, que torna crime hediondo a transmissão do HIV, se aprovado pelo Senado e pela Câmara, ele vai fazer com que as pessoas não façam o teste, porque, se uma pessoa fizer o teste, ela já está suscetível a ser presa por crime hediondo.

Então, é inevitável que a pessoa vai preferir não ter o resultado formal do teste. Ela pode até fazer o teste numa ONG, comprar numa farmácia, mas ela jamais vai entrar no sistema de saúde, onde é informatizada essa informação, para poder dizer: "Olha, eu sou um possível transmissor do HIV e posso ser preso por crime hediondo no Brasil". Então, isso não resolve o problema.

Hoje, no Código Penal, já existe, na legislação, prisão para as pessoas que, deliberadamente, passam o HIV para outra pessoa, sem que a pessoa esteja sabendo desse fato.

Então, nós entendemos que esse projeto precisa ser rejeitado, porque, senão, ele vai dificultar a testagem e isso vai fazer ampliar ainda mais o número de pessoas transmitindo o HIV no Brasil.

Por outro lado...

(Soa a campainha.)

O SR. LÉO MENDES – ... para concluir, nós entendemos que é importante o que o Ministério tem feito: a universalização da testagem do HIV, a universalização do medicamento do HIV.

Então, hoje, no Brasil, por mais que as pessoas questionem, nós somos favoráveis. Todas as pessoas, hoje, no Brasil, que têm o HIV, descobrem que têm o HIV, têm direito de tomar o comprimido antiaids – e tomar um comprimido, Senador. A Senadora acompanha a trajetória da aids e se lembra de quando as pessoas tomavam 35 comprimidos, e só para o HIV, ainda havia mais outros. Hoje, é um comprimido que a pessoa toma para diminuir a carga viral.

Então, essa decisão de dar o comprimido assim que a pessoa descobre que tem o HIV é muito acertada, porque vai reduzir a carga viral e isso reduz a transmissão do HIV aids. Então, nós entendemos que ela é impor-

tante. Como é importante também as ONGs fazendo o trabalho de entrega de testes para que a população-alvo possa se testar e se tratar.

Então, nós entendemos que as medidas que estão sendo tomadas são importantes, mas elas não estão dissociadas das questões de direitos humanos, porque, enquanto não se garantir os direitos humanos dessas populações-chave, nós vamos continuar tendo esse número junto às populações concentradas, que é desde o início da epidemia. O Senador está de cabelo branco e eu também e, desde o início – eu pinto, mas está começando a cair a cor, pintei. É que idoso, hoje, a gente fica com 90, não é mais com 50. (*Risos.*)

Bom, desde o início da epidemia que a gente sabe que aids é mais concentrada em *gays* e outros homens que fazem sexo com homens e travestis, em usuários de drogas e em prostitutas. Isso não mudou. Se há uma coisa que não mudou na aids é isso. E, se nós agora não atingirmos esse público com prevenção, com testagem, nós não vamos conseguir acabar com a aids no mundo.

Para finalizar mesmo, a nossa luta da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos (ANSDH) é pela cura da aids, nós queremos a cura dessa doença, lutamos para isso. Tudo que se fizer é paliativo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Léo Mendes, representante da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos, que enfatizou a responsabilidade dos Municípios e dos Estados, e não só da União, e também a questão da educação, porque é na sala de aula, segundo o que você expôs, que deve começar a devida explicação e a prevenção.

No conjunto da palestra, nossos cumprimentos e a concordância total, pelo menos de minha parte, com os dois painelistas que falaram.

Passo a palavra, neste momento, porque houve entendimento aqui na mesa – viu, Carlos? – de que agora é você, ao Conselheiro Nacional de Saúde e membro da Mesa Diretora do Conselho do CNS, o Sr. Carlos Alberto Ebeling Duarte.

O SR. CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE – Bom dia a todos e todas. Eu queria agradecer o convite do Deputado Paim, desculpe-me, do Senador Paim – é que eu vim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Daquele tempo da Constituinte ainda.

O SR. CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE – Também do tempo da Constituinte, mas é que a semana passada eu estava numa audiência sobre mais ou menos o mesmo tema aqui na Câmara dos Deputados – desculpe-me.

Então, Senador Paulo Paim, obrigado pelo convite ao Conselho Nacional de Saúde para estar aqui. Como a Socorro, Presidente do Conselho, está aqui, também vou restringir minha fala com relação à questão da aids.

Não consigo falar muito apenas da questão da aids, porque dentro do Conselho a gente acaba trazendo as questões de uma forma mais ampla, mais plural.

Eu sou Carlos Duarte, representante do Movimento Nacional de Luta contra a aids, no Conselho Nacional de Saúde. Lá também faço parte da Articulação Nacional de Luta contra a aids (Anaids), e sou uma pessoa vivendo com HIV/aids há mais ou menos 25 anos. E nesse período com certeza a gente não pode negar que houve muitos avanços no combate à epidemia de aids, com os medicamentos. Enfim, hoje se vive mais com aids do que se morre com aids. Lá no início da epidemia, se morria com aids com uma facilidade absurda. Hoje continua-se morrendo muito com aids.

Talvez essa seja uma das principais questões que a gente tem que colocar, ou seja, por que, apesar de a gente ter várias questões que podem impedir as pessoas de morrerem com aids ou pelo menos fazer com que as pessoas que morrem com aids morram por outras causas, por exemplo, de velhice, a gente continua tendo muitas pessoas que morrem com aids no Brasil? Vamos nos restringir ao Brasil e não com relação ao mundo todo. Mas por que se morre tanto de aids no Brasil ainda se a gente tem um Sistema Único de Saúde que tem como seus princípios a universalidade, a integralidade, a igualdade, a equidade, enfim, a descentralização, como o próprio Léo falou aqui, e a participação social, o controle social? Por que a gente ainda continua com números tão grandes de mortes por aids, em torno de 12 a 13 mil pessoas por ano, no País?

Mas apesar de se morrer menos do que se morria antes, viver com aids não é fácil. É bastante difícil viver com aids, porque são muitos os medicamentos. Existe hoje um medicamento em dose única. Existem vários avanças, mas na verdade as pessoas que vivem com aids, ao longo do tempo, vão desenvolvendo outras doenças crônicas, a partir da medicação muitas vezes, como diabetes e outras mais, que acabam dificultando a adesão ao tratamento como um todo. Eu acho que essas são questões importantes de serem frisadas. Viver com aids é possível, mas não é bom. Acho que é por aí que a gente deve começar.

Com relação à epidemia, hoje a gente fala muito em populações chaves para combater a epidemia de aids. Então, são as cinco populações que o Léo já citou aqui, o próprio Ivo também: *gays* e homens que fazem sexo com homens, transsexuais e travestis, usuários de drogas, prostitutos masculinos, prostitutas femininas.

São essas as quatro populações. Não é muito diferente das populações lá do início da epidemia, que na época eram chamadas de grupos de risco e que são praticamente as mesmas populações, talvez colocando, não época, a questão das pessoas com hemofilia e algumas outras. Mas são basicamente as mesmas populações. E se a gente sabe que são as mesmas populações, digamos assim, que são mais atingidas pela epidemia, como é que a gente não consegue, de fato, enfrentar essa epidemia no Brasil e no mundo?

Essas populações são as populações, juntando com direitos humanos, que têm mais exclusão social. Elas têm um histórico de exclusão social imenso. São as populações que menos têm acesso a serviços de saúde, que mais são barradas nas escolas, que mais são barradas em vários lugares pelo preconceito e pela discriminação. Então, obviamente são as pessoas que de certa forma têm uma autoestima muito baixa e uma autoestima muito baixa acaba gerando um processo de adoecimento por não se cuidarem; enfim, por uma série de questões sociais que envolvem isso. Então, a gente entra muito nessa questão dos determinantes e condicionantes de saúde, que são fundamentais para que a gente trabalhe todas as questões de adoecimento.

Então, o SUS tem isso como base. Se você não trabalhar a questão dos determinantes e condicionantes de saúde, não consegue avançar nas questões ligadas à saúde. E no que se refere a essas populações com histórico de exclusão, isso se acentua mais ainda. Na audiência passada, por exemplo, falou-se das travestis e uma representante do movimento de travestis estava lá. Ela falou que essa população é uma população absolutamente invisível em todos os dados de doenças no Brasil.

Todos os números, inclusive nos dados apresentados nessa mesma audiência, em que, simplesmente, as travestis e transsexuais não estavam nos dados apresentados. Foi uma das reclamações que foram feitas.

Então, isso é uma constatação de que essa população, ao ser excluída, fica muito difícil de ela conseguir acesso e conseguir adesão a tratamentos, porque isso tudo se dá a partir desse acesso.

Então, se fala muito, hoje, na questão da testagem, que é fundamental, porque um dos fatos que leva as pessoas a adoecerem de aids e morrerem de aids é porque elas têm pouco acesso ao serviço e pouco acesso à testagem.

Então, elas, não sabendo que são soropositivas, não têm como acessar o serviço de saúde. E, daí, se pergunta assim: "Acho ótimo, quanto mais se amplia a testagem, melhor". Mas não adianta apenas ampliar a testagem. Tem que garantir que essas pessoas, depois de testadas, tenham condições de acessar os serviços.

Então, a gente acessa, hoje, em organizações sociais o teste. Mas como é que depois se faz? Por que, daí, tu consegues, a partir das organizações sociais, de fato, ter um acesso maior a essa população, porque essas organizações... Eu falei organizações sociais, mas são Organizações da Sociedade Civil, organização social parece OS. Então, a gente tem que diferenciar uma coisa da outra. São Organizações da Sociedade Civil. Elas são fundamentais nesse trabalho, mas o Estado tem que garantir que, após esses exames feitos, as pessoas identificadas como positivas consigam acessar o serviço.

Só que esses serviços continuam sendo excludentes, preconceituosos e discriminatórios. Então, como é que a gente vai acessar esse serviço? Tem que haver uma política de combate a essa discriminação.

Acho que o Movimento Negro faz isso muito bem quando luta contra o racismo institucional, que é uma realidade nesse País, a população negra tem menos acesso que a população branca em todas as questões, não só na saúde. Isso é uma questão fundamental de direitos humanos, mas essas populações, digamos, com histórico de exclusão, sofrem a mesma questão do racismo institucional, não racismo, de discriminação institucional.

E, se a gente pensar que grande parte dessa população dentro da lógica da população brasileira também são negros, então, isso vai ampliando. É negro, é mulher, é homossexual, travesti, enfim, isso amplia. Como é que nós vamos trabalhar para que esses serviços não excluam essas pessoas depois? Se esses serviços incluírem e conseguir, daí, sim, a gente vai conseguir, de fato, entrar nessa política 90-90-90, porque ela é fundamental, mas tem que garantir que esse acesso esteja garantido a essas pessoas.

A questão do medicamento, a gente sempre lutou por acesso a medicamento. Tanto que quando, muitas vezes, se fala da judicialização no Brasil, a gente não pode esquecer que a própria política de aids foi provocada por ações judiciais.

Lá, na década de 1990, 1994, 1995, quando a medicação surgiu, nós conquistamos a medicação através de ações judiciais. Só que eram tantas ações judiciais, que era mais fácil ao Estado definir como uma política de acesso universal, de fato, como diz a Constituição, não foi nenhuma invenção, nós utilizamos a Constituição brasileira e a Lei do SUS para garantir isso, para que, de fato, um direito fosse garantido.

Então, é óbvio que a gente quer que as pessoas todas sejam tratadas e tenham, de fato, acesso a medicação. Só que esse acesso a medicação não pode ser visto, apenas, como uma forma de evitar a transmissão do HIV. Não tem que ser visto apenas como uma forma de prevenção para outras pessoas. Ela tem que estar... Aí entra a questão da saúde coletiva e a saúde individual. Não existe saúde coletiva sem respeito à saúde individual, e vice-versa. São coisas que andam juntas.

Então, o direito a medicamento também é fundamental, mas, desde que, a pessoa que vai...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE – ... tenha consciência da necessidade de tomar a medicação, ela tenha informação para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem mais cinco minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE – Sim, obrigado.

Ela tenha informação para isso, ela tenha condições de fazer a opção, se aquele é o seu melhor momento de vida para tomar a medicação, porque, depois de iniciado o tratamento, nunca mais vai parar.

Então, a gente tem que saber que essa é uma medicação de uso contínuo para o resto da vida, que não é uma tuberculose que, em seis meses, se tu fizeres o tratamento, tu estarás curado, e o abandono do tratamento da tuberculose é imenso neste País; ele é muito maior do que a Organização Mundial da Saúde fala, que é em torno de 5% – aqui no Brasil nós temos de 10% a 15% de abandono de tratamento para a tuberculose. E a gente sabe muito bem, através das políticas de tuberculose, que não é a pessoa que abandona o tratamento, e, sim, o serviço que provoca o abandono da pessoa ao tratamento, pela discriminação, pelo preconceito e tudo mais, até mesmo pela dificuldade de acesso e pela forma como ele é recebido no serviço de saúde.

Portanto, essas coisas têm que ser muito bem pensadas; como a pessoa se sente ao ingressar nesse serviço, para ela começar um tratamento de forma consciente, tendo autonomia para começar esse tratamento, e não esse tratamento criminalizá-la se ela não quiser tomar a medicação.

A outra questão fundamental – eu acho que o Léo já tocou nesse assunto, mas é sempre bom reforçar –, é a questão do PL nº 198. O PL nº 198, além de criminalizar a transmissão do HIV, ele amplia a discriminação em cima dessas populações com histórico de exclusão, porque ele coloca a responsabilidade individual em cima dessas pessoas. Além de todo preconceito e discriminação que já há, com que as pessoas que têm o HIV/aids vivem, amplia porque criminaliza. E, criminalizando, é exatamente isto, as pessoas vão abandonar o serviço porque elas não vão querer ser reconhecidas como tal. E isso amplia ainda a questão das travestis, transexuais, dos profissionais do sexo, e a gente sabe que a transmissão, ou a relação sexual, dá-se pelo menos entre duas pessoas. Se vai haver a transmissão, é pelo menos entre duas pessoas, e a autonomia e o autocuidado têm que ser das duas partes.

A gente sempre disse lá no Gapa que, primeiro, a gente tinha que usar preservativo; nós, pessoas soropositivas, tínhamos que usar preservativo para preservar a nossa saúde, para evitar novas infecções, evitar DST, sífilis e outras doenças mais; para preservar a nossa saúde. E, obviamente, preservando a nossa saúde, nós estamos preservando a saúde do outro. E a outra pessoa a mesma coisa, ela tem que usar o preservativo para garantir a sua saúde, e não a saúde do outro.

Assim, essa disputa entre saúde coletiva e saúde individual de fato não existe, porque uma não sobrevive sem a outra. Então, nós temos que levar isso junto, e isso é respeito aos direitos humanos, é respeito à autonomia das populações, é respeito à autoestima trabalhar essa questão; eu acho que isso é fundamental.

E a outra questão é que a gente fala muito em PrEP, PEP, e só para dar um exemplo da PEP. É fundamental a gente ter novas tecnologias de prevenção, eu não tenho a menor dúvida, nós temos que incentivar isso, são tecnologias que existem, todo mundo está cansado do uso do preservativo, mas a PEP vai se dar nesses mesmos serviços desestruturados, nesses mesmos serviços discriminatórios e com preconceito, porque a pessoa vai ter que ir lá.

Dou um exemplo bem tranquilo. Esta semana ligaram para o celular para perguntar onde é que se faria um PrEP, PEP em Porto Alegre. Daí, nós passamos a informação: em tal lugar há, está disponível a PEP em tal serviço, pode ir lá. Agora uma coisa, não conta a história bonitinha que tu estás contando, deixa a história mais dramática, ou seja, mais carregada de preconceito e discriminação, e tu coloques ainda nesta questão que tu foste indicada por fulano de tal do Gapa. A pessoa, ao chegar no serviço, a primeira coisa que fez foi nos ligar e dizer assim: "Olha, não estão querendo me atender. Mas tu falaste que é do Gapa? Não. Só um pouquinho... Ah, agora vão me atender."

Então, gente, pelo amor de Deus, isso é desrespeito aos direitos humanos, porque não é por ser o Gapa ou não ser o Gapa, é simplesmente uma pessoa que teve uma informação maior e conseguiu chegar ao serviço e ser atendida. Agora, ela usou de uma influência que não deveria ser usada, ela deveria ser acolhida no serviço, mas não aconteceu isso.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE – Então, essas são questões fundamentais para a gente trabalhar esse respeito aos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE – Então, encerrando aqui, eu acho que é essa a questão fundamental que a gente tem que trabalhar.

E obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Carlos Alberto Duarte, que foi além somente do debate específico, pegando todos os setores vulneráveis. E, também, questionou o Projeto de Lei nº 198.

Eu espero que o Projeto de Lei nº 198, já dei minha posição em uma entrevista que dei aqui, na abertura dos trabalhos, não passe na Câmara, mas se passar lá, aqui ele vai parar. Vocês podem ter certeza disso. Nesta Comissão, nós vamos segurá-lo...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...pelo tempo que for necessário. Porque acho que de fato não é criminalizando que nós vamos resolver a questão.

E vamos fazer audiências públicas para instruir o projeto. Como eu indico o Relator, ele vai ter que passar por aqui, ou eu avoco para mim, ou vamos discutir um Relator que, de fato, tenha essa sintonia com o movimento e com os direitos humanos, enfim, com setores que estão nesse debate.

O SR. CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE – Desculpa Senador, só uma informação, o Conselho Nacional de Saúde já fez uma manifestação à esta Casa, contrário a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Vai se somar aqui à Comissão de Direitos Humanos.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós vamos nos somar a esta manifestação.

Eu queria cumprimentar, neste momento, o Lúcio Costa, que é Coordenador de Direitos Humanos da área da saúde da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E dizer, Lúcio, que eu tinha estranhado vocês não estarem aqui, porque vocês nunca falham. Por isso que eu cobrei. Se há um Ministério que nunca manda ninguém, eu até solto de mão, já dou um escanteio e digo: esse aí não adianta convidar porque não vem mesmo. Mas não é o caso de vocês.

Eu até dou um destaque aqui: Ministério das Cidades, Trabalho, Previdência e Direitos Humanos não faltam em audiências. Isso para mim é fundamental.

Eu passo a palavra a você, já com uma salva de palmas a você e ao meu amigo Pepe, aqui, que eu dei uma citada nele, mas citada positiva. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Paim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Hélio José. O Senador fala a todo momento. Senador Hélio José, queria dizer que nós registramos, no momento de V. Exª teve que sair, a sua presença como o carinho de todo plenário. Senador sempre presente, a palavra está com V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Primeiro, eu queria cumprimentar V. Exª pela relevância do tema, acho um debate de altíssimo nível, com pessoas preparadas e capacitadas para poder abordar o tema aqui definido.

Não tenha dúvida que a discriminação é muito grande, a gente vê por aí, é notório. Eu, como servidor público concursado, verifico essas questões e só quero fazer, rapidamente, uma manifestação de apoio. Falar que estamos juntos, em sintonia, a Comissão de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se for necessário é um bom Relator para o Projeto de Lei nº198, viu?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sei da disposição dele.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Posso ser o relator do Projeto de Lei nº 198, e nós vamos fazer a coisa conforme tem que ser feita, porque nós não vamos admitir discriminação contra os portadores de uma questão tão grave quanto essa.

Para concluir, eu vou apresentar, pessoal, aqui, um requerimento para fazermos três audiências públicas. Uma sobre a questão da depressão, que eu devo apresentar agora, na próxima reunião; uma outra sobre a questão da grave situação dos suicídios no País, porque tem muita gente se suicidando e coisa e tal, e causando uma série de problemas, e uma outra sobre TDH.

Então, essas três audiências públicas, a gente deve estar promovendo, Senador Paim, eu devo estar apresentando, acho que a nossa deliberativa vai ser amanhã, não é isso? Ou depois de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quarta. Todas as quartas.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Às 11h30.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Isso, ás 11h30. Eu estarei apresentando esses requerimentos e, com certeza, alguns de vocês a gente vai contactar para participar desse importante debate.

Eu quero pedir desculpas porque vou ter que me retirar mesmo, tenho umas agendas para cumprir agora. E dizer que desejo sucesso para vocês, acho que o tema é relevante e estou junto com o Senador Paim para apoiar essas questões importantes que vocês levantam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Hélio José. (*Palmas.*)

Vamos para o Sr. Lúcio Costa, que falará em nome da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. LÚCIO COSTA – Bom dia a todas e a todos. Em nome do Senador Paim, gostaria de cumprimentar a Mesa. Pedir desculpas, Senador, o Ministro Pepe viria, mas por um confronto de agenda acabamos tendo um imprevisto, enfim, ele pediu que eu viesse representando a Secretaria de Direitos Humanos.

Bom, acho que é importante que façamos uma contextualização da SDH na agenda da saúde, porque, hoje, estou à frente de uma coordenação específica, que é a Coordenação-Geral de Direitos Humanos e Saúde Mental.

Historicamente, o envolvimento da agenda da SDH com saúde se abriu pela via da saúde mental, levando em consideração que ainda temos no País mais de 25 mil leitos em hospitais psiquiátricos, espaços que sempre serviram de espaço de violação de direitos e nunca de tratamento. Então, essa coordenação tem a incumbência de travar esse debate para que a gente substitua os manicômios que ainda existem no País. Mas não só isso. Na Coordenação de Direitos Humanos e Saúde Mental, estamos tentando ampliar um pouco mais o sentido do que é a saúde mental.

E pensar saúde mental não significa pensar só na loucura, ou só na doença, ou em maneiras de tratamento, mas pensar sobre os processos que geram sofrimento nas pessoas. Isso significa pensar sobre os motivos e as causas que geram sofrimento nas pessoas. Nós temos que incluir as pessoas que são vítimas de racismo, as pessoas que são vítimas de violência policial, as pessoas que são vítimas de discriminação por conta da sua orientação sexual e uma série de outras agendas que produzem doença ou sofrimento.

Isso para dizer que identificamos, hoje, ainda nesse recorte bem específico das políticas públicas de saúde mental, que as políticas públicas não têm alcançado essa agenda de sofrimento para além da agenda da loucura.

Nós temos uma rede de atenção psicossocial que expandiu significativamente no País de 2002 para cá. Para vocês terem ideia, em 2001, nós tínhamos 458 CAPs. Hoje temos mais de 2.300 Centros de Atenção Psicossocial, que acolhem, que são o principal serviço de saúde mental na ponta, mas sentimos que tanto a rede de atenção psicossocial quanto a de atenção básica à saúde não têm dialogado com a produção do sofrimento, e muito mais com a expertise do lidar com patologias.

Nessa perspectiva, a SDH tem ampliado, até porque tem se reconfigurado – nós estamos em processo de transição de equipes ainda dentro da Secretaria de Direitos Humanos –, o foco da atuação até da nossa Coordenação de Saúde Mental.

Por exemplo, nós temos que entender como é feito o acolhimento no País, hoje, das pessoas vítimas por conta da sua orientação sexual. Hoje, não temos um estudo que diga em qual espaço essas pessoas são acolhidas. Da mesma forma com as vítimas de violência policial. As pessoas vítimas de violência policial e suas famílias, hoje, não têm um desenho, embora tenham a diretriz, porque o SUS, pensando na concepção do que é saúde, que é para além da ausência de doença, uma condição de bem-estar físico e psicossocial, tem a sua diretriz. Na prática, vemos uma distância do acolhimento desses processos de saúde para pessoas que estão além do sofrimento psico tradicional, ou seja, desenvolvendo uma patologia.

A Secretaria de Direitos Humanos – e acho que isso não é à toa – tem construído pontes e agendas para questões que estão para além da saúde mental, a exemplo de reuniões que estamos iniciando agora com o Departamento de DST, aids do Ministério da Saúde. O Ministro Pepe se reuniu com líderes dos movimentos sociais para entender quais são as reivindicações e de que forma a SDH contribui nas discussões da saúde dessa população.

É importante que se diga, Senador, que, na construção do nosso PPA agora dentro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, não tínhamos um eixo para a saúde. Nós tínhamos... Acho que era a única grande agenda que ainda não constava no nosso Planejamento Plurianual, uma agenda específica para a saúde. E, por sustentação do Ministro Pepe, nós priorizamos, dentro do nosso PPA, uma agenda para a saúde. Isso significa dizer que, sem sombra de dúvida, temos a construir e consolidar as estratégias da Secretaria de Direitos Hu-

manos da Presidência da República por uma agenda muito maior, a qual hoje represento, que é Coordenação de Saúde Mental.

Sem muitos resultados para apresentar ainda – acho que a nossa presença, a nossa participação aqui é mais para sinalizar a importância da nossa interlocução com a sociedade civil, com o Ministério da Saúde e sinalizar qual a abertura que existe na Secretaria de Direitos Humanos para que consigamos construir e avançar debates – acho que tentamos trazer um pouco desse redirecionamento que estamos passando e reafirmar, Senador Paim, o nosso compromisso em produzir mais debate, até para conseguirmos avançar na qualidade de instituição, órgão da Presidência.

Colocamo-nos à disposição e, óbvio, vamos absorver aqui os debates e conhecimentos socializados por aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Lúcio Costa, que falou pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, colocando-se, juntamente com o Ministro Pepe, à disposição para interagir e avançar com as políticas públicas sobre a questão em debate neste momento na Comissão.

Eu vou passar a palavra à Srª Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Obrigada, Senador Paim.

Bom dia a todos e a todas. Quero dizer que fico muito confortável em vir a audiências públicas, especificamente nesta Comissão.

Aqui sentimos um ambiente bastante respeitoso em que podemos aprofundar determinadas abordagens e nem sempre conseguimos fazê-lo, com o mesmo ambiente, em espaços aqui no Legislativo. É importante registrar isso porque, de fato, não dá para nos ausentarmos, perdendo a oportunidade quando o Conselho Nacional de Saúde é convidado para politizar alguns projetos e iniciativas legislativas, que, no compreender do Conselho Nacional de Saúde, vão na contramão da Constituição Federal e de lutas democráticas pela cidadania e pela democracia brasileira.

Como temos a presença do nosso Conselheiro Carlos Duarte, que representa o Movimento aids no Conselho Nacional de Saúde, como também tem o Léo Mendes, o Ivo Brito e Vera Paiva, a minha contribuição vai ser um pouco mais ampla, considerando que o Conselho Nacional de Saúde tem mais de 140 entidades, boa parte de movimentos sociais e entidades de sujeitos coletivos que fazem do Conselho Nacional de Saúde um espaço de afirmação da saúde como direito humano.

E quero dizer que essa é uma disputa permanente em nossa sociedade. Muitos movimentos que se organizam em esferas públicas terminam também fazendo uma disputa para integrar o Conselho Nacional de Saúde. Portanto, vou trazer muito mais outras demandas sociais que têm relação com direitos humanos do que efetivamente com a HIV/aids, já que o Carlos, o Léo, o Ivo e outras pessoas aqui e a própria Vera ainda vão abordar.

Nessa linha, mesmo que tenhamos tantos acordos internacionais e haja tanta luta e mobilização pelos direitos humanos no Brasil, temos violações também permanentes, seja por conta de ações do Estado brasileiro, seja também por conta de como a sociedade ainda não entendeu essa dimensão. A nossa luta é por um Estado democrático de direito, a nossa luta é para fortalecer a democracia, aprimorar a democracia e a cidadania, e a nossa luta, com certeza também, é para mudar a cultura brasileira, muito forjada ainda em resquícios de ditadura, de um sistema escravocrata, com muitos preconceitos.

É Interessante porque, no Conselho Nacional de Saúde, temos povos indígenas, movimento de mulheres, pessoas com patologias, pessoas com deficiências, idosos, trabalhadores de outras categorias, além de trabalhadores da saúde. Então, é um espaço que realmente tenta fazer a disputa de um direito à saúde bastante amplo, onde o conceito de equidade é insuficiente para garantir o respeito às diferenças, o respeito também a enfrentar essa cultura que, muitas vezes, o Estado brasileiro legitima, de violação de direitos humanos.

Quero colocar que estamos no ano da 15ª Conferência Nacional de Saúde. O Conselho Nacional de Saúde junto com o Ministério estará promovendo uma das maiores conferências nacionais de saúde deste País.

Eu cheguei ontem de Uberlândia, Minas Gerais, no segundo maior estádio de Minas, onde mobilizamos, só no Município de Uberlândia, mais de três mil participantes para a etapa municipal dessa Conferência. Ressalto que um dos eixos da nossa 15ª Conferência Nacional da Saúde é exatamente o direito à saúde. Mais do que a perspectiva do acesso a serviço de qualidade, é a afirmação da saúde como direito humano.

Quero também colocar que, muitas vezes, trazemos o direito no campo da subjetividade, mas, efetivamente, ele se materializa a partir de políticas públicas, sobretudo as políticas sociais. Então, o SUS é uma política social redistributiva de justiça social, que tem da nossa parte reconhecidos avanços, mas também tem muitos limites e contradições. Dentre os avanços, sem sombra de dúvida, eu queria colocar que temos, inclusive, respostas positivas de impacto junto à população.

Dizer, por exemplo, que, em determinado período, o Brasil tinha muitas crianças que não conseguiam enfrentar, por exemplo, a paralisia infantil. Hoje, temos um leque enorme de vacinas, e, por exemplo, melhoramos vários indicadores em relação à própria qualidade de vida das crianças e dos idosos. O Brasil tem uma população que envelhece, e por isso tem uma necessidade enorme de ter saúde. Nós temos dados importantes de redução da mortalidade infantil. Tudo isso é política de saúde, são outras políticas sociais que têm impactado. de forma considerável, nos indicadores da qualidade de saúde da população.

Eu queria colocar, nessa linha de reflexão, que muitos movimentos que compõem o Conselho Nacional de Saúde reivindicam políticas específicas do Estado brasileiro, materializadas pelo SUS. Muitas dessas políticas são respondidas pelo Governo, mas ainda de forma muito fragmentada.

Nós temos movimentos sociais importantes que se organizam a partir de pautas específicas e que se representam de forma específica. isso é importante, mas termina fragmentando o conjunto de luta política que a sociedade brasileira precisa firmar, da saúde como direito humano. Então, tem a pauta das mulheres, tem a pauta das pessoas com deficiência, com patologia, idosos, mas isso, lamentavelmente, termina favorecendo que as respostas que os Governos colocam como ações públicas sejam também fragmentadas.

Nós temos muitas políticas no SUS. Essa fragmentação, muitas vezes, ajuda a desresponsabilizar o ente que tem de se responsabilizar em executar uma política pública. Muitas políticas de equidade, mas que ficam muito mais no discurso ou na intenção de fazer do que efetivamente enfrentar desigualdades, de respeitar diferenças e promover direitos humanos. As iniciativas mais recentes terminam criando outros tipos de conflitos, como, por exemplo, a campanha contra o racismo que o Ministério da Saúde recentemente lançou, que criou um campo de tensão entre o profissional da saúde, sobretudo os médicos, e a população negra, que tanto reivindicou ao Ministério da Saúde uma campanha nessa perspectiva, entendendo que é dever do Estado, sim, enfrentar o racismo institucional.

Então, temos um reconhecimento por parte do Ministério da Saúde, mas uma dificuldade efetiva de que os outros entes federativos, a exemplo das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, de compreenderem essa concepção de política de equidade e também de a materializarem a partir de serviços e ações de saúde nos Estados e Municípios, que é onde a coisa tem de acontecer. Ficar no campo da intenção ou só da concepção não enfrenta, não consolida, não materializa o papel do Estado nesse enfrentamento.

Quero colocar aqui também o próprio papel do Legislativo. Para nós, a PEC 451, do Deputado Eduardo Cunha, é uma afronta à Constituição brasileira. Neste momento em que estamos discutindo o direito à saúde, é preciso colocar aqui o risco que essa PEC traz à Constituição brasileira, ao Direito Universal à Saúde. Ela praticamente se articula com outra ideologia, que é a cobertura universal da saúde, e impõe uma restrição ao papel do Estado ao colocar uma oferta de pacotes limitados para atender à necessidade da população.

Na verdade, a PEC 451 interpreta os arts. 196 e 197, que colocam a saúde como dever do Estado e também como relevância pública, tendo que ser executada pelo Estado, mas diz que também pode ser complementada pelo setor privado a partir de algumas ações contratadas pela gestão pública. Vemos uma clara ofensiva de setores conservadores em querer desconstitucionalizar o direito universal à saúde, o que, de certa forma, termina por aliar-se a uma ideologia de mercado que coloca a cobertura universal de saúde muito no escopo de pacote mínimo, de pacote necessário.

Nós sabemos que alguns países têm adotado o conceito de cobertura universal numa perspectiva ampla, como, por exemplo, Cuba, que não só tem isso na sua Constituição, mas tem um sistema sólido de saúde que garante o direito universal. O Brasil também tem essa opção política, mas essa ideologia termina, assim, sendo sempre em risco num ambiente político em que vive o Brasil. Aí queremos colocar aqui o posicionamento contrário a PEC 451.

Nós temos ainda que colocar nessa discussão o quanto há conflitos entre os direitos individuais e os direitos coletivos. O Carlos trouxe um pouco essa abordagem. Aí coloco mais ainda, Senador, no Brasil, a ação do Judiciário, que, muitas vezes, se pauta muito mais na defesa de direitos individuais que na de direitos coletivos. Em muitas ações judiciais, mesmo que tenham a legitimidade, como Carlos trouxe, de demandas de sujeitos que têm seu direito individual coletivo, nós sabemos que também há o *lobby* de quem produz esses insumos, esses medicamentos, com interesse meramente mercadológico. Nós precisamos, sim, fazer o debate junto com o Poder Judiciário. Não dá para pensar o direito à saúde sem colocar também nesse debate até onde o Judiciário, de fato, está preparado ou legitimado para fazer determinadas definições judiciais em detrimento do direito coletivo, que é responsabilidade de um conjunto de entes que atuam de forma colaborativa.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Eu queria colocar ainda que houve, muito recentemente, o Mais Médicos. Para nós, há avanços e limites nessa proposta, mas há muito mais avanços. Eu queria colocar,

por exemplo, o quanto ele ainda é alvo na Câmara de ataques do ponto de vista da sua sustentabilidade. Para nós, é importante pautar isso, sim, aqui, porque abre perspectiva de pensar a formação dos profissionais, de pensar a atenção básica e de pensar o direito a termos uma equipe mais estruturada na atenção básica nos Municípios brasileiros que têm dificuldade de ter equipe mais bem composta, mas também, com certeza, dar ênfase aqui na necessidade de equipes multiprofissionais. Há necessidades de saúde muito diferenciadas, populações que vivem contextos sociais, ambientais, econômicos, culturais diferenciados. Estão aí os povos indígenas, populações tradicionais, populações de rua. E sabemos que é necessário haver uma outra formação e um investimento maior em equipes multiprofissionais para dar um atendimento integral e mais qualitativo também às necessidades da população. Isso passa por compreendermos saúde como direitos humanos.

Com certeza, também estão como campo de tensão a defesa e a afirmação do Estado laico, quando trazemos a questão, por exemplo, da descriminalização do aborto ou de colocar o reconhecimento de saberes e práticas tradicionais de povos que têm também suas formas de cura, de espiritualidade. E isso é negado. É aí que passa também no campo dos direitos humanos e da saúde a afirmação do Estado laico. No Brasil e também nesta Casa, vemos, o tempo inteiro, isso em xeque, sendo colocado em questão. Não podemos abrir mão dessa conquista constitucional.

Há ainda uma distribuição muito injusta dos recursos financeiros, dos recursos tecnológicos. Muitas regiões do Brasil concentram muito os recursos humanos, tecnológicos e financeiros do SUS.

E eu quero colocar, afunilando, uma agenda muito urgente que nós, na XV Conferência Nacional de Saúde, vamos reiterar. Primeiro, maior investimento na promoção à saúde a partir da vigilância. Há ainda um modelo de atenção muito focado na assistência médica e hospitalar, uma concepção ainda muito restrita. Precisamos enfrentar esse debate.

Nós temos hoje uma violência enorme no trânsito, violência doméstica. Nós temos hoje muitas epidemias causadas por falta de saneamento básico, desmatamento. Nós temos o problema do uso abusivo dos agrotóxicos no Brasil. Nós temos populações indígenas e populações de camponeses totalmente contaminadas pela pulverização aérea de agrotóxicos, com água contaminada. Nós temos, também, exploração de mineradoras que contaminam os recursos naturais. Ou seja, o SUS precisa também investir no campo da vigilância, fortalecendo essa ação, principalmente nos Municípios.

Nós temos, ainda, a superlotação nos serviços de emergência hospitalar. Muitas vezes temos leitos ocupados por muito tempo, pacientes ainda em corredores, com longo tempo de espera, com equipe de plantão reduzida. Lamentavelmente, muitos profissionais, sobretudo profissionais médicos, terminam vendendo seus plantões para poder garantir sua presença, também, em outros locais, porque ele tem contrato com dois, três, quatro estabelecimentos de saúde. E a população é que paga, muitas vezes, com a ausência dos profissionais naquele plantão, sobretudo nas urgências e emergências.

Há um alto poder médico em detrimento de uma divisão de responsabilidades multiprofissionais. No Brasil, queremos investir muito mais: que a enfermagem, que a psicologia, que a nutrição, que a saúde coletiva tenham espaço, sim, para dentro dessa perspectiva multiprofissional e interdisciplinar, senão não resolvemos os problemas da saúde pública brasileira.

Temos um sistema de informação ainda muito precário. Nós não temos o Cartão SUS dando conta dessa organização do serviço. Há muito atraso ainda em diagnóstico e no tratamento. A exemplo da questão do câncer, mesmo que tenhamos uma lei que garanta, entre o diagnóstico e o início do tratamento, 60 dias, temos muitas dificuldades de garantir esse cumprimento e, aí, o aumento da mortalidade.

Temos, ainda, o programa nacional de segurança dos pacientes. Eu quero destacar isso porque há muitas situações de risco, de danos e de incidentes desnecessários, ...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – ... causando mortes evitáveis.

Nós temos o problema, por exemplo, de muitas bactérias no ambiente hospitalar, causando infecção hospitalar. Nós temos problema de transferência de paciente, sobretudo aquele que está no interior do País e que, muitas vezes, vem para os grandes polos, que concentram mais tecnologia e recursos humanos e serviços. E muitas vezes a transferência para fora do domicílio de muitos pacientes fica no jogo de empurra-empurra entre a gestão municipal e a gestão estadual

E nós temos, ainda, uma agenda a que o Conselho Nacional de Saúde, em sua 15ª Conferência Nacional de Saúde, vai querer dar ênfase. Essa agenda é muito invisibilizada, marginalizada. Trata-se, como já comecei a colocar aqui, da população de rua. Não dá para admitir, por exemplo, Senador, senhores e senhoras, que uma mulher, vivendo em situação de rua, porque é usuária de *crack*, não tem direito, quando ela pare, ...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – ... nem sequer de passar uma hora com o seu filho. O Estatuto da Criança e do Adolescente termina garantindo que o Conselho Tutelar e o próprio Judiciário tirem daquela mulher o direito de ficar com o seu filho logo após o nascimento.

Então, acho que isso é uma pauta relevante para tratarmos. Quem é que garante que, de fato, a melhor saída para uma criança recém-nascida é ficar longe da sua mãe porque ela está em situação de rua ou é usuária de drogas ilícitas?

Há a situação da descriminalização do aborto, da violência sexual e doméstica, a questão do racismo e de patologias e doenças raras que precisam de maior investimento em pesquisa e tratamento. Acerca dos idosos, precisamos sobretudo do investimento ainda em leitos de UTI, assistência farmacêutica e atendimento domiciliar. Há a aids, que já foi colocada aqui com muita propriedade pelos meus antecessores, e, com certeza, também a questão indígena, como já coloquei aqui.

Então, eu encerro as minhas palavras nesse sentido.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – A 15ª Conferência Nacional de Saúde é o espaço desse debate amplo, e convidamos todos os telespectadores e os presentes aqui para, de fato, participarem das conferências municipais, estaduais, seja como convidado, seja como delegados, seja, também, como participantes de nosso portal – depois eu digo o portal de cor – mas, se houver tempo, divulgaremos melhor, de forma interativa, também em nosso portal da 15ª Conferência Nacional de Saúde.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, a representante Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Srª Maria do Socorro de Souza.

Depois de dez minutos mais cinco, nosso cronômetro dá o sinal de um em um minuto. A senhora usou 18 minutos, teve um espaço especial aqui.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Ainda bem que eu não olho para aquele cronômetro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Eu queria passar a palavra agora para a Srª Vera Paiva, psicóloga e professora da Universidade de São Paulo.

Eu acredito que toda vez que você fala alguém se lembra disto, mas faço questão também de lembrar: a Vera é filha do grande Deputado Rubens Paiva, engenheiro civil e político brasileiro. Foi Deputado Federal por São Paulo, dado como desaparecido durante a ditadura militar. Sua morte só foi confirmada depois de 40 anos, e por depoimentos, principalmente na Comissão Nacional da Verdade. Eu era um pouco mais jovem naquela época, mas me lembro quando ele desapareceu. E acho que até hoje o corpo não foi encontrado.

Eu queria que você entendesse, e vamos pedir uma grande salva de palmas à história do grande Rubens Paiva. (*Palmas.*)

Para a alegria de todos nós, passamos a palavra à Vera Paiva, que, eu diria, como seu pai, é militante dos direitos humanos.

A SRª VERA PAIVA – Agradeço a homenagem e espero não decepcionar porque, honrando meus ancestrais, não estamos aqui a passeio. E vou visitá-lo. Como não existe um lugar, pois um corpo desaparecido implica em não haver um lugar de memória e de honrar os seus, o busto inaugurado na Câmara dos Deputados, para nós, é um lugar de visitação, assim como todos os outros. (*Palmas.*)

Espero não decepcionar meus ancestrais, mas acho que quem me conhece sabe que eu não estou nesta vida a passeio também não.

Agradeço o convite do Senador, especificamente para tratar deste tema, e a indicação da Articulação Nacional de Luta contra a aids, que abriu mão de falar para me abrir este espaço, como membro do Núcleo de Estudos para Prevenção da aids, que eu coordeno e que existe há quase 25 anos, e como pessoa que há praticamente 30 anos, desde o início da epidemia, está na luta pelo compromisso com os direitos humanos.

Eu queria ressaltar também que sou, neste momento, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e indicada e eleita pela sociedade civil como representante da mesma no Conselho Nacional de Direitos Humanos da Secretaria da Presidência. E fico contente de o Lúcio ter podido vir representar o Ministro. Eu represento a sociedade civil neste espaço.

Eu tenho uma apresentação a fazer, mas, antes, eu queria retomar a fala dos que me antecederam para dizer que, de fato, os direitos humanos estão profundamente implicados, como foi dito antes, na garantia do direito à saúde, que é, no nosso caso, constitucional. Existe uma relação eventualmente conflituosa entre direitos individuais e coletivos, mas nós, no Brasil, temos desenvolvido uma teoria.

Estou esperando aparecer, não sei como funciona. Como é? Peço que desconte o meu tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VERA PAIVA – Eu não sei como é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para dizer que já houve acordo aqui na mesa. Todos ganharam dez mais cinco, mas estão pedindo que eu te dê vinte mais cinco.

A SRª VERA PAIVA – Oba!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É a Mesa que articulou aqui.

A SRª VERA PAIVA – O.k. Eu acho que não vou precisar disso tudo.

Eu queria, antes de citar alguns exemplos e casos específicos, de dizer que temos uma abordagem dos direitos humanos que é muito distinta e que depende de um trabalho coletivo, neste momento específico que estamos vivendo, para definir o que são direitos humanos.

Precisamos separá-los de uma produção que é herança da ditadura, claramente, porque quem produziu foram os torturadores, de que a noção de direitos humanos é direito para bandido. É fundamental fazermos o debate político-ideológico e recolocar os direitos humanos no lugar ele onde deve estar.

Essa é a primeira coisa. Eu não preciso explicar mais, porque todos que me antecederam deram vários exemplos de como as pessoas mais afetadas pela ausência de direitos são transformadas continuamente em humanos sem direitos e têm violados os seus direitos.

Mas o que vou trazer aqui é oferecer um modo de lidar com essa dinâmica do trabalho de direitos humanos e dizer que é muito mais do que um horizonte ético-político, que é esse que compartilhamos nesta Comissão, mas é também uma teoria, uma técnica e uma prática. Já escrevemos bastante sobre isso. Vou sintetizar para dizer que os direitos humanos informam a análise da vulnerabilidade. Se olharmos apenas a violação dos direitos humanos, nós podemos descrever, compreender e explicar o processo de saúde, doença de populações e indivíduos. O que eu quero dizer com isso?

Do ponto de vista teórico – e nós temos evidências e mais evidências extremamente sofisticadas acumuladas nesta direção, que produziram esta teoria –, onde e quando ocorre mais violação de direitos sempre haverá muito mais adoecimentos e mortes. Ou seja, onde há violação de direitos, por exemplo, haverá mais aids, mais mortes maternas, mais mortes infantis, mais sofrimento mental, como lembrou o Lúcio, resultante de humilhação, que resulta em suicídio, resulta em abuso, etc.. Isso não há como evitar. É uma evidência científica, publicada nos melhores revisores de pares, nos melhores *journals* internacionais. Nos últimos 20 anos, nós acumulamos evidências nessa direção.

O crescimento das epidemias, portanto, oferece marcadores de violação de direitos. Ou seja, se se pega o mapa da aids no mundo e internamente nos países, onde há mais aids há mais violação de direitos. Vai para os Estados Unidos a proporção de infectados. Em New York, por exemplo, ou em Washington, é acima de 2%. O que há em New York? Negros. Basicamente isso. Há uma população gigantesca de negros. Quando se olha o Brasil, onde há violação de direitos? Onde o serviço não chega, onde o acesso à saúde não chega e onde esses grupos, transformados em não humanos, porque sem direitos, estão vivendo territorialmente ou circulando.

Por outro lado, é por isso que a perspectiva dos direitos humanos oferece um ponto de referência para a análise da epidemia, porque ela pode nos indicar situações potenciais de vulnerabilidade. Se nós sabemos que os direitos estão sendo violados, pode escrever que vai aumentar a aids naquele lugar ou vai haver outros tipos de doença.

Direitos humanos é evidência. É a primeira coisa para a qual eu queria chamar a atenção.

As abordagens baseadas em direitos humanos, que fazem análise de situação, desenho, implemento e monitoram políticas e ações, começam por analisar o contexto legal e normativo das políticas públicas da ação profissional. Por isso, Senador, esta Casa tem um papel fundamental. Se o contexto legal é desfavorável, a violação de direitos ocorrerá e a doença também. Elas vão informar, inspirar e atravessar do Oiapoque ao Chuí, do plano federal ao municipal, até a escola, até ao plano local, aquilo que deve ser tratado no plano dos direitos.

Lembrando que nos princípios dessa abordagem, para a qual estou chamando a atenção, que é ultrassofisticada e que, atualmente, domina, vamos dizer, hegemoniza aquilo que se faz nas Nações Unidas, mas que foi coproduzida por nós aqui, alguns dos princípios de trabalho nesse campo são a participação, e a participação, quero ressaltar, autônoma, não chapa branca, com autonomia para fazer a crítica.

E eu me orgulho de, nos últimos trinta anos, ter contribuído com todos os governos, porque meu objetivo não é partidário; meu objetivo é proteger as pessoas da aids. Mas nunca fui chapa-branca. Em nenhum deles. Estou aqui exercendo minha autonomia, preocupada com a não discriminação, preocupada com a responsabilização, com a disponibilidade de serviço, com a sensibilidade, com a aceitabilidade do serviço. Se não há

participação, a aceitabilidade não está garantida, nem a qualidade, nem a integração, no caso da saúde, com outros direitos. Esses são os princípios dessa abordagem.

Então, acerca do SUS, quando olhamos aquilo que está consagrado na nossa Constituição e instituído em políticas públicas bem claras, que passaram por normativas desta Casa – o Suas, o SUS, os sistemas educacionais e a inspiração das leis para os operadores de Direito – o nosso trabalho será sempre examinar o quanto os governos – no plural, e o colega tem razão, não é só o Governo Federal – regulamentam, respeitam, protegem e efetivam direitos.

Ao fazer isso, vamos lidar com uma noção de trabalho com os direitos humanos segundo a qual, se lidamos com um direito consagrado na Constituição, é obrigação do Estado respeitar, abster-se de interferir no exercício do direito. Por exemplo, um sexo consentido; não é para interferir nisso. Além disso, proteger, evitar que outros interfiram no exercício do direito, ou seja, que algumas religiões tenham privilégio sobre outras, por exemplo, para normatizar o País, e na promoção, ou seja, na adoção de medidas apropriadas visando o pleno exercício do direito. Isso é obrigação do Estado, e isso, nós, como cidadãos autônomos, devemos cobrar em todas as instâncias.

No plano das práticas, que é a terceira dimensão em que esse conceito de direitos humanos se desenvolveu, a gente começa por considerar cada pessoa como sujeito de direito, mas lembrando de que, se todos somos sujeitos de direitos, a noção de reciprocidade deve atravessar aquilo que fazemos. Ou seja, o que é meu direito tem que ser seu direito também, não pode ser meu privilégio. Nenhuma religião pode ter o privilégio de ocupar e dominar e destruir o Estado laico. Nenhuma opção...

(Soa a campainha.)

A SRª VERA PAIVA – ... sexual pode ter o privilégio de normatizar as outras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como combinamos, agora seriam mais cinco, mas serão mais dez.

A SRª VERA PAIVA – Então vou passar para alguns casos exemplos – alguns já foram colocados aqui –, que nos fazem pensar.

Se a gente normatiza e criminaliza o soropositivo, todo o investimento na testagem perde, terá sua eficácia limitada por conta de que as pessoas vão deixar de se testar e vão estar preocupadas com a confidencialidade. Ou se não garantimos o acesso ao tratamento, não adianta se testar, e isso já vimos nos anos oitenta.

Eu vou pegar especificamente o caso da transmissão vertical, porque eliminei as outras de que já falaram antes de mim. Temos condições técnicas, neste País e neste momento, para reduzir as taxas de transmissão vertical no Brasil para 2%. Por que não 0%? Um por cento seria o limite da terapia, e 1% seriam situações que fogem ao manejo.

O que temos neste momento? O ministério estima em 12 mil o número de gestantes soropositivas a cada ano no Brasil, a maioria muito jovem. O que está havendo aí? Está havendo uma violação sistemática de direitos humanos pela não solicitação do teste anti-HIV; quando se solicita, não se dá retorno do resultado em tempo hábil; há poucas consultas de pré-natal; a admissão para o parto não tem resultado do teste anti-HIV, e aí não se realiza o teste rápido; o teste, sendo positivo, quando é realizado, não se realizam os procedimentos desejáveis, ou acontece a amamentação do bebê sem orientação; portanto não houve acesso à informação de que isso não deveria acontecer. Isso é inaceitável.

Poderíamos neste momento buscar, autonomamente, como sociedade civil, reparar financeiramente o dano moral e material pela infecção, pelo Estado, não pelas pessoas. Quer dizer, temos que pensar no cenário e no contexto. A criminalização, quando se pensa em direitos, é na responsabilização do contexto, e não do sujeito individual como a lei que aqui foi discutida está tentando fazer.

Será que o Estado, no plano municipal, estadual, oferece o serviço, ou a instituição que oferece o serviço não deveria estar sendo acionada, como fizemos no começo, pela sua responsabilização? E pelo sofrimento de mães, pais e crianças que nascem soropositivas desnecessariamente? A prevenção da transmissão vertical é a única vacina, de fato, que temos ainda, no caso da aids; como é possível 12 mil casos de infecção por violação de direitos? Eu estou dando esse exemplo porque os exemplos das situações das populações-chave já foram dados por vocês.

E que resposta estamos tendo da nossa política de aids? Está correta essa concentração, como descreveu o Ivo, na estratégia de testar e tratar. Mas abemos, pela ciência, que isso reduz apenas 16% das taxas de incidência. O que não falta são estudos modelando, dizendo que testar e tratar responde por menos de 20% da eficácia do enfrentamento da epidemia.

As ações estruturais reduzem 40% das taxas de incidência. O que são ações estruturais? Combate ao estigma e discriminação é uma delas, e isso foi abandonado pelo nosso programa nacional, estadual e municipal,

com raras exceções. Isso implica o fato de que podemos pensar que há direitos sendo violados porque esse tipo de política não está em ação.

Houve redução da mobilização social. Com base em algo que já superamos, mas não completamente, falar do sucesso da política, isso não é bom para o movimento social. O movimento social tem que mostrar onde o copo está vazio, não onde o copo está cheio, porque senão não nos antecipamos àquilo que pode ocorrer na situação.

Houve redução das campanhas massivas e isso é responsabilidade do Governo Federal. É importante, porque o Governo Federal, fazendo campanha massiva, mobiliza os diversos governos estaduais, municipais e no plano local. Para que se mobilize nessa direção, houve redução do estímulo ao gestor local, às escolas e às secretarias, e à solidariedade nas ações promovidas por pares. E houve uma individualização da responsabilidade, descontextualizando o fato de que os programas – os programas federais, estaduais e municipais – são mediadores fundamentais, como eu estava dizendo agora há pouco, dos determinantes sociais. A gente não acabou com o racismo, com a homofobia, com o sexismo e com a discriminação de portadores de HIV nos anos 90. O que a gente tínhamos era um programa excelente na defesa dos direitos humanos, que, ao fazer a mediação, diminuía e mitigava o impacto dos determinantes sociais na vida individual e na vida de determinados segmentos sociais.

E vou acabar, porque sei que tenho pouco tempo, vou pular a parte internacional e vou dizer isto que não é aceitável, do nosso ponto de vista: 42 mil casos anuais como parâmetro de controle da epidemia. Isso implica que a incidência de aids por geração: os nascidos nos anos 90 têm um risco 3,2% maior do que os dos anos 70, porque há mais vírus circulando, tem mais gente portadora, 50 mil por ano vão se acumulando; e menos investimento na promoção e proteção da infecção pelo HIV entre os jovens, porque isso foi abandonado; entre os homossexuais, já foi dito, o risco é seis vezes maior do que em 1970 pelo mesmo motivo. Não podemos estar cegos a esses dados.

Já se falou aqui que algumas populações são desproporcionadamente afetadas, e eu queria finalizar com esse conceito, Senador, que é muito importante no momento que vocês estão vivendo nesta Casa: há uma confusão enorme entre aquilo que é o discurso dos pastores politizados, cheios de dinheiro, querendo desenvolver o seu poder e ocupando o cenário da mídia – mídia que eles ocupam por concessão ou mídia que eles ocupam por benefício do apoio que têm na grande mídia; são muito diferentes dos seus fieis. E nós temos que ter clareza disso para não ter medo de fazer o bom debate. Muito diferentes! E eu vou dar alguns dados.

Primeiro, quando fazemos as pesquisas nas escolas – existem milhões de pesquisas mostrando isso e eu vou pegar a mais recente que eu coordenei –, há diferença entre religião e religiosidade das meninas de ensino médio só nas opiniões. Na prática, elas fazem exatamente igual, sem diferença da religiosidade ou da filiação religiosa.

Quero ressaltar que, no banco de dados em que estamos trabalhando, no trabalho que fizemos, temos cerca de 30% a 40% de crianças e jovens que se declaram evangélicos, de alta religiosidade; o resto, de 45% a 50%, são católicos; e 10% dizem que não têm religião ou são de outras religiões.

Pais cristãos e não cristãos: quando conseguimos ultrapassar o "aterrorizamento" que esses pastores têm feito nas diretoras, inclusive nas que são evangélicas – eles adoram que cheguemos a fazer prevenção nas escolas – vimos vários casos em que a prevenção existia e mudava a direção da escola para uma pessoa adepta ao fundamentalismo. A prevenção existia naquela escola, durante dez anos; abandona-se a prevenção e, em dois anos, aumentam os casos de gravidez na escola. Nós temos dados empíricos do quanto a violação de direitos implica mais problemas, e não o contrário.

Alguns outros dados.

Não há diferença entre as religiosidades na idade média de início da vida sexual: 14 anos, 14,6 anos. Mais para 14 entre os meninos, e mais para 15 entre as meninas. Quero só ressaltar que essa pesquisa é feita na Alta Serra, isolada, do interior, em cidades de beira de estrada, de alto fluxo, em cidades à beira mar, e em grandes centros urbanos, seja no centro mesmo ou na cidade oficial, ou nas periferias do centro. É uma mostra bastante significativa.

O uso de camisinha na relação sexual é 69%, na primeira relação. E a última relação sexual, sem diferença de religiosidade, com pessoa do mesmo sexo, é 11% entre os jovens. Estou ressaltando essa importância entre a diferença entre os pastores e os fiéis. Há uma concordância com a educação sexual.

Sobre a idade média: quando você pergunta para os meninos e meninas, no ensino médio, o que eles acham quando a educação sexual deve começar, eles acham que é aos doze anos. O que eles estão nos dizendo com isso? Que eles estão lá vendo os coleguinhas precisando da educação sexual desde os doze anos.

Noventa e três por cento concordam em que a camisinha protege, mas 42% têm confiança no parceiro e, com a confiança no parceiro, abandonam a camisinha. Confiança no parceiro não protege da aids, sabemos disso.

Erros de informação, que não víamos há dez anos, sobre prevenção: 20% a 40% não sabem usar a camisinha corretamente. Ninguém sabe nada sobre transmissão vertical. Isso explica um pouco os dados que temos de não diminuir a transmissão vertical com condições de ser quase zerada. Ninguém fala direito sobre seringas e sangues.

Quarenta e um por cento dos jovens não sabem onde fazer o teste. Vamos lembrar que nem sempre o teste é oferecido, porque as leis impedem o jovem de ter autonomia, por exemplo, para ser testado. A lei também atrapalha e quero ressaltar isso aqui.

Quer dizer, eventualmente, vamos criminalizar o jovem aos 16 anos, mas vamos continuar impedindo que ele tenha acesso a essas coisas.

(Soa a campainha.)

A SRª VERA PAIVA – Estou encerrando.

Só mais alguns dados.

Sobre a violência sexual: não existe diferença entre as religiosidades. Nenhuma diferença entre evangélico, cristão e sem religião. Então, são vários dados sobre violência sexual.

A minha pergunta é: o Estado está cumprindo a obrigação de respeitar, proteger e promover? Na nossa opinião, às vezes, sim; na maior parte das vezes, não.

E encerro, dizendo que o modo de trabalharmos os direitos humanos neste momento especificamente é lembrar da frente entre as pessoas que defendem direitos. Não podemos brigar entre nós. O inimigo do lado de lá é muito maior. Seria infantilidade fazer isso. E lembro que, sempre quando formos discutir com quem pensa diferente, temos de ter a paciência hermenêutica da conversa infinita até o fim, porque sempre vamos considerar que a nossa cosmovisão, como diria o Boaventura de Sousa Santos, é melhor que a do outro. Nascemos assim, crescemos assim e vivemos assim, numa sociedade pluralista. Então, é essa paciência, como diria o Boaventura de Sousa Santos.

Temos de ter na cabeça que todas as culturas – substituo pelo termo religião, dá na mesma, ou pelos diversos discursos sobre prevenção, dá na mesma – aspiram a validar seus valores. E cada cultura ou cada religião e cada discurso sempre será incompleto na perspectiva das outras. O que devemos fazer é defender a igualdade sempre que a diferença gerar inferioridade e defender a diferença sempre que a igualdade implicar descaracterização. Este é o modo que propomos no trabalho com direitos humanos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi Vera Paiva, psicóloga, professora da Universidade de São Paulo. Ela usou 23 minutos, e eu não vi passar, Drª Vera.

A SRª VERA PAIVA – Então, eu honro minha ancestralidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza absoluta. Mais uma salva de palmas, não vimos o tempo passar. (*Palmas.*)

Eu achei que tinha lhe dado cinco minutos. E eles dizem que foram 23.

Sua palestra não merece nem comentário, porque, por mais que eu fizesse comentários, não chegaria nem perto da qualidade de sua palestra, que foi clara, nítida, transparente. Confesso que gostei muito de uma das frases.

A primeira vez que eu me reuni, eu sindicalista, com um grupo de pessoas, não importa onde, voltadas aos direitos humanos, vi que eles estavam naquele viés que você falou, mas esclarecendo onde plantaram aquilo. Tínhamos que discutir a questão do presídio, do presídio, do presídio, que temos que discutir. Ninguém aqui é contra isso. Mas tínhamos que ampliar o debate, na saúde, na educação, na habitação, da forma que é aqui colocado. E aqui venderam aquela imagem de que nós, que somos militantes dos direitos humanos, com muito orgulho, só se preocupam em cuidar de bandido, o que é uma baita malandragem. Mas venderam para a população isso. E os militantes dos direitos humanos sabem que é muito mais amplo, e aqui você colocou muito bem. Nós temos responsabilidade, tanto que, na próxima quinta-feira, será o debate sobre os presídios, porque sabemos o que acontece neste País em matéria de presídio.

Vamos rapidamente, por sugestão da assessoria, passar um pequeno vídeo, que é a campanha Eu Sou um Cartaz HIV Positivo, apresentada em um vídeo que demonstra a importância do combate ao preconceito contra as pessoas portadoras do vírus HIV. Confesso que não vi o vídeo, verei pela primeira vez. Vamos ver o vídeo. Espero que vocês gostem. Se não gostarem, estou ferrado. Vou apostar no vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Eu tenho normalmente aberto a palavra ao plenário. Duas pessoas se inscreveram: Paulo Giacomini, da Rede Nacional de Pessoas Vi-

vendo com HIV/aids, e Márcia Leão, Articulação Nacional de Luta contra a aids – Anaids. Eles já me dizem que há mais um que se escreveu – foi um ou foi meia dúzia? – no plenário. Eu só vi um lá.

Nós vamos conceder a palavra, no máximo, até cinco. Claro que não dá para todos falarem. Então, há dois. Eu peço que o Plenário indique mais três. Esses cinco poderão usar a palavra.

Enquanto esses três não chegam à mesa, vou fazer a leitura de alguns comentários que chegaram pelo Alô Senado. Na hora de vocês falarem – e a mesa fará suas considerações finais –, poderão comentar.

Faz um comentário Rodrigo Pinheiro: "A Recomendação nº 200 da OIT está no Senado para ser avaliada e trata da questão das pessoas que vivem com aids no mercado de trabalho. Como a Comissão pode ajudar com a tramitação para ser mais rápida?"

Essa é uma pergunta que vocês podem sugerir para a Comissão. Para eu não ter que dar a resposta, vocês podem sugerir.

Outra pergunta, também do Rodrigo Pinheiro: "Concordo com o Léo Mendes sobre a necessidade de ser discutida a questão da sexualidade nas escolas. Mas como o Senado pode ajudar, haja vista que o Governo Federal [segundo ele] barrou matérias educacionais para essa discussão junto às escolas?"

Outra: "Se a epidemia está concentrada nessas populações mais vulneráveis, ações como enfatizado da testagem é a solução para combater epidemia nessas populações? Como estão as ações de prevenção do MS com essas populações?"

Gostaria de fazer outra pergunta: "Foi muito faceado que a epidemia está concentrada em populações mais vulneráveis, mas é sabido que, em alguns Estados, a epidemia é generalizada". Aqui ele diz que o Rio Grande do Sul é um deles. "Somente testar e tratar não é a solução."

Fábio Gomes: "O Sr. Ivo não acha que deve ser crime hediondo quando alguém transmitir, de maneira proposital, o HIV para outra pessoa? Projeto tenta punir a prática adotada por grupos como o Clube do Carimbo. Ele defende tais atos?"

É bom que o Ivo responda essa pergunta.

Muito bem. Passo a palavra, de imediato, por cinco minutos – eu vou ser rígido no tempo – ao Paulo Giacomini, da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/aids.

O SR. PAULO GIACOMINI – Bom dia, Senador; bom dia a todas; bom a todos. Eu aqui represento a Secretaria Nacional da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/aids, criada há exatos 20 anos.

O SR. PAULO GIACOMINI – Hoje nós estamos nos 27 Estados nos 27 Estados da Federação e, apesar destes 20 anos, de todos estes anos, não nos arvoramos a dizer que representamos todas as pessoas vivendo com HIV no Brasil. Acho importante registrar que a RNP/Brasil é filiada à Unaids, que declinou de sua fala para que a Drª Vera Paiva e Carlos Duarte pudessem ter mais tempo de exposição.

Eu queria dizer que é de estranhar que o Brasil, que já foi o melhor programa de aids do mundo, que já foi a grande potência na prevenção e no tratamento da aids. Lembro-me de que, quando a gente era convidado pelo governo brasileiro a estar em reuniões para elaborar os relatórios da Unaids, que são as metas estabelecidas pela ONU para o combate à aids, que o Brasil sempre tenha sido avançado e que, hoje, adota uma adota como 90/90/90 que terá, em 2020, apenas 72,9% das pessoas vivendo com HIV e aids no mundo, com carga viral indetectável. É uma estratégia que foca na porcentagem mínima de pessoas vivendo com HIV no mundo, transformando essas pessoas em vetores da transmissão do vírus, sem estabelecer metas para a prevenção.

Na medida em que o Governo Federal adota uma meta estrangeira que não estabelece, em seu bojo, metas de prevenção, acreditamos na Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/aids, que o Governo está corroborando com o PL 198/2015, que atribui a responsabilidade total da prevenção nas costas das pessoas vivendo com HIV e aids.

Outra coisa que eu queria dizer é que o Departamento de DST e aids contava, anteriormente, em sua composição, com um setor de articulação com a sociedade civil e direitos humanos. Nas últimas reorganizações estruturais do departamento, os direitos humanos desapareceram da nomenclatura organizacional do departamento. O próprio Ministro da Saúde Arthur Chioro já disse que saúde é uma coisa e direitos humanos são outras. Assim como idosos, crianças e LGBT, as pessoas vivendo com HIV e aids sofrem violência cotidianamente, diária e noturnamente, o que é cotidiano.

Quando essas violações serão incorporadas ao Disque 100 da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República? Quero ressaltar que, no ano passado, nós tivemos um projeto do Fórum de ONG/aids, do Estado de São Paulo, chamado: Projeto Advocacy em Saúde, no qual nós tivemos algumas...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO GIACOMINI – ... algumas reuniões na Secretaria de Direitos Humanos e que as violações de Direitos Humanos das pessoas vivendo com HIV e aids fossem incorporadas ao Disque 100, de denúncias, e que teria um número governamental, eram necessários de cinco a oito milhões anuais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo, por favor.

O SR. PAULO GIACOMINI – Eu gostaria de saber se essa articulação está sendo encaminhada e quando será adotada pela Secretaria de Direitos Humanos. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi Paulo Giacomini que fez suas colocações. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De imediato, Márcia Leão, da Articulação Nacional dos Movimentos aids.

A SRª MÁRCIA LEÃO – Bom dia, Senador; bom dia à mesa e demais integrantes.

Primeiro, gostaria de agradecer ao Senador pela audiência. Afinal, começamos a negociar esta audiência desde fevereiro, não é Senador? Enfim, estamos tendo audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora, na mesa, a Maria do Socorro de Souza me perguntou, e eu disse exatamente isso o que você falou. Casualmente, você respondeu na mesma linha.

A SRª MÁRCIA LEÃO – É, mas foi bem nos dias 02 e 03 de fevereiro. Nós estivemos aqui e conversamos com o Senador, quando ele assumiu a Comissão, e pedimos esta audiência.

Senador, eu e vários integrantes aqui somos gaúchos e não podemos deixar de falar da situação da aids no Rio Grande do Sul. Infelizmente, o nosso Estado está com os maiores números de casos, não só de novos casos de infecção, como também em números de óbitos. Mas, o meu comentário agora é que eu queria pedir para o Senador e para esta Comissão, porque temos feito uma luta muito grande, há muitos anos, para que a Recomendação 200, da OIT, que trata sobre o HIV no ambiente de trabalho, seja implementada e dê sequência no andamento. Conseguimos, depois de muita luta, ano passado, encontrá-la esquecida em uma gaveta no Ministério do Trabalho e Emprego. Foi dado o andamento que se devia. Ficamos sabendo que agora a Recomendação 200 encontra-se nesta Casa, no Senado. Então, a gente gostaria de pedir o apoio do Senador e desta Comissão para que fossem tomados os devidos encaminhamentos, para que a Recomendação pudesse, enfim, conseguir sair e que a gente possa colocar em prática. É muito importante isso para as pessoas que vivem com aids: ter regulamentadas, regradas, algumas das ações no mundo do trabalho, porque há uma série de violações aos direitos humanos que acontece, e isso impacta, sim, toda a qualidade de saúde das pessoas com aids, como elas são tratadas no mundo do trabalho. Então, a gente queria o compromisso desta Comissão em nos auxiliar no processo, para que se pudesse andar o mais rápido possível com a Recomendação 200.

Outro ponto de que eu gostaria de falar é a respeito do PL nº 198, que o Léo já trouxe na fala dele, que também foi corroborado por outros integrantes da mesa, que tem nos preocupado bastante. O PL está na CCJ da Câmara, e o que nos chamou muito a atenção foi que, num dos raros movimentos da Casa vizinha, esse PL foi direto para a CCJ, sem ter passado por nenhuma das outras comissões, inclusive na Comissão de Direitos Humanos, sequer na Comissão de Seguridade e Saúde, o que não é uma prática dentro do Congresso. Mas isso ocorreu com o PL nº 198, que foi parar direto, após ter o relatório e ter apresentado substitutivo. Quando foi apresentado o relatório a esse PL, que é uma proposição do Deputado Pompeo de Mattos, do Rio Grande do Sul, e o relatório foi feito pelo Deputado Marco Tebaldi, do PSDB de Santa Catarina, ele apresentou um substitutivo, em que torna crime hediondo a tipificação, que o Deputado Pompeo de Mattos estava pedindo, apenas para especificar o HIV, no contexto do Código Penal de 1940, que criminaliza a transmissão de moléstias contagiosas e graves. Só que, quando ele apresentou o substitutivo ao relator, que depois foi acolhido, ele foi encaminhado direto à CCJ. Então, esse trâmite acelerado que tem se mostrado nesse PL tem nos preocupado. Conseguimos, com uma articulação junto à Frente Parlamentar Mista, da qual o Senador faz parte desde o início, que o Deputado Jean Wyllys e a Deputada Erika Kokay, que estão juntos na coordenação da Frente, pedissem para que fosse enviado para a Comissão de Direitos Humanos e para a Comissão de Seguridade e Saúde, para que eles também possam fazer um parecer. Mas a gente reitera o pedido dos outros integrantes para que, se esse PL chegar ao Senado, que o Senado consiga segurar e modificar essa posição.

Acho que também cabe a gente falar, quando o Lúcio fala que as discussões estão começando, de direitos humanos e saúde, que, inclusive, já tivemos este ano, em fevereiro mesmo, quando a gente esteve aqui, conversando com o Ministro Pepe Vargas, à época ainda nas Relações Institucionais. Depois que ele assumiu a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, nós já tivemos uma audiência com ele, enquanto Movimento aids, o departamento estava presente, inclusive, e uma das questões que a gente pediu foi a questão do Disque 100, da incorporação das denúncias de violação aos direitos humanos de aids para dentro do Disque 100, bem como reaproximar as tentativas que já vínhamos fazendo com centros de referência de direitos humanos, para que eles acolham e sejam capacitados a isso. Nós já realizamos capacitações no ano passado,

em que os centros de referência de direitos humanos participaram, inclusive, mas a gente precisa qualificar isso. A gente pede a esta Comissão e o apoio do Senado para que se consiga efetivar mais essas parcerias com a Secretaria de Direitos Humanos.

Uma última informação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ainda tem 26 segundos, está no seu tempo.

A SRª MÁRCIA LEÃO – Fiquei muito feliz, porque tinha negociado, no final, com o Vinícius, para apresentação do vídeo, do GIV, que a gente acha que é uma excelente campanha, conseguimos apresentar. Então, pedi ao pessoal e amanhã vamos deixar uns cartazes na Comissão. Se o próprio Senador e outros quiserem colocar em seus gabinetes, a gente entende que aquela campanha do GIV contempla muito bem os direitos humanos das pessoas que vivem com aids.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Márcia Leão, da Articulação Nacional do Movimento aids.

Rapidamente, passamos a palavra à representante do Movimento Nacional de Cidadãs Positivadas, Srª Rosinea da Rosa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não é "positivadas"?

A SRª ROSINEA DA ROSA – É "positivas".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É positivas. Aqui está "positivadas", mas tudo bem, isso acontece. Ninguém vai ser demitido por isso. (*Risos.*)

A SRª ROSINEA DA ROSA – Mas eu sou positiva também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso, positiva.

Por favor, Srª Rosinea da Rosa.

A SRª ROSINEA DA ROSA – Bom, meu nome é Rosinea da Rosa.

Quero dar um bom-dia à Mesa, ao Senador e a todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Rosinea da Rosa.

A SRª ROSINEA DA ROSA – Isso. Rosinea da Rosa.

Eu, como representante do Movimento Nacional de Cidadãs Positivas, do Rio Grande do Sul, venho aqui falar para a Mesa, que aumentou muito, desde o início da epidemia, o número de mulheres com HIV positivo, que, no início, era de cinco para um, e agora está em cinco para cinco. Em alguns lugares do Brasil, pesquisas mostram que é maior o número de mulheres com HIV.

Quanto ao Projeto de Lei nº 198, nós temos o direito – sim – à reprodução. Nosso direito de ter filhos é negado. Agora, com esse Projeto de Lei nº 198, mesmo fazendo, do modo tradicional, o teste de HIV, corremos o risco de sermos positivadas no teste, no pré-natal, e corremos o risco de sermos presas, porque estamos passando o HIV para uma outra pessoa. Era essa a informação que eu queria deixar para a Mesa, juntamente com o nosso medo de cidadãs. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Srª Rosinea da Rosa, do Movimento Nacional de Cidadãs Positivas.

Passo agora a palavra ao Alexandre Cunha, do Grupo de Apoio à Prevenção da aids.

A SRª ALEXANDRE CUNHA – Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Santa Catarina.

O SR. ALEXANDRE CUNHA – Bom dia ao Senador, aos membros da Mesa e aos colegas, em especial, à Márcia Leão, por lutar por esta audiência pública tão relevante.

Eu gostaria de refrisar a importância dos direitos humanos nessa temática da aids e gostaria de voltar a um dos princípios e diretrizes do SUS que fala da longitudinalidade e informa que todo o cidadão, a partir do momento em que nasce, tem, no decorrer de sua vida, acesso garantido à saúde no território brasileiro. Porém, o que acontece? Estamos vendo que não está sendo respeitado esse direito que temos, um direito que traz a questão do aspecto sociocultural, independentemente de gênero, credo ou raça, todos têm direito de serem atendidos pelo SUS, algo que não está sendo contemplado.

Outro aspecto que eu gostaria de citar, de que se falou bastante, é a questão da prevenção e das ações de promoção em saúde. Um dado que ninguém cita é o de que essas ações correspondem a uma resolutividade de 86% dos agravos em saúde, de todos os agravos na saúde. Esse é um dado que o Ministério da Saúde traz, que a Política Nacional de Atenção Básica traz. Então, a atenção primária em saúde, nessas ações de inte-

gralidade – intersetorial com educação, direitos humanos, justiça, trabalho –, tem uma representação maciça, que, no entanto, não está sendo respeitada.

Nesse aspecto, eu gostaria de trazer um pouco da fala do Carlos, fazendo umas adaptações, na questão de que temos uma responsabilidade coletiva sim. Hoje, a pessoa vivendo com HIV/aids tem uma responsabilidade coletiva, ela é responsabilizada. Porém, no cuidado individual, ela não é capacitada, ela não tem uma orientação em saúde, não tem uma política adequada – aliás, todo cidadão, não é? – a respeito da prevenção em saúde. Então, isso gera um certo agravo, tanto psicológico, quanto para a saúde, para as relações interpessoais, para as relações sociais e até para a sua própria cultura.

Uma coisa muito importante é discutirmos e, nesse contexto, eu reafirmo que, em relação a essa questão da Meta 9090, testar e tratar, eu não sou contra, porque, se conseguirmos garantir o que o SUS já traz, na sua base, nas suas diretrizes, na sua legislação como um todo, conseguiremos contemplar essas ações de atenção primária e complementá-las com as de especialidade, das altas especialidades, da média e alta.

Então, a gente consegue resolver esses problemas. Em relação a isso, há pesquisas que já mostram. A gente tem até a Drª Vera Paz. Gostei muito da sua apresentação, principalmente na questão do "promover, proteger e respeitar", porque, se a gente conseguir que esses direitos sejam garantidos na sua base, com certeza, a gente vai minimizar bastante os impactos desse agravo.

Outra coisa que eu gostaria de deixar como argumento – e a respeito houve até uma pergunta. Hoje a gente trabalha muito em cima das populações-chave, mas é sempre bom orientar que todo cidadão que tem uma vida sexualmente ativa e principalmente faz sexo desprotegido corre o riso, sim, de contrair o HIV/aids, como sífilis, hepatites virais e outras DSTs. Então, a gente tem sempre que refrisar isso, para não estigmatizar isso só em cima de uma população, mas mostrar a toda a sociedade que todos corremos esse risco.

O Estado de Santa Catarina é um Estado onde a epidemia é considerada mista. Então, eu acho que tem que trazer um pouco essa pauta, não é?

Mais uma vez, agradeço e espero que os direitos humanos contribuam muito nessa questão de redução da epidemia do HIV/aids e também na garantia de uma saúde pública de qualidade para todo e qualquer cidadão brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Alexandre Cunha, do Grupo de Apoio à Prevenção da aids.

Por favor, Srª Leonice Araújo.

A SRª CLEONICE ARAÚJO – Boa tarde, Senador Paulo Paim.

Primeiramente, é Cleonice Araújo. Estou aqui representando a Anta – Associação de Travestis e Transexuais e também tenho a liberdade de falar pela Rede Trans, que também é uma rede que é filiada a associações de travestis transexuais.

Eu faço também as minhas falas de início que qualquer pessoa que tenha a vida sexualmente ativa corre o risco de ser contaminar.

Também trago aqui algo que foi muito comentado, ou seja, que a população jovem – viu, Ivo e Leo Mendes? – se contamina, mas, se uma transexual ou uma travesti... E, no caso, não somos coitadinhas nem queremos nos passar por coitadinhas. Simplesmente, o Brasil hoje, e o mundo nos oferece uma simples situação: a prostituição. Então, infelizmente, é isso que se dá.

Nós temos, sim, alguns casos de travestis e transexuais que estão no mercado de trabalho. Temos sim, mas são casos muito isolados. Por exemplo, eu venho do Município de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, juntamente com o Senador Paulo Paim e com o Ministro Pepe Vargas. É a segunda maior cidade do Estado do Rio Grande do Sul, um polo industrial, metalúrgico muito grande. Eu tenho vários currículos de meninas formadas em metalurgia e, quando os entregamos nas empresas, sempre levamos aquele chá de cadeira. Então, o que nos sobra é a prostituição.

É daí que sobra aquela população... Aí, eu pergunto ao Ivo – tá, Ivo? É um questionamento que eu tenho há muito tempo com o Ministério. Nós, travestis e transexuais, sempre somos vistos como HSH. Nós não somos HSH, porque um homem que tem relação sexual comigo não vai ter relação sexual com outro homem. Você não concorda? Então, gostaria que o Ministério revisse mais uma vez essa consideração. Por isso, quando aos nossos casos, quando se coloca ali HSH, está lá em cima. Só que, quando coloca lá em cima, se for fazer esse mapeamento de travestis e transexuais, infelizmente, a minha população de travestis e transexuais está num índice altíssimo de infecção.

Então, eu fico muito triste de ver as minhas amigas e companheiras sendo massacradas por uma saúde, Maria do Socorro, em que nosso direito ao cartão do SUS são sempre violados. Nós somos uma população que migramos. Por exemplo, eu nasci no Mato Grosso do Sul, hoje eu resido em Caxias do Sul. Eu nasci em Campo Grande. Eu resido ali hoje, mas as minhas amigas vêm ali ao Município, ficam três, quatro dias ou um mês e mi-

gram para outro. E nós não temos o direito de ir a um posto de saúde e pegar o medicamento ou, muitas das vezes, se consultar. Então, é uma situação muito séria.

Nós já tivemos, dentro do Estado do Rio Grande do Sul e em Caxias do Sul, óbitos de meninas travestis e transexuais, que foram mortas por não ter sido olhado no cartão do SUS que ela vivia e convivia com HIV/aids. Então, isso é interessante.

Eu trago para cá a minha realidade, como movimento social, porque estou lá amassando o barro todos os dias, enquanto algumas pessoas vêm aqui na frente dizer que é muito bonitinho ser HSH, sendo que a minha população de travestis e transexuais está sendo massacrada realmente, porque nós estamos nas esquinas das ruas; nós estamos lá jogados no meio da rua, porque não temos realmente oportunidade de mostrar nossa capacidade de ser humano, e pagamos nossos impostos.

E trago uma vergonha muito grande, porque um dos relatores do PL nº 198 é do meu Estado – e isso me faz morrer de vergonha –, é do Rio Grande do Sul e apresenta um retrocesso, e quem vai sofrer muito será a população que faz prostituição nas ruas, principalmente, a população de prostitutas transexuais e travestis. Essa população será realmente criminalizada, Sr. Senador. Então, infelizmente, isso é um retrocesso perante o Estado, o Brasil, em que nós vivemos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Cleonice Araújo, do Rio Grande do Sul.

Agora, o último, o Sr. Rubens Pinto; daí passaremos para as considerações finais da Mesa.

O SR. RUBENS PINTO – Bom dia, Senador!

Sou Rubens Raffo Pinto, Coordenador Técnico do Fórum de ONGs aids...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Rubens, deixe-me fazer um registro que já devia ter feito. Eu vou descontar do seu tempo; pode deixar.

Está aqui conosco o Senador José Medeiros, que está aqui desde a metade da audiência, sempre presente, parceiro nosso, companheiro. Registro a presença dele e peço uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

O seu tempo começa a correr a partir de agora, Rubens. Depois, o Senador José Medeiros usa a palavra no momento que entender mais adequado.

O SR. RUBENS PINTO – Prazer, Senador. Eu não o conhecia; estou conhecendo-o agora.

Senador Paim, primeiro, eu queria dizer que, como cidadão, fui seu eleitor e fico admirado e contente em ver que o senhor está, pelo menos, tentando alcançar os objetivos que tenho como cidadão.

Dito isso, quero parabenizar a Vera Paiva pela sua explanação. Eu a achei excelente e não tenho uma vírgula a contestar. Ao contrário, só tenho elogios a fazer.

Carlos Duarte, excelente painelista e grande conhecedor do Sistema Único de Saúde.

Mas não posso deixar de falar, já que represento um fórum ao qual há praticamente 50 instituições do Rio Grande do Sul vinculadas, algumas delas aqui presente, sobre a questão que já foi aqui muito debatida, a questão dos direitos humanos das pessoas que vivem com HIV/aids. O Ivo Brito trouxe aqui – com todo o respeito, é uma pessoa por quem tenho a maior admiração – a questão dos direitos humanos. E eu fiquei em dúvida porque a gente não percebe direitos humanos, pelo menos, nesta última gestão. Eu fico perguntando: é um tratamento biomédico ou um tratamento biomédico com assistência aos direitos humanos? Porque a gente percebe que, muitas vezes – e a gente tem percebido isso no dia a dia –, as pessoas que se testam, às vezes, não conseguem ter uma assistência adequada em relação a sua soropositividade.

Nós, do Rio Grande do Sul, fizemos um pacto interfederativo com o Ministério da Saúde, com as secretarias de Estado de saúde e com as secretarias municipais de saúde do nosso Estado. Para a nossa surpresa, alguns modelos foram divulgados como um exemplo nacional de efetividade, o que eu consto extremamente. Até agora, não consegui ver muita produtividade desse pacto, não só no sentido de apenas repassar de recursos, mas, muitas vezes, quando se chega a uma unidade básica, onde as pessoas deveriam estar preparadas para receber essa população, em especial, as travestis, transexuais, que não são muito bem recebidas. E a população em geral também não está sendo muito bem acolhida. E esse dinheiro foi para essas unidades, mas não está tendo o retorno que deveria ter. Eu questiono onde está a efetividade desse pacto interfederativo, já que as unidades básicas não estão conseguindo atender adequadamente.

E só queria fazer um complemento sobre a fala do Carlos com relação ao PEP. Concordo plenamente com o Carlos quando fala da questão da procura das pessoas para fazer o PEP. Fui procurado por um casal de homossexuais, um deles estava infectado e, por uma infelicidade, houve o rompimento de um preservativo e eles estavam desesperados para saber – era fim de semana – onde eles poderiam ter acesso ao PEP. Aí eu sugeri a eles que fossem à Bom Jesus, onde há um serviço. Chegando lá, não foram bem atendidos. Nesse meio tempo, eles me passaram por WhatsApp a reclamação, eu entrei em contato com o Gerson Winkler, que ligou

para lá e disse: "Olha, esse rapaz foi encaminhado pelo fórum". É um caso de se dizer que, infelizmente, precisaram ter um anjo da guarda por trás para que conseguissem alguma coisa, quando, na verdade, isso não se trata de direitos humanos, mas de direito individual.

Acho que esse tipo de serviço, infelizmente, desqualifica esse atendimento, mas também quero agradecer ao Gerson, por ter interferido, embora não fosse preciso.

Com relação à articulação dos direitos humanos, acho muito ainda a dever. É pena que o Dr. Fábio Mesquita não esteja aqui, porque, nesta Comissão, porque aqui quero falar como contribuinte.

Fiquei sabendo de pesquisa sobre os exames de CD4, da validade ou não, de quanto tempo vai ser aplicado, através dos "fofoqueiros", conforme termo usado pelo Dr. Fábio Mesquita – tenho o e-mail dele –, reclamando e dizendo como é que tinha de ser feito.

Só quero que o Sr. Ivo Brito diga ao Dr. Fábio Mesquita que esses "fofoqueiros" são o Movimento Social de Luta contra a aids, exercendo o seu direito de cidadania e exigindo explicações, já que esse tipo de pesquisa influencia tremendamente no tratamento das pessoas com HIV/aids.

Cientificamente, está comprovado que isso é importante, e a sociedade precisa ser ouvida. Ele, como diretor de um departamento, não tem o direito de chamar as pessoas de fofoqueiras. Respondi às pessoas que me mandaram. Não sei se ele tomou conhecimento, mas gostaria que isso fosse levado ao conhecimento dele. Isso não é uma fala de um diretor de departamento, porque, além de sermos cidadãos, somos contribuintes.

Para não me prolongar muito, só gostaria de me dirigir também ao Sr. Lúcio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O senhor tem mais um minuto.

O SR. RUBENS PINTO – ... com relação ao Disque 100.

Daqui a cinco dias, estarei me casando. Era para eu estar em Porto Alegre, preparando-me para fazer todo o casamento, e estou aqui, porque acho que isso é importante. Nós fomos vítimas de violência de vizinhos. Fomos fazer a ocorrência e sofremos duas ações: homofobia e xenofobia. Entramos com uma reclamação no 0100. Foi feito um protocolo, encaminhado para uma ONG de Florianópolis, que não tem o poder de Polícia, e não pôde ser feito mais nada. Pedimos o retorno e, até agora – estou tentando uma audiência com o coordenador –, não consigo. Então, esse 0100 é uma porcaria.

Acho que precisamos começar a pensar muito bem, porque, se o próprio Executivo faz uma propaganda de um 0100, dando tranquilidade a um cidadão, sabendo que ele vai ter suas garantias, nós não estamos tendo essas garantias. Temos um imóvel, lá, comprado pelo Minha Casa, Minha Vida. Agora, dizemos assim: a minha vida é a minha rua, porque não consigo ficar na minha casa, nem o meu companheiro, sem estarmos preocupados em sermos agredidos novamente pelos vizinhos.

Tanto a Polícia Civil de Santa Catarina, quanto o próprio 0100, ninguém fez absolutamente nada. Se algum movimento de LGBT, Arte *Gay*, o que for, se acontecer algum acidente, se eu ou o meu companheiro vier a falecer, e vierem fazer carnaval em cima disso, podem ter certeza de que vamos processar.

Obrigado. Desculpe por ter interrompido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Rubens Pinto.

Esclareço que, porque veio alguma pergunta nesse sentido, em primeiro lugar, não invento audiência pública.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não; não. Você não disse isso. Não foi para você. Foi de pergunta que veio aqui. Aqui, nesta Comissão, se pudéssemos, haveria audiência pública de segunda à sexta-feira. É que, também para os funcionários, isso é demais. Para que os senhores tenham uma ideia, uma vez, eu fazia às segundas e às quintas-feiras; agora, faço às segundas, às terças, às quartas e às quintas-feiras. É um trabalho acumulado. E há Senadores na fila.

O que eu percebo? As audiências públicas cumprem um papel fundamental, porque elas dão visibilidade a um tema que, muitas vezes, está engavetado, que ninguém quer discutir e não quer que a TV Senado transmita para todo o Brasil, porque tudo aqui é ao vivo e todo o Brasil fica sabendo o que está acontecendo.

Segundo, fruto de audiências públicas, tivemos uma série de encaminhamentos que viraram projetos de lei. Por exemplo, a Lei do Autista, que existe hoje, neste País, é fruto de audiência pública que daqui surgiu; no próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência, estava um impasse, porque apresentei há quase 15 anos, porque debatemos esse há quase 20 anos, entre aqueles que entendiam que convenção Internacional resolvia – tenho que render homenagem aqui ao Flávio Arns, que é lá do Paraná. Como Relator, promovemos uma audiência pública aqui e resolvemos a questão, e o Estatuto já está na mão da Presidenta agora.

Temos todo um processo de encaminhamento agora, após as reuniões de audiência pública, que abraça todos os setores, pode ser mobilidade, direito do trabalho, saúde, educação, habitação, tudo para mim são direitos humanos, é direito de viver com qualidade, como é o caso, hoje, específico do debate que estamos fazendo.

Quero passar para a Mesa, para as considerações finais, e o Senador Medeiros usa da palavra no momento adequado.

São os seguintes os encaminhamentos que até o momento chegaram – e durante as ponderações pode surgir mais alguma coisa.

Primeiro, batalhar para que o PL nº 198, que torna crime hediondo a questão da aids, seja rejeitado. É isso? Lá e aqui também. (*Palmas.*)

Chegou aqui também o PLS nº 200 – e não estou aqui o nome dos autores, porque essa não é a questão; a questão é rejeitar –, que dispõe sobre pesquisa clínica com seres humanos, que seja também rejeitado. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

E que a PEC nº 451 seja também rejeitada; não é isso?

E, aí sim, apoiar a Recomendação nº 200, da OIT, contra a discriminação das pessoas com HIV no mercado de trabalho. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, esses são os encaminhamentos até o momento. Se, nas considerações finais, surgirem outros encaminhamentos, é claro que vamos colocar aqui, passando a ser compromissos desta Comissão, a partir da ouvida dos militantes, enfim, e os nossos convidados.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Srs. Palestrantes, público aqui presente, todos os que nos ouve pela TV Senado, Senador Paulo Paim, tenho a impressão de que há pessoas que parecem ter medo do debate – Essa é a grande verdade! – e se incomodar com a Comissão de Direitos Humanos, justamente, porque aqui se trata de temas que estão debaixo do tapete.

Queria parabenizar V. Exª, porque tem sido protagonista, um ator importante no debate, aqui no Senado. Não vejo qual a outra utilidade de um Parlamento, que não seja justamente debater os temas importantes da sociedade. Estamos numa Câmara Alta, e esse tema, principalmente, precisa ser debatido e conversado, até para evoluirmos.

Lembro-me da época, quando se começou a discutir esse tema, era um tabu na sociedade falar em aids. Lembro-me de que, certa feita, na minha cidade, ia haver o lançamento de uma colheitadeira, e Mato Grosso é um Estado eminentemente agrícola. Então, veio toda uma diretoria da Finlândia, e contrataram um grande *show* nacional, com Ronald Golias, as Mulatas do Sargentelli, isso na década de 80.

A cidade tinha um único clube. Os artistas chegaram um dia antes na cidade, e alguém sugeriu de levá-los ao clube. Eles não foram aceitos, porque diziam que eles eram promíscuos, e as pessoas poderiam pegar aids na água da piscina. Enfim, de tanto se falar, de tanto se explicar sobre o tema, a sociedade já evoluiu mais um pouco, mas precisamos continuar falando.

Precisamos falar também sobre a questão do dinheiro. Para onde esse dinheiro vai? Já ouvi algumas pessoas falando, e vou falar aqui, apesar de não ser um conhecedor do tema, mas noto que muitos dos problemas se referem a recursos, sim, que, às vezes, até existem, mas acabam não chegando de forma correta até a ponta e se perdendo em diversas técnicas, se esmiuçando nas esferas de Poder – Federal, Estadual e Municipal – e se dilui.

Todo esse preâmbulo é para dizer da importância de nos pronunciarmos sobre essas audiências sim. Então, quando alguém aqui se pronunciou, foi até bom, para podermos fazer essa defesa de que a Comissão de Direitos Humanos tem, sim, de trazer esses temas, porque, a partir da união de todos esses cérebros, dos afetados, saberemos se todos esses programas estão funcionando. Sempre me preocupo. Qual a eficácia de tudo o que estamos fazendo? Está chegando lá na ponta?

É igual à questão dos remédios de alto custo. Ouvi desabafos aqui há alguns dias: "Não consigo. Estou num *looping*, tentando conseguir isso". E é a mesma coisa. Então, qual é a outra forma de o Parlamento atuar? É falando. E aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Eu não sou titular aqui, mas venho a todas as reuniões que posso porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já é titular, conquistou o posto de titular.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Muito obrigado! E com um técnico desse...

Porque é aqui que a gente tem a oportunidade de falar, e falar sem cerceamento nenhum. Não é por estar na presença do Senador, não é jogar confete, mas o Senador Paim tem no sangue a veia do Parlamento, tem no sangue a essência, o DNA do Parlamento, de falar, e falar sem preconceito, com o objetivo de resolução do problema. Como ele disse, várias leis importantes já saíram dos debates aqui.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Medeiros. Sempre colaborando com os trabalhos desta Comissão, o Senador Medeiros, de Mato Grosso.

Vamos às considerações finais de cada convidado.

A gente pede que fique, no máximo, em cinco minutos.

Começo com o Ivo Brito, da Assessoria de Ações Estratégicas do Departamento de DST, aids e Hepatites Virais.

O SR. IVO BRITO – Vou tentar responder no atacado. Foram várias questões.

Eu gostaria de começar justamente por uma referência que foi feita no plenário que eu gostaria de retificar. Em primeiro lugar, o Dr. Fábio Mesquita encontra-se numa reunião internacional, por isso ele não está presente aqui. Nessa reunião, ele tem a função de representar o País para discutir exatamente os encaminhamentos com relação à questão do tratamento no que diz respeito às metas 90/90/90. Portanto, a ausência dele se explica, fundamentalmente, por essa necessidade de o País ter uma pessoa à frente de uma comissão que vem discutindo isso mundialmente.

Com relação à questão específica dos dados e informações desagregados para populações transexuais e travestis, acho que você tem conhecimento do andamento do processo de discussão interno no departamento, com vistas a fazer a desagregação dos dados para esse segmento da população. Então, nós avançamos com relação à ficha de notificação dos casos de HIV e aids, que passam a introduzir essa informação de forma desagregada, assim como, recentemente, já está em andamento um edital para uma pesquisa que está voltada basicamente para transexuais e travestis. Assim como nós fizemos no passado com relação à questão de HSH, vamos ter um estudo específico de âmbito nacional para esse segmento da população.

Eu queria só fazer um comentário com relação a isso para tentar responder outras questões que estão diretamente relacionadas com o tema que estamos abordando aqui.

Essa questão da visibilidade/invisibilidade é um elemento que tem que vir com certos cuidados, e eu acho que o departamento tem dado esse tratamento quando se refere a populações, como já foi dito por esta Mesa, que, historicamente, são populações excluídas. Então, obviamente é necessário que se dê visibilidade, mas, ao mesmo tempo, tem de se ter o cuidado de que essa visibilidade venha acompanhada de um conjunto de outras ações para que não se faça da visibilidade um elemento de preconceito; que se faça da visibilidade um elemento para o alcance da equidade, como já foi dito por esta Mesa. Acho que esse é o caminho que deve ser adotado quando se trata da luta pela equidade. Mais do que o direito, acho que estamos no século da equidade.

Quer dizer, defender a diferença sobre a questão do direito é também não fazer do direito, numa concepção kantiana, algo quase que sobrenatural às necessidades das pessoas. O direito tem uma materialidade e ele também expressa certas vontades e interesses de classe, e isso que tem de ficar claro aqui. Não adianta falar que existe um direito, como uma abstração, uma coisa universal; temos de lutar pelo conceito da equidade.

O século atual é o século da equidade, o século da diferença. E temos que fazer essa diferença na conquista do direito, não como um direito abstrato, o direito como um elemento material para conquista da equidade, eliminando as contradições que existam, eventualmente, de exploração de classe. Acho que isso tem de ficar claro aqui. Eu gostaria de afirmar isso com toda a veemência nesta reunião.

Em relação a outros pontos que dizem respeito mais especificamente às questões técnicas, eu acho que o departamento vem defendendo... No caso específico do CD4, é uma discussão estritamente técnica que faz parte de uma decisão do Ministério da Saúde...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO BRITO – ... no que diz respeito à questão dos parâmetros assistenciais. Nós temos de ter parâmetros assistenciais. Não dá para trabalhar... Assim como havia consenso e mudamos de consenso para a adoção de protocolos como uma medida de racionalizar, como uma medida de regulamentar, nós também temos de ter parâmetros assistenciais para a questão do diagnóstico. E a questão do CD4 está dentro dessa medida que o Ministério da Saúde adota de ter parâmetros assistenciais. Nós não podemos ficar à deriva, utilizando as coisas sem certas regulamentações no campo da saúde pública, porque isso implica gasto, isso implica ações judiciais, muitas vezes, desnecessárias em cima do Sistema Único de Saúde. O sistema precisa de regulamentação, o sistema carece de ser regulado. Não existe sistema de saúde que não tenha regulação. E, no caso, por exemplo, de exames laboratoriais e parâmetros assistenciais, é necessário que o sistema adote essas medidas.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO BRITO – Eu acho que podemos tratar essas questões técnicas em outro espaço – existem outros espaços de discussão – para que possamos aprofundá-las.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Cumprimento o Ivo Brito, que ficou no tempo.

De imediato, passo ao Sr. Carlos Alberto Ebeling Duarte, do Conselho Nacional de Saúde. Faço o apelo também dos cinco minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE – O.k..

Eu fui anotando algumas coisas aqui, mas eu vou fazer uma fala mais geral.

Eu acho que uma das questões fundamentais que foi levantada aqui também é a questão de enfrentar a epidemia de aids de forma não só relacionada às populações, mas também de uma maneira regional. Há várias epidemias diferenciadas no Brasil. Hoje, o próprio Ministério identifica dessa maneira, porque está propondo ações interfederativas em pelo menos quatro Estados, Rio Grande do Sul, Amazonas, Rio de Janeiro e Santa Catarina, que mostram epidemias um pouco diferenciadas em relação a outros lugares. E tenho de concordar com o que foi colocado aqui, apesar de essas ações interfederativas pudessem ser entendidas quase como ações emergenciais para tentar barrar uma epidemia, como, por exemplo, no Rio Grande do Sul, que hoje talvez tenha uma epidemia generalizada – não uma epidemia concentrada apenas em determinadas populações –, pois, de fato, praticamente dois anos após essa ação interfederativa, praticamente nada foi feito que pudesse ser considerado como ação emergencial e pudesse frear, de fato, a epidemia ou pelo menos gerar conhecimento a respeito da epidemia no Rio Grande do Sul. Acho que isso é uma questão fundamental.

Outra questão. Por exemplo, com relação ao que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Medeiros.

O SR. CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE – O Senador Medeiros citou um exemplo de uma situação. E eu vou citar um exemplo muito atual, deste ano ainda, quando, em Santa Cruz do Sul, numa campanha de Cipa, campanha de saúde do trabalhador, o cartaz dentro da empresa, a Mercur, espalhado pela cidade de Santa Cruz do Sul em *outdoors*, dizia assim: "Não faça sexo com pessoas de Santo Cruz do Sul, porque ela tem aids". Isso é uma violação total de qualquer coisa... Não vou nem... Imaginem! Daí a empresa disse assim: "Não, isso era uma questão interna da empresa que vazou..." E não sei o quê.

Agora, imaginem uma pessoa que tenha aids, que tenha HIV, que seja soropositiva, dentro da empresa. Como é que ela se sente dentro do ambiente de trabalho quando a empresa diz isso, discrimina dessa forma? A saúde mental, só pegando por esse lado, como fica a vida dessa pessoa? Então, isso é para dizer que o preconceito e a discriminação ainda são muito fortes, em muitos lugares, em relação a essa questão, porque estão diretamente ligados às questões sexuais.Temos que olhar por esse lado, para onde vai esse preconceito e essa discriminação.

A outra questão é com relação à população em situação de presídio, à população em situação de confinamento, e à população em situação de rua. Quando falamos das populações-chaves elencadas pela OMS para o Brasil e para o mundo todo, para conter epidemias, essas populações não são elencadas pela OMS. E nós estamos numa situação de desrespeito aos direitos humanos das pessoas que vivem em presídios e que vivem na rua de maneira absurda, porque, além de toda a exclusão que sofrem, hoje elas sofrem mais ainda porque, infelizmente, quando se fala da descentralização, parece que quando as políticas são descentralizadas, e políticas que têm, digamos, um recorte de discriminação e preconceito, parece que essas populações, que já são excluídas...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO EBELING DUARTE – ... são muito mais excluídas a partir da proximidade com a gestão em função da própria exclusão que isso vai gerando.

Houve um aumento absurdo da população em presídios agora. Há pouco foi divulgado o resultado da pesquisa do Pnud, que demonstra que vem aumentando absurdamente o número de negros, jovens e mulheres dentro de presídios. Isso é reflexo do sexismo, do racismo e até mesmo da política que está sendo proposta nesta Casa, no Parlamento, de reduzir a maioridade penal. É a criminalização de quem, na verdade, é vítima desse processo todo. E isso serve para todas as coisas, inclusive para a aids. Não dá para criminalizar quem é, de fato, vítima da epidemia de aids.

Era isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Carlos Alberto Ebeling Duarte, do Conselho Nacional de Saúde.

Lembro que na quarta-feira haverá aqui o debate com os presídios.

Também gostaria de dizer, Carlos Alberto, que todas as audiências públicas que nós fizemos aqui nesta Comissão, principalmente aqui, sempre ganhou o debate, de forma disparada, aqueles que têm uma visão contrária à criminalização de crianças, de colocá-las na cadeia. Falam em 12, em 14 anos, e há quem fale em 8. Mas nos debates aqui, sem sombra de dúvida, a articulação dos direitos humanos foi muito positiva, nós não perdemos um debate sobre essa questão. Esperamos que isso dê resultado e que a matéria não passe. Aqui não. Não sei no plenário. Nós teremos que nos mobilizar se quisermos que não avance.

Léo Mendes, por favor, representante da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos.

O SR. LÉO MENDES – Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senado Federal, o Senador Paulo Paim, por esta audiência pública. Infelizmente, na sociedade brasileira, ainda convivemos com pessoas que não admitem a democracia como elemento essencial para o avanço da sociedade. Há pessoas que são contra audiências, contra a participação popular no Estado, contra absolutamente todas as teses de democratas do mundo. Mas temos que conviver com todos os brasileiros e brasileiras, os que pensam dessa forma e os que pensam de forma diferente.

Parabenizo V. Exª pela audiência e pela luta que trava aqui dentro, pois sabemos que não é fácil, V. Exª também é vítima de estigma e de preconceito ao lutar por causas pelas quais poucas pessoas querem lutar hoje no Brasil.

Nós estamos na Comissão de Direitos Humanos, em que o foco central é a questão dos direitos humanos, como bem lembrou a Srª Vera Paiva. Podemos discutir tudo, mas se não discutirmos com o foco em direitos humanos, perderemos a razão de estar no Senado Federal discutindo o tema direitos humanos com o foco na saúde, com o foco no HIV e na aids. É necessário que haja um respaldo político para que esta Casa de leis possa, junto com a sociedade civil e com pessoas que lutam pelos direitos humanos de pessoas com HIV e afetadas pelo HIV, porque os familiares, os amigos e a comunidade também são afetados, criar um arcabouço legal no Brasil para desenvolver essas ações.

Volto a frisar, pela ANSDH, que, se é uma epidemia que está em patamares elevados em uma determinada comunidade, é claro que nós entendemos que as mulheres são muito afetadas pelo HIV/aids, mais do que nós, homens, porque é muito complexo o que acontece hoje com as mulheres. Normalmente são viúvas, os maridos contraíram e morreram, e elas acabam tendo a obrigação de cuidar dos filhos, de ainda ter uma doença para carregar e têm todas as dificuldades que as mulheres têm em triplo. Então, é preciso uma atenção redobrada nos direitos humanos do HIV/aids com as mulheres afetadas pelo HIV/aids.

Também é importante observar as populações-chave. E aqui nós reforçamos: hoje, nos Brasil, as prostitutas não são legalizadas, como são na Holanda. Esse é um dificultador para que possamos desenvolver ações do HIV/aids no País, porque, enquanto persistir a hipocrisia de saber que existe travesti prostituindo, mulheres prostituindo, homens prostituindo em cada esquina deste País, e fingirmos que nada disso acontece, nós vamos colocar empecilho para a prevenção. Da mesma forma as travestis, as mulheres transexuais e os homens transexuais, que são, na escala de toda a humanidade, os mais atingidos pela discriminação, pelo preconceito que há no mundo. Se esta Casa de lei não reconhece o nome social dessas pessoas, a identidade de gênero dessas pessoas, isso complica também a prevenção do HIV/aids.

Portanto, o projeto de identidade de gênero do Deputado Jean Wyllys é importante ser aprovado nesta Casa. Da mesma forma a comunidade de gueis, de outros homens bissexuais e de homens que fazem sexo com homens. É preciso haver uma perspectiva de olhar sobre a homofobia, que acontece diariamente contra esses sujeitos sociais.

Ontem mesmo, estava numa rede social, um menino de 14 anos que queria ser estilista foi morto, apedrejado, numa cidade do interior do Espírito Santo. Enquanto isso, o Congresso fica discutindo se vai meter menino de 16 anos dentro da cadeia para ser aliciado por traficante, em vez de discutir a necessidade de fazer uma revisão sobre o sistema de educação e de inclusão social para que crianças, adolescentes e jovens não sejam mais vítimas de nada que seja de sofrimento neste País.

Por fim, as pessoas usuárias de drogas neste País.

(Soa a campainha.)

O SR. LÉO MENDES – Não é mais possível, para concluir, que passemos nas ruas, nas esquinas, debaixo dos viaduto, que vejamos essas pessoas e que não as identifiquemos como também brasileiros e brasileiras que merecem atenção, direitos humanos e dignidade neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Léo Mendes, representante da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos.

Passo a palavra agora à Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, Srª Maria do Socorro de Souza.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Obrigada, Senador.

Eu queria reiterar a importância da audiência pública, porque nem sempre o espaço favorece um diálogo respeitoso quando trazemos as dimensões de violação dos direitos humanos. E, em nível do Estado brasileiro, esses espaços são muito fragmentados. Cada Conselho, cada Ministério traz uma abordagem, e nós, aqui, no Legislativo, terminamos também trazendo, numa composição de Mesa como esta, uma representação dos Poderes instituídos. Com isso, dá para fazer uma abordagem mais integral. É pena que o Judiciário também não esteja aqui, ou o Ministério Público, porque também é preciso trazer esses elementos para reflexão nesses outros Poderes.

Quero dizer também que a sociedade brasileira tem se democratizado bastante nas relações sociais, nas relações humanas, e o Estado brasileiro continua muito conservador e autoritário para trazer essas novas dimensões. Acho que algumas falas aqui retratam ainda o quanto o Estado brasileiro está pouco aberto para essas dimensões que trazemos no campo da saúde.

Quero dizer ainda que fica muito evidente nesta audiência pública, nas falas, nas contribuições, que muitas das saídas, para garantir o direito universal à saúde na perspectiva dos direitos humanos, só têm viabilidade se passar pelo Sistema Único de Saúde. Acho que essa é uma disputa que temos que colocar o tempo inteiro nas nossas pautas como movimentos sociais, na pauta, por exemplo, desta Comissão, porque lamentavelmente nós estamos perdendo a disputa em defesa do Sistema Único de Saúde em nosso País. Há uma mídia corporativa que sempre contribui, lamentavelmente. Termina sendo porta-voz de desconstrução do SUS, de desconstrução do direito universal à saúde, como dever do Estado.

Lamentavelmente, existe uma agenda negativa que, o tempo inteiro, cotidianamente, também desconstrói o que constitucionalmente a gente assegurou, de 88 para cá. E acho que audiências como esta ajudam a entender a importância do SUS como política de Estado e quantas saídas dependem do fortalecimento desse sistema como sistema público.

Quero ainda ressaltar que existe muita agenda negativa, e nós, como sociedade, estamos alertando Governo, Legislativo e Judiciário das suas implicações.

E quero colocar aqui, como já foi falado, a PEC 171, da redução da maioridade penal, a PEC 451, que coloca planos privados de saúde para trabalhadores com carteira assinada como sendo a viabilidade de materializar o direito à saúde, mas, na verdade, vai na perspectiva da ideologia, da cobertura universal, que vai oferecer um pacote mínimo e termina responsabilizando de novo e penalizando os trabalhadores.

Quero colocar ainda o PL 198, que já foi reforçado aqui. E também o PL 200, que está tramitando aqui no Senado Federal, que coloca novas regras de ética em pesquisas clínicas com seres humanos. Para nós, é necessário também aprofundar esse debate, porque, além de colocar o fim de representação de usuários nos CEPs, nos Comitês de Ética em Pesquisa, dá possibilidade de reduzir o uso do medicamento após o período de estudo, de extinguir também o sistema CEP/Conep, que está ligado ao controle social, ao Conselho Nacional de Saúde, e colocá-lo subordinado a comitês muito patrocinado também por empresas. Para a gente, isso é inadmissível, porque a principal garantia hoje que o Conselho Nacional de Saúde tem e que a nossa Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, a Conep, procura prevalecer é exatamente a proteção ao usuário voluntário de pesquisas clínicas no País. E esse conjunto de regras, inclusive reconhecidas internacionalmente, com risco a partir do PL 200.

Por último, sem sombra de dúvida, há outras ações tramitando aqui no Congresso, no Senado sobretudo, e quero colocar, representando os trabalhadores e trabalhadoras rurais no Conselho Nacional de Saúde, a desregulamentação de uso de agrotóxicos no País. Isso é grave porque nós estamos consumindo alimentos, produzindo, comercializando e consumindo produtos com cargas elevadas de agrotóxicos...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – ... e muitos deles com relação também à produção de novas doenças, doenças raras.

Quero finalizar, fazendo uma divulgação...

Desculpa, Senador, mas foi o toque da sirene.

A pauta do financiamento também. Não há um sistema público de saúde fortalecido se não se enfrentar o debate do financiamento. Nós entramos com um projeto de iniciativa popular que, lamentavelmente, precisaria ter regras próprias para a tramitação desses projetos de iniciativa popular como são as medidas provisórias, trancando pauta ou priorizando as listas de votações. Lamentavelmente, a gente fez uma forte mobilização do

Saúde+10 com 2,2 milhões de assinaturas e vimos a essência do nosso projeto desaparecer, apensado a projetos parlamentares que, mesmo tendo compromisso com esse debate, não respeitaram a prioridade do trâmite dessa iniciativa popular. É muito ruim ter uma reforma política que não reconheça outras formas de participação! E a gente vê uma reforma hoje dentro da Câmara comprometendo a vontade popular, como a gente vê alguma forma como o Regimento nesta Casa, e na Câmara também, contratam os projetos de iniciativa popular.

E, por último, quero fazer a divulgação aqui do nosso portal da 15ª Conferência Nacional da Saúde: www.conferenciasaude15.org.br, em que interagiremos a partir de *chat*, de notícias publicadas por várias iniciativas da sociedade em apoio à realização da nossa 15ª Conferência Nacional de Saúde, que já começou nos Municípios. Há uma agenda ampla nos Municípios brasileiros até julho, 15 de julho. Logo após 15 de julho até dezembro, realizaremos as conferências estaduais e, em novembro, de 1 a 4 de dezembro, a nossa etapa nacional.

Então, é muito importante que o Movimento aids e outros movimentos consigam colocar teses, debates importantes como este em nosso portal. Por isso, conferenciasaude15.org.br é um espaço também de democratizar esse debate e politizar a agenda da saúde.

Lamentavelmente, cada vez mais, a agenda da saúde é colocada numa perspectiva negativa, despolitizante e pouco humanizadora. Eu acho que um exercício como o desta audiência é extremamente válido nessa perspectiva.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Maria de Socorro de Sousa, Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

Passo a palavra ao Sr. Lúcio Costa, que fala pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e, depois, encerrando, a Srª Vera.

O SR. LÚCIO COSTA – Senador Paulo Paim, cumprimento V. Exª pela iniciativa.

Nós, que nos colocamos como governo popular e democrático, receber, discutir e fomentar com a sociedade civil e com os diversos segmentos da sociedade é entender que isso oxigena o nosso trabalho. Isso é muito importante e o processo é permanente e contínuo. Acho que há uma frase que ficou muito conhecida na Comuna de Paris, que é: "Sejamos realistas. Desejemos o impossível". Este deve ser o nosso horizonte e a nossa práxis, o diálogo, a construção de agendas para os ajustes e para as conquistas que ainda não foram alcançados.

Há duas questões, em especial, no tocante à Secretaria de Direitos Humanos, uma das quais é o Disque 100 – e aí ponderando para a Márcia, o Paulo e o Rubens, que sinalizou as questões voltadas ao Disque 100. Primeiro, gostaria de dizer que, dessa reunião que houve – creio que a Márcia participou dessa reunião com o Ministro –, isso foi encaminhado para a Ouvidoria e eu acho que está sendo estudada uma maneira de compartimentar essas informações. Agora é importante dizer que todas as informações que chegam até o Disque 100 são registradas e têm desdobramentos, e isso tem garantido o direito de muitas pessoas nos diversos segmentos. Se há ajustes a fazer – e é evidente que há –, eu acho que isso é o diálogo que constrói, e não os ajustes. É importante registrar que o Disque 100 tem sido uma fonte de solução de várias problemáticas. O que a gente precisa é de fato – eu acho que o Ministro Pepe sinalizou para isso e dará encaminhamento às demandas apresentadas junto à Ouvidoria – é o ajuste desse processo.

Sobre uma menção que a Márcia fez aos Centros de Referência em Direitos Humanos, é importante só registrar que estamos passando por uma ressignificação desses Centros de Direitos Humanos no País. Então, tanto pela forma de pactuação com as entidades que tocam os centros como com a diretriz que estabelece o que os centros vão fazer na ponta. Antigamente, tínhamos Centros de Referência em Direitos Humanos, por exemplo, que era temáticos, que atuavam em uma única e exclusiva pauta. Por exemplo, população em situação de rua, centro X atuava. Enfim, a configuração que a SDH está dando para os centros de referência é que eles agora atuem com todas as agendas e a formação para que isso aconteça – e, para isso, nós contamos evidentemente com os segmentos dentro do Governo Federal, mas fundamentalmente também com a sociedade civil, que possam formular e educar esses centros de referência para uma nova agenda, que se constrói a partir de agora.

Por fim, enfatizo que o Ministro Pepe, a SDH têm dado a importância para um dos PLs que não foi mencionado – pelo menos se foi, não recordo – refere-se à criminalização de qualquer forma de discriminação em ambiente de trabalho. Então, o Ministro Pepe tem se empenhado para que isso aconteça. E eu acho que isso é mais um ponto caso avance nessa agenda.

No mais, Senador, queria reafirmar a disposição da SDH, não só para V. Exª como para todos os presentes, para a construção do diálogo de maneira permanente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Lúcio Costa, que falou pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Está aqui. Eu acho que é isto aqui: "Apoiar a Recomendação nº 200 da OIT contra a discriminação das pessoas com HIV no mercado de trabalho".

Então, está contemplado.

Agora, por fim – e ela vai encerrar –, sempre homenageando o grande Rubens Paiva, mas também toda a competência e a qualidade da bela palestra que ela nos apresentou.

Passo a palavra à Srª Vera Paiva.

A SRª VERA PAIVA – Senador, meus genes ficam animados. Convido a todos que quiserem visitar o busto e conhecer eu vou até lá.

Duas coisas: primeiro, Lúcio, completando um pouco, como membro do CNDH queria também lembrar, na linha do que você colocou, que teremos uma Conferência Nacional de Direitos Humanos, em maio do ano que vem, e temos um processo de mobilização local, estadual, curto, do qual espero que todos possamos fazer parte. Segundo, lembrar que isso que vocês tanto expressaram, o quanto que o preconceito e discriminação não desaparecem e a democracia nós construímos todos os dias. Não podemos pensar que porque conquistamos a Constituição Cidadã de 1988 não precisamos mais defendê-la ou aprofundá-la, que porque fizemos um trabalho contra o estigma e a discriminação, nos anos 90 e 2000, não devamos continuar fazendo, porque são outras gerações, novos atores, que sempre vão recolocar essa questão.

Então, se abandonamos o trabalho sobre estigma e discriminação estaremos estimulando aqueles que não entendem de direitos humanos, como nós entendemos, a crescer e nos pegar na esquina, destruindo coisas que construímos ao longo da história do Brasil com suor, sangue e lágrimas.

Estava no Paraná, como membro do CNDH, na quinta e sexta-feira passadas, e ouvi da boca de moradores de rua, por exemplo, estou só reforçando o que você está colocando, e ouvi direto dos moradores de rua o quanto que morar na rua aumenta a mortalidade por tuberculose, por exemplo, aumenta o problema do uso de drogas etc. O Estado do Paraná, aquela polícia que vimos massacrar os professores da cintura para cima, ao invés de atirar no pé, ouvimos depoimentos terríveis de como foi o massacre, o sítio dos professores, que não tiveram para onde fugir, e isso está sendo investigado. Os moradores de rua procuraram a comissão para dizer que o povo para Paraná distribui cobertor, alimento e a polícia sai recolhendo a pedido dos comerciantes e eles estão passando frio e perdendo os documentos. A mesma polícia que massacrou os professores lá.

Então, quero só chamar atenção para o contexto que estamos vivendo, como meus genes falando. A minha especialidade, não que a minha especialidade não tenha os mesmos genes, queria lembrar que a criminalização, o preconceito, a pregação moral e religiosa, a perseguição de bodes expiatórios já foi testada como foi resposta à epidemia e não deu certo. O início, eu que estou desde os anos 80 trabalhando com aids, o nosso maior esforço era lidar com um bispo do Rio de Janeiro, que dizia que a culpa é de vocês, que vocês que se danem; com profissionais de saúde tipo atual secretário do Estado de São Paulo hoje falou isso várias vezes, em reuniões públicas ou não públicas, que as pessoas que se infectavam eram culpadas por estarem se infectando.

Enfim, não falta exemplo da ineficácia de como a pregação moral e a criminalização, Senador, são ineficazes para controlar a epidemia, para aumentar a proteção do povo brasileiro, de qualquer religião – isso tem que ficar claro – de qualquer sexo ou opção sexual, de qualquer espectro, de qualquer território, da epidemia da aids. Ao contrário, então seria muito importante que nessas audiências públicas mantivessem a possibilidade de trazer pessoas ligadas à pesquisa, à ciência, para trazer essas evidências. Eu trouxe apenas algumas.

A terceira coisa que queria dizer é que o povo brasileiro, lá na ponta, do mais educado ao menos educado, é supersensível ao argumento científico, por incrível que pareça. Há países no mundo em que a gente não conseguimos fazer o debate convencendo com base nos dados da ciência; aqui sim. Então, acho que trazer evidência científica que sustente a legislação, o bom uso dela ou a ineficácia das que se querem propor eu acho adequado.

Por último, quero responder a pergunta que não foi respondida até agora, feita via TV, sobre o Clube do Carimbo. Eu queria de novo dizer: isso foi, mais uma vez, uma irresponsabilidade da mídia.

(Soa a campainha.)

O SR. VERA PAIVA – Só vou terminar isso.

Foi uma irresponsabilidade de a mídia fazer uma reportagem toda recortada. Todos os especialistas no assunto foram recortados para que a pauta do Fantástico e da Globo passassem. Foi absolutamente danoso aquele programa do Fantástico sobre o Clube do Carimbo. E, de novo, isso está ocorrendo. É exatamente o que a *Veja* desta semana faz, que é pegar quatro, cinco casos, estampar na porta e representando que interesses? Temos sempre que pensar, como o Ivo falou. A *Veja* foi sustentada, durante anos, o prédio financiado pelos produtores de armas. Não era à toa que ela era contra a proibição do uso de armas. Agora, está sendo sustentada

por quem? Eu pergunto. Porque, de novo: 0,01% dos jovens é responsável por qualquer atentado à vida, mas querem transformar esse 0,01... Botam na capa da *Veja* para justificar a sua criminalização.

A história do Clube do Carimbo – para quem perguntou – é a mesma. Há psicopatas e gente do mal em qualquer segmento social? Sim. Em qualquer partido político, em qualquer opção. Não faltam heterossexuais casados na igreja que são psicopatas, matando a sua mulher, destruindo seus filhos. Então, se quisermos buscar exemplo de gente que não é do bem, vamos achar em qualquer segmento social. Usar o bode expiatório para criminalizar todo um segmento populacional é ineficaz, não ajuda a proteger os brasileiros da aids, independentemente da religião. Como os dados que eu provei ali, entre os jovens hoje não há diferença entre as religiões. Podem até dizer o que aprenderam na igreja, mas, se pastor e moral resolvessem, a aids não existiria. Certo ou errado? O que os pais nossos de cada dia, o que as mães estão fazendo, o que as igrejas estão pregando há milênios? Não é exatamente o que se faz entre quatro paredes. Se pregação resolvesse, se criminalização resolvesse, a aids não existiria.

Então, não podemos eliminar a evidência no debate político. E por isso eu queria parabenizar o Senador e esta Comissão por nos receberem aqui mais uma vez.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a psicóloga e professora da Universidade de São Paulo (USP) Vera Paiva.

Com a sua exposição, nós entendemos – com a exposição de todos, naturalmente, e também do Plenário – que esta audiência cumpriu os seus objetivos.

Os encaminhamentos já foram lidos aqui, e, assim, nós encerramos os trabalhos no dia de hoje.

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas do dia dezessete de junho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Hélio José, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, João Capiberibe e José Medeiros. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Deliberativa**: **Item 1** Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007 – Terminativo – Ementa do Projeto: Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Alvaro Dias. Relatoria do Projeto: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na CAE, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **Item 2** Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 3** Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012 – Terminativo – Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Adiado. **Item 4** Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 5** Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto. Autoria: Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 6** Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015 – Terminativo – Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório:

Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 7** Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. **Item 8** Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013 – Terminativo – Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 9** Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 10** Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 11** Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2012 – Não Terminativo – Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da internet. Autoria: Comissão de Legislação Participativa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 12** Sugestão nº 20, de 2014 – Não Terminativo – Dispõe sobre o serviço de assistência a estudantes de ensino médio da rede pública para ingresso em cursos superiores e no mercado de trabalho. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado para que passe a tramitar como proposição desta CDH. **Item 13** Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015 – Não Terminativo – Dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas ou particulares e dá outras providências. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CDH. **Item 14** Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2015 – Não Terminativo – Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar – garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 15** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 73, de 2015 – Requer a realização de audiências públicas, em número de duas ou mais, se necessário, para discorrerem e debaterem sobre o Projeto de Lei do Senado, número 470, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família. Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. **Item 16** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 85, de 2015 – Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição da República e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana, candomblé. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Retirado de pauta. **Item 17** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 92, de 2015 – Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Grandes Vultos: O Legado Vivo de Abdias Nascimento". Autoria: Senador Paulo Paim Resultado: Aprovado. **Item 18** Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 93, de 2015 – Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "A Reforma Política". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **EXTRAPAUTA: Item 19** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 98, de 2015 – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para o lançamento do documentário "Em Busca da Verdade", produção da TV Senado. Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. **Item 20** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 95, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nes-

ta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "Taxação sobre grandes fortunas". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **Item 21** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 94, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "A situação dos Haitianos no Brasil". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **Item 22** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 96, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "O reconhecimento da atividade de capoeira". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **Item 23** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 97, de 2015 – Requer a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa incluir o nome do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima, Dr. Josué dos Santos Filho, na audiência pública destinada a discutir a situação do Sistema Penitenciário Nacional, a realizar-se dia 18 de junho do corrente ano. Autoria: Senador Telmário Mota e outros. Resultado: Aprovado. Às onze horas e vinte e três minutos, o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador João Capiberibe. Às onze horas e quarenta e nove minutos, o Senador João Capiberibe devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às onze horas e cinquenta e oito minutos, o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador João Capiberibe. Às doze horas e nove minutos, o Senador João Capiberibe devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores e Senadoras Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Sérgio Petecão, Regina Sousa e Angela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quatorze minutos. Eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa de leitura e aprovação das atas da 38ª e 39ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos entrar, diretamente, na pauta já com a presença do Senador Donizeti Nogueira.

Item 12...

Ouviu, Sílvio? Está ao vivo, mas não tem problema. Se iniciar a votação lá, um de nós fica aqui e outro vai lá votar. Tanto em uma comissão, como na outra, o.k?

(Intervenção fora do microfone.)

ITEM 12
SUGESTÃO Nº 20, DE 2014
– Não terminativo –

Dispõe sobre o serviço de assistência a estudantes de ensino médio da rede pública para ingresso em cursos superiores e no mercado de trabalho.
Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro.
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira.

Concedo a palavra ao nobre Senador Donizeti Nogueira, para leitura do seu relatório.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente Paim, a presente Sugestão foi dos Jovens Senadoras Bruna de Souza, Claudinéia Oliveira e Nathalia Janones, e do Jovem Senador Kaique Porto.

Projeto de Lei que dispõe sobre o serviço de assistência a estudantes de ensino médio da rede pública para ingresso em cursos superiores e no mercado de trabalho.

Cuida nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Sugestão nº 20, de 2014, dos jovens já citados. A Sugestão nº 20, de 2014, dispõe sobre o serviço de assistência a estudantes de ensino médio da rede pública para ingresso em cursos superiores e no mercado de trabalho.

O referido serviço consiste na oferta de testes vocacionais, estágios com profissionais e cursos preparatórios para ingresso no ensino superior aos jovens do ensino médio matriculados em escolas públicas.

Na justificação, os Jovens Senadores salientam os diversos problemas enfrentados por estudantes brasileiros para ingressar em cursos superiores, em razão da ausência de orientação vocacional e de preparação adequada para os processos seletivos das universidades públicas.

A proposta foi aprovada no âmbito do Projeto Jovem Senador, instituído pela Resolução nº 42, de 2010, do Senado.

Da análise.

Em conformidade com o parágrafo único do art. 20 da Resolução 42, de 2010, tem tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada no âmbito do Projeto Jovem Senador. Assim, estão atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da Sugestão nº 20, de 2014.

Na ocasião em que examinaram, em plenário, o Projeto de Lei do Senado Jovem nº 5, de 2014, que deu origem à presente sugestão, os Jovens Senadores avaliaram ser importante a aplicação de testes vocacionais e a realização de estágios, acompanhados de profissionais da área escolhida pelo estudante, com a finalidade de oferecer aos jovens do ensino médio condições para que façam uma escolha segura e fundamentada sobre a profissão que irão seguir. Ademais, defenderam que a oferta de cursos preparatórios para ingresso no ensino superior aos alunos de escola pública sanará uma dívida que o Estado brasileiro tem com esses estudantes, que, em geral, não dispõem das mesmas condições de aprovação em exames seletivos para o ensino superior que os jovens de escolas privadas.

De fato, a proposta traz medidas importantes, particularmente para estudantes do ensino médio da rede pública, e reflete a preocupação de milhares de jovens brasileiros. Merece, contudo, alguns reparos, conforme o projeto de lei do Senado (PLS) ao final apresentado.

Com efeito, a maioria dos estudantes do ensino médio se encontra em uma idade de incertezas e descobertas. São adolescentes e jovens adultos cujas personalidades e visões de mundo apenas começam a se consolidar. Nesse contexto, a vocação profissional da maior parte desses estudantes é marcada por dúvidas e hesitações. Essa situação dificulta a busca de ofícios que possam se adequar às inclinações e potencialidades de cada um. Acreditamos que a aplicação de teste vocacional a partir do segundo ano do ensino médio terá o condão de minimizar as incertezas e de direcionar os estudantes para uma escolha mais consciente e segura.

Por outro lado, entendemos que a previsão do teste não deve se restringir à rede pública de ensino, conquanto deva ser assegurada sua gratuidade aos estudantes de escolas públicas e aos de escolas privadas que possuam bolsa integral. Assim, promovemos alteração na proposta para estender a aplicação de testes vocacionais a todos os estudantes de ensino médio, motivo pelo qual propusemos que a previsão seja consignada na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Por seu turno, a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, conhecida como Lei do Estágio, já dispõe sobre o estágio de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino médio. Em seu art. 1º, define o instituto como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo. Também está previsto em tal diploma legal o período de dois anos como duração máxima do estágio (art. 11). Desta feita, suprimimos o disposto nos §§2º, 4º e 5º do art. 2º da Sugestão nº 20, de 2014, que tratavam do tema.

Por sua vez, consideramos positiva a oferta, aos estudantes de ensino médio da rede pública, de cursos preparatórios gratuitos no contraturno escolar, com grade curricular baseada nos conteúdos abordados nos exames de seleção para o ingresso em cursos superiores. Com efeito, da mesma forma que ações afirmativas, como, por exemplo, as cotas para estudantes das escolas públicas, buscam diminuir as desigualdades entre jovens de escolas públicas e privadas, acreditamos que esses cursos preparatórios serão mais um instrumento para a democratização do acesso ao ensino superior.

Insta consignar, ainda, que suprimimos o art. 1º da Sugestão nº 20, de 2014, que determinava que as redes estaduais deveriam desenvolver políticas públicas de assistência aos estudantes de ensino médio da rede pública. Com efeito, a previsão, em lei federal, de obrigação imposta a outro ente da federação poderia ser considerada atentatória ao princípio federativo.

Em conclusão, reconhecendo a importância da proposta, a matéria tratada na sugestão nº 20, de 2014, deve ser encaminhada, na forma do PLS ao final apresentado, para ser debatida nesta Casa. Seguramente, as comissões temáticas apreciarão a matéria e opinarão de maneira mais judiciosa, sobre a oportunidade e conveniência de inseri-la no arcabouço legal brasileiro.

Do voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 20, de 2014, nos termos do seguinte.

Projeto de lei do Senado.

Art. 1º A presente Lei dispõe sobre a aplicação de teste vocacional no ensino médio e sobre a oferta gratuita de cursos preparatórios para o ensino superior.

Art. 2º O art. 35 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 35 .....

.....

§1º Será ofertado ao estudante do ensino médio, a partir do segundo ano letivo, teste vocacional, a ser aplicado por profissional especializado, com a finalidade de orientar o aluno na escolha de curso superior e de profissão.

§2º É assegurada a gratuidade para a aplicação do teste vocacional de que trata o §1º ao estudante matriculado em escola da rede pública de ensino e ao que possua bolsa integral em escola privada. (NR)

Art. 3º Serão oferecidos gratuitamente, na forma de regulamento, cursos preparatórios para o ingresso no ensino superior aos estudantes de ensino médio matriculados em escolas da rede pública de ensino.

Parágrafo único. Os cursos preparatórios funcionarão no contraturno escolar e terão grade curricular baseada nos conteúdos abordados em processos seletivos para ingresso em cursos superiores.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom, Presidente, Senadora Ângela, essa é uma sugestão que nós consideramos oportuna e necessária. Portanto, aqui no nosso relatório, estamos pedindo que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras transformem a sugestão em PLS e façam-na tramitar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos, de imediato, à votação, cumprimentando a iniciativa do Programa Jovem Senador e o brilhante relatório apresentado pelo Senador Donizeti Nogueira, com as devidas adequações, para que a qualidade da lei seja de primeira, como é sempre a exposição de V. Exª.

Coloco em votação o relatório favorável da sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado apresentado pelo Senador Donizeti Nogueira.

Então, este passa a tramitar como proposição desta Comissão.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Gostaria de pedir a inversão de pauta para o item 11, não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como V. Exª está sempre à frente do meu tempo, eu peguei o projeto na mão, e V. Exª já fez o devido pedido.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu tenho certeza de que não haverá nenhuma posição contrária. Então, já, de imediato, eu proponho que ao item 11 seja dada preferência.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2012
– Não terminativo –

Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da internet.
Autoria: Comissão de Legislação Participativa.
Relatoria: Senadora Angela Portela.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ângela Portela, para o seu parecer.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

De autoria da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, altera os arts. 2º e 17 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da Internet.

De acordo com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, esta CDH deve opinar sobre a matéria relativa à proteção e integração social das pessoas com deficiência. Dessa forma, é regimental o exame do PLC nº 106, de 2012, por esta Comissão.

Não se deixam observar impedimentos de natureza constitucional ou jurídica. Antes, trata-se de projeto que vai ao encontro dos ditames da Constituição e da Lei 10.098, de 2000, a Lei de Acessibilidade. Ambos os diplomas legais estabelecem a obrigação, para os entes públicos, de empreenderem constante aprimoramento da legislação garantidora das pessoas com deficiência.

De fato, a integração das pessoas com deficiência aos processos e fluxos produtivos e culturais próprios à sociedade brasileira é uma aspiração maior da Pátria, que pretende, com isso, não apenas assegurar melhores condições de vida às pessoas com deficiência, mas também incorporar e beneficiar-se das importantes contribuições que podem ser dadas à sociedade por este relevante grupo de cidadãos e cidadãs. E o acesso adequado à rede mundial de computadores é, inegavelmente, condição imprescindível para a integração social em nossos dias. O PLC nº 106, de 2012, prevê solução adequada a tal situação.

Então, o nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2012.

Lido o relatório, eu gostaria de parabenizar o nosso Presidente da Comissão Direitos Humanos, Paulo Paim, pela votação, na semana passada, e aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sabemos que foi uma luta intensa de V. Exª, que, durante todos esses anos de mandato que o povo do Rio Grande do Sul lhe deu, sempre foi muito coerente com as suas lutas.

Quero parabenizá-lo pela aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e parabenizá-lo, também, pela forma corajosa, coerente com que tem conduzido seu mandato.

Parabéns, Senador Paulo Paim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, Senadora Ângela Portela.

Permita-me, Senador Donizeti, antes de colocar a matéria em votação, dizer que nós todos estamos de parabéns. Foi uma luta de quase 20 anos: cinco anos para elaborar a minuta do projeto e, depois, mais 15 anos de debate pelos Estados.

Eu faria aqui uma homenagem pública a Santos Fagundes, deficiente visual, cego, que, muitas vezes, me representava nos Estados. Ele, que trabalhou no governo do Olívio Dutra, ficou responsável por essa área, depois passou a trabalhar no meu gabinete. Ele me conta sempre uma história, e essa história, para mim, faz parte – e não é lenda – da história desse estatuto. Ele foi fazer uma palestra em São Paulo sobre o estatuto e debater o estatuto com a sociedade. Perdeu-se no aeroporto de São Paulo e, quando ele viu, estava na rua. Quem é que o recebeu, ele que precisava ir até a universidade? De repente, ele viu que alguém tocou nele e disse: "Eu sou morador de rua, mas eu acho que você tá perdido". Era um mendigo, morador de rua. E o mendigo disse: "aonde você quer ir?" Ele disse: "Eu quero ir à universidade tal". Ele chamou um táxi, entrou no táxi com ele foi, até a universidade, aí o Santos pediu para ele: "Você quer que eu pague o táxi para você voltar?" E ele disse: "Não, não; fico por aqui mesmo". E foi embora. Quando eu conto essa história, eu mostro que, para quem faz o bem, a energia do universo conspira favoravelmente.

Eu quero também dizer, Senadora Ângela, Senador Donizeti, que eu agradeço também ao PT, porque, na hora da discussão do projeto em plenário, foi decisão da bancada que o projeto nº 1, que o partido queria que fosse aprovado, seria esse. Isso ajudou para colocar na pauta do líder como projeto nº 1.

A todos aqueles que trabalharam eu fiz uma homenagem no plenário, inclusive a muitos militantes do Partido dos Trabalhadores e da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência que ajudaram. E muitos faleceram já. Eu não vou citar o nome de um porque, no plenário, eu citei o nome de todos aqueles que ajudaram na construção desse projeto. De fato, é um projeto belíssimo.

Eu vi, ontem, o Senador Jader Barbalho fazer uma homenagem muito bonita ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e com uma posição muito clara e firme. A visão dele é contra a forma como está se fazendo esse debate em relação à situação da criança e do adolescente. E ele dizia que o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma peça magnífica: quanto mais ele lê, mais ele se apaixona pelo Estatuto. E, na mesma linha, eu diria que é o Estatuto do Idoso, é o da Igualdade Racial, e, eu diria que, também, muito, muito, assim é o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Eu tive a alegria, nesses meus quase 30 anos de Parlamento, Senador Donizeti – são quase 30 anos que estou aqui dentro –, de aprovar muitos projetos. Mas esse, pra mim, tem uma simbologia especial porque ele trata daquelas pessoas que, até a alguns anos atrás, os pais escondiam dentro de casa. Há casos, quando nós começamos o debate, em que os filhos estavam acorrentados em casa porque o pai não os queria mostrar para a sociedade. Felizmente, tudo isso está rompido, o momento é outro, e a inclusão das pessoas com deficiência se torna, a cada dia que passa, mais clara, mais objetiva e mais bonita, inclusive pela competência que eles têm.

Como eu digo sempre: a pessoa com deficiência não precisa de que ninguém tenha "peninha" dela; ela só quer que lhe deem oportunidade para ela mostrar as áreas em que ela tem toda a capacidade. Então, eu cumprimento V. Exª, Senador Donizeti.

E, antes de botar em votação, eu quero dizer que vocês me representam e me representarão hoje, porque eu sei que vocês terão que ir à posse do ex-Senador João Pedro na Presidência da República. Ele será, hoje, empossado Presidente da Funai. Foi um grande Senador, um grande quadro, eu diria, de todo o povo brasileiro – e não é porque ele é do Partido dos Trabalhadores –, do qual a gente tem muito orgulho. E podem saber que a Funai estará em boas mãos.

Se os senhores tiverem que sair, eu vou colocar em votação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Se ninguém quer discutir, eu encerro a discussão sobre o projeto relatado pela Senadora Angela Portela.

Em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto.

Com a chegada do Senador Capiberibe aqui, os dois poderão ir à posse do nosso ex-Senador João Pedro.

Senador Capiberibe, quero que V. Exª já assuma aqui a Presidência, se V. Exª me permitir, porque eu tenho que relatar dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) –

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2015
– Não terminativo –

Dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas ou particulares e dá outras providências.
Autoria: Senador Romário.
Relatoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Capiberibe, que bom que V. Exª, que é do mesmo partido do Senador Romário, chegou na hora de nós aprovarmos um projeto importante, mais uma vez, do Senador Romário, de uma área tão importante como a das pessoas com deficiência.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senador nº 45, de autoria do Senador Romário, que dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas ou particulares.

A proposição estabelece, ainda, que as escolas devem garantir no seu projeto político-pedagógico a educação inclusiva, detalhando em sua proposta mecanismos diferenciados para atender as necessidades específicas dos alunos, promovendo as adaptações necessárias.

Além disso, prevê que os estabelecimentos de ensino, em caso de dúvidas referentes à violação de direitos das crianças e dos adolescentes com deficiência, devem encaminhar os casos ao Conselho Tutelar, ao Conselho de Educação competente ou ao Ministério Público.

O projeto prevê que a medida entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, o projeto do Senador Romário que eu estou relatando é um projeto que já está contemplado, inclusive, digo eu, em grande parte, no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Mas, como nós nunca sabemos o que vai ser vetado ou não, por segurança, nós vamos aprovar aqui para que o projeto continue em outras Comissões. Vai ainda para...

Aqui ele é não terminativo, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele vai ainda para a Comissão de Educação em decisão terminativa.

Caso haja veto, nós vamos trabalhar... Eu não tenho mais segurança nenhuma, digo isso publicamente, do que vai ser vetado ou não vai. Como o Estatuto da Pessoa com Deficiência é um projeto muito bem elaborado, construído, inclusive com o relatório, repito, da Deputada Mara Gabrilli, do Deputado Celso Russomanno, do Senador Flávio Arns, e, por fim, o relatório muito bem feito pelo Senador Romário, eu conversei com o Senador Romário sobre o fato de nós não temos segurança nenhuma, tanto que, quanto ao próprio projeto do

fator previdenciário – a lei mais maldita depois da ditadura –, eu não tenho clareza se será vetada ou não. Essa lei é um ato de lesa-pátria, no meu entendimento, porque ele atinge diretamente o coração do povo brasileiro.

E eu esperava muito e esperei muito que esse projeto, depois de uma batalha de 15 anos, quando ele chegou agora às mãos da Presidenta, que ele não fosse vetado. A alternativa foi criada a duras penas por muita gente: pelas centrais, pelo próprio Ministro Pepe Vargas, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, por este Senador, e, por duas vezes, já aprovamos essa mesma redação e não se chegou ao final. Infelizmente, poderá ser vetado. Eu espero ainda que não seja vetado. Até os números absurdos irresponsáveis colocados na imprensa são caso de polícia. É caso de polícia dizer que esse "projetinho" que vai beneficiar uma parcela que fica ali entre dois e três salários mínimos vai trazer um gasto de 3,2 trilhões; isso é caso de polícia! Tinha que abrir um processo contra quem deu esse número.

Pelos dados oficiais que nós temos, não chega a 1 bilhão por ano! Estão confundindo; em dez anos, a economia do fator foi 10 bilhões – dizem, dizem – e espero que seja isto mesmo, ou seja, um bilhão por ano. Agora vêm dados de 3,2 trilhões? Eu, se eu sou um cidadão comum, eu abro um processo por calúnia e por falta de responsabilidade em relação a um tema tão importante que interessa a tantos brasileiros.

Assim, como eu não tenho mais segurança do que é vetado ou não, eu entendi que deveria aprovar o projeto do Senador Romário com as emendas que apresentei, que são emendas que, na verdade, são ajustes que vão só arredondar, simplificar, colaborar, eu diria, com a iniciativa do Senador Romário.

Por isso, Sr. Presidente, o meu voto é favorável ao projeto com as emendas que constam aqui no meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório do Senador Paulo Paim favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria lhe dizer, Sr. Presidente, que, também, a minha expectativa é de que não haja veto, até por uma questão de justiça com as pessoas que trabalham toda uma vida e, no final, quando as despesas aumentam com medicamentos, com cuidados especiais, têm reduzidos os seus salários. Portanto, a minha expectativa é a de que não haja veto, e, caso a Presidente Dilma insista em vetar, nós devemos organizar um amplo movimento para derrubar esse veto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Capiberibe. Permita-me comentar a sua opinião.

V. Exª, no plenário, foi muito claro durante todo o período, dizendo que os votos, não só de V. Exª, mas todos os votos do PSB, se houver o veto ao fator, os senhores votariam.

Eu aproveito a chegada do Senador Flexa para tomar a liberdade de lembrar aquela votação no plenário, quando o Líder do seu partido, o Senador Aécio Neves, disse: "Votarei contra porque acho que ela vai vetar. Agora, se vetar, eu quero dizer que todos os votos que estão, aqui, contra nós os daremos pela derrubada do veto.

Eu espero que isso tudo aconteça: a gente derrube por unanimidade se caso haja o veto desse projeto, construído por todos nós, porque, nós, aqui no Senado, é a terceira vez que votamos.

E eu sempre digo – e não é porque V. Exª está aqui: não é porque surgiu no governo passado; se surgiu no governo passado e nós fomos contra, como é que a gente explica 14 anos no poder e não mudar? Então, é hora de unir todos por uma causa justa e dizer: "Bom, o fator já concebeu todos as maldades que ele tinha que fazer, não importa aqui a argumentação, agora é pensar no povo brasileiro e derrubar o veto se caso ele acontecer".

Senador Flexa Ribeiro, gostaria de fazer um comentário, já que nós entramos no meio da votação?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, eu não tenho dúvida: eu espero que a Presidente Dilma não vete. Essa é a primeira expectativa, mas não confio. Não tenho confiança suficiente para imaginar que ela poderá não vetar. Mas, se vetar, eu acho que é uma posição do Congresso Nacional derrubar o veto. Eu não entendo quando os parlamentares votam no plenário – na Câmara é mais difícil –, como nós já votamos vários projetos por unanimidade, a Presidente veta, e, quando vai para a apreciação do veto, ele não é derrubado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A vantagem, agora, é que a votação na apreciação do veto não é mais secreta, Senador. Vai ajudar, vai ajudar!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É, mas o fato de não ser secreta, talvez, ajude por um lado e prejudique por outro, porque...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A barganha sempre...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... a Base do Governo vai mostrar que não votou com a Presidente. Ela é uma caixa de maldade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas eu acho que quem votar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... com todos os brasileiros e, em especial, com os políticos parlamentares da sua Base.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixa eu, só para ajudar: mas quem votar, no voto aberto, pela manutenção do veto e que, na hora do debate do projeto, votou favorável ao fim do fator, para mim não tem que se eleger para nada mesmo, para nada! Eu não vou simplificar: alguns têm a mania de dizer que "não se devia se eleger para isso e nem para aquilo". Eu acho que é menosprezar aquela categoria lá na origem, no bairro, enfim.

Eu acho que o movimento sindical vai fazer essa campanha – e não é contra ninguém – na defesa da coerência do homem público. Se, num momento, vota a favor, num outro momento, por uma promessa disso ou daquilo, que sabemos que existe e não tem como negar isso, muda o voto e vota contra o povo, isso tem que ser marcado, tem que ser escrito, tem que ser divulgado.

Como é que um cidadão que se diz representante do povo brasileiro pode ser tão incoerente? Eu acho que coerência é você assumir o que você fala e, responsavelmente, depois, votar.

Eu dizia aqui, por exemplo, que eu acho de uma irresponsabilidade total o Ministro da Previdência ter dito que o gasto da Previdência agora virou 3,2 trilhões. Veja bem, eu gaguejo, até envergonhado, que o gasto do fator chega a 3,2 trilhões. Virou piada, virou piada!

Eu, se não sou Senador e estou num sindicato, eu movia até um processo de calúnia, de difamação. E no Parlamento existe aquela: "Quem mente pode perder o mandato." Aí, vamos discutir até isso, porque é demais: o caixa está em três trilhões! Eu já ouvi 40 bilhões, 20 bilhões, 10 bilhões, mas daí a se dizer três trilhões é ser tão irresponsável que está brincando com a opinião pública. Aí não dá, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O Orçamento da Nação não chega a isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Orçamento da União deve chegar, acho, próximo a isso. Falam-me que é em torno de três trilhões o Orçamento da Nação!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu acredito que o Governo teria que reduzir o custo da máquina. A máquina é maior do que a Nação, e ela não pode ser assim. Gastam, se não me engano, R$494 ou R$424 bilhões para manter a estrutura do Governo; e, aí, a gente fica discutindo 30 bilhões ou 40 bilhões, como V. Exª diz, que seria o efeito da queda do fator previdenciário...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na verdade, os nossos dados são 10 bilhões – um bilhão por ano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... mas é justo que aqueles, que contribuíram durante a vida toda, tenham a sua aposentadoria, a sua pensão no valor referente à contribuição e não com a redução para diminuir déficit da Previdência, que dizem que não há.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que não há! Com certeza, não há!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – A Previdência é superavitária.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Houve uma questão, uma curiosidade: quando a gente observa o custo da dívida pública – a rolagem, a amortização e a dedução –, vemos que ele chega a 40% da arrecadação federal. E a gente não discute aqui no Parlamento a dívida pública. Primeiro, para saber como é que se contraiu, não é? Porque eu imagino que, se eu tivesse uma dívida que superasse, que engolisse 40% da minha receita, eu não saberia como sobreviver. Essa é uma coisa muito mal explicada. Nós temos que dar uma sistematizada: como é que se consegue chegar a um nível de endividamento desses?

Eu governei um Estado, Senador Flexa Ribeiro, que V. Exª conhece, primeiro, porque nós somos vizinhos e, ainda, porque nós abocanhamos uma parte do seu – o Amapá era um pedaço do Pará separado pela Ilha do Marajó, que é uma coisa fantástica –, e um Estado recém-criado. E eu consegui equilibrar as contas. Não só equilibrar as contas, como consegui estabelecer um bom nível de investimentos: garantindo investimentos do Estado na ordem de 18% a 20%. Pois olhe: eu deixei o governo, e, oito anos depois, tinha acabado a capacidade de investir, e o Estado já estava endividado. Ou seja, há um rateio entre poucos da contribuição coletiva no País. Essa é uma coisa concreta. Ficou claro que houve uma divisão entre meia dúzia, que enriqueceram – 2% ou 3% ficaram ricos –, e o Estado, sem infraestrutura e endividado.

E, hoje, você tem custos, gastos absurdos. Por exemplo, os gastos do Legislativo, dos Tribunais de Conta, são proibitivos nos Estados brasileiros. E, um dia desses, na tribuna do Senado, comentei que, lá no meu Estado, na Assembleia Legislativa, são 24 deputados, e eles consomem R$160 milhões por ano; e comparei até com o Distrito Federal, onde também são 24 deputados e consomem R$420 milhões. Ou seja, se os deputados

do Amapá, que eram objeto de escândalo, que são objeto permanente de escândalo em função das verbas indenizatórias, porque eles prestam contas com notas fiscais frias e notas fiscais falsificadas – houve um que chegou ao ponto de mandar fabricar as notas que ele emitia; mas o Ministério Público descobriu... No entanto, imaginem: se, no Amapá, 24 deputados consomem R$160 milhões e, aqui, 24 deputados consomem R$420 milhões, então os do Amapá são aprendizes de feiticeiro, porque não há como explicar tamanha...

O Tribunal de Contas – o Tribunal de Contas! – é outra instituição escandalosa, e a gente não consegue... Agora é que, com a transparência, a gente está começando a acessar os gastos desses tribunais. E tribunal não tem nada: são braços técnicos dos legislativos para poder nos permitir acompanhamento de contas. Eu ainda não usei o Tribunal de Contas da União, mas, daqui a pouco, eu vou começar demandar do Tribunal de Contas da União, porque eu vou me dedicar um pouco mais a fiscalizar o Executivo Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Mas essas transferências, Senador Capiberibe, V. Exª que já governou o seu Estado, o Amapá, são proporcionais à receita do Estado. Então, essa diferença entre os R$160 milhões da Assembleia do Amapá e os R$420 milhões da de Brasília, com certeza, é em função do Orçamento do Estado e do Distrito Federal. O que precisava era reduzir esse percentual.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Ou o apetite, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É. Reduzindo o percentual, diminuiria a transferência, e o que sobrasse da transferência seria aplicado em benefício da população.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – A questão que eu me coloco, Sr. Presidente, é que o número de deputados é igual (24) e as funções são iguais.

A função do Legislativo do Amapá é exatamente igual à função do Legislativo do Distrito Federal, de Minas Gerais, de São Paulo.

Em São Paulo, por exemplo, são 83 deputados estaduais, e lá o orçamento da Assembleia é de R$900 e poucos milhões. Contudo, São Paulo tem 40 milhões de habitantes; Brasília tem o quê? Brasília tem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Quanto?

Dois milhões?

São Paulo tem 40 milhões, Brasília tem dois milhões... Acho que tem um pouco mais. Enfim, as dimensões de Brasília, onde a maior distância não passa de 50km... E, lá, eles tem 83 deputados estaduais e gastam o dobro ou um pouco mais que o dobro do Distrito Federal.

Então, esse desequilíbrio nas despesas públicas de um ente para o outro é algo absurdo.

Mas, enfim, dando sequência, passo à apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 213 de 2015, não terminativo.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2015
– Não terminativo –

Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar – garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Já votou?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É que eu comecei a comentar antes.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Vamos repetir a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso, vamos repetir a votação. Só por segurança.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Coloco em votação o relatório favorável do Senador Paulo Paim ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015, com as emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Aprovado pela segunda vez.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, pela segunda vez, para garantir, para não ter dúvida.

Agora, sim, passo a fazer o relatório do segundo projeto, que é da Senadora Vanessa Grazziotin.

O Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, pretende alterar o §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que estabelece a obrigatoriedade do serviço militar.

A modificação proposta vai possibilitar às mulheres a decisão de prestar serviço militar, desde que a opção seja feita no mesmo prazo legal previsto para os demais brasileiros.

Como o relatório é pequeno, vou fazer a leitura.

A modificação proposta busca possibilitar às mulheres a decisão de prestar serviço.

Segundo a autora, o projeto tem o caráter de ação afirmativa, pretende dar às mulheres a oportunidade de participar da realização do serviço militar e daí extrair lições de cidadania.

O projeto foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sr. Presidente, como dizia, cabe àquela Comissão o poder terminativo.

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que afetem os direitos da mulher. Caso do Projeto.

Sr. Presidente, as ações afirmativas são, portanto, medidas institucionais ou legais que visam implementar providências obrigatórias ou opcionais, oriundas de órgãos públicos ou privados, com o objetivo de promover a inclusão de grupos historicamente discriminados. Ao fazê-lo, possibilitam a esses grupos o acesso a espaços sociais e a fruição de direitos fundamentais.

A proposição ora tratada pode ser incluída no conceito acima descrito de ação afirmativa, ao possibilitar a escolha, pela mulher, de prestar ou não o serviço militar obrigatório, reparando uma lacuna legislativa nessa área.

Registre-se que esse modelo atualmente já é implantado com sucesso em outros países do mundo, como, por exemplo, na África, Moçambique, e Israel e outros países. De acordo com a experiência desses lugares, a possibilidade de ingresso das mulheres certamente requer algumas mudanças nas instituições militares para recebê-las, mas o resultado é riquíssimo, de convivência entre ambos os sexos e, mais importante, de abertura de mais um espaço para a atuação da mulher.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, da Senadora Vanessa Grazziotin, de nº 213, de 2015.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Só para parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Pois não, Senadora, Desculpe-me.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – ... a Senadora Vanessa pela ideia e o Senador Paulo Paim, pelo relatório, porque nesse momento de muita luta das mulheres por igualdade, acho que é oportuno que esse projeto seja aprovado, é mais um passo na conquista das mulheres.

Ontem tivemos uma derrota, mas foi quase uma vitória: perdemos a cota por 15 votos, faltaram 15 votos lá na Câmara, mas esperamos recuperar esse...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – ... no Senado.

Na Câmara, onde a matéria foi votada ontem, nós perdemos por 15 votos – a cota das mulheres no Parlamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Acredito que aqui no Senado. a gente vai mudar isso.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – No Senado, nós queremos recuperar isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso. Muito bem, Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Já estamos contando com vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Senadora, saiba que vocês têm o meu inteiro apoio. O meu sonho aqui é ser minoria, que a maioria seja ocupada, tanto na Câmara como no Senado, e nós vamos fazer campanha para as mulheres virem para cá porque acho que o mundo vai melhorar muito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Com o poder nas mãos das mulheres, tenho certeza, este País seria outro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Capiberibe, é muito fácil realizar o seu sonho. É só o senhor vir para a oposição. Venha para nós.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Oposição? Por que oposição? A oposição lá não votou pelas cotas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não; oposição ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – O PSDB não votou pelas cotas não, não é? Nem o meu partido votou; uma parte votou contra. Que vergonha!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não; V. Exª disse que seu sonho é ser minoria. Eu entendi que o seu sonho é ser minoria. Se esse é o seu sonho, é muito fácil realizá-lo..,

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Não; minoria de gênero.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... venha para a oposição que V. Exª será bem-vindo, V. Exª e os seus pares do seu partido.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sabe por que não vou? Porque já fui oposição ao seu partido; agora sou oposição ao PT. Eu preciso de outro caminho. Nós precisamos construir outro caminho, somando as experiências boas do PSDB e as experiências boas do PT.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Mas nós estamos falando aqui da relação de gênero, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu só espero realizar o seu sonho, só isso.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós estamos falando de relação de gênero, e, nesse assunto, todas as mulheres, de todos os partidos, estão unidas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – O meu sonho é que as mulheres sejam maioria. É isso aí. Esse que é o meu desejo. Espero...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Unidos venceremos!

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Espero que os negros também tenham uma participação mais efetiva, que os indígenas possam ter, pelo menos, um representante, porque a sociedade, para ser democrática, tem que conviver com as diferenças, que têm que estar representadas aqui no Parlamento.

Aqui, a representação é da elite, do poder econômico, que influencia diretamente. Porque o caso das mulheres é exatamente o resultado da influência do poder econômico, pois o poder econômico no País está nas mãos dos homens. Então, por isso, elegem disparado 90% das cadeiras do Parlamento.

Na hora em que a gente retirar a influência do poder econômico nas eleições, aí, sim, as mulheres vão ter o mínimo de oportunidade. Acho que nem precisaria de cota, bastava retirarmos a influência do poder econômico e, tenho certeza, aqui muitas mulheres iriam se candidatar. Todavia, como elas não detêm o poder econômico, então elas não conseguem, digamos, se eleger, e os partidos não conseguem nem completar a cota de 30% de candidatas. Essa que é a grande realidade.

Mas vamos dar sequencia.

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Não havendo mais quem queira discutir o relatório do Senador Paulo Paim, encerro a discussão.

Em votação.

Todos estão de acordo? (*Pausa.*)

Aprovado.

Aproveito para lhe devolver a Presidência e pedir que coloque, extrapauta, um requerimento de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Consulto os Senadores e Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento apresentado pelo Senador João Capiberibe, extrapauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aprovado.

Vamos à apreciação do requerimento, já sobre o mérito.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 98, DE 2015
– Não terminativo –

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH), para o lançamento do documentário "Em Busca da Verdade", produção da TV Senado.
Autoria: Senador João Capiberibe.

Passo a palavra a V. Exª, Senador João Capiberibe, para fazer a devida argumentação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, a TV Senado fez um belíssimo documentário sobre o trabalho da Comissão da Verdade. Foi o único canal de televisão que produziu um documentário completo sobre o trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade.

Eu assisti ao documentário, vale a pena, se pudesse fazer com que toda a sociedade brasileira assistisse a esse documentário, um documentário fundamentado no trabalho, nos levantamentos, nas pesquisas, nos depoimentos da Comissão Nacional da Verdade, e que reflete exatamente o que aconteceu nos anos da ditadura civil militar do País.

O documentário foi muito vem feito; então, o requerimento é para que a gente possa trazê-lo, na próxima quinta-feira, aqui, dia 25, para exibi-lo aqui na Comissão, às Srªs. e aos Srs. Senadores e também para todo o País.

Nós estamos nos mobilizando para convidar o maior número de pessoas. Seria importante, inclusive, que os Ministros do Supremo Tribunal Federal pudessem assistir, assim como os Senadores, para que pudéssemos mudar a Lei de Anistia, que foi imposta.

A Lei da Anistia, que é de 1979, no dia 28 de agosto de 2015, vai completar 36 anos. E esta lei, a primeira coisa que fez foi anistiar os torturadores. E, daí para frente, nós temos uma escalada de violência crescente, e continua, hoje, o comportamento do Estado brasileiro, dos aparelhos de Estado brasileiro, principalmente os da área de segurança, sendo exatamente igual àquele de 40 anos atrás: tortura nas delegacias de polícia, desaparecimento forçado de corpo.

O último caso, o mais emblemático, é o do pedreiro, do ajudante de pedreiro Amarildo que desapareceu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No Rio de Janeiro.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Horas depois de ser preso pela Polícia Militar – horas depois –, ele desaparece.

Por que isso continua acontecendo? Ora, se não foi punido ninguém que assassinou militantes políticos, assassinou deputado... No caso do Deputado Rubens Paiva, até hoje a família não sabe exatamente o que lhe aconteceu. Se essas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tivemos aqui, nesta semana, a participação, numa mesa, de uma enorme líder, que é filha dele, que fez uma exposição belíssima aqui numa audiência pública. Eu tive a satisfação de conhecê-la.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – A filha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim; a filha.

Como é o nome dela?

Vera Paiva.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sim; Vera Paiva.

Ele foi sequestrando de dentro do seu apartamento, no Rio de Janeiro – foi sequestrado. Estava com a família, com os filhos; foi levado e nunca mais se soube. E isso, se não me falha a memória, em fevereiro de 1971. Até hoje não se sabe, de fato, o que aconteceu; o seu corpo desapareceu.

Então, esse documentário, realmente, é muito feliz. Eu queria parabenizar e equipe que fez o documentário. E tenho certeza de que produzirá um grande impacto na opinião pública esse trabalho feito pela TV Senado.

Portanto, queremos fazer um lançamento desse documentário no dia 25, pois ele vai ao ar já no final de semana, dias 26 e 27, à noite. E espero que todos tenham a oportunidade de assistir, divulgar, comentar o documentário sobre o trabalho da Comissão da Verdade.

Por isso peço a aprovação desse requerimento extrapauta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Antes de colocar em votação, faço questão de ler o requerimento porque ele é muito claro.

Requerimento nº 98, de 2015.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para o lançamento do documentário "Em Busca da Verdade", produção da TV Senado.

O documentário relata as graves violações de direitos humanos praticados durante a ditadura militar de 1964. Foi produzido através das audiências públicas realizadas pelas comissões da verdade instaladas em todo Brasil, coletas de depoimentos, visitas aos centros de torturas e arquivos. Tendo com o objetivo de efetivar o direito à memória e à verdade histórica.

Requeiro, também, que esta Comissão reproduza cópias do documentário para serem distribuídas nas bibliotecas e escolas públicas de Ensino Médio do Brasil.

Portanto, informarei a relação dos convidados posteriormente.

Autoria: Senador João Capiberibe, que já fez o seu relatório e já deu o seu parecer, já encaminhou.

E, consequentemente, agora vou para a votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao Item nº 1, já agora com a presença aqui do Senador Sérgio Petecão e também da Senadora Regina Sousa.

Conosco estiveram aqui, participando do debate, a Senadora Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Helio José, Flexa Ribeiro e João Capíberibe, ainda presente, e Sérgio Petecão.

Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado 129 de 2007, terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2007
– Terminativo –

Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do Sistema Braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências.
Autoria: Senador Alvaro Dias.
Relatoria: Senador Sérgio Petecão.
Observações: *– Em 13/05/2015, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 3-CDH) oferecido ao PLS 129 de 2007, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, oportunidade em que poderão ser oferecidas Emendas, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.*

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Paim, na verdade, queria só comunicar a esta Comissão que eu mantenho o relatório, mas, só para esclarecimento dos presentes, eu gostaria de ler a ementa do projeto.

Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema de comunicação por voz e do Sistema Braile nos caixas eletrônicos de instituições financeiras e dá outras providências.

É um projeto que nós entendemos tem um alcance social muito grande; daí o nosso relatório favorável.

Somente comunico à Presidência que mantenho o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão o Substitutivo em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, com o esclarecimento feito pelo relator, eu apenas o referendo.

Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo em turno suplementar.

Portanto, em conformidade com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, este é dado como definitivamente adotado por esta Comissão, sem necessidade de votação.

Eu tenho agora dois requerimentos que são de minha autoria. Assim, eu pediria ao Senador João Capiberibe que, de novo, assumisse a Presidência, para que, rapidamente, a gente faz a leitura e encerre, uma vez que sei que muitos terão que ir à reunião com o Presidente Renan Calheiros e com os prefeitos, outros vão à posse do João Pedro como Presidente da Funai e eu vou a um debate sobre fator previdenciário agora, ainda, em uma TV, no horário de meio-dia e trinta.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Então, vamos ao Requerimento nº 92, de 2015.

ITEM 17
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 92, DE 2015
– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Grandes Vultos: o legado vivo de Abdias Nascimento".
Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para o encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, farei leituras rápidas aqui porque é uma série de requerimentos que votaremos neste momento.

Neste, Sr. Presidente, requeremos a realização de uma audiência pública para debatermos o tema "Grandes Vultos: o legado vivo de Abdias Nascimento".

Claro que aqui a gente vai acabar debatendo toda a questão do preconceito racial contra o povo negro.

Este é o requerimento, Sr. Presidente, com a presença da viúva do Abdias.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Em votação o requerimento

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu o parabenizo, Senador Paulo Paim, pois Adbias Nascimento passou por esta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É uma legenda já.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Um mito da política e, principalmente, da luta pelo reconhecimento da importância da cultura e da participação da população afrodescendente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E, durante a ditadura, ele esteve no exterior, pois foi praticamente expulso; se aqui voltasse, ele seria preso.

O outro requerimento, Sr. Presidente, é o de nº 93.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Passemos ao Item 18.

ITEM 18
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 93, DE 2015
– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "A Reforma Política".
Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador para o encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida.

A reforma política está preocupando a todos pela forma como está sendo discutida lá na Câmara dos Deputados. O tema está para chegar nesta Casa. Por isso, por exemplo, o financiamento privado de campanha, pelo qual o dinheiro vai ser depositado diretamente na conta dos partidos.

Tenho uma preocupação muito grande, porque essa é uma forma de fortalecer a corrupção, porque, antes, era depositado na conta desse ou daquele parlamentar... Aliás, do que também discordo, porque acho que o financiamento privado de campanha não deve acontecer e termos, sim, de promover um debate aprofundado sobre limites de financiamento público de campanha.

Por isso, Sr. Presidente, queria começar o debate aqui, nesta comissão, pois reforma política tem tudo a ver com direitos humanos. Aí convidamos uma série de partidos e cientistas políticos para iniciarmos o debate, inclusive sobre a cláusula de barreira aos chamados pequenos partidos.

Esse é o objetivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência a V. Exª...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, Sr. Presidente; tenho ainda três requerimentos extrapauta. Se V. Exª puder presidir, serei muito rápido aqui na justificativa.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Consulto às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta do Requerimento nº 95, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, assim como também o Requerimento nº 94 e o Requerimento nº 96.

São Requerimentos com solicitação de inclusão extrapauta.

Consulto aos Srs. Senadores se estão de acordo. (*Pausa.*)

Não havendo divergência, aprovo a inclusão desses requerimentos extrapauta nesta reunião.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 95, DE 2015 – Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "Taxação sobre grandes fortunas".

Autoria: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom, uma vez aprovado, passo a fazer a leitura e depois V. Exª terá que colocar em votação.

O Requerimento nº 95 eu vou resumir.

Falamos muito, todo mundo fala aqui em grandes fortunas, mas não houve um debate mesmo qualificado, em data que vamos agendar juntos, sobre as grandes fortunas. Quero realizar uma audiência pública sobre a taxação das grandes fortunas, onde os convidados – esse é Requerimento nº 95 – e nós vamos discutir e chamar especialistas no tema "taxação de grandes fortunas", que é uma realidade nos Estados Unidos, na Inglaterra, enfim, na maioria dos países capitalistas do mundo. Aqui, no Brasil, parece que virou um dogma, um tabu, falar do tema.

Só apresentei três projetos, e os três foram rejeitados, arquivados. Como reapresentei o projeto, porque sou teimoso, vamos ver se agora, no mínimo, aprofundamos o debate e, de repente, chega-se a um entendimento.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Senador Paulo Paim, no Brasil, quem paga imposto são os pobres. Não há nada mais injusto que essas alíquotas iguais para os desiguais.

Amanhã teremos a oportunidade de debater aqui um tema importante com um grupo de especialistas sobre a luta antimanicomial, e, entre as pessoas, virá uma professora canadense para participar do debate. E, ontem, conversando com ela, perguntei qual o percentual que ela pagava de imposto de renda. Ela disse: "Pago 50%". Só que lá ela tem educação garantida e gratuita, saúde – não há dois sistemas no Canadá só há um sistema, que é público –, tem creches para os filhos e os serviços públicos funcionam. Assim, ela paga, feliz da vida, os 50%. Aqui, a maior alíquota de Imposto de Renda é 27,5%; e, depois, vai caindo e termina incidindo em pessoas que ganham acima de R$2,4 mil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há os que pagam até sobre cada alimentação que estão comprando, a do dia a dia, o que é inevitável, e estão pagando imposto.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Exatamente. No ICMS, a mesma coisa que paga uma pessoa que ganha o salário mínimo paga um diretor–presidente de uma companhia que ganha mil salários mínimos. Quer dizer, é um paraíso da desigualdade, o Brasil; é difícil de mudar; é um País difícil de mudar. Nós teremos que fazer muito esforço nesse sentido.

Eu o parabenizo por trazer aqui esse debate sobre as grandes fortunas, V. Exª vê que o latifúndio não paga imposto no Brasil. Não conseguimos nem colocar ainda um imposto progressivo para o latifúndio, que, talvez, seria um gesto de justiça, taxar o grande latifundiário progressivamente na medida em que ele não ocupa... É igual ao IPTU urbano. O IPTU urbano também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na mesma linha, quem é dono desses iates de luxo não paga o correspondente ao que paga de imposto quem tem uma motocicleta ou um fusquinha. Não paga nada, não paga nada. Para nós, seria o IPVA. Ora, é impossível que não tenha que ter uma contribuição... E quem tem esses helicópteros que voam pelo Brasil todo, deslocando-se de um lado para o outro, e que também não pagam nada?

Mas vamos discutir na audiência sobre as grandes fortunas, esse tema, se não vamos aprofundar e não vamos parar...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sim, vamos; é importante.

Coloco em votação o Requerimento nº 95, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 94, DE 2015 – Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "A situação dos Haitianos no Brasil".
Autoria: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, o Requerimento nº 94, que V. Exª também já aprovou extrapauta, é no sentido de que nós não temos mais como tapar os olhos ou fazer como se não estivéssemos vendo a situação daqueles que estão chegando ao Brasil, quer seja pela fronteira do Acre, quer seja de uma de uma ou de outra forma, que é o caso do haitianos.

São milhares de pessoas que estão chegando, fazemos de conta que não vemos e nos apavoramos quando, lá, no Mediterrâneo, se não me engano, vemos aqueles navios chegando, meio quebrados, afundando, e as pessoas morrendo no mar ou quando chegam à praia – e muitos são abandonados lá. Vemos aquilo e nos apavoramos, mas não queremos olhar, como diz o outro, para o nosso umbigo, pois, aqui no Brasil, a situação dos imigrantes é, de fato, muito preocupante, tanto no Acre, como em São Paulo, como no Rio Grande do Sul e em diversos Estados.

Em função disso, estão propondo aqui alguns líderes sindicais que a sua Comissão Direitos Humanos tire esse véu que está cobrindo essa realidade e exponhamos, como diz o outro – e lembrando *As Veias Abertas da América Latina*, livro tão conhecido por todos nós –, o que está acontecendo e que, de fato, haja uma responsabilidade coletiva, pois estão sendo deslocados somente para um ou outro Estado e esse Estado não têm condições de mantê-los, como é o caso do Acre mesmo.

Temos que fazer com que todos os Estados, numa visão de Federação, assumam cada um a sua responsabilidade de abrigar esses homens e mulheres que aqui chegam, cheio de esperanças, e alguns já estão querendo sair do Brasil para outros países, porque estão se sentindo marginalizados e sem nenhum tipo de assistência que eles merecem ter.

Esse é o objetivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Em votação o Requerimento nº 94, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 96, DE 2015 – Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "O reconhecimento da atividade de capoeira".
Autoria: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, o último Requerimento, o de nº 96, trata de um tema que veio para esta Casa, para o Senado, a partir da Câmara: a atividade de capoeira.

Esse é um tema que, toda vez que chega aqui no Senado, merece um carinho especial na atenção. A Senadora Lídice da Mata – e sou Relator de um projeto do Senador Arnaldo Faria de Sá – pediu-me que olhássemos com atenção, que fizéssemos alguns ajustes no projeto que veio da Câmara, para que, com a maior boa intenção do Arnaldo e deste Relator e, tenho certeza, de todos nós, conforme a redação que for dada, na versão final, pode excluir os mestres naturais da capoeira, aqueles que fazem a capoeira por arte e não porque a universidade lhes tenha dado um diploma.

Por isso, estamos pedindo que se realize essa audiência, com a presença do autor do projeto, dos três Senadores da Bahia, porque foi da Bahia que veio esse pedido sobre o reconhecimento da atividade da capoeira, nos moldes do projeto que estou relatando.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Gostaria de acrescentar, antes de colocar em votação o Requerimento, que a capoeira é o único esporte genuinamente brasileiro, isto é, nasceu e se desenvolveu no nosso País.

Introduzi a capoeira nas nossas escolas quando era governador, e, realmente, é um esporte fantástico que as crianças adoram. Além do mais, em breve, deve entrar nos jogos olímpicos. Algumas academias americanas já desenvolve como esporte, a capoeira.

É uma criação histórica e cultural da sociedade brasileira e é algo que não conseguimos introduzir, como prática esportiva, nas nossas escolas por causa do preconceito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente. Inclusive, nas olimpíadas, sejam aqui no Brasil, sejam lá fora, também, não conseguiram, como V. Exª destaca, introduzir a capoeira.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Enfim, e o preconceito, como todo mundo sabe, leva discriminação, da discriminação à segregação, da segregação à eliminação. O começo de tudo é o preconceito, que termina levando a coisas absurdas na sociedade. A sociedade brasileira é plena de preconceitos, de coisas absurdas.

Em votação, o requerimento do Senador Paulo Paim – Requerimento nº 96, de 2015.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador João Capiberibe, agradeço V. Exª.

Eu só vou aqui ainda aprovar um requerimento do Telmário, que é só para incluir, na audiência que vai tratar do sistema carcerário, mais um convocado.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 97, DE 2015

– Não terminativo –

> **Requer a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa incluir o nome do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima, Dr. Josué dos Santos Filho, na audiência pública destinada a discutir a situação do Sistema Penitenciário Nacional, a realizar-se dia 18 de junho do corrente ano.**
> **Autoria:** Senador Telmário Mota.

Nós o subscrevemos, e penso que todos nós podemos subscrevê-lo.

Aqueles que concordam com a inclusão do nome do Dr. Josué do Santos Filho na audiência pública que vai discutir o sistema carcerário permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E todos os três Senadores aqui assinam o presente requerimento.

Cumpridos todos os objetivos desta reunião, missão cumprida, sessão encerrada.

Até a próxima reunião que será amanhã e quinta também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Alguém disse: "sexta e sábado, não?" Sexta será no Paraná, na Assembleia Legislativa do Estado; e, depois, vamos a São Paulo, Rio, Fortaleza; e Porto Alegre também, no dia 25, à tarde. Friso porque há uma confusão muito grande, pois alguns pensam que, em Porto Alegre, será dia 25 às 10 da manhã. Não! Eu virei de Curitiba de manhã, e será às duas da tarde na Assembleia Legislativa.

Aprovado o Requerimento, antes do encerramento, do Senador Telmário Mota.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DIA 18 DE JUNHO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia dezoito de junho de dois mil e quinze, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Benedito de Lira, Dário Berger e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 52, de 2015-CDH, de autoria do Senador Donizeti Nogueira e da Senadora Regina Sousa, para debater sobre: "A atual situação do sistema penitenciário nacional". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Moema Dutra Freire, Oficial de Programa, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD no Brasil; Renato Campos Pinto De Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN; Joaquim Mesquita, Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás; Andrea Schneider, Presidente do Movimento Paz Novo Hamburgo; Antônio Pereira Duarte, Conselheiro Nacional do Ministério Público; Padre Valdir João Silveira, Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Gleidy Braga Ribeiro, Secretária de Defesa e Proteção Social do Estado do Tocantins; Alexandre Vieira de Queiroz, Membro da Coordenação de Acompanhamento Carcerário, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e Leandro Antonio Soares Lima, Secretário Adjunto de Estado da Justiça e Cidadania, do Estado de Santa Catarina. Às nove horas e quarenta e sete minutos, o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às onze horas e quinze minutos a Senhora Presidenta eventual Regina Sousa passa a presidência para o Senador Donizeti Nogueira. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais e para que respondam às indagações recebidas por meio do portal e-Cidadania. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa e Donizeti Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento 52, de 2015, de autoria do nobre Senador Donizeti Nogueira e da nobre Senadora aqui ao meu lado Regina Sousa, para debater a questão dos presídios, ou seja, a atual situação do sistema penitenciário nacional.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, por meio do número 0800612211. Esses dados vão estar na tela. Li-os rapidamente.

Nós faremos duas mesas para o debate de um tema tão importante como este. Não preciso comentar. Não vou ler, embora eu tenha toda uma introdução feita pela assessoria de que o sistema prisional no Brasil é, na verdade, uma vergonha nacional, que nos deixa muito mal no quadro internacional. E começo já pelo meu próprio Estado, o Rio Grande do Sul, onde também a situação dos presídios já foi alvo de denúncia, inclusive nas cortes internacionais.

Teremos duas mesas. Já convidamos para fazer parte da primeira mesa, a Drª Noema Dutra Freire, Oficial de Programa, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil. Seja bem-vinda.

Chamamos também o Dr. Renato Campos Pinto de Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional; Joaquim Mesquita, Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás; Andrea Schneider, Presidente do Movimento Paz Novo Hamburgo; e Antônio Pereira Duarte, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu chamo também, para a mesa, o Senador Donizeti – que é, aqui, um dos dois autores desta importante iniciativa.

Como hoje estou participando desse debate que vocês estão acompanhando muito – acerca da questão do fator previdenciário e do veto que houve e da proposta alternativa apresentada –, eu vou participar de inúmeras reuniões para ver se encontramos algum caminho que não seja esse. Porque todos nós aqui entendemos – e foi a decisão do próprio Congresso – aprovar a fórmula 85/95, mas a famosa regra de progressão nos preocupa muito e, como está, é inaceitável. Por isso nós temos que abrir um processo de discussão e negociação de imediato. E é por isso que eu vou somente abrir. Teremos uma segunda mesa, em que virão o Sr. Padre Valdir João Silveira – só para situar –, o Dr. Alexandre Vieira de Queiroz, o Dr. Leandro Antonio Soares Lima e o Dr. Leonardo Moreira, mas que serão chamados no momento adequado.

Esse é um tema importantíssimo que está na pauta de toda a sociedade brasileira e de todo o militante de direitos humanos. Quem tem compromisso com o bem-estar da população, não tem como não debater o sistema carcerário no Brasil e no mundo, mas, aqui, é mais no Brasil. Eu vou para apresentar parte dos comentários que foram feitos pela Consultoria.

Enfim, sejam todos bem-vindos a esse debate tão importante para o País. Hoje por provocação e por requerimento – e eles é que vão presidir a reunião devido aos compromissos que eu tenho, o próprio Ministro Miguel Rossetto, Donizeti, está esperando um retorno meu e claro que eu vou dar o retorno para ele. Hoje, por provocação e requerimento dos Senadores Donizeti Nogueira e Regina Sousa – ambos ficarão aqui à Mesa –, esta Comissão se reúne para debater a realidade carcerária brasileira.

Fato é que a violência, a superlotação, a dificuldade de acesso ao sistema judiciário e o uso indiscriminado de prisões provisórias, que, muitas vezes deixam crianças, homens e mulheres – como eu já fui visitar –, têm piorado e muito a capacidade do nosso sistema. O ideal de garantir o retorno do indivíduo ao seio da sociedade, tendo pagado por sua pena, e ser reintegrado socialmente, não tem alcançado o sucesso. O índice de reincidência é de 70% em média – isso considerado altíssimo e denunciado por veículos de todo o País e do mundo. Temos uma população carcerária, pelos dados que aqui recebi, de 574 mil pessoas presas – segundo dados do Ministério da Justiça. Em cumprimento a algum tipo de pena, chegamos a 715 mil. De fato é um número que preocupa a todos.

No final do de 2014, o Conselho de Direitos Humanos da ONU esteve reunido em Genebra para avaliar visitas aos presídios brasileiros. Eles visitaram sete locais de privação de liberdade. Foram no Brasil: aqui em Brasília, Campo Grande, Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo. Em seu relatório, o grupo de trabalho que esteve nas prisões do Brasil, denuncia o uso excessivo de pena de privação de liberdade. Dizem eles: "Está sendo usado como primeiro recurso em vez do último." Segundo o GT da ONU, isso contraria uma exigência pelos padrões internacionais dos direitos humanos, uma tendência preocupante segundo relatório. A ONU demonstrou preocupações com a existência de prisões arbitrárias; ausência de separação entre pessoas condenadas das detidas temporariamente; ainda a preocupação com integridade física e a saúde dos detidos, bem como a ocorrência de maus-tratos praticados por guardas. Em relação a esse tipo de violência, destaca o preconceito sofrido por minorias no sistema penitenciário, especialmente jovens afrodescendentes.

Os textos da ONU apresentam recomendações para a garantia de direitos humanos da pessoa que está privada da liberdade, entre as quais a ampliação do acesso à justiça, com o reforço das defensorias públicas. Recomenda, ainda, o uso de penas alternativas à prisão no caso de pessoas condenadas por crime de menor potencial ofensivo, como estabelece a Lei de Medidas Cautelares 12.403, de 2011.

Enfim, esta Comissão de Direitos Humanos esteve, no ano passado, a Senadora Ana Rita com uma equipe de assessores e também de Senadores em diligência, no Maranhão, para acompanhar a grave crise que se instalou no complexo penitenciário de Pedrinhas. Infelizmente, a violência entre facções rivais associada a prisões precárias e a milhares de caos de pessoas mantidas presas injustamente criavam absurdos penais. Houve casos lamentáveis que foram lá relatados, enfim, e inúmeras denúncias.

Não vou aqui discorrer sobre tudo o que foi visto lá, mas entraria aqui para concluir só que o debate sobre a redução da maioridade penal, que ganha volume com a votação do relatório da Proposta de Emenda à Constituição, na Câmara, torna isso ainda muito, muito mais perigoso.

E todos vocês sabem que nós, militantes dos direitos humanos, não entendemos que a forma de resolver a violência no Brasil – isso não está lido, mas estou falando, porque é a minha opinião – é colocar criança na cadeia, na prisão, no meio dos marginais. Eles entrarão para a escola do crime e, com certeza, sairão de lá muito mais profissionais.

Ainda ontem, aqui, ouvi um pronunciamento do Senador Jader Barbalho, que me impressionou muito. Mesmo a proposta alternativa que está sendo debatida de aumentar o número de anos que o menor infrator poderia ficar nas casas de recuperação – hoje, segundo o discurso de que eu me lembro e que gravei, que ele falou –, que seria de dois anos, já passou para um ano, pelo excesso de meninos e meninas e por não ter onde de colocá-los.

Bom, a intenção aqui agora é passar para cinco anos. Se, em dois anos, não conseguimos mantê-los lá dentro por falta de estrutura, como é que se passa para cinco anos? É claro que é um debate que temos de fazer. É onde entra o Estado, enfim, e políticas que o Governo tem de adotar, mas são políticas de Estado para toda uma vida. Nós queremos é recuperar as nossas crianças e não entregar, por exemplo, para a máfia do narcotráfico.

Enfim, a simples redução, todos nós sabemos, não é a solução para a violência. A detenção por mais tempo não é um claro sinal de ressocialização. Temos de avaliar e refletir: queremos construir mais presídios ou mais escolas? É claro que mais escolas. Queremos qualquer tipo de futuro para a nossa juventude? É claro que não. Queremos um futuro de qualidade para toda a nossa juventude.

Estudo recente – e aqui eu termino – do Ipea demonstra que cerca de 56% da juventude que hoje cumprem medidas socioeducativas não estava matriculada em escolas. Olhem bem: 56% da juventude que hoje cumpre medida socioeducativa não estava matriculada em nenhuma escola.

Diante dessas reflexões, nós vamos iniciar o nosso debate.

Só cito uma última frase aqui, que achei interessante. Victor Hugo, o grande pensador, nos afirma que quem abre uma escola fecha uma prisão. Achei bonita a frase e a destaco aqui. O também Oscar Wilde nos recorda a importância de Cristo, que nos trouxe como lição mais importante: não há nenhuma prisão, em nenhum mundo, na qual o amor não possa forçar a entrada. Ou seja, o amor, a solidariedade, a justiça social e as políticas de igualdade que poderão mudar o mundo e não tratar a violência só com violência. E saímos do campo da educação.

Eu queria muito, muito, que os dois Senadores se revezassem, se possível, e entendessem que esse debate do fator previdenciário envolveu já 15 anos da minha vida. Eu tinha 50 anos quando comecei a debater o fator, sempre contra ele. E acho que é chegada a hora de nós termos uma resposta ao fator previdenciário, que atinge os mais pobres, todos nós sabemos. Ele veio do governo anterior, mas o nosso Governo, até hoje, não conseguiu mudá-lo. E a oportunidade de mudar é agora.

Nós podemos construir uma alternativa que garanta, pelo menos, os princípios, como falei tanto aqui, da igualdade e da isonomia. Por que o Executivo e o Legislativo, de onde estou falando, neste momento, e o Judiciário não têm fator? E por que quem ganha até dois mil, três mil, tem o fator, que corta o salário pela metade? Isso não é justo. Eu digo que não é tão grave, é claro, quanto os presídios, mas é uma injustiça. Se pudéssemos medir, cada um no seu campo de atuação, isso é tão lamentável quanto. Como é que você diz que o pobre tem de abrir mão disso? Ele paga sobre dois mil e se aposenta com mil!

Em tese, comparando com ele, o rico, onde estou, inclusive, no Legislativo, de onde vou me aposentar com 33 mil, não existe o fator, não se aplica o fator. Olha, é o mesmo tempo de atividade. É claro que eu terei de ter 35 anos de atividade.

Mas, tudo bem, ele tem 35 anos de metalúrgico, ou 35 anos na construção civil, ou 35 anos como bancário, ou 35 anos como comerciário, só que ele pagou sobre quatro mil, ele não quer os 33. Ele quer se aposentar com os dois mil que ele pagou.

Aí vem uma lei e diz: "Não, você vai ter que pagar mil, porque eu quero que a cúpula do Executivo, do Legislativo e do Judiciário se aposente com 33." É isso que eu não aceito, e é por isso que eu estou fazendo esse bom combate, não desrespeitando ninguém, não sendo contra ninguém, mas querendo que o Governo construa uma alternativa no princípio da isonomia. Direitos iguais para todos. Só isso. Que o mesmo tratamento que tem aqui o Legislativo, que tem o Executivo e que tem o Judiciário se estenda para o assalariado.

O caixa é só um, não tem essa. O caixa que nos paga, que paga o Judiciário e paga o Executivo, é o mesmo caixa que paga o trabalhador da construção civil, que paga o professor, que paga o bancário; é o mesmo caixa. Por que quem ganha menos, corta pela metade, e quem ganha mais... O serviço não é tão pesado, vamos ser todos muito tranquilos aqui; nós podemos trabalhar de forma mais intensa na construção de ideias, de propostas, mas quem nos sustenta a todos aqui? Esses homens e mulheres, com sua competência, sua inteligência e muitos com trabalho braçal. E eles não têm direito ao mesmo princípio? Tem que ter, senão não tem lógica nenhuma nós estarmos fazendo, inclusive, um debate como este; porque se vamos pregando a injustiça, a revolta vem de baixo para cima. A revolta vem e acaba estourando na própria sociedade.

Desculpem o meu desabafo, mas podem saber que é um desabafo construtivo, na expectativa de que, quando a Presidenta veta um projeto, mas mantém 85/95 no primeiro ano e meio, eu tenho uma esperança muito grande de que nesse período a gente consiga discutir, com a seriedade e a responsabilidade que nós todos temos, a tal progressividade.

Ninguém é contra que se discuta a Previdência eternamente, até porque as gerações futuras vão continuar discutindo. O mundo todo discute a Previdência. Vamos lembrar que o Presidente Lula, no seu período, fez quase duas reformas da Previdência. A Presidenta Dilma entrou também nesse processo, e agora o embate da Previdência voltou, e voltará sempre. O que nós temos de combater são as injustiças.

Eu convidaria num primeiro momento a nobre Senadora e querida Regina para que assuma a Presidência. Depois, eu sei que o Donizeti poderá também assumir aqui, trocamos. E eu, logo que me livrar, voltarei pra cá.

Esse tema aqui é tão importante como todos os outros temas que nós tratamos no Congresso Nacional e ao longo das nossas vidas. Eu diria que é sempre numa linha humanista, fortalecendo os direitos humanos.

Por favor, Regina, assuma aqui.

Palmas para a Regina, que é uma das autoras do requerimento. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Bom dia a todos e a todas.

O Senador Paulo Paim já fez a introdução, então vamos direto ao debate. Inicialmente dez minutos, depois mais cinco.

Quem tem apresentação? Vamos começar com quem tem apresentação, porque aí a gente...

Vamos começar, então, com a Drª Moema Dutra Freire, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A SRª MOEMA DUTRA FREIRE – Muito obrigada.

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento também todos os colegas da Mesa, em nome da Senadora Regina. Muito obrigada pelo convite. É um prazer para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento estar aqui hoje.

Em nossa apresentação, nós vamos falar muito do contexto do sistema prisional no Brasil relacionado à perspectiva de desenvolvimento humano – a perspectiva sob a qual a nossa agência, que é uma agência da ONU que atua aqui no Brasil, atua, buscando melhorar as condições de vida no País.

Então, o que é exatamente essa perspectiva de desenvolvimento humano? O desenvolvimento humano, que é a perspectiva pela qual nós atuamos, busca justamente garantir condições de vida digna para todos.

Não tem como nós falarmos de condições de vida digna para todos sem trabalhar o tema do acesso à Justiça e fazer justamente essa reflexão sobre o superencarceramento no Brasil e os desafios de acesso à Justiça.

Nós reconhecemos, como Nações Unidas, que o Brasil avançou significativamente em várias políticas públicas; conseguiu realizar avanços na questão da desigualdade social. No entanto, permanecem desafios importantes, e o desafio relacionado ao acesso à Justiça e ao sistema prisional é um dos desafios que mais se destaca.

Nesse contexto, é importante considerar que o encarceramento em massa, a questão da superlotação prisional é um desafio importante para o progresso no desenvolvimento humano do País. Então, não há como falar de desenvolvimento humano sem tratar essa questão.

Outro ponto de preocupação com relação a este encarceramento progressivo é justamente o perfil dessa população. A população encarcerada é majoritariamente a população jovem, no ápice da sua idade ativa. E quando nós falamos de desenvolvimento nós pensamos em futuro. E como falar de futuro, de desenvolvimento futuro, sem considerar o que se passa, a violência que afeta os nossos jovens e principalmente os jovens negros no Brasil.

E um parêntese que é importante destacar. Este ano é um ano muito importante na pauta de desenvolvimento humano no contexto global. Nas Nações Unidas, em setembro, vai ser feita uma pactuação importante entre os países com relação à agenda de desenvolvimento humano para os próximos 15 anos. E o Brasil vai se comprometer com essa próxima agenda. Tratam-se dos objetivos de desenvolvimento sustentável. São objetivos que vão ser acordados por todos os países do mundo. E os objetivos pós-2015 têm uma inovação importante porque vão comprometer não só os países em desenvolvimento, mas também os países que já alcançaram patamares mais avançados de desenvolvimento. São desafios que dizem respeito a todos os países do mundo.

E também há outra inovação importante: nos objetivos de desenvolvimento sustentável nessa nova agenda é a primeira vez que o tema do acesso à Justiça e do desenvolvimento humano vai ser pactuada internacionalmente como um objetivo.

Então, isso destaca um desafio importante, porque vamos ter mais olhos para o Brasil com relação aos desafios que já enfrentamos nesse tema, mas também uma oportunidade muito importante. Porque, quando esse tempo é colocado também numa agenda internacional, mais olhos se voltam para esse tema e temos mais apoio para conseguir avançar e promover políticas públicas nesse sentido.

Eu trouxe para comentar com os senhores, de maneira breve, que o PNUD lançou, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude, há algumas semanas, um estudo que foi realizado pela pesquisadora Jacqueline Sinhoretto, da Unifesp, que foi a especialista envolvida no assunto, que realiza um perfil dos presos no Brasil. Esse estudo foi feito com dados do Infopen, do ano de 2012, como última data, mas ele traz alguns pontos interessantes para reflexão, principalmente na discussão que nós temos hoje com relação à redução da maioridade penal.

Esse estudo destaca principalmente o grande aumento da população prisional nos últimos anos. Então, entre 2005 e 2012, esse crescimento foi de 74%, que é um crescimento muito expressivo no número de pesso-

as presas no Brasil. E também, como eu comentava, o perfil dessa população é majoritariamente jovem. Mais da metade, 54% dos presos têm entre 18 e 29 anos.

E outro ponto de destaque é que essa população, além de jovem, é negra. Os negros no Brasil são uma vez e meia mais encarcerados que os brancos. E não quer dizer que os negros cometam mais crimes. Isso demonstra justamente um viés no processo de abordagem, depois, de julgamento, enfim, no funcionamento do sistema de justiça criminal no País.

Outro ponto interessante aqui para nossa reflexão é que os crimes que mais motivam prisões, 70% dos crimes, são contra o patrimônio e crimes de drogas. Os crimes contra a vida motivam só 12% das prisões. Isso contradiz um pouco aquela percepção do senso comum de que as prisões são majoritariamente voltadas a crimes violentos, crimes contra a vida. Não é verdade.

Na verdade, são crimes menos graves que afetam a maior parte da nossa população carcerária. E esse contexto, esses dados destacam um pouco justamente essa seletividade penal, que recai justamente sobre os jovens e negros no nosso País, privilegiando esses delitos econômicos e de pequena monta. Então isso é um ponto interessante para nós considerarmos e também reforça a questão das deficiências no acesso à Justiça e no funcionamento do sistema de justiça criminal do País.

Há outros dados interessantes, que não estão aqui na apresentação, mas que é importante mencionar rapidamente. Esse estudo também fez uma relação, buscou verificar uma correlação entre as taxas de encarceramento e as taxas de homicídio, e o estudo não encontrou nenhuma correlação entre esses dois números. O que isso quer dizer? Prender mais não quer dizer que nós vamos reduzir a criminalidade e a violência no País. Então, o estudo faz essa correlação e não encontra nenhuma relação. Então, Estados com maior número de presos, que encarceraram, que tiveram um aumento maior de sua população carcerária nos últimos anos não tiveram queda na sua criminalidade. Portanto, não há qualquer relação nesse sentido.

Também outros números importantes dizem respeito ao número de presos provisórios. O estudo conta 38% de presos provisórios no País, presos aguardando julgamento, e cerca de 18% de presos que se enquadram no perfil, pelo Código de Processo Penal, que poderiam estar cumprindo penas alternativas à prisão. O que isso denota? Esse perfil do encarcerado e essa tendência de encarceramento colocam na prisão presos que na verdade não precisariam necessariamente estar lá. E isso contribui para aumentar ainda mais o problema que encontramos hoje, de superlotação carcerária.

Bom, um outro tema para reflexão que trouxemos aqui hoje é o tema da Lei de Drogas e a relação da atual Lei de Drogas com o superencarceramento no País. Quando nós observamos o crescimento da população prisional nos últimos anos, observamos que esse crescimento tem uma relação muito forte com o número de presos relacionados ao crime de tráfico de drogas. Então, quatro anos depois da promulgação da Lei de Drogas, que é de 2006, havia ocorrido um aumento de mais de 123% no número de presos por drogas no País, enquanto observamos que o número total de presos havia crescido 24% no mesmo período. Então, 24% de crescimento total, e desse crescimento, quando olhamos especificamente o crime de tráfico drogas, esse crescimento é de 123%, uma diferença gritante.

Quando olhamos o percentual de presos no contexto da população carcerária, que estão presos relacionados à Lei de Drogas, nós temos que 60% de todas as prisões femininas – então, esse é um tema importante quando analisamos o encarceramento feminino no País – e 21% de todas as masculinas no Brasil se fundamentam no tráfico de entorpecentes.

A Lei de Drogas foi aprovada na perspectiva de descriminalizar o crime de porte de drogas, fazendo distinção entre usuário de drogas e traficante, para que fosse preso somente aquele enquadrado no crime de tráfico de drogas, mas na verdade não é isso o que tem acontecido.

(Soa a campainha.)

A SRª MOEMA DUTRA FREIRE – Quando nós olhamos então a redação do texto legal, observamos justamente que inexistem critérios objetivos para a definição da natureza e da quantidade de drogas que caracterizam o crime de tráfico. Então, isso fica na discricionariedade – o que é importante –, mas na discricionariedade de o juiz definir se 1g de maconha ou 10t de maconha, qual patamar, ou 5g de crack, se uma pessoa é apreendida com essa quantidade, se isso é compatível com o uso, com o consumo pessoal, ou já se caracteriza um crime de tráfico de drogas.

É claro que há uma série de outros elementos que precisam ser observados nessa definição, mas observamos que essa ausência de critérios objetivos tem criado uma grande disparidade com relação à aplicação das penas. E observamos também que em outros países já existem práticas de delimitação dos critérios objetivos, e isso tem contribuído para diminuir o encarceramento relacionado ao crime de tráfico de drogas.

Queria mencionar também, destaquei só um dado de um estudo que foi feito pelo Ministério Público Federal e que foi apresentado num seminário que fizemos recentemente lá no PNUD, que mostra justamente essa discrepância na dosimetria da pena relacionada à aplicação da Lei de Drogas.

Então, aqui é um quadro em que o Ministério Público Federal realizou a análise da jurisprudência de mais ou menos de 150 casos e identificou, por exemplo, que, no caso de uma pessoa pega portando três gramas de maconha até uma tonelada, a pena aplicada foi exatamente a mesma.

Isso é um dado bem chocante e mostra justamente essa variação na aplicação da pena. E destaca a importância da regulamentação dos critérios objetivos, que não precisa necessariamente ser uma regulamentação legislativa, pode ser também administrativa, por meio do Conselho Nacional de Justiça, por exemplo, por meio do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. Mas há também a importância de se pensar um plano de desencarceramento ou de comutação de pena a partir de estudos com base no perfil da população presa hoje, considerando natureza e quantidade de drogas, quais são aqueles presos que na verdade não precisariam estar presos. E com atenção especial às mulheres, porque observamos que esse é um tema que afeta especialmente o público feminino.

Bom, para concluir, queria mencionar rapidamente a agenda de trabalho nacional que temos buscado promover aqui no Brasil. Quando olhamos a questão da situação do sistema prisional no País e os desafios, o que se destaca é que esse não é só um problema que diz respeito ao sistema prisional. É importante considerar que esse sistema prisional é a ponta de um problema que envolve toda a política relacionada ao tema da prevenção à violência e à criminalidade e à repressão qualificada da violência e da criminalidade.

Então, precisamos pensar em políticas públicas que articulem o setor de Justiça, de segurança e também as pastas sociais quando falamos na prevenção à violência. Nesse sentido, buscamos promover o desenvolvimento de ações e de políticas que valorizem justamente essa atuação integral, ou seja, desde a prevenção até o controle da violência, e intersetorial, valorizando justamente a articulação entre o Executivo e os setores de Justiça, porque só com essa articulação, esse trabalho conjunto é que vamos conseguir, de fato, trabalhar melhor o tema das políticas prisionais no País.

Por fim, queria mencionar muito rapidamente que começamos recentemente uma agenda de trabalho em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional – e aqui agradeço de público o Dr. Renato de Vitto pela parceria. Nós assinamos, no final de 2014, uma parceria que busca justamente fortalecer alguns eixos que podem melhorar a gestão da política prisional no País. E esses eixos envolvem toda a questão da produção de estudos, ou seja, conhecer melhor o que se passa em relação a dados estatísticos, população prisional, enfim, dados que possam auxiliar tanto na formulação de políticas públicas melhores como também no monitoramento e no acompanhamento dessas políticas a fim de avaliar esses resultados e como gerir esses dados de uma melhor forma. E aí há uma série de ações que envolvem o fortalecimento não só das políticas prisionais, mas também das alternativas penais.

Portanto, essa é uma pauta muito forte e que precisa ser trabalhada também envolvendo a comunidade, a participação e o controle social da comunidade na política prisional.

É isso. Agradeço a todos pela atenção e fico à disposição para responder a qualquer dúvida que os senhores tenham.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Drª Moema.

Passamos a palavra ao Dr. Renato Campos Pinto de Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Srª Senadora Regina Sousa, Sr. Senador Donizeti Nogueira, bom dia! Quero cumprimentar, nas pessoas de V. Exªs, todos os membros da Casa e os servidores. É uma alegria para o Ministério da Justiça que o Departamento Penitenciário Nacional tome parte nesta audiência. Quero cumprimentar também nossos colegas de Mesa; Drª Andrea; Dr. Joaquim Mesquita; Drª Moema; nosso Conselheiro Dr. Antônio Pereira Duarte; e outros amigos que aqui eu vejo, o Alexandre; Pe. Valdir; nossa Secretária Gleide; nosso Secretário Leandro, de Santa Catarina, Tocantins.

Quero agradecer o convite e parabenizar o Senador Donizeti pela iniciativa desta audiência pública.

Acho que estamos aqui tratando talvez de uma das faltas mais importantes e mais difíceis para o Estado brasileiro, e difícil porque implica políticas legislativas, políticas judiciárias, políticas que envolvem o poder Executivo, nos três níveis da Federação; que envolvem os órgãos de segurança pública, Dr. Joaquim; que envolvem a sociedade e a expectativa em relação ao crime e ao papel do Estado nessa intervenção e mesmo a mídia, que acaba, nesta equação, tendo um papel muito importante na construção da expectativa social.

Acho que a gente, hoje, vive um dilema e este é um ponto de pauta no Ministério da Justiça recorrente: de fato, os dados de incidência criminal em nosso País são bastante insatisfatórios. Falamos de 60 mil mortes

violentas em nosso País. Temos um problema de Estado, a ser tratado com muita seriedade, de forma estruturante, sistêmica.

Mas estou seguro, apesar de ter muitas dúvidas em relação à construção do que a gente espera ser um caminho para uma reforma penitenciária em nosso País, Pe. Valdir, de que apostar no sistema penitenciário como solução para os problemas de segurança pública é uma saída equivocada. Ela tem se mostrado equivocada, e a Moema, em sua exposição clara e precisa... Obrigado, Moema, por ter trazido, e com isso facilitado a nossa vida, essa conclusão de que essa política de superencarceramento não tem impactado a incidência criminal.

Então, fica aqui essa ressalva no entendimento muito forte de que o Brasil tem trilhado um caminho de encarcerar, sem conseguir reverter os índices criminais que tanto nos desassossegam e que são insatisfatórios.

A nossa perspectiva aqui é tentar, muito rapidamente – e vou deixar o material com a Senadora Regina; um material completo com o Senador Donizeti –, dar um panorama geral sobre os dados do sistema prisional e tentar trazer algumas coisas que o Depen tem feito, a política do Governo Federal em relação à matéria. Se eu usar aquela fórmula velocidade é igual a delta S sobre delta T, vou ter 20 segundos para cada eslaide. Então, vamos lá.

Esses são os dados de dezembro de 2013 e eu queria dizer até para os Senadores, colegas e amigos aqui presentes na audiência que nós finalizamos e publicamos provavelmente neste mês os dados do Infopen de 2014. Fizemos uma reformulação grande e teremos um relatório com muitos dados adicionais em relação...

Esses ainda são os dados de 2013. São 560 mil presos no sistema prisional; 28 mil presos nas carceragens de delegacia de Polícia e temos ainda o Sistema Penitenciário Federal, que é residual, voltado ao isolamento de lideranças criminosas, com 416 presos.

As estruturas estaduais, as estruturas de governança da questão prisional nos Estados... E aí é importante compreender que o papel do Governo Federal, como gestor, se limita às quatro penitenciárias federais de segurança máxima e que a gestão da política prisional incumbe aos Estados, a governança local é bastante distinta. Temos Secretarias de Administração Penitenciária Especializadas, que é o que nós pregamos como o modelo adequado de governança, apenas em Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo. Temos Secretarias de Justiça responsáveis apenas pela pauta prisional no Espírito Santo, Rondônia e Roraima; Secretarias de Justiças com outras pautas, e aí entra cidadania, consumidor, direitos humanos, no Ceará, DF, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins – não é isso, Secretária Cleide? Secretaria de Justiça e Segurança Pública ou similar no Amapá, Goiás, Minas Gerais, que tem a Secretaria de Defesa Social, e o Mato Grosso. Temos Secretaria de Segurança Pública – e aqui faltou o Estado de Goiás...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Está ali, perfeito. Segurança e similar, Paraná e Rio Grande do Sul. E outros tipos de estruturas. O Instituto Penitenciário no Acre e uma Superintendência no Pará.

Como órgãos de execução penal, para a gente compreender esse papel do Governo Federal, temos o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), um órgão auxiliar do Ministério da Justiça, que dita recomendações para a política penitenciária; os conselhos penitenciários, que se reproduzem no âmbito estadual, como órgão de consulta e com atribuições, como, por exemplo, manifestação em alguns procedimentos; e os conselhos da comunidade, que são espaços de participação social, na pauta prisional.

O Depen, hoje, tem esta estrutura apresentada aqui, com três diretorias: uma diretoria-executiva, que é a área-meio; aqui está a articulação com os Estados em políticas penitenciárias; e uma diretoria que cuida das penitenciárias federais de segurança máxima.

O Sistema Penitenciário Federal foi criado em 2006, como uma tentativa de resposta ao crime organizado, para debelar rebeliões. Ele tem esse caráter, no sistema brasileiro, residual de inclusão excepcional e temporária. Você tem que ter um perfil específico para o preso ir para o sistema federal. O dilema, a exemplo da área de segurança – Dr. Joaquim, Delegado da Polícia Federal, pode testemunhar isso –, é trazer o modelo que a gente entende com exitoso, em termos de gestão, no Sistema Penitenciário Federal, onde, até hoje, não se registrou uma rebelião, uma apreensão de celular. Como, na segurança, a gente tem um padrão de excelência na investigação feita pela Polícia Federal, é conseguir, no nosso modelo federativo – talvez um grande dilema –, contaminar os Estados com essas boas experiências e criar um padrão de excelência também nas políticas estaduais.

Muito brevemente, estes são os dados de que falei: 581 mil, no total. Temos uma taxa de presos, por 100 mil habitantes, de quase 300 presos. Essa taxa é sensivelmente superior à média da América do Sul, que já é uma média elevada. Temos também uma taxa de ocupação de 164%, e isso quer dizer que onde cabem 10, a gente tem de 16 a 17 presos.

Este gráfico que a gente formulou, com base em dados de uma entidade ligada a King's College de Londres, mostra a variação da taxa de encarceramento no mundo, entre 1995 e 2010, período em que se consegue fazer uma série histórica. Os 50 países com a maior população prisional no mundo tiveram variações díspares entre o número de presos por grupo de 100 mil habitantes. Então, a taxa já está desprezando o tamanho do país.

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – O Brasil, que, hoje, é a quarta maior população prisional no mundo, teve uma variação, nesses 15 anos de referência, de 136%.

Os Estados Unidos, país que mais encarcera no mundo e que tem dinheiro para encarcerar, mesmo assim está voltando atrás na sua política: em ao menos dez Estados norte-americanos, houve redução de dois dígitos na taxa de encarceramento, nos últimos anos. Alguns Estados, que eram conservadores, como o Estado de Illinois, anunciaram agora uma reforma penitenciária que tem como fundamento redução de 25% da taxa de aprisionamento, em dez anos. Mas o aumento, nesses 15 anos, no país mais punitivista do mundo foi da ordem de 23%.

Na China, segundo país que mais encarcera no mundo, 13%. A Rússia teve um decréscimo na sua taxa de encarceramento de presos por 100 mil. E o Brasil se dá ao luxo, talvez em detrimento de tantas outras políticas, de aumentar nossa taxa em 136%.

O que nós temos dito é que aqui não há uma carga ideológica. Conhecemos a trajetória do Senador Donizeti e da Senadora Regina, e não se vai pregar para convertido, não é, Pe. Valdir? Mas o fato é que não há carga ideológica. Esses são dados objetivos alarmantes. Nós não podemos naturalizar o processo de superencarceramento que está acontecendo no nosso País, que não tem tido resultados favoráveis.

O mesmo se diga com relação aos presos provisórios. Há uma taxa de 41%, em que o Brasil se coloca com proeminência, à frente desses paradigmas, Estados Unidos e Rússia, no que diz respeito ao número de pessoas presas sem condenação. Eu quero dizer que aqui, quando se fala de provisório, esses dados do Infopen não registram o termo técnico "provisório" como preso sem o trânsito em julgado, é preso sem sentença condenatória de primeiro grau. Então, está se falando de 41% das pessoas sem nenhum juízo, ainda que precário, provisório, de culpabilidade.

Na variação, o Brasil também se coloca com proeminência, uma variação expressiva da taxa de provisórios, um aumento expressivo, em contrapartida aos demais países.

Curiosos notar aqui que o Brasil só é superado, nesses quesitos da variação da taxa de encarceramento e dos provisórios, pela Indonésia, que se notabilizou pelas execuções recentes de dois brasileiros. A Indonésia tem uma população prisional de 120 mil, enquanto estamos batendo os 600 mil.

Vou passar esses gráficos, porque acho que não dá tempo de analisarmos.

No âmbito Brasil, temos essa evolução, o vermelhinho indica os que estão em carceragem de polícia. Este talvez seja um dos poucos dados que tenhamos a comemorar: o número de pessoas que estão em carceragens de delegacia de polícia tem diminuído. A nossa tendência é, quem sabe, com o empenho dos nossos gestores prisionais, extinguirmos essa prática, quem sabe com audiência de custódia, Dr. Joaquim, consigamos, de fato, extinguir.

O nosso déficit está representando aqui, na linha vermelha, o aumento de pessoas. O aumento de vagas, nota-se que, em alguns momentos, se consegue disponibilizar vagas, mas o fato é que, além do grande custo hoje, o custo médio de uma vaga prisional é de R$40 mil, uma vaga. O tempo médio de construção – e aqui estou com três gestores prisionais que não me deixam mentir –, a dificuldade para construção é enorme. Locação de espaço, licenciamento, elaboração de projeto. Temos tido uma variação média de 6% a 9% ao ano da população prisional.

Os tipos de regime: provisório é o verde; regime fechado, provisório, incluindo o SSP, estão na penitenciária, somam 41% que falamos. Regime fechado, semiaberto, com déficit de vagas ainda enorme, o que frustra o propósito da própria LEP de criarmos uma execução de pena progressiva.

No que diz respeito à incidência criminal, esse aqui é o número de registros de imputações criminais, quer dizer, o número não bate com o número de pessoas presas. Se uma pessoa tem... É importante entender porque as pessoas às vezes se confundem ao ler o Infopen. Numa imputação de tráfico e roubo, por exemplo, o estabelecimento prisional deve fazer o registro de ambos; mas, olhando o total de imputações que podem se referir a algumas ou a uma mesma pessoa, temos esse quadro geral em que o roubo representa 26% e o tráfico, 25%.

Por gênero, o dado já tinha sido mencionado aqui pela Moema, é mais assustadora a participação da lei de drogas no encarceramento feminino: 61%. Esse número aqui representou, em 2005, ano de edição da Lei nº 11.343 apenas 14%. Ele aumentou de 14 para 26%, Senador Donizeti, metade do aumento da popula-

ção prisional no nosso País, desse período, de 2005 para cá, desde a edição, deve-se ao encarceramento pela questão do tráfico de drogas.

Sabemos que, no Brasil, temos realidades díspares, temos muitos brasis. Aqui nessa apresentação, trazemos números da população absoluta, a mesma taxa, já isolando a diferença populacional. Vejam que São Paulo é o terceiro colocado, o primeiro colocado em taxa de encarceramento chegando a uma taxa próxima a dos Estados Unidos é o Estado do Mato Grosso do Sul, com uma política de encarceramento forte. Peço a atenção dos senhores para a taxa do Maranhão, que tem a menor taxa de encarceramento do Brasil!

Na taxa de ocupação, número de presos por vagas, a pior situação é a de Pernambuco, que tem se notabilizado pelos problemas do Complexo do Curado, antigo Aníbal Bruno, objeto de preocupação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, já com uma série de recomendações ao Estado brasileiro. Uma taxa média de 16%, o que é muito acima de todos os países que mais encarceram no mundo. Nos Estados Unidos, eles se dão ao luxo de fazer uma política de encarceramento quadruplicaram o número de presos, quadruplicaram o orçamento. Aqui temos dificuldade.

Então, o que se pede ao Secretário de Administração Prisional é que "cadeia é que nem casa de mãe, sempre cabe mais um." E isso tem trazido problemas sérios para a gestão prisional.

E eu peço, mais uma vez, a atenção para a gente olhar a situação do Maranhão, com 122% de ocupação. Não é desejável, o ideal é que a gente tenha até um preso por vaga, mas o fato é que, no nosso cenário brasileiro, o Maranhão, nesses dois quesitos – taxa de encarceramento e taxa de ocupação – tem uma das *performances* menos ruim. Então, temos falado e agregado ao nosso discurso que, além do problema de déficit de vagas – que é tão dito, cantado e decantado –, nós temos um problema de déficit de gestão prisional. Só assim a gente entende o que aconteceu em Pedrinhas: nós não temos efetivos, havia três empresas prestadoras de serviço responsáveis pela custódia naquele complexo, para a gente conseguir explicar as mortes todas que houve ali.

Taxa de presos provisórios por Estado.

E, aqui, muito rapidamente, o que o Depen tem feito na tentativa de auxílio aos Estados: criação de novas vagas. Temos 99 obras do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. A Presidente disponibilizou R$1,2 bilhão para os Estados. Nós temos, hoje, 64 obras em execução que vão abrir 27 mil vagas; 19 obras ainda em análise – na caixa o projeto –, 100 projetos; 14 obras em licitação; 2 licitações suspensas. Isso vai gerar cerca de 46 mil vagas. Então, com um esforço enorme, em quatro ou cinco anos, a gente vai conseguir avançar, e sem precedente esse investimento, em apenas 46 mil vagas, que é quase nada perto do nosso déficit de 220 mil.

Muitas vezes falam: "Olha, o problema é o recurso, é o Funpen que não tem recurso, que está sendo contingenciado, etc." A gente vai conversar com diversos Estados – e aí não é uma avaliação positiva ou negativa do gestor prisional, são as dificuldades do quadro, mesmo – e eles falam que precisam de recurso, e eu olho a planilha das obras em andamento. Essas são as obras pós 2011, mas a gente ainda tem mais 32 obras do governo Lula e muitas com grandes problemas. Eu falo: Secretário, como é que eu posso conseguir mais recursos se a gente tem sete obras que a gente nem conseguiu licitar? Quer dizer, o problema não é só recurso, esse é um discurso fácil.

A Senadora Regina acompanhou quando nós estivemos lá com o Governador Wellington Dias, inclusive discutindo isso, e falamos: "O nosso intuito é, sim, conseguir mais recursos e disponibilizar para o Estado; precisamos disso; o Governo Federal precisa disso." Mas não é só isso.

Na área de educação: temos levado os programas federais – o Pronatec, o Brasil Alfabetizado, o EJA, os exames de certificação Enem e ENCCEJA – para o sistema prisional, a partir da perspectiva de que o sistema prisional não pode ser uma instituição total, um microssistema apartado; as políticas públicas, todas, devem chegar lá.

O mesmo se diga na saúde, porque a nossa perspectiva é levar gradativamente os recursos do Fundo Nacional de Saúde para as UBSs prisionais.

Políticas de trabalho: a gente tem financiado o Procap.

Temos um outro eixo, que não vai dar tempo de a gente detalhar aqui.

E estamos começando a modelar uma política federal para egressos.

Existem outras ações de atendimento à questão da mulher encarcerada, que é um problema à parte e que demandaria e mereceria uma audiência só pra isso.

E ações de aparelhamento: já fizemos uma série de doações de veículos que são importantes para escolta e para transporte dos presos em apresentações e em audiências. E, agora, acabamos de assinar um contrato em que vamos fazer uma doação para os Estados – a gente vai anunciar na próxima reunião de Secretários – de R$17 milhões em equipamentos de inspeção eletrônica, raios X, banquetas, raquetes, pórticos, na perspectiva de nós criarmos condição para um diálogo a respeito da extinção da malfadada revista vexatória com desnudamento e agachamento.

E temos linhas da gestão da informação com a perspectiva de criarmos um Cadastro Nacional de Presos com as penas, que é o Sisdepen. E a melhoria do Infopen, que a gente publica este mês – eu vou mandar aqui para a Comissão de Direitos Humanos, Senador Donizeti, Senadora Regina, o novo relatório que está bem mais completo do que isso.

Nós temos, aqui, a arrecadação: dados a respeito da receita do Fundo Penitenciário Nacional. Em 2014, cerca de R$459 milhões, com um contingenciamento de cerca de R$350 milhões que a gente tem executado. Em termos de empenho, quando se fala – e isso durante o debate eleitoral no ano passado foi muito dito e destorcido – que não há execução do Funpen, a gente tem que verificar o que é de incumbência da execução direta do Governo Federal, o que a gente consegue executar e pagar; empenhar, liquidar e pagar no mesmo ano – e o que é execução que incumbe ao Estado.

Imaginar que aprovamos, transferimos o recurso, empenhamos e pagamos uma obra de construção de presídio no mesmo ano é fora da realidade.

Então, de fato, o pagamento, às vezes, entra no Restos a Pagar, e a nossa execução fica pendente do término da obra, do fim da licitação.

Bem, enfim, temos alguns dados específicos. Já me excedi no tempo. Peço desculpas. Se houver alguma dúvida, alguma questão a respeito, vou deixar essa apresentação aqui para a Comissão também.

Mas o fato é que, em linhas gerais, o Depen acredita que a nossa política federal não deve calcar-se apenas na obra, mas numa política nacional que trabalhe o eixo de reintegração e de assistência técnica ao Estado, não numa perspectiva de que a União sabe mais do que o Estado, mas de que precisamos olhar as experiências exitosas, trabalhar melhores diretrizes de gestão prisional, para evitarmos o que tem acontecido no sistema prisional, o que é muito preocupante.

Fecho a minha apresentação com um dado que vamos publicar, nesse novo relatório, que fala por si e diz tudo sobre a necessidade desse debate tão importante, Senadora Regina Sousa, no âmbito externo. A taxa de homicídio em nosso País, que já é muito preocupante, é de 26/100.000, taxa de crimes letais, violentos e intencionais. No âmbito do sistema prisional, essa taxa é de 167/100.000. Quer dizer, a pessoa, quando é presa, a sua chance de morrer por agressão, por uma morte violenta, é 6,5 vezes maior do que nas piores periferias que temos fora do sistema prisional.

Obrigado pela atenção. Foi estar sempre à disposição dos Senadores para explicitar qualquer questão da linha de atuação federal na questão prisional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Dr. Renato.

Imediatamente, passo a palavra ao Dr. Joaquim Mesquita, Secretário de Segurança Pública da Administração Penitenciária de Goiás.

O SR. JOAQUIM MESQUITA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Senadora Regina Sousa, o Senador Donizeti Nogueira e o nosso Diretor-Geral do Departamento Penitenciário, Dr. Renato, e todos os demais integrantes desta Mesa e as pessoas que participam desta audiência. Antes de mais nada, quero pedir desculpas, porque estou com uma grande dor de cabeça, e isso pode prejudicar o desenvolvimento do meu raciocínio. Então, já de pronto, quero desculpar-me.

O Conselho Nacional de Secretários de Justiça, que é órgão responsável de congregar todas as estruturas dos Estados da Federação que tratam do sistema prisional e que tenham essa enorme variedade, como mostrou aqui o Dr. Renato, tem por Presidente o Dr. Lourival, que é o Secretário do Estado de São Paulo, que incumbiu a mim e ao Dr. Leandro, de Santa Catarina, que o representasse.

Quando recebi a solicitação do Conselho sobre quem seriam os voluntários a participar desta audiência, como sou de Goiás e estou próximo a Brasília, voluntariei-me, mas fiz a ressalva de que talvez não fosse a melhor pessoa a representar o Conselho porque também acumulo as funções de Secretário de Segurança Pública.

Muitas vezes, já pude perceber que há visões distintas do Secretário de Segurança Pública em relação aos Secretários do Sistema Prisional. Por outro lado, achei que foi bastante oportuna a minha vinda aqui, porque, senão, teríamos um debate sobre o sistema prisional sem a presença de pessoas responsáveis pelas polícias e pelas políticas de combate à criminalidade, e que evidentemente, através da sua ação, são aquelas instituições que efetivamente colocam, juntamente com todo o sistema de justiça criminal, as pessoas dentro do sistema prisional.

Enfim, estou como Secretário de Segurança Pública há quase três anos. Sou de delegado de Polícia Federal, com 20 anos de profissão na Polícia Federal, acumulando, então, as responsabilidades do sistema prisional neste início de ano, nestes cinco a seis primeiros meses do ano e um pouco do final do ano passado.

Desde o ano passado, já vínhamos fazendo alguns levantamentos e estudos para compreender o funcionamento do sistema prisional, a dinâmica das prisões, e fizemos alguns levantamentos que, na realidade, sob

determinado aspecto, corroboram os relatórios e essas afirmativas anteriores e, em outras vezes, contradizem, mas fato é que, na maior unidade do sistema prisional do Estado de Goiás, na Casa de Prisão Provisória, que fica em Aparecida de Goiânia, uma cidade próxima a Goiânia, no ano de 2014, foram incluídas 5.919 pessoas.

Então, 5.919 presos provisórios foram remetidos para a Casa de Prisão Provisória. Nesse mesmo ano de 2014, dessas 5.919 pessoas, 3.609 saíram. Então, entraram e saíram no mesmo ano, com um percentual de 60%. Dessas que saíram – e essas pessoas foram presas por roubo, tráfico, furto, homicídio, receptação, lesão corporal, ameaça, estelionato, crimes sexuais, formação de quadrilha e por porte e posse ilegal de arma, entre outros crimes –, da data de entrada à data de saída da Casa de Prisão Provisória e eu tenho aqui a relação de todas essas pessoas com as suas iniciais e os seus prontuários, na média, essas pessoas permaneceram neste local por 41 dias.

Esse foi o tempo de permanência das pessoas presas por todos esses crimes, a meu ver, graves, que a população clama por um combate cada vez mais eficaz. Essas pessoas, então, permaneceram ali, presas, por 41 dias.

Bem, confesso que, quando fiz esses levantamentos, a nossa intenção, de certa forma, era levar a um debate público que pudesse forçar as pessoas presas por esses crimes a ficarem mais tempo presas, porque, partindo do pressuposto de que cerca de 70% das pessoas já tinham sido presas anteriormente pela polícia ou voltam a reiterar a sua conduta criminal, seria, a meu ver, importante que quanto mais tempo elas ficassem presas, menos crimes teríamos reiterados. Isso impactaria positivamente na redução das nossas taxas.

Ocorre que, na realidade, esse estudo serviu para me levar à convicção de que enviar alguém à Casa de Prisão Provisória por esses crimes, para ali permanecer, em média, por apenas 41 dias, não presta a nada, não servem para nada esses 41 dias, porque, na prática, não se faz com que essa pessoa efetivamente possa sentir-se punida e não se gera nos demais a sensação de que não se deve praticar crimes porque também serão punidos. E a rigor, 41 dias são praticamente nada em relação ao montante de um ano, para impedir que essa pessoa volte a praticar crimes no seu dia a dia.

Assim, aquele estudo que, de início, se prestava a tentar justificar e levar à discussão de um encarceramento maior está servindo hoje para que possamos corroborar e ratificar as boas iniciativas que vimos da implantação da audiência de custódia no Estado de São Paulo e no Estado do Espírito Santo, cujos dados apontam para uma soltura, durante a audiência de custódia, de mais de 50%.

Então, possivelmente, se tivéssemos audiência de custódia no Estado de Goiás, ou em Goiânia, de 5.900 pessoas que encaminhamos para ficar, em média, 41 dias, a metade dessas pessoas sequer teriam ingressado no sistema prisional.

Aqui, começamos a dar fluidez ao sistema e, a meu ver, diminuir o encarceramento desnecessário no nosso País, que vai se resolver não pela porta de saída, mas pela porta de entrada. Cheguei a fazer o cálculo matemático – e tenho estes dados: em 2013, na Casa de Prisão Provisória, encerramos o ano com 1.800 presos, e entraram 5.900; e o nosso saldo, no final de 2014, era de 2.200.

Precisou entrar 5.900, para termos um acréscimo de 400 presos no saldo final. Ora, se reduzirmos o fluxo à metade e começássemos com 1.800, com mais 2.950, terminaríamos o ano com 1.350, ou seja, teríamos 500 presos a menos na Casa de Prisão Provisória da Capital, Goiânia.

Então, penso que existem diversas outras iniciativas, diversos outros esforços e ações, para que eventualmente as progressões de regime sejam mais céleres, para que os processos sejam apreciados o mais rapidamente possível, para que as centrais de penas alternativas sejam implementadas e tenham efetividade, mas penso eu que, de fato, aquilo que efetivamente reduzirá a taxa de encarceramento serão as audiências de custódia, ou medidas que permitam a apreciação pronta, por parte do Poder Judiciário, da aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão.

Aí, temos tido, também no Estado de Goiás, uma experiência, a meu ver, muito exitosa com o uso de tornozeleiras eletrônicas. Hoje, temos em torno de 1.400 presos, que não fossem as tornozeleiras eletrônicas, também estariam nas unidades prisionais, e que possuem um percentual de rompimento ou de descumprimento da zona de inclusão determinada pelo Poder Judiciário de menos de 1%. Não chega a 1% o rompimento das tornozeleiras eletrônicas.

(Soa a campainha.)

O SR. JOAQUIM MESQUITA – Parece-me que se casa muito bem com as audiência de custódia o uso de tornozeleiras ou medidas, como estamos denominando no meu Estado, de centrais de alternativa à prisão, em que, diante dessa situação de provisoriedade, o magistrado pudesse determinar a colocação de tornozeleira e a fixação de uma prisão domiciliar ou de, eventualmente, uma autorização de um local de trabalho, frequentar uma igreja ou um centro de ressocialização, enfim, tantas outras alternativas que permitissem efetiva ressocia-

lização daquele preso, daquele cidadão, com a utilização da estruturação estatal e dos programas sociais e de Governo, independente da sua manutenção no sistema prisional.

Penso que seria apenas essa contribuição que queria trazer a este debate, destacando que o endosso das positivas iniciativas de implantação de audiências de custódia, que, em muitos lugares, enfrentam resistências corporativas muito grandes e, para sua implementação, precisará ter uma pressão muito forte de estruturas, como o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, o próprio Senado Federal e o Congresso Nacional, para que tenhamos condições de disseminar o seu uso em todo o nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O Dr. Renato tem compromisso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Então, vai sair e não vai dar.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO (*Fora do microfone*.) – Vou pedir desculpas aos meus colegas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Certo. Vou passar a palavra à Drª Andrea Schneider, Presidente do Movimento Paz Novo Hamburgo.

A SRª ANDREA SCHNEIDER – Bom dia à Senadora Regina Sousa, ao Senador Donizeti Nogueira. Ao cumprimentá-los, estendo os cumprimentos aos demais componentes da Mesa, senhoras e senhores aqui presentes.

Eu represento o Movimento Paz Novo Hamburgo, composto por 42 entidades civis, dos mais variados segmentos da sociedade, entre eles a Universidade Feevale.

Vivemos num contexto, numa cidade do Rio Grande do Sul, com uma média de 36 assassinatos a cada 100.000 habitantes, num Estado onde o presídio central é um dos piores, onde existe um presídio semiaberto cujo controle é das facções criminosas.

Vivemos numa cidade onde nos deparamos com uma média de 35 fugas por mês, em que os presos pulam o muro; eles saiam para trabalhar com autorização do Estado e não retornavam ao sistema. A média do Rio Grande do Sul é de 60% de fuga do sistema penitenciário no sistema semiaberto. Uma média de 60% dos crimes da cidade de Novo Hamburgo são cometidos por detentos do regime semiaberto.

Então, a cidade se preocupou e verificou a total falência do sistema na nossa região e ausência do Estado, para buscar o enfrentamento dessa realidade, não no que tange apenas ao cumprimento da pena, mas à segurança pública. Hoje, é importante que possamos vir aqui contribuir com uma visão da sociedade.

Gostaria de trazer, num primeiro momento, justamente essa questão do sistema penitenciário, porque, hoje, muito se tem vinculado o sistema penitenciário à incapacidade de atender às necessidades básicas do apenado e, quiçá, promover mudanças positivas na conduta dele, para que ele saia de uma forma diferente de dentro do presídio.

Mas é importante que a gente volte um pouquinho e retome o porquê de esse sistema penitenciário existir. Ele não foi formado sem um objetivo.

O homem é um ser que vive em sociedade e, para as suas relações, foram estipuladas normas de conduta. E o sistema, o Brasil, assim como outros países, buscou, através da pena, punir, retirar da sociedade – e talvez outras alternativas também – e fazer com que aquele sujeito que descumpriu aquela norma tenha uma consequência.

A pena, então, vem do latim. Ela pode ser considerada como *poena*, como punição, ou como *pondus*, um peso naquela balança da Justiça, para equilibrar, novamente, a situação.

Mas a nossa pena é fixada em três pilares e, às vezes, a gente esquece alguns deles. O primeiro pilar é a punição, é a retribuição para aquela ação que o sujeito cometeu. O segundo é evitar repetição desse desvio de conduta. E o terceiro, sim, é a reeducação: buscar, através da pena, essa reeducação, mais conhecida como ressocialização.

E eu trago aqui o art. 3º do Decreto nº 6.049, de 2007, que regula o Sistema Penitenciário Federal e diz que "o objetivo dos estabelecimentos penais é promover a execução administrativa das medidas restritivas de liberdade dos presos, cuja inclusão se justifique no interesse da segurança pública, ou no interesse do próprio preso."

Esse artigo reforça que o primeiro objetivo é manter ou retornar a segurança pública. E, daí, nós encontramos um primeiro aspecto, porque o sistema, hoje, não garante a segurança pública nem dos que estão do lado de fora nem dos que estão do lado de dentro do sistema.

Do lado da pena, nós verificamos um cumprimento da pena num período muito curto. Hoje, o apenado fica, no máximo, no regime fechado, um sexto; para crimes hediondos, dois quintos. Após esse período, ele já volta às ruas, por um regime semiaberto, que foi proposto, no início, para ser dentro de colônias penais agrícolas, onde, lá dentro, ele cumpriria, então, o trabalho e teria uma semiliberdade dentro desses estabelecimentos.

Como não há, praticamente, no País, estabelecimentos como esse, hoje os apenados do semiaberto cumprem pena igual aos do aberto. Ou seja, eles saem para trabalhar e retornam somente à noite.

Então, o semiaberto apresenta todos esses problemas que eu citei anteriormente, de fugas, de crimes realizados em períodos em que eles deveriam estar trabalhando – pela falta de fiscalização, esse também é um dos problemas –, mas o principal que a gente enfrenta é o domínio que as facções criminosas exercem sobre os detentos, sejam daqueles que entram pelo regime fechado, sejam aqueles que ingressam diretamente no regime semiaberto, porque o semiaberto passou a ser um braço externo das facções criminosas que estão no fechado.

Nesse apanhado, a gente pode tirar duas conclusões: essa sensação de impunidade, de um lado, da sociedade, que não vê essa medida como uma medida que impede que o apenado cometa novos crime; e, de outro, uma sensação de impunidade para o próprio preso, que se vê como um sujeito livre a partir do momento em que vai para esse regime. Relatos de diretores de presídios nos passam que, quando o preso vai para o semiaberto ou para o aberto, ele já não se considera mais um ser em encarceramento, porque ele já está mais do lado de fora do que do de dentro. E aí, então, há um desafio, que é discutir a questão do cumprimento da pena.

No Rio Grande do Sul, nós temos debatido muito, junto com o Tribunal de Justiça, com os Deputados Federais eleitos pelo Rio Grande do Sul, uma alternativa de extinguir o regime semiaberto e aberto, passando um período maior no regime fechado e indo direto, depois, para o livramento condicional.

Bom, voltando à questão, então, do preso. Falamos um pouquinho da visão da sociedade, do lado de fora, e também se fala dessa questão do preso, do lado de dentro. E, aí, a gente coloca o preso num ambiente com ausência total do Estado, que, em vez de ser aquele que deveria reeducar e dar as condições mínimas, não faz o que deveria fazer e faz o que não deveria fazer, que é jogar o preso aos cuidados de líderes de facções criminosas.

Essa é a nossa realidade do País infelizmente, em que o preso precisa escolher quem será o seu cuidador, dentro de um presídio fechado ou dentro de um presídio semiaberto, porque o Estado não tem condições de garantir a segurança dessa pessoa dentro da penitenciária. A partir desse momento, ele passa a integrar alguma facção criminosa, porque ele precisa de segurança dentro do presídio. E, quando ele sai do presídio, ele precisa pagar essa conta para essa facção criminosa.

Então, o Estado não está apenas separando essa pessoa da sociedade, mas jogando esse apenado no colo das facções, e acaba se criando um ciclo da criminalidade em que essas pessoas, nem que queiram, conseguem se reeducar, ressocializar-se, porque não têm essa condição, por esse empoderamento.

O Estado não está presente para ditar normas, quem dita as normas são as facções criminosas; o Estado não consegue atender às condições assistenciais, quem faz isso são as facções criminosas. Hoje, as facções têm cantinas, elas produzem uma série de serviços a que o Estado não consegue atender, e esse apenado fica à mercê dessas condições.

E essa ausência do Estado – e a gente nota – se justifica não é só pela questão da falta de investimento. Muitos Estados justificam assim para não investir no sistema penitenciário. É muito mais por uma questão cultural não só da sociedade, mas vinda do próprio Estado. Quando o Estado não investe no sistema penitenciário, e não investe na ressocialização, e não investe em estruturas capazes de garantir tudo aquilo que a pena prevê nos seus requisitos anteriores, ele está dizendo que isso não é importante – a sociedade tem essa leitura.

Por isso a gente encontra muitas pessoas da sociedade que consideram que os presos são lixo; que os presos têm que estar mortos; que os presos têm que estar bem longe da minha casa.

(Soa a campainha.)

A SRª ANDREA SCHNEIDER – Isso acontece porque é o Estado que passa essa mensagem de que o sistema penitenciário não é importante.

Então, o primeiro aspecto que nós temos que considerar, dentro dessa situação, é que o Estado precisa se reeducar e entender que esse sistema penitenciário e o sistema que acaba inserindo diretamente os indicadores da segurança pública são importantes, sim, e precisam ser analisados em dois momentos: na prevenção, para evitar que essas pessoas tenham um desvio de conduta e caiam no cárcere, e aí a gente pode falar de diversas políticas; e naquele momento em que ele está dentro do cárcere, quando o Estado precisa urgentemente retomar o controle do sistema penitenciário no País.

Dentro desse aspecto, temos o Decreto nº 6.877, de 2009, que prevê a inclusão de líderes de facções dos Estados em estabelecimentos federais, para serem atendidos por regime disciplinar diferenciado, em que se retira essa pessoa do local em que ela tem influência e poder, e é levada, então, para a penitenciária federal, onde terá todos esses cuidados de uma forma diferenciada, como o Dr. Renato antes nos passou, inclusive com taxa zero de corrupção, de celulares.

E a gente percebe que, no presídio isso, quem não tem é que está na anormalidade. Hoje, seja por conta desse empoderamento das facções, ou pela própria corrupção, há mais liberdade dentro dos presídios, com celulares, prostitutas, drogas, armas, do que fora dos presídios entre muitas pessoas de bem, com famílias, que vivem trancadas em suas casas.

Então, a gente traz aqui algumas sugestões, entre elas, a de uma legislação que pode ser abordada para fazer com que as cidades e os Municípios obriguem-se a ter estabelecimentos prisionais com número mínimo de habitantes, 80 mil habitantes, 100 mil habitantes. Hoje, em Novo Hamburgo, nós temos 240 mil habitantes e há um presídio com o dobro da sua capacidade, sendo somente 25% dos presidiários de Novo Hamburgo. E os outros Municípios que têm lá seus apenados não contribuem nem financeiramente para a manutenção, nem com projetos para dentro do estabelecimento, e sequer possuem um acompanhamento dessa pessoa, para depois retornar para a sua cidade.

Então, é importante que o Estado mostre que o sistema é importante, que ele invista nesse sistema e que ele comece a dialogar com os Municípios, para que os Municípios compreendam que o não são só responsáveis por aquelas pessoas que trazem bônus para dentro da sociedade, aqueles que geram lucro, aqueles que contribuem financeiramente com a administração, mas o Município também é responsável por aqueles seres que trazem o ônus para o Município. E é importante que o Governo Federal dialogue, então, com o Governo do Estado e com os Municípios.

Parcerias público-privadas. Hoje, a gente verifica que somente pelo sistema público, as cadeias estão superlotadas, sem estruturas, enfim. Então, seria mais uma oportunidade que a gente lança também para que se inicie um debate.

A outra situação é realmente essa maior atenção com presos provisórios, porque a gente verifica que realmente têm tomado o número do cárcere elevado e que se poderia pensar em algumas alternativas para diminuir esse número, mas não deixar de encarcerar aqueles condenados com penas que necessitam ser retirados da sociedade, para evitar que cometam novos crimes.

Então, gostaria de terminar minha fala, dizendo que a sociedade espera um retorno. Hoje, o País é um dos países mais violentos do mundo: 11% dos assassinatos do mundo são do Brasil. A cada 100 assassinatos que acontecem no mundo, 13 são no Brasil.

E essa violência, que antes era isolada em vilas, em vilarejos, em bairros, hoje já chegou a todas as pessoas. Hoje ninguém mais, independentemente de classe, de idade, enfim, consegue fugir da violência. E é sob esse enfoque que nós não podemos nos esquecer de tratar o sistema penitenciário, não criando medidas apenas para resolver um problema de superlotação de presídios...

(Soa a campainha.)

A SRª ANDREA SCHNEIDER – ... porque é mais fácil esvaziar os presídios do que enfrentar um problema de segurança pública.

Então, gostaria de deixar essa minha conclusão, dizendo que nós compreendemos todas as dificuldades, mas a sociedade – e eu falo como sociedade do Rio Grande do Sul, mas já influenciando outras sociedades do País afora – já compreendeu que ela precisa estar junto nesse processo. A sociedade está começando a compreender que ela precisa fazer a sua parte. E foi isso que nós fizemos lá em Novo Hamburgo.

O Movimento Paz Novo Hamburgo instalou, junto com a Câmara de Vereadores e a Prefeitura, um sistema de videomonitoramento no presídio. O que antes, em 18 meses, tínhamos 644 fugas pelo muro, hoje, tivemos, em 80 dias, apenas duas fugas de presos que foram recapturados, resgatados por outros presos da PASC, trocaram tiros com a Brigada Militar em cinco viaturas, fizeram uma revenda de refém. Então, foi nessas circunstâncias que esses dois conseguiram fugir.

Hoje, o Paz Novo Hamburgo conseguiu dialogar com a Brigada Militar, a Polícia Civil, a Susep e a Guarda Municipal, e essas entidades em conjunto estão fazendo a fiscalização do trabalho externo. Na primeira fiscalização, sete detentos não foram encontrados no local de trabalho. Antes não acontecia nada, mas, a partir dessa comissão, todos esses sete detentos regrediram de regime para o fechado. E os sete empregadores que abonaram falsamente a presença desses detentos estão respondendo a processo criminal, porque isto é mais um problema do nosso sistema: muitas facções criminosas montando empresas para dar cartas de emprego a seus parceiros, nessa expectativa utópica de que eles estão trabalhando, quando eles estão vinculados às facções criminosas.

Também conseguimos trazer uma estrutura melhor para os agentes penitenciários. Agora, estamos providenciando uma construção de alojamento para os agentes penitenciários, porque eles vêm dos concursos e não têm onde morar, não têm mecanismos para se estruturar na cidade. Então, atividades como essa e tantas outras, como colocar estagiários em delegacias de polícia, porque os policiais estão hoje colocando capas em

inquéritos, não podem mais utilizar o seu tempo para fazer aquilo para que realmente eles foram preparados, fazer as investigações, as prisões, porque, em todos os locais, há falta de efetivo. Então, nós providenciamos isso também e, em parceria com a universidade, estamos fazendo um convênio, para levar esses estagiários universitários para dentro das delegacias para contribuir.

Fizemos uma campanha do Disque-Denúncia com telefones da Brigada Militar e da Polícia Civil, para que a comunidade participe com informações. A matéria-prima da polícia é a informação. Então, a comunidade precisa entender que ela tem a informação e ela precisa compartilhar sem medo de ser atingida de alguma maneira.

Então, o Paz Novo Hamburgo é isto: tem procurado unificar, aproximar a comunidade de todos esses setores da segurança pública, mas realmente a mudança efetiva e não só o apagar do fogo se dá com políticas públicas que interligam vários setores e também com uma vontade política de, de fato, enfrentar essa questão da violência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Drª Andrea.

Agora, vamos encerrar esta mesa com o Dr. Antônio Pereira Duarte, do Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – Meu cordial bom dia a todos.

Eu queria saudar a todos nas pessoas do Senador Donizeti Nogueira e Senadora Regina Sousa, dois destacados quadros desta Câmara Alta da República. E queria também destacar os cumprimentos a todos os colegas que compõem a Mesa, cumprimentando-os sobretudo pelas explanações objetivas, claras, precisas, que lançam luzes muito preciosas sobre esse tema sensível que certamente incomoda a todos nós que temos a preocupação com o bem-estar da coletividade brasileira.

Quero registrar aos eminentes Senadores Donizeti Nogueira e Regina Sousa que, na impossibilidade de o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Procurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros, se fazer presente nesta importante reunião pública, ele designou a mim, conselheiro nacional, representante do Ministério Público Militar naquela instituição, para que aqui primeiramente pudesse saudar e elogiar a iniciativa desta audiência pública que conclama todos nós a fazer as melhores reflexões em torno do problema do sistema prisional.

Gostaria de cumprimentar todos os presentes, especialmente o colega Soel Arpini, membro auxiliar da instituição, e colega Alexandre, representante da OAB também aqui presente, e dizer que, desde que o Presidente Rodrigo Janot assumiu o CNMP, ele se preocupou muito com a questão do sistema prisional, tanto assim é verdade que, como integrante da Comissão do Sistema Prisional, Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial, ele designou aquela comissão para que pudesse desenvolver estudos voltados sobretudo para identificar os problemas.

Identificados os problemas através de diversas e constantes visitas, especialmente às penitenciárias mais problemáticas – Pedrinhas; Porto Alegre, já referida aqui pelo Senador Paulo Paim; Urso Branco, em Rondônia; Bangu, no Rio de Janeiro; e diversas outras –, identificados os problemas, houve uma preocupação do Conselho Nacional do Ministério Público, por parte da Presidência e de demais conselheiros, de que o CNMP não podia apenas fazer parte dos problemas; tinha que buscar também a solução. Porque muito fácil é apontar os problemas, e eles já foram apontados há muito tempo. Há, de fato, profundas vulnerabilidades aqui tão bem expressadas pelos colegas que me antecederam em suas abordagens; há, de fato, situações que precisam ser melhoradas, corrigidas.

Nesse sentido, percebendo o descrédito em que hoje o nosso sistema penitenciário está, como se diz, demonstrado no cenário nacional, um descrédito que gera, na sociedade, uma desconfiança, uma insegurança, uma instabilidade, percebendo também que o modelo punitivo de apenas encarcerar, como ressaltado, não resolve, mas aumenta, incha o sistema e incrementa muito problema, houve no âmbito do CNMP a percepção clara de que era preciso haver uma coalizão institucional.

Era preciso que nós uníssemos forças com outras instâncias de controle, com outras entidades, com outras instituições para que, assim, pudéssemos, irmanando esforços, buscar soluções. Sair apenas da discussão pura e simples, para evidenciar os problemas, mas tentando alcançar soluções.

Nesse sentido, o CNMP teve esse protagonismo de chamar para dentro da instituição diversas e importantes outras instituições, destacadamente o CNJ, o Conselho Nacional de Defensores Gerais, a OAB, o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Secretários de Estados de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária. E, a partir, daí, se formaram grupos de estudos, se organizaram *workshops* para debater o problema e, sobretudo, procurar soluções.

Em vista disso e após exaustivos debates, debates que se iniciaram em 29 de janeiro de 2014, nós chegamos, portanto, à criação de uma cartilha chamada Programa Segurança sem Violência. Esse programa parte

de algumas diretrizes básicas para que, a partir delas, pudéssemos fixar soluções de curto, médio e longo prazos para o sistema prisional.

Eu gostaria de ler rapidamente, da cartilha, essas oito diretrizes que, quero crer, vai ao encontro de tudo o que foi tão bem exposto aqui pelos colegas anteriores.

> 1) Assistência jurídica aos réus provisórios ou definitivos. Agilização da tramitação dos processos penais com réus presos, provisórios ou definitivos;
> 2) Mecanismos de reintegração social das pessoas privadas de liberdades e egressos. Mobilização da sociedade civil na ressocialização dos presos;
> 3) Aprimoramento da gestão pública do sistema prisional, bem como treinamento dos agentes penitenciários;
> 4) Construção e melhoria das condições carcerárias;
> 5) Incentivos fiscais ou compensações a entes federados onde será localizado o estabelecimento penal;
> 6) Implementação de medidas alternativas à privação de liberdade;
> 7) Alterações legislativas, e
> 8) Criação da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal (Enasep).

Dentro dessa perspectiva, os parâmetros de tempo seriam os seguintes: curto prazo: de zero a seis meses; médio prazo: de seis meses a um ano e meio; e, longo prazo: acima de um ano e meio.

Essas de longo prazo, normalmente, são relacionadas à construção de penitenciárias que possam gerar acomodações mais condignas àqueles que eventualmente tenham que ali reparar o mal causado à sociedade com a prática delituosa.

Mas há um sem-número de iniciativas de curto prazo e nós vamos destacar algumas rapidamente para que todos possam dimensionar a importância desse programa Segurança sem Violência.

Podemos, primeiramente, fazer referência à realização de mutirão carcerário conjunto, para verificação da situação processual de presos provisórios, presos definitivos, pessoas em medidas de segurança ou em situação de vulnerabilidade, porque, com essas medidas, já há certamente respostas muito importantes, sobretudo para ajustar situações que estejam ali irregulares de presos que já até cumpriram pena, de presos que podem deixar o sistema carcerário por alguma iniciativa.

Portanto, unindo forças com Judiciário e Defensoria Pública, penso eu que certamente isso tende a avançar com medidas de curto prazo. Além do que se pretende, como meta prioritária, instalar, nos doze Estados em que já opera o InfoPen, estabelecer a interoperabilidade com os demais, implementando mecanismos ágeis e fáceis para permitir o acesso da pessoa presa à Justiça, que é algo que, Srs. Senadores, foi muito...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – ...destacado nas visitas que fizemos. Obviamente que, nessas visitas, também ouvimos os custodiados, os reclusos, e grande parte se queixa exatamente da ausência das instituições no sentido dar uma resposta pronta.

Além dessas medidas, também há incentivo, como medida de curto prazo, ao programa Começar de Novo e Núcleo de Amparo e Apoio aos Sentenciados e Egressos.

Também podemos destacar, como medidas de médio prazo, a implantação das cooperativas sociais de trabalho, a partir de modelo ainda a ser definido; o fortalecimento dos conselhos comunitários, dos conselhos penitenciários, dos patronatos, das ouvidorias e corregedorias, tudo no afã de dar voz àquele que, de certa forma, termina sendo esquecido no sistema. Até porque, por ter incomodado a convivência social ordenada, termina havendo, por parte da sociedade – esse é um sentimento que partilhamos com todos – uma certa despreocupação social em relação àquele indivíduo, imaginando que o Estado é que tem que se responsabilizar única e exclusivamente, não se preocupando com o retorno dele à convivência social. E é muito em função disso que precisamos inclusive melhorar a condição de ressocialização, de reinserção daquele recluso, para que ele possa voltar melhorado, muito mais capacitado.

Em função disso é que também, como medida de curto prazo, propusemos, através desse programa – digo nós, o CNMP – ampliar o acesso à capacitação profissional por meio do Pronatec e, com isso, ter o apoio do Depen, aqui já representado pelo Dr. Renato, que tratou diversas questões importantes. Além disso, criação de programa de tratamento de drogadição, com política de redução de danos para usuários de droga e álcool, fomento à construção e ampliação de galpões de trabalho.

Estive, por exemplo, no Espírito Santo e fiquei muito feliz de ver a penitenciária feminina, onde há um trabalho sério, que acho efetivo. Venho de um Estado, que é Minas Gerais, onde as APACs têm feito uma par-

ceria importante com o Estado, têm ajudado a recuperar preso. Todas essas boas iniciativas têm que ser extremamente incentivadas.

Queria – até porque o tempo é bastante escasso – destacar também que, não apenas nesse sentido de propor medidas variadas de curto, médio e longo prazo, mas também temos dialogado com o Congresso Nacional. E esta Casa aqui tem sido parceira constante e permanente do Conselho Nacional do Ministério Público, nos ouvindo, chamando-nos para debater e, nesse sentido, todas essas medidas, aliás, terminam desaguando nesse cenário, onde, de fato, aqui são produzidas as normas, são provocadas as iniciativas de reflexão crítica. Nesse sentido, também chamamos a atenção para o próprio projeto de lei que está sendo proposto pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, que também uniu esforços com o CNMP nessa iniciativa, para que se possa alterar o art. 310, do CPP, prevendo que o juiz ao deparar com o auto de prisão em flagrante ou com o pedido de prisão preventiva deverá, primeiramente, fundamentar o porquê de não aplicar ao caso as medidas cautelares previstas no art. 319, como o uso de tornozeleira eletrônica, prisão domiciliar, a suspensão de direitos ou a restrição de locomoção dentre outros.

Na verdade, aqui já temos a festejada iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares em torno da audiência de custódia, que também já foi referida pelo nosso Secretário de Segurança lá em Goiás, que, de fato, demonstra que está se avançando. O importante é ver que, nesse cenário praticamente dantesco, nesse desenho que nos causa aflição permanente, as instâncias de controle não estão se isolando, as instâncias de controle estão vendo que precisam, à semelhança do que nos recomenda Carlos Drummond de Andrade, dar as mãos para caminhar juntos, e, assim, nós podermos perspectivar cenários muito mais promissores no sentido de nós tentarmos reparar o problema, que não é só um problema brasileiro, é um problema mundial: onde você vai realmente colocar os seres humanos...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE – ... que tenham praticado, nesse percurso de suas falibilidades, uma prática delituosa e que precisamente, por isso mesmo, responder pelas práticas ilícitas, mas nem por isso devem ser abandonadas à própria sorte, até porque eles voltarão a conviver com a sociedade. Nós precisamos, nesse sentido, tentar apoiá-lo, tentar não tutelá-los, sobretudo, porque são seres humanos que fizeram as suas escolhas, têm competência para poder, com seu livre-arbítrio, identificar quais os caminhos que deverão tomar, mas o Estado tem que atuar nesse sentido, até para que depois não se evidencie aquele instituto que hoje tem sido defendido por muitos penalistas, que é o princípio da coculpabilidade, ou seja, o Estado se corresponsabilizando por aquela prática delituosa de uma maneira, porque relegou o indivíduo a uma marginalidade.

Então é preciso que o Estado tenha consciência do apoio, e aqui nós vimos diversas manifestações sobre medidas inclusivas, e, nesse sentido, felizmente eu estou realmente com uma sensação de satisfação, Srs. Senadores e demais presentes, de que o CNMP felizmente tem tido essa preocupação de discutir com os movimentos sociais, discutir a questão da inclusão social, das reservas de vagas nos concursos públicos, da questão das drogas, da questão dos movimentos relacionados à proteção indígena, à população negra, enfim, a inclusão de gênero, todos esses temas, que são fundamentais, devem ser discutidos, devem ser pautas constantes de todas as instituições que se preocupam com a melhoria do Brasil.

Nesse sentido, eu queria até dizer que, no último dia 10 de junho, em relação ao sistema prisional, nós conseguimos implementar uma das medidas da Enasep, que é justamente o sistema que visa a humanizar a execução penal, e lançamos aqui a identidade cidadã no sistema prisional. O que objetiva esse passo dado por essa Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal? Visa, sobretudo, a fornecer documentação civil básica àquele egresso do sistema prisional. A população carcerária já perde o seu *status libertatis*, o que é algo inimaginável, impensável para todos nós, seres humanos, que não nascemos para ficar presos obviamente, mas, se essa é a opção, é o modelo que o Estado criou para separar a população dos seres humanos que, infelizmente, nos percursos das suas vidas, praticam os delitos, nós temos que tentar resgatá-los de forma condigna, portanto, eles têm que sair com documentação para poder se inserir no mercado de trabalho, para ter as oportunidades da forma mais clara possível. É nesse sentido que nós estamos tentando avançar nas discussões, conversar com todas instâncias, com a OAB, com o Ministério da Justiça, com os secretários de segurança pública, com o Congresso Nacional, para que assim, unindo esforços, nós possamos guardar em nós um pouco de esperança quanto ao futuro e trazer talvez aqui, Srs. Senadores, numa audiência pública, permitam-me apenas trazer um pouquinho da esperança mineira, retratada na obra grandiosa, de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, quando, num diálogo de Riobaldo com Diadorim, ele retrata muito claramente, ao dizer a Mire veja, o mais importante de tudo, o mais belo é isto: o ser humano não está acabado; está em permanente construção. Então, que nós possamos unir esforços.

E, aqui, posso trazer a palavra do Presidente do CNMP no sentido de que o CNMP estará sempre aberto a todas essas belíssimas iniciativas, pronto para o debate, para a discussão e para também recebê-los lá, como cidadãos brasileiros, para nós caminharmos juntos na construção deste grande País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Passamos para a segunda Mesa.

Como há convidados, deixaremos para debater conjuntamente depois.

Convidamos os que concluíram agora a tomarem assento no plenário.

Antes de passar a Presidência ao Senador Donizeti, eu queria fazer a leitura da participação popular, através do e-Cidadania, que expressa muito o sentimento da sociedade.

Temos alguém bem radical que diz que preso não tem de sair da provisória, nem ter visita íntima, nem ter indultos; que tem de trabalhar para indenizar o mal que fez à família que foi prejudicada, como a Isabel Cristina.

Temos a Anna Flávia, que eu considero mais como uma sugestão, perguntando quando a produção intelectual dos presos será considerada para efeito do abatimento da pena. Repito: eu a considero uma sugestão. Ela critica as instalações dos presídios.

O Alexandre segue a mesma linha da Isabel de se endurecer mais com os presos.

O Chico Correa fala de não termos trazido um representante dos sindicatos. Essa é uma falha nossa. Nós temos de reconhecer. As pessoas que trabalham nos presídios poderiam estar aqui também. Falhamos nisso.

Há outro cidadão, o Leonardo, que fala da questão da educação básica do presidiário, que é de baixo índice. Então, tem que incluir a questão da educação básica nos presídios.

Passo a Presidência para que o Senador Donizeti possa conduzir a segunda Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom, tendo em vista tudo o que nós ouvimos aqui até o momento, mostra-nos que essa é uma pauta que está difundida nos diversos setores da sociedade. O que nos faz acreditar que possamos ser duros, mas que não percamos a ternura. Nesse aspecto, fica, para mim, nesta manhã, que o Estado Brasileiro é duro e não é terno. Ao ser duro, ele recebe uma resposta dura e quem paga é a sociedade.

Mas vamos para a nossa segunda Mesa.

Quero convidar o Pe. Valdir João Silveira, para vir fazer parte da Mesa conosco. Ele é o Coordenador Nacional Pastoral Carcerária da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a Secretária de Defesa e Proteção Social do Estado do Tocantins, Gleide Braga Ribeiro; Alexandre Vieira Queiroz, membro da Coordenação de Acompanhamento Carcerário do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Antonio Soares Lima, Secretário Adjunto de Estado da Justiça e Cidadania, de Santa Catarina; Leonardo Melo Moreira, Defensor Público do Distrito Federal e Diretor da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep).

Composta a nossa Mesa, informo que esta audiência pública tem como signatários a Senadora Regina e eu, decorrente do fato de termos apresentado o mesmo requerimento. Portanto, nós reunimos em uma mesma audiência.

Em nome do Senado Federal, da Presidência da Comissão de Direitos Humanos, desde já queremos agradecer a presença de todos aqui, nesta manhã, para debater o sistema penitenciário brasileiro, que está decrépito, injusto, ineficiente e desumano.

Quem sabe, a partir do debate desta manhã, em que foi colocado tudo o que a sociedade vem acumulando, possamos inspirar saídas, como as que já foram colocadas aqui hoje, para solucionar este problema num curto espaço de tempo; não pode ser nada de longo.

Parece-me que os números não falham e nos orientam para a conclusão de que com tudo o que foi colocado aqui e com tudo o que discutimos não precisamos das grandes construções de longo prazo ou dos grandes presídios, construções mais dificultosas, mais caras, para resolver o problema penitenciário hoje no Brasil.

Se dermos a mão a esses 41% e mais àqueles que provavelmente já cumpriram a pena e poderiam estar no regime semiaberto ou até em liberdade, e com construções mais baratas, do tipo fazendas produtivas ou pequenas indústrias para produção que levassem as pessoas a darem retorno à sociedade e não só despesas – e isso seria feito com estruturas mais baratas e mais ágeis –, talvez resolvêssemos esse problema em curto prazo. Mas somos tentados às grandes obras, a continuar reprimindo de forma violenta.

A máxima de que violência gera violência é verdadeira, está aí. Assim, se nós tratamos as pessoas dentro do cárcere não como pessoas, mas as tratamos desumanamente, como animais, que é o que temos visto nos presídios brasileiros, elas vão sair de lá com o coração cheio de vingança, de ódio, com sede de vingança e vão reagir contra essa sociedade que as puniu. Elas podem até entender que mereciam a pena, mas que também mereciam cumpri-la num regime que as respeitasse como pessoas, como seres humanos. E como esse regime não as respeita, elas voltam para a sociedade como pessoas muito piores do que quando entraram.

Vamos ouvir agora o Pe. Valdir João Silveira, Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Padre, aqui, daremos dez minutos inicialmente. Após esse tempo, a primeira sineta tocará. Depois daremos mais cinco minutos.

Com a palavra o Pe. Valdir.

O SR. PE. VALDIR JOÃO SILVEIRA – Senador Donizeti, Senadora Regina e demais membros da Mesa, realmente me preparei para mais tempo, mas vou tentar resumir bastante.

Fico contente porque algumas pessoas que me antecederam já passaram alguns dados e informações que eu iria citar neste momento.

Quero começar com uma pergunta: por que se prende tanto no Brasil? Por que cada vez são prisões mais duras e mais violentas? Por que nos últimos anos a resposta à violência tem gerado mais prisões e com mais endurecimento? O resultado vou citar aqui no mapa das mortes.

Assim, quanto mais se prende, quanto mais se aumenta a pena e com mais dureza, mais aumenta a criminalidade no País, e assustadoramente. Então, vou citar alguns pontos e não vai dar tempo de citar todos.

Quero dizer que a Pastoral Carcerária tem mais ou menos seis mil pessoas que, semanalmente, entram nos presídios do Brasil. Na realidade, entramos no cárcere. E essa nossa visita aos cárceres do Brasil em geral, Senador – e gostei muito das suas palavras, porque V. Exª já antecipou algumas falas minhas...

Presídio tem alguma finalidade de ressocializar, reintegrar. Pois, então, senhoras e senhores, convido-os a entrar no presídio, passar uns dias e verificar se isso acontece em algum Estado do Brasil. As respostas dadas pelos Governos, e, aqui, desculpe-me, falo dos Governos Federal e Estaduais, todos os partidos trabalham da mesma forma com o preso, igualmente: prisões duras, mais lentas e o resultado mais violência em todos os Estados do Brasil. As respostas até agora dadas para a questão da violência têm sido altamente equivocadas e de retorno de violência maior à sociedade brasileira. Os dados estão aí para comprovar isso que estou falando. É assustador o número de aumento da violência a partir da violência.

Por exemplo, em 2001, tivemos, em São Paulo, a chamada grande rebelião. Em 2002, criou-se o RDD, aquele isolamento para as pessoas líderes de facções, líderes do crime para unidades especiais. Depois disso, tornou-se lei nacional, em 2015, que levou a que todos os presídios hoje do Brasil tem chamada com Estados como a cela tampão, que ainda existe, ou cela de castigo, ou cela de punição, ou RO, assim por diante, celas fechadas, escuras, em alguns Estados, estive semana passada ainda, retrasada, em Rondônia, escura hermeticamente, onde ficam de três a 30 dias, seminus, ou nus totalmente, e sem nenhum atendimento de material de higiene e assim por diante.

Outra resposta dada também à violência foi a criação dos presídios federais, também a partir das megarrebeliões, o RDD foi criado para isolar as pessoas que comandaram a rebelião no Estado, em São Paulo. Resultado: em 2006, de dentro desse RDD se comanda a maior rebelião do Estado e se paralisa a cidade de São Paulo; resultado do RDD. E, depois, as federais têm essa finalidade também de expansão da violência pelo País afora.

Bem, vou pular, porque, aqui, eu queria pegar algumas pautas de confronto com os que me anteciparam aqui, na mesa.

Como estão os presídios no Brasil? Olha, há um dado aqui, vou citar alguns dados do CNJ, que estão mais atualizados, a partir de informações do Tribunal de Justiça do País do que o próprio Depen, como o Renato De Vitto falou aqui, vai ser atualizado. Mas, no mês de maio, existiam presos, no Brasil, 602,203 mil presos já fechados, sendo que desta população, 233,867 mil são presos provisórios. Olha a diferença desses dados: temos Estados, como Sergipe, que chega a 78%, 69% os presos provisórios; Amazonas, 76%; Bahia, 65%; Piauí, 61%, e aí vai essa escala de presos provisórios.

Com o estudo já feito por alguns institutos, tem a comprovar que desta população, quando condenada, 37% já cumpriram a pena, ou a pena era maior do que a prisão de espera, ou são inocentes. Então, a população podia estar fora das prisões. E, com isso, a resposta que vem sendo dada aos conflitos de violência nos Estados é aumentar presídio e aumentar vaga. Bastaria o Judiciário trabalhar e colocar em dia esses processos todos. Não precisaríamos construir mais nenhuma vaga em nenhum Estado do Brasil, pelo contrário, diminuiríamos e muito, com certeza.

E, ao entrar na pauta do Judiciário, outra coisa que nos angustia muito: existe no Judiciário, o Juiz Corregedor, o Promotor, agora, a Defensoria Pública também que pode inspecionar. Pois bem, quando esse grupo de inspeção entre num presídio, e lá está lotado de presos provisórios, não julgados, aguardando – eu encontrei nesse mês de maio ainda presos aguardando quatro anos para o julgamento de pequenos delitos – porque corremos o País todo. Têm-se somado também nos presídios do Brasil presos com transtorno mental. Existem os chamados HCTPs, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Mas, sem detenções provisórias, nosso presídio, em todos os locais do Brasil, encontramos pessoas com doenças mentais nas prisões. E tem aumentado muito por duas causas: alguns são presos devido ao uso de droga, mas o próprio sistema prisional está enlouquecendo muita gente. Esses regimes fechados de RDDs, de isolamento, onde ficam 30 dias sem falar com ninguém, com banho de sol duas horas por dia, e o resto de isolamento sem falar com ninguém tem levado as pessoas a adoecerem cada vez mais. E, quanto mais tempo preso – e aqui vou discordar da colega – pior fica para a sociedade. Esses erres de ressocialização e reintegração que devem acompanhar a educação e trabalho não existem no Brasil. Os últimos dados dizem que a media de educação do Brasil chegou agora a 12% dos presos que estão estudando. Se considerarmos as faixas mais pobres, os que entraram sem estudo, passa-se para 8%, o ensino fundamental. Trabalho: preso devia trabalhar. Quantos trabalham? Oito por cento, sendo que a maioria trabalha ainda em artesanato, costurando bola, que não dá nenhuma inclusão no mercado de trabalho, não vai para encaminhar para a sociedade. Vai se reintegrar à sociedade quem sabe costurar bola? Coisa absurda. Presídio existe para isto: manter a ilegalidade, o total desrespeito à LEP.

Mas, voltando à questão do Judiciário. As inspeções: se existe uma superpopulação encarcerada sem julgamento, quem é o responsável? Se existem celas de isolamento total, sem direito a banho de sol, sem colchão, sem remédios, presos doentes, quem é o responsável, além do administrativo? Quem faz as inspeções? Se houvesse uma inspeção da Secretaria de Saneamento Básico nos presídios do Brasil, eu queria ver quantos ficariam em pé. Mas o Judiciário está lá dentro: juiz, promotor, defensoria pública fazendo inspeção. E por que permanecem essas unidades ainda funcionando? Qual a finalidade? Queremos mais violência.

Vou entrar em outro ponto aqui bem rápido. Existe outra falácia das privatizações que dão certo. O único relatório feito sobre isso no Brasil é da Pastoral Carcerária. Passamos dois anos em serviço nos presídios privatizados no Brasil. Hoje temos em nove Estados, quase 30 unidades. E fizemos um relato – até o próprio Renato tem isso em mãos, que é o único material que ele tem para combater. A falácia do sistema prisional. Qual é o Estado que mais avançou na privatização, quer seja por organizações sem fins lucrativos ou com fins lucrativos? O maior Estado que mais avançou foi Minas Gerais. Pois bem, em Minas Gerais, a população encarcerada cresceu 624%, de 2005 a 2012, enquanto que a média nacional é de 74%.

Ora, dizem que essas ONGs e presídios privatizados têm maior índice de recuperação. Primeiro, existe algum instituto que pesquisa isso no Brasil para afirmar isso? Não existe. Segundo, para as ONGs e para os privatizados, são presos selecionados. Até agora, em Minas Gerais, o Estado queria que as ONGs abrigassem mais presos. O impedimento é o juiz, por causa das avaliações de quem vai para as ONGs. Por exemplo: quando alguém comete alguma falta grave nesses presídios, devolvem para o Estado. Ele vai sendo selecionado. São os melhores comportamentos, e, por qualquer falta é jogado de volta para o Estado. No final, querem comparar quem sai mais reintegrado! E o pior é que essa falácia está no CNJ, o Ministério Público, às vezes, também fala isso. É uma propaganda falsa. Comparem os dados. Só isso. Por que Minas é campeã em maior porcentagem de crescimento, se investe tanto nas privatizadas? São 624%, enquanto a média é de 74%! Esse é outro ponto.

Outro ponto citado aqui bastante é a criminalização do uso e do comércio da droga. Quem mais enche os presídios hoje são os pequenos usuários, não os traficantes. Foi bem citado aqui pela colega Moema sobre esse quadro. Enquanto tiver uma lei da descriminalização do usuário, não teremos uma redução nessa prisão. A maioria é de usuários e devia ser tratado como questão de saúde pública. É como quem bebe, quem é viciado na cachaça, na cerveja, do mesmo modo é o viciado também na dependência química. A prisão, como foi bem citado pela colega aqui, é local de uso de droga em todo o País, todos os Estados têm isso. Você é preso por que usa e vai para um lugar que garante o uso, porém, mais caro, com maior exploração. Qual a finalidade, então, de prender o usuário? Vamos colocar em programa de tratamento, seria a solução.

Eu sei que o tempo já está acabando.

A Pastoral Carcerária, com um grupo de redes sociais, instituições, apresenta uma agenda do desencarceramento, pensada e refletida com várias entidades – Instituto de Defesa dos Direitos da Pessoa; grupos de amigos familiares; institutos; justiça global; Mães de Maio; Margens Clínicas, e assim por diante. Temos 10 propostas do desencarceramento, estudadas e refletidas, que faço questão de passar à Mesa e aos demais membros passarei também.

Entre as medidas colocadas está a chamada criação – que já existe na resolução do CNPCP – da Ouvidoria Externa Independente do Sistema Prisional, ao modelo da Defensoria Pública que o Estado já usa, onde existe um controle da sociedade civil sobre o sistema prisional. Infelizmente há uma resistência muito grande, mas é um órgão que funcionaria: uma ouvidoria externa da sociedade, com um conselho da própria sociedade, para poder entrar e acompanhar. Já existe esse programa, está na resolução CNPCP – posso até citar o número aqui depois; tenho aqui na agenda, posso colocar depois.

Outro fator: a criação dos comitês e mecanismos de combate e prevenção à tortura. Alguns Estados já instalaram, outros, ainda não. É necessária uma pressão maior para que o Estado crie isso com urgência. E, nesse momento, está havendo a reunião nacional sobre isso: começou ontem e continua hoje também, no Brasil.

Eu só queria, então, agradecer por esse momento e dizer que é necessário investirmos em outra forma de lidar. Porque os maus-tratos e a prisão, quanto mais longa, mais demorada, mais tem aumentado o crime e a violência no País. O caminho é outro! Vamos nos basear nos modelos dos países que diminuíram os presídios e diminuíram também a violência nos Estados. Vamos nos basear nesse modelo. E também outra Justiça, porque a Justiça que temos hoje, a punitiva, a criminal é vingativa, é destrutiva. Destrói a sociedade.

Hoje, em média, um preso custa aos cofres brasileiros – média nacional – R$2.500,00 só da hotelaria, da hospedagem, com a alimentação e com o material que ele deve usar. Agora, quando nós considerarmos – isso é fala do próprio presidente do STF, em conversa, em audiência e, também, do próprio Ouvidor-Geral da República – os gastos com técnicos do presídio, com agentes penitenciários chegamos à média de R$10.500,00 por cada preso. Não há uma faculdade particular na qual se invista tanto, para que possamos ter bons profissionais. Mas continuamos investindo. É como se investíssemos em uma escola em que sabemos que a pessoa vai sair mais analfabeta do que quando entrou. É como se investe em um hospital em que você vai sair mais contaminado do que quando entrou. Nós investimos em presídio que sabemos, com segurança, que vai sair pior para a sociedade do que quando entrou.

Finalizando, o Papa Francisco tem se debatido e confrontado essa realidade. Vejam o que ele diz, em carta enviada à Associação Latino-Americana de Direitos Penais e Criminologia:

Em nossa sociedade tendemos a pensar que os delitos se resolvem quando se pega e condena o delinquente, não levando em consideração o antes dos danos cometidos e sem prestar suficiente atenção à situação em que as vítimas estão. Portanto seria um erro identificar a reparação somente o castigo, confundir justiça com vingança, o que só contribui para incrementar a violência, que está institucionalizada. A experiência nos diz que o aumento e o endurecimento das penas com frequência não resolvem os problemas sociais e nem consegue diminuir os índices de delinquência.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Vamos agora ouvir a Secretária de Defesa e Proteção Social do Estado do Tocantins, a jornalista Gleidy Braga.

A SRª GLEIDY BRAGA RIBEIRO – Bom dia a todos e a todas!

Eu quero agradecer o convite do Senador Donizeti, Senador do meu Estado, Estado do Tocantins, e da Senadora Regina, para estar aqui, nesta audiência pública. E dizer que há um dedinho meu no incentivo, para que o Senador chamasse esta audiência.

Eu sou militante de direitos humanos e, nos últimos dez anos, tenho tido a oportunidade de estar na gestão pública, formulando e executando políticas nessa área, especificamente para as mulheres. Fui Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, representando a Secretaria-Geral da Presidência da República. Estive também como Superintendente para Mulheres e Direitos Humanos da Prefeitura de Palmas até o ano passado. Então, até o ano passado, a minha preocupação era garantir a aplicação da Lei Maria da Penha, garantir as medidas protetivas, garantir a prisão preventiva, se necessária. Então, esta era a minha visão: defender os direitos das mulheres, inclusive sendo bastante rigorosa na punição do agressor, incluindo a prisão, se necessária. Agora, em 2015, a convite do Governador Marcelo Miranda, passei à condição de gestora da Secretaria de Defesa e Proteção Social.

Esta Secretaria se aproxima da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que tem *status* de Ministério, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Então, é uma junção dessas pautas, que hoje estão na Secretaria de Defesa e Proteção Social, mas também estão nesse espaço o sistema penitenciário e o sistema socioeducativo. Dentro dessas pautas, a pauta que, para mim, é nova é a pauta do sistema penitenciário. É a primeira vez, na condição de gestora, que eu estou à frente desse desafio.

E já começamos com o desafio de enfrentar uma greve de 42 dias. Os Agentes Penitenciários, que fazem parte do corpo da Polícia Civil, ficaram em greve por 42 dias. E, durante estes 42 dias, no mínimo durante 30 dias, os maiores presídios do Estado tiveram muitas restrições à população carcerária. Eles foram impedidos de ter o direito à visita, de ir a audiências. Na primeira reunião que eu tive com o corpo técnico dessa política, ouvi uma frase que, para mim, foi bem impactante: "Seguram presídios no nosso País duas coisas: alimentação e visita". Se se tira esse direito básico de alguém que já está num espaço degradante, num espaço que não assegura condições dignas do cumprimento da pena, tirar a visita é chamar para briga, é chamar para que ocorra algum tipo de situação dentro do sistema. Mas, graças ao apoio das famílias nestes 42 dias, da Polícia Militar e do diálogo permanente com os Agentes Penitenciários não houve nenhuma ocorrência durante estes 42 dias.

Se eu pudesse aqui hierarquizar a importância de quem realmente contribuiu nesse processo, certamente eu diria para vocês que sem a família dos presos, sem o diálogo constante com essas famílias seria impossível, no Estado do Tocantins, assegurar que o sistema, que já é muito precário, não viesse a sofrer consequências duras durante esses dias.

Então, fica o registro de que o diálogo, a participação social é um eixo que o sistema penitenciário precisa compreender como importante. Os conselhos da comunidade precisam ser fortalecidos, o diálogo. Não dá para o sistema penitenciário ser gerido apenas pelo sistema de Justiça. É preciso incluir a sociedade. E acho que o conselho da comunidade foi fundamental neste momento e, na gestão do sistema, ele precisa ser fortalecido, o papel do conselho, assim como o conselho penitenciário, que, no nosso Estado, está ainda desativado, está num processo de reconstrução desse espaço, que é de fundamental importância para essa política.

Mas falando um pouco dos dados do nosso Estado, da quantidade de presos que nós temos no Tocantins, nós temos hoje 3 mil pessoas. É uma população pequena, relativamente pequena. A faixa etária é de 18 a 35 anos de idade. Há uma baixa escolaridade, não é diferente dos outros Estados. E pessoas pobres, algumas inclusive em extrema pobreza. O contexto social dessas pessoas realmente não é diferente dos outros Estados. E 40% dos presos no Tocantins são provisórios, aguardando alguma fase do processo.

A gestão é compartilhada. As maiores unidades – a unidade de Palmas, que é a capital, e a unidade da segunda cidade, que é Araguaína – são compartilhadas com a iniciativa privada, a gestão é terceirizada. Nós temos 42 unidades no total. Muitas dessas unidades, na verdade, são delegacias, cadeias que estão sendo utilizadas como presídio. Isso nos traz uma preocupação com a necessidade de regionalizar. Você tem 42 unidades num Estado que já tem uma extensão territorial muito grande, há uma dificuldade na gestão, porque boa parte dos presos não está na responsabilidade da iniciativa privada, boa parte, a maioria deles, está sob a responsabilidade do Estado, e essa quantidade de unidades é um problema hoje a ser enfrentado no Tocantins.

Existe um presídio apenas, que é o de Araguaína, a segunda cidade, a da capital é uma CPP, existe uma colônia agrícola masculina em Gurupi e nenhum presídio feminino. Eu fiz questão, logo após que a greve se encerrou, fiz questão de visitar, e estou terminando de visitar essas 42 unidades. Reconhecer o território, reconhecer a política, a partir da aproximação com o tema, para quem vem de uma outra área, é muito importante. E fiz questão de visitar as unidades e, de fato, é necessário, para discutir o tema, você entrar numa unidade prisional para realmente saber que esse sistema precisa ser alterado, porque, de fato, ele não assegura nenhuma condição de recuperação de quem está lá, e há uma dificuldade muito grande no diálogo com quem está na unidade prisional de convencer a partir desse outro olhar, do olhar da inclusão social, do olhar da ressocialização no nosso Estado, porque todos os servidores do quadro do sistema penitenciário são da Secretaria de Segurança Pública. Tem alguns servidores que são Agentes Administrativos, contratos, mas todos eles são cedidos da Secretaria de Segurança Pública. Hoje nós estamos concluindo um concurso específico para defesa e proteção social – Técnico em Defesa Social – com outro olhar. Então é muito difícil você lidar com a importância de se deva da à área de segurança, não dá para você ignorar, realmente é preciso assegurar segurança dentro do sistema penitenciário, e ao mesmo tempo ter esse outro olhar para inclusão social desse indivíduo com o quadro que vem da segurança pública e com esse olhar que a segurança tem que estar acima de tudo. Então, todas as iniciativas, tanto da sociedade quanto do Governo, neste momento, para construir alguma ação dentro dos presídios, há sempre o discurso: "Não temos segurança para isso. A unidade não comporta esse tipo de atividade". É preciso repensar a lógica dessa atividade para poder garantir a segurança. Então, eu vejo que esse olhar de segurança para dentro do sistema penitenciário acaba impedindo as outras políticas públicas. Então, como equilibrar isso eu acho que é um desafio dentro do sistema penitenciário no Tocantins.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEIDY BRAGA RIBEIRO – E, com isso, dificulta o atendimento de outras políticas que são asseguradas a essa população. A política de saúde, de assistência social, de educação, assistência religiosa, todas essas políticas estão comprometidas quando você não tem espaços adequados nem segurança para poder executá-las em conformidade com o conjunto de normas que regulamenta essas políticas dentro do sistema.

Então, lá, nós temos esse desafio de ampliar e, ao mesmo tempo, reduzir as unidades. Ampliar porque só temos um presídio. Há um convênio com o Ministério da Justiça desde 2009. Foi feita a licitação, mas nós tivemos que cancelar a licitação agora, fizemos isso mantendo um diálogo com a empresa de forma amigável, para retomar toda essa discussão com a Caixa Econômica e tentar, até o final do ano, executar, iniciar essa obra, que é um presídio que vai garantir 600 vagas.

Sobre equipamentos – inclusive o nosso diretor já falou aqui que vai lançar nos próximos dias um pacote – para garantir revistas íntimas, não os temos, é muito precário. E seria muito importante ter na nossa estrutura *scanners* corporais, para impedir as revistas íntimas e melhorar também a segurança dos presídios.

Os armamentos letais e não letais. Nós fazemos a aquisição de armamentos letais, mas os não letais ainda estão no processo de aquisição. Aquisição de veículos, a frota, na verdade, nem existe. É uma frota bastante deficiente. Então, nós estamos, nesse momento, com dificuldade de fornecer esse tipo de material para os agentes penitenciários.

Há a necessidade de investir, como já foi dito aqui, nas centrais de monitoramento eletrônico e de penas alternativas. Nós temos no Estado, já com o Ministério da Justiça, um convênio para Palmas. E a ideia é levar para Gurupi e Araguaína, as duas maiores cidades, também, são consideradas regiões, na verdade.

A audiência de custódia, que é muito importante também, já foi dito aqui, para ver se a prisão é ou não necessária. Talvez 40% desses presos que estão no Tocantins hoje não deveriam estar presos, poderiam estar cumprindo outra medida.

Repito o que disse na minha fala inicial: é preciso fortalecer os conselhos. O conselho da comunidade, o conselho penitenciário, o acesso da população ao sistema penitenciário e a gestão, porque não pode ficar só com a área jurídica; nós temos que incluir a sociedade na gestão, não só no acompanhamento, na fiscalização, mas na gestão. Pensar o sistema penitenciário a partir de um outro olhar também faz com que a gente tenha que superar essa barreira de que a gestão do sistema é de responsabilidade do Estado. Não. É de responsabilidade do Estado, mas tem que ser compartilhada com a sociedade.

A política da diversidade. Compreender a diversidade no sistema prisional. Como tratar a população LGBT no sistema prisional? Como tratar as mulheres? Como tratar a pessoa com deficiência?

O Ministério da Justiça agora está sistematizando uma política nacional da diversidade com esse olhar, preocupado com esse público. Então, eu acho de fundamental importância perceber que nós estamos falando de pessoas que são diversas, que têm especificidades.

Nós temos um desafio lá que é atualizar o nosso regimento interno, que é de 1992. Então, está defasado. Obviamente, precisa ser atualizado. Nós estamos trabalhando para fazer isso o mais rápido possível.

No mais, concordar com as falas que foram colocadas aqui. Realmente, a questão é que o sistema não cumpre com suas atribuições. E, nas visitas que fiz ao sistema, fiz questão de não conversar com os presos, somente com aqueles do sistema semiaberto, porque eu não gosto de criar expectativas que não são reais; conversar com eles e dizer que vou melhorar no curto prazo uma situação que, há oito, dez anos, não é priorizada, para mim, não faz parte da minha formação. Então, eu conversei com alguns apenas. Mas pude perceber que a reincidência é algo a ser enfrentado. Pude verificar isso, nessas minhas conversas, tanto com os Agentes quanto com os presos, que me disseram estar passando por ali pela segunda ou terceira vez.

Há até uma relação de amizade: "Você de novo aqui?"

(Soa a campainha.)

A SRª GLEIDY BRAGA RIBEIRO – Então, essa relação de que a pessoa volta para o sistema por que o Estado acaba não conseguindo um conjunto de políticas públicas para o pós, porque precisamos pensar em como garantir a inclusão dessa pessoa pós-sistema penitenciário, acaba não tendo efetividade a política, acaba sendo "você novamente aqui". É um ciclo que não se encerra. Os nossos presos, em sua maioria, já passaram uma, duas ou três vezes pelo sistema, o que mostra o quanto é falho o nosso sistema.

Então, quero parabenizar o Senador Donizeti, a Senadora Regina, colocando-me à disposição para contribuir com essa pauta, principalmente no eixo da participação social. Ou encaramos a participação social como uma política estratégica, dentro da gestão pública, ou será apenas mais uma política pública pensada de cima para baixo, sem ter efetividade na ponta.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Vamos ouvir agora o Dr. Alexandre Vieira Queiroz, membro da Coordenação de Acompanhamento Carcerário, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, nossa OAB.

O SR. ALEXANDRE VIEIRA DE QUEIROZ – Bom-dia a todas e a todos!

Gostaria de saudar os colegas nas pessoas dos Senadores Donizeti, da Senadora Regina, ao mesmo tempo em que agradeço o convite, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil.

As explanações que me antecederam bem demonstram o quadro que nós temos hoje no Brasil. Não há dúvidas de que o sistema prisional brasileiro está falido, que ele não faz aquilo a que se propõe: que é ressocializar. Além dos dados que já foram falados aqui, temos algumas estimativas feitas pela OAB. Se hoje nós temos cerca de 600 mil presos em nosso País, estima-se que, ao final do ano, estaremos chegando perto e 700 mil. Temos, hoje, cerca de 130 a 140 mil presos em regime domiciliar. Isso, desde já, nos torna não a quarta população carcerária do mundo, mas se colocarmos os presos que estão em regime prisional, juntamente com

os presos que estão em regime domiciliar, já nos coloca na terceira população carcerária. Com um agravante, porque a Rússia, que é a quarta, está diminuindo a sua população e nós estamos aumentando.

O índice de reentrada hoje no País, que é um termo menos técnico do que reincidência, está na casa dos 70%, ou seja, isso só reforça a questão da falência do nosso sistema. O dado mais assustador que temos no nosso sistema está justamente ligado à questão do preso provisório. Por quê? Não apenas pelo percentual de 40%, 42%, a média nacional gira em torno de 41%, mas, como já foi dito aqui, temos Estados que ultrapassam 70%, ou seja, nós já estamos, de cara, violando o princípio da presunção de inocência. Como um Estado pode ter 70% da população carcerária de presos provisórios? Então, de cara, já temos um problema aqui que fere diretamente a Constituição. Mas esse não é apenas um único problema. Onde esse problema se agrava mais ainda? Quando, ao final do processo – conforme dados do Depen –, desses 41%, cerca de 38%, 39% e alguns dados até 40%, ou são absolvidos, ou condenados a uma pena não privativa de liberdade. Ou seja, esse Estado que aprisionou – e aí falo de Estado *lato sensu* – esse Estado que aprisionou essa pessoa, que gozava da presunção de inocência, ao final da instrução, que varia muito de Estado para Estado, pois têm Estados que demoram, como o Distrito Federal, comparado com o resto do País, é até célere, demora até quatro ou cinco meses para um julgamento, em média, mas têm Estados que demora 2 a 3 anos. Então, esse Estado chega ao final e diz: "Desculpa; realmente você tem razão. Pode ir embora para casa", ou, então, aplica uma pena restritiva de direito. Veja que loucura! Não quero nem falar – e aí mais à frente vou falar sobre isso – sobre a questão do custo financeiro e do custo social, que tudo isso gera para a sociedade.

O Padre Valdir, em seu pronunciamento, perguntou: "Por que se prende tanto no Brasil?" Sabemos que isso é dado estatístico, é fato: a prisão no Brasil não está reduzindo a violência. Isso é fato. Acho que não há dúvida de que a prisão não está e nem vai resolver a violência. Qual é o problema? O grande problema, no Brasil, é que nós estamos combatendo o problema da violência, que é um fenômeno gravíssimo na nossa sociedade, com o Código Penal. Semanalmente sou procurado pela imprensa para falar alguma coisa sobre o que eu acho de tornarmos o crime hediondo ultraje a culto religioso.

Na semana passada, tornaram crime hediondo cometer crimes contra a família ou contra policiais, tornaram crime hediondo crimes de corrupção, tornaram crime hediondo o feminicídio. Isto vai resolver: redução da maioridade penal? Quer dizer, se resolvesse, a Lei dos Crimes Hediondos, que já tem o seu rol, reduziria a prática desses crimes, o que não ocorreu. É um dado estatístico! É fato!

Então, nós precisamos, na verdade, trabalhar a questão do sistema prisional de forma muito mais abrangente. Como nós vamos conseguir, efetivamente, mudar esse quadro? Com a integração de políticas públicas, e se sabe disso. Estão aqui os secretários de segurança dos Estados. Diariamente, coloca-se um problema gravíssimo em suas mãos e eles têm de resolver. O Judiciário determina a prisão, o secretário tem de arrumar um lugar onde colocar essa pessoa e tem de garantir, ao mesmo tempo... Muitos deles que acumulam a questão da segurança pública com o sistema prisional, vejam só que loucura, têm de garantir a prisão, o local onde colocar aquela pessoa, e, ao mesmo tempo, sabem que 70% dessas pessoas que estão no sistema prisional, que, como Padre Valdir já colocou aqui, após saírem, vão cometer novos crimes.

Aí eu entro na questão da loucura em que estamos, no custo financeiro disso tudo. Permitam-me, antes de entrar especificamente nisso, dizer que é por isso que eu defendo – como representante da Ordem nós temos procurado fazer isso no Distrito Federal, inclusive, a Pastoral Carcerária esteve conosco no final do ano passado no II Seminário sobre execução penal e depois nós fizemos uma audiência pública – que esse diálogo não seja apenas entre as instituições, porque esse diálogo tem de ser com a sociedade.

Vejam, mudar o sistema prisional, mudar o foco da questão da segurança pública passa precipuamente por uma decisão política. Não adianta nada ficarmos debatendo entre instituições melhorias no sistema prisional ou medidas para a questão da segurança pública quando a sociedade, e aqui a Drª Andrea colocou com muita pertinência, antes de criticar... Embora já adiante que divirjo democraticamente da premissa e da conclusão, obviamente, porque a doutora parte, com a devida máxima vênia, de uma premissa equivocada, permita-me discordar, devo reconhecer que a visão da Drª Andrea é a visão da sociedade.

Quando fazemos uma pesquisa sobre redução da maioridade penal, e nós estamos aqui dentro do Congresso Nacional, quando nós conversamos com algum Parlamentar, o que ele diz? "Doutor, o que o senhor quer que eu faça?". Noventa e três por cento da população, têm Estados em que é 93%; outros, 85%; outros, 90%; mas a média chega a 90%, são a favor da redução da maioridade penal. Inclusive, não o conheço, não tenho nada contra e respeito os posicionamentos, pois vivemos numa democracia, e temos de respeitar os posicionamentos, mas o Deputado mais votado do Distrito Federal é o Deputado Fraga. Quais foram as proposições dele na campanha? Uma delas foi a redução da maioridade penal. Resumidamente, é tornar mais gravoso o cumprimento da pena. Então, ele vem para o Congresso fazer o quê, se ele prometeu isso para a população? Eu respeito a visão política do Deputado e daqueles que pensam assim.

O problema está na raiz. Precisamos trabalhar com a sociedade, precisamos levar para a sociedade quais são as soluções. Encarcerar mais ainda, continuar com essa política de encarceramento de massa vai levar a quê? A mais violência. Precisamos levar dados pragmáticos.

Eu tenho dito, como representante da Ordem, que temos de ter muito cuidado, Padre Valdir. Eu me preocupo muito, porque, sempre que a Pastoral, a OAB ou algumas instituições falam, e falam não para determinados grupos, mas para a sociedade como um todo, eu tenho procurado sair da OAB, ir para as associações comerciais, ir para as universidades, tem um discurso pragmático. Não estou aqui para defender quem cometeu um ilícito, eu não estou aqui para defender impunidade, eu estou aqui para defender você, sociedade, porque é um dado, é fato. Essa pessoa que está dentro do sistema prisional, que você quer colocar lá dentro hoje porque você acha que vai resolver o problema, reduzindo a maioridade penal ou, como a Drª Andrea colocou, acabando com a progressão de regime, colocando tudo num regime fechado, essa pessoa um dia vai sair. Isso é fato. Nós não temos prisão perpétua nem pena de morte no Brasil. E como queremos que essa pessoa saia de lá? Tem até uma frase de efeito que se usa muito: hoje ele está contido, amanhã ele estará contigo. É um dado objetivo que ele virá para fora um dia. E nós queremos restabelecer a pessoa como?

O grande problema no Brasil qual é? É que, quando pensamos em segurança pública, nós pensamos em repressão. Vejam, segurança pública é, acima de tudo, prevenção, seja por conta do custo, porque a prevenção é muito mais barata, seja também por outros dados.

Sobre a questão de custo, como eu já falei aqui, ressalto a questão do custo financeiro e do custo social, como o padre já disse aqui. Vejam, nós gastamos R$10 mil, ao todo, R$10,5 mil, eu diria até mais, porque há outros dados, com o custo do processo e o custo de uma série de outros pontos que não estão colocados aqui. Então vamos colocar R$10,5 mil por mês. Vejam bem, vamos chamar um economista para participar dessa discussão. Nós gastamos R$10,5 mil por mês para manter uma pessoa dentro desse sistema falido que temos para essa pessoa sair de lá revoltada e desamparada, porque, com o passar do tempo, ela sai de lá, não trabalha, como o padre já falou aqui, não estuda, não aprende nenhum oficio, a família, com o passar do tempo, tende a se afastar e ela sai sem nenhum contato familiar, sem aprender nenhum ofício. São pessoas, a grande maioria, marginalizadas, são pessoas menos abastadas. E qual é o convívio que ela vai ter quando vier aqui para fora? Com as pessoas que ela conheceu lá dentro. Para isso estamos gastando R$10,5 mil. Então, chamem um economista para verificar que loucura é essa de gastarmos todo esse preço para depois essa pessoa sair pior do que entrou, vir se vingar de nós aqui fora e depois voltar de novo para gastarmos de novo R$10,5 mil.

Vamos para o custo social. Quem são essas pessoas? Como já foi dito aqui, são dados estatísticos, quase 55% dessa massa carcerária são jovens entre 18 e 29 anos, e agora estamos baixando para 16. Esses jovens estão numa fase, como a própria idade demonstra, economicamente ativa. Vejam o custo social, financeiro e social para toda a sociedade brasileira! São cidadãos que poderiam estar aqui fora, construindo – como diz aquela música – o futuro da nação. Estão lá, e agora vamos reduzir para 16, num engodo de que a redução vai, sim, reduzir a violência, quando nós sabemos que não vai.

Então, quando o crime acontece, a grande verdade é essa, segurança pública presume prevenção, quando o crime acontece, é porque a segurança pública já falhou. A prevenção, num primeiro momento, como já falei, é integração de políticas públicas. Não se pode discutir segurança pública sem discutir saúde, justamente porque o problema das drogas, e nós já vimos aqui as estatísticas, hoje, é um dado importantíssimo na questão da violência. Então a questão da saúde tem que, sim, participar de todas as discussões da segurança pública. E educação. "Ah, mas educação? Todo mundo sabe que tem que ter educação!" Mas não se faz uma política séria de educação neste País.

Eu também tenho viajado o Brasil. Sou membro da Coasc. Foi criada essa coordenação no Conselho Federal da Ordem dos Advogados. Eu tenho viajado o Brasil todo, conheço o sistema prisional. Estava dizendo para o secretário aqui que estou indo agora, no próximo mês, para Florianópolis, Santa Catarina. Estive, no mês passado, em Curitiba. Já estive no Pará, onde eu vi situações. Nós temos lá cerca de 700 presos em contêineres; em contêineres, no Pará. No Piauí, eu vi situações em que você não acredita: a quantidade de presos em delegacias. Estivemos agora, recentemente, no Paraná, um Estado rico, industrializado, e eu me assustei com as condições em que vi os presos em delegacias. Eu dizia: mas que loucura um Estado desses, rico, industrializado, com tantas empresas aqui para absorver essa mão de obra, que é uma mão de obra, sabemos, mais barata, manter esses presos nessas condições!

No Distrito Federal, nós temos uma equação gravíssima que temos denunciado: superlotação com baixo efetivo. Aqui está para estourar a qualquer... Estamos agora fazendo as inspeções aqui no DF. Eu sou Presidente da Comissão Criminal do Distrito Federal. Estive agora, sexta-feira passada, no CIR. Verificamos um caso, em tese – como advogado, tenho de preservar a presunção de inocência –, de tortura. Fomos lá, fizemos os procedimentos, fomos para a delegacia e está sendo apurado. A OAB está acompanhando isso. E eu dizia para

o diretor: doutor, não estou aqui para interferir no trabalho de vocês, mas vocês também têm que saber que estão sendo fiscalizados pela sociedade. Eu sei que vocês foram jogados, inclusive os diretores e as pessoas que trabalham lá, dentro de um sistema falido, mas não quer dizer que vocês têm autoridade para fazer o que bem entenderem.

E qual a solução para isso? Como já falei, é a questão... O grande problema, eu repito...

Drª Andrea, permita-me falar diretamente para a senhora. A senhora disse aqui que trabalha com 42 entidades civis nesse movimento Paz Novo Hamburgo. Quer dizer, é uma grande oportunidade. A senhora já tem um grupo formado, já são 42 entidades civis. Veja, talvez o foco... Não quero dizer que a senhora não deve continuar com essa questão, focando na segurança pública, mas por que também não cobrar, aproveitar esse grupo de 42 entidades civis para cobrar mais dos representantes do Município, do Estado, políticas de educação, políticas de saúde, políticas de assistência social? Porque, disso eu tenho certeza e as estatísticas apontam, se houver, sim, um foco nessas políticas públicas, a senhora pode ter certeza de que haverá redução, a senhora vai ter menos problemas dentro do sistema prisional.

Para finalizar, eu já excedi meu tempo, eu queria dizer também que tenho participado ativamente, foi falado aqui pelo colega do CNMP, Dr. Antônio Duarte, que eu sou representante do Conselho Federal no Programa Segurança sem Violência. Estamos agora na Enasep. Também estive presente aqui, no presídio feminino, agora, na terça-feira, no lançamento do Identidade Cidadã. Temos procurado nos movimentar, mas, eu repito, sem a sociedade, sem a participação da sociedade, nós não vamos conseguir mudanças significativas.

E temos, como já foi dito aqui, a questão da audiência de custódia. É importantíssima essa audiência de custódia. Agora, ela tem que ser, e essa é uma pauta de que a OAB não abre mão, tem que ser presencial, porque está havendo hoje, a gente vê, o movimento para se fazer por videoconferência, e nós não aceitamos isso. Nós estamos exigindo a questão presencial.

Por conta do tempo, eu me coloco, ao final, também, para eventuais dúvidas, para os debates.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. Alexandre.

Só quero comunicar que, a partir de um determinado tempo, nós passamos a estar ao vivo pela TV Senado. Aqui é o seguinte: quem começa mais cedo fica ao vivo. Depois, à medida que vai ficando mais tarde, também fica ao vivo, porque as outras Comissões terminaram. Então, nós estamos ao vivo.

Eu quero registrar aqui, pelo e-Cidadania, a participação da Isabel Cristina Gregório, de São Paulo, que diz que precisariam estar aqui representantes das vítimas da violência.

Também agradeço ao Sr. Jorge Augusto de Paiva Lima, do DF. "Pergunto se a pena de morte, caso fosse adotada no Brasil, resolveria alguma coisa, cito os casos de homicídio e estupro."

Cidadão, via Alô Senado, Leonardo José Costa, da Bahia: "As autoridades estão afirmando que o encarceramento não está resolvendo o problema de segurança pública no Brasil. Pergunto se essa medida não está realmente resolvendo ou se o Estado não tem dinheiro para custear as prisões decentes."

Pedro Reis Paixão pergunta se os sindicatos do sistema prisional estadual não estão presentes para debater. Mais uma reclamação aqui sobre algo que a gente passou batido: a questão dos sindicatos. Nós nos desculpamos. Precisamos dialogar com vocês.

Maria Elaine Soares, do Rio Grande do Sul: "Sugiro que nos presídios possa ter trabalhos profissionais e locais de estudos para os detentos, pois, acho que a aquisição de conhecimentos previne mais crimes."

Tem mais. Depois, a gente vai citar.

Então, nós vamos passar a palavra agora para o Dr. Leandro Antonio Soares Lima, Secretário Adjunto de Estado da Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina.

Nós também convidamos um representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foi convidado, mas não mandou representante.

Com a palavra, então, Dr. Leandro Antonio Soares Lima, Secretário Adjunto de Estado da Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina.

O SR. LEANDRO ANTONIO SOARES LIMA – Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Donizete, a Senadora Regina Sousa e, em nome deles, cumprimentar toda a Mesa, assim como também as pessoas que participam desta audiência, na pessoa do Diretor de Administração Prisional do Estado de Santa Catarina, agente penitenciário Edemir Alexandre Camargo Neto, que me acompanha.

Também venho a esta reunião da condição de representante do Consej, por delegação do Presidente, Secretário Lourival, assim como do Dr. Joaquim, que precedeu na Mesa anterior.

Faço parte do Consej também por delegação da Secretária Ada de Luca, que é a titular da pasta e me delegou competência para representá-la no Consej e também, por consequência, no dia de hoje, nesta Mesa.

Eu sou agente penitenciário há 27 anos. Consigo testemunhar alguns avanços e outros retrocessos, que são históricos, no sistema prisional, e esses retrocessos são baseados em preconceitos e em algumas verdades nunca desmentidas por conta de falta de coragem, que não foi o que pareceu faltar nesta Mesa, na manhã de hoje. Muitas verdades aqui tiraram suas roupas de falsas verdades, porque são realmente mitos que acompanham os sistemas prisionais Brasil afora.

A primeira questão que quero dizer é que concordo com quase tudo o que foi colocado aqui, mas o mais importante a ser dito é que o que foi servido primeiro a esta Mesa, nas duas mesas de debate, foi o diálogo. Com o diálogo entre ideias que podem se opor inicialmente, lá à frente, se bem entremeadas, elas podem convergir para uma realidade de transformação do futuro. Nós acreditamos fielmente nisso.

A partir de 2011, em Santa Catarina, se estabeleceu um processo voltado à ressocialização. Esse era o tema da Secretária Ada de Luca, que já havia transitado anteriormente no sistema prisional, e ela nos incumbiu dessa tarefa. Inicialmente, começamos, efetivamente – fazendo um trocadilho – a trabalhar pelo trabalho, a atividade laboral. Com isso, naquele momento, nós tínhamos pouco mais de 20 convênios baseados na cartilha do CNJ. Hoje são 277 empresas trabalhando em Santa Catarina, dentro das prisões, Drª Andrea. Praticamente 100% dos presos do regime semiaberto trabalham dentro das prisões, em empresas que assinam convênio, baseado na cartilha do CNJ, e que têm o compromisso – em alguns casos, as cláusulas já estão estabelecidas; em outros, elas são negociadas – de que eles saiam empregados depois que deixam a unidade prisional, porque passam quatro ou cinco anos trabalhando na empresa, e não há melhor forma de treinar alguém para a sua empresa do que já tê-lo trabalhando dentro do sistema prisional, com as garantias da cartilha do CNJ.

Eu passei um infográfico para vocês que vai servir de roteiro da minha apresentação, para que eu também dê conta do tempo.

A primeira coisa que eu queria constatar e dizer para todos – isso é fato científico comprovado pelo Infopen – é que a população carcerária no Estado de Santa Catarina, entre 2013 e 2014, pela primeira vez, não passou de 1%, o crescimento. E nós estamos agora trabalhando, em 2015, tentando identificar, através de várias pesquisas, por que diminuiu a entrada de presos no sistema prisional de Santa Catarina, se foi por conta das políticas de ressocialização, que estão calcadas principalmente no trabalho, na oferta de trabalho nas unidades prisionais, ou se é porque há uma quantidade menor de presos entrando no sistema. Por enquanto, nós temos a manutenção da entrada de presos.

O encarceramento, a forma de encarcerar, ainda é a forma mais comum de punir. Eu concordo com todas as falas aqui, mesmo sendo um agente penitenciário – trabalhei 20 anos na atividade fim –, que encarcerar não pode ser a única forma de punir. Deve ser a última forma de punir. O encarceramento, como foi dito muito bem pelas pessoas que me antecederam – o Dr. Alexandre, da OAB, e o Padre Valdir colocaram muito bem isso –, nada tem a ver com a redução da violência. Na verdade, em alguns momentos, a gente pode até estar colaborando para a manutenção e a criação de grupos criminosos, a partir do momento em que a gente coloca mais gente para dentro da cadeia. Essa é uma forma bem franca de falar.

Nós não temos presos em delegacias em Santa Catarina. Nós temos como meta superar o déficit carcerário em 2016. Também em 2016, todos os regimes serão separados, nós teremos a separação por regime e por gênero, não tendo mais presídios e penitenciárias mistos. Já temos um movimento bastante forte nesse sentido. Logramos o êxito de auferir, junto ao Governo do nosso Estado... Aqui cabe um agradecimento ao nosso Governador, Raimundo Colombo, em função da importância que deu ao sistema prisional, na medida em que deixou uma parte importante, uma fatia importante do Pacto por Santa Catarina destinada à construção de novas unidades prisionais. E aí, Padre Valdir, eu concordo com o senhor: nós não estamos construindo mais presídios para ter mais presos. Nós estamos construindo mais presídios para substituir presídios inadequados.

Desde 2011, a partir da própria resolução, existe para qualquer Estado brasileiro consultar e seguir a Resolução nº 09 do CNPCP, que aponta critérios para construção das unidades prisionais no País. E desde 2011, tudo que se constrói em Santa Catarina prevê que um preso tenha três espaços: um espaço de vivência, um espaço de trabalho e um espaço de educação ou capacitação profissional.

Dr. Andrea, gostei bastante da sua fala, então gravei algumas coisas. Em Santa Catarina, não chegamos a 100% em nenhuma das metas, mas acredito que conseguimos construir bases para balizar o caminho, não ter trabalho dentro dos cubículos nem das celas, nem bola. Tudo está sendo erradicado, através de uma parceria com o Ministério Público estadual. Há empresas que hoje estão trabalhando dentro do sistema prisional que ainda não têm convênio. Estas 277 são conveniadas. O preso recebe um salário mínimo pelo trabalho e 25% disso fica retido para os fundos rotativos, a título de manutenção da unidade e da própria atividade prisional

na própria unidade, o que já é uma espécie de restituição ao preso, repara ao preso, e à sociedade, à unidade, à própria autossustentação da unidade.

Começamos a perceber, em 2012, 2013, ainda incipiente, mas agora já é uma tendência bastante forte, que famílias começam a não mais levar sacolas de compras para as visitas, mas passam no setor de pecúlio para pegar um cheque da ajuda que o preso dá ao sustento de sua família. Acho que isso é extremamente importante. E o preso não é obrigado a trabalhar, mas hoje há uma disputa não só de presos por trabalho, mas de empresas dentro das unidades prisionais.

Captamos 100% dos recursos ofertados pelo Depen. Com isso focamos principalmente na questão mulher. Todas as obras em andamento em Santa Catarina hoje focadas na atenção do cárcere feminino foram captadas com recursos federais, ofertados através de um chamamento público que o Dr. Renato relatou. E há uma parceria histórica entre o Depen e o sistema prisional em Santa Catarina, diga-se de passagem.

Houve também um movimento de gestão técnica. Eram 48 unidades, e mais da metade delas não eram geridas por técnicos, por agentes penitenciários, mas por entes políticos. Houve coragem da Secretária, que é uma Deputada Estadual, e do Governador, que é um ente político, em concordar e determinar que, em um curto espaço de tempo, todas as unidades passassem a ser geridas por agentes penitenciários.

Os agentes penitenciários, em Santa Catarina, têm uma academia, uma academia de justiça e cidadania, que os capacita, e para entrar no sistema prisional é necessário nível superior.

A atividade laboral alcançou, em 2014 – estes dados são de 2014; no meio do ano, em 30 de junho fechamos os dados, vamos fazer um novo infográfico –, chegamos a mais de 63% de presos trabalhando. Então, este número de 9,3 mil presos é referente a dezembro de 2014. São 9,3 mil presos de um total de 15 mil recolhidos, uma vez que 2 mil são em regime albergado, são presos que não ficam recolhidos nas unidades, ou seja, vamos chegar a 64% de presos trabalhando ainda no primeiro semestre de 2015.

Isso é extremamente importante, porque – Drª Andrea, de novo, depois faço questão de entregar-lhe um gráfico deste e vamos disponibilizar alguns para todos que quiserem – o dado da evasão, que é espontâneo, é aquele preso que sai pela porta da frente com autorização judicial e volta. Em Santa Catarina, esse dado é de 3,6% de presos que não voltam. Apenas 3,6% dos presos não voltam, esses presos que saem do regime semiaberto. Como quase todos estão trabalhando, eles voltam por causa do trabalho. Então, a atividade laboral provoca uma reação em cadeia. O preso vai mudando de comportamento. Evidentemente, tem uma quantidade de preso que não está interessado nesse tipo de coisa, que está envolvido com grupos e facções criminosas. Nós também temos isso.

Não estou falando de nenhum parque dos sonhos. Estou falando de uma realidade que estamos vivenciando em Santa Catarina, que foi implantada há bastante tempo. E sofremos com ataques, porque a política laboral, de atividade laboral para o preso, ela nos agrada, ela agrada ao sistema prisional, ela é uma estratégia de segurança prisional, porque nós não temos problema quando se tem... Quanto mais presos trabalhando temos na unidade, menor problema prisional se tem. E isso não agrada a grupos e facções criminosas. Isso é uma estratégia que não agrada, evidentemente.

Mas focamos inicialmente nessa questão. Esse é um dado espontâneo, que deixa bem claro que a política laboral, de fato, está funcionando.

Eu perdi o tempo. Posso continuar? O.k.

Agora, as linhas gerais para a política laboral foram estabelecidas de uma maneira bastante concreta. Todos os gestores prisionais sabem, devem e procuram prospectar parceiros.

Há um movimento em que já não é mais necessário que convençamos uma empresa a entrar. Grandes marcas – não estou autorizado a dizer o nome delas – de empresas nacionais e que exportam, inclusive, estão sediadas em unidades prisionais, ocupando 100%, em algumas unidades, de mão de obra dos presos. De maneira que hoje já não precisamos mais convencer. Mas todos os gestores prisionais estão orientados a procurar nas suas regiões empresas que ofereçam empregos que tenham realidade socioeconômica caracterizada, para que quando ele sair da unidade ele tenha emprego, não aprenda uma coisa que não vai utilizar próximo a sua família. Isso é já preestabelecido.

Nós temos avançado bastante na questão educacional. E também é um fato extremamente importante, um divisor de águas, quero dizer, a questão do Pronatec. Nós estamos ocupando 100% da oferta de Procap e Pronatec, que são os programas nacionais de ensino técnico, que fazem com que o preso, além de trabalhar, saia certificado em alguma atividade profissionalizante. Isso é extremamente importante.

Outro dado importante é a quantidade de presos estudando acima da média nacional e a quantidade de presos que fazem o ENCCEJA e o Enem. Por que esses dados são importantes? Porque eles são espontâneos. Falar sobre a fuga, falar sobre a quantidade de escoltas, são dados bonitinhos, que estão aqui no mapa, mas eles são do nosso dia a dia, do nosso controle. O que mais denota a mudança da percepção do preso quanto

à figura dele no sistema prisional é a quantidade de presos que passaram a procurar fazer cursos do Enem, se inscrever no Enem, se inscrever no ENCCEJA. Demonstra o quê? Que a esperança foi reacendida, porque ele está procurando o Enem ou o ENCCEJA sozinho. A matrícula na sala de aula é voluntária. Depois, estudando, se ele voluntariamente vai procurar se matricular no Enem ou no ENCCEJA, é porque algo está dando certo. Em algum momento, alguma coisa está dando certo.

Eu também teria bastante coisa para falar da questão da força-tarefa em execução penal. Nós criamos uma força-tarefa de servidores públicos, a maioria agentes penitenciários bacharéis em Direito. Essa força-tarefa atua indo às unidades prisionais notadamente semanas antes dos mutirões, no sentido de facilitar e também de fiscalizar a execução penal naquela unidade prisional, para que evitemos que erros ocorram. E em muitos casos há falha na questão da Defensoria Pública, há falha na questão da defensoria do preso. Em muitos casos, do preso condenado, principalmente. Quem faz a execução penal são os setores penais das unidades prisionais do Estado.

Sobre a questão das tornozeleiras eletrônicas, é necessário aí um chamamento. E seria muito bom que o CNJ estivesse presente, porque nós precisamos convencer os magistrados a aplicar o uso das tornozeleiras eletrônicas. Eu acredito que, na porta de saída do sistema prisional, em Santa Catarina, estamos trabalhando bem na questão da atividade laboral, na questão da capacitação profissional. Mas a porta de entrada é o grande problema. O excesso de encarceramento é o grande problema.

Nós estamos acompanhando atentamente a questão das audiências de custódia. Fui várias vezes acompanhar em São Paulo.

A questão das tornozeleiras eletrônicas associada às Centrais de Penas e Medidas Alternativas, que nós criamos, em 2012, no Estado, ela teve 33 mil atendimentos nesse período e hoje tem 6 mil processos ativos. Então, as Centrais de Penas e Medidas Alternativas, o uso de tornozeleiras eletrônicas e o futuro auspicioso das audiências de custódia são algo que realmente nos deixa esperançosos quanto ao futuro.

Quero aqui agradecer a presença e fazer um convite para quem quiser conhecer as unidades em Santa Catarina, Srs. Senadores. É extremamente importante quando recebemos visitas e essas visitas saem de lá com esse cenário que eu estou relatando para vocês. Então, eu coloco à disposição o sistema prisional do Estado para que vocês conheçam.

Muito obrigado. Um bom-dia a todos. (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu queria aproveitar o intervalo, já que ainda falta uma pessoa para falar, e pedir licença, porque eu só tenho essa alternativa de voo para ir para o meu Estado daqui a pouco. Então, não dá mais para permanecer. Estou no limite do horário. Quero dizer que o Senador Donizeti vai continuar presidindo e que, certamente, fará os encaminhamentos que forem necessários.

Quero dizer que foi muito boa a audiência, que deixaram muitos subsídios para a nossa ação parlamentar aqui, que, com certeza, poderão ser procurados na hora da elaboração de projetos, de alguma coisa que possamos ajudar também, aceitando sugestões e tipos de projeto de lei que possamos apresentar para ajudar a melhorar, a humanizar, pelo menos, o sistema, principalmente na área de prevenção.

Um dia desses, eu disse para o Ministro da Educação cuidar das crianças até o quinto ano para não produzir novos analfabetos. Acho que vale também para esse sistema. Se não cuidar das crianças, vamos produzir novos presos daqui a dez anos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Senadora Regina.

Para concluirmos, parece-me que só a Andrea, da Mesa anterior, está aqui. Quem mais da Mesa anterior? Só a Andrea.

Andrea, eu queria convidá-la para voltar à Mesa para encerrarmos os trabalhos, já que ouvimos todos os nossos convidados.

Registro também, pelo e-Cidadania, a contribuição do Richarles Alves Brandão, de Minas Gerais: "Pergunto qual seria a porcentagem de pessoas que foram presas por não arcar com o pagamento de pensão alimentícia e se esse número não causa prejuízo ao Estado".

Do Paraná, a contribuição do Francisco Marcelo: "Continuamos ainda na questão imediatista. Não planejamos, não monitoramos". Como disse o Renato sobre os Estados Unidos.

Ainda do DR, José Fernando Gormitta – do DF não, do Ceará: "Meu filho tratou em seu trabalho de conclusão de curso o tema Eficiência ou Ineficiência do Sistema Prisional, concluindo que o sistema é desumano, não reabilita, não pune e não há prevenção para os jovens".

O Chico Correa: "Se cumprisse a lei as pessoas cumpririam a pena perto dos seus domicílios. Os conselhos das comunidades têm sim o dever de auxiliar na manutenção das unidades. Se exigir mais das empresas contratantes, responsabilizá-las civil e criminalmente seria importante. Parabenizo a Andrea pela fala".

Então, penso que, com toda a temática levantada aqui, poderíamos proceder da seguinte maneira: abriríamos por mais, no máximo, cinco minutos, para cada um fazer suas considerações e responder a alguma pergunta e depois concluiríamos essa extraordinária audiência pública que estamos realizando, nesta manhã, sobre o sistema prisional brasileiro.

Começamos, então, pelo Pe. Valdir João Silveira.

O SR. PE. VALDIR JOÃO SILVEIRA – Agradeço mais uma vez.

Também queria colocar um dado que não foi levantado aqui sobre o sistema prisional brasileiro, que é sobre as rebeliões que acontecem constantemente. Estamos monitorando um pouco isso, em nível nacional, mas é um resumo do ano passado, de 2014. Em janeiro de 2014, houve rebeliões em presídios de norte a sul do Brasil. Em todas regiões do País, houve motins e obviamente aumento da violência dentro do cárcere.

Entre as inúmeras motivações sempre sobressaem: superlotação, ausência do Judiciário, precariedade material, higiene e a questão da família. Decidir sobre a progressão de regime das pessoas presas é a grande reclamação. Os maus-tratos também são outro motivo de muitas rebeliões.

Alguns fatos podem chamar a atenção. O Estado do Paraná, segundo o próprio sindicato dos agentes penitenciários, o Sindasp, registrou, em dezembro de 2013 e outubro de 2104, 22 rebeliões, marcadas, inclusive, por mortes, como na rebelião de agosto, em Cascavel. Houve a situação de uma unidade prisional ter mais de uma rebelião na mesma semana. No Maranhão, além dos motins, registraram-se assassinatos nos meses de janeiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto e setembro, no Presídio de Pedrinhas.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA observa que permanece a situação de risco extremamente grave e que urge o caráter irreparável ao possível dano aos direitos da vítima e de integrantes pessoais dos internos do Complexo de Pedrinhas e das pessoas ali presentes.

No extremo norte do País, em Roraima, aconteceram pelo menos quatro rebeliões na Penitenciária Agrícola Monte Cristo, em Boa Vista. As precariedades nesses presídios resultam em denúncia à Corte de Direitos Humanos da OEA e em duas visitas ao Estado.

Rebeliões ocorreram em outros Estados durante 2014, por exemplo: Rio Grande do Sul, em setembro; Goiás, em maio; Amazonas, em setembro; Minas Gerais, em julho; Santa Catarina, em novembro; Pernambuco, em novembro. Somando todas as ocorrências em 2014, o Brasil registrou rebeliões de janeiro a dezembro, revelando que as prisões brasileiras não oferecem a menor segurança à integridade de qualquer pessoa. Então, essa é mais uma das consequências da opção política do encarceramento em massa.

Reforço novamente o ponto da questão do Judiciário. Quando o Judiciário vai ao presídio e vê celas desumanas, encarceramento em massa, pessoas esquecidas sem julgamento, o Judiciário está oficializando a tortura e os maus-tratos no sistema prisional.

E repito, para finalizar, o que citei no início: a quem defende prisão como situação de recuperação, que prisão recupera alguém, que prisão diminui a violência, eu convido para passar um mês dentro de um presídio, seja no Rio Grande do Sul, seja em qualquer Estado do norte, nordeste, do centro do Brasil. Ou seja, em cela lotada para doze, há setenta. Ali há espaço reduzido, não há material nenhum de higiene, água controlada, alimentação péssima, visita da família. Esse é um ambiente de enlouquecer. Ou mesmo em celas isoladas ou celas menores onde não há... Eu trouxe algumas fotos – eu não sabia que poderíamos usar aqui na apresentação – que mostram que não há nenhum material, quer de higiene, colchão para dormir; dormem na pedra pura. Isso é comum nas celas de regime de observação e também de castigo no País.

(Soa a campainha.)

O SR. PE. VALDIR JOÃO SILVEIRA – Então, enquanto houver esse sistema, nós não teremos esperança de que a coisa vá diminuir, em termos de violência, no País.

É preciso que haja, como apontamos na nossa agenda, um programa de enfrentamento. Também não existe nenhum programa nacional de integração para as pessoas que saem do sistema prisional.

Eu realmente concordo que Santa Catarina é o Estado campeão em emprego, em pessoas trabalhando, como também ressalto aqui que no Paraná nós temos o maior índice de pessoas estudando.

Então, avançar nesses índices realmente é avançar para mudar um pouquinho a realidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Pe. Valdir. Foi muito importante a sua participação nesta manhã aqui conosco.

Vamos ouvir aqui agora a Andrea, para suas considerações, contraposições.

A SRª ANDREA SCHNEIDER – Obrigada, Senador Donizeti, pela oportunidade.

Quero deixar aqui registrado o agradecimento ao Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, que tem dialogado com o Movimento Paz Novo Hamburgo e com a sociedade a respeito deste tema, buscando alternativas.

E quero dizer, Dr. Alexandre, que eu fiquei muito feliz com a sua fala, quando disse que eu falo como a voz da sociedade. Estranho seria se fosse o contrário. É importante que as instituições entendam justamente a importância de ouvir a sociedade, porque a sociedade que é o fim de todas essas nossas discussões.

Então, dentro dessa fala, eu concordo com a pessoa que interagiu através da internet, dizendo que também deveríamos ter aqui representantes das vítimas, que também fazem parte desse sistema, assim como dos agentes e dos policiais, que também enfrentam esse dia a dia, essa realidade. Fica a sugestão para, em uma próxima pauta, fazer esse convite.

Quero dizer também que o Paz Novo Hamburgo dialoga, sim, com a Administração municipal e estadual, inclusive com projetos de ressocialização e de acesso ao trabalho. Começamos, na terça-feira, a segunda turma de preparação para o mercado de trabalho dos apenados do semiaberto da nossa cidade, justamente visando complementar essa dificuldade, esse desafio, que é, de um lado, termos uma realidade posta, que é o domínio das facções criminosas, que é a escolha de pessoas que não querem ser ressocializadas. A gente tem que entender isto: há pessoas que não querem ser ressocializadas. Há aquelas que são psicopatas e é quase impossível tê-las na questão da ressocialização. Mas temos, sim, uma fatia da sociedade que pode ser ressocializada.

E nós concordamos plenamente que, cada vez mais, temos que dar essa oportunidade para que as pessoas possam sair de situações desumanas e passar, assim, a ter oportunidades de uma ressocialização, uma reeducação. Porque quando a gente fala, também, em ressocialização, nós temos que lembrar que há pessoas que nunca foram socializadas e que estão dentro do presídio. Então, nós precisamos primeiro socializá-las, para depois falar em ressocialização.

Quero dizer, também, que há a proposta levantada aqui sobre questão da progressão, pelo fim do regime semiaberto. Dr. Alexandre, não foi, em nenhum momento, dito que era para colocar todo mundo no fechado. Então, depois eu posso lhe explicar melhor a proposta levantada pelo movimento, que de nenhuma maneira pretende levar essa consideração. Pelo contrário, dar àqueles que merecem um tempo mais adequado dentro da penitenciária e àqueles que, como presos provisórios e outros, têm a capacidade de ser reintegrados, essa oportunidade, também, de uma maneira equilibrada.

Parabenizo o Secretário Adjunto de Santa Catarina. E quero dizer que eu fiquei muito surpreendida com os dados trazidos, porque, em 2014, acompanhamos uma série de rebeliões, com ônibus queimados no Estado de Santa Catarina. Ver hoje esses dados aqui nos deixa com uma alegria imensa e uma vontade de levar os detentos do Rio Grande do Sul para Santa Catarina também. (*Risos.*)

Lá está tão bom! Então, eu acho que a gente vai fazer esse encaminhamento.

Enfim, agradeço a oportunidade mais uma vez. E quero dizer, mais uma vez, que nós viemos aqui representando uma sociedade que não quer o preso morto e não quer o preso longe; quer que a gente consiga equilibrar a sociedade de maneira a realmente retirar aqueles que precisam ser retirados da sociedade, para evitar que novos crimes aconteçam, dando a eles a possibilidade de ter uma nova conduta, mas também olhando para a sociedade. O Brasil não tem, aqui, institucionalizada, a pena de morte, mas para as vítimas nós temos. Nós não temos no Brasil a prisão perpétua, mas para a família de vítimas, também, nós temos. Então, também precisamos ter esse olhar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigada, Andrea.

Vamos ouvir agora o Dr. Alexandre Vieira de Queiroz, membro da Coordenação de Acompanhamento Carcerário, representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. ALEXANDRE VIEIRA DE QUEIROZ – Senador Donizeti, eu agradeço mais uma vez o convite, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil.

Para finalizar, já que estamos chegando ao final da audiência, eu queria só ressaltar que a OAB, nós somos, por mandamento legal, representantes da sociedade. Nós não defendemos... E é por isto que eu falei do discurso da OAB, que tem que ter um discurso pragmático: porque nós não defendemos a impunidade. Muito pelo contrário. Nós defendemos, sim, que quem cometeu os seus erros pague. Agora, o grande problema que nós temos na nossa sociedade é que nós confundimos punição com pena de prisão.

Eu concordo, e agora me aproximo muito da fala da Drª Andrea, dessa segunda fala, quando ela trouxe esses esclarecimentos, que até nós tínhamos dificuldade, por conta de tempo, de explicar de uma forma mais aprofundada nossas ideias. Então, eu me aproximo um pouco mais. Mas o que é que eu ressalto? Quando nós defendemos que a pena de prisão não é a única forma de punir, a despeito do que eu já falei aqui, além do custo financeiro, do custo social, é porque nós temos um princípio, também, que é importantíssimo na nossa Constituição, que é o princípio da individualização da pena. Ou seja, cada um tem que ser punido... E aí Ulpiano, um dos mais famosos juízes, já dizia que a justiça é a constante e perene vontade de se atribuir a cada um o que é seu.

O grande problema no Brasil, e aí quando eu digo que nós temos que dialogar com a sociedade, por conta desse engodo que, com a devida máxima vênia, é vendido diariamente também, fica uma sugestão aqui, Senador Donizeti, é que um órgão importantíssimo que tem que participar desses debates também quando nós tratamos segurança pública e de sistema prisional é a mídia. Nós temos que trazer a imprensa, a mídia para esse debate. Porque ela é que consegue, por conta dos meios, dialogar de forma mais rápida e mais próxima com a sociedade. Nós não temos como combater – OAB, nem Senado, nem Pastoral Carcerária...

Vejo aqueles programas de fim de tarde que ficam toda hora dizendo: "O Brasil é o país da impunidade, porque o delegado prende, e o juiz solta." Quer dizer, nós precisamos, sim... A mídia tem que ter sua parcela de responsabilidade. E quando a gente, às vezes, com o devido respeito, conversa com alguns jornalistas, eles dizem: "Minha obrigação é informar." Não. Há responsabilidade, sim, com o conteúdo da informação.

Vamos colocar a questão da redução, vamos colocar que a maior parte da população é a favor da redução, mas também nós temos que colocar as consequências disso, o que dizem os dados estatísticos.

Veja, o Dr. André falou aqui também sobre a questão das vítimas. Coincidentemente, esta semana, e eu fiz questão de o ser, fui nomeado também para o Conselho Pró-Vida aqui do Distrito Federal, porque nós temos, sim, que ouvir a sociedade, não só o lado de quem está dentro do sistema prisional. Nós temos que analisar também a questão da gente, porque todos nós somos vítimas.

Foucault fala da coculpabilidade social. O que ele quer dizer com isso? Ele quer dizer que a sociedade, toda a sociedade – e se todos nós formos olhar quem está dentro do nosso sistema prisional, a grande maioria são brasileiros, ou seja, são membros da nossa sociedade –, se nós estamos com índices alarmantes de violência, se nosso sistema não funciona, todos nós temos, sim, uma parcela de responsabilidade. É isso que nós temos que assumir. E a sociedade tem que vir, mas a sociedade precisa ser esclarecida de que o sistema, do jeito que está, não vai resolver; não é prendendo as pessoas que nós vamos resolver o problema da violência no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Dr. Alexandre.

Vamos ouvir, agora, a Secretária Gleidy Braga Ribeiro, Secretária de Defesa e Proteção Social do Estado do Tocantins.

A SRª GLEIDY BRAGA RIBEIRO – Senador Donizete, quero agradecer novamente o convite para estar aqui participando desta audiência e reforçar o pedido para que esta Casa possa considerar a participação social, como já foi bem dito pelo Alexandre, como uma estratégia viável dentro do sistema penitenciário. Há essa previsão já na lei, na LEP, e nós precisamos fazer da participação social dos conselhos da comunidade algo efetivo, de fato.

Não dá só para o sistema de justiça fazer a gestão dessa política. As famílias precisam ter um papel fundamental também, dentro dessa política pública, de humanizar, entender que nós temos um indivíduo cumprindo uma pena, que perdeu o direito à liberdade, mas que é um cidadão, não deixou de ser um ser humano, é gente como a gente. Colocar-se no lugar dessas pessoas é de fundamental importância. Não dá para o Estado olhar para essa pessoa apenas como alguém que deve ser excluído. E eu sinto isso na pele hoje.

Hoje, o Estado do Tocantins não tem nenhuma unidade para o semiaberto. Todas as unidades são improvisadas, há locação que tem, inclusive, problemas a serem resolvidos. E toda vez que você vai tentar dialogar com a comunidade para locar um imóvel em uma determinada localidade para colocar uma unidade do semiaberto, há uma rejeição da sociedade, há um abaixo-assinado, há uma discussão: "Não, não queremos". É mais fácil excluir do que incluir. E eu me pergunto sempre, na condição de gestor: vou fazer o quê, então? Não há nenhum imóvel que queira, nenhum proprietário que queira locar uma casa, uma residência para essa finalidade? Não. Não há. Então, isso não dá.

A sociedade não pode rejeitar algo que ela produz. E a gente só resolve isso fortalecendo aqueles que querem discutir o tema. E quem quer discutir o tema está nesses conselhos; quem quer discutir o tema é a família que tem um preso, quem tem um familiar dentro do sistema penitenciário, que está sofrendo na pele essa situação.

Eu venho aqui defender esse eixo, esse eixo estratégico e importante da participação social na gestão pública. Não dá apenas para o sistema de justiça ter domínio sobre essa política. Então, é mais para reforçar isso como uma pauta importante no sistema.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Secretária.

Vamos ouvir agora o Leandro Antonio Soares Lima, que é Secretário Adjunto de Estado da Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina.

O SR. LEANDRO ANTONIO SOARES LIMA – Só para esclarecer, primeiro, nos episódios dos ônibus queimados, em todas as ocasiões em que ocorreram atentados contra a sociedade catarinense, nenhuma unidade prisional sequer teve a visita não realizada; todas as atividades foram mantidas.

Evidentemente, houve um enfrentamento organizado pelo Estado de Santa Catarina às facções criminosas, e elas acabaram demonstrando alguns efeitos colaterais através do ato de queimar ônibus, mas não houve nenhuma rebelião. Essa que o senhor relata aí, de 2014, foi uma tentativa, nós não temos uma rebelião oficial em Santa Catarina, foi uma tentativa de motim – foi em Criciúma isso –, e não houve reféns, não houve necessidade de enfrentamento. Houve, sim, um protesto, um motim. E houve diálogo, a situação foi resolvida sem um único disparo.

Portanto, nós não temos nenhuma situação grave de rebelião em Santa Catarina desde outubro de 2011, então, há um processo contínuo. E isso, Pe. Valdir, tenha certeza, o processo de atividade laboral tem provocado o distensionamento do ambiente prisional. A questão da saída da cela para ir trabalhar, da saída da cela para ir fazer um curso do Pronatec, para a assistência religiosa de qualquer religião é extremamente importante para distensionar as questões. E a família, quando percebe esse processo, passa a fazer pressão no sentido contrário. Se ele tem algum tipo de pressão para participar de algum grupo criminoso, etc., e ela começa a perceber que ele começa a trabalhar e já colaborar com a realidade financeira da sua casa ainda preso, a família entra pressionando para que ele não se envolva mais. Então, é uma corrente contrária. Ela é difícil de conseguir, mas ela não é mais incipiente pelo menos em Santa Catarina, Dr. André. Estabeleceu-se um projeto em 2011 e ele está sendo levado adiante.

O mais importante para reforçar é a questão do diálogo, do envolvimento da sociedade, das organizações sociais, das pastorais, a parceria com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público. Nós temos um Tribunal de Justiça e um Ministério Público muito atuantes, que impõem interdições, que impõem termos de ajustamento de conduta. Nesses casos em que o senhor fala, nós tivemos uma parceria muito grande nisso e o projeto de construções no Estado vem atender também a essas demandas de substituir cárceres indignos por construções mais adequadas, atendendo plenamente à Resolução nº 9 do CNPCP.

Uma outra coisa importante é que nós não podemos tirar da equação o agente penitenciário; eu sou agente penitenciário e não posso deixar de falar, sou agente penitenciário há 27 anos. O agente penitenciário é tido pela Organização Internacional do Trabalho como uma das três profissões mais perigosas do mundo. A gente precisa entender o agente penitenciário, trabalhar, capacitar esse agente penitenciário porque ele é o grande multiplicador; ele pode ser o multiplicador da boa nova e da esperança como pode ser o contrário. Então, essa releitura, essa reconstrução, essa quebra de paradigma passa pela valorização do agente penitenciário nesse contexto como um grande parceiro na mudança desse cenário.

Gostei bastante da frase que o Dr. Alexandre disse, que hoje ele está contido e amanhã ele estará contigo. O preso vai voltar para a sociedade e é melhor que ele volte em condições econômicas, em condições de treinamento e capacitação, em condições de ser recebido pela família...

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO ANTONIO SOARES LIMA – ...sem que volte com ódio, mas que volte restituído à sociedade de alguma forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom, quando houve aquela grande crise em São Paulo, em que aparece esse comando lá, e queima carro, e assombra a cidade, o governador à época – se não me engano era Cláudio Lembo, que era Vice-Governador e virou Governador – disse que aquilo era resultado, de certa forma, resumindo aquilo que ele disse, do que tinha produzido a burguesia branca, fedorenta, etc. Então, na verdade, disse agora aqui a Secretária Gleidy que nós estamos pagando por aquilo que produzimos, por não investir adequadamente na educação, por não fazer, não acreditar, não estimular o que diz o poeta e compositor Gonzaguinha, que é o seguinte: "Eu fico com a pureza da resposta das crianças, é a vida, é bonita e é bonita." A gente não tem apostado suficientemente nas crianças, por isso que a maioria é de jovem, quase analfabeto, pobre, preto, porque não temos cuidado das crianças da maneira mais adequada, de maneira que se possa promovê-las.

Outro dia, ouvi um Senador que disse o seguinte: no Brasil, às vezes existe a mania de matar o cavalo para matar o carrapato. Essa lei de drogas é mais ou menos isso. Os dados estão mostrando. Em vez de punir o carrapato, o parasita, o traficante, estamos punindo a vítima do traficante, o cavalo, que é o cidadão que sustenta a sociedade, que trabalha, que produz, que está sendo vítima desse carrapato, desse parasita que é o traficante, que, na maioria das vezes, não é punido.

Então, essa questão do envolvimento da sociedade como responsável por ajudar a resolver esse problema é fundamental. Não vamos resolver o problema do sistema penitenciário brasileiro, essa é a minha percepção, posso estar enganado, fazendo mais do mesmo. Temos que ser ousados. O Pe. Valdir já falou: não precisa construir novos presídios. É preciso que a justiça, essa coisa inoperante, sob o ponto de vista de que 41% de

quem está encarcerado não devia estar, ou, pelo menos, não foi julgado para saber se devia, como colocou o nosso representante da OAB, é preciso que a sociedade faça com que a justiça opere.

Eu, por uma razão pessoal, tenho ouvido a Secretária Gleidy falar sobre a questão da audiência de custódia, e vi que alguns Estados, por corporativismo, etc., não querem implantar. Em Tocantins, é mais ou menos isto: o Judiciário resiste à audiência de custódia. Ora, se é possível...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ela está me corrigindo: lá o Judiciário está puxando. Então, se é possível resolver esses 41% da forma necessária, aí, Andrea, acho que o trabalho de vocês é fantástico, porque envolve a sociedade. Agora, precisa debater com amplitude.

Nós sabemos que, em parte, é aquilo que você falou: ele não quer ser ressocializado. Meu motorista disse que viu um menino, um adolescente falando: "Mas por que você matou a pessoa desse jeito?" "Porque eu precisava melhorar o meu currículo". Por que ele fala isso? Aí entram os meios de comunicação, que reproduzem diariamente a violência, estimulam. Ao divulgar toda a sistemática dos crimes, etc., aquele que tem propensão ao crime encontra a tática e a estratégia para produzir o crime. Os nossos meios de comunicação têm sido nefastos com a sociedade brasileira, porque repetem aquilo – quero concluir – que o Estado brasileiro fez ao longo de séculos: errou, tem que pagar, tem que ser punido. Esse que errou tem que ser punido. Também acho que tem que ser punido, existem muitos tipos de pena. Mas, até então, nós, com os nossos filhos deficientes, procurávamos esconder os filhos. Acabamos de aprovar aqui o Estatuto da Pessoa Deficiente, que é o Estatuto da Inclusão Social, muito defendido e capitaneado pelo Senador Paim. Hoje, as famílias já não têm mais esse sentimento, na sua grande maioria: elas cuidam dos seus filhos, mesmo com os problemas que têm.

Então, a sociedade brasileira precisa cuidar dos seus filhos, com essa visão que diz o Gonzaguinha, de a gente ficar com a pureza da resposta das crianças, porque a vida poderia ser melhor, e será.

Penso que, nesta manhã, demos uma pequena contribuição para esse debate. Vou discutir com a Senadora Regina uma maneira de a gente publicar essas coisas que debatemos aqui hoje. Vamos discutir uma oportunidade para voltar ao tema.

Quero visitar a Santa Catarina, porque me atraiu. Isso está na minha pauta desde o primeiro dia em que assumi aqui, no dia 3 de fevereiro. O sistema penitenciário brasileiro não pode continuar como está. Nós precisamos acreditar, como eu acredito, nas pessoas; acho que a humanidade não é aquela coisa... Tem gente que diz o seguinte: a humanidade é um projeto que não deu certo. A humanidade é um projeto que deu certo. Eu ainda acredito que muçulmanos e judeus possam sentar à mesma mesa não para discutir tratado de paz, mas para viver em fraternidade, viver em solidariedade, o que hoje não é possível.

Encerramos a presente audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. É preciso lembrar isto: é de direitos humanos e legislação participativa. Vocês podem apresentar projeto aqui que nós vamos fazer tramitar. É por aqui que a sociedade entra com projetos, com sugestão de projeto de lei. Ontem aprovamos aqui uma sugestão de projeto de lei do Projeto Jovem Senador, que foi relatado por mim. Então, nesta Comissão, a sociedade pode entrar com sugestão de projeto de lei, que os Senadores vão debater, abrigar e tocar aqui no Senado.

Boa tarde a todos.

Muito obrigado aos nossos convidados.

Agradecemos também aos nossos ouvintes da Rádio Senado e aos nossos telespectadores da TV Senado, ao e-Cidadania, a todas as pessoas que contribuíram conosco nesta manhã.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

ATA DA 42ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quatorze minutos do dia dezoito de junho de dois mil e quinze, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **João Capiberibe,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores João Capiberibe e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 48, de 2015-CDH, de autoria do Senador João Capiberibe, para debater sobre: "A luta antimanicomial". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em

caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Eva Faleiro, Especialista no tema; Louise Fournier, Professora Doutora da Universidade de Montreal/Québec-Canadá; Edmar Carrusca, Representante do Instituto de Saúde Mental – SES/DF; e Alexandre Teixeira Trino, Coordenador-Adjunto da Coordenação da Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde – MS. O Senhor Presidente concede a palavra às Deputadas Federais Janete Capiberibe e Érika Kokay e, ainda, a uma participante do plenário: Valkíria Borba, advogada. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e trinta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **João Capiberibe,** Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Boa tarde a todos e a todas. Sejam muito bem-vindos!

Declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 48, de 2015, da CDH, de nossa autoria, para debater sobre a luta antimanicomial.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu passo a compor esta audiência pública, que tem como objetivo falar um pouco das políticas de saúde mental no País e nos situar sobre a situação geral no País. Nós temos a felicidade de contar com a presença da Profª Louise Fournier entre nós e a convidamos para participar desta audiência. Eu vou compor a Mesa e logo em seguida a gente começa.

Temos a honra de ter presente entre nós a Deputada Federal Janete Capiberibe – seja muito bem-vinda a esta Comissão! – e também aqui está o representante da Embaixada do Canadá – seja muito bem-vindo, é um prazer tê-lo aqui!

Eu convido para compor a Mesa a Profª Eva Faleiros. A Profª Eva é professora aposentada pela Universidade de Brasília, mestra em Serviço Social, militante pela luta antimanicomial e membro da Diretoria Colegiada da Inverso ONG Saúde Mental. (*Palmas.*)

Convido também a Drª Louise Fournier, Mestra em Psicologia. (*Pausa.*)

Eva, além de apresentadora, vai fazer a tradução de Louise. Louise fala francês do Quebec e Eva, como morou muito tempo no Quebec, cinco anos, fala um *québécois* perfeito.

Louise é Mestra em Psicologia com doutorado em Saúde Pública e professora do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Escola de Saúde Pública da Universidade de Montreal, Diretora do programa de Mestrado em Saúde Pública.

Convido, para compor a nossa Mesa, o Dr. Edmar Carrusca. (*Palmas.*)

O Dr. Edmar Carrusca tem formação em Psicologia, especialista pela cátedra Unesco de Bioética, da Universidade de Brasília, atua no Instituto de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

E por último convido o Dr. Alexandre Trino. (*Palmas.*)

O Dr. Alexandre Trino é mestre em saúde coletiva pela Universidade Federal Fluminense, gestor em saúde pública, atua no Ministério da Saúde como Coordenador-Adjunto da Coordenação de Saúde Mental do Ministério.

Para abrir os trabalhos, temos uma apresentação de dois vídeos sobre o tema.

Solicito que apaguem as luzes para que possamos assisti-los.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Esse é um programa, um documentário realizado pela TV Senado. Na verdade, é só uma parte, não é o documentário inteiro. O documentário tem 56 minutos. Não seria possível apresentá-lo devido ao tempo. Na verdade, o nosso interesse é ouvir os nossos convidados para que possamos ter uma ideia clara da política de saúde mental.

Está aqui presente o representante do Ministério da Saúde, que vai, certamente, nos dar um panorama da Política Nacional de Saúde Mental.

Aproveito para passar a palavra ao Dr. Alexandre Teixeira Trino, que representa o Ministério da Saúde aqui nesta audiência pública. O senhor tem dez minutos, com uma prorrogação de cinco e um pouco de tolerância de mais um ou dois minutos.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – Boa tarde a todas e a todos.

Gostaria de, em nome do nosso Ministro Arthur Chioro e do nosso Coordenador Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, Roberto Tykanori, cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Capiberibe, e agradecer pelo convite, pela oportunidade de estarmos aqui, podendo debater um assunto, um tema que para nós é muito caro, e de cumprimentar a pesquisadora canadense Louise Fournier; a pesquisadora Eva Faleiros, da UnB; e o Dr. Edmar Carrusca, também nosso companheiro da luta antimanicomial.

Para nós, da Coordenação Nacional de Saúde Mental, dentro de um contexto de iniciar reflexões acerca do tema, eu acho que é importante situar historicamente que o cuidado destinado aos portadores de transtorno mental sempre foi circunscrito ao modelo asilar, ou seja, ao modelo direcionado para a internação, para o afastamento, para a segregação e a institucionalização de hospitais psiquiátricos.

É bom que se diga que a Política Nacional de Saúde Mental tem um potencial indutor de desconstruir esse processo histórico de segregação, de internação, por conseguinte, de desconstruir o próprio equipamento hospital psiquiátrico.

A partir disso, é importante lembrar uma das nossas maiores referências em termos de modelo da atenção psicossocial, Basaglia, que vai dizer que desinstitucionalizar não é somente modificar as formas de atenção à loucura, mas produzir modificações na cultura, na sociedade, uma sociedade excludente de diferenças, portanto, produzir modificações na racionalidade social sobre esse fenômeno.

O grande desafio que temos é colocar a reforma psiquiátrica para além da reorientação do modelo de atenção em saúde mental, mas que seja também uma indução de mudança de concepções da própria sociedade. Quando a gente tem ainda muitos estigmas e preconceitos em relação à loucura, torna-se importante ter essa preocupação.

A Política Nacional de Saúde Mental corre muitos riscos, entre os quais reduzir o processo de reforma psiquiátrica a uma mera mudança de modelo assistencial. É o que disse anteriormente: a reforma psiquiátrica vai muito além de apenas reorientar o modelo assistencial. Tem todo um contexto indutor que Amarante vai colocar, como a dimensão sociocultural que também é muito importante, pois trabalhamos para transformar a relação da sociedade com as pessoas em sofrimento mental. Por conseguinte, é fundamental a gente construir a reinserção social dessas pessoas manicomializadas e apartadas por tanto tempo dentro dos hospitais psiquiátricos, dentro de um contexto que produza uma integração e uma intersetorialidade necessária dos equipamentos públicos e das políticas públicas com essa finalidade.

Aí é, um pouco, para a gente comparar o antes da reforma e o depois da reforma, a partir de um modelo que, antes da reforma, era de cuidado centrado na internação em hospital psiquiátrico. Fazendo um comparativo, hoje, a gente tem um contexto em que existe a perspectiva legitimada em política de se criar uma ampla rede de cuidado em saúde, que é a nossa rede de atenção psicossocial. Mais à frente, vocês vão ver um pouco o desenho dessa rede de atenção psicossocial dentro da política nacional.

Antes da reforma psiquiátrica, o isolamento era a marca forte do contexto segregacionista em que, a partir do manicômio, essas pessoas com transtornos mentais ficavam. A partir da abertura, da reforma, o modelo se direciona para um modelo focado no território de base comunitária, em que a produção do cuidado seja eminentemente focada no contexto social em que o indivíduo vive, dentro do território da comunidade, na capilaridade da vida e do cotidiano que esse indivíduo tem e no desafio enorme de reincluir esses usuários dentro dessa perspectiva territorial. Daí, os CAPs (Centros de Atenção Psicossocial) serem um equipamento, para nós, da política, fundamental, além de vários outros que a gente vai citar mais na frente, que são fundamentais para esse contexto.

A normatização dos sujeitos era uma outra característica bem marcante do modelo hegemônico fundado na psiquiatrização, em que o controle exercido é focado por vários cerceamentos de direitos, enquanto, a partir da reforma, o que se direciona é a complexificação do objeto do cuidado a partir de uma centralidade na garantia de direitos do indivíduo.

A lógica da instituição total é uma outra característica desse modelo antes da reforma psiquiátrica. Essa instituição total é o próprio hospital psiquiátrico asilar, de modelo asilar, enquanto, após a reforma, a gente vem com um modelo paradigmático de ampliar as práticas e saberes e, mais do que isso, fundamentalmente, de qualificar, dentro da subjetividade e da singularidade de cada caso, a potência que esse indivíduo e que qualquer ser humano tem para resgate da sua identidade como cidadão e como ser humano.

Por último, antes da reforma, a violação dos direitos humanos é uma marca mais do que sabida, é flagrante essa violação dos direitos, e essa perspectiva, depois da reforma, vem muito consubstanciada com a

corresponsabilização pelo cuidado. Ou seja, a autonomia e a necessidade de promover a contratualidade com o usuário de que ele também é responsável pelo seu próprio fazer na vida, pela sua própria saúde. Essa contratualidade produz autonomia, produz, de alguma forma, corresponsabilização.

Então, falar de tudo isso é falar de integralidade, um conceito, para nós, dentro do Sistema Único de Saúde, muito caro, que defendemos com muita veemência; integralidade como um conceito que é integrar procedimentos, ações e serviços em torno de estratégias e diretrizes que promovam a saúde da população. E, aí, falar de integralidade é falar de um conceito que dialoga com vários outros setores – direitos humanos, cultura, trabalho, educação, assistência social, segurança, saúde e vários outros que não estão aqui.

Esse tema é um tema bastante complexo, que eu acho que dá pano para manga para a gente conversar aqui, e que eu acho que vai transversalizar muito todas as falas, tanto a minha quanto as dos nossos colegas aqui na mesa.

Falar do Decreto nº 7.508 é importante. Dentro do Ministério da Saúde, a gente institui as regiões de saúde. Quando eu, lá atrás, falei do território como base fundamental para espraiar esse modelo contra-hegemônico que a gente institui a partir da política nacional, o Ministério da Saúde formula o conceito de região de saúde. Seria um espaço geográfico contínuo, constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes e delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais, e de redes de comunicação e infraestrutura de transporte, e compartilhados com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução das ações e serviços de saúde.

Pois bem, dentro dessa região existe uma série de diretrizes que, dentro do Ministério da Saúde e dentro da política nacional, são estratégicas. Uma delas é a atenção psicossocial, a rede de atenção psicossocial implantada nessa região de saúde. É isso que a gente vem desempenhando a partir da formulação da política, em 2011, no sentido de implantar nas regiões de saúde, na capilaridade dos Estados e Municípios, essa racionalidade de termos, nas regiões de saúde, uma atenção primária, uma rede de urgência e emergência, uma rede de atenção psicossocial, uma rede de atenção ambulatorial especializada e hospitalar e uma vigilância em saúde. Então, esse é o desenho que está na política nacional.

E aí vem a Política Nacional de Saúde Metal, com todas as normativas legais que, para nós, são muito pertinentes de serem citadas, porque são marcos dentro da reforma psiquiátrica e dentro do próprio histórico de luta antimanicomial. Não dá para deixar de citar a Lei nº 10.216, de 2001, um marco dentro da política pública do Estado de Direito e Cidadania e de superação do modelo asilar, que marca com muito potencial indutor um contexto importante para dentro da reforma psiquiátrica; a Lei nº 10.708, de 2003; o Decreto nº 7.508, de 2011; e a própria Portaria nº 3.088, que legitima as Redes de Atenção Psicossocial. A partir disso, o que está como direcionalidade é consolidar os princípios da reforma psiquiátrica no SUS a partir das conferências nacionais de saúde mental e intersetoriais e fortalecer a pauta de saúde mental na agenda das políticas públicas intra e intersetoriais, e a articulação com os movimentos sociais.

A partir da Política Nacional de Saúde Mental, é importante colocar alguns marcos. Primeiro: a rede de saúde mental deve ser integrada, articulada e efetiva nos diferentes pontos de atenção, para atender às pessoas em sofrimento e/ou com demandas decorrentes de transtornos mentais ou de consumo de álcool, *crack* e outras drogas. Ou seja, tem que haver uma rede articulada, integrada, não só pelo CAPs, mas por equipamentos da atenção básica, por equipamentos de urgência e emergência, por equipamentos da própria atenção hospitalar e equipamentos que são necessários para a gente produzir a desinstitucionalização manicomial. Cito os serviços de residência terapêutica, que, para nós, são muito importantes nesse processo.

Devem-se considerar as especificidades locorregionais. Em um País continental como este, logicamente a gente tem a pressuposta necessidade de considerar a realidade locorregional. A ênfase é nos serviços de base comunitária, caracterizados pela plasticidade de se adequar às necessidades dos usuários e familiares, e não estes se adequarem aos serviços. Isso é importante ser destacado. Normalmente os serviços de saúde apresentam cardápio de ofertas aos quais os cidadãos têm que se adequar. Tentamos aqui instituir justamente o contrário, ou seja, o serviço de base comunitária instalado na capilaridade do território que deve se adequar às necessidades e demandas que esse usuário traz. É importante rever esse jogo.

Atua na perspectiva territorial conhecendo suas dimensões, gerando e transformando lugares e relações. Fundamentalmente, esse quarto item para nós é muito importante. Vou me adiantar, porque o tempo é curto.

Objetivos: ampliar o acesso à atenção psicossocial da população em geral, promover a vinculação de pessoas em sofrimento, transtorno mental, com necessidade decorrente de uso de álcool, *crack*, outras drogas e suas famílias aos pontos de atenção, e garantir a articulação e integração dos pontos de atenção da rede no território.

Vou passar isso.

Aqui são diretrizes fundamentais que dialogam com conceitos muito caros para a produção do cuidado de saúde mental, por exemplo: o cuidado integral; o projeto terapêutico singular de cada indivíduo no sentido de perceber a singularidade e a processualidade de cada usuário – o profissional do CAPs ou o profissional de outro equipamento de saúde utilizar essa importante ferramenta para acompanhar e gerenciar o cuidado desse indivíduo –; a diversificação de estratégias e o respeito aos direitos humanos; o pleno exercício da cidadania, como foco principal para incluir socialmente novamente essas pessoas; desenvolvimento de atividades no território. E fundamentalmente, tudo isso tem um teor muito forte de desconstruir estigmas e preconceitos muito arraigados socialmente, que fazem toda diferença quando entramos com potencial de ferramentas de cuidado, como estas que estou citando aqui.

Aqui é um pouco do desenho dos componentes da Rede de Atenção Psicossocial. São sete componentes. O primeiro componente de atenção básica, em que temos unidades básicas de saúde, núcleos de apoio à saúde da família, consultórios na rua e centros de convivência e cultura fazendo parte desse componente de atenção básica. O componente de atenção psicossocial, que são os próprios CAPs em suas diversas modalidades. A atenção de urgência e emergência, caracterizada pelo Samu e pela UPA. A atenção residencial de caráter transitório, que são unidades de acolhimento e serviços de atenção em regime residencial. Unidades de acolhimento, é bom que se diga, são equipamentos eminentemente voltados para indivíduos em vulnerabilidade social, que dependem de um tempo para serem, de alguma forma, recebidos e acolhidos na unidade de acolhimento até conseguirem se inserir socialmente. A atenção hospitalar são os leitos de saúde mental em hospital geral, é bom que se diga isso. Se queremos e há toda uma direcionalidade de não reconhecer os hospitais psiquiátricos como equipamentos que legitimem essa política, não seria coerente incluir hospital psiquiátrico dentro da Rede de Atenção Psicossocial. Por isso, hospitais gerais, ou seja, existem leitos de saúde mental dentro do hospital geral. Estratégias de desinstitucionalização, que são os nossos serviços residenciais terapêuticos. Indivíduos que estão há muito tempo manicomializados, às vezes, trinta, quarenta anos asilados, muitos deles perdem completamente seus vínculos sociais e familiares. Os que conseguimos resgatar os vínculos sociais e familiares não vão para essas residências terapêuticas, vão direto para o seio de suas famílias, mas muitas vezes não conseguimos mais encontrar esses laços, e os serviços de residência terapêutica são equipamentos que agrupam, agregam indivíduos que estão sendo desinstitucionalizados para viverem em sociedade novamente. E a estratégia de reabilitação psicossocial, que são iniciativas de geração de trabalho e renda e fortalecimento de protagonismo de usuários e familiares, com todo um foco em cooperativismo social e geração de trabalho e renda que são fundamentais nesse contexto. Está aí desenhada a Rede de Atenção Psicossocial. Acho que mais para a frente podemos debater.

Aqui está um desenho do que são esses equipamentos que eu disse anteriormente. Também vou passar por esse.

Aqui é um desenho daquilo que consideramos trabalhar em rede, tendo uma linha de cuidado por trás de todas as esferas de complexidade do Sistema Único de Saúde. Mais do que isso, para além do Sistema Único de Saúde, há necessidade de tecermos redes intersetoriais nesse contexto.

Garantir direitos e produzir direitos da pessoa com sofrimento psíquico requer pontos de atenção da rede voltados para a não violação de direitos, garantir direitos e, mais do que isso, promover direitos, cuidados que garantam e promovam autonomia, fortalecimento do poder de contratualidade social, acesso e exercício de direitos, atenção a situações de crise.

Eu vi ali no vídeo uma menção à crise. É fundamental termos em nossos serviços um escopo necessário de preparo para conseguirmos mediar com a crise, sem a necessidade de internar esse indivíduo novamente. Isso é fundamental.

O atendimento domiciliar para os casos necessários e as ações de reabilitação psicossocial, que são fundamentalmente focadas em contextos de iniciativas articuladas de trabalho no território, com economia solidária, habitação, educação, cultura, direitos humanos, que garantam o exercício do direito de cidadania, visando à produção de novas possibilidades.

Essa promoção de contratualidade no território é para nós, também, potencial estratégico fundamental. O acompanhamento de usuários em cenários da vida cotidiana, na casa, no trabalho, com iniciativas de geração de renda e empreendimentos solidários, contextos familiares, sociais e no território, com a mediação de relações com a criação de novos campos de negociação e de diálogo que garantam e propiciem a participação do usuário em igualdade de oportunidades e ampliação de redes sociais e sua autonomia. Isso é um grande desafio. A reabilitação psicossocial é um grande desafio para nós.

Fortalecimento do protagonismo de usuários no Centro de Atenção Psicossocial. O Centro de Atenção Psicossocial, é importante citar, tem uma dimensão muito importante dentro desse desenho, dentro dessa política.

A atividade que fomenta e a participação de usuários e familiares nos processos de gestão e serviços e da rede, como assembleia de serviços, participação em conselhos, conferências e congressos, e a apropriação e a defesa de direitos e criação de formas associativas de organização. Ou seja, em linhas gerais, o que estamos falando aqui é de promover o protagonismo e a participação do usuário no serviço de saúde que ele frequenta, fundamentalmente.

Projetualidade da reforma psiquiátrica do SUS. É importante que se diga que questões complexas não devem ser respondidas por respostas simples. As respostas devem ser complexas; Saraceno lembra isso. Essa dimensão da política nacional de saúde mental tem uma complexidade enorme, que precisamos encarar.

Riscos de simplificação. Que não dimensionemos todo esse potencial que desenhou em termos de política de forma simplificada. E aí o grande desafio é exatamente complexificarmos esse processo. Apostar fundamentalmente na equidade e na universalidade, cuidar do sofrimento, acesso e direitos.

Por último, Paul Singer, um economista nosso importante vem defendendo muito, e corroboramos, estamos escrevendo documentos na Coordenação Nacional de Saúde Mental a respeito da questão de vincular políticas públicas com felicidade, lembrando um pouco do conceito de felicidade, congregando aí uma série de domínios e possibilidades que dialogam na perspectiva da política pública e que podem dimensionar a felicidade para esse contexto das políticas públicas. Lembrando que felicidade pode ser vitalidade comunitária, pode ser aproveitar melhor o seu tempo onde você está vivendo, ter acesso à educação, ter acesso ao lazer, ter acesso à saúde, ter acesso ao trabalho, ter inclusão social, resgatar a sua identidade, o seu pertencimento como cidadão.

Agora, para terminar, é importante citar um pouco a série histórica de expansão dos CAPs no País, desde 1998 até 2015. Hoje, em 2015, nós temos 2.237 Centros de Atenção Psicossocial em funcionamento no País. Então, existe todo um processo bem característico de crescimento, em progressão geométrica, desse processo de implantação dos CAPs no País. Hoje, repito, há 2.237 CAPs em funcionamento.

Aí o número de CAPs por tipo. Nós temos seis tipos de CAPS diferentes: CAPs I, CAPs II... CAPs I e CAPs II são para transtornos. CAPs III é um CAPs para 24 horas, que atende 24 horas. Nós temos no País, em 2015: 1.081 CAPs I; 483 CAPs II; 86 CAPs 24 horas. Este é um grande desafio: aumentar os CAPs 24 horas. CAPSi, que é um CAPs Infantil, voltado para a infância e adolescência, e o CAPs Álcool e Drogas, além do CAPs AD III, que é o CAPs Álcool e Drogas para 24 horas. No total, somam 2.237 CAPs.

Esses aqui são os Municípios elegíveis com CAPs no Brasil hoje. Dos 2.237 CAPs, no Brasil, nós temos hoje 1.506 Municípios que são elegíveis com CAPs. Municípios elegíveis são aqueles acima de 15 mil habitantes. Pela política, Municípios acima de 15 mil habitantes podem implantar CAPs no seu território. E 62% dos Municípios que são elegíveis hoje, no País, têm CAPs.

Aqui é um pouco da cobertura por Municípios. Não é a linha histórica do mapa, em 2002, 2006 e 2014. Vejam que avançamos consideravelmente em 12 anos de estratégias voltadas para a implantação desse equipamento.

Aqui é o Programa De Volta para Casa, que é um programa voltado para usuários que são desinstitucionalizados e que recebem um benefício. Como eles não têm a condição de sobrevivência legitimada, nós pagamos um benefício para eles terem condições necessárias para serem reinseridos socialmente, novamente. Então, temos 4.364 beneficiários hoje do Programa De Volta para Casa, 2015.

Aqui os serviços residenciais terapêuticos. Hoje nós temos 624 residências terapêuticas, que, como eu disse antes, são equipamentos que têm um objetivo central de acolher usuários que estão manicomializados.

Aqui é o último eslaide. É a evolução de recursos de custeio da Rede de Atenção Psicossocial de 2011 a 2014. Então, avançamos consideravelmente nesse último quadriênio. Tínhamos um orçamento que gerava uma monta, em 2011, de 460 milhões. Em 2014, chegamos a um orçamento total de 1,5 bilhão. Isso é característico de um contexto bem propulsor de incentivo e de estímulo à política.

Era isso.

Quero agradecer mais uma vez e estou aberto para o debate, para as perguntas e para a fala dos colegas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado. Em nome da Comissão, agradecemos a apresentação da Política Nacional de Saúde Mental. Eu tenho certeza de que são informações importantes que não só nós que estamos aqui participando da audiência, mas quem nos acompanha pela internet está tendo oportunidade de tomar conhecimento.

Dando sequência, nós vamos ouvir a Drª Eva Faleiros, que é especialista no tema.

A SRª EVA FALEIROS – Boa tarde. Faço uma saudação aqui aos componentes da Mesa pela realização desta audiência pública.

Como militante do movimento há muitos anos, desde 1993, a gente vem acompanhando esses esforços da política do Brasil.

Nós temos, em Brasília, uma ONG, que é um centro de convivência para pessoas com intenso sofrimento psíquico.

O que eu pensei em falar aqui para vocês seria o aprofundamento do que nós viemos vivendo, sofrendo, de certa forma, também.

No ano passado e este ano, aconteceram duas coisas muito importantes. Uma é que nós da nossa ONG resolvemos escrever um livro. O nosso paradigma foi definido desde a inauguração, a criação, a desinstitucionalização. Então, depois de quatorze anos de funcionamento, nós resolvemos escrever um livro sobre essa experiência, que já está quase na sua etapa final.

Outra coisa que aconteceu foi que nós organizamos um grupo de militantes da luta antimanicomial do DF e fomos a Trieste ver a experiência, a prática da origem das nossas escolhas epistemológicas.

Esses dois fatos nos possibilitaram aprofundar a teoria e a prática da desinstitucionalização. E em função desse aprofundamento, eu queria conversar com vocês sobre a análise que eu faço hoje em dia sobre a reforma psiquiátrica no Brasil.

Bom, a reforma psiquiátrica no Brasil nasceu sob a influência de Basaglia e da equipe dele – não é em Gorizia e Trieste –, nos anos 60 e 70, que tem uma produção espetacular.

Em 1978, Basaglia esteve no Brasil. E no Brasil, a partir do encontro de Bauru, que foi o encontro dos profissionais de saúde mental que não se conformavam com o estado em que se encontrava a assistência às pessoas acometidas de transtorno mental, criaram, então, o Movimento Antimanicomial – isso em 1987. Então, começou a luta pela aprovação da lei, que só ocorreu em 2001. Isso para contextualizar.

Eu, a partir da experiência de reflexão e de prática da desinstitucionalização, não concordo com este nome: "reforma psiquiátrica". Não é reforma e não é da Psiquiatria. Trata-se de outro paradigma. É uma ruptura radical na concepção do que é loucura, de como trabalhar com isso.

E está muito claro, na teoria e na prática da desinstitucionalização, que nós temos que pôr a doença entre parênteses. Não se trata de doença. As pessoas estão acometidas, têm uma existência-sofrimento. O nosso objetivo na desinstitucionalização, o objeto da ação não é doença e não é sintoma. É existência-sofrimento. Tu adoeces porque tu tens uma existência-sofrimento. E é muito interessante quando a gente pergunta para eles onde é que dói. Eu me lembro de que uma moça falou assim: "Dói aqui, dói aqui". Dói viver daquele jeito.

Eu me lembro de um queridíssimo amigo quebequense que faleceu, Taleghani, que fez uma pesquisa sobre quase 300 pessoas, 200 e tantas, que tinham tentado suicídio. Dessas, só três se suicidaram, porque as outras queriam era mudar de vida. Não é que não queriam mais viver; não queriam aquela vida. Então, essa é uma coisa fundamental.

O paradigma da medicina biológica, que é centrado na doença, como qualquer instituição, tem os seus aparatos científicos, legislativos e administrativos que então vão dar conta daquele paradigma. Se eu estou cuidando de doença, eu vou ter todo um aparato para cuidar de doença. Agora, se o meu objeto é mudar a existência-sofrimento, o meu aparato tem que ser outro. Não quer dizer que a gente não cuide do sofrimento, só que o sofrimento não é só doença. Sofrimento não é só sintoma. O sofrimento não se resolve só com medicação.

Então, o que se vê, segundo Rotelli, é que o quadro epistemológico define as ações a serem empreendidas, como está organizado o espaço, como são os equipamentos, como são as rotinas, como são as relações, o que é que se faz.

A desinstitucionalização, em uma síntese feita pela equipe do Basaglia, é outra orientação teórico-prática que implica colocar a doença entre parênteses. Ou seja, adotar como objeto a existência-sofrimento. Então, por exemplo, vou fazer uma anamnese de alguém que chega para ser atendido. Normalmente, segundo o meu modelo, se eu estou cuidando da doença, eu começo: quando é que você adoeceu?; o que é que você sentiu?; onde é que você foi tratado?; que remédio você tomou?. Se o meu objeto é existência-sofrimento, eu vou saber da existência dele. E aí, dentro dessa existência, o que levou ao sofrimento.

Outra coisa é não reduzir a pessoa a um CID como identidade. É interessante que lá na ONG há pessoas que chegam e se apresentam assim: "O meu CID é tal". Eu digo: eu não sei de CID, não quero saber de CID, eu quero saber o seu nome, por que você veio para cá e o que você tem vontade de fazer.

Outro dia eu estava com um grupo de assistentes sociais e uma estava contando uma coisa muito interessante: para ter acesso a certos benefícios, eles dizem que tem que ter um CID forte. Por exemplo, ao vale-transporte, se tu não tens um CID forte, tu não tens acesso a esse benefício. Então, eles chegam e pedem para o médico: "Me dê aí um CID forte". Eu achei tão estranho! Mas é uma forma de dar conta de certas políticas que são burras: tem de ter CID forte para ter vale-transporte. Se tu não tens CID forte, é o caso, por exemplo, de

depressão, aí, fica deprimido mesmo, cada vez mais deprimido até que seu CID fique forte, então vai ter vale-transporte para ir se tratar.

Bom, uma outra coisa é que o objetivo do modelo biológico é a cura ou a melhora. Isso é, ao mesmo tempo, uma contradição, porque dizem que essa doença não tem cura, mas vamos atrás da cura. Acontece que, na desinstitucionalização, a questão, o objetivo não é a cura, é a tua singularidade – tu, sujeito.

Outro dia eu fiquei muito chocada. Houve aqui aquela exposição daquela japonesa famosíssima, que é compulsiva, que faz rodinhas, bolinhas. Eu fui ver essa exposição. Vocês foram?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª EVA FALEIROS – Eu saí de lá pirada, porque eu disse o seguinte: se tivessem tirado esse CID dela, ela não seria ela. Eu fico arrepiada. Será que não é isto que a gente está fazendo: tirando o que tu és, a tua singularidade, o teu jeito de ser? Porque, então, se eu o leio como um sintoma, vamos tirar isso dessa pessoa.

E eu tenho uma história comovente de uma equipe, uma psiquiatra ótima que nós tínhamos, até faleceu, e uma assistente social. Estavam cuidando de um rapaz que tinha delírio religioso. O quarto dele, a casa dele, o comportamento dele era totalmente delirante. Aí a psiquiatra falou assim: "Olha, agora tem uma nova medicação. Quem sabe a gente tenta com ele?". Mas ele era um santo, ele gostava de ser santo, ele era um santo, e deram a medicação. O quarto ficou arrumadinho, ele deixou de ser santo, entrou e se apagou. E se apagou o santo, ele era um santo. Então, eu fiquei impressionada com a coragem dessa médica e dessa assistente social: "Vamos tirar o remédio dele. Deixe-o ser o que ele é." Deixem ser uma obsessiva que é uma artista. Isso é o que eu acho uma radicalidade que a gente não tem coragem, porque, no fundo, eu acho que a gente ainda está apegado a esse modelo, que tem mesmo...

(Soa a campainha.)

A SRª EVA FALEIROS – ... que tratar, que tem mesmo que dopar, tem mesmo que fazer algo para diminuir o sofrimento, mas não para matar o indivíduo, a sua singularidade.

Então, isto é uma coisa muito importante: a diferença entre objeto e objetivo.

Outra coisa, nós não podemos explicar o adoecimento como uma coisa súbita; é uma história. E é nessa história que nós temos que retomar a pessoa. Eu lembro que nós temos uma colega, a Elisa, que sempre diz o seguinte: a gente trabalha com a pessoa a partir do momento em que ela adoeceu, mas toda a história dela, o que ela sabe – eles sabem fazer as coisas, eles viveram, eles tiveram desejos que não têm mais –, nós não cuidamos disso. Então eu acho que o nosso fio da meada ao trabalhar com as pessoas é saber essa história, porque é na história que está o que move o ser humano, que é o desejo.

Chega a um ponto a gente que trabalha com pessoas que foram internadas há muitos anos de ver coisas que até Deus duvida. Em um hospital que foi fechado aqui, a Clínica Planalto – tu sabes disso, tu os acompanhaste, tu os recebeste quando saíram de lá –, havia pessoas que não sabiam mais o seu nome. O que é isso, gente? Não é possível isto: deixar uma pessoa sem nome.

(Soa a campainha.)

A SRª EVA FALEIROS – Fora um outro senhor que nunca mais falou. O que eu vou dizer? Ficou anos, anos e anos interno, nunca ninguém o viu, não tinha nada, não tinha assunto sobre o que falar e parou de falar.

Bom, outra coisa da desinstitucionalização é a questão, isso nem se fale, da integridade física, psicológica e os plenos direitos dos cuidados, porque é impressionante o que se fez e o que ainda existe de tortura em instituições de internação. É revoltante, é inumano, não há... E aí nós temos que também mudar a nossa forma, fazer a inclusão do sujeito – vocês usam um outro nome; no Ministério, nós chamamos intersetorialidade –, porque ninguém vive sem casa, sem renda, sem saúde, sem lazer, sem cultura, sem trabalho – entre parênteses, gente.

Em Trieste, o que nos chocou foi isto: a ênfase do tratamento é o trabalho, é o trabalho. Começa com bolsa de trabalho, há cooperativa de trabalho. E não é um trabalhinho, um artesanatozinho de má qualidade que tu compras por peninha; não mesmo. É direito trabalhista, é horário de trabalho, é impressionante essa mudança.

Eu acho que nós temos que realmente...

(Soa a campainha.)

A SRª EVA FALEIROS – Em relação à política do Ministério, eu acho que falta muito para a desinstitucionalização. Tem alguns traços de desinstitucionalização, mas é centrada ainda na doença. Quando eu leio as portarias dos CAPs, o que é aquela equipe? Equipe só de saúde. Então está muito centrado na doença. Houve uma desospitalização muito importante, uma humanização muito importante, os CAPs são muito importantes,

agora, em termos de desinstitucionalização, e coincide com o que vocês colocaram, são as residências terapêuticas e as políticas de renda: o De volta para Casa, o BPC, a questão do transporte, porque eu sou implicada com essa questão do passe livre. Olha, um recado para o Ministério: há que se resolver isso em nível nacional, porque está todo mundo nas mãos de cada prefeito, de cada governador, se quer ou não quer que isso aconteça. E, sem transporte, não há inclusão. Tem que haver uma mudança em relação a isso.

Outra coisa, a questão da internação curta em hospital geral. Infelizmente, aqui no DF, sofre uma resistência absurda. Os diretores de hospital não aceitam. Há uma lei que não se faz valer. Aqui em Brasília, nos anos 60, começou a atenção no Hospital de Base, no nono andar; depois é que se criou o Hospital Psiquiátrico. E o que a gente viu em Trieste é que não coexiste hospital psiquiátrico com serviço aberto. Hospital psiquiátrico não existe. Isso é uma coisa fundamental, porque, na medida em que existe, o que acontece? Nos casos, nas situações de crise, crônicos, dependente químico em medida de segurança, interna-se. Os que estão melhorzinho vão para serviço aberto. Não pode haver isso! Enquanto for assim, não vamos avançar.

Então, o que eu leio? Leio que está havendo um retrocesso em relação à internação no Brasil. Nas clínicas privadas, perderam clientela de transtorno mental. Bom, vamos cuidar de dependente químico, que tem bastante recaída, e internação, como se fosse a única saída a internação para tratamento de dependente químico. E, aí, vai uma crítica à atual política em relação às comunidades terapêuticas. É insuportável isso. A pesquisa feita em Brasília, que visitou as unidades terapêuticas daqui: é manicômio. Estamos financiando outra vez manicômio. Então, há uma política de internação, uma volta à internação. Isso eu considero grave.

Outra coisa que é grave é o desmonte de experiências famosas, de maior sucesso, como Campinas, como Minas Gerais e outras pelo Brasil. Não se pode ficar na mão de político, que quer ou não quer, deixa ou não deixa, está interessado ou não está interessado. Acho que falta – eu digo isso e o pessoal acha graça – cacete democrático. Tem lei, tem direito, vai fazer valer. Não é autoritarismo; é fazer valer.

O pessoal diz que vai criar o partido do cacete democrático. (*Risos.*)

Bom, por que está ocorrendo isso? Por que não se avança? Por que se retrocede? Acho que há diversas razões. Há razões de ordem política, há razões de ordem metodológica e há razões de gestão.

Política. A correlação de forças. Nós, que somos pela luta antimanicomial, estamos desarticulados politicamente; não sabemos trabalhar articuladamente. Depois vou dar como acho que podemos fazer um pouco, porque isso a gente perguntou em Trieste: "Como é que vocês conseguiram manter essa experiência?" Porque, no Brasil, se avança, muda o prefeito, não avança mais. Então, não sabemos nos articular politicamente. Tem que articular partido político, sindicato... Depois vou relacionar outras coisas.

Por outro lado, quem quer manter o *status quo* sabe se articular; são bem articulados e têm grandes parceiros.

(Soa a campainha.)

A SRª EVA FALEIROS – Bom, metodologicamente. Eu acho que a grande maioria das pessoas que estão trabalhando na saúde mental não conhecem o paradigma da desinstitucionalização.

Eu acho que tem que ser definido, vai ser o paradigma da desinstitucionalização, cacete democrático onde for necessário e formar as pessoas nisso. Eu, se não fosse tão idosa, iria fazer um levantamento para ver quantas pessoas estão trabalhando em saúde mental e que sabem o que é o paradigma da desinstitucionalização.

Não sabem! Não têm a mínima ideia dessas coisas básicas que estou dizendo aqui.

Então, em primeiro lugar, tem que ter essa unidade de paradigma, porque o que está acontecendo é o seguinte: pode ter um serviço aberto, como o CAPS, mas cada um está fazendo o que quer. O sujeito diz: "Ah, eu sou da desinstitucionalização", mas, aí, chega o psiquiatra: "Não, tem que internar, tem que fazer isso". E sei porque temos militantes que sofrem dentro dos CAPS, porque não há essa definição.

É desinstitucionalização? É desinstitucionalização meia boca ou não é? Definir. Se não, somos desinstitucionalização, mas meia boca. Que história é essa?!

Essa é uma questão importantíssima: definir. E eu acho, na nossa ONG, que o que nos manteve fieis foi que, desde o princípio, nós tínhamos uma clareza metodológica: é isso aqui. Agora, como vai fazer, nós vamos fazendo. Se um tiver uma recaída: "Ó cara, isso aí não é". Entendeu? Há que se ter essa base, porque parece que a gente trabalha assim como franco atirador, hoje vou fazer isso, amanhã faço aquilo, você faz uma coisinha, você faz outra diferente da minha, mas não tem importância. Assim, não se vai adiante.

E, depois, há uma questão de gestão muito séria.

Só para retomar, há as questões políticas, as metodológicas e as de gestão, planejamento.

Não se trabalha com planejamento...

(Soa a campainha.)

A SRª EVA FALEIROS – ... com definição de prioridades e orçamento correspondente. Você não pode fazer tudo, mas o que é prioritário fazer? Cara, isso é o ABC; é um problema de gestão.

Outra coisa: há uma desarticulação de comunicação entre nós. Na rede local, a gente não se comunica. Com todos os instrumentos disponíveis hoje em dia... E é impressionante ver como as pessoas aderem.

Nós recebemos na ONG uma estagiária de Serviço Social; e, embora nós tenhamos computadores lá, eles eram assim, quase que um brinquedo. Ah, eu quero isso, eu quero aqui, e resolvemos fazer um *blog* da ONG. Ela disse: "Ah, eu vou conversar com eles também, vamos tentar a inclusão". Gente, o tal do blog foi uma revolução, viu? Ela escreveu o trabalho final de curso dela sobre isso.

Cara, o *blog*... Cada um tem o seu *blog*. Um disse assim quando se viu: "Agora eu estou no mundo!" Outro me disse assim uma terça-feira: "Sabe que...". E ele mora sozinho, mas passa os finais de semana com a mãe e se dá muito mal. "Sabe que esse final de semana foi ruim com a minha mãe, mas a gente já se acertou pelo *blog*". (*Risos.*)

Então, se as pessoas... Gente, há cada instrumento maravilhoso hoje em dia! Por que a gente não se articula, a rede local, a rede nacional? Por isso, nós somos desarticulados, até entre nós.

No Hospital São Vicente, aqui, tem urgência, internação – já vou acabar, tá? – e ambulatório. Tinha o Hospital Dia também. E eu achei interessante porque eles não se comunicam entre si. Então, teve um usuário que falou assim: "Eu estava no HPAP e agora estou no São Vicente". Bom; não tem 100m de distância um do outro. O HPAP era urgência e o São Vicente era internação. Por que não se comunicam? "Eu te atendo na urgência... Olha, tu vais ter que ir para a internação, mas você não sabe o que foi feito aqui".

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª EVA FALEIROS – Está vendo?!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª EVA FALEIROS – O.k.

Nós vamos abrir aqui para vocês abrirem a boca.

Bom, gente, mas chega de dizer... Já me cobraram o tempo.

Eu sempre gosto de pensar: "Como é que a gente vai avançar?".

Então, eu acho que a primeira coisa é adotar o paradigma da desinstitucionalização. Não hospitais psiquiátricos, hospital geral, ambulatório, atenção básica, PSF território, redes, residência terapêutica, novos serviços abertos, centros de convivência, acompanhamento terapêutico, terapia comunitária, trabalho corporal, No particular, vou abrir um parêntese para dizer: em Trieste, eles tratam dependência de heroína com trabalho corporal! É de cair o queixo. Nós não cuidamos disso. Ainda: cultura, capacitação das equipes, inclusão nestas políticas – BPC, De Volta para Casa e Passe Livre –, que estão cada vez piores de acessar, e trabalho.

2) Intersetorialidade. Aí, nós temos que trabalhar, pois são situações complexas: saúde, educação. As demandas de educação. Lá na ONG já chegou gente analfabeta e já chegou gente que queria entrar na universidade para fazer um curso universitário e fez. No Brasil, a gente convive com o analfabetismo, gente! O que é isso?!

Bom; cultura, renda, habitação, trabalho. A gente cansa de dizer isso, mas a gente não se articula para fazer junto.

Falei de intersetorialidade.

3) Articulação política.

Agora, vou falar rapidamente sobre articulação política: sindicatos, partidos políticos, movimentos de defesa de direitos, Academia, Legislativo com frentes parlamentares, serviços de defesa de direitos, mídia escrita, rádio, televisão e redes sociais – e temos de trabalhar com rede social –, organização dos usuários e com controle social.

Para concluir, acho que temos de revisar a política de álcool e drogas e a política de medicamentos, porque se está botando dinheiro fora. Uma hora há um medicamento; outra hora, há outro; outra hora, há outro; outra hora, há outro. O Ricardo Lins tem uma proposta interessante: que esses medicamentos básicos entrem nessa cesta da Farmácia Popular.

Leva essa ideia, cara! Vamos fazer um projeto sobre isso!

Chegou, gente! Estou sem voz. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado, Eva. Obrigado por essa aula para todos nós.

A SRª EVA FALEIROS – Dei meu recado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Todos nós somos tomadores de decisão e, de fato, precisamos de informação, para melhorar o nosso atendimento à coletividade. Aqui, a nossa função é garantir direitos, independentemente de as pessoas serem brancas, negras, homossexuais...

A SRª EVA FALEIROS – Loucas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – ...loucas. Isso não interessa. Nós estamos aqui para lutar para garantir esses direitos.

Eu queria agradecer e anunciar que aqui estão participando desta audiência pública conosco os usuários do Instituto de Saúde Mental do Riacho Fundo, o grupo da Rose, Derli e Raimunda. (*Palmas.*)

Obrigado pela presença de todos vocês. Sejam bem-vindos! Ajudem-nos a poder melhorar o atendimento.

Tenho de tomar uma decisão aqui. Há dois palestrantes.

A Louise vai falar da experiência canadense, que, daqui a pouco, vamos ter a satisfação de conhecer minimamente.

Vou passar a palavra ao Edmar Carrusca, representante do Instituto de Saúde Mental do DF.

Portanto, o senhor está com a palavra.

A SRª EVA FALEIROS (*Fora do microfone.*) – O senhor é o representante da Comissão de Direitos Humanos do DF? Ainda está lá?

O SR. EDMAR CARRUSCA – Não, mas estou querendo voltar já.

Boa tarde a todos!

Deputada Janete Capiberibe, prazer em conhecê-la!

Senador João Capiberibe, também tenho prazer em conhecê-lo.

Cumprimento a Drª Louise Fournier e o Dr. Alexandre Trino.

É um prazer estar aqui, nesta Casa. É um prazer ver meus colegas. (*Palmas.*)

Desculpem-me!

Eu tinha preparado um texto, mas depois que ouvi a Eva... Sou discípulo da Eva. Aprendi muito com ela.

Eu gostaria de falar em nome dos usuários de saúde mental, não na visão do Ministério, daquilo que apresentou o Alexandre, mas daquilo que nos falta.

O Distrito Federal, há bem pouco tempo, estava em último lugar no *ranking* de CAPS do Ministério da Saúde. Sei que o Ministério da Saúde tem feito um excelente trabalho e um esforço bastante profícuo, mas eu gostaria de me referir àquilo que nos é mais difícil.

Meus colegas precisam de capacitação, precisamos de geração de renda, precisamos de ônibus na porta, e vimos numa luta política intensa... A Eva falou 93, e eu devo ter começado em 91, com a criação do Movimento Pró-Saúde Mental, do qual fui parte em 91.

Na realidade, a minha experiência é pequena, mas luto pelos direitos humanos de pessoas em sofrimento psíquico.

A Eva, outro dia, provocou-me num curso de especialização em Saúde Mental, da UnB, e disse assim: "Nós temos que estudar Hannah Arendt, porque Hannah Arendt falava que cidadania é o direito a ter direitos". Essa frase me capturou. A partir daí, fui estudar Hannah Arendt... Estou tentando estudar Hannah Arendt, porque, realmente, é muito complexo, e ainda há muita coisa para aprender.

Fascinou-me muito a posição de Hannah Arendt, filósofa alemã, porque ela começa a discutir a questão do nazismo e, a partir daí, começa a discutir a exclusão dos judeus e fala da perda da cidadania dos judeus, que, a partir de então, são colocados em situação de perder todos os seus direitos e, a partir disso, são colocados em campos de concentração, são torturados, sofrem experiências científicas e, a partir disso, às vezes a morte de milhões de pessoas. O hospital psiquiátrico fez isso no Brasil... No mundo; não é, Eva?

Hannah Arendt, então, foi um canal que procurei para começar a discutir direitos humanos de pessoas em sofrimento psíquico. Aprendi muito com as assistentes sociais. Há uns 20 anos, a Eva já supervisionava as assistentes sociais no Instituto de Saúde Mental, e tínhamos um grupo chamado Grupo de Cidadania. E esse grupo discutia direitos humanos e direitos civis.

Desculpem-me a emoção.

Nós levamos 12 anos para aprovar a Lei nº 10.216. Eu participei junto com os nossos colegas dessa luta no Instituto de Saúde Mental, quando enchíamos um ônibus de pacientes e vínhamos para a Câmara ou para o Senado lutar pelos direitos dos nossos usuários, dos trabalhadores e dos familiares.

Eu não vou me prolongar, mas é emocionante estar aqui hoje, discutindo, e estar com meus colegas e meus pacientes.

O que me pediram? Coisas simples: defesa intransigente dos direitos humanos de pessoas com sofrimento psíquico.

Não podemos ter casos como o da condenação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o Brasil, de forma exemplar, a não repetir morte em hospital psiquiátrico.

Nós fomos condenados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Damião Ximenes, paciente psiquiátrico que morreu vítima de maus-tratos no hospital psiquiátrico, se não me engano, em Sobral, Ceará.

Eu estava com o Ministro Paulo Vannuchi, na época, num seminário de direitos humanos internacional – estava fazendo um curso com ele, em Joinville, juntamente com várias pessoas –, com palestrantes de direitos humanos, e, ali, comprei esse livro chamado *Damião Ximenes: Primeira Condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que* eu li esse livro em duas semanas. Numa semana eu tinha um curso, houve um intervalo e, na segunda semana, eu tinha um segundo curso.

E, naquele seminário, eu decidi que direitos humanos seria a minha forma de lutar pela saúde mental.

A situação no Distrito Federal não é a melhor. Eu gostaria muito que tivéssemos o que o nosso Alexandre colocou sobre a política nacional. A gente vem lutando muito, a Disam, que é a Diretoria de Saúde Mental, tem lutado muito. A gente melhorou nos últimos quatro, cinco anos, talvez tenha melhorado, mas ainda falta muita coisa. Falta geração de renda, falta capacitação, falta, às vezes, medicação.

Então, não dá para a gente, simplesmente, achar que está tudo bem. Não está tudo bem! Não está tudo bem. Eu acho que, enquanto uma pessoa, no Brasil, não estiver com seus direitos garantidos, a gente tem que se indignar. Não tem como mantermos um sistema que é biomédico, centrado na figura do médico, centrado na figura da internação, centrado na exclusão, com um outro modelo que tenta ressocializar, que tenta ser democrático, que tem uma visão.

Eu acho que existe um conflito entre esses dois modelos. Esse conflito existe. Conversando com o próprio Ministério da Saúde, com a Fernanda Nicácio, na época, quando ela foi nos dar uma palestra lá, no Instituto, fui levá-la para casa e perguntei a ela: "Fernanda, tudo bem, aprovamos a Lei nº 10.216. E agora? O que é que a gente faz?" E ela virou para mim e falou: "Edmar, tem um texto do Benedetto Saraceno chamado *Libertando Identidades* que você tem que ler". Aí, eu fui atrás, há pouco tempo, desse livro e não consegui o livro inteiro, porque eu acho que ele está esgotado, mas consegui alguns capítulos, por apoio do próprio Ministério, e, nesse livro, o Benedetto Saraceno fala que a gente não tem que consertar, não tem que normalizar ninguém. Isso é um mito, isso é uma utopia. A cidadania dessas pessoas vai vir pelo respeito a seus direitos, e não porque eles se tornaram normais. Nós não vamos normalizar ninguém.

E essa questão mudou muito a minha forma de pensar, porque eu falei assim: "se nós não temos que normalizar as pessoas, então, por que não reconhecer a diferença, reconhecer os seus direitos de cidadania, como dizia Hannah Arendt? E por que não incluir essas pessoas?"

Precisamos de uma lei de inclusão social das pessoas com transtornos mentais. A Lei nº 10.216 não garantiu todos os direitos; ela deu alguns direitos. Eu fui contar quantos direitos há na lei – eu nunca havia parado para pensar nisso. Aí, num belo dia, eu falei assim: qual é a da Lei nº 10.216? Vamos analisar essa lei. E, então, descobri o livro de uma professora do UniCEUB, a Luciana Mussi, que fala sobre os novos sujeitos de direitos de acordo com a Lei nº 10.216. Ela faz toda uma discussão sobre a Lei nº 10.216 e a mudança que ela traz, dizendo que, a partir da Lei nº 10.216, essas pessoas passaram a ser cidadãos.

E eu falei: "Belíssimo isso!" Fui ler o livro. E, como ela cita a Hannah Arendt, eu fiquei mais feliz ainda. Mas eu fiquei pensando: "Mas realmente a lei mudou alguma coisa"? Mudou muita coisa, mas alcançou tudo o que precisamos alcançar? Eu acho que ainda não. Temos que pensar algumas leis e, nesta Casa – está aqui a Deputada, está aqui o nosso Senador –, temos que dar continuidade ao processo. O processo não se esgota só na Lei nº 10.216. É um conjunto – eu contei 17 – de direitos, mas eu não vou enumerá-los aqui.

Aí eu me meti lá na Bioética com o Professor Volnei da UnB, a quem eu gostaria de prestar uma homenagem, porque é uma pessoa maravilhosa, que me ajudou muito a compreender esse processo. E o Volnei pediu para a gente fazer uma pesquisa, e eu falei: "Bom, vou tentar fazer uma pesquisa dentro da área de Direitos Humanos, Bioética e saúde mental". E eu falei: "Vou pegar essa Lei nº 10.216 e vou transformá-la em um questionário para perguntar para os meus colegas o que eles acham sobre os artigos e os direitos". Então, comecei a fazer a pesquisa. Passamos um ano nesse trabalho...

(Soa a campainha.)

O SR. EDMAR CARRUSCA – E, a partir daí, a gente chegou à conclusão de que avançamos sim. Todos os direitos estão sendo cumpridos? Não. Direitos muito simples não estão sendo cumpridos.

Vou dar um exemplo básico: a explicação para o paciente sobre qual a medicação ele está tomando, quais os sintomas, qual o diagnóstico, qual o prognóstico que ele tem da sua doença, enfim, isso não é feito! E há vários motivos pelos quais isso não é feito, mas é um dos direitos garantidos na Lei nº 10.216 e que não é cumprido.

Bom; meu tempo já se encerrou.

A Lei nº 10.216 veio para trazer uma mudança? Sim. Ela está finalizada? Acabou o processo? Não. Acho que a luta pela cidadania, pelos direitos humanos só está começando. Há muita coisa para melhorar.

Nesse sentido, meus colegas pediram várias coisas, do que a gente precisa no Distrito Federal, do que a gente precisa no Entorno. Eu fiquei feliz de poder falar com a Deputada Janete, com o Senador e de estar aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado, nesta Casa maravilhosa, para poder dizer exatamente isto: temos que construir alguma coisa dentro da visão dos Direitos Humanos das pessoas em sofrimento psíquico.

Como é que um paciente não tem dinheiro para poder pegar um ônibus ou comprar esse remédio?! É o básico!

Eu vou abrir para a gente conversar em outro momento, até para baixar um pouco a minha emoção...

Louise vai falar, e, então, a gente continua em um momento.

Eu queria agradecer. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Janete Capiberibe. PSB – AP) – Bom, eu gostaria de aguardar o Senador Capiberibe. Não sei onde ele se encontra. É que não podemos ficar a Mesa sem um parlamentar na Presidência para darmos continuidade à audiência pública.

Ele saiu para ir ao banheiro, mas eu acho que ele foi fazer outra coisa também, aproveitou... Isso para sermos transparentes.

Então, dando continuidade, para aproveitar esse tempo tão importante, quando nós estamos aprendendo muitíssimo, quero aqui consignar que nós já deixamos registrada, Edmar, a nossa decisão de, com o apoio de vocês, apresentarmos essa lei que você fala, uma lei que garanta os direitos humanos das pessoas... E há até toda uma terminologia a respeito da qual a gente fica preocupada em usar e não estar usando acertadamente, mas o nosso compromisso fica aqui.

Nós podemos – o Senador Capi, aqui no Senado, e eu, na Câmara –, ao mesmo tempo, dar entrada no mesmo projeto de lei, e, assim, ganharíamos tempo na tramitação, e, enquanto isso, continuaríamos a promover as audiências públicas, por exemplo, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, da qual eu sou membro, dando maior visibilidade a todas essas questões que os senhores colocam aqui, tanto a Eva, como você, o Alexandre...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Janete Capiberibe. PSB – AP) – Informaram-me aqui que o Senador está sendo entrevistado. É bom porque, assim, ele está divulgando, está dando visibilidade a este momento tão importante.

Mas, depois desse compromisso assumido aqui, que é para valer, Eva... Eu não sei se o partido vai ter aquele nome... Como é mesmo o nome do partido?

A SRª EVA FALEIROS (*Fora do microfone*.) – Partido do cacete democrático.

A SRª PRESIDENTE (Janete Capiberibe. PSB – AP) – Partido do Cacete Democrático.

Pois é, às vezes a gente pensa que é necessário um partido desse, porque os partidos se deterioram e terminam perdendo o foco naquilo para o qual ele foi criado. Eu acho que nós vamos fazer uma tentativa, Eva, da criação desse partido.

Bom, nós convidamos a Louise Fournier, Professora Doutora da Universidade de Montreal, Québec, no Canadá, para fazer a sua exposição.

Eu creio que Eva vai, ela que foi professora na Universidade de La Vale, no Québec...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Janete Capiberibe. PSB – AP) – Ah, não? Foi o Vicente.

Sim, Vicente Faleiros foi professor e Eva trata do mesmo tema e com o mesmo compromisso, aqui no Brasil, com que Louise também trata do tema no Canadá, na parte francesa, em Québec.

Eu passo, então, a palavra à Professora Louise.

Nós temos muita alegria em recebê-los aqui em casa. Nós que convivemos muito proximamente, depois de muitos anos que vivemos exilados no Canadá, o Senador Capi, eu, nossos filhos, Eva também esteve exilada no Canadá.

Eu vou deixar para você anunciar a convidada Louise Fournier.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Deputada. Sorte a nossa que nós temos o Congresso Nacional dentro de Casa. (*Risos.*)

Já fiz a apresentação da Louise Fournier, professora na Universidade de Montreal, uma pessoa que nós conhecemos já depois de muito tempo, casada com Claude Lortie...

Claude, seu marido, quando chegamos ao Canadá, em janeiro de 74, ao abrirem a porta do avião, nós, que tínhamos escapado do Chile – eu, Janete, com nossos três filhos – em um avião da Força Aérea canadense,

juntamente com cento e poucos refugiados, tivemos a sensação de que estava entrando em um frigorífico, em uma geladeira, num *freezer.* Estava tudo branco...

A SRª EVA FALEIROS – Janeiro, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Quase que eu me sufoco. A temperatura era de –10ºC. Jamais imaginei que pudesse viver naquele clima. No entanto, é um belíssimo país, onde nós fomos muito bem acolhidos e onde nós tivemos o privilégio de conviver com o Claude, que nos mostrou o seu país, que parecem ser dois países.

E eles me influenciaram, de tal forma – Claude e todos os amigos do Québec francês... Aliás, nós moramos no Canadá por quatro anos e eu não consegui aprender uma palavra em inglês, porque eles não aceitavam qualquer aproximação com os ingleses. (*Risos.*)

O nacionalismo *québécois* daquela época, nos anos 70, era algo feroz, e eles patrulhavam mesmo. Então, nós, depois de quatro anos... E é uma pena; algo que hoje eu lamento. A estreiteza ideológica foi a característica do século XX, desse embate do século XX.

Mas vamos ouvir a nossa última convidada.

Há ainda mais uma pessoa que gostaria de falar, um caso concreto, mas, logo depois, a gente vai abrir para ouvirmos esse caso que é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – A Deputada Erika Kokay virá? Vai ser um prazer um enorme recebê-la.

E vamos ouvir os Parlamentares.

Aqui, pelo Regimento Interno, pelas regras do Senado, o Parlamentar pode falar na hora que julgar necessário, até porque cada Parlamentar aqui... Até porque hoje é quinta; hoje é um dia mais tranquilo, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sim; temos a Ordem do Dia. Mas, na quinta, é mais tranquilo. Na terça e na quarta, você tem três, quatro agendas na mesma hora. E os Senadores aqui têm que... É impressionante! Há uns aqui que, realmente, têm dificuldade. Há alguns casos em que a gente vai precisar do CAPS, para poder, tem alguns Senadores que vão... (*Risos.*)

Olha, eu mesmo, numa terça-feira, em vez de entrar pela porta, dei de cara para o vidro ali, de tão agoniado que eu estava, em busca de cumprir a agenda.

Bom; eu tenho a honra de passar a palavra para a Profª Louise Fournier.

A SRª EVA FALEIROS (*Fora do microfone*.) – Bom; como eu vou fazer a tradução, ela vai dizer uma frase e eu vou traduzir; ela vai dizer e vou traduzir. Vai ficar meio assim.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Ela está dizendo que está muito satisfeita de estar aqui, está muito feliz. Saudou todas as pessoas presentes e disse que vai, então, falar da experiência dela lá.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Ela diz que as preocupações de lá e as daqui não são as mesmas e que os temas, talvez, não coincidam absolutamente, mas que a gente sempre tem o que aprender de um lado e outro.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Ela diz que está bem impressionada por todos os esforços que têm sido feitos aqui e que, embora sejam diferentes, é muito interessante saber que o Brasil está avançando.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Ela vai falar da reforma de saúde mental no Québec e também vai falar um pouco na questão do hospital psiquiátrico.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Ela se desculpa porque ela fala em francês, o dispositivo lá está em espanhol e eu falo em português. É a mundialização, a globalização.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – O.k. Ela está em um ano sabático. Então, ela já esteve no Chile, no México e na Argentina e, agora, está aqui. Agora, são os objetivos com que ela está percorrendo este País.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – O segundo ciclo é Atenção Básica? É Especializada já.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª EVA FALEIROS – É conhecer os programas de serviços já especializados em Atenção Básica, em saúde pública, e ter as possibilidades de estabelecer a colaboração e intercâmbio para enriquecer os nossos conhecimentos e experiências.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Como a saúde mental se integra nos programas de formação em saúde pública e, finalmente, conhecer como esses países Latino-Americanos organizam seus serviços e suas intervenções para melhorar a saúde mental de suas populações.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Aqui é o Canadá e dados da sua população e da Província do Québec: são 8,180 milhões. Ela vai se ater mais ao Québec, que é a região que fala francês.

Esse é o sistema de saúde público lá, vamos dizer o SUS de lá.

Vou fazer uma pergunta para ela.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – É um sistema universal público e não existe saúde privada.

Já pensaram que bom! É universal, é gratuito para todos, financiado por impostos.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Cada província, que corresponde aos Estados, tem o seu próprio programa de saúde, o sistema de hospitalização, desde 1961, de segurança de doença e de medicamentos. Tudo é incluído, menos cuidado dentário, ótico e psicológico, e, às vezes, as empresas oferecem um programa de seguro complementar para os gastos com saúde.

Vocês viram os gastos, a porcentagem em relação ao produto interno: Canadá (Québec), México, Chile, Argentina e Brasil.

Gasta-se tudo isso no Brasil?

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Em 2004, houve uma reforma da saúde em Québec e mudou a filosofia e a estrutura. Os estabelecimentos de saúde têm a responsabilidade pela saúde da população do território. Então, os serviços são hierarquizados com prioridade para o serviço de atenção básica. Criaram os centros locais de saúde e serviços sociais; são 95 que cobrem toda a província.

Quer dizer que eles fizeram uma fusão de três tipos de estabelecimento: o hospital geral, os centros locais de serviços comunitários e os hospitais de cuidados de longa duração.

Eles são responsáveis pelo território e isso já é a reforma.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Agora é a reforma em saúde mental.

Pela primeira vez, a saúde mental será incluída na saúde geral. Não era parte, fazia parte integral do sistema de saúde. A saúde mental, pela primeira vez, foi integrada ao sistema global de saúde.

(Soa a campainha.)

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Antes eles cuidavam somente dos casos graves. Com a reforma, eles passaram a cuidar dos transtornos moderados e leves como depressão, ansiedade, já a nível de território. A ênfase é nos serviços de base, que serão dados exemplos. Aumentou a gama de serviços para crianças; considerou, pela primeira vez, a promoção e a prevenção; passou a ser importante a participação dos usuários do serviço e as famílias e também tinha como objetivo a diminuição da taxa de suicídio, que era relativamente elevada em Québec. Melhorar os serviços residenciais, as residências, e trabalho para pessoas com transtornos mentais graves, que inclui pessoas idosas, com demências, são residências.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – A desospitalização psiquiátrica estava quase praticamente acabada em 2005. Perguntei se ainda tinha hospitais psiquiátricos e ela respondeu que ainda existiam alguns, mas que são de terceiro nível, locais de pesquisa e com poucas pessoas sendo atendidas nesses hospitais.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Eles estavam ocupados em melhorar a atenção e que as pessoas melhorassem, para poderem realmente se dedicar depois a serviços de prevenção.

Então, eles criaram uma equipe de saúde de primeiro nível em cada Serviço de Saúde e Serviços Sociais para cada 50 mil habitantes, uma equipe para as crianças e outra equipe para os adultos.

Vocês entenderam qual era a responsabilidade da equipe? Informação, promoção, prevenção, tratamento, formação de recursos humanos para atuar nesse nível, integração social de pessoas com transtorno mental grave estabilizado.

Era interdisciplinar a equipe: psicólogo, trabalhadores sociais, enfermeiros e médicos.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. CLAUDE LORTLE (*Fora do microfone*.) – São 20 especialistas, que podem ser médicos, psicólogos, etc por cada 100 mil habitantes.

A SRª EVA FALEIROS – Não estou entendendo, porque lá é 50 mil habitantes.

O SR. CLAUDE LORTLE (*Fora do microfone*.) – Vinte pessoas especializadas que seja médicos, psicólogos, trabalhadores sociais por cada 100 mil habitantes.

A SRª EVA FALEIROS – Sim, mas lá em cima, 50 mil habitantes. Isso que não estou entendendo. Uma hora é 50 mil, outra hora é 100 mil.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. CLAUDE LORTLE (*Fora do microfone*.) – É o número dos recursos de humanos...

A SRª EVA FALEIROS – Quantos psicólogos trabalhadores há?

O SR. CLAUDE LORTLE (*Fora do microfone*.) – Tem que ter 20 Por exemplo, o CSS, que tem 200 mil habitantes, ele tem direito a 40 recursos humanos.

A SRª EVA FALEIROS – Sim.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

Não tinha nenhum privilégio de ter mais médicos do que entre esses 20 profissionais?
Não obrigatoriamente tinha mais médicos; entendem?
A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Essas equipes eram formadas por pessoas que já existiam nos centros de saúde e serviços sociais; transferiram pessoas de hospitais psiquiátricos e novas pessoas.
A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Então, a atenção primária, equipe de saúde mental em cada serviço, clínicas médicas, psicólogos privados e alguns agentes comunitários.
A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Se esperava que essa equipe pudesse atender a maior parte da população que necessitava de serviços.
A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Um momento.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

Esse da família, como é que é?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª EVA FALEIROS –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

PSF – Programa de Saúde da família.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

Eu pergunto para ela se lá é como aqui, que a equipe vai às casas.
Ela vai responder agora.
A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. CLAUDE LORTLE – Quer que eu faça a tradução? (*Risos.*)
A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Traduza.
O SR. CLAUDE LORTLE – Ela disse que, assim, as pessoas vão lá e se for algum problema físico eles vão cuidar, se for um problema social, eles vão cuidar, vão atender e se for um problema de saúde mental, vão atender.
A única porta de entrada é igual para todos, não tem um serviço especial do outro tipo de hospital. Você entra e vão atender. Dependendo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLAUDE LORTLE – É um local; você vai ao hospital.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Eva, eu trabalhei em um centro local de serviço comunitário. Na época era CLSC.

A SRª EVA FALEIROS – Não, CLSC eu conheci, que eu tive alunos, também.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Isso. Eu trabalhei, eu fazia parte de uma equipe. Eu era – vamos dizer – agente comunitária. A que acompanhava os imigrantes de Língua Portuguesa e Espanhola a todo o tipo de serviço, como ela coloca, social, de saúde...

O SR. CLAUDE LORTLE – Para entender a diferença, é que antes se você tivesse um problema de saúde mental...

A SRª EVA FALEIROS – Tinha que ir ao serviço.

O SR. CLAUDE LORTLE – Tinha que ir a um lugar especializado em saúde mental.

A SRª EVA FALEIROS – Sim. Entendi.

O SR. CLAUDE LORTLE – Com essa reforma...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDE LORTLE – ...você vai para o ponto que há perto da casa e vão te atender lá. Lá mesmo. No mesmo nível que se fosse físico ou outras coisas. Não há essa diferença. A reforma permitiu isso.

O SR. EDMAR CARRUSCA (*Fora do microfone*.) – Que caracteriza, basicamente, serviços de atenção primária.

O SR. CLAUDE LORTLE – Exatamente. É considerado como atenção primária.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Em segundo nível.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Aí, claro, vai apoiar o primeiro nível e se ocupar do tratamento dos transtornos mais complexos.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Bom, para avaliação, tratamento especializado, hospitalização, tratamento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª EVA FALEIROS – Afirmativo.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Essa é a diferença.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Bom, vocês entenderam. São hospitais que operam esses serviços, agentes comunitários e os centros de saúde.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Eu estava perguntando para ela se esse terceiro nível era de pessoas mais idosas que tinham cronificado ou se eram casos graves que podiam ser a primeira crise, e ela disse que sim, que são situações, assim, muito especiais.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Pode ser para criança ou adulto.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Então, é como aqui a gente chama de serviço de – quando tu recebes a pessoa – acolhimento. É o acolhimento, e lá, então, verifica-se que encaminhamento se pode dar para aquela situação.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Não é serviço de urgência. Não funciona 24 horas.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – O planejamento é local. Cada centro desses tem um planejamento, que é de acordo com o território.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Que há o psiquiatra consultor, que pode trabalhar dando consultoria ao pessoal que está trabalhando lá em primeira linha.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Um psiquiatra para 50 mil habitantes.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Eles fizeram uma avaliação, em 2013, desse plano. Agora, ela vai nos contar sobre os resultados dessa avaliação.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – E, no primeiro nível, em todos os CSS, já havia uma equipe de saúde mental.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Como estava previsto, a equipe tinha uma composição multidisciplinar, mas raramente havia um médico incluído.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Mesmo um clínico geral era raro.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – A maior parte das equipes estava incompleta.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Estavam muito incompletas essas equipes, inclusive em âmbito de toda Quebec, só 40% dos recursos necessários.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – E muitas pessoas em lista de espera. Estão vendo, mesmo em Quebec isso acontece. (*Risos.*)

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – A hierarquia entre os serviços de primeiro, segundo e terceiro níveis era muito variável de um centro para outro.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Essa hierarquização não estava bem definida, então não se sabe bem a trajetória dos pacientes de um nível e de outro.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Perguntei para ela se não havia critérios, como tais e tais situações atendidas no primeiro nível e tal. E ela disse que, no começo, era muito pouco definido e que variava de um serviço para outro, porque o planejamento é local.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Esse... Como é que eu disse, quando você vai procurar primeiro a porta de entrada? O acolhimento.

O acolhimento era só de 40%?

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Não, a metade. A metade das regiões tinha implantado esse acolhimento.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Aí o Ministério, em 2008, publicou normas, manuais, e isso facilitou muito a melhora desse acolhimento.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Aqueles psiquiatras que davam consultoria...

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS –... os psiquiatras resistiram.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

Eles resistiram muito, os psiquiatras, a serem consultores e, finalmente, em 2009, houve um convênio da remuneração dos psiquiatras, da federação dos médicos com o Ministério da Saúde. E aí medida pouco realizada...

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Ela disse que, quando fizeram em 2013, ainda tinha muito pouco consultor, mas que agora, já neste ano, já pode dizer que melhorou, então, como se vê a coisa era grana, não é?

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Algumas lições que se tirou disso é que foi uma transformação que foi bem aceita pela maioria dos atores do Sistema de Saúde Mental.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – A criação das equipes de Saúde Mental não foi fácil, porque a maioria dos profissionais não tinha o conhecimento e a experiência de um serviço de primeiro nível. A capacitação foi um componente importante, porque, aí, depende também da formação que as academias dão. Já dão para especialistas, já fazem residência em...

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Não, e a formação da ...

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Como a mudança foi muito grande na estrutura e no Sistema de Saúde e de Saúde Mental, foi avaliado com muito pouco tempo de experiência, então, vamos ter que se esperar mais tempo para ver os resultados.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Falta de recursos para manter essas equipes. Já vimos que são 40% das equipes que estão completas. Que bom, como a gente sabe, a gente sabe aqui também que o serviço tem equipes muito incompletas.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Eles trabalharam muito nesse período nas mudanças estruturais, mas agora precisam trabalhar nos processos e nas qualidades.

A SRª LOUISE FOURNIER – Obrigada.

A SRª EVA FALEIROS – Obrigada. (*Risos.*)

(*Palmas.*)

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Ela quer dizer uma outra coisinha.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Ela diz o seguinte: que, para mudar as estruturas, como aqui o Ministério apresentou, e eles também o fizeram, temos que ser muito sérios no seguinte sentido, de nos perguntarmos: "Nós temos recursos para isso?" E, depois, acompanharmos, monitorarmos.

Aí, eu acho que – o que já é uma opinião minha, como falei – é prioridade, tem que haver planejamento e prioridade. Não dá para fazer tudo ao mesmo tempo.

A SRª LOUISE FOURNIER –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)(*Risos.*)

A SRª LOUISE FOURNIER –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª EVA FALEIROS – Apoiarmo-nos no que dá certo, nos sucessos, porque temos muito o hábito de dizer: "Isso não dá certo, isso não dá certo, isso não dá certo!" Mas é importante saber o que dá certo.

A SRª LOUISE FOURNIER – Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Em nome da Comissão de Direitos Humanos, eu agradeço a participação da Profª Louise Fournier, que nos trouxe informações e nos permitiu estabelecer paralelos entre o que estamos fazendo aqui em saúde mental e o que é feito em um país com um nível de organização e de profissionalização da saúde certamente muito mais avançado que o nosso.

Nós temos aqui um sistema de composição, uma estrutura administrativa pública que, nem de longe, compara-se com os países que profissionalizaram as suas burocracias públicas. Cada governo que chega aqui troca todo mundo, e os que entram começam a aprender a governar. E isso leva no mínimo de um a dois anos.

Já nos países que profissionalizaram as suas burocracias públicas, não existe essa dificuldade. Os governos assumem, mudam as políticas, mas os executores são os mesmos. E eu acho que, enquanto, no nosso País, não fizermos essa profissionalização da burocracia pública, nós vamos sofrer com a descontinuidade das políticas.

Eu tenho aqui uma observação de uma pessoa que nos acompanha pela internet, a Suely Áurea Furtado de Farias. Ela diz aqui:

Concordo com Dr. Edmar Carrusca que não está tudo bem enquanto não houver inclusão total de aceitação das diferenças, respeitando-se as pessoas e levando-se em consideração as capacidades de cada um.

É evidente que o grande problema do nosso País, um país escravocrata como nosso, é a convivência com as diferenças. O Brasil é um país escravocrata, um país de pouca tradição democrática, de pouca cultura democrática e fundamentado no preconceito, que leva à discriminação, à segregação e à eliminação. E isso é muito comum na sociedade brasileira, com pessoas com distúrbio mental, com pessoas que fazem opções sexuais diferentes, religiosas diferentes.

Então, há uma carga de preconceito enorme nesta sociedade, que a gente precisa combater. Obrigado pela questão, Suely.

E eu gostaria também de ouvir a Drª Valkíria Borba, que é advogada. E ela gostaria de colocar uma questão emblemática.

Está com a palavra V. Sª, Drª Valkíria Borba.

A SRª VALKÍRIA BORBA – Boa tarde a todos! Obrigada pela ajuda, pois para mim é uma ajuda vir aqui pedir.

Recentemente, peguei um caso, fui substabelecida num caso de um rapaz lá de Minas Gerais, de Carmo do Paranaíba.

E ele está preso por ter cometido um crime de roubo. Ele roubou R$20,00 de um caixa que era de uma *lan house* do pai dele. E o pai dele havia colocado um rapaz para administrar a *lan house,* e este rapaz não estava repassando o dinheiro para o pai do menino que está preso. O que ocorreu? O rapaz tomou aquilo como um pedido do pai de socorro. "Oh, me ajuda, vai lá, cobra", ou coisa desse tipo. Ele foi lá, conversou com o rapaz e em um determinado momento se irritou, veio à tona o transtorno afetivo bipolar, que é o que ele tem, e foi preso por isso, certo, art. 157.

Preso, entrou um advogado, pediu a liberdade provisória, foi concedida por ele ter residência fixa, ser primário, então, ele foi solto. Só que ele ficou com aquele compromisso de comparecer ao fórum, não sair da cidade, dar notícias de onde está. E ele veio para Brasília, porque ele tem irmãs aqui. E ficou vindo para cá, indo e vindo, indo e vindo. Nesse meio tempo, o juiz pediu exame de sanidade mental. O fato ocorreu em 2009, e em 2010 o juiz pediu, através de portaria, um exame de insanidade mental.

Esse exame levou, aproximadamente, só para vocês entenderem, até hoje, cinco anos e cinco meses, de 2009 até hoje – cinco anos e cinco meses! Não foi concedido. O exame foi pedido, a Secretaria de Minas Gerais informou que não havia vaga em manicômio para ele fazer esse exame. Em 16/7/2012, a Secretaria informou que não havia vagas – isto foi em julho. Em agosto, veio o ofício informando que tinha autorização para fazer o exame. Só que o rapaz, como não estava em Minas – estava aqui em Brasília – não foi encontrado. O oficial de justiça não o encontrou, o advogado dele não correu atrás para pegá-lo pela mão e trazer, porque seria até, entre parênteses, obrigação do advogado, avisar que pelo menos havia saído o exame. Ele não foi. Não conseguiram encontrar o rapaz, ele não foi fazer o exame.

Então, o exame ficou parado, ficou esperando, esperando, esperando. Como o rapaz estava indo e vindo, eles não conseguiram encontrar o rapaz nunca, o oficial de justiça.

E ele estava em liberdade ainda, mas aí houve uma audiência, a que ele também não compareceu porque ele também não estava lá. Estava aqui, e o advogado também não avisou.

Então, depois da audiência, o juiz decretou a prisão preventiva dele.Saiu o mandado, e ele ficou, foi ficando, foi ficando, até que agora, dia 1º de maio, passou em uma *blitz* e foi preso. Então, ele está, desde o dia 1º de maio, preso.

Só que o juiz... O advogado dele entrou com um pedido de relaxamento de prisão. O juiz não concedeu porque ele quer que faça o exame de sanidade mental. Esse exame de sanidade mental é feito, parece, em Juiz de Fora, em Minas Gerais. Só que, agora, até que surja uma nova vaga, não se sabe quando surgirá uma nova vaga... E tem o problema da forma como são tratados os doentes que vão para lá.

Ele é um menino que, de 2009, desde que aconteceu o incidente do roubo, de 2009 até 2015, até um pouquinho antes de ser preso, teve n trabalhos sociais feitos entre Brasília e Minas Gerais. Ele é um artista plástico, trabalhou com a Apae, com os idosos, com a igreja, com os Vicentinos. Trabalhou aqui em Brasília, no Jardim Botânico, no Paranoá, em São Sebastião, só fazendo coisas boas para a sociedade.

O juiz quer que ele fique preso, alegando que ele é um cara que pode ser perigoso para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Você me permite?

A SRª VALKÍRIA BORBA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Ele foi julgado?

A SRª VALKÍRIA BORBA – Não foi julgado ainda. Ele não foi julgado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Mas o crime dele foi de lesões corporais?

A SRª VALKÍRIA BORBA – Não, não está nem como lesões corporais, está só como roubo dos vinte reais.

Antes de eu vir para cá, eu vi. Mandaram-me pelo telefone, porque não consegui fazer a cópia, uma fotinho da decisão do juiz, indeferindo o meu pedido. Eu fiz um portfólio, fiz um catatau de fotos de jornais, declarações de todas as entidades de que ele participou, dizendo que ele é uma pessoa muito boa. Quando ele veio de Minas para cá, a primeira vez, saiu no jornal: "Tio Alex". Como ele trabalhou muito com crianças, com escolas, saiu todo mundo se despedindo dele, com a maior tristeza, e ele está lá agora preso.

Eu fui falar com ele, que me disse: "Poxa, Valkíria, me tira daqui, porque não tem cabimento eu estar aqui!" E, realmente, ele tem a doença, ele tem o transtorno afetivo bipolar.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Ele tem o diagnóstico médico?

A SRª VALKÍRIA BORBA – Tem laudos médicos, que ele fez, ele esteve internado cinco vezes em hospitais psiquiátricos. Há laudos assinados, inclusive no CAPS, de Minas, atestando a doença dele, tratando ele.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Vou encaminhar para que a Comissão entre em contato, requeira toda a documentação. Tudo o que a senhora tiver em mãos entregue aqui na Secretaria da Comissão de Direitos Humanos, porque vamos acionar o CNJ. Esse é um caso, e igual a esse deve existir...

A SRª VALKÍRIA BORBA – N casos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Ele está preso porque é doente, porque, se ele fosse condenado pelo roubo, a pena seria infinitamente menor do que esse tempo que ele está respondendo o processo.

A SRª EVA FALEIROS (*Fora do microfone*.) – Esse exame não é feito no manicômio judicial. É IML.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Não é manicômio.

A SRª VALKÍRIA BORBA – Pois, então, doutora.

A SRª EVA FALEIROS (*Fora do microfone*.) – Manicômio já é para quem tem sentença.

A SRª VALKÍRIA BORBA – Ele não tem sentença.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Então, vamos dar esse encaminhamento. E eu gostaria de consultar as Deputadas... A Deputada gostaria de fazer uso da palavra?

V. Exª tem a palavra.

A SRª ERIKA KOKAY (PT – DF) – Bom, eu queria pedir desculpas, eu vou ter que voltar, está havendo sessão na Câmara, mas eu não podia deixar de vir aqui para participar dessa discussão. Quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, por estar realizando... Essa é uma discussão absolutamente fundamental, penso eu.

Ela não é uma discussão menor, primeiro, porque precisamos transformar em realidade o que foi uma conquista deste País, que é a reforma psiquiátrica, a condição e a Lei Antimanicomial. Precisamos transformá-la em realidade. E, para transformá-la em realidade, temos que tirar do limbo, da periferia, inclusive, do ponto de vista orçamentário, as políticas ou a política de saúde mental. Por isso, saúde mental nunca é priorizada. E não estamos falando de qualquer coisa. Estamos falando, inclusive, da necessidade de termos na atenção básica uma política de saúde mental.

Ou seja, é preciso ter espaço para a fala e para lidar com o sofrimento. O sofrimento é desconsiderado, o sofrimento psíquico. E vivemos em uma sociedade com muito sofrimento psíquico, uma sociedade que es-

timula e nega o consumo, que diz que é preciso que você consuma para ser validado socialmente, e não dá o direito de consumir. É uma sociedade que provoca muito sofrimento.

E vivemos uma etapa de muito fundamentalismo. Os fundamentalistas são, naturalmente, não reflexivos e intolerantes. Então, vivemos numa lógica muito intolerante, em que a mão invisível do mercado, digo eu, adentrou a cidadania da intimidade e capturou os desejos, capturou os comportamentos, capturou as percepções, capturou os pensamentos.

Temos uma mercantilização muito grande, uma coisificação da vida. Então, neste sentido, essa é uma sociedade com sofrimento psíquico. É preciso que a política de saúde mental não desconsidere a atenção ao sofrimento. Nós temos serviços que lidam com a doença consolidada, mas não temos a atenção básica nos postos de saúde da família, onde haja o espaço de fala, particularmente das mulheres, particularmente para as mulheres.

E sabemos que as mulheres sentem uma dor imensa, a dor da violência doméstica, a dor da despersonalização, desfulanização, que tem a violência doméstica, a dor dos meninos, a dor dos jovens. Quem chora a morte dos meninos, jovens negros, que estão sendo exterminados nesse País – e a CPI trabalha nessa perspectiva, há uma CPI trabalhando nesta investigação – são as mulheres, são as mães, que não têm espaço de fala para lidar com o seu sofrimento.

Mas não é só isso. Precisamos fazer valer os serviços substitutivos. Não há residências terapêuticas em quantidade suficiente neste País. Nós temos pessoas que estão inimputáveis, em cumprimento de medida de segurança nos presídios deste País, que deveriam estar em liberdade. E não estão em liberdade porque não têm para onde ir. E ficam nas masmorras – que são os presídios brasileiros – e, particularmente, os hospitais, os manicômios psiquiátricos – e também judiciais e também as alas de tratamento psiquiátrico.

Nós não temos CAPS. Aqui em Brasília, por exemplo, fechamos uma unidade de acolhimento onde as pessoas que estavam em tratamento no CAPS poderiam ter um espaço para serem reinseridas na vida. E o CAPS, muitas vezes, reproduzem uma lógica que não é da articulação das políticas públicas. O CAPS tem que incluir, tem que ser um espaço de inclusão.

Não se pode ter um CAPS, um Centro de Atenção Psicossocial, que não tenha relação com a escola, que não tenha relação com as unidades de assistência, ou seja, com os outros serviços públicos, que não tenha relação com a política de emprego. Porque essa pessoa precisa ser incluída nas políticas públicas. O CAPS não pode ser uma lógica de um manicômio aberto; ele tem que ser uma lógica de inclusão nas políticas públicas.

Por isso, eu diria que temos ainda muito o que avançar aqui no Brasil. Nós tivemos a oportunidade de coordenar um grupo de saúde mental da Câmera, na legislatura passada, e vi coisas que eu não queria ter visto. Temos uma série de comunidades terapêuticas hoje, muitas delas bancadas com recursos públicos, que reproduzem a lógica manicomial. Na semana passada eu estive em uma comunidade terapêutica onde havia tortura e alguém me perguntou: "Esse não é um método abolido?". Eu disse assim: "Isso não é um método terapêutico". Tortura não é método terapêutico, é crime, é crime! E essas pessoas estavam lá.

Eu vi isso no Piauí. Vi no Piauí mais do que isso, vi as internações compulsórias, o poder dos psiquiatras e o poder dos juízes, inclusive. E, nesse caso, internação compulsória – 20% das pessoas estavam internadas em um hospital psiquiátrico que tratava pacientes em crise. Tinham sido internadas por decisão judicial, sem parecer algum e sem nenhum tipo de atenção ou de consulta ou, enfim, de contato com saúde. Tinham sido internados sem avaliação da saúde. E ali eu vi o diretor do hospital com a alta na mão e dizendo que não podia implementar a alta porque era uma decisão do juiz. E a pessoa ali, como se tivéssemos os barbacenas da vida – os hospitais colônia –, que foram os holocaustos brasileiros, que assassinaram tantas pessoas e foram incorporadas na nossa capacidade larga e inaceitável de naturalizarmos a barbárie e a violação de direitos.

Por isso, encerro dizendo que precisamos pensar a saúde mental e nos organizarmos na perspectiva de abolirmos definitivamente os manicômios.

Em Sorocaba, existiam 12 hospitais psiquiátricos. Ali houve um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), mas vi ali uma pessoa, em um hospital psiquiátrico que estava sob intervenção do Estado e sob um TAC, que estava há 50 anos no hospital psiquiátrico! Ela não era mais ela! Não era mais ela! Ela perdeu qualquer capacidade de ser alguém.

É como a Clínica Planalto, na qual o Edmar Carrusca esteve, e fechamos aqui em Brasília. Nunca vou esquecer, mas havia uma senhora que chegava e tinha um chinelo Havaianas. Ela guardava o chinelo. A única coisa que dizia que era uma pessoa e que tinha uma subjetividade, e que tinha uma especificidade, era aquele chinelo Havaianas, porque nem nome ela tinha. Tinha sido rasgada a sua própria identidade. Essa é a lógica dos manicômios e, muitas vezes, são as lógicas que estão presentes em várias comunidades terapêuticas.

Por isso, eu diria que é preciso que repensemos a saúde mental na perspectiva daquilo que já foi construído e consolidado na legislação brasileira, para que ela se torne uma realidade e possamos, definitivamen-

te, abolir os manicômios. Em Sorocaba, em um desses hospitais, houve uma mudança, e ele foi transformado em um SPA.

Foi feita uma obra, e, quando as máquinas começaram a cavar o chão, encontraram ossadas! Encontraram ossadas!

Então, é terra de morte: a morte simbólica e, em seguida, a morte literal, que, muitas vezes, povoa o universo dessas instituições.

Por isso, nós não podemos mais permitir. É preciso gritar. Nós não podemos permitir nem os manicômios metafóricos, nem os manicômios literais. Que nós possamos assegurar que as pessoas com transtorno possam ser atendidas em crises nos hospitais gerais, como são atendidos aqueles que têm problema no rim, ou problema na garganta, ou problema de quebrar um braço, como são atendidos. Que possam ter direito à vida plena, porque não deixam de ser pessoas.

É preciso romper a lógica de desumanização que se tem naturalizado todos os dias, no nosso País, e implementar a reforma psiquiátrica, com orçamento, com controle social, nos princípios que já são previstos pelo SUS –, nos princípios do controle social, da equidade, todos os princípios já previstos para o SUS –, para que nós possamos avançar, porque também eu, Eva, estou ficando com uma impaciência geriátrica! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Ao invés de impaciência, ela está dizendo que é urgência geriátrica.

Muito bem.

Eu consulto a Deputada Janete se deseja usar a palavra. (*Pausa.*)

Muito obrigado, Deputada Erika. É uma honra tê-la aqui conosco, na Comissão de Direitos Humanos.

Com a palavra, a Deputada Janete Capiberibe.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Senador João Capiberibe, que preside esta reunião de audiência pública, Dr. Alexandre Teixeira, representando o Ministério da Saúde, Edmar Carrusca, que tanto se emocionou durante sua fala, Capi.

A gente compreende a emoção do Edmar. A gente fica com a impaciência geriátrica, como disse a Deputada Erika Kokay, minha colega. Nós estamos nessas mesmas lutas, as duas, e o nosso sofrimento é muito grande. Nós também sofremos muito em contato com o mundo da política, aqui dentro da Câmara, do Senado.

Ontem, por exemplo, foi aprovada, numa Comissão especial, de uma forma secreta, praticamente secreta para o plenário Ulysses Guimarães, a redução da maioridade penal. Uma coisa triste! Eu sentia vontade de chorar. Eu e o Padre Luiz Couto, do meu lado, a gente só conseguia dizer, quando entrou aquele exército de evangélicos, militares, a bancada BBB, como a gente chama, que é a do boi, os ruralistas, a bancada da bala e a bancada da Bíblia... São os três bês.

Eles entraram ali, cantando, felizes porque conseguiram aprovar, na Comissão especial, a redução da maioridade penal, quando um dos motivos que escondem todo esse desejo dessa bancada é a privatização, entre outros, dos presídios, construir um monte de presídios para colocar a nossa juventude lá dentro. Isso teria que ser escolas, construir escolas de tempo integral, atendimento, enfim.

Eu quero parabenizar todos vocês, que compõem esta Mesa, pela riqueza das exposições que acabam de acontecer.

Eu queria, eu até tinha colocado, aqui, do passado, mas eu acho que se trata, agora, de vermos no presente como vamos fazer para acabar com essa violência que acontece com as pessoas que estão com transtorno mental, assim como acontece a violência obstétrica com as mulheres, todos os dias, nos hospitais. É tanta violência aos direitos humanos de todos, que a gente já até fica impaciente mesmo. A Deputada Erika, minha colega, tem razão quando ela coloca.

Uma das preocupações que eu tinha... Eu queria ouvir vocês, da Eva e do Edmar, acerca das comunidades terapêuticas, que, como ouvimos, são manicômios. São verdadeiros manicômios essas comunidades terapêuticas. E elas estão nas mãos de políticos e evangélicos, que querem praticar todo tipo de cura.

A SRª EVA FALEIROS (*Fora do microfone.*) – É o Ministério da Saúde.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Então, dirigida ao Ministério da Saúde, que, entre os transtornos mentais, as vítimas são as pessoas que têm o direito de escolher a sua sexualidade. E eu acredito que aí dentro acontece a "cura *gay*", como os pastores, os evangélicos que são políticos colocam. Eles dizem que podem curar uma pessoa que tem a sua sexualidade definida por si mesma. E eles transtornam essas pessoas a ir.

Então, é uma preocupação muito grande, Dr. Alexandre, que temos com essas comunidades terapêuticas e com o que acontece aí dentro.

Eu quero, assim, só para concluir a minha participação, Senador Capiberibe, Edmar coloca a necessidade de melhorar a lei...

O SR. EDMAR CARRUSCA (*Fora do microfone.*) – Uma outra lei, complementar, talvez...

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Uma outra lei complementar. E assumimos esse compromisso, de apresentar nas duas Casas ao mesmo tempo. Mas, para isso, precisamos do apoio de vocês, para podermos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Isso. Com certeza. Com certeza.

O SR. EDMAR CARRUSCA – Nós temos algumas questões, tipo: pode ser uma lei complementar, no sentido de não mexer na lei que já existe, que está aí garantida, que é a 10.216, mas uma lei de inclusão social para pessoas com transtornos mentais.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Certo.

O SR. EDMAR CARRUSCA – Seria uma ideia: definir, como o próprio Ministério colocou para nós. Não é só uma lei que vai resolver o problema, mas a gente, hoje, necessita de uma inclusão social para pessoas que têm transtornos mentais. Eu acho que essa é que é a questão.

A SRª EVA FALEIROS – ... no Brasil hoje em dia. Sabe? Vamos ter que analisar o momento de mexer nisso. Porque, senão, tu ainda podes perder. Sabe? Então, eu não tenho medo de lutar, mas eu acho que temos que ver lutas que tu não vais entrar para perder... O que já conseguiu, entende?

Então, a temos que ver onde é que dá para avançar, o que é que dá para avançar.

O SR. EDMAR CARRUSCA – É nesse sentido que eu não proponho que se mexa no que já está aí, que é a 10.216.

A SRª VALKÍRIA BORBA (*Fora do microfone*.) – Certo.

O SR. EDMAR CARRUSCA – Meu cuidado é, assim... O que está aí, a lei, não é ruim, no sentido de que ela existe. Primeiro, porque ela é a primeira que realmente...

A SRª EVA FALEIROS – Tu imaginas que estão querendo mexer na Constituição, cara?

O SR. EDMAR CARRUSCA – É, eu sei.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – E a Presidência da Câmara está mexendo todos os dias. E eles conseguem, porque o Brasil elegeu uma maioria de Deputados, principalmente na Câmara, que estão fazendo uma colcha de retalhos da Constituição, relacionados aos índios... Os índios foram vítimas, grandes vítimas, aí, nos manicômios, neste País. E todos os dias estão morrendo índios. Eles estão sendo assassinados. E o Brasil não sabe disso. Nós sabemos porque nos dedicamos, aqui dentro, a isso.

Na época da ditadura militar eles foram internados em manicômio, morreu um número grande, considerável, de índios em Minas, da etnia krenak, e outros. A ditadura militar conseguiu chegar até lá, no Brasil profundo, como diz o Ministro Mangabeira Unger. O Brasil profundo que ninguém nem conhece.

Mas era isso. A gente fica, Eva, à disposição. Nós não vamos fazer de qualquer maneira; não vamos tomar qualquer atitude de qualquer maneira. Nós vamos receber essa... E não precisa ser correndo, como a Eva diz, porque, pelo que entendi, há questões que estão nas leis que já existem e que não são cumpridas.

O SR. EDMAR CARRUSCA – Sim, sim. Aqui no Distrito Federal nós tivemos de ir ao Ministério Público pedir o cumprimento das leis. Nós temos duas leis, a lei distrital...

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP. *Fora do microfone*.) – E a lei do DF é mais avançada do que a nacional; é anterior e mais avançada...

O SR. EDMAR CARRUSCA – Nós temos a Lei distrital, que é a 975, que é de 95. Portanto, está fazendo 20 anos, e se formos analisar, nesses 20 anos não foi implementada

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDMAR CARRUSCA – Nem se conhece. Eu concordo com a Eva de que nos temos atuais é complicado, mas, Eva, eu acho que não podemos prescindir da luta. Então, eu acho que se tem de aperfeiçoar o sistema...

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Ter direito aos direitos humanos, como você colocou.

A SRª EVA FALEIROS (*Fora do microfone*.) – Nós temos de ter força. Nós estamos muito sós.

O SR. EDMAR CARRUSCA – Sim, força é o que viemos buscar aqui com o apoio do Senador, da Senadora...

A SRª EVA FALEIROS – Sim, é isso, mas é uma parte. Nós não temos suma base. Como é, por exemplo, que os sindicatos nunca... Quando a gente sabe que o número de pessoas que adoece no trabalho é enorme. Há profissões em que há um grande número de suicídio e nunca nenhum sindicato foi mobilizado?

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – Então, eu queria dialogar um pouco com tudo o que foi falado e trazer algumas...

Acho que precisamos até provocar um pouco mais em torno do que está posto. Segundo a fala da pesquisadora Fournier, devemos ter preocupação de evidenciar e destacar os avanços sem nunca deixar de colocar os pontos nevrálgicos que ainda precisa ter de desafios pela frente.

Sem sombra de dúvida, dentro de tudo que foi colocado aqui, dentro do perfil que a nossa sociedade tem, extremamente conservadora, escravocrata, com o limiar de tensão que existe atualmente, se formos fazer uma retrospectiva em cima de dados, em cima de tudo que temos aqui desde o início da reforma, de todo esse contexto, avançou-se bastante.

Agora, acho que a Professora Eva Faleiros trouxe questões muito provocativas e fundamentais para pensarmos para frente. E eu acho que dialogam também com o que a nobre Deputada Janete coloca e que também a Deputada Érica Kokay colocou. Acho que dialoga também com a questão do Sistema Único de Saúde e do entendimento do Sistema Único de Saúde brasileiro, eminentemente focado na defesa da sua universalidade, mas que traz para a sociedade um debate que precisa ser mais aflorado e que o nosso Ministro vem provocando, que é o debate sobre a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde e das forças que a sociedade vem produzindo atualmente, inclusive para emperrar o próprio Sistema Único de Saúde.

A política de saúde mental está imbricada nesse processo. Existe fragorosamente instalada uma disputa de modelos. Por mais que tenhamos avançado, os modelos estão em disputa, e eles estão em disputa nos territórios. E nesse ponto é importante se entender o papel de cada ente federado dentro do SUS.

Por mais que nós tenhamos uma política de saúde mental nacional, existe um respeito à autonomia federativa dos Estados e Municípios, que adotam políticas que nem sempre se coadunam com a nossa política nacional. Existe essa autonomia, que precisa ser preservada, e, aí, é uma legitimidade da própria democracia, mas que, ao mesmo tempo, nos leva a contradições que são da própria sociedade. Um exemplo disso é a comunidade terapêutica, nobre Deputada. Por mais que a comunidade terapêutica, dentro da Política Nacional de Saúde Mental, tenha sido reconhecida como um ponto de atenção da rede de atenção psicossocial, hoje, dentro do Ministério da Saúde, não existem comunidades terapêuticas financiadas pelo Ministério da Saúde, não existem.

A SRª EVA FALEIROS – E que tinha um orçamento bom.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – Então, existe uma linha de financiamento pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, no Ministério da Justiça.

Nós, o Ministério da Saúde, junto com o Ministério da Justiça, vimos produzindo esforços no sentido de regular o máximo possível, a partir de diretrizes e critérios de editais, para que essas comunidades terapêuticas façam a sua adesão à política de acordo com os nossos critérios. E os nossos critérios não se coadunam, por exemplo, com comunidades que exercem induções no aspecto da religiosidade, protocolos que produzem trabalho escravo dentro dessas comunidades terapêuticas e uma série de outras coerções de direitos que atravessam completamente aquilo que nós consideramos dentro da política.

Então, por conta disso, hoje não existem, porque, dentro do Ministério da Saúde, em todos os editais que nós colocamos, as comunidades terapêuticas acabaram não se adaptando aos critérios que lá estavam. Então, isto é importante ser destacado: o Ministério da Saúde não financia comunidade terapêutica nesse exato momento por conta disso.

A SRª EVA FALEIROS – Mas tinha uma função de monitoramento, através dos CAPS, etc. Deu para fazer isso?

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – Então, aí é a questão de reconhecer ou não a comunidade terapêutica como uma instituição de saúde. Nós, o Ministério da Saúde, não consideramos a comunidade terapêutica como um equipamento de saúde.

Por conta disso, eu acho que é importante criarmos, dentro dessas políticas locais, municipais e estaduais, formas de regular a ação e os encaminhamentos que se fazem dentro dessas comunidades terapêuticas e que, de alguma forma, contemplem a lógica da atenção psicossocial a partir dos CAPS, enfim, há toda uma linha de cuidado aí. Se, por acaso, a partir dessa linha de cuidados, o usuário não consegue se adequar ao que o CAPS oferta, ao que uma Unidade de Acolhimento oferta, ao que uma Estratégia de Saúde da Família oferta, e se essa comunidade terapêutica que existe lá naquele território, naquele Município tiver o mínimo necessário daquilo que nós consideramos fundamental – como uma articulação com a comunidade, como estratégias de reinserção social desse indivíduo que está com transtornos mentais de álcool e outras drogas, enfim, seguindo uma série de exigências –, ela poderia ser legitimada. Agora, é fato que a maior parte das comunidades terapêuticas hoje não atendem a esses pré-requisitos, então nós precisamos trabalhar muito nessa perspectiva.

Eu queria colocar alguns pontos a mais que foram trazidos sobre os quais eu acho muito relevante dialogarmos. A Profª Eva trouxe um ponto, que, para nós, também é bem importante no momento em que vivemos hoje, dentro do Ministério da Saúde, que é tratar a desinstitucionalização na veia, ou seja, de forma legítima, na sua base conceitual, para que efetivamente ganhe concretude daquilo que nós pretendemos.

Por conta disso, estamos, dentro da Coordenação Nacional de Saúde Mental, pensando em polos de desinstitucionalização em algumas cidades que tenham potência para promover a desinstitucionalização em

manicômios, em hospitais psiquiátricos, que estão aquecidos no sentido de desinstitucionalizar, mas é desinstitucionalizar não apenas para desospitalizar, não somente para tirar esse indivíduo do hospital psiquiátrico, mas, fundamentalmente, para qualificar a rede de atenção psicossocial do entorno desse Município que está fazendo a desinstitucionalização.

E aí entra uma coisa fundamental que a professora Eva trouxe: fazer desses polos um processo indutor de qualificação profissional, porque temos um limbo aí absurdo, uma desqualificação. O modelo formador não forma para o SUS, muito menos para a lógica da tensão psicossocial; existe aí uma necessidade de impulsarmos, nos modelos formadores, essa massa crítica, todo esse contexto de conceitos. E consideramos que precisamos fazer isso, de alguma forma, implementando a política também.

Então, trata-se de usar esses polos, nessas cidades, como um nicho de qualificação de trabalhadores de redes de outros Municípios que podem ir para esse Município trocar e ver aquilo que está acontecendo, de todo o contexto dos conceitos de "desinst" que defendemos e que podem ser, de alguma forma, vivenciados na prática por esse profissional do Município que está sendo agraciado pelo polo "desisnt", mas não somente por esses profissionais, também fazer intercâmbio.

A SRª EVA FALEIROS (*Fora do microfone*.) – Isso é fundamental.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – Esse processo está começando, existe toda uma abertura para que possamos fazer isso. E foi citado pela Érika Kokay, a Deputada, Sorocaba. Sorocaba seria, provavelmente, um desses polos, porque lá já existe um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) para favorecer esse movimento. Está aquecido o processo, a gente vê lá...

A SRª EVA FALEIROS (*Fora do microfone*.) – Tentar recuperar esse lugares que já foram espetaculares, como Campinas. Campinas era maravilhoso, fui lá.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – Com certeza.

A SRª EVA FALEIROS – Minas Gerais tem coisas ótimas.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – Fantástico, e há vários Municípios e Estados com uma história exitosa no campo, e precisamos valorizar, visibilizar mais, resgatar muita coisa. Agora, repito, há muita coisa que foge completamente à governabilidade do Ministério da Saúde.

Os Municípios e Estados têm as suas políticas locais, e sabemos que é esse campo é um campo minado de disputas, e precisamos, sim, produzir mais massa crítica na sociedade a respeito de discussões como essa, porque acho que, só assim, vamos conseguir efetivamente legitimar a luta manicomial. Trata-se daquilo que eu disse na minha apresentação: restringir a reforma psiquiátrica e a luta manicomial apenas para mudança de modelo assistencial é um tiro no pé, precisamos vincular esse movimento num contexto muito mais amplo junto à sociedade.

Acho que é isso.

A SRª EVA FALEIROS – Uma das coisas que acho muito interessantes, que há aqui em Brasília – há no Ceub e na Unb –, é a organização já numa perspectiva multiprofissional que estão ligado à saúde mental. Isso é importantíssimo!

Existe uma associação nacional de estudantes. Já houve congresso aqui de que até participei. Então, é com essa turma jovem que temos que trabalhar, porque, senão, estaremos falando para nós mesmos. É bonita a institucionalização? É, mas os outros não sabem nem o que é isso.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – Existe uma necessidade de produção de massa crítica e de pegar exatamente o estudante nesse contexto. Existem algumas experiências, por exemplo, o VER-SUS, que é uma iniciativa do Ministério da Saúde, que produz vivência do estudante de graduação de todas as áreas de saúde para que ele tenha uma vivência no SUS.

E, a partir disso, percebe-se claramente um outro olhar desse estudante frente ao próprio Sistema Único de Saúde, diga-se de passagem, modelo formador. Ele discrimina o SUS o tempo todo.

Dentro do sistema formador, existe muito mais uma pendência para o estudante, o graduando, se formar, voltado para o mercado privatista de saúde do que para o Sistema Único de Saúde.

Então, iniciativas como a do VER-SUS, como a que Eva trouxe, são importantes. Precisamos impulsionar esse movimento, além daqueles de residência médica, de residência multiprofissional, dentro da rede da tensão psicossocial, que, de alguma forma, produzem essa qualificação, mas concordo em que ainda precisamos investir bastante nesse potencial indutório.

Para terminar, gostaria de citar que, hoje, dentro da Coordenação Nacional de Saúde Mental, temos estratégias de qualificação em cursos de educação a distância sobre crise, álcool e drogas e sobre infância e juventude.

A SRª EVA FALEIROS – Vamos fazer um sobre desinstitucionalização, criatura!

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – Sim. Está dentro desse escopo. A crise está dentro desse processo. E esse curso, principalmente o curso de crise, tem dado resultado bastante significativo pra gente. Há mais de três mil profissionais inscritos. Enfim, há todo um potencial indutor para qualificar esses profissionais.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Com a palavra, a Deputada Janete Capiberibe.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – É uma informação. Durante este ano, vão acontecer as conferências municipais, estaduais e a nacional de saúde. Aí, vejo que este é o momento de se mobilizar e movimentar este País todo em torno da saúde mental, fazendo esse debate, que vai acontecer lá no município. Acho até que ele já deve estar começando. São 5.600 municípios. Depois, serão nos Estados. Devemos fazer esse foco aí.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – As conferências municipais de saúde já estão em pleno andamento. Até o final do ano, vão ser as conferências estaduais, até chegar à conferência nacional aqui, em dezembro.

Então, o tema da saúde mental vai vir com força. E, mais do que isso, com o crescimento das forças conservadoras em torno de questões referentes inclusive ao próprio Sistema Único de Saúde, temos que nos preparar para essa conferência nacional de saúde, porque, com certeza, podem aparecer questões muito caras, que podem estar sob risco.

Assim, precisamos estar muito atentos. Temos um potencial indutor de ativar, nos conselhos municipais e estaduais, o protagonismo dos conselhos nesse contexto da reformulação do SUS e daquilo que se prioriza. Essa conferência nacional vai ser importante para isso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Mais alguma palavra para encerrar, Deputada?

Quero encaminhar, porque acho que há questões para isso.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Estou pensando em, no início do segundo semestre, em agosto, realizarmos uma grande audiência pública, de qualidade, pois, como vocês acabam de colocar aqui, a formação é fundamental.

Então, em um plenário bem grande da Casa, podemos fazer essa mobilização e juntar, Eva, trazendo a voz da sociedade civil, militância. Vamos fazer esse encaminhamento juntas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sugiro que, depois da audiência pública, vocês se entendam, para que possam organizar-se.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Agradeço a presença da Deputada Janete Capiberibe, da Deputada Érica Kokay, dos nossos convidados, em especial de quem veio de tão longe para cá, da Professora Louise Fournier, do Claude, da Eva, do Edmar e também do Alexandre Trino.

Gostaria de agradecer a presença de todos vocês e de todos aqueles que nos acompanharam pela Internet.

Pelo que entendi, a lei é bem avaliada, do ponto de vista das pessoas que operam na gestão da mesma. Ela é bem avaliada.

Posso assegurar aos senhores que existe um clima no Senado, permitindo mudanças para melhor na legislação. Esta Casa está aberta a isso, mas precisamos estar muito bem informados.

Vou sugerir aqui um encaminhamento de um requerimento, de uma sugestão, ao Ministério da Saúde, para que faça uma avaliação dos 15 anos da Lei nº 10.216. Precisamos de um diagnóstico dessa lei. Ouvi falar de 2.200 CAPS, espalhados pelo Brasil. Precisamos saber como eles estão funcionando... Essa ideia veio de Quebec, que tem uma avaliação do seu sistema, anterior ao nosso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Em 2005, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Com oito anos, eles fizeram a primeira avaliação e detectaram que 40% funcionam dentro das regras estabelecidas. Precisamos dessas informações, inclusive para propormos aqui, se tivermos de fazê-lo, alguma mudança na legislação, junto ao Ministério. Temos de estar muito bem alicerçados com informações.

Então, a Secretaria da Comissão precisa preparar, com base nesta audiência pública, um documento ao Ministro Arthur Chioro, sugerindo uma pesquisa sobre o funcionamento do sistema.

Nada mais havendo a tratar, além de agradecer a todos novamente, dou por encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 35 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras Marta Suplicy e Regina Sousa. Registra-se a presença da Deputada Federal Érika Kokay e do Deputado Federal Wadih Damous. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 80, de 2015-CDH, de autoria das Senadoras Marta Suplicy e Lídice da Mata e dos Senadores Paulo Paim, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, para debater sobre: "Violências Motivadas por Orientação Sexual e Identidade de Gênero: análise de situação e respostas" e conta com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. A Senhora Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Coordenadora do Grupo Candango de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB; Juliana Gomes Miranda, Diretora do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; Débora Diniz, Professora da UnB e Pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS; e Carlos Magno Silva Fonseca, Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT. A Senhora Presidente franqueia a palavra a pessoas presentes no plenário, na seguinte ordem: Fabio Meirelles Hardman, do MEC; Andreia Ribeiro Bosi, Assistente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Cristovam Mendonça, Coletivo Nacional da Diversidade Sexual da CNTE; Claudio Nascimento, Coordenador do programa Rio sem Homofobia, da Secretaria de estado de Assistência Social e Direitos Humanos; Leonardo Bastos, Presidente do Fórum Nacional de Gestores da Política LGBT; Flávio, Militante da CSP-Conlutas; Deputada Federal Érika Kokay; Toninho Lopes, da UFES; Julian Rodrigues, Movimento Nacional de Direitos Humanos de São Paulo; Leonardo Santana, Levante Popular da Juventude; Paulo Lotti, Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero. A Senhora Presidente lê diversos comentários recebidos por meio do portal e-Cidadania. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Marta Suplicy,** Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Boa tarde a todos. Declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 80/2015, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria e outros Senadores, para debater sobre o tema Violências motivadas por orientação sexual e identidade de gênero, análise de situação e respostas.

Essa audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/e-Cidadania, e do Alô Senado, através do número 0800.61 22 11.

Chamo agora para fazer parte da mesa os convidados: Srª Juliana Gomes Miranda, Diretora do Departamento de Promoção de Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Muito bem-vinda.

Sr. Carlos Magno, Presidente da ABGLT (Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas, Travestis e Transexuais). (*Palmas.*)

Débora Diniz, Professora da Universidade de Brasília e do Instituto de Bioética e Direitos Humanos e Gênero. (*Palmas.*)

Ella Wiecko, Coordenadora do Grupo Candango de Criminologia da Faculdade de Direitos Humanos da UnB, representando o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. (*Palmas.*)

Saúdo todos os presentes. A audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa hoje realiza em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados acontece em decorrência da aprovação de requerimento de minha iniciativa e dos Senadores Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque e Paulo Paim. Ela tem como objetivo discutir um tema de grande importância no contexto da defesa dos direitos humanos.

Com efeito, as violências motivadas por orientação sexual e identidade de gênero constituem terrível chaga que cotidianamente macula a convivência social neste País, ofendendo os pilares do nosso Estado Democrático de Direito, ancorado, conforme o preâmbulo da Carta de 88, entre aspas, "nos valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.".

A homossexualidade foi retirada da relação de doenças pelo Conselho Federal de Medicina em 1985, vários anos antes de a Organização Mundial de Saúde fazer o mesmo. O Conselho Federal de Psicologia, por sua vez, determinou em 1999 que nenhum profissional pode exercer, entre aspas "ação que favoreça a patologização de comportamento ou práticas homoeróticas.".

Em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a distinção do tratamento legal às uniões estáveis homoafetivas. Já decisão do Superior Tribunal de Justiça julgou não haver obstáculos legais à celebração de casamento de pessoas de mesmo sexo, e o Conselho Nacional de Justiça proibiu os cartórios de todo o País, em maio de 2013, de recusar a celebração de casamento civil de pessoas do mesmo sexo ou de negar a conversão de união estável de homossexuais em casamento.

Choca, contudo, em face de todos esses avanços, a persistência do preconceito, que mostra a sua face – aliás, pode ser até exatamente por causa desses avanços – mais horrenda nos repetidos episódios de violência homofóbica, violência que acontece nos mais diversos locais, nas ruas, nos parques, nas escolas, nos locais de trabalho, nos lares, nas delegacias de polícia, nos presídios, violência que pode ser espontânea, pode ser organizada, perpetrada por indivíduos ou por grupos extremistas.

O aumento significativo do número de violações noticiadas ao Poder Público Federal é extremamente preocupante. Em 2012, foram registradas 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em comparação ao ano anterior, esses números representam um aumento de 166% das denúncias e de 46,6% das violações, haja vista que, em 2011, haviam sido notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. É importante também observar que os dados revelam, no caso de 2012, uma média de 3,23 violações sofridas por cada vítima. O cenário desenhado pelos relatórios produzidos pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República se torna ainda mais preocupante ao se levar em conta a subnotificação de dados relacionados à violência em geral e a esse tipo de violência em particular.

Muitas vezes, ocorre a naturalização da violência, como único tratamento possível, ou a autoculpabilização. Afinal, as estatísticas constantes dos relatórios referem-se somente às violações reportadas, não correspondendo, nem de longe, à totalidade das violações ocorridas cotidianamente contra a população LGBT. Infelizmente, são muito mais numerosas do que aquelas que chegam ao conhecimento do Poder Público. De qualquer maneira, ainda que se desconsidere a subnotificação, apenas os números constantes dos relatórios já seriam suficientes para evidenciar um quadro grave de violências homofóbicas no Brasil, pois foi reportada, no ano de 2010, uma média de 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia. A cada dia, durante o ano de 2012, 13,29 pessoas, em média, foram vítimas de violência homofóbica reportada no País.

Outra fonte de informações é o Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil, produzido pelo Grupo Gay da Bahia, a mais antiga organização de defesa de homossexuais do País, fundada em 1980. O levantamento relativo ao ano de 2013 documentou 312 assassinatos de gueis, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo uma transexual brasileira morta no Reino Unido e um guei morto na Espanha. Isso representa um assombroso índice de um assassinato a cada 28 horas, o que, segundo o Grupo Gay da Bahia, mantém o Brasil no posto de campeão mundial de crimes homotransfóbicos. Essa é uma taça que ninguém deseja.

O relatório do grupo da Bahia afirma que, segundo agências internacionais, 40% dos assassinatos de transexuais e travestis no ano de 2013 foram cometidos no Brasil e que o Nordeste é a região mais violenta, concentrando 43% dos assassinatos de homossexuais. O levantamento também aponta que o mês de janeiro de 2014 foi particularmente sangrento, tendo registrado o assassinato de 42 LGBTs, o que representa um a cada 18 horas. No que se refere particularmente a assassinato de transexuais, o relatório do GGB faz uma interessante comparação. Segundo o documento, nos Estados Unidos, com cem milhões de habitantes a mais que o nosso País, foram registrados 16 assassinatos de transexuais em 2013, enquanto no Brasil foram executados 108 transexuais.

Conclui-se, portanto, o risco de uma travesti ser assassinada no Brasil é 1.280 vezes maior do que nos Estados Unidos. Foi apontado que os autores somente foram identificados em 103 ou 33% dos crimes letais

cometidos contra homossexuais em 2013, no Brasil, não havendo informação sobre a captura dos criminosos nos 67% restantes dos casos. O relatório do Grupo da Bahia evidencia o alto índice de impunidade nesses crimes de ódio, bem como a gravíssima homofobia institucional/policial, que leva à não investigação em profundidade de tais homicídios.

Feita a apresentação do tema, reforço que estamos aqui reunidos em dois significados: ouvir as reflexões dos convidados dessa mesa e as reflexões das reuniões estratégicas dos movimentos LGBTs que estão aqui em Brasília desde segunda-feira, debatendo a questão da violência contra a população LGBT e buscando encaminhamentos.

Houve apoios a essa iniciativa por parte da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal; Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara dos Deputados; Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual; Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; União Nacional Pluripartidária LGBT; Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, que é a Unesco; Ministério da Saúde, por meio do Departamento DST/Aids e Hepatites Virais; Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa; Departamento de Apoio à Gestão Participativa; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

E quero fazer um agradecimento a todos os parceiros.

Num breve histórico sobre a questão da criminalização da homofobia, em 2011, desarquivamos o Projeto de Lei nº 122, de autoria da então Deputada Federal Iara Bernardes, e que no Senado foi um tema defendido antes pela Senadora Fátima Cleide, que conseguiu a sua aprovação na Comissão de Assuntos Sociais.

Fátima propôs um substitutivo com equiparação da discriminação aos homossexuais ao racismo.

Bem, assumi a relatoria do projeto, e buscamos levar o debate adiante. Tentamos, juntamente com parte do movimento, aprovar novo substitutivo aqui, na Comissão de Direitos Humanos, para avançarmos, mesmo que à frente tivéssemos que retomar alguns pontos. A luta, às vezes, exige, na estratégia, aprovar o que é possível e, fazendo o possível, alcançar o que parece impossível. Mas a matéria nem prosperou aqui nesta Comissão de Direitos Humanos.

E eu fui para o Ministério da Cultura e, neste momento, o Senador Paim ficou como relator – era Presidente da Comissão de Direitos Humanos –, mas aconteceu uma manobra que levou o projeto a ser arquivado, ou melhor, não foi arquivado, foi apensado ao Código Penal. Quer dizer, desapareceu daqui, não está mais em votação. Daqui, ele foi para o Código Penal e sumiu. Sumiu no Código Penal. Por que estou dizendo que sumiu no Código Penal? Quando voltei para o Senado, me interessei em saber em que pé estava. E tive a surpresa de ver que tinha ido para o Código Penal e, no Código Penal tinha desaparecido. E esse desaparecimento fez com que voltássemos à estaca a zero em todas as questões porque estava desaparecido.

Então, o que fizemos? Imediatamente, vários Senadores e eu também fizemos emendas ao Código Penal, recompondo a questão dos direitos LGBT no Código Penal.

A partir daí, o Código Penal estava na Comissão de Justiça, onde ia ser discutido e votado. Essas emendas foram feitas dois dias antes, se não me engano, no final do ano, de o Senador Vital do Rêgo sair da Presidência – agora está no Tribunal de Contas da União – e não foi votado. Então, as emendas estão lá prontinhas para serem votadas na votação do Código Penal, que está na Comissão de Justiça, aguardando ser discutido e votado.

Esse é o *status* atual.

Repito, vamos ter no novo Código Penal as previsões de crimes por preconceito contra etnia, por regionalismo, por religião, e a surpresa era que a questão da homofobia tinha sida riscada, mas foi reintroduzida em vários artigos. Isso é absolutamente uma discriminação patente contra os homossexuais. Por que a questão étnica, ou regional, ou de raça é mais importante do que esses dados terríveis que acabei de ler para todos os presentes?

Eu apresentei nove emendas ao Código Penal, e todas as emendas foram debatidas com o coletivo pela minha assessoria, durante a reunião estratégica de como proceder, em virtude da situação que estava criada. São emendas que agravam penas sempre que a motivação do crime for por questões de gênero, orientação sexual ou identidade de gênero. Em síntese, criminaliza a homofobia, claro, tema também muito debatido nesses dias, e todos sabem que a sociedade se move por ondas.

Eu estava, faz uns minutos, conversando com o Carlos e com Tony, e mostrando isso. Eu me lembrei da campanha do Obama, a primeira, em que ele mal tocava no assunto; na segunda campanha, ele já assumiu essa questão do casamento guei, mas uma coisa leve; e, hoje de manhã, fiquei surpresa, já vi na internet a campanha da Hillary Clinton, em que ela fez um vídeo sobre casamento guei. E, das camisetas vendidas na sua campanha, metade é de camisetas apoiando o casamento guei. Isso é, sei lá, há quantos anos? Doze ou quinze anos.

As coisas caminham. Nós estamos hoje num momento muito conservador, num momento muito difícil de se caminhar tanto na Câmara, quanto no Senado. Mas tenho certeza de que há certas ações, certas circunstâncias da humanidade em que é inexorável que vão acontecer.

Antes, existia escravatura e que todo mundo achava normal. Hoje, se pensarmos em uma situação dessas, todo mundo se horroriza, e temos até fortes ações contra o trabalho infantil e escravo. O divórcio é outra situação em que, até 40 ou 50 anos atrás, as mulheres que se divorciavam, aí eram principalmente mulheres, marginalizadas na sociedade, e hoje o divórcio foi assimilado pela sociedade.

Então, temos que pôr tudo dentro do contexto. A sociedade caminha dessa forma, mas existem certas situações em que sabemos que caminham para a liberdade, para o respeito, para a tolerância com pessoas diferentes umas das outras. E é isso que se busca numa sociedade para que seja mais harmoniosa.

Hoje, podemos dizer que tivemos avanços na pauta LGBT no Judiciário. No Executivo, por exemplo, em todas as gestões que antecederam a da Presidenta Dilma, tivemos conferências, na questão previdenciária também tivemos avanços, mas, quanto mais visibilidade ganhar a causa, maior será a reação, mas isso também faz parte.

A Argentina avançou bem mais que o Brasil na garantia de direitos, embora o perfil da sociedade fosse muito mais conservador. Eu lembro, quando, há 14 ou 15 anos, começamos a mencionar esse tema na Câmara, a Argentina era muito conservadora, não se falava dessa questão de homossexualidade. Só que hoje Buenos Aires é uma cidade *gay friendly*, e temos assassinato de homossexual na Avenida Paulista. E passa batido, como se fosse alguma coisa que ocorre absolutamente, como qualquer tipo de assassinato.

Estamos hoje convivendo com esses paradoxos. A maior parada guei do mundo acontece na mais importante avenida do País, onde as agressões continuam ocorrendo, e bárbaras. Ninguém se esquece, por exemplo, do caso do rapaz que caminhava na Paulista e foi agredido sem qualquer razão, e apenas por preconceito de que o agrediu.

Também há mais um tempinho, houve o caso do pai que teve a orelha arrancada, porque ele estava caminhando na cidade, abraçado ao filho, e foi confundido como sendo homossexual. Isso ocorreu no interior de São Paulo. E foi uma coisa muito chocante naquele momento.

Mas cada um aqui deve conhecer um caso, deve ter um caso pessoal de humilhação, de dor ou de desrespeito. Nós não queremos que isso aconteça.

Aqui, no Congresso, como eu dizia, há um retrocesso na agenda dos direitos humanos, mas nós temos de ter, então, toda boa vontade para pensar em como avançar, com bom senso, em conquistas tão importantes para o ser humano, porque todos merecem ser felizes.

Agora, vamos ouvir a Mesa e o Movimento, para encontrarmos caminhos, para vermos como podemos agir nesta situação e qual a postura, quais as palavras que nossos convidados têm para nos brindar.

Vou conceder a palavra, primeiro, para a Srª Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Coordenadora do Grupo Candango de Criminologia.

A SRª ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Muito obrigada, Senadora Marta e meus colegas e minhas colegas de Mesa.

A todas as pessoas aqui presentes dou meu boa-tarde, meu abraço fraterno.

O tema desta audiência pública constitui um problema social e, portanto, deve ser encarado pelas instituições brasileiras em todas as esferas do Poder Público.

A homofobia, a lesbofobia e a transfobia se manifestam por atos que resultam em dano físico ou emocional, letal ou não, perpetrado com o abuso de poder de uma pessoa contra a outra, numa relação pautada em desigualdade e em assimetria entre os gêneros. Colocam, assim, em posição vulnerável à vitimização por violência aqueles e aquelas cuja orientação sexual e identidade de gênero não se conformam aos padrões considerados normais e aceitáveis ou socialmente toleráveis, passando a serem percebidos como corpos abjetos aqueles cuja existência não se enquadra nos modelos preestabelecidos.

Vou me referir aqui a alguns dados do 2º Relatório Nacional sobre a Violência Homofóbica no Brasil, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Algumas menções já foram feitas na fala da Senadora. Acho isso interessante, porque sei que a Juliana Miranda vai apresentar dados que foram coletados agora, em 2015, mas que ainda não foram publicados. Então, isso será interessante até para fazermos uma comparação, para vermos se as coisas mudaram, em que as coisas mudaram e como as coisas mudaram.

Esse 2º Relatório já assinalava que vivemos um movimento paradigmático no Brasil em relação à busca pela garantia de direitos humanos da população LGBT e que, na mesma medida do avanço de direitos e da crescente busca por visibilidade, têm ocorrido reações conservadoras e, por vezes, violentas de diferentes setores da sociedade, sobretudo de uma elite heteronormativa que se diz guardiã de direitos e de garantias, de uma

suposta moral, da tradição e de costumes, conservando e perpetuando o alijamento e a negação de direitos a esses sujeitos e o não reconhecimento das possibilidades de seus vínculos afetivos e de sua cidadania plena.

Ainda há grande dificuldade de dar visibilidade à violência homofóbica e transfóbica, assim como a outras violências baseadas no gênero que afetam mulheres, crianças, pessoas idosas etc., sobretudo no âmbito familiar, pois, embora formalmente criticadas, elas são toleradas devido a valores culturais internalizados e cristalizados que admitem a violência como instrumento de dominação e de controle.

No caso da violência homofóbica, lesbofóbica e transfóbica, o quadro agrava-se pelo repúdio aberto às diferentes formas de existir da população LGBT. Embebidos de ódio e até de discursos institucionalizados, políticos, médicos e religiosos utilizam argumentos legitimadores para essas diferentes agressões, muitas fatais e executadas com crueldade.

Os últimos dados que foram apresentados no Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, em 2012, publicados em 2013, são baseados no Disque 100 – Direitos Humanos; na Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180; e no Disque Saúde, Ouvidoria do SUS, bem como em *e-mails* e correspondências encaminhadas ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT.

Vou fazer uma comparação, um comentário a respeito dos dados hemerográficos, que são as notícias veiculadas nas mídias sobre a violência homotransfóbica.

Como já dito, esse conjunto de dados soma 3.084 denúncias, 9.982 violações, 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Vê-se que as vítimas, predominantemente, são do sexo masculino, mais de 70%, mas não há dados sobre a orientação sexual de mais de 80% do total de vítimas.

Quanto à identidade de gênero, 60,44% das vítimas foram identificadas como gueis. Foram 37,59% como lésbicas, 1,47% como travestis e menos de 1% como transexuais.

Na variável raça/cor, temos 33% de vítimas pardas, 7% de pretas, total que pode ser maior, porque faltou informação referente a 32% das vítimas.

Na variável faixa etária, predominam mais de 60% de vítimas entre 15 e 29 anos, seguidos de dezessete e pouco por cento na faixa de 30 a 39 anos. Então, são pessoas jovens.

Mais da metade das vítimas conhecia os suspeitos, quase 60%, sendo desses, em primeiro lugar, vizinhos e, em segundo, familiares.

No que tange à faixa etária dos suspeitos, há elevada taxa de não informação, mas cerca de metade fica na faixa de 15 a 39 anos, ou seja, na mesma faixa de idade das vítimas.

As violações ocorrem principalmente em casa, quase 40%, e, na rua, pouco mais de 30%.

Os tipos de violação mais reportados são de discriminação, 74%, e, de violência psicológica, 83,20%. A violência física foi relatada em cerca de 33% dos casos, e a discriminação, que é a maioria, ocorre principalmente devido à orientação sexual. E a violência psicológica se traduz em humilhações, hostilizações e ameaças.

No campo da violência física a mais reportada é a lesão corporal, cerca de 60%, mas não há qualquer dado sobre a gravidade dessas lesões corporais. Também há uma percentagem de maus tratos, mas também o relatório não esclarece a que se referem esses maus tratos. Maus tratos, pelo Código Penal, também englobam lesão corporal.

(Soa a campainha.)

A SRª ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Quanto aos homicídios, foram apenas 19 ocorrências, ou seja, menos de 2% do total.

É interessante notar que, em 47% dos casos, os denunciantes não conheciam as vítimas anteriormente.

Isso demonstra muito bem esse ódio pelo simples fato de perceber a outra pessoa como tendo uma orientação sexual homossexual, não heterossexual; e 33,49% diziam respeito a uma vitimização difusa, que se situa nesse mesmo plano, que demonstra, sim, um ódio, uma não aceitação da população LGBT.

Agora, muito rapidamente, porque me parece que...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Só para a sua orientação e dos outros também, está vendo aquele reloginho?

A SRª ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Ele vai diminuindo. E aí dá para controlar.

A SRª ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Eu estava olhando para ele.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Eu acrescentei cinco minutos.

A SRª ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Obrigada.

Então, os dados hemerográficos, que são aqueles colhidos em pesquisas na internet, foram colhidos não na mesma época dessa coleta do Disque 100. E o resultado estatístico difere porque, nessa, o que aparece são as violações noticiadas principalmente de violência física, com 310 homicídios. A prevalência da violência física se

justifica pelo interesse sensacionalista das mídias, mas favorece a reprodução do preconceito e da discriminação que percebem as relações entre homossexuais e com travestis e transexuais como potencialmente violentas.

Eu também teria alguns comentários a fazer a respeito das porcentagens apresentadas por esse banco de dados hemerográficos, mas, em virtude do tempo, vou passar adiante.

Gostaria também de dizer que fiz uma pesquisa de análise de jurisprudência, que apresentei no ano passado, em Belo Horizonte, em um congresso, e o que verifiquei nessa análise de jurisprudência é que existe realmente uma taxa muito pequena de violência física que é levada ao sistema judiciário. A maior parte dos acórdãos ocorre justamente na Justiça do Trabalho. São as discriminações e os assédios praticados nas relações de trabalho.

Todos os relatórios sobre violência homofóbica e transfóbica no Brasil a que me referi têm um valor indicativo, havendo necessidade de os governos, os vários níveis da Federação, estabelecerem coleta de dados confiáveis e permanentes para a formulação de políticas públicas e o monitoramento delas.

Gostaria também de, muito rapidamente, dizer que existe uma orientação das Nações Unidas que diz que os Estados têm cinco obrigações a cumprir com relação à proteção dos direitos humanos de pessoas LGBT, que são: proteger indivíduos de violência homofóbica e transfóbica; prevenir tortura e tratamento cruel, desumano e degradante de pessoas LGBT; descriminalizar a homossexualidade; proibir discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero; e respeitar as liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica.

Portanto, na esteira das recomendações das Nações Unidas, os relatórios sobre violência homofóbica e transfóbica no Brasil têm pontuado, por exemplo, a obrigatoriedade de notificação dos casos, que haja espaço para informação sobre identidade de gênero e orientação sexual nos registros de óbito e no Ligue 180, que serviços públicos específicos para travestir e transexuais tenham acesso a canais de denúncia governamentais, que os espaços públicos de sociabilidade sejam incentivados pelos Poderes Públicos...

(Soa a campainha.)

A SRª ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Enfim, também há outras. Vou deixar este texto à disposição.

Finalizando, a violência homofóbica, lesbofóbica e transfóbica é um problema estrutural no Brasil, decorrente do sistema sexo/gênero, e atinge sobretudo jovens, negros e pardos nas ruas e em suas próprias residências, operando de forma a desumanizar as expressões de sexualidade divergentes da heterossexual, atingindo lésbicas, gueis, bissexuais, travestis e transexuais, nos espaços públicos e privados institucionais até o nível familiar.

O Ministério Público da União, em suas diferentes esferas de atuação, não tem fechado os olhos para esse problema e, nesse ponto, eu gostaria...

(Soa a campainha.)

A SRª ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – ... de pontuar o envio recente pelo Procurador-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal de parecer à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26, coerente com o parecer anterior, que ele já dera num mandado de injunção, opinando, novamente, pela procedência da ação, para que o STF reconheça que a violência homofóbica e transfóbica seja criminalizada.

Hoje, na página da PGR, inclusive, tem um áudio de notícia do Procurador-Geral e a íntegra do parecer, parecer esse que incorporou os argumentos que lhe foram apresentados pela ABGLT.

Senadora, muito obrigada e desculpe-me por ter avançado tanto no tempo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Nós é que agradecemos a sua presença, Srª Ela Wiecko, coordenadora do Grupo Candango de Criminologia, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, por dados bastante relevantes a que nós não tínhamos acesso. Nós estamos também sendo televisionados e isso é muito importante para que essa informação se distribua pelo País todo.

Gostaria de citar a presença de Laura Alves, diretora da Diretoria de Enfrentamento à Violência de Direitos, do Distrito Federal; da Senadora Regina Sousa, membro desta Comissão; do Deputado Federal Wadih Damous, do PT, do Rio de Janeiro; de Kátia Guimarães, representando o Departamento DST/Aids e Hepatite Virais do Ministério da Saúde; Kilvia Cristina Teixeira, assessora parlamentar e federativa da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude; de César Medeiros, assessor para assuntos parlamentares federativos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Passo a palavra agora para a Srª Juliana Gomes Miranda, diretora do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos, da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

A SRª JULIANA GOMES MIRANDA – Boa tarde, Senadora. Boa tarde, demais colegas de Mesa e todos que aqui se encontram, numa plateia bastante qualificada, interessada e, principalmente, protagonista deste tema.

Nós, da Secretaria de Direitos Humanos, em nome do Ministro Pepe Vargas, também gostaríamos de agradecer, Senadora, a oportunidade de trazer aqui alguns dados um pouco mais atualizados e contrastar, mas nem tanto, com o que a nossa Profª Ela, querida professora, acaba de apresentar a todos nós.

Infelizmente, é uma realidade bastante objetiva que vem se perdurando por anos, e o que eu trago aqui hoje é um pouco desses dados mais atuais, que é o levantamento que a gente tem na atualidade de 2015. Digo infelizmente porque vão corroborar que, ao longo dos anos, as denúncias, as violações de direitos humanos que a população LGBT enfrenta no País tem realmente crescido e tem realmente se contrastado com o que a gente vê aí de evolução dos direitos humanos, mas também, por outro lado, uma crescente pauta de tentativa de retrocessos nos valores, nas ideias, enfim, de uma maneira geral, na nossa educação e cultura em Direitos Humanos.

Aqui é um pouco do histórico. Peço licença a alguns que já viram parte desses dados, da nossa militância, e o público presente, Senadora.

Temos que pensar nisso que a senhora mencionou. A luta dos direitos humanos é uma luta que tem que ser constante, persistente e, muitas vezes, de altos e baixos. Quando pensamos no Estado liberal e na evolução desse Estado liberal para o Estado sociodemocrático em que nos encontramos, vamos perceber que, muitas vezes, o Estado e a sociedade, nessa interação, colocam-se desafios que a sociedade normalmente e as suas instituições buscam enfrentar.

E aqui acho que também foi muito pertinente o que a senhora e a Profª Ela colocaram: é que esse é um problema social; não é um problema que vai ser resolvido pelo Poder Executivo, mas é um problema que tem de ser discutido na sociedade e envolver, principalmente, aqueles que têm os poderes de modificar progressivamente essa realidade, que eu vou aqui corroborar. A Profª Ela já apresentou boa parte dessa realidade.

Antes, a realidade LGBT era muito correlacionada, intimamente relacionada ao tema DST/Aids. É um pouco aquele histórico que a senhora mencionou no início da nossa audiência.

A partir de 1990, isso começa a se descolar, e, em 2004, há o lançamento de um programa nacional nosso de governo que é o Brasil sem Homofobia, que começa a dar contornos da necessidade de o movimento, de a sociedade conhecer a fundo que realidade é essa e batalhar por um Estado realmente democrático e diverso.

Em 2008, Senadora, houve a primeira conferência nacional LGBT, em que se coloca a demanda bastante específica para os governos trabalharem principalmente o tripé da cidadania LGBT – 20 anos depois de promulgada a nossa Constituição, que é vista como a mais participativa. E eu venho de um trabalho muito forte também na Secretaria-Geral da Presidência da República, em que nós temos nos empenhado fortemente, ao longo dos últimos governos do Brasil, em ser referência em participação social. E é uma pena que, só 20 anos depois da promulgação da nossa Constituição, tivemos a primeira conferência nacional, mas pelo menos tivemos a primeira.

Por fim, houve a criação da Coordenação na nossa Secretaria de Direitos Humanos; o decreto que configura e formata o Conselho Nacional de Combate à Discriminação voltado para a população LGBT; o módulo no Disque 100 que trata especificamente de violações – e é nesse em que estamos nos baseando um pouco nos dados; a segunda conferência em 2011; e a terceira conferência está em curso e terá sua culminância, na etapa nacional, em maio de 2016.

O Disque 100, então, é a fonte de que bebemos e de onde eu trago esses dados. O Disque 100 não só trabalha violações contra a população LGBT, mas também outras populações ou pessoas que sofrem violações constantes, como pessoas em situação de rua, deficientes, idosos e assim por diante. Temos uma pauta bastante forte de graves violações motivadas por intolerância de toda ordem e de todo gênero, e o Disque 100 tenta trabalhar um pouco esses dados.

Claro que reconhecemos também, conforme disse a professora, qualificar esses dados e detalhá-los bem. E isso não é tarefa só da Secretaria de Direitos Humanos; é nossa de Governo, com o MEC, o Ministério da Saúde e outros órgãos que estão bastante relacionados a esse tema.

Em 2015, já foram recebidas 356 denúncias de violência contra a população LGBT – em média, portanto, três violações por dia notificadas ao Disque 100 em 2015. De 2011 para cá, houve um total de 7.548 denúncias e 8.169 vítimas LGBT.

Às vezes, os números parecem bastante frios; parece frio nós ficarmos falando e repetindo números, mas é importante colocarmos que essa é uma realidade realmente objetiva, e daí a importância de trabalharmos também os números.

A violência mais recorrente é esta mesmo – não é, professora? –, a discriminação, seguida da violência psicológica e, em terceiro lugar, a violência física.

O público, a vítima maior dessa violência é o segmento que percebemos em quase todos os setores: na juventude, é o homem preto, é o jovem preto que vai de 15 a 29 anos, e na população LGBT isso também se

verifica, a partir dos dados do Disque 100. Então, hoje, neste ano de 2015, a gente ainda tem um maior número de notificações de denúncias que chegam ao Disque 100 envolvendo sexo biológico masculino.

Aí é um pouco da qualificação desses dados em relação a raça, cor e sexo biológico, o que nos diz também que a cor parda e preta é a predominante, do sexo biológico masculino, e há um grande número também de não informação, ou seja, de dados não informados, muito pelo que a Professora também identifica aqui, que a maioria dos dados notificados são de pessoas que desconhecem a vítima ou de desconhecidos.

Aquele dado da população jovem: desse número de 356 denúncias do ano de 2015, na maioria, 128, a vítima está entre seus 18 e 24 anos.

E onde ocorrem essas violações? É fácil a gente pensar que elas ocorrem principalmente nas ruas, envolvendo aí, com certeza, uma população que a gente conhece bem, que é a população travesti e transexual também, homem trans, mulher trans. Mas ela ocorre principalmente dentro de casa. Então, é na casa dessas pessoas...

(Soa a campainha.)

A SRª JULIANA GOMES MIRANDA – ... principalmente... Essa campainha é para matar a gente de susto, aí a gente para de falar. (*Risos.*)

Principalmente dentro de casa, há essa discriminação; essa violação, essa violência psicológica que a gente configura aqui como a principal violência sofrida pela população LGBT está dentro de casa.

Temos um número aí: quando a gente relaciona vítima *versus* suspeitos, um terço desse número é não informado, quase outro terço é desconhecido, mas há um número grande, que é o verdinho, que é o vizinho. São aqueles dados de 2011 que a Professora mencionou, e a gente percebe a manutenção desse dado ao longo dessa série histórica de que são os mais próximos; o suspeito, o violador se encontra muito próximo, muito perto da vítima.

A gente tem também essa tentativa de qualificação dos dados em quem são essas vítimas, quem são as nossas vítimas por identidade. Também em valores em unidade, a gente tem aí um número em torno de 23% de gueis, cerca de 11% de travestis, 9%, lésbicas; transexuais, 8%; bissexual, 1,5%, e hetero, 0,26%.

Principais violações já mencionei. É importante dizer que, nesse gráfico aí, não aparece, surpreendentemente, o homicídio. E não quer dizer que não haja, é importante ratificar isso. O fato de a gente não ver a palavra homicídio nos dados não quer dizer que ele não ocorra, pelo contrário, há uma subnotificação e há mais, uma subqualificação ou classificação, e acho que isso é o importante do debate de hoje, ver em que medida a gente avança em legislações ou em propostas estratégicas que busquem enfrentar definitivamente a ausência de punição dessas violações de direitos humanos.

Aqui é um exemplo bastante singelo, Senadora e demais colegas, do que a gente está querendo propor, que é uma discussão também do enfrentamento à discriminação ou intolerância nas redes.

Um dos temas é a homofobia. Então, o Humaniza Redes foi lançado no início deste ano, agora em abril, ainda com a Ministra Ideli, e é uma articulação que envolve não só o Governo Federal, mas também parceiros como a SaferNet e outros, na busca de que a internet também tem de ser um espaço livre de manifestação, respeitando a diversidade. Há alguns exemplos de memes que foram trabalhados ao longo desses poucos meses de combate e de enfrentamento à violação dos direitos humanos na internet. Posso, depois, deixar isso para vocês.

Estamos falando, então, não só do Poder Público Executivo, mas também de um engajamento principalmente das redes e da sociedade civil em espaços que deveriam ser vistos como espaços privilegiados de discussão e de deliberação. Há exemplos de Conselhos Estaduais espalhados no Brasil. Há Conselhos Municipais, e, além deles, há Centros de Referência de Promoção e Proteção aos Direitos LGBT no País. Hoje, 14 Estados possuem Centros de Referência.

É claro que não estou aqui para tapar o sol com a peneira. Precisamos, Senadora e colegas, pensar em como fortalecer institucionalmente principalmente essa rede de proteção, seu fluxo e seus protocolos de denúncia, para qualificar as denúncias e para efetivar, principalmente, o encaminhamento dessas denúncias, com um direcionamento correto no Judiciário ou na porta necessária.

Temos de pensar, como eu estava mencionando, em legislações antidiscriminatórias. Temos exemplos em alguns Municípios e em alguns Estados, mas o Brasil, nacionalmente, no âmbito federal, carece ainda de legislações que punam definitivamente atos de discriminação ou de preconceito motivados por orientação sexual ou pela identidade de gênero.

Acho que essa notícia que a Profª Ela nos traz do parecer da PGR é superinteressante...

(Soa a campainha.)

A SRª JULIANA GOMES MIRANDA – ...e vai muito na linha do que, acredito, o Movimento vai trazer para a gente aqui hoje.

Eu trouxe aqui, plagiando algumas ideias de colegas meus advogados, mas lhes pedindo permissão, como isso está sendo discutido nos outros países. O Brasil sempre foi visto na vanguarda da promoção dos direitos humanos, com um protagonismo internacional. Por que não sê-lo também no tema LGBT, principalmente contrastando essa realidade discriminatória com proposições legislativas que busquem a paz e a democracia, mas que também não fechem os olhos para a realidade?

Aqui, trato da proibição constitucional. Mostro alguns exemplos, como a proibição de discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho. É o que a Professora mencionou. Aqui, inclusive, a nossa jurisprudência é muito mais produzida no tribunal trabalhista.

(Soa a campainha.)

A SRª JULIANA GOMES MIRANDA – Internacionalmente, a gente verifica também que boa parte dos Estados, dos países, conseguiu avançar nesse sentido. Na Europa, há essa proibição em 40 países. Na América Latina, isso se dá em 11 países, mas, infelizmente, a gente não vê o Brasil entre eles.

Há previsão legal de crime de ódio motivado por orientação sexual em 38 países. Desses 38 países, 26 se encontram na Europa; oito, na América Latina. Também não vemos ali citado o Brasil.

Há proibição de incitação ao ódio em razão da orientação sexual da pessoa em 35 países, dos quais 28 estão na Europa; quatro, na América Latina. Também ainda não vemos o Brasil figurando nessa lista boa.

Mostro os desafios do Estado brasileiro, juntamente com a sociedade, como aprovar marcos legais. Primeiro, acho que é preciso dialogar, discutir, debater. Acho que temos de permitir espaços como este de hoje, nesta Casa e em todas as casas que se dizem democratas, para que discutamos, com liberdade, sem agressões físicas e morais, o que pensamos. Acho que esse é o principal desafio. Segundo, temos de caminhar na aprovação e na discussão de marcos legais que tipifiquem essas situações.

Já terminei, Senadora. Aqui ficam meus contatos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Eu agradeço à diretora do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Juliana Gomes Miranda.

É muito interessante observar como os dados são semelhantes, dados do Disque 100 e dos outros tipos de pesquisa. É muito importante que vejamos essa correspondência.

Passo a palavra, então, para Débora Diniz, professora da UnB e pesquisadora do Instituo de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

A SRª DÉBORA DINIZ – Muito boa tarde a todos vocês. É um prazer muito grande estar aqui.

Eu agradeço, em particular, à Senadora Marta Suplicy pela convocação desta audiência pública; aos meus colegas de Mesa, Drª Ela Wiecko, Dr. Carlos Magno e à Drª Juliana Miranda.

A nossa audiência tem uma pergunta. É tanto uma análise da situação quanto as respostas que podem ser oferecidas pelo Estado brasileiro.

Começo fazendo um esclarecimento de que a minha apresentação vai ser em torno do nosso maior desafio, que me parece ser a análise da situação.

Sabemos que se constituir como alguém fora disto que chamamos norma heterossexual, que é um jargão heteronormatividade, e viver essa subalternidade, resistindo à discriminação, é o que chamamos de analisar a situação. Isso que aqui demos o nome de crimes de ódio, de homofobia, de discriminação, de homicídio, de matança, de violência.

Quanto à tese que provocou esta audiência pública, eu diria que nenhuma de nós aqui hoje tem dúvida. O desafio para o processo legislativo ou para as políticas públicas é saber quais são as consequências disso que já sabemos, que é vivermos em uma sociedade que discrimina pelo gênero em que vivemos, pelo sexo em que habitamos. Daí fazemos a pergunta: como enfrentar?

Por isso, enfrentarei o que a convocação desta audiência pública descreveu como análise da situação, o que sabemos sobre discriminação homofóbica. Permitam-me uma simplificação. De todas as variações linguísticas que permitem maior reconhecimento da nossa diversidade é simplesmente para fins de simplificação do que passo a dizer, que chamarei de discriminação homofóbica ou homofobia.

Oficialmente, sabemos muito pouco. As duas apresentadoras que me antecederam mostraram o que tentamos saber, mas eu repetiria: quando falamos em nome do Estado, nós sabemos muito pouco.

Estatísticas oficiais, a ausência de estatísticas oficiais do Estado brasileiro é um dos exemplos da expressão da discriminação. Conhecer é uma das formas de reconhecer que temos um problema no campo dos direitos humanos. O Estado brasileiro não produz dados oficiais sobre homofobia e suas variações discriminatórias

pelo gênero ou pela sexualidade. Sabemos que homofobia mata, mas temos dificuldade em provar, e prova é um instrumento importante de análise da situação. Prova pode ser uma única história, algumas histórias ou pode ser uma multidão de números.

Eu, hoje, farei um caminho inverso das duas que me antecederam. Eu vou abdicar dos números, vou contar histórias e vou mostrar rostos, pelas brechas, pelas formas com que socialmente reconhecemos fissuras para sermos apresentados a essas histórias, que são as notícias que circulam no País.

Começo com uma afirmação: é perigoso viver nesse lugar, de uma palavra que sabemos mal sobre o que representa, que é viver fora da heteronorma. Vejam a palavra: perigo. Mostrar que há perigo em ser quem se quer ser, em mostrar-se como se acredita ser, a melhor maneira de se apresentar no mundo é perigoso na sociedade brasileira. Demonstrar o perigo é um passo necessário para um debate sobre justiça sexual e de gênero. Provando que o perigo existe, nosso movimento seguinte, também tema desta audiência pública, é sobre o que fazer, é quais são as soluções. A pergunta é a análise da situação e a proposição de soluções.

Uma delas, que está sendo discutida hoje aqui também, é o caminho da criminalização da homofobia. Há o caminho educacional, agora sob intensa controvérsia, que é o que chamamos de sensibilização de gênero nas escolas e que foi tema de um blogue que nós temos e que se chama Vozes da Igualdade. E eu disse aqui que foi com bom humor que nós enfrentamos a controvérsia da propaganda do perfume de O Boticário há duas semanas. E, na semana que vem, vai ser da controvérsia sobre a chamada ideologia de gênero. E aqui me permitam certa ironia ao citar essa categoria.

O terceiro é o caminho também desta Casa, do Legislativo, sobre constituição de famílias, aquilo que vamos reconhecer como família. Eu diria que esse espectro é muito amplo, porque fala do mesmo tema de hoje, que é reconhecimento de outras formas de se viver a vida.

Então, vejam que há um leque de possibilidades e caminhos e que sempre precisamos estranhar quando um deles avança sozinho. Se for importante criminalizar a homofobia, deve ser igualmente importante falar de gênero nas escolas, igualmente importante falar de família, igualmente importante falar... (*Palmas.*)

É tão difícil me concentrar quando batem palmas, mas vamos lá.

É igualmente importante reconhecer que há outras formas de família, e esse estatuto plural no Brasil. Se um desses braços da luta igualitarista avançar sozinho e outros oferecerem maior resistência, eu diria: nós precisamos de um alerta. Um alerta porque, em algum momento, nós dissemos que queremos punição, mas não queremos igualdade nas escolas e não queremos novas famílias. É porque alguma coisa está saindo do nosso controle de uma agenda igualitarista e sendo apropriada por outros grupos de outra maneira.

Eu descreverei o perigo. Começarei pelos nomes, e peço muito perdão pela dor que eu sei que vou compartilhar com vocês pelo que eu passo a mostrar. Começarei pelos nomes daqueles que viveram na carne o medo da discriminação. Mais do que isso, são vítimas do horror da violência homofóbica.

Eu não vou perder tempo explicando a vocês como foi feita a pesquisa. Aqui está o livro. Ele está sendo distribuído, tem o formato PDF, foi financiado pela Secretaria de Direitos Humanos. Vocês encontram rapidamente na internet:

Abelha (Adilson Felippe), Altamir da Silva, Nicole Galisteu, Diego Assis da Silva, Edivan Alves Pereira, Eliwelton da Silva Lessa, Evanílson da Silva Melo, Guilherme de Almeida Filho, Ismar Eugênio Pompeu, Itamar Ferreira Souza, Jeferson Oliveira da Silva, Luciano Silva, Luiz Antônio de Jesus, Marcelo José da Silva, Messias Moisés Santos Leitão, Mônica Levinski, Otávio Nascimento Valadares, Rodrigo Milão.

Essas foram as dezoito vítimas fatais que durante seis meses e o monitoramento de quase seiscentos veículos, quase sete mil notícias, nós encontramos como mortas pela violência homofóbica no Brasil. Elas não representam a multidão que sobreviveu a essa violência ou outras pessoas, outras tantas que possam ter morrido e que não tenham rompido com o marco daquilo que vai ser notícia.

Então, há limites nos nomes que eu apresento. A realidade e o material da violência não se separam das formas de representação e reconhecimento. As notícias são filtradas. Eu repito: há jogos de representação em curso, mas como representar o que se vive, mas se resiste a ser congelado em uma imagem? Como se representa a imagem de um corpo fora da norma sexual? Como dizer homofobia pelo corpo violentado ou morto? Nem tudo vira notícia, e quando vira é nas páginas policiais. A escuta é também policial. E todo enquadramento é político, ou seja, se nós vivemos em uma ordem social que ignora a homofobia, como representar o que se esconde? Mesmo assim, nós encontramos.

E eu lembro que produzir notícias é produzir vidências. Testemunhar as fotos que eu passo a exibir...

(Soa a campainha.)

A SRª DÉBORA DINIZ – ...é não esquecer jamais que a homofobia impõe perigo e mata.

Então, eu passo a contar as histórias do que eu testemunhei, do que nós testemunhamos na pesquisa. E eu queria que todos nós saíssemos daqui com essas histórias quando nós falássemos do que representa uma luta por igualdade, do que representam os caminhos que nós vamos escolher para a igualdade.

Luiz Antônio é mostrado em coma. Ele era um cabeleireiro de 49 anos. Morreu em uma boate, aqueles espaços que se imaginam livres de discriminação. Os suspeitos foram os seguranças da boate. A pergunta do enterro de Luiz Antônio é também a nossa de hoje: Por que Luiz Antônio foi morto?

Eliwelton da Silva Lessa: sabemos muito pouco dele. Ele era um homem grande e forte, dizem as notícias. Eu não sei por que a insistência em descrever o corpo de Eliwelton. Talvez possa ser por dizer que ele poderia ter se defendido ou, quem sabe, foi ele que atacou outro homem. Ele foi morto atropelado de dia e repleto de testemunhas.

André Barbosa: essa é uma imagem de antes e depois, produzida por ele mesmo. Ele foi espancado em uma boate. Ele sobrevive.

José Ricardo era jovem. Ele foi morto na rua, andando à noite, por desconhecidos. Sua mãe, Eleonora, é uma das mulheres do Movimento Mães por Igualdade. A trágica história de José Ricardo foi notícia já na fase de conclusão das investigações e dizia – abro aspas: "A Polícia Civil de Pernambuco identificou, prendeu os suspeitos do crime e concluiu: o rapaz foi vítima de intolerância sexual." – fecho aspas.

Antes, no entanto, Eleonora brigou pela troca do delegado que investigava o caso, pois – cito agora Eleonora: "O delegado afirmou que o meu filho era culpado da morte, pois ele era guei e estava numa via pública à noite." Então se você é homossexual não pode sair de casa? – diz Eleonora.

Para os agressores de José Ricardo a resposta foi: "Como ele não ficou trancado, ele seria morto".

LN não tem nome, ele é só um pedaço de corpo, a prova da agressão sofrida em um culto religioso para espantar o demônio da sexualidade de seu corpo. Ele é o espectro da sobrevivência de quem resiste, de quem quer viver, mas teme mostrar o rosto.

O que essas imagens nos provocam? O rosto, a existência, a falta de dados, aquilo que tentam esconder. As imagens fazem mais, elas não nos deixam esquecer o tema desta audiência pública nos convocou a conversar: a análise da situação. A situação é esta: homofobia mata, quebra braço, impõe medo, proíbe pessoas de andarem na rua ou irem a boates, restringe até mesmo a nossa capacidade de contar histórias. Metade das fotografias em circulação pelas notícias do País não foram feitas por fotojornalistas, mas pelas vítimas, pelos sobreviventes ou pelas famílias. Foram retiradas de álbuns pessoais estampadas para a nossa lembrança.

Eu repito: ver é uma forma de não esquecer. Lembrar é uma forma de afirmar que há homofobia no Brasil. Agora, se me permitem a ousadia, envergonhadas e provocadas pelos rostos das vítimas e dos sobreviventes, podemos nos perguntar quais são as melhores soluções que esta Casa vai oferecer para a análise dessa situação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Agradeço à professora da UnB Débora Diniz por essa apresentação tão contundente, porque, quando se mostram imagens, a gente vê de forma diferente. Então, realmente, é importante aprender a falar do tema nesse sentido. As estatísticas dão os números, que são vitais para que a gente possa prosseguir, e as imagens dão um outro significado, porque elas atingem cada um de nós.

Agora, passo a palavra ao Carlos Magno Silva Fonseca, que é o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Gays.

O SR. CARLOS MAGNO SILVA FONSECA – Primeiramente, eu queria dar boa tarde a todos e todas, aos companheiros e às companheiras. E queria aqui fazer um agradecimento muito especial à nossa querida aliada e amiga, a Senadora Marta Suplicy. É sempre bom reafirmarmos, na nossa memória, que Marta é uma das Parlamentares pioneiras neste País, que sempre levantou muito alto a luta pelos direitos da nossa população LGBT.

É sempre bom reafirmarmos, na nossa memória, que Marta é uma das parlamentares pioneiras neste País, que sempre levantou muito alto a luta pelos direitos da nossa população LGBT.

Então, eu queria agradecer toda essa trajetória de dedicação que a Senadora tem dado à nossa população... (*Palmas.*)

... mas também agradecer por ela ter garantido este encontro e esta audiência, porque, infelizmente, o Congresso Nacional foi tomado por uma onda conservadora, e nós estamos impossibilitados, até este momento, de fazer debates democráticos. O Senado é uma demonstração de que este Parlamento não se fecha por conservadorismo e pelo retrocesso.

Queria também agradecer à nossa querida Débora Diniz. Eu acho que o papel da academia é fundamental para o nosso movimento, quando vemos a universidade aliada aos movimentos sociais e apontando questões de que a sociedade necessita. Então, daqui a pouco, eu vou repassar o endereço eletrônico, pois há uma versão digital, e eu acho que nós precisamos ler esse material tão rico e tão importante da professora. Obrigado, professora.

Eu queria também agradecer à Drª Ela Wiecko Castilho, que deu um parecer favorável à Ação 26, que equipara a homofobia ao racismo. Inclusive, o Paulo Iotti, autor da ação, está aqui e sempre está aliado ao Movimento ABGLT para fazer essa defesa. Drª Ela, eu queria agradecer, e acho que precisamos reconhecer não só as posições, o discurso, mas reconhecer esse parecer favorável nessa ação, que equipara o racismo à homofobia. Obrigado, doutora.

Queria também dar um grande abraço na Juliana Miranda, que está representando a Secretaria de Direitos Humanos, que hoje centraliza a política da população LGBT – e, brevemente, a Symmy Larrat vai assumir a Coordenaria. É importante que essa política continue, fortaleça-se e dê resposta inclusive à pergunta que a Drª Débora colocou aqui no início.

Gente, eu estou aqui representando não somente a ABGLT. Estivemos, durante três dias, reunidos com vários grupos, vários ativistas, advogados, acadêmicos, para tirar uma posição que dê conta de responder à necessidade do momento atual.

Então, na verdade, aqui eu serei apenas porta-voz de um documento político elaborado conjuntamente por vários movimentos, entidades e militantes e também pelo Poder Público, em defesa dos direitos da população LGBT e no enfrentamento da homofobia.

Passo a ler o documento:

Carta de Brasília

Reunidos e reunidas de 22 a 24 de junho de 2015, nós, ativistas de direitos humanos, gestores e gestoras públicos (as), pesquisadores (as), militantes de diversos partidos políticos, comprometidos (as) com a luta pelos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), discutimos a situação nacional, a ofensiva conservadora e as alternativas para avançar na criminalização das discriminações e violências em razão da orientação sexual e identidade de gênero. A síntese dos nossos debates é a que segue:

> 1. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal brasileira, que pôs fim ao período de ditadura militar e abriu um ciclo de garantia dos direitos individuais e coletivos, proibição de todas as formas de discriminação e construção de políticas públicas;
> 2. Desde então, vimos a criação e consolidação de leis e políticas de proteção às mulheres, crianças e adolescentes, população negra, pessoas com deficiência, idosos (as), indígenas, juventude. Nessa trajetória de acúmulos e avanços, foi fundamental a garantia dos princípios da laicidade estatal, da pluralidade política, da liberdade religiosa e da democracia participativa;
> 3. Durantes os governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff, em diálogo com o movimento social, foi possível a construção – mesmo que de maneira ainda insuficiente e incompleta – de uma política nacional de proteção e promoção dos direitos humanos;
> 4. O movimento social que luta pelos direitos LGBT obteve muitas vitórias nestas quase três décadas. No âmbito do Poder Executivo, ocorreram conferências nacionais, foram instituídas políticas e planos [...] em diversas instâncias e governos. O Poder Judiciário tem afirmado sistematicamente os direitos civis LGBT, a exemplo do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, e do Conselho Nacional de Justiça, que assegurou o casamento civil [...]

Acho que, inclusive, o movimento precisa adotar o 5 de maio de 2011 como Dia Nacional pela Cidadania LGBT, dia da maior vitória que tivemos nos últimos tempos, quando o Supremo reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo igual à união entre pessoas de sexo diferente. Então, acho que a gente precisava adotar essa data do 5 de maio.

> 5. Contudo, nos últimos anos, temos assistido ao crescimento de forças reacionárias que se opõem às políticas afirmativas e de promoção dos direitos das mulheres, LGBT, negros(as), dentre outros;
> 6. O Brasil atravessa um verdadeiro "tsunami reacionário": um momento grave e delicado no que diz respeito ao projeto de nação livre, justa e solidária, que promova o bem de todos(as), sem preconceitos de qualquer natureza, na qual o valor civilizatório dos direitos humanos se constitui o paradigma norteador. Sem dúvida, o período de maior ascensão das forças obscurantistas, desde as lutas em favor da redemocratização;
> 7. O fundamentalismo religioso tem aumentado sua influência na esfera dos Poderes Legislativo e Executivo. Com um discurso muitas vezes agressivo, parlamentos são transformados em púlpitos religiosos. Programas em concessões públicas de rádio e TV são utilizados como instrumentos de propagação de discursos de intolerância e ódio contra LGBT e praticantes de religiões de matriz africana, principalmente [...]

Isso a gente não pode admitir. Temos que defender, cada vez mais, a laicidade do Estado e não admitir que a arena política seja tomada pelos discursos morais e religiosos.

> 8. Tais segmentos ignoram que o Estado é laico, não devendo este estabelecer quaisquer formas de dependência ou aliança com nenhum culto religioso ou igrejas. A liberdade religiosa só se efetiva, de fato, com o pleno respeito à laicidade estatal;
> 9. Da atual legislatura da Câmara dos Deputados, emergem o protagonismo e iniciativa política de uma agenda globalmente reacionária e regressiva;
> 10. Se o objetivo anterior de parlamentares fundamentalistas era barrar iniciativas favoráveis aos direitos sexuais e reprodutivos e às políticas pró-LGBT, agora sua agenda é formalmente regressiva com o objetivo de retirar conquistas, por meio de proposições de projetos, tais como: "Estatuto da Família", que não reconhece a diversidade das famílias brasileiras; "Dia do Orgulho Hétero" [...]

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MAGNO SILVA FONSECA –

"Cura Gay" e concessão do direito para que associações religiosas possam propor ações de inconstitucionalidade;

> 11. Nesse momento, portanto, a prioridade de todos(as) democratas e ativistas pelos direitos humanos deve ser barrar a ofensiva que busca retirar direitos e atenta contra os fundamentos constitucionais;
> 12. Manifestamos nossa disposição em ajudar a construir uma ampla Frente com movimentos sociais, feministas, jovens, intelectuais, sindicalistas, militância de diversos partidos e setores religiosos progressistas, que se disponham a articular ações de resistência à agenda reacionária e a afirmação de valores democráticos contra a intolerância, pela laicidade do Estado e pelas políticas afirmativas e pela consolidação das políticas sociais.

De acordo com o relatório de nossa Associação Internacional LGBT (ILGA), 34 Estados-membros da ONU criminalizam a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, seja como tipo penal específico, seja como circunstâncias agravantes de outros tipos penais. No continente europeu, são 24 países; na América Latina, sete países.

A mobilização decorrente de crimes com grande repercussão permitiu aprovação de lei de vários desses países. De igual modo, a ONU e a OEA possuem resoluções conclamando seus Estados-membros a punirem tais discriminações e violência.

Nesse sentido, conclamamos o Congresso Nacional a quitar essa dívida histórica, que tem com a população LGBT e aprovar uma lei que torne crime o ódio, o preconceito e a violência, a discriminação e a intolerância contra essa população.

Nessa mesma direção, esperamos que a Presidenta Dilma Rousseff reafirme seu compromisso de campanha e engaje o Governo Federal na aprovação deste marco normativo.

Brasília, 24 de junho de 2015. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Agradeço a participação do Carlos Fonseca, presidente da Associação Brasileira LGBT, cuja manifestação, eu diria, se resume na disposição de barrar ofensiva contra direitos LGBT, através de ampla frente contra intolerância, a favor da laicidade do Estado e de políticas sociais. Essa é uma carta importante, fruto do seminário que ocorreu na segunda e na terça-feira em Brasília.

Agora, eu diria que a Mesa colocou com muita propriedade, bastante amplamente, como se resume a situação hoje, em termos do que ocorre e da dificuldade de obter os dados realistas sobre a questão LGBT. Os dados apresentados se correspondem e vêm de diferentes fontes – e isto é muito importante –, tanto os dados da Drª Ela, como da Juliana, são semelhantes. O que impressiona é que são dados parecidos com o que a Lei Maria da Penha encontra: violência contra a mulher. As pessoas são vitimizadas ou por serem mulheres, ou por serem LGBT, dentro de suas casas e a violência doméstica é muito forte. E impera aí a discriminação e a violência psicológica, e as pessoas com quem convivem ou tem amigos ou que são LGBT têm a experiência do que se pode fazer contra essas ações, em termos de humilhação, de provocação e de baixar a autoestima da pessoa com a qual se convive.

Chamou-me a atenção – eu não tinha esta ideia – a presença da violência dos vizinhos, porque os vizinhos convivem geralmente de forma harmoniosa, mas com LGBT não convivem. Eu não imaginava que os dados fossem tão fortes, a ponto de estar nas estatísticas.

Também a fala da Débora foi muito forte, porque, além de ressaltar a ausência das estatísticas, trouxe aqui depoimentos e uma cobrança ao Estado brasileiro, que não produz dados satisfatórios. Essa é a grande questão. Não temos essas informações.

Agora mesmo eu estava comentando, quando me preparava para a votação na questão da maioridade penal, que vamos votar sem ter dados, porque os dados que nós temos são absolutamente inconsistentes. E interessante é e, quando se diz que um dado instituto tem tal dado, você entra no instituto e ele diz que não tem aquele dado. Ou seja: você vai votar uma mudança da Constituição, que é alguma coisa muito, muito séria, sem ter os dados da realidade e o fazendo de forma açodada.

Então, eu acredito que a primeira coisa, quando nós vamos fazer um diagnóstico, é termos a confiabilidade dos dados, e essa é uma cobrança que fica aqui para o Governo – e nós temos aqui vários representantes do Governo – com relação ao empenho nessa direção.

Nós vamos, agora, abrir para as perguntas.

Temos aqui até as 16h30min a possibilidade de usar a sala e já há várias pessoas inscritas.

Assim, vou chamar pela ordem dos que vieram. Já temos sete inscritos. Vou dizer os nomes...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Sim; então, há mais três. E pronto, gente, pois não dá para ser mais.

Vou começar com a Senadora e, depois, vou passar a palavra aos três que levantaram a mão primeiro, porque, senão, nós não damos conta. Se forem bem breves, em três minutos, dá para ampliarmos. Em três minutos, vai soar a campainha, e a gente dá mais dois para vermos se contemplamos todo mundo.

A palavra, primeiro, vai estar com o Fábio Meireles Hardman de Castro, que é o Coordenador-Geral de Direitos Humanos, do Ministério...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Ah, sim; primeiro, a Senadora; depois, o Fábio, que já fica preparado.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Srª Presidente, convidados e convidadas, representantes dos movimentos, eu vou ser breve, porque quero muito mais ouvir, mas, só para colaborar com a discussão, quero ressaltar que avança escandalosamente a pauta conservadora deste Congresso, e a reação não está avançando assim, está deixando a desejar.

Eu fui sindicalista por muito tempo, minha vida... Já fomos mais valentes, não é?

A questão da solidariedade. Os temas dizem respeito a todos nós, mas quem está brigando ali, na Câmara, na questão da maioridade penal? A juventude, a UNE. E os outros movimentos? Por que não estão juntos? Por que não lhes diz respeito a questão da redução da maioridade? Então, essa questão da solidariedade dos movimentos a gente está precisando retomar, porque já houve um tempo em que éramos mais unidos, fazíamos tudo juntos para ter força. E é preciso, porque vem muita coisa por aí ainda.

E quero lembrar só algumas questões... Tive uma discussão com um movimento no Piauí, recentemente, em que eles, por exemplo, falaram dos avanços, mas ainda há muita coisa que avançou e retrocedeu. É contraditório! Por exemplo, as meninas do Movimento LGBT que estiveram comigo registraram o direito à adoção, o que foi um avanço, uma coisa boa, mas, na hora em que vão ao cartório registrar a criança, só pode ter uma mãe ou um pai. E, aí, como é que fica? Chegam ao cúmulo de perguntar quem faz o papel do homem. Quer dizer, adotou a criança, coloca o nome da mãe (fulana de tal), e não pode colocar o nome da outra. Isso também é uma violência; é uma conquista que não foi conquista.

Eu li a carta de um Deputado... Um Deputado está mandando uma carta para todos os prefeitos e prefeitas, governadores e governadoras, relativamente ao Plano de Educação – porque estão em fase de elaboração o Plano Estadual de Educação e o Plano Municipal de Educação –, para retirar as expressões "orientação sexual" ou "identidade de gênero"; para não colocar no Plano de Educação. E pode ter certeza de que os prefeitos que são conservadores vão retirar. Vai sair um documento, que vai nortear a educação no País, nos Municípios, nos Estados, sem essa expressão. O avanço é tremendo, mas, daí, a gente vê que o movimento dos professores não está olhando para isso, não está prestando atenção a isso, que também é uma forma de violência contra a população LGBT.

Então, era isso, só para colaborar, porque o que quero mesmo é ouvir mais as pessoas, os representantes dos movimentos, para que possamos ver o que podemos fazer aqui neste Congresso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Você é fantástica! Fale mais! Vá para as redes sociais... Cada um tem que divulgar o que a Débora faz. Respeitando aqui todas as outras falas, mas a dela foi fantástica!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Sempre que se chega perto do coração e sai dos números, a gente presta mais atenção, não é, Senadora?

Só uma observação, já me referindo às moças, com as quais V. Exª se encontrou: já existe jurisprudência sobre a questão de mãe. Já se colocam duas mães. Toni Reis registrou dois pais quando adotou as suas crianças. Então, isso foi um avanço. Infelizmente, como diz V. Exª, aqui não temos avanço. Nós temos avanços no Supremo Tribunal Federal ou para alguns juízes em Estados que conseguem perceber essa questão.

Então, vou dar a palavra agora para o Fábio Meirelles Hardman de Castro, que é do MEC.

O SR. FÁBIO MEIRELLES HARDMAN – Boa tarde, Senadora!

Gostaria de lhe dar os meus parabéns, de saudar a iniciativa da convocação da audiência pública e de agradecer a contribuição de todos os nossos palestrantes. E, principalmente, faço uma saudação à Juliana Miranda, que é a nossa companheira de Governo e que nos dirige na pauta da promoção dos direitos LGBT. É só uma fala de saudação.

Parabéns, Carlos Magno, pela Carta de Brasília. Sugiro que a carta seja protocolada aos Ministros também. Sei que há uma fala mais para o Legislativo, mas que ela seja protocolada nos Ministérios que têm políticas para população LGBT.

E, para além de dizer que, claro, o Ministério da Educação tem compromisso com essa pauta, sobre a qual fizemos uma sistematização na gestão do ex-Ministro Fernando Haddad, do ex-Ministro Aloizio Mercadante, do ex-Ministro Paim, do ex-Ministro Cid, e, agora, com o Ministro Janine, a gente já tem investimentos líquidos da ordem de R$20 milhões nessa política, com cursos de formação continuada, com materiais didáticos pedagógicos, com programas e projetos de extensão. E a gente destaca agora a nossa preocupação com o debate sobre os planos estaduais e municipais de educação.

No dia 25, faz um ano de aprovação do Plano Nacional de Educação. E o Plano Nacional de Educação foi encaminhado ao Congresso Nacional, como resultado da Conferência Nacional de Educação, com a previsão do debate sobre gênero e diversidade sexual. O encaminhamento do plano pelo Ministério da Educação foi com a previsão do debate, em suas metas e iniciativas sobre gênero e diversidade sexual, mas foi este Congresso que interditou o debate no PNE e que retirou o trecho sobre gênero e diversidade sexual do Plano Nacional de Educação. E, agora, a gente está vendo o resultado disso nos debates dos planos estaduais e municipais de educação.

Então, estamos muito preocupados na interdição desses debates também nos Estados e Municípios. A Rede Federal de Educação corresponde a 3% da rede nacional. Então, a gente sabe que a gestão da educação é pelos Estados e Municípios. Assim, a gente está muito preocupado com relação aos planos estaduais e municipais de educação.

Há um levantamento que dá conta de que somente 1,5 mil planos municipais de educação já foram aprovados e homologados pelos prefeitos. Então, a gente tem por volta de 1,5 mil em vias de homologação e uma maioria ainda não foi homologada pelos prefeitos...

(Soa a campainha.)

O SR. FÁBIO MEIRELLES HARDMAN – ... e discutida no âmbito das Câmaras de Vereadores e das Assembleias Legislativas.

Dessa forma, achamos que ainda há um fôlego, que ainda temos capacidade de mobilização para enfrentar essa onda conservadora.

Então, parabéns pela iniciativa. E gostaria de colocar o MEC à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Obrigada, Fábio Hardman, do MEC.

Gostaria de saudar a Deputada Federal Erika Kokay, que está aqui presente.

Passo a palavra à Andrea Ribeiro Bosi, que é do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (*Pausa.*)

Onde ela se encontra?

Pois não.

Não quer vir até a frente?

A SRª ANDREA RIBEIRO BOSI – Falo daqui mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Pois não.

A SRª ANDREA RIBEIRO BOSI – Boa tarde a todas e todos!

Meu nome é Andrea; eu trabalho no PNUD, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; estou falando aqui também em nome da Unesco, uma vez que a minha colega Mariana teve que sair.

Gostaria de parabenizar pela iniciativa e de afirmar, mais uma vez, que a ONU tem um compromisso em apoiar os direitos das pessoas LGBT. Nós temos a campanha Livres e Iguais, que já foi lançada em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O Carlos esteve com a gente em São Paulo – não é, Carlos? Inclusive, nós temos um trabalho desenvolvido no âmbito do mundo do trabalho – os direitos da pessoa LGBT no mundo do trabalho –, o que é muito legal.

Então, o que eu queria era reafirmar o nosso posicionamento. Nós somos contra qualquer violação de direitos humanos, e vocês podem contar com a gente.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Muito obrigada. O apoio das Nações Unidas é extremamente importante.

Dou a palavra a Christovam Mendonça, do Coletivo Nacional de Diversidade Sexual, da CNTE.

O SR. CHRISTOVAM MENDONÇA – Nossos cumprimentos aos amigos e às amigas presentes a esta audiência que para nós é muito cara.

Com respeito ao avanço escandaloso desse movimento reacionário em favor do sexismo, do machismo, em favor da homofobia, da transfobia, impedindo o acesso, permanência e condições de aprendizagem dessas crianças e adolescentes nas escolas públicas do Brasil, ressalto que esse avanço escandaloso, conforme já foi dito por alguns que me antecederam, está nos assustando.

Nesta semana, nós, educadores e educadoras, estamos, assim, realmente arrepiados, porque esta foi – e ainda está sendo – uma semana decisiva em todo o Brasil para a aprovação, nas Câmaras Legislativas, especialmente as municipais, dos planos municipais. E aí, Senadora, não é só a retirada de expressões, como a discussão de gênero, a discussão de orientação sexual, a discussão de identidade de gênero, expressão de gênero ou qualquer coisa nesse sentido, que nos preocupa. Não é só a retirada, mas o fato de já haver Câmaras Municipais, tais como a de Cariacica, no Estado do Espírito Santo, que, para além disso, colocaram emendas proibindo qualquer tipo de discussão com respeito à discussão de gênero, à discussão de orientação sexual no âmbito das escolas municipais.

Estamos assustados com a ousadia desses parlamentares, não só em retirar, porque, em alguns casos, os projetos de lei chegaram com esse texto; em outros casos, já chegaram às Câmaras...

(Soa a campainha.)

O SR. CHRISTOVAM MENDONÇA – ... sem esse texto. Mas, naqueles casos que chegaram, foram retiradas as expressões, suprimidas, e os textos ainda receberam emendas que proíbem essa discussão.

Então, a minha pergunta, a minha provocação vai no sentido do que faremos, daqui para frente, porque, se com essas expressões nós já tínhamos dificuldades de colocar esses elementos na formação continuada dos docentes, na discussão no currículo formal e participativo, sem elas vamos ter maiores problemas ainda. O que faremos com essas retiradas e o que faremos com essas emendas, que podem se tornar leis, proibindo essa discussão nos âmbitos das escolas públicas no nosso Brasil?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – É estarrecedor mesmo, porque esse é o testemunho do retrocesso, quando nós pensamos que, no ano 2000, quando Prefeita de São Paulo, nós tínhamos a educação sexual nas escolas como algo normal, como algo que todas as pessoas... Houve certa reação, depois os pais entenderam, e se discutia tudo: discutia-se questão de gênero, discutia-se prazer, discutia-se responsabilidade. E, hoje, não se pode nem ouvir falar. E, entrementes, temos possibilidade de leis de retrocesso também. É bastante sério!

O SR. CHRISTOVAM MENDONÇA – Permita-me, Senadora, concluir em 30 segundos, mencionando dois casos.

Roliver de Jesus (12 anos), de Vitória, capital do Espírito Santo, sai da escola e se enforca.

Onde estava a rede de proteção? Saiu da escola, acabou de sair. Estivemos acompanhando esse caso e avaliamos que ele sofria de homofobia no espaço da escola.

E agora, recentemente, há dez dias, Rafael Babosa de Melo, 14 anos. É testemunho da mãe que ele sofria de homofobia no espaço da escola – uma mãe simples, mas que sabia o que significava homofobia –, uma vez que Rafael não se encaixava nesse padrão heteronormativo.

Duas crianças que poderiam ter sido salvas por uma discussão dentro de uma educação mais plural, mais inclusiva.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – É verdade!

Cláudio Nascimento, Superintendente da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, coordenador do Programa Rio sem Homofobia.

O SR. CLÁUDIO NASCIMENTO – Senadora Marta, todos que compõem a Mesa, quero parabenizar por esta audiência e dizer que o tema da violência homofóbica, transfóbica, lesbofóbica no Brasil, tentam tratá-lo numa perspectiva subjetiva e abstrata, e nós estamos falando de algo extremamente concreto, nefasto, que mexe com a vida das pessoas.

Eu nunca fiz o depoimento que vou fazer aqui agora, mas resolvi fazê-lo para a gente pensar um pouco o quanto de dor, o quanto de tristeza traz para as pessoas, para as famílias essa homofobia generalizada que se tornou essa ideologia de gênero. Ideologia de gênero existe desde pequeno, contra a criança que não se enquadra no gênero heteronormativo estabelecido. Então, na ideologia de gênero, fui educado desde muito cedo. E, aos 18 anos, Marta, quando eu me percebi gostando de outro rapaz, tive a vontade de, primeiro, contar para minha família, e foi nesse lugar que eu não tive a primeira atenção, e foi depois daí que tentei dois suicídios, por conta de justamente não saber lidar com aquele processo de não vivenciar com a minha família, com meus amigos, e não saber o que eu ia fazer sozinho naquela estrada. A maioria dos gueis, lésbicas, travestis e transexuais vivem processos órfãos, solitários, que eu, como nordestino, quando sofri violência ou discriminação na escola, eu tive minha mãe e meu pai para ir à escola me proteger e me defender. Eu, como negro, mesmo "tinta fraca", como digo, tive apoio da minha família em situações de discriminação, mas em situação da homossexualidade, vivi um cotidiano extremamente solitário.

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO NASCIMENTO – Infelizmente, é o que a gente vê hoje ainda. Vários jovens por este Brasil, como foi mencionado o caso do Espírito Santo, perdendo a vida, suicidando-se ou sendo assassinado por conta dessa ideologia de gênero nefasta, terrorista, cruel, que ataca o sentimento, que ataca a autoestima das pessoas.

Então, para nós, essa audiência tem um papel importante. É fundamental que os cristãos progressistas não silenciem nesse tema. Está na hora também das vozes de boa-fé se colocarem, está na hora de a gente entender que a laicidade do Estado é um bem riquíssimo para o País e riquíssimo, inclusive, para garantir que todos os posicionamentos, inclusive contrários aos nossos, tenham espaço. Mas não pode a gente ter uma república teocrática...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO NASCIMENTO – ... uma república que negue a possibilidade de existência da diversidade.

Então, quero parabenizar você e dizer o quanto é orgulho para nós tê-la como Senadora. No Rio de Janeiro, a gente tem conseguido ampliar algumas políticas, mas a gente sabe que depende do Congresso Nacional para ter uma legislação que possa, inclusive, instrumentalizar mais os Estados para atuação nessa área.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Obrigada, Cláudio Nascimento.

O Rio de Janeiro realmente fez avanços muito importantes, eu o parabenizo. Foi o Governador Cabral que começou e agora o Pezão está mantendo e avançando, num momento que não é fácil.

Gostaria de dar a palavra para Leonardo Bastos, Presidente do Fórum Nacional de Gestores da Política LGBT.

O SR. LEONARDO BASTOS – Boa tarde. Cumprimento os integrantes da Mesa, a Senadora Marta Suplicy, nosso Carlos Magno. Débora Diniz, quero reverberar que é uma delícia te ouvir.

Eu queria dialogar com algumas questões apontadas pela Juliana.

Para quem não conhece, o Fórum Nacional de Gestores da Política LGBT tem, hoje, cerca de 71 organismos, e há alguns colegas nossos aqui. Como a Débora colocou, os dados apresentados indicam que nós temos uma violência – eu sou psicólogo –, percebemos uma violência simbólica grande. Se eu penso em violência simbólica e psicológica, eu tenho que pensar que tipo de apoio o Estado oferece a essas vítimas sem rostos, com elas retratando a violência que sofreram, como disse a Débora. Então, eu penso que isso merece destaque. Não temos conseguido dar conta, para além das discussões de pensar na criminalização da homofobia, qual é o apoio imediato que essas vítimas recebem.

Não temos, de fato, uma rede de proteção fortalecida, Juliana. Acho importante você apontar isso, como você colocou na sua fala. Eu acho que esse é o nosso grande desafio, e otimizar a rede. Entendo que cada segmento, como o nosso, às vezes quer criar algo novo, mas nós já temos alguns equipamentos em nosso País, ligados à política de assistência social, entre outros, que podem dar conta.

Para esse desafio, para esse cenário que já conhecemos, a resposta de enfrentamento nossa implica, no meu entendimento, que a SDH dê um pouco mais de estrutura ou musculatura para o organismo que vai articular isso. Com os desafios que temos, com essa violência, uma coordenação dentro da estrutura de uma secretaria não é suficiente, do ponto de vista institucional, na minha avaliação pessoal, para fazer o enfrenta-

mento necessário. Então, quando pensamos em quais são as pistas, as estratégias, os caminhos, eu penso que passa por isso.

Por fim, Senadora, eu quero dizer que os dados são importantes, tanto aqueles numéricos como aqueles que fazem chegar ao nosso coração, como a Débora colocou e a senhora tão bem refletiu, mas precisamos qualificar melhor esses dados. Temos vários problemas nas notificações do Disque 100 e eu penso que tempos que entender melhor, para quando isso vier para o Congresso Nacional, tenhamos mais qualidade de enfrentamento a partir desses dados estatísticos. É uma realidade inegável, a violência acontece todos os dias, mas temos dificuldade de aferir.

Por fim, para concluir, parafraseando o que o Júlio me cochichou aqui, temos criticado o GGB por não ser tão científico, talvez, mas em todas as falas oficiais, eles é que são citados. Então, temos que pensar que há uma lacuna a ser preenchida.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Obrigada pelas suas considerações. Essa sugestão vai ser levada ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim.

Aqui há uma mensagem: "Senador, eu vim de São Paulo. Flávio". Então, vamos lá. Depois, a Deputada Erica Kokay, Toninho, Julian, Leonardo Santana. Eu acho que vai dar para todos falarem.

O SR. FLÁVIO BANDEIRA – Foi um apelo para falar, na realidade.

Eu sou Flávio, militante da CSP-Conlutas, do setorial LGBT da Conlutas, uma central sindical. Sou de São Paulo. Soubemos do evento ontem à tarde. Eu dei plantão ontem à noite e vim correndo, porque queremos ajudar a construir o debate, achamos importante acumular nesta discussão aqui. Eu trabalho na prefeitura, lá em Itaquera, na zona leste. Sou enfermeiro, trabalho com pessoas vivas. Aqui, o debate sobre os assassinatos e as mortes que ocorrem. Então, chegam para mim, lá na ponta, pessoas que, antes de serem assassinadas, passam por violência, passam por agressão, passam por extorsão de diversas maneiras.

É interessante também como esses dados dialogam. Existem muitas pessoas negras que passam por situações de LGBTfobia e, como a LGBTfobia, é uma derivação do machismo, na realidade, há toda uma ideologia por trás.

Eu queria muito saudar a Mesa. Precisamos de informações técnicas e científicas. Eu acho que esses dados estão a serviço do movimento LGBT, a serviço dos movimentos sociais no nosso País e precisamos ter mais informações.

Agora, eu queria fazer um adendo. Eu acho que as pessoas bissexuais e as pessoas trans precisam ser mais presentes nas nossas intervenções. O movimento LGBT é muito dinâmico. Hoje em dia, inclusive, a gente até não fala mais em homofobia; a gente fala em LGBTfobia, para ver se a gente consegue agregar os diversos segmentos que a própria sigla aí coloca.

Na nossa avaliação, a gente acha que o tema LGBT ganhou uma expressão muito grande nos últimos tempos, tanto que, por exemplo, nas eleições do ano passado, o tema LGBT foi um tema das eleições, esteve presente em diversos debates. A própria Presidente Dilma chegou a falar em criminalização da homofobia, na importância da criminalização da homofobia. Mas, além disso, parte dos levantes de junho tinha relação com barrar o projeto de cura guei, tinha relação com tentar uma manifestação contra o Marcos Feliciano – como podia uma figura tão antidireitos humanos presidir uma comissão de direitos humanos no nosso País? Então, no mínimo, é uma contradição. E a própria mídia, a própria novela da Globo, por exemplo, não tira o tema dali, porque tem relação com todo um destaque especial.

Mas eu acho que é isso. A vida não é uma novela. Acho que os dados que são colocados aqui são estarrecedores, são cotidianos e fazem parte da vida de muitos brasileiros.

Eu queria destacar um tema que tem relação com o arquivamento do PLC nº 122.

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO BANDEIRA – (Flávio) Eu acho que o arquivamento tem uma questão política...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Por favor, eu só vou pedir para encerrar, porque *a*lguns têm a participação de fora, e às 16h30min nós temos encerrar. Então, temos pouco tempo.

Por favor.

O SR. FLÁVIO BANDEIRA – (Flávio) Está certo, rapidinho.

Acho que o arquivamento do PLC nº 122, além de uma questão política de não nos dar direitos de tipificar os crimes que ocorrem, na minha avaliação, acho que também é um ataque ideológico, é fazer com que nós, LGBT, achemos cada vez mais difícil alcançar um direito, alcançar alguma coisa. E, mais do que isso, há um acordo com o levante reacionário que a gente tem no nosso País, o que é muito contraditório. Como é que a

gente pode legislar contra os direitos humanos no nosso País em pleno 2015, depois de tantas aberturas democráticas que a gente já teve?

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Obrigada, Flávio.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRª ERIKA KOKAY (PT – DF) – Eu queria saudar a realização desta audiência, porque ela coloca a discussão no caminho que ela tem que ser trilhada e ela faz a construção do orgulho das pessoas serem como são, e, nesse dia 28 de junho, nós queremos que todos tenham orgulho de exerceram sua própria humanidade.

Então, penso que nós vivemos etapas muito duras e períodos muito duros, de muito fundamentalismo. O fundamentalismo tem algumas características, qualquer que seja esse fundamentalismo, seja o fundamentalismo patrimonialista, religioso ou o fundamentalismo punitivo. Qualquer desses fundamentalistas que estão tão presentes no Congresso Nacional, eles representam uma lógica de intolerância. Há uma intolerância no fundamentalismo. E outro aspecto é que também é uma lógica não reflexiva, não se reflete sobre os fenômenos da vida ou sobre a nossa própria humanidade.

Nós vivemos esse processo de muito fundamentalismo e de muita ameaça nas conquistas que foram tecidas sempre com muita dor pelo povo brasileiro, nas conquistas que emanam de qualquer canto, de outros poderes inclusive, que todas estão sendo ameaçadas por essa lógica.

Por isso, é importante que nós possamos avançar, avançar não apenas na criminalização, mas avançar fundamentalmente na possibilidade de resgatarmos a necessidade da discussão da identidade, da livre identidade de gênero e de orientação sexual em todas as políticas públicas – em todas as políticas públicas, e uma delas é muito particular, porque dela depende a qualidade das outras políticas públicas, que é a educação. E o que nós estamos vivenciando é que esses espaços têm sido ocupados por uma concepção que se chama de ideologia de gênero e que, em verdade, é uma construção deformada, mas uma construção que quer dizer que é preciso manter uma família patriarcal, e uma família que, na mesma concepção do Estatuto da Família que tem uma lógica, esse que está em discussão na Câmara, uma lógica persecutória. Quando se cria conselho de família com poderes, poder de requisitar, de representar, e esse conselho de família trabalha com uma família, com um modelo de família dentro da heteronormatividade, você pressupõe que esse conselho pode ser um instrumento persecutório de todos os outros arranjos familiares, particularmente o arranjo homoafetivo.

Então são construções, são ovos de serpente que estão em curso e que desenvolvem uma concepção fascista, porque é desumana. Ninguém é ser humano dentro de um armário. Ninguém pode viver a sua humanidade sem ter o direito de ser, de exercer a sua sexualidade ou a sua afetividade, o seu amor pelo outro, porque nós somos seres humanos faltantes, portanto querentes.

E, por fim, dizer que não há inocência nos discursos. Isso que está acontecendo, as terapias de ex-gueis, a cura guei, toda essa investida que se faz para aprisionar o afeto, para impedir o amor, esse discurso se transforma em ação. É como disse Guimarães Rosa, a ação é fruto da palavra pensada, da palavra pensada e elaborada. O discurso é a ponte entre o pensamento e a ação. Portanto não há inocência. Os discursos reverberam-se e traduzem-se nas manchas e feridas que se deixam na pele e na alma não apenas da comunidade LGBT, mas fundamentalmente desta Nação que se quer democrática e que quer construir a sua própria democracia.

O que nós estamos vivendo hoje são reações na perspectiva de impedir que a humanidade possa viver a sua própria liberdade. Nesse sentido, lutar pelo direito de ser e de amar, numa sociedade mercantilista, em que o ser humano é coisificado, é extremamente revolucionário. Lutar pelo direito de amar e de ser adquire um caráter revolucionário nesta etapa, o que não havia algumas décadas atrás. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Que bela fala, Deputada Erica Kokay! Belíssima fala. Parabéns!

Eu vou ler três comentários que chegaram e, depois, vamos passar para o Toninho Lopes, da UFES.

Ana Flávia Schmitt Baranski:

> As violências motivadas por orientação sexual e identidade de gênero são iguais às que atingem mulheres e idosos que vivem sozinhos.
> As Secretarias de Segurança Pública do Brasil devem uma estratégia de combate à violência desses grupos vulneráveis.

O segundo comentário veio de Orlando Cardoso:

> Toda violência deve ser inibida e punida, porém nossas leis já preveem isso.
> Há que se definir também o que é homofobia, levando em conta as crianças e as morais de cada indivíduo.

E, quanto a menores, não há nada para se discutir sobre esse tema, já que a educação compete aos pais.

Essas são as reações que estão chegando.

Nós temos o Facebook dessa pessoa, facebook.com/marisalobovideos.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Pelo jeito vocês conhecem. Eu não sei quem é.

E há o terceiro comentário, de Gustavo Don:

A Lei Federal nº 7.716 pune as discriminações por raça, cor, origem e religião, porém não pune as discriminações e preconceitos por orientação sexual e identidade de gênero, tipos de violência que crescem ano a ano, conforme aponta o relatório de violência homofóbica do Governo.

Com a palavra, agora, o Toninho Lopes, da UFES.

O SR. ANTÔNIO LOPES DE SOUZA NETO – Boa tarde, companheiros e companheiras.

Sem perder tempo com os cumprimentos, eu quero cumprimentar a Senadora que preside esta sessão e estender o cumprimento a todos os companheiros, guerreiros e guerreiras que estão aqui, nesse enfrentamento de tempos tão obscuros.

Eu venho do Estado do Espírito Santo, o mesmo Estado do meu colega, Professor Christovam, um Estado que já deu grandes contribuições à luta pela defesa dos direitos humanos de um modo geral. Vou lembrar aqui, por exemplo, a nossa ex-Ministra de Políticas para as Mulheres e ex-Deputada Federal que já presidiu a Comissão de Direitos Humanos, a Deputada Iriny Lopes, vou lembrar a ex-Senadora Ana Rita, que presidiu brilhantemente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tratou dessa questão de violência contra as mulheres, vou lembrar com muito carinho que já esteve aqui, na Secretaria de Direitos Humanos e também foi nosso Subsecretário de Direitos Humanos na gestão passada, Perly Cipriano, um grande aliado da causa LGBT, diga-se de passagem, embora tenha sido tolhido como Secretário e pouco pôde fazer pelo segmento LGBT no Estado do Espírito Santo. E vou incluir nesse rol uma pessoa que está agora representando o Conselho Federal de Psicologia no Conselho Nacional LGBT, que é a Rebeca Bussinger, uma grande militante.

Senadora Marta Suplicy, venho desse Estado.

Senadora Regina, a senhora mencionou que houve um Governador que encaminhou carta para os prefeitos. Talvez, seja até uma ação política, e eu compreendo.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI. *Fora do microfone*.) – Foi um Deputado.

O SR. ANTÔNIO LOPES DE SOUZA NETO – Foi um Deputado.

No meu Estado, infelizmente, vivemos, nesses últimos dois dias, além da violência física, uma agressão à nossa Constituição. Vereadores, nos diversos Municípios do Estado do Espírito Santo, receberam carta e tiveram reunião com o Arcebispo de Vitória. O Arcebispo, lamento muito, fez uma carta nos dias que antecederam...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO LOPES DE SOUZA NETO – ...as votações dos planos municipais, alinhando-se ao que há de mais perverso hoje no cenário político, que são os fundamentalistas religiosos. Lastimo isso. Fico entristecido, porque o Movimento LGBT, numa atitude digna, em 2012, procurou o Arcebispo para conversar, para dialogar, numa perspectiva de aproximação. Desde então, nunca – digo isto com todo o respeito aos fiéis da Igreja Católica – o Arcebispo nos retornou para fazer essa construção.

O mais entristecedor é que, na carta que o Arcebispo de Vitória encaminha, ele se nivela por baixo, junta-se à escória da política, que são os fundamentalistas religiosos. Ele mente para a população, reforçando a ideia da ideologia de gênero. Ele mente, dizendo que estamos querendo obrigar a desconstrução de gênero e que vamos prender pais e mães que se opuserem às políticas que construímos em espaços democráticos.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO LOPES DE SOUZA NETO – Termino, Senadora, apresentando uma proposição a esta Comissão, conclamando-a a fazer uma diligência no nosso Estado do Espírito Santo, que é um Estado que traz tantas pessoas, mas que também dá uma contribuição que nos "malta" de vergonha, como, por exemplo, um determinado Senador. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Transmitirei ao Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, o Senador Paulo Paim, o pedido de V. Sª.

Aqui, sentimos todos muita falta da Senadora Ana Rita, pela sua contribuição e pela excelência com que conduziu esta Comissão.

Com a palavra o Julian Rodrigues, do Movimento Nacional de Direitos Humanos de São Paulo.

O SR. JULIAN RODRIGUES – Boa tarde, Marta! É sempre bom estar aqui com você. Sabemos que, onde você estiver, o seu compromisso com nossa causa é sempre o mesmo.

Antes de falar do assunto de que vou tratar e que tem a ver com São Paulo, quero só dizer que acho que, às vezes, a gente fala muito dos fundamentalistas religiosos, mas se esquece de que há setores de extrema direta e fascistas, que também não são necessariamente fundamentalistas religiosos, que estão, por exemplo, agora, numa audiência na Câmara dos Deputados, discutindo a cura guei. Então, há uma aliança de extrema direita, que, às vezes, é até mais ampla do que os fundamentalistas religiosos. Mas tenho a certeza de que o Brasil é maior do que os fascistas, do que os fundamentalistas. Este momento é assustador, mas acho que temos forças democráticas que vão superá-lo. A gente só tem de articular uma reação. Não podemos também ficar perplexos. Temos de articular uma reação.

Eu queria falar sobre violência homofóbica estatal. Em São Paulo, estamos acompanhando dois casos. Um deles ocorreu há mais de um mês, o da travesti Verônica Bolina. Ela foi presa pela Polícia Militar. Aparentemente, ela estava com algum tipo de surto. Ela foi jogada numa cela com vários homens. Foi violentada não sexualmente num primeiro momento, mas foi espancada pelos carcereiros. Ela reagiu. Ela entrou em luta corporal com um carcereiro e acabou arrancando um pedaço de uma orelha dele. Em reação a isso, ela foi mais espancada. Um cabo de vassoura foi introduzido no seu ânus. A gente foi visitá-la depois na cadeia. Ela sofreu, então, sob custódia do Estado, violência homofóbica. Ela ficou desfigurada. É um caso muito grave, que está sendo acompanhado por várias instâncias. Eu queria também sugerir, Senadora Marta, que pudesse esta Comissão do Senado acompanhar esse caso, porque é um caso muito emblemático.

Na última sexta-feira agora – ainda não conseguimos pegar mais detalhes –, a travesti Laura Vermont foi assassinada. Num primeiro momento, não se sabia por quem ela tinha sido assassinada.

(Soa a campainha.)

O SR. JULIAN RODRIGUES – Depois, ficou claro que foram dois policiais militares que a assassinaram. Eles tentaram encobrir o crime. Parece que ela tinha sofrido algum tipo de agressão na rua. Há um vídeo que, na primeira parte, mostra que ela foi agredida e estava ensanguentada. Depois, a Polícia arrumou uma testemunha para dizer que ela tinha sido atropelada. É uma história muito confusa. Mas, na sequência, os próprios policiais confessaram o crime, dizendo que ela ficou descontrolada, que eles tiveram de atirar nela e que a mataram.

Então, ela foi morta na rua por dois agentes de segurança pública do Estado de São Paulo.

São dois casos muito graves em nosso Estado, Senadora Marta.

Encerro aqui, mas peço que possamos tratar, em algum momento, desse assunto, porque, no Estado de São Paulo – um último dado –, aumentou o número de assassinatos por parte da Polícia Militar e da Polícia Civil. Esse número quase dobrou de um ano para outro. O caso é muito grave em São Paulo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Prezado Julian, foi aprovado requerimento nesta Comissão, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, para uma audiência pública sobre o caso Verônica. Nós vamos discutir isso em breve.

Com a palavra, Leonardo Santana, do Levante Popular da Juventude.

Um momentinho, Leonardo. Antes, vou ler mais duas manifestações.

Uma, de Jack Wonder:

> Temos jurisprudência o bastante para julgar casos de crimes contra orientação sexual. Da forma que as coisas vêm sendo conduzidas, estão querendo generalizar, abrangendo a liberdade de pensamento e interpretação da Bíblia. E não podemos aceitar, sob pena de virar uma Inquisição.

Outro comentário, feito por David Joade Lima Melo:

> A criminalização da homofobia é uma demanda urgente do povo brasileiro. O mais prudente seria o Senado incluí-la e aprová-la no novo Código Penal, que está em discussão nessa Casa.

Com a palavra o Leonardo Santana.

O SR. LEONARDO SANTANA – Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou do Levante Popular da Juventude e da Comissão de Diversidade Sexual e Enfrentamento à Homofobia, da OAB/BA, Subseção Feira de Santana.

Nós, como Juventude, estamos em vários Municípios agora, ocupando as Câmaras Municipais contra essa ofensiva conservadora com relação aos Planos Municipais de Educação. Talvez só daqui a quatro, cinco anos, vamos conseguir avaliar bem qual é o efeito da retirada do gênero da diversidade sexual desses planos. Cada vez mais, existe a investida conservadora no espaço público, e o que estamos fazendo é uma disputa pelo es-

paço público, uma disputa por viver, estar e ser como somos em sociedade. E acredito que é uma disputa em que só vamos conseguir avançar realmente quando o Movimento LGBT entender que precisamos ser protagonistas da construção de um Estado laico no Brasil. Nós precisamos reunir cada vez mais forças que também estão sofrendo com relação ao avanço do conservadorismo protagonizado por uma Bancada Religiosa, nós que somos minorias políticas, moedas de troca na mão dessas bancadas, e também com relação à Bancada Ruralista, à Bancada dos Industriários, à Bancada da Bala, do Boi e da Bola. Nós precisamos cada vez mais nos unir com outras minorias políticas e pautar o Estado laico no Brasil, pautar um modelo de Estado laico no Brasil que vá além da previsão constitucional que nós temos e que não tem sido suficiente para impedir o avanço de uma série de pautas conservadoras protagonizadas principalmente pela Bancada Evangélica.

Para nós, o grande desafio é esse. Nós entendemos que a Juventude não está representada por evangélicos e católicos nesta Casa, nas duas Casas. Nós que estamos com a Juventude na base, entendemos que é possível, sim, disputar esse entendimento.

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO SANTANA – Nós não conversamos para que ninguém saia da religião, mas para que todos pautem o Estado laico. Há uma série de fissuras dentro do campo religioso que precisamos aproveitar. Não só de religiosos progressistas, mas também de uma série de religiosos que não concordam com a atuação desses Parlamentares. E é aí que precisamos nos unir para uma proposta de Estado laico também com a Igreja, também com os religiosos, para além das minorias. Dessa forma, vamos conseguir pautar isso na sociedade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Muito obrigada, Leonardo.

Agora passo a palavra ao último inscrito, que é Paulo Iotti, do Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero.

O SR. PAULO IOTTI – Muito obrigado, Senadora Marta. Eu queria agradecer V. Exª por abrir a possibilidade de termos esta audiência pública importante no Senado. O Senado tem se mostrado, na atual conjuntura política, como a única possibilidade real de diálogo dos movimentos sociais, do Movimento LGBT em particular. Como sabem, o Presidente da Câmara vetou a nossa participação nas reuniões realizadas anteontem e ontem. A SDH nos socorreu de última hora, e eu acho que isso mostra a diferença de tratamento.

Eu queria também agradecer muito à Procuradoria Geral da República, na pessoa da Drª Ela Castilho, pelo parecer que deu recentemente pela equiparação da homofobia e da transfobia ao racismo.

Como o nosso querido Carlos Magno já destacou, eu sou o primeiro a destacar o quanto a tese, que é minha, no caso, como advogado, é polêmica. A PGR já deu o parecer favorável em uma primeira ação, em julho do ano passado, e sei o quanto ela foi criticada por alguns juristas de peso. Eu e outros juristas respondemos, mas seria muito fácil – eu queria que isso ficasse muito claro para todos – a PGR não dar o parecer favorável.

Então, tenha o nosso agradecimento, o meu, o da ABGLT e o da população LGBT, que tem muita esperança nessa ação. Até pretendemos enviar um ofício de agradecimento à Procuradoria nesse sentido, mas passo o nosso agradecimento ao Dr. Janot.

Parafraseando Hannah Arendt, costumo dizer que vivemos a verdadeira banalidade do mal homofóbico e transfóbico. A homotransfobia se tornou banal. Não são monstros que praticam isso. As pessoas "normais" – entre aspas –, nossos vizinhos, amigos e colegas de trabalho se sentem no direito, no pseudodireito de agredir, ofender, discriminar e até matar pessoas LGBT por sua orientação sexual e identidade de gênero. Acredita-se que a liberdade de expressão protege discursos de ódio. Brincando com Sérgio Buarque de Holanda, eu digo que a liberdade de expressão...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO IOTTI – ... é outro mal-entendido lamentável neste País. Em outros países, um assassinato marcante bastou para se ter a criminalização. No Brasil, houve vários, alguns já citados aqui, e nada disso sensibiliza o Congresso Nacional.

Por fim, Senadora, quero agradecer a V. Exª porque – é bom que todos saibam –, na primeira ação que eu movi no Supremo pela criminalização, pela ABGLT, V. Exª me acompanhou para despachar com o Relator, o Ministro Lewandowski. Foi um apoio importante, que podemos conversar se poderemos renovar ou não. Agradeço muito o seu apoio e digo que sempre que falarem aqui no Senado, no Congresso, que estamos querendo privilégios, não, não queremos privilégios, queremos igual proteção penal. A Lei de Racismo fala em raça. É de discriminação racial a tese da PGR, o racismo como inferiorização de uns sobre outros. O Supremo afirmou o antissemitismo como racismo anos atrás,...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO IOTTI – ... mas fala em cor, etnia, procedência nacional e religião. Que coisa! Fundamentalistas religiosos são protegidos pela Lei de Racismo, mas não querem que nós tenhamos a mesma proteção penal. Quem está querendo privilégios aqui? Isso é algo que tem que ser destacado.

Fala-se que orientação sexual e identidade de gênero seriam opções da pessoa. Sabemos que não é, mas, ainda que fosse opção, as pessoas têm a liberdade e o direito de fazerem o que quiserem, desde que não prejudiquem terceiros, desde a declaração dos direitos do homem e do cidadão, na Revolução Francesa.

Então, se a opção religiosa é protegida, como deve ser, pela Lei de Racismo, por que a sexualidade, a orientação sexual e a identidade de gênero não poderiam ser protegidas, ainda que equivocadamente se considere como opção? Há uma hipocrisia, uma incoerência que eu acho que é algo que precisa ser destacado.

Muito obrigado, Senadora. Agradeço a Mesa, na sua pessoa, também por essa oportunidade e pelo apoio. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Muito obrigada.

A SRª ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Senadora, eu só queria esclarecer que eu não subscrevi o parecer. Ele é subscrito pelo Dr. Rodrigo Janot.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. S/Partido – SP) – Muito bom.

Quando ele faz os pareceres, tem dado certo. O último foi excelente.

Eu queria fazer um comentário que me ocorreu quando o senhor falava sobre a questão do racismo, da etnia e de outras áreas, de que nós temos que combater o preconceito. Eu acho que a Deputada Kokay e outras pessoas também manifestaram que temos que ter apoiadores. Eu acredito que uma das dificuldades foi a má compreensão dos que combatem o racismo da equiparação da homofobia com o racismo. Seria interessante, se alguém tem algum contato com esses grupos, aglutiná-los para esse apoio, porque eles seriam fundamentais, já que a luta deles teve um final bem-sucedido, pelo menos na lei. Foi uma luta muito sofrida, tanto quanto. Eles estão nessa luta há muito mais tempo, mas conseguiram essa inserção. Os homossexuais ainda estão nessa batalha. E não vai tirar nada da luta do combate ao racismo. Eu acho que deveríamos ter essa preocupação em relação à etnia também.

Eu vou ler agora os dois últimos comentários e encerramos a nossa reunião.

Comentário de Renata Andrade:

> Já existe amparo legal. O art. 3º, inciso IV, diz que o objetivo fundamental da República é promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor e idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Logo, qualquer tipo de delito e de intolerância vai de encontro às leis.

Comentário de Caique Leandro:

> A diferença entre eu, que sou gay, e minha irmã, que é hetero, é a seguinte: a sexualidade dela é vista como aceitável; a minha, não. Eu nasci assim. Por favor, me respeite. A sua sexualidade não me interessa. Por que a minha te incomoda? Só quero viver com alguém que eu amo, mesmo sendo do mesmo sexo. (Palmas.)

Acho que isto é um comentário do nível da Drª Débora, porque diz respeito aos nossos corações e à questão do que almejamos para um país mais tranquilo, harmonioso, onde todos possam viver em paz.

Muito obrigada a todos.

A audiência está encerrada.

(Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 45 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **João Capiberibe,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores João Capiberibe, Regina Sousa, Humberto Costa, Hélio José e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 98, de 2015-CDH, de autoria do Senador João Capiberibe, para o "lançamento do documentário *Em Busca da Verdade*, produção da TV Senado". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor

Presidente exibe o vídeo contendo a versão reduzida do documentário, apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Deraldo Goulart, Diretor do documentário *Em Busca da Verdade* e Coordenador do Núcleo de Documentários da TV Senado; Lorena Maria, Diretora do documentário "Em Busca da Verdade"; Wadih Damous, Deputado Federal, Ex-Presidente da Comissão Estadual Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro; André Saboia Martins, Diplomata, Representante dos Conselheiros e Colaboradores da Comissão Nacional da Verdade – CNV; Fábio Meirelles Hardman de Castro, Coordenador Geral de Direitos Humanos do Ministério da Educação; Felix Angelo Palazzo, Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Ivan Cláudio Marx, Procurador da República; Cleia Anice da Mota Porto, Assessora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Rafael Luiz Feliciano da Costa Schincariol, Coordenador-Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ivan Akselrud de Seixas, Coordenador do Projeto "Direito à Memória e à Verdade", da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro, Coordenador de Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do GDF. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Que a CDH e a Subcomissão Permanente de Justiça de Transição continuem debatendo o tema, por meio da realização de audiências públicas; 2) Que a CDH solicite ao MEC que oriente as escolas e universidades públicas a incluírem o conteúdo em sua grade curricular, sugerindo que utilizem o documentário produzido pela TV Senado, para contextualizar o período da ditadura militar. Fazem uso da palavra os Senadores João Capiberibe e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **João Capiberibe,** Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 44ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 98, de 2015, da CDH, de minha autoria, para o lançamento do documentário "Em Busca da Verdade", produzido pela TV Senado.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Eu gostaria de agradecer a todos que atenderam nosso convite, a todos os presentes, principalmente aos que vão compor esta Mesa e participar desse debate.

Nosso objetivo, nesta Subcomissão de Justiça de Transição, é continuar o trabalho que vinha sendo feito pela Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça e, sobretudo, acompanhar a Comissão Nacional da Verdade, que fez um belíssimo trabalho, um trabalho exaustivo de levantamento de tudo o que aconteceu a partir da instalação da ditadura civil militar, em 1964, e suas consequências, que chegaram até nossos dias.

Temos uma sequela enorme, com feridas abertas e não cicatrizadas, de um longo período de autoritarismo, de violência do Estado, que até hoje não conseguimos superar. As práticas da ditadura militar prosseguem e atingem outros segmentos da sociedade.

Naquele período, a violência foi centrada no combate aos adversários políticos da ditadura civil militar; hoje, a violência é voltada para as áreas periféricas, para os negros, para os segmentos mais vulneráveis da sociedade. A violência do Estado continua, e essa violência do presente é consequência direta do que nós sofremos no passado.

A Comissão Nacional da Verdade teve pouco tempo, em realidade, e muitas limitações para desenvolver seu trabalho, mas, ainda assim, conseguiu investigar e trazer à luz pública vários fatos, episódios desconhecidos da sociedade brasileira. Na verdade, a ditadura civil militar brasileira foi completamente diferente de todas as outras que proliferaram nesses anos na América Latina, porque ela dava a aparência de democracia em razão de mudar o ditador a cada quatro anos, diferentemente do que ocorria em outros países, cujos ditadores são identificados, tipo Pinochet, no Chile, e Banzer, na Bolívia.

Agradeço a todos aqueles que atenderam nosso convite, especialmente à Deputada Janete, que está presente.

Passo, agora, a compor as Mesas. Tivemos que desdobrar a primeira Mesa em duas e vamos ter um limite de tempo de dez minutos para cada expositor. Vamos iniciar com a apresentação de um documentário feito em cima do trabalho da Comissão Nacional da Verdade pela TV Senado. Solicitamos à TV Senado que nos apresentasse uma síntese desse documentário, que tem 56 minutos, e ela fez uma síntese de dez minutos, que vamos apresentar antes de iniciar essa mesa-redonda.

Nosso objetivo também é fazer com que essas informações que foram censuradas, que foram proibidas ao longo da história do País agora possam chegar às escolas, possam chegar à juventude, para que nossos jovens entendam de onde este País emergiu. Acho muito importante esse acerto com a nossa história. Evidentemente, o trabalho da Comissão Nacional da Verdade terá desdobramento no presente. Não dá para nos inteirarmos de tudo que aconteceu e ficarmos de braços cruzados. É necessário que a gente reveja a Lei de Anistia e que atenda as decisões das instituições internacionais que exigem do Brasil a punição daqueles que cometeram crime contra a humanidade. Tortura é um crime imprescritível, e é preciso, sim, que o Estado investigue o crime e, na medida do possível, puna o torturador. A necessidade de investigação já não é no sentido da punição, mas no sentido do reencontro com a história, para que a gente possa corrigir o presente e eliminar os abusos cometidos pelo Estado no presente.

Passo a compor a Mesa. Começo convidando o Deraldo Goulart, diretor do documentário "Em Busca da Verdade", do qual vamos assistir a um trecho, e Coordenador do Núcleo de Documentários da TV Senado.

Deraldo, por favor. (*Palmas.*)

Convido a Lorena Maria, que também é diretora do documentário "Em Busca da Verdade". (*Palmas.*)

Convido André Saboia Martins, diplomata e representante dos Conselheiros e Colaboradores da Comissão Nacional da Verdade. (*Palmas.*)

Convido Fábio Meirelles Hardman de Castro, Coordenador-Geral de Direitos Humanos do Ministério da Educação. (*Palmas.*)

Convido Felix Angelo Palazzo, membro da Comissão Nacional dos Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário-Geral da CNBB, a quem muito nos honra receber. (*Palmas.*)

Esse trabalho belíssimo dos diretores já nos foi apresentado. Eu solicitei a eles que o reduzissem, porque nós temos duas mesas e o tempo é curto, e eles, então, fizeram uma síntese do documentário, que também está muito bem feito. Vamos assistir ao documentário para, depois, abrirmos a mesa de discussão.

(Procede-se à exibição de vídeo)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – O documentário inteiro tem 58 minutos. Nós temos aqui, a TV Senado nos ofertou, ofertou à Comissão, algumas dezenas desses DVDs, que nós queremos entregar principalmente aos diretores de escolas para que eles recomendem sua reprodução aos professores, para que a história seja reconstituída, porque não há presente sem passado.

Está presente conosco e vai compor a Mesa também o Deputado Federal Wadih Damous, que foi Presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro e hoje é Deputado Federal.

Pode ser agora ou a segunda mesa, Deputado?

O SR. WADIH DAMOUS (PT – RJ. *Fora do microfone.*) – Eu vou sair daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Então, eu o convidaria para compor logo esta Mesa.

Nós vamos ouvir, inicialmente, os diretores do documentário para que a gente tenha ideia do trabalho que eles realizaram, porque o documentário realmente é fantástico. Deu para ver apenas, eu diria, como se chama em cinema, um *trailler*, mas o documentário inteiro realmente é muito impactante, pois remonta toda a história da repressão em nosso País, infelizmente, e a gente precisa falar muito disso. Só quem viveu em um regime como o que nós tivemos sabe o quanto o cidadão fica vulnerável sem os seus direitos civis garantidos.

Então, eu vou começar ouvindo o Deraldo Goulart, que é o diretor do documentário.

Eu queria registrar a presença da Senadora Regina Sousa, que é membro da nossa Comissão.

Muito obrigado por sua presença.

Agora, vamos começar a ouvir o Deraldo.

Por favor.

O SR. DERALDO GOULART – Bom dia a todos, e – eu vou me valer da informalidade – especialmente aos que compõem a Mesa: Fábio, André, Felix, Dom Leonardo, Lorena, minha colega, Wadih Damous, que acabou de chegar, e Senador Capiberibe.

Antes de mais nada, começo agradecendo a esta Casa, ao Senado Federal, que respeita um preceito que vem daquela Constituição outorgada em 1824 que, no art. 70, diz que é necessário dar publicidade, publicização aos atos do Executivo e do Legislativo para que a população tenha a informação adequada de tudo o que está acontecendo com os governantes e os legisladores – a possibilidade de fazer um documentário como esse deve ser ressaltada –, e, principalmente, à Secretaria de Comunicação, à TV Senado, que também destina um núcleo que, apesar de pequeno – são quatro pessoas, duas estagiárias –, consegue fazer um trabalho dessa grandeza e dessa extensão. Nós temos aqui a nossa Diretora da TV Senado, a Júnia, e a Isabela, adjunta.

Quero agradecer também aos ex-diretores David Emmerich, da Secom, que foi um parceiro de primeira hora, e Luís Oliveira, da TV Senado, e ressaltar também o quadro funcional do Senado Federal e da área em que eu trabalho, da Secretaria de Comunicação e da TV Senado, destacando que, recentemente, uma colega nossa, a Solange Calmon, que está aqui, recebeu o Prêmio Orgulho Autista, junto com o Senador Romário.

As instituições são feitas por pessoas, e é muito gratificante saber que essas pessoas têm esse grau de competência, de compromisso e de responsabilidade com o que está na nossa Constituição, que diz que nós devemos informar com total transparência os feitos do Legislativo.

O documentário fala por si. É impressionante, nos depoimentos como é forte a nossa tradição ocidental cristã. Então, eu pude perceber, nas pessoas, nas entrevistas, nos depoimentos, o quanto é importante para a família fazer o luto pelo ente querido, por aquela pessoa que saiu de casa e nunca mais voltou e o quanto isso é uma tradição forte no nosso País e, eu repito aqui, na tradição ocidental cristã. É triste, porque você perde um familiar do nada e nunca mais ouve notícias dele.

A Hildegard Angel falou, nesse depoimento que está aqui, que, se não encontrarem o corpo, pelo menos deem uma explicação. Quer dizer, é tão simples, é uma coisa, talvez, até banal para quem não está envolvido, mas é realmente tudo para a família. Eu sempre me emociono, porque temos aqui apenas uma parte dos depoimentos, mas eles são muito tristes, pesados. E vocês vão ter a oportunidade de ver isso no documentário.

Eu não quero me alongar, Senador, porque muitos que estão aqui querem falar, mas eu gostaria de me referir a uma fala inicial que V. Exª nos trouxe, que é justamente a de uma presa política torturada, a chilena Michelle Bachelet, que foi presa no governo do Pinochet e, depois, foi eleita Presidente, ou Presidenta, do Chile – não sei como se fala lá. Ela disse uma coisa que chama muito a atenção. Ela disse que só as feridas lavadas e tratadas cicatrizam. Esse é um ensinamento que nós temos que levar em conta. Nós temos que regenerar o corpo tratando as feridas. E nós temos que olhar o passado com uma visão no futuro. Não interessa o que aconteceu, ou interessa, sim, mas o mais importante é que essas lições sejam apreendidas e assimiladas para que isso nunca mais aconteça no País.

Então, eram estas palavras iniciais, Senador.

Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

O pai da Presidente do Chile, General Bachelet, também foi assassinado pela ditadura. Então, há toda uma história, mas o Chile se reencontrou com a sua história. E a diferença do Chile para o Brasil é que nós não conseguimos fazer isso.

Eu tentei, várias vezes, conversar com os comandantes das nossas Forças Armadas e com o Ministro da Defesa para pedir que eles, então, levassem o debate para dentro das Forças Armadas, porque é fundamental que as Forças Armadas reconheçam aquilo que a Comissão Nacional da Verdade detectou, a repressão, a violência – a violência institucional, a violência de Estado –, e que o ditador Presidente sabia de tudo que acontecia no País, como um todo, em relação ao abuso contra os cidadãos.

Eu queria registrar a presença do Senador Humberto Costa.

Obrigado pela presença.

Eu vou passar a palavra para a Lorena, uma das diretoras do documentário, e, em seguida, ao Deputado Wadih Damous, que tem um compromisso logo em seguida.

Lorena, com a palavra.

A SRª LORENA MARIA – Bom dia.

Eu cumprimento todos que compõem a Mesa e reforço o agradecimento que o Deraldo fez à Secretaria de Comunicação do Senado, aos coordenadores da TV e à equipe que participou do documentário, que é enorme, pois todos trabalharam com muito afinco para que a gente chegasse a este resultado final.

Eu gostaria de falar um pouco sobre o conteúdo, mas vou tentar não me alongar. Vimos aqui somente dez minutos do documentário, mas ele tem 58. Então, ainda temos bastante coisa para contar.

Fazer um documentário é uma forma de contar uma história, mas falar de uma história como a ditadura militar no Brasil é falar de algo cujas partes foram suprimidas ao longo dos anos. Acho que esta sensação é comum a quem participou das comissões: você vai contar, mas há muitas lacunas.

Quando a gente começou a produção, a gente entendeu que era necessário situar o expectador naquele contexto histórico, principalmente porque pessoas como eu não vivenciaram a ditadura. Mas a minha geração tem muito dessa busca pela verdade histórica. É preciso entender e preencher essas lacunas para que a gente possa construir um futuro.

Então, a gente fez uma pesquisa começando pelo material das comissões estaduais, principalmente a do Rio e a de São Paulo, e da Comissão Nacional da Verdade, que já tinha produzido informações mais completas sobre esse passado. A gente realizou entrevistas com membros dessas comissões, com os Senadores que compuseram a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça do Senado, um historiador, Carlos Fico, e com testemunhas deste período.

Assim, aliando essas entrevistas às imagens que a gente pesquisou junto ao Arquivo Nacional, à cinemateca brasileira, que eram imagens produzidas pelas agências, pela Agência Nacional, jornais da época e televisão, a gente conseguiu, acho, recriar esse clima com detalhes, para poder olhar qual era a nossa cara há 50 anos. Então, o documentário é muito rico nestes detalhes, tanto pelos depoimentos, pelos testemunhos, quanto pelas imagens que a gente conseguiu resgatar.

Colocar a maioria dos casos de tortura ou os mais emblemáticos foi uma tarefa muito, muito difícil, e, obviamente, a gente não conseguiu dar conta de explicar ou aprofundar tudo no documentário. Foram muitos, muitos episódios de violência, de tortura, de privação de direitos, de perseguição política, de cassação de mandatos, de ocultação de cadáveres, e 58 minutos era muito pouco tempo. Então, a gente tentou buscar personagens que pudessem representar o Brasil na sua pluralidade. Então, buscamos pessoas de regiões diferentes, personagens da cidade que fizeram parte da militância ou da luta armada e também aquelas que eram cidadãos comuns e que foram afetados pelo regime militar. A gente tentou trazer pessoas que compunham sindicatos, estudantes, pessoas da região do Pará, de onde aconteceu a Guerrilha do Araguaia, de Tocantins, de Goiás e também pessoas, claro, do Rio e de São Paulo, Estados que têm um número muito maior de desaparecidos e mortos pela ditadura.

Então, a gente buscou dar essa dimensão dos abusos que foram cometidos pelo Estado por meio desses depoimentos. E tentamos fazer esse mergulho neste contexto histórico para deixar bem claro como funcionava a estrutura de repressão no País, como ela foi sendo formada, qual era o organograma, quem comandava, tentando mostrar, por exemplo, o que é uma conclusão da CNV, que a tortura no Brasil era uma política de Estado, que ela foi institucionalizada, que ela era do conhecimento dos chefes das Forças Armadas, inclusive do próprio ditador, do general que comandava o País na ocasião.

A gente tentou dar esse panorama histórico, mas é impossível não entrar nas histórias individuais. Selecionamos três, que eram os casos em que a CNV tinha avançado mais, em relação aos quais havia informações mais completas. Um deles foi o do Epaminondas, que era um sapateiro, mas era líder camponês, que foi preso, porque militava em um partido, torturado e assassinado em 20 de agosto de 1971. Falamos também do Rubens Paiva – um caso conhecido que teve muitas informações que vieram à tona na CNV –, um Deputado que foi cassado, preso, torturado e assassinado. E, por fim, falamos do Stuart Angel, que, além de militante, era do MR-8, foi preso, torturado e assassinado.

Como desdobramento da história do Stuart Angel, sua mãe, Zuzu Angel, que era uma estilista no Brasil, por querer saber onde o filho estava, produziu um dossiê e o repassou para as autoridades americanas. Em decorrência disso, ela sofreu um atentado. Seu carro foi jogado de um viaduto e ela morreu.

Então, são esses os casos que ilustram o documentário porque era deles que a gente tinha uma informação maior para contar.

E, por fim, a gente conclui, com os depoimentos dessas pessoas, a quem reforço o agradecimento... Estou vendo aqui o Ivan Seixas, um entrevistado que explica muito sobre tantos fatos históricos e sobre sua história pessoal.

Você perdeu o pai assassinado – não é, Ivan? – e ficou preso por muito tempo.

Essas pessoas tiveram a coragem e a generosidade de nos receber e falar de histórias que são muito difíceis de serem contadas.

Eu estou emocionada também porque você imaginar... Não foi um dia, foram anos, foram 21 anos de ditadura. Imagino a sensação de quem vivia de não saber quando isso iria ter um fim.

Eu agradeço por ser de uma geração que desfruta da democracia.

Muito obrigada a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Lorena. Muitíssimo obrigado.

Essa juventude precisa tomar conhecimento dos fatos para a gente construir um país cada vez mais generoso, mais democrático. Democracia é, sempre, um exercício muito difícil, e a gente precisa que os jovens contem para os outros jovens o que foi esse país do autoritarismo.

Dando sequência, para que a gente possa entender, a Comissão Nacional da Verdade... Começou com uma comissão nacional e, depois, se espalhou por todo o País. Aqui, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, nós criamos uma Subcomissão da Verdade para poder acompanhar o trabalho da Comissão Nacional.

Quando a Comissão Nacional entregou seu relatório com as sugestões, nós, então, criamos aqui uma subcomissão, dentro da CDH, chamada de Subcomissão de Justiça de Transição, para poder continuar o trabalho e buscar soluções para as pendências encontradas pela Comissão Nacional da Verdade.

Para melhor entendimento, eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Wadih Damous, que foi o Presidente da Comissão do Rio de Janeiro, que teve uma grande atuação. A Subcomissão da Verdade do Senado esteve, no Rio de Janeiro, no quartel da Polícia do Exército, abrindo portas para poder... Inclusive, a Comissão do Rio teve dificuldade de entrar lá, mas, com a nossa presença, terminou abrindo as portas.

Você vê a dificuldade dos nossos militares. É como se eles tivessem tido algum comprometimento com os abusos cometidos. É até difícil entender como um jovem oficial hoje pode tentar impedir que se esclareça para a sociedade todos os fatos históricos.

Com a palavra o Deputado Wadih Damous.

O SR. WADIH DAMOUS (PT – RJ) – Bom dia a todos.

Cumprimento V. Exª, Senador João Capiberibe, a quem agradeço a honra de estar presente, e também cumprimento, na sua pessoa, todos os componentes desta Mesa.

Quero parabenizar os realizadores desse documentário. Só quem tem alguma relação com esse passado, que teme não passar, pois é um eterno presente esse legado que a ditadura deixou, só quem tem essa ligação, direta ou indiretamente, sabe da importância da realização de um documentário como esse e sabe da importância, Senador, de persistirmos em reuniões como esta.

No Brasil, essa questão é um tabu. É um tabu que se tentou quebrar com a Comissão Nacional da Verdade, com as comissões estaduais da Verdade, com o relato dos militantes, com o relato dos familiares, mas continua sendo um tabu, infelizmente.

Esse é um déficit da democracia brasileira que eu não sei se um dia vai ser suprido. A nossa democracia, que tanto deve a essas pessoas, não consegue lidar com isso, infelizmente. Ao contrário de alguns outros países, como a Argentina, o próprio Chile, o Uruguai, a África do Sul e diversos outros países que viveram seus dramas impostos por regimes ditatoriais e com graves violações de direitos humanos, que, apesar de toda a dor, apesar de todos os percalços, estão acertando as suas contas com o passado, o Brasil, infelizmente, não está fazendo o mesmo.

Nós pudemos vivenciar isso diretamente no período em que integramos a Comissão da Verdade do Rio. Lá, tivemos a oportunidade de ouvir aqueles que foram diretamente atingidos pela sanha terrorista do Estado ditatorial, tivemos a oportunidade de ouvir familiares e tivemos a oportunidade de ouvir os algozes.

Para mim, particularmente, quando ainda estudante – a minha geração é pós-luta armada; nós pegamos parte da ditadura, pegamos a ditadura da metade para o fim –, esses personagens eram mais ou menos míticos. Aqueles que combateram a ditadura eu colocava na categoria de heróis. Era um negócio meio maniqueísta: os bandidos, os torturadores... E hoje sou amigo de diversos deles. Tenho amigos pessoais, como o Ivan Seixas, que está aqui, e diversos outros. Aquele caráter, digamos, de heroicidade... Eles continuaram sendo meus heróis, mas de carne e osso. Eles foram perdendo – ainda bem! – aquela característica mítica e nós passamos a perceber que eram brasileiros, à época, jovens, jovens brasileiros que queriam um país melhor, que não se conformaram com o jugo da ditadura e encontraram meios e modos, de acordo com os critérios que estabeleceram, na época, de combater a ditadura. Uns optaram por um caminho, outros optaram por outro, mas, no final das contas, todos merecem as nossas homenagens, merecem o nosso reconhecimento por tudo o que fizeram. Tanto os que sobreviveram, quanto os que sucumbiram à sanha ditatorial merecem a nossa lembrança, merecem o exercício da memória.

E esse exercício da memória – e tivemos a oportunidade de, juntos, no Rio de Janeiro, perceber isto, Senador – em relação ao período ditatorial é um exercício muito difícil, penoso, aqui, no Brasil, porque ele encontra obstáculos institucionais até hoje.

Nós conseguimos entrar, atravessar a porta do inferno que foi o DOI-Codi no Rio de Janeiro, onde funcionava e funciona a Polícia do Exército, nas dependências do Exército Brasileiro, onde diversos militantes foram massacrados, foram torturados, de onde alguns desapareceram, como é o caso do Deputado Rubens Paiva e de diversos outros combatentes, mas até hoje o Exército Brasileiro insiste em negar, insiste em não admitir que ali foi um centro de tortura.

Eu me lembro que a Deputada Luiza Erundina também estava nessa visita. Fomos muito bem recebidos, com cafezinho, água gelada... Obviamente, não fomos para o pau-de-arara. Eles não... Foram muito gentis. Fomos recebidos pelo Comandante do Exército, pelo comandante daquele quartel, e fomos levados a um auditório, onde ele começou a contar a história do prédio, que tem uma fachada bonita, até, se não me engano, tombada pelo patrimônio histórico. Ele começou a contar a história do prédio desde que o prédio foi fundado, foi inaugurado, e foi periodicizando, falando da década de 30, da década de 40... Aí ele deu um pulo da década de 1960 para 1990. Eu falei: "Espera aí. Está faltando um intervalo aí." Ele pulou o período de 70, como se o calendário desse um salto, como se a década de 1970 não tivesse existido. Não, nesse período aqui muita gente foi torturada e desapareceu.

E eles tentaram controverter até a localização exata das dependências da tortura. "Não, não era aqui, era ali". Mas estava conosco o Álvaro Caldas, que é membro da Comissão da Verdade, um companheiro que ficou hospedado naquele hotel macabro. Ele, com a autoridade de quem sofreu na carne as agruras que se praticavam naquelas dependências, disse: "Não, era ali". E ali nós fomos, e descemos ao inferno. Ali se fez o exercício do que significava a tortura e o desaparecimento naquele período.

E o que fica muito marcado para nós é que, primeiro, a tortura não foi inventada pela ditadura. A tortura é uma prática do Estado brasileiro de antes da ditadura, de durante a ditadura, e, infelizmente, até de hoje, depois da ditadura. A ditadura institucionalizou-se, tornou-se política oficial de Estado, aperfeiçoou-se, criou centros especializados nessa arte macabra de torturar e supliciar, mas é muito importante, sempre, ter em mente que a tortura não foi uma invenção da ditadura e não foi embora com ela. Ela continua uma prática corrente e aceita aqui, no nosso País, como método de interrogatório até hoje.

Para encerrar, Senador, porque eu realmente não vou ficar inventariando aqui o que foi o trabalho da Comissão, até porque ele ainda não terminou – eu não estou mais na Comissão, pois assumi o mandato aqui e me exonerei, mas nós estamos na fase de elaboração do relatório final –, sobretudo do contato, das conversas, dos diálogos com os familiares, com as mães, com os pais, com os irmãos, com os maridos, com as esposas dos desaparecidos, o que de fato marca e o que de fato torna esse exercício da memória uma marca indelével é que a dor do desaparecimento, a dor do nunca mais, sem explicação, é uma dor insuperável. Essa é a dor insuperável.

Para o morto, o oficialmente morto, a civilização criou, através das religiões, através das práticas culturais, enfim, através da convivência ao longo das existências, criou o luto, criou as homenagens, criou todo o processamento da dor. O morto tem uma sepultura, onde se depositam flores, onde se exercita a memória, onde se lembra, onde, enfim, se chora. Mas o desaparecido não tem isso. O desaparecido é desaparecido. A trajetória final do desaparecido tem que ser recontada, tem que ser investigada. O que a ditadura tentou fazer foi apagar rastros, foi apagar marcas, foi apagar a memória. E esse, acho, foi o principal papel da Comissão Nacional da Verdade e das demais Comissões da Verdade que foram criadas pelo Brasil afora.

Mas essa interrogação continua. Infelizmente, o Estado brasileiro, o Estado democrático brasileiro insiste em não dizer o que aconteceu, como aconteceu, onde foram enterradas, se é que foram enterradas, essas milhares de pessoas que pagaram com a vida, que pagaram com a dor a tentativa de construir um país melhor. E essa cobrança é o que nós estamos fazendo aqui hoje, é o que os autores do documentário estão fazendo, é o que, ainda, milhares de brasileiros fazem. O Estado brasileiro tem que dar uma satisfação aos familiares, tem que dar uma satisfação ao povo brasileiro sobre o que aconteceu com essas pessoas, com esses combatentes, com esses militantes, sob pena de nós termos, sempre, e sermos condenados para sempre a uma democracia pela metade. Eu acho que a nossa democracia jamais vai se consolidar enquanto nós tivermos essa interrogação.

Então, eu quero aqui parabenizar os autores do documentário.

A luta continua! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado, Deputado.

Nós da Subcomissão de Justiça de Transição estamos preocupados em dar sequência, e o trabalho mais importante que a gente pode realizar talvez seja o de buscar, junto às Forças Armadas, o reconhecimento de que essa era uma prática de Estado. Acho que nós vamos, nos encaminhamentos, trabalhar nessa direção.

Dando sequência, passo a palavra ao André Saboia Martins, que é diplomata e representante dos Conselheiros e Colaboradores da Comissão Nacional da Verdade.

O SR. ANDRÉ SABOIA MARTINS – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria, em primeiro lugar, na pessoa do Senador João Capiberibe, agradecer e cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal que sempre esteve presente e apoiando todas as iniciativas da Comissão Nacional da Verdade, por essa iniciativa tão importante e queria parabenizar os realizadores desse documentário, que estão presentes.

Como mencionou o Deraldo, nós estamos, com essa iniciativa, cumprindo não apenas com o dever de dar publicidade a uma série de fatos, mas também com o dever, que os sobreviventes dos campos de extermínio chamam de dever de memória, de, todos os dias, revisitar os acontecimentos que, no senso comum, estão situados no passado. Mas, como diz o poeta Mário Quintana, o passado não sabe o seu lugar, está sempre presente.

Como falou o Senador Capiberibe, como integrantes das Forças Armadas de hoje podem ter essa espécie de identificação com o que aconteceu no passado? Nós que visitamos esses quartéis que foram centros de tortura vimos ali a força do que a gente pode chamar de ideologia, do que não é apenas discurso, não são apenas ideias,que ali estão materializadas estruturas muito concretas do terror do Estado.

Na medida em que, dentro de uma instituição, as coisas não são chamadas pelo nome, na medida em que não se reconhece que, naqueles lugares, foi praticada a tortura como uma política de Estado, esse passado não passa. Esse passado está presente e contamina as instituições no presente.

Por isso, é uma satisfação muito grande ver que os realizadores do documentário souberam aproveitar o que eu acho que é o material mais valioso do acervo da Comissão Verdade, que são os depoimentos, que são as filmagens das diligências, com esse recurso do cinema, da fotografia, que tem essa virtude justamente de afirmar esse presente da memória, essa importância do acontecido, com uma vivacidade muito grande.

Como disseram aqui os realizadores, não foi possível contar a história das Comissões da Verdade e, muito menos, a história do que foi a ditadura militar no Brasil em 58 minutos.

Sei que aqui há pessoas de Secretarias da Educação, representantes do Ministério da Educação, da CNBB, jornalistas de várias áreas, educadores e, por isso, queria aproveitar para fazer um convite, que acho que já está sendo atendido pela sociedade.

Nós temos uma pequena estrutura que está organizando o acervo da Comissão da Verdade e temos recebido muitos pedidos de dentro e de fora do Brasil para fazer documentários, exposições de fotos. E ficamos muito satisfeito porque, por meio de uma organização de que participa o Ivan Seixas, do Núcleo de Memória, nos chegou o pedido de uma diretora de cinema do Chile que está fazendo para a televisão uma série sobre as ditaduras na América do Sul, e um dos capítulos vai ser sobre o episódio do Riocentro, esse episódio tão escandaloso da história recente pouco conhecido dentro do Brasil e menos ainda fora do Brasil. Isso é importante.

Eu queria aproveitar para divulgar. Nós estamos reconfigurando a página da Comissão da Verdade para que ela se torne um banco de dados e um recurso pedagógico, educacional, que, via internet, possa ser usado de várias maneiras. Por exemplo: quando se entra naquelas barras da direita, há o item "Tortura em instalações militares". Aqui, nós temos uma cronologia com todos os documentos e todo o diálogo que aconteceu entre as Forças Armadas e a Comissão Nacional da Verdade no sentido da apuração do que aconteceu nessas instalações militares onde o Estado brasileiro já reconheceu, pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos e pela Comissão de Anistia, que houve tortura. Nós temos ali todos os documentos, todo o histórico. Vocês podem ver uma série de intercâmbios de ofícios, de correspondências, de notas, de manifestações. E termina com a posição do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, que é uma posição, como o próprio Ministro Celso Amorim definiu na época, de não negar o que aconteceu, de não questionar as conclusões das comissões de mortos e desaparecidos, mas que parou um passo antes do que se almejava, que era o reconhecimento.

Nós temos os vídeos de todas as diligências que foram realizadas, com várias imagens. Há coisas muito impressionantes, muito fortes. Essas diligências também se refletiram...

Se puder passar para a parte de laudos periciais...

A todas as diligências nós fomos com peritos criminais, com testemunhas... Todos os laudos periciais que a Comissão da Verdade produziu, inclusive esses relatórios, essas diligências, estão disponíveis nessa página.

Se clicarem só na parte de vídeos, diligências e audiências, nós temos essa tabela com mais de 100 audiências públicas e eventos públicos realizados pela Comissão da Verdade. Ali estão disponíveis vídeos e fotografias emblemáticas desses eventos.

Nós estamos finalizando a atualização dessa página. A partir da segunda quinzena de julho, estarão disponíveis mais de 1.800 documentos e depoimentos que são citados no Volume 1 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Aí nós temos uma foto no quartel da Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, na visita da CNV.

Se pudermos passar para a parte do relatório, só para dar uma ideia dos documentos. Se você acessar o Capítulo 6...

Vamos ver se já está ativado.

É nessa página mesmo, capítulo 6.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ SABOIA MARTINS – Aqui, documentos.

Se você clicar aqui, há documentos citados no Capítulo Operação Condor, que estão disponíveis na página.

Se você passar para a Nota 75...

Eu queria até mostrar esse documento, porque foi o resultado de uma pesquisa da Comissão da Verdade, a localização de um documento, esse documento 75, que foi consequência de uma audiência histórica realizada aqui, nesta Subcomissão, com os brasileiros que estiveram presos no Estádio Nacional do Chile. Isso foi uma coisa que o Brasil... Todos os países da América do Sul que tiveram pessoas presas já haviam prestado uma homenagem oficial no próprio Estádio Nacional, que é um centro de memória, mas o Brasil tinha feito muito pouco. E ainda fez muito pouco.

Nós localizamos, depois dessa audiência, numa pesquisa nos arquivos da embaixada brasileira no Chile, em Santiago, uma autorização de sobrevoo e pouso justamente para um avião Avro, da FAB, que aterrissou em Santiago no dia 15 de outubro de 1973, um mês e três dias depois do golpe que derrubou Salvador Allende. A partir desse documento, nós identificamos o nome do piloto, que era, na época, um major e hoje é um brigadeiro reformado, o Brigadeiro Zilson Pereira da Cunha, que prestou depoimento à Comissão da Verdade, confirmou o voo, confirmou que, no voo, foram levados outros militares, mas disse não saber qual era a razão da missão. Não identificou, mas confirmou toda essa história. E uma série de militares brasileiros... Foi possível confirmar denúncias que já eram muito antigas, mas que tinham ficado soterradas nos arquivos. Foram analisadas e confirmadas. Foi um trabalho do qual participou uma das assessoras da Comissão, a Silvia Whitaker, que foi muito a fundo nele.

Voltando para a Nota 27, um trabalho que foi feito pela Comissão Rubens Paiva, de São Paulo, da qual participava o Ivan Seixas – isso é citado num dos capítulos –, nós temos aqui uma cópia do livro de portaria do Dops de São Paulo.

Esse é pesado. Vai demorar um pouquinho para abrir.

Nesse documento, pela primeira vez, apareceram registros – o Ivan pode até explicar melhor – dos próprios funcionários do Dops de visitas, àquele centro policial, de funcionários do consulado norte-americano, de empresários. Nós temos esse livro de visitas, um documento importantíssimo que foi divulgado e está disponível, para acesso público, para pesquisas e investigações posteriores, na página da CNV.

Como disse o Deputado Wadih Damous, a questão da memória, da verdade e da justiça no Brasil é muito mais truncada e difícil do que se consegue imaginar, mas nós temos um material e temos uma qualidade humana e de instituições também que trabalharam para avançarmos muito nesse campo e realmente implementarmos as recomendações da Comissão Nacional da Verdade, o que já vem sendo feito, em parte, pelos órgãos do Estado brasileiro. Esse é um desafio muito grande que nós temos pela frente, é um desafio político enorme.

Eu termino com um convite para que os historiadores aproveitem esses recursos e façam outras pesquisas, para que os realizadores de cinema e de fotografia aproveitem esse acervo, que já está à disposição do público. A página estará completa no final de julho e todo o acervo já está sendo encaminhado para o Arquivo Nacional. Essa transferência deve se finalizar também em meados de julho e o Arquivo Nacional irá disponibilizar esse acervo ao público, o que já fez com outros acervos da ditadura militar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Agradecemos ao André Saboia pelas informações.

A página está disponível principalmente para professores e diretores de escolas de segundo grau, para essa juventude que... São informações fundamentais para as universidades também, claro.

Dando sequência, convido para usar da palavra o Sr. Fábio Meirelles de Castro, Coordenador-Geral de Direitos Humanos do Ministério da Educação, que tem uma função...

O SR. ANDRÉ SABOIA MARTINS (*Fora do microfone.*) – Presidente, tenho uma cópia desse material impresso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – O André Saboia vai entregar uma cópia do relatório para a Comissão.

O SR. ANDRÉ SABOIA MARTINS – Foi finalizada, há poucos dias, a impressão do relatório e já estamos fazendo a distribuição para universidades, bibliotecas, organizações de direitos humanos... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Com a palavra o Fábio Meirelles.

O SR. FÁBIO MEIRELLES HARDMAN DE CASTRO – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de agradecer, Senador, o convite ao Ministério da Educação. Ficamos muito honrados com o convite e estamos muito felizes por estar participando deste momento junto com a Comissão Nacional da Verdade, a CNBB e a OAB e, principalmente, com os diretores do documentário. Eu sou profissional de comu-

nicação e imagino que haja dezenas de mãos por trás desse documentário. Então, a diretora e o diretor estão aqui representando toda a equipe que está por trás dessa produção.

Eu gostaria de dizer e explicar que o nosso Ministro Renato Janine está, agora, na Câmara dos Deputados, num seminário tratando do primeiro ano da aprovação do Plano Nacional de Educação. Então, hoje, dia 25, a gente está comemorando um ano do PNE. O Ministro está na Câmara dos Deputados e me delegou a tarefa de vir aqui representar o Ministério. Neste primeiro ano de homologação do PNE, uma das nossas tarefas é construir a Base Nacional Comum do Currículo da Educação Básica. Então, acho que é um momento também muito apropriado para recebermos esse tipo de produto, de conteúdo, que nos vai servir de subsídio, sem dúvida, para construirmos essa base nacional do currículo.

A gente tem um projeto grande com a Universidade Federal de Minas Gerais sobre direito à memória e à verdade, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério da Educação, e estamos também produzindo um CD-ROM com histórias de vida... Enfim, é um material bastante importante para o MEC trabalhar esse tema junto aos sistemas de ensino.

Mas o meu principal recado, se eu tenho algum recado para contribuir com esta Mesa, é o de um pedido aos diretores para transmitir e reproduzir o documentário na TV Escola, que é o canal da educação. Seria uma possibilidade bastante concreta de a gente chegar a... Como a TV Escola é o canal da educação, está em parabólica, e é bastante vista pela rede de sistemas de ensino, nas secretarias estaduais e municipais de educação, por professores e profissionais de educação, acho que a gente poderia potencializar muito esse trabalho se a gente conseguisse reproduzi-lo na TV Escola.

E a gente também tem a prática de pegar produtos como esse, documentários como esse, e transformar em séries didáticas também, porque mais importante do que a gente simplesmente reproduzir é a gente construir uma série didática, colocar nas redes sociais do Ministério da Educação, no Portal do Professor, na TV Escola, no Banco de Objetos Educacionais. Então, a gente tem uma série de estratégias que acho que vão ser bastante relevantes para mobilizarmos os sistemas de ensino, para tratarmos desse tema num momento tão importante.

Fizemos uma Conferência Nacional de Educação Básica em 2008, fizemos a primeira Conferência Nacional de Educação em 2010, e só no ano passado a gente teve um debate, uma mesa, na Conae, sobre ensino da ditadura militar nas escolas. Então, esse é um debate emergente também no campo educativo e educacional, entre os sistemas de ensino. Eu acho que esse conteúdo chega em boa hora para instrumentalizarmos os nossos professores a tratar sobre esse tema nas escolas.

Então, o recado é para colocar o Ministério da Educação à disposição de todos esses atores que estão envolvidos, da Comissão Nacional da Verdade. Queremos ver também, André, como é que a gente pode transformar esses relatórios, todos esses conteúdos, porque parece fácil dizermos que vamos usar esse material em sala de aula, que vamos transmitir conhecimento, mas a gente precisa transformar e traduzir esse material em atividades pedagógicas, em materiais educativos, em séries didáticas.

Acho que existe um esforço a que podemos nos somar para transformar tudo o que foi produzido em material para discutirmos... Num momento em que vemos manifestações populares de rua com jovens pedindo a volta da ditadura, é fundamental tratarmos disso tudo em sala de aula, na educação básica, na educação superior, envolvendo as escolas, os sistemas de ensino, universidades, institutos federais. Enfim, é preciso traçar uma estratégia bastante eficiente para discutir isso no âmbito educativo e educacional.

Então, colocamos o Ministério da Educação à disposição parabenizamos os diretores pelo documentário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado, Fábio.

Acho que estamos vivendo o mais longo período democrático da história do País, de 1985 para cá. Toda a nossa história é permeada por regimes autoritários. Então, temos pouca cultura e tradição democrática, e é fundamental que a gente informe, que insista no reconhecimento da nossa história, no que foi construído neste País.

Eu sempre lembro que, no Brasil, a primeira Constituição republicana, de 1891, retirou dos analfabetos o direito ao voto. Imaginem esse fato naquele momento, em 1891, quando talvez 95% do povo brasileiro fosse analfabeto! Então, a história do Brasil republicano foi construída por 5%. Esses poucos tinham direitos políticos, porque, quando se elimina o direito ao voto, elimina-se o direito político. Assim, o Brasil foi organizado por poucos e para poucos. Cada vez que a sociedade cobra e exige mais, temos ruptura institucional. Então, construir democracia é uma tarefa dificílima!

Passo a palavra ao Felix Angelo Palazzo, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que tem toda uma história em defesa da democracia.

O SR. FELIX ANGELO PALAZZO – Eu gostaria de cumprimentar todo este Plenário, comprometido com a luta democrática, com o resgate da História, de cumprimentar o Senador e toda esta Mesa e de parabenizar os diretores desse documentário tão importante para o resgate da nossa memória, desses anos de chumbo, desses anos tão tristemente importantes na nossa história.

Para ser honesto com vocês, seria desonesto eu não dizer o que disse o meu Presidente, o Wadih Damous, que era o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, que eu considero que, na verdade, já falou pela Ordem dos Advogados. Ele se afastou agora para assumir o seu mandato na Câmara dos Deputados.

Eu quero dizer que eu fico realmente impactado com todas essas recordações, que são quase escavações, que são trazidas para resgatar esses pedaços de história para tentar recompor o que de fato aconteceu. Eu imagino o trabalho de vocês, o empenho, o esforço pessoal de vocês e da equipe para trazer para nós essa história, ainda tão mal contada ou pouco contada.

A Ordem realmente tem uma participação nisso. Nós também sofremos atentados terroristas, inclusive com a morte da Dª Lyda Monteiro por uma carta-bomba dirigida ao nosso Presidente. E a Ordem realmente fica envaidecida com esse convite para comparecer aqui ao lado de tantas entidades tão comprometidos com a história e com a democracia deste País.

E eu acho que, talvez, a coisa mais importante que pode ser dita em relação a isso é a preocupação de mostrar para os nossos jovens como esses fatos aconteceram, como nós chegamos até aqui. Hoje, isso é muito segmentado, é muito compartimentado. É tão desimportante o que já se passou... E a história, não a história só dos estudiosos, mas a história, para fazer sentido... Por que nós estamos aqui? Por que o nosso sistema político é dessa maneira? Por que a corrupção é algo tão banal? Por que a violência nos presídios acontece com tanta naturalidade? Por que se amontoam essas pessoas como animais?

Isso não é algo que se constrói da noite para o dia. É muito difícil construir todas essas mazelas, e a nossa sociedade, infelizmente, se empenhou muito em construir todas essas mazelas, todos esses desmandos, todas essas coisas que comprometem o nosso presente, comprometeram o nosso passado e, com certeza, vão comprometer o nosso futuro.

Então, eu tenho a que parabenizar os diretores e essa equipe que trazem esse pedaço inglório da nossa história, para ajudar a recontá-la – e eu acho que isto é fundamental – para a nossa juventude, para que a gente saiba o que aconteceu e para que a gente não repita a história.

Parabéns!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado. Obrigado pela presença.

Para encerrar esta primeira Mesa, tenho a honra de passar a palavra ao Dom Leonardo Steiner, que é o Secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Com a palavra.

O SR. DOM LEONARDO ULRICH STEINER – Obrigado.

Eu queria cumprimentar a todos e a todas que aqui se encontram para um momento tão importante do Congresso Nacional, especialmente do Senado. Eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador João Capiberibe, e, cumprimentando S. Exª, cumprimentar todos os outros.

Eu queria partir minha pequena reflexão de dois textos da Sagrada Escritura. O primeiro diz que a verdade vos libertará. Só a verdade é capaz de nos libertar, de nos colocar na liberdade. E essa verdade aparece em outro texto muito bonito que nós costumamos chamar de Bom Samaritano, que diz que passam duas pessoas por ele, assaltado pela vida, na quase dormência da morte, e não o acodem. Foi preciso vir um estrangeiro, de outra raça, de outra religião, para acudi-lo, cuidar de suas feridas, limpá-las e levá-lo para casa.

Essa iniciativa do Senado, essa iniciativa de produzir esse documento recorda que nós não podemos passar pelo outro lado da nossa história. Nós não podemos passar ao largo da história. Precisamos descer para a realidade nua e crua da história e nos debruçarmos sobre ela e limparmos, como diz o texto, as feridas da nossa história com o vinho e com o óleo. O vinho é a bebida que purifica, que traz alegria, e o óleo dá, devagar, a possibilidade de sanar as feridas.

Um documentário assim é a possibilidade de limpar as nossas feridas. Elas estão abertas. Não para muitos, mas para um bom número de nossos irmãos e irmãs essas feridas permanecem abertas, muito abertas, doídas e sofridas, como nós acabamos de ver no documentário de que nos foi apresentada uma pequena síntese.

E essa dor continuará, essa ferida continuará aberta enquanto não conseguimos levar para casa esse assalto que nós tivemos na nossa história. Só levando para casa, cuidando, só levando para casa, através de documentários, através de textos, através de depoimentos, através de vidas, é que nós conseguiremos não fechar as feridas, mas resgatar a nossa história, a história de tantos irmãos e irmãs.

E só assim, provavelmente, conseguiríamos também – como vimos dentro dos depoimentos – ao menos que as pessoas pudessem fazer o luto, chorar e, se não enterrar, ao menos se reconciliar interiormente e saber o que aconteceu.

Enquanto não se sabe o que aconteceu, fica aquela inquietação, aquela dor, aquele sofrimento, a ferida aberta, incapaz de levar uma existência humana a viver com maior tranquilidade.

Esse documentário, provavelmente, é a soma de tantos outros que já aconteceram. Gostaria de lembrar aqui o livro *Brasil: Nunca Mais,* em que esteve à frente Dom Paulo Evaristo, um dos grandes da nossa história.

Eu me lembro do dia da minha ordenação como padre – foi ele que me ordenou, e depois me ordenou também bispo. Até hoje, eu tenho a sensação ainda do momento em que ele pôs as mãos sobre a minha cabeça: as mãos não paravam de tremer, e não era Parkinson; era pressão, era sofrimento. Até hoje, eu tenho essa sensação, quando me lembro do dia de minha ordenação, dessa presença de Dom Paulo com as mãos trêmulas sobre a minha cabeça.

Hoje, com quase 94 anos, as mãos dele não tremem mais. Isto é, do tempo da ditadura, realmente, nós, como Brasil, como entidades, como cidadãos, precisamos fazer o esforço máximo para não passar ao lado. Também os nossos militares não podem passar ao lado. Se nós quisermos uma sociedade mais reconciliada, uma sociedade, um Brasil de futuro, precisamos realmente sanar as nossas feridas.

Esse documentário nos ajudará muito. Ajudará muito porque será a possibilidade de visibilizar a dor e o sofrimento; tornar audível a dor e o sofrimento, principalmente, para uma geração que não sofreu. E, como o Fábio muito bem lembrou, quase uma geração que grita de novo pela volta da dor e do sofrimento, da não democracia.

Eu acho que a responsabilidade é nossa, sim, de todos nós: igrejas, entidades, universidades, Senadores, Deputados, Executivo, Legislativo. É tarefa de todos nós realmente mostrarmos que estamos em busca da verdade e mostrá-la. Só a verdade é capaz de nos libertar, mas também capaz de nos reconciliar, de nos reconciliar.

Enquanto as feridas estiverem abertas, não haverá reconciliação, e é preciso ajudar a geração nova a entender o quanto houve de perda, quanto houve de dor, quanto houve de morte, quanto houve de falta de justiça, quanto houve de falta de democracia, para que não precisemos voltar ao passado. Podermos seguir um futuro, mas um futuro em que nós debatemos livremente as nossas ideias, nossas concepções, em que, realmente, tenhamos uma sociedade aberta, livre e realmente democrática.

Muito obrigado pelo convite, mas eu queria agradecer, especialmente, pela iniciativa desse documentário. Vai nos ajudar muito. Eu tenho certeza. E que nós não paremos só nisso não. Já existem diversas iniciativas. Isso nos ajudará muito, para que esses irmãos e irmãs que sofreram... Foi agradável demais ouvi-los, para que nós realmente possamos resgatar a nossa história e não passar ao largo dela e, realmente, ajudarmos a cuidar da nossa história, da nossa vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Dom Leonardo. E, assim, concluímos essa primeira Mesa.

Eu queria lembrar que amanhã é o Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura, dia consagrado pela ONU. E há alguns momentos da história do País, como o dia 28 de agosto, em que se comemora – 1979 para 2015 –, a promulgação da anistia, uma anistia que não só anistiou as vítimas, mas também anistiou os torturadores. E naquele momento, ainda era a ditadura: 1979.

A ditadura foi encerrada em 1985, mas o aparelho repressivo continuou montado. Para que se tenha uma ideia, eu requeri o meu *habeas data,* e eu fui seguido até 1991; eu era monitorado pelo sistema. Ficou o costume, o hábito.

O SR. DOM LEONARDO ULRICH STEINER (*Fora do microfone.*) – A concepção da diminuição da maioridade penal é do tempo da ditadura.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Dom Leonardo fala que a redução da maioridade penal é uma concepção da ditadura. E, bom, esse é outro tema que nós estamos debatendo aqui, mas, na verdade, essa tentativa de reduzir a maioridade penal é uma maneira de desviar o foco, de desviar a atenção. Quando não se consegue dar uma resposta para a escalada da violência, a gente busca um bode expiatório. Então, o bode expiatório são os jovens.

Eu queria, claro, agradecer a todos os que compuseram essa primeira Mesa. O compromisso nosso, aqui da Comissão, é continuar insistindo para que a gente possa revelar para o conjunto da sociedade brasileira todo o drama vivido e que continua sendo vivido por familiares dos desaparecidos. E, também, insistir com as Forças Armadas, para que reconheçam e debatam internamente; e que haja modificação no processo de formação dos nossos militares. O Ministério da Educação e o Ministério da Defesa precisam conversar sobre a formação.

Esta é uma solicitação que eu faço ao Ministro da Educação: que converse com o Ministro da Defesa, para que haja modificação nos conteúdos, nas grades curriculares da formação dos jovens que ingressam nas nossas Forças Armadas. É fundamental que eles tenham uma formação profunda em direitos humanos e cidadania, para que estejam preparados para defender o nosso País e jamais achar que os brasileiros e brasileiras são seus algozes, são seus inimigos. Esse é o trabalho que a gente precisa fazer.

Antes de encerrar, eu gostaria de passar a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Vai ter outra Mesa? É isso?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Vai ter outra Mesa, Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu sei que o debate é sempre depois da última Mesa. Eu preciso pedir desculpas, pois eu vou fazer a abertura de uma exposição. Sabe-se que as mulheres estão na luta também por maior participação na política, e, infelizmente, fomos derrotados pelos nossos companheiros Deputados no Congresso: faltaram 15 votos para passar um ínfimo percentual de 12,5%. Pedimos 30% e fomos baixando, e, mesmo assim, não passou.

Então, nós vamos abrir, agora, uma exposição para a qual todos estão convidados, todos e todas, "Subjetividade Feminina e Emancipação pela Arte". Vai ser agora lá no Salão Negro, e eu estou com a responsabilidade de fazer a abertura, mas queria fazer um comentário antes de sair.

Eu tenho dúvida se esse vídeo vai para as escolas, porque a gente tem uma resistência ainda muito grande, não no MEC, mas, lá na base mesmo, diretores resistem ainda a contar essa história. Mas eu acho que ele pode virar um vídeo caseiro. Há algum tempo a gente fazia isso. Eu fiz muito isto em campanha: reproduzir, botar debaixo das portas. E tem que virar o vídeo familiar, que passa na família, convidam-se os vizinhos. Eu acho que a gente precisa contar essa história de alguma forma e não achar que ela vai ser contado nas escolas. Algumas vão fazer; outras, não. As universidade também. Mas a gente, como cidadão e como cidadã, pode fazer isso. Eu, particularmente, vou fazer, eu vou reproduzir bastante. Já tenho alguns eventos marcados, onde vai ser passado esse vídeo. Até pedi a cópia antes. Eu consegui uma cópia há uma semana já, porque vou voltar para o meu Estado e passar em alguns eventos que vou realizar.

Então, fica esta contribuição: virar um vídeo caseiro, passar nas casas das pessoas, das famílias; que se reúnam as famílias para assistir. Um outro vai sentir vontade de passar em algum lugar em que participe também.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Senadora. V. Exª tem inteira razão.

Não só nas instituições, não só nas seccionais da OAB. Seria uma recomendação para as seccionais da OAB, para o Ministério da Educação, para a igreja, nas homilias – tem uma repercussão gigantesca uma homilia na igreja, porque vai para todo o Brasil. Enfim, são encaminhamentos possíveis, e que a gente precisa continuar fazendo.

Portanto, eu agradeço e encerro esta Mesa.

E já vou compor a próxima Mesa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Pausa.*)

Dando sequência, eu gostaria de convidar para compor a segunda Mesa, o Ivan Cláudio Marx, que é Procurador da República.

Muito obrigado pela presença, Ivan. (*Palmas.*)

Convido a Cleia Anice da Mota Porto, Assessora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag. (*Palmas.*)

Convido o Rafael Luiz Schincariol, Coordenador-Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (*Palmas.*)

E, por último, convido Ivan Seixas, Coordenador do Projeto "Direito à Memória e à Verdade", da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (*Palmas.*)

E vamos começar concedendo a palavra ao Ivan Cláudio.

O SR. IVAN CLÁUDIO MARX – Bom-dia a todos. É uma honra receber esse convite, Senador. Cumprimento a Mesa em seu nome – Ivan Seixas, Rafael, Cleia, a maioria figuras já conhecidas, com quem trabalhamos há bastante tempo. É uma honra também representar o Procurador-Geral da República nesta atividade.

Rapidamente, gostaria só de passar algumas das atuações do Ministério Público Federal. O atual Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, elaborou um parecer na ADPF n.º 320, em que defende, além da questão da verdade, também a punição aos crimes cometidos durante a última ditadura militar no sentido de dar cumprimento à sentença da Corte Interamericana.

Nesses termos, o Ministério Público Federal já vem trabalhando, há bastante tempo, com o tema da verdade. Nós temos um grupo denominado grupo de trabalho Memória e Verdade, da Procuradoria Federal de Direito do Cidadão desde 2009. Nós temos, também, um grupo na Câmara Criminal, que eu coordeno, chamado Justiça de Transição, que trabalha com a punição dos crimes ocorridos. E temos, também, na 6.ª Câmara, um grupo vinculado ao tema da Justiça de Transição em relação às comunidades indígenas. Então, são, basicamente, essas três frentes de atuação.

Nesse sentido, eu gostaria de noticiar nossa décima terceira ação penal, que foi protocolada nesta semana em São Paulo, sobre a morte de Manoel Fiel Filho, que é um caso emblemático também. São sete os denunciados por esses fatos.

Há outros temas. Achei interessante a observação do Senador sobre a particularidade do Brasil, pois tivemos vários ditadores, vários pinochets dentro da nossa ditadura. E me lembrou uma questão muito interessante de um dicionário de Filosofia Jurídica, o *Dicionário Filosófico,* de Voltaire, em que este pergunta a qual tirania seria preferível se submeter, se a um tirano só ou a vários. Ele diz que preferiria conviver com apenas um tirano, porque seria melhor se submeter aos caprichos de uma só pessoa do que aos de várias pessoas e a essas mutações de caprichos. Então, essa particularidade da ditadura brasileira, talvez, tenha sido até pior para o cidadão que teve de se submeter a essas situações.

Trabalho também, juntamente com Rafael Schincariol, com o Grupo de Trabalho Araguaia, que é responsável pela busca dos restos mortais dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, em cumprimento à sentença da Corte Interamericana e também da Justiça Federal de Brasília. É uma ação que vem desde 1982.

Eu me obrigo a me referir a uma passagem que ocorreu na última expedição sobre essa necessidade de trazer a educação de direitos humanos e, principalmente, o que aconteceu na ditadura militar para as próprias Forças Armadas. Essa é uma exigência da própria decisão da Corte Interamericana, de que tanto a sentença da Corte em que se determina que ocorreram graves violações e crimes contra a humanidade na Guerrilha do Araguaia quanto as obrigações estatais sejam ensinadas nas Forças Armadas.

Houve um episódio muito particular que aconteceu comigo, em que eu estava no mesmo veículo que o coronel designado para acompanhar o Exército nessas atividades que o Exército presta à Logística. O coronel declarou que, com 30 anos de serviço – ele entrou em 1984 ou em 1985 –, recebeu, muito alegremente, essa missão de ir para o Araguaia, porque ele não queria aposentar-se antes de ter a oportunidade de trabalhar naquela região e prestar homenagem aos heróis da Guerrilha do Araguaia, que, na visão dele, seriam os militares. E ele não é um militar que participou daquele período.

Então, temos várias resistências ainda sobre a denominação do que ocorreu com essa questão da ditadura cívico-militar. As Forças Armadas defendem ainda que houve uma revolução gloriosa.

Essa sentença da Corte Interamericana determina deva ser introduzido também nas Forças Armadas esse tema, ou seja, a questão dos direitos humanos, e também o contexto da sentença, porque a sentença declara que houve, sim, graves violações aos direitos humanos no contexto do Araguaia. Então, é uma grande meta a ser cumprida também com essa atuação, talvez conjunta entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Educação, para tentar implementar essa parte da sentença, ao passo em que outras já foram cumpridas, como a criação da Comissão da Verdade, que era uma determinação da sentença. O Ministério Público Federal tem atuado na tentativa de cumprir outras partes da sentença, como as investigações, como a modificação de nomenclatura de locais.

Apenas quero deixar essa observação, agradecendo novamente esse convite.

É muito importante este debate e, principalmente, iniciativas como esse vídeo, que é uma forma de mostrar para a sociedade o que aconteceu e a importância de isso ser lembrado, porque sempre há riscos de repetição. Observamos algumas manifestações, inclusive aqui em frente, pela volta à ditadura militar. E algumas não são tão inocentes, porque se referem ao Exército, às Forças Armadas, em cumprimento ao art. 142 da Constituição Federal, que, de certa forma, na interpretação de vários doutrinadores, abriu uma brecha constitucional, inclusive, para um golpe militar.

Ele fala que é função das Forças Armadas a segurança externa. Ele abre caminho para a atuação interna também, pois, chamado por qualquer dos Poderes, ele pode atuar na defesa da lei e da ordem. A Lei Complementar nº 97 regulamenta isso, e é isso que permite, por exemplo, a atuação das Forças Armadas fazendo barreiras na fronteira para reprimir tráfico de entorpecentes, contrabando. É isso que permite a atuação, por exemplo, em unidades de pacificação em favelas. Isso vem dessa norma constitucional. E é importante que, nesse aspecto, para cumprir essas funções, se tenha a noção de que é importante dar um treinamento especial para as Forças Armadas, porque as Forças Armadas realmente têm esse treinamento de defender uma agressão externa. Então, se eles vão ser chamados a atuar internamente, que seja com todo o treinamento adequado. Mas, mais do que isso, as Forças Armadas, de acordo com o art. 142, podem ser chamadas para garantir os Po-

deres da República. Há uma norma um pouco ambígua, e é isso que nós vemos nos cartazes, quando se fala "Forças Armadas, art. 142".

(Soa a campainha.)

O SR. IVAN CLÁUDIO MARX – Para muitos doutrinadores, isso dá margem a um possível golpe militar. Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Fiquei aqui imaginando, porque nós pagamos um preço altíssimo por resistir à ditadura e por lutar pela democracia.

Como vimos no documentário, milhares de brasileiros foram presos, torturados, e nós temos um grupo pequeno querendo derrubar a democracia. Nós vamos promover uma audiência pública para discutir essa questão. Acho que é muito importante que nós saibamos se, de fato, há legalidade nesse gesto de tentar derrubar a democracia. Jogar a democracia por terra me parece um ato subversivo, como era o nosso de lutar pela democracia.

Muito obrigado, Ivan Cláudio. Acho que você terminou acendendo a luz para vários temas que precisamos debater, como, por exemplo, as decisões da Comissão de Justiça da OEA. Acho que temos que trazê-las para cá para debater, porque o Brasil não cumpre; o Brasil resiste ao cumprimento de cortes internacionais.

Dando sequência, convido Cleia Anice da Mota Porto, que é assessora da Contag, para uso da palavra.

A SRª CLEIA ANICE DA MOTA PORTO – Obrigada, Senador Capiberibe, em nome de quem eu queria cumprimentar os demais companheiros da Mesa. A vocês, da plateia, eu queria pedir licença para cumprimentá-los em nome da Prof. Regina, que é membro da Comissão Camponesa da Verdade. Além de ser assessora da Contag, também faço parte da Comissão Camponesa da Verdade, e é em nome dela, principalmente, que estou aqui.

Exatamente por isso, eu queria falar um pouco sobre o que é o reflexo, o trabalho, o empenho, a preocupação, a nossa tentativa de dar luz, dar voz, dar vida e recompor também a história dos camponeses e das camponesas.

E não poderia deixar de cumprimentar o pessoal que produziu o filme, reconhecendo a importância de uma instituição como o Senado, de abrir as portas para esse tipo de trabalho que é tão importante. Só o *trailer* já nos emocionou e nos indignou tanto. Certamente, será um material muito importante de trabalho e de continuação das nossas atividades.

Bem, sempre falo demais. Então, vou tentar me concentrar aqui, para não espalhar as ideias.

Quero trazer para vocês que, nesse ambiente que foi criado no Brasil, um ambiente muito salutar com a criação da Comissão Nacional da Verdade, de composição de várias comissões, comitês, por vários setores da sociedade, nós, do campo, dos movimentos sociais do campo, organizamos a Comissão Camponesa da Verdade.

Essa comissão constituiu junto dela uma rede nacional de pesquisadores e pesquisadoras extremamente importante para tentar trazer à luz essas histórias.

E por que fizemos isso? Porque nós desconfiávamos de que, com as dificuldades que já são rotineiras e conhecidas em relação às histórias dos camponeses, isso pudesse continuar acontecendo na Comissão Nacional da Verdade. Nós sabíamos que, na Comissão Nacional, não havia disponibilidade para trabalhar com a questão camponesa e com a questão indígena. Isso foi feito pelo empenho da Conselheira Maria Rita Kehl, que assumiu o GT Camponês e o GT Indígena, mas com dificuldades, principalmente em razão do pouco relato, da pouca história dos camponeses e das camponesas. Normalmente, o que aparece em relação a camponeses são histórias daqueles que eram militantes de algum partido, que já tinham uma trajetória mais conhecida, que eram lideranças ou dirigentes de organizações, mas a grande maioria de camponeses e camponesas, infelizmente, continua anônima.

Nós sabíamos disso e nos empenhamos no trabalho da Comissão, primeiro, com o objetivo de tentar trazer a questão camponesa para dentro; e, segundo, para tentar discutir um pouco mais e exemplificar de que forma essa violação dos direitos humanos se deu no campo. Como a ditadura, num conluio, numa omissão ou numa ação direta, violou direitos. No caso do campo, não foi só do indivíduo ou de uma família, o que já é muito significativo, mas, em muitos casos, pelo próprio patrocínio a um modelo de desenvolvimento, a participação de grandes empresas na formação de grandes projetos, por exemplo, dizimou comunidades inteiras. São fatos e realidades que infelizmente não vieram à tona.

Essa foi a nossa grande preocupação na formação da Comissão Camponesa da Verdade. Conseguimos produzir, com muita dificuldade, um material extremamente rico. Temos um relatório de quase 500 páginas, que foi entregue à Comissão Nacional da Verdade e que acabou auxiliando e influenciando, mas, infelizmente, nem todos os casos estão relatados ou revelados ali.

E como exemplificamos também essa outra forma da dificuldade de reconhecimento dos camponeses?

Foi feito um trabalho, por um projeto inclusive patrocinado pela Secretaria de Direitos Humanos, pelo MDA, que o Gilney Viana, a Marta Cioccari e outras pessoas coordenaram, que identificou – essa lista consta do relatório da Comissão Nacional – 1.196 camponeses e camponesas mortos e desaparecidos. Há uma lista com os nomes dessas pessoas.

Também há um trabalho muito benfeito, especialmente sob a coordenação do Gilney Viana, que divulga uma lista de 663 casos de camponeses que foram ouvidos em algum inquérito policial militar ou que tiveram seus nomes incluídos em processos da Justiça Militar. Nesses casos, foram 132 presos, 34 torturados e 11 mortos.

Não tenho aqui, infelizmente. Perdoem-me, mas acabei não reconsultando o relatório da Comissão Nacional da Verdade para identificar exatamente quantos camponeses foram reconhecidos naquela lista dos 430. No entanto, se examinarmos o trabalho da Comissão de Anistia, desse universo de que estamos falando, apenas 29 casos já foram julgados pela Comissão Nacional da Anistia.

Então, esses dados comprovam, infelizmente, que, no caso dos camponeses e camponesas, há um longo trabalho pela frente.

Vou finalizar, depois de trazer esses elementos, fazendo um pedido ao Senado Federal, ao Ministério Público Federal, aos demais órgãos aqui presentes, às universidades e ao pessoal que produziu o filme: que vocês possam nos ajudar, somando esforços para tentar continuar com esse trabalho de buscar a memória, buscar a verdade em relação ao que aconteceu no campo; também no sentido de caminhar para a justiça e para a reparação.

E aí, Dr. Ivan, recentemente, eu estive em São Paulo com o Fórum de Trabalhadores, dialogando com o Ministério Público para ver como o Ministério Público pode buscar reparação, especialmente no caso dos operários que já avançaram bastante. O próprio GT dos Trabalhadores, na Comissão da Verdade, avançou muito em identificar a relação entre as empresas e empresários com a ditadura.

E o diálogo com o Ministério Público Federal é no sentido de saber como o Ministério pode buscar a reparação civil. Para a reparação do Estado, existem os mecanismos do Estado. Mas e a reparação dessas empresas que participaram do processo da ditadura tão presentemente, o que, no caso dos urbanos, está já bastante provada? Como é que se podem buscar as reparações coletivas, as reparações simbólicas, além da reparação monetária?

(Soa a campainha.)

A SRª CLEIA ANICE DA MOTA PORTO – No caso do campo, nós temos um caminho ainda mais longo, que é este que estou dizendo: como dar conta de provar essa vinculação que foi tão presente entre os grandes grupos econômicos, entre as grandes empresas e a ditadura, que cometeu as violações.

Então, concluindo, digo isto: vamos lutar pelo cumprimento das resoluções da Comissão Nacional da Verdade, especialmente em relação à continuidade, à instituição de um órgão capaz de fazer isso permanentemente, até que consigamos concluir.

No nosso caso dos camponeses, nós queremos muito empenho de assegurar, por exemplo, por dentro do MEC, por dentro do CNPq, por dentro de outras instituições, que possam fomentar recursos para pesquisa, Senador. Por exemplo, nós constituímos uma rede de pesquisadores e pesquisadoras de universidades de vários Estados. Essa rede tem muita disposição e muita vontade de continuar pesquisando o caso dos camponeses, mas também há muitas limitações. E se, por exemplo, abrirmos edital e houver recursos, fomento para pesquisa, podemos incentivar mestrandos, doutorandos, estudantes e pesquisadores a buscar essa situação para a qual nós, das entidades sindicais e dos movimentos sociais, infelizmente, não temos recursos.

O que temos, e que nós sabemos que temos, é uma dívida muito intensa; o Estado tem essa dívida com os camponeses e as camponesas. E nós estamos empenhados e esperamos contar como vocês. Acho que esse filme vai-nos ajudar muito, mas vamos pensar em realizar um filme sobre os camponeses.

Temos aqui no nosso relatório 77 casos emblemáticos. Neles, estão envolvidas várias outras pessoas.

Convido vocês a pensar a construção de um documentário voltado para o campo e, talvez, outro voltado para os indígenas, que são personagens que sofreram muito e que, infelizmente, têm muito mais dificuldade de reparação.

Precisamos recontar essa história, precisamos encontrar a verdade, precisamos trazer essa memória para o nosso presente e precisamos caminhar para assegurar justiça e reparação para essas vítimas, seus familiares, para o nosso País e para todos nós.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado à Cleia. Acho que você tem inteira razão; os casos envolvendo camponeses e indígenas são bem pouco conhecidos.

Nós precisamos jogar mais luz sobre os casos destes dois segmentos que são muito vulneráveis na sociedade: camponeses e indígenas.

Passo a palavra ao Rafael Luiz , Coordenador-Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

O SR. RAFAEL LUIZ FELICIANO DA COSTA SCHINCARIOL – Bom dia a todos! Bom dia, Senador! Bom dia aos Ivans, que estão aqui; bom dia aos dois! Bom dia, principalmente, à Cleia. É muito bom garantirmos pelo menos a presença de uma mulher em cada das duas Mesas. Uma amiga, inclusive, me cobrou isso, antes de eu vir para cá. Hoje, há uma campanha feminista que se chama "Não tem conversa", que questiona aos organizadores da Mesa se há mulher participando da Mesa. Se não houver, que não participemos dela. Então, é muito bom que tenhamos pelo menos uma mulher em todas as Mesas.

Parabenizo os diretores Lorena e Deraldo pelo trabalho excelente que vocês já vinham fazendo e que já fizeram antes com outros temas de direitos humanos, e, pelos dez minutos de apresentação, nós pudemos ter a sensação de que é incrível esse documentário e, obviamente, fundamental para discussão desse tema.

E há uma coisa importante a ressaltar: o que nós tivemos pós-relatório final da Comissão da Verdade, com relação ao que podemos chamar de nossos inimigos, foi uma estratégia excelente, foi uma estratégia que está funcionando muito bem. Não foi, como muitos de nós previámos, a construção de relatórios que fariam oposição ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade; não foi uma enxurrada de ações. Na verdade, nós tivemos o silenciamento, e o silenciamento se soma à situação política que nós estamos vivendo e faz com que, hoje, o debate Memória e Verdade – que viveu seu auge nos últimos anos, a partir do final de 2009, com o Plano Nacional de Direitos Humanos; o terceiro, que cria o eixo Memória e Verdade e, depois, a Comissão Nacional da Verdade – esteja um pouco mais morno, parado.

Então, iniciativas como essa do documentário e outras iniciativas como, por exemplo...

E, aqui, Senador, eu acho que... Desculpe, Ivan, por me adiantar. O Ivan vai falar sobre isto: queremos já pedir o apoio de vocês com relação à construção do Memorial do Jango. Tem havido várias pressões, por parte de militares, por parte de políticos, para que não seja construído, porque é um memorial que vai tratar do golpe.

Então, iniciativas como essa do memorial e como esse documentário são absolutamente fundamentais para retomarmos o fio da meada, porque o relatório da Comissão Nacional da Verdade não acaba com o processo de Justiça de Transição. Ele é só um passo fundamental, grande, importante, gigantesco no processo histórico brasileiro, mas é só um passo. Essa luta ainda continua e ainda se desdobra.

Antes de fazer mais algumas colocações, queria falar para vocês – muitas pessoas não a conhecem – sobre a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Eu costumo brincar que essa comissão é o primo pobre das comissões de Estados que lidam com o legado da ditadura. Nós tivemos a Comissão Nacional da Verdade, com uma grande estrutura –, pelo menos perto das estruturas que conhecemos como de Estado –, que pôde fazer um trabalho excelente; nós temos a Comissão de Anistia, que é uma comissão bem estruturada; a Comissão de Reparação Brasileira, que fica no Ministério da Justiça; e a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos é a primeira comissão de Estado. É a primeira grande conquista, especialmente dos familiares e da Comissão de Familiares – da qual o Ivan faz parte –, que lutaram, durante muito tempo, por essa comissão, cuja primeira tarefa legal, basicamente, foi reconhecer que o Estado matou e que o Estado fez desaparecer pessoas.

Então, a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos foi uma comissão cartorial, por muito tempo, fazendo esse reconhecimento, recebendo os requerimentos dos familiares, para que o Estado reconhecesse que os entes queridos foram assassinados, desapareceram; e depois, com o passar do tempo, ela foi assumindo outra tarefa, que está na lei também, que é a de buscar os desaparecidos.

É por isso também que eu faço parte da Coordenação-Geral do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) – da qual o Ivan participa como membro do Ministério Público Federal – e do Grupo de Trabalho Perus, que busca a identificação de desaparecidos políticos naqueles restos mortais encontrados na vala clandestina de Perus, que foi aberta em 1990 – já havia suspeita há muito tempo –, pela nossa querida Deputada Erundina. Alguns processos de identificação foram meio conturbados, e nós criamos um novo grupo de trabalho para isso.

Então, esses são os dois grupos de trabalho hoje que tratam de buscar e reconhecer os desaparecidos políticos, fora outras iniciativas que são conduzidas hoje na Secretaria de Direitos Humanos, pela Comissão e principalmente pelo Ivan Seixas, que tem amplo conhecimento sobre praticamente todos os desaparecidos e sobre onde supostamente eles estariam.

Mas eu gostaria de ressaltar, Senador, algo que está no documentário, que está na sua fala, tanto no início aqui como no documentário – em outros momentos, eu já vi –, que está na fala, várias vezes, do Ivan Seixas, do Wadih, que estava aqui conosco, e de tantos outros: o legado da ditadura.

Se houve também outro ganho muito importante com a discussão recente sobre Memória, Verdade e Justiça no Brasil foi esta ligação – eu, particularmente, vejo que ela cresceu principalmente no ano passado com

a "descomemoração" dos 50 anos do golpe – entre as graves violações de direitos humanos que aconteceram na ditadura e as que perduram no período democrático.

Então, essa é uma questão absolutamente fundamental.

É uma questão que não gostaríamos de ter que debater, não gostaríamos de ter que discutir, gostaríamos "apenas" – entre aspas – de discutir a memória, garantir a verdade e a memória sobre as graves violações aos direitos humanos do passado para evitar que se repitam, para evitar pessoas pedindo ditadura, para evitar repetição de graves violações, mas, infelizmente, esse não é o fato. Isso se repete, e de maneira sistemática.

Então, essa é uma questão que, inclusive para alguns teóricos de agora, é o acontecimento da nossa época, desta época, destes anos 2000, do início do século XXI, do pós-88. E o acontecimento da nossa época qual é? São as graves violações aos direitos humanos, sistemáticas, cometidas pelo Estado brasileiro no período democrático, principalmente o que podemos chamar – e alguns chamam claramente, especialmente os movimentos sociais de São Paulo e do Rio – de genocídio da população preta, pobre e periférica.

Esse é um acontecimento histórico porque, provavelmente, o que vai ocorrer daqui a 50, 60 anos é que historiadores vão ter de explicar um dente nas pesquisas do IBGE, que é de jovens negros, que somem. Eles simplesmente somem, eles desaparecem das pesquisas, porque são assassinados, exterminados pelo nosso próprio Estado. Isso, fora as outras graves violações, que são as prisões ilegais, o encarceramento em massa, a tortura em massa, que continua, e o desaparecimento forçado, sobre o qual não conseguimos nem ter dados precisos. Não enfrentamos a contento essa violência porque não conseguimos enfrentar ainda, inclusive, a própria memória e a verdade da ditadura.

Como diria Florestan Fernandes, que dá nome a uma dessas sessões aqui, nosso querido professor da FFLCH, que nomeia a biblioteca da Faculdade de Filosofia da USP e foi um Deputado renomado aqui, a transição para a democracia, lenta, gradual e segura, foi, na verdade, uma grande e bela saída para a ditadura, que se reformulou. Obviamente, nós não vivemos sob uma ditadura hoje. Temos ampla liberdade de expressão, temos liberdades democráticas garantidas, mas o Estado continua matando. Vidas continuam sendo perdidas pela mão do próprio Estado.

Então, esse é um problema fundamental. Por isso, a frase "para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça" pode ser reformulada em "para que deixe de acontecer, para que nunca mais aconteça", porque continua acontecendo. O "nunca mais" que tem que ser muito forte – e a gente pode dizer que isso a gente não vive – é para a ditadura. E, infelizmente, diante das recentes manifestações, a gente tem de reforçar isso ainda mais: "Não, nunca mais." Mas não é o nunca mais às graves violações aos direitos humanos, porque aí não tem nunca mais, pois não parou. É por isso, Senador,...

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL LUIZ FELICIANO DA COSTA SCHINCARIOL – ...que nós – Secretaria de Direitos Humanos, Comissão sobre Mortos e Comissão de Anistia – estamos revendo, todos, esse papel da memória e da verdade para ligá-lo, fundamentalmente, à violência do presente e à garantia de direitos à memória, à verdade e à justiça para essas vítimas e para essas graves violações que acontecem no período pós-democrático. Esses direitos surgem num contexto de graves violações aos direitos humanos na ditadura, no Brasil, mas eles são conquistados de agora em diante. Então, a gente também tem de garantir a verdade sobre esses crimes, a verdade do que aconteceu em todos esses massacres, em todos esses extermínios, garantir a memória dessas pessoas, a justiça, e isso sempre ligando ao passado da ditadura.

Inclusive, essa articulação renova nossa luta e demonstra a importância de discutir o passado, porque o passado que não é revisto, que não é pensado permanece no presente. Infelizmente, essa é, em alguma medida, nossa situação, e é por isso, então, concluindo, que a Secretaria de Direitos Humanos tem apoiado iniciativas de reparação para vítimas de graves violações aos direitos humanos em geral. Estamos começando a fazer isso. Essa é uma articulação inicial ainda, que está começando a ser pensada, e estamos apoiando a criação de comissões da verdade, o que temos chamado de comissões da verdade e da democracia. Uma foi criada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e se chama Comissão da Verdade da Democracia Mães de Maio; vai ser institucionalizada agora. E Mães de Maio em referência àquele movimento criado pós-maio de 2006, quando a polícia e o PCC entraram em conflito, e a polícia matou muitos cidadãos na periferia de São Paulo.

E, no Rio, está para ser criada uma Comissão da Verdade da Democracia também. Há uma articulação junto com o Deputado Marcelo Freixo e com vários movimentos sociais. É uma comissão da verdade também que vai lidar com essas questões da democracia. Mas esses são passos iniciais que nós estamos dando.

E a ideia central deles é o quê?

Fortalecer a luta da memória, da verdade, da justiça e reparação dos crimes da ditadura, fazendo uma articulação sempre com o presente, pensando nessas questões. E aí a gente tem algo chave para nos auxiliar

agora – o Saboia já saiu, mas queria agradecer a ele mais uma vez em nome de toda a Comissão Nacional da Verdade –, que são as recomendações da Comissão Nacional da Verdade. A gente tem agora um documento de Estado que demanda que se façam oficialmente todos esses tipos de articulações; para que a gente peça que a perícia saia da Segurança Pública e seja mais antropologia forense; para que a gente combata a tortura; para que se fortaleçam as buscas de desaparecidos via Comissão Especial sobre Mortos; para que se fortaleça a pesquisa sobre sistemas, principalmente sobre indígenas e camponeses. Não se tem ainda uma pesquisa profunda sobre o que aconteceu.

Então, queria terminar agradecendo por esse convite e enaltecendo a existência de mais esta audiência aqui. Espero possamos ter muitas outras. Sei que há um outro documentário para ser lançado aqui. Temos que reforçar essa luta. Os tempos não estão muito bons para isso, mas não é por isso que, obviamente, vamos baixar a cabeça. Vocês, que são mais antigos que nós, não baixaram a cabeça na época da ditadura; não vamos baixar a cabeça agora, num período como esse.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito bem. Muito obrigado, Ivan.

E faz sentido o presente, não é? Resgatar, buscar no passado, para juntarmos a ponta do passado com a ponta do presente. Isso aí faz total sentido. E eu acho que é esse o objetivo desta Subcomissão que nós formamos aqui, de Justiça de Transição. Nós demos esse nome em função dessas recomendações de que nós devamos formular algumas propostas legislativas a partir das recomendações da CNV.

Bom, para finalizar essas Mesas enriquecedoras de conhecimento, de conteúdo sobre esse longo período escuro, ainda obscuro, da história do nosso País, eu tenho a honra de passar a palavra ao Ivan de Seixas.

O SR. IVAN AKSELRUD DE SEIXAS – Obrigado, Senador.

Queria começar dando os parabéns à Lorena e ao Deraldo, que estão aqui representando a equipe. Foi uma honra poder colaborar com vocês, porque eu acho que o produto é de alta qualidade. Acho que foi uma coisa muito boa que vocês fizeram, uma contribuição muito grande que deram ao País.

A gente tem uma tarefa muito árdua, que é essa parte da Justiça de Transição. A Justiça de Transição é composta por três partes: verdade, memória e reparação. Aí, há a justiça propriamente dita, que é a punição. A verdade a gente precisa estar o tempo inteiro revelando; sobre memória, a gente precisa tornar viva essa verdade, para não repeti-la; e a reparação com justiça é fundamental. A gente precisa fazer a demonstração de que a sociedade democrática, o Estado de direito democrático, não aceita, não tolera, não pactua com o Estado de direito, que era um Estado de direito ditatorial, que a ditadura implantou no País. Então, a gente precisa afirmar o tempo inteiro, para repudiar a ditadura.

Se essas três fases tivessem acontecido no País, a gente não teria hoje que ficar enfrentando essas manifestações, que são absolutamente oportunistas no início e que ganharam corpo.

Oportunistas porque, como houve a "descomemoração" do golpe no ano passado, os 50 anos, como a gente conseguiu mostrar o que aconteceu neste País, como a gente conseguiu acusar as forças que fizeram parte do golpe e se beneficiaram da ditadura, a gente teve o troco. Ou seja, usando o mesmo discurso que sempre teve, a direita brasileira tem esta triste repetição: a acusação de corrupção, de economia indo para o buraco e de infiltração comunista, isso existiu em 1954, para a derrubada do Getúlio e a primeira tentativa de golpe, que é frustrada pela grandeza do estadista que foi Getúlio Vargas, que deu um tiro no peito para evitar o golpe que anteciparia em dez anos a ditadura.

Depois, esse mesmo discurso de corrupção, de economia indo para o buraco e do perigo do comunismo é usado contra Juscelino Kubitschek, que absolutamente não tinha nada a ver com essa história; mas o vice dele, João Goulart, é que era o representante dessa suposta ameaça. Depois, isso é usado contra o próprio João Goulart, quando, falsa e mentirosamente, se dizia que havia uma corrupção insuportável, que havia uma economia em degradação e que havia o perigo do comunismo. Com isso, justificou-se a ditadura.

Depois, na primeira campanha eleitoral direta entre Collor e Lula, isso também se repete. E hoje a gente vê esta mesma acusação: corrupção, economia indo para o buraco e o perigo do comunismo, que hoje eles conseguem travestir ora em bolivarianismo, ora no Foro de São Paulo. Mas o perigo do comunismo, que para eles é uma chave, se mantém.

E hoje a gente vê crescer essa violência que está acontecendo e que é intimidatória, a ponto de Jô Soares entrevistar a Presidente Dilma e ser ameaçado de morte; de o Fernando Morais ter ido à Venezuela e ser ameaçado de morte. As pessoas são ameaçadas de morte.

Nós, que enfrentamos a ditadura, não nos intimidamos com isso. Enfrentamos pau de arara, choque elétrico e o risco de sermos assassinados. Isso não nos impressiona. O que impressiona é o fato de a sociedade não

se defender, o fato de a sociedade quase estimular isso com o seu silêncio. Nós devemos dar sinais o tempo inteiro de que repudiamos a ditadura, de que nós enfrentamos a ditadura e de que vamos enfrentar a ditadura.

O que é mais curioso é que aqueles caras que foram todo-poderosos durante a ditadura, que podiam tudo... Nós formos torturados dentro do DOI-Codi de São Paulo, e o que separava a sala de torturas do exterior, da rua, era um *vitreau*, e essa separação não era casual. Era para mostrar, com aqueles gritos que aconteciam de manhã, de tarde, de noite, todos os dias, durante todos os dias do ano, para a população ao redor, que eles torturavam e podiam torturar impunemente. Isso nós provamos na Comissão da Verdade que era uma estrutura, uma política de Estado. Não é que o presidente, ditador, fosse comunicado de que havia tortura. Eram ordens dele; era política de Estado.

E, com relação a isso, há documentos do Sisni (Sistema Nacional de Informações) uma estrutura do Sistema Nacional de Informações, ou do Sissegin (Sistema de Segurança Interna), que mostram que o ditador era informado, aconselhado e mandava ao SNI, que era a chave de toda a estrutura, com os Codis, depois com os DOIs, com todos os centros de informação do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Eles podiam tudo. Mas, se eles podiam tudo, por que têm medo da verdade?

Essa é a grande questão. Eles cometeram todos os crimes, inclusive do ponto de vista militar. Eles têm de ter vergonha de assumir, ou seja, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica têm que ter vergonha de assumir que cometeram crimes previstos na Convenção de Genebra.

Não é uma questão brasileira; é uma questão mundial. Eles cometeram crimes previstos na Convenção de Genebra. Então, fica difícil as Forças Armadas assumirem que fizeram esses crimes previstos na Convenção de Genebra, porque eles vão ter de se reportar à comunidade militar internacional. É inaceitável isso.

É óbvio que os Estados Unidos torturam em Guantánamo – todo mundo sabe disso –, cometendo crimes previstos na Convenção de Genebra. É óbvio que o afogamento que fizeram comigo, com o meu pai, com todos os outros, centenas de milhares de presos políticos, era tecnologia americana; não era coisa brasileira. O pau de arara, sim. A cadeira do dragão é americana, e o afogamento, também.

Então, isso é chamado, nos Estados Unidos, pelo nome bonito e simpático de *water board* – o limite da água, o limite do afogamento –, não é conversa outra a não ser que eles criaram a tecnologia e a trouxeram para cá. E eles institucionalizaram, estruturalmente, a tortura nos países da América Latina, como se fosse o quintal deles.

Então, precisamos contar a verdade e precisamos fazer essa reparação.

O Senador João Capiberibe, o Capi, era militante da ALN. Era um militante político que chegou a ser preso, foi exilado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN AKSELRUD DE SEIXAS – E sofreu afogamento. Isso daí é algo que temos de lembrar, como temos de lembrar, Senador – agora, falando para o Senador –, que nesta Casa houve pessoas muito honradas, mas houve pessoas execráveis. A impostura que a ditadura criou com Senadores biônicos vocês têm a obrigação de passar a limpo.

(Soa a campainha.)

O SR. IVAN AKSELRUD DE SEIXAS – Isso parece gongo de luta de boxe, mas não é. É controle só.

Vocês têm a obrigação de fazer uma reparação. Vocês têm de retirar os nomes e as fotos dos Senadores biônicos, porque não eram Senadores; eram interventores no Senado Federal.

E, por mais que não gostemos dos Senadores da Arena eleitos, eles foram eleitos pelo povo. Nós temos de respeitá-los, e eu não tenho dúvida disso. Mas esses que foram interventores impostos pela ditadura é uma obrigação retirar seus nomes e suas fotos e dizer que isso daqui não foi um parque de diversões da ditadura. Vocês não podem permitir isso.

Desculpem-me essa intromissão, mas acho que isso é uma questão de memória, de verdade e de justiça. Justiça com o mandato de vocês. Vocês não podem ser igualados a pessoas tão desprezíveis, tão execráveis como esses que entraram aqui, no Senado, a partir de um ato autoritário da ditadura.

O mesmo serve para fazermos essa homenagem ao Presidente João Belchior Marques Goulart. O Presidente Jango foi deposto por um golpe de Estado promovido por uma parte das Forças Armadas, com apoio da burguesia nacional e com a orientação, o financiamento e apoio de uma potência estrangeira. A ditadura cometeu crimes de lesa-humanidade, mas ela cometeu crimes de lesa-pátria, quando colocou o País a serviço de uma potência estrangeira. Isso é sabido, isso é consagrado.

O Presidente não tem homenagens dignas. Temos dificuldade de localizar um beco, uma rua com o nome de João Goulart, e tropeçamos em Castelo Branco, em Médici, Costa e Silva, Geisel. Temos de fazer justiça. E

esta Comissão deveria apoiar a construção do Memorial João Goulart, aqui, em Brasília. Temos os criminosos homenageados, e a vítima, João Goulart ,não é homenageada. Esse seria um bom modo de fazer justiça à figura dele, ter a memória dele preservada, e principalmente termos o orgulho de dizer que estamos fazendo a nossa parte, limpando a história do Brasil dessa coisa terrível que foi a ditadura e criando uma nova realidade, para que possamos falar com os jovens, dizendo: houve luta, houve resistência, e continuamos lutando e resistindo para que vocês, jovens, possam construir o futuro.

Nós temos de conhecer o passado para entendermos o presente e construirmos o futuro. Com isso, podemos ficar sossegados, pois os jovens de hoje, que vão ser adultos amanhã, e os seus netos também, vão construir um País melhor do que o que nós recebemos e do que estamos deixando para o futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado, Ivan. Realmente, você tem inteira razão.

Mas eu quero lhe dar uma informação: nós já fizemos duas tentativas de retirar o nome da Ala Felinto Müller do Senado Federal, torturador da ditadura Vargas. E meu gabinete, em algum momento, foi lá, e eu era obrigado, como torturado, a passar diante do torturador todos os dias. E nós não o conseguimos. Perdemos na Comissão de Constituição e Justiça.

Mas nós não vamos desistir. Nós vamos insistir e vamos também propor um requerimento de apoio ao Memorial João Goulart. Eu tenho certeza de que esse nós aprovamos aqui no Senado. Eu tenho convicção de que há certa mudança aqui no Senado da República, diferentemente da Câmara. A Câmara vive num retrocesso. O Senado, em alguns aspectos, tem avanços significativos. Essa nova composição é, digamos, mais progressista, mais aberta. Então, está na hora de voltarmos a insistir.

A Cleia queria fazer uma manifestação a respeito de um tema importante.

A SRª CLEIA ANICE DA MOTA PORTO – Na verdade, fazer justiça: um agradecimento muito especial à Comissão de Direitos Humanos. Eu me esqueci de dizer, até preocupada com o tempo, Senador, que a publicação do relatório da Comissão Camponeses da Verdade está sendo providenciada pelo Senado, com atendimento a um pedido nosso pela Comissão.

Então, é só fazer um agradecimento público e dizer que, em breve, ele deve estar aí para ser consultado de modo mais fácil. Hoje, pode ser consultado nas páginas das nossas entidades pela internet. Em papel, logo ele vai sair pela Gráfica do Senado. Não poderia deixar de fazer esse agradecimento público.

O SR. IVAN AKSELRUD DE SEIXAS – Senador...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Pois não.

O SR. IVAN AKSELRUD DE SEIXAS – Eu queria sugerir e pedir que esse vídeo seja exibido em todas as escolas do País, porque tem que ser política de Estado; tem que ser uma política incentivada, para a gente não ter acusação contra os diretores, como se eles tivessem má vontade. Os diretores são trabalhadores, mas precisam ser incentivados, apoiados e orientados por uma política de Estado. Senão, serão isolados dentro da comunidade com os reacionários que os acusam de ser subversivos ou qualquer coisa assim. Esse material é fundamental como instrumento de trabalho para os diretores e para os professores. Eu gostaria que o Senado promovesse isso, incentivando os professores e diretores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Na verdade, nós convidamos professores e diretores de escola para participar, e muitos vieram até aqui, a esta audiência pública do DF. E a ideia, de fato, é levar para as universidades e para as escolas; construir este processo de recuperação da nossa história: informar, para que isso não continue acontecendo.

Você tem inteira razão. Foi uma das minhas preocupações quando fui Governador do meu Estado. Tivemos a possibilidade de construir um processo muito interessante com a nossa Polícia Militar.

Havia um cidadão lá no meu Estado, um desses comunistas históricos. E o Amapá fica na margem esquerda do Rio Amazonas. Agora, é um pouco mais conhecido, mas, na época, ninguém sabia o que acontecia por lá.

E, toda vez que ia lá uma autoridade da República, ele era preso. Essa era uma prática, em que prendiam os suspeitos de pensar diferente. Ele se chamava Francisco das Chagas.

Quando assumi o governo, em 95, resolvi fazer uma homenagem para ele: uma alvorada feita pela Banda da Polícia Militar. E recomendei à banda para preparar a alvorada no dia do aniversário para tocar A Internacional. (*Risos.*)

Como ele era comunista, então, iríamos homenageá-lo com A Internacional. E comuniquei ao Comandante da PM que organizasse essa alvorada. E, aí, três, quatro dias antes do aniversário do Francisco das Chagas, o comandante me ligou muito preocupado porque eles não tinham conseguido a partitura; tinham ligado para todas as polícias militares do País atrás da partitura de A Internacional e não tinham conseguido.

Agora, mais estranho é que questão de quatro anos atrás, eu estava navegando...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Tocaram A Internacional? Conseguiram a partitura?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Não, não tinha a partitura. Não conseguiram tocar A Internacional, porque não tinham partitura.

Enfim, implantamos um programa de direitos humanos e cidadania com a Polícia Militar, e mudou completamente a concepção da polícia. Desmontamos o batalhão de choque. Não foi preciso batalhão de choque, porque batalhão de choque é uma questão política: você reprime quando não tem condição de dar solução para a sociedade.

Enfim, esse programa de cidadania e direitos humanos dentro da Polícia Militar foi excepcional, porque eles passaram a entender que eram simplesmente cidadãos fardados com autoridade. Acabaram-se os casos de tortura, de prisão arbitrária, tivemos um período de paz, digamos, uma relação muito interessante.

Se transformarmos e definirmos uma política nacional de segurança pública, que não temos... Podemos introduzi-la. Tenho a expectativa de aprovar uma emenda constitucional exatamente para criar a possibilidade de uma política de segurança pública fundamentada nos direitos humanos e na cidadania. Acho que é possível, mas é preciso tomar a iniciativa.

Esse vídeo vai estrear no sábado na TV Senado, às 21h30, e será repetido no domingo, mas vai estar no Youtube na segunda-feira. Então, fica mais fácil para todo mundo.

Este aqui já é um pouco arcaico, mas ainda ajuda bastante – pelo menos você guarda como lembrança. Ainda preservo os meus. A tecnologia vai mudando, mas isso aqui ainda é interessante, ainda preserva...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*.) – Em muita escola, ainda não chega internet.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Ainda há muita gente sem internet.

Enfim, nos encaminhamentos, acho que esta audiência e este debate vão-nos permitir dar continuidade ao trabalho da Comissão de Justiça de Transição aqui, no Senado.

É importante, fiz algumas anotações, e vamos promover novas audiências públicas de temas que foram abordados aqui. Eu gostaria muito de ouvir, para aprofundar um pouco mais essa questão que o Ivan levantou aqui. E também ver os aspectos legais dessas manifestações contra a democracia. Acho que essa é uma questão que precisamos debater. E, aí, vamos promover audiências públicas sobre esses temas. Vamos nos inteirar e promover o debate para saber exatamente: terão eles o direito de contestar o Estado democrático?

Eu acho que esse é um tema em que nos precisamos aprofundar.

Enfim, não havendo mais...

(Intervenção fora do microfone.)

Bom, nós temos que nos redimir e pedir desculpas. O Álvaro Sebastião Teixeira, que é Coordenador de Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do GDF, que é importantíssimo, era para estar conosco na Mesa. No entanto, houve algum descuido aqui da nossa secretaria.

Nós pedimos desculpa, e passamos a palavra ao Sr. Álvaro Sebastião Teixeira. Queremos ouvi-lo antes de encerrarmos esta audiência pública. (*Pausa.*)

Por favor, nós temos aqui espaço na mesa. Peço mais uma vez desculpas.

O SR. ÁLVARO SEBASTIÃO TEIXEIRA RIBEIRO – Eu estou representando o Secretário Júlio Gregório, que está neste momento no seminário sobre o Plano Nacional de Educação e pediu que eu viesse aqui.

Foi muito interessante ouvir todos sobre essas questões.

Eu queria ressaltar e agradecer também a presença de vários coordenadores regionais de educação e de ensino que vieram participar do nosso encontro, daqui do GDF, e também de vários diretores. Eu acho que isso é um recado importantíssimo.

Nós vamos providenciar, o mais rápido possível, cópias desse material para encaminhar às escolas. E, particularmente, eu não posso deixar de fazer isso, porque eu tinha sete anos no golpe militar. Meu pai era militar, conservador, mas não aceitou o golpe; opôs-se a ele. Ele era oficial; era o comandante da PE, no período, na minha cidade. Perguntado pelo general por que ele não estava junto com eles no outro quartel – ele estava sozinho, o único oficial no quartel-general –, ele disse que seguia a Constituição e que não seguia homens.

Por isso, ele foi, depois, punido e exilado no Brasil, porque ir para a Amazônia naquela época era um exílio. E a única vez que eu vi o meu pai chorar e reclamar do governo militar foi quando a irmã dele morreu na minha cidade, lá em Bagé, no Rio Grande do Sul, e ele, por estar na Amazônia, não tinha meios de transporte para ele se locomover com rapidez. Ele chorava muito e dizia que aquilo, sim; que, naquele momento, ele estava sentindo que estava sendo punido, porque não podia ir ao enterro da irmã.

E a minha mãe sempre se opôs ao golpe desde o início e, infelizmente, desenvolveu uma depressão em função do golpe. Desenvolveu alcoolismo e morreu antes de a ditadura ser terminada; morreu em 1984, e não viu a democracia.

E eu fico pensando, cada vez que vejo uma manifestação contra a democracia, o quanto as pessoas ou esquecem, ou gostam de subjugar os outros, ou não sabem o que aconteceu nesse período.

Então, eu acho que nós precisamos, sim, continuar nesta luta de esclarecer a nossa sociedade. E, neste momento, principalmente, abrir diálogo, porque eu acredito no diálogo. A democracia tem que ser um diálogo permanente. Mas também ser firme, opondo-se a certas manifestações, a certos projetos de lei que estão aí andando nas nossas câmaras, nas nossas assembleias. Muito pior do que o Decreto, se não me engano, 477, que era o decreto da ditadura que proibia de se falar de política na escola – quando a gente falava alguma coisa, alguém lembrava: "Olha o 477!", e a gente tinha que ficar quieto –, é isso que estão chamando de "escola sem partido".

Isso é muito pior, nesse sentido de falar, porque não é só sobre política que não se fala, não; é sobre tudo o que alguns acham que não devem falar.

Isso está muito próximo de ser aprovado, e nós temos de nos opor a isso com firmeza, abrindo o diálogo com esses movimentos, porque não acredito que todos eles sejam adeptos da ditadura ou coisa parecida, mas apenas estão tentando, em nome de valores que eles têm, defender alguns direitos equivocados. Precisamos alertá-los, precisamos conversar com eles. Talvez, a nossa escola não tenha sido suficiente para que eles pudessem aprender, e nós precisamos fazer com que isso aconteça. A escola precisa, sim, estar aberta a essas discussões todas, mais do que ocorre hoje, muito mais do que ocorre hoje. Nós precisamos dar voz e vez aos nossos estudantes, para que eles, desde pequenos, possam posicionar-se e crescer sabendo o que é participação, o que é diálogo, o que é construção coletiva de uma Nação. Infelizmente, nós ainda não temos, de modo geral, essa situação dentro das escolas. Ainda, a opressão dos adultos em relação aos meninos e meninas é grande, às crianças, o que também é fruto dessa nossa história.

Não é só nas polícias que vemos esses movimentos mais retrógrados, mas, em muitos professores, ainda há um autoritarismo muito grande, que precisa ser desmontado para que eles possam ser mais felizes.

Como falava o Paulo Freire, "precisamos libertar o opressor que nos oprime. Quando conseguirmos nos libertar como oprimidos, conseguiremos libertar também o opressor". É nisso que acredito, é por isso que eu luto, é por isso que estou há dois anos tentando me aposentar, e digo isso todos os dias, porque acho que ainda tenho muito o que fazer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – É um projeto de lei que proíbe professor de falar de política na escola. Eu tenho a impressão de que isso é inconstitucional, mas há tantas coisas absurdas.

Há um projeto aprovado na Câmara, chegando ao Senado, que retira as informações dos rótulos sobre o conteúdo transgênico nos alimentos. Isso é censura, é ditadura na democracia, que tem também os seus desvios, que precisamos combater com informação.

É importante saber, Álvaro, que vocês vão reproduzir esse material para distribuir nas escolas do GDF.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Imagino que a TV Senado...

Estamos solicitando à CDH que reproduza para distribuir nas bibliotecas e nas escolas de todo o País. Talvez fosse o caso de nos juntarmos com o MEC para fazermos uma ação conjunta. Vou solicitar à Secretaria da CDH que entre em contato com o MEC, para que, pela proposição do Ivan, o MEC possa orientar as escolas públicas do País e as universidades públicas para que esses conteúdos sejam incorporados no processo de construção de conhecimento nas escolas. Eu acho que essa é uma maneira de informar os nossos jovens.

Enfim, muitíssimo obrigado a todos aqueles que contribuíram; à equipe da TV Senado, que produziu o documentário, realmente sensacional! Quando a gente assiste inteiro, realmente, é muito emocionante! (*Pausa.*)

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Humberto Costa**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Humberto Costa e da Senadora Regina Sousa. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 28, de 2015-CDH, de autoria do Senador Humberto Costa e do Senador Paulo Paim, para "discutir a situação da menina Amy Galvin, filha da brasileira, Karla Janine Martins de Albuquerque, residente na Flórida, Estados Unidos, que está reivindicando a guarda da criança com o americano Patrick Joseph Galvin". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Kátia Albuquerque, avó da criança Amy Galvin; George Lima, Coordenador Geral da Autoridade Central Administrativa Federal da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministra Luiza Lopes da Silva, Ministério das Relações Exteriores – MRE; Fabrício Bittencourt da Cruz, Juiz Federal, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; e Arnaldo José Alves Silveira, Representante da Secretaria Nacional de Justiça – Ministério da Justiça. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Jacy Raduan Berger e Eliana März, representantes da entidade Mães de Mãos vazias. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para que respondam as indagações a eles dirigidas e façam suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Humberto Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Humberto Costa,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participação Legislativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 28, de 2015, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Paulo Paim e também de minha autoria, para discutir a situação da menina Amy Galvin, filha da brasileira Karla Janine Martins de Albuquerque, residente na Flórida, Estados Unidos, que está reivindicando a guarda da criança com o americano Patrick Joseph Galvin.

Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800 612211.

Bem, eu gostaria de iniciar convidando para comporem a Mesa, em primeiro lugar, a Drª Kátia Albuquerque, advogada, e a avó da criança Amy Galvin.

Eu também gostaria de convidar para compor a Mesa o Coordenador Geral da Autoridade Central Administrativa Federal da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, George Lima. (*Pausa.*)

Convido também a Ministra Luiza Lopes da Silva, do Ministério das Relações Exteriores. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Fabrício Bittencourt da Cruz, Juiz Federal e Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (*Pausa.*)

Convidamos também o Sr. Arnaldo José Alves da Silveira, representante da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça. (*Pausa.*)

E, por último, convidamos o representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (*Pausa.*)

Na verdade, a realização desta audiência pública tem por objetivo ampliar o conhecimento da população brasileira sobre um caso que tem preocupado todos aqueles que militam nessa área dos direitos da criança e do adolescente, na área dos direitos humanos, e que tem gerado uma grande angústia na população de Pernambuco, porque se trata de uma família daquele Estado.

Nós já tivemos oportunidade de participar de algumas gestões no sentido de encontrar uma solução para esse caso. A família, especialmente a Drª Kátia Albuquerque tem sido uma lutadora incansável pelo direito de sua filha, Karla, reaver a guarda da filha dela, a Amy.

Eu pude acompanhá-la numa visita ao Ministro das Relações Exteriores ainda no ano de 2014, e ela, recentemente, teve uma audiência na Justiça americana sobre esse caso.

Trata-se de discutir a situação da menina Amy, filha de Karla Janine Martins de Albuquerque, que, por sua vez, é filha da Drª Kátia Albuquerque. Karla Janine, que é residente no Texas, fugiu com sua filha menor, ainda no ano passado, alegando que estava fugindo de agressões perpetradas pelo marido e pai da criança, o cidadão americano Patrick Joseph Galvin.

O Consulado brasileiro em Houston foi mobilizado e procurou dar apoio à família nesse episódio, inclusive garantindo o registro de nascimento como brasileira à criança, e também tem procurado fazer um acompanhamento.

Tem dito, e aqui nós vamos ouvir a representação do Ministério das Relações Exteriores, das limitações das ações diplomáticas, porque, em verdade, se trata de um processo que está na Justiça americana.

A família da jovem alega que o Sr. Patrick Joseph é denunciado em uma lista de supostos abusadores sexuais e que, com isso, a jovem Amy estaria em uma situação de risco, de insegurança, o que reforça a defesa da família de que a guarda possa retornar à mãe dela, à família materna.

Então, sem mais delongas, vamos passar a palavra à Drª Kátia, para que ela possa fazer uma narrativa inclusive mais completa daquilo a que eu estou me referindo nesse momento, e também de que maneira ela entende que o Senado Federal, as autoridades federais brasileiras, os movimentos de direitos humanos podem ajudá-la a encontrar uma solução que seja positiva para a criança e para sua família.

Tem a palavra a Drª Kátia, por 10 minutos inicialmente, mas fique à vontade para usar o tempo que for necessário para esses esclarecimentos.

A SRª KÁTIA ALBUQUERQUE – Bom dia a todas as autoridades presentes e a todos os demais que estão aqui.

De antemão, eu quero dizer que não sou afeita a falar em público, embora seja advogada, mas as minhas atuações eram em audiências.

Eu quero agradecer a presença de todos. Quero agradecer também aos esforços e todos os empenhos que foram encetados até hoje em favor da Amy, que é a primeira e única causa de estarmos aqui agora, eu principalmente.

Por favor, também levem em consideração que estamos nesta luta não é de hoje, não é do ano passado, mas desde 2007. No dia 8 de novembro de 2007, estivemos em busca da cidadania brasileira da Amy, em Miami, e, naquela ocasião não nos possível, não nos foi oportunizada em razão de questões de documentos.

Amy nasceu em Miami. Durante a gravidez, Amy não teve o apoio desse biológico genitor e só veio a ter contato com ele após uma decisão judicial em que ele conseguiu visitas não supervisionadas, embora ele seja, não é suposto, ele é um *sexual offender*, registrado da Flórida, portanto está, para quem interessar, no Google, basta colocar o nome, o registro dele como tal.

Em 2010, quando Amy esteve em visitas não supervisionadas com esse senhor, ela apresentou queixas, ela apresentou comportamentos que dizem de uma criança abusada. Ela teve acompanhamento psicológico na época, por uma cidadã americana, mas também uma cidadã brasileira, a Drª Karina Lapa, que é pernambucana e que foi encontrada por meio de uma reportagem em que se apresentou como uma pessoa atuante nesses feitos, em termos psicológicos.

Então, tão logo tivemos conhecimento, foram procuradas todas as autoridades. Inclusive há um documento que fala do acontecido, como também há sem respostas, porque nenhuma das nossas indagações e em nenhuma das nossas batalhas junto à Justiça tivemos êxito. Uma roupa foi enviada para perícia, roupa da criança, e até não foi feita essa perícia, nem nos foi dada resposta alguma.

Logo após esses acontecimentos, esses fatos, as visitas passaram a ser supervisionadas a esse senhor, para, em seguida, ele novamente ter as visitas não supervisionadas: ele podia levar a criança no meio da semana e em todos os finais de semana.

Nessa ocasião, para proteger a filha, salvaguardar os direitos da criança, ela se ausentou sem autorização judicial, o que era exigido para que ela se ausentasse do Estado da Flórida. Ela se ausentou da Flórida e foi para o Texas, onde permaneceu na cidade de Brownsville de 2011 até 2014, quando foi encontrada, presa, e a filha entregue ao Estado do Texas, em janeiro de 2014. No dia 3 de abril de 2014, ela foi entregue, desta vez, com a guarda exclusiva ao genitor biológico, que levou a criança para a Flórida. Nessa ocasião, Karla já estava livre e também retornou à Flórida para continuar em busca de justiça.

Quero esclarecer que, quando esteve na cidade de Brownsville, no Texas, Karla esteve todo o tempo trabalhando – inclusive trabalhou no aeroporto, em contato com o público. Ela não esteve em algum lugar escondida; ela tinha uma vida social intensa, frequentando igrejas e todos os ambientes sociais, tendo o apoio de uma família que conheceu ao chegar ao Texas. Essa família apresentou-a todas as principais autoridades da cidade, inclusive policiais. Karla apresentou toda sua documentação, e essas autoridades a acolheram e ampararam; e não reportaram... Se alguém haveria de ser penalizado, então, seriam as autoridades da cidade, que sabiam... Ela teve assistência médica e assistência psicológica nessa cidade – não só a mãe, como a filha também. Acrescento que a mãe esteve também sob atendimento psicológico quando estava na Flórida, quando esteve no Texas. Agora, na Flórida, ela continua tendo.

Então, eu gostaria de solicitar, pedir, clamar e conclamar a todas as autoridades aqui presentes, afora todas as outras com quem estivemos em contato... Acredito que só faltou irmos ao Papa, e, se preciso for, nós iremos, porque a autoridades eclesiásticas da Igreja Católica nós fomos em Pernambuco. Eu estive com a autoridade maior lá. Com autoridades religiosas e outras denominações evangélicas, porque sou de uma linha ecumênica, mas a Karla e a Amy são evangélicas; Amy era uma criança que louvava na igreja.

Nós conclamamos a todos que possam ajudar de todas as formas possíveis, não aguardando, como foi dito por alguém em algum momento muito infeliz, que haja um fato novo – o que se dizia e o que se presume ser um novo abuso.

Nós sabemos que, após um ano em mãos desse biológico genitor, ela provavelmente está sendo de novo alvo, porque não há cura, não há ressocialização para uma pessoa que tem um perfil de pedófilo. Eu não acredito em cura, eu não acredito em ressocialização porque não vi nenhum caso que assim o seja.

Esse cidadão se encontra... Ele é um *cityzen* e assim é que ele está sendo tratado. Ele é filho de um policial aposentado, e Karla é uma brasileira pobre, mas digna.

O crime ou o suposto crime que ela poderia ter cometido seria a salvaguarda do direito da filha, o que ela vai continuar fazendo. Ela não pode se ausentar da Flórida porque está sob condicional. Ela não virá para o Brasil, porque, mesmo que quisesse, eu não aceitaria.

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA ALBUQUERQUE – Eu estou aqui para isso. Amy precisa da nossa ajuda. Nós continuaremos clamando, lutando, pedindo, implorando, reclamando. Nós faríamos tudo de novo, e faremos muito mais, se for preciso.

Era isso o que eu tinha a dizer. E sou grata a todos, de antemão, por qualquer ato que venha em favor da Amy.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Obrigado à Drª Kátia Albuquerque, avó de Amy Galvin.

Nós agora vamos ouvir o Dr. George Lima, que é Coordenador-Geral da Autoridade Central Administrativa Federal da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. GEORGE LIMA – Muito bom dia a todos e a todas! Eu quero agradecer o convite do Senador Humberto Costa para que nós estivéssemos aqui nesta audiência pública. Quero cumprimentar as demais pessoas que integram esta Mesa, a Srª Kátia Albuquerque, o Dr. Fabrício, o Dr. Arnaldo, a Ministra Luiza do Ministério de Relações Exteriores.

Excelência, eu vou fazer uma breve explicação sobre o papel da Autoridade Central Administrativa Federal, que é um órgão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e que atua em casos muito semelhantes ao que foi descrito agora pela Drª Kátia.

A Autoridade Central é um órgão que foi designado por um decreto da Presidência da República para atuar em casos de subtração internacional de crianças.

A subtração internacional de crianças está prevista na Convenção de Haia de 1980 sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças. Esta Convenção hoje é ratificada por 93 países. Ela foi assinada em 1980, mas passaram-se 20 anos até a sua conclusão.

Esta Convenção trata sobre subtração internacional de crianças, e essa subtração ocorre quando uma criança é deslocada ilicitamente de um país em que ela detinha residência habitual para um outro país.

E por que os países concordaram que esse fato, esse ato de levar uma criança do seu país de residência habitual para outro deveria ser um ato ilícito? Isso porque a Comunidade Internacional concorda, e os termos do tratado trazem nesse sentido, que o juiz que deve julgar todas as questões relacionadas à guarda da criança é o juiz da residência habitual da criança.

No âmbito da proteção dos direitos da criança, temos: por que é o juiz da residência habitual o competente para julgar as questões da guarda? Porque é esse juiz, que está na residência, no local de residência da criança, que está próximo do contexto em que vive a criança: da escola, dos amigos, da comunidade, dos médicos, do psicólogo. São diversos atores em torno da criança que podem contribuir para a definição da guarda, de quem deve ficar com a guarda da criança quando esse é o litígio.

A Convenção estabelece que, quando a criança é retirada de um local, da sua residência habitual, e levada para outro país, há então a subtração internacional de crianças, e os países precisam cooperar para a devolução, o retorno dessa criança para o seu país de residência habitual.

Este é o trabalho que nós realizamos hoje: o de cooperar com os demais países, tanto para o retorno das crianças trazidas ilicitamente para o Brasil como também para trazer de volta ao Brasil crianças levadas ilicitamente daqui.

Hoje, só para se ter uma ideia, em termos de números, há mais ou menos 395 casos de subtração internacional em trâmite na Autoridade Central Administrativa Federal. Desses 395 casos, eu não tenho o número exato aqui, mas em torno de 30% são de crianças levadas do Brasil para o exterior ilicitamente; os outros 70% são de crianças trazidas ilicitamente para o Brasil. Muitos desses casos também se relacionam com o direito de visitas, que é um dos artigos da Convenção, mas eu não vou me deter nesse tema, vou focar na questão da subtração.

Quando os países cooperam pelo retorno da criança, cooperam no sentido de que a criança deve ser retornada para o seu país de residência habitual para que lá o juiz competente possa tomar as decisões sobre a questão da guarda.

Então, vejam, hoje, desses 395 casos, mais ou menos, eu posso afirmar com bastante segurança que 90% dos casos, talvez um pouquinho menos, de subtração envolvem casamentos entre brasileiros e estrangeiros. É um contexto dentro da migração brasileira, basicamente de brasileiros e brasileiras que deixam o Brasil para viver no exterior e que se relacionam com estrangeiros. Em determinado momento da vida, o casamento acaba se deteriorando e a parte brasileira decide voltar para o Brasil com a criança, muitas vezes em violação ao direito da guarda do outro genitor, que permanece no exterior. Esses são os casos que nós temos hoje. É um caso que se assemelha e muito àquele de que estamos tratando aqui, da Amy Galvin. Neste caso, há uma situação em que o pai é americano e a mãe é brasileira, e a criança tem dupla nacionalidade. Mas é importante esclarecer que este caso específico não se enquadraria, pelo menos em princípio, na Convenção da Haia de 1980, porque não houve a transferência do país de residência habitual para outro país, que é o que faria enquadrar no art. 3º da Convenção.

Nós temos aqui um caso, como já foi dito tanto pela Drª Kátia como pelo Senador Presidente desta Comissão, em que a residência da criança era no Estado da Flórida. Em sendo o Estado da Flórida o estado de residência habitual da criança, o juízo competente para julgar as questões da guarda é o juiz do Estado da Flórida. Isso à luz da Convenção da Haia. Entretanto, isso não quer dizer que as autoridades brasileiras não possam atuar no caso. O fato de não se aplicar a Convenção da Haia neste caso específico não quer dizer que as autoridades brasileiras não tenham autonomia e competência para atuar no caso. Acontece que a autonomia e o mandato que as autoridades brasileiras têm para atuar no caso são limitados porque é outra jurisdição.

O entendimento da Autoridade Central é de que o principal para que o caso seja solucionado, a melhor saída talvez seria haver uma cooperação direta entre as autoridades brasileiras e as autoridades americanas, porque nós precisamos conhecer a situação atual da criança, que já está há algum tempo com o genitor, isso é importante saber: em que situação ela se encontra, se os direitos dela estão sendo garantidos; isso é primordial e urgente, é o primeiro passo. E o segundo é que haja cooperação das autoridades brasileiras de forma direta com as autoridades americanas.

O que é importante que nós tenhamos em mente é que, por ser uma jurisdição diferente, qualquer cooperação que o Brasil possa ter com as autoridades americanas não poderá incidir diretamente na decisão que será tomada pelo juízo competente, porque é uma jurisdição estrangeira. Nós estamos tratando aqui da soberania de outro país. O Brasil é um País soberano, nós temos juízes brasileiros – e, depois, eu imagino, o Dr. Fabrício deva colocar essas questões também em nome do CNJ –, mas a jurisdição brasileira também é soberana e nenhum outro país poderá incidir diretamente sobre as decisões que são tomadas no exercício da jurisdição pelos magistrados brasileiros. É claro que apesar desse contexto de soberania entre os Estados, em que os Estados Unidos da América são um país soberano e o Brasil é um país soberano, e, dentro dos princípios das relações internacionais não possa haver intervenção de um país com outro, não quer dizer que nós devamos ficar inertes em relação à situação da criança.

Portanto, não sendo cabível a cooperação no âmbito da Convenção da Haia.

(Soa a campainha.)

O SR. GEORGE LIMA – Portanto, não sendo cabível a cooperação no âmbito da Convenção da Haia – eu já estou concluindo, Presidente –, não sendo o caso da aplicação da Convenção da Haia nessa situação em específico, eu imagino que o ideal seria uma cooperação direta.

Nós temos outros casos em que nós conseguimos atuar nesse sentido, e eu vou dar um exemplo para ilustrar. Nós temos situações de crianças brasileiras que foram adotadas para outros países, e também para os Estados Unidos, em que os pais adotivos não seguiram o rito da adoção internacional. E o fato de esses pais brasileiros, brasileiros e americanos, nós temos situações nas duas vertentes, nas duas modalidades, nessa situação em que não se segue o rito correto da adoção internacional, porque a criança está indo morar em outro país, mais para frente essa criança enfrenta um problema para permanecer nos Estados Unidos, por exemplo, onde há regras muito rígidas no âmbito da imigração.

E o que nós fizemos nessa situação? Nós, da Autoridade Central, cuidamos também de uma convenção, que é a Convenção da Haia de 1993, sobre a adoção internacional. E, como o rito não seguiu no caminho da adoção internacional, a criança corria o risco, por exemplo, de ser deportada para o Brasil, porque era uma cidadã brasileira, não tinha cidadania americana e a situação era irregular porque não se seguiu o rito da adoção internacional. O que nós fizemos foi cooperar com as autoridades, mas aí diretamente, conversando com as autoridades americanas tanto do USCIS, que é um órgão americano do Departament of Homeland Security, que significa da segurança interna dos Estados Unidos e que cuida das questões migratórias, para que todo o rito que deveria ter sido cumprido fosse esclarecido. Então, nós conseguimos dizer que a adoção foi concluída no Brasil; ela é irrevogável; os pais biológicos ou concordaram com a adoção ou tiveram o poder parental terminado. Portanto, todos os ritos, todas as questões que eram suscitadas pelas autoridades americanas foram cumpridas, mesmo o rito inicial não tendo sido cumprido, e nós conseguimos que a criança permanecesse nos Estados Unidos com os pais. Não houve, na verdade, dolo no processo de adoção, apenas o rito escolhido é que não deveria ter sido daquela forma.

Nesses casos – não foi apenas um, foram alguns, porque é comum que haja certa confusão no processo, é um processo realmente muito complexo –, nós conseguimos solucionar o problema, e nós não infringimos na soberania dos Estados Unidos e nem os americanos incidiram na soberania brasileira.

Em suma, o que eu quero dizer é que, em que pese nós não podermos incidir diretamente na decisão americana, é importante que as autoridades possam cooperar, para que a gente possa garantir o direito dessa criança de estar num ambiente livre de qualquer tipo de violência – isso é extremamente importante – e, principalmente, que ela tenha acesso à sua mãe e também ao seu pai, se a autoridade judiciária considerar que isso atende ao seu melhor interesse, desde que, como eu já comentei, mas gostaria de ressaltar, essa criança seja inserida num ambiente totalmente livre de violência.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Agradeço, aqui, ao Dr. George Lima, que representa a Autoridade Central Administrativa Federal da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Eu gostaria de passar a palavra, agora, à Ministra Luiza Lopes da Silva, do Ministério das Relações Exteriores.

A SRª LUIZA LOPES DA SILVA – Obrigada.

Exmo Senador Humberto Costa, Srª Kátia Albuquerque e demais membros da Mesa, eu gostaria de, em primeiro lugar, manifestar a solidariedade do Itamaraty para com o drama que vem sendo vivido pela família Albuquerque. Nós somos muito sensíveis às dificuldades enfrentadas pelos nossos brasileiros no exterior.

Dito isso, eu preciso, com toda franqueza, dizer que casos dessa natureza, que envolvem a guarda e a subtração de menores de nacionalidade brasileira no exterior, são dos maiores desafios enfrentados pela assistência consular brasileira, porque, como bem disse o nosso colega George Lima, nós temos limitações muito claras à nossa atuação em situações que envolvem disputa judicial e subtração de menores no exterior. A nossa competência é extremamente limitada. Isso não quer dizer, exatamente como disse o George, que nós nos abstenhamos de intervir. Não. Nós costumamos intervir nos casos, mas a verdade é a seguinte: o que quer que nós possamos fazer, o que quer que a nossa rede consular possa fazer não atende às expectativas dos genitores brasileiros, que se sentem vitimados nessas situações.

O que eles querem, lógico, é o retorno da criança, de preferência a guarda integral e o direito de trazer para o Brasil, e isso nós não temos condição de garantir. Nós podemos prestar assistência, fazer visitas, acompanhar as audiências, verificar a situação pessoal e jurídica. É um apoio que nós damos, mas nós não conseguimos resolver a situação, nós não conseguimos interferir na decisão dos judiciários norte-americano, alemão, sueco, suíço, norueguês – eu estou citando países em que nós temos casos dessa natureza. É frustrante para os genitores brasileiros e é frustrante para nós também, porque as expectativas em cima dos órgãos do Governo

brasileiro e do Itamaraty, da nossa assistência consular, não são realistas. Espera-se que nós tenhamos uma atuação que extrapola nossa competência e isso, para nós, é muito frustrante.

Então, no caso da Amy Galvin, nós temos procurado prestar toda assistência possível e está muito aquém do desejo da família, nós sabemos disso. Nós não temos condição de garantir que o judiciário e as autoridades americanas constatem que houve abuso sexual por parte do pai biológico, uma vez que, após várias investigações, as autoridades americanas não encontraram nenhuma prova.

Então, esse é o principal argumento da Karla Janine – de que ela retirou a menor para deixá-la livre do genitor americano, por questões de abuso –, mas as autoridades americanas, a quem cabe fazer essa investigação e chegar a alguma constatação, não chegaram a essa conclusão. Então, o principal argumento caiu por terra e todo o caso... Correu o seu processo normal, no judiciário e junto às autoridades americanas competentes, de outra forma. Ele correu verificando um caso de subtração não internacional, porém doméstica, de uma menor, que foi retirada da possibilidade de convívio do pai.

É assim que as autoridades americanas vêm o caso, foi assim que o caso da Karla foi tratado pelas autoridades americanas. E nós não conseguimos. Nós adoraríamos poder intervir, poder ter uma atuação decisiva, claro, adoraríamos, mas não podemos ter. Então, o que fazemos é paliativo, é acompanhar, é prestar apoio. Sentimos que a Karla se afastou do Consulado, em Miami, do nosso assessor jurídico, quando viu que, por mais que pudéssemos fazer, não teríamos como garantir a decisão que ela deseja. Isso não impede que continuemos acompanhando o caso.

Devo dizer que o parecer do nosso assessor jurídico na Flórida não é o que todos gostaríamos de ouvir. O parecer dele é que as perspectivas são as seguintes: a Karla deveria, segundo nosso assessor jurídico, buscar reconquistar a confiança da corte americana, para, com o tempo, obter direito de visita sem supervisão. Hoje, ela tem direito de visita supervisionada, o que sabemos ser extremamente constrangedor para uma mãe visitar seu filho, seus filhos, com assistente social estrangeiro observando, criticando, tomando notas, pois se perde toda a liberdade, toda a espontaneidade. São visitas bastante difíceis para os pais. Já ouvimos vários relatos. Mas essas são as regras norte-americanas.

Então, uma vez conquistada a guarda, a médio prazo, haveria a possibilidade de a Karla pleitear judicialmente, junto às autoridades americanas, a guarda compartilhada da Amy. Essa é a perspectiva a médio prazo e, segundo o nosso assessor jurídico, esse é o cenário possível. A menos que surja um fato novo com relação ao pai biológico, não vemos outra alternativa. Não conseguimos interferir, já tentamos, dentro das nossas limitações, mas sabemos muito bem como isso é mal aceito.

Eu gostaria de dizer que, segundo o assessor jurídico, o caso tem sido encaminhado de forma correta pelas autoridades americanas. Nós temos certeza de que qualquer intervenção política por parte do Governo brasileiro, além de contrária ao Direito Internacional, poderia ser infrutífera, inclusive poderia ser contraproducente, mostrando uma tentativa irrealista do Governo brasileiro de intervir num caso sobre o qual não temos elementos que nos embasem para fazer um protesto.

Dito isso, esse é o caso da Amy Galvin. Pensando grande, acabamos de realizar, na semana passada, a primeira conferência sobre questões de gênero na imigração brasileira, inclusive tivemos a participação da Autoridade Central, do Ministério da Justiça, da Secretaria de Política para as Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos, Defensoria Pública, Advocacia-Geral da União. Um dos temas dessa conferência que reuniu 30 lideranças brasileiras no exterior foi questão de subtração de menores e guarda no exterior. Houve um consenso geral, inclusive houve representantes de países onde temos casos graves, como países escandinavos, Alemanha, Estados Unidos. Esse problema de guarda, em casos de casamentos mistos desfeitos, e desfeitos com uma grande dose de tensão e beligerância por parte de ambos, nós sabemos que, quando um divórcio é amistoso, o problema da guarda é resolvido de outra forma, é um problema muito comum na nossa comunidade no exterior. Está no nosso horizonte, e a nossa rede consular em países, sobretudo na Europa Ocidental e Estados Unidos, vivencia muito frequentemente.

O que nos propusemos a fazer, já não sobre casos específicos, mas pensando no geral, é um esforço muito grande para fazer campanhas de esclarecimento junto a nossa comunidade brasileira sobre o que é a Convenção da Haia. O que acontece se alguém subtrair um menor e trouxer para o Brasil. Não é o caso da Amy, mas é o caso de dezenas de outros, como o George mencionou.

Há uma expectativa de que trazendo um menor de nacionalidade brasileira para o Brasil, as autoridades brasileiras darão refúgio, abrigo, proteção e não mandarão de volta. É uma expectativa de que aqui seja o porto seguro desse menor brasileiro.

O George explicou muito bem que não é assim que funciona a Convenção da Haia. A Convenção da Haia não leva em conta a nacionalidade do menor.

(Soa a campainha.)

A SRª LUIZA LOPES DA SILVA – Estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone*.) – Essa campainha, passados nove minutos, necessariamente ela toca. Mas V. Exª ainda tem tempo.

A SRª LUIZA LOPES DA SILVA – Obrigada.

Então, se o país de residência de um menor brasileiro é na Suécia, ele será devolvido para a Suécia, como acabamos de ter um caso mês atrás de devolução para a Suécia. Então é assim que funciona.

A expectativa dos genitores brasileiros se baseia no desconhecimento dos meandros dessa Convenção e da prática da nossa atuação.

Então, nós nos dispusemos – e vamos começar esse trabalho nessa semana, já temos a primeira reunião de segmento marcada para quinta-feira – a fazer primeiro o material didático e muito claro sobre o que o Governo brasileiro pode e não pode fazer, para que as famílias sejam vítimas de casos como a Convenção da Haia e também o caso da Amy, que, embora, não envolva a Convenção da Haia na falta de uma subtração internacional, terá dificuldades e procedimentos muito semelhantes, para que elas saibam qual o caminho a não ser seguido. Que recursos serão desperdiçados buscando caminhos que não são viáveis e quais são os caminhos viáveis. Infelizmente, essa é a realidade. Nós gostaríamos de aqui ter uma palavra de maior conforto, de fazer uma promessa, mas seria, eu devo dizer, leviana, fazermos qualquer promessa de que o Governo brasileiro vai intervir e vai conseguir reaver a guarda da criança. Não vai, infelizmente.

O que nós podemos fazer aqui é manifestar a nossa total disposição de acompanhar Família Albuquerque ao longo de todas as dificuldades. Caso a Karla queira se reaproximar do Consulado em Miami, nosso Consulado está absolutamente à disposição, nosso assessor jurídico, mas dentro de todas as limitações mencionadas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Agradeço à Ministra Luiza Lopes da Silva, que aqui falou em nome do Ministério das Relações Exteriores.

De imediato, convido o Juiz Federal Fabrício Bittencourt da Cruz, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, para que possa discorrer sobre o tema também.

O SR. FABRÍCIO BITTENCOURT DA CRUZ – Exmo Senador Humberto Costa; Srª Kátia Albuquerque; Sr. George Lima, Coordenador Geral da Autoridade Central Administrativa Federal da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministra Luiza Lopes da Silva, do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Arnaldo José Alves Silveira, representante da Secretaria Nacional da Justiça do Ministério Justiça; senhoras e senhores, bom dia a todos.

Ao tempo em que agradeço a oportunidade de estar aqui nesta Mesa, eu diria que a minha fala terá duas vertentes: uma, institucional, na qualidade de representante de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça; e a outra, na qualidade de Juiz Federal e, naturalmente, o destinatário das demandas que envolvem a aplicação da Convenção da Haia sobre o sequestro ou subtração internacional de criança.

E nessa minha segunda fala, eu a direciono especialmente à Srª Kátia, com o objetivo de transmitir um pouco da nossa experiência e daquilo que nós vislumbramos que possa, em tese, ser possível.

Em termos institucionais, e aqui falando na qualidade de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, assim como o Sr. George o fez, eu explico um pouco sobre o papel do Conselho Nacional de Justiça, especialmente nessa questão que envolve a aplicação da Haia.

O CNJ, neste ano, celebrando os dez anos de existência, é uma instituição administrativa que, ao lado, a par das funções correcionais que todos nós conhecemos, o CNJ também tem duas funções: uma, delas a estratégica, e outra, de planejamento no Poder Judiciário.

Na linha de planejamento estratégico, o CNJ dispõe, por Regimento Interno, da possibilidade de estabelecer normativas, que nós chamamos de resoluções, direcionadas especialmente aos magistrados brasileiros. E, na linha das resoluções, o próprio CNJ tem seus limites quando o assunto é a independência do magistrado, porque o pano de fundo nada mais é do que a independência do próprio Poder Judiciário.

Então, para nós, no Conselho Nacional de Justiça, se, por um lado, pode-se normatizar, regulamentar, indicar caminhos a serem seguidos por magistrados, no País, por outro, o CNJ tem seus limites com relação àquilo que nós chamamos de atividade eminentemente jurisdicional, forte na independência do Judiciário. Isso porque – todos nós aqui sabemos – sem um Judiciário independente, sem um Judiciário forte, dificilmente consigamos a manutenção, a longo prazo, do Estado democrático de direito. E nessa linha, também faz sentido para nós respeitarmos a independência de um Poder Judiciário estrangeiro.

Essa é a minha fala introdutória com relação à atuação do CNJ. Eu também ressaltaria um acordo que o Presidente Lewandowski celebrou com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na se-

mana que se passou, na terça-feira passada, cedendo à Secretaria de Direitos Humanos um sistema chamado Processo Judicial Eletrônico, que, a partir da cessão, passa a se chamar Processo Administrativo Eletrônico. E essa cessão foi celebrada com um objetivo muito simples: proporcionar mais agilidade a todo e qualquer caso que envolva a aplicação da Convenção da Haia sobre subtração de criança.

Isso por quê? Porque, no dia a dia – e George teria plenas condições de chancelar essa observação –, a maior dificuldade dos países signatários é proporcionar a aplicação da Convenção com a maior agilidade possível, porque o tempo corre contra todos os interesses dos envolvidos. E o Processo Eletrônico, na medida em que as pessoas podem participar dessa instrução onde quer que estejam, no mundo, pareceu uma solução tecnológica muito bem-vinda.

Bom, agora falo como Magistrado Federal. E, nessa condição, eu, primeiro, digo que a impressão que tenho, Srª Kátia, é que, se a sua filha tivesse cruzado a fronteira dos Estados Unidos, nós em tese teríamos uma pequena possibilidade de discutir a situação. Isso porque a Convenção da Haia, em seu art. 13, alínea "b", diz o seguinte:

> Artigo 13 – Sem prejuízo das disposições contidas no Artigo anterior, a autoridade judicial ou administrativa do Estado requerido não é obrigada a ordenar o retorno da criança se a pessoa, (...)
> b) que existe um risco grave de a criança, no seu retorno, ficar sujeita a perigos de ordem física ou psíquica, ou, de qualquer outro modo, ficar numa situação intolerável.

Eu disse em tese, porque nós não temos aqui o processo, não temos aqui os detalhes do caso que foi julgado, que está sendo analisado nos Estados Unidos. Mas seria, digamos assim, um benefício ter cruzado a fronteira e ter essa possibilidade de discutir.

De todo modo, pela experiência que tenho ao já ter julgado causas com base na Convenção da Haia, a maior dificuldade não é o retorno ou não da criança, a maior dificuldade é depois decidir com quem a criança fica. Isso porque, com base na Convenção da Haia, as distâncias transcontinentais permanecem. O pai ou a mãe em países diferentes; enfim, no caso específico, nós teríamos 10 mil quilômetros de distância. Então, aí, seria um aspecto muito negativo para a própria Amy. Quer dizer, decidido onde fica, como fica a questão de relacionamento com o pai ou com a mãe. Então, esse seria um aspecto muito negativo.

Como a Ministra Luiza Lopes da Silva já mencionou, a alternativa que eu sugeriria seria a busca de apoio das nossas autoridades internacionais. E já existe inclusive o parecer no sentido da impossibilidade de atuação perante as autoridades estrangeiras, como a família pretende.

Essa sugestão do parecer do Ministério das Relações Exteriores no sentido da reconquista da confiança por parte da sua filha e a busca da guarda compartilhada a médio prazo, talvez seja a melhor das soluções. Porque hoje ela não se apresenta como adequada, mas, pelo menos, há esse horizonte, especialmente porque sua filha ainda está nos Estados Unidos. Esse é um ponto que eu chamarei a atenção: ela não saiu dos Estados Unidos, ela não está proibida de ingressar nos Estados Unidos da América. Ela continua na Flórida, certo que em liberdade condicional, mas horizontes mais amenos podem se descortinar a médio prazo.

Então, eu faria coro à observação da Ministra Luiza Lopes da Silva. E, no aspecto jurisdicional, lhe falando como Juiz Federal destinatário dessas questões especificamente da Haia, realmente seria muito difícil que a República Federativa do Brasil intercedesse definitivamente a ponto de alterar decisões judiciais americanas.

Pelo o que tudo indica, a Justiça americana já está colhendo muitas provas, enfim, nós não temos acesso a esse processo, mas seria uma opinião, não um julgamento, de Juiz aqui, uma opinião, ouvindo e tentando, na medida das minhas possibilidades, lhe trazer uma notícia um pouco mais amena.

A SRª KÁTIA ALBUQUERQUE – Nós reabrimos o caso, que não foi julgado o mérito. Não foram consideradas as provas. Nada foi considerado. Nós tivemos uma péssima atuação da defesa. Nós, praticamente, não tivemos advogado, em razão de que nós não temos condições financeiras. Mas nós tínhamos o que nos foi possível.

Só isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu agradeço aqui a participação do Dr. Fabrício Bittencourt, do Conselho Nacional de Justiça.

E, de imediato, eu passo a palavra ao Sr. Arnaldo José Alves Silveira, representante da Secretaria Nacional de Justiça.

O SR. ARNALDO JOSÉ ALVES SILVEIRA – Muito bom dia a todos e a todas!

Muito obrigado, Excelência, Senador Humberto Costa; a nossa saudação a Srª Kátia Albuquerque; ao Dr. George Lima, Coordenador Geral da Acaf, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; a

Ministra Luiza Lopes da Silva, do Ministério das Relações Exteriores; S. Exª o Sr. Juiz Federal e Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Dr. Fabrício Bittencourt da Cruz.

Primeiro, agradecer muito a oportunidade de estarmos aqui e podermos aqui expressar, em nome do Secretário Nacional de Justiça, Dr. Beto Vasconcelos, a posição do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, onde exerço o cargo de Coordenador Geral de Cooperação Jurídica Internacional.

Bom, entre outras competências, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional tem competência para atuar como autoridade central para cooperação jurídica internacional, em matéria civil e em matéria penal. Especificamente na matéria civil, que está aqui sendo tratada hoje, o Departamento tem competência para atuar como autoridade central em todos os casos em que existam tratados para Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil, e vigentes no Brasil, e também nos casos em que não existam tratados vigentes.

As duas exceções são os três tratados, que são responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos, que o Dr. George já explicou, e a Convenção de Nova Iorque, para prestação internacional de alimentos, que é responsabilidade da Procuradoria Geral da República.

Entre esses tratados, existe uma convenção, também da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, chamada Convenção da Haia de Acesso Internacional à Justiça. Trata-se da abertura que os países fazem uns aos outros, e aí, no caso, o Brasil e outros 30 países signatários, para fornecer, aos estrangeiros, em seu território, a mesma condição de litigar que é dada aos seus nacionais residentes e também aos estrangeiros que estejam no exterior, por meio de solicitações feitas por intermédio das respectivas autoridades centrais.

Esta Convenção não se aplica aos Estados Unidos da América, e, portanto, não se aplica ao caso Amy Galvin, porque os Estados Unidos da América não são parte dessa Convenção. Neste caso específico, então, o que cabe é o apoio consular, que tem sido feito, conforme bem relatou a Ministra Luiza.

Várias outras convenções também estão sob responsabilidade da nossa Autoridade Central, e essas convenções têm, basicamente, o condão de garantir que as fronteiras não impeçam o exercício de direitos.

Essa é a tônica do trabalho como Autoridade Central em Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional. Repito: fazer com que as fronteiras não impeçam o exercício de direitos.

É claro que, além desse mandato maior que nós temos, de fazer com as fronteiras não impeçam o exercício de direitos, é importante respeitar também as fronteiras de cada um dos países e a jurisdição e a soberania de cada um desses países. Quer dizer, no caso específico que nós estamos aqui analisando, trata-se de um caso cuja jurisdição é dos Estados Unidos da América. É um caso que todo o desenvolvimento dele se deu no âmbito daquele país, e que, portanto, não cabe à Cooperação Jurídica Internacional, que é aquilo em que nós temos competência para atuar, que, em poucas palavras, pode ser descrito como um pedido da Justiça de um país à Justiça do outro país.

Então, no caso específico, não se vislumbra no momento, mas caso exista um pedido do Judiciário brasileiro a ser feito ao judiciário dos Estados Unidos da América, esse pedido, se não se enquadrar nas três Convenções que são operacionalizadas pela Secretaria de Direitos Humanos ou naquela que é operacionalizada pela Procuradoria Geral da República, e todos os casos das demais Convenções, ou caso não haja convenção aplicável, será feito, então, por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça.

Vamos dar aqui alguns exemplos desses quase mil casos que tramitam mensalmente pela Secretaria Nacional de Justiça. São casos, por exemplo, de mães, cujos pais estão no exterior, mães que estão no Brasil e cujos pais estão no exterior, e que precisam de pensão alimentícia. Essas mães vão fazer a sua solicitação ao Judiciário brasileiro e esse pedido vai ser canalizado ao exterior por meio da Secretaria Nacional de Justiça, que vai fazer um exame dessa documentação para verificar se, tal como se encontra aquela documentação, ela tem condição de ser plenamente atendida no exterior e da maneira mais rápida e mais efetiva possível.

Além dessas convenções que já estão em vigor, e de atuar também nos casos em que não há convenção em vigor, tem sido feito um trabalho com a parceria importantíssima do Ministério das Relações Exteriores e com a decisiva colaboração do Poder Legislativo brasileiro, um trabalho para ampliar as bases jurídicas para o exercício de direitos dos brasileiros na seara internacional.

Então, diversas convenções hoje estão prestes a entrar em vigor. Eu cito, como exemplo importante, que está neste momento no Legislativo para apreciação, a Convenção da Haia para Prestação Internacional de alimentos, que também vai facilitar muito os casos das mães brasileiras que precisam de prestação alimentícia de pais que estão no exterior, e vice-versa, o Brasil também, claro, abre as suas portas para os casos que receba. É exemplo essa Convenção. A outra Convenção que tem muita importância nessa seara é a Convenção da Supressão da Exigência da Legalização de Documentos Estrangeiros, a Convenção da Apostila, também da

Conferência da Haia, que tem uma importância muito grande para facilitar essa cooperação entre os Poderes Judiciários do Brasil e do exterior.

Quero colocar aqui a Secretaria Nacional de Justiça inteiramente à disposição da família, e de outros que precisem do serviço que prestamos, e dizer que é muito importante que nós tenhamos em mente – repito – que as fronteiras não podem impedir o exercício dos direitos das pessoas. Mas, ao mesmo tempo, essas mesmas fronteiras têm que ser respeitadas nos casos em que não se vislumbre a possibilidade de atuação do judiciário de um outro país numa questão que se desenrole apenas no domínio do judiciário do país em que se encontre.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu quero agradecer aqui ao Dr. Arnaldo José Alves Silveira pela sua presença, sua participação, e, antes de dirigir algumas perguntas aos nossos ilustres convidados, eu gostaria de dar a palavra a duas pessoas que se encontram aqui, acompanhando a reunião, que fizeram solicitação. Então, eu vou passar a palavra à Drª Jacy Raduan-Berger, para que possa se pronunciar, se possível num prazo de cinco minutos. Caso contrário, pode se estender um pouco mais.

A SRª JACY RADUAN-BERGER – Bom dia!

Agradeço a palavra. Eu vou aproveitar e fazer uma pergunta. Eu sou uma mãe brasileira, dupla nacionalidade, brasileira e alemã, tenho duas crianças pequenas na Alemanha, perdi o contato com essas crianças quando as levei para uma viagem de visita para a Alemanha. Respondi, tive um processo da Convenção da Haia lá, que eu perdi. E, a partir daquele momento, tudo ficou muito pior. Os contatos foram suspensos, e eu fui perseguida na Alemanha, tive que deixar o país, e estou hoje três anos praticamente sem contato com as crianças, agora voltando a retomar os contatos, enfim. Diversas gestões foram feitas pelo Governo brasileiro, inclusive de diversos departamentos.

Da forma como a Ministra Luiza Lopes disse, a gente não fica satisfeito, porque o resultado não é aquele que a gente espera. Qual é o resultado que a gente espera quando perde um filho? É ter o filho de volta. Qual é o resultado que a gente espera quando o nosso filho é retido no exterior? É tê-lo de volta no Brasil, e a gente poder criar o nosso filho. E depois de tantos anos, cinco anos, eu ainda não tenho os meus filhos de volta. Daí passamos realmente a pensar como retomar os contatos, mas, lógico, que com grande rancor, depois de tanto tempo vendo os nossos filhos sofrerem, de como compartilhar uma guarda.

Em relação às cartas rogatórias, eu vejo que existe ainda um grande problema. Vou dar exemplo, então, do que eu conheço na prática Brasil e Alemanha. No meu caso, a Alemanha quis que fosse feita uma perícia no Brasil. A fez via ONG, não expediu carta rogatória para tanto, a Justiça brasileira expediu carta rogatória, uma, de busca e apreensão para o pai devolver a criança para mim, a outra para fazer uma perícia. As duas cartas rogatórias foram negadas pelo Ministério da Justiça alemão, e o Brasil fez o quê? Nada. E eu esperava que alguma resposta fosse dada, quando a atitude é essa. Não foi tratada da mesma forma que nós tratamos. Então, ali, eu gostaria de uma resposta, se possível.

Outro ponto: eu tenho percebido que o Brasil vem repatriando crianças. Independentemente se o autor da ação é pai ou mãe. O Brasil tem repatriado diversas crianças, já a Alemanha nunca repatriou uma criança para o Brasil. Simples assim: não repatria a criança, suspende, interrompe os contatos e vai em busca de alguma atitude para justificar tal fato. Dali eu também esperei que o Governo brasileiro tomasse alguma atitude num tribunal internacional, pelo fato de a Alemanha não ter cumprido a Convenção da Haia, em relação eventualmente ao Itamaraty, à Autoridade Central, para tomar alguma atitude.

Há alguns anos eu venho percebendo que o grande problema que o brasileiro passa no exterior é a falta de conhecimento jurídico. Quando a gente vai viver no exterior, principalmente nessa fase de faculdade, eu mesma fui para a Alemanha para fazer um mestrado, tinha pouquíssima noção do que era Direito Internacional, muito menos do que era o direito alemão, apesar de ter feito meu mestrado com base no direito alemão, por ser muito amplo. Então a gente sempre sofre aquela pressão, aí advogado tem que conhecer a lei, por que é que aconteceu isso com você. Então, é lógico que a situação é muito complicada. Depois é que eu fui passar a conhecer, a estudar outros casos e hoje ainda digo que existe uma lacuna muito grande no que diz respeito a conhecimento.

(Soa a campainha.)

A SRª JACY RADUAN-BERGER – Então, eu acho muito bom o Itamaraty estar fazendo apostila, dar conhecimento, deixar claro, principalmente para as mães brasileiras. Digo mãe porque, hoje em dia, são poucos os pais que acabam fazendo esse sequestro internacional, mas as mães brasileiras acabam sofrendo uma violência doméstica, física ou psicológica, e aí querem se ver livre daquela situação, não têm o amparo da Justiça estrangeira e vêm para o Brasil. Chegam aqui, a Justiça brasileira deve cumprir a Convenção da Haia, repatriar

a criança, e aí só fica pior para a criança. O maior interesse da criança não está sendo respeitado quando esse tipo de coisa acontece.

Então, antes disso, é dar conhecimento para as mães brasileiras de que essa viagem para o Brasil é um sequestro, a criança corre, realmente, o risco de ser devolvida, o que vai piorar muito a situação, mas, antes de tudo, dar também o amparo. Quando a gente busca resolver a situação, a gente procura o posto consular pedindo socorro, "estou nessa situação, preciso de ajuda, como proceder?", a gente precisaria, então, ter uma resposta mais rápida e, ali sim, efetiva.

E mais ainda, a prevenção. O Governo brasileiro tem feito muitos incentivos para o brasileiro ir para o exterior. No caso da Alemanha, temos o Ciência sem Fronteiras, diversos cursos, inclusive fora desse programa, com bolsa de estudos para a gente estudar na Alemanha; temos, agora, a aposentadoria Brasil e Alemanha, que facilitou que se aposente trabalhando nos dois países; temos a questão do trabalho, autorização para o brasileiro trabalhar na Alemanha, quer dizer, está muito fácil, está tudo facilitado para o brasileiro agora, "vá para a Alemanha estudar, que lá é ótimo, lindo e maravilhoso", mas ninguém contou pra gente que, na Alemanha, o estrangeiro perde o filho – não precisa ser brasileiro –, que existe, sim, um preconceito e que diversas crianças são tiradas diariamente das famílias dentro da Alemanha e são levadas para abrigos, para orfanatos. Isso ninguém conta pra gente, isso a gente descobre quando passa a ter o problema e quando é uma pessoa com instrução, que tem algum conhecimento jurídico, que sabe falar alemão, para perceber o que está acontecendo e começar, se tiver dinheiro, a se defender na Justiça. Porque, senão, nem essa chance a gente tem.

Então, acho que seria muito importante ser feito um trabalho preventivo, ver se realmente valem a pena esses incentivos que o Governo brasileiro está dando.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – O.k.

Muito obrigado, Srª Jacy Raduan-Berger.

Concedo a palavra à Srª Eliana Rodrigues-März para, novamente, retomarmos aqui a palavra para a Mesa.

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Muito bom dia!

Agradeço a oportunidade de me manifestar nesta audiência. Eu gostaria de fazer alguns comentários de tudo que ouvi.

Para quem ainda não conhece minha história, eu sou mãe de uma criança que agora tem 15 anos. Não vejo a minha filha há três anos. Ela foi repatriada. É uma criança com síndrome de Down, num processo que, dentro do Brasil, durou apenas 40 dias, e não se consideraram sequer as provas que estavam sem tradução dentro do processo. É um processo lamentável e, como eu digo, infelizmente, para o Brasil, na pressa em repatriar as crianças, 40 dias bastam, que foi o que durou o processo da minha filha. Mas, há três anos estou tentando na Justiça a reversão dessa sentença. Inclusive, somente agora, em dezembro passado, foi que consegui, no STJ, que houvesse uma sentença definitiva de que essas provas, que não foram consideradas, devem ser reavaliadas. Então, há uma discrepância muito grande entre a pressa de se satisfazer o pedido da repatriação estrangeira e a pressa de corrigir o malfeito. Isso é muito sério.

À parte isso tudo, eu gostaria de fazer, conforme eu disse, alguns comentários. Não sei se as pessoas da bancada poderiam me responder algumas curtas perguntas a cada um de vocês. Eu gostaria de começar pelo Dr. Fabrício Bittencourt, do CNJ. Naquilo que o senhor disse, Dr. Fabrício, a pergunta é: nesse processo de conseguirmos agilizar as questões de repatriação, de mudanças na aplicação da Convenção, será que o CNJ poderia começar um movimento, por exemplo, de alterar o tempo de tramitação, que se instaurassem novos tribunais que cuidassem de casos de Vara de Família? Porque o que temos hoje no Brasil, por exemplo, é essa dificuldade de que nossos processos estão no meio de tantos outros, e os nossos têm de ter uma prioridade, trata-se de crianças, trata-se de infância, e isso muda muito rapidamente. Em três anos que não vejo minha filha, naturalmente agora ela é uma adolescente, a situação é outra, e existe uma preocupação, do ponto de vista da alienação parental, que é inclusive prevista no nosso código de leis, que não deveria estar acontecendo.

Então, essa tramitação muito lenta é um dos problemas que eu gostaria, se o senhor acha que o CNJ poderia colaborar, de pedir ao senhor um esforço do CNJ nesse sentido, para que haja modificações.

Uma outra modificação seria a questão das garantias de visita, nessa orientação aos magistrados que lidam com essas questões, as garantias de visita antes que se repatriasse. Uma vez que somos signatários dessa Convenção, não se pode voltar atrás, mas pode-se orientar os magistrados para que antes da repatriação, nessa sentença, haja garantias para que o genitor que está sendo deixado tenha como prosseguir esse convívio. Não se trata de proteger o direito do genitor ou do pai que requeria a criança. Trata-se de proteger o direito da criança ao convívio com ambos os genitores, e isso não tem sido feito.

Com relação a essa cartilha, eu vi na internet que está havendo o preparo de uma cartilha por parte do CNJ, para orientação aos magistrados. Como está esse processo? Isso já está pronto, já está em andamento, o senhor tem notícia disso?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Muito obrigado à Srª Eliana März, que se pronunciou aqui.

Como eu não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Dr. Fabrício e ele já me comunicou que daqui a pouco vai precisar se ausentar, vou passar a palavra a ele para que ele possa se pronunciar sobre as colocações que...

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Perdão, Excelência, eu tinha ainda outras perguntas. Devo fazer à bancada toda e depois...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Prefiro que faça assim. Prefiro que faça assim, aí eu passo logo para ele e depois vou fazer as minhas e eles respondem a todas. Está certo?

No caso dele, é porque ele vai precisar sair.

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Porque eu acho importante também a questão do que foi dito pelo Sr. George Lima, da Acaf, essa questão das exceções do art. 13. Ele explicou muito bem a Convenção e a aplicação, mas não explicou a exceção do art. 13. Eu gostaria de perguntar a ele como nós vamos verificar que existe realmente a aplicação da exceção do art. 13 se as provas desses abusos ou dessas violências sofridas por essa mãe estrangeira não forem consideradas. Por exemplo, recentemente ele se pronunciou contrário a que haja laudos da Secretaria de Políticas para Mulheres na avaliação dessas provas. Então, se isso não existir, eu pergunto a ele como a gente vai conseguir provar que existem motivos para se enquadrar o processo nas exceções do art. 13?

Com relação a se imiscuir nos casos internacionais, a pergunta que fica é: nós tivemos recentemente o caso da Srª Roberta Santalucia que, infelizmente, está presa na Suécia, e isso porque a Acaf apresentou no processo, dentro do Judiciário, as garantias suecas de que a mãe não seria presa. Ou seja, houve, sim, uma intervenção, e pesada, da parte do governo sueco nesse processo. A mãe foi presa e, apesar de tudo, apesar de todos os nossos esforços, não houve sequer uma manifestação, por parte do Governo brasileiro, de repúdio. O governo sueco, infelizmente, assim que a mãe chegou a solo estrangeiro, eles prenderam essa mãe.

Então, além de se imiscuir, sim, no nosso Judiciário, não foi feita sequer uma nota de repúdio. Não dá para aceitar as coisas dessa forma, com esse discurso de que não podemos nos imiscuir no judiciário estrangeiro, uma vez que a recíproca não é verdadeira; e isso é muito sério. Por exemplo, ninguém garante numa sentença que a mãe não será presa quando chegar um momento de visita. Isso é muito sério, entende? Essas perguntas, para mim, com relação ao que o Sr. George Lima disse, estão muito em aberto.

A Ministra Luiza Lopes, por exemplo, afirma que a gente não conhece muito das limitações do MRE, ou da Convenção da Haia, de sua aplicação. Na realidade, não é bem assim. O que a gente não sabia, a gente aprende ao longo da desgraça que se abate sobre nós. Em muitos casos, as mães são advogadas, são pessoas estudadas. Eu já trabalhava fora do Brasil, no tempo em que vivi na Alemanha, com um grupo de voluntárias que atendia mulheres com problemas na Justiça. Então, na realidade, o problema não é só o desconhecimento – seria muito fácil se fosse, porque a gente instruiria e tudo bem. Mas acho que o problema vai além, vai na base do problema quando, na primeira vez em que uma mãe brasileira liga num consulado, liga numa embaixada e registra um problema – "eu estou sofrendo violências domésticas", ou "estou com um problema com minha criança" –, acho que ali deveria haver um trabalho de interação maior entre a Autoridade Central Federal e o Itamaraty, porque o primeiro a ser notificado é sempre o MRE.

Então, se houvesse pastas abertas notificando "olha, nós temos uma brasileira assim, assim em tal país que está relatando problemas", isso seria minimizado. Mas isso não acontece hoje em dia. O Itamaraty e a Acaf agem separadamente. Quando aconteceu o meu caso, não havia nenhum registro. Apesar de eu estar vindo desde 2008 dando notícias ao MRE de que eu estava sofrendo violências, de que havia problemas com a minha filha, não houve essa comunicação entre esses órgãos.

Então, eu acho que o problema vai muito além de se afirmar que é desconhecimento da parte dos brasileiros, que é desprepara. Não. Isso é um problema que deve ser revisto pelos órgãos. Ou seja, tanto pela Acaf quanto pelo MRE, para que eles possam começar a trabalhar mais coesos, de maneira que uma lacuna dessas não exista. Quando entrar um pedido de repatriação dentro da Acaf e houver uma pasta que o MRE já tenha aberto e tenha conhecimento de que houve um problema com essa criança, com essa mãe, essa informação precisa ter sido bem casada para que não aconteça o que aconteceu no meu caso.

Então, é muito doloroso, como mãe, ver o que aconteceu no meu caso e que continua acontecendo. É como se o Brasil não tivesse aprendendo com os erros que está cometendo. Eu acho que isso é muito, muito grave e precisamos trabalhar isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – O.k. Muito obrigado.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Fabrício e depois eu farei algumas indagações.

O SR. FABRÍCIO BITTENCOURT DA CRUZ – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Já passo diretamente às respostas das perguntas a mim dirigidas. A senhora me fez três indagações. Duas delas seguem uma linha de conscientização. Então, eu pensei imediatamente no CNJ, em algo que é intrínseco à atividade do Conselho Nacional de Justiça, que para nós chega a ser viável a curto prazo, que é a conscientização via cursos específicos para os magistrados. Eu lhe diria que não só apenas aos magistrados, mas também a todas as pessoas envolvidas no procedimento judicial que tramita no Poder Judiciário, desde o servidor do atendimento ao público até as pessoas que trabalham em audiências e que tenham uma sensibilidade maior para com essa questão, especialmente para a possibilidade das videoconferências internacionais, que são sempre muito indicadas em situações como a da Convenção da Haia, especialmente porque o CNJ trabalha também com o ensino a distância. Então, nós podemos chegar num grupo muito grande de pessoas rapidamente. Lembrando que, como são juízes federais, nós também podemos trabalhar só com um grupo de juízes que hoje, George, tenham questões a serem analisadas ou *sub judice*. Então, são várias possibilidades.

Eu achei muito interessante a sua percepção e o seu testemunho com relação à importância da visita antes da eventual repatriação. Esse é um assunto interessantíssimo. Eu creio que esteja dentro das atribuições do Conselho Nacional de Justiça. Mas eu devo lhe afirmar que falo na qualidade de mensageiro hoje. Eu, como Secretário-Geral, não sou conselheiro, e esse é um assunto para a resolução do CNJ, um assunto para o Plenário, que envolve a atuação de 15 conselheiros. Essa é uma decisão colegiada e algo que deve ser levado por um conselheiro para tramitar dentro do CNJ. Mas essa orientação é muito bem-vinda e na minha rápida opinião, rápido pensamento, creio que não estejamos aqui invadindo a independência de um juiz ao analisar o caso. É simplesmente uma orientação sobre algo extremamente importante e que talvez possa estar passando despercebido.

Com relação à Cartilha, nós não a publicamos ainda porque no CNJ – eu até fiz uma pesquisa atualizada aqui –, nós temos um grupo de trabalho formado pela Portaria 190, que é uma Portaria do Ministro Joaquim Barbosa. Ela é de outubro de 2013 e criou um grupo de trabalho composto pelo Coordenador, Conselheiro Guilherme Calmon, e também pelo Conselheiro Saulo Bahia, pela Desembargadora Mônica Sifuentes Pacheco de Medeiros, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, pelo Juiz José Carlos Dantas, do TRF-5, pelo Juiz Marcelo Denardi, do TRF– 4, pela Juíza Marcella Brandão, e pelo Juiz Wilney Magno, ambos do TRF-2. A ideia do grupo não é apenas a Cartilha, mas também propostas e recomendações, talvez até com essa percepção que a senhora mencionou.

Eu, na qualidade de Secretário-Geral, ainda não tive conhecimento do resultado do trabalho desse grupo. É bem provável que ele esteja bem adiantado, até pela data da portaria, e me comprometo com a senhora em diligenciar a respeito dessa situação, para sabermos até que ponto anda especialmente a cartilha. Talvez ela possa ser mais eficaz do que o próprio curso, a curto prazo.

Então, eu lhe daria essas respostas: a possibilidade, em tese, via proposta de conselheiro, de uma possível recomendação sobre a questão da visita e, também, uma proposta de um ato normativo mais abrangente, a partir dos resultados desse grupo de trabalho que, até então, era capitaneado pelo Conselheiro Guilherme Calmon.

Advirto que o Conselheiro teve expirado seu mandato em abril deste ano, então, nós estamos em uma transição. Precisamos analisar quem vai assumir essa pasta e, consequentemente, esse trabalho.

Espero ter respondido suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu quero agradecer ao Dr. Fábio Bittencourt e queria fazer um pedido a V. Exª e aos demais integrantes desta mesa.

Eu acho que, a partir dessa discussão específica do caso Amy e das colocações das duas mães aqui presentes, existem determinadas questões que nós podemos aprofundar e talvez, até, criar a possibilidade de troca de opiniões entre os movimentos que existem... Certamente, vocês fazem parte de algum movimento organizado que lida com essa questão...

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ (*Fora do microfone*.) – É uma associação, a Associação de Mães de Mãos Vazias.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Associação de Mães de Mãos Vazias.

Assim como no Poder Judiciário, como no Ministério da Justiça, no Ministério das Relações Exteriores, talvez nós pudéssemos, aqui no Senado, por intermédio de uma discussão que envolvesse não só a Comissão de Direitos Humanos, mas a própria Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Justiça, fazer uma discussão mais aprofundada sobre essa temática, de modo que, naquilo que seja da alçada, da competência do Poder Legislativo, nós possamos promover algum tipo de aprimoramento da lei, se for o caso, e no caso, digamos, de entendimentos de procedimentos que estejam na esfera do Governo, do Poder Judiciário, que nós possamos, também, ter uma interação, para fazermos alguns aprimoramentos.

Acho que algumas das colocações que as senhoras fizeram foram bastante pertinentes.

Nós sabemos que existe uma série de outros fatores que pesam para um lado e para o outro, como as diferenças culturais. Algumas vezes, a gente imagina que um país, porque é desenvolvido, tem uma visão diferente de como se lida com as mulheres e, muitas vezes, não é, e a gente precisa, talvez, ter um aprofundamento sobre essa questão.

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Se V. Exª me permite um aparte, eu fiz um trabalho voluntário com mulheres na Alemanha (*Fora do microfone.)*, nesse tempo que vivi lá, de socorrer essas mulheres que, infelizmente, também não falavam o idioma do país, o que é um outro fator, naquele período, uma coisa muito grave que a gente ouvia sempre e sempre era essa coisa da diferença cultural.

Eu acho que não dá para deixar de falar que, em qualquer lugar do mundo, o respeito deve ser a palavra gestora de todas as relações, isso lá, como aqui, como em todas as partes.

Infelizmente, em 90% desses casos que deslindam de maneira tão trágica, com a perda da criança para um dos genitores, faltou, em algum momento, o respeito, e o respeito, esse é universal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com certeza. Muito obrigado.

Então, eu queria poder contar com a Associação...

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ...e também contar com a disponibilidade dos demais representantes, aqui, para que nós pudéssemos pensar em conjunto, talvez uma audiência, um evento, em que nós pudéssemos trocar algumas ideias e tirar algumas resoluções que sejam politicamente importantes.

Eu queria dirigir as minhas perguntas, mais especificamente, à Drª Luiza Lopes.

Eu acho que ficou muito claro, e quando nós estivemos com o Ministro Figueiredo, acho que no ano passado, também já tinha ficado claro para nós, que há uma limitação da atuação do Ministério das Relações Exteriores, porque se trata de uma demanda judicial.

E, neste caso, realmente, as gestões que podem ser feitas esbarram na autonomia do Judiciário, na soberania de outros países.

Mas, naturalmente, de posse de algumas informações que são fundamentais para a defesa dessa família brasileira que está, neste momento, lutando para ter a guarda dessa criança, eu gostaria de saber... Por exemplo, é fato – eu estava revendo aqui depois que a Drª Kátia falou – que há, em uma página do Departamento de Execução Criminal ou de Execução Legal da Flórida, uma citação bastante ampla do cidadão Patrick Galvin como *sexual offender*, como abusador sexual. Não sei, inclusive, qual o desdobramento disso. Por isso, quero perguntar, por exemplo – nesse caso, sei que o Ministério das Relações Exteriores acompanhou a demanda da família, no sentido de que houvesse uma apuração mais aprofundada de um possível abuso que tivesse sido cometido contra a Amy –, sobre os desdobramentos dessas acusações que foram feitas e que constam dessa página: por que razão esse cidadão foi colocado numa lista como essa? Houve algum processo formal? Qual foi o resultado que esse processo teve? Se isso não teve nenhuma consequência, por que essa página continua existindo com a presença desse cidadão?

Há outra questão sobre a qual pergunto. Nós sabemos que existe toda essa limitação, mas há, de algum modo, alguma possibilidade, ainda que indireta, de apoio jurídico a essa família e a outras famílias? Quando estivemos lá com o Ministro Figueiredo, o Presidente da OAB de Pernambuco esteve lá e falou, inclusive, da possibilidade de entendimentos entre a Ordem dos Advogados do Brasil e a sua correspondente em outros países, para que houvesse a possibilidade de facilitação de acesso a advogados, à defesa. Enfim, será que o Ministério das Relações Exteriores não poderia ser um facilitador desse tipo de entendimento? Ou isso foge totalmente à sua alçada?

Eu entendi também, pelo que disse o Dr. Arnaldo José, que, se os Estados Unidos fossem signatários dessa Convenção, haveria a possibilidade da busca de um suporte em termos de assessoria jurídica a essas famílias. Enfim, nesses casos em que não há essa adesão do país a essa Convenção, nós temos de ficar inteiramente de mãos atadas? A gente sabe que, especialmente nos Estados Unidos, é extremamente caro se contratar um advogado. Então, era isso que eu gostaria de perguntar.

As pessoas que respondem podem também se manifestar sobre as colocações que as duas senhoras da plateia fizeram.

Pela ordem, eu gostaria de pedir que começássemos com a Drª Luiza Lopes.

A SRª LUIZA LOPES DA SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – A Ministra Luiza Lopes.

A SRª LUIZA LOPES DA SILVA – Pois não, Exmo Senador.

Nós também temos conhecimento sobre as informações referentes ao Sr. Patrick Galvin na internet, mas, segundo todas as informações que nos foram repassadas, essas informações não correspondem a um proces-

so formal concluído. São informações que estão no *site*, mas, pela Justiça americana, não tramitou e não foi concluído nenhum processo que apontasse para provas reconhecidas desse eventual crime. Digo isso sem nenhum juízo de valor, naturalmente. Mas esses são os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Mas existem vítimas que se manifestaram ou que se manifestam? Há potenciais ou supostas vítimas?

A SRª LUIZA LOPES DA SILVA – Entendo, Senador, que uma coisa são informações veiculadas num *site* da internet e que outra coisa muito diferente é a conclusão de um processo judicial que avalia provas – não alegações; provas – e conclua pela sua veracidade.

Estamos informados, sem nenhuma dúvida, de que não houve nenhum processo judicial. Então, o que quer que esteja circulando, tenha circulado, não foi considerado como prova. Portanto, não interferiu na decisão das autoridades americanas, tanto do conselho tutelar quanto do Judiciário, para abster-se de conferir a guarda da Amy ao pai biológico, tanto é que hoje ele detém a guarda da menina.

Nós estamos acompanhando o caso de longe, mas eu devo dizer que, a muitas informações, nós não temos realmente acesso. Recentemente, nós pedimos informações junto ao Department of Children & Family Services e ao advogado do pai sobre alguns temas específicos, e ambos os interlocutores se recusaram a repassar as informações ao nosso consulado em Miami e ao nosso assessor jurídico, e eles têm direito a isso. Só as partes diretamente envolvidas têm acesso em muitos casos.

A Srª Karla Janine não está desassistida juridicamente. O fato de os Estados Unidos não serem membros da Convenção da Haia não a deixa desassistida. Na verdade, nos Estados Unidos, há a figura do defensor público. Eu já fui chefe de setor consular e muitas vezes tramitei os pedidos. O que nós fazemos nos Estados Unidos é um sistema misto. Como o Estado fornece defensor público a todos os estrangeiros e americanos, naturalmente, nós temos um assessor jurídico nos consulados que supervisiona os casos. Eles acompanham tudo, eles dão pareceres, eles não defendem os brasileiros porque não é esse o papel deles, mas eles fazem uma coisa muito importante que é acompanhar e dar o parecer de como está indo.

Eu devo dizer que a Srª Karla Janine teve defensores ao longo desses meses, mas, ao que estamos informados, como ela ouviu dos defensores que a linha de ação desejada por ela não seria seguida, não seria viável, ela, enfim, abriu mão dos serviços de alguns defensores, que foram, por sua vez, substituídos por outros. Ela queria insistir na tese da culpabilidade do genitor biológico, mas os defensores, completamente familiarizados com o caso e com os autos do processo que foi aberto, disseram que não havia base legal para seguir nessa direção de insistir no fato de que o pai seria culpado de crimes sexuais contra menores, pedofilia. Sei que a Karla já teve dois ou três – talvez mais – defensores. Não sei o número exato. Eu sei que, em fevereiro último, o último defensor abandonou o caso por uma discordância na estratégia, mas, quando um defensor abandona um caso, outro toma o seu lugar, e o nosso assessor jurídico procura acompanhar a situação.

Então, não temos dificuldade de acesso à Justiça. Há acesso à Justiça, direito à defesa. O que tem havido realmente são posições conflitantes de qual seria a melhor estratégia.

Essa é a nossa posição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu queria só lhe fazer uma pergunta adicional, porque ela vem de uma das pessoas que estão acompanhando, lá da Bahia, esta audiência pública, a Srª Maria Alice de Barros Castro. Ela gostaria de saber se o método de atenção psicossocial vem sendo utilizado pela Diplomacia brasileira para que seja decidido o destino da garota Amy.

A outra pergunta que faço creio que, de certa forma, a senhora já abordou o tema, mas só para ficar mais claro.

No caso dessa audiência que acontecerá no dia 24 de julho – foi adiada do mês passado, não é? –, a nossa representação diplomática parece-me que não tem condição de acompanhar a própria audiência; mas pergunto se ela está acompanhando o desenrolar desse processo que vai culminar com a audiência.

A SRª LUIZA LOPES DA SILVA – Sim, nosso consulado tem procurado estar presente nas audiências. Eu tenho até aqui o relato de audiências que foram acompanhadas, uma delas por dois agentes consulares. Então, nós temos, sim, acompanhado quando são audiências estratégicas, porque algumas são meramente formais, já sabemos que não vai haver uma decisão de substância, mas apenas decisões processuais.

Portanto, nós procuramos estar presentes nas audiências estratégicas, não nesse caso específico, mas de modo geral. Uma de nossas funções é autorizar, daqui de Brasília, inclusive deslocamentos. Mesmo nos tempos atuais, com contingenciamento de recursos, nós temos procurado garantir a presença de agentes consulares nas audiências.

Só para dar uma ideia, nós estamos acompanhando audiências em Malmö, na fronteira com a Suécia, do caso da moça Roberta Santalucia, que foi mencionado pela Srª Eliana März; dessa vez, nós mandamos o nosso

Embaixador Marcos Pinta Gama para essa audiência em Malmö, além do vice-cônsul. Então, quando é uma audiência estratégica, nós procuramos comparecer. Claro que há muitas audiências, e não podemos estar em todas; mas nós acompanhamos o caso para saber quais serão realmente importantes.

A Srª Karla Janine distanciou-se do consulado em Miami. Eu sei que o consulado continua oferecendo auxílio, mas, como também, no caso dos defensores, nós não pudemos oferecer os resultados desejados, nós vimos que houve uma grande frustração da parte dela e uma tendência a se afastar. "Se vocês não podem me ajudar, então, eu não preciso de ajuda, não preciso desses contatos." Mas os consulados não trabalham dessa forma. Eles continuam buscando acompanhar.

Respondendo à pergunta dessa cidadã brasileira da Bahia: sim. Se o consulado for convidado, estará presente; se a família tiver interesse, nós estaremos presentes na audiência de julho.

Sobre acesso psicológico, eu precisaria me informar, mas eu entendo que o Departamento de Assuntos para Crianças, nos Estados Unidos, tem protocolos de atuação muito rígidos, que envolvem o acompanhamento psicossocial dos menores. Essa é uma unidade muito estruturada – eu tive oportunidade de visitar –, e há uma grande preocupação com o bem-estar e a fase de transição dessas crianças, quando são devolvidas. Mas, se houver interesse, nós podemos procurar obter essa confirmação. Contudo, de experiência, nós diríamos que sim, que essas crianças são acompanhadas, durante muito tempo, pela unidade responsável.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – A senhora quer se manifestar sobre algumas das colocações que foram feitas por elas?

A SRª LUIZA LOPES DA SILVA – Já que o senhor me dá a oportunidade, sim.

A Drª Eliana März disse que o trabalho de prevenção do consulado, no qual estamos trabalhando agora, poderia ser muito enriquecido se nós passássemos a compartilhar, pelo que eu entendi, com a Acaf (Autoridade Central Administrativa Federal no Brasil), os alertas amarelos – foi assim que eu anotei – de situações conjugais que vêm se agravando e que poderão desembocar numa situação de crise. Eu achei uma ideia muito intrigante, e fiquei pensando no seguinte: nós, o consulado, temos a obrigação de dar tratamento confidencial, reservado, às informações que nos são passadas, em confiança, pelos consulentes; então, nós não repassamos a terceiros, a menos que haja uma necessidade, uma manifestação de vontade do interessado.

Assim, o que eu estava pensando aqui, justamente a partir da sua provocação muito interessante, é que eu pretendo discutir isso com o George, se nós poderíamos estabelecer alguns protocolos de rotina. Possivelmente, nós não tenhamos de repassar os nomes das pessoas, mas os casos; ou podemos vir até a consultar as brasileiras se elas nos autorizam a repassar.

Eu acho que isso é muito interessante.

Eu não sei se a sua pergunta também se referiu ao acúmulo de informações que possam servir de provas em um eventual processo. Isso eu não sei se... Dificilmente um relato de uma agente consular poderia ser uma prova de um crime de abuso sexual perpetrado, que seria apenas...

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Perdão...

A SRª LUIZA LOPES DA SILVA – ... mas, enfim fica... Podemos discutir isso, mas eu achei a ideia muito interessante, de uma atuação não preventiva ou apenas informativa, mas caso a caso, quando nos chega – quando nos chega, não é sempre que nos chega – uma informação dessa deterioração da situação conjugal.

Então, estamos abertos a – entendo que o George está dizendo que sim – explorar melhor essa proposta.

Obrigada.

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Para responder ao questionamento de S. Exª a Ministra, não penso na questão de uma testemunha – do ponto de vista jurídico – em um processo dessa natureza. Não. Eu penso na prevenção de que, existindo um relato, uma pasta aberta, no nome dessa criança e dessa brasileira, quando o pedido de repatriação chegar por parte do estrangeiro, quando isso deslindar – infelizmente pelo pior –, já haverá uma informação de que havia um caso dessa natureza com tudo o que foi registrado ali dentro.

Não se age de maneira abrupta – como foi no meu caso, em que imediatamente a coisa foi parar no Judiciário – porque, simplesmente, tudo o que eu disse, tudo o que eu pedi no MRE, à embaixada, ao consulado à época, foi como se tivesse caído ao solo. Tanto na Acaf quanto no MRE as notícias que chegaram não foram registradas, não foram abertas pastas, não houve uma coesão de informações entre MRE e a Acaf. E, quando o pedido chegou – como em todos os casos acontece –, a coisa estava fácil demais, porque ninguém – apesar de ter ouvido por tanto tempo as queixas dessa mãe e as denúncias que eu vinha fazendo com relação à minha filha –, ninguém registrou isso tudo. Limitavam-se a me dizer ao telefone, inclusive e infelizmente: "Nós não podemos fazer nada, a senhora está em solo estrangeiro." Essa não é a realidade. Continuamos sendo brasileiras: nós e nossos filhos. Continuamos pagando impostos e contribuindo, e nós continuamos merecendo o direito à proteção sob essa bandeira.

Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Passo a palavra ao Dr. George Lima, da Autoridade Central da Secretaria de Direitos Humanos.

O SR. GEORGE LIMA – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Eu vou pedir um pouquinho de paciência de V. Exª porque, como foram muitas perguntas, eu vou me deter em alguns dos temas que foram levantados, tendo em vista que muitas das questões estão afetas ao trabalho da Autoridade Central e na aplicação da Convenção da Haia.

Primeiro, eu gostaria de dizer que o que a Srª Jacy colocou é extremamente importante no que tange a esse esclarecimento da comunidade brasileira vivendo no exterior, sobre a própria aplicação da legislação no exterior. É importante que a gente esclareça à população brasileira que decide migrar ou inclusive que deseja viajar para o exterior. Hoje nós temos um mundo muito mais interconectado do que nós tínhamos há 15 anos, os brasileiros hoje viajam muito. E continuam migrando – em que pese nós percebemos um fluxo diferente, agora, de brasileiros voltando para o Brasil. Mas é importante que essa comunidade esteja esclarecida que, quando você ultrapassa a fronteira brasileira e você passa a viver no exterior, é a essa jurisdição você está submetido. É aquela legislação que vai se aplicar ao caso concreto.

Eu coloco isso porque a Ministra Luiza fez uma colocação em relação aos países da Escandinávia, por exemplo, e a Srª Jacy também citou a situação da Alemanha, de que há até um certo problema em relação à cultura brasileira. Existe a cultura brasileira, característica da cultura brasileira, e, também, existe a cultura desses outros países.

Para se ter uma ideia, eu cito a Suécia que, há mais de 33 anos, aprovou uma lei que proíbe castigos físicos naquele País. O Brasil aprovou muito recentemente, no ano passado, a Lei Menino Bernardo. Mas, na Suécia, até 33 anos atrás, havia a cultura de se corrigir as crianças com castigo físico. Hoje a cultura na Suécia é outra completamente diferente. Qualquer tipo de castigo físico que seja repreender a criança, como, por exemplo, usar um chinelo para ameaçar a criança, é visto como reprovável pela cultura sueca.

E, se a cultura brasileira ainda mantém resquícios dessa cultura, isso pode ser visto, no ambiente sueco, como algo que vai contra a legislação da Suécia. Citei esse exemplo para mostrar que a própria situação da cultura gera conflitos que precisam ser considerados pelo cidadão brasileiro que decide viver no exterior.

Em uma situação eventual como essa, por exemplo, se há a cultura de corrigir a criança a partir dos castigos físicos, um conselho tutelar ou os órgãos de proteção na Suécia poderão olhar isso como uma situação extremamente crítica e tomar providências que estiverem dentro da legislação da Suécia.

Então, é muito importante, realmente, fazer esse esclarecimento para a população brasileira. Há um senso comum de que o brasileiro que está no exterior está garantido de total proteção do Estado brasileiro. Isso, infelizmente, não é verdade, porque o cidadão que está no Brasil, como eu já disse, mas quero ressaltar, está submetido à jurisdição estrangeira.

Agora, em relação à prevenção, sem dúvida, nós temos um papel importantíssimo – isso que foi colocado pela Srª Jacy, que gostaria de reiterar. E não apenas a prevenção dos casos específicos, quando a mãe está no exterior e quer voltar para o Brasil, e, de alguma forma, o consulado ou as autoridades aqui no Brasil intervêm para prevenir a subtração, seja buscando as autoridades daquele país para discutir a guarda e receber autorização para vir definitivamente ao Brasil com a criança, mas até antes disso. Levar a informação para a população brasileira que tem vontade de migrar para que ela esteja ciente da situação em si.

No caso da Alemanha – a Srª Jacy muito bem lembrou que a Alemanha ainda não retornou nenhuma criança brasileira com base na Convenção da Haia –, nós já nos manifestamos para o governo da Alemanha preocupação nesse sentido. Estamos reiterando isso, na verdade, em todos os grupos bilaterais que temos com a Alemanha. Essa situação é tão crítica e está na nossa agenda que criamos um grupo de trabalho bilateral com a Alemanha para tratar de todos os casos que envolvem a subtração internacional de crianças. E pode chegar ao ponto – é importante que se diga isso – de que o Brasil possa alertar ao governo da Alemanha que vamos precisar de reciprocidade. Não há como o Brasil cumprir a Convenção do nosso lado, e a Alemanha deixar de aplicá-la em seu turno. Isso já foi mencionado na última reunião que tivemos e será mencionado na reunião que teremos em outubro deste ano. E seguiremos nessas gestões bilaterais com o governo da Alemanha.

Em relação às perguntas feitas pela Srª Eliana, acho também importante citar a duração do devido processo. Hoje, o processo no Brasil demora, infelizmente, muito mais do que achamos que deva demorar um processo como esse. Estou aqui me referindo ao processo em que a criança é trazida ilicitamente para o Brasil, e o Brasil está obrigado a determinar o seu retorno para o país de residência habitual. Hoje, o processo tem durado, em média, quatro anos.

O caso que a Srª Eliana citou, em que o retorno foi muito rápido, é uma exceção nos casos que temos hoje. Um caso que se iniciou em 2003, que estava no STJ, foi concluído na semana passada, quando o Tribunal

decidiu manter a criança no Brasil. O caso ingressou no Brasil em 2003 e foi julgado, em última instância – e vai transitar em julgado, porque a AGU não vai recorrer da decisão –, na semana passada.

Então, o processo ainda dura muito no Brasil. Nós estamos com sérias e diferentes iniciativas para fazer com que o processo tenha uma duração mais célere, mas há uma ressalva a se fazer – acho importante a colocação da Srª Eliana – de que esse processo deve ter uma devida duração, que tem que ser justa. Ela não pode ser uma duração muito célere e que impeça a ampla defesa no processo e também não pode ser demorada demais e que prejudique o resultado útil do processo que seja pela manutenção da criança no Brasil ou que seja pela devolução para o país de residência habitual.

Agora, é importante também que se diga que o Código de Processo Civil – o rito que segue é do Código de Processo Civil – que permite que haja decisões liminares inclusive para determinar, numa situação de antecipação dos efeitos da tutela, o retorno da criança.

A posição hoje da Autoridade Central é de se evitar o retorno da criança em sede de antecipação dos efeitos da tutela na primeira instância. O que nós consideramos ideal é que haja pelo menos uma decisão de um tribunal, um órgão colegiado para que o retorno aconteça de forma mais segura. E nós já colocamos isso reiteradas vezes para a Advocacia-Geral da União, que tem o mandato inclusive constitucional para definir a estratégia processual desses casos no Judiciário.

Mas o que eu quero dizer com isso que é hoje o Código de Processo Civil permite que haja a devolução da criança antes mesmo da emissão da sentença. Isso está previsto no Código. Então, não é ilegal. O que nós entendemos é que é importante utilizar esse mecanismo com muita cautela para evitar reiteradas violações no direito da criança.

Em relação às exceções ao retorno, realmente eu não me detive na explicação da Convenção no que tange às exceções porque eu estava fazendo uma palavra introdutória. Era uma introdução ao tema da Convenção, mas a Convenção prevê efetivamente exceções ao retorno. Aquilo que o Dr. Fabrício colocou em relação ao caso da Amy se enquadrar numa exceção ao retorno, em princípio o Judiciário brasileiro tomaria uma decisão nesse sentido, mas é possível, pelo que foi relatado aqui, que esse caso se enquadrasse na situação do art. 13, I, "b", até por conta da inserção do pai nessa lista dos *sexual offenders*, porque a Convenção não diz que você precisa comprovar que houve a violência. A Convenção utiliza a palavra "grave risco". O risco não necessariamente significa que haja violência. Mas que possa haver a violência. Então, é importante fazer essa colocação.

E a Convenção não trata apenas dessa exceção, que se enquadraria numa situação de violência sexual, por exemplo, ou numa situação de violência doméstica voltada para a criança. Outras exceções se aplicam. Sem dúvida, esta do 13, I, "b", que trata do grave risco de ordem física e psíquica para a criança, é o que mais vem sendo utilizada porque é uma guarda-chuva. Várias situações podem estar inseridas nessa exceção.

A posição da Secretaria de Direitos Humanos é que a situação de violência doméstica se enquadra nessa exceção. Inclusive, o Brasil vem defendendo essa posição nos espaços multilaterais. Existe um grupo de trabalho que foi constituído no âmbito da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado que está discutindo especificamente a abrangência desse artigo da Convenção e se se aplicaria às questões de violência doméstica. O Brasil defende que sim, que as situações de violência doméstica precisam estar inseridas nessa exceção ao retorno.

Em relação a qualquer tipo de laudo da Secretaria de Políticas para Mulheres, é importante fazer dois esclarecimentos. A posição da Autoridade Central é que a situação de violência ocorre no exterior. E a Secretaria de Políticas para Mulheres tem mandato para atuação no Brasil. Então, há uma limitação de mandato de atuação da Secretaria de Políticas para Mulheres que inclusive foi analisada pela Advocacia-Geral da União para manifestação nesses casos. Nós entendemos que atuação da SPM é essencial e extremamente importante, inclusive na proteção dessa mulher que vem para o Brasil. Então, quando ela está em território brasileiro e vem para o Brasil, é importante que a SPM dê todo apoio de ordem psicológica e jurídica para essa mãe, mas, no que tange ao que aconteceu e ao que foi perpetrado no exterior, a SPM não tem condições de certificar que houve essa violência. O que a SPM faz é dizer se há indícios de violência doméstica quando o conjunto probatório que é trazido ao processo indica nesse sentido. Não é possível certificar, mas é possível indicar a incidência, a possível incidência dessas questões.

De qualquer forma, independente de se ter um relatório – que é como a gente tem chamado – da SPM nos autos administrativos, o juiz, na Justiça Federal, vai analisar todas as provas do processo.

Já estou caminhando para terminar, Presidente. Eu disse que eram várias considerações.

Mas nós consideramos então que o papel da SPM é essencial, e mais essencial ainda é, nisso que foi colocado pela Srª Jacy, no caso da prevenção da comunidade brasileira, principalmente quando a gente percebe que, em 99% dos nossos 395 casos, quem trouxe a criança para o Brasil ou quem levou a criança para o exte-

rior foi a mãe. Então a questão de gênero está intrinsecamente ligada à subtração internacional de crianças; portanto, a atuação da SPM é essencial.

Quanto às garantias no retorno, quando a criança volta para o país de residência habitual, tanto daqui do Brasil ou do exterior para o Brasil, é importante que a gente diga o seguinte: a Convenção não trata de questões de guarda. Então, esse juiz que determina o retorno não pode se manifestar sobre a guarda daquela criança. Ele só pode se manifestar se a criança deve ser retornada ou não. Então, nesse sentido, se ele entra nas questões de visitação, a não ser que seja uma situação de acordo entre os genitores, o juiz não poderá se manifestar quanto à visita ou quanto à guarda da criança e muito menos impor à jurisdição estrangeira alguma garantia para ser cumprida no exterior, porque são duas jurisdições. O juiz brasileiro não pode impor que o juiz estrangeiro cumpra alguma decisão e tampouco o juiz estrangeiro pode impor ao juiz brasileiro que seja dada alguma garantia.

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Perdão, mas foi justamente o que aconteceu no caso de Roberta. A Acaf apresentou no processo garantias dadas pelo governo sueco, e elas não foram respeitadas. Infelizmente a recíproca não é verdadeira, Sr. George, como nós sabemos.

O SR. GEORGE LIMA – Nesse caso em específico, em que eu ia entrar logo em seguida – é importante que se diga: nós não estamos tratando desse caso em específico, Presidente –, mas nesse caso em específico, havia uma declaração do governo da Suécia, que não pode ser considerada como uma intervenção do governo da Suécia. O que se estava tentando era buscar uma decisão consensual das partes, isso em 2013. O retorno da criança aconteceu em 2015. Quando foi apresentada essa declaração do governo da Suécia, a ideia era, se fosse possível, chegar a um acordo entre as partes. No momento em que foi emitida a declaração, não foi possível chegar a um acordo.

Acontece, entretanto, que essa declaração que foi emitida dizia claramente – isso inclusive foi citado no julgamento da ação no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo – que havia sim – e na Suécia o ato da subtração internacional de crianças é crime –, havia sim um processo criminal em trâmite na Suécia e que ele seguiria. Não houve nenhum tipo de garantia sobre a prisão da pessoa envolvida no caso. Então é importante que se coloque isso com atitude de esclarecimento.

No caso da manifestação do Brasil, que foi solicitada, isso já foi feito em duas oportunidades. A Autoridade Central já colocou a sua preocupação em diversos contatos que foram feitos com a Autoridade Central da Suécia. Eu conversei pessoalmente, por telefone, com a minha contraparte sueca, para manifestar a nossa preocupação, porque o Brasil entende – e também tem se manifestado nesse sentido em diversas instâncias multilaterais – que a criminalização da subtração internacional de crianças é um erro procedimental, mas que está dentro da soberania de cada país. Cada país pode considerar se esse ato será um crime ou não.

Eu já abro um aparte, Jacy.

Então, é importante que isso seja colocado. A gente tem insistido nisso com os demais países. E também o embaixador do Brasil já visitou inclusive o Ministério das Relações Exteriores da Suécia para manifestar também a preocupação do Governo brasileiro nesse sentido.

A SRª JACY RADUAN-BERGER – Daí, George, que eu digo: a importância de a gente ter um conhecimento do direito estrangeiro, inclusive do Direito Penal estrangeiro. De cada país com que a gente tem um problema, a gente tem que conhecer qual é o risco que a gente corre na hora em que a gente volta para lá. Não adianta a gente ter recebido uma gestão diplomática, que não garante direito nenhum. Quem garante direito é juiz, é a Justiça.

Então a gente deveria saber, antes de repatriar uma criança, ou antes de recomendar que um cidadão brasileiro vá ao exterior, a gente deve conhecer aquele lei, saber se realmente ela tem garantia, tipo um *habeas corpus* preventivo, saber qual o remédio jurídico e como chegar até ele. Eu vejo que principalmente o Itamaraty até hoje não tem conhecimento jurídico suficiente para dar garantia para o brasileiro no exterior. Por exemplo, a Srª Ministra Luiza Lopes não conseguiu responder a pergunta que o Sr. Senador fez para ela em relação à lista de *sexual offender* nos Estados Unidos. Esse é o conhecimento básico de Direito Penal americano.

Então, se existe uma denúncia, alguma vez foi feito um boletim de ocorrência contra uma pessoa, ela entra para essa lista. Isso não significa que ela respondeu um processo, que ela tem um trânsito em julgado, ela entra na lista. Para que isso? Para, quando ocorrer um caso de pedofilia na região, é feita uma busca e, então, encontram-se os nomes prováveis de prováveis pedófilos. Isso é conhecido nos Estados Unidos. Mas nem isso o Itamaraty sabe responder, porque não tem conhecimento suficiente para defesa do cidadão brasileiro no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Repasso a palavra para o Dr. George e peço que conclua para que nós possamos ainda ouvir o Dr. Arnaldo e a Drª Kátia Albuquerque e também para que possamos concluir a reunião.

O SR. GEORGE LIMA – Dois pontos a mais, Sr. Presidente. Quanto ao outro ponto em relação às pastas abertas, o termo que foi utilizado pela Srª Eliana, eu considero a proposta extremamente importante. Nós já tivemos um caso recente em que nós utilizamos informações que haviam sido enviadas para a Autoridade Central antes mesmo que houvesse um processo em trâmite. Eu penso que a vinda do PJE, do Processo Judicial Eletrônico, para a Autoridade Central facilitará muito essas questões, porque, quando nós recebermos a informação, isso poderá ser registrado no sistema e, quando nós recebermos um caso de subtração específico em que haja algum tipo de alegação, nós poderemos facilmente fazer uma busca no sistema sem que haja necessidade de buscarem pastas físicas. Colocando basicamente o nome da pessoa no sistema, nós conseguiremos achar essas informações de forma mais célere e utilizá-las no processo. Isso sem problema nenhuma.

O que disse a Ministra é importante. Um consulado não pode passar a informação para a Autoridade Central de forma automática. Ele poderá consultar a pessoa interessada e, se ela tiver o interesse, essa informação poderá ser compartilhada conosco.

Por último, Senador, eu quero reiterar o papel do Poder Legislativo nesse processo. Eu estou à frente da Autoridade Central desde 2013. De 2014 para cá, nós tivemos uma ampliação do interesse do Poder Legislativo nesse tema. É um tema que, até então, era tratado basicamente no âmbito do Poder Executivo e Judiciário, mas o papel do Legislativo é muito importante. O que o senhor sugeriu – realizar um debate, analisar a questão a fundo, propor medidas legislativas que venham a contribuir com o trabalho da Autoridade Central e dos outros órgãos que estão envolvidos nessa temática – é relevante.

Do nosso lado, nós já gostaríamos de fazer um pedido ao Senado Federal. Nós estamos trabalhando numa comissão da qual vários órgãos que estavam aqui hoje participam – CNJ, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores –, que está propondo um anteprojeto de lei para justamente apresentar medidas visando a dar celeridade e garantias aos processos judiciais que tramitarão aqui no Brasil. Eles terão um rito específico nesse sentido. E o Governo brasileiro vai apresentar isso para o Congresso Nacional.

Esse tema vai ser ainda discutido no âmbito da sociedade civil, porque nós pretendemos fazer audiências públicas no Executivo antes de o texto chegar ao Congresso Nacional, mas, a partir do momento em que chegar ao Congresso Nacional, nós gostaríamos muito de contar com o apoio de V. Exª, para fazer com que esse projeto ande rapidamente pelas comissões desta Casa e também na Câmara dos Deputados, a fim de que seja aprovado o quanto antes e alterado da forma como o Congresso Nacional julgar pertinente.

Muito obrigado.

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Com relação à resposta que o senhor me dá, Sr. George, eu gostaria ainda de dizer que essas garantias que o senhor disse que foram dadas em 2013 não existem, não constam do processo, em nenhum momento, que essas garantias tenham sido retiradas. É importante frisar isso.

Se elas foram dadas em 2013 e não foram retiradas, elas existem, elas deveriam ser vigentes e o Governo brasileiro deveria cobrar o governo sueco pela retirada. Isso não foi feito, além do fato de que, infelizmente, no caso da Roberta de Santa Lúcia, estamos lidando com uma criança autista, que não teve contato com esse pai e que foi nascida no Brasil. Isso é muito sério também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Só uma questão, porque já adotei aqui um regime de informalidade muito grande. Então, essa questão da concessão da palavra, enfim, vamos ter oportunidade de fazer essa outra audiência pública, quando vamos poder extrapolar bastante o debate sobre a questão Amy, mas é importante que tenhamos condição de, pelo menos, concluir aqui, ouvir a Drª Kátia e ver se há algum tipo de desdobramento que podemos tomar no curto prazo. E pode ter certeza de que as senhoras serão convidadas.

Bom, então, vou dar a palavra ao Dr. Arnaldo para, enfim, passar a palavra à Drª Kátia Albuquerque.

O SR. ARNALDO JOSÉ ALVES SILVEIRA – Muito obrigado, S. Exª, Senador Humberto Costa.

Bom, eu queria começar deixando claro para quem trabalhamos, para quem a Secretaria Nacional de Justiça, e acredito, tenho certeza, muitos órgãos, que aqui estão, todos, trabalham. Trabalhamos para as senhoras, trabalhamos para qualquer brasileiro ou estrangeiro que tenha aí um processo judicial com elementos transnacionais. Então, é muito importante ouvir das senhoras essas críticas, essas sugestões. Elas são muito bem-vindas, e não só as acolhemos, como vamos tratar delas de modo que venham a ter efeitos práticos, efetivos, e pedimos mais: precisamos de mais participação, de mais sugestões e estamos à disposição.

Bom, feito esse esclarecimento, eu queria agradecer especificamente à Srª Kátia Albuquerque, à Srª Jacy Raduan-Berger, à Srª Eliana März, e dizer que nossos telefones, correios eletrônicos estão absolutamente à disposição. Aqui, quando terminar, estamos também inteiramente à disposição pelo tempo que for necessário.

Mas, com relação aos casos específicos, a questão da Convenção da Haia de sequestro internacional de crianças, o Dr. George já explicou bem o caso, que é o caso que envolve mais a Srª Eliana März.

No caso de Amy Galvin, infelizmente, não conseguimos durante esta audiência identificar elementos que possam permitir que, no âmbito da cooperação jurídica internacional, possa ser feito algo nessa questão. Por outro lado, a questão consular está sendo muito bem desenvolvida pelo Ministério das Relações Exteriores, como foi relatado pela Ministra Luiza.

Com relação ao caso da Srª Jacy Raduan-Berger, eu gostaria de dizer que é feito um trabalho na Secretaria Nacional de Justiça com todos os casos de cooperação jurídica internacional que não são cumpridos. Pode passar a impressão de que nada foi feito, sinto isso, gostaria de explicar como é que isso funciona. São por volta de mil pedidos por mês que tramitam pela Secretaria Nacional de Justiça, são muitos, a equipe é enxuta, é suficiente, mas é enxuta, mas todos os casos que não são cumpridos, seja pela justiça do país estrangeiro, seja pela nossa justiça passam pela mesa do Coordenador-Geral de Cooperação Jurídica Internacional, que é o cargo que exerço.

Faço questão de ver pessoalmente cada um desses casos ou, quando não estou, que quem está me substituindo, veja. Em muitos casos, por exemplo, voltou uma citação porque o endereço estava incompleto e a autoridade estrangeira não fez uma busca. Mas nós fazemos essa busca. Temos algumas ferramentas à nossa disposição e, também, claro, ferramentas abertas de busca pela internet, e fazemos todo o possível para tentar ali, naquele momento, colocar aquele item que faltou, para que aquele pedido seja cumprido.

No caso específico da senhora, que eram dois pedidos, um, de busca e apreensão, e outro, de provas, de uma perícia, no caso, esse pedido de busca e apreensão, realmente, no momento, não existe um instrumento internacional que vincule Brasil e Alemanha e que permita que seja feita uma busca e apreensão na Alemanha ordenada por um juiz brasileiro. Neste caso, nos casos em que há cooperação jurídica internacional, ou seja, um pedido do Brasil para o exterior não é suficiente para resolver a questão, o que sugerimos é litigar no país estrangeiro para obtenção dessa questão. É, de alguma forma, frustrante ter que dizer que, por meio da Justiça brasileira, essa medida dificilmente vai ser obtida, mas, por outro lado, há que se entender aquela questão também dos limites das jurisdições e que não existe um instrumento internacional que vincule os dois países nesse sentido.

O Senador Humberto Costa estava mencionando a Convenção da Haia sobre o Acesso Internacional à Justiça, recentemente em vigor. A Alemanha também não é parte. Então, nesse caso, se a senhora precisar litigar na Alemanha, a senhora ainda pode, sim, fazer, respondendo à indagação que o Senador colocou, a senhora pode, sim, solicitar à Defensoria Pública da União que encaminhe à Secretaria Nacional de Justiça uma solicitação de que seja fornecida à senhora uma assessoria jurídica na Alemanha. Essa solicitação vai ser encaminhada, por nosso intermédio, às autoridades alemãs, que vão analisar a possibilidade de conceder ou não a assistência jurídica para a senhora poder litigar naquela jurisdição.

Agora, tenho também uma boa notícia a dar, e nesta eu acredito mais, com relação à questão da perícia. A senhora disse que a perícia não foi realizada. Eu não sei as razões. Deveria ter sido, se devidamente instrumentalizada, se os documentos estavam em ordem. Não sei a razão, depois quero conversar com a senhora sobre os detalhes para saber, mas um pedido como esse foi facilitado pela recente adesão brasileira à Convenção da Haia de produção de provas no estrangeiro. Não sei de quando é o pedido da senhora ou se foi já com base na Convenção da Haia – duvido, porque ela é muito recente –, então, eu sugiro... Nós estamos inteiramente à disposição da senhora, do seu advogado ou de quem quer que seja, do seu defensor público, para ajudar a formatar um pedido com base na Convenção da Haia, para a qual somos Autoridade Central, a Convenção da Haia sobre a obtenção de provas. Então, esse caso da perícia precisa ser revisto, acredito que haja espaço.

Com relação à questão do pedido de busca e apreensão, existe um trabalho, também na Conferência da Haia de Direito Internacional, chamado Projeto de Sentenças, é *Judgments Project,* no qual temos tipo participação ativa junto a outros órgãos do Governo brasileiro no sentido de obter mais efetividade nas sentenças de um país nos outros países. Então, há um trabalho nesse sentido, mas, infelizmente, neste momento, esse instrumento não existe.

Com relação à difusão que foi sugerida para a Srª Eliana März, nós gostaríamos de dizer que já existe um trabalho de difusão, são editados pela Secretaria Nacional de Justiça Manuais de Cooperação Jurídica Internacional, que vão ao detalhe de explicar como se faz em cada país, quais são as peculiaridades da cooperação com aquele país. São feitos eventos de divulgação. Nós temos, diferentemente de outros órgãos, entre as nossas competências, a divulgação. Não se trata de um órgão que resolve divulgar o seu trabalho, nós somos obrigados – porque assim é com os órgãos públicos com relação a suas competências –, nós somos obrigados a difundir o nosso trabalho, porque sabemos que o desconhecimento, Srª Jacy, é um dos grandes problemas que se enfrenta nessa seara.

Então, o nosso sítio eletrônico tem bastante informação, mas é excelente a proposta de difusão junto às outras políticas públicas brasileiras, como, por exemplo, os contemplados pelo Ciência sem Fronteiras e

outros. Isso vai ser explorado, nós agradecemos a sugestão. Essa possibilidade vai ser explorada pelos órgãos que aqui estão.

Eu queria, pedindo desculpas por ter me alongado um pouco, Excelência, aproveitar para aplaudir a iniciativa de V. Exª, Senador Humberto Costa, de nos proporcionar esta audiência pública, de propor, como foram propostas pelo Senador, novas iniciativas conjuntas. Desde já a Secretaria Nacional de Justiça se coloca inteiramente à disposição para essas iniciativas.

Eu gostaria de aqui mencionar e aproveitar para passar o pires, Excelência, porque algumas convenções internacionais da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado estão no Legislativo, para as quais eu peço a atenção de todos os legisladores e de V. Exª, em particular, pela preocupação que tem com o assunto. Está no Legislativo a Convenção da Haia sobre a Cobrança Internacional de Alimentos e o seu protocolo sobre lei aplicável. São convenções que vão permitir mais efetividade às mães brasileiras que precisam de pensão alimentícia de pais que estejam no exterior e vice-versa. Vamos também fornecer, com mais facilidade, com mais efetividade, pensões alimentícias às mães que estejam no exterior ou aos pais, quando for o caso, também, quando os pais sejam aqueles que têm a guarda das crianças.

Essa convenção vai permitir, por exemplo, que da minha própria mesa, por meio de um sistema eletrônico, eu seja capaz de encaminhar às autoridades estrangeiras um pedido de cooperação jurídica internacional sobre pensão alimentícia e que naquele país seja dada assistência jurídica correspondente para que esse pedido seja atendido. Então, para a questão dos alimentos, os Estados Unidos, em breve, serão parte dessa convenção, a Europa, como um todo, já é parte dessa convenção, e vários outros países estão examinando. Acontecerá uma conferência em Hong Kong no final deste ano para que os países asiáticos também venham a aderir.

Então, é um trabalho com o qual nós contamos com o sempre pronto apoio que temos tido do Legislativo. Gostaria de frisar aqui que a tramitação, pelo Legislativo, das convenções que ampliam os direitos dos brasileiros que precisam de apoio na seara internacional tem sido rápida, tem sido efetiva. Gostaria de agradecer ao Poder Legislativo por isso.

Há outra convenção, também, para finalizar, Excelência, que se chama Convenção da Haia relativa à supressão da exigência de legalização de documentos estrangeiros. É a conhecida convenção da apostila. Então, provavelmente, quando for fazer seu pedido, a Srª Jacy teve de legalizar seus documentos na Embaixada da Alemanha para que eles pudessem ser enviados ao exterior. Isso demora, isso custa dinheiro, isso tem... Isso, de alguma forma, dificulta o exercício do direito pelos brasileiros no exterior.

Mais de cem países já são parte dessa Convenção. O Brasil ainda não o é, mas já foi encaminhado ao Congresso Nacional – e está com tramitação rápida – e entendemos que, muito brevemente, o Congresso Nacional vai promulgar a Convenção da Haia relativa à supressão da exigência de legalização de documentos estrangeiros. Com isso, vamos passar a ter mais esse facilitador.

Então, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade e nos colocar à disposição e reiterar que, ao finalizar aqui, estaremos à disposição a quem tiver necessidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Bom, eu quero agradecer a participação do Dr. Arnaldo Silveira. Quero lhe dizer, antecipadamente, que terei todo interesse, lá na Comissão de Relações Exteriores, de pedir uma tramitação célere. Eu sou integrante da Comissão também e gostaria que, se possível, pudesse me deixar os números e nomes desses projetos para que nós possamos fazer uma gestão no sentido de uma maior rapidez.

Eu queria aqui, antes de passar a palavra para a Drª Kátia, registrar duas questões: uma pergunta e uma colocação aqui muito relevante. A pergunta para a senhora vem de São Paulo, da Srª Lhelly Germina Nery Silva. Ela gostaria de saber se a mãe de Amy, Karla Janine Martins Albuquerque, está podendo visitar a filha e se o governo americano continua assistindo Amy após as denúncias de abuso.

Eu recebi aqui, no meu WhatsApp, uma mensagem da jornalista Isly Viana, de Recife. Ela acompanha esse caso e está acompanhando esta audiência. Ela diz: "Queria lhe passar somente uma informação: o homem em questão foi condenado por pedofilia em 1996", ao contrário do que teria sido dito aqui. Ela diz também (é verdade, ela me passou quando estive lá em Recife na TV Clube e no Jornal Diário de Pernambuco, uma série de documentos) que, além daqueles documentos, "há também outros demonstram registros do abuso denunciado em 09 de agosto de 2010".

Então, eu vou passar a palavra à Drª Karla; depois, se a Drª Luiza quiser se manifestar ou, pelo menos, a gente puder cobrar dela aqui se pode nos ajudar no sentido de confirmar essa informação por intermédio de nossa representação diplomática em Miami.

Bom, com a palavra, Drª Kátia.

A SRª KÁTIA ALBUQUERQUE – Bem, é muito oportuna a intervenção da jornalista que, inclusive, esteve em audiência lá no local e que tem acesso a toda documentação que Karla tinha, que Karla tem, e que está à disposição de todos quantos queiram realmente saber a veracidade dos fatos sofridos por sua criança, minha neta.

Karla recebeu *green card* por provar, diante do governo dos Estados Unidos, a violência doméstica. Então, isso é fato concreto. O entendimento entre a OAB e o American Bar Association foi realizado no sentido de uma atuação *pro bono* – e isso não foi conseguido. Não houve uma resposta do Bar Association. O defensor público, pelo que nós temos buscado, ele não atua em casos de família.

Não houve indicação de defensor público. Orientaram-nos a buscar no Google um advogado. E isso por pessoa do Consulado de Miami. Não cremos que seja a melhor prática pedir notícias de uma criança na situação em que ela se encontra, sob a guarda do *sexual offender*, ao próprio e ao advogado dele, que por todo o histórico que nós temos, pois está provado na internet, tem um comportamento igual; recentemente esteve preso.

Em 2007, buscamos a cidadania brasileira para Amy, quando uma procuração pública ali foi expedida em favor da tia da Karla e minha irmã, Kilma Sarmento. A partir dessa data, nós procuramos a cidadã da Amy, até porque, como já previámos, Amy quase que nascia no *shelter* para mulheres que sofrem violência doméstica, onde a mãe esteve nos primeiros meses de gravidez.

Quanto ao desconhecimento de anterior registro, já foi esclarecido e é de se ficar pasmo como não se tem conhecimento disso. É um recorde público da justiça criminal dos Estados Unidos. Ele, o senhor biológico genitor, pagou uma indenização, fez um acordo pecuniário para não continuar preso. Ele, quando na condicional, infringiu os ditames da condicional. Lá eles usam um termo de quebrar a condicional. Foi isso o que aconteceu.

Há documentos, sim, que dizem dos abusos. Temos um relato público, feito na mídia, pela psicóloga que atua em caso de crianças, na época em que foi constatado. É um relatório conclusivo, mas há relatórios outros também. E há perícias nas roupas de Amy que não foram realizadas. Então, resta-nos perguntar o que deve ser feito pelos órgãos competentes, e o que se faz, o que se pratica na realidade. Porque em muitos casos não podemos provar as nossas idas ao consulado, porque não temos registro. Mas esses registros deveriam constar de um documento qualquer, uma pasta onde houvesse a história, o histórico da situação.

Mas nós buscamos, sim. Temos *e-mails* de pessoas daqui do Brasil, pessoas de Pernambuco, que nos remeteram... É porque nós não queremos entrar em pequenos detalhes que se transformam em um imenso universo de idas e vindas, de contradições. A verdade é que Karla lutou e luta, é digna sim, é uma trabalhadora sim. Mas há um desgaste natural. Todos temos limites. Somos humanos. Eu estou no meu limite. Karla se encontra há algum tempo além do limite. Há dificuldades de toda ordem, inclusive dificuldades financeiras. Nós buscamos advogados *pro bono*, nós buscamos defensores, nós somos pessoas que temos acesso às informações, e, mesmo assim, não conseguimos o êxito em nossas atuações.

E a Amy pede socorro. Ela está há muito com um pedófilo convicto, com abusos perpetrados contra outras crianças, filhas e enteadas do mesmo. Então, essa é a nossa história, esse é o nosso histórico. Nós não nos atemos a suposições, a fatos aleatórios, muito menos a mentiras, a inverdades. Nós estamos com a verdade. Nós buscamos apenas que essa verdade seja reconhecida.

Nós pedimos respeito a uma criança. Não há na história criança apátrida, mas, se houvesse, ainda assim seria uma criança, é uma criança. Ela é uma criança como nós, com muito equilíbrio emocional, e isso está sendo contrário até... Nós temos muito equilíbrio emocional, nós estamos perdendo também isso.

A Amy se expressa em três línguas, é uma criança superdotada. Ela faz os relatos do que aconteceu com ela, fala com as outras crianças, quando estão com seus pais, se os pais fazem isso com essas crianças. Eu nunca consegui ouvir o relato completo de Amy, muito embora tenha ouvido outros relatos quando da minha atuação profissional, quando eu atuava nas varas da infância e adolescência. Mas, da minha neta, não posso ouvir. Sempre pedi para ela falar com a mãe dela. A escola soube, muitos souberam, muitos não querem saber. É uma história feia, é uma história que as pessoas não gostam de ouvir, mas é uma história verdadeira. Apenas isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Quero agradecer a participação da Srª Kátia Albuquerque; Sr. George Lima, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministra Luiza Lopes da Silva, do Ministério das Relações Exteriores; Dr. Fabrício Bittencourt da Cruz, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça; Sr. Arnaldo José Alves Silveira, representante da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça; e todos que nos acompanharam nesta audiência. Quero agradecer também às Srªs Jacy Berger e Eliana März.

Quero também reforçar essa preocupação e pedir encarecidamente à representação do Ministério das Relações Exteriores que possa confirmar essas informações que recebemos e as complementares, por parte da Drª Kátia, na medida em que se extrapola aí, como disse ela, a própria questão da nacionalidade.

Trata-se de uma criança. Se essas informações correspondem à realidade, é preciso que criemos mais condições para que a família faça chegar às autoridades americanas – nós sabemos que elas são muito cônscias da importância de se evitar esse tipo de prática, conhecemos o modo de pensar da sociedade americana em relação a isso –, não sei se o fato de se tratar de uma pessoa de outro país ou filha de estrangeiro, se há o mesmo zelo, mas vamos continuar acompanhando esse assunto. Aguardamos que esta audiência do dia 24 tenha um resultado positivo. Queremos pedir também o acompanhamento do Ministério das Relações Exteriores a essa audiência e o pleno esclarecimento de todos esses fatos.

Acho que o que está em jogo aqui é principalmente a saúde psicológica de uma criança que está em meio a uma disputa com muitas controvérsias. São muito fortes os argumentos que a família coloca. Reconhecemos também todos os argumentos que foram colocados aqui quanto à limitação da intervenção do nosso País, de suas autoridades, no caso, mas temos que levar até as últimas consequências a possibilidade de essa intervenção acontecer.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2015.

Às dez horas e doze minutos do dia dois de julho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Benedito de Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Antonio Anastasia. O Senhor Senador Tasso Jereissati justificou sua ausência. Deixam de comparecer os demais Senadores. Às dez horas e quinze minutos a presidência é assumida pelo Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente retifica a decisão da Comissão referente à coordenação de grupos parlamentares, que compete à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento. Comunica ainda a abertura do prazo de apresentação de emendas ao PLDO/2016, de 2 a 7 de julho do corrente. Passa-se à PAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2011, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, que "Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich "menos quatro horas" para o fuso horário Greenwich "menos cinco horas"." Não havendo quorum para deliberar, passou-se ao item 2. Após a aprovação do item 2, ocorreu a votação deste Projeto. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela prejudicialidade da matéria. ITEM 2) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013, cuja autoria do Projeto é do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e a Ementa do Projeto é "Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do relatório analisando as emendas apresentadas. Usam a palavra os Senhores Senadores Lasier Martins, Antonio Anastasia e Cristovam Buarque. Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 6 – CRE Consolidada) pela rejeição das emendas de nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 – CRE, pela aprovação das Emendas nºs 2, 3, 9 e 10– CRE e pela aprovação parcial das Emendas nº 14 e 24 – CRE, apresentadas em Turno Suplementar ao Substitutivo ao PLS nº 288, de 2013. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Define crime conexo, para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Usa a palavra a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin. Pedido de vista coletiva concedido. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2013, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela prejudicialidade da matéria. ITEM 5) MENSAGEM (SF) Nº 77, de 2013, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Fe-

deral, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Ricardo Ferraço, que profere o relatório. Lido o relatório, é aprovado o Requerimento nº 57, de 2015-CRE. ITEM 6) MENSAGEM (SF) Nº 36, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Roberto Requião, que faz a leitura do relatório. Fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 8) MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras." O Presidente designa Relator "ad hoc", Senador Paulo Bauer, que faz a leitura do relatório. Fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 9) MENSAGEM (SF) Nº 42, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 7) MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no principado de Andorra." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Romero Jucá, que faz a leitura do relatório. Usa a palavra o Senador Edison Lobão. Fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 43, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes e outros, que "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II e 113, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Relações Exteriores (CRE), para tratar da Ferrovia Transcontinental, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: • Casa Civil da Presidência da República; • Ministério dos Transportes; • Ministério das Relações Exteriores; • Conselho de Estado da República Popular da China; • Governo do Peru; • Conselho Empresarial Brasil-China – CEBC; • Grupo de Trabalho Brasil-China-Peru." Aprovado. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 55, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RRE 36/2015, que seja estendido o convite para participação da Audiência Pública que tratará do fluxo migratório de haitianos para o Brasil ao senhor: Jacques Duckson – Presidente da Organização de Suporte das Atividades dos Haitianos no Brasil." Adiado. EXTRAPAUTA: ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 56, de 2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati, subscrito pelo Senador Antonio Anastasia, que "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, §2º, inciso V da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Mohammad Ali Ghanezadeh, Embaixador do Irã no Brasil, para que compareça em audiência pública à Comissão de Relações Exteriores desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre violações de direitos humanos no Irã. Aprovado. ITEM 12) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que "Aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 57, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 383, inciso II, "a",

e inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, o envio, pelo Ministério das Relações Exteriores, das informações abaixo elencadas, as quais não constam na documentação do Ofício nº 24 G/SG/AFEPA/AGEX/COR/PARL, de 14 de maio de 2015. Solicito também, nos termos do art. 335 do Regimento Interno, o sobrestamento da matéria enquanto tais informações não sejam recebidas por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 1) O Requerimento nº 164, de 2015, solicitou o envio da "série completa das comunicações oficiais sobre o Senador Roger Pinto Molina, trocadas entre a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e a Embaixada em La Paz, no período compreendido entre maio de 2012 e a presente data". Entretanto, verificamos a ausência de expedientes sobre o assunto aos quais a Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe (SGAS), do MRE, não teria tido acesso por sua classificação ultrassecreta ou por não ter sido distribuída à SGAS. Faltam, ainda, várias das comunicações oficiais mencionadas nas razões de defesa do Ministro Eduardo Saboia. 2) Foram solicitadas, ainda, "outras comunicações (faxes, ofícios) porventura trocadas entre a Secretaria de Estado e a Embaixada em La Paz, bem como (informações, ajuda-memórias) entre o Ministério das Relações Exteriores e a Presidência da República, inclusive os registros do Itamaraty sobre as tratativas entre diplomatas brasileiros e prepostos bolivianos a respeito do destino do Senador Roger Pinto Molina". Porém, não há quaisquer destes documentos entre as informações enviadas ao Senado Federal. Requeremos, portanto, o envio de: informação à Presidência da República nº 6, mencionada nas razões de defesa do Ministro Eduardo Saboia; documento apócrifo, incluído nos autos da sindicância, que relata as negociações, no Grupo de Trabalho, relativas ao Senador Roger Pinto Molina; certificação do Itamaraty de que não existem outras comunicações entre o MRE e a Presidência da República sobre as tratativas entre diplomatas brasileiros e bolivianos a respeito do destino do Senador Roger Pinto Molina. 3) O Ministério das Relações Exteriores foi questionado no Requerimento de Informações se "houve resposta do MRE ao pedido de orientação adicional formulado no telegrama 379, de 2013, expedido pela Embaixada em La Paz à Secretaria de Estado". No Ofício, não há resposta à pergunta. Solicitamos o reconhecimento de que o Itamaraty nunca respondeu ao pedido de orientação adicional objeto do telegrama nº 379. 4) Anteriormente, foi requisitado ao Ministério "cópia do despacho telegráfico 122/2013, expedido pela Secretaria de Estado à Embaixada em La Paz e de eventuais pareceres jurídicos que fundamentaram a decisão de restringir as visitas ao Senador Roger Pinto Molina". Verificamos que nos foi enviado apenas o despacho telegráfico de nº 122/2013. Há, portanto, omissão do Ministério quanto a cópia de eventuais pareceres da Consultoria Jurídica do Itamaraty ou da Advocacia Geral da União que atestem a pertinência das restrições a visitas objeto do despacho telegráfico nº 122/2013 (e questionadas no telegrama nº 379/2013) à luz da Convenção de Caracas e da sua constitucionalidade e legalidade. Não havendo tais pareceres, o Ministério das Relações Exteriores deve reconhecer que a instrução não foi objeto de avaliação jurídica interna prévia e que, mesmo depois de questionada no telegrama nº 379, não houve parecer a posterior que justificasse que fosse mantida a instrução constante do despacho telegráfico nº 122/2013. 5) Não consta o áudio ou a transcrição do depoimento do Senador Roger Pinto Molina perante a Justiça Federal, embora o Requerimento nº 164, de 2015, seja expresso em solicitar a "cópia dos autos da sindicância, inclusive os termos de inquirição de testemunhas e de interrogatório do acusado, bem como eventual termo de indiciamento do acusado e texto de sua defesa escrita"". Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicados.

Retifico decisão desta Comissão referente à Coordenação de Grupos Parlamentares informando que essa Coordenação compete à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento, conforme expresso no Regulamento Orgânico do Senado Federal (art. 245, §2º, inciso III).

Comunico a abertura de prazo para apresentação de emendas ao PLN nº 01, de 2015, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, e dá outras providências.

Abertura do prazo: dia 2 de julho de 2015, hoje, quinta-feira.

Encerramento: dia 7 de julho de 2015, terça-feira próxima, às 18 horas.

As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas do Prodasen e a via impressa assinada pelo Senador membro, entregue na Secretaria da Comissão.

O item 1 da pauta é o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2011.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2011
– Terminativo –

Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich "menos quatro horas" para o fuso horário Greenwich "menos cinco horas".
Autoria: Deputado Pauderney Avelino
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela prejudicialidade
Observações:
1 – Em 12/03/2015, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria.
2 – A matéria constou na Pauta dos dias 30/04/2015 e 14/05/2015.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – O Relator, Senador Jorge Viana, fez seu relatório pela prejudicialidade.

Como não temos quórum para deliberar os projetos terminativos, vamos aguardar que o quórum se complete.

Passamos ao Item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2013
– Terminativo –

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Conclui pela rejeição das emendas de nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 – CRE e pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 9 – CRE, apresentadas em Turno Suplementar ao Substitutivo ao PLS nº 288, de 2013.
Observações:
1 – Em 21/05/2015, foi aprovada a Emenda n. 6/2015-CRE, Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;
2 – Em 11/06/2015, foi lido o relatório sobre as emendas e concedida vista ao Senador José Agripino.

O projeto também é terminativo, mas passo ao Senador Ricardo Ferraço para que ele possa fazer a leitura do seu relatório. Colocaremos em discussão e esperaremos o quórum para que possamos efetuar a votação.

O Senador José Agripino apresentou 14 emendas. Lembro às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço, para proferir o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, os requisitos formais e materiais para a apresentação das emendas encontram-se plenamente atendidos. No entanto, no mérito, consideramos que apenas as alterações propostas pelas emendas de nºs 2, 3, 9 e 10 e, parcialmente, as de nºs 14 e 24, de autoria dos Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, Lasier Martins e José Agripino, respectivamente, aprimoram e aperfeiçoam a redação da proposição principal, sem prejuízo de seu objeto central.

A alteração proposta pelo Senador Humberto Costa visa tão somente alterar a redação a fim de colocar o artigo em consonância com o novo Código de Processo Penal já aprovado pelo Senado, bem como as Leis nºs 12.683, de 2012; 12.830, de 2013; e 12.850, de 2013. São importantes as contribuições trazidas pelo Senador Humberto Costa, à medida que estamos fazendo uma adequação ao novo Código de Processo Penal, aprovado pelo Senado.

A emenda do Senador Jorge Viana objetiva a manutenção de mudança recentemente aprovada pelo Senado Federal. Uma oportuna iniciativa a do Senador Jorge Viana. Mais precisamente, cuida-se do art. 4º da Lei

nº 12.968, de 6 de maio de 2014, e sua manutenção representaria tanto coerência do Poder Legislativo quanto a preservação de importante conquista para os cidadãos de países que experimentavam alguma dificuldade na obtenção de visto para ingresso em Território nacional.

É importante, Sr. Presidente, esclarecer àqueles que nos estão acompanhando que este projeto institui a Lei da Migração, que visa regular a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, assim como estabelecer normas de proteção ao emigrante brasileiro, entre outras providências. Essa lei altera o foco, porque o Estatuto do Estrangeiro vigente foi instituído ainda no período de exceção, e essa é uma lei absolutamente defasada e carcomida pelo tempo na medida em que a lei em vigor considera como precondição questões relacionadas à segurança nacional. Isso não faz nenhum sentido.

Por isso, estamos atualizando essa lei, incorporando a ela um conjunto de valores e fenômenos a que estamos assistindo no processo de migração não apenas na América do Sul, mas em toda a Europa, no Mediterrâneo. Esse também é um tema que tem sido priorizado pelo Parlamento europeu.

Portanto, estamos trazendo para a conjuntura dos tempos atuais novos conceitos, valores e assim por diante.

Optamos por rejeitar as emendas apresentadas pelo nobre Senador Romero Jucá. A emenda de nº 4-CRE, em nossa opinião, incorre em vício de iniciativa, além de consideramos a expressão "interesse nacional" muito vaga, remetendo-nos ao Estatuto do Estrangeiro, o qual desejamos eliminar por completo em nosso substitutivo – virar essa página, varrer esse tipo de entulho que vem do tempo do autoritarismo.

As Emendas de nºs 5 e 6 isentam do visto de trabalho o marítimo em viagem de longo curso possuidor de carteira de identidade emitida por país que tenha ratificado a Convenção nº 108, da Organização Internacional do Trabalho. Para ingressar no Brasil bastaria uma carteira de marítimo emitida pelo país de nacionalidade ou da bandeira do navio, independentemente de ter ou não ratificado a Convenção. A questão aqui está ligada, para nós, à perda de reciprocidade em relação aos marítimos brasileiros, que não terão seus documentos de identidade emitidos no Brasil aceitos por outros países que não oferecem essa mesma facilidade.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ou seja, nós estaríamos concedendo ao marítimo estrangeiro condição diferente daquelas que obtêm os nossos marítimos. Portanto, a condição de reciprocidade é uma premissa para o equilíbrio nesses relações.

A Emenda de nº 7 nos parece mais gravosa, na medida em que, além de pretender eliminar qualquer tipo de visto para o marítimo que ingressar no Brasil, estende a facilidade para marítimos que venham ao nosso país em qualquer tipo de navegação, não somente a de longo curso. Isso atingiria diretamente a capacidade de estabelecimento de políticas para a contratação de tripulantes brasileiros para navios de bandeira estrangeira, afetando diretamente o emprego de milhares de brasileiros. Ressalte-se que pouquíssimos países do mundo abrem a sua navegação, em sua totalidade, a embarcações de bandeira estrangeira, sendo assim uma medida comum para proteger a geração de emprego e oportunidade para brasileiros, assim como sua própria frota.

De novo, aqui, não acatamos essa emenda, porque consideramos que ela não estabelece uma relação de simetria e de equilíbrio com os nossos brasileiros trabalhadores marítimos.

Embora reconheça como louvável toda a argumentação do ilustríssimo Senador Lasier Martins para apresentar suas emendas, optamos pela rejeição das Emendas nºs 1 e 8. Consideramos que a supressão proposta na Emenda nº 1 compromete a efetividade das instituições e a implementação das políticas públicas brasileiras para migrações, uma vez que inviabilizaria a existência de órgãos, inclusive alguns já existentes, que desempenham função de execução e de regulação das hipóteses migratórias.

Ou seja, nós estamos aqui, nessa lei, Senador Lasier Martins, estabelecendo as grandes diretrizes. Mas existem órgãos, Sr. Presidente, como o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que é ligado, por exemplo, ao Ministério do Trabalho, que necessita de autonomia para o enfrentamento de questões imprevisíveis que demandam agilidade, a exemplo de questões relacionadas a equipamentos importados. Um empreendedor necessita de um visto para que um trabalhador de origem estrangeira possa vir ao Brasil, para que, aqui, possa desenvolver assistência técnica. É necessário que o CNIg, do Ministério do Trabalho, possa ter esse tipo de autonomia para que ele possa regular esse tipo de migração. Se não for dado não apenas ao CNIg, mas também à Secretaria Nacional de Justiça, ao Departamento Estrangeiro esse tipo de autonomia, nós estaríamos engessando esse órgão na medida em que nós estamos impedindo que eles possam, de alguma forma, regular ações do cotidiano da vida nacional que exigem esse tipo de flexibilidade. Portanto, não considero adequado que na Lei de Migração todos esse detalhes possam a compor, porque nós estaríamos engessando alterações e mudanças no dia a dia da rotina, até considerando a integração do nosso País.

Ademais, em todos os sistemas migratórios desenhados durante os períodos democráticos, todos esses países convivem com mecanismos que permitem a atualização de hipóteses normativas dentro do quadro geral de princípios e do regime jurídico definido pela moldura legal sob a forma de orientações programáticas ou de vedações e impedimentos, ou seja, esses órgãos do Governo, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Justiça, não têm autonomia para além das diretrizes que estamos estabelecendo aqui, mas julgo necessário que eles tenham autonomia para regular atividades de rotina, como alguns desses exemplos práticos que eu estou aqui a apresentar. Por isso, peço vênia ao meu estimado Senador Lasier Martins para minhas argumentações.

Também a Emenda nº 8 propõe alterar o núcleo de artigo onde estão definições fundamentais da legislação migratória proposta. Além de abarcar uma realidade social extremamente específica, difícil de captar, pensamos que o mecanismo, ao contrário da opinião do Senador Lasier Martins, dá amparo legal e efetivo para uma importante atuação do policiamento de fronteira a cargo da Polícia Federal.

Sr. Presidente, nós consultamos a Polícia Federal, que, objetivamente, está na linha de frente, atuando nas nossas fronteiras. Nós aqui, a partir dessas contribuições que recebemos da Polícia Federal, que lida com o dia a dia, no projeto que nós apresentamos, damos uma espécie de trânsito livre para as minorias indígenas que habitam essas regiões fronteiriças, ou seja, são populações com características muito próprias. Em todo diálogo que nós fizemos com a Polícia Federal, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça consideraram importante que nós deixássemos claro no estatuto legal que essas populações gozam desse tipo de liberdade para transitar, porque, por exemplo, no caso dos ianomâmis, não deixar claro cria um grau de incerteza, um grau de insegurança na operação da Polícia Federal.

Então, em razão disso, nós não estamos acatando, porque achamos importante que aqueles que estão lidando no dia a dia com essa operação possam enriquecer com seu trabalho. Por isso mesmo é que nós estamos rejeitando essa emenda, mesmo considerando, evidentemente, a legitimidade da iniciativa do inestimável Senador Lasier Martins.

Acatamos a Emenda nº 9, por concordar com o Senador Lasier Martins que o melhor parâmetro para a idade a fim de se proibir a expulsão seja mesmo o nosso Código Penal, e não o Estatuto do Idoso, passando, portanto, de 60 anos, em nosso relatório original, para os 70 anos propostos pelo Senador Lasier Martins.

Acatamos ainda a última emenda do Senador Lasier Martins, de nº 10, que propõe o acréscimo do terrorismo no conjunto de atividades que o Supremo Tribunal Federal poderá considerar como crimes políticos para fins de extradição, porque tem por mérito adequar a redação da nova lei não apenas a tratados internacionais vigentes para o Brasil, mas considerar o que está previsto na Constituição Federal, no seu art. 4º, inciso VIII, e na definição também como crime hediondo, pela Lei 8.072, de 1990. Mesmo considerando que isso não está tipificado no Código Penal, nós estamos acatando, em razão de um estímulo e uma motivação para que o Congresso brasileiro possa enfrentar essa questão. Mas considero adequada, conveniente, a boa contribuição, mais essa boa contribuição que dá o Senador Lasier Martins, tendo em vista que a nossa política externa considera, no seu art. 4º, que esse é um dos princípios que devem presidir as nossas relações.

Estamos também sugerindo, Sr. Presidente, a rejeição das Emendas de nºs 15 a 23, do meu estimado amigo, Senador José Agripino. Todas essas emendas sugerem que seja incluído o Ministério Público Federal como autoridade central nas medidas de cooperação reguladas pelo Substitutivo. Consideramos que tal mudança não se mostra adequada com os imperativos da Constituição Federal.

O autor das emendas apresenta, por diversas vezes, como justificativa para atribuir o papel de autoridade central ao Ministério Público, o modelo de cooperação direta da União Europeia, no qual o encaminhamento dos pedidos pode ser feito entre os órgãos de persecução penal especializados, isto é, o Ministério Público.

Entretanto, precisamos clarificar que existem diferentes modelos de implementação de Extradição, de Transferência de Pessoas Condenadas e de Execução da Pena. Estes são derivados da moldura constitucional de cada país e, portanto, não podem ser comparados isoladamente sem essas considerações. No modelo francês, por exemplo, os procuradores detêm certo papel em processos de cooperação, mas o Ministério Público, na França, é parte do Ministério da Justiça, portanto, parte do Poder Executivo e a ele hierarquicamente vinculado. Isso difere frontalmente da autonomia e da independência do Ministério Público em nosso País. A maior parte das constituições europeias, como a brasileira, induz a modelos com autoridades centrais dentro do Poder Executivo, como: Alemanha, Áustria, Finlândia, Itália, Noruega. Enfim, buscamos fazer uma avaliação, no Direito comparado, para identificarmos precedentes nessa direção. Para citar mais dois modelos constitucionais, os Estados Unidos e Israel, por exemplo, também concentram tal autoridade no Executivo: a função de autoridade central é, de fato, conduzida com o apoio dos distritos de autoridade, que são, contudo, vinculados hierarquicamente ao Ministério da Justiça ou equivalentes. Ou seja: como na França, o Ministério Público está vinculado ao Ministério da Justiça.

Não se deve também proceder à comparação com o modelo adotado dentro do espaço comum europeu, tendo em vista suas características de livre circulação. Frise-se que tal modelo não vigora nas relações entre os países que compõem a União Europeia e terceiros Estados. Ou seja: essas regras valem para os nacionais europeus, mas não valem nas relações de países europeus com outros Estados nacionais.

De fato, nossa Constituição, através do art. 21, inciso I, preconiza que é competência da União manter relações com Estados estrangeiros, o que é ainda reforçado pelo art. 84, VII, sendo o Poder Executivo o responsável por definir a qual órgão, internamente, caberá as atribuições de autoridade central.

Em que pese esta não ser competência do Ministério Público, creio por bem ressaltar seu papel absolutamente relevante ao zelar o *parquet* pela legalidade dos procedimentos no papel de custos legis.

Portanto, o que estamos mantendo aqui, Sr. Presidente, é a definição, como não poderia ser diferente, do Ministério da Justiça, do Poder Executivo, que está regulado pelos artigos da Constituição Federal. Ou seja: o Poder Executivo continua como autoridade central, mas o Ministério Público Federal é parte até porque é titular da ação penal.

Por essas razões, em relação à Emenda nº 11, que visa alterar art. 51... Estamos rejeitando essas emendas que tratam de transferir essa responsabilidade para o Ministério Público considerando os preceitos da Constituição Federal. A Emenda de n°11 visa alterar o art. 51. Entretanto, já acolhemos anteriormente mudança neste artigo proposta por emenda do Senador Humberto Costa. Ou seja, essa boa contribuição que trouxe o Senador José Agripino está, portanto, acolhida através de emenda anterior.

A Emenda nº 12, além de incorrer no erro constitucional de competência anteriormente citado, dá margem, em seu *caput*, a interpretação de que seria possível a solicitação de extradição quando ainda em fase de inquérito. A prática universal e do Brasil afirma ser necessária a instauração do processo penal para extradição.

Ainda de autoria do Senador José Agripino, a Emenda nº 13 propõe a supressão do art. 81 a 105 do nosso substitutivo, o que significaria retirar do texto das Seções de Extradição, Transferência de Execução da Pena e Transferência de Pessoas Condenadas. Entretanto, como estamos revogando o Estatuto do Estrangeiro, ficaríamos com uma significativa lacuna em nossa legislação, o que não nos parece conveniente.

Optamos por acatar parcialmente as Emendas de nºs 14 e 24. Acatamos, da Emenda nº 14, os incisos I e IX, bem como os §§4º e 5º, que, de fato, aperfeiçoam a técnica legislativa. Entretanto, estamos rejeitando os §§2º e 6º da mesma emenda, por entendermos que a primeira modificação burocratiza o sistema, enquanto a segunda é inconstitucional. A Constituição veda a extradição de nacionais, ainda que temporária.

Acatamos a primeira parte da Emenda nº 24 no sentido de trasladar para a Justiça Federal a execução de pena transferida ao Brasil. Rejeitamos a segunda parte da emenda – "dependerá de homologação da respectiva sentença condenatória perante o Superior Tribunal de Justiça, ouvido o Ministério Público Federal, quando não a tiver requerido" – por entendermos que tal medida burocratiza o sistema ao impor mais uma etapa, o que consistiria em um contrassenso no âmago do projeto, que trabalha, em todos os seus sentidos, respeitando os marcos legais, para simplificar e dar velocidade a todo o trâmite.

Em face do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, votamos pela rejeição das Emendas de nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23; pela aprovação das Emendas de nºs 2, 3, 9 e 10; e pela aprovação parcial das Emendas de nºs 14 e 24, apresentadas, em turno suplementar, ao nosso Substitutivo ao PLS nº 288, de 2013.

Sr. Presidente, é assim como finalmente relatamos, em turno suplementar, na expectativa de que nós possamos, se for o caso, fazer o debate e, efetivamente, possamos concluir essa etapa na Comissão de Relações Exteriores, para que esse projeto possa caminhar para a Câmara dos Deputados.

Ao final, quero agradecer muito as contribuições que recebemos do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Justiça, das audiência públicas feitas nesta Comissão, da Academia, das organizações não governamentais, da Consultoria Legislativa, que me acompanhou ao longo desse processo, e da minha assessora Joana, que teve uma extraordinária paciência na construção desse texto...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A competentíssima Joana!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... que, se não é ótimo – e não deve ser –, está próximo do bom. Foi fruto de uma concertação construída a muitas mãos a partir, efetivamente, da iniciativa de V. Exª, que, em bom tempo, apresentou essa proposta, que já tramitou em outras Comissões, para que nós pudéssemos adequar a legislação do migrante e varrer do nosso marco legal esse entulho do tempo autoritário, em que a Lei do Migrante ou Estatuto do Estrangeiro eram norteados pelos valores inadequados da segurança nacional daquele tempo.

Dessa forma, apresentamos o nosso parecer, pedindo vênia àqueles que pensam diferentemente, mas essas são as nossas convicções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Ferraço. O senhor nos oferece um competente e minucioso parecer.

Eu abro a discussão sobre a matéria, lembrando aos meus colegas que essa é uma matéria sobre a qual devemos deliberar terminativamente. Desse modo, peço a todos que permaneçam aqui, pelo interesse do tema e também pela exigência regimental de quórum.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Sr. Presidente, Senador Aloysio, prezados colegas, em primeiro lugar, desejo louvar a iniciativa de V. Exª, que deu margem a esse debate ao qual estamos chegando agora. O projeto original é de V. Exª.

É evidente que se trata de uma tarefa árdua contestar esse trabalho do Senador Ricardo Ferraço, que, como disse o Senador Aloysio, é um trabalho competente, minucioso, exaustivo, e da lavra de um Senador de enorme experiência nesta Casa.

Mas já nos sentimos honrados em ver que, das quatro emendas apresentadas, o Senador Ferraço acolheu duas. Já nos consideramos bem-sucedidos no propósito de aprimorar essa nova lei da migração que vem substituir o Estatuto do Estrangeiro.

Agora, até incentivado por essas duas aprovações, queremos ir adiante.

A Emenda nº 1, Srs. Senadores, diz respeito às hipóteses que limitam a residência de estrangeiro no Brasil. Quero começar lembrando, Srs. Senadores, que o art. 25 enumera dezesseis hipóteses para o estrangeiro residir no Brasil – dezesseis! Diz ali: "A residência poderá ser autorizada mediante registro a pessoa que se encontre em uma das seguintes situações". E vem esse rol de hipóteses: pesquisa, ensino, extensão acadêmica, tratamento de saúde, acolhimento humanitário, estudo, trabalho, etc., até chegar ao inciso XVI. Depois, Senador Aloysio, dessa descrição exaustiva de hipóteses em que a legislação vai permitir... Até indo ao encontro de seu projeto original, Senador Aloysio, quando criou o projeto, V. Exª dizia: "Condições que tenham sido estabelecidas exclusivamente por lei, não deixando espaço para discricionariedade do Poder Executivo". Aqui é o problema, porque, depois dessa enumeração de quinze hipóteses, o que diz o inciso XVI? "Outras hipóteses definidas em regulamento". Ora, isso neutraliza tudo o mais, porque a legislação estabelece quinze hipóteses, a lei, mas, com o inciso XVI, o Executivo pode entrar em ação e fazer o que quiser. Então, abre um leque ilimitado de hipóteses em que o Executivo também vai dizer qual é o estrangeiro que pode residir no Brasil. Quantas opções, quantas alternativas, quantas situações obscuras poderão ocorrer? E o risco de interesses políticos, sejam quais forem?

Por isso, quero louvar o original de V. Exª, Senador Aloysio, quando V. Exª disse, no original, que se deve prevenir a discricionariedade do Poder Executivo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Poder Executivo não pode tudo. A lei define os limites do que ele pode e do que não pode. Ele não pode tudo. Ele não pode de maneira discricionária contrariar qualquer dos artigos relacionados.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Mas pode criar novos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desde que não colidam com as diretrizes impostas na lei que estamos debatendo e votando. Portanto, é só apenas essa retificação. Podem eventualmente surgir questões que, por atos normativos ou por regulamento de qualquer dos órgãos do Ministério do Trabalho, no caso o CNIg... Podem? Podem existir, mas não podem estar para além do que está definido como limite nesta...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas essa...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito. Vou dar a solução, Senador. O CNIg regulamenta o que a Lei da Migração criar. O CNIg não tem poder de criar novas... Ele regulamenta o que já existe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É verdade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Se houver alguma hipótese nova de urgência e relevância, o que o Executivo pode fazer? Uma MP, e resolve tudo.

Então, a proposta da nossa Emenda, Srs. Senadores, é pela supressão do inciso XVI. Ele abre uma porta para a discricionariedade do Executivo.

Então, já que estamos trabalhando numa lei nova, moderna, sob todos os aspectos, vamos limitar as hipóteses exclusivamente ao Legislativo. Não abrir nenhuma hipótese. Aí vamos relembrar o período da ditadura, em que a ditadura colocava residência de estrangeiro como bem entendia. E temos que fechar essa porta.

Essa é a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu gostaria, se o colega permitisse, que nós pudéssemos prosseguir um pouco. A sua objeção já está bem registrada pelo Relator. Nós te-

remos ainda tempo para o Relator voltar a usar a palavra, meditando sobre a argumentação de V. Exª, sobre os limites desse poder regulamentar, que, evidentemente, tem que ser os limites da lei. Imagino que o Senador Ferraço não tenha imaginado que pudesse haver outros limites. Mas, enfim, eventualmente, o Senador Ferraço pode meditar sobre isso e vamos prosseguir, então, no debate. Concorda, Sr. Relator?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Lasier? Prosseguir um pouco no debate e, ao final, após ter meditado sobre o conjunto das objeções, o Senador Ferraço pode se pronunciar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos recolher as mais diversas contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente.

Muito bem. Continuam abertas as inscrições.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes; Sr. Relator, Senador Ricardo Ferraço; Srªs Senadoras e Srs. Senadores; primeiramente, quero cumprimentar o Presidente pela iniciativa de apresentar esse projeto. Acabo de ler um artigo que V. Exª me encaminhou, de uma revista especializada na área, que demonstra de fato a oportunidade de nós, como muito bem lembrou o eminente Relator Ferraço, revogarmos o Estatuto do Estrangeiro, que já remonta a um entulho autoritário, como se diz, de uma legislação que não se coaduna com os tempos atuais.

Aliás, o tema da migração é um tema relevantíssimo. Se observarmos, meus eminentes pares, só aqui nesta nossa bancada, quantos e quantos sobrenomes estrangeiros nós temos! O Brasil é um país formado de imigrantes também. Felizmente, formamos uma nação coesa, una, com unidade cultural, com a participação dos nossos nativos, ameríndios, povos que vieram da África, europeus e tantos outros.

Por isso, é muito importante nós não nos afastarmos disso. E o novo projeto, bem lançado por V. Exª e muito bem relatado e aprimorado pelo Senador Ricardo Ferraço, é um passo muito positivo nesse sentido.

Então, queria fazer aqui a louvação dessa iniciativa e, se me permite, tão somente, não me estendendo na observação colocada pelo Senador Lasier, acho que o Senador Lasier tem uma preocupação, de fato, muito importante quando coloca a questão dos limites à discricionariedade, mas, pedindo a ele vênia, parece-me que nós estamos aqui diante daquela velha discussão: se são *numerus clausus* ou uma relação meramente exemplificativa.

Pessoalmente, parece-me, Senador Lasier, Senador Ferraço, que a solução do Relator é positiva, porque, de fato, o poder regulamentar, que é um dos poderes inerentes à administração, está contido sempre nos limites da norma. Qualquer fato novo colocado aí, primeiro, tem que se moldurar dentro do que está previsto no dispositivo. E mais ainda, tem que ser motivado. A motivação é um elemento essencial dos atos administrativos.

Então, em razão de uma situação superveniente, não prevista na legislação, eu acredito que, de fato, o poder regulamentar daria boa solução. A proposta do Lasier até que resolveria o caso, uma medida provisória, mas aí nós estaríamos só mesmo naquilo que eu chamo de furor legiferante do Brasil, que gosta de resolver tudo em lei. E, muitas vezes, a ação administrativa – é claro, contida nos limites do poder regulamentar e sob controle interno e externo dos seus limites, como ensina a boa doutrina – daria bom cabo.

Então, acredito que a solução colocada pelo parecer do Relator é bem-vinda. Mas o objetivo é cumprimentar e observar que nós estamos avançando no nosso arcabouço normativo no caso dos imigrantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

Continua em discussão a matéria.

Senador Cristovam Buarque, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Primeiro, quero dizer da satisfação de ver a preocupação brasileira, nossa, com esse problema. Se existe um problema grave, hoje, no mundo, é a migração.

O que nós estamos vendo na Grécia, hoje, é um drama grego que tem tudo a ver com a humanidade inteira. Há necessidade de austeridade porque, sem ela, a gente destrói a natureza, a gente promove migrações em massa, como estão acontecendo. E, ao mesmo tempo, gera desequilíbrio econômico.

A diferença é se a austeridade virá imposta pelo Fundo Monetário ou se virá pela inflação. As pessoas esquecem que é a mesma coisa. A única diferença é que o corte de gastos diminui o dinheiro no bolso e a inflação diminui a quantidade de coisas que você compra com o dinheiro no bolso. Se não houver um novo projeto, uma mudança no conceito de progresso, a migração será inevitável e crescente no mundo. Como a

lei da gravidade faz com que os corpos caiam, a pobreza faz com que as pessoas migrem. Então, o Brasil sai na frente trazendo uma proposta.

Agora, eu concordo com a preocupação do Senador Lasier. Da maneira como está, nós vamos deixar que o Governo, a cada momento, faça como quiser. Isso é temerário, porque os governos mudam – felizmente, aliás. Então, se os governos mudam, as consequências da lei mudam. Logo, não é uma lei, é permitir uma arbitrariedade do Executivo em relação a um assunto tão fundamental do ponto de vista humano, humanista.

Por isso, o meu apoio à emenda do Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A matéria continua em discussão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Um arremate sempre...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Senador Lasier quer fazer um arremate.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – A medida provisória sempre será a solução. Se o Governo quiser colocar alguém ou manter a residência de alguém num caso excepcional, medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente.

Não havendo mais quem queira discutir, eu vou colocar a matéria em votação... Se o Senador Ferraço quiser se manifestar, ainda como Relator...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu mantenho a minha convicção, até porque considero que, a esta altura da República brasileira, todos nós tenhamos a convicção de que a utilização do instrumento da medida provisória já está para lá de banalizada.

E eu reitero que não procede qualquer tipo de hipótese de que o Poder Executivo terá poder discricionário. Não, o limite dele é a lei. O que nós estamos tratando é de questões e de fenômenos corriqueiros no dia a dia. A manutenção da emenda do eminente Senador Lasier Martins vai simplesmente inviabilizar a existência de órgãos como o CNIg e o Departamento de Estrangeiros. São órgãos importantes que lidam com questões da rotina. Portanto, Sr. Presidente, em que pese a legitimidade, eu não concordo com a hipótese de que nós estamos dando carta branca ao Poder Executivo, qualquer que seja ele, de qualquer partido. Não é verdade. O limite é como disse o Senador Anastasia, o limite é o que está previsto nesta lei que nós estamos deliberando. Esse é o limite, é o teto.

Portanto, eu mantenho o nosso projeto e a nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Haverá, agora, Srs. Senadores, três votações. A primeira votação é sobre o substitutivo. A segunda votação é para um grupo de emendas que foram acatadas pelo Relator, Senador Ferraço. E a terceira votação – todas elas são nominais – é para as emendas rejeitadas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Aloysio, há ainda a emenda sobre os indígenas. Também há uma emenda sobre eles. Aí como ficaria? Ficaria para depois? Seria votada...?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ela foi rejeitada pelo Relator, pelo que eu entendi, e, então, seria votada no conjunto das emendas rejeitadas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Eu queria sustentar essa emenda. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Claro. No momento em que for colocada em votação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Não seria agora, então?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O senhor apresenta um requerimento de destaque para que ela seja votada destacadamente e defende...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ele não quer destacar, ele quer sustentar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente. Não há nenhum problema.

Vamos à primeira votação. Em votação o substitutivo em turno suplementar. É uma votação nominal, ressalvados as emendas e os destaques. Quem vota com o Relator, no substitutivo, vota "sim".

Eu vou proceder agora à chamada dos que estão presentes.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Humberto Costa... Desculpe. Os titulares. Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

(*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – "Sim".

Senador Ricardo Ferraço, voto conhecido.

Aloysio Nunes Ferreira não vota agora.

Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Senador Humberto Costa já votou. Reitera o seu voto! Insiste em votar "sim"! (*Risos.*)

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vota "sim".

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – "Sim".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Temos 12 votos "sim".

Portanto, foi aprovado o substitutivo.

Agora, vamos colocar em votação as Emendas nºs 2, 3, 9 e 10, com votos pela aprovação; e a aprovação parcial das Emendas nºs 14 e 24. Ainda não é a dos indígenas. Quem vota com o Relator vota "sim" a essas emendas.

Nova chamada nominal.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Só não entendi uma coisa: a nº 1 está também na discussão agora?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não. Entre as emendas rejeitadas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Está fora. Então, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ferraço, voto conhecido.

Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Estão aprovadas essas emendas.

Agora vamos para as emendas que têm o voto pela rejeição.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu gostaria que o Senador Lasier pudesse fazer a defesa da emenda, para que possamos conhecê-la.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim, vou dar a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Está certo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Bem, Senador Lasier, V. Exª quer fazer a defesa de uma das emendas rejeitadas pelo Relator, não é isso?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A primeira emenda rejeitada já foi objeto do seu pronunciamento. V. Exª não desejaria destacá-la? Ou quer defendê-la no bloco das emendas rejeitadas?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Defendê-la no bloco.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – No bloco.

V. Exª tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Trata-se da Emenda nº 8. Ela diz respeito aos direitos dos povos indígenas – §2º do art. 1º do Substitutivo.

Nós entendemos, embora, Srs. Senadores, extremamente meritório...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª poderia repetir a leitura, para que todos possam ter...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Emenda nº 8.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Emenda nº 8.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Eu não tenho aqui à mão, nessa papelada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mas a ideia qual é, Senador, só para lembrar?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – A ideia é a seguinte: suprimir o §2º do art. 1º do Substitutivo do PLS 288. Esse parágrafo trata dos direitos dos povos indígenas na fronteira. No nosso entendimento, Srs. Senadores, está fora de lugar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª me permite? Vou ler aqui.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Leia, por gentileza. Agora eu não achei aqui. Poderia demandar um tempo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Este é o texto: "Ficam plenamente garantidos os direitos originários dos povos indígenas e das populações tradicionais, em especial o seu direito à livre circulação nas terras tradicionalmente ocupadas." Esse é o teor da emenda do texto que V. Exª pretende suprimir.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Está bem.

Então, a nossa emenda entende que não se podem abrir brechas para eventuais situações, por exemplo, de contrabando, de tráfico, de atividades ilícitas, especialmente em razão da porosidade das fronteiras brasileiras.

É tão importante essa matéria que diz respeito aos indígenas que merece uma legislação própria, um projeto próprio, porque se refere à fronteira. E nós sabemos que, principalmente na Região Amazônica, na fronteira com o Peru, exatamente por essa porosidade, dá-se a entrada, inclusive, de gente que quer se passar por indígena, mas, às vezes, são traficantes ou outros delinquentes. Então, colocam-se em risco os próprios indígenas que vivem ali.

Entendemos que, em nome de uma causa justa e dos direitos dos povos indígenas, deve haver uma legislação própria para os indígenas, porque, dentro desse projeto, esse item aparece de forma estranha, está deslocado. Para resumir nosso intuito, digo que é preciso suprimir esse §2º e criar uma legislação própria para os povos indígenas na região de fronteira, porque estamos tratando de matéria de migração, não de proteção de fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora Vanessa, V. Exª quer se pronunciar sobre o tema?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por favor!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ...de apoiar o posicionamento do Relator em relação à matéria.

Venho de um Estado que detém a maior população indígena do País, e grande parte da população indígena, aliás as etnias mais populosas estão localizadas exatamente em áreas de fronteira. O Senador Ferraço citou aqui os ianomâmis. Eu citaria outra etnia, que é a maior de todas, que é a etnia ticuna. Os índios da etnia ticuna vivem no Brasil, na Venezuela, no Peru, na Colômbia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – São nômades.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – São nômades, mas cada qual se entende ianomâmi ou ticuna brasileiro ou peruano. E eles convivem como irmãos, Sr. Presidente. Não creio que estabelecer nessa legislação qualquer tipo de restrição a eles seja o melhor caminho.

Hoje, já acontece isso, e não há problemas. Envolvimento de indígenas em ações de tráfico existe, não há dúvida alguma. Não são eles os chefes. Muitas vezes, eles são usados como aviões. Mas a Polícia Federal e a legislação brasileira também preveem mecanismos de enfrentamento dessa situação. Acho que o que não podemos, em nome disso, é limitar essa possibilidade de transitar a essas populações e etnias que se manifestam no Brasil e nos outros países.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Os órgãos de segurança podem entrar, mas não...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – É claro! Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É livre o ingresso dos órgãos de segurança.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Exatamente!

Quero apoiar aqui a redação do Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Ferraço, V. Exª quer se pronunciar antes de encerrarmos o debate sobre as emendas?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Rapidamente, Sr. Presidente, quero dizer que buscamos trazer em nosso relatório uma visão muito prática e operacional de quem lida no *front* com esse tipo de problema, porque, muitas vezes, o legislador, na teoria, deseja determinados propósitos que, na prática, na realidade, não encontram abrigo.

O que defende a Polícia Federal?

Isso já acontece hoje. Essas comunidades indígenas já fazem esse trânsito, essa migração, no dia a dia, porque são nômades. E, eventualmente, parte de seus territórios está no Brasil, parte deles está na Venezuela, parte deles está na Bolívia, assim por diante, ao longo de toda a extensa fronteira seca do nosso País. Deixar claro isso na legislação dá segurança jurídica e previsibilidade à atuação da Polícia Federal.

Sinceramente, nós somos infernizados por uma burocracia no Brasil que não tem precedentes. Vamos também infernizar a vida dessas comunidades? Vamos exigir que essas comunidades tenham passaporte ou qualquer tipo de documento para fazer migração no dia a dia? Isso está ligado à sobrevivência dessas minorias, das populações indígenas.

O problema do tráfico e dos crimes transnacionais não está vinculado a essas populações, está vinculado a outras questões que envolvem a necessidade de o Estado brasileiro colocar de pé uma política de fronteira que, efetivamente, possa trabalhar com os recursos, com os mecanismos, com a inteligência e com a tecnologia, o que, aliás, é previsto no extraordinário programa do Exército Brasileiro chamado Sisfron, que lamentavelmente não tem recebido os recursos necessários para que possa, a contento, dar à nossa fronteira seca brasileira políticas e ações de modo a minorar a existência conhecida de crimes transnacionais, importação de drogas, que inferniza a vida brasileira, de armas e assim por diante.

Eu mantenho a emenda por considerar ser importante o testemunho daqueles e daquelas que estão no dia a dia convivendo com essa realidade, e a necessidade de que eles possam ter segurança jurídica, previsibilidade, clareza numa atuação. E não concordo, em hipótese alguma, com impor restrições à movimentação das populações indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito.

Eu só entendi que o Senador Lasier não tem objeção. Ele acha que tem que ser tratado numa legislação especial.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Projeto de lei próprio até em proteção aos indígenas. Precisamos dar uma proteção especial. E sabemos o quanto é difícil, embora haja méritos na efetividade da Polícia Federal, circular naquela região que é muito extensa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, o Senador Lasier pode apresentar uma proposta legislativa com essa natureza, não é excludente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Estamos pensando em apresentar um projeto exatamente de proteção aos indígenas da fronteira do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito. Nós teremos uma audiência pública já marcada com o General Villas Bôas, que é o Comandante do Exército, para tratar especificamente da Amazônia. E seguramente aí nós recolheremos subsídios importantes para a elaboração desse seu projeto de lei.

Vou colocar em votação o voto pela rejeição das Emendas nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23.

Vou fazer a chamada nominal.

Aqueles Senadores que concordam com o Relator votam "não", paradoxalmente, mas estamos votando "não" às emendas.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Só para dirimir uma dúvida, então o Senador Ferraço acatou três. A dos indígenas também?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, ele rejeitou a emenda dos indígenas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – E acatou aquela da expulsão não mais aos 60 anos, mas aos 70 anos e a extradição incluindo terrorismo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vota "não".

Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É muito bom ter um professor de português aqui. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Edison Lobão. (*Pausa.*)

Ferraço, voto conhecido.

Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Essa emendas que citei acima foram rejeitadas.

De modo que foi aprovado o substitutivo com as Emendas nºs 2, 3, 9 e 10, e houve aprovação parcial das Emendas nºs 14 e 24, que foram apresentadas em turno suplementar.

Rejeitadas as Emendas nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23.

Portanto, superado esse item, meus cumprimentos a todos os que participaram dessa elaboração e especialmente ao Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu queria só agradecer ao Senador Ferraço o acatamento da minha emenda ao projeto. Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu que agradeço a contribuição que trouxe V. Exª, que nos permitiu adaptar o texto ao novo Código de Processo Civil. E agradeço também as contribuições do Senador Lasier Martins e o debate que ele trouxe que, seguramente, vai ter desdobramentos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nós temos mais uma votação nominal. Eu pediria aos Srs. Senadores que permanecessem mais alguns minutos, porque nós temos mais uma votação nominal. E, depois, um item, que não é terminativo, sobre a Lei da Anistia. Pretendem revogar a Lei da Anistia e, caso isso ocorra, terei de me recolher ao cárcere, uma vez que fui condenado com base na Lei de Segurança Nacional. Estou torcendo para que a lei não seja revogada.

Então, o item 1 é terminativo. O relatório já foi lido. É uma matéria absolutamente pacífica. E o relatório é pela prejudicialidade. É aquela questão melindrosa do fuso horário do Estado do Acre. Essa questão está plenamente superada, como bem relatou o Senador Jorge Viana, pela prejudicialidade.

Então, eu quero colocar em votação para que nós possamos seguir com a vida adiante.

Quem vota com o Relator Jorge Viana pela prejudicialidade da matéria vota "sim".

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – "Sim", Sr. Embaixador... Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Embaixador ainda não.

Ana Amélia. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim, Sr. Presidente.

Voto com o Embaixador do Acre, o Relator. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Ricardo Ferraço com o Relator.

Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está, portanto, aprovado o relatório do Senador que declarou a prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

Eu passo a palavra agora ao Senador Anastasia, que é o Relator do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013, não terminativo.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2013
– Não terminativo –

Define crime conexo, para fins do disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pela rejeição
Observações:
Posteriormente, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

V. Exª tem a palavra para o relatório o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou ler o relatório.

Vem a esta Comissão Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013, que define crime conexo para fim do disposto no art. 1º, §1º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1.979, a chamada Lei de Anistia.

Em síntese, a proposição legislativa em exame tem como objetivo excluir, do âmbito de incidência da Lei de Anistia, os crimes cometidos por agentes públicos, militares ou civis contra pessoas que, de qualquer forma, se opunham ao regime de governo então vigente no período por ela abrangido, afastando ainda a ocorrência da prescrição em tais casos.

Na justificação, o autor da proposição, ilustre Senador Randolfe Rodrigues, afirma que, aspas: "A Lei de Anistia necessita de revisão que retire do seu alcance os crimes cometidos por agentes públicos que atuavam na repressão aos movimentos populares contra o regime militar", fecha aspas. Ademais, o referido autor ressalta acerca da necessidade de, aspas: "Promover sua adequação aos princípios fundamentais que inspiram a Constituição de 1988 e o sistema de tratados internacionais sobre direitos humanos dos quais o Brasil é signatário", fecho aspas.

O PLS foi encaminhado, primeiramente, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo recebido lá parecer favorável a sua aprovação. Não foram apresentadas emendas ao PLS.

Análise.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o Direito Penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República nos termos do §1º do art. 61 da Carta Magna.

No mérito, o PLS nº 237, de 2013, pretende revisar a Lei nº 6.683, de 1979, também chamada de Lei de Anistia, buscando excluir de sua incidência os crimes cometidos pela repressão política da ditadura e, passados mais de 30 anos, afastar a ocorrência da prescrição em tais casos.

No âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, entendemos que a questão da revisão da Lei da Anistia já foi eloquentemente resolvida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153-DF, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, da qual extraímos alguns textos:

> (...)
> 3. Conceito e definição de "crime político" pela Lei nº 6.683/79. São crimes conexos aos crimes políticos "os crimes de qualquer natureza relacionados com os crimes políticos ou praticados por motivação política"; podem ser de "qualquer natureza", mas [i] hão de terem estado relacionados com os crimes políticos ou [ii] hão de terem sido praticados por motivação política; são crimes outros que não políticos; são crimes comuns, porém [i] relacionados com os crimes políticos ou [ii] praticados por motivação política. [...]
> 4. A lei estendeu a conexão aos crimes praticados pelos agentes do Estado contra os que lutavam contra o Estado de exceção; daí o caráter bilateral da anistia, ampla e geral, que somente não foi irrestrita porque não abrangia os já condenados – e com sentença transitada em julgado, qual o Supremo assentou – pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.
> 5. O significado válido dos textos [segue o Supremo] é variável no tempo e no espaço, histórica e culturalmente. [...] No caso das leis-medida, interpreta-se, em conjunto com o seu texto, a realidade no e do momento histórico no qual ela foi editada, não a realidade atual. É a realidade histórico-social da migração da ditadura para a democracia política [segue o Supremo], da transição conciliada de 1979, que há de ser ponderada para que possamos discernir o significado da expressão crimes conexos na Lei nº 6.683. É da anistia de então que estamos a cogitar, não da anistia tal e qual uns e outros hoje a concebem, senão qual foi na época conquistada. [...] A chamada Lei da Anistia veicula uma decisão política assumida naquele momento – o momento da transição conciliada de 1979. A Lei nº 6.683 é uma lei-medida, não uma regra para o futuro, dotada de abstração e generalidade. Há de ser interpretada a partir da realidade no momento em que foi conquistada.

Naquela oportunidade, em voto extenso, lido em mais de três horas, o Ministro Eros Grau, Relator da matéria, rejeitou cada um dos argumentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil [que era o autor da ação].

Em longa digressão histórica, o Ministro – homem sabidamente de esquerda, preso nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo, por advogar em defesa de opositores do regime [da época] – esclareceu que não se pode simplesmente ignorar o processo histórico pelo qual se conquistou a anistia. Segundo ele [aspas], "Reduzir a nada essa luta é tripudiar contra os que, com assombro e coragem, na hora certa, lutaram pela anistia".

O [eminente] Ministro Eros Grau também esclareceu que a Lei de Anistia não pode ser encarada como uma lei qualquer, por se tratar de [aspas] "[...] uma lei-medida, não uma regra para o futuro. É preciso ser interpretada segundo o momento em que foi editada." [fecha aspas, como vimos na ementa do acórdão]. Esse argumento, aliás, está nos votos de outros Ministros [do Supremo Tribunal Federal].

Nesse sentido, colhe-se expressamente do voto do Ministro Celso de Mello que [aspas] "é tão intensa a intangibilidade de uma lei de anistia [...], que, uma vez editada, [...] os efeitos jurídicos que dela emanam não podem ser suprimidos por legislação superveniente" (pp. 184 a 186 [do venerando acórdão]). Até porque [aspas], "mantida íntegra a Lei de Anistia de 1979, produziu ela [...] todos os efeitos que lhe eram inerentes, de tal modo que, ainda que considerada incompatível com a Constituição superveniente, já teria irradiado (e esgotado) toda a sua carga eficacial desde o instante mesmo em que veio a lume" (p. 197 [do acórdão]).

Também o [eminente] Ministro Cezar Peluso foi categórico: "Na lição de Aníbal Bruno [eminente penalista], a anistia é a forma de indulgência estatal mais enérgica e de mais amplas consequências jurídicas [...]. Daí porque, 'uma vez concedida, não pode ser revogada'" (pp. 249-250 [do acórdão]).

Entretanto, o argumento definitivo lançado pelo Ministro Eros Grau em seu voto é que os termos da Lei de Anistia foram confirmados, anos mais tarde, pela Constituição na Emenda Constitucional 26, de 1985.

Essa emenda convocava a Assembleia Nacional Constituinte e ratificava, em seu art. 4º, os efeitos da Lei de Anistia, nos seguintes termos:

> Art. 4º É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.
> §1º É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.
> §2º A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis previstos no caput deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.
> (...)

A referida Emenda Constitucional, já na fase de transição para a democracia, convocou a Assembleia Nacional Constituinte que elaborou, aprovou e promulgou a Constituição de 1988. Ou seja, foi essa emenda, esse ato normativo, que serviu como ponto de partida para a elaboração da atual Constituição da República.

Para Eros Grau, o parágrafo 1º do artigo 4º da emenda mencionada ratificou expressamente o artigo 1º da Lei 6.683/1979. Isso significa que a anistia prevista na lei foi incorporada à Constituição daquela época, esvaziando os argumentos no sentido de que, embora fruto de um pacto social, a lei de 1979 teria sido aprovada por um Congresso ilegítimo, formado por Senadores nomeados pelo regime e sancionada por um general não eleito pelo povo.

Ocorre que, como dito, o Congresso Nacional de 1985 inseriu no mesmo texto a convocação da Constituinte e suas condições de realização, tendo a anistia como um dos pressupostos de possibilidade da construção da nova ordem constitucional.

É dizer, tanto do ponto de vista jurídico como do ponto de vista político, essa revisão total correspondeu a modelo intermediário entre poder constituinte e poder de reforma, disciplinada juridicamente, de modo a ampliar os seus limites, substituição legítima de uma ordem constitucional por outra. Aqui, existiu identidade entre poder constituinte e constituído. Houve legítimo processo constituinte sob a roupagem de um processo de revisão.

A Emenda Constitucional nº 26, de 1985, portanto, apesar de não possuir natureza própria de emenda da atual Constituição, mas sim de ato político, representa o rompimento definitivo com a Constituição do regime anterior. Dessa forma, a anistia para os crimes cometidos pela repressão política da ditadura consistiu em um dos pilares para a construção da nova ordem constitucional advinda com a Constituição Federal de 1988.

Nesse aspecto, é importante destacar trecho, de caráter conclusivo, do voto do Ministro Gilmar Mendes:

> Enfim, a [...] [Emenda] n° 26/85 incorporou a anistia como um dos fundamentos da nova ordem constitucional que se construía à época, fato que torna praticamente impensável qualquer modificação de seus contornos originais que não repercuta nas próprias bases de nossa Constituição e, portanto, de toda a vida político-institucional pós-1988.

Diante dessas considerações, temos por inviável a propositura de projeto de lei para alterar o conceito de crime conexo para fins do disposto no art. 1º, §1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, razão pela qual sugerimos a rejeição do PLS 237, de 2013.

Voto.

Pelo exposto, somos pela rejeição do mencionado Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado pelo excelente, brilhante relatório.

Eu sei que a Senadora Vanessa Grazziotin vai pedir vista, já me preveniu, V. Exª também havia-me prevenido, porque alguns colegas querem debater este tema. Apenas aduziria a um fato histórico. Essa expressão crimes conexos está presente em praticamente todas as anistias que houve no Brasil, desde a Revolta da Armada, passando pelas revoltas tenentistas, pela Coluna Prestes, pelo Levante Comunista de 1935, pelo fim do Estado Novo. Essa expressão não é uma novidade, é uma expressão exatamente adaptada a esse tipo de circunstância em que a Lei da Anistia foi aprovada, sancionada e comemorada por todos os democratas deste País. Eu concedo vista à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, deixe-me apenas informar que houve um diálogo ontem, no plenário, e uma solicitação, do Senador Capiberibe, do Senador Randolfe, da Senadora Lídice, tão somente para terem oportunidade de debater a matéria. O Relator concordou, e eu fiquei de apresentar este pedido de vista, para que, na próxima semana, a matéria retorne à pauta para ser debatida, com os autores inclusive, Sr. Presidente. Esse foi o motivo por ter solicitado vista.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Será um debate fascinante.

Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – A vista é coletiva?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Era isto que eu ia perguntar, se seria vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente. Muito bem.

Item 4, do qual a Senadora Ana Amélia é a Relatora.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2013
– Não terminativo –

Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

1 – Em 11/06/2015, a matéria foi devolvida pela Relatora com nova minuta de relatório pela prejudicialidade.

2 – Posteriormente, a matéria vai às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

Senadora Ana Amélia, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador, esta é uma matéria vencida. A prejudicialidade é porque, como já em outros casos, e esta Comissão agora há pouco também tratou disto – a matéria é de iniciativa da Senadora Kátia Abreu, agora Ministra da Agricultura –, exatamente das questões relacionadas à biodiversidade.

Como o Governo, o Poder Executivo tomou uma iniciativa regulamentando adequadamente o assunto, ela perdeu a eficácia. Por isso, o voto pela prejudicialidade.

A matéria é conhecida, ela vai também ter o mesmo tratamento nas demais comissões. É a questão da biodiversidade. Penso que, para a rapidez processual, podemos simplificar falando isso. E, claro, louvar a inicia-

tiva da Senadora Kátia, mas, com o preenchimento do vazio legislativo ou legal para essa cobertura feita pelo Poder Executivo, votamos pela prejudicialidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, pela prejudicialidade.

Próximo item:

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 77, DE 2013
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: Conclui ser necessário apresentar Requerimento solicitando o envio, pelo Ministério das Relações Exteriores, dos documentos já demandados, mas ainda não remetidos a esta Comissão, sendo indispensável o sobrestamento da matéria enquanto tais informações não sejam recebidas.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou o terceiro Senador designado para relatar este tema. Antes, o Senador Jarbas Vasconcelos e, posteriormente, V. Exª, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Como terceiro Relator na linha de sucessão, há um conjunto de procedimentos anteriores, que foram solicitados por V. Exª e pelo Senador Jarbas Vasconcelos, e estou mantendo a linha de coerência, pelas fundamentações que apresentadas por V. Exªs.

A Mensagem nº 77, esta mensagem, chegou ao Senado em 2013. Ela foi encaminhada a esta Comissão. Logo em seguida, o Senador Jarbas Vasconcelos solicitou um conjunto de informações para que pudesse oferecer o seu relatório através do Requerimento nº 1.058, de 2013. E o Senador Jarbas Vasconcelos, o ex-Senador Jarbas Vasconcelos solicita um conjunto de informações ao Ministério de Relações Exteriores que constam aqui do nosso relatório.

A fim de responder às informações solicitadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Ministério de Relações Exteriores encaminhou ao Senado o Ofício nº 24, em 14 de maio de 2015.

Em maio fui designado relator. E após análise do ofício mais recente, enviado pelo Itamaraty, chego à conclusão de que as informações ainda não atendem eficientemente ao Requerimento nº 164, o que segue impossibilitando a retomada de seu trâmite. Com efeito, entendo que as informações faltantes são essenciais para o adequado exame de tão importante matéria para que nós possamos virar essa página e seguir adiante.

Parece-me ainda imperativo receber a documentação depois que matérias veiculadas pela imprensa dão conta de que o Itamaraty poderia estar reclassificando o grau de sigilo de comunicações oficiais que são importantes para que a Comissão de Relações Exteriores possa fazer essa análise.

Em face desse exposto, Sr. Presidente, estamos apresentando um requerimento com um conjunto de informações que nós consideramos essenciais para que nós possamos apresentar o nosso relatório.

Sou informado oficiosamente pela estrutura da Comissão de que o Itamaraty tomou conhecimento dessas informações e se antecipou no envio dessas informações à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Permita-me que eu esclareça.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu realmente, tendo familiaridade com o caso, como V. Exª acaba de relatar, sabendo que V. Exª tem interesse, como membro da Comissão, de ter acesso a informações complementares, que, no seu entender, não estavam contempladas nas primeiras informações, eu encaminhei um ofício, em nome da Presidência da Comissão, ao Itamaraty já me antecipando à sessão de hoje para que o Ministério enviasse as informações a V. Exª, para que V. Exª, então, pudesse examiná-

-las para ver se estão de acordo, se elas correspondem ao interesse do esclarecimento da matéria. Tive notícias de que elas chegaram ontem. Talvez V. Exª não tenha tido tempo de analisá-las.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É exatamente isso. Eu acho que V. Exª agiu em linha com o meu sentimento, com o sentimento de que possamos fazer a análise conclusiva desse processo.

Então, em face dessas informações que o Itamaraty antecipou, eu agradeço o gesto de V. Exª, para que a gente possa ter celeridade com este tema, eu preciso fazer uma análise desses documentos que foram encaminhados.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E a minha expectativa é de que, já na próxima quinta-feira, nós possamos trazer o nosso relatório à luz dessas novas informações que o Ministério de Relações Exteriores encaminhou.

Sou informado de que as informações chegaram, como é natural...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na Comissão de Relações Exteriores. Vou solicitar que a assessoria da Comissão possa me enviar, para que eu possa fazer uma análise e, já na próxima quinta-feira, possa apresentar o meu parecer conclusivo, à luz dessas novas informações que poderão nos ajudar na elucidação, na interpretação dos fatos que estão relacionados com os episódios que não apenas V. Exª, mas também o Senador Jarbas Vasconcelos solicitou ao Ministério de Relações Exteriores.

É o encaminhamento que faço, solicitando a V. Exª mais uma semana para que eu possa avaliar as informações e trazer o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria também de ter acesso a essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Todos nós teremos acesso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sim. Eu sei disso. Absolutamente. Apenas para solicitar que a sua secretaria tire cópias.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim. Perfeito. Claro.

Aí fica socializado.

Então, nós vamos, formalizando o requerimento, colocar em votação o requerimento. E V. Exª, analisando a matéria, se puder já na próxima semana, eu gostaria de realmente dar prosseguimento à análise desse episódio que já dura bastante tempo. Se correr tudo bem, poderemos encerrá-lo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Essa é a minha expectativa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6
MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Roberto Requião.

Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Senador Roberto Requião, Relator, V. Exª tem a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

Faço aqui, Presidente, uma ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É um desafio, em todo o caso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Iraque é uma barra pesadíssima.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado é filho de Miguel Mesquita Magalhães e Zeneide França Chaves de Magalhães. Nasceu em 11 de abril de 1955 na cidade de Fortaleza/CE.

Em 1974, concluiu a graduação em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal, Brasília/DF. Em 1985, finaliza mestrado em Administração de Negócios pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, Estados Unidos da América. No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso Preparatório para a Carreira Diplomática (1979), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1984); e o Curso de Altos Estudos (2003), tendo defendido tese com o seguinte título: "Céus abertos: políticas de transporte aéreo internacional no Brasil, EUA e UE".

O Senhor MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1983. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1989; a Conselheiro em 1996; a Ministro de Segunda Classe do em 2004; e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2015.

Em sua carreira desempenhou, entre outras, as seguintes funções: Primeiro Secretário nas Embaixadas em Tóquio (1991-92) e em Buenos Aires (1992-95); assessor e Subchefe de Gabinete do Gabinete do Ministro de Estado (1995-97); Conselheiro nas Embaixadas em Madri (1997-2000) e em La Paz (2000-02); Cônsul-Geral Adjunto nos Consulados Gerais em Chicago (2003-06) e em São Francisco (2006-10); e Embaixador em Basseterre [Federação de São Cristovão e Névis (2010-2013)].

Acompanha a mensagem presidencial, ainda em cumprimento à mencionada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Iraque, o qual informa sobre as relações bilaterais com o Brasil, com lista de tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa, e economia.

Inobstante ambos os países terem celebrado tratado bilateral em 1939, as relações diplomáticas entre eles só foram oficialmente estabelecidas em 1967. Em 1972, teve início a operação da Embaixada residente em Bagdá, um ano após a apresentação de credenciais do primeiro embaixador iraquiano residente no Brasil.

As décadas de 1970 e 1980 são marcadas, no campo bilateral, por intensa atividade econômica. Fruto tanto da complementaridade de ambas as economias quanto do consistente trabalho político realizado pelas respectivas chancelarias. Os anos 1990, contudo, representam retrocesso nesse cenário. A interrupção do pujante relacionamento bilateral se deu sobretudo à conta do rígido regime de sanções impostas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas em resposta à invasão do Kwait pelo Iraque (Guerra do Golfo).

Em 1991, foram retirados todos os nacionais brasileiros (pessoas físicas e jurídicas) do território iraquiano em atendimento às determinações do Conselho de Segurança da ONU. No romper desse ano, a embaixada brasileira em Bagdá foi esvaziada de seu pessoal diplomático. Em 2003, o Brasil se opõe, em respeito ao princípio da legalidade no plano internacional, ao início da ação armada no Iraque por tropas da coalizão pela ausência de respaldo legal (resolução do Conselho de Segurança).

No final de 2006, são retomadas as atividades da embaixada brasileira em Bagdá, que é oficialmente reaberta em 2012. O novo embaixador iraquiano em Brasília assumiu suas funções no ano de 2010.

Na esfera comercial, as trocas bilaterais ainda não atingiram o dinamismo de outrora. Elas registraram, em 2013, o montante de US$281 milhões [exportações brasileiras (carnes, obras de ferro e aço, cereais, máquinas mecânicas, preparações de carnes e açúcar)] e US$ 692 milhões [importações brasileiras (combustíveis)].

A comunidade de brasileiros vivendo no Iraque é estimada entre 40 e 50 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Requião.

Como manda o nosso Regimento, eu concedo vista coletiva para que nós possamos em seguida marcar a sabatina com o Embaixador indicado pela Presidência da República.

Eu queria comunicar aos colegas que estamos recebendo hoje uma visita dos estudantes do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Espero que tenham chegado a tempo de assistir ao debate do primeiro item da Ordem do Dia nossa hoje, que foi um debate sobre a Lei de Migração. Um debate muito interessante, muito rico.

São sempre bem-vindos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O nome correto em "mineirês" é "Berlândia". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – "Berlândia", como diz o Senador. "Berlândia", então.

Agora nós temos mais um relatório.

O Relator é o Senador Crivella. Ele não está presente, mas o Senador Bauer pediu que eu o designasse Relator *ad hoc*.

ITEM 8
MENSAGEM (SF) Nº 40, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações:
Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Tem a palavra o Senador Paulo Bauer, a quem eu agradeço por ter assumido essa relatoria *ad hoc*.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – O.k., Sr.Presidente. Muito obrigado.

O relatório elaborado pelo Senador Marcelo Crivella e que agora tenho a incumbência de ler é o seguinte:

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor Breno de Souza Brasil Dias da Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito do art. 383 do Regimento Interno do Senado, elaborou currículo do diplomata indicado, bem como análise de conjuntura do país a que se destina. Dos documentos encaminhados, extraímos, para este Relatório, as informações que seguem.

Nascido no Rio de Janeiro em 13 de dezembro de 1958, o indicado é filho de Luiz Octávio Dias da Costa e Klycia de Souza Brasil Dias da Costa. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1981. Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1988, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro em 2006, e a Ministro de Segunda Classe em 2010, em ambas as ocasiões por merecimento. Na Chancelaria, exerceu diversas funções, entre as quais convém destacar as de Subchefe da Divisão da América Central e Setentrional, entre 1999 e 2003, e de Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Não Renováveis, entre 2008 e 2010.

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Assunção (2006-2008), Ministro-Conselheiro e Chefe da Equipe Brasileira de Apoio à PPT-Guiana da UNASUL, em missão transitória (2010-2011) e, como Ministro-Conselheiro, é o Encarregado de Negócios na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), desde 2012. Foi condecorado com a Ordem de Rio Branco (Grande Oficial), a Ordem do Mérito da Defesa (Comendador), a Ordem do Mérito Naval (Comendador), a Ordem ao Mérito Aeronáutico (Oficial), a Medalha do Pacificador e a Medalha da Vitória.

Sobre a República de Honduras, referimo-nos a algumas considerações trazidas pelo informe ministerial no tocante às relações bilaterais, de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão. De acordo com o relatório do Itamaraty, Brasil e Honduras estabeleceram relações diplomáticas em 1906, com a legação brasileira em Tegucigalpa aberta em 1951 e elevada à condição de embaixada em 1953.

No que concerne às relações entre os Chefes de Estado, o primeiro encontro presidencial bilateral, entre os Presidentes Lula da Silva e Ricardo Maduro, ocorreu em 2005. Posteriormente, o Presidente Lula da Silva encontrou-se duas vezes com o Presidente Manuel Zelaya, em Brasília e em Tegucigalpa, e a Presidente Dilma Rousseff reuniu-se com o Presidente Porfirio Lobo em Buenos Aires, à margem da posse da Presidenta Cristina Kirchner, em 2011. O atual Presidente de Honduras, Juan Orlando Hernández, visitou o Brasil em 2014, durante a Copa do Mundo. Na esteira do amplo rechaço da comunidade internacional ao golpe de Estado em

Honduras, em 2009, corroborado pela suspensão do país na OEA, as iniciativas bilaterais de interlocução política, cooperação e empréstimos para obras de infraestrutura foram interrompidas entre 2009 e 2011. Foram mantidas apenas atividades consulares e administrativas da representação brasileira em Honduras, assevera o informe do Itamaraty.

Com o retorno do ex-Presidente José Manuel Zelaya a Tegucigalpa, em maio de 2011, a assinatura do Acordo de Reconciliação Nacional – entre aspas – "Acordo de Cartagena" – fecha aspas – e a readmissão de Honduras na OEA, as relações entre o Brasil e Honduras voltaram à normalidade, com a nomeação de Embaixadores. Ademais, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) retomou o programa de cooperação técnica, e o Brasil realizou ações de ajuda humanitária em Honduras. Em fevereiro de 2012, o Chanceler hondurenho, Arturo Corrales, liderou missão governamental e empresarial hondurenha ao Brasil.

O comércio entre o Brasil e Honduras, completa o relatório, tem avançado significativamente. Em 2014, a corrente de comércio bilateral totalizou US$131,1 milhões, 62,7% acima do valor registrado em 2010. As exportações brasileiras alcançaram US$ 113,4 milhões, ou seja, 86,4% do total da corrente de comércio, e significando um aumento de 36% sobre o valor do ano anterior. O saldo favorável ao Brasil foi de US$95,6 milhões. Produtos manufaturados representam 92% do total das exportações brasileiras para Honduras e 68% das importações. Veículos a diesel e outros automóveis são os principais produtos exportados pelo Brasil (11,7% em 2014). Seguem-se cerâmicas, vidros e esmaltados, aparelhos de telefonia celular e escavadoras. Entre as importações brasileiras, destacam-se resíduos de alumínio, peças de conexão elétrica e fios para ignição, que perfazem 56% dos embarques hondurenhos para o Brasil.

Tem-se desenvolvido a cooperação bilateral em diversas áreas, como no campo técnico-científico, no desenvolvimento tecnológico na área de comunicações, na esfera educacional e, ainda, em matéria de energias renováveis.

Não há atos bilaterais em vigor com Honduras a tramitar no. Congresso Nacional.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer.

Nos termos do nosso Regimento, fica concedida vista coletiva da matéria.

O próximo item é o item 9. O Relator é o Senador Cristovam Buarque.

ITEM 9
MENSAGEM (SF) Nº 42, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Botsuana.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Observações: – *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Parece que Botsuana é um lugar muito interessante. Inclusive, há uma romancista de Botsuana que escreveu um livro muito interessante. O personagem é uma mulher detetive de Botsuana, e a trama se passa no país. Recomendo muito a leitura. Depois, vou pegar o título.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, fico feliz com o fato de que qualquer Senador, ainda mais o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, use este momento para recomendar livro, não importando de onde ele seja nem qual o tema.

Lembra-se do título, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A minha idade avançada já não me permite isso. Mas vou buscar na biblioteca.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não importa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Durante a sabatina do nosso indicado, vou trazer o título do livro, para que todos possam compartilhar do prazer de lê-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas, com o Google, não vai ser difícil encontrá-lo. Aliás, a partir de agora, podemos, inclusive, colocar no Google "livro de escritora de Botsuana".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pode-se colocar "agência de detetive". Mas vou achar o livro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A partir de agora, no Google, a gente pode colocar "livro de escritora de Botsuana indicado pelo Senador Aloysio Nunes".

Senador Presidente, o Senado é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Sr. Ricardo André Vieira Diniz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Botsuana.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar as indicações feitas pelo Executivo.

Em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata, que foi analisado e que serviu de base para este relatório.

O indicado é filho de Celso Diniz e de Vera Lucia Vieira Diniz. Nasceu em 5 de novembro de 1955 na cidade de Baltimore, Estado de Maryland, nos Estados Unidos da América (brasileiro, em conformidade com o art. 129, II, da Constituição de 1946).

Em 1977, concluiu a graduação (Bachellor of Sciences) em Física e em Filosofia pela The American University, Washington/DC. No ano de 1982, finaliza Mestrado em Economia por aquela instituição. No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso Preparatório para a Carreira Diplomática (1986), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1996); e o Curso de Altos Estudos (2007), tendo defendido tese com o seguinte título: "O processo de integração regional no continente africano: o caso da África austral".

O Sr. Ricardo André Vieira Diniz tornou-se Terceiro-Secretário em 1987 e Segundo-Secretário em 1993. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2005; e a Ministro de Segunda Classe em 2008.

Em sua carreira desempenhou, entre outras, as seguintes funções: Segundo Secretário na Embaixada em Roma (1994-97); assessor na Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1997-98); assistente na Divisão da África I (1998-2000); Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Miami (2002-03), que é um cargo não apenas honroso, mas também muito difícil, com muito trabalho;Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Pretória (2003-07); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Montevidéu; e Embaixador em Saint George´s (Granada), desde 2011.

Acompanha a mensagem presidencial, ainda em cumprimento à mencionada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Botsuana, o qual informa sobre as relações bilaterais com o Brasil, com lista de tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa e economia.

As relações diplomáticas entre Brasil e Botsuana foram formalmente estabelecidas em 1985 – portanto, comemorando 30 anos.

De início, as relações bilaterais eram mantidas pelas Embaixadas do Brasil, em Pretória, e de Botsuana, em Washington. Em 2007, foi aberta a legação diplomática residente em Gaborone. Botsuana abre embaixada em Brasília, primeira do País, na América Latina, em 2009.

Desde 2003, ocorreram três visitas presidenciais. Em fevereiro de 2006, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Botsuana; em março de 2010, ocorreu na capital betchuana a I Sessão da Comissão Mista Permanente Brasil-Botsuana.

Na esfera comercial, as trocas bilaterais ainda são pouco expressivas. Elas registraram, em 2014, o montante de US$1,442 milhão. Os fluxos comerciais são basicamente os valores registrados das exportações, já que as importações brasileiras provenientes de Botsuana são praticamente inexistentes. Exportamos máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; obras de ferro ou aço; tabaco e manufaturas; açúcar; e armas e munições.

A comunidade de brasileiros vivendo em Botsuana é estimada em 28 pessoas, que vivem, em sua maioria, na capital do país, Gaborone.

Convém registrar, por igual, que Botsuana caracteriza-se por ser, no plano econômico, um dos países com maior crescimento na África. O país tem *status* de economia de renda média elevada, graças à convergência de políticas macroeconômicas sólidas, boa governança e exportação de diamantes (maior produtor mundial), que responde por cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB). Para além disso, o país é líder regional em abertura econômica e se destaca por ter o menor nível de corrupção na África – um detalhe interessante.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório, salvo, Sr. Presidente, dois fatos que eu gostaria de acrescentar. Um deles é a qualificação dos nossos embaixadores, tal como a gente pode ver no currículo do Ricardo André Vieira Diniz, a sua experiência, a sua formação na área de Física, na área de Economia, e a sua experiência como diplomata. Esta tem sido uma característica do Brasil ao longo de toda a nossa história nas últimas décadas, ver esses embaixadores com alto preparo. Orgulha-nos ler o currículo.

Segundo, a presença do Brasil. Um país aparentemente marginal, no cenário mundial, mas onde o Brasil está presente, onde existe uma bandeira. Eu sou defensor da presença do Brasil não apenas como promoção comercial, não apenas como promoção das relações, mas como presença, como simbolismo do Brasil, ainda mais um país que está na África Austral, onde estão acontecendo fatos tão importantes, como o que acontece na África do Sul, em Moçambique, tão perto, que é um país com o qual temos as melhores relações.

Por isso, sem emitir o meu voto, porque creio que não chegou a hora, eu fico feliz de ter tido a honra de ler o relatório para esta Comissão sobre a indicação do Sr. Ricardo André Vieira Diniz – Embaixador, que já é – para nosso Embaixador em Botsuana.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva, para que possamos deliberar oportunamente.

Eu queria lembrar a Comissão que o Ministério das Relações Exteriores, atendendo a uma decisão da nossa Comissão, ao mesmo tempo em que envia o currículo do embaixador e as informações sobre o país, tem enviado também o relatório de gestão do antecessor no cargo. É uma leitura muito interessante, que nos habilita a fazer uma sabatina cada vez mais aprimorada.

ITEM 7
MENSAGEM (SF) Nº 38, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no principado de Andorra.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do relatório, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Senador Romero Jucá, V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi-me dada a incumbência de relatar a indicação do Embaixador Antonio José Ferreira Simões, Ministro de Primeira Classe, para, como disse V. Exª, Embaixador no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

O meu relatório é extremamente circunstanciado e demonstra a carreira inequivocamente brilhante do Embaixador Simões.

Ele ingressou na carreira diplomática em 1982. Ascendeu a Conselheiro, em 1998. Foi Ministro de Segunda Classe, em 2003, e Ministro de Primeira Classe, em 2007. Em todas as ocasiões, por merecimento.

Tive a oportunidade de conviver com o Embaixador Simões em diversas questões que fizeram interface o Congresso brasileiro, o Senado Federal no caso, e o Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aliás, foi por isso mesmo que, assim que chegou a indicação, V. Exª pediu que fosse designado como Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Solicitei que fosse o Relator. Porque considero que, independente do relatório frio, da norma que demanda um posicionamento técnico sobre as indicações, sempre que possível, considero importante depoimentos pessoais ou, de certa forma, colocações que possam em tese balizar efetivamente o posicionamento das pessoas que são analisadas aqui.

Tive a honra de ser Líder do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, durante esse período, eu trabalhei com o Embaixador Simões em dois momentos. Ele como Chefe do Núcleo de Coordenação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca – e como Coordenador-Geral das Negociações da Alca, no período em

que o governo tratava de questões que pudessem, de certa forma, viabilizar esse entendimento. O Embaixador coordenou esse trabalho e eu, como Líder do Governo, acompanhei essa situação.

Depois convivi com o Embaixador Simões em questões em que ele, especializado no assunto, terminou direcionado dentro do Itamaraty para cuidar de questões relativas à área de energia. Ele foi Diretor do Departamento de Energia do Itamaraty e Chefe da Delegação Brasileira no Foro Internacional de Biocombustíveis. Portanto, tratando especificamente desse tema.

E nós nos encontramos depois. Ele também foi representante do Ministério das Relações Exteriores junto à Itaipu Binacional, portanto, muito especificamente trabalhando nessa área de energia, e foi Coordenador Nacional do Mercosul, da Unasul, da Calc, do Grupo do Rio e da Celac. Ele terminou sendo designado Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe.

E eu tive outra vez a condição de trabalhar, primeiro, fazendo um esforço no sentido de que pudesse o Brasil ter uma relação mais próxima da situação da Venezuela, em que, infelizmente, nós falhamos. O sul da Venezuela, que faz fronteira com Roraima, é uma área muito deprimida socialmente e economicamente, e nós tínhamos um projeto binacional, estruturado, pensado por mim, por ele e por outras figuras do Itamaraty, que era uma ação conjunta no sentido de se fazer ali um plano de desenvolvimento integrado, mas isso terminou esbarrando no processo de desestruturação da Venezuela e não deu certo.

O Embaixador Simões também ajudou, e ainda ajuda, a coordenar uma saída que é definitiva para a Amazônia Ocidental e para os Estados de Roraima e do Amazonas especificamente. Como coordenador dessa questão da América do Sul, negocia com o governo da Guiana para que nós possamos construir uma relação com a Guiana que vai possibilitar duas coisas importantes para o Brasil. Primeiro, o asfaltamento da estrada que liga Boa Vista ao Porto de Georgetown. Ela já está asfaltada do lado brasileiro – 140km. Já foi construída a ponte binacional, num esforço do governo brasileiro. O Presidente Lula, inclusive, foi inaugurar essa ponte. A participação do Embaixador Simões foi muito importante no processo da conclusão da ponte.

E nós estamos agora tratando do asfaltamento dentro da Guiana de 400km que vão mudar a logística da Amazônia Ocidental e de Roraima, porque, Senador Aloysio, de Boa Vista a um porto no Caribe, serão 620km de estrada asfaltada, mais perto do que da cidade de Manaus. Isso vai possibilitar, efetivamente, a inserção de Roraima num sistema produtivo de alimentos. Há 3 milhões de hectares de cerrado, de campos naturais em Roraima que não são hoje agregados ao sistema produtivo brasileiro por uma razão muito simples: não há logística. Então, não há como receber insumos baratos e não há como escoar a produção. Na hora em que essa estrada ficar pronta, haverá condições de agregar ao sistema de produção de alimentos do Brasil – pegando um pouco de 800 mil hectares da Guiana, que também tem a mesma configuração – 3,8 milhões de hectares de terras agricultáveis, onde a produtividade é melhor que a do Centro-Oeste, por exemplo, na questão da soja.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Qual é o porto em que se vai escoar?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O porto seria o porto da Guiana. O Porto Georgetown, inicialmente, mas o Porto Georgetown não é um porto de calado muito profundo.

Só que o projeto de asfaltamento tem uma dificuldade: o governo da Guiana é um governo pobre, que, em tese, não tem capacidade de tomar um financiamento para fazer esse asfaltamento. Então, o Embaixador Simões, que é especialista em energia, o Ministro Edison Lobão, que está aqui presente, a Eletrobras, nós designamos um grupo de trabalho e construímos uma alternativa que é, na Guiana, serem construídas duas hidrelétricas de 4.500 megawatts que fornecerão energia para o Brasil. Por quê? Porque Roraima está sendo interligada, e essas duas hidrelétricas da Guiana suprirão a baixa de produção de energia de Belo Monte, que é uma hidrelétrica a fio d'água. No período diferente de chuvas do Norte, esses 4.500 megawatts serão inseridos na Linha de Tucuruí e de Belo Monte e irão resolver essa questão. A equação da compra de energia e da construção das hidrelétricas permite a construção da estrada. Havendo a estrada, o porto em águas profundas será uma consequência, porque, quando eu falo de 3,8 milhões de hectares de áreas que serão agricultáveis, eu estou falando do equivalente a 10% de toda a área agricultável e produtiva do Brasil hoje, que são 38 milhões de hectares de alimentos que são produzidos no Brasil hoje.

Para nós de Roraima, para a Amazônia Ocidental e para a própria Guiana, isso é uma revolução, que virá rapidamente. O governo da China está disposto a financiar a hidrelétrica, junto com algumas empresas brasileiras. O processo está um pouco atrasado, porque houve eleição na Guiana, e a oposição ganhou a eleição por uma cadeira na Câmara. Então, na verdade, está havendo um processo de acomodação política.

O Embaixador Simões está acompanhando esse processo. Ele é, na verdade, a figura de ponta nesse processo todo. Eu estou junto. Nós temos o Ministro Lobão. A Eletrobras está acompanhando. Então, é um processo importante para o Brasil e para a América do Sul, para essa conexão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Do ponto de vista de acordos internacionais e tratados, não há nenhum problema?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, não há nenhum problema. Há um compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nós estamos...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Na verdade, é uma equação financeira e econômica que precisa ser fechada com o novo governo. Por isso, houve um pequeno atraso.

Eu estou dando este depoimento para dizer o seguinte: o Embaixador Simões é um profissional, é um técnico, é alguém talhado na carreira da diplomacia brasileira que, na minha avaliação, pela experiência – aqui, eu estou dando um depoimento pessoal –, engrandece o Itamaraty. Eu não tenho dúvidas de que, na Embaixada da Espanha, ele fará a continuidade da sua brilhante carreira e, portanto, um grande trabalho.

Por conta de tudo isso, meu parecer é favorável. Peço a análise do meu relatório mas, com certeza, apelo pela aprovação dos meus pares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está em discussão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, até os anos 60 os governos se valiam de valores do Itamaraty e do Banco do Brasil.

Não havia um quadro técnico que fosse capaz de auxiliar de maneira mais elevada os ministros e os ministérios. O Itamaraty, portanto, é uma usina de valores de anos muito anteriores.

Eu me ponho a ouvir o Relator universal do Senado, Dr. Romero Jucá...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Para nosso conforto, aliás.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Para nosso conforto...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E tranquilidade.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Ouço nas palavras dele uma cachoeira de elogios, de reconhecimento ao Embaixador Simões, que conheço muito de perto, de muitos anos. Quero apenas avalizar os encômios do Relator Jucá ao Embaixador Simões.

Muitas vezes estivemos juntos realmente em Itaipu, ele era conselheiro membro do Conselho de Administração de Itaipu e eu Ministro de Minas e Energia. Sempre reparei no desempenho dele, sempre na linha do patriotismo, do interesse nacional e da competência. Trata-se de um embaixador extremamente capaz, objetivo. Estive nessa inauguração também, Jucá, da ponte, como V. Exª, como o Presidente Lula e as autoridades da Guiana.

Na dissertação que V. Exª faz a respeito do interesse brasileiro conectado aos interesses da Guiana, onde estive algumas vezes tratando das hidrelétricas que poderemos construir ali, em convênio com o Governo daquele País, sempre o Embaixador Simões ajudando-nos, assessorando-nos com a sua inteligência superior.

Penso, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o exame deste nome aqui é uma oportunidade para que se faça justiça a um grande representante do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Lobão.

Está encerrada a discussão.

Eu concedo vista coletiva.

Eu quero apenas submeter à deliberação da Comissão, antes de passar a palavra ao Senador Anastasia, que me fez um pedido para inclusão de uma matéria extrapauta, que me parece tranquila.

É o requerimento que foi apresentado pelo Senador Wellington Fagundes e pela Senadora Gleisi Hoffmann, é o Requerimento nº 43, que requer uma realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Assuntos Econômicos e a nossa Comissão para tratar da Ferrovia Transcontinental Peru, conhecida como Transperu.

Ele propõe o convite à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério dos Transportes, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Conselho de Estado da República Popular da China, ao governo do Peru, ao Conselho Empresarial Brasil-China e Grupo de Trabalho Brasil-China– Peru. É uma organização complexa. Coloco em votação e penso que os autores realmente tenham condições de nos propor uma forma prática de realizar.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Agora, dou a palavra ao Senador Anastasia, que solicitou a inclusão extrapauta de um convite ao Embaixador do Irã no Brasil, para que compareça em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores desta

Casa a fim de prestar esclarecimentos sobre violações de direitos humanos no Irã. O Senador Tasso Jereissati é autor do requerimento subscrito pelo Senador Anastasia.

O Embaixador do Irã visitou o Senador Tasso Jereissati e, depois, me visitou. Tivemos uma excelente conversa. Ele mesmo me disse que gostaria de vir a esta Comissão para falar sobre esse tema e fazer uma exposição mais ampla sobre o que está acontecendo no Irã neste momento.

Ele é um homem de vasta cultura. Falou da evolução política do Irã desde a revolução até agora, uma evolução política real, evolução no campo dos direitos humanos, no direito das mulheres. Há, no Parlamento iraniano, um número maior de mulheres, proporcionalmente, do que no Brasil, do que no Parlamento brasileiro. Falamos sobre o cinema iraniano, vida cotidiana no Irã, cultura iraniana. Portanto, vale a pena. Creio que, além desse tema de direitos humanos, que ele está pronto a responder, porque também aí se verifica uma sensível evolução, e até como nos disse ainda há dois meses o Chanceler Mauro Vieira, seria interessante para o conhecimento da nossa Comissão da realidade de um país que está a ponto de firmar um acordo a respeito do seu programa nuclear que permitirá que se abra, depois de resolvidas essas pendências, uma grande perspectiva de intercâmbio com o Brasil, inclusive na área de comércio internacional.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O Senador Anastasia solicita a seguinte inclusão extrapauta:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, DE 2015
– Não Terminativo –

Aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pela aprovação

Eu nem era nascido nesta época.

Tem a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes.

Permita-me, antes de iniciar a leitura, agradecendo muito a paciência de V. Exª e dos meus Pares, cumprimentar os alunos da Universidade Federal de Uberlândia, meus conterrâneos do meu Estado. Sejam muito bem-vindos a esta Comissão e ao Senado Federal.

Trata-se de matéria relevantíssima da chamada Convenção da Apostila, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961, ano de meu nascimento. Na realidade, trata-se de uma convenção extremamente positiva para os fins da simplicidade e da desburocratização.

Permita-me ler o relatório.

Há um grande empenho não só do Ministério das Relações Exteriores, mas de outros Ministérios e da própria sociedade, que, quando perceber o conteúdo dessa Convenção, verá que estamos simplificando.

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2015, que aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, conhecida como Convenção da Apostila, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.

Em cumprimento ao art. 49, I, c/c o art. 84, VIII, da Constituição, a Presidente da República encaminhou o texto da Convenção à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem n° 347, de 3 de novembro de 2014.

A Mensagem veio acompanhada da Exposição de Motivos nº 133, dos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Educação, da Justiça, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e do Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, de 5 de agosto de 2014, segundo a qual, aspas:

> A Convenção da Apostila é um dos acordos plurilaterais gestados na Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado. A eventual adesão do Brasil a esse instrumento geraria grande simplificação do processo de legalização de documentos brasileiros destinados a produzir efeitos no exterior e de documentos estrangeiros destinados a valer no Brasil, propiciando perceptível redução do tempo de processamento, dos custos em que incorrem cidadãos e empresas interessados, bem como

do emprego de recursos públicos ora comprometidos com o sistema de legalizações desse tipo de documentos no Brasil e no exterior.

Atualmente, documentos brasileiros a serem utilizados no exterior são submetidos a processo de "legalizações em cadeia", no qual são legalizados, em várias etapas, por diferentes instâncias governamentais e paraestatais, cabendo a última etapa nacional ao Ministério das Relações. Por outro lado, documentos estrangeiros que devam valer no Brasil têm de ser legalizados no Consulado ou Setor Consular da Embaixada em cuja jurisdição foram emitidos.

Já no processo estabelecido pela Convenção da Apostila, os documentos nacionais destinados a serem remetidos ao exterior, quando receberem Apostila emitida por Autoridade Competente, no Brasil, passarão a ter validade imediata em todos os demais Estados-Parte da Convenção, hoje em número de 105. Ao mesmo tempo, passarão a ser aceitos, no Brasil, documentos estrangeiros contendo Apostila emitida por um desses Estados-Parte, eludindo a necessidade de sua legalização em repartições da Rede Consular brasileira no exterior.

Imagina V. Exª o que seria isso para os nossos estudantes no estrangeiro e vice-versa.

Segundo o Secretariado da Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado, o Brasil encontra-se "entre os únicos três grandes países", juntamente com o Canadá e a China, que ainda não aderiram à Convenção da Apostila. Na América Latina, além do Brasil, apenas Bolívia, Cuba, Guatemala e Haiti ainda não iniciaram seus processos de adesão à Convenção, sendo que Chile e Paraguai estão em etapas adiantadas de seus respectivos processos de adesão.

Com o depósito formal do pedido de adesão, junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países-Baixos, na Haia, o país postulante torna-se apto a emitir Apostilas no sexagésimo dia após decurso de prazo de seis meses, conforme disposto no Artigo 12 da Convenção. Assinale-se, ademais, que, no ato do depósito formal de pedido de adesão, o Brasil deverá igualmente informar a(s) Autoridade(s) Competente(s) designada(s) para emitir a Apostila, nos termos do artigo 6º, bem como poderá fazer, caso necessário, declaração sobre o âmbito de aplicação territorial da Convenção, nos termos dos artigos 12 e 13 da referida Convenção.

Análise

De acordo com o inciso I do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A Convenção tem por objetivo agilizar, desburocratizar, digitalizar e facilitar o processo de aceitação, por um Estado-Parte, de documentos públicos provenientes de outro Estado-Parte, sendo, portanto, a adesão do Brasil conveniente e oportuna para os interesses nacionais.

Já o Projeto de Decreto Legislativo não apresenta vícios de qualquer natureza.

Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação à técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2015.

Lamentamos tão somente, Sr. Presidente, que demoramos tantos anos a aderir a essa Convenção tão positiva que significa simplicidade para a vida do cidadão brasileiro no exterior e também ao cidadão brasileiro que traz documentos do exterior para o Brasil.

É nosso voto e peço o apoiamento dos nossos Pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Anastasia.

Mas aqui não vai demorar, não! Nós vamos, eu creio que, em nome de toda a Comissão, diligenciar ao Senador Jucá, nós todos, para que isso seja deliberado pelo Senado o mais rapidamente possível.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está aprovado. (*Falha na gravação.*)

... a Ordem do Dia.

Eu declaro encerrada a presente reunião, uma reunião produtiva, importante.

E agradeço a presença de todos.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2015.

Às dez horas e quinze minutos do dia nove de julho de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Lasier Martins, Ana Amélia, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Raimundo Lira, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Inicia-se a apreciação da **PAUTA.** Deliberação de Emendas ao PLDO 2016. Reunião destinada à deliberação das emendas – CRE ao Projeto de Lei nº 1/2015-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei orçamentária de 2016 e dá outras providências. Relator das emendas na CRE: Senador Lasier Martins. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, para proferir o seu Relatório. O relatório apresenta voto pela deliberação das seguintes emendas: 1) Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1, 20XV – Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB, meta: 1; Emenda nº 2, 14T5 – Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, meta: 2; Emenda nº 3 – Serviços consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior, meta: 1.000.000. 2) Emendas ao texto do PLDO: Emenda nº 4, item 63, Aditiva; Emenda nº 5, Artigo 52, Aditiva; Emenda nº 6, Artigo 52, Aditiva; Emenda nº 7, Artigo 11 Inciso V, Modificativa; Emenda nº 8, Item 63, Modificativa; Emenda nº 9, Item 63, Aditiva; Emenda nº 10, Artigo 51, Parágrafo 1, Inciso II, Modificativa; Emenda nº 11, Item 63, Aditiva; Emenda nº 12, Item 63, Aditiva; Emenda nº 13, Artigo 51, Parágrafo 1, Aditiva; Emenda nº 14, Artigo 51, Parágrafo 1, Aditiva; Emenda nº 15, Artigo 52, Aditiva; Emenda nº 16, Item 63, Aditiva; Emenda nº 17, Item 63, Aditiva; Emenda nº 18, Item 63, Aditiva; Emenda nº 19, Item 63, Aditiva; Emenda nº 20, Item 63, Aditiva; Emenda nº 21, Item 63, Aditiva; Emenda nº 22, Item 63, Aditiva; Emenda nº 23, Artigo 51, Parágrafo 1 Inciso II, Modificativa; Emenda nº 24, Item 63, Aditiva; Emenda nº 25, Artigo 16 Parágrafo 3, Modificativa; Emenda nº 26, Artigo 93 Parágrafo 3, Modificativa; Emenda nº 27, Artigo 114, Aditiva; Emenda nº 28, Artigo 96, Aditiva; Emenda nº 29, Artigo 101, Aditiva; Emenda nº 30, Artigo 116, Aditiva; Emenda nº 31, Artigo 22, Modificativa; Emenda nº 32, Artigo 39 Parágrafo 3 Inciso III, Supressiva; Emenda nº 33, Artigo 3, Modificativa; Emenda nº 34, Artigo 35, Aditiva; Emenda nº 35, Artigo 3, Aditiva; e Emenda nº 36, Artigo 37 Parágrafo 1 Inciso III Alínea a, Modificativa. Resultado: Aprovado. As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, aprovada, para as devidas providências. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e vinte e três, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, há número regimental para que possamos abrir a reunião, que tem como primeiro item o relatório do Senador Lasier Martins sobre as emendas da Comissão ao projeto da LDO, que está tramitando no Congresso Nacional.

Passo a palavra ao Senador Lasier, para apresentar seu parecer, que será objeto de deliberação, assim que houver quórum para isso.

Com a palavra, o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente Aloysio Nunes Ferreira.

Srs. Senadores e Senadoras, assessores e imprensa, trata-se de parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional sobre as propostas de emenda apresentadas à Comissão referentes ao Projeto de Lei (PLN) nº 1, de 2015, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências".

O relatório é bastante curto. Então, vou lê-lo na íntegra.

No prazo estabelecido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), foram apresentadas 80 propostas de emenda ao Projeto de Lei (PLN) nº 1, de 2015-CN (PLDO 2016), que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências". Dentre as propostas apresentadas, 23 buscam incluir ações no Anexo de Metas e Prioridades, e 57 referem-se ao texto do projeto. Das emendas de texto, Sr. Presidente, 32 tratam do texto do projeto propriamente dito, 1 trata do Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2016, e 24 tratam especificamente do Anexo III – Despesas que não serão objeto de limitação de empenho.

O parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada Comissão poderá apresentar até 3 (três) emendas destinadas à criação do Anexo de Metas e Prioridades. O referido parecer preliminar estabelece ainda que não há limite ao número de emendas apresentadas ao texto.

As 23 propostas de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades apontam para 13 ações distintas, voltadas para o Ministério da Defesa e para o Ministério das Relações Exteriores. Diante do fato de que esta Comissão poderá apresentar apenas 3 (três) emendas, decidimos, Sr. Presidente, priorizar as ações com base no maior número de propostas coincidentes e na maximização na quantidade de Parlamentares contemplados, sem deixar de levar em consideração as prioridades dos órgãos beneficiados. Dessa forma, submetemos a esta Comissão a apresentação de emendas que incluam no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO para 2016 as ações:

1) 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron (ação do Comando do Exército);
2) 20XV – Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – Sisceab (ação do Comando da Aeronáutica); e
3) 20I5 – Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior (ação do Ministério das Relações Exteriores).

Procuramos acatar ainda todas as propostas dirigidas ao texto do PLDO 2015 consideradas direta e materialmente relacionadas às competências desta Comissão, uma vez que, de acordo com o parecer preliminar, não há limite para apresentação de emendas ao texto, e por considerarmos todas meritórias. Apenas as Propostas 35 e 37 foram inadmitidas por preverem alterações relacionadas à Saúde, e não às Relações Exteriores ou Defesa Nacional.

Em conclusão, registramos que foram acatadas as seguintes propostas de emenda, separadas por autor:

a) Senador Aloysio Nunes Ferreira – Propostas 1 a 5;
b) Senadora Ana Amélia – Propostas 73 a 76;
c) Senador Cristovam Buarque – proposta 80;
d) Senador Flexa Ribeiro – propostas 10 a 34, 36, 38 e 39;
e) Senadora Lídice da Mata – propostas 44 a 56;
f) Senador Romero Jucá – propostas 57 e 61;
g) Senadora Vanessa Grazziotin – propostas 66 a 72; e
h) Senador Valdir Raupp – propostas 7 e 9.

Voto do Relator.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas:

1. Ao Anexo de Metas e Prioridades:

1.1. 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron);
1.2. 20XV – Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab); e
1.3. 20I5 – Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior.
2. Ao Anexo III do texto do PLDO, as referentes às propostas 1, 4, 12, 14, 16, 19 a 24, 46, 47, 51 a 56, 67, 68, 72, 73 e 76.
3. Ao Anexo II do texto do PLDO, a referente à proposta 25.
4. Ao texto do PLDO, as referentes às propostas 2, 3, 10, 11, 13, 15, 17, 18, 26 a 34, 36, 38, 39, 45, 48 a 50, 66, 69 a 71, 74 e 75.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Lasier Martins.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Lasier Martins.

Em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da presente reunião e da reunião anterior – as Atas das duas, para que a Ata desta reunião seja encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com as emendas aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Atas.

Esta encerrada a reunião, que é uma reunião extraordinária.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)

Edição de hoje: 672 páginas
(O.S. 12909/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL